



**BOAZ**  
FORTI

**IBF**  
PREPARATÓRIO

# SD-PM

SOLDADO PM 2ª CLASSE  
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

- Língua Portuguesa
- Matemática
- História Geral
- História do Brasil
- Geografia Geral
- Geografia do Brasil
- Atualidades
- Noções Básicas de Informática
- Noções de Administração Pública

**NÍVEL MÉDIO**

CD-ROM de Apoio  
Curso Online  
Grátis Português



[WWW.BOAZFORTI.COM.BR](http://WWW.BOAZFORTI.COM.BR)  
[ibfpreparatorio@gmail.com](mailto:ibfpreparatorio@gmail.com)

[www.aspomil.com.br](http://www.aspomil.com.br)

# POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

# PM - SP

## Soldado PM de 2ª Classe

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº DP-2/321/16

**NB001-2016**



*ARTIGO DO WILLIAM DOUGLAS*



LÍNGUA PORTUGUESA

1. - Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários).....	01
2. - Sinônimos e antônimos. ....	06
3. - Sentido próprio e figurado das palavras.....	09
4. - Pontuação. ....	13
5. - Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. ....	16
6. - Concordância verbal e nominal.....	50
7. - Regência verbal e nominal. ....	54
8. - Colocação pronominal.....	61
9. - Crase. ....	63



MATEMÁTICA

1. - Números inteiros: operações e propriedades.....	01
2. - Números racionais, representação fracionária e decimal: operações e propriedades.....	05
3. - Mínimo múltiplo comum.....	08
4. - Razão e proporção. ....	10
5. - Porcentagem. ....	13
6. - Regra de três simples.....	16
7. - Média aritmética simples ....	20
8. - Equação do 1º grau.....	22
9. - Sistema de equações do 1º grau. ....	26
10. - Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade. ....	28
11. - Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. ....	31
12. - Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, teorema de Pitágoras. ....	35
13. - Raciocínio lógico. ....	42
14. - Resolução de situações-problema ....	42





**HISTÓRIA GERAL**

1.1. - Primeira Guerra Mundial.....01  
 011.2. - O nazifascismo e a Segunda Guerra Mundial.....04  
 1.3. - A Guerra Fria.....06  
 1.4. - Globalização e as políticas neoliberais.....08



**HISTÓRIA DO BRASIL**

2.1. - A Revolução de 1930 e a Era Vargas.....01  
 2.2. - As Constituições Republicanas.....06  
 2.3. - A estrutura política e os movimentos sociais no período militar.....11  
 2.4. - A abertura política e a redemocratização do Brasil.....19



**GEOGRAFIA GERAL**

3.1. - A nova ordem mundial, o espaço geopolítico e a globalização.....01  
 3.2. - Os principais problemas ambientais.....03



**GEOGRAFIA DO BRASIL**

4.1. - A natureza brasileira (relevo, hidrografia, clima e vegetação).....01  
 4.2. - A população: crescimento, distribuição, estrutura e movimentos.....12  
 4.3. - As atividades econômicas: industrialização e urbanização, fontes de energia e agropecuária.....23  
 4.4. - Os impactos ambientais.....46



**ATUALIDADES**

Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais, nacionais e internacionais, ocorridos a partir do 2º semestre de 2016, divulgados na mídia local e/ou nacional.....01



**NOCÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA**

MS-Windows 7: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2010..... 01  
 MS-Word 2010: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto.....22  
 MS-Excel 2010: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados.....52



MS-PowerPoint 2010: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides. ....76

Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. ....92

Internet: Navegação Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas .....95



**NOCÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1.1. Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; e Capítulo II – Dos Direitos Sociais; .....01

1.2. Título III – Da Organização do Estado: Capítulo VII – Da Administração Pública: Seção I – Disposições Gerais; Seção II – Dos Servidores Públicos; e Seção III – Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....25

2. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2.1. Título I – Dos Fundamentos do Estado. 2.2. Título II – Da Organização e dos Poderes: Capítulo I – Disposições Preliminares; e Capítulo III – Do Poder Executivo. 2.3. Título III – Da Organização do Estado: Capítulo I – Da Administração Pública: Seção I – Disposições Gerais: artigos 111 a 114, e 115 “caput” e incisos I a X, XVIII, XIX, XXIV, XXVI e XXVII; Capítulo II – Dos Servidores Públicos do Estado: Seção I – Dos Servidores Públicos Civis: artigo 124 “caput”, e artigos 125 a 137; Seção II – Dos Servidores Públicos Militares; Capítulo III – Da Segurança Pública: Seção I – Disposições Gerais; Seção III – Da Polícia Militar. 2.4. Título VII – Da Ordem Social: Capítulo III – Da Educação, da Cultura e dos Esportes e Lazer: Seção I – Da Educação: artigos 237 a 249 e 251 a 258; Capítulo VII – Da Proteção Especial: Seção I – Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem, do Idoso e dos Portadores de Deficiência. 2.5. Título VIII – Disposições Constitucionais Gerais: artigos 284 a 291. ....38

3. LEI Nº 10.261, de 28 de outubro de 1968 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. ....48

4. LEI Nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. ....73

5. LEI COMPLEMENTAR Nº 893, de 09 de março de 2001 – Institui o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar – RDPM.....80

6. LEI COMPLEMENTAR Nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008 – Institui Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários para os servidores das classes que especifica. 6.1. Capítulo I – Disposição Preliminar. 6.2. Capítulo II – Do Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários: Seção I – Disposições Gerais; Seção II – Do Ingresso; Seção III – Do Estágio Probatório; Seção IV – Da Jornada de Trabalho, dos Vencimentos e das Vantagens Pecuniárias; Seção VII – Da Progressão; Seção VIII – Da Promoção; Seção IX – Da Substituição. 6.3. Capítulo IV – Disposições Finais: artigos 54 a 56. ....93

7. LEI FEDERAL Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação; e Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012. ....97



O conteúdo do artigo abaixo é de responsabilidade do autor William Douglas, autorizado gentilmente e sem cláusula de exclusividade, para uso do Grupo Nova.

O conteúdo das demais informações desta apostila é de total responsabilidade da equipe do Grupo Nova.

## A ETERNA COMPETIÇÃO ENTRE O LAZER E O ESTUDO

Por William Douglas, professor, escritor e juiz federal.

Todo mundo já se pegou estudando sem a menor concentração, pensando nos momentos de lazer, como também já deixou de aproveitar as horas de descanso por causa de um sentimento de culpa ou mesmo remorso, porque deveria estar estudando.

Fazer uma coisa e pensar em outra causa desconcentração, estresse e perda de rendimento no estudo ou trabalho. Além da perda de prazer nas horas de descanso.

Em diversas pesquisas que realizei durante palestras e seminários pelo país, constatei que os três problemas mais comuns de quem quer vencer na vida são:

- **medo do insucesso (gerando ansiedade, insegurança),**
- **falta de tempo e**
- **“competição” entre o estudo ou trabalho e o lazer.**

### E então, você já teve estes problemas?

Todo mundo sabe que para vencer e estar preparado para o dia-a-dia é preciso muito conhecimento, estudo e dedicação, mas como conciliar o tempo com as preciosas horas de lazer ou descanso?

Este e outros problemas atormentavam-me quando era estudante de Direito e depois, quando passei à preparação para concursos públicos. Não é à toa que fui reprovado em 5 concursos diferentes!

Outros problemas? Falta de dinheiro, dificuldade dos concursos (que pagam salários de até R\$ 6.000,00/mês, com status e estabilidade, gerando enorme concorrência), problemas de cobrança dos familiares, memória, concentração etc.

Contudo, depois de aprender a estudar, acabei sendo 1º colocado em outros 7 concursos, entre os quais os de Juiz de Direito, Defensor Público e Delegado de Polícia. Isso prova que passar em concurso não é impossível e que quem é reprovado pode “dar a volta por cima”.

É possível, com organização, disciplina e força de vontade, conciliar um estudo eficiente com uma vida onde haja espaço para lazer, diversão e pouco ou nenhum estresse. A qualidade de vida associada às técnicas de estudo são muito mais produtivas do que a tradicional imagem da pessoa trancafiada, estudando 14 horas por dia.

O sucesso no estudo e em provas (escritas, concursos, entrevistas etc.) depende basicamente de três aspectos, em geral, desprezados por quem está querendo passar numa prova ou conseguir um emprego:

- 1º) clara definição dos objetivos e técnicas de planejamento e organização;
- 2º) técnicas para aumentar o rendimento do estudo, do cérebro e da memória;
- 3º) técnicas específicas sobre como fazer provas e entrevistas, abordando dicas e macetes que a experiência fornece, mas que podem ser aprendidos.

O conjunto destas técnicas resulta em um aprendizado melhor e em mais sucesso nas provas escritas e orais (inclusive entrevistas). Aos poucos, pretendemos ir abordando estes assuntos, mas já podemos anotar aqui alguns cuidados e providências que irão aumentar seu desempenho.

Para melhorar a “briga” entre estudo e lazer, sugiro que você aprenda a administrar seu tempo. Para isto, como já disse, basta um pouco de disciplina e organização.

O primeiro passo é fazer o tradicional quadro horário, colocando nele todas as tarefas a serem realizadas. Ao invés de servir como uma “prisão”, este procedimento facilitará as coisas para você. Pra começar, porque vai levá-lo a escolher as coisas que não são imediatas e a estabelecer suas prioridades. Experimente. Em pouco tempo, você vai ver que isto funciona.

Também é recomendável que você separe tempo suficiente para dormir, fazer algum exercício físico e dar atenção à família ou ao namoro. Sem isso, o estresse será uma mera questão de tempo. Por incrível que pareça, o fato é que com uma vida equilibrada o seu rendimento final no estudo aumenta.

Outra dica simples é a seguinte: depois de escolher quantas horas você vai gastar com cada tarefa ou atividade, evite pensar em uma enquanto está realizando a outra. Quando o cérebro mandar “mensagens” sobre outras tarefas, é só lembrar que cada uma tem seu tempo definido. Isto aumentará a concentração no estudo, o rendimento e o prazer e relaxamento das horas de lazer.

Aprender a separar o tempo é um excelente meio de diminuir o estresse e aumentar o rendimento, não só no estudo, como em tudo que fazemos.

*\*William Douglas é juiz federal, professor universitário, palestrante e autor de mais de 30 obras, dentre elas o best-seller “Como passar em provas e concursos”. Passou em 9 concursos, sendo 5 em 1º Lugar*

[www.williamdouglas.com.br](http://www.williamdouglas.com.br)

Conteúdo cedido gratuitamente, pelo autor, com finalidade de auxiliar os candidatos.





**LÍNGUA PORTUGUESA**



**1. LEITURA E INTERPRETAÇÃO  
DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS  
(LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)**

Sabemos que a “matéria-prima” da literatura são as palavras. No entanto, é necessário fazer uma distinção entre a linguagem literária e a linguagem não literária, isto é, aquela que não caracteriza a literatura.

Embora um médico faça suas prescrições em determinado idioma, as palavras utilizadas por ele não podem ser consideradas literárias porque se tratam de um vocabulário especializado e de um contexto de uso específico. Agora, quando analisamos a literatura, vemos que o escritor dispensa um cuidado diferente com a linguagem escrita, e que os leitores dispensam uma atenção diferenciada ao que foi produzido.

Outra diferença importante é com relação ao tratamento do conteúdo: ao passo que, nos textos não literários (jornalísticos, científicos, históricos, etc.) as palavras servem para veicular uma série de informações, o texto literário funciona de maneira a chamar a atenção para a própria língua (FARACO & MOURA, 1999) no sentido de explorar vários aspectos como a sonoridade, a estrutura sintática e o sentido das palavras.

Veja abaixo alguns exemplos de expressões na linguagem não literária ou “corriqueira” e um exemplo de uso da mesma expressão, porém, de acordo com alguns escritores, na linguagem literária:

**Linguagem não literária:**

- 1- Anoitece.
- 2- Teus cabelos loiros brilham.
- 3- Uma nuvem cobriu parte do céu. ....

**Linguagem literária:**

- 1- A mão da noite embrulha os horizontes. (Alvarenga Peixoto)
- 2- Os clarins de ouro dos teus cabelos cantam na luz! (Mário Quintana)
- 3- um sujo de nuvem emporcalhou o luar em sua nasçença. (José Cândido de Carvalho)

Como distinguir, na prática, a linguagem literária da não literária?

- A linguagem literária é conotativa, utiliza figuras (palavras de sentido figurado), em que as palavras adquirem sentidos mais amplos do que geralmente possuem.

- Na linguagem literária há uma preocupação com a escolha e a disposição das palavras, que acabam dando vida e beleza a um texto.

- Na linguagem literária é muito importante a maneira original de apresentar o tema escolhido.

- A linguagem não literária é objetiva, denotativa, preocupa-se em transmitir o conteúdo, utiliza a palavra em seu sentido próprio, utilitário, sem preocupação artística. Geralmente, recorre à ordem direta (sujeito, verbo, complementos).

Leia com atenção os textos a seguir e compare as linguagens utilizadas neles.

**Texto A**

Amor (ô). [Do lat. amore.] S. m. 1. Sentimento que predispõe alguém a desejar o bem de outrem, ou de alguma coisa: amor ao próximo; amor ao patrimônio artístico de sua terra. 2. Sentimento de dedicação absoluta de um ser a outro ser ou a uma coisa; devoção, culto; adoração: amor à Pátria; amor a uma causa. 3. Inclinação ditada por laços de família: amor filial; amor conjugal. 4. Inclinação forte por pessoa de outro sexo, geralmente de caráter sexual, mas que apresenta grande variedade e comportamentos e reações.

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Nova Fronteira.

**Texto B**

Amor é fogo que arde sem se ver;  
É ferida que dói e não se sente;  
É um contentamento descontente;  
É dor que desatina sem doer.

Lúis de Camões. Lírica, Cultrix.

Você deve ter notado que os textos tratam do mesmo assunto, porém os autores utilizam linguagens diferentes.

No texto A, o autor preocupou-se em definir “amor”, usando uma linguagem objetiva, científica, sem preocupação artística.

No texto B, o autor trata do mesmo assunto, mas com preocupação literária, artística. De fato, o poeta entra no campo subjetivo, com sua maneira própria de se expressar, utiliza comparações (compara amor com fogo, ferida, contentamento e dor) e serve-se ainda de contrastes que acabam dando graça e força expressiva ao poema (contentamento descontente, dor sem doer, ferida que não se sente, fogo que não se vê).

**Questões**

1-) Leia o trecho do poema abaixo.

**O Poeta da Roça**

Sou fio das mata, cantô da mão grosa  
Trabaio na roça, de inverno e de estio  
A minha chupana é tapada de barro  
Só fumo cigarro de paia de mio.

Patativa do Assaré

A respeito dele, é possível afirmar que

(A) não pode ser considerado literário, visto que a linguagem aí utilizada não está adequada à norma culta formal.

(B) não pode ser considerado literário, pois nele não se percebe a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

(C) não é um texto consagrado pela crítica literária.



(D) trata-se de um texto literário, porque, no processo criativo da Literatura, o trabalho com a linguagem pode aparecer de várias formas: cômica, lúdica, erótica, popular etc

(E) a pobreza vocabular – palavras erradas – não permite que o consideremos um texto literário.

Leia os fragmentos abaixo para responder às questões que seguem:

TEXTO I

O açúcar

O branco açúcar que adoçará meu café

nesta manhã de Ipanema

não foi produzido por mim

nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.

Vejo-o puro

e afável ao paladar

como beijo de moça, água

na pele, flor

que se dissolve na boca. Mas este açúcar

não foi feito por mim.

Este açúcar veio

da mercearia da esquina e tampouco o fez o Oliveira, dono da mercearia.

Este açúcar veio

de uma usina de açúcar em Pernambuco

ou no Estado do Rio

e tampouco o fez o dono da usina.

Este açúcar era cana

e veio dos canaviais extensos

que não nascem por acaso

no regaço do vale.

Em lugares distantes, onde não há hospital

nem escola,

homens que não sabem ler e morrem de fome

aos 27 anos

plantaram e colheram a cana

que viraria açúcar.

Em usinas escuras,

homens de vida amarga

e dura

produziram este açúcar

branco e puro

com que adoço meu café esta manhã em Ipanema.

Fonte: “O açúcar” (Ferreira Gullar. Toda poesia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, pp.227-228)

TEXTO II

A cana-de-açúcar

Originária da Ásia, a cana-de-açúcar foi introduzida no Brasil pelos colonizadores portugueses no século XVI. A região que durante séculos foi a grande produtora de cana-de-açúcar no Brasil é a Zona da Mata nordestina, onde os férteis solos de massapé, além da menor distância em relação ao mercado europeu, propiciaram condições favoráveis a esse cultivo. Atualmente, o maior produtor nacional de cana-de-açúcar é São Paulo, seguido de Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Além de produzir o açú-

car, que em parte é exportado e em parte abastece o mercado interno, a cana serve também para a produção de álcool, importante nos dias atuais como fonte de energia e de bebidas. A imensa expansão dos canaviais no Brasil, especialmente em São Paulo, está ligada ao uso do álcool como combustível.

2-) Para que um texto seja literário:

a) basta somente a correção gramatical; isto é, a expressão verbal segundo as leis lógicas ou naturais.

b) deve prescindir daquilo que não tenha correspondência na realidade palpável e externa.

c) deve fugir do inexato, daquilo que confunda a capacidade de compreensão do leitor.

d) deve assemelhar-se a uma ação de desnudamento. O escritor revela, ao escrever, o mundo, e, em especial, revela o Homem aos outros homens.

e) deve revelar diretamente as coisas do mundo: sentimentos, ideias, ações.

3-) Ainda com relação ao textos I e II, assinale a opção incorreta

a) No texto I, em lugar de apenas informar sobre o real, ou de produzi-lo, a expressão literária é utilizada principalmente como um meio de refletir e recriar a realidade.

b) No texto II, de expressão não literária, o autor informa o leitor sobre a origem da cana-de-açúcar, os lugares onde é produzida, como teve início seu cultivo no Brasil, etc.

c) O texto I parte de uma palavra do domínio comum – açúcar – e vai ampliando seu potencial significativo, explorando recursos formais para estabelecer um paralelo entre o açúcar – branco, doce, puro – e a vida do trabalhador que o produz – dura, amarga, triste.

d) No texto I, a expressão literária desconstrói hábitos de linguagem, baseando sua recriação no aproveitamento de novas formas de dizer.

e) O texto II não é literário porque, diferentemente do literário, parte de um aspecto da realidade, e não da imaginação.

Gabarito

1-) D

2-) D – Esta alternativa está correta, pois ela remete ao caráter reflexivo do autor de um texto literário, ao passo em que ele revela às pessoas o “seu mundo” de maneira peculiar.

3-) E – o texto I também fala da realidade, mas com um cunho diferente do texto II. No primeiro há uma colocação diferenciada por parte do autor em que o objetivo não é unicamente passar informação, existem outros “motivadores” por trás desta escrita.

É muito comum, entre os candidatos a um cargo público, a preocupação com a interpretação de textos. Isso acontece porque lhes faltam informações específicas a respeito desta tarefa constante em provas relacionadas a concursos públicos.

Por isso, vão aqui alguns detalhes que poderão ajudar no momento de responder às questões relacionadas a textos.

**Texto** – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

**Contexto** – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma certa informação que a faz ligar-se com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de contexto. Nota-se que o relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

**Intertexto** - comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se intertexto.

**Interpretação de texto** - o primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, numa prova, o candidato é convidado a:

1. Identificar – é reconhecer os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).
2. Comparar – é descobrir as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.
3. Comentar - é relacionar o conteúdo apresentado com uma realidade, opinando a respeito.
4. Resumir – é concentrar as ideias centrais e/ou secundárias em um só parágrafo.
5. Parafrasear – é reescrever o texto com outras palavras.

**Condições básicas para interpretar**

Fazem-se necessários:

- a) Conhecimento histórico-literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática;
  - b) Conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico;
- Observação – na semântica (significado das palavras) incluem-se: homônimos e parônimos, denotação e conotação, sinonímia e antonímia, polissemia, figuras de linguagem, entre outros.
- c) Capacidade de observação e de síntese e
  - d) Capacidade de raciocínio.

**Interpretar X compreender**

Interpretar significa

- explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir.
- Através do texto, infere-se que...
- É possível deduzir que...
- O autor permite concluir que...
- Qual é a intenção do autor ao afirmar que...

Compreender significa

- inteligência, entendimento, atenção ao que realmente está escrito.
- o texto diz que...
- é sugerido pelo autor que...
- de acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...
- o narrador afirma...

**Erros de interpretação**

É muito comum, mais do que se imagina, a ocorrência de erros de interpretação. Os mais frequentes são:

a) Extrapolação (viagem)

Ocorre quando se sai do contexto, acrescentado ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.

b) Redução

É o oposto da extrapolação. Dá-se atenção apenas a um aspecto, esquecendo que um texto é um conjunto de ideias, o que pode ser insuficiente para o total do entendimento do tema desenvolvido.

c) Contradição

Não raro, o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, conseqüentemente, errando a questão.

Observação - Muitos pensam que há a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas numa prova de concurso, o que deve ser levado em consideração é o que o autor diz e nada mais.

Coesão - é o emprego de mecanismo de sintaxe que relacionam palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (NEXOS), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito.

OBSERVAÇÃO – São muitos os erros de coesão no dia-a-dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm, cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente.

Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

- que (neutro) - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.
- qual (neutro) idem ao anterior.
- quem (pessoa)
- cujo (posse) - antes dele aparece o possuidor e depois o objeto possuído.
- como (modo)
- onde (lugar)
- quando (tempo)
- quanto (montante)

exemplo:

Falou tudo QUANTO queria (correto)

Falou tudo QUE queria (errado - antes do QUE, deveria aparecer o demonstrativo O ).



**Dicas para melhorar a interpretação de textos**

- Ler todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto;
- Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura;
- Ler, ler bem, ler profundamente, ou seja, ler o texto pelo menos duas vezes;
- Inferir;
- Voltar ao texto tantas quantas vezes precisar;
- Não permitir que prevaleçam suas ideias sobre as do autor;
- Fragmentar o texto (parágrafos, partes) para melhor compreensão;
- Verificar, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão;
- O autor defende ideias e você deve percebê-las;

**Segundo Fiorin:**

- Pressupostos – informações implícitas decorrentes necessariamente de palavras ou expressões contidas na frase.
- Subentendidos – insinuações não marcadas claramente na linguagem.
- Pressupostos – verdadeiros ou admitidos como tal.
- Subentendidos – de responsabilidade do ouvinte.
- Falante não pode negar que tenha querido transmitir a informação expressa pelo pressuposto, mas pode negar que tenha desejado transmitir a informação expressa pelo subentendido.
- Negação da informação não nega o pressuposto.
- Pressuposto não verdadeiro – informação explícita absurda.
- Principais marcadores de pressupostos: a) adjetivos; b) verbos; c) advérbios; d) orações adjetivas; e) conjunções.

**QUESTÕES**

(Agente Estadual de Trânsito – DETRAN - SP – Vunesp/2013)

**O uso da bicicleta no Brasil**

A utilização da bicicleta como meio de locomoção no Brasil ainda conta com poucos adeptos, em comparação com países como Holanda e Inglaterra, por exemplo, nos quais a bicicleta é um dos principais veículos nas ruas. Apesar disso, cada vez mais pessoas começam a acreditar que a bicicleta é, numa comparação entre todos os meios de transporte, um dos que oferecem mais vantagens.

A bicicleta já pode ser comparada a carros, motocicletas e a outros veículos que, por lei, devem andar na via e jamais na calçada. Bicicletas, triciclos e outras variações são todos considerados veículos, com direito de circulação pelas ruas e prioridade sobre os automotores.

Alguns dos motivos pelos quais as pessoas aderem à bicicleta no dia a dia são: a valorização da sustentabilidade, pois as bikes não emitem gases nocivos ao ambiente, não consomem petróleo e produzem muito menos sucata de metais, plásticos e borracha; a diminuição dos congestionamentos por excesso de veículos motorizados, que atingem principalmente as grandes cidades; o favorecimento da saúde, pois pedalar é um exercício físico muito bom; e a economia no combustível, na manutenção, no seguro e, claro, nos impostos.

No Brasil, está sendo implantado o sistema de compartilhamento de bicicletas. Em Porto Alegre, por exemplo, o BikePOA é um projeto de sustentabilidade da Prefeitura, em parceria com

o sistema de Bicicletas SAMBA, com quase um ano de operação. Depois de Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Sorocaba e outras cidades espalhadas pelo país aderirem a esse sistema, mais duas capitais já estão com o projeto pronto em 2013: Recife e Goiânia. A ideia do compartilhamento é semelhante em todas as cidades. Em Porto Alegre, os usuários devem fazer um cadastro pelo site. O valor do passe mensal é R\$10 e o do passe diário, R\$5, podendo-se utilizar o sistema durante todo o dia, das 6h às 22h, nas duas modalidades. Em todas as cidades que já aderiram ao projeto, as bicicletas estão espalhadas em pontos estratégicos.

A cultura do uso da bicicleta como meio de locomoção não está consolidada em nossa sociedade. Muitos ainda não sabem que a bicicleta já é considerada um meio de transporte, ou desconhecem as leis que abrangem a bike. Na confusão de um trânsito caótico numa cidade grande, carros, motocicletas, ônibus e, agora, bicicletas, misturam-se, causando, muitas vezes, discussões e acidentes que poderiam ser evitados.

Ainda são comuns os acidentes que atingem ciclistas. A verdade é que, quando expostos nas vias públicas, eles estão totalmente vulneráveis em cima de suas bicicletas. Por isso é tão importante usar capacete e outros itens de segurança. A maior parte dos motoristas de carros, ônibus, motocicletas e caminhões desconhece as leis que abrangem os direitos dos ciclistas. Mas muitos ciclistas também ignoram seus direitos e deveres. Alguém que resolve integrar a bike ao seu estilo de vida e usá-la como meio de locomoção precisa compreender que deverá gastar com alguns apetrechos necessários para poder trafegar. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, as bicicletas devem, obrigatoriamente, ser equipadas com campainha, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, além de espelho retrovisor do lado esquerdo.

(Bárbara Moreira, <http://www.eusoufamecos.net>. Adaptado)

01. De acordo com o texto, o uso da bicicleta como meio de locomoção nas metrópoles brasileiras

- (A) decresce em comparação com Holanda e Inglaterra devido à falta de regulamentação.
- (B) vem se intensificando paulatinamente e tem sido incentivado em várias cidades.
- (C) tornou-se, rapidamente, um hábito cultivado pela maioria dos moradores.
- (D) é uma alternativa dispendiosa em comparação com os demais meios de transporte.
- (E) tem sido rejeitado por consistir em uma atividade arriscada e pouco salutar.

02. A partir da leitura, é correto concluir que um dos objetivos centrais do texto é

- (A) informar o leitor sobre alguns direitos e deveres do ciclista.
- (B) convencer o leitor de que circular em uma bicicleta é mais seguro do que dirigir um carro.
- (C) mostrar que não há legislação acerca do uso da bicicleta no Brasil.
- (D) explicar de que maneira o uso da bicicleta como meio de locomoção se consolidou no Brasil.
- (E) defender que, quando circular na calçada, o ciclista deve dar prioridade ao pedestre.

(Oficial Estadual de Trânsito - DETRAN-SP - Vunesp 2013)  
Leia o texto para responder às questões de 3 a 5



Propensão à ira de trânsito

Dirigir um carro é estressante, além de inerentemente perigoso. Mesmo que o indivíduo seja o motorista mais seguro do mundo, existem muitas variáveis de risco no trânsito, como clima, acidentes de trânsito e obras nas ruas. E com relação a todas as outras pessoas nas ruas? Algumas não são apenas maus motoristas, sem condições de dirigir, mas também se engajam num comportamento de risco – algumas até agem especificamente para irritar o outro motorista ou impedir que este chegue onde precisa.

Essa é a evolução de pensamento que alguém poderá ter antes de passar para a ira de trânsito de fato, levando um motorista a tomar decisões irracionais.

Dirigir pode ser uma experiência arriscada e emocionante. Para muitos de nós, os carros são a extensão de nossa personalidade e podem ser o bem mais valioso que possuímos. Dirigir pode ser a expressão de liberdade para alguns, mas também é uma atividade que tende a aumentar os níveis de estresse, mesmo que não tenhamos consciência disso no momento.

Dirigir é também uma atividade comunitária. Uma vez que entra no trânsito, você se junta a uma comunidade de outros motoristas, todos com seus objetivos, medos e habilidades ao volante. Os psicólogos Leon James e Diane Nahl dizem que um dos fatores da ira de trânsito é a tendência de nos concentrarmos em nós mesmos, descartando o aspecto comunitário do ato de dirigir.

Como perito do Congresso em Psicologia do Trânsito, o Dr. James acredita que a causa principal da ira de trânsito não são os congestionamentos ou mais motoristas nas ruas, e sim como nossa cultura visualiza a direção agressiva. As crianças aprendem que as regras normais em relação ao comportamento e à civilidade não se aplicam quando dirigimos um carro. Elas podem ver seus pais envolvidos em comportamentos de disputa ao volante, mudando de faixa continuamente ou dirigindo em alta velocidade, sempre com pressa para chegar ao destino.

Para complicar as coisas, por vários anos psicólogos sugeriam que o melhor meio para aliviar a raiva era descarregar a frustração. Estudos mostram, no entanto, que a descarga de frustrações não ajuda a aliviar a raiva. Em uma situação de ira de trânsito, a descarga de frustrações pode transformar um incidente em uma violenta briga.

Com isso em mente, não é surpresa que brigas violentas aconteçam algumas vezes. A maioria das pessoas está predisposta a apresentar um comportamento irracional quando dirige. Dr. James vai ainda além e afirma que a maior parte das pessoas fica emocionalmente incapacitada quando dirige. O que deve ser feito, dizem os psicólogos, é estar ciente de seu estado emocional e fazer as escolhas corretas, mesmo quando estiver tentado a agir só com a emoção.

(Jonathan Strickland. Disponível em: [http://carros.hsw.uol.com.br/furia-no-transito1 .htm](http://carros.hsw.uol.com.br/furia-no-transito1.htm). Acesso em: 01.08.2013. Adaptado)

3-) Tomando por base as informações contidas no texto, é correto afirmar que

(A) os comportamentos de disputa ao volante acontecem à medida que os motoristas se envolvem em decisões conscientes.

(B) segundo psicólogos, as brigas no trânsito são causadas pela constante preocupação dos motoristas com o aspecto comunitário do ato de dirigir.

(C) para Dr. James, o grande número de carros nas ruas é o principal motivo que provoca, nos motoristas, uma direção agressiva.

(D) o ato de dirigir um carro envolve uma série de experiências e atividades não só individuais como também sociais.

(E) dirigir mal pode estar associado à falta de controle das emoções positivas por parte dos motoristas.

4. A ira de trânsito

(A) aprimora uma atitude de reconhecimento de regras.

(B) implica tomada de decisões sem racionalidade.

(C) conduz a um comportamento coerente.

(D) resulta do comportamento essencialmente comunitário dos motoristas.

(E) decorre de imperícia na condução de um veículo.

5. De acordo com o perito Dr. James,

(A) os congestionamentos representam o principal fator para a ira no trânsito.

(B) a cultura dos motoristas é fator determinante para o aumento de suas frustrações.

(C) o motorista, ao dirigir, deve ser individualista em suas ações, a fim de expressar sua liberdade e garantir que outros motoristas não o irrite.

(D) a principal causa da direção agressiva é o desconhecimento das regras de trânsito.

(E) o comportamento dos pais ao dirigirem com ira contradiz o aprendizado das crianças em relação às regras de civilidade.

(TRF 3ª região/2014) Para responder às questões de números 6 e 7 considere o texto abaixo.

Toda ficção científica, de Metrópolis ao Senhor dos anéis, baseia-se, essencialmente, no que está acontecendo no mundo no momento em que o filme foi feito. Não no futuro ou numa galáxia distante, muitos e muitos anos atrás, mas agora mesmo, no presente, simbolizado em projeções que nos confortam e tranquilizam ao nos oferecer uma adequada distância de tempo e espaço.

Na ficção científica, a sociedade se permite sonhar seus piores problemas: desumanização, superpopulação, totalitarismo, loucura, fome, epidemias. Não se imita a realidade, mas imagina-se, sonha-se, cria-se outra realidade onde possamos colocar e resolver no plano da imaginação tudo o que nos incomoda no cotidiano. O elemento essencial para guiar a lógica interna do gênero, cuja quebra implica o fim da magia, é a ciência. Por isso, tecnologia é essencial ao gênero. Parte do poder desse tipo de magia cinematográfica está em concretizar, diante dos nossos olhos, objetos possíveis, mas inexistentes: carros voadores, robôs inteligentes. Como parte dessas coisas imaginadas acaba se tornando realidade, o gênero reforça a sensação de que estamos vendo na tela projeções das nossas possibilidades coletivas futuras.

(Adaptado de: BAHIANA, Ana Maria. Como ver um filme. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. formato ebook.)

6-) Considere:

I. Segundo o texto, na ficção científica abordam-se, com distanciamento de tempo e espaço, questões controversas e moralmente incômodas da sociedade atual, de modo que a solução oferecida pela fantasia possa ser aplicada para resolver os problemas da realidade.

II. Parte do poder de convencimento da ficção científica deriva do fato de serem apresentados ao espectador objetos imaginários que, embora não existam na vida real, estão, de algum modo, conectados à realidade.

III. A ficção científica extrapola os limites da realidade, mas baseia-se naquilo que, pelo menos em teoria, acredita-se que seja possível.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II.

7-) Sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical, o termo *sonhar*, em ... a sociedade se permite sonhar seus piores problemas... (2o parágrafo), pode ser substituído por:

- (A) descansar.
- (B) desprezar.
- (C) esquecer.
- (D) fugir.
- (E) imaginar.

(TRF 3ª região/2014) Atenção: Para responder às questões de números 8 a 10 considere o texto abaixo.

Texto I

O canto das sereias é uma imagem que remonta às mais luminosas fontes da mitologia e da literatura gregas. As versões da fábula variam, mas o sentido geral da trama é comum.

As sereias eram criaturas sobre-humanas. Ninfas de extraordinária beleza, viviam sozinhas numa ilha do Mediterrâneo, mas tinham o dom de chamar a si os navegantes, graças ao irresistível poder de sedução do seu canto. Atraídos por aquela melodia divina, os navios batiam nos recifes submersos da beira-mar e naufragavam. As sereias então devoravam impiedosamente os tripulantes.

Doce o caminho, amargo o fim. Como escapar com vida do canto das sereias? A literatura grega registra duas soluções vitoriosas. Uma delas foi a saída encontrada por Orfeu, o incomparável gênio da música e da poesia.

Quando a embarcação na qual ele navegava entrou inadvertidamente no raio de ação das sereias, ele conseguiu impedir a tripulação de perder a cabeça tocando uma música ainda mais sublime do que aquela que vinha da ilha. O navio atravessou incólume a zona de perigo.

A outra solução foi a de Ulisses. Sua principal arma para vencer as sereias foi o reconhecimento franco e corajoso da sua fraqueza e da sua falibilidade – a aceitação dos seus inescapáveis limites humanos.

Ulisses sabia que ele e seus homens não teriam firmeza para resistir ao apelo das sereias. Por isso, no momento em que a embarcação se aproximou da ilha, mandou que todos os tripulantes tapassem os ouvidos com cera e ordenou que o amarrassem ao mastro central do navio. O surpreendente é que Ulisses não tapou com cera os próprios ouvidos – ele quis ouvir. Quando chegou a hora, Ulisses foi seduzido pelas sereias e fez de tudo para convencer os tripulantes a deixarem-no livre para ir juntar-se a elas. Seus subordinados, contudo, cumpriram fielmente a ordem de não soltá-lo até que estivessem longe da zona de perigo.

Orfeu escapou das sereias como divindade; Ulisses, como mortal. Ao se aproximar das sereias, a escolha diante do herói era clara: a falsa promessa de gratificação imediata, de um lado, e o bem permanente do seu projeto de vida – prosseguir viagem, retornar a Ítaca, reconquistar Penélope –, do outro. A verdadeira vitória de Ulisses foi contra ele mesmo. Foi contra a fraqueza, o oportunismo suicida e a surdez delirante que ele soube reconhecer em sua própria alma.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. Auto-engano. São Paulo, Cia. das Letras, 1997. Formato eBook)

8-) Há no texto

(A) comparação entre os meios que Orfeu e Ulisses usam para enfrentar o desafio que se apresenta a eles.

(B) rivalidade entre o mortal Ulisses e o divino Orfeu, cujo talento musical causava inveja ao primeiro.

(C) juízo de valor a respeito das atitudes das sereias em relação aos navegantes e elogio à astúcia de Orfeu.

(D) crítica à forma pouco original com que Orfeu decide enganar as sereias e elogio à astúcia de Ulisses.

(E) censura à atitude arriscada de Ulisses, cuja ousadia quase lhe custou seu projeto de vida.

9-) Depreende-se do texto que as sereias atingiam seus objetivos por meio de

- (A) intolerância.
- (B) dissimulação.
- (C) lisura.
- (D) observação.
- (E) condescendência.

10-) O navio atravessou *incólume* a zona de perigo. (4o parágrafo). Mantém-se o sentido original do texto substituindo-se o elemento grifado por

- (A) insolente.
- (B) inatingível.
- (C) intacto.
- (D) inativo.
- (E) impalpável.

GABARITO

- 1- B 2-A 3-D 4-B 5-E
- 6- D 7-E 8-A 9-B 10-C

## 2. SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS

- Sinônimos

São palavras de sentido igual ou aproximado: alfabeto - abecedário; brado, grito - clamor; extinguir, apagar - abolir.

Observação: A contribuição greco-latina é responsável pela existência de numerosos pares de sinônimos: adversário e antagonista; translúcido e diáfano; semicírculo e hemicírculo; contraveneno e antídoto; moral e ética; colóquio e diálogo; transformação e metamorfose; oposição e antítese.

- Antônimos

São palavras de significação oposta: ordem - anarquia; soberba - humildade; louvar - censurar; mal - bem.

Observação: A antonímia pode originar-se de um prefixo de sentido oposto ou negativo: bendizer e maldizer; simpático e antipático; progredir e regredir; concórdia e discórdia; ativo e inativo; esperar e desesperar; comunista e anticomunista; simétrico e assimétrico.

O que são Homônimos e Parônimos:

- Homônimos

a) Homógrafos: são palavras iguais na escrita e diferentes na pronúncia:

rego (subst.) e rego (verbo);  
colher (verbo) e colher (subst.);  
jogo (subst.) e jogo (verbo);  
denúncia (subst.) e denuncia (verbo);  
providência (subst.) e providencia (verbo).

b) Homófonos: são palavras iguais na pronúncia e diferentes na escrita:

acender (atear) e ascender (subir);  
concertar (harmonizar) e consertar (reparar);  
cela (compartimento) e sela (arreio);  
censo (recenseamento) e senso (juízo);  
paço (palácio) e passo (andar).

c) Homógrafos e homófonos simultaneamente: São palavras iguais na escrita e na pronúncia:

caminho (subst.) e caminho (verbo);  
cedo (verbo) e cedo (adv.);  
livre (adj.) e livre (verbo).

- Parônimos

São palavras parecidas na escrita e na pronúncia: coro e couro; cesta e sesta; eminente e iminente; osso e ouço; sede e cede; cumprimento e cumprimento; tetânico e titânico; autuar e atuar; degradar e degredar; infligir e infringir; deferir e diferir; suar e soar.

Questões sobre Significação das Palavras

01. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas da frase abaixo:

Da mesma forma que os italianos e japoneses \_\_\_\_\_ para o Brasil no século passado, hoje os brasileiros \_\_\_\_\_ para a Europa e para o Japão, à busca de uma vida melhor; internamente, \_\_\_\_\_ para o Sul, pelo mesmo motivo.

- a) imigraram - emigram - migram
- b) migraram - imigram - emigram
- c) emigraram - migram - imigram.
- d) emigraram - imigram - migram.
- e) imigraram - migram - emigram

Agente de Apoio – Microinformática – VUNESP – 2013 -  
Leia o texto para responder às questões de números 02 e 03.

Alunos de colégio fazem robôs com sucata eletrônica

Você comprou um smartphone e acha que aquele seu celular antigo é imprestável? Não se engane: o que é lixo para alguns pode ser matéria-prima para outros. O CMID – Centro Marista de Inclusão Digital –, que funciona junto ao Colégio Marista de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, ensina os alunos do colégio a fazer robôs a partir de lixo eletrônico.

Os alunos da turma avançada de robótica, por exemplo, constroem carros com sensores de movimento que respondem à aproximação das pessoas. A fonte de energia vem de baterias de celular. “Tirando alguns sensores, que precisamos comprar, é tudo reciclagem”, comentou o instrutor de robótica do CMID, Leandro Schneider. Esses alunos também aprendem a consertar computadores antigos. “O nosso projeto só funciona por causa do lixo eletrônico. Se tivéssemos que comprar tudo, não seria viável”, completou.

Em uma época em que celebridades do mundo digital fazem campanha a favor do ensino de programação nas escolas, é inspirador o relato de Dionatan Gabriel, aluno da turma avançada de robótica do CMID que, aos 16 anos, já sabe qual será sua profissão. “Quero ser programador. No início das aulas, eu achava meio chato, mas depois fui me interessando”, disse.

(Giordano Tronco, www.techtudo.com.br, 07.07.2013. Adaptado)

02. A palavra em destaque no trecho –“Tirando alguns sensores, que precisamos comprar, é tudo reciclagem”... – pode ser substituída, sem alteração do sentido da mensagem, pela seguinte expressão:

- A) Pelo menos
- B) A contar de
- C) Em substituição a
- D) Com exceção de
- E) No que se refere a

03. Assinale a alternativa que apresenta um antônimo para o termo destacado em – ...“No início das aulas, eu achava meio chato, mas depois fui me interessando”, disse.

- A) Estimulante.
- B) Cansativo.
- C) Irritante.
- D) Confuso.
- E) Improdutivo.

04. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013). Analise as afirmações a seguir.

I. Em – Há sete anos, Fransley Lapavani Silva está preso por homicídio. – o termo em destaque pode ser substituído, sem alteração do sentido do texto, por “faz”.

II. A frase – Todo preso deseja a libertação. – pode ser reescrita da seguinte forma – Todo preso aspira à libertação.

III. No trecho – ... estou sendo olhado de forma diferente aqui no presídio devido ao bom comportamento. – pode-se substituir a expressão em destaque por “em razão do”, sem alterar o sentido do texto.

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, apenas.
- E) I e II, apenas.

05. Leia as frases abaixo:

1 - Assisti ao \_\_\_\_\_ do balé Bolshoi;

- 2 - Daqui \_\_\_\_\_ pouco vão dizer que \_\_\_\_\_ vida em Marte.  
 3 - As \_\_\_\_\_ da câmara são verdadeiros programas de humor.  
 4 - \_\_\_\_\_ dias que não falo com Alfredo.

Escolha a alternativa que oferece a sequência correta de vocábulos para as lacunas existentes:

- a) concerto – há – a – sessões – há;  
 b) conserto – a – há – sessões – há;  
 c) concerto – a – há – seções – a;  
 d) concerto – a – há – sessões – há;  
 e) conserto – há – a – sessões – a .

06. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013-adap.). Considere o seguinte trecho para responder à questão.

Adolescentes vivendo em famílias que não lhes transmitiram valores sociais altruísticos, formação moral e não lhes impuseram limites de disciplina.

- O sentido contrário (antônimo) de altruísticos, nesse trecho, é:  
 A) de desprendimento.                      B) de responsabilidade.  
 C) de abnegação.                              D) de amor.  
 E) de egoísmo.

07. Assinale o único exemplo cuja lacuna deve ser preenchida com a primeira alternativa da série dada nos parênteses:

- A) Estou aqui \_\_\_\_\_ de ajudar os flagelados das enchentes. (afim- a fim).  
 B) A bandeira está \_\_\_\_\_. (arreada - arriada).  
 C) Serão punidos os que \_\_\_\_\_ o regulamento. (infringirem - infringirem).  
 D) São sempre valiosos os \_\_\_\_\_ dos mais velhos. (concelhos - conselhos).  
 E) Moro \_\_\_\_\_ cem metros da praça principal. (a cerca de - acerca de).

08. Assinale a alternativa correta, considerando que à direita de cada palavra há um sinônimo.

- a) emergir = vir à tona; imergir = mergulhar  
 b) emigrar = entrar (no país); imigrar = sair (do país)  
 c) delatar = expandir; dilatar = denunciar  
 d) deferir = diferenciar; diferir = conceder  
 e) dispensa = cômodo; despensa = desobrigação

09. (Agente de Apoio Operacional – VUNESP – 2013). Leia o texto a seguir.

Temos o poder da escolha

Os consumidores são assediados pelo marketing a todo momento para comprarem além do que necessitam, mas somente eles podem decidir o que vão ou não comprar. É como se abrissem em nós uma “caixa de necessidades”, mas só nós temos o poder da escolha.

Cada vez mais precisamos do consumo consciente. Será que paramos para pensar de onde vem o produto que estamos consumindo e se os valores da empresa são os mesmos em que acredita-

mos? A competitividade entre as empresas exige que elas evoluam para serem opções para o consumidor. Nos anos 60, saber fabricar qualquer coisa era o suficiente para ter uma empresa. Nos anos 70, era preciso saber fazer com qualidade e altos índices de produção. Já no ano 2000, a preocupação era fazer melhor ou diferente da concorrência e as empresas passaram a atuar com responsabilidade socioambiental.

O consumidor tem de aprender a dizer não quando a sua relação com a empresa não for boa. Se não for boa, deve comprar o produto em outro lugar. Os cidadãos não têm ideia do poder que possuem.

É importante, ainda, entender nossa relação com a empresa ou produto que vamos eleger. Temos uma expectativa, um envolvimento e aceitação e a preferência dependerá das ações que aprovamos ou não nas empresas, pois podemos mudar de ideia.

Há muito a ser feito. Uma pesquisa mostrou que 55,4% das pessoas acreditam no consumo consciente, mas essas mesmas pessoas admitem que já compraram produto pirata. Temos de refletir sobre isso para mudar nossas atitudes.

(Jornal da Tarde 24.04.2007. Adaptado)

No trecho – Temos uma expectativa, um envolvimento e acei-  
tação... –, a palavra destacada apresenta sentido contrário de

- A) vontade.                                      B) apreciação.  
 C) avaliação.                                  D) rejeição.  
 E) indiferença.

10. (Agente de Apoio Operacional – VUNESP – 2013). Na frase – Os consumidores são assediados pelo marketing... –, a palavra destacada pode ser substituída, sem alteração de sentido, por:

- A) perseguidos.                                  B) ameaçados.  
 C) acompanhados.                              D) gerados.  
 E) preparados.

GABARITO

01. A    02. D    03. A    04. A    05. D  
 06. E    07. E    08. A    09. D    10. A

COMENTÁRIOS

1-) Da mesma forma que os italianos e japoneses imigram para o Brasil no século passado, hoje os brasileiros emigram para a Europa e para o Japão, à busca de uma vida melhor; internamente, migram para o Sul, pelo mesmo motivo.

2-) “Com exceção de alguns sensores, que precisamos comprar, é tudo reciclagem”...

3-) antônimo para o termo destacado : “No início das aulas, eu achava meio chato, mas depois fui me interessando”

“No início das aulas, eu achava meio estimulante, mas depois fui me interessando”

4-) I. Em – Há sete anos, Fransley Lapavani Silva está preso por homicídio. – o termo em destaque pode ser substituído, sem alteração do sentido do texto, por “faz”. = correta

II. A frase – Todo preso deseja a libertação. – pode ser reescrita da seguinte forma – Todo preso aspira à libertação. = correta



III. No trecho – ... estou sendo olhado de forma diferente aqui no presídio devido ao bom comportamento. – pode-se substituir a expressão em destaque por “em razão do”, sem alterar o sentido do texto. = correta

- 5-) 1 - Assisti ao concerto do balé Bolshoi;  
 2 - Daqui a pouco vão dizer que há (= existe) vida em Marte.  
 3 – As sessões da câmara são verdadeiros programas de humor.  
 4 - Há dias que não falo com Alfredo. (= tempo passado)

6-) Adolescentes vivendo em famílias que não lhes transmitiram valores sociais altruísticos, formação moral e não lhes impuseram limites de disciplina.

O sentido contrário (antônimo) de altruísticos, nesse trecho, é de egoísmo

Altruísmo é um tipo de comportamento encontrado nos seres humanos e outros seres vivos, em que as ações de um indivíduo beneficiam outros. É sinônimo de filantropia. No sentido comum do termo, é muitas vezes percebida, também, como sinônimo de solidariedade. Esse conceito opõe-se, portanto, ao egoísmo, que são as inclinações específica e exclusivamente individuais (pessoais ou coletivas).

7-) A) Estou aqui a fim de ajudar os flagelados das enchentes. (afim = O adjetivo “afim” é empregado para indicar que uma coisa tem afinidade com a outra. Há pessoas que têm temperamentos afins, ou seja, parecidos)

B) A bandeira está arriada. (arrear = colocar arreo no cavalo)

C) Serão punidos os que infringirem o regulamento. (infringirem = aplicarem a pena)

D) São sempre valiosos os conselhos dos mais velhos; (concelhos= Porção territorial ou parte administrativa de um distrito).

E) Moro a cerca de cem metros da praça principal. (acerca de = Acerca de é sinônimo de “a respeito de”).

8-) b) emigrar = entrar (no país); imigrar = sair (do país) = significados invertidos

c) delatar = expandir; dilatar = denunciar = significados invertidos

d) deferir = diferenciar; diferir = conceder = significados invertidos

e) dispensa = cômodo; despensa = desobrigação = significados invertidos

9-) Temos uma expectativa, um envolvimento e aceitação... –, a palavra destacada apresenta sentido contrário de rejeição.

10-) Os consumidores são assediados pelo marketing... –, a palavra destacada pode ser substituída, sem alteração de sentido, por perseguidos.

### 3. SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS

Na língua portuguesa, uma PALAVRA (do latim parabolá, que por sua vez deriva do grego parabolé) pode ser definida como sendo um conjunto de letras ou sons de uma língua, juntamente com a ideia associada a este conjunto.

#### Sentido Próprio e Figurado das Palavras

Pela própria definição acima destacada podemos perceber que a palavra é composta por duas partes, uma delas relacionada a sua forma escrita e os seus sons (denominada significante) e a outra relacionada ao que ela (palavra) expressa, ao conceito que ela traz (denominada significado).

Em relação ao seu SIGNIFICADO as palavras subdividem-se assim:

- Sentido Próprio - é o sentido literal, ou seja, o sentido comum que costumamos dar a uma palavra.

- Sentido Figurado - é o sentido “simbólico”, “figurado”, que podemos dar a uma palavra.

Vamos analisar a palavra cobra utilizada em diferentes contextos:

1. A cobra picou o menino. (cobra = tipo de réptil peçonhento)

2. A sogra dele é uma cobra. (cobra = pessoa desagradável, que adota condutas pouco apreciáveis)

3. O cara é cobra em Física! (cobra = pessoa que conhece muito sobre alguma coisa, “expert”)

No item 1 aplica-se o termo cobra em seu sentido comum (ou literal); nos itens 2 e 3 o termo cobra é aplicado em sentido figurado.

Podemos então concluir que um mesmo significante (parte concreta) pode ter vários significados (conceitos).

#### Denotação e Conotação

- Denotação: verifica-se quando utilizamos a palavra com o seu significado primitivo e original, com o sentido do dicionário; usada de modo automatizado; linguagem comum. Veja este exemplo: Cortaram as asas da ave para que não voasse mais.

Aqui a palavra em destaque é utilizada em seu sentido próprio, comum, usual, literal.

**MINHA DICA** - Procure associar **Denotação** com **Dicionário**: trata-se de definição literal, quando o termo é utilizado em seu sentido dicionarístico.

- Conotação: verifica-se quando utilizamos a palavra com o seu significado secundário, com o sentido amplo (ou simbólico); usada de modo criativo, figurado, numa linguagem rica e expressiva. Veja este exemplo:

Seria aconselhável cortar as asas deste menino, antes que seja tarde demais.

Já neste caso o termo (asas) é empregado de forma figurada, fazendo alusão à ideia de restrição e/ou controle de ações; disciplina, limitação de conduta e comportamento.



**Questões sobre Denotação e Conotação**

01. (Agente de Apoio – Microinformática – VUNESP – 2013). Uma frase empregada – exclusivamente – com sentido figurado é:

- A) Não é o tipo de companhia que se quer para tomar um vinho ou ir ao cinema.
- B) No início de maio, Buffett convidou um sujeito chamado Doug Kass para participar de um dos painéis que compuseram a reunião anual de investidores de sua empresa, a Berkshire Hathaway.
- C) Buffett queria entender o porquê.
- D) Questiona.
- E) Coloca o dedo na ferida.

02. (Agente de Apoio Operacional – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa que apresenta palavra empregada no sentido figurado.

- A)...somente eles podem decidir o que vão ou não comprar.
- B) Há consumidores que gastam rios de dinheiro com superfluos.
- C)... deve comprar o produto em outro lugar.
- D)... de onde vem o produto que estamos consumindo...
- E) Temos de refletir sobre isso para mudar nossas atitudes.

03. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013). Leia o texto a seguir.

“Xadrez que liberta”: estratégia, concentração e reeducação

João Carlos de Souza Luiz cumpre pena há três anos e dois meses por assalto. Fransley Lapavani Silva está há sete anos preso por homicídio. Os dois têm 30 anos. Além dos muros, grades, cadeados e detectores de metal, eles têm outros pontos em comum: tabuleiros e peças de xadrez.

O jogo, que eles aprenderam na cadeia, além de uma válvula de escape para as horas de tédio, tornou-se uma metáfora para o que pretendem fazer quando estiverem em liberdade.

“Quando você vai jogar uma partida de xadrez, tem que pensar duas, três vezes antes. Se você movimenta uma peça errada, pode perder uma peça de muito valor ou tomar um xeque-mate, instantaneamente. Se eu for para a rua e movimentar a peça errada, eu posso perder uma peça muito importante na minha vida, como eu perdi três anos na cadeia. Mas, na rua, o problema maior é tomar o xeque-mate”, afirma João Carlos.

O xadrez faz parte da rotina de cerca de dois mil internos em 22 unidades prisionais do Espírito Santo. É o projeto “Xadrez que liberta”. Duas vezes por semana, os presos podem praticar a atividade sob a orientação de servidores da Secretaria de Estado da Justiça (Sejus). Na próxima sexta-feira, será realizado o primeiro torneio fora dos presídios desde que o projeto foi implantado. Vinte e oito internos de 14 unidades participam da disputa, inclusive João Carlos e Fransley, que diz que a vitória não é o mais importante.

“Só de chegar até aqui já estou muito feliz, porque eu não esperava. A vitória não é tudo. Eu espero alcançar outras coisas devido ao xadrez, como ser olhado com outros olhos, como estou sendo olhado de forma diferente aqui no presídio devido ao bom comportamento”.

Segundo a coordenadora do projeto, Franciany Cândido Venturin, o “Xadrez que liberta” tem provocado boas mudanças no comportamento dos presos. “Tem surtido um efeito positivo por eles se tornarem uma referência positiva dentro da unidade, já que cumprem melhor as regras, respeitam o próximo e pensam melhor nas suas ações, refletem antes de tomar uma atitude”.

Embora a Sejus não monitore os egressos que ganham a liberdade, para saber se mantêm o hábito do xadrez, João Carlos já faz planos. “Eu incentivo não só os colegas, mas também minha família. Sou casado e tenho três filhos. Já passei para a minha família: xadrez, quando eu sair para a rua, todo mundo vai ter que aprender porque vai rolar até o torneio familiar”.

“Medidas de promoção de educação e que possibilitem que o egresso saia melhor do que entrou são muito importantes. Nós não temos pena de morte ou prisão perpétua no Brasil. O preso tem data para entrar e data para sair, então ele tem que sair sem retornar para o crime”, analisa o presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Bruno Alves de Souza Toledo.

(Disponível em: [www.inapbrasil.com.br/en/noticias/xadrez-que-liberta-estrategia-concentracao-e-reeducacao/6/noticias](http://www.inapbrasil.com.br/en/noticias/xadrez-que-liberta-estrategia-concentracao-e-reeducacao/6/noticias).

Acesso em: 18.08.2012. Adaptado)

Considerando o contexto em que as seguintes frases foram produzidas, assinale a alternativa em que há emprego figurado das palavras.

- A) O xadrez faz parte da rotina de cerca de dois mil internos em 22 unidades prisionais do Espírito Santo.
- B) Além dos muros, grades, cadeados e detectores de metal, eles têm outros pontos em comum...
- C) Nós não temos pena de morte ou prisão perpétua no Brasil.
- D) “Mas, na rua, o problema maior é tomar o xeque-mate”, afirma João Carlos.
- E) Já passei para a minha família: xadrez, quando eu sair para a rua, todo mundo vai ter que aprender...

04. (Agente de Promotoria – Assessoria – VUNESP – 2013). Leia o texto a seguir.

Na FLIP, como na Copa

RIO DE JANEIRO – Durante entrevista na Festa Literária Internacional de Paraty deste ano, o cantor Gilberto Gil criticou as arquibancadas dos estádios brasileiros em jogos da Copa das Confederações.

Poderia ter dito o mesmo sobre a plateia da Tenda dos Autores, para a qual ele e mais de 40 outros se apresentaram. A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa: classe média alta.

Na Flip, como nas Copas por aqui, pobre só aparece “como prestador de serviço”, para citar uma participante de um protesto em Paraty, antontem.

Como lembrou outro dos convidados da festa literária, o mexicano Juan Pablo Villalobos, esse cenário é “um espelho do que é o Brasil”.

(Marco Aurélio Canônico, Na Flip, como na Copa. Folha de S.Paulo, 08.07.2013. Adaptado)

O termo *espelho* está empregado em sentido

- A) figurado, significando qualidade.
- B) próprio, significando modelo.

- C) figurado, significando advertência.
- D) próprio, significando símbolo.
- E) figurado, significando reflexo.

05. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013). Leia o texto a seguir.

#### Violência epidêmica

A violência urbana é uma enfermidade contagiosa. Embora possa acometer indivíduos vulneráveis em todas as classes sociais, é nos bairros pobres que ela adquire características epidêmicas.

A prevalência varia de um país para outro e entre as cidades de um mesmo país, mas, como regra, começa nos grandes centros urbanos e se dissemina pelo interior.

As estratégias que as sociedades adotam para combater a violência variam muito e a prevenção das causas evoluiu muito pouco no decorrer do século 20, ao contrário dos avanços ocorridos no campo das infecções, câncer, diabetes e outras enfermidades.

A agressividade impulsiva é consequência de perturbações nos mecanismos biológicos de controle emocional. Tendências agressivas surgem em indivíduos com dificuldades adaptativas que os tornam despreparados para lidar com as frustrações de seus desejos.

A violência é uma doença. Os mais vulneráveis são os que tiveram a personalidade formada num ambiente desfavorável ao desenvolvimento psicológico pleno.

A revisão de estudos científicos permite identificar três fatores principais na formação das personalidades com maior inclinação ao comportamento violento:

- 1) Crianças que apanharam, foram vítimas de abusos, humilhadas ou desprezadas nos primeiros anos de vida.
- 2) Adolescentes vivendo em famílias que não lhes transmitiram valores sociais altruísticos, formação moral e não lhes impuseram limites de disciplina.
- 3) Associação com grupos de jovens portadores de comportamento antissocial.

Na periferia das cidades brasileiras vivem milhões de crianças que se enquadram nessas três condições de risco. Associados à falta de acesso aos recursos materiais, à desigualdade social, esses fatores de risco criam o caldo de cultura que alimenta a violência crescente nas cidades.

Na falta de outra alternativa, damos à criminalidade a resposta do aprisionamento. Porém, seu efeito é passageiro: o criminoso fica impedido de delinquir apenas enquanto estiver preso. Ao sair, estará mais pobre, terá rompido laços familiares e sociais e dificilmente encontrará quem lhe dê emprego. Ao mesmo tempo, na prisão, terá criado novas amizades e conexões mais sólidas com o mundo do crime.

Construir cadeias custa caro; administrá-las, mais ainda. Obrigados a optar por uma repressão policial mais ativa, aumentaremos o número de prisioneiros. As cadeias continuarão superlotadas.

Seria mais sensato investir em educação, para prevenir a criminalidade e tratar os que ingressaram nela.

Na verdade, não existe solução mágica a curto prazo. Precisamos de uma divisão de renda menos brutal, motivar os policiais a executar sua função com dignidade, criar leis que acabem com a impunidade dos criminosos bem-sucedidos e construir cadeias novas para substituir as velhas.

Enquanto não aprendermos a educar e oferecer medidas preventivas para que os pais evitem ter filhos que não serão capazes de criar, cabe a nós a responsabilidade de integrá-los na sociedade por meio da educação formal de bom nível, das práticas esportivas e da oportunidade de desenvolvimento artístico.

(Drauzio Varella. In Folha de S.Paulo, 9 mar.2002. Adaptado)

Assinale a alternativa em cuja frase foi empregada palavra ou expressão com sentido figurado.

- A) Tendências agressivas surgem em indivíduos com dificuldades adaptativas...(4.º parágrafo)
- B) A revisão de estudos científicos permite identificar três fatores principais na formação das personalidades com maior inclinação ao comportamento violento...(6.º parágrafo)
- C) As estratégias que as sociedades adotam para combater a violência variam...(3.º parágrafo)
- D) ...esses fatores de risco criam o caldo de cultura que alimenta a violência crescente nas cidades. (10.º parágrafo)
- E) Os mais vulneráveis são os que tiveram a personalidade formada num ambiente desfavorável ao desenvolvimento psicológico pleno. (5.º parágrafo)

06. O item em que o termo sublinhado está empregado no sentido denotativo é:

- A) “Além dos ganhos econômicos, a nova realidade rendeu frutos políticos.”
- B) “...com percentuais capazes de causar inveja ao presidente.”
- C) “Os genéricos estão abrindo as portas do mercado...”
- D) “...a indústria disparou gordos investimentos.”
- E) “Colheu uma revelação surpreendente:...”

07. (Analista em C&T Júnior – Administração – VUNESP – 2013). Leia o texto a seguir.

O humor deve visar à crítica, não à graça, ensinou Chico Any-sio, o humorista popular. E disse isso quando lhe solicitaram considerar o estado atual do riso brasileiro. Nos últimos anos de vida, o escritor contribuía para o cômico apenas em sua porção de ator, impedido pela televisão brasileira de produzir textos. E o que ele dizia sobre a risada ajuda a entender a acomodação de muitos humoristas contemporâneos. Porque, quando eles humilham aqueles julgados inferiores, os pobres, os analfabetos, os negros, os nordestinos, todos os oprimidos que parece fácil espezinhar, não funcionam bem como humoristas. O humor deve ser o oposto disto, uma restauração do que é justo, para a qual desancar aqueles em condições piores do que as suas não vale. Rimos, isso sim, do superior, do arrogante, daquele que rouba nosso lugar social.

O curioso é perceber como o Brasil de muito tempo atrás sabia disso, e o ensinava por meio de uma imprensa ocupada em ferir a brutal desigualdade entre os seres e as classes. Ao percorrer o extenso volume da História da Caricatura Brasileira (Gala Edições), compreendemos que tal humor primitivo não praticava um rosário de ofensas pessoais. Naqueles dias, humor parecia ser apenas, e necessariamente, a virulência em relação aos modos opressivos do poder.

A amplitude dessa obra é inédita. Saem da obscuridade os nomes que sucederam ao mais aclamado dos artistas a produzir arte naquele Brasil, Angelo Agostini. Corcundas magros, corcundas

gordos, corcovas com cabeça de burro, todos esses seres compostos em aspecto polimórfico, com expressivo valor gráfico, eram os responsáveis por ilustrar a subserviência a estender-se pela Corte Imperial. Contra a escravidão, o comodismo dos bem--postos e dos covardes imperialistas, esses artistas operavam seu espírito crítico em jornais de todos os cantos do País.

(Carta Capital.13.02.2013. Adaptado)

Na frase –... *compreendemos que tal humor primitivo não praticava um rosário de ofensas pessoais.* –, observa-se emprego de expressão com sentido figurado, o que ocorre também em:

A) O livro sobre a história da caricatura estabelece marcos inaugurais em relação a essa arte.

B) O trabalho do caricaturista pareceu tão importante a seus contemporâneos que recebeu o nome de “nova invenção artística.”

C) Manoel de Araújo Porto-Alegre foi o primeiro profissional dessa arte e o primeiro a produzir caricaturas no Brasil.

D) O jornal alternativo em 1834 zunia às orelhas de todos e atacava esta ou aquela personagem da Corte.

E) O livro sobre a arte caricatural respeita cronologicamente os acontecimentos da história brasileira, suas temáticas políticas e sociais.

08. (Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas – VUNESP – 2013). Leia o texto a seguir.

Tomadas e oboés

“O do meio, com heliponto, tá vendo?”, diz o taxista, apontando o enorme prédio espelhado, do outro lado da marginal: “A parte elétrica, inteirinha, meu cunhado que fez”. Ficamos admirando o edifício parcialmente iluminado ao cair da tarde e penso menos no tamanho da empreitada do que em nossa variegada humanidade: uns se dedicam à escrita, outros a instalações elétricas, lembro-me do meu tio Augusto, que vive de tocar oboé. “Fio, disjuntor, tomada, tudo!”, insiste o motorista, com tanto orgulho que chega a contaminar-me.

Pergunto quantas tomadas ele acha que tem, no prédio todo. Há quem ria desse tipo de indagação. Meu taxista, não. É um homem sério, eu também, fazemos as contas: uns dez escritórios por andar, cada um com umas seis salas, vezes 30 andares. “Cada sala tem o quê? Duas tomadas?”

“Cê tá louco! Muito mais! Hoje em dia, com computador, essas coisas? Depois eu pergunto pro meu cunhado, mas pode botar aí pra uma média de seis tomadas/sala.”

Ok:  $10 \times 6 \times 6 \times 30 = 10.800$ . Dez mil e oitocentas tomadas!

Há 30, 40 anos, uma hora dessas, a maior parte das tomadas já estaria dormindo o sono dos justos, mas a julgar pelo número de janelas acesas, enquanto volto para casa, lentamente, pela marginal, centenas de trabalhadores suam a camisa, ali no prédio: criam logotipos, calculam custos para o escoamento da soja, negociam minério de ferro. Talvez até, quem sabe, deitado num sofá, um homem escute em seu iPod as notas de um oboé.

Alegra-me pensar nesse sujeito de olhos fechados, ouvindo música. Bom saber que, na correria geral, em meio a tantos profissionais que acreditam estar diretamente envolvidos no movimento de rotação da Terra, esse aí reservou-se cinco minutos de contemplação.

Está tarde, contudo. Algo não fecha: por que segue no escritório, esse homem? Por que não voltou para a mulher e os filhos, não foi para o chope ou o cinema? O homem no sofá, entendendo agora, está ainda mais afundado do que os outros. O momento oboé era apenas uma pausa para repor as energias, logo mais voltará à sua mesa e a seus logotipos, à soja ou ao minério de ferro.

“Onze mil, cento e cinquenta”, diz o taxista, me mostrando o celular. Não entendo. “É o SMS do meu cunhado: 11.150 tomadas.”

Olho o prédio mais uma vez, admirado com a instalação elétrica e nossa heteróclita humanidade, enquanto seguimos, feito cágados, pela marginal.

(Antonio Prata, Folha de S.Paulo, 06.03.2013. Adaptado)

No trecho do sexto parágrafo – Bom saber que, na correria geral, em meio a tantos *profissionais que acreditam estar diretamente envolvidos no movimento de rotação da Terra*, esse aí reservou-se cinco minutos de contemplação. –, o segmento em destaque expressa, de modo figurado, um sentido equivalente ao da expressão: profissionais que acreditam ser

A) incompreendidos, que são obrigados a trabalhar além do expediente.

B) desvalorizados, que não são devidamente reconhecidos.

C) indispensáveis, que consideram realizar um trabalho de grande importância.

D) metódicos, que gerenciam com rigidez a vida corporativa.

E) flexíveis, que sabem valorizar os momentos de ócio.

GABARITO

01. E 02. B 03. D 04. E 05. D  
06. B 07. D 08. C

COMENTÁRIOS

1-) Coloca o dedo na ferida.

Frase empregada para dizer que acerta o ponto fraco, onde dói.

2-) Há consumidores que gastam rios de dinheiro com supérfluos.

Exagero, hipérbole.

3-) Mas, na rua, o problema maior é tomar o xeque-mate”, afirma João Carlos.

É o lance que põe fim à partida, acaba com a liberdade, no caso.

4-) O termo *espelho* está empregado em sentido figurado, significando reflexo do que é o país.

5-) criam o caldo de cultura que alimenta a violência crescente nas cidades. (10.º parágrafo)

Criam o ambiente, as situações que alimentam, fortalecem a violência.

6-) com percentuais capazes de causar inveja ao presidente.

Sentido denotativo = empregado com o sentido real da palavra

7-) O jornal alternativo em 1834 zunia às orelhas de todos e atacava esta ou aquela personagem da Corte.

Zunir: Produzir som forte e áspero. Empregado no sentido de “gritar” aos leitores as notícias.

8-) indispensáveis, que consideram realizar um trabalho de grande importância.

Comparando-se ao movimento de rotação, que acontece sem a intervenção de quaisquer trabalhadores, “importantes” ou não.

#### 4. PONTUAÇÃO

Os *sinais de pontuação* são marcações gráficas que servem para compor a coesão e a coerência textual além de ressaltar especificidades semânticas e pragmáticas. Vejamos as principais funções dos sinais de pontuação conhecidos pelo uso da língua portuguesa.

##### Ponto

1- Indica o término do discurso ou de parte dele.

- Façamos o que for preciso para tirá-la da situação em que se encontra.

- Gostaria de comprar pão, queijo, manteiga e leite.

- Acordei. Olhei em volta. Não reconheci onde estava.

2- Usa-se nas abreviações - V. Ex<sup>a</sup>. - Sr.

##### Ponto e Vírgula ( ; )

1- Separa várias partes do discurso, que têm a mesma importância.

- “Os pobres dão pelo pão o trabalho; os ricos dão pelo pão a fazenda; os de espíritos generosos dão pelo pão a vida; os de nenhum espírito dão pelo pão a alma...” (VIEIRA)

2- Separa partes de frases que já estão separadas por vírgulas.

- Alguns quiseram verão, praia e calor; outros, montanhas, frio e cobertor.

3- Separa itens de uma enumeração, exposição de motivos, decreto de lei, etc.

- Ir ao supermercado;

- Pegar as crianças na escola;

- Caminhada na praia;

- Reunião com amigos.

##### Dois pontos

1- Antes de uma citação

- Vejamos como Afrânio Coutinho trata este assunto:

2- Antes de um aposto

- Três coisas não me agradam: chuva pela manhã, frio à tarde e calor à noite.

3- Antes de uma explicação ou esclarecimento

- Lá estava a deplorável família: triste, cabisbaixa, vivendo a rotina de sempre.

4- Em frases de estilo direto

Maria perguntou:

- Por que você não toma uma decisão?

##### Ponto de Exclamação

1- Usa-se para indicar entonação de surpresa, cólera, susto, súplica, etc.

- Sim! Claro que eu quero me casar com você!

2- Depois de interjeições ou vocativos

- Ai! Que susto!

- João! Há quanto tempo!

##### Ponto de Interrogação

Usa-se nas interrogações diretas e indiretas livres.

“- Então? Que é isso? Desertaram ambos?” (Artur Azevedo)

##### Reticências

1- Indica que palavras foram suprimidas.

- Comprei lápis, canetas, cadernos...

2- Indica interrupção violenta da frase.

“- Não... quero dizer... é verdade... Ah!”

3- Indica interrupções de hesitação ou dúvida

- Este mal... pega doutor?

4- Indica que o sentido vai além do que foi dito

- Deixa, depois, o coração falar...

##### Vírgula

##### Não se usa vírgula

\*separando termos que, do ponto de vista sintático, ligam-se diretamente entre si:

a) entre sujeito e predicado.

Todos os alunos da sala foram advertidos.

Sujeito predicado

b) entre o verbo e seus objetos.

O trabalho custou sacrifício aos realizadores.

V.T.D.I. O.D. O.I.

##### Usa-se a vírgula:

- Para marcar intercalação:

a) do adjunto adverbial: O café, em razão da sua abundância, vem caindo de preço.

b) da conjunção: Os cerrados são secos e áridos. Estão produzindo, todavia, altas quantidades de alimentos.

c) das expressões explicativas ou corretivas: As indústrias não querem abrir mão de suas vantagens, isto é, não querem abrir mão dos lucros altos.

- Para marcar inversão:

a) do adjunto adverbial (colocado no início da oração): Depois das sete horas, todo o comércio está de portas fechadas.

b) dos objetos pleonásticos antepostos ao verbo: Aos pesquisadores, não lhes destinaram verba alguma.

c) do nome de lugar anteposto às datas: Recife, 15 de maio de 1982.

- Para separar entre si elementos coordenados (dispostos em enumeração):

Era um garoto de 15 anos, alto, magro.

A ventania levou árvores, e telhados, e pontes, e animais.

- Para marcar eclipse (omissão) do verbo:

Nós queremos comer pizza; e vocês, churrasco.

- Para isolar:

- o aposto:

São Paulo, considerada a metrópole brasileira, possui um trânsito caótico.

- o vocativo:

Ora, Thiago, não diga bobagem.

#### Questões sobre Pontuação

01. (Agente Policial – Vunesp – 2013). Assinale a alternativa em que a pontuação está corretamente empregada, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

(A) Diante da testemunha, o homem abriu a bolsa e, embora, experimentasse a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

(B) Diante, da testemunha o homem abriu a bolsa e, embora experimentasse a sensação, de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

(C) Diante da testemunha, o homem abriu a bolsa e, embora experimentasse a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

(D) Diante da testemunha, o homem, abriu a bolsa e, embora experimentasse a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando, encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

(E) Diante da testemunha, o homem abriu a bolsa e, embora, experimentasse a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando, encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

02. Assinale a opção em que está corretamente indicada a ordem dos sinais de pontuação que devem preencher as lacunas da frase abaixo:

“Quando se trata de trabalho científico \_\_\_ duas coisas devem ser consideradas \_\_\_ uma é a contribuição teórica que o trabalho oferece \_\_\_ a outra é o valor prático que possa ter.

A) dois pontos, ponto e vírgula, ponto e vírgula

B) dois pontos, vírgula, ponto e vírgula;

C) vírgula, dois pontos, ponto e vírgula;

D) pontos vírgula, dois pontos, ponto e vírgula;

E) ponto e vírgula, vírgula, vírgula.

03. (Agente de Apoio Administrativo – FCC – 2013). Os sinais de pontuação estão empregados corretamente em:

A) Duas explicações, do treinamento para consultores iniciantes receberam destaque, o conceito de PPD e a construção de tabelas Price; mas por outro lado, faltou falar das metas de vendas associadas aos dois temas.

B) Duas explicações do treinamento para consultores iniciantes receberam destaque: o conceito de PPD e a construção de tabelas Price; mas, por outro lado, faltou falar das metas de vendas associadas aos dois temas.

C) Duas explicações do treinamento para consultores iniciantes receberam destaque; o conceito de PPD e a construção de tabelas Price, mas por outro lado, faltou falar das metas de vendas associadas aos dois temas.

D) Duas explicações do treinamento para consultores iniciantes, receberam destaque: o conceito de PPD e a construção de tabelas Price, mas, por outro lado, faltou falar das metas de vendas associadas aos dois temas.

E) Duas explicações, do treinamento para consultores iniciantes, receberam destaque; o conceito de PPD e a construção de tabelas Price, mas por outro lado, faltou falar das metas, de vendas associadas aos dois temas.

04. (Escrevente TJ SP – Vunesp 2012). Assinale a alternativa em que o período, adaptado da revista Pesquisa Fapesp de junho de 2012, está correto quanto à regência nominal e à pontuação.

(A) Não há dúvida de que as mulheres ampliam, rapidamente, seu espaço na carreira científica ainda que o avanço seja mais notável em alguns países, o Brasil é um exemplo, do que em outros.

(B) Não há dúvida de que, as mulheres, ampliam rapidamente seu espaço na carreira científica; ainda que o avanço seja mais notável, em alguns países, o Brasil é um exemplo!, do que em outros.

(C) Não há dúvida de que as mulheres, ampliam rapidamente seu espaço, na carreira científica, ainda que o avanço seja mais notável, em alguns países: o Brasil é um exemplo, do que em outros.

(D) Não há dúvida de que as mulheres ampliam rapidamente seu espaço na carreira científica, ainda que o avanço seja mais notável em alguns países – o Brasil é um exemplo – do que em outros.

(E) Não há dúvida de que as mulheres ampliam rapidamente, seu espaço na carreira científica, ainda que, o avanço seja mais notável em alguns países (o Brasil é um exemplo) do que em outros.

05. (Papiloscopista Policial – Vunesp – 2013 – adap.). Assinale a alternativa em que a frase mantém-se correta após o acréscimo das vírgulas.

(A) Se a criança se perder, quem encontrá-la, verá na pulseira instruções para que envie, uma mensagem eletrônica ao grupo ou acione o código na internet.

(B) Um geolocalizador também, avisará, os pais de onde o código foi acionado.

(C) Assim que o código é digitado, familiares cadastrados, recebem automaticamente, uma mensagem dizendo que a criança foi encontrada.

(D) De fabricação chinesa, a nova pulseirinha, chega primeiro às, areias do Guarujá.

(E) O sistema permite, ainda, cadastrar o nome e o telefone de quem a encontrou e informar um ponto de referência

06. Assinale a série de sinais cujo emprego corresponde, na mesma ordem, aos parênteses indicados no texto:

“Pergunta-se ( ) qual é a ideia principal desse parágrafo ( ) A chegada de reforços ( ) a condecoração ( ) o escândalo da opinião pública ou a renúncia do presidente ( ) Se é a chegada de reforços ( ) que relação há ( ) ou mostrou seu autor haver ( ) entre esse fato e os restantes ( )”.

A) vírgula, vírgula, interrogação, interrogação, interrogação, vírgula, vírgula, vírgula, ponto final

B) dois pontos, interrogação, vírgula, vírgula, interrogação, vírgula, travessão, travessão, interrogação

C) travessão, interrogação, vírgula, vírgula, ponto final, travessão, travessão, ponto final, ponto final

D) dois pontos, interrogação, vírgula, ponto final, travessão, vírgula, vírgula, vírgula, interrogação

E) dois pontos, ponto final, vírgula, vírgula, interrogação, vírgula, vírgula, travessão, interrogação

07. (SRF) Das redações abaixo, assinale a que não está pontuada corretamente:

A) Os candidatos, em fila, aguardavam ansiosos o resultado do concurso.

B) Em fila, os candidatos, aguardavam, ansiosos, o resultado do concurso.

C) Ansiosos, os candidatos aguardavam, em fila, o resultado do concurso.

D) Os candidatos ansiosos aguardavam o resultado do concurso, em fila.

E) Os candidatos aguardavam ansiosos, em fila, o resultado do concurso.

08. A frase em que deveria haver uma vírgula é:

A) Comi uma fruta pela manhã e outra à tarde.

B) Eu usei um vestido vermelho na festa e minha irmã usou um vestido azul.

C) Ela tem lábios e nariz vermelhos.

D) Não limpavam a sala nem a cozinha.

09. (Cefet-PR) Assinale o item em que o texto está corretamente pontuado:

A) Não nego, que ao avistar a cidade natal tive uma sensação nova.

B) Não nego que ao avistar, a cidade natal, tive uma sensação nova.

C) Não nego que, ao avistar, a cidade natal, tive uma sensação nova.

D) Não nego que ao avistar a cidade natal tive uma sensação nova.

E) Não nego que, ao avistar a cidade natal, tive uma sensação nova.

#### GABARITO

01. C 02. C 03. B 04. D 05. E

06. B 07. B 08. B 09. E

#### COMENTÁRIOS

1- Assinalei com (X) as pontuações inadequadas

(A) Diante da testemunha, o homem abriu a bolsa e, embora, (X) experimentasse, (X) a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

(B) Diante, (X) da testemunha o homem abriu a bolsa e, embora experimentasse a sensação, (X) de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

(D) Diante da testemunha, o homem, (X) abriu a bolsa e, embora experimentasse a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando, (X) encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

(E) Diante da testemunha, o homem abriu a bolsa e, embora, (X) experimentasse a sensação de violar uma intimidade, procurou a esmo entre as coisinhas, tentando, (X) encontrar algo que pudesse ajudar a revelar quem era a sua dona.

2-) Quando se trata de trabalho científico, duas coisas devem ser consideradas: uma é a contribuição teórica que o trabalho oferece; a outra é o valor prático que possa ter.

vírgula, dois pontos, ponto e vírgula

3-) Assinalei com (X) onde estão as pontuações inadequadas

A) Duas explicações, (X) do treinamento para consultores iniciantes receberam destaque, (X) o conceito de PPD e a construção de tabelas Price; mas por outro lado, faltou falar das metas de vendas associadas aos dois temas.

C) Duas explicações do treinamento para consultores iniciantes receberam destaque; (X) o conceito de PPD e a construção de tabelas Price, (X) mas por outro lado, faltou falar das metas de vendas associadas aos dois temas.

D) Duas explicações do treinamento para consultores iniciantes, (X) receberam destaque: o conceito de PPD e a construção de tabelas Price, (X) mas, por outro lado, faltou falar das metas de vendas associadas aos dois temas.

E) Duas explicações, (X) do treinamento para consultores iniciantes, (X) receberam destaque; (X) o conceito de PPD e a construção de tabelas Price, (X) mas por outro lado, faltou falar das metas, (X) de vendas associadas aos dois temas.

4-) Assinalei com (X) onde estão as pontuações inadequadas

(A) Não há dúvida de que as mulheres ampliam, (X) rapidamente, (X) seu espaço na carreira científica, (X) ainda que o avanço seja mais notável em alguns países, o Brasil é um exemplo, do que em outros.

(B) Não há dúvida de que, (X) as mulheres, (X) ampliam rapidamente seu espaço na carreira científica; (X) ainda que o avanço seja mais notável, (X) em alguns países, o Brasil é um exemplo! (X), do que em outros.

(C) Não há dúvida de que as mulheres, (X) ampliam rapidamente seu espaço, (X) na carreira científica, (X) ainda que o avanço seja mais notável, em alguns países: (X) o Brasil é um exemplo, do que em outros.

(E) Não há dúvida de que as mulheres ampliam rapidamente, (X) seu espaço na carreira científica, ainda que, (X) o avanço seja mais notável em alguns países (o Brasil é um exemplo) do que em outros.

5-) Assinalei com (X) onde estão as pontuações inadequadas

(A) Se a criança se perder, quem encontrá-la, (X) verá na pulseira instruções para que envie, (X) uma mensagem eletrônica ao grupo ou acione o código na internet.

(B) Um geolocalizador também, (X) avisará, (X) os pais de onde o código foi acionado.

(C) Assim que o código é digitado, familiares cadastrados, (X) recebem, (X) automaticamente, uma mensagem dizendo que a criança foi encontrada.

(D) De fabricação chinesa, a nova pulseirinha, (X) chega primeiro às, (X) areias do Guarujá.

6-) Pergunta-se ( : ) qual é a ideia principal desse parágrafo ( ? ) A chegada de reforços ( , ) a condecoração ( , ) o escândalo da opinião pública ou a renúncia do presidente ( ? ) Se é a chegada de reforços ( , ) que relação há ( - ) ou mostrou seu autor haver ( - ) entre esse fato e os restantes ( ? )

7-) Em fila, os candidatos , (X) aguardavam, ansiosos, o resultado do concurso.

8-) Eu usei um vestido vermelho na festa , e minha irmã usou um vestido azul.

Há situações em que é possível usar a vírgula antes do “e”. Isso ocorre quando a conjunção aditiva coordena orações de sujeitos diferentes nas quais a leitura fluente pode ser prejudicada pela ausência da pontuação.

9-) Assinalei com (X) onde estão as pontuações inadequadas

A) Não nego , (X) que ao avistar a cidade natal tive uma sensação nova.

B) Não nego que ao avistar , (X) a cidade natal, tive uma sensação nova.

C) Não nego que, ao avistar , (X) a cidade natal, tive uma sensação nova.

D) Não nego que ( , ) ao avistar a cidade natal ( , ) tive uma sensação nova.

*Recomendo a visualização do link abaixo para entender, de uma maneira criativa, a importância da pontuação!*

<http://www.youtube.com/watch?v=JxJrS6augu0>

**5. CLASSES DE PALAVRAS: SUBSTANTIVO, ADJETIVO, NUMERAL, PRONOME, VERBO, ADVÉRBIO, PREPOSIÇÃO E CONJUNÇÃO: EMPREGO E SENTIDO QUE IMPRIMEM ÀS RELAÇÕES QUE ESTABELECEM**

Tudo o que existe é ser e cada ser tem um nome. *Substantivo* é a classe gramatical de palavras variáveis, as quais denominam os seres. Além de objetos, pessoas e fenômenos, os substantivos também nomeiam:

- lugares: Alemanha, Porto Alegre...
- sentimentos: raiva, amor...
- estados: alegria, tristeza...
- qualidades: honestidade, sinceridade...
- ações: corrida, pescaria...

#### Morfossintaxe do substantivo

Nas orações de língua portuguesa, o substantivo em geral exerce funções diretamente relacionadas com o verbo: atua como núcleo do sujeito, dos complementos verbais (objeto direto ou indireto) e do agente da passiva. Pode ainda funcionar como núcleo do complemento nominal ou do aposto, como núcleo do predicativo do sujeito ou do objeto ou como núcleo do vocativo. Também encontramos substantivos como núcleos de adjuntos adnominais e de adjuntos adverbiais - quando essas funções são desempenhadas por grupos de palavras.

#### Classificação dos Substantivos

1- Substantivos Comuns e Próprios

Observe a definição:

s.f. 1: Povoação maior que vila, com muitas casas e edifícios, dispostos em ruas e avenidas (no Brasil, toda a sede de município é cidade). 2. O centro de uma cidade (em oposição aos bairros).

Qualquer “povoação maior que vila, com muitas casas e edifícios, dispostos em ruas e avenidas” será chamada cidade. Isso significa que a palavra cidade é um substantivo comum.

Substantivo Comum é aquele que designa os seres de uma mesma espécie de forma genérica: cidade, menino, homem, mulher, país, cachorro.

Estamos voando para Barcelona.

O substantivo Barcelona designa apenas um ser da espécie cidade. Esse substantivo é próprio. Substantivo Próprio: é aquele que designa os seres de uma mesma espécie de forma particular.

Londres, Paulinho, Pedro, Tietê, Brasil.

#### 2 - Substantivos Concretos e Abstratos

LÂMPADA MALA

Os substantivos lâmpada e mala designam seres com existência própria, que são independentes de outros seres. São assim, substantivos concretos.

Substantivo Concreto: é aquele que designa o ser que existe, independentemente de outros seres.

Obs.: os substantivos concretos designam seres do mundo real e do mundo imaginário.

Seres do mundo real: homem, mulher, cadeira, cobra, Brasília, etc.

Seres do mundo imaginário: saci, mãe-d’água, fantasma, etc.

Observe agora:

Beleza exposta

Jovens atrizes veteranas destacam-se pelo visual.

O substantivo beleza designa uma qualidade.

Substantivo Abstrato: é aquele que designa seres que dependem de outros para se manifestar ou existir.

Pense bem: a beleza não existe por si só, não pode ser observada. Só podemos observar a beleza numa pessoa ou coisa que seja bela. A beleza depende de outro ser para se manifestar. Portanto, a palavra beleza é um substantivo abstrato.

Os substantivos abstratos designam estados, qualidades, ações e sentimentos dos seres, dos quais podem ser abstraídos, e sem os quais não podem existir.

vida (estado), rapidez (qualidade), viagem (ação), saudade (sentimento).

#### 3 - Substantivos Coletivos

Ele vinha pela estrada e foi picado por uma abelha, outra abelha, mais outra abelha.

Ele vinha pela estrada e foi picado por várias abelhas.

Ele vinha pela estrada e foi picado por um enxame.

Note que, no primeiro caso, para indicar plural, foi necessário repetir o substantivo: uma abelha, outra abelha, mais outra abelha...

No segundo caso, utilizaram-se duas palavras no plural.

No terceiro caso, empregou-se um substantivo no singular (enxame) para designar um conjunto de seres da mesma espécie (abelhas).

O substantivo enxame é um substantivo coletivo.

Substantivo Coletivo: é o substantivo comum que, mesmo estando no singular, designa um conjunto de seres da mesma espécie.

Substantivo coletivo    Conjunto de:

assembleia	peessoas reunidas
alcateia	lobos
acervo	livros
antologia	trechos literários selecionados
arquipélago	ilhas
banda	músicos
bando	desordeiros ou malfeitores
banca	examinadores
batalhão	soldados
cardume	peixes
caravana	viajantes peregrinos
cacho	frutas
cáfila	camelos
cancioneiro	canções, poesias líricas
colmeia	abelhas
chusma	gente, pessoas
concílio	bispos
congresso	parlamentares, cientistas.
elenco	atores de uma peça ou filme
esquadra	navios de guerra
enxoval	roupas
falange	soldados, anjos
fauna	animais de uma região
feixe	lenha, capim
flora	vegetais de uma região
frota	navios mercantes, ônibus
girândola	fogos de artifício
horda	bandidos, invasores
junta	médicos, bois, credores, examinadores
júri	jurados
legião	soldados, anjos, demônios
leva	presos, recrutas
malta	malfeitores ou desordeiros
manada	búfalos, bois, elefantes,
matilha	cães de raça
molho	chaves, verduras
multidão	peessoas em geral
ninhada	pintos
nuvem	insetos (gafanhotos, mosquitos, etc.)
penca	bananas, chaves
pinacoteca	pinturas, quadros
quadrilha	ladrões, bandidos
ramalhete	flores
rebanho	ovelhas
récua	bestas de carga, cavalgadura
repertório	peças teatrais, obras musicais

réstia	alhos ou cebolas
romanceiro	poesias narrativas
revoada	pássaros
sínodo	párocos
talha	lenha
tropa	muares, soldados
turma	estudantes, trabalhadores
vara	porcos

## Formação dos Substantivos

### Substantivos Simples e Compostos

Chuva - subst. Fem. 1 - água caindo em gotas sobre a terra.

O substantivo chuva é formado por um único elemento ou radical. É um substantivo simples.

Substantivo Simples: é aquele formado por um único elemento.

Outros substantivos simples: tempo, sol, sofá, etc. Veja agora:

O substantivo guarda-chuva é formado por dois elementos (guarda + chuva). Esse substantivo é composto.

Substantivo Composto: é aquele formado por dois ou mais elementos.

Outros exemplos: beija-flor, passatempo.

### **Substantivos Primitivos e Derivados**

Meu limão meu limoeiro,  
meu pé de jacarandá...

O substantivo limão é primitivo, pois não se originou de nenhum outro dentro de língua portuguesa.

Substantivo Primitivo: é aquele que não deriva de nenhuma outra palavra da própria língua portuguesa.

O substantivo limoeiro é derivado, pois se originou a partir da palavra limão.

Substantivo Derivado: é aquele que se origina de outra palavra.

### **Flexão dos substantivos**

O substantivo é uma classe variável. A palavra é variável quando sofre flexão (variação). A palavra menino, por exemplo, pode sofrer variações para indicar:

Plural: meninos    Feminino: menina

Aumentativo: meninão    Diminutivo: menininho

### Flexão de Gênero

Gênero é a propriedade que as palavras têm de indicar sexo real ou fictício dos seres. Na língua portuguesa, há dois gêneros: masculino e feminino. Pertencem ao gênero masculino os substantivos que podem vir precedidos dos artigos o, os, um, uns. Veja estes títulos de filmes:

O velho e o mar

Um Natal inesquecível

Os reis da praia

Pertencem ao gênero feminino os substantivos que podem vir precedidos dos artigos a, as, uma, umas:

A história sem fim

Uma cidade sem passado

As tartarugas ninjas



**Substantivos Biformes e Substantivos Uniformes**

Substantivos Biformes (= duas formas): ao indicar nomes de seres vivos, geralmente o gênero da palavra está relacionado ao sexo do ser, havendo, portanto, duas formas, uma para o masculino e outra para o feminino. Observe: gato – gata, homem – mulher, poeta – poetisa, prefeito - prefeita

Substantivos Uniformes: são aqueles que apresentam uma única forma, que serve tanto para o masculino quanto para o feminino. Classificam-se em:

- Epícenos: têm um só gênero e nomeiam bichos.

a cobra macho e a cobra fêmea, o jacaré macho e o jacaré fêmea.

- Sobrecomuns: têm um só gênero e nomeiam pessoas.

a criança, a testemunha, a vítima, o cônjuge, o gênio, o ídolo, o indivíduo.

- Comuns de Dois Gêneros: indicam o sexo das pessoas por meio do artigo.

o colega e a colega, o doente e a doente, o artista e a artista.

Saiba que: Substantivos de origem grega terminados em *ema* ou *oma*, são masculinos: o axioma, o fonema, o poema, o sistema, o sintoma, o teorema.

- Existem certos substantivos que, variando de gênero, variam em seu significado: o rádio (aparelho receptor) e a rádio (estação emissora) o capital (dinheiro) e a capital (cidade)

**Formação do Feminino dos Substantivos Biformes**

a) Regra geral: troca-se a terminação -o por -a: aluno - aluna

b) Substantivos terminados em -ês: acrescenta-se -a ao masculino: freguês - freguesa

c) Substantivos terminados em -ão: fazem o feminino de três formas:

- troca-se -ão por -oa. = patrão – patroa

- troca-se -ão por -ã. = campeão - campeã

-troca-se -ão por ona. = solteirão - solteirona

Exceções: barão – baronesa ladrão- ladra sultão - sultana

d) Substantivos terminados em -or:

- acrescenta-se -a ao masculino = doutor – doutora

- troca-se -or por -triz: = imperador - imperatriz

e) Substantivos com feminino em -esa, -essa, -isa:

cônsul - consulesa abade - abadessa poeta - poetisa

duque - duquesa conde - condessa profeta - profetisa

f) Substantivos que formam o feminino trocando o -e final por -a: elefante - elefanta

g) Substantivos que têm radicais diferentes no masculino e no feminino: bode – cabra boi - vaca

h) Substantivos que formam o feminino de maneira especial, isto é, não seguem nenhuma das regras anteriores: czar – czarina réu - ré

**Formação do Feminino dos Substantivos Uniformes**

- Epícenos:

Novo jacaré escapa de policiais no rio Pinheiros.

Não é possível saber o sexo do jacaré em questão. Isso ocorre porque o substantivo jacaré tem apenas uma forma para indicar o masculino e o feminino.

Alguns nomes de animais apresentam uma só forma para designar os dois sexos. Esses substantivos são chamados de epícenos. No caso dos epícenos, quando houver a necessidade de especificar o sexo, utilizam-se palavras macho e fêmea.

A cobra macho picou o marinheiro.

A cobra fêmea escondeu-se na bananeira.

**Sobrecomuns:**

Entregue as crianças à natureza.

A palavra crianças refere-se tanto a seres do sexo masculino, quanto a seres do sexo feminino. Nesse caso, nem o artigo nem um possível adjetivo permitem identificar o sexo dos seres a que se refere a palavra. Veja:

A criança chorona chamava-se João.

A criança chorona chamava-se Maria.

Outros substantivos sobrecomuns:

a criatura = João é uma boa criatura. Maria é uma boa criatura.

o cônjuge = O cônjuge de João faleceu. O cônjuge de Marcela faleceu

**Comuns de Dois Gêneros:**

Motorista tem acidente idêntico 23 anos depois.

Quem sofreu o acidente: um homem ou uma mulher?

É impossível saber apenas pelo título da notícia, uma vez que a palavra motorista é um substantivo uniforme. O restante da notícia informa-nos de que se trata de um homem.

A distinção de gênero pode ser feita através da análise do artigo ou adjetivo, quando acompanharem o substantivo: o colega - a colega; o imigrante - a imigrante; um jovem - uma jovem; artista famoso - artista famosa; repórter francês - repórter francesa

- A palavra personagem é usada indistintamente nos dois gêneros.

a) Entre os escritores modernos nota-se acentuada preferência pelo masculino:

O menino descobriu nas nuvens os personagens dos contos de carochinha.

b) Com referência a mulher, deve-se preferir o feminino:

O problema está nas mulheres de mais idade, que não aceitam a personagem.

Não cheguei assim, nem era minha intenção, a criar uma personagem.

- Diz-se: o (ou a) manequim Marcela, o (ou a) modelo fotográfico Ana Belmonte.

Observe o gênero dos substantivos seguintes:

**Masculinos**

o tapa, o eclipse, o lança-perfume, o dó (pena), o sanduíche, o clarinete, o champanha, o sócia, o maracajá, o clã, o hosana, o herpes, o pijama, o suéter, o soprano, o proclama, o pernoite, o púbis,



## Femininos

a dinamite, a derme, a hélice, a omoplata, a cataplasma, a pane, a mascote, a gênese, a entorse, a libido, a cal, a faringe, a cólera (doença), a ubá (canoa).

- São geralmente masculinos os substantivos de origem grega terminados em -ma: o grama (peso), o quilograma, o plasma, o apostema, o diagrama, o epigrama, o telefonema, o estratagema, o dilema, o teorema, o trema, o eczema, o edema, o magma, o estigma, o axioma, o tracoma, o hematoma.

Exceções: a cataplasma, a celeuma, a fleuma, etc.

## Gênero dos Nomes de Cidades:

Com raras exceções, nomes de cidades são femininos.

A histórica Ouro Preto.

A dinâmica São Paulo.

A acolhedora Porto Alegre.

Uma Londres imensa e triste.

Exceções: o Rio de Janeiro, o Cairo, o Porto, o Havre.

## Gênero e Significação:

Muitos substantivos têm uma significação no masculino e outra no feminino. Observe: o baliza (soldado que, que à frente da tropa, indica os movimentos que se deve realizar em conjunto; o que vai à frente de um bloco carnavalesco, manejando um bastão), a baliza (marco, estaca; sinal que marca um limite ou proibição de trânsito), o cabeça (chefe), a cabeça (parte do corpo), o cisma (separação religiosa, dissidência), a cisma (ato de cismar, desconfiança), o cinza (a cor cinzenta), a cinza (resíduos de combustão), o capital (dinheiro), a capital (cidade), o coma (perda dos sentidos), a coma (cabeleira), o coral (pólipo, a cor vermelha, canto em coro), a coral (cobra venenosa), o crisma (óleo sagrado, usado na administração da crisma e de outros sacramentos), a crisma (sacramento da confirmação), o cura (pároco), a cura (ato de curar), o estepe (pneu sobressalente), a estepe (vasta planície de vegetação), o guia (pessoa que guia outras), a guia (documento, pena grande das asas das aves), o grama (unidade de peso), a grama (relva), o caixa (funcionário da caixa), a caixa (recipiente, setor de pagamentos), o lente (professor), a lente (vidro de aumento), o moral (ânimo), a moral (honestidade, bons costumes, ética), o nascente (lado onde nasce o Sol), a nascente (a fonte), o maria-fumaça (trem como locomotiva a vapor), maria-fumaça (locomotiva movida a vapor), o pala (poncho), a pala (parte anterior do boné ou quepe, anteparo), o rádio (aparelho receptor), a rádio (estação emissora), o voga (remador), a voga (moda, popularidade).

## Flexão de Número do Substantivo

Em português, há dois números gramaticais: o singular, que indica um ser ou um grupo de seres, e o plural, que indica mais de um ser ou grupo de seres. A característica do plural é o “s” final.

## Plural dos Substantivos Simples

a) Os substantivos terminados em vogal, ditongo oral e “n” fazem o plural pelo acréscimo de “s”: pai – pais; imã – imãs; hífen - hífen (sem acento, no plural).

Exceção: cânã - cânãs.

b) Os substantivos terminados em “m” fazem o plural em “ns”: homem - homens.

c) Os substantivos terminados em “r” e “z” fazem o plural pelo acréscimo de “es”: revólver – revólveres; raiz - raízes

Atenção: O plural de caráter é caracteres.

d) Os substantivos terminados em al, el, ol, ul flexionam-se no plural, trocando o “l” por “is”: quintal - quintais; caracol – caracóis; hotel - hotéis

Exceções: mal e males, cônsul e cônsules.

e) Os substantivos terminados em “il” fazem o plural de duas maneiras:

- Quando oxítonos, em “is”: canil - canis

- Quando paroxítonos, em “eis”: míssil - mísseis.

Obs.: a palavra réptil pode formar seu plural de duas maneiras: répteis ou reptis (pouco usada).

f) Os substantivos terminados em “s” fazem o plural de duas maneiras:

- Quando monossilábicos ou oxítonos, mediante o acréscimo de “es”: ás – ases / retrós - retroses

- Quando paroxítonos ou proparoxítonos, ficam invariáveis: o lápis - os lápis / o ônibus - os ônibus.

g) Os substantivos terminados em “ao” fazem o plural de três maneiras.

- substituindo o -ão por -ões: ação - ações

- substituindo o -ão por -ães: cão - cães

- substituindo o -ão por -ãos: grão - grãos

h) Os substantivos terminados em “x” ficam invariáveis: o látex - os látex.

## Plural dos Substantivos Compostos

-A formação do plural dos substantivos compostos depende da forma como são grafados, do tipo de palavras que formam o composto e da relação que estabelecem entre si. Aqueles que são grafados sem hífen comportam-se como os substantivos simples:

aguardente e aguardentes girassol e girassóis

pontapé e pontapés malmequer e malmequeres

O plural dos substantivos compostos cujos elementos são ligados por hífen costuma provocar muitas dúvidas e discussões.

Algumas orientações são dadas a seguir:

a) Flexionam-se os dois elementos, quando formados de:

substantivo + substantivo = couve-flor e couves-flores

substantivo + adjetivo = amor-perfeito e amores-perfeitos

adjetivo + substantivo = gentil-homem e gentis-homens

numeral + substantivo = quinta-feira e quintas-feiras

b) Flexiona-se somente o segundo elemento, quando formados de:

verbo + substantivo = guarda-roupa e guarda-roupas

palavra invariável + palavra variável = alto-falante e alto-falantes

palavras repetidas ou imitativas = reco-reco e reco-recos

c) Flexiona-se somente o primeiro elemento, quando formados de:

substantivo + preposição clara + substantivo = água-de-colônia e águas-de-colônia

substantivo + preposição oculta + substantivo = cavalo-vapor e cavalos-vapor

substantivo + substantivo que funciona como determinante do primeiro, ou seja, especifica a função ou o tipo do termo anterior. palavra-chave - palavras-chave

bomba-relógio - bombas-relógio  
 notícia-bomba - notícias-bomba  
 homem-rã - homens-rã  
 peixe-espada - peixes-espada

d) Permanecem invariáveis, quando formados de:  
 verbo + advérbio = o bota-fora e os bota-fora  
 verbo + substantivo no plural = o saca-rolhas e os saca-rolhas

e) Casos Especiais  
 o louva-a-deus e os louva-a-deus  
 o bem-te-vi e os bem-te-vis  
 o bem-me-quer e os bem-me-queres  
 o João-ninguém e os João-ninguém.

**Plural das Palavras Substantivadas**

*As palavras substantivadas, isto é, palavras de outras classes gramaticais usadas como substantivo, apresentam, no plural, as flexões próprias dos substantivos.*

Pese bem os prós e os contras.  
 O aluno errou na prova dos nove.  
 Ouça com a mesma serenidade os sins e os não.  
 Obs.: numerais substantivados terminados em “s” ou “z” não variam no plural.  
 Nas provas mensais consegui muitos seis e alguns dez.

**Plural dos Diminutivos**

Flexiona-se o substantivo no plural, retira-se o “s” final e acrescenta-se o sufixo diminutivo.

pão(s) + zinhos = pãezinhos  
 animai(s) + zinhos = animaizinhos  
 botão(s) + zinhos = botõezinhos  
 chapéu(s) + zinhos = chapeuzinhos  
 farói(s) + zinhos = feroizinhos  
 tren(s) + zinhos = trenzinhos  
 colher(s) + zinhas = colherezinhas  
 flore(s) + zinhas = florezinhas  
 mão(s) + zinhas = mãozinhas  
 papéi(s) + zinhos = papeizinhos  
 nuvem(s) + zinhas = nuvenzinhas  
 funi(s) + zinhos = funizinhos  
 túnei(s) + zinhos = tuneizinhos  
 pai(s) + zinhos = paizinhos  
 pé(s) + zinhos = pezinhos  
 pé(s) + zitos = pezitos

**Plural dos Nomes Próprios Personativos**

Devem-se pluralizar os nomes próprios de pessoas sempre que a terminação preste-se à flexão.  
 Os Napoleões também são derrotados.  
 As Raquéis e Esteres.

**Plural dos Substantivos Estrangeiros**

Substantivos ainda não aportuguesados devem ser escritos como na língua original, acrescentando-se “s” (exceto quando terminam em “s” ou “z”).  
 os shows os shorts os jazz

Substantivos já aportuguesados flexionam-se de acordo com as regras de nossa língua:

os clubes	os chopes
os jipes	os esportes
as toaletes	os bibelôs
os garçons	os réquiens

Observe o exemplo:  
 Este jogador faz gols toda vez que joga.  
 O plural correto seria gois (ô), mas não se usa.

**Plural com Mudança de Timbre**

Certos substantivos formam o plural com mudança de timbre da vogal tônica (o fechado / o aberto). É um fato fonético chamado metafonia (plural metafônico).

Singular	Plural
corpo (ô)	corpos (ó)
esforço	esforços
fogo	fogos
forno	fornos
fosso	fossos
imposto	impostos
olho	olhos
osso (ô)	ossos (ó)
ovo	ovos
poço	poços
porto	portos
posto	postos
tijolo	tijolos

Têm a vogal tônica fechada (ô): adornos, almoços, bolsos, espessos, estojos, globos, gostos, polvos, rolos, soros, etc.  
 Obs.: distinga-se molho (ô) = caldo (molho de carne), de molho (ó) = feixe (molho de lenha).

**Particularidades sobre o Número dos Substantivos**

- a) Há substantivos que só se usam no singular:  
 o sul, o norte, o leste, o oeste, a fê, etc.
- b) Outros só no plural:  
 as núpcias, os víveres, os pêsames, as espadas/os paus (naipes de baralho), as fezes.
- c) Outros, enfim, têm, no plural, sentido diferente do singular:  
 bem (virtude) e bens (riquezas)  
 honra (probidade, bom nome) e honras (homenagem, títulos)
- d) Usamos às vezes, os substantivos no singular, mas com sentido de plural:  
 Aqui morreu muito negro.  
 Celebraram o sacrifício divino muitas vezes em capelas improvisadas.

**Flexão de Grau do Substantivo**

Grau é a propriedade que as palavras têm de exprimir as variações de tamanho dos seres. Classifica-se em:  
 - Grau Normal - Indica um ser de tamanho considerado normal. Por exemplo: casa  
 - Grau Aumentativo - Indica o aumento do tamanho do ser. Classifica-se em:  
 Analítico = o substantivo é acompanhado de um adjetivo que indica grandeza. Por exemplo: casa grande.



Sintético = é acrescido ao substantivo um sufixo indicador de aumento. Por exemplo: casarão.

- Grau Diminutivo - Indica a diminuição do tamanho do ser. Pode ser:

Analítico = substantivo acompanhado de um adjetivo que indica pequenez. Por exemplo: casa pequena.

Sintético = é acrescido ao substantivo um sufixo indicador de diminuição. Por exemplo: casinha.

### Questões sobre Substantivo

01. (Escrevente TJ SP Vunesp/2012) A flexão de número do termo “preços-sombra” também ocorre com o plural de

- (A) reco-reco. (B) guarda-costa.  
(C) guarda-noturno. (D) célula-tronco.  
(E) sem-vergonha.

02. (Escrevente TJ SP Vunesp/2013) Assinale a alternativa cujas palavras se apresentam flexionadas de acordo com a norma- padrão.

- (A) Os tabeliões devem preparar o documento.  
(B) Esses cidadãos tinham autorização para portar fuzis.  
(C) Para autenticar as certidões, procure o cartório local.  
(D) Ao descer e subir escadas, segure-se nos corrimãos.  
(E) Cuidado com os degrais, que são perigosos!

03. Indique a alternativa em que a flexão do substantivo está errada:

- A) Catalães. B) Cidadãos. C) Vulcães. D) Corrimões.

04. Assinale o par de vocábulos que fazem o plural da mesma forma que “balão” e “caneta-tinteiro”:

- a) vulcão, abaixo-assinado; b) irmão, salário-família;  
c) questão, manga-rosa; d) bênção, papel-moeda;  
e) razão, guarda-chuva.

05. Sabendo-se que há substantivos que no masculino têm um significado e no feminino têm outro, diferente, marque a alternativa em que há um substantivo que não corresponde ao seu significado:

- a) O capital = dinheiro;  
A capital = cidade principal;  
b) O grama = unidade de medida;  
A grama = vegetação rasteira;  
c) O rádio = aparelho transmissor;  
A rádio = estação geradora;  
d) O cabeça = o chefe;  
A cabeça = parte do corpo;  
e) A cura = o médico.  
O cura = ato de curar.

06. Correlacione os substantivos com os respectivos coletivos, e indique a alternativa correta:

- I - Bispos.  
II - Cães de caça.  
III - Vadios.  
IV - Papéis.  
( ) Resma.  
( ) Concílio.  
( ) Corja.  
( ) Matilha.

- A) IV, I, III, II.  
C) I, III, II, IV.

- B) III, I, II, IV.  
D) III, I, IV, II.

07. Indique a alternativa que apresenta erro na formação do plural:

- A) Os boias-frias participaram da manifestação na estrada.  
B) Colocaram tanto alpiste, que o quintal ficou cheio de beija-flores.  
C) Aqueles pães de ló estavam deliciosos.  
D) Os abaixo-assinados foram entregues ao diretor.

08. Das palavras abaixo, faz plural como “assombrações”

- a) perdão. b) bênção. c) alemão. d) cristão. e) capitão.

09. Entre os substantivos selecionados nas alternativas a seguir, há apenas um que pertence ao gênero masculino. Indique-o:

- A) alface B) omoplata C) comichão D) lança-perfume

10. Assinale a frase correta quanto ao emprego do gênero dos substantivos.

- A) A perda das esperanças provocou uma profunda dó na personagem.  
B) O advogado não deu o ênfase necessário às milhares de solicitações.  
C) Ele vestiu o pijama e sentou-se para beber uma champanha gelada.  
D) O omelete e o couve foram acompanhados por doses do melhor aguardente.  
E) O beliche não coube na quitinete recém-comprada pelos estudantes.

### GABARITO

01. D 02. D 03. C 04. C 05. E  
06. A 07. D 08. A 09. D 10. E

### COMENTÁRIOS

1-) Flexiona-se somente o primeiro elemento, quando formado de substantivo + substantivo que funciona como determinante do primeiro, ou seja, especifica a função ou o tipo do termo anterior. = células-tronco

- 2-) A) Os tabeliões devem preparar o documento. = tabeliões  
B) Esses cidadãos tinham autorização para portar fuzis. = cidadãos  
C) Para autenticar as certidões, procure o cartório local. = certidões  
E) Cuidado com os degrais, que são perigosos! = degraus

3-) Vulções

4-) Assinale o par de vocábulos que fazem o plural da mesma forma que “balão” e “caneta-tinteiro”:

- Balões / canetas-tinteiro  
a) vulções, abaixo-assinados;  
b) irmãos, salários-família;  
d) bênções, papéis-moeda;  
e) razões, guarda-chuvas.

5-) o cura: sacerdote / a cura: ato ou efeito de curar

- 6-) I - Bispos. II - Cães de caça.  
 III - Vadios. IV - Papéis.  
 ( ) Resma = papéis IV  
 ( ) Concílio = bispos I  
 ( ) Corja = vadios III  
 ( ) Matilha = cães de caça II

7-) Os abaixo-assinados foram entregues ao diretor.

- 8-) b) bênçãos. c) alemães.  
 d) cristãos. e) capitães.

- 9-) A) a alface B) a omoplata  
 C) a comichão D) o lança-perfume

10-) A) A perda das esperanças provocou um profundo dó na personagem.

B) O advogado não deu a ênfase necessária às milhares de solicitações.

C) Ele vestiu o pijama e sentou-se para beber um champanha gelado.

D) A omelete e a couve foram acompanhadas por doses da melhor aguardente.

Adjetivo é a palavra que expressa uma qualidade ou característica do ser e se relaciona com o substantivo.

Ao analisarmos a palavra *bondoso*, por exemplo, percebemos que, além de expressar uma qualidade, ela pode ser colocada ao lado de um substantivo: homem *bondoso*, moça *bondosa*, pessoa *bondosa*.

Já com a palavra *bondade*, embora expresse uma qualidade, não acontece o mesmo; não faz sentido dizer: homem *bondade*, moça *bondade*, pessoa *bondade*. *Bondade*, portanto, não é adjetivo, mas substantivo.

### Morfossintaxe do Adjetivo:

O adjetivo exerce sempre funções sintáticas (função dentro de uma oração) relativas aos substantivos, atuando como adjunto adnominal ou como predicativo (do sujeito ou do objeto).

### Adjetivo Pátrio (ou gentilício)

Indica a nacionalidade ou o lugar de origem do ser. Observe alguns deles:

Estados e cidades brasileiros:	
Alagoas	alagoano
Amapá	amapaense
Aracaju	aracajuano ou aracajuense
Amazonas	amazonense ou baré
Belo Horizonte	belo-horizontino
Brasília	brasiliense
Cabo Frio	cabo-friense
Campinas	campineiro ou campinense

### Adjetivo Pátrio Composto

Na formação do adjetivo pátrio composto, o primeiro elemento aparece na forma reduzida e, normalmente, erudita. Observe alguns exemplos:

África	afro- / Cultura afro-americana
Alemanha	germano- ou teuto- / Competições teuto-inglesas
América	américo- / Companhia américo-africana
Bélgica	belgo- / Acampamentos belgo-franceses
China	sino- / Acordos sino-japoneses
Espanha	hispano- / Mercado hispano-português
Europa	euro- / Negociações euro-americanas
França	franco- ou galo- / Reuniões franco-italianas
Grécia	greco- / Filmes greco-romanos
Inglaterra	anglo- / Letras anglo-portuguesas
Itália	italo- / Sociedade italo-portuguesa
Japão	nipo- / Associações nipo-brasileiras
Portugal	lusó- / Acordos lusó-brasileiros

### Flexão dos adjetivos

O adjetivo varia em gênero, número e grau.

### Gênero dos Adjetivos

Os adjetivos concordam com o substantivo a que se referem (masculino e feminino). De forma semelhante aos substantivos, classificam-se em:

Biformes - têm duas formas, sendo uma para o masculino e outra para o feminino. Por exemplo: *ativo e ativa, mau e má, judeu e judia*.

Se o adjetivo é composto e biforme, ele flexiona no feminino somente o último elemento. Por exemplo: *o moço norte-americano, a moça norte-americana*.

Exceção: *surdo-mudo e surda-muda*.

Uniformes - têm uma só forma tanto para o masculino como para o feminino. Por exemplo: *homem feliz e mulher feliz*.

Se o adjetivo é composto e uniforme, fica invariável no feminino. Por exemplo: *conflito político-social e desavença político-social*.

### Número dos Adjetivos

#### Plural dos adjetivos simples

Os adjetivos simples flexionam-se no plural de acordo com as regras estabelecidas para a flexão numérica dos substantivos simples. Por exemplo:

*mau e maus feliz e felizes ruim e ruins boa e boas*

Caso o adjetivo seja uma palavra que também exerça função de substantivo, ficará invariável, ou seja, se a palavra que estiver qualificando um elemento for, originalmente, um substantivo, ela manterá sua forma primitiva. Exemplo: a palavra *cinza* é originalmente um substantivo; porém, se estiver qualificando um elemento, funcionará como adjetivo. Ficará, então, invariável. Logo: *camisas cinza, ternos cinza*.

Veja outros exemplos:

*Motos vinho* (mas: *motos verdes*)

*Paredes musgo* (mas: *paredes brancas*).

*Comícios monstro* (mas: *comícios grandiosos*).

### Adjetivo Composto

É aquele formado por dois ou mais elementos. Normalmente, esses elementos são ligados por hífen. Apenas o último elemento concorda com o substantivo a que se refere; os demais ficam na forma masculina, singular. Caso um dos elementos que formam o adjetivo composto seja um substantivo adjetivado, todo o adjetivo composto ficará invariável. Por exemplo: a palavra *rosa* é originalmente um substantivo, porém, se estiver qualificando um elemento, funcionará como adjetivo. Caso se ligue a outra palavra por hífen, formará um adjetivo composto; como é um substantivo adjetivado, o adjetivo composto inteiro ficará invariável. Por exemplo:

*Camisas rosa-claro.*

*Ternos rosa-claro.*

*Olhos verde-claros.*

*Calças azul-escuras e camisas verde-mar.*

*Telhados marrom-café e paredes verde-claras.*

Obs.: - *Azul-marinho, azul-celeste, ultravioleta* e qualquer adjetivo composto iniciado por *cor-de-...* são sempre invariáveis.

- Os adjetivos compostos *surdo-mudo* e *pele-vermelha* têm os dois elementos flexionados.

### Grau do Adjetivo

Os adjetivos flexionam-se em grau para indicar a intensidade da qualidade do ser. São dois os graus do adjetivo: o comparativo e o superlativo.

#### Comparativo

Nesse grau, comparam-se a mesma característica atribuída a dois ou mais seres ou duas ou mais características atribuídas ao mesmo ser. O comparativo pode ser de igualdade, de superioridade ou de inferioridade. Observe os exemplos abaixo:

1) *Sou tão alto como você.* = Comparativo de Igualdade

No comparativo de igualdade, o segundo termo da comparação é introduzido pelas palavras *como, quanto* ou *quão*.

2) *Sou mais alto (do) que você.* = Comparativo de Superioridade Analítico

No comparativo de superioridade analítico, entre os dois substantivos comparados, um tem qualidade superior. A forma é analítica porque pedimos auxílio a “*mais...do que*” ou “*mais...que*”.

3) *O Sol é maior (do) que a Terra.* = Comparativo de Superioridade Sintético

Alguns adjetivos possuem, para o comparativo de superioridade, formas sintéticas, herdadas do latim. São eles: *bom /melhor, pequeno/menor, mau/pior, alto/superior, grande/maior, baixo/inferior*.

Observe que:

a) As formas *menor* e *pior* são comparativos de superioridade, pois equivalem a *mais pequeno* e *mais mau*, respectivamente.

b) *Bom, mau, grande* e *pequeno* têm formas sintéticas (*melhor, pior, maior* e *menor*), porém, em comparações feitas entre duas qualidades de um mesmo elemento, deve-se usar as formas analíticas *mais bom, mais mau, mais grande* e *mais pequeno*. Por exemplo:

*Pedro é maior do que Paulo* - Comparação de dois elementos.

*Pedro é mais grande que pequeno* - comparação de duas qualidades de um mesmo elemento.

4) *Sou menos alto (do) que você.* = Comparativo de Inferioridade

*Sou menos passivo (do) que tolerante.*

#### Superlativo

O superlativo expressa qualidades num grau muito elevado ou em grau máximo. O grau superlativo pode ser absoluto ou relativo e apresenta as seguintes modalidades:

Superlativo Absoluto: ocorre quando a qualidade de um ser é intensificada, sem relação com outros seres. Apresenta-se nas formas:

Analítica: a intensificação se faz com o auxílio de palavras que dão ideia de intensidade (advérbios). Por exemplo: *O secretário é muito inteligente.*

Sintética: a intensificação se faz por meio do acréscimo de sufixos. Por exemplo: *O secretário é inteligentíssimo.*

Observe alguns superlativos sintéticos:

benéfico	beneficentíssimo
bom	boníssimo ou ótimo
comum	comuníssimo
cruel	cruelíssimo
difícil	difícilíssimo
doce	dulcíssimo
fácil	facilíssimo
fiel	fidelíssimo

Superlativo Relativo: ocorre quando a qualidade de um ser é intensificada em relação a um conjunto de seres. Essa relação pode ser:

De Superioridade: *Clara é a mais bela da sala.*

De Inferioridade: *Clara é a menos bela da sala.*

Note bem:

1) O superlativo absoluto analítico é expresso por meio dos advérbios *muito, extremamente, excepcionalmente*, etc., antepostos ao adjetivo.

2) O superlativo absoluto sintético apresenta-se sob duas formas: uma erudita, de origem latina, outra popular, de origem vernácula. A forma erudita é constituída pelo radical do adjetivo latino + um dos sufixos *-íssimo, -imo* ou *érrimo*. Por exemplo: *fidelíssimo, facilimo, paupérrimo*.

A forma popular é constituída do radical do adjetivo português + o sufixo *-íssimo*: *pobríssimo, agilíssimo*.

3) Em vez dos superlativos normais *seriíssimo, precariíssimo, necessariíssimo*, preferem-se, na linguagem atual, as formas *serís-simo, precaríssimo, necessaríssimo*, sem o desagradável hiato i-í.

Questões sobre Adjetivo

01. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013-adap.) Em – características *epidêmicas* –, o adjetivo *epidêmicas* corresponde a – características de epidemias.

Assinale a alternativa em que, da mesma forma, o adjetivo em destaque corresponde, corretamente, à expressão indicada.

- A) água *fluvial* – água da chuva.
- B) produção *aurífera* – produção de ouro.
- C) vida *rupestre* – vida do campo.
- D) notícias *brasileiras* – notícias de Brasília.
- E) costela *bovina* – costela de porco.

02. Não se pluraliza os adjetivos compostos abaixo, exceto:

- A) azul-celeste                      B) azul-pavão
- C) surda-muda                      D) branco-gelo

03. Assinale a única alternativa em que os adjetivos não estão no grau superlativo absoluto sintético:

- A) Arquimilionário/ ultraconservador;
- B) Supremo/ ínfimo;
- C) Superamigo/ paupérrimo;
- D) Muito amigo/ Bastante pobre

04. Na frase: “Trata-se de um artista *originalíssimo*”, o adjetivo grifado encontra-se no grau:

- A) comparativo de superioridade.
- B) superlativo absoluto sintético.
- C) superlativo relativo de superioridade.
- D) comparativo de igualdade.
- E) superlativo absoluto analítico.

05. Aponte a alternativa em que o superlativo do adjetivo está incorreto:

- A) Meu tio está elegantíssimo.
- B) Joana, ela é minha amicíssima.
- C) Esta panela está cheissíssima de água.
- D) A prova foi facilíma.

06. Indique nas alternativas a seguir o adjetivo incorreto da locução adjetiva em negrito:

- A) mulher  *muito magra*  = macérrima
- B) pessoa  *muito amiga*  = amicíssima
- C) pessoa  *muito inimiga*  = inimicíssimo
- D) atitude  *muito benéfica*  = beneficentíssima

07. “Ele era tão pequeno que recebeu o apelido de miúdo”. A palavra *miúdo* possui, no grau superlativo absoluto sintético, duas formas. Uma delas é miudíssimo (regular) e a outra, irregular, é:

- A) minutíssimo                      B) miudinitíssimo
- C) midunitíssimo                      D) miduníssimo

08. Quantos adjetivos existem na frase “Essa lanchonete é famosa na cidade?”

- A)1.      B)2.      C)3.      D)4.      E)5.

09. Indique a alternativa incorreta quanto à correspondência entre a locução adjetiva e o adjetivo equivalente:

- A) de pele = cutâneo                      B) de professor = docente
- C) de face = facial                      D) de lua = lunático

10. O plural correto da expressão: “alemão capaz” é:

- A) alemãos capazes                      B) alemões capazes
- C) alemães capazes                      D) os alemão capaz

GABARITO

- 01. B    02. C    03. D    04. B    05. C
- 06. D    07. A    08. A    09. D    10. C

COMENTÁRIOS

- 1-) a-) fluvial – do rio                      b-) correta
- c-) brasileiras – do Brasil                      d-) vida campestre
- e-) suína

2-) Surdas-mudas

3-) d-) estão no superlativo absoluto analítico

4-) originalíssimo – grau superlativo absoluto sintético

5-) C) Esta panela está cheissíssima de água. O correto é cheíssima.

6-) D) atitude muito benéfica = beneficentíssima O correto é beneficentíssima ( sem o “i” em cien)

7-) minutíssimo é a forma correta.

8-) “Essa lanchonete é famosa na cidade?”

- Essa – pronome
- Lanchonete – substantivo
- É – verbo
- Famosa – adjetivo
- na – preposição
- cidade – substantivo

9-) De lua – lunar

10-) Alemães capazes

*Numeral* é a palavra que indica os seres em termos numéricos, isto é, que atribui quantidade aos seres ou os situa em determinada sequência.

Os quatro últimos ingressos foram vendidos há pouco.

[quatro: numeral = atributo numérico de “ingresso”]

Eu quero café duplo, e você?

...[duplo: numeral = atributo numérico de “café”]

A primeira pessoa da fila pode entrar, por favor!

...[primeira: numeral = situa o ser “pessoa” na sequência de “fila”]

Note bem: os numerais traduzem, em palavras, o que os números indicam em relação aos seres. Assim, quando a expressão é colocada em números (1, 1°, 1/3, etc.) não se trata de numerais, mas sim de algarismos.

Além dos numerais mais conhecidos, já que refletem a ideia expressa pelos números, existem mais algumas palavras consideradas numerais porque denotam quantidade, proporção ou ordenação. São alguns exemplos: década, dúzia, par, ambos(as), novena.



### Classificação dos Numerais

Cardinais: indicam contagem, medida. É o número básico: um, dois, cem mil, etc.

Ordinais: indicam a ordem ou lugar do ser numa série dada: primeiro, segundo, centésimo, etc.

Fracionários: indicam parte de um inteiro, ou seja, a divisão dos seres: meio, terço, dois quintos, etc.

Multiplicativos: expressam ideia de multiplicação dos seres, indicando quantas vezes a quantidade foi aumentada: dobro, triplo, quíntuplo, etc.

### Leitura dos Numerais

Separando os números em centenas, de trás para frente, obtêm-se conjuntos numéricos, em forma de centenas e, no início, também de dezenas ou unidades. Entre esses conjuntos usa-se vírgula; as unidades ligam-se pela conjunção “e”.

1.203.726 = um milhão, duzentos e três mil, setecentos e vinte e seis.

45.520 = quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte.

### Flexão dos numerais

Os numerais cardinais que variam em gênero são um/uma, dois/duas e os que indicam centenas de duzentos/duzentas em diante: trezentos/trezentas; quatrocentos/quatrocentas, etc. Cardinais como milhão, bilhão, trilhão, variam em número: milhões, bilhões, trilhões. Os demais cardinais são invariáveis.

Os numerais ordinais variam em gênero e número:

primeiro	segundo	milésimo
primeira	segunda	milésima
primeiros	segundos	milésimos
primeiras	segundas	milésimas

Os numerais multiplicativos são invariáveis quando atuam em funções substantivas:

Fizeram o dobro do esforço e conseguiram o triplo de produção.

Quando atuam em funções adjetivas, esses numerais flexionam--se em gênero e número:

Teve de tomar doses triplas do medicamento.

Os numerais fracionários flexionam-se em gênero e número. Observe: um terço/dois terços, uma terça parte/duas terças partes

Os numerais coletivos flexionam-se em número. Veja: uma dúzia, um milheiro, duas dúzias, dois milheiros.

É comum na linguagem coloquial a indicação de grau nos numerais, traduzindo afetividade ou especialização de sentido. É o que ocorre em frases como:

“Me empresta duzentinho...”

É artigo de primeiríssima qualidade!

O time está arriscado por ter caído na segundona. (= segunda divisão de futebol)

### Emprego dos Numerais

\*Para designar papas, reis, imperadores, séculos e partes em que se divide uma obra, utilizam-se os ordinais até décimo e a partir daí os cardinais, desde que o numeral venha depois do substantivo:

Ordinais	Cardinais
João Paulo II (segundo)	Tomo XV (quinze)
D. Pedro II (segundo)	Luís XVI (dezesesseis)
Ato II (segundo)	Capítulo XX (vinte)
Século VIII (oitavo)	Século XX (vinte)
Canto IX (nono)	João XXIII ( vinte e três)

\*Para designar leis, decretos e portarias, utiliza-se o ordinal até nono e o cardinal de dez em diante:

Artigo 1.º (primeiro)	Artigo 10 (dez)
Artigo 9.º (nono)	Artigo 21 (vinte e um)

\*Ambos/ambas são considerados numerais. Significam “um e outro”, “os dois” (ou “uma e outra”, “as duas”) e são largamente empregados para retomar pares de seres aos quais já se fez referência.

Pedro e João parecem ter finalmente percebido a importância da solidariedade. Ambos agora participam das atividades comunitárias de seu bairro.

Obs.: a forma “ambos os dois” é considerada enfática. Atualmente, seu uso indica afetação, artificialismo.





Cardinais	Ordinais	Multiplicativos	Fracionários
um	primeiro	-	-
dois	segundo	dobro, duplo	meio
três	terceiro	triplo, tríplice	terço
quatro	quarto	quádruplo	quarto
cinco	quinto	quintuplo	quinto
seis	sexto	sêxtuplo	sexto
sete	sétimo	sétuplo	sétimo
oito	oitavo	óctuplo	oitavo
nove	nono	nônuplo	nono
dez	décimo	décuplo	décimo
onze	décimo primeiro	-	onze avos
doze	décimo segundo	-	doze avos
treze	décimo terceiro	-	treze avos
catorze	décimo quarto	-	catorze avos
quinze	décimo quinto	-	quinze avos
dezesseis	décimo sexto	-	dezesseis avos
dezesete	décimo sétimo	-	dezesete avos
dezoito	décimo oitavo	-	dezoito avos
dezenove	décimo nono	-	dezenove avos
vinte	vigésimo	-	vinte avos
trinta	trigésimo	-	trinta avos
quarenta	quadragésimo	-	quarenta avos
cinquenta	quingagésimo	-	cinquenta avos
sessenta	sexagésimo	-	sessenta avos
setenta	septuagésimo	-	setenta avos
oitenta	octogésimo	-	oitenta avos
noventa	nonagésimo	-	noventa avos
cem	centésimo	cêntuplo	centésimo
duzentos	ducentésimo	-	ducentésimo
trezentos	trecentésimo	-	trecentésimo
quatrocentos	quadringentésimo	-	quadringentésimo
quinhentos	quingentésimo	-	quingentésimo
seiscentos	sexcentésimo	-	sexcentésimo
setecentos	septingentésimo	-	septingentésimo
oitocentos	octingentésimo	-	octingentésimo
novecentos	nongentésimo ou noningentésimo	-	nongentésimo
mil	milésimo	-	milésimo
milhão	milionésimo	-	milionésimo
bilhão	bilionésimo	-	bilionésimo

**Questões sobre Numeral**

01. Na frase “*Nessa carteira só há duas notas de cinco reais*” temos exemplos de numerais:

- A) ordinais;
- B) cardinais;
- C) fracionários;
- D) romanos;
- E) Nenhuma das alternativas.

02. Aponte a alternativa em que os numerais estão bem empregados.

- A) Ao papa Paulo Seis sucedeu João Paulo Primeiro.
- B) Após o parágrafo nono virá o parágrafo décimo.
- C) Depois do capítulo sexto, li o capítulo décimo primeiro.
- D) Antes do artigo dez vem o artigo nono.
- E) O artigo vigésimo segundo foi revogado.

03. Os ordinais referentes aos números 80, 300, 700 e 90 são, respectivamente

- A) octagésimo, trecentésimo, septingentésimo, nongentésimo
- B) octogésimo, trecentésimo, septingentésimo, nonagésimo
- C) octingentésimo, tricentésimo, septuagésimo, nonagésimo
- D) octogésimo, tricentésimo, septuagésimo, nongentésimo



04. (Contador – IESES – 2012). “Em maio, um abaixo-assinado, para que o parlamento extinga a lei ortográfica, tomou a 82ª Feira do Livro de Lisboa.” O numeral ordinal destacado está corretamente escrito na alternativa:

- a) Oitogésima segunda.                      b) Octogésima segunda.  
c) Oitagésima segunda.                      d) Octagésima segunda.

05. Marque o emprego incorreto do numeral:

- A) século III (três)                              B) página 102 (cento e dois)  
C) 80º (octogésimo)                            D) capítulo XI (onze)  
E) X tomo (décimo)

06. *Tripla e tríplice* são numerais:

- A) multiplicativo o primeiro e ordinal o segundo  
B) ambos ordinais  
C) ambos cardinais  
D) ambos multiplicativos.

07. Indique a grafia e leitura corretas do seguinte numeral cardinal: 3.726.

- A) Três mil, setecentos e vinte e seis.  
B) Três mil, e setecentos e vinte e seis.  
C) Três mil e setecentos e vinte e seis.  
D) Três mil, setecentos, vinte, seis.

08. Em todas as frases abaixo, os numerais foram corretamente empregados, exceto em:

- A) O artigo vinte e cinco deste código foi revogado.  
B) Seu depoimento foi transcrito na página duzentos e vinte e dois.  
C) Ainda o capítulo sétimo desta obra.  
D) Este terremoto ocorreu no século dez antes de Cristo.

09. Em todas as frases abaixo, a palavra grifada é um numeral, exceto em:

- A) Ele só leu um livro este semestre.  
B) Não é preciso mais que uma pessoa para fazer este serviço.  
C) Ontem à tarde, um rapaz procurou por você?  
D) Você quer uma ou mais caixas deste produto?

10. Assinale o caso em que não haja expressão numérica de sentido indefinido:

- A) Ele é o duodécimo colocado.  
B) Quer que veja este filme pela milésima vez?  
C) “Na guerra os meus dedos dispararam mil mortes”.  
D) “A vida tem uma só entrada; a saída é por cem portas”.  
E) N.D.A.

GABARITO

01. B    02. D    03. B    04. B    05. A  
06. D    07. A    08. D    09. C    10. A

COMENTÁRIOS

1-) Nessa carteira só há duas notas de cinco reais = numerais cardinais

- 2-) A) Ao papa Paulo Sexto sucedeu João Paulo Primeiro.  
B) Após o parágrafo nono virá o parágrafo dez.

C) Depois do capítulo sexto, li o capítulo onze.

D) Antes do artigo dez vem o artigo nono. = correta

E) O artigo vinte e dois foi revogado.

3-) 80 (octogésimo), 300 (trecentésimo ou tricentésimo), 700 (septingentésimo) 90 (nonagésimo)

4-) 82ª Feira = Octogésima segunda.

5-) A) século III (terceiro)                      B) página 102 (cento e dois)

C) 80º (octogésimo)                              D) capítulo XI (onze)

E) X tomo (décimo)

6-) tripla e tríplice = ambos são numerais multiplicativos

7-) B) Três mil, e setecentos e vinte e seis. = retirar o “e”

C) Três mil e setecentos e vinte e seis. = faltou a vírgula; retirar o “e”

D) Três mil, setecentos, vinte, seis. = substituir as duas últimas vírgulas pela conjunção “e”

8-) Este terremoto ocorreu no século décimo antes de Cristo.

9-) Ontem à tarde, um rapaz procurou por você? = artigo indefinido

10-) Ele é o duodécimo colocado. = (posição 12)

*Pronome* é a palavra que se usa em lugar do nome, ou a ele se refere, ou ainda, que acompanha o nome qualificando-o de alguma forma.

A moça era mesmo bonita. Ela morava nos meus sonhos!

[substituição do nome]

A moça que morava nos meus sonhos era mesmo bonita!

[referência ao nome]

Essa moça morava nos meus sonhos!

[qualificação do nome]

Grande parte dos pronomes não possuem significados fixos, isto é, essas palavras só adquirem significação dentro de um contexto, o qual nos permite recuperar a referência exata daquilo que está sendo colocado por meio dos pronomes no ato da comunicação. Com exceção dos pronomes interrogativos e indefinidos, os demais pronomes têm por função principal apontar para as pessoas do discurso ou a elas se relacionar, indicando-lhes sua situação no tempo ou no espaço. Em virtude dessa característica, os pronomes apresentam uma forma específica para cada pessoa do discurso.

Minha carteira estava vazia quando eu fui assaltada.

[minha/eu: pronomes de 1ª pessoa = aquele que fala]

Tua carteira estava vazia quando tu foste assaltada?

[tua/tu: pronomes de 2ª pessoa = aquele a quem se fala]

A carteira dela estava vazia quando ela foi assaltada.

[dela/ela: pronomes de 3ª pessoa = aquele de quem se fala]

Em termos morfológicos, os pronomes são palavras variáveis em gênero (masculino ou feminino) e em número (singular ou plural). Assim, espera-se que a referência através do pronome seja



coerente em termos de gênero e número (fenômeno da concordância) com o seu objeto, mesmo quando este se apresenta ausente no enunciado.

Fala-se de Roberta. Ele quer participar do desfile da nossa escola neste ano.

[nossa: pronome que qualifica “escola” = concordância adequada]

[neste: pronome que determina “ano” = concordância adequada]

[ele: pronome que faz referência à “Roberta” = concordância inadequada]

Existem seis tipos de pronomes: pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, relativos e interrogativos.

### Pronomes Pessoais

São aqueles que substituem os substantivos, indicando diretamente as pessoas do discurso. Quem fala ou escreve assume os pronomes “eu” ou “nós”, usa os pronomes “tu”, “vós”, “você” ou “vocês” para designar a quem se dirige e “ele”, “ela”, “eles” ou “elas” para fazer referência à pessoa ou às pessoas de quem fala.

Os pronomes pessoais variam de acordo com as funções que exercem nas orações, podendo ser do caso reto ou do caso oblíquo.

### Pronome Reto

Pronome pessoal do caso reto é aquele que, na sentença, exerce a função de sujeito ou predicativo do sujeito.

Nós lhe ofertamos flores.

Os pronomes retos apresentam flexão de número, gênero (apenas na 3ª pessoa) e pessoa, sendo essa última a principal flexão, uma vez que marca a pessoa do discurso. Dessa forma, o quadro dos pronomes retos é assim configurado:

- 1ª pessoa do singular: eu
- 2ª pessoa do singular: tu
- 3ª pessoa do singular: ele, ela
- 1ª pessoa do plural: nós
- 2ª pessoa do plural: vós
- 3ª pessoa do plural: eles, elas

Atenção: esses pronomes não costumam ser usados como complementos verbais na língua-padrão. Frases como “Vi ele na rua”, “Encontrei ela na praça”, “Trouxeram eu até aqui”, comuns na língua oral cotidiana, devem ser evitadas na língua formal escrita ou falada. Na língua formal, devem ser usados os pronomes oblíquos correspondentes: “Vi-o na rua”, “Encontrei-a na praça”, “Trouxeram-me até aqui”.

Obs.: frequentemente observamos a omissão do pronome reto em Língua Portuguesa. Isso se dá porque as próprias formas verbais marcam, através de suas desinências, as pessoas do verbo indicadas pelo pronome reto.

Fizemos boa viagem. (Nós)

### Pronome Oblíquo

Pronome pessoal do caso oblíquo é aquele que, na sentença, exerce a função de complemento verbal (objeto direto ou indireto) ou complemento nominal.

Ofertaram-nos flores. (objeto indireto)

Obs.: em verdade, o pronome oblíquo é uma forma variante do pronome pessoal do caso reto. Essa variação indica a função diversa que eles desempenham na oração: pronome reto marca o sujeito da oração; pronome oblíquo marca o complemento da oração.

Os pronomes oblíquos sofrem variação de acordo com a acentuação tônica que possuem, podendo ser átonos ou tônicos.

### Pronome Oblíquo Átono

São chamados átonos os pronomes oblíquos que não são precedidos de preposição. Possuem acentuação tônica fraca.

Ele me deu um presente.

O quadro dos pronomes oblíquos átonos é assim configurado:

- 1ª pessoa do singular (eu): me
- 2ª pessoa do singular (tu): te
- 3ª pessoa do singular (ele, ela): o, a, lhe
- 1ª pessoa do plural (nós): nos
- 2ª pessoa do plural (vós): vos
- 3ª pessoa do plural (eles, elas): os, as, lhes

Observações:

O “lhe” é o único pronome oblíquo átono que já se apresenta na forma contraída, ou seja, houve a união entre o pronome “o” ou “a” e preposição “a” ou “para”. Por acompanhar diretamente uma preposição, o pronome “lhe” exerce sempre a função de objeto indireto na oração.

Os pronomes me, te, nos e vos podem tanto ser objetos diretos como objetos indiretos.

Os pronomes o, a, os e as atuam exclusivamente como objetos diretos.

Saiba que: Os pronomes me, te, lhe, nos, vos e lhes podem combinar-se com os pronomes o, os, a, as, dando origem a formas como mo, mos, ma, mas; to, tos, ta, tas; lho, lhos, lha, lhas; no-lo, no-los, no-la, no-las, vo-lo, vo-los, vo-la, vo-las. Observe o uso dessas formas nos exemplos que seguem:

- Trouxeste o pacote?
- Sim, entreguei-to ainda há pouco.
- Não contaram a novidade a vocês?
- Não, no-la contaram.

No português do Brasil, essas combinações não são usadas; até mesmo na língua literária atual, seu emprego é muito raro.

Atenção: Os pronomes o, os, a, as assumem formas especiais depois de certas terminações verbais. Quando o verbo termina em -z, -s ou -r, o pronome assume a forma lo, los, la ou las, ao mesmo tempo que a terminação verbal é suprimida.

Por exemplo:

- fiz + o = fi-lo
- fazeis + o = fazei-lo
- dizer + a = dizê-la

Quando o verbo termina em som nasal, o pronome assume as formas no, nos, na, nas.

Por exemplo:

- viram + o: viram-no
- repõe + os = repõe-nos
- retém + a: retém-na
- tem + as = tem-nas

**Pronome Oblíquo Tônico**

Os pronomes oblíquos tônicos são sempre precedidos por preposições, em geral as preposições a, para, de e com. Por esse motivo, os pronomes tônicos exercem a função de objeto indireto da oração. Possuem acentuação tônica forte.

O quadro dos pronomes oblíquos tônicos é assim configurado:

- 1ª pessoa do singular (eu): mim, comigo
- 2ª pessoa do singular (tu): ti, contigo
- 3ª pessoa do singular (ele, ela): ele, ela
- 1ª pessoa do plural (nós): nós, conosco
- 2ª pessoa do plural (vós): vós, convosco
- 3ª pessoa do plural (eles, elas): eles, elas

Observe que as únicas formas próprias do pronome tônico são a primeira pessoa (mim) e segunda pessoa (ti). As demais repetem a forma do pronome pessoal do caso reto.

- As preposições essenciais introduzem sempre pronomes pessoais do caso oblíquo e nunca pronome do caso reto. Nos contextos interlocutivos que exigem o uso da língua formal, os pronomes costumam ser usados desta forma:

- Não há mais nada entre mim e ti.
- Não se comprovou qualquer ligação entre ti e ela.
- Não há nenhuma acusação contra mim.
- Não vá sem mim.

Atenção: Há construções em que a preposição, apesar de surgir anteposta a um pronome, serve para introduzir uma oração cujo verbo está no infinitivo. Nesses casos, o verbo pode ter sujeito expresso; se esse sujeito for um pronome, deverá ser do caso reto.

- Trouxeram vários vestidos para eu experimentar.
- Não vá sem eu mandar.

- A combinação da preposição “com” e alguns pronomes originou as formas especiais comigo, contigo, consigo, conosco e convosco. Tais pronomes oblíquos tônicos frequentemente exercem a função de adjunto adverbial de companhia.

- Ele carregava o documento consigo.

- As formas “conosco” e “convosco” são substituídas por “com nós” e “com vós” quando os pronomes pessoais são reforçados por palavras como outros, mesmos, próprios, todos, ambos ou algum numeral.

- Você terá de viajar com nós todos.
- Estávamos com vós outros quando chegaram as más notícias.
- Ele disse que iria com nós três.

**Pronome Reflexivo**

São pronomes pessoais oblíquos que, embora funcionem como objetos direto ou indireto, referem-se ao sujeito da oração. Indicam que o sujeito pratica e recebe a ação expressa pelo verbo.

- O quadro dos pronomes reflexivos é assim configurado:
- 1ª pessoa do singular (eu): me, mim.
- Eu não me vanglorio disso.
- Olhei para mim no espelho e não gostei do que vi.

- 2ª pessoa do singular (tu): te, ti.
- Assim tu te prejudicas.
- Conhece a ti mesmo.

- 3ª pessoa do singular (ele, ela): se, si, consigo.
- Guilherme já se preparou.
- Ela deu a si um presente.
- Antônio conversou consigo mesmo.

- 1ª pessoa do plural (nós): nos.
- Lavamo-nos no rio.
- 2ª pessoa do plural (vós): vos.
- Vós vos beneficiastes com a esta conquista.

- 3ª pessoa do plural (eles, elas): se, si, consigo.
- Eles se conheceram.
- Elas deram a si um dia de folga.

**A Segunda Pessoa Indireta**

A chamada segunda pessoa indireta manifesta-se quando utilizamos pronomes que, apesar de indicarem nosso interlocutor (portanto, a segunda pessoa), utilizam o verbo na terceira pessoa. É o caso dos chamados pronomes de tratamento, que podem ser observados no quadro seguinte:

Pronomes de Tratamento

Vossa Alteza	V. A.	príncipes, duques
Vossa Eminência	V. Ema.(s)	cardeais
Vossa Reverendíssima	V. Revma.(s)	sacerdotes e bispos
Vossa Excelência	V. Ex. <sup>a</sup> (s)	altas autoridades e oficiais-generais
Vossa Magnificência	V. Mag. <sup>a</sup> (s)	reitores de universidades
Vossa Majestade	V. M.	reis e rainhas
Vossa Majestade Imperial	V. M. I.	Imperadores
Vossa Santidade	V. S.	Papa
Vossa Senhoria	V. S. <sup>a</sup> (s)	tratamento cerimonioso
Vossa Onipotência	V. O.	Deus

Também são pronomes de tratamento o senhor, a senhora e você, vocês. “O senhor” e “a senhora” são empregados no tratamento cerimonioso; “você” e “vocês”, no tratamento familiar. Você e vocês são largamente empregados no português do Brasil; em algumas regiões, a forma tu é de uso frequente; em outras, pouco empregada. Já a forma vós tem uso restrito à linguagem litúrgica, ultraformal ou literária.

Observações:

a) Vossa Excelência X Sua Excelência : os pronomes de tratamento que possuem “Vossa (s)” são empregados em relação à pessoa com quem falamos.

Espero que V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, compareça a este encontro.

**\*Emprega-se “Sua (s)” quando se fala a respeito da pessoa.**

Todos os membros da C.P.I. afirmaram que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, agiu com propriedade.



- Os pronomes de tratamento representam uma forma indireta de nos dirigirmos aos nossos interlocutores. Ao tratarmos um deputado por Vossa Excelência, por exemplo, estamos nos endereçando à excelência que esse deputado supostamente tem para poder ocupar o cargo que ocupa.

b) 3ª pessoa: embora os pronomes de tratamento dirijam-se à 2ª pessoa, toda a concordância deve ser feita com a 3ª pessoa. Assim, os verbos, os pronomes possessivos e os pronomes oblíquos empregados em relação a eles devem ficar na 3ª pessoa.

Basta que V. Ex.<sup>a</sup> cumpra a terça parte das suas promessas, para que seus eleitores lhe fiquem reconhecidos.

c) Uniformidade de Tratamento: quando escrevemos ou nos dirigimos a alguém, não é permitido mudar, ao longo do texto, a pessoa do tratamento escolhida inicialmente. Assim, por exemplo, se começamos a chamar alguém de “você”, não poderemos usar “te” ou “tu”. O uso correto exigirá, ainda, verbo na terceira pessoa.

Quando você vier, eu te abraçarei e enrolar-me-ei nos teus cabelos. (errado)

Quando você vier, eu a abraçarei e enrolar-me-ei nos seus cabelos. (correto)

Quando tu vieres, eu te abraçarei e enrolar-me-ei nos teus cabelos. (correto)

## Pronomes Possessivos

São palavras que, ao indicarem a pessoa gramatical (possuidor), acrescentam a ela a ideia de posse de algo (coisa possuída).

Este caderno é meu. (meu = possuidor: 1ª pessoa do singular)

NÚMERO	PESSOA	PRONOME
singular	primeira	meu(s), minha(s)
singular	segunda	teu(s), tua(s)
singular	terceira	seu(s), sua(s)
plural	primeira	nosso(s), nossa(s)
plural	segunda	vosso(s), vossa(s)
plural	terceira	seu(s), sua(s)

Note que: A forma do possessivo depende da pessoa gramatical a que se refere; o gênero e o número concordam com o objeto possuído.

Ele trouxe seu apoio e sua contribuição naquele momento difícil.

Observações:

1 - A forma “seu” não é um possessivo quando resultar da alteração fonética da palavra senhor.

- Muito obrigado, seu José.

2 - Os pronomes possessivos nem sempre indicam posse. Podem ter outros empregos, como:

a) indicar afetividade.

- Não faça isso, minha filha.

b) indicar cálculo aproximado.

Ele já deve ter seus 40 anos.

c) atribuir valor indefinido ao substantivo.

Marisa tem lá seus defeitos, mas eu gosto muito dela.

3- Em frases onde se usam pronomes de tratamento, o pronome possessivo fica na 3ª pessoa.

Vossa Excelência trouxe sua mensagem?

4- Referindo-se a mais de um substantivo, o possessivo concorda com o mais próximo.

Trouxe-me seus livros e anotações.

5- Em algumas construções, os pronomes pessoais oblíquos átonos assumem valor de possessivo.

Vou seguir-lhe os passos. (= Vou seguir seus passos.)

## Pronomes Demonstrativos

Os pronomes demonstrativos são utilizados para explicitar a posição de uma certa palavra em relação a outras ou ao contexto. Essa relação pode ocorrer em termos de espaço, no tempo ou discurso.

No espaço:

Compro este carro (aqui). O pronome este indica que o carro está perto da pessoa que fala.

Compro esse carro (aí). O pronome esse indica que o carro está perto da pessoa com quem falo, ou afastado da pessoa que fala.

Compro aquele carro (lá). O pronome aquele diz que o carro está afastado da pessoa que fala e daquela com quem falo.

Atenção: em situações de fala direta (tanto ao vivo quanto por meio de correspondência, que é uma modalidade escrita de fala), são particularmente importantes o este e o esse - o primeiro localiza os seres em relação ao emissor; o segundo, em relação ao destinatário. Trocá-los pode causar ambiguidade.

Dirijo-me a essa universidade com o objetivo de solicitar informações sobre o concurso vestibular. (trata-se da universidade destinatária).

Reafirmamos a disposição desta universidade em participar no próximo Encontro de Jovens. (trata-se da universidade que envia a mensagem).

No tempo:

Este ano está sendo bom para nós. O pronome este se refere ao ano presente.

Esse ano que passou foi razoável. O pronome esse se refere a um passado próximo.

Aquele ano foi terrível para todos. O pronome aquele está se referindo a um passado distante.

- Os pronomes demonstrativos podem ser variáveis ou invariáveis, observe:

Variáveis: este(s), esta(s), esse(s), essa(s), aquele(s), aquela(s).  
Invariáveis: isto, isso, aquilo.

- Também aparecem como pronomes demonstrativos:

- o(s), a(s): quando estiverem antecedendo o “que” e puderem ser substituídos por aquele(s), aquela(s), aquilo.

Não ouvi o que disseste. (Não ouvi aquilo que disseste.)

Essa rua não é a que te indiquei. (Esta rua não é aquela que te indiquei.)

- mesmo(s), mesma(s):

Estas são as mesmas pessoas que o procuraram ontem.

- próprio(s), própria(s):

Os próprios alunos resolveram o problema.

- semelhante(s):

Não compre semelhante livro.

- tal, tais:

Tal era a solução para o problema.

Note que:

a) Não raro os demonstrativos aparecem na frase, em construções redundantes, com finalidade expressiva, para salientar algum termo anterior. Por exemplo:

Manuela, essa é que dera em cheio casando com o José Afonso. Desfrutar das belezas brasileiras, isso é que é sorte!

b) O pronome demonstrativo neutro ou pode representar um termo ou o conteúdo de uma oração inteira, caso em que aparece, geralmente, como objeto direto, predicativo ou aposto.

O casamento seria um desastre. Todos o pressentiam.

c) Para evitar a repetição de um verbo anteriormente expresso, é comum empregar-se, em tais casos, o verbo fazer, chamado, então, verbo vicário (= que substitui, que faz as vezes de).

Ninguém teve coragem de falar antes que ela o fizesse.

d) Em frases como a seguinte, este se refere à pessoa mencionada em último lugar; aquele, à mencionada em primeiro lugar.

O referido deputado e o Dr. Alcides eram amigos íntimos; aquele casado, solteiro este. [ou então: este solteiro, aquele casado]

e) O pronome demonstrativo tal pode ter conotação irônica.

A menina foi a tal que ameaçou o professor?

f) Pode ocorrer a contração das preposições a, de, em com pronome demonstrativo: àquele, àquela, deste, desta, disso, nisso, no, etc.

Não acreditei no que estava vendo. (no = naquilo)

### Pronomes Indefinidos

São palavras que se referem à terceira pessoa do discurso, dando-lhe sentido vago (impreciso) ou expressando quantidade indeterminada.

Alguém entrou no jardim e destruiu as mudas recém-plantadas.

Não é difícil perceber que “alguém” indica uma pessoa de quem se fala (uma terceira pessoa, portanto) de forma imprecisa, vaga. É uma palavra capaz de indicar um ser humano que seguramente existe, mas cuja identidade é desconhecida ou não se quer revelar.

Classificam-se em:

- Pronomes Indefinidos Substantivos: assumem o lugar do ser ou da quantidade aproximada de seres na frase. São eles: algo, alguém, fulano, sicrano, beltrano, nada, ninguém, outrem, quem, tudo.

Algo o incomoda?

Quem avisa amigo é.

- Pronomes Indefinidos Adjetivos: qualificam um ser expresso na frase, conferindo-lhe a noção de quantidade aproximada. São eles: cada, certo(s), certa(s).

Cada povo tem seus costumes.

Certas pessoas exercem várias profissões.

Note que: Ora são pronomes indefinidos substantivos, ora pronomes indefinidos adjetivos:

algum, alguns, alguma(s), bastante(s) (= muito, muitos), demais, mais, menos, muito(s), muita(s), nenhum, nenhuns, nenhuma(s), outro(s), outra(s), pouco(s), pouca(s), qualquer, quaisquer, qual, que, quanto(s), quanta(s), tal, tais, tanto(s), tanta(s), todo(s), toda(s), um, uns, uma(s), vários, várias.

Menos palavras e mais ações.

Alguns se contentam pouco.

Os pronomes indefinidos podem ser divididos em variáveis e invariáveis. Observe:

Variáveis = algum, nenhum, todo, muito, pouco, vários, tanto, outro, quanto, alguma, nenhuma, toda, muita, pouca, várias, tanta, outra, quanta, qualquer, quaisquer, alguns, nenhuns, todos, muitos, poucos, vários, tantos, outros, quantos, algumas, nenhuma(s), todas, muitas, poucas, várias, tantas, outras, quantas.

Invariáveis = alguém, ninguém, outrem, tudo, nada, algo, cada.

São locuções pronominais indefinidas:

cada qual, cada um, qualquer um, quantos quer (que), quem quer (que), seja quem for, seja qual for, todo aquele (que), tal qual (= certo), tal e qual, tal ou qual, um ou outro, uma ou outra, etc.

Cada um escolheu o vinho desejado.

### Indefinidos Sistemáticos

Ao observar atentamente os pronomes indefinidos, percebemos que existem alguns grupos que criam oposição de sentido. É o caso de: algum/alguém/algo, que têm sentido afirmativo, e nenhum/ninguém/nada, que têm sentido negativo; todo/tudo, que indicam uma totalidade afirmativa, e nenhum/nada, que indicam uma totalidade negativa; alguém/ninguém, que se referem à pessoa, e algo/nada, que se referem à coisa; certo, que particulariza, e qualquer, que generaliza.

Essas oposições de sentido são muito importantes na construção de frases e textos coerentes, pois delas muitas vezes dependem a solidez e a consistência dos argumentos expostos. Observe nas frases seguintes a força que os pronomes indefinidos destacados imprimem às afirmações de que fazem parte:

Nada do que tem sido feito produziu qualquer resultado prático.

Certas pessoas conseguem perceber sutilezas: não são pessoas quaisquer.

### Pronomes Relativos

São aqueles que representam nomes já mencionados anteriormente e com os quais se relacionam. Introduzem as orações subordinadas adjetivas.

O racismo é um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros.

(afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros = oração subordinada adjetiva).

O pronome relativo “que” refere-se à palavra “sistema” e introduz uma oração subordinada. Diz-se que a palavra “sistema” é antecedente do pronome relativo que.

O antecedente do pronome relativo pode ser o pronome demonstrativo o, a, os, as.

Não sei o que você está querendo dizer.

Às vezes, o antecedente do pronome relativo não vem expresso.

Quem casa, quer casa.

Observe:

Pronomes relativos variáveis = o qual, cujo, quanto, os quais, cujos, quantos, a qual, cuja, quanta, as quais, cujas, quantas.

Pronomes relativos invariáveis = quem, que, onde.

Note que:

a) O pronome “que” é o relativo de mais largo emprego, sendo por isso chamado relativo universal. Pode ser substituído por o qual, a qual, os quais, as quais, quando seu antecedente for um substantivo.

O trabalho que eu fiz refere-se à corrupção. (= o qual)

A cantora que acabou de se apresentar é péssima. (= a qual)

Os trabalhos que eu fiz referem-se à corrupção. (= os quais)

As cantoras que se apresentaram eram péssimas. (= as quais)

b) O qual, os quais, a qual e as quais são exclusivamente pronomes relativos: por isso, são utilizados didaticamente para verificar se palavras como “que”, “quem”, “onde” (que podem ter várias classificações) são pronomes relativos. Todos eles são usados com referência à pessoa ou coisa por motivo de clareza ou depois de determinadas posições:

Regressando de São Paulo, visitei o sítio de minha tia, o qual me deixou encantado. (O uso de “que”, neste caso, geraria ambiguidade.)

Essas são as conclusões sobre as quais pairam muitas dúvidas? (Não se poderia usar “que” depois de sobre.)

c) O relativo “que” às vezes equivale a o que, coisa que, e se refere a uma oração.

Não chegou a ser padre, mas deixou de ser poeta, que era a sua vocação natural.

d) O pronome “cujo” não concorda com o seu antecedente, mas com o conseqüente. Equivale a do qual, da qual, dos quais, das quais.

Este é o caderno cujas folhas estão rasgadas.  
(antecedente) (conseqüente)

e) “Quanto” é pronome relativo quando tem por antecedente um pronome indefinido: tanto (ou variações) e tudo:

Emprestei tantos quantos foram necessários.  
(antecedente)

Ele fez tudo quanto havia falado.  
(antecedente)

f) O pronome “quem” se refere a pessoas e vem sempre precedido de preposição.

É um professor a quem muito devemos.  
(preposição)

g) “Onde”, como pronome relativo, sempre possui antecedente e só pode ser utilizado na indicação de lugar.

A casa onde morava foi assaltada.

h) Na indicação de tempo, deve-se empregar quando ou em que.

Sinto saudades da época em que (quando) morávamos no exterior.

i) Podem ser utilizadas como pronomes relativos as palavras:  
- como (= pelo qual)

Não me parece correto o modo como você agiu semana passada.

- quando (= em que)

Bons eram os tempos quando podíamos jogar videogame.

j) Os pronomes relativos permitem reunir duas orações numa só frase.

O futebol é um esporte.

O povo gosta muito deste esporte.

O futebol é um esporte de que o povo gosta muito.

k) Numa série de orações adjetivas coordenadas, pode ocorrer a elipse do relativo “que”.

A sala estava cheia de gente que conversava, (que) ria, (que) fumava.

### Pronomes Interrogativos

São usados na formulação de perguntas, sejam elas diretas ou indiretas. Assim como os pronomes indefinidos, referem-se à 3ª pessoa do discurso de modo impreciso. São pronomes interrogativos: que, quem, qual (e variações), quanto (e variações).

Quem fez o almoço? / Diga-me quem fez o almoço.

Qual das bonecas prefere? / Não sei qual das bonecas prefere.

Quantos passageiros desembarcaram? / Pergunte quantos passageiros desembarcaram.

### Sobre os pronomes:

O pronome pessoal é do caso reto quando tem função de sujeito na frase. O pronome pessoal é do caso oblíquo quando desempenha função de complemento. Vamos entender, primeiramente, como o pronome pessoal surge na frase e que função exerce. Observe as orações:

1. Eu não sei essa matéria, mas ele irá me ajudar.

2. Maria foi embora para casa, pois não sabia se devia lhe ajudar.

Na primeira oração os pronomes pessoais “eu” e “ele” exercem função de sujeito, logo, são pertencentes ao caso reto. Já na segunda oração, observamos o pronome “lhe” exercendo função de complemento, e, conseqüentemente, é do caso oblíquo.

Os pronomes pessoais indicam as pessoas do discurso, o pronome oblíquo “lhe”, da segunda oração, aponta para a segunda pessoa do singular (tu/você): Maria não sabia se devia ajudar... Ajudar quem? Você (lhe).

Importante: Em observação à segunda oração, o emprego do pronome oblíquo “lhe” é justificado antes do verbo intransitivo “ajudar” porque o pronome oblíquo pode estar antes, depois ou entre locução verbal, caso o verbo principal (no caso “ajudar”) esteja no infinitivo ou gerúndio.

Eu desejo lhe perguntar algo.

Eu estou perguntando-lhe algo.

Os pronomes pessoais oblíquos podem ser átonos ou tônicos: os primeiros não são precedidos de preposição, diferentemente dos segundos que são sempre precedidos de preposição.

- Pronome oblíquo átono: Joana me perguntou o que eu estava fazendo.

- Pronome oblíquo tônico: Joana perguntou para mim o que eu estava fazendo.

*Verbo* é a classe de palavras que se flexiona em pessoa, número, tempo, modo e voz. Pode indicar, entre outros processos: ação (correr); estado (ficar); fenômeno (chover); ocorrência (nascer); desejo (querer).

O que caracteriza o verbo são as suas flexões, e não os seus possíveis significados. Observe que palavras como corrida, chuva e nascimento têm conteúdo muito próximo ao de alguns verbos mencionados acima; não apresentam, porém, todas as possibilidades de flexão que esses verbos possuem.

## Estrutura das Formas Verbais

Do ponto de vista estrutural, uma forma verbal pode apresentar os seguintes elementos:

a) Radical: é a parte invariável, que expressa o significado essencial do verbo. Por exemplo:

fal-ei; fal-ava; fal-am. (radical fal-)

b) Tema: é o radical seguido da vogal temática que indica a conjugação a que pertence o verbo. Por exemplo: fala-r

São três as conjugações:

1ª - Vogal Temática - A - (falar)

2ª - Vogal Temática - E - (vender)

3ª - Vogal Temática - I - (partir)

c) Desinência modo-temporal: é o elemento que designa o tempo e o modo do verbo. Por exemplo:

falávamos ( indica o pretérito imperfeito do indicativo.)

falasse ( indica o pretérito imperfeito do subjuntivo.)

d) Desinência número-pessoal: é o elemento que designa a pessoa do discurso ( 1ª, 2ª ou 3ª) e o número (singular ou plural).

falamos (indica a 1ª pessoa do plural.)

falavam (indica a 3ª pessoa do plural.)

Observação: o verbo pôr, assim como seus derivados (compor, repor, depor, etc.), pertencem à 2ª conjugação, pois a forma arcaica do verbo pôr era poer. A vogal “e”, apesar de haver desaparecido do infinitivo, revela-se em algumas formas do verbo: põe, pões, põem, etc.

## Formas Rizotônicas e Arrizotônicas

Ao combinarmos os conhecimentos sobre a estrutura dos verbos com o conceito de acentuação tônica, percebemos com facilidade que nas formas rizotônicas, o acento tônico cai no radical do verbo: opino, aprendam, nutro, por exemplo. Nas formas arrizotônicas, o acento tônico não cai no radical, mas sim na terminação verbal: opinei, aprenderão, nutriríamos.

## Classificação dos Verbos

Classificam-se em:

a) Regulares: são aqueles que possuem as desinências normais de sua conjugação e cuja flexão não provoca alterações no radical. Por exemplo: canto cantei cantarei cantava cantasse

b) Irregulares: são aqueles cuja flexão provoca alterações no radical ou nas desinências. Por exemplo: faço fiz farei fizesse

c) Defectivos: são aqueles que não apresentam conjugação completa. Classificam-se em impessoais, unipessoais e pessoais.

- Impessoais: são os verbos que não têm sujeito. Normalmente, são usados na terceira pessoa do singular. Os principais verbos impessoais são:

a) haver, quando sinônimo de existir, acontecer, realizar-se ou fazer (em orações temporais).

Havia poucos ingressos à venda. (Havia = Existiam)

Houve duas guerras mundiais. (Houve = Aconteceram)

Haverá reuniões aqui. (Haverá = Realizar-se-ão)

Deixei de fumar há muitos anos. (há = faz)

b) fazer, ser e estar (quando indicam tempo)

Faz invernos rigorosos no Sul do Brasil.

Era primavera quando a conheci.

Estava frio naquele dia.

c) Todos os verbos que indicam fenômenos da natureza são impessoais: chover, ventar, nevar, gear, trovejar, amanhecer, escurecer, etc. Quando, porém, se constrói, “Amanheci mal-humorado”, usa-se o verbo “amanhecer” em sentido figurado. Qualquer verbo impessoal, empregado em sentido figurado, deixa de ser impessoal para ser pessoal.

Amanheci mal-humorado. (Sujeito desinencial: eu)

Choveram candidatos ao cargo. (Sujeito: candidatos)

Fiz quinze anos ontem. (Sujeito desinencial: eu)

d) São impessoais, ainda:

1. o verbo passar (seguido de preposição), indicando tempo.

Ex.: Já passa das seis.

2. os verbos bastar e chegar, seguidos da preposição de, indicando suficiência. Ex.:

Basta de tolices. Chega de blasfêmias.

3. os verbos estar e ficar em orações tais como Está bem, Está muito bem assim, Não fica bem, Fica mal, sem referência a sujeito expresso anteriormente. Podemos, ainda, nesse caso, classificar o sujeito como hipotético, tornando-se, tais verbos, então, pessoais.

4. o verbo deu + para da língua popular, equivalente de “ser possível”. Por exemplo:

Não deu para chegar mais cedo.

Dá para me arrumar uns trocados?

- Unipessoais: são aqueles que, tendo sujeito, conjugam-se apenas nas terceiras pessoas, do singular e do plural.

A fruta amadureceu.

As frutas amadureceram.

Obs.: os verbos unipessoais podem ser usados como verbos pessoais na linguagem figurada:

Teu irmão amadureceu bastante.

Entre os unipessoais estão os verbos que significam vozes de animais; eis alguns:

bramar: tigre

bramir: crocodilo

cacarejar: galinha

coaxar: sapo

cricrilar: grilo



Os principais verbos unipessoais são:

1. cumprir, importar, convir, doer, aprazer, parecer, ser (preciso, necessário, etc.).

Cumpre trabalharmos bastante. (Sujeito: trabalharmos bastante.)

Parece que vai chover. (Sujeito: que vai chover.)

É preciso que chova. (Sujeito: que chova.)

2. fazer e ir, em orações que dão ideia de tempo, seguidos da conjunção que.

Faz dez anos que deixei de fumar. (Sujeito: que deixei de fumar.)

Vai para (ou Vai em ou Vai por) dez anos que não vejo Cláudia. (Sujeito: que não vejo Cláudia)

Obs.: todos os sujeitos apontados são oracionais.

- Pessoais: não apresentam algumas flexões por motivos morfológicos ou eufônicos. Por exemplo:

verbo falar. Este verbo teria como formas do presente do indicativo falo, fales, fale, idênticas às do verbo falar - o que provavelmente causaria problemas de interpretação em certos contextos.

verbo computar. Este verbo teria como formas do presente do indicativo computo, computas, computa - formas de sonoridade considerada ofensiva por alguns ouvidos gramaticais. Essas razões muitas vezes não impedem o uso efetivo de formas verbais repudiadas por alguns gramáticos: exemplo disso é o próprio verbo computar, que, com o desenvolvimento e a popularização da informática, tem sido conjugado em todos os tempos, modos e pessoas.

d) Abundantes: são aqueles que possuem mais de uma forma com o mesmo valor. Geralmente, esse fenômeno costuma ocorrer no particípio, em que, além das formas regulares terminadas em -ado ou -ido, surgem as chamadas formas curtas (particípio irregular). Observe:

INFINITIVO	PARTICÍPIO REGULAR	PARTICÍPIO IRREGULAR
Anexar	Anexado	Anexo
Dispersar	Dispersado	Disperso
Eleger	Elegido	Eleito
Envolver	Envolvido	Envolto
Imprimir	Imprimido	Impresso
Matar	Matado	Morto
Morrer	Morrido	Morto
Pegar	Pegado	Pego
Soltar	Soltado	Solto

e) Anômalos: são aqueles que incluem mais de um radical em sua conjugação.

Por exemplo: Ir Pôr Ser Saber (vou, vais, ides, fui, foste, pus, pôs, punha, sou, és, fui, foste, seja).

f) Auxiliares

São aqueles que entram na formação dos tempos compostos e das locuções verbais. O verbo principal, quando acompanhado de verbo auxiliar, é expresso numa das formas nominais: infinitivo, gerúndio ou particípio.

Vou espantar as moscas.  
(verbo auxiliar) (verbo principal no infinitivo)

Está chegando a hora do debate.  
(verbo auxiliar) (verbo principal no gerúndio)

Os noivos foram cumprimentados por todos os presentes.  
(verbo auxiliar) (verbo principal no particípio)

Obs.: os verbos auxiliares mais usados são: ser, estar, ter e haver.

Conjugação dos Verbos Auxiliares

SER - Modo Indicativo

Presente	Pret.Perfeito	Pretérito Imp.	Pret.Mais-Que-Perf.	Fut.do Pres.	Fut. Do Pretérito
sou	fui	era	fora	serei	seria
és	foste	eras	foras	serás	serias
é	foi	era	fora	será	seria
somos	fomos	éramos	fôramos	seremos	seríamos
sois	fostes	éreis	fôreis	sereis	seríeis
são	foram	eram	foram	serão	seriam

## SER - Modo Subjuntivo

Presente que eu seja que tu sejas que ele seja que nós sejamos que vós sejais que eles sejam	Pretérito Imperfeito se eu fosse se tu fosses se ele fosse se nós fôssemos se vós fôsseis se eles fossem	Futuro quando eu for quando tu fores quando ele for quando nós formos quando vós fordes quando eles forem
--	--	---

## SER - Modo Imperativo

Afirmativo sê tu seja você sejamos nós sede vós sejam vocês	Negativo não sejas tu não seja você não sejamos nós não sejais vós não sejam vocês
--	---

## SER - Formas Nominais

Infinitivo Impessoal ser	Infinitivo Pessoal ser eu seres tu ser ele sermos nós serdes vós serem eles	Gerúndio sendo	Particípio sido
-----------------------------	---	-------------------	--------------------

## ESTAR - Modo Indicativo

Presente	Pret. perf.	Pret. Imperf.	Pret. Mais-Que-Perf.	Fut.doPres.	Fut.do Preté.
estou	estive	estava	estivera	estarei	estaria
estás	estiveste	estavas	estiveras	estarás	estarias
está	estive	estava	estivera	estará	estaria
estamos	estivemos	estávamos	estivéramos	estaremos	estariamos
estais	estivestes	estáveis	estivéreis	estareis	estarieis
estão	estiveram	estavam	estiveram	estarão	estariam

## ESTAR - Modo Subjuntivo e Imperativo

Presente	Pretérito Imperfeito	Futuro	Afirmativo	Negativo
esteja	estivesse	estiver		
estejas	estivesse	estiveres	está	estejas
esteja	estivesse	estiver	esteja	esteja
estejamos	estivéssemos	estivermos	estejamos	estejamos
estejais	estivésseis	estiverdes	estai	estejais
estejam	estivessem	estiverem	estejam	estejam

## ESTAR - Formas Nominais

Infinitivo Impessoal estar	Infinitivo Pessoal estar estares estar estarmos estardes estarem	Gerúndio estando	Particípio estado
-------------------------------	--	---------------------	----------------------

## H AVER - Modo Indicativo

Presente	Pret. Perf.	Pret. Imper.	Pret.Mais-Que-Perf.	Fut. Do Pres.	Fut. Do Preté.
hei	houve	havia	houvera	haverei	haveria
hás	houveste	havia	houveras	haverás	haverias
há	houve	havia	houvera	haverá	haveria
havemos	houvemos	havíamos	houvéramos	havermos	haveríamos
haveis	houvestes	havíeis	houvéreis	haveis	haveríeis
hão	houveram	haviam	houveram	haverão	haveriam

## H AVER - Modo Subjuntivo e Imperativo

Presente	Pretérito Imperfeito	Futuro	Afirmativo	Negativo
haja	houvesse	houver		
hajas	houvesse	houveres	há	hajas
haja	houvesse	houver	haja	haja
hajamos	houvéssemos	houvermos	hajamos	hajamos
hajais	houvésseis	houverdes	havei	hajais
hajam	houvessem	houverem	hajam	hajam

## H AVER - Formas Nominais

Infinitivo Impessoal	Infinitivo Pessoal	Gerúndio	Particípio
haver	haver	havendo	havido
	haveres		
	haver		
	havermos		
	haverdes		
	haverem		

## T E R - Modo Indicativo

Presente	Pret. Perf.	Pret. Imper.	Preté.Mais-Que-Perf.	Fut. Do Pres.	Fut. Do Preté.
Tenho	tive	tinha	tivera	terei	teria
tens	tiveste	tinhas	tiveras	terás	terias
tem	teve	tinha	tivera	terá	teria
temos	tivemos	tínhamos	tivéramos	teremos	teríamos
tendes	tivestes	tínheis	tivéreis	tereis	teríeis
têm	tiveram	tinham	tiveram	terão	teriam

## T E R - Modo Subjuntivo e Imperativo

Presente	Pretérito Imperfeito	Futuro	Afirmativo	Negativo
Tenha	tivesse	tiver		
tenhas	tivesse	tiveres	tem	tenhas
tenha	tivesse	tiver	tenha	tenha
tenhamos	tivéssemos	tivermos	tenhamos	tenhamos
tenhais	tivésseis	tiverdes	tende	tenhais
tenham	tivessem	tiverem	tenham	tenham

g) Pronominais: São aqueles verbos que se conjugam com os pronomes oblíquos átonos me, te, se, nos, vos, se, na mesma pessoa do sujeito, expressando reflexibilidade (pronominais acidentais) ou apenas reforçando a ideia já implícita no próprio sentido do verbo (reflexivos essenciais). Veja:

- 1. Essenciais: são aqueles que sempre se conjugam com os pronomes oblíquos me, te, se, nos, vos, se. São poucos: abster-se, ater-se, apiedar-se, atrever-se, dignar-se, arrepende-se, etc. Nos verbos pronominais essenciais a reflexibilidade já está implícita no radical do verbo. Por exemplo:

Arrependi-me de ter estado lá.

A ideia é de que a pessoa representada pelo sujeito (eu) tem um sentimento (arrepentimento) que recai sobre ela mesma, pois não recebe ação transitiva nenhuma vinda do verbo; o pronome oblíquo átono é apenas uma partícula integrante do verbo, já que, pelo uso, sempre é conjugada com o verbo. Diz-se que o pronome apenas serve de reforço da ideia reflexiva expressa pelo radical do próprio verbo.

Veja uma conjugação pronominal essencial (verbo e respectivos pronomes):

Eu me arrependo  
 Tu te arrependes  
 Ele se arrepende  
 Nós nos arrependemos  
 Vós vos arrependeis  
 Eles se arrependem

- 2. Acidentais: são aqueles verbos transitivos diretos em que a ação exercida pelo sujeito recai sobre o objeto representado por pronome oblíquo da mesma pessoa do sujeito; assim, o sujeito faz uma ação que recai sobre ele mesmo. Em geral, os verbos transitivos diretos ou transitivos diretos e indiretos podem ser conjugados com os pronomes mencionados, formando o que se chama voz reflexiva. Por exemplo: Maria se penteava.

A reflexibilidade é acidental, pois a ação reflexiva pode ser exercida também sobre outra pessoa. Por exemplo: Maria penteou--me.

Observações:

1- Por fazerem parte integrante do verbo, os pronomes oblíquos átonos dos verbos pronominais não possuem função sintática.

2- Há verbos que também são acompanhados de pronomes oblíquos átonos, mas que não são essencialmente pronominais, são os verbos reflexivos. Nos verbos reflexivos, os pronomes, apesar de se encontrarem na pessoa idêntica à do sujeito, exercem funções sintáticas.

Por exemplo:

Eu me feri. = Eu(sujeito) - 1ª pessoa do singular me (objeto direto) - 1ª pessoa do singular

*Modos Verbais*

Dá-se o nome de modo às várias formas assumidas pelo verbo na expressão de um fato. Em Português, existem três modos:

Indicativo - indica uma certeza, uma realidade. Por exemplo: Eu sempre estudo.

Subjuntivo - indica uma dúvida, uma possibilidade. Por exemplo: Talvez eu estude amanhã.

Imperativo - indica uma ordem, um pedido. Por exemplo: Estuda agora, menino.

*Formas Nominais*

Além desses três modos, o verbo apresenta ainda formas que podem exercer funções de nomes (substantivo, adjetivo, advérbio), sendo por isso denominadas formas nominais. Observe:

- a) Infinitivo Impessoal: exprime a significação do verbo de modo vago e indefinido, podendo ter valor e função de substantivo. Por exemplo: Viver é lutar. (= vida é luta)

É indispensável combater a corrupção. (= combate à)

O infinitivo impessoal pode apresentar-se no presente (forma simples) ou no passado (forma composta). Por exemplo:

É preciso ler este livro.

Era preciso ter lido este livro.

- b) Infinitivo Pessoal: é o infinitivo relacionado às três pessoas do discurso. Na 1ª e 3ª pessoas do singular, não apresenta desinências, assumindo a mesma forma do impessoal; nas demais, flexiona-se da seguinte maneira:

2ª pessoa do singular: Radical + ES Ex.: teres(tu)  
 1ª pessoa do plural: Radical + MOS Ex.: termos (nós)  
 2ª pessoa do plural: Radical + DES Ex.: terdes (vós)  
 3ª pessoa do plural: Radical + EM Ex.: terem (eles)

Por exemplo:

Foste elogiado por teres alcançado uma boa colocação.

- c) Gerúndio: o gerúndio pode funcionar como adjetivo ou advérbio. Por exemplo:

Saindo de casa, encontrei alguns amigos. (função de advérbio)

Nas ruas, havia crianças vendendo doces. (função adjetivo)

Na forma simples, o gerúndio expressa uma ação em curso; na forma composta, uma ação concluída. Por exemplo:

Trabalhando, aprenderás o valor do dinheiro.

Tendo trabalhado, aprendeu o valor do dinheiro.

- d) Particípio: quando não é empregado na formação dos tempos compostos, o particípio indica geralmente o resultado de uma ação terminada, flexionando-se em gênero, número e grau. Por exemplo:

Terminados os exames, os candidatos saíram.

Quando o particípio exprime somente estado, sem nenhuma relação temporal, assume verdadeiramente a função de adjetivo (adjetivo verbal). Por exemplo:

Ela foi a aluna escolhida para representar a escola.

*Tempos Verbais*

Tomando-se como referência o momento em que se fala, a ação expressa pelo verbo pode ocorrer em diversos tempos. Veja:

1. Tempos do Indicativo

- Presente - Expressa um fato atual. Por exemplo: Eu estudo neste colégio.

- Pretérito Imperfeito - Expressa um fato ocorrido num momento anterior ao atual, mas que não foi completamente terminado. Por exemplo: Ele estudava as lições quando foi interrompido.

- Pretérito Perfeito (simples) - Expressa um fato ocorrido num momento anterior ao atual e que foi totalmente terminado. Por exemplo: Ele estudou as lições ontem à noite.

- Pretérito Perfeito (composto) - Expressa um fato que teve início no passado e que pode se prolongar até o momento atual. Por exemplo: Tenho estudado muito para os exames.

- Pretérito-Mais-Que-Perfeito - Expressa um fato ocorrido antes de outro fato já terminado. Por exemplo: Ele já tinha estudado as lições quando os amigos chegaram. (forma composta) Ele já estudara as lições quando os amigos chegaram. (forma simples)

- Futuro do Presente (simples) - Enuncia um fato que deve ocorrer num tempo vindouro com relação ao momento atual. Por exemplo: Ele estudará as lições amanhã.

- Futuro do Presente (composto) - Enuncia um fato que deve ocorrer posteriormente a um momento atual, mas já terminado antes de outro fato futuro. Por exemplo: Antes de bater o sinal, os alunos já terão terminado o teste.

- Futuro do Pretérito (simples) - Enuncia um fato que pode ocorrer posteriormente a um determinado fato passado. Por exemplo: Se eu tivesse dinheiro, viajaria nas férias.

- Futuro do Pretérito (composto) - Enuncia um fato que poderia ter ocorrido posteriormente a um determinado fato passado. Por exemplo: Se eu tivesse ganho esse dinheiro, teria viajado nas férias.

## 2. Tempos do Subjuntivo

- Presente - Enuncia um fato que pode ocorrer no momento atual. Por exemplo: É conveniente que estudes para o exame.

- Pretérito Imperfeito - Expressa um fato passado, mas posterior a outro já ocorrido. Por exemplo: Eu esperava que ele vencesse o jogo.

Obs.: o pretérito imperfeito é também usado nas construções em que se expressa a ideia de condição ou desejo. Por exemplo: Se ele viesse ao clube, participaria do campeonato.

Pretérito Perfeito (composto) - Expressa um fato totalmente terminado num momento passado. Por exemplo: Embora tenha estudado bastante, não passou no teste.

- Futuro do Presente (simples) - Enuncia um fato que pode ocorrer num momento futuro em relação ao atual. Por exemplo: Quando ele vier à loja, levará as encomendas.

obs.: o futuro do presente é também usado em frases que indicam possibilidade ou desejo. Por exemplo: Se ele vier à loja, levará as encomendas.

- Futuro do Presente (composto) - Enuncia um fato posterior ao momento atual mas já terminado antes de outro fato futuro. Por exemplo: Quando ele tiver saído do hospital, nós o visitaremos.

### Presente do Indicativo

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação	Desinência pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR	
cantO	vendO	partO	O
cantaS	vendeS	parteS	S
canta	vende	parte	-
cantaMOS	vendeMOS	partiMOS	MOS
cantaIS	vendeIS	partIS	IS
cantaM	vendeM	parteM	M

### Pretérito Perfeito do Indicativo

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação	Desinência pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR	
cantI	vendI	partI	I
cantaSTE	vendeSTE	partISTE	STE
cantoU	vendeU	partiU	U
cantaMOS	vendeMOS	partiMOS	MOS
cantaSTES	vendeSTES	partISTES	STES
cantaRAM	vendeRAM	partiRAM	RAM

### Pretérito mais-que-perfeito

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação	Des. temporal 1ª/2ª e 3ª conj.	Desinência pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR		
cantaRA	vendeRA	partiRA	RA	Ø
cantaRAS	vendeRAS	partiRAS	RA	S
cantaRA	vendeRA	partiRA	RA	Ø
cantáRAMOS	vendêRAMOS	partíRAMOS	RA	MOS
cantáREIS	vendêREIS	partíREIS	RE	IS
cantaRAM	vendeRAM	partiRAM	RA	M

### Pretérito Imperfeito do Indicativo

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
CANTAR	VENDER	PARTIR
cantAVA	vendIA	partIA
cantAVAS	vendIAS	partAS
CantAVA	vendIA	partIA
cantÁVAMOS	vendÍAMOS	partÍAMOS
cantÁVEIS	vendÍEIS	partÍEIS
cantAVAM	vendIAM	partIAM

## Futuro do Presente do Indicativo

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
CANTAR	VENDER	PARTIR
cantar ei	vender ei	partir ei
cantar ás	vender ás	partir ás
cantar á	vender á	partir á
cantar emos	vender emos	partir emos
cantar eis	vender eis	partir eis
cantar ão	vender ão	partir ão

## Futuro do Pretérito do Indicativo

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
CANTAR	VENDER	PARTIR
cantarIA	venderIA	partirIA
cantarIAS	venderIAS	partirIAS
cantarIA	venderIA	partirIA
cantarÍAMOS	venderÍAMOS	partirÍAMOS
cantarÍEIS	venderÍEIS	partirÍEIS
cantarIAM	venderIAM	partirIAM

## Presente do Subjuntivo

Para se formar o presente do subjuntivo, substitui-se a desinência -o da primeira pessoa do singular do presente do indicativo pela desinência -E (nos verbos de 1ª conjugação) ou pela desinência -A (nos verbos de 2ª e 3ª conjugação).

1ª conjug.	2ª conjug.	3ª conj.	Des. temporal 1ª conj.	Des. temporal 2ª/3ª conj.	Desinên. pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR			
cantE	vendA	partA	E	A	Ø
cantES	vendAS	partAS	E	A	S
cantE	vendA	partA	E	A	Ø
cantEMOS	vendAMOS	partAMOS	E	A	MOS
cantEIS	vendAIS	partAIS	E	A	IS
cantEM	vendAM	partAM	E	A	M

## Pretérito Imperfeito do Subjuntivo

Para formar o imperfeito do subjuntivo, elimina-se a desinência -STE da 2ª pessoa do singular do pretérito perfeito, obtendo-se, assim, o tema desse tempo. Acrescenta-se a esse tema a desinência temporal -SSE mais a desinência de número e pessoa correspondente.

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação	Des. temporal 1ª /2ª e 3ª conj.	Desinência pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR		
cantaSSE	vendeSSE	partiSSE	SSE	Ø
cantaSSES	vendeSSES	partiSSES	SSE	S
cantaSSE	vendeSSE	partiSSE	SSE	Ø
cantáSSEMOS	vendêSSEMOS	partisSSEMOS	SSE	MOS
cantáSSEIS	vendêSSEIS	partisSSEIS	SSE	IS
cantaSSEM	vendeSSEM	partisSSEM	SSE	M

## Futuro do Subjuntivo

Para formar o futuro do subjuntivo elimina-se a desinência -STE da 2ª pessoa do singular do pretérito perfeito, obtendo-se, assim, o tema desse tempo. Acrescenta-se a esse tema a desinência temporal -R mais a desinência de número e pessoa correspondente.

# LÍNGUA PORTUGUESA

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação	Des. temporal 1ª /2ª e 3ª conj.	Desinência pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR		
cantaR	vendeR	partiR	Ø	
cantaRES	vendeRES	partiRES	R	ES
cantaR	vendeR	partiR	R	Ø
cantaRMOS	vendeRMOS	partiRMOS	R	MOS
cantaRDES	vendeRDES	partiRDES	R	DES
cantaREM	vendeREM	PartiREM	R	EM

## Imperativo

### Imperativo Afirmativo

Para se formar o imperativo afirmativo, toma-se do presente do indicativo a 2ª pessoa do singular (tu) e a segunda pessoa do plural (vós) eliminando-se o “S” final. As demais pessoas vêm, sem alteração, do presente do subjuntivo. Veja:

Presente do Indicativo	Imperativo Afirmativo	Presente do Subjuntivo
Eu canto	---	Que eu cante
Tu cantas	CantA tu	Que tu cantes
Ele canta	Cante você	Que ele cante
Nós cantamos	Cantemos nós	Que nós cantemos
Vós cantais	CantAI vós	Que vós canteis
Eles cantam	Cantem vocês	Que eles cantem

### Imperativo Negativo

Para se formar o imperativo negativo, basta antecipar a negação às formas do presente do subjuntivo.

Presente do Subjuntivo	Imperativo Negativo
Que eu cante	---
Que tu cantes	Não cantes tu
Que ele cante	Não cante você
Que nós cantemos	Não cantemos nós
Que vós canteis	Não canteis vós
Que eles cantem	Não cantem eles

### Observações:

- No modo imperativo não faz sentido usar na 3ª pessoa (singular e plural) as formas ele/eles, pois uma ordem, pedido ou conselho só se aplicam diretamente à pessoa com quem se fala. Por essa razão, utiliza-se você/vocês.

- O verbo SER, no imperativo, faz excepcionalmente: sê (tu), sede (vós).

### Infinitivo Pessoal

1ª conjugação	2ª conjugação	3ª conjugação
CANTAR	VENDER	PARTIR
cantar	vender	partir
cantarES	venderES	partirES
cantar	vender	partir
cantarMOS	venderMOS	partirMOS
cantarDES	venderDES	partirDES
cantarEM	venderEM	partirEM

## Questões sobre Verbo

01. (Agente Policia Vunesp 2013) Considere o trecho a seguir.

É comum que objetos \_\_\_\_\_ esquecidos em locais públicos. Mas muitos transtornos poderiam ser evitados se as pessoas \_\_\_\_\_ a atenção voltada para seus pertences, conservando-os junto ao corpo.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

(A) sejam ... mantesse (B) sejam ... mantivessem (C) sejam ... mantêm (D) seja ... mantivessem (E) seja ... mantêm

02. (Escrevente TJ SP Vunesp 2012-adap.) Na frase –... os níveis de pessoas sem emprego estão apresentando quedas sucessivas de 2005 para cá. –, a locução verbal em destaque expressa ação  
(A) concluída. (B) atemporal. (C) contínua.  
(D) hipotética. (E) futura.

03. (Escrevente TJ SP Vunesp 2013-adap.) Sem querer estereotipar, mas já estereotipando: trata-se de um ser cujas interações sociais terminam, 99% das vezes, diante da pergunta “débito ou crédito?”.

- Nesse contexto, o verbo estereotipar tem sentido de  
(A) considerar ao acaso, sem premeditação.  
(B) aceitar uma ideia mesmo sem estar convencido dela.  
(C) adotar como referência de qualidade.  
(D) julgar de acordo com normas legais.  
(E) classificar segundo ideias preconcebidas.

04. (Escrevente TJ SP Vunesp 2013) Assinale a alternativa contendo a frase do texto na qual a expressão verbal destacada exprime possibilidade.

- (A) ... o cientista Theodor Nelson sonhava com um sistema capaz de disponibilizar um grande número de obras literárias...  
(B) Funcionando como um imenso sistema de informação e arquivamento, o hipertexto deveria ser um enorme arquivo virtual.  
(C) Isso acarreta uma textualidade que funciona por associação, e não mais por sequências fixas previamente estabelecidas.  
(D) Desde o surgimento da ideia de hipertexto, esse conceito está ligado a uma nova concepção de textualidade...  
(E) Criou, então, o “Xanadu”, um projeto para disponibilizar toda a literatura do mundo...

05. (Analista – Arquitetura – FCC – 2013-adap.). Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:

- A) Os que levariam a vida pensando apenas nos valores absolutos talvez façam melhor se pensassem no encanto dos pequenos bons momentos.  
B) Há até quem queira saber quem fosse o maior bandido entre os que recebessem destaque nos populares programas da TV.  
C) Não admira que os leitores de Manuel Bandeira gostam tanto de sua poesia, sobretudo porque ela não tenha aspirações a ser metafísica.  
D) Se os adeptos da fama a qualquer custo levarem em conta nossa condição de mortais, não precisariam preocupar-se com os degraus da notoriedade.  
E) Quanto mais aproveitássemos o que houvesse de grande nos momentos felizes, menos precisaríamos nos preocupar com conquistas superlativas.

06. (Escrevente TJ SP Vunesp 2013) Assinale a alternativa em que todos os verbos estão empregados de acordo com a norma-padrão.

- (A) Enviaram o texto, para que o revíssemos antes da impressão definitiva.  
(B) Não haverá prova do crime se o réu se manter em silêncio.  
(C) Vão pagar horas-extras aos que se disporem a trabalhar no feriado.  
(D) Ficarão surpresos quando o verem com a toga...  
(E) Se você quer a promoção, é necessário que a requera a seu superior.

07. (Papiloscopista Policial Vunesp 2013-adap.) Assinale a alternativa que substitui, corretamente e sem alterar o sentido da frase, a expressão destacada em –Se a criança se perder, quem encontrá-la verá na pulseira instruções para que envie uma mensagem eletrônica ao grupo ou acione o código na internet.

- (A) Caso a criança se havia perdido...  
(B) Caso a criança perdeu...  
(C) Caso a criança se perca...  
(D) Caso a criança estivera perdida...  
(E) Caso a criança se perda...

08. (Agente de Apoio Operacional – VUNESP – 2013-adap.). Assinale a alternativa em que o verbo destacado está no tempo futuro.

- A) Os consumidores são assediados pelo marketing ...  
B) ... somente eles podem decidir se irão ou não comprar.  
C) É como se abrissem em nós uma “caixa de necessidades”...  
D) ... de onde vem o produto...?  
E) Uma pesquisa mostrou que 55,4% das pessoas...

09. (Papiloscopista Policial – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa em que a concordância das formas verbais destacadas se dá em conformidade com a norma-padrão da língua.

- (A) Chegou, para ajudar a família, vários amigos e vizinhos.  
(B) Haviam várias hipóteses acerca do que poderia ter acontecido com a criança.  
(C) Fazia horas que a criança tinha saído e os pais já estavam preocupados.  
(D) Era duas horas da tarde, quando a criança foi encontrada.  
(E) Existia várias maneiras de voltar para casa, mas a criança se perdeu mesmo assim.

10. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013-adap.).

Leia as frases a seguir.

- I. Havia onze pessoas jogando pedras e pedaços de madeira no animal.  
II. Existiam muitos ferimentos no boi.  
III. Havia muita gente assustando o boi numa avenida movimentada.

Substituindo-se o verbo *Haver* pelo verbo *Existir* e este pelo verbo *Haver*, nas frases, têm-se, respectivamente:

- A) Existia – Haviam – Existiam  
B) Existiam – Havia – Existiam  
C) Existiam – Haviam – Existiam  
D) Existiam – Havia – Existia  
E) Existia – Havia – Existia

#### GABARITO

01. B 02. C 03. E 04. B 05. E  
06. A 07. C 08. B 09. C 10. D

#### COMENTÁRIOS

1-) É comum que objetos sejam esquecidos em locais públicos. Mas muitos transtornos poderiam ser evitados se as pessoas mantivessem a atenção voltada para seus pertences, conservando-os junto ao corpo.



2-) os níveis de pessoas sem emprego estão apresentando quedas sucessivas de 2005 para cá. –, a locução verbal em destaque expressa ação contínua (= não concluída)

3-) Sem querer estereotipar, mas já estereotipando: trata-se de um ser cujas interações sociais terminam, 99% das vezes, diante da pergunta “débito ou crédito?”.

Nesse contexto, o verbo estereotipar tem sentido de classificar segundo ideias preconcebidas.

4-) (B) Funcionando como um imenso sistema de informação e arquivamento, o hipertexto deveria ser um enorme arquivo virtual. = verbo no futuro do pretérito

5-) A) Os que levam a vida pensando apenas nos valores absolutos talvez fariam melhor se pensassem no encanto dos pequenos bons momentos.

B) Há até quem queira saber quem é o maior bandido entre os que recebem destaque nos populares programas da TV.

C) Não admira que os leitores de Manuel Bandeira gostem tanto de sua poesia, sobretudo porque ela não tem aspirações a ser metafísica.

D) Se os adeptos da fama a qualquer custo levassem em conta nossa condição de mortais, não precisariam preocupar-se com os degraus da notoriedade.

6-) (B) Não haverá prova do crime se o réu se mantiver em silêncio.

(C) Vão pagar horas-extras aos que se dispuserem a trabalhar no feriado.

(D) Ficarão surpresos quando o virem com a toga...

(E) Se você quiser a promoção, é necessário que a requeira a seu superior.

7-) Caso a criança se perca...(perda = substantivo: Houve uma grande perda salarial...)

8-) A) Os consumidores são assediados pelo marketing = presente

C) É como se abrissem em nós uma “caixa de necessidades”... = pretérito do Subjuntivo

D) ... de onde vem o produto...? = presente

E) Uma pesquisa mostrou que 55,4% das pessoas... = pretérito perfeito

9-) (A) Chegaram, para ajudar a família, vários amigos e vizinhos.

(B) Havia várias hipóteses acerca do que poderia ter acontecido com a criança.

(D) Eram duas horas da tarde, quando a criança foi encontrada.

(E) Existiam várias maneiras de voltar para casa, mas a criança se perdeu mesmo assim.

10-) I. Havia onze pessoas jogando pedras e pedaços de madeira no animal.

II. Existiam muitos ferimentos no boi.

III. Havia muita gente assustando o boi numa avenida movimentada.

Haver – sentido de existir= invariável, impessoal;

existir = variável. Portanto, temos:

I – Existiam onze pessoas...

II – Havia muitos ferimentos...

III – Existia muita gente...

O advérbio, assim como muitas outras palavras existentes na Língua Portuguesa, advém de outras línguas. Assim sendo, tal qual o adjetivo, o prefixo “ad-” indica a ideia de proximidade, contiguidade. Essa proximidade faz referência ao processo verbal, no sentido de caracterizá-lo, ou seja, indicando as circunstâncias em que esse processo se desenvolve.

O advérbio relaciona-se aos verbos da língua, no sentido de caracterizar os processos expressos por ele. Contudo, ele não é modificador exclusivo desta classe (verbos), pois também modifica o adjetivo e até outro advérbio. Seguem alguns exemplos:

*Para quem se diz distantemente alheio a esse assunto, você está até bem informado.*

Temos o advérbio “distantemente” que modifica o adjetivo alheio, representando uma qualidade, característica.

*O artista canta muito mal.*

Nesse caso, o advérbio de intensidade “muito” modifica outro advérbio de modo – “mal”. Em ambos os exemplos pudemos verificar que se tratava de somente uma palavra funcionando como advérbio. No entanto, ele pode estar demarcado por mais de uma palavra, que mesmo assim não deixará de ocupar tal função. Temos aí o que chamamos de locução adverbial, representada por algumas expressões, tais como: *às vezes, sem dívida, frente a frente, de modo algum*, entre outras.

Mediante tais postulados, afirma-se que, dependendo das circunstâncias expressas pelos advérbios, eles se classificam em distintas categorias, uma vez expressas por:

de modo: *Bem, mal, assim, depressa, devagar, às pressas, às claras, às cegas, à toa, à vontade, às escondidas, aos poucos, desse jeito, desse modo, dessa maneira, em geral, frente a frente, lado a lado, a pé, de cor, em vão*, e a maior parte dos que terminam em “mente”: *calmamente, tristemente, propositadamente, pacientemente, amorosamente, docemente, escandalosamente, bondosamente, generosamente*

de intensidade: *Muito, demais, pouco, tão, menos, em excesso, bastante, pouco, mais, menos, demasiado, quanto, quão, tanto, que*(equivale a quão), *tudo, nada, todo, quase, de todo, de muito, por completo.*

de tempo: *Hoje, logo, primeiro, ontem, tarde outrora, amanhã, cedo, dantes, depois, ainda, antigamente, antes, doravante, nunca, então, ora, jamais, agora, sempre, já, enfim, afinal, breve, constantemente, entretantes, imediatamente, primeiramente, provisoriamente, sucessivamente, às vezes, à tarde, à noite, de manhã, de repente, de vez em quando, de quando em quando, a qualquer momento, de tempos em tempos, em breve, hoje em dia*

de lugar: *Aqui, antes, dentro, ali, adiante, fora, acolá, atrás, além, lá, detrás, aquém, cá, acima, onde, perto, aí, abaixo, aonde, longe, debaixo, algures, defronte, nenhures, adentro, afora, alhures, nenhures, aquém, embaixo, externamente, a distância, à distância de, de longe, de perto, em cima, à direita, à esquerda, ao lado, em volta*



de negação: Não, nem, nunca, jamais, de modo algum, de forma nenhuma, tampouco, de jeito nenhum

de dúvida: Acaso, porventura, possivelmente, provavelmente, quiçá, talvez, casualmente, por certo, quem sabe

de afirmação: Sim, certamente, realmente, decerto, efetivamente, certo, decididamente, realmente, deveras, indubitavelmente (=sem dúvida).

de exclusão: Apenas, exclusivamente, salvo, senão, somente, simplesmente, só, unicamente

de inclusão: Ainda, até, mesmo, inclusivamente, também

de ordem: Depois, primeiramente, ultimamente

de designação: Eis

de interrogação: onde? (lugar), como? (modo), quando? (tempo), por quê? (causa), quanto? (preço e intensidade), para quê? (finalidade)

#### Locução adverbial

É reunião de duas ou mais palavras com valor de advérbio.  
Exemplo:

Carlos saiu às pressas. (indicando modo)

Maria saiu à tarde. (indicando tempo)

Há locuções adverbiais que possuem advérbios correspondentes. Exemplo:

Carlos saiu às pressas. = Carlos saiu apressadamente.

Apenas os advérbios de intensidade, de lugar e de modo são flexionados, sendo que os demais são todos invariáveis. A única flexão propriamente dita que existe na categoria dos advérbios é a de grau:

Superlativo: aumenta a intensidade. Exemplos: *longe - longíssimo, pouco - pouquíssimo, inconstitucionalmente - inconstitucionalísimamente*, etc.;

Diminutivo: diminui a intensidade.

Exemplos: *perto - pertinho, pouco - pouquinho, devagar - devagarinho*,

#### Questões sobre Advérbio

01. (Agente de Vigilância e Recepção – VUNESP – 2013-adap.) Assinale a alternativa cuja expressão em destaque apresenta circunstância adverbial de modo.

A) Repetidos episódios de violência (...) estão gerando ainda uma série de repercussões.

B) ...quebrou o braço da estudante de direito R. D., 19, em plena balada...

C) Esses dois jovens teriam tentado se aproximar, sem sucesso, de duas amigas...

D) Um dos suspeitos do ataque alega que tudo não passou de um engano...

E) O fato é que é difícil acreditar que tanta gente ande se quebrando por aí...

02. (Agente Educacional – VUNESP – 2013-adap.) Releia os trechos apresentados a seguir.

- Aqueles que não simpatizavam muito com Pitágoras podiam simplesmente escolher carreiras nas quais os números não encontravam muito espaço...

- Já a cultura científica, que muitos ainda tratam com uma ponta de desprezo, torna-se cada vez mais fundamental...

Os advérbios em destaque nos trechos expressam, correta e respectivamente, circunstâncias de

- A) afirmação e de intensidade.                      B) modo e de tempo.  
C) modo e de lugar.                                      D) lugar e de tempo.  
E) intensidade e de negação.

03. (Analista Administrativo – VUNESP – 2013-adap.) Em – ... mas é importante também considerar e estudar em profundidade o planejamento urbano. –, a expressão em destaque é empregada na oração para indicar circunstância de

- A) lugar.    B) causa.  
C) origem.    D) modo.  
E) finalidade.

04. (UFC) A opção em que há um advérbio exprimindo circunstância de tempo é:

- A) Possivelmente viajarei para São Paulo.  
B) Maria tinha aproximadamente 15 anos.  
C) As tarefas foram executadas concomitantemente.  
D) Os resultados chegaram demasiadamente atrasados.

05. Indique a alternativa que completa a frase a seguir, respectivamente, com as circunstâncias de intensidade e de modo. Após o telefonema, o motorista partiu...

- A)às 18 h com o veículo.  
B)rapidamente ao meio-dia.  
C)bastante alerta.  
D)apressadamente com o caminhão.  
E)agora calmamente.

06. Em qual das alternativas abaixo o adjunto adverbial expressa o sentido de instrumento?

- A)Viajou de trem.  
B)Tânia foi almoçar com seus primos.  
C)Cortou-se com o alicate.  
D)Chorou de dor.

07. Assinale a alternativa em que o elemento destacado NÃO é um adjunto adverbial.

A)“...ameaçou até se acorrentar à porta da embaixada brasileira em Roma.”

B)“...decidida na semana passada por Tarso Genro...”

C)“Hoje Mutti vive com identidade trocada e em lugar não sabido.”

D)“A concessão de refúgio político ao italiano Cesare Battisti, decidida...”

E)“...decida se é o caso de reabrir o processo e julgá-lo novamente?”

08. Em todas as alternativas há dois advérbios, exceto em:

- A) Ele permaneceu muito calado.  
B) Amanhã, não iremos ao cinema.

- C) O menino, ontem, cantou desafinadamente.  
 D) Tranquilamente, realizou-se, hoje, o jogo.  
 E) Ela falou calma e sabiamente.

09. Assinale a frase em que “meio” funciona como advérbio:

- A) Só quero meio quilo.  
 B) Achei-o meio triste.  
 C) Descobri o meio de acertar.  
 D) Parou no meio da rua.  
 E) Comprou um metro e meio de tecido.

GABARITO

01. C 02. B 03. D 04. C  
 05. C 06. C 07. D 08. A 09. B

COMENTÁRIOS

- 1-) a-) ainda = tempo  
 B) em plena balada = lugar  
 C) sem sucesso = modo  
 D) não = negação .  
 E) por aí = lugar

2-) Simplesmente = modo / ainda = tempo

3-) em profundidade = profundamente = advérbio de modo

4-) concomitantemente = Diz-se do que acontece, desenvolve-se ou é expresso ao mesmo tempo com outra(s) coisa(s); simultâneo.

5-) A alternativa deve começar com advérbio que expresse INTENSIDADE. Vá por eliminação:

- a-) às 18h = tempo  
 b-) rapidamente = modo  
 c-) bastante= intensidade  
 d-) apressadamente = modo  
 e-) agora = tempo

- 6-) A-) Viajou de trem. = meio  
 B)Tânia foi almoçar com seus primos. = companhia  
 C)Cortou-se com o alicate. = instrumento  
 D)Chorou de dor. = causa

7-) “A concessão de refúgio político ao italiano Cesare Battisti, decidida...” = complemento nominal

- 8-)A) Ele permaneceu muito calado.  
 B) Amanhã, não iremos ao cinema.  
 C) O menino, ontem, cantou desafinadamente.  
 D) Tranquilamente, realizou-se, hoje, o jogo.  
 E) Ela falou calma e sabiamente. ( Nesse caso, subentende-se calmamente. É a maneira correta de se escrever quando utilizarmos dois advérbios de modo: o primeiro é escrito sem o sufixo “mente”, deixando este apenas no segundo elemento. Por exemplo: “Apresentou-se breve e pausadamente.”)

- 09-) a) Só quero meio quilo. = numeral  
 b) Achei-o meio triste. = um pouco (advérbio)  
 c) Descobri o meio de acertar. = substantivo  
 d) Parou no meio da rua. = numeral  
 e) Comprou um metro e meio de tecido. = numeral

Preposição é uma palavra invariável que serve para ligar termos ou orações. Quando esta ligação acontece, normalmente há uma subordinação do segundo termo em relação ao primeiro. As preposições são muito importantes na estrutura da língua, pois estabelecem a coesão textual e possuem valores semânticos indispensáveis para a compreensão do texto.

Tipos de Preposição

1. Preposições essenciais: palavras que atuam exclusivamente como preposições.

A, ante, perante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, por, sem, sob, sobre, trás, atrás de, dentro de, para com.

2. Preposições acidentais: palavras de outras classes gramaticais que podem atuar como preposições.

Como, durante, exceto, fora, mediante, salvo, segundo, senão, visto.

3. Locuções prepositivas: duas ou mais palavras valendo como uma preposição, sendo que a última palavra é uma delas.

Abaixo de, acerca de, acima de, ao lado de, a respeito de, de acordo com, em cima de, embaixo de, em frente a, ao redor de, graças a, junto a, com, perto de, por causa de, por cima de, por trás de.

A preposição, como já foi dito, é invariável. No entanto pode unir-se a outras palavras e assim estabelecer concordância em gênero ou em número. Ex: por + o = pelo por + a = pela

Vale ressaltar que essa concordância não é característica da preposição, mas das palavras às quais ela se une.

Esse processo de junção de uma preposição com outra palavra pode se dar a partir de dois processos:

1. Combinação: A preposição não sofre alteração.

preposição a + artigos definidos o, os

a + o = ao

preposição a + advérbio onde

a + onde = aonde

2. Contração: Quando a preposição sofre alteração.

Preposição + Artigos

De + o(s) = do(s)

De + a(s) = da(s)

De + um = dum

De + uns = duns

De + uma = duma

De + umas = dumas

Em + o(s) = no(s)

Em + a(s) = na(s)

Em + um = num

Em + uma = numa

Em + uns = nuns

Em + umas = numas

A + à(s) = à(s)

Por + o = pelo(s)

Por + a = pela(s)

Preposição + Pronomes

- De + ele(s) = dele(s)
- De + ela(s) = dela(s)
- De + este(s) = deste(s)
- De + esta(s) = desta(s)
- De + esse(s) = desse(s)
- De + essa(s) = dessa(s)
- De + aquele(s) = daquele(s)
- De + aquela(s) = daquela(s)
- De + isto = disto
- De + isso = disso
- De + aquilo = daquilo
- De + aqui = daqui
- De + aí = daí
- De + ali = dali
- De + outro = doutro(s)
- De + outra = doutra(s)
- Em + este(s) = neste(s)
- Em + esta(s) = nesta(s)
- Em + esse(s) = nesse(s)
- Em + aquele(s) = naquele(s)
- Em + aquela(s) = naquela(s)
- Em + isto = nisto
- Em + isso = nisso
- Em + aquilo = naquilo
- A + aquele(s) = àquele(s)
- A + aquela(s) = àquela(s)
- A + aquilo = àquilo

Dicas sobre preposição

1. O “a” pode funcionar como preposição, pronomo pessoal oblíquo e artigo. Como distingui-los?

- Caso o “a” seja um artigo, virá precedendo a um substantivo. Ele servirá para determiná-lo como um substantivo singular e feminino.

A dona da casa não quis nos atender.

Como posso fazer a Joana concordar comigo?

- Quando é preposição, além de ser invariável, liga dois termos e estabelece relação de subordinação entre eles.

Cheguei a sua casa ontem pela manhã.

Não queria, mas vou ter que ir à outra cidade para procurar um tratamento adequado.

- Se for pronomo pessoal oblíquo estará ocupando o lugar e/ou a função de um substantivo.

Temos Maria como parte da família. / A temos como parte da família

Creio que conhecemos nossa mãe melhor que ninguém. / Creio que a conhecemos melhor que ninguém.

2. Algumas relações semânticas estabelecidas por meio das preposições:

Destino = Irei para casa.

Modo = Chegou em casa aos gritos.

Lugar = Vou ficar em casa;

Assunto = Escrevi um artigo sobre adolescência.

Tempo = A prova vai começar em dois minutos.

Causa = Ela faleceu de derrame cerebral.

Fim ou finalidade = Vou ao médico para começar o tratamento.

Instrumento = Escreveu a lápis.

Posse = Não posso doar as roupas da mamãe.

Autoria = Esse livro de Machado de Assis é muito bom.

Companhia = Estarei com ele amanhã.

Matéria = Farei um cartão de papel reciclado.

Meio = Nós vamos fazer um passeio de barco.

Origem = Nós somos do Nordeste, e você?

Conteúdo = Quebrei dois frascos de perfume.

Oposição = Esse movimento é contra o que eu penso.

Preço = Essa roupa sai por R\$ 50 à vista.

Questões sobre Preposição

01. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013-adap.) No trecho “... xadrez, quando eu sair para a rua, todo mundo vai ter que aprender porque vai rolar até o torneio familiar.– o termo em destaque expressa relação de

A) espaço, como em – Nosso diretor foi até Brasília para falar do projeto “Xadrez que liberta”.

B) inclusão, como em – O xadrez mudou até o nosso modo de falar.

C) finalidade, como em – Precisamos treinar até junho para termos mais chances de vencer o torneio de xadrez.

D) movimento, como em – Só de chegar até aqui já estou muito feliz, porque eu não esperava.

E) tempo, como em – Até o ano que vem, pretendo conseguir a revisão da minha pena.

02. (Agente de Vigilância e Recepção – VUNESP – 2013 – adap.) Considere o trecho a seguir.

O metrô paulistano, \_\_\_\_\_ quem a banda recebe apoio, garante o espaço para ensaios e os equipamentos; e a estabilidade no emprego, vantagem \_\_\_\_\_ que muitos trabalhadores sonham, é o que leva os integrantes do grupo a permanecerem na instituição.

As preposições que preenchem o trecho, correta, respectivamente e de acordo com a norma-padrão, são:

A) a ...com                      B) de ...com                      C) de ...a

D) com ...a                      E) para ...de

03. (Agente Policial – Vunesp/2013). Assinale a alternativa cuja preposição em destaque expressa ideia de finalidade.

(A) Além disso, aumenta a punição administrativa, de R\$957,70 para R\$1.915,40.

(B) ... o STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu que o bafofômetro e o exame de sangue eram obrigatórios para comprovar o crime.

(C) “... Ele é encaminhado para a delegacia para o perito fazer o exame clínico”...

(D) Já para o juiz criminal de São Paulo, Fábio Munhoz Soares, um dos que devem julgar casos envolvendo pessoas embriagadas ao volante, a mudança “é um avanço”.

(E) Para advogados, a lei aumenta o poder da autoridade policial de dizer quem está embriagado...

04. (Agente Policial - VUNESP – 2013). Em – Jamais em minha vida achei na rua ou em qualquer parte do globo um objeto qualquer. –, o termo em destaque introduz ideia de

(A) tempo.                      (B) lugar.                      (C) modo.

(D) posse.                      (E) direção.



05. Na frase - As duas sobrinhas quase desmaiam de enjoo... - a preposição de, destacada, tem sentido de

- A)causa. B)tempo. C)assunto. D)lugar. E)posse.

06. No trecho: “(O Rio) não se industrializou, deixou explodir a questão social, fermentada por mais de dois milhões de favelados, e inchou, à exaustão, uma máquina administrativa que não funciona...”, a preposição a (que está contraída com o artigo a) traduz uma relação de:

- A) fim B) causa C) concessão D) limite E) modo

07. (Agente Policial – Vunesp/2013) Assinale a alternativa em que o termo em destaque expressa circunstância de posse.

- (A) Por isso, grande foi a minha emoção ao deparar, no assento do ônibus, com uma bolsa preta de senhora.  
(B) Era razoável, e diante da testemunha abri a bolsa, não sem experimentar a sensação de violar uma intimidade.

(C) Hesitei: constrangia-me abrir a bolsa de uma desconhecida ausente; nada haveria nela que me dissesse respeito.

(D) ...e sei de um polonês que achou um piano na praia do Leblon.

(E) Mas eu não estava preparado para achar uma bolsa, e comuniquei a descoberta ao passageiro mais próximo

08. Assinale a alternativa em que ocorre combinação de uma preposição com um pronome demonstrativo:

- A) Estou na mesma situação.  
B) Neste momento, encerramos nossas transmissões.  
C) Daqui não saio.  
D) Ando só pela vida.  
E) Acordei num lugar estranho.

09. (Papiloscopista Policial – Vunesp/2013) Considerando as regras de regência verbal, assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase.

A ONG Anjos do Verão colabora \_\_\_\_\_ trabalho do Corpo de Bombeiros, empenhando-se \_\_\_\_\_ encontrar crianças perdidas.

- (A) do ... sobre (B) com o ... para  
(C) no ... ante (D) o ... entre  
(E) pelo ... de

10. Assinale a alternativa em que a norma culta não aceita a contração da preposição de:

- A) Aos prantos, despedi-me dela.  
B) Está na hora da criança dormir.  
C) Falava das colegas em público.  
D) Retirei os livros das prateleiras para limpá-los.  
E) O local da chacina estava interdito.

**GABARITO**

01. B 02. B 03. B 04. B 05. A  
06. E 07. C 08. B 09. B 10. B

**COMENTÁRIOS**

1-) xadrez, quando eu sair para a rua, todo mundo vai ter que aprender porque vai rolar até o torneio familiar.– o termo em destaque expressa relação de inclusão: rolará, inclusive, o torneio familiar.

2-) O metrô paulistano, de quem a banda recebe apoio, garante o espaço para ensaios e os equipamentos; e a estabilidade no emprego, vantagem com que muitos trabalhadores sonham, é o que leva os integrantes do grupo a permanecerem na instituição.

3-) (A) Além disso, aumenta a punição administrativa, de R\$957,70 para R\$1.915,40. = preço

(C) “... Ele é encaminhado para a delegacia para o perito fazer o exame clínico”... = lugar

(D) Já para o juiz criminal de São Paulo, Fábio Munhoz Soares, um dos que devem julgar casos envolvendo pessoas embriagadas ao volante, a mudança “é um avanço”. = posse

(E) Para advogados, a lei aumenta o poder da autoridade policial de dizer quem está embriagado = posse

4-) Jamais em minha vida achei na rua ou em qualquer parte do globo um objeto qualquer. –, o termo em destaque introduz ideia de lugar.

5-) As duas sobrinhas quase desmaiam de enjoo... - a preposição de, destacada, tem sentido de causa (do desmaio).

6-) “(O Rio) não se industrializou, deixou explodir a questão social, fermentada por mais de dois milhões de favelados, e inchou, à exaustão, uma máquina administrativa que não funciona...”, a preposição a (que está contraída com o artigo a) traduz uma relação de modo (=exaustivamente).

7-) (A) Por isso, grande foi a minha emoção ao deparar, no assento do ônibus, com uma bolsa preta de senhora. = lugar

(B) Era razoável, e diante da testemunha abri a bolsa, não sem experimentar a sensação de violar uma intimidade. = lugar

(D) ... e sei de um polonês que achou um piano na praia do Leblon. =assunto

(E) Mas eu não estava preparado para achar uma bolsa, e comuniquei a descoberta ao passageiro mais próximo. = finalidade

8-) A) Estou na mesma situação. (+ artigo)

C) Daqui não saio. (+advérbio)

D) Ando só pela vida. (+artigo)

E) Acordei num lugar estranho (+artigo)

9-) A ONG Anjos do Verão colabora com o trabalho do Corpo de Bombeiros, empenhando-se para encontrar crianças perdidas.

10-) A) Aos prantos, despedi-me dela. (ela = objeto)

C) Falava das colegas em público. (elas = objeto)

D) Retirei os livros das prateleiras para limpá-los. (=artigo)

E) O local da chacina estava interdito. (=artigo)

É incorreto contrair a preposição de com o artigo que inicia o sujeito de um verbo, bem como com o pronome ele(s), ela(s), quando estes funcionarem como sujeito de uma oração.

**Conjunção** é a palavra invariável que liga duas orações ou dois termos semelhantes de uma mesma oração. Por exemplo:

A menina segurou a boneca e mostrou quando viu as amigas.



Deste exemplo podem ser retiradas três informações:

1-) segurou a boneca 2-) a menina mostrou 3-) viu as amiguinhas

Cada informação está estruturada em torno de um verbo: segurou, mostrou, viu. Assim, há nessa frase três orações:

1ª oração: A menina segurou a boneca 2ª oração: e mostrou 3ª oração: quando viu as amiguinhas.

A segunda oração liga-se à primeira por meio do “e”, e a terceira oração liga-se à segunda por meio do “quando”. As palavras “e” e “quando” ligam, portanto, orações.

Observe: Gosto de natação e de futebol.

Nessa frase as expressões de natação, de futebol são partes ou termos de uma mesma oração. Logo, a palavra “e” está ligando termos de uma mesma oração.

### Morfossintaxe da Conjunção

As conjunções, a exemplo das preposições, não exercem propriamente uma função sintática: são conectivos.

Classificação

- Conjunções Coordenativas
- Conjunções Subordinativas

### Conjunções coordenativas

Dividem-se em:

- ADITIVAS: expressam a ideia de adição, soma. Ex. Gosto de cantar e de dançar.

Principais conjunções aditivas: e, nem, não só...mas também, não só...como também.

- ADVERSATIVAS: Expressam ideias contrárias, de oposição, de compensação. Ex. Estudei, mas não entendi nada.

Principais conjunções adversativas: mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto.

- ALTERNATIVAS: Expressam ideia de alternância.

Ou você sai do telefone ou eu vendo o aparelho.

Principais conjunções alternativas: Ou...ou, ora...ora, quer...quer, já...já.

- CONCLUSIVAS: Servem para dar conclusões às orações. Ex. Estudei muito, por isso mereço passar.

Principais conjunções conclusivas: logo, por isso, pois (depois do verbo), portanto, por conseguinte, assim.

- EXPLICATIVAS: Explicam, dão um motivo ou razão. Ex. É melhor colocar o casaco porque está fazendo muito frio lá fora.

Principais conjunções explicativas: que, porque, pois (antes do verbo), porquanto.

### Conjunções subordinativas

- CAUSAIS

Principais conjunções causais: porque, visto que, já que, uma vez que, como (= porque).

Ele não fez o trabalho porque não tem livro.

- COMPARATIVAS

Principais conjunções comparativas: que, do que, tão...como, mais...do que, menos...do que.

Ela fala mais que um papagaio.

- CONCESSIVAS

Principais conjunções concessivas: embora, ainda que, mesmo que, apesar de, se bem que.

Indicam uma concessão, admitem uma contradição, um fato inesperado. Traz em si uma ideia de “apesar de”.

Embora estivesse cansada, fui ao shopping. (= apesar de estar cansada)

Apesar de ter chovido fui ao cinema.

- CONFORMATIVAS

Principais conjunções conformativas: como, segundo, conforme, consoante

Cada um colhe conforme semeia.

Expressam uma ideia de acordo, concordância, conformidade.

- CONSECUTIVAS

Expressam uma ideia de consequência.

Principais conjunções consecutivas: que (após “tal”, “tanto”, “tão”, “tamanho”).

Falou tanto que ficou rouco.

- FINAIS

Expressam ideia de finalidade, objetivo.

Todos trabalham para que possam sobreviver.

Principais conjunções finais: para que, a fim de que, porque (=para que),

- PROPORCIONAIS

Principais conjunções proporcionais: à medida que, quanto mais, ao passo que, à proporção que.

À medida que as horas passavam, mais sono ele tinha.

- TEMPORAIS

Principais conjunções temporais: quando, enquanto, logo que. Quando eu sair, vou passar na locadora.

### Diferença entre orações causais e explicativas

Quando estudamos Orações Subordinadas Adverbiais (OSA) e Coordenadas Sindéticas (CS), geralmente nos deparamos com a dúvida de como distinguir uma oração causal de uma explicativa. Veja os exemplos:

1º) Na frase “Não atravessasse a rua, porque você pode ser atropelado”:

a) Temos uma CS Explicativa, que indica uma justificativa ou uma explicação do fato expresso na oração anterior.

b) As orações são coordenadas e, por isso, independentes uma da outra. Neste caso, há uma pausa entre as orações que vêm marcadas por vírgula.

Não atravessasse a rua. Você pode ser atropelado.

Outra dica é, quando a oração que antecede a OC (Oração Coordenada) vier com verbo no modo imperativo, ela será explicativa.

Façam silêncio, que estou falando. (façam= verbo imperativo)



2º) Na frase “Precisavam enterrar os mortos em outra cidade porque não havia cemitério no local.”

a) Temos uma OSA Causal, já que a oração subordinada (parte destacada) mostra a causa da ação expressa pelo verbo da oração principal. Outra forma de reconhecê-la é colocá-la no início do período, introduzida pela conjunção como - o que não ocorre com a CS Explicativa.

Como não havia cemitério no local, precisavam enterrar os mortos em outra cidade.

b) As orações são subordinadas e, por isso, totalmente dependentes uma da outra.

Questões sobre Conjunção

01.(Administrador – FCC – 2013) Leia o texto a seguir.

A música alcançou uma onipresença avassaladora em nosso mundo: milhões de horas de sua história estão disponíveis em disco; rios de melodia digital correm na internet; aparelhos de mp3 com 40 mil canções podem ser colocados no bolso. No entanto, a música não é mais algo que fazemos nós mesmos, ou até que observamos outras pessoas fazerem diante de nós. Ela se tornou um meio radicalmente virtual, uma arte sem rosto. Quando caminhamos pela cidade num dia comum, nossos ouvidos registram música em quase todos os momentos – pedaços de hip hop vazando dos fones de ouvido de adolescentes no metrô, o sinal do celular de um advogado tocando a “Ode à alegria”, de Beethoven –, mas quase nada disso será resultado imediato de um trabalho físico de mãos ou vozes humanas, como se dava no passado.

Desde que Edison inventou o cilindro fonográfico, em 1877, existe gente que avalia o que a gravação fez em favor e desfavor da arte da música. Inevitavelmente, a conversa descambou para os extremos retóricos. No campo oposto ao dos que diziam que a tecnologia acabaria com a música estão os utópicos, que alegam que a tecnologia não aprisionou a música, mas libertou-a, levando a arte da elite às massas. Antes de Edison, diziam os utópicos, as sinfonias de Beethoven só podiam ser ouvidas em salas de concerto selecionadas. Agora, as gravações levam a mensagem de Beethoven aos confins do planeta, convocando a multidão saudada na “Ode à alegria”: “Abraçam-se, milhões!”. Glenn Gould, depois de afastar-se das apresentações ao vivo em 1964, previu que dentro de um século o concerto público desapareceria no éter eletrônico, com grande efeito benéfico sobre a cultura musical.

(Adaptado de Alex Ross. Escuta só. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo, Cia. das Letras, 2010, p. 76-77)

No entanto, a música não é mais algo que fazemos nós mesmos, ou até que observamos outras pessoas fazerem diante de nós.

Considerando-se o contexto, é INCORRETO afirmar que o elemento grifado pode ser substituído por:

- A) Porém. B) Contudo. C) Todavia.  
D) Entretanto. E) Conquanto.

02.(Escrevente TJ SP – Vunesp/2012) Observando as ocorrências da palavra “como” em – Como fomos programados para ver o mundo como um lugar ameaçador... – é correto afirmar que se trata de conjunção

- (A) comparativa nas duas ocorrências.  
(B) conformativa nas duas ocorrências.  
(C) comparativa na primeira ocorrência.  
(D) causal na segunda ocorrência.  
(E) causal na primeira ocorrência.

03.(TRF 3º região/2014-adap.) Seus subordinados, contudo, cumpriram fielmente a ordem de não soltá-lo até que estivessem longe da zona de perigo. Sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical, o elemento grifado acima pode ser substituído por

- (A) por isso.  
(B) embora.  
(C) entretanto.  
(D) portanto.  
(E) onde.

04. (Agente de Apoio Operacional – VUNESP – 2013-adap.) No trecho – Temos de refletir sobre isso para mudar nossas atitudes. –, a palavra destacada apresenta sentido de

- A) tempo. B) modo. C) origem. D) assunto. E) finalidade.

05. (Escrevente TJ SP – Vunesp/2012) No período – A pesquisa do Dieese é um medidor importante, pois sua metodologia leva em conta não só o desemprego aberto (quem está procurando trabalho), como também o oculto (pessoas que desistiram de procurar ou estão em postos precários). –, os termos em destaque estabelecem entre as orações relação de

- (A) alternância. (B) oposição. (C) causa.  
(D) adição. (E) explicação.

06. (Agente Policial – Vunesp/2013) Considerando que o termo em destaque em – Segundo especialistas, recusar o bafômetro não vai mais impedir o processo criminal... – introduz ideia de conformidade, assinale a alternativa que apresenta a frase corretamente reescrita, e com seu sentido inalterado.

- (A) A fim de que para especialistas, recusar o bafômetro não vai mais impedir o processo criminal...  
(B) A menos que para especialistas, recusar o bafômetro não vai mais impedir o processo criminal...  
(C) De acordo com especialistas, recusar o bafômetro não vai mais impedir o processo criminal...  
(D) Apesar de que para especialistas, recusar o bafômetro não vai mais impedir o processo criminal...  
(E) Desde que para especialistas, recusar o bafômetro não vai mais impedir o processo criminal...

07. (Agente Policial – Vunesp/2013) Considerando que o termo em destaque em – Esse valor é dobrado caso o motorista seja reincidente em um ano. – estabelece relação de condição entre as orações, assinale a alternativa que apresenta o trecho corretamente reescrito, e com seu sentido inalterado.

- (A) Porque o motorista é reincidente em um ano, esse valor é dobrado.  
(B) Como o motorista é reincidente em um ano, esse valor é dobrado.  
(C) Conforme o motorista for reincidente em um ano, esse valor é dobrado.  
(D) Se o motorista for reincidente em um ano, esse valor é dobrado.  
(E) À medida que o motorista é reincidente em um ano, esse valor é dobrado.

08. Em – O projeto “Começar de Novo” busca sensibilizar entidades públicas e privadas para promover a ressocialização dos presos... – o termo em destaque estabelece uma relação de

- A) causa. B) tempo. C) lugar. D) finalidade. E) modo.



09. (Agente de Promotoria – Assessoria – VUNESP – 2013).  
Leia o texto a seguir.

Barreira da língua

A barreira da língua e dos regionalismos parece um mero detalhe em meio a tantas outras questões mais sérias já levantadas, como a falta de remédios, de equipes e de infraestrutura, mas não é.

Como é possível estabelecer uma relação médico-paciente, um diagnóstico correto, se o médico não compreende o paciente e vice-versa?

Sim, essa dificuldade já existe no Brasil mesmo com médicos e pacientes falando português, mas ela só tende a piorar com o “portunhol” que se vislumbra pela frente.

O ministro da Saúde já disse que isso não será problema, que é mais fácil treinar um médico em português do que ficar esperando sete ou oito anos até um médico brasileiro ser formado.

Experiências internacionais, porém, mostram que não é tão fácil assim. Na Alemanha, mesmo com a exigência da proficiência na língua, um estudo constatou atraso de diagnósticos pelo fato de o médico estrangeiro não conseguir entender direito os sintomas de pacientes.

Além disso, há queixa dos profissionais alemães, que se sentem sobrecarregados por terem de atuar como intérpretes dos colegas de fora.

Nada contra a vinda dos estrangeiros, desde que estejam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, porém, se três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é tempo suficiente para isso.

(Cláudia Collucci, Barreira da língua. Folha de S.Paulo, 03.07.2013. Adaptado)

Considere o parágrafo final do texto:

*Nada contra a vinda dos estrangeiros, desde que estejam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, porém, se três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é tempo suficiente para isso.*

Mantendo-se os sentidos originais, ele está corretamente reescrito de acordo com a norma-padrão em:

A) Nada contra a vinda dos estrangeiros, se estiverem aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, no entanto: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é suficiente para isso?

B) Nada contra a vinda dos estrangeiros, caso estão aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, todavia: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, são suficiente para isso?

C) Nada contra a vinda dos estrangeiros, quando estarão aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, portanto: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, são suficientes para isso?

D) Nada contra a vinda dos estrangeiros, mas estariam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, apesar disso: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é suficiente para isso.

E) Nada contra a vinda dos estrangeiros, pois estarão aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, por conseguinte: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, são suficiente para isso.

10. (Agente Policial - Vunesp/2013) Considere o trecho: – Leve para casa – ponderou meu conselheiro, como quem diz: – É sua. Mas acrescentou: – procure direito e o endereço aparece.

Sem que seja alterado o sentido do texto e de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o termo em destaque pode ser corretamente substituído por:

- (A) Por isso. (B) Portanto. (C) Pois.  
(D) Porquanto. (E) Porém.

GABARITO

01. E 02. E 03. C 04. E 05. D  
06. C 07. D 08. D 09. A 10. E

COMENTÁRIOS

1-) Conquanto é uma conjunção concessiva – abre uma exceção à regra. Portanto, a troca correta é por uma outra conjunção adversativa.

2-) Como fomos programados para ver o mundo como um lugar ameaçador...  
Causal na primeira ocorrência e comparativa na segunda.

3-) contudo = conjunção adversativa

(A) por isso.- conjunção explicativa

(B) embora.- conjunção concessiva

(C) entretanto. Conjunção adversativa (pode ser concessiva também, mas neste caso ela inicia uma oração subordinada em que se admite um fato contrário à ação proposta pela oração principal, mas incapaz de impedi-la)

(D) portanto.- conjunção conclusiva

(E) onde.- pronome relativo/interrogativo

4-) Temos de refletir sobre isso para mudar nossas atitudes. Apresenta a finalidade da reflexão. Devemos refletir para quê?

5-) Uma junção, soma de ideias. Há a presença de conjunções aditivas.

6-) De acordo com especialistas, recusar o bafômetro não vai mais impedir o processo criminal...

Apresenta a mesma ideia que a do enunciado – além de ser a mais coerente.

7-) Esse valor é dobrado caso o motorista seja reincidente em um ano. – estabelece relação de condição, portanto devemos utilizar uma conjunção condicional: SE.

Se o motorista for reincidente em um ano, esse valor será dobrado.

8-) A finalidade da sensibilização.

9-) A) Nada contra a vinda dos estrangeiros, se estiverem aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, no entanto: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é suficiente para isso? = correta

10-) Porém = conjunção adversativa.



## 6. CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL

Ao falarmos sobre a *concordância verbal*, estamos nos referindo à relação de dependência estabelecida entre um termo e outro mediante um contexto oracional. Desta feita, os agentes principais desse processo são representados pelo sujeito, que no caso funciona como subordinante; e o verbo, o qual desempenha a função de subordinado.

Dessa forma, temos que a concordância verbal caracteriza-se pela adaptação do verbo, tendo em vista os quesitos “número e pessoa” em relação ao sujeito. Exemplificando, temos: O aluno chegou atrasado.

Temos que o verbo apresenta-se na terceira pessoa do singular, pois faz referência a um sujeito, assim também expresso (ele). Como poderíamos também dizer: os alunos chegaram atrasados.

Temos aí o que podemos chamar de princípio básico. Contudo, a intenção a que se presta o artigo em evidência é eleger as principais ocorrências voltadas para os casos de sujeito simples e para os de sujeito composto. Dessa forma, vejamos:

### Casos referentes a sujeito simples

1) Em caso de sujeito simples, o verbo concorda com o núcleo em número e pessoa: O aluno chegou atrasado.

2) Nos casos referentes a sujeito representado por substantivo coletivo, o verbo permanece na terceira pessoa do singular: A multidão, apavorada, saiu aos gritos.

Observação:

- No caso de o coletivo aparecer seguido de adjunto adnominal no plural, o verbo permanecerá no singular ou poderá ir para o plural: Uma multidão de pessoas saiu aos gritos.

Uma multidão de pessoas saíram aos gritos.

3) Quando o sujeito é representado por expressões partitivas, representadas por “a maioria de, a maior parte de, a metade de, uma porção de, entre outras”, o verbo tanto pode concordar com o núcleo dessas expressões quanto com o substantivo que a segue: A maioria dos alunos resolveu ficar. A maioria dos alunos resolveram ficar.

4) No caso de o sujeito ser representado por expressões aproximativas, representadas por “cerca de, perto de”, o verbo concorda com o substantivo determinado por elas: Cerca de vinte candidatos se inscreveram no concurso de piadas.

5) Em casos em que o sujeito é representado pela expressão “mais de um”, o verbo permanece no singular: Mais de um candidato se inscreveu no concurso de piadas.

Observação:

- No caso da referida expressão aparecer repetida ou associada a um verbo que exprime reciprocidade, o verbo, necessariamente, deverá permanecer no plural: Mais de um aluno, mais de um professor contribuíram na campanha de doação de alimentos.

Mais de um formando se abraçaram durante as solenidades de formatura.

6) Quando o sujeito for composto da expressão “um dos que”, o verbo permanecerá no plural: Esse jogador foi um dos que atuaram na Copa América.

7) Em casos relativos à concordância com locuções pronominais, representadas por “algum de nós, qual de vós, quais de vós, alguns de nós”, entre outras, faz-se necessário nos atermos a duas questões básicas:

- No caso de o primeiro pronome estar expresso no plural, o verbo poderá com ele concordar, como poderá também concordar com o pronome pessoal: Alguns de nós o receberemos. / Alguns de nós o receberão.

- Quando o primeiro pronome da locução estiver expresso no singular, o verbo permanecerá, também, no singular: Algum de nós o receberá.

8) No caso de o sujeito aparecer representado pelo pronome “quem”, o verbo permanecerá na terceira pessoa do singular ou poderá concordar com o antecedente desse pronome: Fomos nós quem contou toda a verdade para ela. / Fomos nós quem contamos toda a verdade para ela.

9) Em casos nos quais o sujeito aparece realçado pela palavra “que”, o verbo deverá concordar com o termo que antecede essa palavra: Nesta empresa somos nós que tomamos as decisões. / Em casa sou eu que decido tudo.

10) No caso de o sujeito aparecer representado por expressões que indicam porcentagens, o verbo concordará com o numeral ou com o substantivo a que se refere essa porcentagem: 50% dos funcionários aprovaram a decisão da diretoria. / 50% do eleitorado apoiou a decisão.

Observações:

- Caso o verbo aparecer anteposto à expressão de porcentagem, esse deverá concordar com o numeral: Aprovaram a decisão da diretoria 50% dos funcionários.

- Em casos relativos a 1%, o verbo permanecerá no singular: 1% dos funcionários não aprovou a decisão da diretoria.

- Em casos em que o numeral estiver acompanhado de determinantes no plural, o verbo permanecerá no plural: Os 50% dos funcionários apoiaram a decisão da diretoria.

11) Nos casos em que o sujeito estiver representado por pronomes de tratamento, o verbo deverá ser empregado na terceira pessoa do singular ou do plural: Vossas Majestades gostaram das homenagens. Vossa Majestade agradeceu o convite.

12) Casos relativos a sujeito representado por substantivo próprio no plural se encontram relacionados a alguns aspectos que os determinam:

- Diante de nomes de obras no plural, seguidos do verbo ser, este permanece no singular, contanto que o predicativo também esteja no singular: Memórias póstumas de Brás Cubas é uma criação de Machado de Assis.

- Nos casos de artigo expresso no plural, o verbo também permanece no plural: Os Estados Unidos são uma potência mundial.

- Casos em que o artigo figura no singular ou em que ele nem aparece, o verbo permanece no singular: Estados Unidos é uma potência mundial.

**Casos referentes a sujeito composto**

1) Nos casos relativos a sujeito composto de pessoas gramaticais diferentes, o verbo deverá ir para o plural, estando relacionado a dois pressupostos básicos:

- Quando houver a 1ª pessoa, esta prevalecerá sobre as demais: Eu, tu e ele faremos um lindo passeio.
- Quando houver a 2ª pessoa, o verbo poderá flexionar na 2ª ou na 3ª pessoa: Tu e ele sois primos.  
Tu e ele são primos.

2) Nos casos em que o sujeito composto aparecer anteposto ao verbo, este permanecerá no plural: O pai e seus dois filhos compareceram ao evento.

3) No caso em que o sujeito aparecer posposto ao verbo, este poderá concordar com o núcleo mais próximo ou permanecer no plural: Compareceram ao evento o pai e seus dois filhos. Compareceu ao evento o pai e seus dois filhos.

4) Nos casos relacionados a sujeito simples, porém com mais de um núcleo, o verbo deverá permanecer no singular: Meu esposo e grande companheiro merece toda a felicidade do mundo.

5) Casos relativos a sujeito composto de palavras sinônimas ou ordenado por elementos em gradação, o verbo poderá permanecer no singular ou ir para o plural: Minha vitória, minha conquista, minha premiação são frutos de meu esforço. / Minha vitória, minha conquista, minha premiação é fruto de meu esforço.

**Concordância nominal** é que o ajuste que fazemos aos demais termos da oração para que concordem em gênero e número com o substantivo. Teremos que alterar, portanto, o artigo, o adjetivo, o numeral e o pronome. Além disso, temos também o verbo, que se flexionará à sua maneira.

Regra geral: O artigo, o adjetivo, o numeral e o pronome concordam em gênero e número com o substantivo.

- A pequena criança é uma gracinha.
- O garoto que encontrei era muito gentil e simpático.

**Casos especiais:** Veremos alguns casos que fogem à regra geral mostrada acima.

a) Um adjetivo após vários substantivos

1 - Substantivos de mesmo gênero: adjetivo vai para o plural ou concorda com o substantivo mais próximo.

- Irmão e primo recém-chegado estiveram aqui.
- Irmão e primo recém-chegados estiveram aqui.

2 - Substantivos de gêneros diferentes: vai para o plural masculino ou concorda com o substantivo mais próximo.

- Ela tem pai e mãe louros.
- Ela tem pai e mãe loura.

3 - Adjetivo funciona como predicativo: vai obrigatoriamente para o plural.

- O homem e o menino estavam perdidos.
- O homem e sua esposa estiveram hospedados aqui.

b) Um adjetivo anteposto a vários substantivos

1 - Adjetivo anteposto normalmente concorda com o mais próximo.

- Comi delicioso almoço e sobremesa.
- Provei deliciosa fruta e suco.

2 - Adjetivo anteposto funcionando como predicativo: concorda com o mais próximo ou vai para o plural.

- Estavam feridos o pai e os filhos.
- Estava ferido o pai e os filhos.

c) Um substantivo e mais de um adjetivo

1 - antecede todos os adjetivos com um artigo.  
Falava fluentemente a língua inglesa e a espanhola.

2 - coloca o substantivo no plural.

Falava fluentemente as línguas inglesa e espanhola.

d) Pronomes de tratamento

- sempre concordam com a 3ª pessoa.
- Vossa Santidade esteve no Brasil.

e) Anexo, incluso, próprio, obrigado

- Concordam com o substantivo a que se referem.

As cartas estão anexas.

A bebida está inclusa.

Precisamos de nomes próprios.

Obrigado, disse o rapaz.

f) Um(a) e outro(a), num(a) e noutro(a)

- Após essas expressões o substantivo fica sempre no singular e o adjetivo no plural.

Renato advogou um e outro caso fáceis.

Pusemos numa e noutra bandeja rasas o peixe.

g) É bom, é necessário, é proibido

- Essas expressões não variam se o sujeito não vier precedido de artigo ou outro determinante.

Canja é bom. / A canja é boa.

É necessário sua presença. / É necessária a sua presença.

É proibido entrada de pessoas não autorizadas. / A entrada é proibida.

h) Muito, pouco, caro

1 - Como adjetivos: seguem a regra geral.

Comi muitas frutas durante a viagem.

Pouco arroz é suficiente para mim.

Os sapatos estavam caros.

2 - Como advérbios: são invariáveis.

Comi muito durante a viagem.

Pouco lutei, por isso perdi a batalha.

Comprei caro os sapatos.

i) Mesmo, bastante

1 - Como advérbios: invariáveis

Preciso mesmo da sua ajuda.

Fiquei bastante contente com a proposta de emprego.

2- Como pronomes: seguem a regra geral.  
Seus argumentos foram bastantes para me convencer.  
Os mesmos argumentos que eu usei, você copiou.

j) Menos, alerta

- Em todas as ocasiões são invariáveis.  
Preciso de menos comida para perder peso.  
Estamos alerta para com suas chamadas.

k) Tal Qual

- “Tal” concorda com o antecedente, “qual” concorda com o consequente.

As garotas são vaidosas tais qual a tia.  
Os pais vieram fantasiados tais quais os filhos.

l) Possível

1- Quando vem acompanhado de “mais”, “menos”, “melhor” ou “pio”, acompanha o artigo que precede as expressões.  
A mais possível das alternativas é a que você expôs.  
Os melhores cargos possíveis estão neste setor da empresa.  
As piores situações possíveis são encontradas nas favelas da cidade.

m) Meio

1- Como advérbio: invariável.  
Estou meio (um pouco) insegura.

2- Como numeral: segue a regra geral.  
Comi meia (metade) laranja pela manhã.

n) Só

1- apenas, somente (advérbio): invariável.  
Só consegui comprar uma passagem.

2- sozinho (adjetivo): variável.  
Estiveram sós durante horas.

### Questões sobre Concordância Nominal e Verbal

01. (Administrador – FCC – 2013-adap.) Mantém-se o respeito às normas de concordância verbal caso a forma do verbo grifado seja substituída pela que está entre parênteses ao final da frase:

- A) Os governos e os parlamentos devem achar que... (deve)  
B) ...porque essa consciência nos torna mais fortes.(tornam)  
C) ...a astronomia é uma das ciências que custam mais caro ... (custa)  
D) E tudo isso para astros que [...] jamais desempenharão qualquer papel nelas. (desempenhará)  
E) ...é isso que se precisa dizer. (precisam)

02. (Agente Técnico – FCC – 2013). As normas de concordância verbal e nominal estão inteiramente respeitadas em:

- A) Alguns dos aspectos mais desejáveis de uma boa leitura, que satisfaça aos leitores e seja veículo de aprimoramento intelectual, estão na capacidade de criação do autor, mediante palavras, sua matéria-prima.  
B) Obras que se considera clássicas na literatura sempre delineia novos caminhos, pois é capaz de encantar o leitor ao ultrapassar os limites da época em que vivem seus autores, gênios no domínio das palavras, sua matéria-prima.

C) A palavra, matéria-prima de poetas e romancistas, lhe permitem criar todo um mundo de ficção, em que personagens se transformam em seres vivos a acompanhar os leitores, numa verdadeira interação com a realidade.

D) As possibilidades de comunicação entre autor e leitor somente se realiza plenamente caso haja afinidade de ideias entre ambos, o que permite, ao mesmo tempo, o crescimento intelectual deste último e o prazer da leitura.

E) Consta, na literatura mundial, obras-primas que constitui leitura obrigatória e se tornam referências por seu conteúdo que ultrapassa os limites de tempo e de época.

03. (Escrevente Tj SP – Vunesp/2012) Leia o texto para responder à questão.

\_\_\_\_\_ dúvidas sobre o crescimento verde. Primeiro, não está claro até onde pode realmente chegar uma política baseada em melhorar a eficiência sem preços adequados para o carbono, a água e (na maioria dos países pobres) a terra. É verdade que mesmo que a ameaça dos preços do carbono e da água em si \_\_\_\_\_ diferença, as companhias não podem suportar ter de pagar, de repente, digamos, 40 dólares por tonelada de carbono, sem qualquer preparação. Portanto, elas começam a usar preços- -sombra. Ainda assim, ninguém encontrou até agora uma maneira de quantificar adequadamente os insumos básicos. E sem eles a maioria das políticas de crescimento verde sempre \_\_\_\_\_ a segunda opção.  
(Carta Capital, 27.06.2012. Adaptado)

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) Restam... faça... será (B) Resta... faz... será  
(C) Restam... faz... serão (D) Restam... façam... serão  
(E) Resta... fazem... será

04 (Escrevente TJ SP – Vunesp/2012) Assinale a alternativa em que o trecho

– *Ainda assim, ninguém encontrou até agora uma maneira de quantificar adequadamente os insumos básicos.* – está corretamente reescrito, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Ainda assim, temos certeza que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada de se quantificar os insumos básicos.  
(B) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada de os insumos básicos ser quantificados.  
(C) Ainda assim, temos certeza que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada para que os insumos básicos sejam quantificado.  
(D) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada para que os insumos básicos seja quantificado.  
(E) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada de se quantificarem os insumos básicos.

05. (Agente de Apoio Operacional – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa em que a concordância da palavra destacada está de acordo com a norma culta da língua.

- A) Ela mesmo reclamou com o gerente do mercado.

B) A vendedora ficou meia atrapalhada com o excesso de clientes na loja.

C) É proibido a entrada de animais no estabelecimento.

D) Ela voltou para dizer obrigada ao vendedor.

E) Anexo aos comprovantes de pagamento, vão duas amostras grátis.

06. (Agente de Apoio Socioeducativo – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, de acordo com a norma-padrão da língua, as lacunas das frases, quanto à concordância verbal e à colocação pronominal.

\_\_\_\_\_ muitos lares destruídos, mas \_\_\_\_\_ pessoas boas prontas para ajudar.

Inteligente e informativa a reportagem que \_\_\_\_\_ a transformar aborrecimentos em aprendizagem.

A) Havia ...existiam ... nos ensina

B) Haviam ... existia ... ensina-nos

C) Havia ...existia ... nos ensina

D) Haviam ... existiam ... ensina-nos

E) Havia ...existiam ... ensina-nos

07. (Agente de Vigilância e Recepção – VUNESP – 2013).

Assinale a alternativa em que o verbo foi empregado corretamente.

A) Se a proprietária manter o valor do aluguel, poderemos permanecer no apartamento.

B) Se os operários fizerem o acordo, a greve terminará.

C) Se a empresa propuser um estágio no exterior, ele não recusará.

D) Se estas caixas caberem no armário, a sala ficará organizada.

E) Se o microempresário quiser, poderá fazer futuros investimentos.

08. (Agente de Vigilância e Recepção – VUNESP – 2013). Assinale a frase correta quanto à concordância verbal e nominal.

A) Com os shows da banda, os músicos propõem um momento de descontração para os passageiros.

B) Por causa da paralisação, as férias dos alunos terminou mais cedo.

C) Na cidade, já se esgotou as vagas nos hotéis para o período de Carnaval.

D) Ela próprio passou o uniforme de trabalho.

E) Seguem anexadas ao e-mail o cronograma do curso e o currículo dos inscritos.

09. (Agente Educacional – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa correta quanto à concordância, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

A) Estudos recente demonstram a necessidade de se investir no ensino de matemática nos níveis fundamentais de aprendizagem.

B) Muito concorrida, carreiras como as de advogado e de jornalista também requerem conhecimento matemático.

C) A cultura científica, apesar de fundamental para muitas carreiras, ainda é visto com certo desprezo entre alguns estudantes.

D) Conhecimentos básicos de estatística é de fundamental importância para a compreensão de algumas informações do nosso cotidiano.

E) A matemática pode ser considerada a base para algumas das mais intrigantes especulações científicas da atualidade.

10. (Agente de Apoio – Microinformática – VUNESP – 2013-adap.) Considere as frases:

- Kass foi o chato escolhido para alertá-lo sobre eventuais erros que ninguém havia enxergado.

- Por isso, só existem chatos em lugares onde há alguma perspectiva de futuro.

As expressões destacadas podem ser substituídas, correta e respectivamente, seguindo as regras de concordância da norma-padrão da língua portuguesa, por:

A) não havia sido enxergado ...pode haver

B) não havia sido enxergados ...podem haver

C) não haviam sido enxergado ...pode haver

D) não havia sido enxergado ...podem haver

E) não haviam sido enxergados ...pode haver

#### GABARITO

01. C 02. A 03. A 04. E 05. D

06. A 07. C 08. A 09. E 10. E

#### COMENTÁRIOS

1-) a astronomia é uma das ciências que custam mais caro.

Nas gramáticas aborda-se sempre a expressão UM DOS QUE como determinante de duas concordâncias. O verbo fica no singular só nas poucas vezes em que a ação se refere a um só agente:

O Sol é um dos astros que dá luz e calor à Terra.

2-) A) Alguns dos aspectos mais desejáveis de uma boa leitura, que satisfaça aos leitores e seja veículo de aprimoramento intelectual, estão na capacidade de criação do autor, mediante palavras, sua matéria-prima. = correta

B) Obras que se consideram clássicas na literatura sempre delineiam novos caminhos, pois são capazes de encantar o leitor ao ultrapassarem os limites da época em que vivem seus autores, gênios no domínio das palavras, sua matéria-prima.

C) A palavra, matéria-prima de poetas e romancistas, lhes permite criar todo um mundo de ficção, em que personagens se transformam em seres vivos a acompanhar os leitores, numa verdadeira interação com a realidade.

D) As possibilidades de comunicação entre autor e leitor somente se realizam plenamente caso haja afinidade de ideias entre ambos, o que permite, ao mesmo tempo, o crescimento intelectual deste último e o prazer da leitura.

E) Constam, na literatura mundial, obras-primas que constituem leitura obrigatória e se tornam referências por seu conteúdo que ultrapassa os limites de tempo e de época.

3-) \_Restam\_\_ dúvidas mesmo que a ameaça dos preços do carbono e da água em si \_\_faça\_\_ diferença a maioria das políticas de crescimento verde sempre \_\_será\_\_ a segunda opção.

Em “a maioria de”, a concordância pode ser dupla: tanto no plural quanto no singular. Nas alternativas não há “restam/faça/serão”, portanto a A é que apresenta as opções adequadas.

4-) (A) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada de se quantificar os insumos básicos.

(B) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada de os insumos básicos serem quantificados.

(C) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada para que os insumos básicos sejam quantificados.

(D) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada para que os insumos básicos sejam quantificados.

(E) Ainda assim, temos certeza de que ninguém encontrou até agora uma maneira adequada de se quantificarem os insumos básicos. = correta

5-) A) Ela mesma reclamou com o gerente do mercado.

B) A vendedora ficou meio atrapalhada com o excesso de clientes na loja.

C) É proibida a entrada de animais no estabelecimento.

D) Ela voltou para dizer obrigada ao vendedor. = correta

E) Anexas aos comprovantes de pagamento, vão duas amstras grátis.

6-) Havia muitos lares destruídos, mas existiam pessoas boas prontas para ajudar.

Inteligente e informativa a reportagem que nos ensina a transformar aborrecimentos em aprendizagem.

Verbo *haver* usado no sentido de existir = impessoal, invariável (não sofre flexão); já o verbo existir concorda com o sujeito.

Quanto à colocação pronominal: a presença do pronome relativo (que) “atrai” o pronome oblíquo, ocorrendo, então, próclise (pronome antes do verbo).

7-) A) Se a proprietária mantiver o valor do aluguel, poderemos permanecer no apartamento.

B) Se os operários fizerem o acordo, a greve terminará.

C) Se a empresa propuser um estágio no exterior, ele não recusará. =correta

D) Se estas caixas couberem no armário, a sala ficará organizada.

E) Se o microempresário quiser, poderá fazer futuros investimentos.

8-) A) Com os shows da banda, os músicos propõem um momento de descontração para os passageiros. = correta

B) Por causa da paralisação, as férias dos alunos terminaram mais cedo.

C) Na cidade, já se esgotaram as vagas nos hotéis para o período de Carnaval.

D) Ela própria passou o uniforme de trabalho.

E) Seguem anexados ao e-mail o cronograma do curso e o currículo dos inscritos.

9-) A) Estudos recentes demonstram a necessidade de se investir no ensino de matemática nos níveis fundamentais de aprendizagem.

B) Muito concorridas, carreiras como as de advogado e de jornalista também requerem conhecimento matemático.

C) A cultura científica, apesar de fundamental para muitas carreiras, ainda é vista com certo desprezo entre alguns estudantes.

D) Conhecimentos básicos de estatística são de fundamental importância para a compreensão de algumas informações do nosso cotidiano.

E) A matemática pode ser considerada a base para algumas das mais intrigantes especulações científicas da atualidade. = correta

10-) - Kass foi o chato escolhido para alertá-lo sobre eventuais erros que não haviam sido enxergados.

- Por isso, só pode haver chatos em lugares onde há alguma perspectiva de futuro.

No primeiro caso, *havia* empregado com sentido de ter: sofre flexão (vai para o plural concordando com o termo que o antecede (erros); já no caso do haver com sentido de existir: invariável - ele e seu auxiliar (poder).

## 7. REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL

Dá-se o nome de *regência* à relação de subordinação que ocorre entre um verbo (ou um nome) e seus complementos. Ocupa-se em estabelecer relações entre as palavras, criando frases não ambíguas, que expressem efetivamente o sentido desejado, que sejam corretas e claras.

### Regência Verbal

Termo Regente: VERBO

A regência verbal estuda a relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam (objetos diretos e objetos indiretos) ou caracterizam (adjuntos adverbiais).

O estudo da regência verbal permite-nos ampliar nossa capacidade expressiva, pois oferece oportunidade de conhecermos as diversas significações que um verbo pode assumir com a simples mudança ou retirada de uma preposição. Observe:

A mãe agrada o filho. -> agradar significa acariciar, contentar.

A mãe agrada ao filho. -> agradar significa “causar agrado ou prazer”, satisfazer.

Logo, conclui-se que “agradar alguém” é diferente de “agradar a alguém”.

Saiba que:

O conhecimento do uso adequado das preposições é um dos aspectos fundamentais do estudo da regência verbal (e também nominal). As preposições são capazes de modificar completamente o sentido do que se está sendo dito. Veja os exemplos:

Cheguei ao metrô.

Cheguei no metrô.

No primeiro caso, o metrô é o lugar a que vou; no segundo caso, é o meio de transporte por mim utilizado. A oração “Cheguei no metrô”, popularmente usada a fim de indicar o lugar a que se vai, possui, no padrão culto da língua, sentido diferente. Aliás, é muito comum existirem divergências entre a regência coloquial, cotidiana de alguns verbos, e a regência culta.

Para estudar a regência verbal, agruparemos os verbos de acordo com sua transitividade. A transitividade, porém, não é um fato absoluto: um mesmo verbo pode atuar de diferentes formas em frases distintas.

**Verbos Intransitivos**

Os verbos intransitivos não possuem complemento. É importante, no entanto, destacar alguns detalhes relativos aos adjuntos adverbiais que costumam acompanhá-los.

a) Chegar, Ir

Normalmente vêm acompanhados de adjuntos adverbiais de lugar. Na língua culta, as preposições usadas para indicar destino ou direção são: a, para.

Fui **ao teatro**.

Adjunto Adverbial de Lugar

Ricardo foi **para a Espanha**.

Adjunto Adverbial de Lugar

b) Comparecer

O adjunto adverbial de lugar pode ser introduzido por em ou a. Comparecemos ao estádio (ou no estádio) para ver o último jogo.

**Verbos Transitivos Diretos**

Os verbos transitivos diretos são complementados por objetos diretos. Isso significa que não exigem preposição para o estabelecimento da relação de regência. Ao empregar esses verbos, devemos lembrar que os pronomes oblíquos o, a, os, as atuam como objetos diretos. Esses pronomes podem assumir as formas lo, los, la, las (após formas verbais terminadas em -r, -s ou -z) ou no, na, nos, nas (após formas verbais terminadas em sons nasais), enquanto lhe e lhes são, quando complementos verbais, objetos indiretos.

São verbos transitivos diretos, dentre outros: abandonar, abençoar, aborrecer, abraçar, acompanhar, acusar, admirar, adorar, alegrar, ameaçar, amolar, amparar, auxiliar, castigar, condenar, conhecer, conservar, convidar, defender, eger, estimar, humilhar, namorar, ouvir, prejudicar, prezar, proteger, respeitar, socorrer, suportar, ver, visitar.

Na língua culta, esses verbos funcionam exatamente como o verbo amar:

Amo aquele rapaz. / Amo-o.

Amo aquela moça. / Amo-a.

Amam aquele rapaz. / Amam-no.

Ele deve amar aquela mulher. / Ele deve amá-la.

Obs.: os pronomes lhe, lhes só acompanham esses verbos para indicar posse (caso em que atuam como adjuntos adnominais).

Quero beijar-lhe o rosto. (= beijar seu rosto)

Prejudicaram-lhe a carreira. (= prejudicaram sua carreira)

Conheço-lhe o mau humor! (= conheço seu mau humor)

**Verbos Transitivos Indiretos**

Os verbos transitivos indiretos são complementados por objetos indiretos. Isso significa que esses verbos exigem uma preposição para o estabelecimento da relação de regência. Os pronomes pessoais do caso oblíquo de terceira pessoa que podem atuar como objetos indiretos são o “lhe”, o “lhes”, para substituir pessoas. Não se utilizam os pronomes o, os, a, as como complementos de verbos transitivos indiretos. Com os objetos indiretos que não representam pessoas, usam-se pronomes oblíquos tônicos de terceira pessoa (ele, ela) em lugar dos pronomes átonos lhe, lhes.

Os verbos transitivos indiretos são os seguintes:

a) Consistir - Tem complemento introduzido pela preposição “em”.

A modernidade verdadeira consiste em direitos iguais para todos.

b) Obedecer e Desobedecer - Possuem seus complementos introduzidos pela preposição “a”.

Devemos obedecer aos nossos princípios e ideais.

Eles desobedeceram às leis do trânsito.

c) Responder - Tem complemento introduzido pela preposição “a”. Esse verbo pede objeto indireto para indicar “a quem” ou “ao que” se responde.

Respondi ao meu patrão.

Respondemos às perguntas.

Respondeu-lhe à altura.

Obs.: o verbo responder, apesar de transitivo indireto quando exprime aquilo a que se responde, admite voz passiva analítica. Veja:

O questionário foi respondido corretamente.

Todas as perguntas foram respondidas satisfatoriamente.

d) Simpatizar e Antipatizar - Possuem seus complementos introduzidos pela preposição “com”.

Antipatizo com aquela apresentadora.

Simpatizo com os que condenam os políticos que governam para uma minoria privilegiada.

**Verbos Transitivos Diretos e Indiretos**

Os verbos transitivos diretos e indiretos são acompanhados de um objeto direto e um indireto. Merecem destaque, nesse grupo:

Agradecer, Perdoar e Pagar

São verbos que apresentam objeto direto relacionado a coisas e objeto indireto relacionado a pessoas. Veja os exemplos:

Agradeço aos ouvintes a audiência.  
Objeto Indireto Objeto Direto

Paguei o débito ao cobrador.  
Objeto Direto Objeto Indireto

- O uso dos pronomes oblíquos átonos deve ser feito com particular cuidado. Observe:

Agradeço o presente. / Agradeço-o.

Agradeço a você. / Agradeço-lhe.

Perdoei a ofensa. / Perdoei-a.

Perdoei ao agressor. / Perdoei-lhe.

Paguei minhas contas. / Paguei-as.

Paguei aos meus credores. / Paguei-lhes.

Informar

- Apresenta objeto direto ao se referir a coisas e objeto indireto ao se referir a pessoas, ou vice-versa.

Informe os novos preços aos clientes.

Informe os clientes dos novos preços. (ou sobre os novos preços)

- Na utilização de pronomes como complementos, veja as construções:

Informei-os aos clientes. / Informei-lhes os novos preços.

Informe-os dos novos preços. / Informe-os deles. (ou sobre eles)

Obs.: a mesma regência do verbo informar é usada para os seguintes: avisar, certificar, notificar, cientificar, prevenir.



**Comparar**

Quando seguido de dois objetos, esse verbo admite as preposições “a” ou “com” para introduzir o complemento indireto.

Comparei seu comportamento ao (ou com o) de uma criança.

**Pedir**

Esse verbo pede objeto direto de coisa (geralmente na forma de oração subordinada substantiva) e indireto de pessoa.

Pedi-lhe favores.  
Objeto Indireto Objeto Direto

Pedi-lhe que mantivesse em silêncio.  
Objeto Indireto Oração Subordinada Substantiva  
Objetiva Direta

Saiba que:

1) A construção “pedir para”, muito comum na linguagem cotidiana, deve ter emprego muito limitado na língua culta. No entanto, é considerada correta quando a palavra licença estiver subentendida.

Peço (licença) para ir entregar-lhe os catálogos em casa.

Observe que, nesse caso, a preposição “para” introduz uma oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo (para ir entregar-lhe os catálogos em casa).

2) A construção “dizer para”, também muito usada popularmente, é igualmente considerada incorreta.

**Preferir**

Na língua culta, esse verbo deve apresentar objeto indireto introduzido pela preposição “a”. Por Exemplo:

Prefiro qualquer coisa a abrir mão de meus ideais.  
Prefiro trem a ônibus.

Obs.: na língua culta, o verbo “preferir” deve ser usado sem termos intensificadores, tais como: muito, antes, mil vezes, um milhão de vezes, mais. A ênfase já é dada pelo prefixo existente no próprio verbo (pre).

**Mudança de Transitividade versus Mudança de Significado**

Há verbos que, de acordo com a mudança de transitividade, apresentam mudança de significado. O conhecimento das diferentes regências desses verbos é um recurso linguístico muito importante, pois além de permitir a correta interpretação de passagens escritas, oferece possibilidades expressivas a quem fala ou escreve. Dentre os principais, estão:

**AGRADAR**

1) Agradar é transitivo direto no sentido de fazer carinhos, acariciar.

Sempre agrada o filho quando o revê. / Sempre o agrada quando o revê.

Cláudia não perde oportunidade de agradar o gato. / Cláudia não perde oportunidade de agradá-lo.

2) Agradar é transitivo indireto no sentido de causar agrado a, satisfazer, ser agradável a. Rege complemento introduzido pela preposição “a”.

O cantor não agradou aos presentes.  
O cantor não lhes agradou.

**ASPIRAR**

1) Aspirar é transitivo direto no sentido de sorver, inspirar (o ar), inalar.

Aspirava o suave aroma. (Aspirava-o)

2) Aspirar é transitivo indireto no sentido de desejar, ter como ambição.

Aspirávamos a melhores condições de vida. (Aspirávamos a elas)

Obs.: como o objeto direto do verbo “aspirar” não é pessoa, mas coisa, não se usam as formas pronominais átonas “lhe” e “lhes” e sim as formas tônicas “a ele (s)”, “a ela (s)”. Veja o exemplo:

Aspiravam a uma existência melhor. (= Aspiravam a ela)

**ASSISTIR**

1) Assistir é transitivo direto no sentido de ajudar, prestar assistência a, auxiliar. Por Exemplo:

As empresas de saúde negam-se a assistir os idosos.  
As empresas de saúde negam-se a assisti-los.

2) Assistir é transitivo indireto no sentido de ver, presenciar, estar presente, caber, pertencer. Exemplos:

Assistimos ao documentário.  
Não assisti às últimas sessões.  
Essa lei assiste ao inquilino.

Obs.: no sentido de morar, residir, o verbo “assistir” é intransitivo, sendo acompanhado de adjunto adverbial de lugar introduzido pela preposição “em”.

Assistimos numa conturbada cidade.

**CHAMAR**

1) Chamar é transitivo direto no sentido de convocar, solicitar a atenção ou a presença de.

Por gentileza, vá chamar sua prima. / Por favor, vá chamá-la.  
Chamei você várias vezes. / Chamei-o várias vezes.

2) Chamar no sentido de denominar, apelidar pode apresentar objeto direto e indireto, ao qual se refere predicativo preposicionado ou não.

A torcida chamou o jogador mercenário.  
A torcida chamou ao jogador mercenário.  
A torcida chamou o jogador de mercenário.  
A torcida chamou ao jogador de mercenário.

**CUSTAR**

1) Custar é intransitivo no sentido de ter determinado valor ou preço, sendo acompanhado de adjunto adverbial.

Frutas e verduras não deveriam custar muito.

2) No sentido de ser difícil, penoso, pode ser intransitivo ou transitivo indireto.



Muito custa                    viver tão longe da família.  
 Verbo                            Oração Subordinada Substantiva Subjetiva  
 Intransitivo                    Reduzida de Infinitivo

Custa-me (a mim)            crer que tomou realmente aquela atitude.  
 Objeto                            Oração Subordinada Substantiva Subjetiva  
 Indireto                            Reduzida de Infinitivo

Obs.: a Gramática Normativa condena as construções que atribuem ao verbo “custar” um sujeito representado por pessoa. Observe o exemplo abaixo:

Custei para entender o problema.  
 Forma correta: Custou-me entender o problema.

#### IMPLICAR

1) Como transitivo direto, esse verbo tem dois sentidos:

- a) dar a entender, fazer supor, pressupor  
 Suas atitudes implicavam um firme propósito.  
 b) Ter como consequência, trazer como consequência, acarretar, provocar  
 Liberdade de escolha implica amadurecimento político de um povo.

2) Como transitivo direto e indireto, significa comprometer, envolver  
 Implicaram aquele jornalista em questões econômicas.

Obs.: no sentido de antipatizar, ter implicância, é transitivo indireto e rege com preposição “com”.  
 Implicava com quem não trabalhasse arduamente.

#### PROCEDER

1) Proceder é intransitivo no sentido de ser decisivo, ter cabimento, ter fundamento ou portar-se, comportar-se, agir. Nessa segunda acepção, vem sempre acompanhado de adjunto adverbial de modo.

As afirmações da testemunha procediam, não havia como refutá-las.  
 Você procede muito mal.

2) Nos sentidos de ter origem, derivar-se (rege a preposição “de”) e fazer, executar (rege complemento introduzido pela preposição “a”) é transitivo indireto.

O avião procede de Maceió.  
 Procedeu-se aos exames.  
 O delegado procederá ao inquérito.

#### QUERER

1) Querer é transitivo direto no sentido de desejar, ter vontade de, cobiçar.

Querem melhor atendimento.  
 Queremos um país melhor.

2) Querer é transitivo indireto no sentido de ter afeição, estimar, amar.

Quero muito aos meus amigos.  
 Ele quer bem à linda menina.  
 Despede-se o filho que muito lhe quer.

#### VISAR

1) Como transitivo direto, apresenta os sentidos de mirar, fazer pontaria e de pôr visto, rubricar.

O homem visou o alvo.  
 O gerente não quis visar o cheque.

2) No sentido de ter em vista, ter como meta, ter como objetivo, é transitivo indireto e rege a preposição “a”.

O ensino deve sempre visar ao progresso social.  
 Prometeram tomar medidas que visassem ao bem-estar público.

#### ESQUECER – LEMBRAR

- Lembrar algo – esquecer algo
- Lembrar-se de algo – esquecer-se de algo (pronominal)

No 1º caso, os verbos são transitivos diretos, ou seja, exigem complemento sem preposição.

- Ele esqueceu o livro.



No 2º caso, os verbos são pronominais (-se, -me, etc) e exigem complemento com a preposição “de”. São, portanto, transitivos indiretos.

- Ele se esqueceu do caderno.
- Eu me esqueci da chave.
- Eles se esqueceram da prova.
- Nós nos lembramos de tudo o que aconteceu.

Há uma construção em que a coisa esquecida ou lembrada passa a funcionar como sujeito e o verbo sofre leve alteração de sentido. É uma construção muito rara na língua contemporânea, porém, é fácil encontrá-la em textos clássicos tanto brasileiros como portugueses. Machado de Assis, por exemplo, fez uso dessa construção várias vezes.

- Esqueceu-me a tragédia. (cair no esquecimento)
- Lembrou-me a festa. (vir à lembrança)

O verbo lembrar também pode ser transitivo direto e indireto (lembrar alguma coisa a alguém ou alguém de alguma coisa).

### SIMPATIZAR

Ambos são transitivos indiretos e exigem a preposição “com”.

- Não simpatizei com os jurados.

### NAMORAR

É transitivo direto, ou seja, não admite preposição.

- Maria namora João.

Obs: Não é correto dizer: “Maria namora com João”.

### OBEDECER

É transitivo indireto, ou seja, exige complemento com a preposição “a” (obedecer a).

- Devemos obedecer aos pais.

Obs: embora seja transitivo indireto, esse verbo pode ser usado na voz passiva.

- A fila não foi obedecida.

### VER

É transitivo direto, ou seja, não exige preposição.

- Ele viu o filme.

### Regência Nominal

É o nome da relação existente entre um nome (substantivo, adjetivo ou advérbio) e os termos regidos por esse nome. Essa relação é sempre intermediada por uma preposição. No estudo da regência nominal, é preciso levar em conta que vários nomes apresentam exatamente o mesmo regime dos verbos de que derivam. Conhecer o regime de um verbo significa, nesses casos, conhecer o regime dos nomes cognatos. Observe o exemplo: Verbo obedecer e os nomes correspondentes: todos regem complementos introduzidos pela preposição «a». Veja:

Obedecer a algo/ a alguém.

Obediente a algo/ a alguém.

Apresentamos a seguir vários nomes acompanhados da preposição ou preposições que os regem. Observe-os atentamente e procure, sempre que possível, associar esses nomes entre si ou a algum verbo cuja regência você conhece.

### Substantivos

Admiração a, por  
Aversão a, para, por  
Atentado a, contra  
Bacharel em  
Capacidade de, para

Devoção a, para, com, por  
Doutor em  
Dúvida acerca de, em, sobre  
Horror a  
Impaciência com

Medo a, de  
Obediência a  
Ojeriza a, por  
Proeminência sobre  
Respeito a, com, para com, por



**Adjetivos**

Acessível a	Diferente de	Necessário a
Acostumado a, com	Entendido em	Nocivo a
Afável com, para com	Equivalente a	Paralelo a
Agradável a	Escasso de	Parco em, de
Alheio a, de	Essencial a, para	Passível de
Análogo a	Fácil de	Preferível a
Ansioso de, para, por	Fanático por	Prejudicial a
Apto a, para	Favorável a	Prestes a
Ávido de	Generoso com	Propício a
Benéfico a	Grato a, por	Próximo a
Capaz de, para	Hábil em	Relacionado com
Compatível com	Habitado a	Relativo a
Contemporâneo a, de	Idêntico a	Satisfeito com, de, em, por
Contíguo a	Impróprio para	Semelhante a
Contrário a	Indeciso em	Sensível a
Curioso de, por	Insensível a	Sito em
Descontente com	Liberal com	Suspeito de
Desejoso de	Natural de	Vazio de

**Advérbios**

Longe de                      Perto de

Obs.: os advérbios terminados em -mente tendem a seguir o regime dos adjetivos de que são formados: paralela a; paralelamente a; relativa a; relativamente a.

Questões sobre Regência Nominal e Verbal

01. (Administrador – FCC – 2013-adap.).

... a que ponto a astronomia facilitou a obra das outras ciências ...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

- A) ...astros que ficam tão distantes ...
- B) ...que a astronomia é uma das ciências ...
- C) ...que nos proporcionou um espírito ...
- D) ...cuja importância ninguém ignora ...
- E) ...onde seu corpo não passa de um ponto obscuro ...

02. (Agente de Apoio Administrativo – FCC – 2013-adap.).

... pediu ao delegado do bairro que desse um jeito nos filhos do sueco.

O verbo que exige, no contexto, o mesmo tipo de complementos que o grifado acima está empregado em:

- A) ...que existe uma coisa chamada exército...
- B) ...como se isso aqui fosse casa da sogra?
- C) ...compareceu em companhia da mulher à delegacia...
- D) Eu ensino o senhor a cumprir a lei, ali no duro...
- E) O delegado apenas olhou-a espantado com o atrevimento.

03. (Agente de Defensoria Pública – FCC – 2013-adap.).

... constava simplesmente de uma vareta quebrada em partes desiguais...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

- A) Em campos extensos, chegavam em alguns casos a extremos de sutileza.
- B) ...eram comumente assinalados a golpes de machado nos troncos mais robustos.
- C) Os toscos desenhos e os nomes estropiados desorientam, não raro, quem...
- D) Koch-Grünberg viu uma dessas marcas de caminho na serra de Tunuí...
- E) ...em que tão bem se revelam suas afinidades com o gentio, mestre e colaborador...

04. (Agente Técnico – FCC – 2013-adap.).

... para lidar com as múltiplas vertentes da justiça...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o da frase acima se encontra em:

A) A palavra direito, em português, vem de directum, do verbo latino dirigere...

B) ...o Direito tem uma complexa função de gestão das sociedades...

C) ...o de que o Direito [...] esteja permeado e regulado pela justiça.

D) Essa problematização não afasta a força das aspirações da justiça...

E) Na dinâmica dessa tensão tem papel relevante o sentimento de justiça.

05. (Escrevente TJ SP – Vunesp 2012) Assinale a alternativa em que o período, adaptado da revista Pesquisa Fapesp de junho de 2012, está correto quanto à regência nominal e à pontuação.

(A) Não há dúvida que as mulheres ampliam, rapidamente, seu espaço na carreira científica ainda que o avanço seja mais notável em alguns países, o Brasil é um exemplo, do que em outros.

(B) Não há dúvida de que, as mulheres, ampliam rapidamente seu espaço na carreira científica; ainda que o avanço seja mais notável, em alguns países, o Brasil é um exemplo!, do que em outros.

(C) Não há dúvida de que as mulheres, ampliam rapidamente seu espaço, na carreira científica, ainda que o avanço seja mais notável, em alguns países: o Brasil é um exemplo, do que em outros.

(D) Não há dúvida de que as mulheres ampliam rapidamente seu espaço na carreira científica, ainda que o avanço seja mais notável em alguns países – o Brasil é um exemplo – do que em outros.

(E) Não há dúvida que as mulheres ampliam rapidamente, seu espaço na carreira científica, ainda que, o avanço seja mais notável em alguns países (o Brasil é um exemplo) do que em outros.

06. (Papiloscopista Policial – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa correta quanto à regência dos termos em destaque.

(A) Ele tentava convencer duas senhoras a assumir a responsabilidade pelo problema.

(B) A menina tinha o receio a levar uma bronca por ter se perdido.

(C) A garota tinha apenas a lembrança pelo desenho de um índio na porta do prédio.

(D) A menina não tinha orgulho sob o fato de ter se perdido de sua família.

(E) A família toda se organizou para realizar a procura à garotinha.

07. (Analista de Sistemas – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto, de acordo com as regras de regência.

Os estudos \_\_\_\_\_ quais a pesquisadora se reportou já assinalavam uma relação entre os distúrbios da imagem corporal e a exposição a imagens idealizadas pela mídia.

A pesquisa faz um alerta \_\_\_\_\_ influência negativa que a mídia pode exercer sobre os jovens.

A) dos ... na B) nos ... entre a

C) aos ... para a D) sobre os ... pela

E) pelos ... sob a

08. (Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas – VUNESP – 2013). Considerando a norma-padrão da língua, assinale a alternativa em que os trechos destacados estão corretos quanto à regência, verbal ou nominal.

A) O prédio que o taxista mostrou dispunha de mais de dez mil tomadas.

B) O autor fez conjecturas sob a possibilidade de haver um homem que estaria ouvindo as notas de um oboé.

C) Centenas de trabalhadores estão empenhados de criar logotipos e negociar.

D) O taxista levou o autor a indagar no número de tomadas do edifício.

E) A corrida com o taxista possibilitou que o autor reparasse a um prédio na marginal.

09. (Assistente de Informática II – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa que substitui a expressão destacada na frase, conforme as regras de regência da norma-padrão da língua e sem alteração de sentido.

Muitas organizações lutaram a favor da igualdade de direitos dos trabalhadores domésticos.

A) da B) na C) pela

D) sob a E) sobre a

GABARITO

01. D 02. D 03. A 04. A 05. D

06. A 07. C 08. A 09. C

COMENTÁRIOS

1-) ... a que ponto a astronomia facilitou a obra das outras ciências ...

Facilitar – verbo transitivo direto

A) ...astros que ficam tão distantes ... = verbo de ligação

B) ...que a astronomia é uma das ciências ... = verbo de ligação

C) ...que nos proporcionou um espírito ... = verbo transitivo direto e indireto

E) ...onde seu corpo não passa de um ponto obscuro = verbo transitivo indireto

2-) ... pediu ao delegado do bairro que desse um jeito nos filhos do suco.

Pedir = verbo transitivo direto e indireto

A) ...que existe uma coisa chamada EXÉRCITO... = transitivo direto

B) ...como se isso aqui fosse casa da sogra? =verbo de ligação

C) ...compareceu em companhia da mulher à delegacia... =verbo intransitivo

E) O delegado apenas olhou-a espantado com o atrevimento. =transitivo direto

3-) ... constava simplesmente de uma vareta quebrada em partes desiguais...

Constar = verbo intransitivo

B) ...eram comumente assinalados a golpes de machado nos troncos mais robustos. =ligação

C) Os toscos desenhos e os nomes estropiados desorientam, não raro, quem... =transitivo direto

D) Koch-Grünberg viu uma dessas marcas de caminho na serreta de Tunuí... = transitivo direto

E) ...em que tão bem se revelam suas afinidades com o gentio, mestre e colaborador...=transitivo direto



4-) ... para lidar com as múltiplas vertentes da justiça...

Lidar = transitivo indireto

B) ...o Direito tem uma complexa função de gestão das sociedades... =transitivo direto

C) ...o de que o Direito [...] esteja permeado e regulado pela justiça. =ligação

D) Essa problematidade não afasta a força das aspirações da justiça... =transitivo direto e indireto

E) Na dinâmica dessa tensão tem papel relevante o sentimento de justiça. =transitivo direto

5-) *A correção do item deve respeitar as regras de pontuação também. Assinalei apenas os desvios quanto à regência (pontuação encontra-se em tópico específico)*

(A) Não há dúvida de que as mulheres ampliam,

(B) Não há dúvida de que (erros quanto à pontuação)

(C) Não há dúvida de que as mulheres, (erros quanto à pontuação)

(E) Não há dúvida de que as mulheres ampliam rapidamente, seu espaço na carreira científica, ainda que, o avanço seja mais notável em alguns países (o Brasil é um exemplo) do que em outros.

6-) (B) A menina tinha o receio de levar uma bronca por ter se perdido.

(C) A garota tinha apenas a lembrança do desenho de um índio na porta do prédio.

(D) A menina não tinha orgulho do fato de ter se perdido de sua família.

(E) A família toda se organizou para realizar a procura pela garotinha.

7-) Os estudos aos quais a pesquisadora se reportou já assinalavam uma relação entre os distúrbios da imagem corporal e a exposição a imagens idealizadas pela mídia.

A pesquisa faz um alerta para a influência negativa que a mídia pode exercer sobre os jovens.

8-) B) O autor fez conjecturas sobre a possibilidade de haver um homem que estaria ouvindo as notas de um oboé.

C) Centenas de trabalhadores estão empenhados em criar logotipos e negociar.

D) O taxista levou o autor a indagar sobre o número de tomadas do edifício.

E) A corrida com o taxista possibilitou que o autor reparasse em um prédio na marginal.

9-) Muitas organizações lutaram pela igualdade de direitos dos trabalhadores domésticos.

## 8. COLOCAÇÃO PRONOMINAL

A *colocação pronominal* é a posição que os pronomes pessoais oblíquos átonos ocupam na frase em relação ao verbo a que se referem.

São pronomes oblíquos átonos: me, te, se, o, os, a, as, lhe, lhes, nos e vos.

O pronome oblíquo átono pode assumir três posições na oração em relação ao verbo:

1. próclise: pronome antes do verbo
2. ênclise: pronome depois do verbo
3. mesóclise: pronome no meio do verbo

### Próclise

A próclise é aplicada antes do verbo quando temos:

- Palavras com sentido negativo:  
Nada me faz querer sair dessa cama.  
Não se trata de nenhuma novidade.

- Advérbios:

- Nesta casa se fala alemão.  
Naquele dia me falaram que a professora não veio.

- Pronomes relativos:

- A aluna que me mostrou a tarefa não veio hoje.  
Não vou deixar de estudar os conteúdos que me falaram.

- Pronomes indefinidos:

- Quem me disse isso?  
Todos se comoveram durante o discurso de despedida.

- Pronomes demonstrativos:

- Isso me deixa muito feliz!  
Aquilo me incentivou a mudar de atitude!
- Preposição seguida de gerúndio:  
Em se tratando de qualidade, o Brasil Escola é o site mais indicado à pesquisa escolar.

- Conjunção subordinativa:

- Vamos estabelecer critérios, conforme lhe avisaram.

### Ênclise

A ênclise é empregada depois do verbo. A norma culta não aceita orações iniciadas com pronomes oblíquos átonos. A ênclise vai acontecer quando:

- O verbo estiver no imperativo afirmativo:

- Amem-se uns aos outros.  
Sigam-me e não terão derrotas.

- O verbo iniciar a oração:

- Diga-lhe que está tudo bem.  
Chamaram-me para ser sócio.

- O verbo estiver no infinitivo impessoal regido da preposição “a”:

- Naquele instante os dois passaram a odiar-se.  
Passaram a cumprimentar-se mutuamente.

- O verbo estiver no gerúndio:

Não quis saber o que aconteceu, fazendo-se de despreocupada.

Despediu-se, beijando-me a face.

- Houver vírgula ou pausa antes do verbo:

Se passar no vestibular em outra cidade, mudo-me no mesmo instante.

Se não tiver outro jeito, alisto-me nas forças armadas.

**Mesóclise**

A mesóclise acontece quando o verbo está flexionado no futuro do presente ou no futuro do pretérito:

A prova realizar-se-á neste domingo pela manhã. (= ela se realizará)

Far-lhe-ei uma proposta irrecusável. (= eu farei uma proposta a você)

**Questões sobre Pronome**

01. (Escrevente TJ SP – Vunesp/2012).

Restam dúvidas sobre o crescimento verde. Primeiro, não está claro até onde pode realmente chegar uma política baseada em melhorar a eficiência sem preços adequados para o carbono, a água e (na maioria dos países pobres) a terra. É verdade que mesmo que a ameaça dos preços do carbono e da água faça em si diferença, as companhias não podem suportar ter de pagar, de repente, digamos, 40 dólares por tonelada de carbono, sem qualquer preparação. Portanto, elas começam a usar preços-sombra. Ainda assim, ninguém encontrou até agora uma maneira de quantificar adequadamente os insumos básicos. E sem eles a maioria das políticas de crescimento verde sempre será a segunda opção.

(Carta Capital, 27.06.2012. Adaptado)

Os pronomes “elas” e “eles”, em destaque no texto, referem-se, respectivamente, a

- (A) dúvidas e preços.
- (B) dúvidas e insumos básicos.
- (C) companhias e insumos básicos.
- (D) companhias e preços do carbono e da água.
- (E) políticas de crescimento e preços adequados.

02. (Agente de Apoio Administrativo – FCC – 2013- adap.). Fazendo-se as alterações necessárias, o trecho grifado está corretamente substituído por um pronome em:

- A) ...sei tratar **tipos como o senhor.** – sei tratá-lo
- B) ...erguendo **os braços desalentado.** – erguendo-lhes desalentado
- C) ...que tem de conhecer **as leis** do país? – que tem de conhecê-lo?
- D) ...não parecia ser **um importante industrial.** – não parecia ser-lhe
- E) incomodaram **o general.** – incomodaram-no

03. (Agente de Defensoria Pública – FCC – 2013-adap.). A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, foi realizada de modo INCORRETO em:

- A) mostrando **o rio**= mostrando-o.
- B) como escolher **sítio**= como escolhê-lo.
- C) transpor [...] **as matas espessas**= transpor-lhes.
- D) **Às estreitas veredas**[...] nada acrescentariam = nada lhes acrescentariam.
- E) viu uma **dessas marcas**= viu uma delas.

04. (Papiloscopista Policial – Vunesp – 2013). Assinale a alternativa em que o pronome destacado está posicionado de acordo com a norma-padrão da língua.

- (A) Ela não lembrava-**se** do caminho de volta.
- (B) A menina tinha distanciado-**se** muito da família.
- (C) A garota disse que perdeu-**se** dos pais.
- (D) O pai alegrou-**se** ao encontrar a filha.
- (E) Ninguém comprometeu-**se** a ajudar a criança.

05. (Escrevente TJ SP – Vunesp 2011). Assinale a alternativa cujo emprego do pronome está em conformidade com a norma padrão da língua.

- (A) Não autorizam-nos a ler os comentários sigilosos.
- (B) Nos falaram que a diplomacia americana está abalada.
- (C) Ninguém o informou sobre o caso WikiLeaks.
- (D) Conformado, se rendeu às punições.
- (E) Todos querem que combata-se a corrupção.

06. (Papiloscopista Policial = Vunesp - 2013). Assinale a alternativa correta quanto à colocação pronominal, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Para que se evite perder objetos, recomenda-se que eles sejam sempre trazidos junto ao corpo.
- (B) O passageiro ao lado jamais imaginou-se na situação de ter de procurar a dona de uma bolsa perdida.
- (C) Nos sentimos impotentes quando não conseguimos restituir um objeto à pessoa que o perdeu.
- (D) O homem se indignou quando propuseram-lhe que abrisse a bolsa que encontrara.
- (E) Em tratando-se de objetos encontrados, há uma tendência natural das pessoas em devolvê-los a seus donos.

07. (Agente de Apoio Operacional – VUNESP – 2013). Há pessoas que, mesmo sem condições, compram produtos \_\_\_\_\_ não necessitam e \_\_\_\_\_ tendo de pagar tudo \_\_\_\_\_ prazo.

Assinale a alternativa que preenche as lacunas, correta e respectivamente, considerando a norma culta da língua.

- A) a que ... acaba ... à
- B) com que ... acabam ... à
- C) de que ... acabam ... a
- D) em que ... acaba ... a
- E) dos quais ... acaba ... à

08. (Agente de Apoio Socioeducativo – VUNESP – 2013-adap.). Assinale a alternativa que substitui, correta e respectivamente, as lacunas do trecho.

\_\_\_\_\_ alguns anos, num programa de televisão, uma jovem fazia referência \_\_\_\_\_ violência \_\_\_\_\_ o brasileiro estava sujeito de forma cômica.

- A) Fazem... a ... de que
- B) Faz ...a ... que
- C) Fazem ...à ... com que
- D) Faz ...à ... que
- E) Faz ...à ... a que

09. (TRF 3ª região- Técnico Judiciário - /2014) As sereias então devoravam impiedosamente os tripulantes. ... ele conseguiu impedir a tripulação de perder a cabeça... ... e fez de tudo para convencer os tripulantes...



Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos grifados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:

- (A) devoravam-nos – impedi-la – convencê-los
- (B) devoravam-lhe – impedi-las – convencer-lhes
- (C) devoravam-no – impedi-las – convencer-lhes
- (D) devoravam-nos – impedir-lhe – convencê-los
- (E) devoravam-lhes – impedi-la – convencê-los

10. (Agente de Vigilância e Recepção – VUNESP – 2013-adap.). No trecho, – Em ambos os casos, as câmeras dos estabelecimentos felizmente comprovam os acontecimentos, e testemunhas vão ajudar a polícia na investigação. – de acordo com a norma-padrão, os pronomes que substituem, corretamente, os termos em destaque são:

- A) os comprovam ... ajudá-la.
- B) os comprovam ... ajudar-la.
- C) os comprovam ... ajudar-lhe.
- D) lhes comprovam ... ajudar-lhe.
- E) lhes comprovam ... ajudá-la.

GABARITO

01. C 02. E 03. C 04. D 05. C  
06. A 07. C 08. E 09. A 10. A

COMENTÁRIOS

1-) Restam dúvidas sobre o crescimento verde. Primeiro, não está claro até onde pode realmente chegar uma política baseada em melhorar a eficiência sem preços adequados para o carbono, a água e (na maioria dos países pobres) a terra. É verdade que mesmo que a ameaça dos preços do carbono e da água faça em si diferença, as **companhias** não podem suportar ter de pagar, de repente, digamos, 40 dólares por tonelada de carbono, sem qualquer preparação. Portanto, **elas** começam a usar preços-sombra. Ainda assim, ninguém encontrou até agora uma maneira de quantificar adequadamente **os insumos básicos**. E sem **elas** a maioria das políticas de crescimento verde sempre será a segunda opção.

- 2-) A) ...sei tratar tipos como o senhor. – sei tratá-los
- B) ...erguendo os braços desalentado... – erguendo-os desalentado
- C) ...que tem de conhecer as leis do país? – que tem de conhecê-las?
- D) ...não parecia ser um importante industrial... – não parecia sê-lo

3-) transpor [...] as matas espessas= transpô-las

- 4-) (A) Ela não se lembrava do caminho de volta.
- (B) A menina tinha se distanciado muito da família.
- (C) A garota disse que se perdeu dos pais.
- (E) Ninguém se comprometeu a ajudar a criança

- 5-) (A) Não nos autorizam a ler os comentários sigilosos.
- (B) Falaram-nos que a diplomacia americana está abalada.
- (D) Conformado, rendeu-se às punições.
- (E) Todos querem que se combata a corrupção.

6-) (B) O passageiro ao lado jamais se imaginou na situação de ter de procurar a dona de uma bolsa perdida.

(C) Sentimo-nos impotentes quando não conseguimos restituir um objeto à pessoa que o perdeu.

(D) O homem indignou-se quando lhe propuseram que abrisse a bolsa que encontrara.

(E) Em se tratando de objetos encontrados, há uma tendência natural das pessoas em devolvê-los a seus donos.

7-) Há pessoas que, mesmo sem condições, compram produtos de que não necessitam e acabam tendo de pagar tudo a prazo.

8-) Faz alguns anos, num programa de televisão, uma jovem fazia referência à violência a que o brasileiro estava sujeito de forma cômica.

Faz, no sentido de tempo passado = sempre no singular

9-) devoravam - verbo terminado em “m” = pronome oblíquo no/na (fizeram-na, colocaram-no)

impedir - verbo transitivo direto = pede objeto direto; “lhe” é para objeto indireto

convencer - verbo transitivo direto = pede objeto direto; “lhe” é para objeto indireto

(A) devoravam-nos – impedi-la – convencê-los

10-) – Em ambos os casos, as câmeras dos estabelecimentos felizmente comprovam os acontecimentos, e testemunhas vão ajudar a polícia na investigação.

felizmente os comprovam ... ajudá-la (advérbio)

**9. CRASE**

A palavra *crase* é de origem grega e significa “fusão”, “mistura”. Na língua portuguesa, é o nome que se dá à “junção” de duas vogais idênticas. É de grande importância a crase da preposição “a” com o artigo feminino “a” (s), com o “a” inicial dos pronomes aquele(s), aquela (s), aquilo e com o “a” do relativo a qual (as quais). Na escrita, utilizamos o acento grave ( ` ) para indicar a crase. O uso apropriado do acento grave depende da compreensão da fusão das duas vogais. É fundamental também, para o entendimento da crase, dominar a regência dos verbos e nomes que exigem a preposição “a”. Aprender a usar a crase, portanto, consiste em aprender a verificar a ocorrência simultânea de uma preposição e um artigo ou pronome. Observe:

Vou a + a igreja.

*Vou à igreja.*

No exemplo acima, temos a ocorrência da preposição “a”, exigida pelo verbo ir (ir a algum lugar) e a ocorrência do artigo “a” que está determinando o substantivo feminino igreja. Quando ocorre esse encontro das duas vogais e elas se unem, a união delas é indicada pelo acento grave. Observe os outros exemplos:

Conheço a aluna.

*Refiro-me à aluna.*



No primeiro exemplo, o verbo é transitivo direto (conhecer algo ou alguém), logo não exige preposição e a crase não pode ocorrer. No segundo exemplo, o verbo é transitivo indireto (referir-se a algo ou a alguém) e exige a preposição “a”. Portanto, a crase é possível, desde que o termo seguinte seja feminino e admita o artigo feminino “a” ou um dos pronomes já especificados.

**Casos em que a crase NÃO ocorre:**

1-) diante de substantivos masculinos:

*Andamos a cavalo.*  
*Fomos a pé.*  
*Passou a camisa a ferro.*  
*Fazer o exercício a lápis.*  
*Compramos os móveis a prazo.*

2-) diante de verbos no infinitivo:

*A criança começou a falar.*  
*Ela não tem nada a dizer.*  
 Obs.: como os verbos não admitem artigos, o “a” dos exemplos acima é apenas preposição, logo não ocorrerá crase.

3-) diante da maioria dos pronomes e das expressões de tratamento, com exceção das formas senhora, senhorita e dona:

*Diga a ela que não estarei em casa amanhã.*  
*Entreguei a todos os documentos necessários.*  
*Ele fez referência a Vossa Excelência no discurso de ontem.*  
*Peço a Vossa Senhoria que aguarde alguns minutos.*

Os poucos casos em que ocorre crase diante dos pronomes podem ser identificados pelo método: troque a palavra feminina por uma masculina, caso na nova construção surgir a forma ao, ocorrerá crase. Por exemplo:

Refiro-me à mesma pessoa. (Refiro-me ao mesmo indivíduo.)  
 Informe-me o ocorrido à senhora. (Informe-me o ocorrido ao senhor.)  
 Peça à própria Cláudia para sair mais cedo. (Peça ao próprio Cláudio para sair mais cedo.)

4-) diante de numerais cardinais:

*Chegou a duzentos o número de feridos.*  
*Daqui a uma semana começa o campeonato.*

**Casos em que a crase SEMPRE ocorre:**

1-) diante de palavras femininas:

*Amanhã iremos à festa de aniversário de minha colega.*  
*Sempre vamos à praia no verão.*  
*Ela disse à irmã o que havia escutado pelos corredores.*  
*Sou grata à população.*  
*Fumar é prejudicial à saúde.*  
*Este aparelho é posterior à invenção do telefone.*

2-) diante da palavra “moda”, com o sentido de “à moda de” (mesmo que a expressão moda de fique subentendida):

*O jogador fez um gol à (moda de) Pelé.*  
*Usava sapatos à (moda de) Luís XV.*  
*Estava com vontade de comer frango à (moda de) passarinho.*  
*O menino resolveu vestir-se à (moda de) Fidel Castro.*

3-) na indicação de horas:

*Acordei às sete horas da manhã.*  
*Elas chegaram às dez horas.*  
*Foram dormir à meia-noite.*

4-) em locuções adverbiais, prepositivas e conjuntivas de que participam palavras femininas. Por exemplo:

à tarde	às ocultas	às pressas	à medida que
à noite	às claras	às escondidas	à força
à vontade	à beça	à larga	à escuta
às avessas	à revelia	à exceção de	à imitação de
à esquerda	às turras	às vezes	à chave
à direita	à procura	à deriva	à toa
à luz	à sombra de	à frente de	à proporção que
à semelhança de		às ordens	à beira de

**Crase diante de Nomes de Lugar**

Alguns nomes de lugar não admitem a anteposição do artigo “a”. Outros, entretanto, admitem o artigo, de modo que diante deles haverá crase, desde que o termo regente exija a preposição “a”. Para saber se um nome de lugar admite ou não a anteposição do artigo feminino “a”, deve-se substituir o termo regente por um verbo que peça a preposição “de” ou “em”. A ocorrência da contração “da” ou “na” prova que esse nome de lugar aceita o artigo e, por isso, haverá crase. Por exemplo:

*Vou à França.* (Vim da [de+a] França. Estou na [em+a] França.)  
*Cheguei à Grécia.* (Vim da Grécia. Estou na Grécia.)  
*Retornarei à Itália.* (Vim da Itália. Estou na Itália)  
*Vou a Porto Alegre.* (Vim de Porto Alegre. Estou em Porto Alegre.)

\*- Minha dica: use a regrinha “Vou A volto DA, crase HÁ; vou A volto DE, crase PRA QUÊ?”

Ex: Vou a Campinas. = Volto de Campinas.  
 Vou à praia. = Volto da praia.

- ATENÇÃO: quando o nome de lugar estiver especificado, ocorrerá crase. Veja:

*Retornarei à São Paulo dos bandeirantes.* = mesmo que, pela regrinha acima, seja a do “VOLTO DE”  
*Irei à Salvador de Jorge Amado.*

**Crase diante dos Pronomes Demonstrativos Aquele (s), Aquela (s), Aquilo**

Haverá crase diante desses pronomes sempre que o termo regente exigir a preposição “a”. Por exemplo:

Refiro-me a + aquele atentado.  
 Preposição + Pronome  
*Refiro-me àquele atentado.*

O termo regente do exemplo acima é o verbo transitivo indireto referir (referir-se a algo ou alguém) e exige preposição, portanto, ocorre a crase. Observe este outro exemplo:

*Aluguei aquela casa.*

O verbo “alugar” é transitivo direto (alugar algo) e não exige preposição. Logo, a crase não ocorre nesse caso. Veja outros exemplos:



*Dediquei àquela senhora todo o meu trabalho.  
Quero agradecer àqueles que me socorreram.  
Refiro-me àquilo que aconteceu com seu pai.  
Não obedecerei àquele sujeito.  
Assisti àquele filme três vezes.  
Espero aquele rapaz.  
Fiz aquilo que você disse.  
Comprei aquela caneta.*

**Crase com os Pronomes Relativos A Qual, As Quais**

A ocorrência da crase com os pronomes relativos a qual e as quais depende do verbo. Se o verbo que rege esses pronomes exigir a preposição “a”, haverá crase. É possível detectar a ocorrência da crase nesses casos utilizando a substituição do termo regido feminino por um termo regido masculino. Por exemplo:

*A igreja à qual me refiro fica no centro da cidade.  
O monumento ao qual me refiro fica no centro da cidade.*

Caso surja a forma ao com a troca do termo, ocorrerá a crase. Veja outros exemplos:

*São normas às quais todos os alunos devem obedecer.  
Esta foi a conclusão à qual ele chegou.  
Várias alunas às quais ele fez perguntas não souberam responder nenhuma das questões.  
A sessão à qual assisti estava vazia.*

**Crase com o Pronome Demonstrativo “a”**

A ocorrência da crase com o pronome demonstrativo “a” também pode ser detectada através da substituição do termo regente feminino por um termo regido masculino. Veja:

*Minha revolta é ligada à do meu país.  
Meu luto é ligado ao do meu país.  
As orações são semelhantes às de antes.  
Os exemplos são semelhantes aos de antes.  
Suas perguntas são superiores às dele.  
Seus argumentos são superiores aos dele.  
Sua blusa é idêntica à de minha colega.  
Seu casaco é idêntico ao de minha colega.*

**A Palavra Distância**

Se a palavra distância estiver especificada, determinada, a crase deve ocorrer. Por exemplo: *Sua casa fica à distância de 100km daqui.* (A palavra está determinada)

*Todos devem ficar à distância de 50 metros do palco.* (A palavra está especificada.)

Se a palavra distância não estiver especificada, a crase não pode ocorrer. Por exemplo:

*Os militares ficaram a distância.  
Gostava de fotografar a distância.  
Ensinou a distância.  
Dizem que aquele médico cura a distância.  
Reconheci o menino a distância.*

Observação: por motivo de clareza, para evitar ambiguidade, pode-se usar a crase. Veja:

*Gostava de fotografar à distância.  
Ensinou à distância.  
Dizem que aquele médico cura à distância.*

**Casos em que a ocorrência da crase é FACULTATIVA**

1-) diante de nomes próprios femininos:  
Observação: é facultativo o uso da crase diante de nomes próprios femininos porque é facultativo o uso do artigo. Observe:  
Paula é muito bonita. Laura é minha amiga.  
A Paula é muito bonita. A Laura é minha amiga.

Como podemos constatar, é facultativo o uso do artigo feminino diante de nomes próprios femininos, então podemos escrever as frases abaixo das seguintes formas:

Entreguei o cartão a Paula. Entreguei o cartão a Roberto.  
Entreguei o cartão à Paula. Entreguei o cartão ao Roberto.

2-) diante de pronome possessivo feminino:  
Observação: é facultativo o uso da crase diante de pronomes possessivos femininos porque é facultativo o uso do artigo. Observe:

Minha avó tem setenta anos. Minha irmã está esperando por você.

A minha avó tem setenta anos. A minha irmã está esperando por você.

Sendo facultativo o uso do artigo feminino diante de pronomes possessivos femininos, então podemos escrever as frases abaixo das seguintes formas:

Cedi o lugar a minha avó. Cedi o lugar a meu avô.  
Cedi o lugar à minha avó. Cedi o lugar ao meu avô.

3-) depois da preposição até:  
Fui até a praia. ou Fui até à praia.  
Acompanhe-o até a porta. ou Acompanhe-o até à porta.  
A palestra vai até as cinco horas da tarde. ou A palestra vai até às cinco horas da tarde.

**Questões sobre Crase**

01.( Escrevente TJ SP – Vunesp/2012) No Brasil, as discussões sobre drogas parecem limitar-se \_\_\_\_\_ aspectos jurídicos ou policiais. É como se suas únicas consequências estivessem em legalismos, tecnicidades e estatísticas criminais. Raro ler \_\_\_\_\_ respeito envolvendo questões de saúde pública como programas de esclarecimento e prevenção, de tratamento para dependentes e de reintegração desses \_\_\_\_\_ vida. Quantos de nós sabemos o nome de um médico ou clínica \_\_\_\_\_ quem tentar encaminhar um drogado da nossa própria família?

(Ruy Castro, Da nossa própria família. Folha de S.Paulo, 17.09.2012. Adaptado)

As lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) aos ... à ... a ... a
- (B) aos ... a ... à ... a
- (C) a ... a ... à ... à
- (D) à ... à ... à ... à
- (E) a ... a ... a ... a

02. (Agente de Apoio Administrativo – FCC – 2013). Leia o texto a seguir.





Foi por esse tempo que Rita, desconfiada e medrosa, correu \_\_\_\_\_ cartomante para consultá-la sobre a verdadeira causa do procedimento de Camilo. Vimos que \_\_\_\_\_ cartomante restituiu--lhe \_\_\_\_\_ confiança, e que o rapaz repreendeu-a por ter feito o que fez.

(Machado de Assis. A cartomante. In: Várias histórias. Rio de Janeiro: Globo, 1997, p. 6)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- A) à - a - a                                  B) a - a - à  
 C) à - a - à                                  D) à - à - a  
 E) a - à - à

03 “Nesta oportunidade, volto \_\_\_ referir-me \_\_\_ problemas já expostos \_\_\_ V. Sª \_\_\_ alguns dias”.

- a) à - àqueles - a - há                      b) a - àqueles - a - há  
 c) a - aqueles - à - a                      d) à - àqueles - a - a  
 e) a - aqueles - à - há

04.(Agente Técnico – FCC – 2013-adap.) Claro que não me estou referindo a essa vulgar comunicação festiva e efervescente.

O vocábulo a deverá receber o sinal indicativo de crase se o segmento grifado for substituído por:

- A) leitura apressada e sem profundidade.  
 B) cada um de nós neste formigueiro.  
 C) exemplo de obras publicadas recentemente.  
 D) uma comunicação festiva e virtual.  
 E) respeito de autores reconhecidos pelo público.

05. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013).

O Instituto Nacional de Administração Prisional (INAP) também desenvolve atividades lúdicas de apoio \_\_\_\_\_ ressociação do indivíduo preso, com o objetivo de prepará--lo para o retorno \_\_\_\_\_ sociedade. Dessa forma, quando em liberdade, ele estará capacitado \_\_\_\_\_ ter uma profissão e uma vida digna.

(Disponível em: [www.metropolitana.com.br/blog/qual\\_e\\_a\\_importancia\\_da\\_ressociaacao\\_de\\_presos](http://www.metropolitana.com.br/blog/qual_e_a_importancia_da_ressociaacao_de_presos). Acesso em: 18.08.2012. Adaptado)

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- A) à ... à ... à                      B) a ... a ... à                      C) a ... à ... à  
 D) à ... à ... a                      E) a ... à ... a

06. O Ministro informou que iria resistir \_\_\_\_\_ pressões contrárias \_\_\_\_\_ modificações relativas \_\_\_\_\_ aquisição da casa própria.

- a) às - àquelas \_ à                      b) as - aquelas - a  
 c) às àquelas - a                      d) às - aquelas - à  
 e) as - àquelas - à

07. (Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – VUNESP – 2013-adap) O acento indicativo de crase está corretamente empregado em:

A) Tendências agressivas começam à ser relacionadas com as dificuldades para lidar com as frustrações de seus desejos.

B) A agressividade impulsiva deve-se à perturbações nos mecanismos biológicos de controle emocional.

C) A violência urbana é comparada à uma enfermidade.

D) Condições de risco aliadas à exemplo de impunidade alimentam a violência crescente nas cidades.

E) Um ambiente desfavorável à formação da personalidade atinge os mais vulneráveis.

08. (Agente de Vigilância e Recepção – VUNESP – 2013). O sinal indicativo de crase está correto em:

A) Este cientista tem se dedicado à uma pesquisa na área de biotecnologia.

B) Os pais não podem ser omissos e devem se dedicar à educação dos filhos.

C) Nossa síndica dedica-se integralmente à conservar as instalações do prédio.

D) O bombeiro deve dedicar sua atenção à qualquer detalhe que envolva a segurança das pessoas.

E) É função da política é dedicar-se à todo problema que comprometa o bem-estar do cidadão.

09. (Agente Educacional – VUNESP – 2013). Assinale a alternativa em que a sequência da frase a seguir traz o uso correto do acento indicativo de crase, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

Um bom conhecimento de matemática é indispensável

A) à todo e qualquer estudante.

B) à estudantes de nível superior.

C) à quem pretende carreiras no campo de exatas.

D) à construção do saber nas mais diversas áreas.

E) à uma boa formação profissional.

10. (Agente Técnico de Assistência à Saúde – VUNESP – 2013). Leia a tirinha para responder à questão.



As lacunas da tirinha devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- A) à ...a ... à ... à                      B) a ...à ... à ... a  
 C) a ...a ... à ... a                      D) a ...à ... a ... a  
 E) a ...a ... à ... à

GABARITO

01. B 02. A 03. B 04. A 05. D  
06. A 07. E 08. B 09. D 10. C

COMENTÁRIOS

1-) limitar-se aos aspectos jurídicos ou policiais.  
Raro ler a respeito (antes de palavra masculina não há crase)  
de reintegração desses à vida. (reintegrar a + a vida = à)  
o nome de um médico ou clínica a quem tentar encaminhar um drogado da nossa própria família? (antes de pronome indefinido/relativo)

2-) correu à (= para a ) cartomante para consultá-la sobre a verdadeira causa do procedimento de Camilo. Vimos que a cartomante (objeto direto) restituiu-lhe a confiança (objeto direto), e que o rapaz repreendeu-a por ter feito o que fez.

3-) “Nesta oportunidade, volto a referir-me àqueles problemas já expostos a V. S<sup>a</sup> há alguns dias”.  
- a referir = antes de verbo no infinito não há crase;  
- quem faz referência, faz referência A algo ou A alguém ( a regência do verbo pede preposição)  
- antes de pronome de tratamento não há crase (exceção à senhora, que admite artigo);  
- há no sentido de tempo passado.

4-) Claro que não me estou referindo à leitura apressada e sem profundidade.  
a cada um de nós neste formigueiro. (antes de pronome indefinido)  
a exemplo de obras publicadas recentemente. (palavra masculina)  
a uma comunicação festiva e virtual. (artigo indefinido)  
a respeito de autores reconhecidos pelo público. (palavra masculina)

5-) O Instituto Nacional de Administração Prisional (INAP) também desenvolve atividades lúdicas de apoio à ressocialização do indivíduo preso, com o objetivo de prepará-lo para o retorno à sociedade. Dessa forma, quando em liberdade, ele estará capacitado a ter uma profissão e uma vida digna.  
- Apoio a? Regência nominal pede preposição;  
- retorno a? regência nominal pede preposição;  
- antes de verbo no infinitivo não há crase.

6-) O Ministro informou que iria resistir às pressões contrárias àquelas modificações relativas à aquisição da casa própria.  
- resistir a? regência verbal pede preposição;  
- contrária a? regência nominal pede preposição;  
- relativas a? regência nominal pede preposição.

7-) A) Tendências agressivas começam a ser relacionadas com as dificuldades para lidar com as frustrações de seus desejos. (antes de verbo no infinitivo não há crase)

B) A agressividade impulsiva deve-se a perturbações nos mecanismos biológicos de controle emocional. (se o “a” está no singular e antecede palavra no plural, não há crase)

C) A violência urbana é comparada a uma enfermidade. (artigo indefinido)

D) Condições de risco aliadas a exemplo de impunidade alimentam a violência crescente nas cidades. (palavra masculina)

E) Um ambiente desfavorável a formação da personalidade atinge os mais vulneráveis. = *correta* (regência nominal: desfavorável a?)

8-) A) Este cientista tem se dedicado a uma pesquisa na área de biotecnologia. (artigo indefinido)

B) Os pais não podem ser omissos e devem se dedicar a educação dos filhos. = *correta* (regência verbal: dedicar a )

C) Nossa síndica dedica-se integralmente a conservar as instalações do prédio. (verbo no infinitivo)

D) O bombeiro deve dedicar sua atenção a qualquer detalhe que envolva a segurança das pessoas. (pronome indefinido)

E) É função da política é dedicar-se a todo problema que comprometa o bem-estar do cidadão. (pronome indefinido)

9-) Um bom conhecimento de matemática é indispensável a construção do saber nas mais diversas áreas.

A) a todo e qualquer estudante. (pronome indefinido)

B) a estudantes de nível superior. (“a” no singular antes de palavra no plural)

C) a quem pretende carreiras no campo de exatas. (pronome indefinido/relativo)

E) a uma boa formação profissional. (artigo indefinido)

10-) - a alguns anos - Pronome indefinido

- começar a ir - verbo no infinitivo

- ir à escola - ir a algum lugar – regência verbal pede preposição

- aprender a ler - verbo no infinitivo.





# MATEMÁTICA



**NÚMEROS INTEIROS: OPERAÇÕES E PROPRIEDADES.**

**Conjunto dos Números Inteiros – Z**

Definimos o conjunto dos números inteiros como a reunião do conjunto dos números naturais ( $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$ ), o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Este conjunto é denotado pela letra Z (Zahlen=número em alemão). Este conjunto pode ser escrito por:  $Z = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$

O conjunto dos números inteiros possui alguns subconjuntos notáveis:

- O conjunto dos números inteiros **não nulos**:

$$Z^* = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 1, 2, 3, 4, \dots\};$$

$$Z^* = Z - \{0\}$$

- O conjunto dos números inteiros **não negativos**:

$$Z_+ = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$

$Z_+$  é o próprio conjunto dos números naturais:  $Z_+ = N$

- O conjunto dos números inteiros **positivos**:

$$Z^*_+ = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$$

- O conjunto dos números inteiros **não positivos**:

$$Z_- = \{\dots, -5, -4, -3, -2, -1, 0\}$$

- O conjunto dos números inteiros **negativos**:

$$Z^*_ - = \{\dots, -5, -4, -3, -2, -1\}$$

**Módulo:** chama-se módulo de um número inteiro a distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por  $| |$ .

O módulo de 0 é 0 e indica-se  $|0| = 0$

O módulo de +7 é 7 e indica-se  $|+7| = 7$

O módulo de -9 é 9 e indica-se  $|-9| = 9$

O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

**Números Opostos:** Dois números inteiros são ditos opostos um do outro quando apresentam soma zero; assim, os pontos que os representam distam igualmente da origem.

Exemplo: O oposto do número 2 é -2, e o oposto de -2 é 2, pois  $2 + (-2) = (-2) + 2 = 0$

No geral, dizemos que o oposto, ou simétrico, de  $a$  é  $-a$ , e vice-versa; particularmente o oposto de zero é o próprio zero.

**Adição de Números Inteiros**

Para melhor entendimento desta operação, associaremos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

Ganhar 5 + ganhar 3 = ganhar 8  $(+5) + (+3) = (+8)$

Perder 3 + perder 4 = perder 7  $(-3) + (-4) = (-7)$

Ganhar 8 + perder 5 = ganhar 3  $(+8) + (-5) = (+3)$

Perder 8 + ganhar 5 = perder 3  $(-8) + (+5) = (-3)$

O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

**Propriedades da adição de números inteiros:** O conjunto Z é fechado para a adição, isto é, a soma de dois números inteiros ainda é um número inteiro.

**Associativa:** Para todos  $a, b, c$  em Z:

$$a + (b + c) = (a + b) + c$$

$$2 + (3 + 7) = (2 + 3) + 7$$

**Comutativa:** Para todos  $a, b$  em Z:

$$a + b = b + a$$

$$3 + 7 = 7 + 3$$

**Elemento Neutro:** Existe 0 em Z, que adicionado a cada  $z$  em Z, proporciona o próprio  $z$ , isto é:

$$z + 0 = z$$

$$7 + 0 = 7$$

**Elemento Oposto:** Para todo  $z$  em Z, existe  $(-z)$  em Z, tal que

$$z + (-z) = 0$$

$$9 + (-9) = 0$$

**Subtração de Números Inteiros**

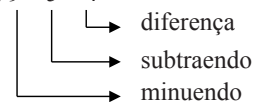
A subtração é empregada quando:

- Precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade;
- Temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra;
- Temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra.

A subtração é a operação inversa da adição.

Observe que:  $9 - 5 = 4$

$4 + 5 = 9$



Considere as seguintes situações:

1- Na segunda-feira, a temperatura de Monte Sião passou de +3 graus para +6 graus. Qual foi a variação da temperatura?

Esse fato pode ser representado pela subtração:  $(+6) - (+3) = +3$

2- Na terça-feira, a temperatura de Monte Sião, durante o dia, era de +6 graus. À Noite, a temperatura baixou de 3 graus. Qual a temperatura registrada na noite de terça-feira?

Esse fato pode ser representado pela adição:  $(+6) + (-3) = +3$   
Se comparamos as duas igualdades, verificamos que  $(+6) - (+3)$  é o mesmo que  $(+6) + (-3)$ .

Temos:

$$(+6) - (+3) = (+6) + (-3) = +3$$

$$(+3) - (+6) = (+3) + (-6) = -3$$



$$(-6) - (-3) = (-6) + (+3) = -3$$

Daí podemos afirmar: Subtrair dois números inteiros é o mesmo que adicionar o primeiro com o oposto do segundo.

## Multiplicação de Números Inteiros

A multiplicação funciona como uma forma simplificada de uma adição quando os números são repetidos. Poderíamos analisar tal situação como o fato de estarmos ganhando repetidamente alguma quantidade, como por exemplo, ganhar 1 objeto por 30 vezes consecutivas, significa ganhar 30 objetos e esta repetição pode ser indicada por um  $x$ , isto é:  $1 + 1 + 1 \dots + 1 + 1 = 30 \times 1 = 30$

Se trocarmos o número 1 pelo número 2, obteremos:  $2 + 2 + 2 + \dots + 2 + 2 = 30 \times 2 = 60$

Se trocarmos o número 2 pelo número -2, obteremos:  $(-2) + (-2) + \dots + (-2) = 30 \times (-2) = -60$

Observamos que a multiplicação é um caso particular da adição onde os valores são repetidos.

Na multiplicação o produto dos números  $a$  e  $b$ , pode ser indicado por  $a \times b$ ,  $a \cdot b$  ou ainda  $ab$  sem nenhum sinal entre as letras.

Para realizar a multiplicação de números inteiros, devemos obedecer à seguinte regra de sinais:

$$(+1) \times (+1) = (+1)$$

$$(+1) \times (-1) = (-1)$$

$$(-1) \times (+1) = (-1)$$

$$(-1) \times (-1) = (+1)$$

Com o uso das regras acima, podemos concluir que:

Sinais dos números	Resultado do produto
Iguais	Positivo
Diferentes	Negativo

**Propriedades da multiplicação de números inteiros:** O conjunto  $Z$  é fechado para a multiplicação, isto é, a multiplicação de dois números inteiros ainda é um número inteiro.

**Associativa:** Para todos  $a, b, c$  em  $Z$ :

$$a \times (b \times c) = (a \times b) \times c$$

$$2 \times (3 \times 7) = (2 \times 3) \times 7$$

**Comutativa:** Para todos  $a, b$  em  $Z$ :

$$a \times b = b \times a$$

$$3 \times 7 = 7 \times 3$$

**Elemento neutro:** Existe 1 em  $Z$ , que multiplicado por todo  $z$  em  $Z$ , proporciona o próprio  $z$ , isto é:

$$z \times 1 = z$$

$$7 \times 1 = 7$$

**Elemento inverso:** Para todo inteiro  $z$  diferente de zero, existe um inverso  $z^{-1} = 1/z$  em  $Z$ , tal que

$$z \times z^{-1} = z \times (1/z) = 1$$

$$9 \times 9^{-1} = 9 \times (1/9) = 1$$

**Distributiva:** Para todos  $a, b, c$  em  $Z$ :

$$a \times (b + c) = (a \times b) + (a \times c)$$

$$3 \times (4+5) = (3 \times 4) + (3 \times 5)$$

## Divisão de Números Inteiros

Dividendo  $\div$  divisor = dividendo:

Divisor = quociente  $\times$  divisor

Quociente  $\times$  divisor = dividendo

Sabemos que na divisão exata dos números naturais:

$$40 : 5 = 8, \text{ pois } 5 \cdot 8 = 40$$

$$36 : 9 = 4, \text{ pois } 9 \cdot 4 = 36$$

Vamos aplicar esses conhecimentos para estudar a divisão exata de números inteiros. Veja o cálculo:

$$(-20) : (+5) = q \Leftrightarrow (+5) \cdot q = (-20) \Leftrightarrow q = (-4)$$

Logo:  $(-20) : (+5) = -4$

Considerando os exemplos dados, concluímos que, para efetuar a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor. Daí:

- Quando o dividendo e o divisor têm o mesmo sinal, o quociente é um número inteiro positivo.

- Quando o dividendo e o divisor têm sinais diferentes, o quociente é um número inteiro negativo.

- A divisão nem sempre pode ser realizada no conjunto  $Z$ . Por exemplo,  $(+7) : (-2)$  ou  $(-19) : (-5)$  são divisões que não podem ser realizadas em  $Z$ , pois o resultado não é um número inteiro.

- No conjunto  $Z$ , a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.

1- Não existe divisão por zero.

Exemplo:  $(-15) : 0$  não tem significado, pois não existe um número inteiro cujo produto por zero seja igual a  $-15$ .

2- Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Exemplos: a)  $0 : (-10) = 0$     b)  $0 : (+6) = 0$     c)  $0 : (-1) = 0$

## Potenciação de Números Inteiros

A potência  $a^n$  do número inteiro  $a$ , é definida como um produto de  $n$  fatores iguais. O número  $a$  é denominado a *base* e o número  $n$  é o *expoente*.

$$a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$$

$a$  é multiplicado por  $a$   $n$  vezes

Exemplos:

$$3^3 = (3) \times (3) \times (3) = 27$$

$$(-5)^5 = (-5) \times (-5) \times (-5) \times (-5) \times (-5) = -3125$$

$$(-7)^2 = (-7) \times (-7) = 49$$

$$(+9)^2 = (+9) \times (+9) = 81$$

- Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.



Exemplo:  $(+3)^2 = (+3) \cdot (+3) = +9$

- Toda potência de **base negativa e expoente par** é um número **inteiro positivo**.

Exemplo:  $(-8)^2 = (-8) \cdot (-8) = +64$

- Toda potência de **base negativa e expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Exemplo:  $(-5)^3 = (-5) \cdot (-5) \cdot (-5) = -125$

### Propriedades da Potenciação:

**Produtos de Potências com bases iguais:** Conserva-se a base e somam-se os expoentes.  $(-7)^3 \cdot (-7)^6 = (-7)^{3+6} = (-7)^9$

**Quocientes de Potências com bases iguais:** Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes.  $(+13)^8 : (+13)^6 = (+13)^{8-6} = (+13)^2$

**Potência de Potência:** Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes.  $[(+4)^5]^2 = (+4)^{5 \cdot 2} = (+4)^{10}$

**Potência de expoente 1:** É sempre igual à base.  $(+9)^1 = +9$   
 $(-13)^1 = -13$

**Potência de expoente zero e base diferente de zero:** É igual a 1. Exemplo:  $(+14)^0 = 1$        $(-35)^0 = 1$

### Radiciação de Números Inteiros

A raiz  $n$ -ésima (de ordem  $n$ ) de um número inteiro  $a$  é a operação que resulta em outro número inteiro *não negativo*  $b$  que elevado à potência  $n$  fornece o número  $a$ . O número  $n$  é o índice da raiz enquanto que o número  $a$  é o radicando (que fica sob o sinal do radical).

A raiz quadrada (de ordem 2) de um número inteiro  $a$  é a operação que resulta em outro número inteiro *não negativo* que elevado ao quadrado coincide com o número  $a$ .

**Observação:** Não existe a raiz quadrada de um número inteiro negativo no conjunto dos números inteiros.

**Erro comum:** Frequentemente lemos em materiais didáticos e até mesmo ocorre em algumas aulas aparecimento de:

$$\sqrt{9} = \pm 3$$

mas isto está errado. O certo é:

$$\sqrt{9} = +3$$

Observamos que não existe um número inteiro não negativo que multiplicado por ele mesmo resulte em um número negativo.

A raiz cúbica (de ordem 3) de um número inteiro  $a$  é a operação que resulta em outro número inteiro que elevado ao cubo seja igual ao número  $a$ . Aqui não restringimos os nossos cálculos somente aos números não negativos.

### Exemplos

(a)  $\sqrt[3]{8} = 2$ , pois  $2^3 = 8$ .

(b)  $\sqrt[3]{-8} = -2$ , pois  $(-2)^3 = -8$ .

(c)  $\sqrt[3]{27} = 3$ , pois  $3^3 = 27$ .

(d)  $\sqrt[3]{-27} = -3$ , pois  $(-3)^3 = -27$ .

**Observação:** Ao obedecer à regra dos sinais para o produto de números inteiros, concluímos que:

(a) Se o índice da raiz for par, não existe raiz de número inteiro negativo.

(b) Se o índice da raiz for ímpar, é possível extrair a raiz de qualquer número inteiro.

### Exercícios

1. Qual é o maior quadrado perfeito que se escreve com dois algarismos?

2. Um número inteiro é expresso por  $(53 - 38 + 40) - 51 + (90 - 7 + 82) + 101$ . Qual é esse número inteiro?

3. Calcule:

a)  $(+12) + (-40)$

b)  $(+12) - (-40)$

c)  $(+5) + (-16) - (+9) - (-20)$

d)  $(-3) - (-6) - (+4) + (-2) + (-15)$

4. Determine o valor de  $x$  de modo a tornar as sentenças verdadeiras:

a)  $x + (-12) = -5$

b)  $x + (+9) = 0$

c)  $x - (-2) = 6$

d)  $x + (-9) = -12$

e)  $-32 + x = -50$

f)  $0 - x = 8$

5. Qual a diferença prevista entre as temperaturas no Piauí e no Rio Grande do Sul, num determinado dia, segundo as informações?

Tempo no Brasil: Instável a ensolarado no Sul.

Mínima prevista  $-3^\circ$  no Rio Grande do Sul.

Máxima prevista  $37^\circ$  no Piauí.

6. Qual é o produto de três números inteiros consecutivos em que o maior deles é  $-10$ ?

7. Três números inteiros são consecutivos e o menor deles é  $+99$ . Determine o produto desses três números.

8. Copie as igualdades substituindo o  $x$  por números inteiros de modo que elas se mantenham:

a)  $(-140) : x = -20$

b)  $144 : x = -4$

c)  $(-147) : x = +21$

d)  $x : (+13) = +12$

e)  $x : (-93) = +45$

f)  $x : (-12) = -36$



9. Adicionando  $-846$  a um número inteiro e multiplicando a soma por  $-3$ , obtém-se  $+324$ . Que número é esse?

10. Numa adição com duas parcelas, se somarmos  $8$  à primeira parcela, e subtrairmos  $5$  da segunda parcela, o que ocorrerá com o total?

**Respostas**

1) Resposta “92”.

Solução: Basta identificar os quadrados perfeitos.

Os números quadrados perfeitos são:

$$1^2 = 1 \text{ (menor que dois algarismos)}$$

$$2^2 = 4$$

$$3^2 = 9$$

$$4^2 = 16 \text{ (dois algarismos)}$$

$$5^2 = 25$$

$$6^2 = 36$$

$$7^2 = 49$$

$$8^2 = 64$$

$$9^2 = 81$$

$$10^2 = 100 \text{ (mais que dois algarismos)}$$

Logo, o maior quadrado perfeito é o  $9^2 = 81$

2) Resposta “270”.

Solução:

$$(53 - 38 + 40) - 51 + (90 - 7 + 82) + 101$$

$$55 - 51 + 165 + 101 = 270$$

Portanto, o número inteiro é  $270$ .

3) Solução:

$$a) (+12) + (-40) = 12 - 40 = -28$$

$$b) (+12) - (-40) = 12 + 40 = 52$$

$$c) (+5) + (-16) - (+9) - (-20) = +5 - 16 - 9 + 20 = 25 - 25 = 0$$

$$d) (-3) - (-6) - (+4) + (-2) + (-15) = -3 + 6 - 4 - 2 - 15 = 6 - 24 = -18$$

4) Solução:

$$a) x + (-12) = -5 \rightarrow x = -5 + 12 \rightarrow x = 7$$

$$b) x + (+9) = 0 \rightarrow x = -9$$

$$c) x - (-2) = 6 \rightarrow x = 6 - 2 \rightarrow x = 4$$

$$d) x + (-9) = -12 \rightarrow x = -12 + 9 \rightarrow x = -3$$

$$e) -32 + x = -50 \rightarrow x = -50 + 32 \rightarrow x = -18$$

$$f) 0 - x = 8 \rightarrow x = -8$$

5) Resposta “40”.

Solução:

A diferença está entre  $-3^\circ$  e  $+37^\circ$ . Se formos ver...  $-3^\circ, -2^\circ, -1^\circ, 0^\circ, 1^\circ, 2^\circ, 3^\circ, 4^\circ, 5^\circ, 6^\circ, 7^\circ...$  será  $+40^\circ$ .

6) Resposta “-1320”.

Solução:

$$(x) \cdot (x+1) \cdot (x+2) = ?$$

$$x+2 = -10$$

$$x = -10 - 2$$

$$x = -12$$

$$(-12) \cdot (-12+1) \cdot (-12+2) =$$

$$-12 \cdot -11 \cdot -10 = -1320$$

7) Resposta “999900”.

Solução:

$$(x) \cdot (x+1) \cdot (x+2) = ?$$

$$x = 99$$

$$(99) \cdot (99+1) \cdot (99+2) =$$

$$99 \cdot 100 \cdot 101 = 999900$$

8) Solução:

$$a) (-140) : x = -20$$

$$-20x = -140$$

$$x = 7$$

$$b) 144 : x = -4$$

$$-4x = 144$$

$$x = -36$$

$$c) (-147) : x = +21$$

$$21x = -147$$

$$x = -7$$

$$d) x : (+13) = +12$$

$$x = 12 \cdot 13$$

$$x = 156$$

$$e) x : (-93) = +45$$

$$x = 45 \cdot -93$$

$$x = -4185$$

$$f) x : (-12) = -36$$

$$x = -36 \cdot -12$$

$$x = 432$$

9) Resposta “738”.

Solução:

$$x + (-846) \cdot -3 = 324$$

$$x - 846 \cdot -3 = 324$$

$$-3(x - 846) = 324$$

$$-3x + 2538 = 324$$

$$3x = 2538 - 324$$

$$3x = 2214$$

$$x = \frac{2214}{3}$$

$$x = 738$$

10) Resposta “3”.

Solução: Seja  $t$  o total da adição inicial.

Ao somarmos  $8$  a uma parcela qualquer, o total é acrescido de  $8$  unidades:  $t + 8$

Ao subtrairmos  $5$  de uma parcela qualquer, o total é reduzido de  $5$  unidades: Temos:

$$t + 8 - 5 = t + 3$$

Portanto o total ficará acrescido de  $3$  unidades.

**NÚMEROS RACIONAIS,  
REPRESENTAÇÃO FRACIONÁRIA E  
DECIMAL: OPERAÇÕES E PROPRIEDADES.**

**Conjunto dos Números Racionais – Q**

Um número racional é o que pode ser escrito na forma  $\frac{m}{n}$ , onde  $m$  e  $n$  são números inteiros, sendo que  $n$  deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos  $m/n$  para significar a divisão de  $m$  por  $n$ .

Como podemos observar, números racionais podem ser obtidos através da razão entre dois números inteiros, razão pela qual, o conjunto de todos os números racionais é denotado por  $Q$ . Assim, é comum encontrarmos na literatura a notação:

$$Q = \left\{ \frac{m}{n} : m \text{ e } n \text{ em } Z, n \text{ diferente de zero} \right\}$$

No conjunto  $Q$  destacamos os seguintes subconjuntos:

- $Q^*$  = conjunto dos racionais *não nulos*;
- $Q_-$  = conjunto dos racionais *não negativos*;
- $Q^*_+$  = conjunto dos racionais *positivos*;
- $Q_-$  = conjunto dos racionais *não positivos*;
- $Q^*_-$  = conjunto dos racionais *negativos*.

**Representação Decimal das Frações**

Tomemos um número racional  $\frac{p}{q}$ , tal que  $p$  não seja múltiplo de  $q$ . Para escrevê-lo na forma decimal, basta efetuar a divisão do numerador pelo denominador.

Nessa divisão podem ocorrer dois casos:

1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

$$\frac{1}{4} = 0,25$$

$$\frac{35}{4} = 8,75$$

$$\frac{153}{50} = 3,06$$

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente. Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333...$$

$$\frac{1}{22} = 0,04545...$$

$$\frac{167}{66} = 2,53030...$$

**Representação Fracionária dos Números Decimais**

Trata-se do problema inverso: estando o número racional escrito na forma decimal, procuremos escrevê-lo na forma de fração. Temos dois casos:

1º) Transformamos o número em uma fração cujo numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado:

$$0,9 = \frac{9}{10}$$

$$5,7 = \frac{57}{10}$$

$$0,76 = \frac{76}{100}$$

$$3,48 = \frac{348}{100}$$

$$0,005 = \frac{5}{1000} = \frac{1}{200}$$

2º) Devemos achar a fração geratriz da dízima dada; para tanto, vamos apresentar o procedimento através de alguns exemplos:

**Exemplo 1**

Seja a dízima 0,333... .

Façamos  $x = 0,333...$  e multipliquemos ambos os membros por 10:  $10x = 0,333$

Subtraindo, membro a membro, a primeira igualdade da segunda:

$$10x - x = 3,333... - 0,333... \Rightarrow 9x = 3 \Rightarrow x = 3/9$$

Assim, a geratriz de 0,333... é a fração  $\frac{3}{9}$ .

**Exemplo 2**

Seja a dízima 5,1717...

Façamos  $x = 5,1717...$  e  $100x = 517,1717...$

Subtraindo membro a membro, temos:

$$99x = 512 \Rightarrow x = 512/99$$

Assim, a geratriz de 5,1717... é a fração  $\frac{512}{99}$ .

**Exemplo 3**

Seja a dízima 1,23434...

Façamos  $x = 1,23434...$   $10x = 12,3434...$   $1000x = 1234,34...$

Subtraindo membro a membro, temos:

$$990x = 1234,34... - 12,34... \Rightarrow 990x = 1222 \Rightarrow x = 1222/990$$

Simplificando, obtemos  $x = \frac{611}{495}$ , a fração geratriz da dízima 1,23434...



**Módulo ou valor absoluto:** É a distância do ponto que representa esse número ao ponto de abscissa zero.

Exemplo: Módulo de  $-\frac{3}{2}$  é  $\frac{3}{2}$ . Indica-se  $\left|-\frac{3}{2}\right| = \frac{3}{2}$   
 Módulo de  $+\frac{3}{2}$  é  $\frac{3}{2}$ . Indica-se  $\left|+\frac{3}{2}\right| = \frac{3}{2}$

**Números Opostos:** Dizemos que  $-\frac{3}{2}$  e  $\frac{3}{2}$  são números racionais opostos ou simétricos e cada um deles é o oposto do outro. As distâncias dos pontos  $-\frac{3}{2}$  e  $\frac{3}{2}$  ao ponto zero da reta são iguais.

**Soma (Adição) de Números Racionais**

Como todo número racional é uma fração ou pode ser escrito na forma de uma fração, definimos a adição entre os números racionais  $\frac{a}{b}$  e  $\frac{c}{d}$ , da mesma forma que a soma de frações, através de:

$$\frac{a}{b} + \frac{c}{d} = \frac{ad + bc}{bd}$$

**Propriedades da Adição de Números Racionais**

O conjunto  $Q$  é fechado para a operação de adição, isto é, a soma de dois números racionais ainda é um número racional.

- Associativa: Para todos  $a, b, c$  em  $Q$ :  $a + (b + c) = (a + b) + c$
- Comutativa: Para todos  $a, b$  em  $Q$ :  $a + b = b + a$
- Elemento neutro: Existe 0 em  $Q$ , que adicionado a todo  $q$  em  $Q$ , proporciona o próprio  $q$ , isto é:  $q + 0 = q$
- Elemento oposto: Para todo  $q$  em  $Q$ , existe  $-q$  em  $Q$ , tal que  $q + (-q) = 0$

**Subtração de Números Racionais**

A subtração de dois números racionais  $p$  e  $q$  é a própria operação de adição do número  $p$  com o oposto de  $q$ , isto é:  $p - q = p + (-q)$

**Multiplicação (Produto) de Números Racionais**

Como todo número racional é uma fração ou pode ser escrito na forma de uma fração, definimos o produto de dois números racionais  $\frac{a}{b}$  e  $\frac{c}{d}$ , da mesma forma que o produto de frações, através de:

$$\frac{a}{b} \times \frac{c}{d} = \frac{ac}{bd}$$

O produto dos números racionais  $a$  e  $b$  também pode ser indicado por  $a \times b$ ,  $axb$ ,  $a.b$  ou ainda  $ab$  sem nenhum sinal entre as letras. Para realizar a multiplicação de números racionais, devemos obedecer à mesma regra de sinais que vale em toda a Matemática:

- $(+1) \times (+1) = (+1)$
- $(+1) \times (-1) = (-1)$
- $(-1) \times (+1) = (-1)$
- $(-1) \times (-1) = (+1)$

Podemos assim concluir que o produto de dois números com o mesmo sinal é positivo, mas o produto de dois números com sinais diferentes é negativo.

**Propriedades da Multiplicação de Números Racionais**

O conjunto  $Q$  é fechado para a multiplicação, isto é, o produto de dois números racionais ainda é um número racional.

- Associativa: Para todos  $a, b, c$  em  $Q$ :  $a \times (b \times c) = (a \times b) \times c$
- Comutativa: Para todos  $a, b$  em  $Q$ :  $a \times b = b \times a$
- Elemento neutro: Existe 1 em  $Q$ , que multiplicado por todo  $q$  em  $Q$ , proporciona o próprio  $q$ , isto é:  $q \times 1 = q$
- Elemento inverso: Para todo  $q = \frac{a}{b}$  em  $Q$ ,  $q$  diferente de zero, existe  $q^{-1} = \frac{b}{a}$  em  $Q$ :  $q \times q^{-1} = 1$  e  $\frac{a}{b} \times \frac{b}{a} = 1$
- Distributiva: Para todos  $a, b, c$  em  $Q$ :  $a \times (b + c) = (a \times b) + (a \times c)$

**Divisão de Números Racionais**

A divisão de dois números racionais  $p$  e  $q$  é a própria operação de multiplicação do número  $p$  pelo inverso de  $q$ , isto é:  $p \div q = p \times q^{-1}$

**Potenciação de Números Racionais**

A potência  $q^n$  do número racional  $q$  é um produto de  $n$  fatores iguais. O número  $q$  é denominado a base e o número  $n$  é o expoente.  $q^n = q \times q \times q \times q \times \dots \times q$ , ( $q$  aparece  $n$  vezes)

**Exemplos:**

- a)  $\left(\frac{2}{5}\right)^3 = \left(\frac{2}{5}\right) \cdot \left(\frac{2}{5}\right) \cdot \left(\frac{2}{5}\right) = \frac{8}{125}$
- b)  $\left(-\frac{1}{2}\right)^3 = \left(-\frac{1}{2}\right) \cdot \left(-\frac{1}{2}\right) \cdot \left(-\frac{1}{2}\right) = -\frac{1}{8}$
- c)  $(-5)^2 = (-5) \cdot (-5) = 25$
- d)  $(+5)^2 = (+5) \cdot (+5) = 25$

**Propriedades da Potenciação:** Toda potência com expoente 0 é igual a 1.

$$\left(+\frac{2}{5}\right)^0 = 1$$

- Toda potência com expoente 1 é igual à própria base.

$$\left(-\frac{9}{4}\right)^1 = -\frac{9}{4}$$

- Toda potência com expoente negativo de um número racional diferente de zero é igual a outra potência que tem a base igual ao inverso da base anterior e o expoente igual ao oposto do expoente anterior.



$$\left(-\frac{3}{5}\right)^{-2} \cdot \left(-\frac{5}{3}\right)^2 = \frac{25}{9}$$

- Toda potência com expoente ímpar tem o mesmo sinal da base.

$$\left(\frac{2}{3}\right)^3 = \left(\frac{2}{3}\right) \cdot \left(\frac{2}{3}\right) \cdot \left(\frac{2}{3}\right) = \frac{8}{27}$$

- Toda potência com expoente par é um número positivo.

$$\left(-\frac{1}{5}\right)^2 = \left(-\frac{1}{5}\right) \cdot \left(-\frac{1}{5}\right) = \frac{1}{25}$$

- Produto de potências de mesma base. Para reduzir um produto de potências de mesma base a uma só potência, conservamos a base e somamos os expoentes.

$$\left(\frac{2}{5}\right)^2 \cdot \left(\frac{2}{5}\right)^3 = \left(\frac{2}{5} \cdot \frac{2}{5}\right) \cdot \left(\frac{2}{5} \cdot \frac{2}{5} \cdot \frac{2}{5}\right) = \left(\frac{2}{5}\right)^{2+3} = \left(\frac{2}{5}\right)^5$$

- Quociente de potências de mesma base. Para reduzir um quociente de potências de mesma base a uma só potência, conservamos a base e subtraímos os expoentes.

$$\left(\frac{3}{2}\right)^5 : \left(\frac{3}{2}\right)^3 = \frac{\frac{3}{2} \cdot \frac{3}{2} \cdot \frac{3}{2} \cdot \frac{3}{2} \cdot \frac{3}{2}}{\frac{3}{2} \cdot \frac{3}{2} \cdot \frac{3}{2}} = \left(\frac{3}{2}\right)^{5-3} = \left(\frac{3}{2}\right)^2$$

- Potência de Potência. Para reduzir uma potência de potência a uma potência de um só expoente, conservamos a base e multiplicamos os expoentes

$$\left[\left(\frac{1}{2}\right)^2\right]^3 = \frac{1^2}{2} + \frac{1^2}{2} + \frac{1^2}{2} = \frac{1^{2+2+2}}{2} = \frac{1^{3 \times 2}}{2} = \frac{1^6}{2}$$

### Radiciação de Números Racionais

Se um número representa um produto de dois ou mais fatores iguais, então cada fator é chamado raiz do número. Vejamos alguns exemplos:

#### Exemplo 1

4 Representa o produto  $2 \cdot 2$  ou  $2^2$ . Logo, 2 é a raiz quadrada de 4. Indica-se  $\sqrt{4} = 2$ .

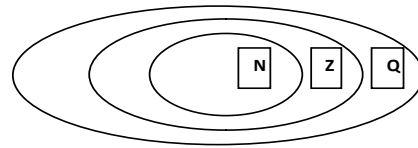
#### Exemplo 2

$\frac{1}{9}$  Representa o produto  $\frac{1}{3} \cdot \frac{1}{3}$  ou  $\left(\frac{1}{3}\right)^2$ . Logo,  $\frac{1}{3}$  é a raiz quadrada de  $\frac{1}{9}$ . Indica-se  $\sqrt{\frac{1}{9}} = \frac{1}{3}$ .

### Exemplo 3

0,216 Representa o produto  $0,6 \cdot 0,6 \cdot 0,6$  ou  $(0,6)^3$ . Logo, 0,6 é a raiz cúbica de 0,216. Indica-se  $\sqrt[3]{0,216} = 0,6$ .

Assim, podemos construir o diagrama:



Um número racional, quando elevado ao quadrado, dá o número zero ou um número racional positivo. Logo, os números racionais negativos não têm raiz quadrada em Q.

O número  $-\frac{100}{9}$  não tem raiz quadrada em Q, pois tanto  $-\frac{10}{3}$  como  $\frac{+10}{3}$ , quando elevados ao quadrado, dão  $\frac{100}{9}$ .

Um número racional positivo só tem raiz quadrada no conjunto dos números racionais se ele for um quadrado perfeito.

O número  $\frac{2}{3}$  não tem raiz quadrada em Q, pois não existe número racional que elevado ao quadrado dê  $\frac{2}{3}$ .

### Exercícios

1. Calcule o valor das expressões numéricas:

a)  $\frac{7}{24} - \left[ \left( \frac{5}{12} - \frac{1}{8} \right) - \left( -\frac{7}{6} + \frac{3}{4} \right) \right]$

b)  $\left[ \left( +\frac{3}{16} \right) : \left( -\frac{1}{12} \right) + \frac{5}{2} \right] - \left( \frac{9}{4} - \frac{7}{2} \right)$

2. Escreva o produto  $\left(+\frac{2}{3}\right) \cdot \left(+\frac{2}{3}\right)$  como uma só potência.

3. Escreva o quociente  $\left(-\frac{16}{25}\right)^{12} : \left(-\frac{16}{25}\right)^4$  como uma só potência.

4. Qual é o valor da expressão  $-\frac{13}{24} - \left(-\frac{1}{2}\right)^3 : \left(+\frac{3}{4}\right)$ ?

5. Para encher um álbum de figurinhas, Karina contribuiu com  $\frac{1}{6}$  das figurinhas, enquanto Cristina contribuiu com  $\frac{3}{4}$  das figurinhas. Com que fração das figurinhas as duas juntas contribuiram?

6. Ana está lendo um livro. Em um dia ela leu  $\frac{1}{4}$  do livro e no dia seguinte leu  $\frac{1}{6}$  do livro. Então calcule:

a) A fração do livro que ela já leu.

b) A fração do livro que falta para ela terminar a leitura.

7. Em um pacote há  $\frac{4}{5}$  de 1 Kg de açúcar. Em outro pacote há  $\frac{1}{3}$ . Quantos quilos de açúcar o primeiro pacote tem a mais que o segundo?

8. A rua onde Cláudia mora está sendo asfaltada. Os  $\frac{5}{9}$  da rua já foram asfaltados. Que fração da rua ainda resta asfaltar?

9. No dia do lançamento de um prédio de apartamentos,  $\frac{1}{3}$  desses apartamentos foi vendido e  $\frac{1}{6}$  foi reservado. Assim:

- a) Qual a fração dos apartamentos que foi vendida e reservada?  
 b) Qual a fração que corresponde aos apartamentos que não foram vendidos ou reservados?

10. Transforme em fração:

- a) 2,08  
 b) 1,4  
 c) 0,017  
 d) 32,17

**Respostas**

1) Solução:

$$a) \frac{7}{24} - \left[ \left( \frac{5}{12} - \frac{1}{8} \right) - \left( -\frac{7}{6} + \frac{3}{4} \right) \right] = \frac{7}{24} - \left[ \left( \frac{10-3}{24} \right) - \left( \frac{-14+9}{12} \right) \right]$$

$$\frac{7}{24} - \left( \frac{7}{24} + \frac{5}{12} \right) = \frac{7}{24} - \left( \frac{7+10}{24} \right) = \frac{7}{24} - \frac{17}{24} = -\frac{10}{24} = -\frac{5}{12}$$

$$b) \left[ \left( +\frac{3}{16} \right) : \left( -\frac{1}{12} \right) + \frac{5}{2} \right] - \left( \frac{9}{4} - \frac{7}{2} \right)$$

$$c) \left[ \frac{\frac{3}{16} + \frac{5}{2}}{-\frac{1}{12}} \right] - \left( \frac{9-14}{4} \right) = \left( \frac{36}{16} - \frac{5}{2} \right) - \left( -\frac{5}{4} \right)$$

$$d) -\frac{9}{4} + \frac{5}{2} + \frac{5}{4} = \frac{-9+10+5}{4} = \frac{6}{4} = \frac{3}{2}$$

mmc:(4;2)=4

2) Solução:

$$\left( +\frac{2}{3} \right)^{10}$$

3) Solução:

$$\left( -\frac{16}{25} \right)^8$$

4) Solução:

$$-\frac{13}{24} - \left( -\frac{1}{2} \right)^3 : \left( +\frac{3}{4} \right) - \frac{13}{24} - \frac{1}{8} : \frac{3}{4} = -\frac{13}{24} - \frac{4}{24} = -\frac{17}{24}$$

5) Resposta  $\frac{11}{12}$

Solução:  $\frac{11}{12}$

$$\frac{1}{6} + \frac{3}{4} = \frac{2}{12} + \frac{9}{12} = \frac{11}{12}$$

6) Solução:

$$a) \frac{1}{4} + \frac{1}{6} = \frac{3}{12} + \frac{2}{12} = \frac{5}{12}$$

$$b) 1 - \frac{5}{12} = \frac{12}{12} - \frac{5}{12} = \frac{7}{12}$$

7) Respostas  $\frac{7}{15}$   
 Solução:

$$\frac{4}{5} - \frac{1}{3} = \frac{12}{15} - \frac{5}{15} = \frac{7}{15}$$

8) Resposta  $\frac{4}{9}$   
 Solução:

$$1 - \frac{5}{9} = \frac{9}{9} - \frac{5}{9} = \frac{4}{9}$$

9) Solução:

$$a) \frac{1}{3} + \frac{1}{6} = \frac{2}{6} + \frac{1}{6} = \frac{3}{6} = \frac{1}{2}$$

$$b) 1 - \frac{1}{2} = \frac{2}{2} - \frac{1}{2} = \frac{1}{2}$$

10) Solução:

$$a) 2,08 \rightarrow \frac{208}{100} = \frac{52}{25}$$

$$b) 1,4 \rightarrow \frac{14}{10} = \frac{7}{5}$$

$$c) 0,017 \rightarrow \frac{17}{1000}$$

$$d) 32,17 \rightarrow \frac{3217}{100}$$

**MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM.**

**MMC**

O mmc de dois ou mais números naturais é o menor número, excluindo o zero, que é múltiplo desses números.

**Cálculo do m.m.c.**

Vamos estudar dois métodos para encontrar o mmc de dois ou mais números:

1) Podemos calcular o m.m.c. de dois ou mais números utilizando a fatoraçoão. Acompanhe o cálculo do m.m.c. de 12 e 30:

1º) decomposmos os números em fatores primos

2º) o m.m.c. é o produto dos fatores primos comuns e não comuns:



$$12 = 2 \times 2 \times 3$$

$$30 = 2 \times 3 \times 5$$

$$\text{m.m.c}(12,30) = 2 \times 2 \times 3 \times 5$$

Escrevendo a fatoraçoão dos números na forma de potência, temos:

$$12 = 2^2 \times 3$$

$$30 = 2 \times 3 \times 5$$

$$\text{m.m.c}(12,30) = 2^2 \times 3 \times 5$$

O mmc de dois ou mais números, quando fatorados, é o produto dos fatores comuns e não comuns, cada um com seu maior expoente

## 2) Método da decomposição simultânea

Vamos encontrar o mmc (15, 24, 60)

15, 24, 60	2
15, 12, 30	2
15, 6, 15	2
15, 3, 15	3
5, 1, 5	5
1, 1, 1	

Neste processo decomparamos todos os números ao mesmo tempo, num dispositivo como mostra a figura acima. O produto dos fatores primos que obtemos nessa decomposição é o m.m.c. desses números.

$$\text{Portanto, m.m.c.}(15,24,60) = 2 \times 2 \times 2 \times 3 \times 5 = 120$$

OBS:

1. Dados dois ou mais números, se um deles é múltiplo de todos os outros, então ele é o m.m.c. dos números dados.

2. Dados dois números primos entre si, o mmc deles é o produto desses números.

## Máximo divisor comum (mdc)

É o maior divisor comum entre dois ou mais números naturais. Usamos a abreviação MDC

### Cálculo do m.d.c

Vamos estudar dois métodos para encontrar o mdc de dois ou mais números

1) Um modo de calcular o m.d.c. de dois ou mais números é utilizar a decomposição desses números em fatores primos:

- *Decompomos os números em fatores primos;*

- O m.d.c. é o produto dos fatores primos comuns.

Acompanhe o cálculo do m.d.c. entre 36 e 90:

$$36 = 2 \times 2 \times 3 \times 3$$

$$90 = 2 \times 3 \times 3 \times 5$$

O m.d.c. é o produto dos fatores primos comuns =>

$$\text{m.d.c.}(36,90) = 2 \times 3 \times 3$$

$$\text{Portanto m.d.c.}(36,90) = 18.$$

Escrevendo a fatoraçoão do número na forma de potência temos:

$$36 = 2^2 \times 3^2$$

$$90 = 2 \times 3^2 \times 5$$

$$\text{Portanto m.d.c.}(36,90) = 2 \times 3^2 = 18.$$

2) Processo das divisões sucessivas : Nesse processo efetuamos várias divisões até chegar a uma divisão exata. O divisor desta divisão é o m.d.c. Acompanhe o cálculo do m.d.c.(48,30).

Regra prática:

1º) dividimos o número maior pelo número menor;

$$48 / 30 = 1 \text{ (com resto 18)}$$

2º) dividimos o divisor 30, que é divisor da divisão anterior, por 18, que é o resto da divisão anterior, e assim sucessivamente;

$$30 / 18 = 1 \text{ (com resto 12)}$$

$$18 / 12 = 1 \text{ (com resto 6)}$$

$$12 / 6 = 2 \text{ (com resto zero - divisão exata)}$$

3º) O divisor da divisão exata é 6. Então m.d.c.(48,30) = 6.

OBS:

1. Dois ou mais números são primos entre si quando o máximo divisor comum entre eles é o número.

2. Dados dois ou mais números, se um deles é divisor de todos os outros, então ele é o mdc dos números dados.

## Problemas

1. Uma indústria de tecidos fabrica retalhos de mesmo comprimento. Após realizarem os cortes necessários, verificou-se que duas peças restantes tinham as seguintes medidas: 156 centímetros e 234 centímetros. O gerente de produção ao ser informado das medidas, deu a ordem para que o funcionário cortasse o pano em partes iguais e de maior comprimento possível. Como ele poderá resolver essa situação?

2. Uma empresa de logística é composta de três áreas: administrativa, operacional e vendedores. A área administrativa é composta de 30 funcionários, a operacional de 48 e a de vendedores com 36 pessoas. Ao final do ano, a empresa realiza uma integração entre as três áreas, de modo que todos os funcionários participem ativamente. As equipes devem conter o mesmo número de funcionários com o maior número possível. Determine quantos funcionários devem participar de cada equipe e o número possível de equipes.

3. (PUC-SP) Numa linha de produção, certo tipo de manutenção é feita na máquina A a cada 3 dias, na máquina B, a cada 4 dias, e na máquina C, a cada 6 dias. Se no dia 2 de dezembro foi feita a manutenção nas três máquinas, após quantos dias as máquinas receberão manutenção no mesmo dia.

4. Um médico, ao prescrever uma receita, determina que três medicamentos sejam ingeridos pelo paciente de acordo com a seguinte escala de horários: remédio A, de 2 em 2 horas, remédio B, de 3 em 3 horas e remédio C, de 6 em 6 horas. Caso o paciente utilize os três remédios às 8 horas da manhã, qual será o próximo horário de ingestão dos mesmos?

5. João tinha 20 bolinhas de gude e queria distribuí-las entre ele e 3 amigos de modo que cada um ficasse com um número par de bolinhas e nenhum deles ficasse com o mesmo número que o outro. Com quantas bolinhas ficou cada menino?

## Resposta

1. Calculamos o MDC entre 156 e 234 e o resultado é : os retalhos devem ter 78 cm de comprimento.



2. Calculamos o MDC entre 30, 48 e 36. O número de equipes será igual a 19, com 6 participantes cada uma.

3. Calculamos o MMC entre 3, 4 e 6. Concluimos que após 12 dias, a manutenção será feita nas três máquinas. Portanto, dia 14 de dezembro.

4. Calculamos o MMC entre 2, 3 e 6. De 6 em 6 horas os três remédios serão ingeridos juntos. Portanto, o próximo horário será às 14 horas.

5. Se o primeiro menino ficar com 2 bolinhas, sobrarão 18 bolinhas para os outros 3 meninos. Se o segundo receber 4, sobrarão 14 bolinhas para os outros dois meninos. O terceiro menino receberá 6 bolinhas e o quarto receberá 8 bolinhas.

**RAZÃO E PROPORÇÃO.**

**Razão**

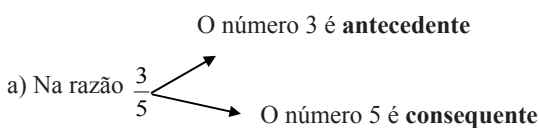
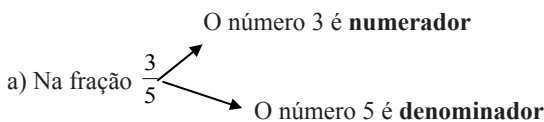
Sejam dois números reais  $a$  e  $b$ , com  $b \neq 0$ . Chama-se razão entre  $a$  e  $b$  (nessa ordem) o quociente  $a \div b$ , ou  $\frac{a}{b}$ .

A razão é representada por um número racional, mas é lida de modo diferente.

**Exemplos**

- a) A fração  $\frac{3}{5}$  lê-se: “três quintos”.
- b) A razão  $\frac{3}{5}$  lê-se: “3 para 5”.

Os termos da razão recebem nomes especiais.



**Exemplo 1**

A razão entre 20 e 50 é  $\frac{20}{50} = \frac{2}{5}$ ; já a razão entre 50 e 20 é  $\frac{50}{20} = \frac{5}{2}$ .

**Exemplo 2**

Numa classe de 42 alunos há 18 rapazes e 24 moças. A razão entre o número de rapazes e o número de moças é  $\frac{18}{24} = \frac{3}{4}$ , o que significa que para “cada 3 rapazes há 4 moças”. Por outro lado, a razão entre o número de rapazes e o total de alunos é dada por

$\frac{18}{42} = \frac{3}{7}$ , o que equivale a dizer que “de cada 7 alunos na classe, 3 são rapazes”.

**Razão entre grandezas de mesma espécie**

A razão entre duas grandezas de mesma espécie é o quociente dos números que expressam as medidas dessas grandezas numa mesma unidade.

**Exemplo**

Uma sala tem 18 m<sup>2</sup>. Um tapete que ocupar o centro dessa sala mede 384 dm<sup>2</sup>. Vamos calcular a razão entre a área do tapete e a área da sala.

Primeiro, devemos transformar as duas grandezas em uma mesma unidade:

Área da sala: 18 m<sup>2</sup> = 1 800 dm<sup>2</sup>

Área do tapete: 384 dm<sup>2</sup>

Estando as duas áreas na mesma unidade, podemos escrever a razão:

$$\frac{384dm^2}{1800dm^2} = \frac{384}{1800} = \frac{16}{75}$$

**Razão entre grandezas de espécies diferentes**

**Exemplo 1**

Considere um carro que às 9 horas passa pelo quilômetro 30 de uma estrada e, às 11 horas, pelo quilômetro 170.

Distância percorrida: 170 km – 30 km = 140 km

Tempo gasto: 11h – 9h = 2h

Calculamos a razão entre a distância percorrida e o tempo gasto para isso:

$$\frac{140km}{2h} = 70km/h$$

A esse tipo de razão dá-se o nome de **velocidade média**.

Observe que:

- as grandezas “quilômetro e hora” são de naturezas diferentes;
- a notação km/h (lê-se: “quilômetros por hora”) deve acompanhar a razão.

**Exemplo 2**

A Região Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) tem uma área aproximada de 927 286 km<sup>2</sup> e uma população de 66 288 000 habitantes, aproximadamente, segundo estimativas projetadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 1995.

Dividindo-se o número de habitantes pela área, obteremos o número de habitantes por km<sup>2</sup> (hab./km<sup>2</sup>):



$$\frac{6628000}{927286} \cong 71,5 \text{ hab./km}^2$$

A esse tipo de razão dá-se o nome de **densidade demográfica**.

A notação hab./km<sup>2</sup> (lê-se: "habitantes por quilômetro quadrado") deve acompanhar a razão.

**Exemplo 3**

Um carro percorreu, na cidade, 83,76 km com 8 L de gasolina. Dividindo-se o número de quilômetros percorridos pelo número de litros de combustível consumidos, teremos o número de quilômetros que esse carro percorre com um litro de gasolina:

$$\frac{83,76 \text{ km}}{8 \text{ l}} \cong 10,47 \text{ km/l}$$

A esse tipo de razão dá-se o nome de **consumo médio**.

A notação km/l (lê-se: "quilômetro por litro") deve acompanhar a razão.

**Exemplo 4**

Uma sala tem 8 m de comprimento. Esse comprimento é representado num desenho por 20 cm. Qual é a escala do desenho?

$$\text{Escala} = \frac{\text{comprimento} \cdot \text{no} \cdot \text{desenho}}{\text{comprimento} \cdot \text{real}} = \frac{20 \text{ cm}}{8 \text{ m}} = \frac{20 \text{ cm}}{800 \text{ cm}} = \frac{1}{40} \text{ ou } 1:40$$

A razão entre um comprimento no desenho e o correspondente comprimento real, chama-se **Escala**.

**Proporção**

A igualdade entre duas razões recebe o nome de **proporção**.

Na proporção  $\frac{3}{5} = \frac{6}{10}$  (lê-se: "3 está para 5 assim como 6 está para 10"), os números 3 e 10 são chamados extremos, e os números 5 e 6 são chamados meios.

Observemos que o produto  $3 \times 10 = 30$  é igual ao produto  $5 \times 6 = 30$ , o que caracteriza a propriedade fundamental das proporções:

**"Em toda proporção, o produto dos meios é igual ao produto dos extremos".**

**Exemplo 1**

Na proporção  $\frac{2}{3} = \frac{6}{9}$ , temos  $2 \times 9 = 3 \times 6 = 18$ ;

e em  $\frac{1}{4} = \frac{4}{16}$ , temos  $4 \times 4 = 1 \times 16 = 16$ .

**Exemplo 2**

Na bula de um remédio pediátrico recomenda-se a seguinte dosagem: 5 gotas para cada 2 kg do "peso" da criança.

Se uma criança tem 12 kg, a dosagem correta  $x$  é dada por:

$$\frac{5 \text{ gotas}}{2 \text{ kg}} = \frac{x}{12 \text{ kg}} \rightarrow x = 30 \text{ gotas}$$

Por outro lado, se soubermos que foram corretamente ministradas 20 gotas a uma criança, podemos concluir que seu "peso" é 8 kg, pois:

$$\frac{5 \text{ gotas}}{2 \text{ kg}} = 20 \text{ gotas} / p \rightarrow p = 8 \text{ kg}$$

(nota: o procedimento utilizado nesse exemplo é comumente chamado de regra de três simples.)

**Propriedades da Proporção**

O produto dos extremos é igual ao produto dos meios: essa propriedade possibilita reconhecer quando duas razões formam ou não uma proporção.

$$\frac{4}{3} \text{ e } \frac{12}{9} \text{ formam uma proporção, pois}$$

$$\text{Produtos dos extremos} \leftarrow \frac{4 \cdot 9}{36} = \frac{3 \cdot 12}{36} \rightarrow \text{Produtos dos meios.}$$

A soma dos dois primeiros termos está para o primeiro (ou para o segundo termo) assim como a soma dos dois últimos está para o terceiro (ou para o quarto termo).

$$\frac{5}{2} = \frac{10}{4} \Rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \frac{5+2}{5} = \frac{10+4}{10} \\ \frac{7}{5} = \frac{14}{10} \end{array} \right.$$

ou

$$\frac{5}{2} = \frac{10}{4} \Rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \frac{5-2}{2} = \frac{10-4}{4} \\ \frac{3}{2} = \frac{6}{4} \end{array} \right.$$

A diferença entre os dois primeiros termos está para o primeiro (ou para o segundo termo) assim como a diferença entre os dois últimos está para o terceiro (ou para o quarto termo).

$$\frac{4}{3} = \frac{8}{6} \Rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \frac{4-3}{4} = \frac{8-6}{8} \\ \frac{1}{4} = \frac{2}{8} \end{array} \right.$$

ou

$$\frac{4}{3} = \frac{8}{6} \Rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \frac{4+3}{3} = \frac{8+6}{6} \\ \frac{7}{3} = \frac{14}{6} \end{array} \right.$$

A soma dos antecedentes está para a soma dos consequentes assim como cada antecedente está para o seu consequente.

$$\frac{12}{8} = \frac{3}{2} \Rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \frac{12+3}{8+2} = \frac{12}{8} \\ \frac{15}{10} = \frac{12}{8} \end{array} \right.$$

ou

$$\frac{12}{8} = \frac{3}{2} \Rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \frac{12-3}{8+2} = \frac{3}{2} \\ \frac{9}{10} = \frac{3}{2} \end{array} \right.$$

A diferença dos antecedentes está para a diferença dos consequentes assim como cada antecedente está para o seu consequente.





$$\frac{3}{15} = \frac{1}{5} \Rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \frac{3-1}{15-5} = \frac{3}{15} \\ \frac{2}{10} = \frac{3}{15} \end{array} \right.$$

ou

$$\frac{3}{15} = \frac{1}{5} \Rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \frac{3-1}{15-5} = \frac{1}{5} \\ \frac{2}{10} = \frac{1}{5} \end{array} \right.$$

**Exercícios**

1. Em um mapa verifica-se que a escala é 1 : 22 000 000. Duas cidades estão distantes de São Paulo, respectivamente, 4 e 6 cm. Se fosse feita uma estrada ligando as três cidades, qual seria o mínimo de extensão que ela teria?

2. Em um mapa, a distância em linha reta entre Brasília e Palmas, no Tocantins é de 10 cm. Sabendo que a distância real entre as duas cidades é de 700 km, qual a escala utilizada na confecção do mapa?

3. Uma estátua de bronze tem 140 kg de massa e seu volume é de 16 dm³. Qual é a sua densidade?

4. Um trem percorreu 453 km em 6 horas. Qual a velocidade média do trem nesse percurso?

5. O estado de Tocantins ocupada uma área aproximada de 278 500 km². De acordo com o Censo/2000 o Tocantins tinha uma população de aproximadamente 1 156 000 habitantes. Qual é a densidade demográfica do estado de Tocantins?

6. A diferença entre a idade de Ângela e a idade de Vera é 12 anos. Sabendo-se que suas idades estão uma para a outra assim como  $\frac{5}{2}$ , determine a idade de cada uma.

7. Um segmento de 78 cm de comprimento é dividido em duas partes na razão de  $\frac{4}{9}$ . Determine o comprimento de cada uma das partes.

8. Sabe-se que as casas do braço de um violão diminuem de largura seguindo uma mesma proporção. Se a primeira casa do braço de um violão tem 4 cm de largura e a segunda casa, 3 cm, calcule a largura da quarta casa.

9. Água e tinta estão misturadas na razão de 9 para 5. Sabendo-se que há 81 litros de água na mistura, o volume total em litros é de:

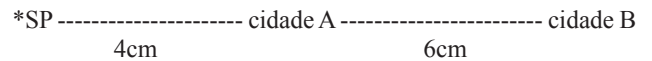
- a) 45
- b) 81
- c) 85
- d) 181
- e) 126

10. A diferença entre dois números é 65. Sabe-se que o primeiro está para 9 assim como o segundo está para 4. Calcule esses números.

**Respostas**

**1) Resposta “1320 km”.**

Solução: 1cm (no mapa) = 22.000.000cm (na realidade)



O mínimo de extensão será a da cidade mais longe (6cm)  
22.000.000 x 6 = 132.000.000 cm = 1320 km.

Logo, o mínimo de extensão que ela teria corresponde à 1320 km.

**2) Resposta “1: 7 000 000”.**

Solução: Dados:

Comprimento do desenho: 10 cm

Comprimento no real: 700 km = (700 . 100 000) cm = 70 000 000 cm

$$Escala = \frac{\text{comprimentododesenho}}{\text{comprimentoreal}} = \frac{10}{70000000} = \frac{1}{7000000} \text{ ou } 1:7000000$$

A escala de 1: 7 000 000 significa que:

- 1 cm no desenho corresponde a 7 000 000 cm no real;
- 1 cm no desenho corresponde a 70 000 m no real;
- 1 cm no desenho corresponde a 70 km no real.

**3) Resposta “8,75 kg/dm³”.**

Solução: De acordo com os dados do problema, temos:

$$densidade = \frac{140kg}{16dm^3} = 8,75kg / dm^3$$

Logo, a densidade da estátua é de 8,75 kg/dm³, que lemos como: 8,75 quilogramas por decímetro cúbico.

**4) Resposta “75,5 km/h”.**

Solução: De acordo com que o enunciado nos oferece, temos:

$$velocidademédia = \frac{453km}{6h} = 75,5km / h$$

Logo, a velocidade média do trem, nesse percurso, foi de 75,5 km/h, que lemos: 75,5 quilômetros por hora.

**5) Resposta “4,15 hab./km²”**

Solução: O problema nos oferece os seguintes dados:

$$Densidadedemográfica = \frac{1156000hab.}{278500km^2} = 4,15hab. / km^2$$

**6) Resposta “Ângela 20; Vera 8”.**

Solução:

$$A - V = 12 \text{ anos}$$

$$A = 12 + V$$

$$\frac{A}{V} = \frac{5}{2} \rightarrow \frac{12+V}{V} = \frac{5}{2}$$

$$2(12+V) = 5V$$



$$24 + 2V = 5V$$

$$5V - 2V = 24$$

$$3V = 24$$

$$V = \frac{24}{3}$$

$$V (\text{Vera}) = 8$$

$$A - 8 = 12$$

$$A = 12 + 8$$

$$A (\text{Ângela}) = 20$$

**7) Resposta “24 cm; 54 cm”.**

Solução:

$$x + y = 78 \text{ cm}$$

$$x = 78 - y$$

$$\frac{x}{y} = \frac{4}{9} \rightarrow \frac{78 - y}{y} = \frac{4}{9}$$

$$9(78 - y) = 4y$$

$$702 - 9y = 4y$$

$$702 = 4y + 9y$$

$$13y = 702$$

$$y = \frac{702}{13}$$

$$y = 54 \text{ cm}$$

$$x + 54 = 78$$

$$x = 78 - 54$$

$$x = 24 \text{ cm}$$

**8) Resposta “ $\frac{27}{16} \text{ cm}^3$ ”.**

Solução: Caso a proporção entre a 2ª e a 1ª casa se mantenha constante nas demais, é só determinar qual é esta proporção existente entre elas: no caso,  $\frac{3}{4} = 0,75$ , ou seja, a largura da 2ª casa é 75% a largura da 1ª; Portanto a largura da 3ª casa é  $(3 \cdot 0,75) = 2,25 \text{ cm}$ .

Logo, a largura da 4ª casa é de  $(2,25 \cdot 0,75) = 1,69 \text{ cm}$ .

Portanto a sequência seria:  $(4 \dots 3 \dots \frac{9}{4} \dots \frac{27}{16} \dots)$  e assim por diante.

Onde a razão de proporção é  $\frac{3}{4}$ ... e pode ser representada pela expressão:

$$T_i \cdot P \text{ elevado à } (n - 1)$$

Onde:

$$T_i = \text{ termo inicial, neste caso: } 4$$

$$P = \text{ proporção entre } T_i \text{ e o seguinte (razão), neste caso: } \frac{3}{4}$$

$$n = \text{ número sequencial do termo que se busca, neste caso: } 4$$

Teremos:

$$(T_i = 4; P = \frac{3}{4}; n - 1 = 3)$$

$$4 \cdot \frac{3^3}{4^4} = \frac{27}{16}$$

**9) Resposta “E”.**

Solução:

$$A = 81 \text{ litros}$$

$$\frac{A}{T} = \frac{9}{5} \rightarrow \frac{81}{T} = \frac{9}{5}$$

$$9T = 405$$

$$T = \frac{405}{9}$$

$$T = 45$$

$$A + T = ?$$

$$81 + 45 = 126 \text{ litros}$$

**10) Resposta “117 e 52”.**

Solução:

$$x - y = 65$$

$$x = 65 + y$$

$$\frac{x}{y} = \frac{9}{4} \rightarrow \frac{65 + y}{y} = \frac{9}{4}$$

$$9y = 4(65 + y)$$

$$9y = 260 + 4y$$

$$9y - 4y = 260$$

$$5y = 260$$

$$y = \frac{260}{5}$$

$$y = 52$$

$$x - 52 = 65$$

$$x = 65 + 52$$

$$x = 117$$

**PORCENTAGEM.**

É uma fração de denominador centesimal, ou seja, é uma fração de denominador 100. Representamos porcentagem pelo símbolo % e lê-se: “por cento”.

Deste modo, a fração  $\frac{50}{100}$  é uma porcentagem que podemos representar por 50%.

**Forma Decimal:** É comum representarmos uma porcentagem na forma decimal, por exemplo, 35% na forma decimal seriam representados por 0,35.

$$75\% = \frac{75}{100} = 0,75$$

**Cálculo de uma Porcentagem:** Para calcularmos uma porcentagem  $p\%$  de  $V$ , basta multiplicarmos a fração  $\frac{p}{100}$  por  $V$ .

$$P\% \text{ de } V = \frac{p}{100} \cdot V$$

**Exemplo 1**

$$23\% \text{ de } 240 = \frac{23}{100} \cdot 240 = 55,2$$



**Exemplo 2**

Em uma pesquisa de mercado, constatou-se que 67% de uma amostra assistem a um certo programa de TV. Se a população é de 56.000 habitantes, quantas pessoas assistem ao tal programa?

$$\text{Resolução: } 67\% \text{ de } 56\,000 = \frac{67}{100} \cdot 56\,000 = 37\,520$$

Resposta: 37 520 pessoas.

**Porcentagem que o lucro representa em relação ao preço de custo e em relação ao preço de venda**

Chamamos de lucro em uma transação comercial de compra e venda a diferença entre o preço de venda e o preço de custo.

$$\text{Lucro} = \text{preço de venda} - \text{preço de custo}$$

Caso essa diferença seja negativa, ela será chamada de **prejuízo**.

Assim, podemos escrever:

$$\text{Preço de custo} + \text{lucro} = \text{preço de venda}$$

$$\text{Preço de custo} - \text{prejuízos} = \text{preço de venda}$$

Podemos expressar o lucro na forma de porcentagem de duas formas:

$$\text{Lucro sobre o custo} = \text{lucro/preço de custo} \cdot 100\%$$

$$\text{Lucro sobre a venda} = \text{lucro/preço de venda} \cdot 100\%$$

Observação: A mesma análise pode ser feita para o caso de prejuízo.

**Exemplo**

Uma mercadoria foi comprada por R\$ 500,00 e vendida por R\$ 800,00.

Pede-se:

- o lucro obtido na transação;
- a porcentagem de lucro sobre o preço de custo;
- a porcentagem de lucro sobre o preço de venda.

Resposta:

$$\text{Lucro} = 800 - 500 = \text{R\$ } 300,00$$

$$L_c = \frac{300}{500} = 0,60 = 60\%$$

$$L_v = \frac{300}{800} = 0,375 = 37,5\%$$

**Aumento**

**Aumento Percentual:** Consideremos um valor inicial  $V$  que deve sofrer um aumento de  $p\%$  de seu valor. Chamemos de  $A$  o valor do aumento e  $V_A$  o valor após o aumento. Então,  $A = p\%$  de  $V = \frac{p}{100} \cdot V$

$$V_A = V + A = V + \frac{p}{100} \cdot V$$

$$V_A = \left(1 + \frac{p}{100}\right) \cdot V$$

Em que  $\left(1 + \frac{p}{100}\right)$  é o fator de aumento.

**Desconto**

**Desconto Percentual:** Consideremos um valor inicial  $V$  que deve sofrer um desconto de  $p\%$  de seu valor. Chamemos de  $D$  o valor do desconto e  $V_D$  o valor após o desconto. Então,  $D = p\%$  de  $V = \frac{p}{100} \cdot V$

$$V_D = V - D = V - \frac{p}{100} \cdot V$$

$$V_D = \left(1 - \frac{p}{100}\right) \cdot V$$

Em que  $\left(1 - \frac{p}{100}\right)$  é o fator de desconto.

**Exemplo**

Uma empresa admite um funcionário no mês de janeiro sabendo que, já em março, ele terá 40% de aumento. Se a empresa deseja que o salário desse funcionário, a partir de março, seja R\$ 3 500,00, com que salário deve admiti-lo?

$$\text{Resolução: } V_A = 1,4 \cdot V$$

$$3\,500 = 1,4 \cdot V$$

$$V = \frac{3500}{1,4} = 2500$$

Resposta: R\$ 2 500,00

**Aumentos e Descontos Sucessivos:** Consideremos um valor inicial  $V$ , e vamos considerar que ele irá sofrer dois aumentos sucessivos de  $p_1\%$  e  $p_2\%$ . Sendo  $V_1$  o valor após o primeiro aumento, temos:

$$V_1 = V \cdot \left(1 + \frac{p_1}{100}\right)$$

Sendo  $V_2$  o valor após o segundo aumento, temos:

$$V_2 = V_1 \cdot \left(1 + \frac{p_2}{100}\right)$$

$$V_2 = V \cdot \left(1 + \frac{p_1}{100}\right) \cdot \left(1 + \frac{p_2}{100}\right)$$

Sendo  $V$  um valor inicial, vamos considerar que ele irá sofrer dois descontos sucessivos de  $p_1\%$  e  $p_2\%$ .

Sendo  $V_1$  o valor após o primeiro desconto, temos:

$$V_1 = V \cdot \left(1 - \frac{p_1}{100}\right)$$

Sendo  $V_2$  o valor após o segundo desconto, temos:

$$V_2 = V_1 \cdot \left(1 - \frac{p_2}{100}\right)$$

$$V_2 = V \cdot \left(1 - \frac{p_1}{100}\right) \cdot \left(1 - \frac{p_2}{100}\right)$$

Sendo  $V$  um valor inicial, vamos considerar que ele irá sofrer um aumento de  $p_1\%$  e, sucessivamente, um desconto de  $p_2\%$ .

Sendo  $V_1$  o valor após o aumento, temos:

$$V_1 = V \cdot \left(1 + \frac{p_1}{100}\right)$$

Sendo  $V_2$  o valor após o desconto, temos:

$$V_2 = V_1 \cdot \left(1 - \frac{p_2}{100}\right)$$

$$V_2 = V \cdot \left(1 + \frac{p_1}{100}\right) \cdot \left(1 - \frac{p_2}{100}\right)$$



**Exemplo**

(VUNESP-SP) Uma instituição bancária oferece um rendimento de 15% ao ano para depósitos feitos numa certa modalidade de aplicação financeira. Um cliente deste banco deposita 1 000 reais nessa aplicação. Ao final de  $n$  anos, o capital que esse cliente terá em reais, relativo a esse depósito, são:

$$\begin{aligned} \text{Resolução: } V^A &= \left(1 + \frac{p}{100}\right)^n \cdot v \\ V^A &= \left(1 + \frac{15}{100}\right)^n \cdot 1.000 \\ V^A &= 1.000 \cdot (1,15)^n \\ V^A &= 1.000 \cdot 1,15^n \\ V^A &= 1.150,00^n \end{aligned}$$

**Exercícios**

1. (Fuvest-SP)  $(10\%)^2 =$

- a) 100%
- b) 20%
- c) 5%
- d) 1%
- e) 0,01%

2. Quatro é quantos por cento de cinco?

3. (PUC-SP) O preço de venda de um bem de consumo é R\$ 100,00. O comerciante tem um ganho de 25% sobre o preço de custo deste bem. O valor do preço de custo é:

- a) R\$ 25,00
- b) R\$ 70,50
- c) R\$ 75,00
- d) R\$ 80,00
- e) R\$ 125,00

4. (VUNESP-SP) O dono de um supermercado comprou de seu fornecedor um produto por  $x$  reais (preço de custo) e passou a revendê-lo com lucro de 50%. Ao fazer um dia de promoções, ele deu aos clientes do supermercado um desconto de 20% sobre o preço de venda deste produto. Pode-se afirmar que, no dia de promoções, o dono do supermercado teve, sobre o preço de custo:

- a) Prejuízo de 10%.
- b) Prejuízo de 5%.
- c) Lucro de 20%.
- d) Lucro de 25%.
- e) Lucro de 30%.

5. (Mackenzie-SP) Um produto teve um aumento total de preço de 61% através de 2 aumentos sucessivos. Se o primeiro aumento foi de 15%, então o segundo foi de:

- a) 38%
- b) 40%
- c) 42%
- d) 44%
- e) 46%

6. (FUVEST-SP) Barnabé tinha um salário de  $x$  reais em janeiro. Recebeu aumento de 80% em maio e 80% em novembro. Seu salário atual é:

- a)  $2,56x$
- b)  $1,6x$
- c)  $x + 160$
- d)  $2,6x$
- e)  $3,24x$

7. (PUC-SP) Descontos sucessivos de 20% e 30% são equivalentes a um único desconto de:

- a) 25%
- b) 26%
- c) 44%
- d) 45%
- e) 50%

8. (FUVEST-SP) A cada ano que passa o valor de um carro diminui em 30% em relação ao seu valor do ano anterior. Se  $V$  for o valor do carro no primeiro ano, o seu valor no oitavo ano será:

- a)  $(0,7)^7 V$
- b)  $(0,3)^7 V$
- c)  $(0,7)^8 V$
- d)  $(0,3)^8 V$
- e)  $(0,3)^9 V$

9. Numa cidade, havia cerca de 25 000 desempregados para uma população economicamente ativa de 500 000 habitantes. Qual era a taxa percentual de desempregados nessa cidade?

10. Se 4% do total de bolinhas de uma piscina correspondem a 20 unidades, qual o total de bolinhas que está na piscina?

**Respostas**

1) Resposta "D".

Solução:

$$\frac{10}{100} \cdot \frac{10}{100} = \frac{1}{100} = 1\%$$

2) Resposta "80%".

Solução:

$$\begin{aligned} 05 & \text{ ----- } 100\% \\ 04 & \text{ ----- } x \end{aligned}$$

$$5 \cdot x = 4 \cdot 100 \rightarrow 5x = 400 \rightarrow x = \frac{400}{5} = 80\%$$

3) Resposta "D".

Solução:

$$P_{\text{custo}} = 100,00$$

$$O \text{ Pcusto mais } 25\% \text{ do } P_{\text{custo}} = 100,00$$

$$P_c + 0,25P_c = 100,00$$

$$1,25P_c = 100,00$$

$$P_c = \frac{100}{1,25} \rightarrow P_c = 80,00$$



**4) Resposta “C”.**

Solução:

X reais (preço de custo)

Lucro de 50%:  $x + 50\% = x + \frac{50}{100} = \frac{100x + 50}{100} = \frac{10x + 5}{10} = \frac{2x + 1}{2}$   
 (dividimos por 10 e depois dividimos por 5).

Suponhamos que o preço de custo seja 1, então substituindo o x da equação acima, o preço de venda com 50% de lucro seria 1,50.

Se 1,50 é 100%

X 20% fazemos esta regra de três para achar os 20%:  
 $20.1,50 \div 100 = 0,30$

Então no dia de promoção o valor será de 1,20. Isto é, 20% de lucro em cima do valor de custo. Alternativa C.

**5) Resposta “B”.**

Solução: Se usarmos a fórmula do aumento sucessivo citada na matéria será:

$$V_2 = V.(1 + \frac{P_1}{100}).(1 - \frac{P_2}{100}).$$

Substituindo V por um valor: 1, então no final dos dois aumentos esse valor será de  $1,61 = V_2$ .

$$1,61 = 1.(1 + \frac{15}{100}).(1 - \frac{P_2}{100})$$

$$1,61 = (1 + \frac{15}{100}).(1 - \frac{P_2}{100}) \text{ (mmc de 100)}$$

$$1,61 = (\frac{115}{100}).(1 - \frac{P_2}{100})$$

$$1,61 = - \frac{115(100 - P_2)}{10000}$$

$$16100 = -11.500 + 115P_2$$

$$115P_2 = -11.500 + 16100$$

$$P_2 = 4600/115$$

$$P_2 = 40\%$$

**6) Resposta “E”.**

Solução:

$$S_A = \left(1 + \frac{80}{100}\right) \cdot \left(1 + \frac{80}{100}\right) \cdot x = 1,8 \cdot 1,8 \cdot x = 3,24x$$

**7) Resposta “C”.**

Solução: Se usarmos a fórmula do desconto sucessivo citada na matéria será:

$$V_2 = V.(1 - \frac{P_1}{100}).(1 - \frac{P_2}{100})$$

Substituindo V por um valor: 1, ficará:

$$V_2 = 1.(1 - \frac{20}{100}).(1 - \frac{30}{100})$$

$$V_2 = (\frac{100 - 20}{100}).(\frac{100 - 30}{100})$$

$$V_2 = (\frac{80}{100}).(\frac{70}{100})$$

$$V_2 = \frac{5600}{10000}$$

$$V_2 = \frac{56}{100} \text{ que é igual a } 56\%$$

$$100\% - 56\% = 44\%$$

**8) Resposta “A”.**

Solução:

$$1^\circ \text{ ano} = 1$$

$$2^\circ \text{ ano} = 0,70 - 30\% (0,21)$$

$$3^\circ \text{ ano} = 0,49 - 30\% (0,147)$$

$$4^\circ \text{ ano} = 0,343 - 30\% (0,1029)$$

$$5^\circ \text{ ano} = 0,2401 - 30\% (0,07203)$$

$$6^\circ \text{ ano} = 0,16807 - 30\% (0,050421)$$

$$7^\circ \text{ ano} = 0,117649 - 30\% (0,0352947)$$

$$8^\circ \text{ ano} = 0,0823543$$

$$0,0823543 = (0,7)^7V$$

**9) Resposta “5%”.**

Solução: Em 500 000 habitantes → 25 000 desempregados

Em 100 000 habitantes → 5 000 desempregados

Em 100 habitantes → 5 desempregados

$$\frac{5}{100} = 5\% \text{ ou } \frac{25000}{500000} = \frac{5}{100} = 5\%$$

Portanto, 5% da população da cidade é desempregada.

**10) Resposta “500 unidades”.**

Solução: 4% → 20 bolinhas. Então:

20% → 100 bolinhas

100% → 500 bolinhas

Ou, ainda, representando por x o total de bolinhas: 4% de x equivalem a 20.

$$\text{Como } 4\% = \frac{4}{100} = 0,04, \text{ podemos escrever:}$$

$$0,04 \cdot x = 20 \rightarrow x = \frac{20}{0,04} \rightarrow x = 500.$$

Logo, o total de bolinhas na piscina são 500 unidades.

**REGRA DE TRÊS SIMPLES.**

**Regra de Três Simples**

Os problemas que envolvem duas grandezas diretamente ou inversamente proporcionais podem ser resolvidos através de um processo prático, chamado **regra de três simples**.



**Exemplo 1:** Um carro faz 180 km com 15L de álcool. Quantos litros de álcool esse carro gastaria para percorrer 210 km?

Solução:

O problema envolve duas grandezas: distância e litros de álcool.

Indiquemos por x o número de litros de álcool a ser consumido.

Coloquemos as grandezas de mesma espécie em uma mesma coluna e as grandezas de espécies diferentes que se correspondem em uma mesma linha:

Distância (km)	Litros de álcool
180	15
210	x

Na coluna em que aparece a variável x (“litros de álcool”), vamos colocar uma flecha:

Distância (km)	Litros de álcool
180	15 ↓
210	x ↓

Observe que, se duplicarmos a distância, o consumo de álcool também duplica. Então, as grandezas **distância** e **litros de álcool** são **diretamente proporcionais**. No esquema que estamos montando, indicamos esse fato colocando uma flecha na coluna “distância” no **mesmo sentido** da flecha da coluna “litros de álcool”:

Distância (km)	Litros de álcool
180 ↓	15 ↓
210 ↓	x ↓

↑—————↑  
mesmo sentido

Armando a proporção pela orientação das flechas, temos:

$$\frac{180^6}{210^7} = \frac{15^x}{x} \Rightarrow 6x = 7 \cdot 15 \Rightarrow 6x = 105 \Rightarrow x = \frac{105}{6} \Rightarrow x = 17,5$$

Resposta: O carro gastaria 17,5 L de álcool.

**Exemplo 2:** Viajando de automóvel, à velocidade de 60 km/h, eu gastaria 4 h para fazer certo percurso. Aumentando a velocidade para 80 km/h, em quanto tempo farei esse percurso?

Solução: Indicando por x o número de horas e colocando as grandezas de mesma espécie em uma mesma coluna e as grandezas de espécies diferentes que se correspondem em uma mesma linha, temos:

Velocidade (km/h)	Tempo (h)
60	4
80	x

Na coluna em que aparece a variável x (“tempo”), vamos colocar uma flecha:

Velocidade (km/h)	Tempo (h)
60	4 ↓
80	x ↓

Observe que, se duplicarmos a velocidade, o tempo fica reduzido à metade. Isso significa que as grandezas **velocidade** e **tempo** são **inversamente proporcionais**. No nosso esquema, esse fato é indicado colocando-se na coluna “velocidade” uma flecha em **sentido contrário** ao da flecha da coluna “tempo”:

Velocidade (km/h)	Tempo (h)
60 ↑	4 ↓
80 ↑	x ↓

↑—————↑  
sentidos contrários

Na montagem da proporção devemos seguir o sentido das flechas. Assim, temos:

$$\frac{4}{x} = \frac{80^4}{60^3} \Rightarrow 4x = 4 \cdot 3 \Rightarrow 4x = 12 \Rightarrow x = \frac{12}{4} \Rightarrow x = 3$$

Resposta: Farei esse percurso em 3 h.

**Exemplo 3:** Ao participar de um treino de Fórmula 1, um competidor, imprimindo velocidade média de 200 km/h, faz o percurso em 18 segundos. Se sua velocidade fosse de 240 km/h, qual o tempo que ele teria gasto no percurso?

Vamos representar pela letra x o tempo procurado.

Estamos relacionando dois valores da grandeza velocidade (200 km/h e 240 km/h) com dois valores da grandeza tempo (18 s e x s).

Queremos determinar um desses valores, conhecidos os outros três.

Velocidade	Tempo gasto para fazer o percurso
200 km/h	18 s
240 km/h	x

Se duplicarmos a velocidade inicial do carro, o tempo gasto para fazer o percurso cairá para a metade; logo, as grandezas são inversamente proporcionais. Assim, os números 200 e 240 são inversamente proporcionais aos números 18 e x.

Daí temos:

$$\begin{aligned} 200 \cdot 18 &= 240 \cdot x \\ 3\ 600 &= 240x \\ 240x &= 3\ 600 \\ x &= \frac{3600}{240} \\ x &= 15 \end{aligned}$$

O corredor teria gasto 15 segundos no percurso.

### Regra de Três Composta

O processo usado para resolver problemas que envolvem mais de duas grandezas, diretamente ou inversamente proporcionais, é chamado **regra de três composta**.



**Exemplo 1:** Em 4 dias 8 máquinas produziram 160 peças. Em quanto tempo 6 máquinas iguais às primeiras produziriam 300 dessas peças?

**Solução:** Indiquemos o número de dias por  $x$ . Coloquemos as grandezas de mesma espécie em uma só coluna e as grandezas de espécies diferentes que se correspondem em uma mesma linha. Na coluna em que aparece a variável  $x$  (“dias”), coloquemos uma flecha:

Máquinas	Peças	Dias
8	160	4 ↓
6	300	$x$ ↓

Comparemos cada grandeza com aquela em que está o  $x$ .

As grandezas **peças** e **dias** são diretamente proporcionais. No nosso esquema isso será indicado colocando-se na coluna “peças” uma flecha no **mesmo sentido** da flecha da coluna “dias”:

Máquinas	Peças	Dias
8	160 ↓	4 ↓
6	300 ↓	$x$ ↓
	↑	↑
	Mesmo sentido	

As grandezas **máquinas** e **dias** são inversamente proporcionais (duplicando o número de máquinas, o número de dias fica reduzido à metade). No nosso esquema isso será indicado colocando-se na coluna (máquinas) uma flecha no sentido contrário ao da flecha da coluna “dias”:

Máquinas	Peças	Dias
8 ↑	160 ↓	4 ↓
6 ↑	300 ↓	$x$ ↓
	↑	↑
	Sentidos contrários	

Agora vamos montar a proporção, igualando a razão que contém o  $x$ , que é  $\frac{4}{x}$ , com o produto das outras razões, obtidas segundo a orientação das flechas  $\left(\frac{6}{8} \cdot \frac{160}{300}\right)$ :

$$\frac{4}{x} = \frac{6}{8} \cdot \frac{160}{300}$$

$$\frac{4}{x} = \frac{2}{5} \Rightarrow 2x = 4 \cdot 5 \quad \text{a} \quad x = \frac{4 \cdot 5}{2} \Rightarrow x = 10$$

Resposta: Em 10 dias.

**Exercícios**

1. Completamente abertas, 2 torneiras enchem um tanque em 75 min. Em quantos minutos 5 torneiras completamente abertas encheriam esse mesmo tanque?
2. Um trem percorre certa distância em 6 h 30 min, à velocidade média de 42 km/h. Que velocidade deverá ser desenvolvida para o trem fazer o mesmo percurso em 5 h 15 min?
3. Usando seu palmo, Samanta mediu o comprimento e a largura de uma mesa retangular. Encontrou 12 palmos de comprimento e 5 palmos na largura.

Depois, usando palitos de fósforo, mediu novamente o comprimento do tampo da mesa e encontrou 48 palitos. Qual estratégia Samanta usou para obter largura do tampo da mesa em palitos de fósforo?

4. Ao participar de um treino de fórmula Indy, um competidor, imprimindo a velocidade média de 180 km/h, faz o percurso em 20 segundos. Se a sua velocidade fosse de 200 km/h, que tempo teria gasto no percurso?

5. Com 3 pacotes de pães de fôrma, Helena faz 63 sanduíches. Quantos pacotes de pães de fôrma ela vai usar para fazer 105 sanduíches?

6. Uma empreiteira contratou 210 pessoas para pavimentar uma estrada de 300 km em 1 ano. Após 4 meses de serviço, apenas 75 km estavam pavimentados. Quantos empregados ainda devem ser contratados para que a obra seja concluída no tempo previsto?

- a) 315
- b) 2 2520
- c) 840
- d) 105
- e) 1 260

7. Numa gráfica, 7 máquinas de mesmo rendimento imprimem 50 000 cartazes iguais em 2 horas de funcionamento. Se duas dessas máquinas não estiverem funcionando, as 5 máquinas restantes farão o mesmo serviço em:

- a) 3 horas e 10 minutos
- b) 3 horas
- c) 2 horas e 55 minutos
- d) 2 horas e 50 minutos
- e) 2 horas e 48 minutos

8. Funcionando 6 dias, 5 máquinas produziram 400 peças de uma mercadoria. Quantas peças dessa mesma mercadoria são produzidas por 7 máquinas iguais às primeiras, se funcionarem 9 dias?

9. Um motociclista rodando 4 horas por dia, percorre em média 200 km em 2 dias. Em quantos dias esse motociclista vai percorrer 500 km, se rodar 5 horas por dia?

10. Na alimentação de 02 bois, durante 08 dias, são consumidos 2420 kgs de ração. Se mais 02 bois são comprados, quantos quilos de ração serão necessários para alimentá-los durante 12 dias.

**Respostas**

**1) Resposta “30min”.**

Solução:

Como aumentar as torneiras diminui o tempo, então a regra de três é inversa:

$$5 \text{ tor.} \text{ ----- } 75 \text{ min}$$

$$2 \text{ tor.} \text{ ----- } x$$

$$5x = 2 \cdot 75 =$$

$$5x = 150 =$$

$$x = \frac{150}{5} = 30 \text{ min.}$$



**2) Resposta “52 km/h”.**

Solução:

Como diminuir o tempo aumentaria a velocidade, então a regra de três é inversa:

$$6h30min = 390min$$

$$5h15min = 315min$$

$$315min \text{ ----- } 42km/h$$

$$390min \text{ ----- } x$$

$$315x = 390 \cdot 42 =$$

$$315x = 16380 =$$

$$X = \frac{16380}{315} = 52 \text{ km/h.}$$

**3) Resposta “20 palitos de fósforo”.**

Solução: Levando os dados dado no enunciado temos:

Palmas: 12 palmos de comprimento e 5 palmos de largura.

Palitos de Fósforo: 48 palitos de comprimento e x palitos de largura.

Portanto temos:

Comprimento	Largura
12 palmos	5 palmos
48 palitos	X palitos

Observe que o comprimento da mesa aumentou 4 vezes quando passamos de “palmo” para “palito”. O que ocorre da mesma forma na largura.

As grandezas são diretamente proporcionais. Daí podemos fazer:

$$\frac{12}{48} = \frac{5}{x} \rightarrow 12x = 48 \cdot 5 \rightarrow 12x = 240 \rightarrow x = \frac{240}{12} \rightarrow x = 20.$$

Logo, concluímos que o tampo da mesa tem 20 palitos de fósforo de largura.

**4) Resposta “18 segundos”.**

Solução: Levando em consideração os dados:

Velocidade média: 180 km/h → tempo do percurso: 20s

Velocidade média: 200 km/h → tempo do percurso: ?

Vamos representar o tempo procurado pela letra x. Estamos relacionando dois valores de grandeza “velocidade” (180 km/h e 200 km/h) com dois valores de grandeza “tempo” (20s e xs).

Conhecido os 3 valores, queremos agora determinar um quarto valor. Para isso, organizamos os dados na tabela:

Velocidade km/h	Tempo (s)
180	20
200	x

Observe que, se duplicarmos a velocidade inicial, o tempo gasto para percorrer o percurso vai cair para a metade. Logo, as grandezas são “inversamente proporcionais”. Então temos:

$$180 \cdot 20 = 200 \cdot x \rightarrow 200x = 3600 \rightarrow x = \frac{3600}{200} \rightarrow x = 18.$$

Conclui-se, então, que se o competidor tivesse andando em 200 km/h, teria gasto 18 segundos para realizar o percurso.

**5) Resposta “5 pacotes”.**

Solução: Analisando os dados dado no enunciado temos:

Pacotes de Pães: 3 pacotes → Sanduíches: 63.

Pacotes de Pães: x pacotes → Sanduíches: 105.

Pacotes de Pães	Sanduíches
3	63
x	105

Basta fazermos apenas isso:

$$63 \cdot x = 3 \cdot 105 \rightarrow 63x = 315 \rightarrow x = \frac{315}{63} \rightarrow x = 5.$$

Concluimos que ela precisará de 5 pacotes de pães de forma.

**6) Resposta “D”.**

Solução: Em  $\frac{1}{3}$  de ano foi pavimentada  $\frac{1}{4}$  de estrada

Pessoas estrada tempo

$$210 \quad 75 \quad 4$$

$$X \quad 225 \quad 8$$

$$\frac{x}{210} = \frac{225}{75} \cdot \frac{4}{8}$$

$$\frac{x}{210} = \frac{900}{600}$$

$$\frac{x}{210} = \frac{3}{2}$$

$$x = \frac{630}{2}$$

x = 315 pessoas para o término

315 - 210 que já trabalham = 105 pessoas.

**7) Resposta “E”.**

Solução: Primeiro descobrimos quanto cada máquina produz por minuto. Para isso temos que dividir:

$$\frac{50000}{(7 \cdot 120)} = 59,542 \text{ min}$$

Agora multiplicamos por 5 e descobrimos quanto as 5 máquinas juntas produzem (min)

$$5 \cdot 59,542 = 297,62.$$

Portanto temos:

$$1 \text{ min ----- } 297,62$$

$$x \text{ min ----- } 50000$$

Fazendo a regra de 3 teremos:

$$297,62 \cdot x = 50000 \cdot 1 \rightarrow 297,62x = 50000 \rightarrow$$

$$x = \frac{50000}{297,62} \cong 168 \text{ min}$$

168 min. o que equivale a 2 horas e 48 minutos.

**8) Resposta “840 peças”.**

Solução: Dados:





5 máquinas em 6 dias produzem 400 peças  
7 máquinas em 9 dias produzem x peças.

Organizando os dados no quadro temos:

Nº de Máquinas (A)	Nº de Máquinas (B)	Número de Peças (C)
5	6	400
7	9	x

Fixando a grandeza A, podemos relacionar as grandezas B e C. Se dobrarmos o número de dias, o número de peças também dobrará, Logo, as grandezas B e C são “diretamente proporcionais”.

Fixando a grandeza B, podemos relacionar as grandezas A e C. Se dobrarmos o número de máquinas, o número de peças também dobrará, Logo, as grandezas A e C são “diretamente proporcionais”.

Quando uma grandeza é “diretamente proporcional” a duas outras, a variação da primeira é diferentemente proporcional ao produto da variação das outras duas.

De acordo com o quadro, temos:

$$\frac{5}{7} \cdot \frac{6}{9} = \frac{400}{x} \rightarrow \frac{30}{63} = \frac{400}{x}$$

Resolvendo a proporção:

$$30 \cdot x = 63 \cdot 400 \rightarrow 30x = 25200 \rightarrow x = \frac{25200}{30} = 840.$$

Logo, se as máquinas funcionarem 9 dias, serão produzidas 840 peças.

**9) Resposta “4 dias”.**

Solução: Dados:

4 horas por dia, 200 km em 2 dias

5 horas por dia, 500 km em x dias

Organizando um quadro temos:

Nº km (A)	Nº horas/dias (B)	Número de dias (C)
200	4	2
500	5	x

Fixando a grandeza A, podemos relacionar as grandezas B e C. Se dobrarmos o número de horas que o motociclista roda por dia, o número de dias que ele leva para percorrer a mesma distância cairá para a metade. Logo, as grandezas B e C são “inversamente proporcionais”.

Fixando a grandeza B, podemos relacionar as grandezas A e C. Se dobrarmos o número de quilômetros percorridos, o número de dias dobrará, considerando que o motociclista rode o mesmo número de horas por dia. Logo, as grandezas A e C são “diretamente proporcionais”.

Assim a grandeza C é diretamente proporcional à grandeza A e inversamente proporcional à grandeza B. Para que a variação da grandeza C seja diretamente proporcional ao produto da variação das duas outras, escrevemos a razão inversa dos valores que expressam a grandeza B.

A razão inversa de  $\frac{4}{5}$  é  $\frac{5}{4}$   
Daí, temos:

$$\frac{200}{500} \cdot \frac{5}{4} = \frac{2}{x} \rightarrow \frac{1000}{2000} = \frac{2}{x}$$

$$1000 \cdot x = 2000 \cdot 2 \rightarrow 1000x = 4000 \rightarrow x = \frac{4000}{1000} = 4.$$

**10) Resposta “7260 kgs”.**

Solução:

Ração	Dias	Bois
2420	8	2
x	12	4

$$\frac{2420}{x} = \frac{8 \cdot 2}{12 \cdot 4} = \frac{2420 \cdot 12 \cdot 4}{8 \cdot 2} = 7260$$

**MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES.**

**Noção Geral de Média**

Considere um conjunto numérico  $A = \{x_1; x_2; x_3; \dots; x_n\}$  e efetue uma certa operação com todos os elementos de A.

Se for possível substituir cada um dos elementos do conjunto A por um número x de modo que o resultado da operação citada seja o mesmo diz-se, por definição, que x será a média dos elementos de A relativa a essa operação.

**Média Aritmética**

**Definição**

A média dos elementos do conjunto numérico A relativa à adição é chamada média aritmética.

**Cálculo da média aritmética**

Se x for a média aritmética dos elementos do conjunto numérico  $A = \{x_1; x_2; x_3; \dots; x_n\}$ , então, por definição:

$$x + x + x + \dots + x = x_1 + x_2 + x_3 + \dots + x_n \leftrightarrow n \cdot x = x_1 + x_2 + x_3 + \dots + x_n$$

n parcelas

e, portanto,

$$x = \frac{x_1 + x_2 + x_3 + \dots + x_n}{n}$$

**Conclusão**

A média aritmética dos n elementos do conjunto numérico A é a soma de todos os seus elementos, dividida por n.

**Exemplo**

Calcular a média aritmética entre os números 3, 4, 6, 9, e 13.



**Resolução**

Se  $x$  for a média aritmética dos elementos do conjunto (3, 4, 6, 9, 13), então  $x$  será a soma dos 5 elementos, dividida por 5. Assim:

$$x = \frac{3+4+6+9+13}{5} \leftrightarrow x = \frac{35}{5} \leftrightarrow x = 7$$

A média aritmética é 7.

**Média Aritmética Ponderada**

**Definição**

A média dos elementos do conjunto numérico  $A$  relativa à adição e na qual cada elemento tem um “determinado peso” é chamada média aritmética ponderada.

**Cálculo da média aritmética ponderada**

Se  $x$  for a média aritmética ponderada dos elementos do conjunto numérico  $A = \{x_1; x_2; x_3; \dots; x_n\}$  com “pesos”  $P_1; P_2; P_3; \dots; P_n$ , respectivamente, então, por definição:

$$\begin{aligned} P_1 \cdot x + P_2 \cdot x + P_3 \cdot x + \dots + P_n \cdot x &= \\ = P_1 \cdot x_1 + P_2 \cdot x_2 + P_3 \cdot x_3 + \dots + P_n \cdot x_n &= \\ (P_1 + P_2 + P_3 + \dots + P_n) \cdot x &= \\ = P_1 \cdot x_1 + P_2 \cdot x_2 + P_3 \cdot x_3 + \dots + P_n \cdot x_n &\text{ e, portanto,} \end{aligned}$$

$$x = \frac{P_1 x_1 + P_2 x_2 + P_3 x_3 + \dots + P_n x_n}{P_1 + P_2 + P_3 + \dots + P_n}$$

Observe que se  $P_1 = P_2 = P_3 = \dots = P_n = 1$ , então:  $x = \frac{x_1 + x_2 + x_3 + \dots + x_n}{n}$  que é a média aritmética simples.

**Conclusão**

A média aritmética ponderada dos  $n$  elementos do conjunto numérico  $A$  é a soma dos produtos de cada elemento multiplicado pelo respectivo peso, dividida pela soma dos pesos.

**Exemplo**

Calcular a média aritmética ponderada dos números 35, 20 e 10 com pesos 2, 3, e 5, respectivamente.

**Resolução**

Se  $x$  for a média aritmética ponderada, então:

$$x = \frac{2 \cdot 35 + 3 \cdot 20 + 5 \cdot 10}{2 + 3 + 5} \leftrightarrow x = \frac{70 + 60 + 50}{10} \leftrightarrow x = \frac{180}{10} \leftrightarrow x = 18$$

A média aritmética ponderada é 18.

Observação: A palavra média, sem especificar se é aritmética, deve ser entendida como média aritmética.

**Exercícios**

- Determine a média aritmética entre 2 e 8.
- Determine a média aritmética entre 3, 5 e 10.

3. Qual é a média aritmética simples dos números 11, 7, 13 e 9?

4. A média aritmética simples de 4 números pares distintos, pertencentes ao conjunto dos números inteiros não nulos é igual a 44. Qual é o maior valor que um desses números pode ter?

5. Calcule a média aritmética simples em cada um dos seguintes casos:

- 15; 48; 36
- 80; 71; 95; 100
- 59; 84; 37; 62; 10
- 1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9

6. Qual é a média aritmética ponderada dos números 10, 14, 18 e 30 sabendo-se que os seus pesos são respectivamente 1, 2, 3 e 5?

7. Calcular a média ponderada entre 3, 6 e 8 para os respectivos pesos 5, 3 e 2.

8. Numa turma de 8ª série 10 alunos possuem 14 anos, 12 alunos possuem 15 anos e oito deles 16 anos de idade. Qual será a idade média dessa turma?

9. Determine a média salarial de uma empresa, cuja folha de pagamento é assim discriminada:

Profissionais	→	Quantidade	→	Salário
Serventes	→	20 profissionais	→	R\$ 320,00
Técnicos	→	10 profissionais	→	R\$ 840,00
Engenheiros	→	5 profissionais	→	R\$ 1.600,00

10. Calcule a média ponderada entre 5, 10 e 15 para os respectivos pesos 10, 5 e 20.

**Respostas**

- Resposta “5”.  
Solução:  
 $M.A. (2 e 8) = 2 + 8 / 2 = 10 / 2 = 5 \rightarrow M.A. (2 e 8) = 5$ .
- Resposta “6”.  
Solução:  
 $M.A. (3, 5 e 10) = 3 + 5 + 10 / 3 = 18 / 3 = 6 \rightarrow M.A. (3, 5 e 10) = 6$ .
- Resposta “10”.  
Solução: Para resolver esse exercício basta fazer a soma dos números e dividi-los por quatro, que é a quantidade de números, portanto:

$$M.A. = \frac{11+7+13+9}{4} = \frac{40}{4} = 10$$

Logo, a média aritmética é 10.



4) Resposta “164”.

Solução: Quando falamos de média aritmética simples, ao diminuirmos um dos valores que a compõe, precisamos aumentar a mesma quantidade em outro valor, ou distribuí-la entre vários outros valores, de sorte que a soma total não se altere, se quisermos obter a mesma média.

Neste exercício, três dos elementos devem ter o menor valor possível, de sorte que o quarto elemento tenha o maior valor dentre eles, tal que a média aritmética seja igual a 44. Este será o maior valor que o quarto elemento poderá assumir.

Em função do enunciado, os três menores valores inteiros, pares, distintos e não nulos são: 2, 4 e 6. Identificando como  $x$  este quarto valor, vamos montar a seguinte equação:

$$\frac{2 + 4 + 6 + x}{4} = 44$$

Solucionando-a temos:

Logo, o maior valor que um desses números pode ter é 164.

5) Solução:

a)  $(15 + 48 + 36)/3 = 99/3 = 33$

b)  $(80 + 71 + 95 + 100)/4 = 346/4 = 86,5$

c)  $(59 + 84 + 37 + 62 + 10)/5 = 252/5 = 50,4$

d)  $(1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7 + 8 + 9)/9 = 45/9 = 5$

6) Resposta “22”.

Solução: Neste caso a solução consiste em multiplicarmos cada número pelo seu respectivo peso e somarmos todos estes produtos. Este total deve ser então dividido pela soma total dos pesos:

$$\frac{10.1 + 14.2 + 18.3 + 30.5}{1 + 2 + 3 + 5} = \frac{10 + 28 + 54 + 150}{11} = \frac{242}{11} = 22$$

Logo, a média aritmética ponderada é 22.

7) Resposta “4,9”.

Solução:

$$MP = \frac{3.5 + 6.3 + 8.2}{5 + 3 + 2} = \frac{15 + 18 + 16}{10} = \frac{49}{10} = 4,9$$

8) Resposta “ $\pm 14,93$ ”

Solução:

$$MP = \frac{14.10 + 15.12 + 16.8}{10 + 12 + 8} = \frac{140 + 180 + 128}{30} = \frac{448}{30} = \pm 14,93$$

9) Resposta “ $\cong R\$651,43$ ”

Solução: Estamos diante de um problema de média aritmética ponderada, onde as quantidades de profissionais serão os pesos. E com isso calcularemos a média ponderada entre R\$ 320,00, R\$ 840,00 e R\$ 1 600,00 e seus respectivos pesos 20, 10 e 5. Portanto:

$$MP = \frac{320.20 + 840.10 + 1600.5}{20 + 10 + 5} = \frac{22.800}{35} \cong R\$651,43$$

10) Resposta “11,42”.

Solução:

$$MP = \frac{5.10 + 10.5 + 15.20}{10 + 5 + 20} = \frac{50 + 50 + 300}{35} = \frac{400}{35} = 11,42$$

**Média Geométrica**

Este tipo de média é calculado multiplicando-se todos os valores e extraído-se a raiz de índice  $n$  deste produto.

Digamos que tenhamos os números 4, 6 e 9, para obtermos o valor médio geométrico deste conjunto, multiplicamos os elementos e obtemos o produto 216.

Pegamos então este produto e extraímos a sua raiz cúbica, chegando ao valor médio 6.

Extraímos a raiz cúbica, pois o conjunto é composto de 3 elementos. Se fossem  $n$  elementos, extraíramos a raiz de índice  $n$ .

Neste exemplo teríamos a seguinte solução:

$$\sqrt[3]{4.6.9} \Rightarrow \sqrt[3]{216} \Rightarrow 6$$

**EQUAÇÃO DO 1º GRAU.**

**Equação do 1º Grau**

Veja estas equações, nas quais há apenas uma incógnita:

$3x - 2 = 16$  (equação de 1º grau)

$2y^3 - 5y = 11$  (equação de 3º grau)

$1 - 3x + \frac{2}{5} = x + \frac{1}{2}$  (equação de 1º grau)

O método que usamos para resolver a equação de 1º grau é isolando a incógnita, isto é, deixar a incógnita sozinha em um dos lados da igualdade. Para conseguir isso, há dois recursos:

- inverter operações;
- efetuar a mesma operação nos dois lados da igualdade.

**Exemplo 1**

Resolução da equação  $3x - 2 = 16$ , invertendo operações.

**Procedimento e justificativa:** Se  $3x - 2$  dá 16, conclui-se que  $3x$  dá  $16 + 2$ , isto é, 18 (invertemos a subtração). Se  $3x$  é igual a 18, é claro que  $x$  é igual a  $18 : 3$ , ou seja, 6 (invertemos a multiplicação por 3).

**Registro**

$$\begin{aligned} 3x - 2 &= 16 \\ 3x &= 16 + 2 \\ 3x &= 18 \end{aligned}$$



$$x = \frac{18}{3}$$

$$x = 6$$

**Exemplo 2**

Resolução da equação  $1 - 3x + \frac{2}{5} = x + \frac{1}{2}$ , efetuando a mesma operação nos dois lados da igualdade.

**Procedimento e justificativa:** Multiplicamos os dois lados da equação por mmc (2;5) = 10. Dessa forma, são eliminados os denominadores. Fazemos as simplificações e os cálculos necessários e isolamos x, sempre efetuando a mesma operação nos dois lados da igualdade. No registro, as operações feitas nos dois lados da igualdade são indicadas com as setas curvas verticais.

**Registro**

$$\begin{aligned} 1 - 3x + 2/5 &= x + 1/2 \\ 10 - 30x + 4 &= 10x + 5 \\ -30x - 10x &= 5 - 10 - 4 \\ -40x &= +9(-1) \\ 40x &= 9 \\ x &= 9/40 \\ x &= 0,225 \end{aligned}$$

Há também um processo prático, bastante usado, que se baseia nessas ideias e na percepção de um padrão visual.

- Se  $a + b = c$ , conclui-se que  $a = c + b$ .

Na primeira igualdade, a parcela  $b$  aparece somando no lado esquerdo; na segunda, a parcela  $b$  aparece subtraindo no lado direito da igualdade.

- Se  $a \cdot b = c$ , conclui-se que  $a = c + b$ , desde que  $b \neq 0$ .

Na primeira igualdade, o número  $b$  aparece multiplicando no lado esquerdo; na segunda, ele aparece dividindo no lado direito da igualdade.

O processo prático pode ser formulado assim:

- Para isolar a incógnita, coloque todos os termos com incógnita de um lado da igualdade e os demais termos do outro lado.

- Sempre que mudar um termo de lado, inverta a operação.

**Exemplo**

Resolução da equação  $\frac{5(x+2)}{2} = \frac{(x+2) \cdot (x-3)}{3} - \frac{x^2}{3}$ , usando o processo prático.

**Procedimento e justificativa:** Iniciamos da forma habitual, multiplicando os dois lados pelo mmc (2;3) = 6. A seguir, passamos a efetuar os cálculos indicados. Neste ponto, passamos a usar o processo prático, colocando termos com a incógnita à esquerda e números à direita, invertendo operações.

**Registro**

$$\begin{aligned} \frac{5(x+2)}{2} - \frac{(x+2) \cdot (x-3)}{3} &= \frac{x^2}{3} \\ 6 \cdot \frac{5(x+2)}{2} - 6 \cdot \frac{(x+2) \cdot (x-3)}{3} &= 6 \cdot \frac{x^2}{3} \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} 15(x+2) - 2(x+2)(x-3) &= -2x^2 \\ 15x + 30 - 2(x^2 - 3x + 2x - 6) &= -2x^2 \\ 15x + 30 - 2(x^2 - x - 6) &= -2x^2 \\ 15x + 30 - 2x^2 + 2x + 12 &= -2x^2 \\ 17x - 2x^2 + 42 &= -2x^2 \\ 17x - 2x^2 + 2x^2 &= -42 \\ 17x &= -42 \\ x &= -\frac{42}{17} \end{aligned}$$

Note que, de início, essa última equação aparentava ser de 2º grau por causa do termo  $-\frac{x^2}{3}$  no seu lado direito. Entretanto, depois das simplificações, vimos que foi reduzida a uma equação de 1º grau ( $17x = -42$ ).

**Questões**

1 - (PRF) Num determinado estado, quando um veículo é rebocado por estacionar em local proibido, o motorista paga uma taxa fixa de R\$ 76,88 e mais R\$ 1,25 por hora de permanência no estacionamento da polícia. Se o valor pago foi de R\$ 101,88 o total de horas que o veículo ficou estacionado na polícia corresponde a:

- A) 20
- B) 21
- C) 22
- D) 23
- E) 24

2 - (PREF. IMARUÍ – AGENTE EDUCADOR – PREF. IMARUÍ/2014) Certa quantia em dinheiro foi dividida igualmente entre três pessoas, cada pessoa gastou a metade do dinheiro que ganhou e 1/3(um terço) do restante de cada uma foi colocado em um recipiente totalizando R\$900,00(novecentos reais), qual foi a quantia dividida inicialmente?

- A) R\$900,00
- B) R\$1.800,00
- C) R\$2.700,00
- D) R\$5.400,00

3 - (SABESP – APRENDIZ – FCC/2012) Um quadrado é chamado mágico quando suas casas são preenchidas por números cuja soma em cada uma das linhas, colunas ou diagonais é sempre a mesma.

O quadrado abaixo é mágico.



15	10	$x - 2$	6
4	$x$	16	9
$3x - 1$	11	2	7
$\frac{-x + 7}{2}$	8	13	$2x + 2$

Um estudante determinou os valores desconhecidos corretamente e para  $3x - 1$  atribuiu

- A) 14
- B) 12
- C) 5
- D) 3
- E) 1

4 - (PGE/BA – ASSISTENTE DE PROCURADORIA – FCC/2013) A prefeitura de um município brasileiro anunciou que  $\frac{3}{5}$  da verba destinada ao transporte público seriam aplicados na construção de novas linhas de metrô. O restante da verba seria igualmente distribuído entre quatro outras frentes: corredores de ônibus, melhoria das estações de trem, novos terminais de ônibus e subsídio a passagens. Se o site da prefeitura informa que serão gastos R\$ 520 milhões com a melhoria das estações de trem, então o gasto com a construção de novas linhas de metrô, em reais, será de

- A) 3,12 bilhões.
- B) 2,86 bilhões.
- C) 2,60 bilhões.
- D) 2,34 bilhões.
- E) 2,08 bilhões.

5 - (CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC/2014) Um funcionário de uma empresa deve executar uma tarefa em 4 semanas. Esse funcionário executou  $\frac{3}{8}$  da tarefa na 1ª semana. Na 2ª semana, ele executou  $\frac{1}{3}$  do que havia executado na 1ª semana. Na 3ª e 4ª semanas, o funcionário termina a execução da tarefa e verifica que na 3ª semana executou o dobro do que havia executado na 4ª semana. Sendo assim, a fração de toda a tarefa que esse funcionário executou na 4ª semana é igual a

- A)  $\frac{5}{16}$ .
- B)  $\frac{1}{6}$ .
- C)  $\frac{8}{24}$ .
- D)  $\frac{1}{4}$ .
- E)  $\frac{2}{5}$ .

6 - (CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC/2014) Bia tem 10 anos a mais que Luana, que tem 7 anos a menos que Felícia. Qual é a diferença de idades entre Bia e Felícia?

- A) 3 anos.
- B) 7 anos.
- C) 5 anos.
- D) 10 anos.
- E) 17 anos.

7 - (DAE AMERICANAS/SP – ANALISTA ADMINISTRATIVO – SHDIAS/2013) Em uma praça, Graziela estava conversando com Rodrigo. Graziela perguntou a Rodrigo qual era sua idade, e ele respondeu da seguinte forma:

-  $\frac{2}{5}$  de minha idade adicionados de 3 anos correspondem à metade de minha idade.

Qual é a idade de Rodrigo?

- A) Rodrigo tem 25 anos.
- B) Rodrigo tem 30 anos.
- C) Rodrigo tem 35 anos.
- D) Rodrigo tem 40 anos.

8 - (METRO/SP - AGENTE DE SEGURANÇA METROVIÁRIA I - FCC/2013) Dois amigos foram a uma pizzaria. O mais velho comeu da pizza que compraram. Ainda da mesma pizza o mais novo comeu da quantidade que seu amigo havia comido. Sendo assim, e sabendo que mais nada dessa pizza foi comido, a fração da pizza que restou foi

- A)  $\frac{3}{5}$
- B)  $\frac{7}{8}$
- C)  $\frac{1}{10}$
- D)  $\frac{3}{10}$
- E)  $\frac{36}{40}$

9 - (METRO/SP - AGENTE DE SEGURANÇA METROVIÁRIA I - FCC/2013) Glaucio foi à livraria e comprou 3 exemplares do livro J. Comprou 4 exemplares do livro K, com preço unitário de 15 reais a mais que o preço unitário do livro J. Comprou também um álbum de fotografias que custou a terça parte do preço unitário do livro K.

Glaucio pagou com duas cédulas de 100 reais e recebeu o troco de 3 reais. Glaucio pagou pelo álbum o valor, em reais, igual a

- A) 33.
- B) 132.
- C) 54.
- D) 44.
- E) 11.



10 - AGENTE DE SEGURANÇA METROVIÁRIA I - FCC/2013) Hoje, a soma das idades de três irmãos é 65 anos. Exatamente dez anos antes, a idade do mais velho era o dobro da idade do irmão do meio, que por sua vez tinha o dobro da idade do irmão mais novo. Daqui a dez anos, a idade do irmão mais velho será, em anos, igual a

- A) 55.
- B) 25.
- C) 40.
- D) 50.
- E) 35.

**Respostas**

**1 - RESPOSTA: "A".**

Devemos inicialmente equacionar através de uma equação do 1º grau, ou seja:

$$y = 76,88 + 1,25 \cdot x \rightarrow 101,88 = 76,88 + 1,25x \rightarrow 101,88 - 76,88 = 1,25x$$

$$1,25x = 25 \rightarrow x = \frac{25}{1,25} \rightarrow x = 20 \text{ horas.}$$

Obs.: y é o valor pago pela multa x corresponde ao número de horas de permanência no estacionamento.

**2 - RESPOSTA: "B".**

Quantidade a ser dividida: x

Se 1/3 de cada um foi colocado em um recipiente e deu R\$900,00, quer dizer que cada uma colocou R\$300,00.

$$\frac{x}{3} = \frac{3}{2} + 300$$

$$\frac{x}{3} = \frac{x}{6} + 300$$

$$\frac{x}{3} - \frac{x}{6} = 300$$

$$\frac{2x - x}{6} = 300$$

$$\frac{x}{6} = 300$$

$$x = 1800$$

**3 - RESPOSTA: "A".**

Igualando a 1ª linha com a 3ª, temos:

$$15 + 10 + x - 2 + 6 = 3x - 1 + 11 + 2 + 7$$

$$2x = 10$$

$$x = 5$$

$$3x - 1 = 14$$

**4 - RESPOSTA: "A".**

520 milhões para as melhorias das estações de trem, como foi distribuído igualmente, corredores de ônibus, novos terminais e subsídio de passagem também receberam cada um 520 milhões.

Restante da verba foi de  $520.4 = 2080$ ;  $10^6 =$  notação científica de milhões (1.000.000).

Verba: y

$$\frac{3}{5}y + 2080 \cdot 10^6 = y$$

$$\frac{3}{5}y - y = -2080 \cdot 10^6$$

$$-2y = -10400 \cdot 10^6$$

$$y = 5200 \cdot 10^6$$

$$\frac{3}{5} 5200 \cdot 10^6 = 3120 \cdot 10^6 = 3,12 \cdot 10^9 \text{ ou } 3,12 \text{ bilhões.}$$

**5 - RESPOSTA: "B".**

Tarefa: x

Primeira semana:  $\frac{3}{8}x$

$$2 \text{ semana: } \frac{1}{3} \cdot \frac{3}{8}x = \frac{1}{8}x$$

$$1^a \text{ e } 2^a \text{ semana: } \frac{3}{8}x + \frac{1}{8}x = \frac{4}{8}x = \frac{1}{2}x$$

Na 3ª e 4ª semana devem ser feito a outra metade, pois ele executou a metade na 1ª e 2ª semana como consta na fração acima ( $\frac{1}{2}x$ ).

3ª semana: 2y

4ª semana: y

$$2y + y = \frac{1}{2}x$$

$$3y = \frac{1}{2}x$$

$$y = \frac{1}{6}x$$

**6 - RESPOSTA: "A".**

Luana: x

Bia: x+10

Felícia: x+7

Bia-Felícia= x+10-x-7 = 3 anos.

**7 - RESPOSTA: "B".**

Idade de Rodrigo: x

$$\frac{2}{5}x + 3 = \frac{1}{2}x$$

$$\frac{2}{5}x - \frac{1}{2}x = -3$$

$$\text{Mmc}(2,5)=10$$



$$\frac{4x - 5x}{10} = -3$$

$$4x - 5x = -30$$

$$x = 30$$

8 - RESPOSTA: "C".

pizza:  $x \therefore y$ : o que restou da pizza

mais velho:  $\frac{3}{8}x$

mais novo:  $\frac{7}{5} \cdot \frac{3}{8}x = \frac{21}{40}x$

$$\frac{3}{8}x + \frac{21}{40}x + y = x$$

$$y = x - \frac{3}{8}x - \frac{21}{40}x$$

$$y = \frac{40x - 15x - 21x}{40} = \frac{4x}{40} = \frac{1}{10}x$$

Sobrou 1/10 da pizza.

9 - RESPOSTA: "E".

Preço livro J:  $x$

Preço do livro K:  $x+15$

álbum:  $\frac{x + 15}{3}$

Valor pago: 197 reais ( $2 \cdot 100 - 3$ )

$$3x + 4(x + 15) + \frac{x + 15}{3} = 197$$

$$\frac{9x + 12(x + 15) + x + 15}{3} = 197$$

$$9x + 12x + 180 + x + 15 = 591$$

$$22x = 396$$

$$x = 18$$

álbum:  $\frac{x + 15}{3} = \frac{18 + 15}{3} = 11$

O valor pago pelo álbum é de R\$ 11,00.

10 - RESPOSTA: "C".

Irmão mais novo:  $x$

Irmão do meio:  $2x$

Irmão mais velho:  $4x$

Hoje:

Irmão mais novo:  $x+10$

Irmão do meio:  $2x+10$

Irmão mais velho:  $4x+10$

$$x+10+2x+10+4x+10=65$$

$$7x=65-30$$

$$7x=35$$

$$x=5$$

hoje:

Irmão mais novo:  $x+10=5+10=15$

Irmão do meio:  $2x+10=10+10=20$

Irmão mais velho:  $4x+10=20+10=30$

Daqui a dez anos

Irmão mais novo:  $15+10=25$

Irmão do meio:  $20+10=30$

Irmão mais velho:  $30+10=40$

O irmão mais velho terá 40 anos.

### SISTEMA DE EQUAÇÕES DO 1º GRAU.

#### Sistema de Equação

#### Definição

Observe o raciocínio: João e José são colegas. Ao passarem por uma livraria, João resolveu comprar 2 cadernos e 3 livros e pagou por eles R\$ 15,40, no total dos produtos. José gastou R\$ 9,20 na compra de 2 livros e 1 caderno. Os dois ficaram satisfeitos e foram para casa.

No dia seguinte, encontram um outro colega e falaram sobre suas compras, porém não se lembrava do preço unitário de dos livros. Sabiam, apenas que todos os livros, como todos os cadernos, tinham o mesmo preço.

Bom, diante deste problema, será que existe algum modo de descobrir o preço de cada livro ou caderno com as informações que temos? Será visto mais à frente.

Um sistema de equação do primeiro grau com duas incógnitas  $x$  e  $y$ , pode ser definido como um conjunto formado por duas equações do primeiro grau. Lembrando que equação do primeiro grau é aquela que em todas as incógnitas estão elevadas à potência 1.

#### Observações gerais

Em tutoriais anteriores, já estudamos sobre equações do primeiro grau com duas incógnitas, como exemplo:  $X + y = 7x - y = 30$   $x + 2y = 9$   $x - 3y = 15$

Foi visto também que as equações do 1º grau com duas variáveis admitem infinitas soluções:

$$X + y = 6$$

$$x - y = 7$$

x	y	x	y
0	6	0	-7
1	5	1	-6
2	4	2	-5
3	3	3	-4
4	2	4	-3
5	1	5	-2
6	0	6	-1
...		...	

Vendo a tabela acima de soluções das duas equações, é possível checar que o par (4;2), isto é,  $x = 4$  e  $y = 2$ , é a solução para as duas equações.

Assim, é possível dizer que as equações

$$X + y = 6$$

$$X - y = 7$$

Formam um sistema de equações do 1º grau.

Exemplos de sistemas:

$$\begin{cases} x + y = 4 \\ x - y = 7 \end{cases}$$

$$\begin{cases} 2x + 3y + 2z = 10 \\ 4x - 5y + z = 15 \end{cases}$$

$$\begin{cases} 2x + y = 10 \\ 5x - 2y = 22 \end{cases}$$

Observe este símbolo. A matemática convencionou neste caso para indicar que duas ou mais equações formam um sistema.

### Resolução de sistemas

Resolver um sistema significa encontrar um par de valores das incógnitas **X** e **Y** que faça verdadeira as equações que fazem parte do sistema.

Exemplos:

a) O par (4,3) pode ser a solução do sistema

$$x - y = 2$$

$$x + y = 6$$

Para saber se estes valores satisfazem ao sistema, basta substituir os valores em ambas as equações:

$$x - y = 2 \quad x + y = 6$$

$$4 - 3 = 1 \quad 4 + 3 = 7$$

$$1 \neq 2 \text{ (falso)} \quad 7 \neq 6 \text{ (falso)}$$

**A resposta então é falsa. O par (4,3) não é a solução do sistema de equações acima.**

b) O par (5,3) pode ser a solução do sistema

$$x - y = 2$$

$$x + y = 8$$

Para saber se estes valores satisfazem ao sistema, basta substituir os valores em ambas as equações:

$$x - y = 2 \quad x + y = 8$$

$$5 - 3 = 2 \quad 5 + 3 = 8$$

$$2 = 2 \text{ (verdadeiro)} \quad 8 = 8 \text{ (verdadeiro)}$$

**A resposta então é verdadeira. O par (5,3) é a solução do sistema de equações acima.**

### Métodos para solução de sistemas do 1º grau.

- Método de substituição

Esse método de resolução de um sistema de 1º grau estabelece que “extrair” o valor de uma incógnita é substituir esse valor na outra equação.

Observe:

$$x - y = 2$$

$$x + y = 4$$

Vamos escolher uma das equações para “extrair” o valor de uma das incógnitas, ou seja, estabelecer o valor de acordo com a outra incógnita, desta forma:

$$x - y = 2 \text{ ---} \rightarrow x = 2 + y$$

Agora iremos substituir o “X” encontrado acima, na “X” da segunda equação do sistema:

$$x + y = 4$$

$$(2 + y) + y = 4$$

$$2 + 2y = 4 \text{ ----} \rightarrow 2y = 4 - 2 \text{ ----} \rightarrow 2y = 2 \text{ ----} \rightarrow y = 1$$

Temos que:  $x = 2 + y$ , então

$$x = 2 + 1$$

$$x = 3$$

Assim, o par (3,1) torna-se a solução verdadeira do sistema.

- Método da adição

Este método de resolução de sistema do 1º grau consiste apenas em somar os termos das equações fornecidas.

Observe:

$$x - y = -2$$

$$3x + y = 5$$

Neste caso de resolução, somam-se as equações dadas:

$$x - y = -2$$

$$\underline{3x + y = 5}$$

$$4x = 3$$

$$x = 3/4$$

Veja nos cálculos que quando somamos as duas equações o termo “Y” se anula. Isto tem que ocorrer para que possamos achar o valor de “X”.

Agora, e quando ocorrer de somarmos as equações e os valores de “x” ou “y” não se anularem para ficar somente uma incógnita ?

Neste caso, é possível usar uma técnica de cálculo de multiplicação pelo valor excludente negativo.

Ex.:

$$3x + 2y = 4$$

$$2x + 3y = 1$$

Ao somarmos os termos acima, temos:

$5x + 5y = 5$ , então para anularmos o “x” e encontramos o valor de “y”, fazemos o seguinte:

» multiplica-se a 1ª equação por +2

» multiplica-se a 2ª equação por -3

Vamos calcular então:

$$3x + 2y = 4 \quad (x + 2)$$

$$2x + 3y = 1 \quad (x - 3)$$



$$\begin{array}{r} 6x + 4y = 8 \\ -6x - 9y = -3 \\ \hline -5y = 5 \\ y = -1 \end{array}$$

Substituindo:

$$\begin{array}{r} 2x + 3y = 1 \\ 2x + 3(-1) = 1 \\ 2x = 1 + 3 \\ x = 2 \end{array}$$

Verificando:

$$\begin{array}{l} 3x + 2y = 4 \rightarrow 3(2) + 2(-1) = 4 \rightarrow 6 - 2 = 4 \\ 2x + 3y = 1 \rightarrow 2(2) + 3(-1) = 1 \rightarrow 4 - 3 = 1 \end{array}$$

**SISTEMA MÉTRICO: MEDIDAS DE TEMPO, COMPRIMENTO, SUPERFÍCIE E CAPACIDADE.**

**Sistema de Medidas Decimais**

Um sistema de medidas é um conjunto de unidades de medida que mantém algumas relações entre si. O sistema métrico decimal é hoje o mais conhecido e usado no mundo todo. Na tabela seguinte, listamos as unidades de medida de comprimento do sistema métrico. A unidade fundamental é o metro, porque dele derivam as demais.

Unidades de Comprimento						
km	hm	dam	m	dm	cm	mm
quilômetro	hectômetro	decâmetro	metro	decímetro	centímetro	milímetro
1000m	100m	10m	1m	0,1m	0,01m	0,001m

Há, de fato, unidades quase sem uso prático, mas elas têm uma função. Servem para que o sistema tenha um padrão: cada unidade vale sempre 10 vezes a unidade menor seguinte. Por isso, o sistema é chamado decimal.

E há mais um detalhe: embora o decímetro não seja útil na prática, o decímetro cúbico é muito usado com o nome popular de litro. As unidades de área do sistema métrico correspondem às unidades de comprimento da tabela anterior.

São elas: quilômetro quadrado (km<sup>2</sup>), hectômetro quadrado (hm<sup>2</sup>), etc. As mais usadas, na prática, são o quilômetro quadrado, o metro quadrado e o hectômetro quadrado, este muito importante nas atividades rurais com o nome de hectare (ha): 1 hm<sup>2</sup> = 1 ha.

No caso das unidades de área, o padrão muda: uma unidade é 100 vezes a menor seguinte e não 10 vezes, como nos comprimentos. Entretanto, consideramos que o sistema continua decimal, porque 100 = 10<sup>2</sup>.

Unidades de Área						
km <sup>2</sup>	hm <sup>2</sup>	dam <sup>2</sup>	m <sup>2</sup>	dm <sup>2</sup>	cm <sup>2</sup>	mm <sup>2</sup>
quilômetro quadrado	hectômetro quadrado	decâmetro quadrado	metro quadrado	decímetro quadrado	centímetro quadrado	milímetro quadrado
1000000m <sup>2</sup>	10000m <sup>2</sup>	100m <sup>2</sup>	1m <sup>2</sup>	0,01m <sup>2</sup>	0,0001m <sup>2</sup>	0,000001m <sup>2</sup>

Agora, vejamos as unidades de volume. De novo, temos a lista: quilômetro cúbico (km<sup>3</sup>), hectômetro cúbico (hm<sup>3</sup>), etc. Na prática, são muitos usados o metro cúbico e o centímetro cúbico.

Nas unidades de volume, há um novo padrão: cada unidade vale 1000 vezes a unidade menor seguinte. Como 1000 = 10<sup>3</sup>, o sistema continua sendo decimal.



Unidades de Volume						
km <sup>3</sup>	hm <sup>3</sup>	dam <sup>3</sup>	m <sup>3</sup>	dm <sup>3</sup>	cm <sup>3</sup>	mm <sup>3</sup>
quilômetro cúbico	hectômetro cúbico	decâmetro cúbico	metro cúbico	decímetro cúbico	centímetro cúbico	milímetro cúbico
1000000000m <sup>3</sup>	1000000m <sup>3</sup>	1000m <sup>3</sup>	1m <sup>3</sup>	0,001m <sup>3</sup>	0,000001m <sup>3</sup>	0,000000001m <sup>3</sup>

A noção de capacidade relaciona-se com a de volume. Se o volume da água que enche um tanque é de 7 000 litros, dizemos que essa é a capacidade do tanque. A unidade fundamental para medir capacidade é o litro (l); 1l equivale a 1 dm<sup>3</sup>. Cada unidade vale 10 vezes a unidade menor seguinte.

Unidades de Capacidade						
kl	hl	dal	l	dl	cl	ml
quilolitro	hectolitro	decalitro	litro	decilitro	centímetro	mililitro
1000l	100l	10l	1l	0,1l	0,01l	0,001l

O sistema métrico decimal inclui ainda unidades de medidas de massa. A unidade fundamental é o grama.

Unidades de Massa						
kg	hg	dag	g	dg	cg	mg
quilograma	hectograma	decagrama	grama	decigrama	centigrama	miligrama
1000g	100g	10g	1g	0,1g	0,01g	0,001g

Dessas unidades, só têm uso prático o quilograma, o grama e o miligrama. No dia-a-dia, usa-se ainda a tonelada (t): 1t = 1000 kg.

### Não Decimais

Desse grupo, o sistema hora – minuto – segundo, que mede intervalos de tempo, é o mais conhecido.

$$2h = 2 \cdot 60min = 120 \text{ min} = 120 \cdot 60s = 7200s$$

Para passar de uma unidade para a menor seguinte, multiplica-se por 60.

0,3h não indica 30 minutos nem 3 minutos; como 1 décimo de hora corresponde a 6 minutos, conclui-se que 0,3h = 18min.

Para medir ângulos, também temos um sistema não decimal. Nesse caso, a unidade básica é o grau. Na astronomia, na cartografia e na navegação são necessárias medidas inferiores a 1°. Temos, então:

1 grau equivale a 60 minutos (1° = 60')

1 minuto equivale a 60 segundos (1' = 60'')

Os minutos e os segundos dos ângulos não são, é claro, os mesmos do sistema hora – minuto – segundo. Há uma coincidência de nomes, mas até os símbolos que os indicam são diferentes:

1h32min24s é um intervalo de tempo ou um instante do dia.

1° 32' 24'' é a medida de um ângulo.

Por motivos óbvios, cálculos no sistema hora – minuto – segundo são similares a cálculos no sistema grau – minuto – segundo, embora esses sistemas correspondam a grandezas distintas.

Há ainda um sistema não-decimal, criado há algumas décadas, que vem se tornando conhecido. Ele é usado para medir a informação armazenada em memória de computadores, disquetes, discos compacto, etc. As unidades de medida são bytes (b), kilobytes (kb), megabytes (Mb), etc. Apesar de se usarem os prefixos “kilo” e “mega”, essas unidades não formam um sistema decimal.

Um kilobyte equivale a 2<sup>10</sup> bytes e 1 megabyte equivale a 2<sup>10</sup> kilobytes.

*Exercícios*

1. Raquel saiu de casa às 13h 45min, caminhando até o curso de inglês que fica a 15 minutos de sua casa, e chegou na hora da aula cuja duração é de uma hora e meia. A que horas terminará a aula de inglês?

- a) 14h
- b) 14h 30min
- c) 15h 15min
- d) 15h 30min
- e) 15h 45min

2. 348 mm<sup>3</sup> equivalem a quantos decilitros?

3. Quantos decalitros equivalem a 1 m<sup>3</sup>?

4. Passe 50 dm<sup>2</sup> para hectômetros quadrados.

5. Quantos quilômetros cúbicos equivalem a 14 mm<sup>3</sup>?

6. Quantos centilitros equivalem a 15 hl?

7. Passe 5.200 gramas para quilogramas.

8. Converta 2,5 metros em centímetros.

9. Quantos minutos equivalem a 5h05min?

10. Quantos minutos se passaram das 9h50min até as 10h35min?

*Respostas*

1) Resposta “D”.

Solução: Basta somarmos todos os valores mencionados no enunciado do teste, ou seja:

$$13h\ 45min + 15\ min + 1h\ 30\ min = 15h\ 30min$$

Logo, a questão correta é a letra D.

2) Resposta “0, 00348 dl”.

Solução: Como 1 cm<sup>3</sup> equivale a 1 ml, é melhor dividirmos 348 mm<sup>3</sup> por mil, para obtermos o seu equivalente em centímetros cúbicos: 0,348 cm<sup>3</sup>.

Logo 348 mm<sup>3</sup> equivalem a 0, 348 ml, já que cm<sup>3</sup> e ml se equivalem.

Neste ponto já convertemos de uma unidade de medida de volume, para uma unidade de medida de capacidade.

Falta-nos passarmos de mililitros para decilitros, quando então passaremos dois níveis à esquerda. Dividiremos então por 10 duas vezes:

$$0,348ml : 10 : 10 \Rightarrow 0,00348dl$$

Logo, 348 mm<sup>3</sup> equivalem a 0, 00348 dl.

3) Resposta “100 dal”.

Solução: Sabemos que 1 m<sup>3</sup> equivale a 1.000 l, portanto para convertermos de litros a decalitros, passaremos um nível à esquerda.

Dividiremos então 1.000 por 10 apenas uma vez:

$$1000l : 10 \Rightarrow 100dal$$

Isto equivale a passar a vírgula uma casa para a esquerda. Poderíamos também raciocinar da seguinte forma:

Como 1 m<sup>3</sup> equivale a 1 kl, basta fazermos a conversão de 1 kl para decalitros, quando então passaremos dois níveis à direita. Multiplicaremos então 1 por 10 duas vezes:

$$1kl.10.10 \Rightarrow 100dal$$

Logo, 100 dal equivalem a 1 m<sup>3</sup>.

4) Resposta “0, 00005 hm<sup>2</sup>”.

Solução: Para passarmos de decímetros quadrados para hectômetros quadrados, passaremos três níveis à esquerda.

Dividiremos então por 100 três vezes:

$$50dm^2 : 100 : 100 : 100 \Rightarrow 0,00005hm^2$$

Isto equivale a passar a vírgula seis casas para a esquerda.

Portanto, 50 dm<sup>2</sup> é igual a 0, 00005 hm<sup>2</sup>.

5) Resposta “0,00000000000000000014 km<sup>3</sup>, ou a 1,4 x 10<sup>-17</sup> km<sup>3</sup>”.

Solução: Para passarmos de milímetros cúbicos para quilômetros cúbicos, passaremos seis níveis à esquerda. Dividiremos então 14 por 1000 seis vezes:

$$14mm^3 : 1000 : 1000 : 1000 : 1000 : 1000 : 1000$$

$$\Rightarrow 14 : 10^{18} km^3 \Rightarrow 14.10^{-18} km$$

$$\Rightarrow 1,4.10^{-17} km^3 \Rightarrow 0.00000000000000000014 km^3$$

Portanto, 0, 00000000000000000014 km<sup>3</sup>, ou a 1,4 x 10<sup>-17</sup> km<sup>3</sup> se expresso em notação científica equivalem a 14 mm<sup>3</sup>.

6) Resposta “150.000 cl”.

Solução: Para irmos de hectolitros a centilitros, passaremos quatro níveis à direita.

Multiplicaremos então 15 por 10 quatro vezes:

$$15hl.10.10.10.10 \Rightarrow 150.000cl$$

Isto equivale a passar a vírgula quatro casas para a direita.

Logo, 150.000 cl equivalem a 15 hl.

7) Resposta “5,2 kg”.

Solução: Para passarmos 5.200 gramas para quilogramas, devemos dividir (porque na tabela grama está à direita de quilograma) 5.200 por 10 três vezes, pois para passarmos de gramas para quilogramas saltamos três níveis à esquerda.

Primeiro passamos de grama para decagrama, depois de decagrama para hectograma e finalmente de hectograma para quilograma:

$$5200g : 10 : 10 : 10 \Rightarrow 5,2kg$$

Isto equivale a passar a vírgula três casas para a esquerda.

Portanto, 5.200 g são iguais a 5,2 kg.

8) Resposta “250 cm”.

Solução: Para convertermos 2,5 metros em centímetros, devemos multiplicar (porque na tabela metro está à esquerda de centímetro) 2,5 por 10 duas vezes, pois para passarmos de metros para centímetros saltamos dois níveis à direita.

Primeiro passamos de metros para decímetros e depois de decímetros para centímetros:

$$2,5m \cdot 10 \cdot 10 \Rightarrow 250cm$$

Isto equivale a passar a vírgula duas casas para a direita.

Logo, 2,5 m é igual a 250 cm.

9) Resposta “305min”.

Solução:

$$(5 \cdot 60) + 5 = 305 \text{ min.}$$

10) Resposta “45 min”.

Solução: 45 min

**RELAÇÃO ENTRE GRANDEZAS:  
TABELAS E GRÁFICOS.**

**Números Diretamente Proporcionais**

Considere a seguinte situação:

Joana gosta de queijadinha e por isso resolveu aprender a fazê-las. Adquiriu a receita de uma amiga. Nessa receita, os ingredientes necessários são:

- 3 ovos
- 1 lata de leite condensado
- 1 xícara de leite
- 2 colheres das de sopa de farinha de trigo
- 1 colher das de sobremesa de fermento em pó
- 1 pacote de coco ralado
- 1 xícara de queijo ralado
- 1 colher das de sopa de manteiga

Vêja que:

- Para se fazerem 2 receitas seriam usados 6 ovos para 4 colheres de farinha;

- Para se fazerem 3 receitas seriam usados 9 ovos para 6 colheres de farinha;

- Para se fazerem 4 receitas seriam usados 12 ovos para 8 colheres de farinha;

- Observe agora as duas sucessões de números:

Sucessão do número de ovos: 6 9 12

Sucessão do número de colheres de farinha: 4 6 8

Nessas sucessões as razões entre os termos correspondentes são iguais:

$$\frac{6}{4} = \frac{3}{2} \quad \frac{9}{6} = \frac{3}{2} \quad \frac{12}{8} = \frac{3}{2}$$

$$\text{Assim: } \frac{6}{4} = \frac{9}{6} = \frac{12}{8} = \frac{3}{2}$$

Dizemos, então, que:

- os números da sucessão 6, 9, 12 são **diretamente proporcionais** aos da sucessão 4, 6, 8;

- o número  $\frac{3}{2}$ , que é a razão entre dois termos correspondentes, é chamado **fator de proporcionalidade**.

Dois sucessões de números não-nulos são diretamente proporcionais quando as razões entre cada termo da primeira sucessão e o termo correspondente da segunda sucessão são iguais.

**Exemplo 1:** Vamos determinar  $x$  e  $y$ , de modo que as sucessões sejam diretamente proporcionais:

$$\frac{2}{3} = \frac{8}{x} = \frac{y}{21}$$

Como as sucessões são diretamente proporcionais, as razões são iguais, isto é:

$$\frac{2}{3} = \frac{8}{x} = \frac{y}{21}$$

$$\frac{2}{3} = \frac{8}{x}$$

$$2x = 3 \cdot 8$$

$$2x = 24$$

$$x = \frac{24}{2}$$

$$x = 12$$

$$\frac{2}{3} = \frac{y}{21}$$

$$3y = 2 \cdot 21$$

$$3y = 42$$

$$y = \frac{42}{3}$$

$$y = 14$$

Logo,  $x = 12$  e  $y = 14$

**Exemplo 2:** Para montar uma pequena empresa, Júlio, César e Toni formaram uma sociedade. Júlio entrou com R\$ 24.000,00, César com R\$ 27.000,00 e Toni com R\$ 30.000,00. Depois de 6 meses houve um lucro de R\$ 32.400,00 que foi repartido entre eles em partes diretamente proporcionais à quantia investida. Calcular a parte que coube a cada um.

Solução:

Representando a parte de Júlio por  $x$ , a de César por  $y$ , e a de Toni por  $z$ , podemos escrever:

$$\begin{cases} x + y + z = 32400 \\ \frac{x}{24000} = \frac{y}{27000} = \frac{z}{30000} \end{cases}$$



$$\frac{x}{24000} = \frac{y}{27000} = \frac{z}{30000} = \frac{\overbrace{x+y+z}^{32400}}{\underbrace{24000+27000+30000}_{81000}}$$

Resolvendo as proporções:

$$\frac{x}{24000} = \frac{32400}{81000}$$

$$10x = 96\ 000$$

$$x = 9\ 600$$

$$\frac{y}{27000} = \frac{4}{10}$$

$$10y = 108\ 000$$

$$y = 10\ 800$$

$$\frac{z}{3000} = \frac{4}{10}$$

$$10z = 120\ 000$$

$$z = 12\ 000$$

Logo, Júlio recebeu R\$ 9.600,00, César recebeu R\$ 10.800,00 e Toni, R\$ 12.000,00.

### Números Inversamente Proporcionais

Considere os seguintes dados, referentes à produção de sorvete por uma máquina da marca x-5:

- 1 máquina x-5 produz 32 litros de sorvete em 120 min.
- 2 máquinas x-5 produzem 32 litros de sorvete em 60 min.
- 4 máquinas x-5 produzem 32 litros de sorvete em 30 min.
- 6 máquinas x-5 produzem 32 litros de sorvete em 20 min.

Observe agora as duas sucessões de números:

Sucessão do número de máquinas: 1    2    4    6  
 Sucessão do número de minutos: 120    60    30    20

Nessas sucessões as razões entre cada termo da primeira sucessão e o inverso do termo correspondente da segunda são iguais:

$$\frac{1}{120} = \frac{2}{60} = \frac{4}{30} = \frac{6}{20} = 120$$

Dizemos, então, que:

- os números da sucessão 1, 2, 4, 6 são inversamente proporcionais aos da sucessão 120, 60, 30, 20;
- o número 120, que é a razão entre cada termo da primeira sucessão e o inverso do seu correspondente na segunda, é chamado fator de proporcionalidade.

Observando que

$$\frac{1}{20} \text{ é o mesmo que } 1 \cdot 120 = 120 \quad \frac{4}{30} \text{ é o mesmo que } 4 \cdot 30 = 120$$

$$\frac{2}{60} \text{ é o mesmo que } 2 \cdot 60 = 120 \quad \frac{6}{20} \text{ é o mesmo que } 6 \cdot 20 = 120$$

Podemos dizer que: Duas sucessões de números não-nulos são inversamente proporcionais quando os produtos de cada termo da primeira sucessão pelo termo correspondente da segunda sucessão são iguais.

**Exemplo 1:** Vamos determinar x e y, de modo que as sucessões sejam inversamente proporcionais:

$$\frac{4}{20} \quad \frac{x}{16} \quad \frac{8}{y}$$

Para que as sucessões sejam inversamente proporcionais, os produtos dos termos correspondentes deverão ser iguais. Então devemos ter:

$$4 \cdot 20 = 16 \cdot x = 8 \cdot y$$

$$16 \cdot x = 4 \cdot 20 \quad 8 \cdot y = 4 \cdot 20$$

$$16x = 80 \quad 8y = 80$$

$$x = 80/16 \quad y = 80/8$$

$$x = 5 \quad y = 10$$

Logo, x = 5 e y = 10.

**Exemplo 2:** Vamos dividir o número 104 em partes inversamente proporcionais aos números 2, 3 e 4.

Representamos os números procurados por x, y e z. E como as sucessões (x, y, z) e (2, 3, 4) devem ser inversamente proporcionais, escrevemos:

$$\frac{x}{2} = \frac{y}{3} = \frac{z}{4} = \frac{\overbrace{x+y+z}^{104}}{\frac{1}{2} + \frac{1}{3} + \frac{1}{4}}$$

$$\text{Como, } \frac{104}{\frac{1}{2} + \frac{1}{3} + \frac{1}{4}} = \frac{104}{\frac{6+4+3}{12}} = \frac{104}{\frac{13}{12}} = 104 \cdot \frac{12}{13} = 104^8 \cdot \frac{12}{13} = \frac{96}{1}$$

$$x = 96^{\frac{48}{2}} \quad y = 96^{\frac{32}{3}} \quad z = 96^{\frac{24}{4}}$$

$$x = 48 \quad y = 32 \quad z = 24$$

Logo, os números procurados são 48, 32 e 24.

### Grandezas Diretamente Proporcionais

Considere uma usina de açúcar cuja produção, nos cinco primeiros dias da safra de 2005, foi a seguinte:



Dias	Sacos de açúcar
1	5 000
2	10 000
3	15 000
4	20 000
5	25 000

Com base na tabela apresentada observamos que:

- duplicando o número de dias, duplicou a produção de açúcar;
- triplicando o número de dias, triplicou a produção de açúcar, e assim por diante.

Nesse caso dizemos que as grandezas **tempo** e **produção** são **diretamente proporcionais**.

Observe também que, duas a duas, as razões entre o número de dias e o número de sacos de açúcar são iguais:

$$\frac{1}{2} = \frac{5000}{10000} \quad \frac{1}{4} = \frac{5000}{20000} \quad \frac{2}{3} = \frac{10000}{15000} \quad \frac{2}{5} = \frac{10000}{25000} \quad \frac{3}{5} = \frac{15000}{25000}$$

$$\frac{1}{3} = \frac{5000}{15000} \quad \frac{1}{5} = \frac{5000}{25000} \quad \frac{2}{4} = \frac{10000}{20000} \quad \frac{3}{4} = \frac{15000}{20000} \quad \frac{4}{5} = \frac{20000}{25000}$$

Isso nos leva a estabelecer que: Duas grandezas são diretamente proporcionais quando a razão entre os valores da primeira é igual à razão entre os valores da segunda.

Tomemos agora outro exemplo.

Com 1 tonelada de cana-de-açúcar, uma usina produz 70l de álcool.

De acordo com esses dados podemos supor que:

- com o dobro do número de toneladas de cana, a usina produza o dobro do número de litros de álcool, isto é, 140l;
- com o triplo do número de toneladas de cana, a usina produza o triplo do número de litros de álcool, isto é, 210l.

Então concluímos que as grandezas quantidade de cana-de-açúcar e número de litros de álcool são **diretamente proporcionais**.

### Grandezas Inversamente Proporcionais

Considere uma moto cuja velocidade média e o tempo gasto para percorrer determinada distância encontram-se na tabela:

Velocidade	Tempo
30 km/h	12 h
60 km/h	6 h
90 km/h	4 h
120 km/h	3 h

Com base na tabela apresentada observamos que:

- duplicando a velocidade da moto, o número de horas fica reduzido à metade;
- triplicando a velocidade, o número de horas fica reduzido à terça parte, e assim por diante.

Nesse caso dizemos que as grandezas **velocidade** e **tempo** são **inversamente proporcionais**.

Observe que, duas a duas, as razões entre os números que indicam a velocidade são iguais ao inverso das razões que indicam o tempo:

$$\frac{30}{60} = \frac{6}{12} \text{ inverso da razão } \frac{12}{6}$$

$$\frac{30}{90} = \frac{4}{12} \text{ inverso da razão } \frac{12}{4}$$

$$\frac{30}{120} = \frac{3}{12} \text{ inverso da razão } \frac{12}{3}$$

$$\frac{60}{90} = \frac{4}{6} \text{ inverso da razão } \frac{6}{4}$$

$$\frac{60}{120} = \frac{3}{6} \text{ inverso da razão } \frac{6}{3}$$

$$\frac{90}{120} = \frac{3}{6} \text{ inverso da razão } \frac{4}{3}$$

Podemos, então, estabelecer que: Duas grandezas são inversamente proporcionais quando a razão entre os valores da primeira é igual ao inverso da razão entre os valores da segunda.

Acompanhe o exemplo a seguir:

Cinco máquinas iguais realizam um trabalho em 36 dias. De acordo com esses dados, podemos supor que:

- o dobro do número de máquinas realiza o mesmo trabalho na metade do tempo, isto é, 18 dias;
- o triplo do número de máquinas realiza o mesmo trabalho na terça parte do tempo, isto é, 12 dias.

Então concluímos que as grandezas **quantidade de máquinas** e **tempo** são **inversamente proporcionais**.

### Exercícios

1- Calcule x e y nas sucessões diretamente proporcionais:

a)  $\begin{matrix} 1 & x & 7 \\ 5 & 15 & y \end{matrix}$

b)  $\begin{matrix} 5 & 10 & y \\ x & 8 & 24 \end{matrix}$

c)  $\begin{matrix} x & y & 21 \\ 14 & 35 & 49 \end{matrix}$

d)  $\begin{matrix} 8 & 12 & 20 \\ x & y & 35 \end{matrix}$

2- Calcule x e y nas sucessões inversamente proporcionais:

a)  $\begin{matrix} 4 & x & y \\ 25 & 20 & 10 \end{matrix}$

b)  $\begin{matrix} 30 & 15 & 10 \\ x & 8 & y \end{matrix}$

c)  $\begin{matrix} 2 & 10 & y \\ x & 9 & 15 \end{matrix}$

d)  $\begin{matrix} x & y & 2 \\ 12 & 4 & 6 \end{matrix}$

3- Divida 132 em partes inversamente proporcionais a 2, 5 e 8.

4- Reparta 91 em partes inversamente proporcionais a

$$\frac{1}{3}, \frac{1}{4}, e \frac{1}{6}$$

5- Divida 215 em partes diretamente proporcionais a

$$\frac{3}{4}, \frac{5}{2}, e \frac{1}{3}$$

6- Marcelo repartiu entre seus filhos Rafael (15 anos) e Mateus (12 anos) 162 cabeças de gado em partes diretamente proporcionais à idade de cada um. Qual a parte que coube a Rafael?

7- Evandro, Sandro e José Antônio resolveram montar um pequeno negócio, e para isso formaram uma sociedade. Evandro entrou com R\$ 24.000,00, Sandro com R\$ 30.000,00, José Antônio com R\$ 36.000,00. Depois de 4 meses tiveram um lucro de R\$ 60.000,00, que foi repartido entre eles. Quanto recebeu cada um? (Nota: A divisão do lucro é diretamente proporcional à quantia que cada um empregou.)

8- Leopoldo e Wilson jogam juntos na Sena e acertam os seis números, recebendo um prêmio de R\$ 750.000,00. Como Leopoldo participou com R\$ 80,00 e Wilson com R\$ 70,00, o prêmio foi dividido entre eles em partes diretamente proporcionais à participação de cada um. Qual a parte que coube a Wilson?

9- O proprietário de uma chácara distribuiu 300 laranjas a três famílias em partes diretamente proporcionais ao número de filhos. Sabendo-se que as famílias A, B e C têm respectivamente 2, 3 e 5 filhos, quantas laranjas recebeu cada família?

10- (UFAC) João, Paulo e Roberto formam uma sociedade comercial e combinam que o lucro advindo da sociedade será dividido em partes diretamente proporcionais às quantias que cada um dispôs para formarem a sociedade. Se as quantias empregadas por João, Paulo e Roberto foram, nesta ordem, R\$ 1.500.000,00, R\$ 1.000.000,00 e R\$ 800.000,00, e o lucro foi de R\$ 1.650.000,00, que parte do lucro caberá a cada um?

**Respostas**

1- a)  $x = 3$   $y = 35$  b)  $x = 4$   $y = 30$  c)  $x = 6$   $y = 15$  d)  $x = 14$   $y = 21$

2- a)  $x = 5$   $y = 10$  b)  $x = 4$   $y = 12$  c)  $x = 45$   $y = 6$  d)  $x = 1$   $y = 3$

3- 80, 32, 20

4- 21, 28, 43

5- 45, 150, 20

6- 90

7- Evandro R\$16.000,00 Sandro R\$20.000,00 José Antônio R\$24.000,00

8- R\$350.000,00

9- 60, 90, 150

10- João R\$750.000,00 Paulo R\$500.000,00 Roberto R\$400.000,00

**Resolução 04**

$$x+y+z$$

----- =  $x/3$  ou  $y/4$  ou  $z/6$  (as frações foram invertidas porque  $3+4+6$  as partes são inversas)

$$91/13=x/3$$

$$13x=273$$

$$x=21$$

$$91/13=y/4$$

$$13y=364$$

$$y=28$$

$$91/13=z/6$$

$$13z=546$$

$$z=42$$

**Resolução 05**

$$x/(3/4) = y/(5/2) = z/(1/3) = k \text{ (constante)}$$

$$x + y + z = 215$$

$$3k/4 + 5k/2 + k/3 = 215$$

$$(18k + 60k + 8k)/24 = 215 \rightarrow k = 60$$

$$x = 60.(3/4) = 45$$

$$y = 60.(5/2) = 150$$

$$z = 60/3 = 20$$

(x, y, z) → partes diretamente proporcionais

**Resolução 06**

$$x = \text{Rafael}$$

$$y = \text{Mateus}$$

$x/15 + y/12 = 160/27$  (dividindo 160 por 27 (dá 6), e fazendo proporções, só calcular)

$$x/15=6$$

$$x=90$$

$$y/12=6$$

$$y=72$$



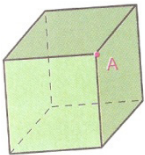
**NOÇÕES DE GEOMETRIA: FORMA, PERÍMETRO, ÁREA, VOLUME. TEOREMA DE PITÁGORAS.**

A Geometria é a parte da matemática que estuda as figuras e suas propriedades. A geometria estuda figuras abstratas, de uma perfeição não existente na realidade. Apesar disso, podemos ter uma boa idéia das figuras geométricas, observando objetos reais, como o aro da cesta de basquete que sugere uma circunferência, as portas e janelas que sugerem retângulos e o dado que sugere um cubo.

**As Figuras Básicas**

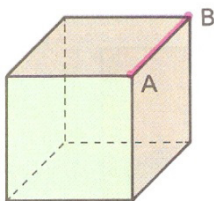
Aproveitaremos o cubo, figura bastante conhecida de todos, para mencionar três figuras básicas da geometria: o **ponto**, a **reta** e o **plano**.

No cubo seguinte, três faces são visíveis, e três não. As três faces visíveis têm em comum apenas o ponto A.



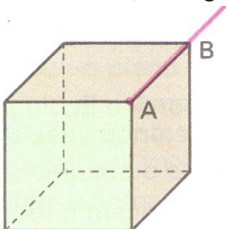
Os matemáticos consideram que os pontos são tão pequenos que não chegam a ter tamanho algum. Para representar um ponto fazemos uma marca bem pequena no papel e para nomeá-lo usamos uma letra maiúscula: A, B, C, etc.

Considere agora a face superior do cubo e a face que vemos à direita. Estas faces têm em comum o segmento de reta AB, com extremidades nos pontos A e B.

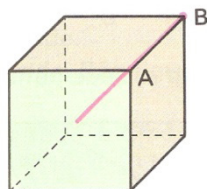


O segmento AB (“tem começo e fim”)

Nas próximas figuras, indicamos a semi-reta AB, de origem A, e a semi-reta BA, de origem B.

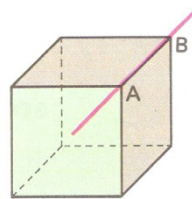


A semi-reta AB (sua origem é A e “ela não tem fim”)



A semi-reta BA (sua origem é B e “ela não tem fim”)

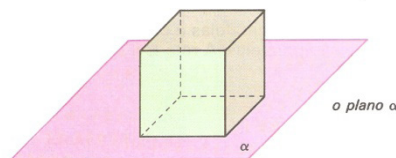
A seguir, indicamos a reta AB.



A reta AB (“não tem começo nem fim”)

Os matemáticos consideram que as retas não têm largura. Para nomeá-las, além de notações como AB, é muito comum o uso de letras minúsculas: r, s, t, etc.

Prolongando indefinidamente uma face de um cubo em todas as direções, como indica a próxima figura, temos um plano.



O plano  $\alpha$

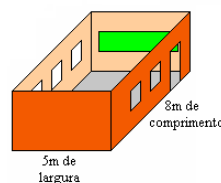
Os planos não têm espessura. Para nomeá-los, usamos letras gregas, principalmente as três primeiras  $\alpha$  (alfa),  $\beta$  (beta) e  $\gamma$  (gama).

**Perímetro**

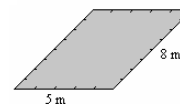
Entendendo o que é perímetro.

Imagine uma sala de aula de 5m de largura por 8m de comprimento.

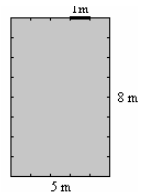
Quantos metros lineares serão necessários para colocar rodapé nesta sala, sabendo que a porta mede 1m de largura e que nela não se coloca rodapé?



SALA DE AULA EM PERSPECTIVA



PLANTA BAIXA EM PERSPECTIVA



PLANTA BAIXA

A conta que faríamos seria somar todos os lados da sala, menos 1m da largura da porta, ou seja:

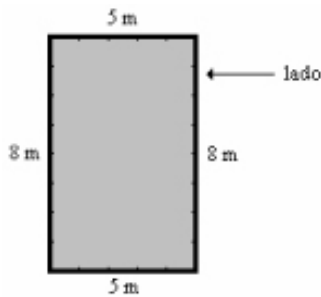
$$P = (5 + 5 + 8 + 8) - 1$$

$$P = 26 - 1$$

$$P = 25$$







Colocaríamos 25m de rodapé.

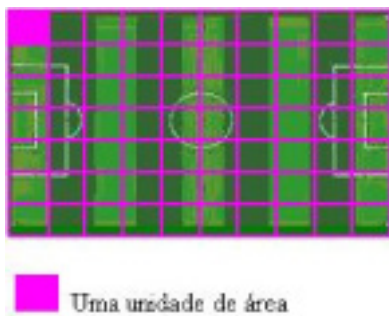
A soma de todos os lados da planta baixa se chama Perímetro. Portanto, Perímetro é a soma dos lados de uma figura plana.

**Área**

Área é a medida de uma superfície.

A área do campo de futebol é a medida de sua superfície (gramado).

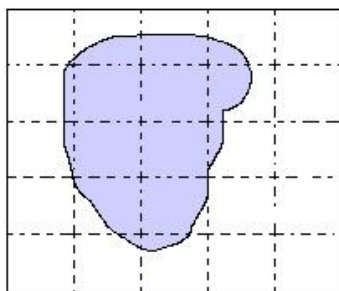
Se pegarmos outro campo de futebol e colocarmos em uma malha quadriculada, a sua área será equivalente à quantidade de quadradinho. Se cada quadradinho for uma unidade de área:



Veremos que a área do campo de futebol é 70 unidades de área.

A unidade de medida da área é: m<sup>2</sup> (metros quadrados), cm<sup>2</sup> (centímetros quadrados), e outros.

Se tivermos uma figura do tipo:

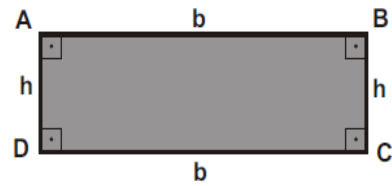


Sua área será um valor aproximado. Cada é uma unidade, então a área aproximada dessa figura será de 4 unidades.

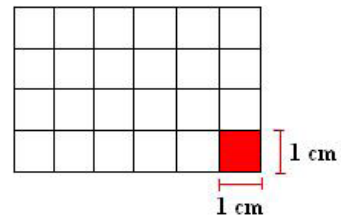
No estudo da matemática calculamos áreas de figuras planas e para cada figura há uma fórmula pra calcular a sua área.

**Retângulo**

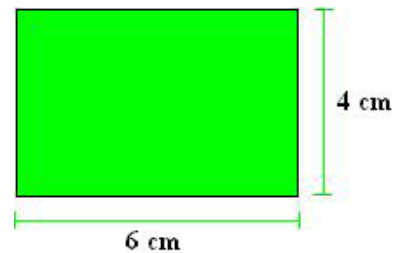
É o quadrilátero que tem todos os ângulos internos congruentes e iguais a 90°.



No cálculo da área de qualquer retângulo podemos seguir o raciocínio:



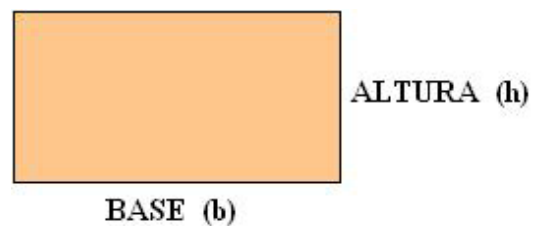
Pegamos um retângulo e colocamos em uma malha quadriculada onde cada quadrado tem dimensões de 1 cm. Se contarmos, veremos que há 24 quadrados de 1 cm de dimensões no retângulo. Como sabemos que a área é a medida da superfície de uma figuras podemos dizer que 24 quadrados de 1 cm de dimensões é a área do retângulo.



O retângulo acima tem as mesmas dimensões que o outro, só que representado de forma diferente. O cálculo da área do retângulo pode ficar também da seguinte forma:

$$A = 6 \cdot 4 \qquad A = 24 \text{ cm}^2$$

Podemos concluir que a área de qualquer retângulo é:

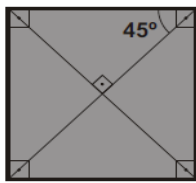


$$A = b \cdot h$$

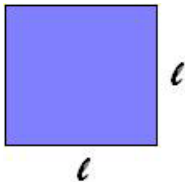
**Quadrado**

É o quadrilátero que tem os lados congruentes e todos os ângulos internos congruentes (90°).





Sua área também é calculada com o produto da base pela altura. Mas podemos resumir essa fórmula:



Como todos os lados são iguais, podemos dizer que base é igual a  $l$  e a altura igual a  $l$ , então, substituindo na fórmula  $A = b \cdot h$ , temos:

$$A = l \cdot l$$

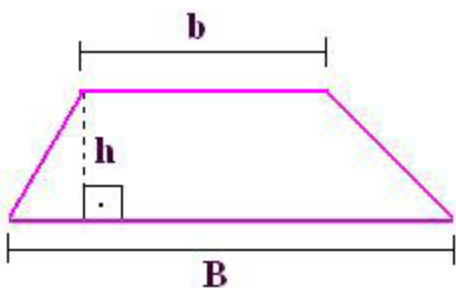
$$A = l^2$$

### Área do Trapézio

A área do trapézio está relacionada com a área do triângulo que é calculada utilizando a seguinte fórmula:

$$A = \frac{b \cdot h}{2} \quad (b = \text{base e } h = \text{altura}).$$

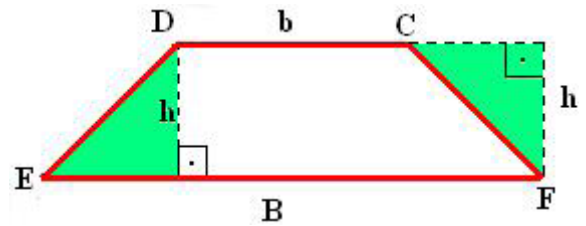
Observe o desenho de um trapézio e os seus elementos mais importantes (elementos utilizados no cálculo da sua área):



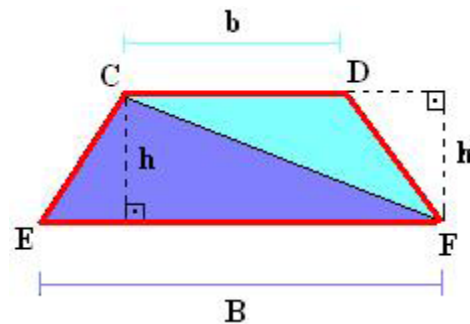
Um trapézio é formado por uma base maior (B), por uma base menor (b) e por uma altura (h).

Para fazermos o cálculo da área do trapézio é preciso dividi-lo em dois triângulos, veja como:

Primeiro: completamos as alturas no trapézio:



Segundo: o dividimos em dois triângulos:



A área desse trapézio pode ser calculada somando as áreas dos dois triângulos ( $\triangle CDF$  e  $\triangle CEF$ ).

Antes de fazer o cálculo da área de cada triângulo separadamente observamos que eles possuem bases diferentes e alturas iguais.

Cálculo da área do  $\triangle CEF$ :

$$A\Delta 1 = \frac{B \cdot h}{2}$$

Cálculo da área do  $\triangle CDF$ :

$$A\Delta 2 = \frac{b \cdot h}{2}$$

Somando as duas áreas encontradas, teremos o cálculo da área de um trapézio qualquer:

$$AT = A\Delta 1 + A\Delta 2$$

$$AT = \frac{B \cdot h}{2} + \frac{b \cdot h}{2}$$

$AT = \frac{B \cdot h + b \cdot h}{2} \rightarrow$  colocar a altura (h) em evidência, pois é um termo comum aos dois fatores.

$$AT = \frac{h(B + b)}{2}$$

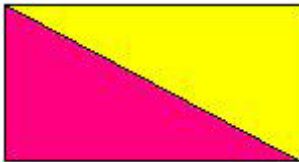
Portanto, no cálculo da área de um trapézio qualquer utilizamos a seguinte fórmula:

$$A = \frac{h(B + b)}{2}$$

h = altura  
 B = base maior do trapézio  
 b = base menor do trapézio

Área do Triângulo

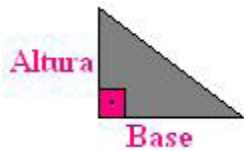
Observe o retângulo abaixo, ele está dividido ao meio pela diagonal:



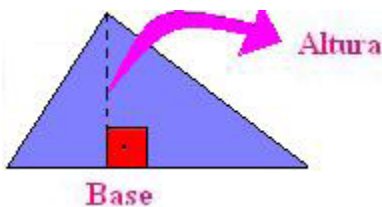
A área do retângulo é  $A = b \cdot h$ , a medida da área de cada metade será a área do retângulo dividida por dois. Cada parte dividida do retângulo é um triângulo, assim podemos concluir que a área do triângulo será:

$$A = \frac{b \cdot h}{2}$$

Mas como veremos a altura no triângulo? A altura deve ser sempre perpendicular à base do triângulo.



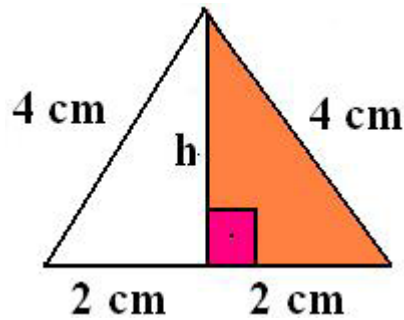
No triângulo retângulo é fácil ver a altura, pois é o próprio lado do triângulo, e forma com a base um ângulo de 90° (ângulo reto).



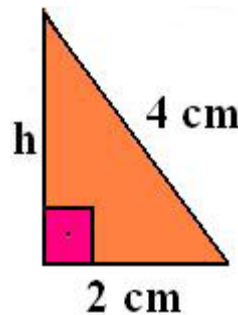
Quando a altura não coincide com o lado do triângulo, devemos traçar uma reta perpendicular à base (formando um ângulo de 90° com a base) que será a altura do triângulo.

Observe o exemplo:

Observe o triângulo equilátero (todos os lados iguais). Calcule a sua área.



Como o valor da altura não está indicado, devemos calcular o seu valor, para isso utilizaremos o teorema de Pitágoras no triângulo:



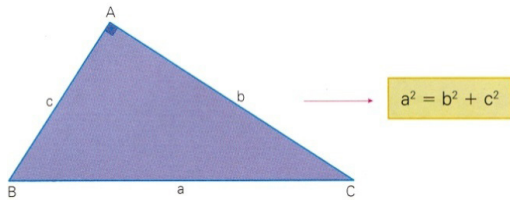
$$\begin{aligned} 4^2 &= h^2 + 2^2 \\ 16 &= h^2 + 4 \\ 16 - 4 &= h^2 \\ 12 &= h^2 \\ h &= \sqrt{12} \\ h &= 2\sqrt{3} \text{ cm} \end{aligned}$$

Com o valor da altura, basta substituir na fórmula o valor da base e da altura.

$$\begin{aligned} A &= \frac{4 \cdot 2\sqrt{3}}{2} \\ A &= 2 \cdot 2\sqrt{3} \\ A &= 4\sqrt{3} \text{ cm}^2 \end{aligned}$$

**TEOREMA DE PITÁGORAS**

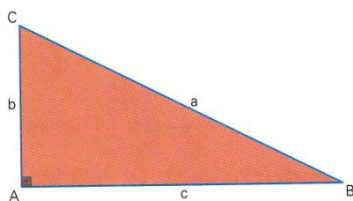
Em todo triângulo retângulo, o quadrado da medida da hipotenusa é igual à soma dos quadrados da medida dos catetos.



**Demonstrando o teorema de Pitágoras**

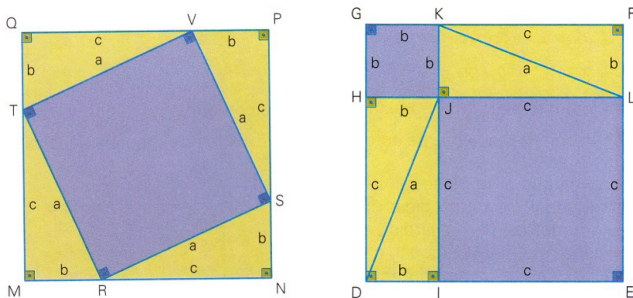
Existem inúmeras maneiras de demonstrar o teorema de Pitágoras. Veremos uma delas, baseada no cálculo de áreas de figuras geométricas planas.

Consideremos o triângulo retângulo da figura.



- a = medida da hipotenusa
- b = medida de um cateto
- c = medida do outro cateto

Observe, agora, os quadrados MNPQ e DEFG, que têm a mesma área, pois o lado de cada quadrado mede (b+c).



- Área do quadrado MNPQ = área do quadrado RSVT + (área do triângulo RNS) . 4
- Área do quadrado DEFG = área do quadrado IELJ + área do quadrado GHJK + (área do retângulo DIJH).2
- Área do quadrado RSVT = a<sup>2</sup>
- Área do triângulo RNS =  $\frac{b \cdot c}{2}$
- Área do quadrado IELJ = c<sup>2</sup>
- Área do quadrado GHJK = b<sup>2</sup>
- Área do retângulo DIJK = b . c

Como os quadrados MNPQ e DEFG têm áreas iguais, podemos escrever:

$$a^2 + \left(\frac{b}{2}\right) \cdot 4 = c^2 + b^2 + (bc) \cdot 2$$

$$a^2 + 2bc = c^2 + b^2 + 2bc$$

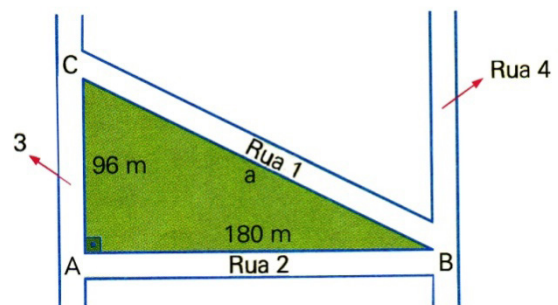
Cancelando 2bc, temos:

$$a^2 = b^2 + c^2$$

A demonstração algébrica do teorema de Pitágoras será feita mais adiante.

**Pense & Descubra**

Um terreno tem a forma de um triângulo retângulo e tem frente para três ruas: Rua 1, Rua 2 e Rua 3, conforme nos mostra a figura. Calcule, em metros, o comprimento a da frente do terreno voltada para a rua 1.



De acordo com os dados do problema, temos b = 96 m e c = 180 m.

Aplicando o teorema de Pitágoras:

$$a^2 = b^2 + c^2 \qquad a^2 = \frac{41616}{}$$

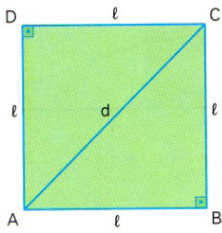
$$a^2 = (96)^2 + (180)^2 \qquad a = \sqrt{41616}$$

$$a^2 = 9216 + 32400 \qquad a = 204$$

Então, a frente do terreno para a rua 1 tem 204 m de comprimento.

**Teorema de Pitágoras no quadrado**

Aplicando o teorema de Pitágoras, podemos estabelecer uma relação importante entre a medida d da diagonal e a medida l do lado de um quadrado.



$d$  = medida da diagonal  
 $l$  = medida do lado

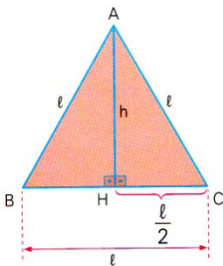
Aplicando o teorema de Pitágoras no triângulo retângulo ABC, temos:

$$d^2 = l^2 + l^2 \quad d = \sqrt{2l^2}$$

$$d^2 = 2l^2 \quad d = l\sqrt{2}$$

**Teorema de Pitágoras no triângulo equilátero**

Aplicando o teorema de Pitágoras, podemos estabelecer uma relação importante entre a medida  $h$  da altura e a medida  $l$  do lado de um triângulo equilátero.



$l$  = medida do lado  
 $h$  = medida da altura

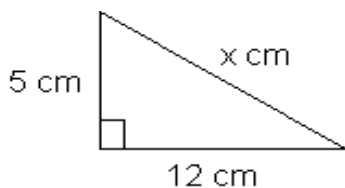
No triângulo equilátero, a altura e a mediana coincidem. Logo,  $H$  é ponto médio do lado  $BC$

No triângulo retângulo AHC,  $H$  é ângulo reto. De acordo com o teorema de Pitágoras, podemos escrever:

$$l^2 = h^2 + \left(\frac{l}{2}\right)^2 \rightarrow h^2 = l^2 - \frac{l^2}{4} \rightarrow h^2 = \frac{3l^2}{4} \rightarrow h = \sqrt{\frac{3l^2}{4}} \rightarrow h = \frac{l\sqrt{3}}{2}$$

**Exercícios resolvidos**

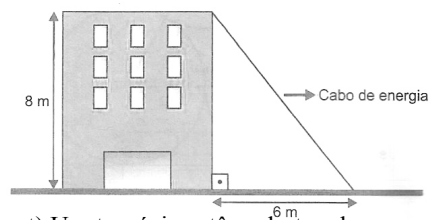
1. O valor de  $x$ , em cm, no triângulo retângulo abaixo é:



- a) 10
- b) 11
- c) 12
- d) 13
- e) 14

2. Uma empresa de iluminação necessita esticar um cabo de energia provisório do topo de um edifício, cujo formato é um retângulo, a um determinado ponto do solo distante a 6 m, como ilustra a figura a seguir. O comprimento desse cabo de energia, em metros, será de:

- a) 28
- b) 14
- c) 12
- d) 10
- e) 8



3. (Fuvest) Um trapézio retângulo tem bases medindo 5 e 2 e altura 4. O perímetro desse trapézio é:

- a) 17
- b) 16
- c) 15
- d) 14
- e) 13

4. (UERJ) Millôr Fernandes, em uma bela homenagem à Matemática, escreveu um poema do qual extraímos o fragmento abaixo:

**Às folhas tantas de um livro de Matemática, um Quociente apaixonou-se um dia doidamente por uma incógnita.**

Olhou-a com seu olhar inumerável e viu-a do ápice à base: uma figura ímpar; olhos romboides, boca trapezoide, corpo retangular, seios esféroides.

Fez da sua uma vida paralela à dela, até que se encontraram no infinito.

“Quem és tu” – indagou ele em ânsia radical.

“Sou a soma dos quadrados dos catetos.

Mas pode me chamar de Hipotenusa.”

(Millôr Fernandes – Trinta Anos de Mim Mesmo)

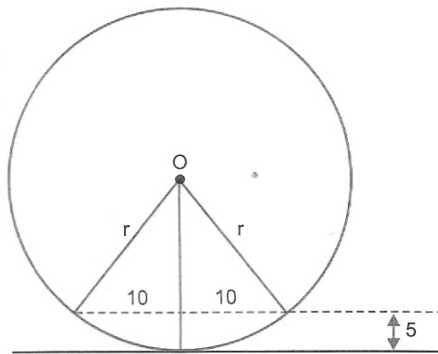
A Incógnita se enganou ao dizer quem era. Para atender ao Teorema de Pitágoras, deveria dar a seguinte resposta:

a) “Sou a soma dos quadrados. Mas pode me chamar de Hipotenusa.”

b) “Sou o quadrado da soma dos catetos. Mas pode me chamar de Hipotenusa.”

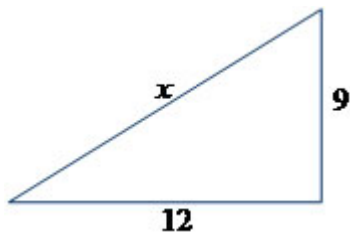
- c) “Sou o quadrado da soma dos catetos. Mas pode me chamar de quadrado da Hipotenusa.”  
 d) “Sou a soma dos quadrados dos catetos. Mas pode me chamar de quadrado da Hipotenusa.”

5. (Fatec) O valor do raio da circunferência da figura é:



- a) 7,5  
 b) 14,4  
 c) 12,5  
 d) 9,5  
 e) 10,0

6. O valor do segmento desconhecido x no triângulo retângulo a seguir, é:



- a) 15  
 b) 14  
 c) 12  
 d) 10  
 e) 6

**Resoluções**

**1) Alternativa d**

Solução: x é hipotenusa, 12 e 9 são os catetos, então:

$$x^2 = 12^2 + 9^2$$

$$x^2 = 144 + 81$$

$$x^2 = 225$$

$$x = \sqrt{225}$$

$$x = 15 \text{ cm}$$

**2) Alternativa d**

Solução: como podemos observar na figura, temos um triângulo retângulo cujos catetos medem 8 m e 6 m, chamando o cabo de energia de x, pelo Teorema de Pitágoras:

$$x^2 = 6^2 + 8^2$$

$$x^2 = 36 + 64$$

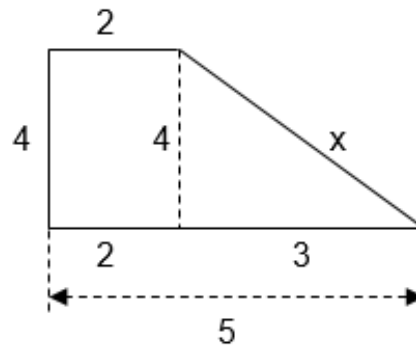
$$x^2 = 100$$

$$x = \sqrt{100}$$

$$x = 10 \text{ m}$$

**3) Alternativa b**

Solução: temos que fazer uma figura, um trapézio retângulo é aquele que tem dois ângulos de 90°.



Perímetro é a soma dos quatro lados. Como podemos observar na figura acima, temos um triângulo retângulo cujos catetos medem 3 e 4 e x é a hipotenusa:

$$x^2 = 3^2 + 4^2$$

$$x^2 = 9 + 16$$

$$x^2 = 25$$

$$x = \sqrt{25}$$

$$x = 5$$

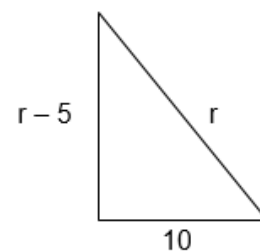
$$\text{Perímetro} = 5 + 4 + 2 + 5 = 16$$

**4) Alternativa d**

Solução: de acordo com o Teorema de Pitágoras: “O quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos catetos.”

**5) Alternativa c**

Solução: na figura dada podemos observar dois triângulos retângulos iguais e com lados medindo:



Sendo r a hipotenusa, 10 e r - 5 são catetos:

$$r^2 = 10^2 + (r - 5)^2$$

$$r^2 = 100 + r^2 - 2 \cdot 5 \cdot r + 5^2$$

$$r^2 = 100 + r^2 - 10r + 25$$

$$r^2 - r^2 + 10r = 125$$

$$10r = 125$$

$$r = 125 : 10$$

$$r = 12,5$$

6) **Alternativa a**

Solução: aplicação direta do Teorema de Pitágoras:

$$x^2 = 12^2 + 9^2$$

$$x^2 = 144 + 81$$

$$x^2 = 225$$

$$x = \sqrt{225}$$

$$x = 15$$

**RACIOCÍNIO LÓGICO. RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA.**

O Raciocínio é uma operação lógica, discursiva e mental. Neste, o intelecto humano utiliza uma ou mais proposições, para concluir através de mecanismos de comparações e abstrações, quais são os dados que levam às respostas verdadeiras, falsas ou prováveis. Foi pelo processo do raciocínio que ocorreu o desenvolvimento do método matemático, este considerado instrumento puramente teórico e dedutivo, que prescinde de dados empíricos. Logo, resumidamente o raciocínio pode ser considerado também um dos integrantes dos mecanismos dos processos cognitivos superiores da formação de conceitos e da solução de problemas, sendo parte do pensamento.

**Sequências Lógicas**

As sequências podem ser formadas por números, letras, pessoas, figuras, etc. Existem várias formas de se estabelecer uma sequência, o importante é que existam pelo menos três elementos que caracterize a lógica de sua formação, entretanto algumas séries necessitam de mais elementos para definir sua lógica. Algumas sequências são bastante conhecidas e todo aluno que estuda lógica deve conhecê-las, tais como as progressões aritméticas e geométricas, a série de Fibonacci, os números primos e os quadrados perfeitos.

**Sequência de Números**

Progressão Aritmética: Soma-se constantemente um mesmo número.



Progressão Geométrica: Multiplica-se constantemente um mesmo número.



Incremento em Progressão: O valor somado é que está em progressão.



Série de Fibonacci: Cada termo é igual a soma dos dois anteriores.

1 1 2 3 5 8 13

Números Primos: Naturais que possuem apenas dois divisores naturais.

2 3 5 7 11 13 17

Quadrados Perfeitos: Números naturais cujas raízes são naturais.

1 4 9 16 25 36 49

**Sequência de Letras**

As sequências de letras podem estar associadas a uma série de números ou não. Em geral, devemos escrever todo o alfabeto (observando se deve, ou não, contar com k, y e w) e circular as letras dadas para entender a lógica proposta.

A C F J O U

Observe que foram saltadas 1, 2, 3, 4 e 5 letras e esses números estão em progressão.

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U

B1 2F H4 8L N16 32R T64

Nesse caso, associou-se letras e números (potências de 2), alternando a ordem. As letras saltam 1, 3, 1, 3, 1, 3 e 1 posições.

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T

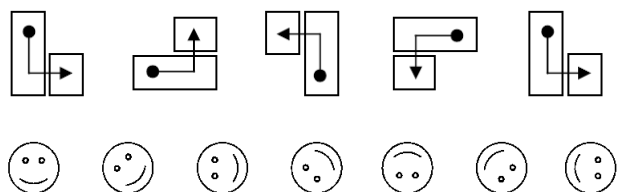
**Sequência de Pessoas**

Na série a seguir, temos sempre um homem seguido de duas mulheres, ou seja, aqueles que estão em uma posição múltipla de três (3°, 6°, 9°, 12°, ...) serão mulheres e a posição dos braços sempre alterna, ficando para cima em uma posição múltipla de dois (2°, 4°, 6°, 8°, ...). Sendo assim, a sequência se repete a cada seis termos, tornando possível determinar quem estará em qualquer posição.



**Sequência de Figuras**

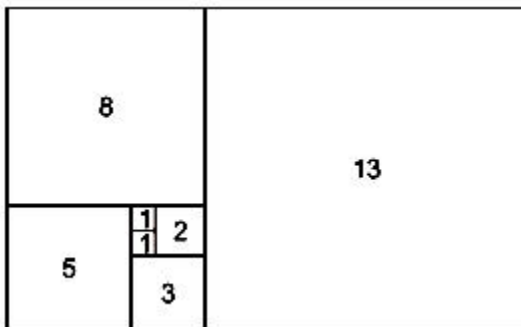
Esse tipo de sequência pode seguir o mesmo padrão visto na sequência de pessoas ou simplesmente sofrer rotações, como nos exemplos a seguir.



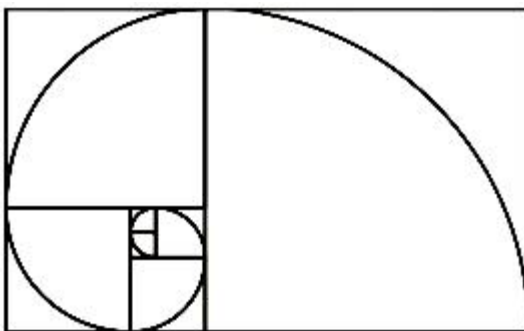
**Sequência de Fibonacci**

O matemático Leonardo Pisa, conhecido como Fibonacci, propôs no século XIII, a sequência numérica: (1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, 34, 55, 89, ...). Essa sequência tem uma lei de formação simples: cada elemento, a partir do terceiro, é obtido somando-se os dois anteriores. Veja:  $1 + 1 = 2$ ,  $2 + 1 = 3$ ,  $3 + 2 = 5$  e assim por diante. Desde o século XIII, muitos matemáticos, além do próprio Fibonacci, dedicaram-se ao estudo da sequência que foi proposta, e foram encontradas inúmeras aplicações para ela no desenvolvimento de modelos explicativos de fenômenos naturais.

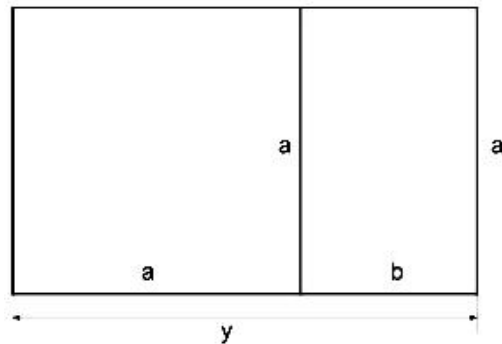
Veja alguns exemplos das aplicações da sequência de Fibonacci e entenda porque ela é conhecida como uma das maravilhas da Matemática. A partir de dois quadrados de lado 1, podemos obter um retângulo de lados 2 e 1. Se adicionarmos a esse retângulo um quadrado de lado 2, obtemos um novo retângulo  $3 \times 2$ . Se adicionarmos agora um quadrado de lado 3, obtemos um retângulo  $5 \times 3$ . Observe a figura a seguir e veja que os lados dos quadrados que adicionamos para determinar os retângulos formam a sequência de Fibonacci.



Se utilizarmos um compasso e traçarmos o quarto de circunferência inscrito em cada quadrado, encontraremos uma espiral formada pela concordância de arcos cujos raios são os elementos da sequência de Fibonacci.



O Partenon que foi construído em Atenas pelo célebre arquiteto grego Fidias. A fachada principal do edifício, hoje em ruínas, era um retângulo que continha um quadrado de lado igual à altura. Essa forma sempre foi considerada satisfatória do ponto de vista estético por suas proporções sendo chamada retângulo áureo ou retângulo de ouro.



Como os dois retângulos indicados na figura são semelhantes temos:  $\frac{y}{a} = \frac{a}{b}$  (1).

Como:  $b = y - a$  (2).

Substituindo (2) em (1) temos:  $y^2 - ay - a^2 = 0$ .

Resolvendo a equação:

$$y = \frac{a(1 \pm \sqrt{5})}{2} \text{ em que } \left(\frac{1 - \sqrt{5}}{2} < 0\right) \text{ não convém.}$$

$$\text{Logo: } \frac{y}{a} = \frac{(1 + \sqrt{5})}{2} = 1,61803398875$$

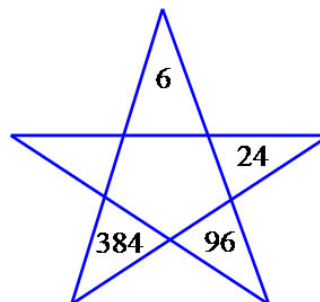
Esse número é conhecido como número de ouro e pode ser representado por:

$$\theta = \frac{1 + \sqrt{5}}{2}$$

Todo retângulo e que a razão entre o maior e o menor lado for igual a  $\theta$  é chamado retângulo áureo como o caso da fachada do Partenon.

As figuras a seguir possuem números que representam uma sequência lógica. Veja os exemplos:

Exemplo 1



A sequência numérica proposta envolve multiplicações por 4.

$$6 \times 4 = 24$$

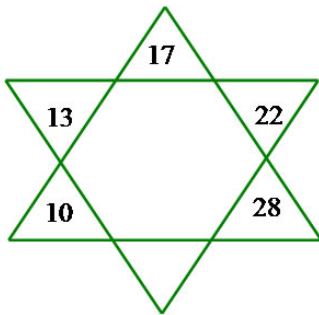
$$24 \times 4 = 96$$

$$96 \times 4 = 384$$

$$384 \times 4 = 1536$$



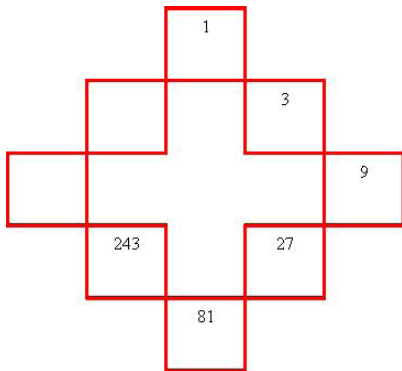
Exemplo 2



A diferença entre os números vai aumentando 1 unidade.

- $13 - 10 = 3$
- $17 - 13 = 4$
- $22 - 17 = 5$
- $28 - 22 = 6$
- $35 - 28 = 7$

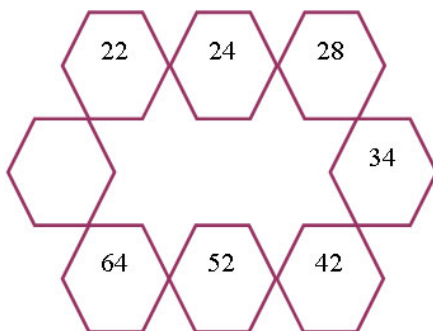
Exemplo 3



Multiplicar os números sempre por 3.

- $1 \times 3 = 3$
- $3 \times 3 = 9$
- $9 \times 3 = 27$
- $27 \times 3 = 81$
- $81 \times 3 = 243$
- $243 \times 3 = 729$
- $729 \times 3 = 2187$

Exemplo 4

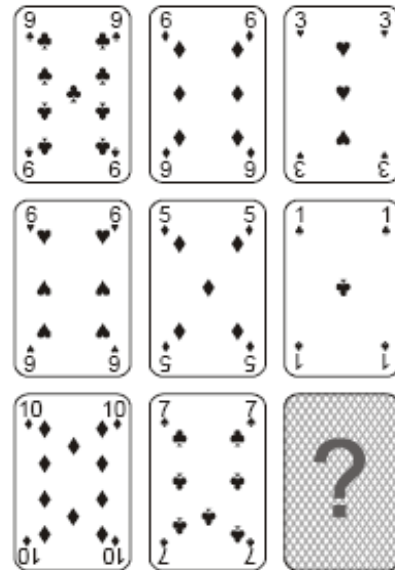


A diferença entre os números vai aumentando 2 unidades.  
 $24 - 22 = 2$

- $28 - 24 = 4$
- $34 - 28 = 6$
- $42 - 34 = 8$
- $52 - 42 = 10$
- $64 - 52 = 12$
- $78 - 64 = 14$

QUESTÕES

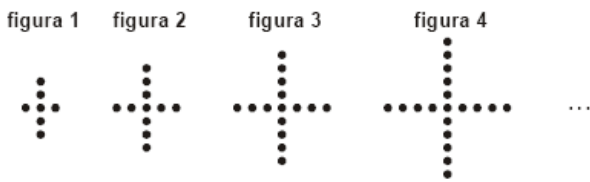
01. Observe atentamente a disposição das cartas em cada linha do esquema seguinte:



A carta que está oculta é:

- (A)
- (B)
- (C)
- (D)
- (E)

02. Considere que a seqüência de figuras foi construída segundo um certo critério.



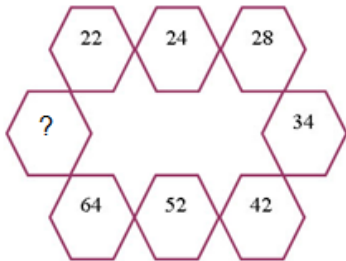
Se tal critério for mantido, para obter as figuras subsequentes, o total de pontos da figura de número 15 deverá ser:

- (A) 69
- (B) 67
- (C) 65
- (D) 63
- (E) 61

03. O próximo número dessa sequência lógica é: 1000, 990, 970, 940, 900, 850, ...

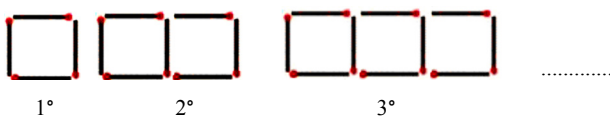
- (A) 800
- (B) 790
- (C) 780
- (D) 770

04. Na sequência lógica de números representados nos hexágonos, da figura abaixo, observa-se a ausência de um deles que pode ser:



- (A) 76
- (B) 10
- (C) 20
- (D) 78

05. Uma criança brincando com uma caixa de palitos de fósforo constrói uma sequência de quadrados conforme indicado abaixo:

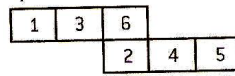


Quantos palitos ele utilizou para construir a 7ª figura?

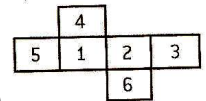
- (A) 20 palitos
- (B) 25 palitos
- (C) 28 palitos
- (D) 22 palitos

06. Ana fez diversas planificações de um cubo e escreveu em cada um, números de 1 a 6. Ao montar o cubo, ela deseja que a soma dos números marcados nas faces opostas seja 7. A única alternativa cuja figura representa a planificação desse cubo tal como deseja Ana é:

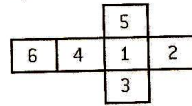
(A)



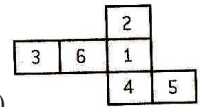
B)



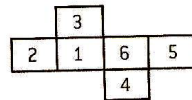
(C)



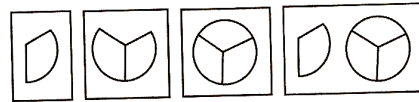
(D)



(E)



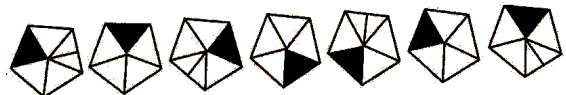
07. As figuras da sequência dada são formadas por partes iguais de um círculo.



Continuando essa sequência, obtém-se exatamente 16 círculos completos na:

- (A) 36ª figura
- (B) 48ª figura
- (C) 72ª figura
- (D) 80ª figura
- (E) 96ª figura

08. Analise a sequência a seguir:

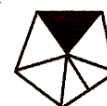


Admitindo-se que a regra de formação das figuras seguintes permaneça a mesma, pode-se afirmar que a figura que ocuparia a 277ª posição dessa sequência é:

(A)



(B)



(C)



(D)



(E)



09. Observe a sequência: 2, 10, 12, 16, 17, 18, 19, ... Qual é o próximo número?

- (A) 20
- (B) 21
- (C) 100
- (D) 200

10. Observe a sequência: 3, 13, 30, ... Qual é o próximo número?

- (A) 4
- (B) 20
- (C) 31
- (D) 21

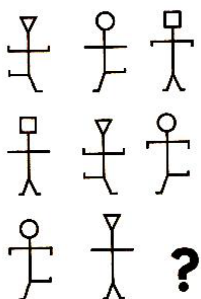
11. Os dois pares de palavras abaixo foram formados segundo determinado critério.

LACRAÇÃO → cal  
 AMOSTRA → soma  
 LAVRAR → ?

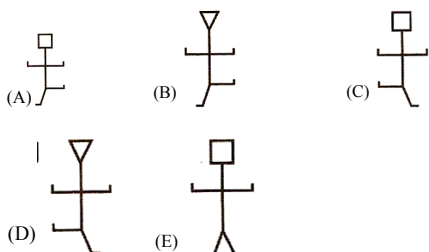
Segundo o mesmo critério, a palavra que deverá ocupar o lugar do ponto de interrogação é:

- (A) alar
- (B) rala
- (C) ralar
- (D) larva
- (E) arval

12. Observe que as figuras abaixo foram dispostas, linha a linha, segundo determinado padrão.



Segundo o padrão estabelecido, a figura que substitui corretamente o ponto de interrogação é:



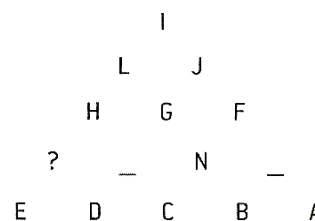
13. Observe que na sucessão seguinte os números foram colocados obedecendo a uma lei de formação.

4	8	5	X	7	14	11
4	12	10	Y	28	84	82

Os números X e Y, obtidos segundo essa lei, são tais que X + Y é igual a:

- (A) 40
- (B) 42
- (C) 44
- (D) 46
- (E) 48

14. A figura abaixo representa algumas letras dispostas em forma de triângulo, segundo determinado critério.



Considerando que na ordem alfabética usada são excluídas as letra "K", "W" e "Y", a letra que substitui corretamente o ponto de interrogação é:

- (A) P
- (B) O
- (C) N
- (D) M
- (E) L

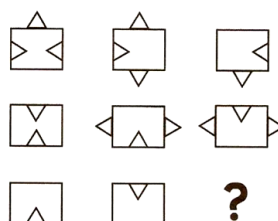
15. Considere que a sequência seguinte é formada pela sucessão natural dos números inteiros e positivos, sem que os algarismos sejam separados.

1234567891011121314151617181920...

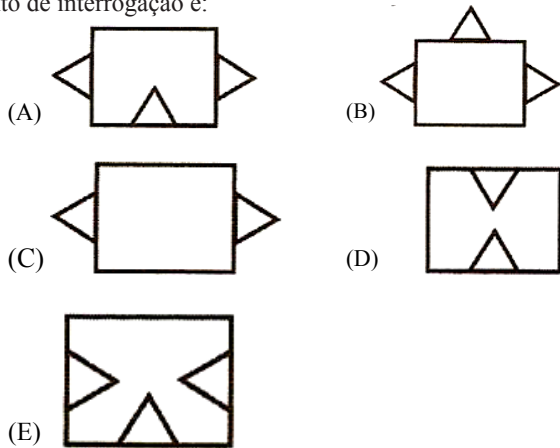
O algarismo que deve aparecer na 276ª posição dessa sequência é:

- (A) 9
- (B) 8
- (C) 6
- (D) 3
- (E) 1

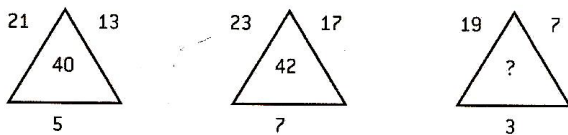
16. Em cada linha abaixo, as três figuras foram desenhadas de acordo com determinado padrão.



Segundo esse mesmo padrão, a figura que deve substituir o ponto de interrogação é:



17. Observe que, na sucessão de figuras abaixo, os números que foram colocados nos dois primeiros triângulos obedecem a um mesmo critério.



Para que o mesmo critério seja mantido no triângulo da direita, o número que deverá substituir o ponto de interrogação é:

- (A) 32
- (B) 36
- (C) 38
- (D) 42
- (E) 46

18. Considere a seguinte sequência infinita de números: 3, 12, 27, \_\_, 75, 108, ... O número que preenche adequadamente a quarta posição dessa sequência é:

- (A) 36,
- (B) 40,
- (C) 42,
- (D) 44,
- (E) 48

19. Observando a sequência  $(1, \frac{1}{2}, \frac{1}{6}, \frac{1}{12}, \frac{1}{20}, \dots)$  o próximo número será:

- (A)  $\frac{1}{24}$
- (B)  $\frac{1}{30}$
- (C)  $\frac{1}{36}$
- (D)  $\frac{1}{40}$

20. Considere a sequência abaixo:

BBB	BXB	XXB
XBX	XBX	XBX
BBB	BXB	BXX

O padrão que completa a sequência é:

- |     |     |     |
|-----|-----|-----|
| (A) | (B) | (C) |
| XXX | XXB | XXX |
| XXX | XBX | XXX |
| XXX | BXX | XXB |
| (D) | (E) |     |
| XXX | XXX |     |
| XBX | XBX |     |
| XXX | BXX |     |

21. Na série de Fibonacci, cada termo a partir do terceiro é igual à soma de seus dois termos precedentes. Sabendo-se que os dois primeiros termos, por definição, são 0 e 1, o sexto termo da série é:

- (A) 2
- (B) 3
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 6

22. Nosso código secreto usa o alfabeto A B C D E F G H I J L M N O P Q R S T U V X Z. Do seguinte modo: cada letra é substituída pela letra que ocupa a quarta posição depois dela. Então, o "A" vira "E", o "B" vira "F", o "C" vira "G" e assim por diante. O código é "circular", de modo que o "U" vira "A" e assim por diante. Recebi uma mensagem em código que dizia: BSA HI EDAP. Decifrei o código e li:

- (A) FAZ AS DUAS;
- (B) DIA DO LOBO;
- (C) RIO ME QUER;
- (D) VIM DA LOJA;
- (E) VOU DE AZUL.

23. A sentença "Social está para laicos assim como 231678 está para..." é melhor completada por:

- (A) 326187;
- (B) 876132;
- (C) 286731;
- (D) 827361;
- (E) 218763.

24. A sentença "Salta está para Atlas assim como 25435 está para..." é melhor completada pelo seguinte número:

- (A) 53452;
- (B) 23455;
- (C) 34552;
- (D) 43525;
- (E) 53542.

25. Repare que com um número de 5 algarismos, respeitada a ordem dada, podem-se criar 4 números de dois algarismos. Por exemplo: de 34.712, podem-se criar o 34, o 47, o 71 e o 12. Procura-se um número de 5 algarismos formado pelos algarismos 4, 5, 6, 7 e 8, sem repetição. Veja abaixo alguns números desse tipo e, ao lado de cada um deles, a quantidade de números de dois algarismos que esse número tem em comum com o número procurado.



Número dado	Quantidade de números de 2 algarismos em comum
48.765	1
86.547	0
87.465	2
48.675	1

O número procurado é:

- (A) 87456
- (B) 68745
- (C) 56874
- (D) 58746
- (E) 46875

26. Considere que os símbolos  $\diamond$  e  $\clubsuit$  que aparecem no quadro seguinte, substituem as operações que devem ser efetuadas em cada linha, a fim de se obter o resultado correspondente, que se encontra na coluna da extrema direita.

36	$\diamond$	4	$\clubsuit$	5	=	14
48	$\diamond$	6	$\clubsuit$	9	=	17
54	$\diamond$	9	$\clubsuit$	7	=	?

Para que o resultado da terceira linha seja o correto, o ponto de interrogação deverá ser substituído pelo número:

- (A) 16
- (B) 15
- (C) 14
- (D) 13
- (E) 12

27. Segundo determinado critério, foi construída a sucessão seguinte, em que cada termo é composto de um número seguido de uma letra: A1 – E2 – B3 – F4 – C5 – G6 – .... Considerando que no alfabeto usado são excluídas as letras K, Y e W, então, de acordo com o critério estabelecido, a letra que deverá anteceder o número 12 é:

- (A) J
- (B) L
- (C) M
- (D) N
- (E) O

28. Os nomes de quatro animais – MARÁ, PERU, TATU e URSO – devem ser escritos nas linhas da tabela abaixo, de modo que cada uma das suas respectivas letras ocupe um quadrinho e, na diagonal sombreada, possa ser lido o nome de um novo animal.


Excluídas do alfabeto as letras K, W e Y e fazendo cada letra restante corresponder ordenadamente aos números inteiros de 1 a 23 (ou seja, A = 1, B = 2, C = 3, ..., Z = 23), a soma dos números que correspondem às letras que compõem o nome do animal é:

- (A) 37
- (B) 39
- (C) 45
- (D) 49
- (E) 51

Nas questões 29 e 30, observe que há uma relação entre o primeiro e o segundo grupos de letras. A mesma relação deverá existir entre o terceiro grupo e um dos cinco grupos que aparecem nas alternativas, ou seja, aquele que substitui corretamente o ponto de interrogação. Considere que a ordem alfabética adotada é a oficial e exclui as letras K, W e Y.

29. CASA: LATA: LOBO: ?

- (A) SOCO
- (B) TOCO
- (C) TOMO
- (D) VOLO
- (E) VOTO

30. ABCA: DEFD: HIJH: ?

- (A) IJLI
- (B) JLMJ
- (C) LMNL
- (D) FGHF
- (E) EFGE

31. Os termos da sucessão seguinte foram obtidos considerando uma lei de formação (0, 1, 3, 4, 12, 123, ...). Segundo essa lei, o décimo terceiro termo dessa sequência é um número:

- (A) Menor que 200.
- (B) Compreendido entre 200 e 400.
- (C) Compreendido entre 500 e 700.

- (D) Compreendido entre 700 e 1.000.
- (E) Maior que 1.000.

Para responder às questões de números 32 e 33, você deve observar que, em cada um dos dois primeiros pares de palavras dadas, a palavra da direita foi obtida da palavra da esquerda segundo determinado critério. Você deve descobrir esse critério e usá-lo para encontrar a palavra que deve ser colocada no lugar do ponto de interrogação.

32. Ardoroso → rodo  
Dinamizar → mina  
Maratona → ?

- (A) mana
- (B) toma
- (C) tona
- (D) tora
- (E) rato

33. Arborizado → azar  
Asteróide → dias  
Articular → ?

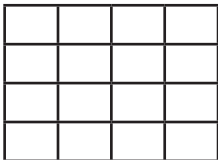
- (A) luar
- (B) arar
- (C) lira
- (D) luta
- (E) rara

34. Preste atenção nesta sequência lógica e identifique quais os números que estão faltando: 1, 1, 2, \_\_, 5, 8, \_\_, 21, 34, 55, \_\_, 144, \_\_...

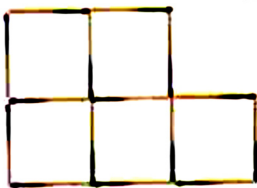
35. Uma lesma encontra-se no fundo de um poço seco de 10 metros de profundidade e quer sair de lá. Durante o dia, ela consegue subir 2 metros pela parede; mas à noite, enquanto dorme, escorrega 1 metro. Depois de quantos dias ela consegue chegar à saída do poço?

36. Quantas vezes você usa o algarismo 9 para numerar as páginas de um livro de 100 páginas?

37. Quantos quadrados existem na figura abaixo?



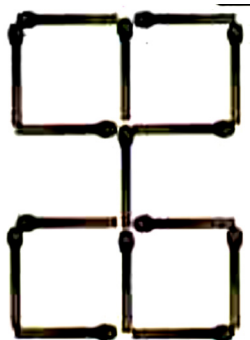
38. Retire três palitos e obtenha apenas três quadrados.



39. Qual será o próximo símbolo da sequência abaixo?



40. Reposicione dois palitos e obtenha uma figura com cinco quadrados iguais.



41. Observe as multiplicações a seguir:

$$12.345.679 \times 18 = 222.222.222$$

$$12.345.679 \times 27 = 333.333.333$$

... ..

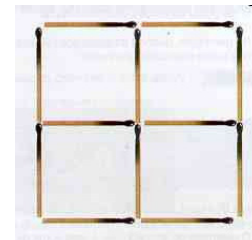
$$12.345.679 \times 54 = 666.666.666$$

Para obter 999.999.999 devemos multiplicar 12.345.679 por quanto?

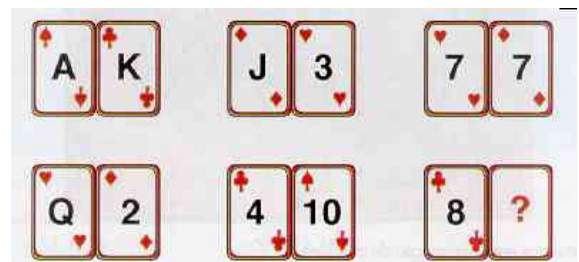
42. Esta casinha está de frente para a estrada de terra. Mova dois palitos e faça com que fique de frente para a estrada asfaltada.



43. Remova dois palitos e deixe a figura com dois quadrados.



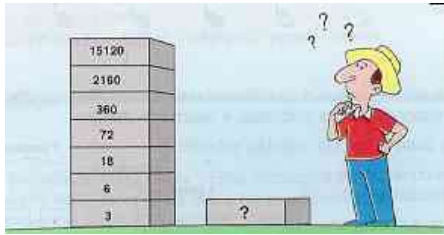
44. As cartas de um baralho foram agrupadas em pares, segundo uma relação lógica. Qual é a carta que está faltando, sabendo que K vale 13, Q vale 12, J vale 11 e A vale 1?



45. Mova um palito e obtenha um quadrado perfeito.



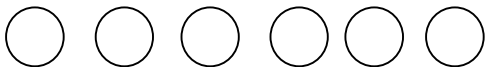
46. Qual o valor da pedra que deve ser colocada em cima de todas estas para completar a sequência abaixo?



47. Mova três palitos nesta figura para obter cinco triângulos.



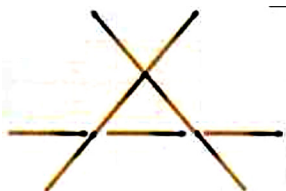
48. Tente dispor 6 moedas em 3 fileiras de modo que em cada fileira fiquem apenas 3 moedas.



49. Reposicione três palitos e obtenha cinco quadrados.



50. Mude a posição de quatro palitos e obtenha cinco triângulos.



Respostas

01. Resposta: "A".

A diferença entre os números estampados nas cartas 1 e 2, em cada linha, tem como resultado o valor da 3ª carta e, além disso, o naipe não se repete. Assim, a 3ª carta, dentro das opções dadas só pode ser a da opção (A).

02. Resposta "D".

Observe que, tomando o eixo vertical como eixo de simetria, tem-se:

- Na figura 1: 01 ponto de cada lado → 02 pontos no total.
- Na figura 2: 02 pontos de cada lado → 04 pontos no total.
- Na figura 3: 03 pontos de cada lado → 06 pontos no total.
- Na figura 4: 04 pontos de cada lado → 08 pontos no total.
- Na figura n: n pontos de cada lado → 2.n pontos no total.

Em particular:

Na figura 15: 15 pontos de cada lado → 30 pontos no total.

Agora, tomando o eixo horizontal como eixo de simetria, tem-se:

- Na figura 1: 02 pontos acima e abaixo → 04 pontos no total.
- Na figura 2: 03 pontos acima e abaixo → 06 pontos no total.
- Na figura 3: 04 pontos acima e abaixo → 08 pontos no total.
- Na figura 4: 05 pontos acima e abaixo → 10 pontos no total.
- Na figura n: (n+1) pontos acima e abaixo → 2.(n+1) pontos no total.

Em particular:

Na figura 15: 16 pontos acima e abaixo → 32 pontos no total. Incluindo o ponto central, que ainda não foi considerado, temos para total de pontos da figura 15: Total de pontos = 30 + 32 + 1 = 63 pontos.

03. Resposta "B".

Nessa sequência, observamos que a diferença: entre 1000 e 990 é 10, entre 990 e 970 é 20, entre o 970 e 940 é 30, entre 940 e 900 é 40, entre 900 e 850 é 50, portanto entre 850 e o próximo número é 60, dessa forma concluímos que o próximo número é 790, pois: 850 - 790 = 60.

04. Resposta "D".

Nessa sequência lógica, observamos que a diferença: entre 24 e 22 é 2, entre 28 e 24 é 4, entre 34 e 28 é 6, entre 42 e 34 é 8, entre 52 e 42 é 10, entre 64 e 52 é 12, portanto entre o próximo número e 64 é 14, dessa forma concluímos que o próximo número é 78, pois: 76 - 64 = 14.

05. Resposta "D".

Observe a tabela:

Figuras	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª
Nº de Palitos	4	7	10	13	16	19	22

Temos de forma direta, pela contagem, a quantidade de palitos das três primeiras figuras. Feito isto, basta perceber que cada figura a partir da segunda tem a quantidade de palitos da figura anterior acrescida de 3 palitos. Desta forma, fica fácil preencher o restante da tabela e determinar a quantidade de palitos da 7ª figura.

06. Resposta "A".

Na figura apresentada na letra "B", não é possível obter a planificação de um lado, pois o 4 estaria do lado oposto ao 6, somando 10 unidades. Na figura apresentada na letra "C", da mesma forma, o 5 estaria em face oposta ao 3, somando 8, não formando um lado. Na figura da letra "D", o 2 estaria em face oposta ao 4, não determinando um lado. Já na figura apresentada na letra "E", o 1 não estaria em face oposta ao número 6, impossibilitando, portanto, a obtenção de um lado. Logo, podemos concluir que a planificação apresentada na letra "A" é a única para representar um lado.

07. Resposta "B".

Como na 3ª figura completou-se um círculo, para completar 16 círculos é suficiente multiplicar 3 por 16 : 3 . 16 = 48. Portanto, na 48ª figura existirão 16 círculos.

08. Resposta "B".

A seqüência das figuras completa-se na 5ª figura. Assim, continua-se a seqüência de 5 em 5 elementos. A figura de número 277 ocupa, então, a mesma posição das figuras que representam número  $5n + 2$ , com  $n \in \mathbb{N}$ . Ou seja, a 277ª figura corresponde à 2ª figura, que é representada pela letra “B”.

09. Resposta “D”.

A regularidade que obedece a seqüência acima não se dá por padrões numéricos e sim pela letra que inicia cada número. “Dois, Dez, Doze, Dezesesseis, Dezesete, Dezoito, Dezenove, ... Enfim, o próximo só pode iniciar também com “D”: Duzentos.

10. Resposta “C”.

Esta seqüência é regida pela inicial de cada número. Três, Treze, Trinta,... O próximo só pode ser o número Trinta e um, pois ele inicia com a letra “T”.

11. Resposta “E”.

Na 1ª linha, a palavra CAL foi retirada das 3 primeiras letras da palavra LACRAÇÃO, mas na ordem invertida. Da mesma forma, na 2ª linha, a palavra SOMA é retirada da palavra AMOSTRA, pelas 4 primeira letras invertidas. Com isso, da palavra LAVRAR, ao se retirarem as 5 primeiras letras, na ordem invertida, obtém-se ARVAL.

12. Resposta “C”.

Em cada linha apresentada, as cabeças são formadas por quadrado, triângulo e círculo. Na 3ª linha já há cabeças com círculo e com triângulo. Portanto, a cabeça da figura que está faltando é um quadrado. As mãos das figuras estão levantadas, em linha reta ou abaixadas. Assim, a figura que falta deve ter as mãos levantadas (é o que ocorre em todas as alternativas). As figuras apresentam as 2 pernas ou abaixadas, ou 1 perna levantada para a esquerda ou 1 levantada para a direita. Nesse caso, a figura que está faltando na 3ª linha deve ter 1 perna levantada para a esquerda. Logo, a figura tem a cabeça quadrada, as mãos levantadas e a perna erguida para a esquerda.

13. Resposta “A”.

Existem duas leis distintas para a formação: uma para a parte superior e outra para a parte inferior. Na parte superior, tem-se que: do 1º termo para o 2º termo, ocorreu uma multiplicação por 2; já do 2º termo para o 3º, houve uma subtração de 3 unidades. Com isso,  $X$  é igual a 5 multiplicado por 2, ou seja,  $X = 10$ . Na parte inferior, tem-se: do 1º termo para o 2º termo ocorreu uma multiplicação por 3; já do 2º termo para o 3º, houve uma subtração de 2 unidades. Assim,  $Y$  é igual a 10 multiplicado por 3, isto é,  $Y = 30$ . Logo,  $X + Y = 10 + 30 = 40$ .

14. Resposta “A”.

A seqüência do alfabeto inicia-se na extremidade direita do triângulo, pela letra “A”; aumenta a direita para a esquerda; continua pela 3ª e 5ª linhas; e volta para as linhas pares na ordem inversa – pela 4ª linha até a 2ª linha. Na 2ª linha, então, as letras são, da direita para a esquerda, “M”, “N”, “O”, e a letra que substitui corretamente o ponto de interrogação é a letra “P”.

15. Resposta “B”.

A seqüência de números apresentada representa a lista dos números naturais. Mas essa lista contém todos os algarismos dos números, sem ocorrer a separação. Por exemplo: 101112 representam os números 10, 11 e 12. Com isso, do número 1 até o número 9 existem 9 algarismos. Do número 10 até o número 99 existem:  $2 \times 90 = 180$  algarismos. Do número 100 até o número 124 existem:  $3 \times 25 = 75$  algarismos. E do número 124 até o número 128 existem mais 12 algarismos. Somando todos os valores, tem-se:  $9 + 180 + 75 + 12 = 276$  algarismos. Logo, conclui-se que o algarismo que ocupa a 276ª posição é o número 8, que aparece no número 128.

16. Resposta “D”.

Na 1ª linha, internamente, a 1ª figura possui 2 “orelhas”, a 2ª figura possui 1 “orelha” no lado esquerdo e a 3ª figura possui 1 “orelha” no lado direito. Esse fato acontece, também, na 2ª linha, mas na parte de cima e na parte de baixo, internamente em relação às figuras. Assim, na 3ª linha ocorrerá essa regra, mas em ordem inversa: é a 3ª figura da 3ª linha que terá 2 “orelhas” internas, uma em cima e outra em baixo. Como as 2 primeiras figuras da 3ª linha não possuem “orelhas” externas, a 3ª figura também não terá orelhas externas. Portanto, a figura que deve substituir o ponto de interrogação é a 4ª.

17. Resposta “B”.

No 1º triângulo, o número que está no interior do triângulo dividido pelo número que está abaixo é igual à diferença entre o número que está à direita e o número que está à esquerda do triângulo:  $40 \div 5 = 21 - 13 = 8$ .

A mesma regra acontece no 2º triângulo:  $42 \div 7 = 23 - 17 = 6$ . Assim, a mesma regra deve existir no 3º triângulo:

$$? \div 3 = 19 - 7$$

$$? \div 3 = 12$$

$$? = 12 \times 3 = 36.$$

18. Resposta “E”.

Verifique os intervalos entre os números que foram fornecidos. Dado os números 3, 12, 27, \_\_, 75, 108, obteve-se os seguintes 9, 15, \_\_, \_\_, 33 intervalos. Observe que  $3 \times 3$ ,  $3 \times 5$ ,  $3 \times 7$ ,  $3 \times 9$ ,  $3 \times 11$ . Logo  $3 \times 7 = 21$  e  $3 \times 9 = 27$ . Então:  $21 + 27 = 48$ .

19. Resposta “B”.

Observe que o numerador é fixo, mas o denominador é formado pela seqüência:

Pri-meiro	Segundo	Terceiro	Quarto	Quinto	Sexto
1	$1 \times 2 = 2$	$2 \times 3 = 6$	$3 \times 4 = 12$	$4 \times 5 = 20$	$5 \times 6 = 30$

20. Resposta “D”.

O que de início devemos observar nesta questão é a quantidade de B e de X em cada figura. Vejamos:

BBB	BXB	XXB
XBX	XBX	XBX
BBB	BXB	BXX
7B e 2X	5B e 4X	3B e 6X





Vê-se, que os “B” estão diminuindo de 2 em 2 e que os “X” estão aumentando de 2 em 2; notem também que os “B” estão sendo retirados um na parte de cima e um na parte de baixo e os “X” da mesma forma, só que não estão sendo retirados, estão, sim, sendo colocados. Logo a 4ª figura é:

XXX  
 XBX  
 XXX  
 1B e 8X

21. Resposta “D”.

Montando a série de Fibonacci temos: 0, 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, 34... A resposta da questão é a alternativa “D”, pois como a questão nos diz, cada termo a partir do terceiro é igual à soma de seus dois termos precedentes.  $2 + 3 = 5$

22. Resposta “E”.

A questão nos informa que ao se escrever alguma mensagem, cada letra será substituída pela letra que ocupa a quarta posição, além disso, nos informa que o código é “circular”, de modo que a letra “U” vira “A”. Para decifrarmos, temos que perceber a posição do emissor e do receptor. O emissor ao escrever a mensagem conta quatro letras à frente para representar a letra que realmente deseja, enquanto que o receptor, deve fazer o contrário, contar quatro letras atrás para decifrar cada letra do código. No caso, nos foi dada a frase para ser decifrada, vê-se, pois, que, na questão, ocupamos a posição de receptores. Vejamos a mensagem: BSA HI EDAP. Cada letra da mensagem representa a quarta letra anterior de modo que:

VxzaB: B na verdade é V;  
 OpqrS: S na verdade é O;  
 UvxzA: A na verdade é U;  
 DefgH: H na verdade é D;  
 EfghI: I na verdade é E;  
 AbcdE: E na verdade é A;  
 ZabcdD: D na verdade é Z;  
 UvxA: A na verdade é U;  
 LmnoP: P na verdade é L;

23. Resposta “B”.

A questão nos traz duas palavras que têm relação uma com a outra e, em seguida, nos traz uma sequência numérica. É perguntado qual sequência numérica tem a mesma relação com a sequência numérica fornecida, de maneira que, a relação entre as palavras e a sequência numérica é a mesma. Observando as duas palavras dadas, podemos perceber facilmente que têm cada uma 6 letras e que as letras de uma se repete na outra em uma ordem diferente. Tal ordem, nada mais é, do que a primeira palavra de trás para frente, de maneira que SOCIAL vira LAICOS. Fazendo o mesmo com a sequência numérica fornecida, temos: 231678 viram 876132, sendo esta a resposta.

24. Resposta “A”.

A questão nos traz duas palavras que têm relação uma com a outra, e em seguida, nos traz uma sequência numérica. Foi perguntado qual a sequência numérica que tem relação com a já dada de maneira que a relação entre as palavras e a sequência numérica é a mesma. Observando as duas palavras dadas podemos perceber facilmente que tem cada uma 6 letras e que as letras

de uma se repete na outra em uma ordem diferente. Essa ordem diferente nada mais é, do que a primeira palavra de trás para frente, de maneira que SALTA vira ATLAS. Fazendo o mesmo com a sequência numérica fornecida temos: 25435 vira 53452, sendo esta a resposta.

25. Resposta “E”.

Pelo número 86.547, tem-se que 86, 65, 54 e 47 não acontecem no número procurado. Do número 48.675, as opções 48, 86 e 67 não estão em nenhum dos números apresentados nas alternativas. Portanto, nesse número a coincidência se dá no número 75. Como o único número apresentado nas alternativas que possui a sequência 75 é 46.875, tem-se, então, o número procurado.

26. Resposta “D”.

O primeiro símbolo representa a divisão e o 2º símbolo representa a soma. Portanto, na 1ª linha, tem-se:  $36 \div 4 + 5 = 9 + 5 = 14$ . Na 2ª linha, tem-se:  $48 \div 6 + 9 = 8 + 9 = 17$ . Com isso, na 3ª linha, ter-se-á:  $54 \div 9 + 7 = 6 + 7 = 13$ . Logo, podemos concluir então que o ponto de interrogação deverá ser substituído pelo número 13.

27. Resposta “A”.

As letras que acompanham os números ímpares formam a sequência normal do alfabeto. Já a sequência que acompanha os números pares inicia-se pela letra “E”, e continua de acordo com a sequência normal do alfabeto: 2ª letra: E, 4ª letra: F, 6ª letra: G, 8ª letra: H, 10ª letra: I e 12ª letra: J.

28. Resposta “D”.

Escrevendo os nomes dos animais apresentados na lista – MARÁ, PERU, TATU e URSO, na seguinte ordem: PERU, MARÁ, TATU e URSO, obtém-se na tabela:

P	E	R	U
M	A	R	A
T	A	T	U
U	R	S	O

O nome do animal é PATO. Considerando a ordem do alfabeto, tem-se: P = 15, A = 1, T = 19 e O = 14. Somando esses valores, obtém-se:  $15 + 1 + 19 + 14 = 49$ .

29. Resposta “B”.

Na 1ª e na 2ª sequências, as vogais são as mesmas: letra “A”. Portanto, as vogais da 4ª sequência de letras deverão ser as mesmas da 3ª sequência de letras: “O”. A 3ª letra da 2ª sequência é a próxima letra do alfabeto depois da 3ª letra da 1ª sequência de letras. Portanto, na 4ª sequência de letras, a 3ª letra é a próxima letra depois de “B”, ou seja, a letra “C”. Em relação à primeira letra, tem-se uma diferença de 7 letras entre a 1ª letra da 1ª sequência e a 1ª letra da 2ª sequência. Portanto, entre a 1ª letra da 3ª sequência e a 1ª letra da 4ª sequência, deve ocorrer o mesmo fato. Com isso, a 1ª letra da 4ª sequência é a letra “T”. Logo, a 4ª sequência de letras é: T, O, C, O, ou seja, TOCO.



30. Resposta “C”.

Na 1ª sequência de letras, ocorrem as 3 primeiras letras do alfabeto e, em seguida, volta-se para a 1ª letra da sequência. Na 2ª sequência, continua-se da 3ª letra da sequência anterior, formando-se DEF, voltando-se novamente, para a 1ª letra desta sequência: D. Com isto, na 3ª sequência, têm-se as letras HIJ, voltando-se para a 1ª letra desta sequência: H. Com isto, a 4ª sequência iniciará pela letra L, continuando por M e N, voltando para a letra L. Logo, a 4ª sequência da letra é: LMNL.

31. Resposta “E”.

Do 1º termo para o 2º termo, ocorreu um acréscimo de 1 unidade. Do 2º termo para o 3º termo, ocorreu a multiplicação do termo anterior por 3. E assim por diante, até que para o 7º termo temos  $13 \cdot 3 = 39$ . 8º termo =  $39 + 1 = 40$ . 9º termo =  $40 \cdot 3 = 120$ . 10º termo =  $120 + 1 = 121$ . 11º termo =  $121 \cdot 3 = 363$ . 12º termo =  $363 + 1 = 364$ . 13º termo =  $364 \cdot 3 = 1.092$ . Portanto, podemos concluir que o 13º termo da sequência é um número maior que 1.000.

32. Resposta “D”.

Da palavra “ardoroso”, retiram-se as sílabas “do” e “ro” e inverteu-se a ordem, definindo-se a palavra “rodo”. Da mesma forma, da palavra “dinamizar”, retiram-se as sílabas “na” e “mi”, definindo-se a palavra “mina”. Com isso, podemos concluir que da palavra “maratona”. Deve-se retirar as sílabas “ra” e “to”, criando-se a palavra “tora”.

33. Resposta “A”.

Na primeira sequência, a palavra “azar” é obtida pelas letras “a” e “z” em sequência, mas em ordem invertida. Já as letras “a” e “r” são as 2 primeiras letras da palavra “arborizado”. A palavra “dias” foi obtida da mesma forma: As letras “d” e “i” são obtidas em sequência, mas em ordem invertida. As letras “a” e “s” são as 2 primeiras letras da palavra “asteroides”. Com isso, para a palavras “articular”, considerando as letras “i” e “u”, que estão na ordem invertida, e as 2 primeiras letras, obtém-se a palavra “luar”.

34. O nome da sequência é Sequência de Fibonacci. O número que vem é sempre a soma dos dois números imediatamente atrás dele. A sequência correta é: 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, 34, 55, 89, 144, 233...

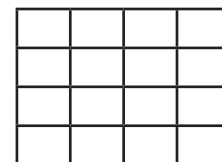
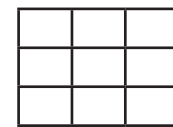
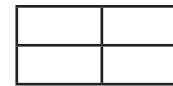
35.

Dia	Subida	Descida
1º	2m	1m
2º	3m	2m
3º	4m	3m
4º	5m	4m
5º	6m	5m
6º	7m	6m
7º	8m	7m
8º	9m	8m
9º	10m	----

Portanto, depois de 9 dias ela chegará na saída do poço.

36.  $09 - 19 - 29 - 39 - 49 - 59 - 69 - 79 - 89 - 90 - 91 - 92 - 93 - 94 - 95 - 96 - 97 - 98 - 99$ . Portanto, são necessários 20 algarismos.

37.



Portanto, há  $16 + 9 + 4 + 1 = 30$  quadrados.

38.



39. Os símbolos são como números em frente ao espelho. Assim, o próximo símbolo será 88.

40.



41.

$$12.345.679 \times (2 \times 9) = 222.222.222$$

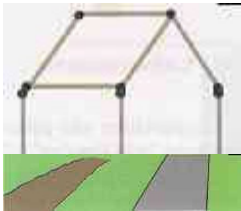
$$12.345.679 \times (3 \times 9) = 333.333.333$$

... ..

$$12.345.679 \times (4 \times 9) = 666.666.666$$

Portanto, para obter 999.999.999 devemos multiplicar 12.345.679 por  $(9 \times 9) = 81$

42.



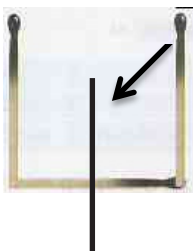
43.



44. Sendo  $A = 1$ ,  $J = 11$ ,  $Q = 12$  e  $K = 13$ , a soma de cada par de cartas é igual a 14 e o naipe de paus sempre forma par com o naipe de espadas. Portanto, a carta que está faltando é o 6 de espadas.

45. Quadrado perfeito em matemática, sobretudo na aritmética e na teoria dos números, é um número inteiro não negativo que pode ser expresso como o quadrado de um outro número inteiro. Ex: 1, 4, 9...

No exercício 2 elevado a 2 = 4

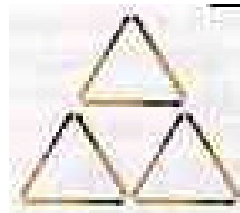


46. Observe que:

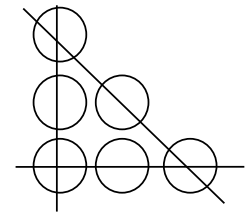
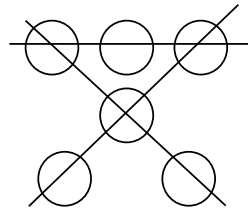
3	6	18	72	360	2160	15120
	x2	x3	x4	x5	x6	x7

Portanto, a próxima pedra terá que ter o valor:  $15.120 \times 8 = 120.960$

47.



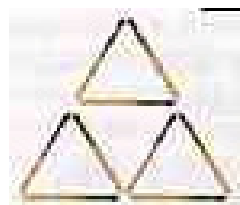
48.



49.



50.





# HISTÓRIA GERAL



## 1. PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.

A Primeira Guerra Mundial foi uma guerra global centrada na Europa, que começou em 28 de julho de 1914 e durou até 11 de novembro de 1918. O conflito envolveu as grandes potências de todo o mundo, que organizaram-se em duas alianças opostas: os Aliados (com base na Tríplice Entente entre Reino Unido, França e Império Russo) e os Impérios Centrais (originalmente Tríplice Aliança entre Império Alemão, Áustria-Hungria e Itália; mas como a Áustria-Hungria tinha tomado a ofensiva contra o acordo, a Itália não entrou em guerra). Estas alianças reorganizaram-se (a Itália lutou pelos Aliados) e expandiram-se em mais nações que entraram na guerra. Em última análise, mais de 70 milhões de militares, incluindo 60 milhões de europeus, foram mobilizados em uma das maiores guerras da história. Mais de 9 milhões de combatentes foram mortos, em grande parte por causa de avanços tecnológicos que determinaram um crescimento enorme na letalidade de armas, mas sem melhorias correspondentes em proteção ou mobilidade. Foi o sexto conflito mais mortal na história da humanidade e que posteriormente abriu caminho para várias mudanças políticas, como revoluções em muitas das nações envolvidas.

Entre as causas da guerra inclui-se as políticas imperialistas estrangeiras das grandes potências da Europa, como o Império Alemão, o Império Austro-Húngaro, o Império Otomano, o Império Russo, o Império Britânico, a Terceira República Francesa e a Itália. Em 28 de junho de 1914, o assassinato do arquiduque Francisco Fernando da Áustria, o herdeiro do trono da Áustria-Hungria, pelo nacionalista iugoslavo Gavrilo Princip, em Sarajevo, na Bósnia, foi o gatilho imediato da guerra, o que resultou em um ultimato Habsburgo contra o Reino da Sérvia. Diversas alianças formadas ao longo das décadas anteriores foram invocadas, assim, dentro de algumas semanas, as grandes potências estavam em guerra; através de suas colônias, o conflito logo se espalhou ao redor do planeta.

Em 28 de julho, o conflito iniciou-se com a invasão austro-húngara da Sérvia, seguida pela invasão alemã da Bélgica, Luxemburgo e França, e um ataque russo contra a Alemanha. Depois da marcha alemã em Paris ter levado a um impasse, a Frente Ocidental estabeleceu-se em uma batalha de atrito estático com uma linha de trincheiras que pouco mudou até 1917. Na Frente Oriental, o exército russo lutou com sucesso contra as forças austro-húngaras, mas foi forçado a recuar da Prússia Oriental e da Polónia pelo exército alemão. Frentes de batalha adicionais abriram-se depois que o Império Otomano entrou na guerra em 1914, Itália e Bulgária em 1915 e a Romênia em 1916. O Império Russo entrou em colapso em março de 1917 e a Rússia deixou a guerra após a Revolução de Outubro, mais tarde naquele ano. Depois de uma ofensiva alemã em 1918 ao longo da Frente Ocidental, os Aliados forçaram o recuo dos exércitos alemães em uma série de ofensivas de sucesso e as forças dos Estados Unidos começaram a entrar nas trincheiras. A Alemanha, que teve o seu próprio problema com os revolucionários, neste ponto, concordou com um cessar-fogo em 11 de novembro de 1918, episódio mais tarde conhecido como Dia do Armistício. A guerra terminou com a vitória dos Aliados.

Eventos nos conflitos locais eram tão tumultuados quanto nas grandes frentes de batalha, e os participantes tentaram mobilizar a sua mão de obra e recursos econômicos para lutar uma guerra total. Até o final da guerra, quatro grandes potências imperiais — os impérios Alemão, Russo, Austro-Húngaro e Otomano — deixaram de existir. Os Estados sucessores dos dois primeiros perderam uma grande quantidade de seu território, enquanto os dois últimos foram completamente desmontados. O mapa da Europa central foi redesenhado em vários países menores. A Liga das Nações (organização precursora das Nações Unidas) foi formada na esperança de evitar outro conflito dessa magnitude. Há consenso de que o nacionalismo europeu provocado pela guerra, a separação dos impérios, as repercussões da derrota da Alemanha e os problemas com o Tratado de Versalhes foram fatores que contribuíram para o início da Segunda Guerra Mundial.

### Antecedentes

No século XIX, as grandes potências europeias tinham percorrido um longo caminho para manter o equilíbrio de poder em toda a Europa, resultando na existência de uma complexa rede de alianças políticas e militares em todo o continente por volta de 1900. Estes começaram em 1815, com a Santa Aliança entre Reino da Prússia, Império Russo e Império Austríaco. Então, em outubro de 1873, o chanceler alemão Otto von Bismarck negociou a Liga dos Três Imperadores entre os monarcas da Áustria-Hungria, Rússia e Alemanha. Este acordo falhou porque a Áustria-Hungria e a Rússia tinham interesses conflitantes nos Bálcãs, o que fez com que a Alemanha e Áustria-Hungria formassem uma aliança em 1879, chamada de Aliança Dua. Isto foi visto como uma forma de combater a influência russa nos Bálcãs, enquanto o Império Otomano continuava a se enfraquecer. Em 1882, esta aliança foi ampliada para incluir a Itália no que se tornou a Tríplice Aliança.

Depois de 1870, um conflito europeu foi evitado em grande parte através de uma rede de tratados cuidadosamente planejada entre o Império Alemão e o resto da Europa e orquestrada por Bismarck. Ele trabalhou especialmente para manter a Rússia ao lado da Alemanha, para evitar uma guerra de duas frentes com a França e a Rússia. Quando Guilherme II subiu ao trono como imperador alemão (kaiser), Bismarck foi obrigado a se aposentar e seu sistema de alianças foi gradualmente enfatizado. Por exemplo, o kaiser se recusou a renovar o Tratado de Resseguro com a Rússia em 1890. Dois anos mais tarde, a Aliança Franco-Russa foi assinada para contrabalançar a força da Tríplice Aliança. Em 1904, o Reino Unido assinou uma série de acordos com a França, a Entente Cordiale, e em 1907, o Reino Unido e a Rússia assinaram a Convenção Anglo-Russa. Embora estes acordos não tenham aliado o Reino Unido com a França ou a Rússia formalmente, eles fizeram a entrada britânica em qualquer conflito futuro envolvendo a França ou a Rússia e o sistema de intertravamento dos acordos bilaterais se tornou conhecido como a Tríplice Entente.

O poder industrial e econômico dos alemães havia crescido muito depois da unificação e da fundação do império em 1871. Desde meados da metade dos anos 1890, o governo de Guilherme II usou essa base para dedicar significativos recursos econômicos para a edificação do Kaiserliche Marine, criada pelo almirante Alfred von Tirpitz, em rivalidade com a Marinha Real Britânica na supremacia naval mundial. Como resultado, cada nação se esforçou construir o outro em termos de navios importantes. Com o

lançamento do HMS Dreadnought em 1906, o Império Britânico expandiu a sua vantagem sobre seu rival alemão. A corrida armamentista entre Reino Unido e Alemanha, eventualmente ampliada ao resto da Europa, com todas as grandes potências dedicando a sua base industrial para produzir o equipamento e as armas necessárias para um conflito pan-europeu. Entre 1908 e 1913, os gastos militares das potências europeias aumentou em 50%.

A Áustria-Hungria precipitou a crise Bósnia de 1908-1909 por anexar oficialmente o antigo território otomano da Bósnia e Herzegovina, que ocupava desde 1878. Isto irritou o Reino da Sérvia e seu patrono, o pan-eslavo e ortodoxo Império Russo. A manobra política russa na região desestabilizou os acordos de paz, que já estavam enfraquecidos, no que ficou conhecido como “o barril de pólvora da Europa”.

Em 1912 e 1913, a Primeira Guerra Balcânica foi travada entre a Liga Balcânica e o fragmentado Império Otomano. O Tratado de Londres resultante ainda encolheu o Império Otomano, com a criação de um Estado independente albanês, enquanto ampliou as explorações territoriais da Bulgária, Sérvia, Montenegro e Grécia. Quando a Bulgária atacou a Sérvia e a Grécia em 16 de junho de 1913, ela perdeu a maior parte da Macedônia à Sérvia e Grécia e Dobruja do Sul para a Romênia durante a Segunda Guerra Balcânica, desestabilizando ainda mais a região.

### Crise de Julho

Em 28 de junho de 1914, Gavrilo Princip, um estudante sérvio-bósnio e membro da Jovem Bósnia, assassinou o herdeiro do trono austro-húngaro, o arquiduque Francisco Fernando da Áustria, em Sarajevo, na Bósnia. Isto iniciou um mês de manobras diplomáticas entre Áustria-Hungria, Alemanha, Rússia, França e Reino Unido, no que ficou conhecido como a Crise de Julho. Querendo finalmente acabar com a interferência sérvia na Bósnia — a Mão Negra tinha fornecido bombas e pistolas, treinamento e ajuda a Princip e seu grupo para atravessar a fronteira e os austríacos estavam corretos para acreditar que os oficiais e funcionários sérvios estavam envolvidos — a Áustria-Hungria entregou o Ultimato de Julho para a Sérvia, uma série de dez reivindicações criadas, intencionalmente, para serem inaceitáveis, com a intenção de provocar uma guerra com a Sérvia. Quando a Sérvia concordou com apenas oito das dez reivindicações, a Áustria-Hungria declarou guerra ao país em 28 julho de 1914. Hew Strachan argumenta que “se uma resposta equivocada e precipitada da Sérvia teria feito alguma diferença para o comportamento da Áustria-Hungria é algo duvidoso. Francisco Fernando não era o tipo de personalidade que comandava a popularidade e sua morte não lançou o império em profundo luto”.

O Império Russo, disposto a permitir que a Áustria-Hungria eliminasse a sua influência nos Balcãs e em apoio aos seus sérvios protegidos de longa data, ordenou uma mobilização parcial um dia depois. O Império Alemão mobilizou-se em 30 de julho de 1914, pronto para aplicar o “Plano Schlieffen”, que planejava uma invasão rápida e massiva à França para eliminar o exército francês e, em seguida, virar a leste contra a Rússia. O gabinete francês resistiu à pressão militar para iniciar a mobilização imediata e ordenou que suas tropas recuassem 10 km da fronteira, para evitar qualquer incidente. A França só se mobilizou na noite de 2 de agosto, quando a Alemanha invadiu a Bélgica e atacou tropas francesas. O Império Alemão declarou guerra à Rússia no mesmo dia. O Reino

Unido declarou guerra à Alemanha em 4 de agosto de 1914, após uma “resposta insatisfatória” para o ultimato britânico de que a Bélgica deveria ser mantida neutra.

### A Guerra

#### A crise de julho e as declarações de guerra

Após o assassinato do arquiduque Francisco Fernando em 28 de junho, o Império Austro-Húngaro esperou três semanas antes de decidir tomar um curso de ação. Essa espera foi devida ao fato de que grande parte do efetivo militar estava na ajuda a colheita, o que impossibilitava a ação militar naquele período. Em 23 de julho, graças ao apoio incondicional alemão (carta branca) ao Império Austro-Húngaro se a guerra eclodisse, o Ultimato de julho foi mandado à Sérvia, e que continha várias requisições, entre elas a que agentes austríacos fariam parte das investigações, e que a Sérvia seria a culpada pelo atentado. O governo sérvio aceitou todos os termos do ultimato, com exceção da participação de agentes austríacos, o que na opinião sérvia constituía uma violação de sua soberania.

Por causa desse termo, rejeitado em resposta sérvia em 26 de julho, o Império Austro-Húngaro cortou todas as relações diplomáticas com o país e declarou guerra ao mesmo em 28 de Julho, começando o bombardeio a Belgrado (capital sérvia) em 29 de Julho. No dia seguinte, o Império Russo, que sempre tinha sido aliado da Sérvia, deu a ordem de locomoção a suas tropas.

O Império Alemão, que tinha garantido apoio ao Império Austro-Húngaro no caso de uma eventual guerra mandaram um ultimato ao governo do Império Russo para parar a mobilização de tropas dentro de 12 horas, no dia 31. No primeiro dia de agosto o ultimato tinha expirado sem qualquer reação russa. A Alemanha então declarou-lhe guerra. Em 2 de agosto a Alemanha ocupou Luxemburgo, como o passo inicial da invasão à Bélgica e do Plano Schlieffen (estratégia de defesa alemã que previa a invasão da França, Inglaterra e Rússia). A Alemanha tinha enviado outro ultimato, desta vez à Bélgica, requisitando a livre passagem do exército alemão rumo à França. Como tal pedido foi recusado, foi declarada guerra a Bélgica.

Em 3 de agosto, a Alemanha declarou guerra à França, e no dia seguinte invadiu a Bélgica. Tal ato, violando a soberania belga - que Grã-Bretanha, França e a própria Alemanha estavam comprometidos a garantir fez com que o Império Britânico saísse da sua posição neutra e declarasse guerra à Alemanha em 4 de Agosto.

#### O início dos confrontos

Algumas das primeiras hostilidades de guerra ocorreram no continente africano e no oceano Pacífico, nas colônias e territórios das nações europeias. Em Agosto de 1914, um combinado da França e do Império Britânico invadiu o protetorado alemão da Togoland, no Togo. Pouco depois, em 10 de Agosto, as forças alemãs baseadas na Namíbia atacaram a África do Sul, que pertencia ao Império Britânico. Em 30 de Agosto a Nova Zelândia invadiu a Samoa, da Alemanha; em 11 de Setembro a Força Naval e Expedicionária Australiana desembarcou na ilha de Neu Pommern (mais tarde renomeada Nova Bretanha), que fazia parte da chamada Nova Guiné Alemã. O Japão invadiu as colônias micronésias e o porto alemão de abastecimento de carvão de Qingdao na penín-



sula chinesa de Shandong. Com isso, em poucos meses, a Tríplice Entente tinha dominado todos os territórios alemães no Pacífico. Batalhas esporádicas, porém, ainda ocorriam na África.

Na Europa, o Império Alemão e o Império Austro-Húngaro sofriam de uma mútua falta de comunicação e desconhecimento dos planos de cada exército. A Alemanha tinha garantido o apoio à invasão austro-húngara à Sérvia, mas a interpretação prática para cada um dos lados tinha sido diferente. Os líderes austro-húngaros acreditavam que a Alemanha daria cobertura ao flanco setentrional contra a Rússia. A Alemanha, porém, tinha planejado que o Império Austro-Húngaro focasse a maioria de suas tropas na luta contra a Rússia enquanto combatia a França na Frente Ocidental. Tal confusão forçou o exército Austro-Húngaro a dividir suas tropas. Mais da metade das tropas foi combater os russos na fronteira, enquanto um pequeno grupo foi deslocado para invadir e conquistar a Sérvia.

### *A batalha da Sérvia*

O exército sérvio submeteu-se a uma estratégia defensiva para conter os invasores austro-húngaros, o que culminou na Batalha de Cer. Os sérvios ocuparam posições defensivas no lado sul do rio Drina. Nas duas primeiras semanas os ataques austro-húngaros foram repelidos causando grandes perdas ao exército das Potências Centrais. Essa foi a primeira grande vitória da Tríplice Entente na guerra. As expectativas austro-húngaras de uma vitória fácil e rápida não foram realizadas e como resultado o Império Austro-Húngaro foi obrigado a manter uma grande força na fronteira sérvia, enfraquecendo as tropas que batalhavam contra a Rússia na Frente Oriental.

### *Exército alemão na Bélgica e França*

Após invadir o território belga, o exército alemão logo encontrou resistência na fortificada cidade de Liège. Apesar do exército ter continuado a rápida marcha rumo à França, a invasão germânica tinha provocado a decisão britânica de intervir em ajuda a Tríplice Entente. Como signatário do Tratado de Londres, o Império Britânico estava comprometido a preservar a soberania belga. Para a Grã-Bretanha os portos de Antuérpia e Ostende eram importantes demais para cair nas mãos de uma potência continental hostil ao país. Para tanto, enviou um exército para a Bélgica, atrasando o avanço alemão.

Inicialmente os mesmos tiveram uma grande vitória na Batalha das Fronteiras (14 de agosto a 24 de agosto de 1914). A Rússia, porém, atacou a Prússia Oriental, o que obrigou o deslocamento das tropas alemãs que estavam planejadas para ir a Frente Ocidental. A Alemanha derrotou a Rússia em uma série de confrontos chamados da Segunda Batalha de Tannenberg (17 de agosto a 2 de setembro de 1914). O deslocamento imprevisto para combater os russos, porém, acabou permitindo uma contraofensiva em conjunto das forças francesas e inglesas, que conseguiram parar os alemães em seu caminho para Paris, na Primeira Batalha do Marne (Setembro de 1914), forçando o exército alemão a lutar em duas frentes. O mesmo se postou numa posição defensiva dentro da França e conseguiu incapacitar permanentemente 230.000 franceses e britânicos.

### *A guerra das trincheiras*

Os avanços na tecnologia militar significaram na prática um poder de fogo defensivo mais poderoso que as capacidades ofensivas, tornando a guerra extremamente mortífera. O arame farpado era um constante obstáculo para os avanços da infantaria; a artilharia, muito mais letal que no século XIX, armada com poderosas metralhadoras. Os alemães começaram a usar gás tóxico em 1915, e logo depois, ambos os lados usavam da mesma estratégia. Nenhum dos lados ganhou a guerra pelo uso de tal artifício, mas eles tornaram a vida nas trincheiras ainda mais miserável tornando-se um dos mais temidos e lembrados horrores de guerra.

Numa nota curiosa, temos que no início da guerra, chegando a primeira época natalícia, se encontram relatos de os soldados de ambos os lados cessarem as hostilidades e mesmo saírem das trincheiras e cumprimentarem-se (trégua de Natal). Isto ocorreu sem o consentimento do comando, no entanto, foi um evento único. Não se repetiu posteriormente por diversas razões: o número demasiado elevado de baixas aumentou os sentimentos de ódio dos soldados e o comando, dados os acontecimentos do primeiro ano, tentou usar esta altura para fazer propaganda, o que levou os soldados a desconfiar ainda mais uns dos outros.

A alimentação era sobretudo à base de carne, vegetais enlatados e biscoitos, sendo os alimentos frescos uma raridade.

### *Fim da Guerra*

A partir de 1917, a situação começou a alterar-se, quer com a entrada em cena de novos meios, como o carro de combate e a aviação militar, quer com a chegada ao teatro de operações europeu das forças norte-americanas ou a substituição de comandantes por outros com nova visão da guerra e das táticas e estratégias mais adequadas; lançam-se, de um lado e de outro, grandes ofensivas, que causam profundas alterações no desenho da frente, acabando por colocar as tropas alemãs na defensiva e levando por fim à sua derrota. É verdade que a Alemanha adquire ainda algum fôlego quando a revolução estala no Império Russo e o governo bolchevista, chefiado por Lênin, prontamente assina a paz sem condições, (Tratado de Brest-Litovski) assim anulando a frente leste, mas essa circunstância não será suficiente para evitar a derrota. O armistício que pôs fim à guerra foi assinado a 11 de novembro de 1918.

### *Brasil*

O nono presidente do Brasil, Venceslau Brás, declara guerra aos Poderes Centrais. Ao seu lado, o ministro interino das Relações Exteriores Nilo Peçanha (em pé) e o presidente de Minas Gerais, Delfim Moreira (sentado). No Brasil, o confronto foi conhecido popularmente, até a Segunda Guerra Mundial, como a “Guerra de 14”, em alusão a 1914. No dia 5 de abril de 1917, o vapor brasileiro “Paraná”, que navegava de acordo com as exigências feitas a países neutros, foi torpedeado, supostamente por um submarino alemão. No dia 11 de abril o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do bloco liderado pela Alemanha. Em 20 de maio, o navio “Tijuca” foi torpedeado perto da costa francesa. Nos meses seguintes, o governo Brasileiro confiscou 42 navios alemães, austro-húngaros e turco-otomanos que estavam em portos brasileiros, como uma indenização de guerra.



No dia 23 de outubro de 1917, o cargueiro nacional “Macau”, um dos navios arrestados, foi torpedeado por um submarino alemão, perto da costa da Espanha, e seu comandante feito prisioneiro. Com a pressão popular contra a Alemanha, no dia 26 de outubro de 1917, o país declarou guerra aos Poderes Centrais.

A partir deste momento, por um lado, sob a liderança de políticos como Ruy Barbosa, recrudesceram agitações de caráter nacionalista, com comícios exigindo a “imperiosa necessidade de se apoiar os Aliados com ações” para por fim ao conflito. Por outro lado, sindicalistas, anarquistas e intelectuais como Monteiro Lobato criticavam essa postura e a possibilidade de grande convocação militar, pois segundo estes, entre outros efeitos negativos isto desviava a atenção do país em relação a seus problemas internos.

Assim, devido a várias razões, de conflitos internos à falta de uma estrutura militar adequada, a participação militar do Brasil no conflito foi muito pequena; resumindo-se no envio ao front ocidental em 1918 de um grupo de aviadores (do Exército e da Marinha) que foram integrados à Força Aérea Real Britânica, e de um corpo médico-militar composto por oficiais e sargentos do exército, que foram integrados ao exército francês, tendo seus membros tanto prestado serviços na retaguarda, como participado de combates no front. À Marinha coube a maior participação militar brasileira no conflito, com o envio de uma esquadra naval com a incumbência de patrulhar a costa noroeste da África a partir de Dakar, e o Mediterrâneo desde o estreito de Gibraltar, evitando a ação de submarinos inimigos.

## 2. O NAZI-FASCISMO E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.

*Nazifascismo* - é um termo de conjunção entre o fascismo italiano, doutrina totalitária desenvolvida por Benito Mussolini a partir de 1919 e o nazismo alemão, em muitos aspectos emulando a primeira, que, embora tendo nascido em 1920, é amplamente utilizado na Alemanha Nazi apenas uma década mais tarde sob regime de Adolf Hitler e do Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores.

### *Fascismo e Nazismo*

Os termos fascismo e nazismo são usados como sinônimos. O nazismo é geralmente considerado como uma forma de fascismo, mas o nazismo, em contraste viu o objetivo do estado no serviço de um ideal daquilo que o estado supostamente deveria ser: as suas pessoas, raças, e a engenharia social destes aspectos da cultura com o fim último de uma maior prosperidade possível para eles às custas de todos os outros. O fascismo de Mussolini continuou fiel à ideologia de que todos estes fatores existiam para servir o estado e que não era necessariamente no interesse do Estado servir ou manipular algumas daquelas características. O único objetivo do governo sob o fascismo era autovalorizar como a maior prioridade da sua cultura, simplesmente sendo o Estado em si, quanto maior a sua dimensão, melhor, pelo que se pode dizer que se tratou de uma Estadolatria (idolatria do estado) governamental. A característica importante do fascismo é o Nacionalismo.

Enquanto o Nazismo era uma ideologia metapolítica, vindo a si mesmo apenas como uma utilidade pela qual uma condição alegórica do seu povo era o seu objetivo, o fascismo era uma forma sinceramente antissocialista de Estadismo que existiu por virtude de e com fins em si mesmo. O movimento Nazista falou da sociedade baseada em classes como o seu inimigo e pretendia unificar o elemento racial acima de classes estabelecidas, enquanto que o movimento fascista tentou preservar o sistema de classes e sustentou-o como a fundação de cultura estabelecida e progressiva.

Este teorema subjacente fez os fascistas e nazistas de então verem-se como parcialmente exclusivos entre si. Hoje, no entanto, esta diferença não é patente na terminologia, mesmo quando usada num contexto histórico.

### *Características:*

- Totalitarismo: subordinação dos interesses individuais aos do Estado.
- Nacionalismo: tudo pela nação, cuja grandeza deve ser buscada pela totalidade da sociedade.
- Militarismo: a guerra permite um aprimoramento individual e nacional.
- Expansionismo: expansão territorial é uma necessidade à sobrevivência da nação; no caso nazista, defendia-se a ideia do “espaço vital”.
- Corporativismo: o Estado totalitário aparece como árbitro de todos os conflitos no interior da sociedade.
- Anticomunismo: defesa do combate ao comunismo tanto dentro do país (perseguições) quanto no âmbito internacional (aniquilação da União Soviética).
- Racismo: crença na superioridade racial dos brancos sobre os não-brancos (arianismo); este aspecto foi particularmente importante no caso nazista.

### *A Militarização da Política*

No início os seus militantes e principais quadros partidários foram largamente preenchidos por ex-combatentes, por veteranos da Primeira Guerra Mundial, que se sentiram frustrados, excluídos, quando não traídos pelos governos do após-guerra. Dai entender-se que tanto os chefes do movimento nazifascista (como Hitler e Mussolini) como seus seguidores mais próximos serem oriundos das trincheiras, e que, mesmo na paz, continuavam usando uniforme e celebrando a vida de soldados. Comportavam-se eles como se ainda estivesse entre seus camaradas no fronte de guerra. O fascismo foi, portanto, uma militarização da política, a transposição para a vida civil dos hábitos e costumes adquiridos por uma geração inteira de europeus que passaram quatro anos da sua existência condicionados pela brutal experiência de uma guerra terrível.

Essa experiência militar deles fez com que os partidos fascistas não somente usassem uniforme e obedecessem ao seu chefe do mesmo modo que os soldados seguem o seu general, como entendessem a política como um campo de batalha, na qual seus adversários não era vistos como rivais num quadro eleitoral, mas sim inimigos a serem encarcerados ou eliminados no futuro. A militarização da vida política, com o partido organizado como fosse um regimento do exército, disciplinado e obediente à uma hierarquia, teve como consequência a determinação deles de submeterem a sociedade civil por inteiro às regras militares. O que conduziu a

que levassem a quartelização da sociedade por inteiro. Entendiam que travavam agora, finda a guerra, uma batalha para salvar a pátria, a sua pátria, ameaçada pela subversão comunista (inspirada na revolução bolchevique que ocorria, desde 1917, na Rússia), e pela debilidade da democracia liberal, incapaz de concentrar a energia necessária para retirar a nação da profunda crise econômica e moral com que saíra da guerra.

### Difusão pelo Mundo

As ruas de Roma, de Munique, de Berlim, de Madri, e até do Rio de Janeiro, enchiam-se de desfiles cívicos de militantes que marchavam embandeirados, aos sons marciais, enaltecendo o nacionalismo e os valores pátrios que, segundo os fascistas, foram esquecidos ou abertamente traídos no período do pós-guerra. Cada organização fascista tinha o seu símbolo, sua cor e seu líder absoluto: um chefe, um Duce, um Führer, um caudilho, um chefe, que comandava seus homens como um general em tempo de guerra, e a quem seus seguidores devotavam verdadeira idolatria, considerando-o uma espécie de salva-pátria. Obviamente que os fascistas detestavam a democracia.

### Objetivos Políticos e Raciais

Tinham os nazifascistas como objetivo maior, deter a subversão social representada pelo comunismo. O nazifascismo transformou o bolchevismo no seu inimigo de morte e os comunistas não-soviéticos eram vistos como meros agentes a serviço do domínio mundial daquela potência. Pode-se dizer que o fascismo assumiu uma conotação mais radical exatamente nos países ou nas sociedades que se sentiam mais vulneráveis a uma revolução comunista. Naquelas em que a hierarquia social, os valores tradicionais e o ordenamento das classes, estavam mais sujeitos a serem derrubados. E, onde, no passado recente, a frustração ou a humilhação nacional sofrida na guerra ainda não fora esquecida.

O nazismo, a vertente alemã do fascismo, elegeu ainda, como seu pior adversário, além dos já citados comunistas, os judeus. Seguidores da tradição antisemita europeia, atribuíam a eles todas as desgraças e vexações porque a Alemanha passara (a direita alemã debitou à derrota de 1918 aos comunistas e aos judeus que teriam dado “uma punhalada nas costas” do país). O violento antisemitismo dele e sua política de defesa da eugenia - a obsessão pela pureza racial do homem ariano -, fez com que os nazistas terminassem por ordenar, entre 1939-45, o maior massacre de seres humanos até hoje registrado na história: o holocausto de todos os judeus europeus e o extermínio de todos aqueles que, segundo eles, “levavam uma vida indigna de ser vivida” (os loucos, menores excepcionais, portadores de males genéticos, idosos senis, etc.).

### Fatores e Antecedentes

A terceira década do século XX foi marcada pela instabilidade das relações internacionais, pela crise econômica e pelo crescimento dos regimes nazifascistas. Esse contexto, acrescido das disputas entre EUA, França e Inglaterra de um lado e Alemanha, Itália e Japão de outro, gerou a Segunda Grande Guerra.

**O Rearmamento Alemão:** Hitler preocupou-se com o rearmamento e com os aliados. Em 1935, por um plebiscito, restabelece o Sarre para a Alemanha. Em 1936, reocupou militarmente a

Renânia. Em 1939 o serviço militar agrupa 1.500.000 homens ao exército alemão, que compõem as unidades blindadas (*Panzerdivisionen*) e a aviação militar (*Luftwaffe*).

**A Política Externa de Hitler:** A concretização dos objetivos hitleristas e as primeiras reações europeias deram-se de 1933 a 1935. Seus objetivos estavam expostos *Mein Kampf* e eram, basicamente, livrar a Alemanha da humilhação onerosa de Versalhes, reunir em um grande *Reich* alemão todas as populações europeias de língua alemã e conquistar o oeste (Polônia e Ucrânia) para usá-lo como fornecedor de matérias-primas para a Alemanha. Em 14 de outubro de 1933, Hitler obtinha igualdade de direitos em relação aos franceses, em matéria de armamentos, abandonando a Conferência de Desarmamento. Em 25 de julho de 1934, os nazistas austríacos assassinaram o chanceler Dolfuss, na esperança de provocar o *Anschluss* (a união da Áustria com a Alemanha). Hitler procurava se isolar, mas Mussolini inseriu a Alemanha no (Pacto dos Quatro), de 1933, a fim de modificar as fronteiras da Europa Central. Os franceses imediatamente aliaram-se aos eslavos e firmaram o Pacto de Assistência Mútua, que Stalin aceitou diante da ameaça nazista. Mais tarde, a França procurou sacrificar a Etiópia e estabelecer um acordo com a Itália, junto à Inglaterra, em 1935.

**A Guerra Civil Espanhola:** A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) foi decisiva para o delineamento da Segunda Guerra Mundial. Em 1931, uma parcela da burguesia espanhola, unida aos trabalhadores, proclamou a República. Os republicanos espanhóis pretendiam realizar um programa de reformas, entre as quais estavam a reforma agrária e a reforma urbana. Para combater o programa republicano, os latifundiários, o clero e os oficiais do exército se organizaram no Partido da Falange, de orientação fascista. Em 17 de julho de 1936, quando o país se debatia em intensa agitação, levantaram-se os militares, comandados pelo general Francisco Franco, para derrubar a República. Os fascistas espanhóis receberam ajuda da Itália e Alemanha, que enviaram homens e armas; os republicanos contaram com o apoio da União Soviética e das Brigadas Internacionais, formadas por trabalhadores e intelectuais de diversos países. A França e Inglaterra insistiam na ideia de que os países deveriam praticar uma (política de não-intervenção). Como a ajuda recebida pelos republicanos revelou-se insuficiente, as forças do fascismo venceram a guerra em 1939. Com a vitória que se consolidou em 28/03/1939 e com a queda de Madri, Franco passou a ser apoiado pela Igreja e por uma parcela dos trabalhadores. Foi mais uma vitória da ditadura que nasceu da democracia. A guerra proporcionou para a Alemanha, um experimento de seus materiais bélicos e uma aproximação com a Itália.

**As Alianças:** Tanto a França como a Grã-Bretanha pronunciaram sanções contra a Itália em relação à Etiópia, o que aproximou Hitler da Itália. A Guerra Civil Espanhola, em 1936, deu a Hitler e a Mussolini uma aproximação ideológica e estratégica na medida em que apoiaram Franco. Em 1º de novembro de 1936, Mussolini proclamou o eixo Roma-Berlim, uma manifestação de solidariedade e não-aliança, pois esta só se completaria com a visita do Führer a Roma, em 1938. O Japão, tomando a China, temia a URSS e assinaria, em 1936, com a Alemanha, o Pacto Antikomintern, ao qual aderiram a Itália, a Hungria de Horthy e a Espanha de Franco. Hitler criava pontos de apoio.

**O Anschluss:** Desde 1934, com o assassinato do chanceler austríaco Dolfuss, os nazistas alemães passaram a exercer cada vez mais influência na política interna da Áustria. Com o crescimento econômico implantado por Hitler na Alemanha, aliado ao nacionalismo pangermânico, os austríacos, cada vez mais, tendiam a aceitar uma anexação à Alemanha, unindo, dessa forma, a raça germânica sob um Reich. Em maio de 1938, foi realizado um plebiscito sobre o Anschluss e o resultado foi de 99,75% a favor. Estava, assim, concretizado o Anschluss.

**A Crise da Tchecoslováquia:** A política expansionista alemã continuou em 1938. Hitler exigiu, em Nuremberg, a região dos Sudetos, incorporada à Tchecoslováquia em 1919, onde viviam aproximadamente três milhões de alemães. Os Tchecoslováquios resistiram e pretenderam não entregar; para tanto contavam com o apoio da França e da URSS. Para evitar a guerra, Mussolini propôs uma conferência das quatro grandes potências em Munique. Mussolini, Hitler, Neville Chamberlain e Edouard Daladier representaram, respectivamente, a Itália, a Alemanha, a Inglaterra e a França. A Tchecoslováquia não foi admitida na reunião. Hitler saiu vitorioso mais uma vez, posto que a região dos Sudetos lhe foi concedida; e, em março de 1939, desrespeitando o acordo de Munique, o Führer tomou o resto do país.

**A vez da Polônia e o Início da Guerra:** Um acordo germânico-soviético decidiu a crise final. O pacto de não-agressão nada mais era do que a repartição da Polônia em duas áreas de influência e a passagem da Finlândia, Estônia, Letônia e Bessarábia para o controle russo. Em 28 de março de 1939, Hitler exigiu Dantzig da Polônia. A Polônia, encorajada pela França e pela Inglaterra resistiu. Hitler temendo uma reação ocidental conjunta com a Rússia, assinou um pacto germânico-soviético de não-agressão, reiniciando, a partir daí, a agressão à Polônia. Em 1º/09/1939, embora a Inglaterra procurasse estabelecer um pacto entre Berlim e Varsóvia, tropas alemãs penetravam na Polônia. A Inglaterra e a França em questão de horas exigiram a retirada da Alemanha e declararam guerra.

## A Guerra

Enquanto a Polônia era invadida pelos alemães, a oeste, e pelos soviéticos, a leste, a França e a Inglaterra declararam guerra à Alemanha. Na Polônia, os alemães aplicaram uma nova tática de guerra em que o movimento era um dos elementos fundamentais. Tratava-se da *blitzkrieg*, a guerra-relâmpago, embasada na aviação, na artilharia de grande alcance e nos tanques (*panzers*). Essa tática de guerra permitiu a vitória alemã em poucas semanas. A Polônia, no final de setembro, estava dividida entre a Alemanha e a URSS.

No Ocidente, a França e Inglaterra não acreditavam na guerra e insistiam em realizar a paz com a Alemanha. Entretanto, em abril de 1940, os alemães invadiram a Dinamarca e a Noruega e, em seguida, a Holanda e a Bélgica, preparando o ataque sobre a França. No território francês tentou-se impedir o avanço alemão através da Linha Maginot, formada por franceses e ingleses. A fragilidade dessa defesa obrigou o exército franco-inglês a constantes retiradas. As forças alemãs, com seus submarinos, atacavam os navios ingleses, e com os aviões, as cidades inglesas. Mas, em setembro a Inglaterra obteve uma vitória sobre a Alemanha. A Real Força Aérea “RAF” afastou a Força Aérea Alemã (*Lufwaffe*) dos céus ingleses.

Por outro lado, no norte da África, o exército alemão (*Afrika-korps*), comandado pelo general Erwin Rommel (a “Raposa do Deserto”), atacou os ingleses, somando numerosas vitórias, porém não conseguiu a conquista do canal de Suez. Em junho de 1941, o exército alemão atacou a União Soviética, desrespeitando o tratado de não-agressão. A operação Barba Ruiva determinou a invasão àquele país em três frentes:

- norte, para ocupar Leningrado;
- centro, para ocupar Moscou;
- sul, para ocupar a região da Ucrânia e do Cáucaso.

A resistência soviética se fez através da campanha da “terra arrasada”, isto é, em seu recuo os soviéticos queimavam e demoliam tudo aquilo que os invasores pudessem utilizar e, com isso, conseguiram deter o avanço alemão. Em dezembro, chegava ao fim a tentativa de negociação entre EUA e Japão a respeito da expansão deste país da Ásia, com o ataque japonês base de Pearl Harbor. A entrada dos EUA na guerra reforçou os aliados, visto que sua indústria foi convertida para a produção bélica. Os norte-americanos tornaram-se os abastecedores das diversas nações que lutavam contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

Em 1942 os japoneses sofreram suas primeiras derrotas. O *Afrikakorps* também foi derrotado pelo exército inglês do marechal Montgomery, na batalha de El Alamenin. Em 1943, na batalha de Stalingrado, o exército alemão, após perder 350 mil homens, foi derrotado. O Exército Vermelho, liderado pelo marechal Zukov, começava seu avanço. Na batalha do atlântico, a marinha anglo-americana abateu os submarinos alemães e, em seguida, as cidades alemãs sofreram, diariamente, ataques aéreos das forças anglo-americanas.

Mesmo diante dessas derrotas, a Alemanha se mostrava forte. Porém, no dia 6 de junho de 1944, começava a Operação Overlord, que consistia no desembarque de milhares de soldados no norte da França, na região da Normandia, cujo objetivo era acabar com a dominação alemã na Europa Ocidental. A Alemanha resistia através da propaganda nazista e das bombas voadoras, enquanto os aliados invadiam seu território. No dia 8 de maio de 1945, a rendição alemã colocava fim ao Terceiro Reich. Por outro lado, na Ásia, a guerra continuava com a resistência japonesa. No entanto, a 6 de agosto de 1945, os norte-americanos realizaram o bombardeio atômico em Hiroshima e a nove de agosto em Nagasaki. Em 16 de agosto, após vencer a resistência de militares que desejavam continuar a guerra, o governo japonês pediu a paz, encerrando dessa forma Segunda Guerra Mundial.

## 3. A GUERRA FRIA.

A Guerra Fria tem início logo após a Segunda Guerra Mundial, pois os Estados Unidos e a União Soviética vão disputar a hegemonia política, econômica e militar no mundo. A União Soviética possuía um sistema socialista, baseado na economia planificada, partido único (Partido Comunista), igualdade social e falta de democracia. Já os Estados Unidos, a outra potência mundial, defendia a expansão do sistema capitalista, baseado na economia de mercado, sistema democrático e propriedade privada. Na se-

gunda metade da década de 1940 até 1989, estas duas potências tentaram implantar em outros países os seus sistemas políticos e econômicos.

A definição para a expressão guerra fria é de um conflito que aconteceu apenas no campo ideológico, não ocorrendo um embaite militar declarado e direto entre Estados Unidos e URSS. Até mesmo porque, estes dois países estavam armados com centenas de mísseis nucleares. Um conflito armado direto significaria o fim dos dois países e, provavelmente, da vida no planeta Terra. Porém ambos acabaram alimentando conflitos em outros países como, por exemplo, na Coreia e no Vietnã.

### *Paz Armada*

Na verdade, uma expressão explica muito bem este período: a existência da Paz Armada. As duas potências envolveram-se numa corrida armamentista, espalhando exércitos e armamentos em seus territórios e nos países aliados. Enquanto houvesse um equilíbrio bélico entre as duas potências, a paz estaria garantida, pois haveria o medo do ataque inimigo.

Nesta época, formaram-se dois blocos militares, cujo objetivo era defender os interesses militares dos países membros. A **OTAN** - Organização do Tratado do Atlântico Norte (surgiu em abril de 1949) era liderada pelos Estados Unidos e tinha suas bases nos países membros, principalmente na Europa Ocidental. O **Pacto de Varsóvia** era comandado pela União Soviética e defendia militarmente os países socialistas.

Alguns países membros da OTAN: Estados Unidos, Canadá, Itália, Inglaterra, Alemanha Ocidental, França, Suécia, Espanha, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Áustria e Grécia.

Alguns países membros do Pacto de Varsóvia: URSS, Cuba, China, Coreia do Norte, Romênia, Alemanha Oriental, Albânia, Tchecoslováquia e Polônia.

### *Corrida Espacial*

EUA e URSS travaram uma disputa muito grande no que se refere aos avanços espaciais. Ambos corriam para tentar atingir objetivos significativos nesta área. Isso ocorria, pois havia uma certa disputa entre as potências, com o objetivo de mostrar para o mundo qual era o sistema mais avançado. No ano de 1957, a URSS lança o foguete Sputnik com um cão dentro, o primeiro ser vivo a ir para o espaço. Doze anos depois, em 1969, o mundo todo pôde acompanhar pela televisão a chegada do homem a lua, com a missão espacial norte-americana.

### *Caça às Bruxas*

Os EUA liderou uma forte política de combate ao comunismo em seu território e no mundo. Usando o cinema, a televisão, os jornais, as propagandas e até mesmo as histórias em quadrinhos, divulgou uma campanha valorizando o “american way of life”. Vários cidadãos americanos foram presos ou marginalizados por defenderem ideias próximas ao socialismo. O Macartismo, comandado pelo senador republicano Joseph McCarthy, perseguiu muitas pessoas nos EUA. Essa ideologia também chegava aos países aliados dos EUA, como uma forma de identificar o socialismo com tudo que havia de ruim no planeta.

Na URSS não foi diferente, já que o Partido Comunista e seus integrantes perseguiram, prendiam e até matavam todos aqueles que não seguiam as regras estabelecidas pelo governo. Sair destes países, por exemplo, era praticamente impossível. Um sistema de investigação e espionagem foi muito usado de ambos os lados. Enquanto a espionagem norte-americana cabia aos integrantes da CIA, os funcionários da KGB faziam os serviços secretos soviéticos.

### *“Cortina de Ferro”*

Após a Segunda Guerra, a Alemanha foi dividida em duas áreas de ocupação entre os países vencedores. A República Democrática da Alemanha, com capital em Berlim, ficou sendo zona de influência soviética e, portanto, socialista. A República Federal da Alemanha, com capital em Bonn (parte capitalista), ficou sob a influência dos países capitalistas. A cidade de Berlim foi dividida entre as quatro forças que venceram a guerra: URSS, EUA, França e Inglaterra. No final da década de 1940 é levantado Muro de Berlim, para dividir a cidade em duas partes: uma capitalista e outra socialista. É a vergonhosa “cortina de ferro”.

### *Plano Marshall e COMECON*

As duas potências desenvolveram planos para desenvolver economicamente os países membros. No final da década de 1940, os EUA colocaram em prática o Plano Marshall, oferecendo ajuda econômica, principalmente através de empréstimos, para reconstruir os países capitalistas afetados pela Segunda Guerra Mundial. Já o COMECON foi criado pela URSS em 1949 com o objetivo de garantir auxílio mútuo entre os países socialistas.

### *Envolvimentos Indiretos*

**Guerra da Coreia:** Entre os anos de 1951 e 1953 a Coreia foi palco de um conflito armado de grandes proporções. Após a Revolução Maoista ocorrida na China, a Coreia sofre pressões para adotar o sistema socialista em todo seu território. A região sul da Coreia resiste e, com o apoio militar dos Estados Unidos, defende seus interesses. A guerra dura dois anos e termina, em 1953, com a divisão da Coreia no paralelo 38. A Coreia do Norte ficou sob influência soviética e com um sistema socialista, enquanto a Coreia do Sul manteve o sistema capitalista.

**Guerra do Vietnã:** Este conflito ocorreu entre 1959 e 1975 e contou com a intervenção direta dos EUA e URSS. Os soldados norte-americanos, apesar de todo aparato tecnológico, tiveram dificuldades em enfrentar os soldados vietcongues (apoiados pelos soviéticos) nas florestas tropicais do país. Milhares de pessoas, entre civis e militares morreram nos combates. Os EUA saíram derrotados e tiveram que abandonar o território vietnamita de forma vergonhosa em 1975. O Vietnã passou a ser socialista.

### *Fim da Guerra Fria*

A falta de democracia, o atraso econômico e a crise nas repúblicas soviéticas acabaram por acelerar a crise do socialismo no final da década de 1980. Em 1989 cai o Muro de Berlim e as duas Alemanhas são reunificadas. No começo da década de 1990, o en-



tão presidente da União Soviética Gorbachev começou a acelerar o fim do socialismo naquele país e nos aliados. Com reformas econômicas, acordos com os EUA e mudanças políticas, o sistema foi se enfraquecendo. Era o fim de um período de embates políticos, ideológicos e militares. O capitalismo vitorioso, aos poucos, iria sendo implantado nos países socialistas.

#### 4. GLOBALIZAÇÃO E AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS.

##### Globalização

Podemos dizer que é um processo econômico e social que estabelece uma integração entre os países e as pessoas do mundo todo. Através deste processo, as pessoas, os governos e as empresas trocam ideias, realizam transações financeiras e comerciais e espalham aspectos culturais pelos quatro cantos do planeta. O conceito de Aldeia Global se encaixa neste contexto, pois está relacionado com a criação de uma rede de conexões, que deixam as distâncias cada vez mais curtas, facilitando as relações culturais e econômicas de forma rápida e eficiente. O que a globalização apresenta para uma sociedade não são somente produtos, mas sim ideias quanto ao mercado, à democracia, à educação, à família, à sexualidade, ao trabalho, lazer, etc.

##### Esferas da Globalização Econômica

**Globalização Comercial:** A globalização comercial consiste na integração dos mercados nacionais por meio da diminuição das barreiras comerciais e, conseqüentemente, do aumento do comércio internacional. Se o crescimento do comércio mundial der-se a uma taxa de crescimento média anual mais elevada do que a do PIB mundial podemos afirmar que há globalização comercial: maior internacionalização da produção via comércio de bens e serviços e maior grau de abertura das economias

**Globalização Financeira:** Modificou o papel do Estado na medida em que alterou radicalmente a ação governamental, que agora é dirigida quase exclusivamente para tornar possível às economias nacionais desenvolverem e sustentarem condições estruturais de competitividade em escala global. Faz-se através da intercomunicação dos mercados de capitais acelerando a velocidade na alocação do capital (smart money). Se por um lado, a mobilidade dos fluxos financeiros através das fronteiras nacionais pode ser vista como uma forma eficiente de destinar recursos internacionais e para países emergentes, por outro, a possibilidade de usar os capitais de curto prazo para ataques especulativos contra moedas são considerados como uma nova forma de ameaça à estabilidade econômica dos países.

**Globalização Produtiva:** Fenômeno mundial associado a uma revolução nos métodos de produção que resultou numa mudança significativa nas vantagens comparativas das nações. As fases de produção de uma determinada mercadoria podem ser realizadas em qualquer país, pois se busca aquele que oferecer maiores

vantagens econômicas. Isto tem levado a uma acirrada competição entre países - em particular aqueles em desenvolvimento - por investimentos externos.

**Multinacionais** – são empresas que mantêm filiais em vários países do mundo, comandadas a partir de uma sede situada no país de origem.

**Transnacionais** – são empresas cujas filiais não seguem as diretrizes da matriz, pois possuem interesses próprios e às vezes conflitantes com os do país no qual se originaram.

**Globalização Tecnológica:** A revolução tecnológica levou à chamada economia digital e à ideia de que o saber é o principal recurso de uma nação – teríamos entrado na chamada —era da informação. O surgimento da Internet leva a uma mudança radical na produção e na comercialização de bens e serviços, tendo efeitos tanto sobre a relação de uma empresa com seus fornecedores quanto com seus consumidores. As empresas transnacionais se aproveitaram desse contexto e se fortaleceram, planejando suas ações com o objetivo de vender para o mercado global. A globalização tecnológica não atinge toda a superfície terrestre, embora altere a dinâmica econômica e social da maior parte dos países. Se a produção de chips e de computadores, o controle dos serviços e equipamentos de telecomunicações e a fabricação de remédios estão nas mãos de algumas poucas grandes empresas multinacionais, também o consumo desses produtos e serviços encontra-se concentrado nos países desenvolvidos.

##### Efeitos da Globalização na atualidade

É evidente que muitos acontecimentos em relação à globalização dos países ocorreram, um dos destaques pelo mundo foi às eleições. Entre esses países, alguns que fizeram parte da Primavera Árabe, a qual havia trazido grandes expectativas de que aquelas nações do Oriente Médio e do norte da África enfim abraçariam a democracia. Entretanto, os regimes resultantes desse movimento e os ditadores que insistem em resistir demonstram que somente o desejo por liberdade não foi ainda suficiente para alterar o status quo milenar desses países.

Na Líbia, foram realizadas as primeiras eleições legislativas. Porém, o país, ao lado do Egito, foi o palco de um dos acontecimentos mais falados - Os tumultos começaram em há alguns meses. No Egito, onde uma multidão protestou na embaixada norte-americana no Cairo. No mesmo dia, na Líbia, um ataque ao consulado norte-americano resultou na morte do embaixador, John Christopher Stevens, e de mais três funcionários. Para se instalar na região, parece que a democracia vai precisar de mais estações do que apenas uma primavera.

A União Europeia, que ganhou o Prêmio Nobel da Paz, não teve seus líderes-presidente da França eleito – e não encontrou solução para a crise econômica que persiste na região. Já nos Estados Unidos, as eleições trouxeram bastante mudanças e reviravoltas com a eleição do atual Presidente Donald Trump.

Na Rússia, Vladimir Putin foi questionado ao ganhar um terceiro mandato como presidente depois de passar os últimos quatro anos no cargo de primeiro-ministro. O Japão, que continua sofrendo as conseqüências do terremoto do ano passado e enfrenta dificuldades para sair da recessão, acaba de eleger como primeiro-ministro Shinzo Abe. A China também escolheu seus novos líderes, em um processo que, ao contrário da habitual frieza, trouxe um

ingrediente quente: a corrupção. Casos envolvendo altos membros do Partido Comunista foram explorados politicamente por seu novo secretário-geral.

Já na América Latina o Brasil, que deu provas de maturidade no julgamento do mensalão, é uma das exceções, continuou sem conseguir dar grandes demonstrações de evolução institucional. Chávez se reelegeu na Venezuela, mas o clima neste final de ano é de incerteza, porque uma recaída em sua doença o obrigou a ser submetido à nova cirurgia e, caso ele não consiga se recuperar, na data marcada para sua posse, novas eleições terão que ser convocadas. Os governos de Equador e Argentina passaram o ano sob a acusação de cercearem a liberdade de imprensa.

### *Os efeitos da Globalização em relação à economia dos países.*

O cenário era favorável, e os Estados Unidos da América mantinham-se em recuperação com a melhora de um grande conjunto de indicadores. Um programa de recompra de títulos inundou a economia americana com centenas de milhares de dólares favorecendo a atividade econômica. Já na Europa, o assunto era a Grécia, a pergunta é como um país com uma área menor que a do estado de São Paulo pode causar tanto transtorno e desconforto? A resposta é “Globalização”. A esta altura do campeonato, já considerando os problemas “importados” do ano anterior, a Grécia era o centro das atenções com incansáveis rodadas de negociação, tentando convencer seus credores que seria melhor receber 50% do que lhes era devido que receber absolutamente nada caso o país quebrasse.

Na China não havia uma tendência definida no começo do ano e os indicadores econômicos alternavam entre aceleração e desaceleração econômica. Atualmente, apesar de a China ser considerada economia emergente, é tratada como economia de não mercado. Com isso, ao abrir um processo de investigação, os países não precisam considerar os preços dos produtos chineses. Quando a China é alvo de denúncia, o governo ou o setor produtivo tem que indicar um terceiro país que seja parâmetro para o produto, a fim de o governo definir se existe uma fraude nos preços. Mas no decorrer do ano a crise amenizou-se e a China apresentou uma melhora no seu conjunto de indicadores e finalmente acelerou.

No Brasil a expectativa era tão positiva no começo do ano que registramos uma das sequências mais extensas de entrada de recursos de investidores estrangeiros na bolsa brasileira nos últimos anos. Um fato sobre isso é a parceria entre o Brasil e a União Europeia (UE) para a internacionalização de pequenas e médias empresas brasileiras já beneficiou, em cinco anos, direta e indiretamente, 2,5 mil empreendimentos de 21 setores, como o de tecnologia da informação, petróleo e gás, o agronegócio e o coureiro-calçadista.

### *A Globalização Capitalista*

A integração da economia mundial não é uma tendência pós-Guerra Fria: é uma característica do capitalismo que Karl Marx, o pai do socialismo científico, já havia identificado no século XIX. O que de fato muda com o fim da Guerra Fria, da corrida armamentista, da divisão bipolar do mundo entre os Estados Unidos e a União Soviética é que essa integração ganhou dimensões nunca antes experimentadas.

A globalização, como se convencionou denominar essa integração, não se dá apenas no nível da macroeconomia. Mas é, sem dúvida, a macroeconomia regida pelo grande capital, que não se submete ao pleito popular e é muitas vezes impermeável à democracia. Talvez seja a utopia do capital como bandeira antissocialista que une mundo central e mundo periférico.

Impossível pensar, hoje, em dois ou três mundos. É equivocada pensar no mundo pobre e no mundo rico separadamente. São faces diferentes de um mesmo sistema, o capitalista. As crises nas bolsas de valores, na Ásia, nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil mostram isso. Sem exceção, nos países atingidos pela crise – na verdade todos, em maior ou menor proporção – o Estado teve de intervir a fim de salvaguardar a estabilidade da economia, o que beneficiou a todos, com certeza, mas onerou significativamente a camada mais pobre da população, que arcará, no mundo inteiro, com o ônus do desemprego. O neoliberalismo, aí, não valeu. É claro que, se não houvesse a intervenção do Estado na economia – e isso aconteceu não só no Brasil, mas nos Estados Unidos, no Japão, na Alemanha, no Reino Unido, na França, nos Tigres Asiáticos, enfim em um grande número de países – a crise teria sido pior. Mas também devemos nos ater ao fato de que, se toda crise nos possibilita pensar em soluções e nos aprimorarmos, o Estado tem de estar de prontidão. Se ante a ameaça de colapso do sistema o milagre neoliberal não funcionou, devemos então pensar que ressuscitar essa prática político-econômica fracassada no século passado não é a solução; ou então teremos de arcar com as consequências da ressurreição de propostas que na prática não surtiram o efeito desejado, criticadas atualmente até por aqueles que só conhecem fatos isolados da História.

A nova ordem internacional do fim dos anos 80 parece não se ter consolidado, pelo menos do ponto de vista político.

### *O fim da URSS*

A ordem que se estabeleceu com o fim da Guerra Fria e com a dissolução do socialismo real, inicialmente no Leste Europeu, com a desintegração da URSS, e depois no restante do mundo, colocou em xeque a situação vigente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, caracterizada pela bipolarização do mundo, sob o ponto de vista político-ideológico, que tinha como expoentes os Estados Unidos, à frente do mundo capitalista, dito “Mundo Livre”, e a URSS, no comando do mundo socialista, embora não de forma unânime, haja vista as dissidências na postura de países como a China, a Iugoslávia e a Albânia.

A nova ordem é multipolar. Nela, o mundo está dividido em áreas de influência econômica. As alianças militares perderam o sentido, pelo menos no que se refere à oposição ao bloco político-ideológico antagonico. Hoje, tem lugar a expansão das alianças econômicas: União Europeia, Nafta, ALCA, Mercosul, APEC. No contexto da economia globalizada, os blocos econômicos são um grande impulso para a otimização do crescimento econômico integrado. Os Estados-Nação perderam espaço para a ação das transnacionais. Extinguiu-se o embate direita-esquerda, característico do confronto leste-oeste que permeou a Guerra Fria.

Se é possível identificar o início dessas transformações, sem dúvida ele tem lugar em meados da década de 80, quando Mikhail Gorbachev assumiu o poder na URSS. Com o planejamento estatal em crise desde o fim dos anos 70, com a Guerra Fria absorvendo quase 1/3 de seu orçamento, diante da não-adesão da população aos planos quinquenais, e com o comprometimento da máquina es-

tatal com a cultura que se criou ao redor da corrupção, Gorbachev entendeu serem necessárias mudanças no país. Essas mudanças abrangeriam as esferas política e econômica. Era também necessário acabar com a Guerra Fria e abrir a economia do país aos investimentos externos, com os quais se poderia reorientar a tecnologia, sofisticada no setor militar, para o incipiente setor civil. A URSS tinha a capacidade de lançar mísseis intercontinentais e de manter uma estação espacial em órbita, mas era absolutamente incapaz de produzir automóveis ou eletrodomésticos de qualidade.

Diante dessas necessidades, Gorbachev deu início a um amplo processo de abertura política – glasnost – e de reestruturação da economia – perestroika.

A abertura política, que possibilitaria à população manifestar-se a respeito de suas necessidades, tornando-a coautora da ação do Estado que efetivamente a representaria, possibilitou, no entanto, a eclosão de sentimentos nacionalistas, sufocados duramente durante a Guerra Fria. A reestruturação da economia, que redirecionaria a ação do planejamento estatal para o setor civil, fez vir à tona o que de fato era sabido pelo governo e pela sociedade soviética: que o planejamento estatal fora um fracasso, se não em sua totalidade, pelo menos devido à consolidação da burocracia e da maquiagem dos resultados que o Estado procurou contabilizar politicamente.

O caos econômico, associado à instabilidade política, efeitos colaterais do processo de modernização do país, levaram a URSS ao fim em 1991. E diante da necessidade de manutenção da integração econômica das ex-repúblicas soviéticas, visto que ainda não gozavam de autonomia nesse setor para se inserirem no mercado internacional, criou-se a CEI – Comunidade dos Estados Independentes, que tinha também como atributo o monitoramento do arsenal da ex-URSS.

### **Os Países Pós-Socialistas**

Efetivamente a CEI nasceu morta. Do ponto de vista econômico, as ex-repúblicas soviéticas tomaram rumos não necessariamente concordantes. O fato é que pouco resta hoje do que já foi a segunda maior economia do mundo. As crises se sucedem.

A Rússia, detentora da maior parcela do arsenal da ex-URSS, vive uma crise sem precedentes. A incerteza na sucessão do presidente Boris Yeltsin torna os investidores externos temerosos. A política econômica do Estado russo não dá conta das garantias exigidas pelo mercado internacional para a completa inserção do país. O rublo desvaloriza-se a cada dia. O Estado já pediu uma moratória. Além disso, movimentos nacionalistas eclodem em constante tensão – caso da Chechênia e, mais recentemente, do Daguestão.

No resto do países que outrora se admitiam socialistas, a situação não é muito diferente. Na Europa, alguns como a Hungria, a Polônia e a República Checa vislumbram a possibilidade de ingressar na UE – União Europeia; outros como as ex-repúblicas soviéticas Casaquistão, Uzbequistão e Quirguízia veem seus governos ameaçados pela expansão do islamismo. A Coreia do Norte e Cuba amargam embargos econômicos que impedem tentativas mais concretas de ingressar no mundo sem fronteiras. Enfim, implodiu-se o mundo socialista, ou mais propriamente o socialismo real, deixando órfãos e sem orientação os partidos de esquerda; alguns até sucumbiram à proposta neoliberal.

### **O Neoliberalismo do Primeiro Mundo**

Na Europa Ocidental, o fim do socialismo significou a aparente vitória do neoliberalismo. No início dos anos 90 a política da Europa do Oeste inclinou-se para propostas com menor participação do Estado, atribuindo ao mercado a solução de muitos problemas. Afortunadamente, a população desses países entendeu muito rápido que essa política neoliberal traria o retrocesso, e as grandes perdas seriam sentidas na área social. Na segunda metade da década de 90, a tendência neoliberal foi desbancada politicamente na Alemanha, na França, na Itália e na Inglaterra.

A globalização que derruba fronteiras poderia desestabilizar a economia da Europa unida e colocá-la à mercê do capital especulativo internacional, criando espaço para a ação maior de capitais americanos.

A nova ordem internacional acabou com um sem-número de conflitos diretamente ligados à ação das superpotências; mas fez surgir outros, na sua maioria de origem étnica, religiosa e nacional, que durante a Guerra Fria foram mantidos em estado latente, pois poderiam ameaçar a hegemonia das superpotências sobre determinados países ou regiões.

Entre os países capitalistas, a despeito de ter-se pronunciado ainda mais a diferença entre ricos e pobres, agora Norte-Sul, vale a abertura dos mercados, o fim de restrições comerciais e a implantação de um comércio mais amplo, sob a égide da OMC – Organização Mundial do Comércio, que substituiu o GATT – General Agreement of Taxes and Trading (Acordo Geral de Tarifas e Comércio).

A palavra de ordem é a inserção no mercado mundial. Os capitais estão cada vez mais livres e, perante uma variada gama de possibilidades de investimentos, deslocam-se facilmente de um país para outro, de uma economia menos atraente para outra mais atraente, até que uma outra surja, num fluxo contínuo de investimentos que se movimentam ao sabor dos ventos da economia.

### **O Neoliberalismo nos Países Emergentes**

No entanto, os efeitos alucinantes do mercado livre, das múltiplas possibilidades de investimento e de integração econômica acarretaram a atual crise mundial.

Os países emergentes, como os Tigres Asiáticos, a Rússia, e o Brasil, sucumbiram à mobilidade do capital internacional. Dependentes de investimentos externos, esses países foram obrigados a abrir suas economias e seu mercado consumidor. No entanto, a concorrência dos produtos importados frente aos nacionais abalou o parque industrial dos países do sul, exceção feita aos Tigres Asiáticos. Seus governos, por sua vez, não responderam ao chamado neoliberal de atribuir cada vez mais ao mercado o equacionamento das questões sociais. Endividadas e com máquinas administrativas inoperantes do ponto de vista político e monetário, essas economias quebraram.

O smart money – o “dinheiro esperto”, ou seja, o capital especulativo internacional – não vê nesses países amplas possibilidades de se reproduzir. Para evitar a fuga desses capitais, essenciais para a manutenção de seu tênue desenvolvimento, os países do sul queimam suas reservas cambiais, elevam as taxas de juros, agravam seus problemas sociais internos, ampliam as desigualdades, mas mantêm os investimentos externos, que não tardarão a exigir mais e mais capitais, em mero processo de especulação.

O mundo sem fronteiras amplia as desigualdades. Isso está expresso no relatório das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano. Os países ricos enriquecem ainda mais, enquanto os países pobres perdem suas reservas e são obrigados a se sujeitar cada vez mais às determinações do mercado financeiro.

Com a globalização da economia, há a perspectiva de uma maior integração no sentido de cooperação entre os países; mas existem os excluídos – nações que não constituem Estados nacionais. A globalização não dá conta do nacionalismo, que surge na defesa de interesses de nações apartadas do direito a um território, o que faz eclodir inúmeros conflitos políticos, étnicos, religiosos e até mesmo tribais. No mundo global não há espaço para aquelas nações que, por mais justa que seja sua reivindicação, não se constituíram como Estado e não são, portanto, economicamente viáveis. A globalização é o que o capitalismo quer, independentemente do desenvolvimento, da integração real e da mutualidade entre os povos.

### *As Crises Econômicas Capitalistas*

O processo de aprofundamento e alargamento das relações capitalistas no mundo veio acompanhado de outro, igualmente drástico, para as populações: o das sucessivas crises de superprodução, que passavam, a contar da década de 1870, a fazer parte da realidade econômica dos países capitalistas desenvolvidos, cujas consequências atuavam no sentido de contribuir, sensivelmente, para a promoção de alterações profundas na estrutura das sociedades burguesas. A partir da consolidação do capitalismo na sua fase imperialista, percebem-se as crises econômicas como muito mais prolongadas, ao contrário do que se podia sentir nas crises anteriores à transição para o capitalismo monopolista, as quais teriam se caracterizado por serem explosivas e menos duradouras, causadas, principalmente, por más colheitas e ausência de produtos no mercado, provocando fome, miséria e revoltas sociais de vulto, a canalizar o descontentamento imediato das massas.

De fato, somente com a passagem para o capitalismo monopolista, a Europa continental passaria a sentir a plena expansão das relações capitalistas no campo, transformando a antiga estrutura baseada no atendimento às necessidades de consumo dos produtores em uma economia voltada, essencialmente, à produção de mercadorias. Neste momento, o caráter das crises também se transforma. Hilferding, cujos estudos ajudaram Lênin a desenvolver suas análises sobre o imperialismo, dizia que, na produção mercantil pré-capitalista, as perturbações na economia eram decorrentes de catástrofes naturais ou históricas, como queda da colheita, secas, epidemias, guerras. Isto porque tal produção era dirigida a atender às necessidades próprias dos produtores, ligando produção e consumo como meio e fim, ao passo que somente o capitalismo plenamente consolidado passa a generalizar a produção de mercadorias, fazendo com que todos os produtos tomem a forma de mercadorias e tornando o produtor dependente do mercado, ao fazer da venda da mercadoria condição prévia para a retomada da produção.

A dependência do produtor em relação ao mercado, a anarquia na produção e a separação do produtor do consumo (o produto deixa de ser propriedade do produtor e, conseqüentemente, sua produção não tem mais como objetivo central o seu consumo) são características da produção capitalista, ou seja, da produção cujo objetivo é a realização e multiplicação do lucro. A possibilidade de crise no capitalismo nasce da produção desordenada e do fato pelo

qual a extensão do consumo, pressuposição necessária da acumulação capitalista, entra em contradição com outra condição, a da realização do lucro, já que a ampliação do consumo de massas exigiria aumento de salários, o que provocaria redução da taxa de mais valia. Tal contradição insanável faz com que o capital busque compensá-la através da expansão do campo externo da produção, isto é, da ampliação constante do mercado. Quanto mais a força produtiva se desenvolve, tanto mais entra em antagonismo com a estreita base da qual dependem as relações de consumo. Portanto, a crise periódica é inerente ao capitalismo, pois somente pode ser resultante das condições específicas criadas pelo próprio sistema.

Segundo a teoria exposta originalmente por Marx no Livro III de O Capital, quanto mais se desenvolve o capitalismo, mais decresce a taxa média de lucro do capital. Esta ideia fundamenta-se no fato de que o processo de acumulação capitalista leva, necessariamente, ao aumento da composição orgânica do capital, a qual é apontada como sendo a relação existente entre o capital constante (o valor da quantidade de trabalho social utilizado na produção dos meios de produção, matérias-primas e ferramentas de trabalho, ou seja, o “trabalho morto” representado, basicamente, pelas máquinas e pelos insumos necessários à produção) e o capital variável (valor invertido na reprodução da força de trabalho, o “trabalho vivo” dos operários). O processo de acumulação resulta na tendência à substituição do “trabalho vivo”, a única fonte de valor, por “trabalho morto”, que não incorpora às mercadorias nova quantidade de valor, mas apenas transmite às mesmas a quantidade de valor já incorporada nos meios de produção. Como a taxa de lucro depende da taxa de mais valia, cujo valor se reduz com a redução do “trabalho vivo”, as taxas de lucro, a longo prazo, tendem a decrescer.

Tal situação é decorrente da própria concorrência inerente ao sistema capitalista, a qual obriga os capitalistas a buscar superar seus rivais através do investimento em meios de produção tecnologicamente mais avançados, para reduzir os custos da produção, além de tentar economizar ao máximo na parcela relativa ao capital variável, em função do acirramento dos conflitos provocados pela luta de classes e pelo fortalecimento do movimento operário. A queda da taxa de lucro, portanto, é resultado, em última instância, da tendência à substituição do “trabalho vivo” por “trabalho morto”, fazendo reduzir a fonte de mais valia, o que acaba por originar uma superacumulação de capital e de mercadorias, ao mesmo tempo em que promove uma restrição na capacidade de consumo da sociedade, por causa do desemprego que desencadeia.

Com o desenvolvimento pleno do capitalismo, cresce a interdependência internacional dos processos econômicos nacionais, situação que se reflete no caráter das crises, fazendo da crise capitalista um fenômeno mundial. Ao mesmo tempo, porém, enquanto as firmas menores sofrem a falência e a bancarrota em massa, o processo de concentração do capital faz aumentar a capacidade de resistência da grande empresa. Enquanto a produção artesanal e voltada para consumo próprio é praticamente aniquilada com o progresso do capitalismo, a grande empresa, cuja produção passa a atingir amplos mercados e se diversifica, pode prosseguir durante a crise, mesmo tendo sido forçada a reduzir parte da produção. A resistência às crises é também aumentada pela forma de organização da sociedade anônima, que, decorrente da crescente influência dos bancos junto às indústrias, é responsável pela maior facilidade na captação de capitais e no acúmulo de reservas na época de “prosperidade”, além de proporcionar um controle maior na gerência do capital.



Do quadro exposto não convém inferir que as empresas resultantes de processos de concentração, fusão ou cartelização sejam capazes de debelar os efeitos da crise, mas, sim, que possam encará-los de maneira menos traumática, pois o peso maior da crise será sentido pelas indústrias não cartelizadas. No que tange à luta de classes, a concentração de capital faz crescer o poder do empresariado no enfrentamento à organização crescente dos trabalhadores. A grande indústria também é capaz de oferecer maior resistência às greves operárias do que, antes, permitia a estrutura das pequenas e médias empresas, isoladas entre si e competindo umas com as outras.

Na fase imperialista, o poder industrial separa-se da fábrica e centraliza-se num truste, num monopólio, num banco, ou na burocracia de Estado, sendo ultrapassada a fase liberal na qual o proprietário era, ao mesmo tempo, empreendedor, gerenciando uma propriedade individual ou familiar. A concorrência clássica da época da “mão invisível do mercado” foi substituída pela concorrência entre oligopólios, empresas múltiplas comandadas por gerências que trocaram a gestão empirista e intuitiva do capitalismo liberal pelo planejamento estratégico. Ao contrário do que parte da esquerda imaginou, a planificação gerencial das empresas não significou um passo na direção do socialismo, pois a competição não deixou de existir, apenas tendo se transferido para novos patamares, assim como o planejamento oligopolista não alterou a estrutura da sociedade, mas contribuiu para o processo de renovação e ampliação da hegemonia burguesa.

### ***O Capitalismo Contemporâneo***

As tendências verificadas na passagem para o imperialismo aprofundaram-se durante a primeira metade do século XX, sendo responsáveis pela eclosão de duas guerras mundiais, entremeadas pela grande crise econômica de 1929 e a ascensão do nazifascismo. Uma nova ordem econômica mundial foi erigida, no mundo capitalista, após a Segunda Grande Guerra, muito em função do surgimento de um poderoso bloco socialista capitaneado pela União Soviética. A Conferência de Bretton Woods, realizada nos EUA em 1944, estabelecia as bases da economia capitalista contemporânea, com a definição das regras do sistema monetário e financeiro internacional capitalista ao fim do conflito, visando impedir o excesso de moeda circulante e a inflação (conforme a ortodoxia liberal, o excesso de dinheiro circulando no mercado e altos salários dos trabalhadores eram apontados como principais causadores da inflação e das crises econômicas).

A conjuntura do pós-guerra apontava para o poderio inquestionável dos Estados Unidos, que saíam da guerra como a grande potência econômica, financeira, política e militar, liderando o bloco capitalista e iniciando a Guerra Fria contra a União Soviética e o bloco socialista. Duas nações poderosas, Alemanha e Japão, estavam derrotadas; França e Inglaterra debilitadas pela guerra. O dólar foi definido como moeda padrão internacional (os EUA detinham 80% das reservas de ouro do planeta, e o Tesouro norte-americano garantia a conversibilidade do metal em troca de dólares). Foi o momento da criação do BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco Mundial), do FMI (Fundo Monetário Internacional), que receberam dos EUA um capital de US\$ 10 bilhões e do GATT (atual Organização Mundial do Comércio). Estas instituições foram criadas com o objetivo de administrar um sistema no qual o desenvolvimento econômico mundial passava a depender em larga medida da aceitação das condições impostas pelos Estados Unidos.

O Plano Marshall encabeçou a ajuda estadunidense aos países capitalistas destruídos pela guerra. Foram destinados US\$ 13 bilhões à Europa, com desvalorizações maciças das outras moedas em relação ao dólar e politizando as relações econômicas dos EUA com os demais países, em função do endurecimento com o Leste europeu. À medida que crescia a participação dos EUA na defesa do chamado “mundo livre” (capitalista), os gastos militares desse país passaram a representar o maior movimento de capitais para o exterior.

A nova conjuntura internacional enterrava definitivamente a antiga ordem imperial baseada na colonização direta. O “novo imperialismo” implicou que cada vez mais regiões do globo se tornassem dependentes do mercado, fato que permitiria à nova potência imperial capitalista (EUA) penetrar muito além do alcance da conquista militar e do domínio político direto. O capitalismo, que sempre foi capaz de gerar novas e crescentes necessidades de expansão permanente, demonstrava também ser capaz de produzir outra forma de dominação, diferente de qualquer uma que tenha existido no passado: a dominação não mais exclusivamente dependente do controle político e militar direto, mas realizada através de imperativos econômicos e da subordinação ao mercado, manipulando em benefício do capital imperialista.

Novos métodos de sujeição foram desenvolvidos, permitindo às principais potências capitalistas e aos Estados Unidos, em particular, direcionarem os Estados a agirem em benefício do grande capital, sem a necessidade de a todo momento exercer o domínio militar direto. Ilustração significativa desta mudança foi a emergência da Alemanha e do Japão após a guerra, com a ajuda de seus antigos adversários, como os maiores competidores econômicos dos EUA, numa relação contraditória de concorrência e cooperação.

Nos anos seguintes à guerra, os Estados Unidos e as principais economias capitalistas viveram um longo boom econômico. Em tais condições, havia interesse real no desenvolvimento das economias nacionais, tendo em vista que isso significava a expansão dos mercados consumidores. Tal situação favoreceu a emergência do Welfare State (Estado de Bem Estar Social), caracterizado pela aplicação de um conjunto de medidas e leis de proteção aos trabalhadores adotadas pelos Estados europeus a partir de 1945. Em países como Inglaterra, França, Suécia, Alemanha e outros, o Estado passou a ser responsável pela previdência social, pela assistência médica universal, estabelecendo, ainda, seguros sociais que garantiam o amparo à velhice, à invalidez, à maternidade e aos desempregados. Além disso, o Estado passava a controlar os setores estratégicos da economia (energia, comunicações, transportes, serviços públicos, etc).

A emergência do Welfare State foi consequência de uma série de fatores conjugados, para além da conjuntura de crescimento econômico após a Segunda Grande Guerra: a conquista de direitos sociais e trabalhistas pelo movimento operário europeu, após mais de um século de embates; o receio de novas crises econômicas após o crack da Bolsa de Nova York, em 1929; a experiência keynesiana anterior nos Estados Unidos, com o New Deal, durante o governo Roosevelt; a ascensão ao poder de partidos social-democratas, trabalhistas ou socialistas; o fortalecimento dos partidos comunistas após a guerra, graças à participação destacada na resistência ao nazifascismo em seus países e ao prestígio conquistado pela União Soviética em função de sua decisiva atuação para a derrota da Alemanha nazista e para a libertação dos territórios sob domínio alemão; a pressão político-ideológica exercida pelo bloco socialista.



Os primeiros sintomas de uma nova crise capitalista de grandes proporções, porém, foram sentidos na década de 1960, quando o passivo externo, isto é, o dólar circulante fora dos Estados Unidos, era exatamente igual às reservas norte-americanas em ouro. Se todo mundo chegasse com dólar e exigisse do governo dos EUA a troca por ouro, as reservas cairiam a zero. Daí para a frente, o distanciamento entre o passivo externo e o ouro nos EUA só tendeu a aumentar. A conjuntura internacional era marcada pela crescente recuperação das economias europeias e do Japão, resultando na maior concorrência das empresas destes países com as norte-americanas, acompanhada de um processo acirrado de lutas de libertação nacionais na África e na Ásia (1958/1963) e da expansão da Guerra Fria. A participação direta dos EUA em conflitos regionais, como as Guerras da Coreia e do Vietnã aprofundaram os gastos militares e a corrida armamentista. Daí que a crise do petróleo, em 1973, tenha sido apenas a gota d'água de um processo de crise de superprodução já há tempos anunciado.

### *Neoliberalismo e Globalização*

O boom econômico terminava nos anos 1970, em grande parte porque a competição entre as grandes potências capitalistas produzia uma crise de superprodução e queda de lucros. Começava um novo movimento descendente na economia capitalista globalizada. Paralelamente, a crise política vivenciada nos anos 1980 pelos países socialistas do Leste Europeu e, com maior dramaticidade, pela União Soviética da era Gorbachev, possibilitou a ofensiva do grande capital na fase neoliberal, marcada pela ascensão ao poder de grupos de direita, por meio das eleições, em diversos países ocidentais (Margaret Thatcher, 1979, Inglaterra; Ronald Reagan, 1980, EUA; Helmut Kohl, 1982, Alemanha; Schluter, 1983, Dinamarca).

As origens do pensamento neoliberal estão ligadas ao livro *O Caminho da Servidão*, do economista Friedrich Hayek (1944), através do qual atacava a social-democracia e o keynesianismo, buscando resgatar as bases teóricas do liberalismo clássico, às vésperas das eleições na Inglaterra, vencidas pelos trabalhistas, logo após a guerra. Em 1947, uma reunião de intelectuais contrários à política keynesiana, em Mont Pèlerin, na Suíça, inaugurava a “francomaçonaria neoliberal”. Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo “igualitarismo” do período, promovido pelo Estado de Bem Estar Social, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependeria a prosperidade de todos. Somente cerca de quarenta anos depois o pensamento neoliberal encontrava campo fértil para sua difusão, sendo adotado pelos grupos econômicos que hegemonizaram os Estados nacionais com políticas de desmonte dos sistemas de bem estar e de ataques às conquistas dos trabalhadores, visando inaugurar uma nova fase de acumulação capitalista.

As raízes da crise dos anos 1970, segundo os neoliberais, estaria no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira geral, do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua “pressão parasitária” para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Tais processos teriam sido responsáveis pela redução dos níveis necessários de lucros das empresas e pelo desencadeamento de movimentos inflacionários, provocando a crise econômica. As soluções propostas para enfrentamento da crise centravam-se na conformação de um Estado forte para rom-

per com o poder dos sindicatos e para controlar a circulação do dinheiro, ao mesmo tempo em que se apresentava como um Estado mínimo na intervenção direta na economia e nos gastos sociais.

As metas supremas dos governos neoliberais passavam a ser a estabilidade monetária; a contenção dos gastos com o bem estar social; a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, o aumento do exército de reserva de mão de obra, para reduzir salários e quebrar o poder de pressão dos sindicatos; as reformas fiscais para incentivar agentes econômicos; a redução dos impostos cobrados aos mais ricos e às grandes fortunas (setor dinâmico da sociedade capitalista). Uma nova e “saúdável desigualdade” voltaria a dinamizar as economias avançadas.

Dentre as principais políticas adotadas pelos governos neoliberais estavam os programas de privatizações de empresas estatais nos setores estratégicos e de serviços públicos, favorecendo o avanço dos processos de oligopolização e monopolização do capital. O desmonte do Estado de Bem Estar se deu através do corte nos gastos sociais e da mercantilização dos direitos sociais duramente conquistados pelas classes populares, os quais foram convertidos em bens ou serviços adquiríveis no mercado (saúde, educação, seguridade social transformam-se em mercadorias). A ideologia dominante promove a exaltação do mercado: competir é a regra; cidadania vira sinônimo de possibilidade de acesso ao consumo dos bens no mercado.

Desenvolvem-se novas formas de dominação dos trabalhadores, associadas à crescente deterioração e precarização dos direitos trabalhistas, com a necessária depreciação do valor de uso da mais importante das mercadorias no sistema capitalista: a força de trabalho. O aumento do desemprego industrial nos países de capitalismo desenvolvido, a adoção de novas técnicas de gerenciamento da produção e de controle da força de trabalho, sob a égide do toyotismo, os processos de terceirização e fragmentação das unidades produtivas (a reestruturação produtiva), a expropriação do contrato de trabalho e dos direitos sociais, como forma de tornar o emprego descartável e a mão de obra plenamente disponível para o capital, tudo isso contribui para a perda do sentido de classe e da capacidade de organização e de resistência à exploração por parte dos trabalhadores.

Uma das principais teses propagadas pelas correntes neoliberais é a de que a chamada globalização contemporânea, além de caracterizar uma nova época histórica marcada pelo triunfo final do capitalismo, o que teria fechado as portas para outras alternativas políticas e sociais, promoveria uma crescente unidade e integração do capital internacional. A transnacionalização do capital significaria não a intensificação da concorrência, mas, ao contrário, o declínio da competição entre os grandes capitalistas e a interpenetração dos capitais de origens nacionais, por meio de uma crescente colaboração entre as empresas. Haveria, assim, uma relação inversa entre globalização e competição. Quanto mais globalmente integrado ficasse o capitalismo, menos concorrência haveria.

Na verdade, a globalização moderna significa justamente o contrário. Não podemos esquecer jamais que a competição é e sempre será o coração do sistema capitalista e que será sempre uma lei da concorrência que o capital busque caminhos para vencer ou evitar a competição. Sendo assim, uma das consequências da competição capitalista é o fato de que os perdedores poderão ser absorvidos pelos vencedores. Portanto, a tendência à concentração e à centralização do capital é uma das expressões da concorrência,



não sua antítese. A competição envolvendo grandes corporações transnacionais intensifica-se à medida que novos e cada vez mais agressivos competidores participam da guerra pelos mercados.

A revolução das comunicações e a introdução da automação, que em um primeiro momento reduziu a capacidade de negociação da classe operária, possibilitaram a concentração da produção em unidades produtivas especializadas e capazes de abastecer o mercado mundial. A criação de mercados comuns e a queda de barreiras tarifárias facilitaram o fluxo de mercadorias. Teóricos anunciaram a sociedade pós-industrial e a era dos serviços. Na esquerda, virou moda dizer que o tempo do trabalho se foi e seria a vez dos excluídos. O proletariado não diminuiu, ao contrário, cresceu em termos mundiais.

O capitalismo incorporou regiões e populações inteiras à produção de mercadorias. Desorganiza a economia camponesa da China e da Índia, separando os trabalhadores dos seus meios de produção. Cerca de um bilhão e meio de trabalhadores foram incorporados à produção capitalista de mercadorias. Com novos trabalhadores e novos consumidores, o capitalismo garantiu mais um ciclo de expansão. Cento e cinquenta anos de conquistas sociais dos trabalhadores da Europa e dos EUA, o Estado de Bem Estar Social e a concorrência do bloco socialista encareceram o preço da força de trabalho. A produção manufatureira, em grande parte, migrou da Europa, dos EUA e do Japão para outras regiões – norte do México, Malásia e Indonésia, sul da China e Índia. Esse processo persiste, na busca de menores custos de reprodução da força de trabalho. Pela primeira vez, a maioria da população mundial está submetida ao processo de produção de mais valia, vivendo no assalariamento, vendendo sua força de trabalho aos detentores de meios de produção. Mais do que nunca, a contradição capital-trabalho é a principal em nosso tempo, não apenas como figura de retórica.

O impulso inicial do grande crescimento chinês foi dado pela produção para exportação de manufaturas de baixa qualidade. Multinacionais de todos os setores – eletroeletrônicos, brinquedos, autopeças – se instalaram na China ou terceirizaram a produção em empresas locais. Os custos baixos da força de trabalho e o controle cambial por parte do governo chinês permitiram a prática de preços bem abaixo dos padrões então vigentes. Mas a China tem diversificado a sua matriz industrial, dependendo cada vez menos da exportação de manufaturas de baixo valor agregado. Seu vigoroso crescimento industrial e a conseqüente elevação do nível de vida de parte da sua população têm demandado quantidades cada vez maiores de combustíveis, minérios e alimentos no mercado mundial. Em contrapartida à deflação das manufaturas, assiste-se a uma inflação de produtos primários.

No mundo neoliberal e imperialista, os países e Estados nacionais continuaram a desempenhar um papel central, a despeito do muito que já se falou sobre a “globalização”. Em muitos aspectos, o poder estatal foi reforçado. É o caso das políticas monetárias que visam à estabilidade dos preços, a despeito do desemprego que geram. É o caso das políticas econômicas e sociais visando reduzir o custo do trabalho. No plano internacional, os Estados foram os vetores da mundialização da ordem neoliberal, pela eliminação das barreiras à circulação de bens e capitais e da abertura dos países ao capital internacional, principalmente, pela venda, a baixos preços, das empresas públicas mais rentáveis.

Para exercer o seu alcance global, o capitalismo precisa dos Estados nacionais para manter as condições vitais ao sucesso de suas operações, ou seja, todo um aparato legal, político, administrativo e coercitivo capaz de prover a ordem necessária à manutenção do sistema de propriedade numa situação de cada vez mais violenta desigualdade. Além disso, o capital global se beneficia do desenvolvimento desigual e da diferenciação existente nas diversas economias do mundo, que proporcionam fontes baratas de trabalho e de recursos, ao mesmo tempo em que controlam a mobilidade da mão de obra. A forma política do capitalismo global, portanto, não é um Estado global, mas um sistema global de múltiplos Estados locais.

O capitalismo não criou o Estado nação, mas não é casual o fato de este instrumento da dominação burguesa ter praticamente se tornado a forma política universal no período em que os imperativos do mercado capitalista se difundiram até abranger todo o globo. Acima de tudo, no mercado globalizado, o capital necessita do Estado para manter as condições de acumulação e competitividade de várias formas, preservando a disciplina do trabalho e a ordem social em face das crescentes políticas de expropriação (de direitos, contratos, postos de trabalho, conquistas sociais, etc). Toda corporação transnacional se erige sobre uma base nacional que depende de um Estado local para manter sua viabilidade, assim como necessita que outros Estados lhe proporcionem o acesso a novos mercados e a novos contingentes de trabalhadores. Processos históricos nacionais de conquista da hegemonia na sociedade e no Estado por parte das frações burguesas locais associadas aos capitais transnacionais garantiram a efetiva expansão da ordem neoliberal em diversos países.

A globalização como uma forma de imperialismo necessita da desigualdade entre as economias nacionais e regionais, pois o capital se fortalece na diferenciação da economia mundial, tendo liberdade para se deslocar com o propósito de explorar regimes de mão de obra mais barata. Ao mesmo tempo, a relação entre poder econômico e poder político, entre capital e Estado, não sendo uma relação mecânica, mas contraditória e complexa, pode ser fonte de instabilidades para o domínio do capital globalizado. As realidades locais, onde efetivamente acontecem os processos de luta de classes, a todo momento sofrem mudanças em função das contradições históricas e dos conflitos sociais, como pode ser verificado na conjuntura de amplos movimentos de massas e ascensão de governos de corte popular nos últimos anos na América Latina, assim como nas explosivas e massivas revoltas recentes na Grécia.

Diante deste quadro de instabilidade política e social permanente, o imperialismo, com seu centro hegemônico nos Estados Unidos, buscou aplicar, sob o governo Bush, a doutrina da “guerra permanente”, elegendo o “terrorismo” como inimigo central a ser abatido, com o real objetivo de sustentar a hegemonia do capital global estadunidense numa economia mundial administrada por muitos e diferenciados Estados locais. A política belicista do governo Bush foi adotada em função da necessidade de manutenção da indústria bélica. O Pentágono garante o funcionamento da indústria no único setor que não é exportado nem terceirizado: o complexo industrial militar. É verdade que o complexo não está imune à crise da indústria americana, porém, consegue polpidos lucros, com a invenção de guerras e pagamentos à vista e com altos sobrepreços.

Para a ação global imperialista, o funcionamento deste complexo industrial militar, por meio da demonstração de um poder militar maciço, tem fundamentalmente a pretensão de exercer um efeito intimidatório em todo o planeta, com os EUA assumindo o papel de “polícia do mundo” em favor do capital. Como o poder militar estadunidense não consegue estar em todo lugar o tempo todo, nem impor um sistema de Estados plenamente subservientes, a ação imperialista dos EUA se utiliza do efeito demonstração, atacando alvos fragilizados e previamente escolhidos, justamente por não oferecerem ameaça real imediata, como ocorre no Iraque e no Afeganistão.

### *A Crise Econômica Atual*

Nos últimos anos, o capitalismo tem vivido ciclos de crise e expansão cada vez mais curtos e constantes. Desde o crash da bolsa americana, em 1987, o capitalismo assistiu aos seguintes choques: crise imobiliária no Japão, no início dos anos 1990, seguida pela estagnação dessa economia por mais de uma década; crise asiática, em 1997, com a quebra do mercado de capitais e de câmbio e perda de dinamismo da Coreia e demais tigres asiáticos; a crise dos fundos, em 1998; crise cambial na Rússia, em 1999; crise cambial no Brasil, México e Argentina, em 2001; estouro da bolha da internet, em 2002; crise do mercado imobiliário estadunidense e crise de liquidez bancária na Europa e nos EUA. O aspecto financeiro dessas crises é reflexo da perda de dinamismo das economias da União Europeia, EUA e Japão. A crise do subprime em 2007 foi resultado direto da diminuição da renda do trabalhador americano e do desemprego.

Na esteira da crise de 1987, os mecanismos de controle dos bancos centrais se sofisticaram, bem como a coordenação entre esses bancos. Existe uma rede internacional da liquidez, na qual participam o Federal Reserve, dos EUA, o Banco Central Europeu, o Banco da Inglaterra e o Banco Central Japonês. Ao mesmo tempo, a busca por ganhos maiores trouxe um desenvolvimento constante da “tecnologia” financeira, com o surgimento de novos fundos, securitização, diversificação de portfólios e derivativos. A garantia da liquidez fez os detentores de riqueza assumirem riscos maiores, criando um risco moral, em função do papel garantidor de última instância dos bancos centrais. Mecanismos de governança bancária e de disciplina da liquidez, como os acordos da Basileia, viraram letra morta, com a autonomia dos gestores de fundos, autonomia esta estimulada pelos grandes bancos, em busca de ganhos extras e diluição de riscos.

A velocidade das comunicações, casada com a desregulamentação geral dos mercados de dinheiro e ativos, permitiu a atuação dos detentores de riqueza por todo o planeta. A flexibilidade de atuação dos detentores de riqueza intensificou a concorrência por capitais. Empresas e governos ofereceram aos aplicadores remunerações acima das taxas de inflação e de crescimento real da economia, aumentando os volumes de recursos nas mãos dos detentores de riqueza. Isso gerou uma superabundância de liquidez (dinheiro disponível para investimentos reais e financeiros), que, em consequência, levou a uma inflação de ativos. A globalização das finanças é decorrente da universalização do capital. Essa universalização nada mais é do que a universalização da extração da mais valia, da exploração da força de trabalho.

A estagnação da economia estadunidense é um fenômeno claro desde a década de 1970. Mesmo entremeado de períodos de grande crescimento, como na segunda metade dos anos 80 e de meados dos anos 90, a tendência para o baixo crescimento é constante. Os EUA assistiram a migração de várias de suas indústrias – para México, China, Leste Asiático – e a desnacionalização de muitas de suas empresas. A indústria automobilística, carro chefe da economia nos EUA, enfrenta uma crise sem precedentes, com fortes prejuízos das três maiores montadoras. A infraestrutura sofre com o abandono e a falta de investimentos. O peso dos EUA no PIB global diminui ano a ano.

Importador universal, os EUA geram um imenso déficit externo, casado com um déficit fiscal de similar magnitude. Para fazer frente a estes déficits, o capitalismo estadunidense depende do endividamento do governo, das empresas e das famílias. Para sustentar esse endividamento, os EUA se tornaram os maiores importadores de capital. Vendem títulos de governo, ações, obrigações privadas, títulos de todo o tipo, empresas, tudo para sustentar o serviço das dívidas pública e privadas. Os EUA são o centro da especulação financeira, atraindo todo o tipo de dinheiro, dos fundos soberanos da Ásia e do Oriente Médio aos lucros das máfias de todo o tipo. O cassino global é vital para o financiamento do capitalismo nos EUA. A crise financeira é a crise da economia real estadunidense.

A economia dos EUA é vítima do próprio expansionismo. As grandes empresas procuram outros pousos, onde o custo da reprodução da força de trabalho é mais baixo. A revolução tecnológica elevou a composição orgânica do capital, aumentando as taxas de mais valia e reduzindo as taxas de lucro. Isso forçou a uma concentração de capital em proporções nunca vistas, com fusões e aquisições que se espalham pela produção capitalista no mundo todo. A oligopolização da economia, inclusive do comércio varejista, destruiu a pequena e média indústria dos EUA.

Mas a mais recente crise econômica global não se restringe à esfera financeira ou ao mercado estadunidense. Trata-se de uma crise de super acumulação, tendo rapidamente se alastrado por todo o sistema capitalista e todos os países do mundo. Pelos volumes de recursos que envolve, é uma crise maior que a de 1929 e, como o capitalismo está globalizado, seja no comércio de bens e serviços, nas cadeias produtivas, no caráter mundial das grandes empresas ou na movimentação financeira, ela atinge, simultaneamente, o centro do sistema, ou seja, Estados Unidos, Europa e Japão, e impacta os chamados mercados emergentes, como China, Rússia, Índia e Brasil. Muitos outros países, cujas economias dependem de suas exportações para os grandes centros do capitalismo, já sofrem os efeitos da crise, uma vez que, assim como a China, reduziram suas compras no exterior. A saída de capitais para as matrizes das empresas e bancos é outra fonte de abalo para estes países.

A origem deste processo é o “estouro” do mercado de crédito imobiliário dos EUA, onde empresas construtoras e compradores aliaram-se na inadimplência, oferecendo e aceitando créditos sem garantias, combinando ganância pelos ganhos fáceis com aplicações financeiras e operações sem lastro (apostas, como num cassino) com a imprudência gerada por um padrão de consumo exacerbado. Mas este é apenas um aspecto superficial da crise. Se levarmos em conta que as taxas de lucro das grandes empresas mundiais – principalmente as de matriz nos EUA – estão em queda desde os anos 1960, fica evidente que a busca por ganhos financeiros de investidores diversos, além do movimento especulativo em



si, é uma tentativa das empresas de manter o nível de suas taxas de lucro. Em função da crescente expropriação dos trabalhadores e da redução de sua capacidade de compra em nível mundial, as empresas produzem mais do que os mercados em retração podem absorver. Assim, a onda sucessiva de compra e venda de papéis acaba por criar um castelo de cartas, que facilmente desmorona por não ter vínculos com a economia real, da produção. Ocorre, assim, a super acumulação de capitais e a impossibilidade de valorizá-los na esfera da produção.

Ainda é cedo para que os efeitos e a duração da crise sejam estimados com precisão, pois se, por um lado, o montante de capital envolvido é muito alto, é também correto afirmar que hoje, ao contrário de 1929, os Estados estão mais aparelhados para fazer frente a problemas econômicos. Há instituições mais fortes, articulação internacional e uma aliança entre os Estados capitalistas, para os quais a debelação da crise é uma necessidade. As receitas disponíveis, do ponto de vista do capital, são a receita keynesiana – com mais gastos públicos na produção e base fiscal – e a receita monetarista, com a liberação de mais dinheiro para produtores privados e consumidores, na forma de crédito, com juros baixos. Outra saída, a saída “natural” do sistema, ou seja, simplesmente deixar que as empresas quebrem, ou que haja fusões e incorporações para que empresas mais fortes surjam, para que o capitalismo se renove e volte mais forte, tem sido descartada pelos principais líderes do governos dos países centrais, como os presidentes Sarkozy, da França, e Obama, dos EUA.

As primeiras respostas oferecidas pelos governos dos países centrais combinaram elementos de ajuda e de estatização de bancos e socorro a empresas de grande porte, além de baixas nas taxas de juros. A evolução da crise depende, portanto, da combinação de medidas a serem tomadas e o peso dado a cada uma delas. No momento, os sinais claros são de recessão, que poderá prolongar-se, tornando-se uma depressão, ou convergir para um período de alguns anos sem crescimento, ou seja, de estagnação, trazendo consigo o desemprego e grandes tensões sociais no centro e na periferia do capitalismo. Neste quadro, a ofensiva contra os salários, direitos e garantias dos trabalhadores e até mesmo a vigência de modelos autoritários de exercício de poder são uma possibilidade a mais.

A reunião do G-20, realizada em Washington ao final de 2008, apontou para algumas ações voltadas para estimular a demanda, como medidas fiscais, mudanças na política monetária, mais recursos para o FMI ajudar as economias emergentes, empenho para romper o impasse na Rodada de Doha neste ano, reforma das instituições de Bretton Woods para dar mais voz às economias emergentes, entre outras medidas, no que parece ser um passo no sentido de reforçar os aspectos regulatórios e de ação coordenada dos principais países do mundo.

A crise representa o fim de um período marcado pela presença hegemônica do projeto neoliberal, que propiciou uma forma de acumulação, pela qual a saída do Estado das esferas da produção – com a privatização de empresas públicas – e do planejamento, a desregulamentação das economias, o fim dos sistemas de proteção à produção interna, a retirada dos direitos dos trabalhadores, o desmonte dos sistemas de bem estar públicos e outras medidas deram a tônica, objetivando oferecer toda a liberdade aos capitais e aumentar a taxa de exploração do trabalho. Ganhou enormemente com o neoliberalismo o setor financeiro, gerando uma proporção de 10 dólares girando na esfera financeira para cada 1 dólar aplicado na produção.

A crise significa também uma derrota política do capitalismo e a quebra de todos os mitos criados pelo grande capital para endeu-sar o neoliberalismo, como o mito do mercado autorregulador das relações econômicas, o mito da retirada do Estado da economia e das privatizações, o mito da desregulamentação, além do mito da credibilidade das agências de risco e do fim da história. No terreno político, a crise marca o que pode ser o início do fim do Império estadunidense, uma vez revelada a sua debilidade interna, reforça a multipolaridade e abre espaço para a retomada da ofensiva do campo socialista, mesmo que, com a crise, os trabalhadores continuem ainda desorganizados e precarizados. A crise põe em cheque, diretamente, o sistema de organizações multilaterais, como a ONU, e exige uma nova ordem institucional mundial.

Não devemos cultivar a ilusão de que esta crise é apenas mais uma crise do capitalismo e que este modo de produção, ao final do processo, sairá mais forte e seguirá o seu rumo num patamar superior, como ocorreu em outros momentos da história. Tampouco devemos cair na armadilha de acreditar que esta será a crise final do capitalismo. O desenrolar da crise depende, fundamentalmente, da sua condução política e da correlação de forças nos embates sociais que virão. As dimensões da crise e as dificuldades de sua superação sinalizam para o acirramento da luta de classes e para a retomada do movimento de massas em caráter mundial, abrindo reais possibilidades de enfrentamento no sentido da transformação e da derrocada do sistema capitalista.

Assim, cabe às forças revolucionárias lutar para que as classes trabalhadoras assumam, organizadamente, a condução, o protagonismo do processo, garantindo soluções que, ao mesmo tempo em que combatem os efeitos imediatos da crise, criem as condições para que se acumule, na contestação da ordem burguesa, na defesa de seus direitos e na obtenção de novas conquistas, na organização e na consciência dos trabalhadores, a força necessária para assumir a direção política da sociedade no caminho da superação revolucionária do capitalismo. Mais do que nunca, está na ordem do dia a questão do socialismo.

## QUESTÕES

**01. (Professor – Educação de Jovens e Adultos – Geografia – IMA – 2013).** Sobre a Globalização, analise as proposições abaixo.

I. A integração mundial se dá via formação de uma aldeia global, e as comunicações por parte da internet ficam restritas à pequena parcela da população que tem acesso ao sistema de computadores.

II. O aumento de desemprego acontece em todo o mundo e, com ele, a disseminação da pobreza também pelos chamados países ricos.

III. Redução das desigualdades de desenvolvimento se dá através da expansão geográfica das empresas multinacionais.

IV. Com o advento de uma concorrência mundial, as empresas antes ineficientes foram obrigadas a se modernizarem e terem preços e qualidades competitivos.

Após análise das proposições acima podemos concluir que estão corretos somente em:

- A) III e IV.
- B) II, III e IV.
- C) I, III e IV.
- D) I, II e IV.

**02. (Professor – Educação de Jovens e Adultos – Geografia – IMA – 2013).** Sobre a globalização, é correto afirmar.

A) O processo de globalização atinge, diretamente e de modo homogêneo, os indivíduos em todos os aspectos de sua existência, sobretudo em sua vida socioeconômica e cultural.

B) A globalização passa por uma mudança radical das condições, passa da centralidade do dinheiro em todas as ações para a centralidade localizada no homem.

C) A globalização atual é irreversível, visto que foi abolida a regra de competitividade, e o interesse social suplanta o econômico.

D) A atual subordinação ao modo econômico único tem conduzido a que se dê prioridade às exportações e importações, uma das formas com as quais se materializa o chamado mercado global.

**03. (Professor de Ensino Fundamental – Geografia – IMA – 2013).** A Nova Ordem Mundial, período nascido logo após o fim de Guerra Fria, tem como características:

A) A tendência de se usar as expressões Norte e Sul para caracterizar países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

B) A formação de grandes blocos econômicos e o fim da disputa ideológica entre capitalismo e socialismo.

C) Um avanço do sistema capitalista sobre os antigos países socialistas.

D) Todas as afirmativas anteriores

**04. (Professor – História – AOCF – 2013).** As repercussões da Primeira Guerra Mundial foram profundas em todo o mundo conforme se lê a seguir. Sobre o assunto, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A guerra alterou a crença no progresso humano, modificou costumes e sensibilidades, depois da experiência da guerra, muitas pessoas passaram a defender o recurso da violência.

B) Os Estados Unidos foram o único país cujo único prejuízo foi as vidas ceifadas, pois sua economia, garantida pelo liberalismo, somente cresceu no entreguerras.

C) Após tal catástrofe mundial, defender o ideal liberal passou a ser quase um anacronismo, o que favoreceu o surgimento de regimes totalitários.

D) O tratado de Versalhes foi bastante duro com a Alemanha; suas colônias passaram para as mãos dos aliados e seu exército foi reduzido.

E) As nações europeias enfraqueceram-se profundamente, devido aos profundos custos da guerra e à desorganização geopolítica como saldo.

**05. (Professor PEB II – História – Soler – 2013).** A Segunda Guerra Mundial provocou um surto de industrialização no continente latino-americano:

I – Os países envolvidos no conflito adaptaram seu parque produtivo à indústria de guerra, diminuindo as exportações.

II – Inicia-se na América Latina a produção de bens industrializados que não podiam ser importados, caracterizando-se a chamada industrialização por substituição de importações.

III – Um panorama geral da industrialização na América Latina apresentou três grupos principais: Brasil, México, Chile e Argentina, num primeiro plano; Peru e Venezuela em segundo; os países restantes limitaram-se à indústria alimentícia e têxtil.

IV – A superação da fase de substituição de importações exige a implantação da indústria pesada, cuja instalação sofre várias restrições: escassez de capitais, ajuda externa dispendiosa, limitações tecnológicas e desinteresse dos países já industrializados.

Assinale a opção que contém a afirmativa **correta**:

A) Apenas III e IV.

B) I, II e III.

C) II, III e IV.

D) Todas as alternativas.

**06. (Professor PEB II – História – Soler – 2013).** Os Estados Unidos foram o país que mais se beneficiou com a Primeira Guerra Mundial, tornando-se o mais rico e poderoso de todo mundo. Assinale a alternativa **incorreta**:

A) Foram impostas severas restrições à imigração europeia, com o pretexto de não trazer concorrência à mão de obra norte-americana e impedir a entrada de ideias comunistas e foram organizados sindicatos de empresas para concorrer com os sindicatos de trabalhadores.

B) Os republicanos mantiveram-se no poder e o país entrou num período de grande prosperidade.

C) Nas eleições presidenciais de 1920 disputavam duas tendências: a dos democratas, defendendo uma política isolacionista em relação à Europa, e a dos republicanos, que não queriam o desligamento da política europeia; sendo Franklin Roosevelt, dos republicanos, vencedor e ligado aos interesses dos grandes empresários norte-americanos.

D) Na América Latina foi adotada a política de intervenção quando os interesses norte-americanos fossem ameaçados.

**07. (Professor – Anos Finais – História – ICAP – 2013).** Sobre a Segunda Guerra Mundial é verdadeiro dizer que:

A) Estiveram envolvidos somente países europeus.

B) A causa do conflito foi provocada simplesmente pelo ataque a base militar norte americana de Pearl Harbor pelos japoneses.

C) Foi uma batalha de forças entre EUA potencia capitalista contra a URSS potencia socialista.

D) A China queria ampliar seu território promovendo sucessivos bombardeios no Japão.

E) O Eixo era formado pela Alemanha, Itália e Japão com o intuito de formar uma ponte econômica entre suas nações e dominar o resto do mundo.

**08. (Professor – História – IMA – 2013).** Em novembro de 2009, comemorou-se de várias formas os 20 anos da queda do muro de Berlim. Em relação a este tema, é correto afirmar que:

A) A sua construção foi motivada para conter a emigração de alemães orientais, em grande número, para o lado capitalista, especialmente de trabalhadores com alta qualificação profissional.

B) Tratava-se de uma divisão simbólica entre dois blocos ideológicos, o socialismo e o capitalismo, separados por uma profunda e irreconciliável divisão no campo das ideias, comparada, por isso, a um muro.

C) O muro de Berlim foi levantado na capital alemã por determinação de Adolf Hitler, como demonstração de força do nazismo, para separar os judeus dos alemães.

D) Foi construída por determinação das forças que compunham a OTAN, especialmente a Alemanha Oriental, tendo sido um resultado da guerra fria.

**09. (Professor – História – UNC – 2013).** A participação da França na 1ª Guerra Mundial tem entre seus motivos:

- A) Vingança a morte do Arquiduque francês Francisco Ferdinando.
- B) Buscar uma saída para o Mar Mediterrâneo.
- C) Defender as colônias francesas dominadas pelo Império Austro-Húngaro.
- D) Buscar colônias na África e Ásia fornecedoras de matéria-prima para suas indústrias.
- E) Retomar as ricas colônias de Alsácia e Lorena que havia perdido para a Prússia.

**10. (Professor de Educação Básica – PEB II – História – Soler – 2013).** São características do Estado nazista:

- I – Nacionalismo: a nação era o ideal supremo;
- II – Arianismo: crença na superioridade da raça nórdica;
- III – Antissemitismo: marcado pela perseguição aos judeus;
- IV – Liberalismo: fortalecimento da livre concorrência.

Estão corretas as afirmações

- a) I, III e IV.
- b) II, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) I, II e III.

**GABARITO**

- 01. A
- 02. D
- 03. D
- 04. B
- 05. D
- 06. C
- 07. E
- 08. A
- 09. E
- 10. D



**ANOTAÇÕES**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---





# HISTÓRIA DO BRASIL





**I. A REVOLUÇÃO DE 1930 E  
A ERA VARGAS.**

A Revolução de 1930 foi o movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com o golpe de Estado, o Golpe de 1930, que depôs o presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs fim à República Velha.

Em 1929, lideranças de São Paulo romperam a aliança com os mineiros, conhecida como política do café com leite, e indicaram o paulista Júlio Prestes como candidato à presidência da República. Em reação, o Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada apoiou a candidatura oposicionista do gaúcho Getúlio Vargas.

Em 1 de março de 1930, foram realizadas as eleições para presidente da República que deram a vitória ao candidato governista, que era o presidente do estado de São Paulo, Júlio Prestes. Porém, ele não tomou posse, em virtude do golpe de estado desencadeado a 3 de outubro de 1930, e foi exilado. Getúlio Vargas assumiu a chefia do “Governo Provisório” em 3 de novembro de 1930, data que marca o fim da República Velha.

A crise da República Velha havia se prolongado ao longo da década de 1920. Os expoentes políticos da República Velha vinham perdendo força com a mobilização do trabalhador industrial, com as Revoltas nazifascistas e as dissidências políticas que enfraqueceram as grandes oligarquias. Esses acontecimentos ameaçavam a estabilidade da tradicional aliança rural entre os estados de São Paulo e Minas Gerais - a política do café com leite.

Em 1926, surge a quarta e última dissidência no Partido Republicano Paulista (PRP), e os dissidentes liderados pelo Dr. José Adriano de Marrey Junior fundaram o Partido democrático (PD), que defendia um programa de educação superior entre outras reformas e a derrubada do PRP do poder. Esta crise política em São Paulo originou-se em uma crise da maçonaria paulista presidida pelo Dr. José Adriano de Marrey Júnior. São Paulo, então, chegou dividido às eleições de 1930.

Entretanto, o maior sinal do desgaste republicano era a superprodução de café, durante a crise de 1929, alimentada pelo governo com constantes “valorizações”. Assim em 1930, São Paulo estava dividido, e o Rio Grande do Sul que estivera em guerra civil em 1923, agora estava unido, com o presidente do Rio Grande do Sul, Dr. Getúlio Vargas tendo feito o PRR e o Partido Libertador se unirem.

Em Juiz de Fora, o Partido Republicano Mineiro (PRM) passa para a oposição, forma a Aliança Liberal com os segmentos progressistas de outros estados e lança o gaúcho Getúlio Vargas para a presidência, tendo o político paraibano João Pessoa como candidato a vice-presidente. Minas Gerais estava dividida, não conseguindo impor um nome mineiro de consenso para a presidência da república. Parte do PRM apoiou a candidatura Getúlio Vargas, mas a “Concentração Conservadora” liderada pelo vice-presidente da república Fernando de Melo Viana e pelo ministro da Justiça Augusto Viana do Castelo apoiam a candidatura oficial do Dr. Júlio Prestes para as eleições presidenciais de 1 de março de 1930.

**O problema da sucessão presidencial**

Na República Velha (1889-1930), vigorava no Brasil a chamada “política do café com leite”, em que políticos apoiados por São Paulo e de Minas Gerais se alternavam na presidência da república (mas não eram necessariamente Paulistas ou Mineiros os seus indicados). Porém, no começo de 1929, Washington Luís indicou o nome do Presidente de São Paulo, Júlio Prestes, como seu sucessor, no que foi apoiado por presidentes de 17 estados. Apenas três estados negaram o apoio a Prestes: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Os políticos de Minas Gerais esperavam que Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, o então governador do estado, fosse o indicado, por Washington Luís, para ser o candidato à presidência.

Assim a política do café com leite chegou ao fim e iniciou-se a articulação de uma frente oposicionista ao intento do presidente e dos 17 estados de eleger Júlio Prestes. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba uniram-se a políticos de oposição de diversos estados, inclusive do Partido Democrático de São Paulo, para se oporem à candidatura de Júlio Prestes, formando, em agosto de 1929, a Aliança Liberal.

Em 20 de setembro do mesmo ano, foram lançados os candidatos da Aliança Liberal às eleições presidenciais: Getúlio Vargas como candidato a presidente e João Pessoa, como candidato a vice-presidente. Apoiaram Aliança Liberal, intelectuais como José Américo de Almeida e Lindolfo Collor, membros das camadas médias urbanas e a corrente político-militar chamada “Tenentismo” (que organizou, entre outras, a Revolta Paulista de 1924), na qual se destacavam Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, Siqueira Campos, João Alberto Lins de Barros, Juarez Távora e Miguel Costa e Juraci Magalhães e três futuros presidentes da república (Geisel, Médici e Castelo Branco).

Nesse momento, setembro de 1929, já era percebido, em São Paulo, que a Aliança Liberal, e uma eventual revolução, visava especificamente São Paulo. Tendo o senador estadual de São Paulo Cândido Nanzianzeno Nogueira da Motta denunciado na tribuna do Senado do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 24 de setembro de 1929, que a guerra anunciada pela chamada Aliança Liberal não é contra o Sr. Júlio Prestes, É contra nosso Estado de São Paulo, e isso não é de hoje. A imperecível inveja contra o nosso deslumbrante progresso que deveria ser motivo de orgulho para todo o Brasil. Em vez de nos agradecerem e apertarem em fraternos amplexos, nos cobrem de injúrias e nos ameaçam com ponta de lanças e patas de cavalo.

Cândido Mota citou ainda o senador fluminense Irineu Machado que previra a reação de São Paulo: A reação contra a candidatura do Dr. Júlio Prestes representa não um gesto contra o presidente do estado, mas uma reação contra São Paulo, que se levantará porque isto significa um gesto de legítima defesa de seus próprios interesses.

Essa resposta paulista à revolução de 1930 veio um ano e meio depois, com a Revolução de 1932.

O presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada diz em discurso, ainda em 1929, façamos a revolução pelo voto antes que o povo a faça pela violência. Esta frase foi vista como a expressão do instinto de sobrevivência de um político experiente e um presságio: Minas Gerais, se aliando ao Rio Grande do Sul e aos tenentes, consegue preservar sua oligarquia. Uma revolução que fosse feita só pelos tenentes teria derrubado também o PRM (Partido Republicano Mineiro) do poder em Minas Gerais e o PRR do poder no Rio Grande do Sul.



### As eleições e a revolução

As eleições foram realizadas no dia 1º de março de 1930 e deram a vitória a Júlio Prestes, que obteve 1.091.709 votos, contra apenas 742.794 dados a Getúlio. Notoriamente, Getúlio teve quase 100% dos votos no Rio Grande do Sul.

A Aliança Liberal recusou-se a aceitar a validade das eleições, alegando que a vitória de Júlio Prestes era decorrente de fraude. Além disso, deputados eleitos em estados onde a Aliança Liberal conseguiu a vitória, não obtiveram o reconhecimento dos seus mandatos. A partir daí, iniciou-se uma conspiração, com base no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais.

A conspiração sofreu um revés em junho com a subversão comunista de Luís Carlos Prestes. Um ex-membro do movimento tenentista, Prestes tornou-se adepto das ideias de Karl Marx e apoiador do comunismo. Isso o levou, depois de um tempo, a tentativa frustrada da intentona comunista pela ANL. Logo em seguida, ocorre outro contratempo à conspiração: morre, em acidente aéreo, o tenente Siqueira Campos.

No dia 26 de julho de 1930, João Pessoa foi assassinado por João Dantas em Recife, por questões políticas e de ordem pessoal, servindo como estopim para a mobilização armada. João Dantas e seu cunhado e cúmplice, Moreira Caldas, foram encontrados degolados em sua cela em outubro de 1930. As acusações de fraude e a degola arbitrária de deputados mineiros e de toda a bancada da Paraíba da Aliança Liberal, o descontentamento popular devido à crise econômica causada pela grande depressão de 1929, o assassinato de João Pessoa e o rompimento da política do café com leite foram os principais fatores, (ou pretextos na versão dos partidários de Júlio Prestes), que criaram um clima favorável a uma revolução.

Getúlio tentou várias vezes a conciliação com o governo de Washington Luís e só se decidiu pela revolução quando já se aproximava a posse de Júlio Prestes que se daria em 15 de novembro. A revolução de 1930 iniciou-se, finalmente, no Rio Grande do Sul em 3 de outubro, às 17 horas e 25 minutos. Osvaldo Aranha telegrafou a Juarez Távora comunicando início da Revolução. Ela rapidamente se alastrou por todo o país. Oito governos estaduais no Nordeste foram depostos pelos tenentes.

No dia 10, Getúlio Vargas lançou o manifesto O Rio Grande de pé pelo Brasil e partiu, por ferrovia, rumo ao Rio de Janeiro, capital nacional à época. Esperava-se que ocorresse uma grande batalha em Itararé (na divisa com o Paraná), onde as tropas do governo federal estavam acampadas para deter o avanço das forças revolucionárias, lideradas militarmente pelo coronel Góis Monteiro. Entretanto, em 12 e 13 de outubro ocorreu o Combate de Quatiguá, que pode ter sido o maior combate desta Revolução, mesmo tendo sido muito pouco estudado. Quatiguá localiza-se a direita de Jaguariaíva, próxima a divisa entre São Paulo e Paraná. A batalha não ocorreu em Itararé, já que os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e o Almirante Isaías de Noronha depuseram Washington Luís, em 24 de outubro e formaram uma junta de governo.

Jornais que apoiavam o governo deposto foram empastelados; Júlio Prestes, Washington Luís e vários outros próceres da República Velha foram exilados.

Washington Luís havia apostado na divisão dos mineiros não acreditando em nenhum momento que Minas Gerais faria uma revolução, não se prevenindo, nem tomando medidas antirrevolucionárias, sendo derrubado em poucos dias de combate.

### Uma república nova

Às 3 horas da tarde de 8 de novembro de 1930, a junta militar passou o poder, no Palácio do Catete, a Getúlio Vargas, encerrando a chamada República Velha, derrubando todas as oligarquias estaduais exceto a mineira e a gaúcha. Na mesma hora, no centro do Rio de Janeiro, os soldados gaúchos cumpriam a promessa de amarrar os cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco, marcando simbolicamente o triunfo da Revolução de 1930.

Getúlio tornou-se chefe do Governo Provisório com amplos poderes. A constituição de 1891 foi revogada e Getúlio passou a governar por decretos. Getúlio nomeou interventores para todos os Governos Estaduais, com exceção de Minas Gerais. Esses interventores eram na maioria tenentes que participaram da Revolução de 1930. Por sua vez, o presidente eleito e não empossado Júlio Prestes criticou duramente a Revolução de 1930 quando, em 1931, exilado em Portugal, afirmou: O que não compreendem é que uma nação, como o Brasil, após mais de um século de vida constitucional e liberalismo, retrogradasse para uma ditadura sem freios e sem limites como essa que nos degrada e enxovalha perante o mundo civilizado.

Um dos maiores erros da revolução de 1930 foi entregar os estados à administração de tenentes inexperientes, um dos motivos da revolução de 1932. O despreparo dos tenentes para governar foi denunciado, logo no início de 1932, por um dos principais tenentes, o tenente João Cabanas, que havia participado da revolução de 1924, e que usou como exemplo o tenente João Alberto Lins de Barros que governou São Paulo. João Cabanas, em fevereiro de 1932, no seu livro “Fariseus da Revolução”, criticou especialmente o descalabro que foram as administrações dos tenentes nos estados, chamando a atenção para a grave situação paulista pouco antes de eclodir a Revolução de 1932:

João Alberto serve como exemplo: Se, como militar, merece respeito, como homem público não faz juz ao menor elogio. Colocado, por inexplicáveis manobras e por circunstâncias ainda não esclarecidas, na chefia do mais importante estado do Brasil, revelou-se de uma extraordinária, de uma admirável incompetência, criando, em um só ano de governo, um dos mais trágicos confucionismos de que há memória na vida política do Brasil, dando também origem a um grave impasse econômico (déficit de 100.000 contos), e a mais profunda impopularidade contra a “Revolução de Outubro” e ter provocado no povo paulista, um estado de alma equívoco e perigoso. Nossa história não registra outro período de fracasso tão completo como o do “Tenentismo inexperiente”.

### Consequências

Os efeitos da Revolução demoram a aparecer. A nova Constituição só é aprovada em 1934, chamada Constituição de 1934, depois de forte pressão social, como a Revolução Constitucionalista de 1932. Mas a estrutura do Estado brasileiro modifica-se profundamente depois de 1930, tornando-se mais ajustada às necessidades econômicas e sociais do país.

Getúlio não gostou desta constituição, e, três anos e meio depois, decreta uma nova constituição, a Constituição de 1937. E assim se posicionou em relação à Constituição de 1934, no 10º aniversário da revolução de 1930, em discurso de 11 de novembro de 1940.



Uma constitucionalização apressada, fora de tempo, apresentada como panaceia de todos os males, traduziu-se numa organização política feita ao sabor de influências pessoais e partidarismo faccioso, divorciada das realidades existentes. Repetia os erros da Constituição de 1891 e agravava-os com dispositivos de pura invenção jurídica, alguns retrógrados e outros acenando a ideologias exóticas. Os acontecimentos incumbiram-se de atestar-lhe a precoce inadaptação.

A partir da constituição de 1937, o regime centralizador, por vezes autoritário do getulismo, ou Era Vargas, estimula a expansão das atividades urbanas e desloca o eixo produtivo da agricultura para a indústria, estabelecendo as bases da moderna economia brasileira. O balanço da revolução de 1930 e de seus 15 anos de governo, por Getúlio, foi feito, no Dia do Trabalho de 1945, em um discurso feito no Rio de Janeiro, no qual disse que a qualquer observador de bom senso não escapa a evidência do progresso que alcançamos no curto prazo de 15 anos. Éramos, antes de 1930, um país fraco, dividido, ameaçado na sua unidade, retardado cultural e economicamente, e somos hoje uma nação forte e respeitada, desfrutando de crédito e tratada de igual para igual no concerto das potências mundiais.

## Legado político e social

### *A nova política do Brasil*

Três ex-ministros de Getúlio Vargas chegaram à Presidência da República: Eurico Dutra, João Goulart e Tancredo Neves. Este último não chegou a assumir o cargo, pois, na véspera da posse, sentiu fortes dores abdominais sequenciais durante uma cerimônia religiosa no Santuário Dom Bosco diagnosticada como uma “diverticulite”, que o levou à morte em 21 de abril de 1985, em São Paulo.

Três tenentes de 1930 chegaram à Presidência da República: Castelo Branco, Médici e Geisel. O ex-tenente Juarez Távora foi o segundo colocado nas eleições presidenciais de 1955, e o ex-tenente Eduardo Gomes, o segundo colocado, em 1945 e 1950. Ambos foram candidatos pela UDN, o que mostra também a influência dos ex-tenentes na UDN, partido que tinha ainda, entre seus líderes, o ex-tenente Juraci Magalhães, que quase foi candidato em 1960.

Os partidos fundados por Getúlio Vargas, PSD (partido dos ex-interventores no Estado Novo e intervencionista na economia) e o antigo PTB, dominaram a cena política de 1946 até 1964. PSD, UDN e PTB, os maiores partidos políticos daquele período, eram liderados por mineiros (PSD e UDN) e por gaúchos (o PTB).

Apesar de quinze anos (1930-1945) não serem um período longo em se tratando de carreira política, poucos políticos da República Velha conseguiram retomar suas carreiras políticas depois da queda de Getúlio em 1945. A renovação do quadro político foi quase total, tanto de pessoas quanto da maneira de se fazer política. Sobre a queda da qualidade da representação política após 1930, Gilberto Amado em seu livro “Presença na Política”, explica que na República Velha, as eleições eram falsas, mas a representação era verdadeira... As eleições não prestavam, mas os deputados e senadores eram os melhores que podíamos ter.

Especialmente o balanço de 1930 feito pelos paulistas [quem?] é sombrio: Reclamam eles que, após Júlio Prestes em 1930, nenhum cidadão nascido em São Paulo foi eleito ou ocupou

a Presidência, exceto, e por alguns dias apenas, Ranieri Mazzilli, o Dr. Ulisses Guimarães e Michel Temer. Os paulistas reclamam também que apenas em 1979 chegou à presidência alguém comprometido com os ideais da revolução de 1932: João Figueiredo, filho do general Euclides Figueiredo, comandante da revolução constitucionalista de 1932 e que fora exilado na Argentina entre 1932 e 1934. João Figueiredo fez a abertura política do regime militar.

Getúlio foi o primeiro a fazer no Brasil propaganda pessoal em larga escala - o chamado culto da personalidade, com a Voz do Brasil, - típica do fascismo e ancestral do marketing político moderno. A aliança elite-proletariado, criada por Getúlio, tornou-se típica no Brasil, como a Aliança PTB-PSD apoiada pelo claudestino PCB.

## A nova economia do Brasil

A política trabalhista é alvo de polêmicas até hoje e foi tachada de “paternalista” por intelectuais de esquerda. Esses intelectuais acusavam Getúlio de tentar anular a influência desta esquerda sobre o proletariado, desejando transformar a classe operária num setor sob seu controle, nos moldes da Carta do Trabalho do fascista italiano Benito Mussolini.

Os defensores de Getúlio Vargas contra argumentam, dizendo que em nenhum outro momento da história do Brasil houve avanços comparáveis nos direitos dos trabalhadores. O expoente máximo dessa posição foram João Goulart e Leonel Brizola. Brizola foi considerado, por muitos o último herdeiro político do «Getulismo», ou da «Era Vargas», na linguagem dos brasilianistas.

A crítica de direita, ou liberal, argumenta que, em longo prazo, estas leis trabalhistas prejudicam os trabalhadores porque aumentam o chamado custo Brasil, onerando muito as empresas e gerando a inflação, que corrói o valor real dos salários.

Segundo esta versão, o custo Brasil faz com que as empresas brasileiras contratem menos trabalhadores, aumentem a informalidade e faz que as empresas estrangeiras se tornem receosas de investir no Brasil. Assim, segundo a crítica liberal, as leis trabalhistas gerariam, além da inflação, mais desemprego e subemprego entre os trabalhadores.

Os liberais afirmam também que intervencionismo estatal na economia iniciado por Getúlio só cresceu com o passar dos anos, com a única exceção de Castelo Branco atingindo seu máximo no governo do ex-tenente de 1930 Ernesto Geisel. Somente a partir do Governo de Fernando Collor se começou a fazer o desmonte do Estado intervencionista. Durante sessenta anos, após 1930, todos os ministros da área econômica do governo federal foram favoráveis à intervenção do Estado na economia, exceto Eugênio Gudin por sete meses em 1954, e a dupla Roberto Campos - Octávio Bulhões, por menos de três anos (1964 -1967).

## Trabalhadores do Brasil

Era com esta frase que Getúlio iniciava seus discursos. Na visão dos apoiadores de Getúlio, ele não ficou só no discurso. A orientação trabalhista de seu governo, que em seu ápice instituiu a CLT e o salário mínimo, marca, para os getulistas, um tempo das mudanças sociais célebres, onde os trabalhadores pareciam estar no centro do cenário político nacional, aplicando o populismo.

Infelizmente os trabalhadores rurais não foram beneficiados com igualdade pela CLT, tudo por força das oligarquias que existiam e pressionavam o governo.

## Era Vargas (1930/45)

A chamada Era Vargas está dividida em três momentos: Governo Provisório, Governo Constitucional e Estado Novo. O período inaugurou um novo tipo de Estado, denominado “Estado de compromisso”, em razão do apoio de diversas forças sociais e políticas: as oligarquias dissidentes, classes médias, burguesia industrial e urbana, classe trabalhadora e o Exército. Neste “Estado de compromisso” não existia nenhuma força política hegemônica, possibilitando o fortalecimento do poder pessoal de Getúlio Vargas.

### Governo Provisório (1930/1934).

#### *Aspectos políticos e econômicos*

No plano político, o governo provisório foi marcado pela Lei Orgânica, que estabelecia plenos poderes a Vargas. Os órgãos legislativos foram extintos, até a elaboração de uma nova constituição para o país. Desta forma, Vargas exerce o poder executivo e o Legislativo. Os governadores perderam seus mandatos – por força da Revolução de 30 – seus nomeados em seus lugares os interventores federais (que eram escolhidos pelos tenentes). A economia cafeeira receberá atenções por parte do governo federal. Para superar os efeitos da crise de 1929, Vargas criou o Conselho Nacional do Café, reeditando a política de valorização do café ao comprar e estocar o produto. O esquema provocou a formação de grandes estoques, em razão da falta de compradores, levando o governo a realizar a queimados excedentes. Houve um desenvolvimento das atividades industriais, principalmente no setor têxtil e no processamento de alimentos. Este desenvolvimento explica-se pela chamada política de substituição de importações.

### A composição do Governo Provisório

Depois de criar um Tribunal Especial - cuja ação foi nula - com o objetivo de julgar “os crimes do governo deposto”, o novo governo organizou um ministério que, pela composição, nos mostra o quanto Getúlio estava compromissado com os grupos que lhe apoiaram na Revolução:

- general Leite de Castro - ministro do Exército;
- almirante Isaías Noronha - ministro da Marinha;
- Afrânio de Melo Franco (mineiro) - ministro do Exterior;
- Osvaldo Aranha (gaúcho) - ministro da Justiça;
- José Américo de Almeida (paraibano) - ministro da Viação;
- José Maria Whitaker (paulista) - ministro da Fazenda;
- Assis Brasil (gaúcho) - ministro da Agricultura.

Dentro ainda da ideia de compromisso, foram criados dois novos ministérios:

- Educação e Saúde Pública - o mineiro Francisco Campos;
- Trabalho, Indústria e Comércio - o gaúcho Lindolfo Collor.

Para Juarez Távora, pela sua admirável participação revolucionária e pelo seu prestígio como homem de ação, foi criada a Delegacia Regional do Norte. Pela chefia política dos estados brasileiros do Espírito Santo ao Amazonas, Juarez Távora foi chamado de O Vice-Rei do Norte.

## A política cafeeira da Era Vargas

O capitalismo passava por uma de suas violentas crises de superprodução. Essas crises cíclicas do capitalismo eram o resultado da ausência de uma planificação, o que produzia a anarquia da produção social.

As nações industriais com problemas de superprodução acirravam o imperialismo, superexplorando as nações agrárias, restringindo os créditos e adotando uma política protecionista, sobre-taxando as importações.

Neste contexto o café conheceu uma nova e violenta crise de superprodução, de mercados e de preços, que caíram de 4 para 1 libra nos primeiros anos da década de 30.

Como o café era à base da economia nacional, a crise poderia provocar sérios problemas para outros setores econômicos, tais como a indústria e o comércio, o que seria desastroso.

Era preciso salvar o Brasil dos efeitos da crise mundial de 1929. Era necessário evitar o colapso econômico do País. Para evitá-lo, o governo instituiu uma nova política cafeeira, visando o equilíbrio entre a oferta e a procura, a elevação dos preços e a contenção dos excessos de produção, pois a produção cafeeira do Brasil era superior à mundial.

Para aplicar esta política, Vargas criou, em 1931, o CNC (Conselho Nacional do Café), que foi substituído em 1933 pelo DNC (Departamento Nacional do Café). Dentro desta nova política tornou-se fundamental destruir os milhares de sacas de café que estavam estocadas. O então ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, através de emissões e impostos sobre a exportação, iniciou a destruição do excedente do café através do fogo e da água,

De 1931 a 1944, foram queimadas ou jogadas ao mar, aproximadamente, 80 milhões de sacas. Proibiram-se novas plantações por um prazo de três anos e reduziram-se as despesas de produção através da redução dos salários e dos débitos dos fazendeiros em 50%.

Por ter perdido o poder político e pelo fato de ter de se submeter às decisões econômicas do governo federal, as oligarquias cafeeiras se opuseram à política agrária da Era Vargas.

## Liberalismo e centralismo

Saber quem perdeu a Revolução de 1930 é fácil, o difícil é saber quem ganhou, devido à extrema heterogeneidade da frente revolucionária.

De um lado estavam os tenentes que ocupavam um destacado papel no governo, eram favoráveis a mudanças e, por isso, achavam desnecessárias as eleições, que para eles só trariam de volta as oligarquias tradicionais.

Do outro lado, os constitucionais liberais defendiam as eleições urgentes. Vargas manobrava inteligentemente os dois grupos. Ora fazendo concessões aos tenentes, permitindo-lhes uma influência política, como João Alberto, nomeado interventor em São Paulo, ora acenando com eleições, como a publicação do Código Eleitoral de fevereiro de 1932 e o decreto de 15 de março, que marcava para 3 de maio de 1933 as eleições para uma Assembleia Constituinte.

## Revolução constitucionalista de 1932

Movimento ocorrido em São Paulo ligado à demora de Getúlio Vargas para reconstitucionalizar o país, a nomeação de um interventor pernambucano para o governo do Estado (João Alber-

to). Mesmo sua substituição por Pedro de Toledo não diminuiu o movimento. O movimento teve também como fator a tentativa da oligarquia cafeeira retomar o poder político. O movimento contou com apoio das camadas médias urbanas. Formou-se a Frente Única Paulista, exigindo a nomeação de um interventor paulista e a reconstitucionalização imediata do país.

Em maio de 1932 houve uma manifestação contra Getúlio que resultou na morte de quatro manifestantes: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Iniciou-se a radicalização do movimento, sendo que o MMDC passou a ser o símbolo deste momento marcado pela luta armada. Após três meses de combates as forças leais a Vargas forçaram os paulistas à rendição. Procurando manter o apoio dos paulistas, Getúlio Vargas acelerou o processo de redemocratização realizando eleições para uma Assembleia Constituinte que deveria elaborar uma nova constituição para o Brasil.

### A constituição de 1934.

Promulgada em 16 de novembro de 1934 apresentando os seguintes aspectos:

- A manutenção da República com princípios federativos;
- Existência de três poderes independentes entre si: Executivo, Legislativo e Judiciário;
- Estabelecimento de eleições diretas para o Executivo e Legislativo;
- As mulheres adquirem o direito ao voto;
- Representação classista no Congresso (elementos eleitos pelos sindicatos);
- Criado o Tribunal do Trabalho;
- Legislação trabalhista e liberdade de organização sindical;
- Estabelecimento de monopólio estatal sobre algumas atividades industriais;
- Possibilidade da nacionalização de empresas estrangeiras;
- Instituído o mandato de segurança, instrumento jurídico dos direitos do cidadão perante o Estado. A Constituição de 1934 foi inspirada na Constituição de Weimar preservando o liberalismo e mantendo o domínio dos proprietários visto que a mesma não toca no problema da terra.

### Governo Constitucional (1934/1937).

Período marcado pelos reflexos da crise mundial de 1929:

- crise econômica,
- desemprego,
- inflação e
- carestia.

Neste contexto desenvolvem-se, na Europa, os regimes totalitários (nazismo e fascismo) – que se opunham ao socialismo e ao liberalismo econômico. A ideologia nazifascista chegou ao Brasil, servindo de inspiração para a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada pelo jornalista Plínio Salgado. Movimento de extrema direita, anticomunista, que tinha como lema “Deus, pátria, família”. Defendia a implantação de um Estado totalitário e corporativo. A milícia da AIB era composta pelos “camisas verdes”, que usavam de violência contra seus adversários. Os integralistas receberam apoio da alta burguesia, do clero, da cúpula militar e das camadas médias urbanas.

Por outro lado, o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora possibilitou a formação de um movimento de caráter progressista, contando com o apoio de liberais, socialista, comunistas, tenentes radicais e dos sindicatos – trata-se da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Luís Carlos Prestes, filiado ao Partido Comunista Brasileiro foi eleito presidente de honra. A ANL reivindicava a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras e a realização da reforma agrária. Colocava-se contra o totalitarismo e defendia a democracia e um governo popular.

A adesão popular foi muito grande, tornando a ANL uma ameaça ao capital estrangeiro e aos interesses oligárquicos. Procurando conter o avanço da frente progressista o governo federal – por meio da aprovação da Lei de Segurança Nacional – decretou o fechamento dos núcleos da ANL. A reação, por parte dos filiados e simpatizantes, foi violenta e imediata. Movimentos eclodiram no Rio de Janeiro, Recife, Olinda e Natal – episódio conhecido como Intentona Comunista.

### O golpe do Estado Novo

No ano de 1937 deveriam ocorrer eleições presidenciais para a sucessão de Getúlio Vargas. A disputa presidencial foi entre Armando de Sales Oliveira – que contava com o apoio dos paulistas e de facções de oligarquias de outros Estados. Representava uma oposição liberal ao centralismo de Vargas. A outra candidatura era a de José Américo de Almeida, apoiado pelo Rio Grande do Sul, pelas oligarquias nordestinas e pelos Partidos Republicanos de São Paulo e Minas Gerais. Um terceiro candidato era Plínio Salgado, da Ação Integralista.

A posição de Getúlio Vargas era muito confusa – não apoiando nenhum candidato. Na verdade a vontade de Getúlio era a de continuar no governo, em nome da estabilidade e normalidade constitucional; para tanto, contava com apoio de alguns setores da sociedade. O continuísmo de Vargas recebeu apoio de uma parte do Exército – Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra representavam a alta cúpula militar – surgindo a ideia de um golpe, sob o pretexto de garantir a segurança nacional. O movimento de “salvação nacional” – que garantiu a permanência de Vargas no poder – foi a divulgação de um falso plano de ação comunista para assumir o poder no Brasil. Chamado de Plano Cohen, o falso plano serviu de pretexto para o golpe de 10 de novembro de 1937, decretando o fechamento do Congresso Nacional, suspensão da campanha presidencial e da Constituição de 1934. Iniciava-se o Estado Novo.

### O Estado Novo (1937/1945).

O Estado Novo – período da ditadura de Vargas – apresentou as seguintes características: intervencionismo do Estado na economia e na sociedade e um centralização política nas mãos do Executivo, anulando o federalismo republicano.

### A constituição de 1937.

Foi outorgada em 10 de novembro de 1937 e redigida por Francisco Campos. Baseada na constituição polonesa (daí o apelido de “polaca”) apresentava aspectos fascistas. Principais características: centralização política e fortalecimento do poder presidencial; extinção do legislativo; subordinação do Poder Judiciário ao

Poder Executivo; instituição dos interventores nos Estados e uma legislação trabalhista. A Constituição de 1937 eliminava a independência sindical e extinguiu os partidos políticos. A extinção da AIB deixou os integralistas insatisfeitos com Getúlio. Em maio de 1938 os integralistas tentaram um golpe contra Vargas – o Putsch Integralista – que consistiu numa tentativa de ocupar o palácio presidencial. Vargas reagiu até a chegada a polícia e Plínio Salgado precisou fugir do país.

### Política trabalhista

O Estado Novo procurou controlar o movimento trabalhador através da subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. Proibiram-se as greves e qualquer tipo de manifestação. Por outro lado, o Estado efetuou algumas concessões, tais como, o salário mínimo, a semana de trabalho de 44 horas, a carteira profissional, as férias remuneradas. As leis trabalhistas foram reunidas, em 1943, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), regulamentando as relações entre patrões e empregados. A aproximação de Vargas junto a classe trabalhadora urbana originou, no Brasil, o populismo – forma de manipulação do trabalhador urbano, onde o atendimento de algumas reivindicações não interfere no controle exercido pela burguesia.

### Política econômica

O Estado Novo iniciou o planejamento econômico, procurando acelerar o processo de industrialização brasileiro. O Estado criou inúmeros órgãos com o objetivo de coordenar e estabelecer diretrizes de política econômica. O governo interveio na economia criando as empresas estatais – sem questionar o regime privado. As empresas estatais encontrava-se em setores estratégicos, como a siderurgia (Companhia Siderúrgica Nacional), a mineração (Companhia Vale do Rio Doce), hidrelétrica (Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco), mecânica (Fábrica Nacional de Motores) e química (Fábrica Nacional de Alcalis).

### Política administrativa.

Procurando centralizar e consolidar o poder político, o governo criou o DASP (Departamento de Administração e Serviço Público), órgão de controle da economia. O outro instrumento do Estado Novo foi a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que realizava a propaganda do governo. O DIP controlava os meios de comunicação, por meio da censura. Foi o mais importante instrumento de sustentação da ditadura que, ao lado da polícia secreta, comandada por Filinto Müller, instaurou no Brasil o período do terror: prisões, repressão, exílios, torturas etc. Como exemplo de propaganda tem-se a criação da Hora do Brasil – que difundia as realizações do governo; o exemplo do terror fica por conta do caso de Olga Benário, mulher de Prestes, que foi presa e deportada para a Alemanha (grávida). Foi assassinada num campo de concentração.

### O Brasil e a segunda guerra mundial.

Devido a pressões – internas e externas – Getúlio Vargas rompeu a neutralidade brasileira, em 1942, e declarou guerra ao Eixo (Alemanha, Itália, Japão). A participação do Brasil foi efetiva nos

campos de batalha mediante o envio da FEB (Força Expedicionária Brasileira) e da FAB (Força Aérea Brasileira). A participação brasileira na guerra provocou um paradoxo político: externamente o Brasil luta pela democracia e contra as ditaduras, internamente há ausência democrática em razão da ditadura. Esta situação, somada à vitória dos aliados contra os regimes totalitários, favorece o declínio do estado Novo e amplia as manifestações contra o regime.

### O fim do Estado Novo

Em 1943 Vargas prometeu eleições para o fim da guerra; no mesmo ano houve o Manifesto dos Mineiros, onde um grupo de intelectuais, políticos, jornalistas e profissionais liberais pediam a redemocratização do país. Em janeiro de 1945, o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores exigia a liberdade de expressão e eleições. Em fevereiro do mesmo ano, Vargas publicava um ato adicional marcando eleições presidenciais para 2 de dezembro. Para concorrer as eleições surgiram os seguintes partidos políticos:

- UDN (União Democrática Nacional) - Oposição liberal a Vargas e contra o comunismo. Tinha como candidato o brigadeiro Eduardo Gomes;
- PSD (Partido Social Democrático) – era o partido dos interventores e apoiavam a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra;
- PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) – organizado pelo Ministério do Trabalho e tendo como presidente Getúlio Vargas. Apoiava, junto com o PSD, Eurico Gaspar Dutra;
- PRP (Partido de Representação Popular) – de ideologia integralista e fundado por Plínio Salgado;
- PCB (Partido Comunista Brasileiro) – tinha como candidato o engenheiro Yedo Fiúza. Em 1945 houve um movimento popular pedindo a permanência de Vargas – contando como apoio do PCB. Este movimento ficou conhecido como *queremismo*, devido ao lema da campanha “Queremos Getúlio “. O movimento popular assustou a classe conservadora, temendo a continuidade de Vargas no poder. No dia 29 de outubro foi dado um golpe, liderado por Goês Monteiro e Dutra. Vargas foi deposto sem resistência. O governo foi entregue a José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal. Em dezembro de 1945 foram realizadas as eleições com a vitória de Eurico Gaspar Dutra.

## 2. AS CONSTITUIÇÕES REPUBLICANAS.

### As Constituições Brasileiras

Ao estudarmos as constituições que o Brasil já teve, e suas principais emendas, fazemos uma importante revisão sobre conteúdos de nossa história. Os contextos econômicos, sociais e políticos do Brasil de cada época, desde a independência até os dias atuais, estão refletidos nas linhas mestras de nossas cartas magnas.

Precisamos lembrar que nossas constituições são apenas textos. Se serão meras utopias ou se servirão de indicativos para a conquista de direitos e, conseqüentemente, para a construção de



uma sociedade mais justa e digna vai depender de nossa participação enquanto homens e mulheres em busca de uma verdadeira cidadania.

**1824**

*Outorgada (tornada pública) pelo imperador D. Pedro I.*

- Fortaleceu o poder pessoal do imperador com a criação do quarto poder (moderador), que permitia ao soberano intervir, com funções fiscalizadoras, em assuntos próprios dos poderes Legislativo e Judiciário.

- Províncias passam a ser governadas por presidentes nomeados pelo imperador.

- Estabeleceu eleições indiretas e censitárias (homens livres, proprietários e condicionados ao seu nível de renda).

**1891**

*Promulgada pelo Congresso Constitucional*, elegeu indiretamente para a Presidência da República o marechal Deodoro da Fonseca.

- Instituiu o presidencialismo, eleições diretas para a Câmara e o Senado e mandato presidencial de quatro anos.

- Estabeleceu o voto universal, não-obrigatório e não-secreto; ficavam excluídos das eleições os menores de 21 anos, as mulheres, os analfabetos, os soldados e os religiosos.

**Os principais pontos da constituição foram:**

- Abolição das instituições monárquicas;
- Os Senadores deixaram de ter cargo vitalício;
- Sistema de governo presidencialista;
- O presidente da República passou a ser o chefe do Poder Executivo;

- As eleições passaram a ser pelo voto direto, a descoberto (voto aberto);

- Os mandatos tinham duração de quatro anos;
- Não haveria reeleição;
- Os candidatos a voto eletivo seriam escolhidos por homens maiores de 21 anos, com exceção de analfabetos, mendigos, praças de pré e religiosos sujeitos ao voto de obediência;

- Ao Congresso Nacional cabia o Poder Legislativo, composto pelo Senado e Câmara de Deputados;

- As Províncias passaram a ser Estados de uma Federação com maior autonomia;

- Os Estados da Federação passaram a ter suas Constituições hierarquicamente organizadas em relação à Constituição Federal;

- Os presidentes das Províncias passaram a ser presidentes dos Estados e eleitos pelo voto direto à semelhança do Presidente da República;

- A Igreja Católica foi desmembrada do Estado Brasileiro, deixando de ser a religião oficial do país.

Além disso, consagrava-se a liberdade de associação e de reunião sem armas, assegurava-se aos acusados o mais amplo direito de defesa, aboliam-se as penas de galés, banimento judicial e de morte, instituía-se o habeas-corpus e as garantias de magistratura aos juizes federais (vitaliciedade, inamobildade e irredutibilidade dos vencimentos).

**1934**

*Promulgada pela Assembleia Constituinte no primeiro governo de Getúlio Vargas.*

- Instituiu a obrigatoriedade do voto e tornou-o secreto; ampliou o direito de voto para mulheres e cidadãos de no mínimo 18 anos de idade. Continuaram fora do jogo democrático os analfabetos, os soldados e os religiosos. Para dar maior confiabilidade aos pleitos, foi criada a Justiça Eleitoral.

- Instituiu o salário mínimo, a jornada de trabalho de oito horas, o repouso semanal e as férias anuais remunerados e a indenização por dispensa sem justa causa. Sindicatos e associações profissionais passaram a ser reconhecidos, com o direito de funcionar autonomamente.

**Considerada progressista para a época, a nova Constituição:**

- instituiu o voto secreto;
- estabeleceu o voto obrigatório para maiores de 18 anos;
- propiciou o voto feminino, direito há muito reivindicado, que já havia sido instituído em 1932 pelo Código Eleitoral do mesmo ano;

- previu a criação da Justiça do Trabalho;

- previu a criação da Justiça Eleitoral;

- nacionalizou as riquezas do subsolo e quedas d'água no país;

**De suas principais medidas, podemos destacar que a Constituição de 1934:**

- Prevê nacionalização dos bancos e das empresas de seguros;
- Determina que as empresas estrangeiras deverão ter pelo menos % de empregados brasileiros;

- Confirma a Lei Eleitoral de 1932, com Justiça Eleitoral, voto feminino, voto aos 18 anos (antes era aos 21) e deputados classistas (representantes de classes sindicais);

- Cria a Justiça do Trabalho;

- Proíbe o trabalho infantil, determina jornada de trabalho de oito horas, repouso semanal obrigatório, férias remuneradas, indenização para trabalhadores demitidos sem justa causa, assistência médica e dentária, assistência remunerada a trabalhadoras grávidas;

- Proíbe a diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil e

- Prevê uma lei especial para regulamentar o trabalho agrícola e as relações no campo (que não chegou a ser feita) e reduz o prazo de aplicação de usucapião a um terço dos originais 30 anos.

**1937**

*Outorgada (concedida) no governo Getúlio Vargas.*



- Instituiu o regime ditatorial do Estado Novo: a pena de morte, a suspensão de imunidades parlamentares, a prisão e o exílio de opositores.

- Suprimiu a liberdade partidária e extinguiu a independência dos poderes e a autonomia federativa. Governadores e prefeitos passaram a ser nomeados pelo presidente, cuja eleição também seria indireta. Vargas, porém, permaneceu no poder, sem aprovação de sua continuidade, até 1945.

**De suas principais medidas, pode-se destacar que a Constituição de 1937:**

- Concentra os poderes executivo e legislativo nas mãos do Presidente da República;
- Estabelece eleições indiretas para presidente, que terá mandato de seis anos;
- Acaba com o federalismo;
- Acaba com o liberalismo;
- Estabelece a pena de morte;
- Retira do trabalhador o direito de greve;
- Permite ao governo expurgar funcionários que se opusessem ao regime;
- Previu a realização de um plebiscito para referendá-la, o que nunca ocorreu.

Foram dispositivos básicos regulados pela carta: a igualdade de todos perante a lei; a liberdade de manifestação de pensamento, sem censura, a não ser em espetáculos e diversões públicas; a inviolabilidade do sigilo de correspondência; a liberdade de consciência, de crença e de exercício de cultos religiosos; a liberdade de associação para fins lícitos; a inviolabilidade da casa como asilo do indivíduo; a prisão só em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente e a garantia ampla de defesa do acusado.

**1946**

*Promulgada no governo de Eurico Gaspar Dutra*, após o período do Estado Novo, restabeleceu os direitos individuais e extinguiu a censura e a pena de morte.

- Instituiu eleições diretas para presidente da República, com mandato de cinco anos.

- Restabeleceu o direito de greve e o direito à estabilidade de emprego após 10 anos de serviço.

- Retomou a independência dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a autonomia dos estados e municípios.

- Retomou o direito de voto obrigatório e universal, sendo excluídos os menores de 18 anos, os analfabetos, os soldados e os religiosos.

- Retomada do pleno estado de direito democrático após o período militar.

- Ampliação e fortalecimento das garantias dos direitos individuais e das liberdades públicas.

- Retomada do regime representativo, presidencialista e federativo.

- Destaque para a defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural da nação.

- Garantia do direito de voto aos analfabetos e aos maiores de 16 anos (opcional) em eleições livres e diretas, para todos os níveis, com voto universal, secreto e obrigatório.

**Reformas Constitucionais**

**1961**

*Adoção do parlamentarismo.*

Foi aprovada na Câmara dos Deputados, em primeira discussão, por 234 votos contra 59, e, em segunda discussão, por 233 votos contra 55, a ementa constitucional que instituiu um regime parlamentar no Brasil semelhante ao vigente na República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental), cujos dispositivos visavam impedir a queda sucessiva de gabinetes e limitar a casos muito específicos o poder do Presidente da República de dissolver a Câmara dos Deputados.

**1963**

*Volta ao presidencialismo.*

Cerca de 80% dos eleitores votaram pelo restabelecimento do presidencialismo. O plebiscito foi convocado pelo presidente João Goulart (Jango) para decidir sobre a manutenção ou não do sistema parlamentarista, em vigor desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. A partir da vitória no plebiscito, João Goulart passou a governar o país com todos os poderes constitucionais.

**1964-1967**

Com o golpe de Estado e até 1967, são decretados quatro atos institucionais que permitem ao governo legislar sobre qualquer assunto. É instituída, entre outras coisas, a Lei de Greve e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); decretam-se o fim da estabilidade no emprego, as eleições indiretas para presidente da República e governadores de estados. O Poder Judiciário torna-se mais dependente do Executivo. São extintos os partidos políticos e é criado o bipartidarismo.

**1967**

*Uma Carta constitucional institucionaliza o regime militar de 1964.*

- Mantêm-se os atos institucionais promulgados entre 1964 e 1967.

- Fica restringida a autonomia dos estados.

O presidente da República pode expedir decretos-leis sobre segurança nacional e assuntos financeiros sem submetê-los previamente à apreciação do Congresso. As eleições presidenciais permanecem indiretas, com voto descoberto.



**De suas principais medidas, podemos destacar que a Constituição de 1967:**

- Concentra no Poder Executivo a maior parte do poder de decisão;
- Confere somente ao Executivo o poder de legislar em matéria de segurança e orçamento;
- Estabelece eleições indiretas para presidente, com mandato de cinco anos;
- Militariza a Presidência da República, dando às Forças Armadas uma força gigantesca;
- Restringe o federalismo;
- Estabelece a pena de morte para crimes de segurança nacional;
- Restringe ao trabalhador o direito de greve;
- Abre espaço para a decretação posterior de leis de censura e banimento.

**1968**

**Ato Institucional nº5**

**Suspensão da Constituição.**

Poderes absolutos do presidente: fechar o Congresso, legislar sem impedimento, reabrir cassações, demissões e demais punições sumárias, sem possibilidade de apreciação judicial.

**1969**

*Nova emenda constitucional, que passou a ser chamada de Constituição de 1969.* Foi promulgado pelo general Emílio Garrastazu Médici (escolhido para presidente da República por oficiais de altas patentes das três Armas e com ratificação pelo Congresso Nacional, convocado somente para aceitar as decisões do Alto Comando militar).

**Incorporou o Ato Institucional nº5.**

Mandava punir a todos que ofendessem a Lei de Segurança Nacional. Extinguiu a inviolabilidade dos mandatos dos parlamentares e instituiu a censura aos seus pronunciamentos. Suspendeu a eleição direta para governadores, marcada para o ano seguinte.

**1979**

Reforma da Constituição de 1969, em que é revogado o AI-5 e outros atos que conflitavam com o texto constitucional. Quanto às medidas de emergência, o presidente poderia determiná-las, dependendo apenas da consulta a um conselho constitucional, composto pelo presidente da República, pelo vice-presidente, pelos presidentes do Senado e da Câmara, pelo ministro da Justiça e por um ministro representando as Forças Armadas. O estado de sítio só poderia ser decretado com a aprovação do Congresso.

**1988**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, promulgada em 5 de outubro de 1988, é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico.

Pode ser considerada a sétima ou a oitava constituição do Brasil (dependendo de se considerar ou não a Emenda Constitucional nº 1 como um texto constitucional) e a sexta ou sétima constituição Brasileira em um século de república. Foi a constituição brasileira que mais sofreu emendas: 72 emendas mais 6 emendas de revisão.

**História**

Desde 1964 o Brasil estava sob uma ditadura militar, e desde 1967 (particularmente subjugado às alterações decorrentes dos Atos Institucionais) sob uma Constituição imposta pelo governo federal. O regime de exceção, em que as garantias individuais e sociais eram restritas, ou mesmo ignoradas, e cuja finalidade era garantir os interesses da ditadura, internalizados em conceitos como segurança nacional, restrição das garantias fundamentais etc, fez crescer, durante o processo de abertura política, o anseio por dotar o Brasil de uma nova Constituição, defensora dos valores democráticos. Anseio que se tornou necessidade após o fim da ditadura militar e a redemocratização do Brasil, a partir de 1985.

Independentemente das controvérsias de cunho político, a Constituição Federal de 1988 assegurou diversas garantias constitucionais, com o objetivo de dar maior efetividade aos direitos fundamentais, permitindo a participação do Poder Judiciário sempre que houver lesão ou ameaça de lesão a direitos. Para demonstrar a mudança que estava havendo no sistema governamental brasileiro, que saíra de um regime autoritário recentemente, a constituição de 1988 qualificou como crimes inafiançáveis a tortura e as ações armadas contra o estado democrático e a ordem constitucional, criando assim dispositivos constitucionais para bloquear golpes de qualquer natureza. Com a nova constituição, o direito maior de um cidadão que vive em uma democracia representativa foi conquistado: foi determinada a eleição direta para os cargos de Presidente da República, Governador do Estado e do Distrito Federal, Prefeito, Deputado Federal, Estadual e Distrital, Senador e Vereador. A nova Constituição também previu maior responsabilidade fiscal. Pela primeira vez, uma Constituição brasileira define a função social da propriedade privada urbana, prevendo a existência de instrumentos urbanísticos que, interferindo no direito de propriedade (que a partir de agora não mais seria considerado inviolável), teriam por objetivo romper com a lógica da especulação imobiliária. A definição e regulamentação de tais instrumentos, porém, deu-se apenas com a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001.

**Estrutura**

A Constituição de 1988 está dividida em nove títulos. As temáticas de cada título são:

**Título I — Princípios Fundamentais**

Do artigo 1º ao 4º temos os fundamentos sob os quais constitui-se a República Federativa do Brasil.

**Título II — Direitos e Garantias Fundamentais**

Do artigo 5º ao 17 são elencados uma série de direitos e garantias, reunidos em cinco grupos básicos:4

- Capítulo I: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos;
- Capítulo II: Direitos Sociais;
- Capítulo III: Nacionalidade;
- Capítulo IV: Direitos Políticos;
- Capítulo V: Partidos Políticos.



As garantias ali inseridas (muitas delas inexistentes em Constituições anteriores) representaram um marco na história brasileira.

**Título III** — Organização do Estado

Do artigo 18 ao 43 é definida a organização político-administrativa (ou seja, das atribuições de cada ente da federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios); além disso, tratam das situações excepcionais de intervenção nos entes federativos, versam sobre administração pública e servidores públicos militares e civis, e também das regiões do país e sua integração geográfica, econômica e social.

**Título IV** — Organização dos Poderes

Do artigo 44 ao 135 é definida a organização e as atribuições de cada poder (Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário), bem como de seus agentes envolvidos. Também definem os processos legislativos, inclusive os que emendam a Constituição.

**Título V** — Defesa do Estado e das Instituições Democráticas

Do artigo 136 ao 144 são definidas as questões relativas à Segurança Nacional, regulamentando a intervenção do Governo Federal através de decretos de Estado de Defesa, Estado de Sítio, intervenção das Forças Armadas e da Segurança Pública.

**Título VI** — Tributação e Orçamento

Do artigo 145 ao 169 são estabelecidas as limitações tributárias do poder público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), organizando o sistema tributário e detalhando os tipos de tributos e a quem cabe cobrá-los. Tratam ainda da repartição das receitas e das normas para a elaboração do orçamento público.

**Título VII** — Ordem Econômica e Financeira

Do artigo 170 ao 192 são reguladas a atividade econômica e financeira, bem como as normas de política urbana, agrícola, fundiária e reforma agrária, versando ainda sobre o sistema financeiro nacional.

**Título VIII** — Ordem Social

Do artigo 193 ao 232 são tratados os temas relacionados ao bom convívio e desenvolvimento social do cidadão, como deveres do Estado, a saber: Saúde (Seguridade Social e Sistema Único de Saúde); Educação, Cultura e Desporto; Ciência e Tecnologia; Comunicação Social; Meio Ambiente; Família (incluindo nesta acepção crianças, adolescentes e idosos); e populações indígenas.

**Título IX** — Disposições Constitucionais Gerais

Do artigo 234 ao 250 (o artigo 233 foi revogado) são tratadas as disposições esparsas versando sobre temáticas variadas e que não foram inseridas em outros títulos em geral por tratarem de assuntos muito específicos.

**Características**

Formal: possui dispositivos que não são normas essencialmente constitucionais.

Escrita: apresenta-se em um documento sistematizado dentro de cada parâmetro.

Promulgada: elaborada por um poder constituído democraticamente.

Rígida: não é facilmente alterada. Exige um processo legislativo mais elaborado, consensual e solene para a elaboração de emendas constitucionais do que o processo comum exigido para todas as demais espécies normativas legais. Alguns autores a classificam como super rígida.

Analítica: descreve em pormenores todas as normas estatais e direitos e garantias por ela estabelecidas.

Dogmática: constituída por uma assembleia nacional constituinte.

**Emendas Constitucionais**

O artigo 60 da Constituição estabelece as regras para o processo de criação e aprovação de Emendas Constitucionais. Uma emenda pode ser proposta pelo Congresso Nacional (um terço da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal), pelo Presidente da República ou por mais da metade das Assembleias Legislativas dos governos estaduais. Uma emenda é aprovada somente se três quintos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal aprovarem a proposta, em dois turnos de votação.

As emendas constitucionais devem ser elaboradas respeitando certas limitações, definidas pelo artigo 60. Há limitações materiais, conhecidas como cláusulas pétreas (§ 4º), limitações circunstanciais (§ 1º), limitações formais ou procedimentais (incisos I, II, III, § 3º). Há ainda uma forma definida de deliberação (§ 2º) e promulgação (§ 3º).

Implicitamente, considera-se que o art. 60 da Constituição é inalterável, pois alterações neste artigo permitiriam uma revisão completa da Constituição. Nos casos não abordados pelo art. 60, é possível propor emendas. Os órgãos competentes para submeter emendas são: a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Presidente da República e de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

Os direitos fundamentais, previstos nos incisos do artigo 5º, também não comportam Emendas que lhes diminuam o conteúdo ou âmbito de aplicação.

A emenda constitucional de revisão, conforme o art 3º da ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), além de possuir implicitamente as mesmas limitações materiais e circunstanciais, e os mesmos sujeitos legitimados que o procedimento comum de emenda constitucional, também possuía limitação temporal - apenas uma revisão constitucional foi prevista, 5 anos após a promulgação, sendo realizada em 1993. No entanto, ao contrário das emendas comuns, ela tinha um procedimento de deliberação parlamentar mais simples para reformar o texto constitucional pela maioria absoluta dos parlamentares, em sessão unicameral e promulgação dada pela Mesa do Congresso Nacional.

A Constituição brasileira já sofreu 72 reformas em seu texto original, sendo 72 emendas constitucionais tendo a última sido promulgada no dia 2 de abril de 2013, e 6 emendas de revisão constitucional. A única Revisão Constitucional geral prevista pela Lei Fundamental brasileira aconteceu em 5 de outubro de 1993, não podendo mais sofrer emendas de revisão. Mesmo assim, houve tentativas, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 157, do deputado Luiz Carlos Santos, que previa a convocação de uma Assembleia de Revisão Constitucional a partir de janeiro de 2007.



### Remédios Constitucionais

A Constituição de 1988 incluiu dentre outros direitos, ações e garantias, os denominados “Remédios Constitucionais”. Por Remédios Constitucionais entendem-se as garantias constitucionais, ou seja, instrumentos jurídicos para tornar efetivo o exercício dos direitos constitucionais.

Os Remédios Constitucionais (listados abaixo) são previstos no artigo 5º e no artigo 129-Inciso III, da Constituição de 1988:

Habeas Data - artigo 5º, Inciso LXXII - sua finalidade é garantir ao particular o acesso às informações que dizem ao seu respeito constantes do registro de banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público ou correção destes dados, quando o particular não preferir fazer por processo sigiloso, administrativo ou judicial.

Ação Popular - artigo 5º, Inciso LXXIII e Lei n.º 4.171/65) - objetiva anular ato lesivo ao patrimônio público e punir seus responsáveis.

Ação Civil pública - artigo 129, Inciso III - objetiva reparar ato lesivo aos interesses descritos no artigo 1º (todos os incisos), da Lei nº 7.347.

Habeas Corpus - artigo 5º, Inciso LXVIII - instrumento tradicionalíssimo de garantia de direito, assegura a reparação ou prevenção do direito de ir e vir, constrangido por ilegalidade ou por abuso de poder.

Mandado de Segurança - artigo 5º, Inciso LXIX - usado de modo individual, tem por fim proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data.

Mandado de Segurança Coletivo - artigo 5º, Inciso LXX - usado de modo coletivo, tem por finalidade proteger o direito de partidos políticos, organismos sindicais, entidades de classe e associação legalmente constituídas em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

Mandado de Injunção - artigo 5º, Inciso LXXI - usado para viabilizar o exercício de um direito constitucionalmente previsto e que depende de regulamentação.

### Política Urbana e Transferências de Recursos

Entre outros elementos inovadores, esta Constituição destaca-se das demais na medida em que pela primeira vez estabelece um capítulo sobre política urbana, expresso no artigo 182 e no artigo 183. Até então, nenhuma outra Constituição definia o município como ente federativo: a partir desta, o município passava efetivamente a constituir uma das esferas de poder e a ela era dada uma autonomia e atribuições inéditas até então.

Com isso, a Constituição de 1988 favoreceu os Estados e Municípios, transferindo-lhes a maior parte dos recursos, porém sem a correspondente transferência de encargos e responsabilidades. O Governo Federal continuou com os mesmos custos e com fonte de receita bastante diminuídas. Metade do imposto de renda (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) — os principais da União — foi automaticamente distribuída aos estados e municípios. Além disso, cinco outros tributos foram transferidos para a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ao mesmo tempo, os constituintes ampliaram as funções do Governo Federal.

Assim, a Carta de 88 promoveu desequilíbrios graves no campo fiscal, que têm repercutido nos recursos para programas sociais ao induzir a União a buscar receitas não partilháveis com os Estados e Municípios, contribuindo para o agravamento da ineficiência e da não equidade do sistema tributário e do predomínio de impostos indiretos e contribuições. Consequentemente houve uma crescente carga sobre tributos tais como o imposto sobre operações financeiras (IOF), contribuição de fim social (FINSOCIAL), contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), entre outros.

*Em relação às Constituições anteriores, a Constituição de 1988 representa um avanço.*

As modificações mais significativas foram:

- Direito de voto para os analfabetos;
- Voto facultativo para jovens entre 16 e 18 anos;
- Redução do mandato do presidente de 5 para 4 anos;
- Eleições em dois turnos (para os cargos de presidente, governadores e prefeitos de cidades com mais de 200 mil habitantes);
- Os direitos trabalhistas passaram a ser aplicados, além de aos trabalhadores urbanos e rurais, também aos domésticos;
- Direito a greve;
- Liberdade sindical;
- Diminuição da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais;
- Licença maternidade de 120 dias (sendo atualmente discutida a ampliação).
- Licença paternidade de 5 dias;
- Abono de férias;
- Décimo terceiro salário para os aposentados;
- Seguro desemprego;
- Férias remuneradas com acréscimo de 1/3 do salário.

### 3. A ESTRUTURA POLÍTICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO PERÍODO MILITAR.

#### Ditadura Militar no Brasil

As intervenções militares foram recorrentes na história da república brasileira. Antes de 1964, porém, nenhuma dessas interferências resultou num governo presidido por militares. Em março de 1964, contudo, os militares assumiram o poder por meio de um golpe e governaram o país nos 21 anos seguintes, instalando um regime ditatorial.

A ditadura restringiu o exercício da cidadania e reprimiu com violência todos os movimentos de oposição. No que se refere à economia, o governo colocou em prática um projeto desenvolvimentista que produziu resultados bastante contraditórios, tendo em vista que o país ingressou numa fase de industrialização e crescimento econômico acelerados, sem beneficiar, porém, a maioria da população, em particular a classe trabalhadora.

### Antecedentes do golpe

Os militares golpistas destituíram do poder o presidente João Goulart, que havia assumido a presidência após a inesperada renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Sua posse foi bastante conturbada e só foi aceita pelos militares e pelas elites conservadoras depois da imposição do regime parlamentarista. Essa fórmula política tinha como propósito limitar as prerrogativas presidenciais, subordinando o Poder Executivo ao Legislativo. Goulart, contudo, manobrou politicamente e conseguiu aprovar um plebiscito, cujo resultado restituiu o regime presidencialista.

O presidente, entretanto, continuou a não dispor de uma base de apoio parlamentar que fosse suficiente para aprovar seus projetos de reforma política e econômica. A saída encontrada por Goulart foi a de pressionar o Congresso Nacional por meio de constantes mobilizações populares, que geraram inúmeras manifestações públicas em todo o país.

Ao mesmo tempo, a situação da economia se deteriorou, provocando o acirramento dos conflitos de natureza classista. Todos esses fatores levaram, de forma conjunta, a uma enorme instabilidade institucional, que acabou por dificultar a governabilidade.

Nessa conjuntura, o governo tentou mobilizar setores das Forças Armadas, como forma de obter apoio político, mas isso colocou em risco a hierarquia entre os comandos militares e serviu como estímulo para o avanço dos militares golpistas.

Em 1964, a sociedade brasileira se polarizou. As classes médias, as elites agrárias e os industriais se voltaram contra o governo e abriram caminho para o movimento dos golpistas.

### Os governos militares

O marechal Humberto de Alencar Castello Branco esteve à frente do primeiro governo militar e deu início à promulgação dos Atos Institucionais. Entre as medidas mais importantes, destacam-se: suspensão dos direitos políticos dos cidadãos; cassação de mandatos parlamentares; eleições indiretas para governadores; dissolução de todos os partidos políticos e criação de duas novas agremiações políticas: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que reuniu os governistas, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reuniu as oposições consentidas.

Em fins de 1966, o Congresso Nacional foi fechado, sendo imposta uma nova Constituição, que entrou em vigor em janeiro de 1967. Na economia, o governo revogou a Lei de Remessa de Lucros e a Lei de Estabilidade no Emprego, proibiu as greves e impôs severo controle dos salários. Castello Branco planejava a transferir o governo aos civis no final de seu mandato, mas setores radicais do Exército impuseram a candidatura do marechal Costa e Silva.

O marechal enfrentou a reorganização política dos setores oposicionistas, greves e a eclosão de movimentos sociais de protesto, entre eles o movimento estudantil universitário. Também neste período os grupos e organizações políticas de esquerda organizaram guerrilhas urbanas e passaram a enfrentar a ditadura, empunhando armas, realizando sequestros e atos terroristas. O governo, então, radicalizou as medidas repressivas, com a justificativa de enfrentar os movimentos de oposição.

A promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, representou o fechamento completo do sistema político e a implantação da ditadura. O AI-5 restringiu drasticamente a cidadania, pois dotou o governo de prerrogativas legais que permitiram a ampliação da repressão policial-militar.

Suprimidos os direitos políticos, na área econômica o novo presidente flexibilizou a maioria das medidas impopulares adotadas por seu antecessor. Costa e Silva não conseguiu terminar seu mandato devido a problemas de saúde. Afastado da presidência, os militares das três armas formaram uma junta governativa de emergência, composta pelos três ministros militares: almirante, da Marinha; general Lira Tavares, do Exército; e brigadeiro Sousa e Melo, da Aeronáutica.

Ao término do governo emergencial, que durou de agosto a outubro de 1969, o general Médici foi escolhido pela Junta Militar para assumir a presidência da República.

O general dispôs de um amplo aparato de repressão policial-militar e de inúmeras leis de exceção, sendo que a mais rigorosa era o AI-5. Por esse motivo, seu mandato presidencial ficou marcado como o mais repressivo do período da ditadura. Exílios, prisões, torturas e desaparecimentos de cidadãos fizeram parte do cotidiano de violência repressiva imposta à sociedade.

Siglas como DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna) ficaram conhecidas pela brutal repressão policial-militar. Com a censura, todas as formas de manifestações artísticas e culturais sofreram restrições. No final do governo Médici, as organizações de luta armada foram dizimadas.

Na área econômica, o governo colheu os frutos do chamado “milagre econômico”, que representou a fase áurea de desenvolvimento do país, obtido por meio da captação de enormes recursos e de financiamentos externos. Todos esses recursos foram investidos em infraestrutura: estradas, portos, hidrelétricas, rodovias e ferrovias expandiram-se e serviram como base de sustentação do vigoroso crescimento econômico. O PIB (Produto Interno Bruto) chegou a crescer 12% ao ano e milhões de empregos foram gerados.

A curto e médio prazo, esse modelo de desenvolvimento beneficiou a economia, mas a longo prazo o país acumulou uma dívida externa cujo pagamento (somente dos juros) bloqueou a capacidade de investimento do Estado. A estabilidade política e econômica obtida no governo Médici permitiu que o próprio presidente escolhesse seu sucessor: o general Ernesto Geisel foi designado para ocupar a Presidência da República.

O governo do general coincidiu com o fim do milagre econômico. O aumento vertiginoso dos preços do petróleo, principal fonte energética do país, a recessão da economia mundial e a escassez de investimentos estrangeiros interferiram negativamente na economia interna.

Na área política, Geisel previu dificuldades crescentes e custos políticos altíssimos para a corporação militar e para o país, caso os militares permanecessem no poder indefinidamente. Ademais, o MDB conseguiu expressiva vitória nas eleições gerais de novembro de 1974, conquistando 59% dos votos para o Senado, 48% da Câmara dos Deputados e as prefeituras da maioria das grandes cidades. Por essa razão, o presidente iniciou o processo de distensão lenta e gradual em direção à abertura e à redemocratização.

Não obstante, militares radicais (denominados pelos historiadores como a “linha dura”), que controlavam o sistema repressivo, ofereceram resistência à política de liberalização. A ação desses militares gerou graves crises institucionais e tentativas de deposição do presidente.

Os casos mais notórios de tentativas de desestabilizar o governo ocorreram em São Paulo, quando morreram, sob tortura, o jornalista e o operário .



O conflito interno nas Forças Armadas, decorrente de divergências com relação à condução do Estado brasileiro, esteve presente desde a tomada do poder pelos militares até o fim da ditadura.

No entanto, Geisel conseguiu superar todas as tentativas de desestabilização do seu governo. O golpe final contra os militares radicais foi dado com a exoneração do ministro do Exército, general Sílvio Frota.

Após o término do mandato de Geisel, a sociedade brasileira tinha sofrido muitas transformações. A repressão havia diminuído significativamente; as oposições políticas, o movimento estudantil e os movimentos sociais começaram a se reorganizar. Em 1978, o presidente revogou o AI-5 e restaurou o habeas corpus. Geisel conseguiu impor a candidatura do general João Batista Figueiredo para a sucessão presidencial. Foi o último general presidente, encerrando o período da ditadura militar, que durou mais de duas décadas.

Figueiredo acelerou o processo de liberalização política e o grande marco foi a aprovação da Lei de Anistia, que permitiu o retorno ao país de milhares de exilados políticos e concedeu perdão para aqueles que cometeram crimes políticos. A anistia foi mútua, ou seja, a lei também livrou da justiça os militares envolvidos em ações repressivas que provocaram torturas, mortes e o desaparecimento de cidadãos. O pluripartidarismo foi restabelecido. A Arena muda a sua denominação e passa a ser PDS; o MDB passa a ser PMDB. Surgem outros partidos, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

O governo também enfrentou a resistência de militares radicais, que não aceitavam o fim da ditadura. Essa resistência tomou a forma de atos terroristas. Cartas-bombas eram deixadas em bancas de jornal, editoras e entidades da sociedade civil (Igreja Católica, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa, entre outras). O caso mais grave e de maior repercussão ocorreu em abril de 1981, quando uma bomba explodiu durante um show no centro de convenções do Rio Centro. O governo, porém, não investigou devidamente o episódio.

Na área econômica, a atuação do governo foi medíocre, os índices de inflação e a recessão aumentaram drasticamente.

No último ano do governo Figueiredo surgiu o movimento das Diretas Já, que mobilizou toda a população em defesa de eleições diretas para a escolha do próximo presidente da República. O governo, porém, resistiu e conseguiu barrar a Lei Dante de Oliveira. Desse modo, o sucessor de Figueiredo foi escolhido indiretamente pelo Colégio Eleitoral, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral escolheu o deputado como novo presidente da República. Tancredo derrotou o deputado Paulo Maluf. Tancredo Neves, no entanto, adoeceu e morreu. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente. *Texto adaptado de CANCIAN, R.*

### O Golpe militar

Em 31 de março de 1964, tropas militares lideradas pelos generais Luís Carlos Guedes e Olímpio Mourão Filho desencadeiam o movimento golpista. Em pouco tempo, comandantes militares de outras regiões aderiram ao movimento de deposição de Jango. Em 1º de abril, João Goulart praticamente abandonou a presidência, e no dia 2 se exilou no Uruguai. O movimento conspirador que depôs Jango da presidência da república reuniu os mais variados setores sociais, desde as elites industriais e agrárias (empresários e latifundiários), banqueiros, Igreja Católica e os próprios militares,

todos temiam que o Brasil caminhasse para um regime socialista. O golpe militar não encontrou grande resistência popular, apenas algumas manifestações que foram facilmente reprimidas. Essa é uma questão importante, pois os pesquisadores do tema ainda não apresentaram explicações satisfatórias, no sentido de entender porque a sociedade brasileira, que na época atravessava um período de dinamismo com o surgimento de movimentos sociais de variados tipos, manteve-se paralisada sem oferecer resistência ao movimento golpista.

### Rumo à ditadura

Por razões óbvias, os militares chamam o movimento que depôs Jango de Revolução Redentora. Por outro lado, na historiografia brasileira, o movimento de março de 1964 é justificadamente denominado de Golpe Militar. O golpe pôs fim a primeira experiência de regime democrático no país e encerrou com a fase populista. O regime que se instaurou sobre a égide dos militares foi se radicalizando a ponto de se transformar numa ditadura altamente repressiva que avançou sobre as liberdades políticas e os direitos individuais. Os generais se sucederam na presidência e governaram o país por 21 anos.

### Castello Branco (1964/1966)

O Congresso Nacional ratificou a indicação do comando militar, e elegeu o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército. Como vice-presidente foi eleito o deputado pelo PSD José Maria Alkimin, secretário de finanças do governo de Minas Gerais, do governador Magalhães Pinto, que ajudou a articular o golpe. No dia 15 de abril de 1964, Castello Branco tomou posse. Em 17 de julho, sob a justificativa de que a reforma política e econômica planejada pelo governo militar poderia não ser concluída até 31 de janeiro de 1966, quando terminaria o mandato presidencial inaugurado em 1961, o Congresso aprovou a prorrogação do seu mandato até 15 de março de 1967, adiando as eleições presidenciais para 3 de outubro de 1966. Essa mudança fez com que alguns políticos que apoiaram o movimento passassem a ser críticos do governo, a exemplo de Carlos Lacerda, que teve sua pré-candidatura homologada pela UDN ainda em 8 de novembro de 1964. As cassações continuaram, superando 3.500 nomes em 1964, entre os quais o ex-presidente Juscelino Kubitschek, que se exilou em Paris. Em seguida Castello Branco baixou o AI-2, e o que era um simples movimento militar passou a se constituir num regime, evoluindo para uma linha dura no comando do general Costa e Silva em 1967.

**A Linha Dura:** No governo estavam oficiais da linha dura, e as ruas eram dominadas pelas greves dos operários e movimentos estudantis. Neste clima se iniciou a contravertida batalha entre o Estado e os manifestantes, que reivindicavam o fim do regime. Como consequência, as liberdades individuais foram suprimidas e a Nação definitivamente entrou em um processo de radicalização entre os militares e a oposição, que gerou o gradual fechamento do regime, até culminar com o AI-5.

**Eleições de 1965:** A lei eleitoral de 15 de julho de 1965 proibia a reeleição, assim, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, não concorreram, ficando apenas apoiando seus candidatos da UDN.

No entanto, em Minas Gerais venceu Israel Pinheiro, do PSD e no Rio de Janeiro, Francisco Negrão de Lima, do PTB, o que foi visto como alarmante pelos setores “linha dura” do governo militar que se mobilizaram em alterar mais uma vez a constituição para garantir a vitória dos políticos de situação. No dia 6 de outubro, o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional medidas para endurecer o regime, atribuindo ao governo militar mais poderes, restringindo a liberdade de expressão e ação dos cassados, controlar o Supremo Tribunal Federal, acabar com o foro especial para os que exerceram mandato executivo e estabelecendo eleições indiretas para Presidente da República. No dia 8 de outubro, Lacerda, na televisão, chama Castelo Branco de traidor da revolução, rompe com o governo e renuncia à sua candidatura.

**1968 - Reações ao Regime:** Em julho ocorreu a primeira greve do governo militar, em Osasco. A linha dura, representada entre outros por Aurélio de Lira Tavares, ministro do exército e Emílio Garrastazu Médici, chefe do SNI começou a exigir medidas mais repressivas e combate às idéias consideradas subversivas. A repressão se intensificou e em 30 de agosto a Universidade Federal de Minas foi fechada e a Universidade de Brasília invadida pela polícia. Em 2 de setembro, o deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, pronunciou discurso na Câmara convocando o povo a um boicote ao militarismo e a não participar dos festejos de Independência do Brasil em 7 de setembro como forma de protesto. O discurso foi considerado como ofensivo pelos militares e o governo encaminhou ao congresso pedido para processar deputado Márcio Moreira Alves, o que foi rejeitado na Câmara por 75 votos.

**O AI-5 e o Fechamento do Regime Militar:** Para enfrentar a crise Costa e Silva editou, em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 que permitia ao governo decretar o recesso legislativo e intervir nos estados sem as limitações da constituição, a cassar mandatos eletivos, decretar confisco dos bens “de todos quantos tenham enriquecido ilícitamente” e suspender por 10 anos os direitos políticos de qualquer cidadão. Ou seja, apertou ainda mais o regime. O AC 38 decretou o recesso do Congresso por tempo indeterminado. Foram presos jornalistas e políticos que haviam se manifestado contra o regime, entre eles o ex-presidente Juscelino Kubitschek, e ex-governador Carlos Lacerda, além de deputados estaduais e federais do MDB e mesmo da ARENA. Lacerda foi preso e conduzido ao Regimento Marechal Caetano de Farias, da Polícia Militar do Estado da Guanabara, sendo libertado por estar com a saúde debilitada, após uma semana fazendo greve de fome. No dia 30 de dezembro de 1968 foi divulgada uma lista de políticos cassados: 11 deputados federais, entre os quais Márcio Moreira Alves. Carlos Lacerda teve os direitos políticos suspensos. No dia seguinte, o presidente Costa e Silva falou em rede de rádio e televisão, afirmando que o AI-5 havia sido não a melhor, mas a única solução e que havia salvado a democracia e estabelecido a volta às origens do regime.

No início de 1969 Lacerda viajou para a Europa e, em maio, seguiu para a África como enviado especial de O Estado de São Paulo e do Jornal da Tarde. Em 16 de janeiro de 1969 foi divulgada nova lista de 43 cassados com 35 deputados, 2 senadores e 1 ministro do STF, Peri Constant Bevilacqua. O regime militar estava se tornando uma ditadura mais e mais violenta, a imprensa da época (Folha de São Paulo) veladamente afirmava que o AI-5 foi o “golpe dentro do golpe”, expressão esta que acabou virando chavão entre a população.

**A Emenda Constitucional:** No dia 17 de outubro, foi promulgada pela junta militar a Emenda Constitucional nº 1, incorporando dispositivos do AI-5 à constituição, estabelecendo o que ficou conhecido como Constituição de 1969. Em 25 de outubro, Médici e Rademaker foram eleitos pelo Congresso por 293 votos, havendo 76 abstenções, correspondentes à bancada do MDB. O novo presidente tomou posse no dia 30 de novembro.

**Após o Golpe de 1964:** Logo após o golpe de 1964, em seus primeiros 4 anos, a ditadura foi endurecendo e fechando o regime aos poucos. O período compreendido entre 1968 até 1975 foi determinante para a nomenclatura histórica conhecida como “anos de chumbo”. Dezoito milhões de eleitores brasileiros sofreram das restrições impostas por seguidos Atos Institucionais que ignoravam e cancelavam a validade da Constituição Brasileira, criando um Estado de exceção, suspendendo a democracia. Querendo impor um modelo sócio, político e econômico para o Brasil, a ditadura militar, no entanto, tentou forjar um ambiente democrático, e não se destacou por um governante definido ou personalista. Durante sua vigência, a ditadura militar não era oficialmente conhecida por este nome, mas pelo nome de “Revolução” - os golpistas de 1964 sempre denominaram assim seu feito - e seus governos eram considerados “revolucionários”. A visão crítica do regime só começou a ser permitida a partir de 1974, quando o general Ernesto Geisel determinou a abertura lenta e gradual da vida sócio-política do país.

**Bipolarização:** Durante a eclosão do golpe de 1964 havia duas correntes ideológicas no Brasil, sendo uma de esquerda e outra de direita. Aquelas correntes tinham movimentos populares de ambas facções, acredita-se financiados com capital externo. Além da polarização, existia também um forte sentimento antigetulista, dizem alguns motivador do movimento militar que derrubou Jango.

## Lista dos principais movimentos de direita e esquerda

### A esquerda

- Mais de mil sindicatos de trabalhadores foram fundados até 1964
- Surge o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)
- Pacto de Unidade e Ação (PUA aliança intersindical)
- União Nacional dos Estudantes (UNE)
- Ação Popular (católicos de esquerda)
- Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb - reunindo intelectuais de esquerda)
- Frente de Mobilização Popular (FMP, liderada por Leonel Brizola)
- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
- Ligas camponesas
- Organizações de luta contra o regime militar e pela instalação do regime comunista (inclusive surgidas após o golpe)
- Ação Libertadora Nacional (ALN)
- Comando de Libertação Nacional (COLINA)
- MNR
- Molipo
- Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)
- PCB
- PCBR
- Partido Operário Comunista (POC)

- POLOP
- VAR-Palmares
- Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

## *A direita*

- Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)
- Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad)
- Campanha da Mulher pela Democracia (Camde, financiada pelo Ipes)
  - União Cívica Feminina (UCF, sob orientação do Ipes)
  - Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (Adce, ligada ao Ipes)
- Movimento Anticomunista (MAC, formado por universitários)
  - Frente da Juventude Democrática (formada por estudantes anticomunistas radicais)
  - Comando de Caça aos Comunistas (o famoso CCC que era formado por estudantes anticomunistas radicais)
  - Esquadrões da Morte (formados por policiais para o assassinato de opositores)

**A Invasão da UNE:** Em Ibiúna, São Paulo, realizou-se em 12 de outubro de 1968 o trigésimo congresso da UNE. A polícia invade a reunião e prende 1240 estudantes, muitos são feridos, alguns gravemente; quando levados para a prisão são torturados e muitas moças abusadas sexualmente pelos policiais. Aqueles que tentam protestar contra a violência são espancados e humilhados publicamente, os familiares que tentam entrar com habeas-corpus são fichados pelo SNI e ameaçados pelas forças de segurança. Alguns pais, por serem funcionários de instituições públicas, perdem seus empregos e são perseguidos pelas forças de repressão; alguns repórteres que presenciaram os espancamentos têm seus equipamentos destruídos pelos policiais, sendo dada ordem para nada ser publicado ou divulgado pelos meios de comunicação.

**Criação do Conselho Superior de Censura:** Em função dos acontecimentos que estão por atropelar a história, é criado no dia 22 de novembro de 1968 o Conselho Superior de Censura, cuja função é centralizar e coordenar as ações dos escritórios de censura espalhados pelo país. Começa a haver vazamentos de dados e informações para órgãos de direitos humanos internacionais, sendo portanto urgente a interrupção de toda e qualquer informação de eventos que possam ocasionar algum tipo de protesto da opinião pública internacional e o espalhamento de notícias indesejáveis em território nacional. Também são criados tribunais de censura, com a finalidade de julgar rapidamente órgãos de comunicações que porventura burlam a ordem estabelecida, com seu fechamento imediato em caso de necessidade institucional.

**A estratégia política do governo Geisel:** Tratava-se da já referida “abertura lenta, gradual e segura” idealizada por Golbery. Lenta e gradual, para os militares não perderem o controle do processo. Segura, para evitar que as forças políticas derrubadas em 1964 voltassem ao poder. Seria muito simplismo, entretanto, supor que a “abertura” tenha sido planejada e implementada só por essa razão. Outros motivos foram decisivos para a sua adoção. Em primeiro lugar, Geisel e seu grupo tinham perfeita consciência de que a situação do país, especialmente a econômica, tornara-se complicada. As crescentes dificuldades econômicas decorrentes

do colapso do “milagre”, descritas anteriormente, geravam focos de descontentamento entre setores empresariais, classes médias e operariado. O novo governo sabia que manter uma ditadura num quadro de crescimento econômico e relativa prosperidade era muito diferente de mantê-la numa situação de crise econômica. A falta de liberdade política aliada à queda nos lucros e à grave crise social era uma combinação perigosa, que poderia fazer explodir o sistema político, com consequências imprevisíveis para o interesse dominantes.

Em segundo lugar, os militares sabiam que as medidas econômicas para enfrentar a crise seriam impopulares e provocariam descontentamentos, inclusive entre poderosos grupos econômicos. Havia o temor de que o desgaste que o governo iria sofrer com essas medidas atingisse o Exército. Os fracassos do governo se confundiriam com os do Exército. Para esse grupo de militares liderados por Geisel, afastar-se, o mais rápido possível, do Executivo era uma forma de preservar a instituição e evitar a sua desmoralização e desgaste perante a nação. Isso, pensavam, seria o fim, pois para eles o Exército e o conjunto das Forças Armadas eram os principais pilares da República. Diante desses problemas havia, pelo menos, duas alternativas. Ou o governo reorientava a economia visando atenuar a crise social, melhorar os salários, diminuir a concentração de renda e recuperar o sistema público de saúde e educação, ou implementava reformas políticas que criassem canais para que o descontentamento popular pudesse se manifestar, desde que preservada a estabilidade política, ou seja, os interesses essenciais das elites econômicas e políticas. Ora, era óbvio que a elite empresarial, base de apoio do governo, não iria admitir alterações no modelo econômico. No decorrer da década de 1964 - 1974, ele fora responsável pelo espetacular enriquecimento dessa fração da sociedade brasileira. A elite econômica, a partir daquele momento, passou a lutar com unhas e dentes para preservar essa forma de produzir riqueza e miséria em larga escala: o modelo econômico brasileiro. Em resumo, a “abertura política” visava realizar mudanças graduais no sistema político para atingir dois objetivos simultâneos. Primeiro, transferir o poder aos civis que apoiaram o golpe de 1964. Segundo, manter o selvagem sistema de acumulação capitalista criado pelos militares e pelos grupos econômicos dominantes.

**A Vitória da Oposição nas Eleições de 1974:** O primeiro desafio que Geisel teve de enfrentar foram as eleições legislativas de novembro de 1974. Convencido de que a Arena tinha os melhores candidatos, certo de que o MDB era fraco e sem lideranças de expressão, decidiu dar os primeiros passos rumo à liberalização política. Permitiu uma relativa liberdade de expressão durante a campanha eleitoral. Os candidatos puderam ir à televisão, expor e debater suas idéias. A campanha da oposição centrou-se na denúncia da injustiça social, da falta de liberdades públicas e da excessiva abertura da economia ao capital estrangeiro. A vitória do MDB foi esmagadora: dobrou a representação na Câmara Federal, triplicou a representação no Senado e assumiu o controle das Assembleias Legislativas nos Estados mais importantes do país. O governo ficou preocupado diante do resultado das eleições. No decorrer dos anos de 1975 e 1976, nada tinha aparecido de novo na esfera política e econômica que desse a Geisel a esperança de alcançar um resultado melhor nas eleições para o governador de 1978. Muito pelo contrário. A indignação e revolta contra a situação política e econômica aumentaram ainda mais.



**O Governo se prepara para as Eleições de 1978: O Pacote de Abril**

No início de 1977, no dia 1º de abril, Geisel recorreu ao AI-5. Fechou o Congresso e outorgou o Pacote de Abril. Entre as principais medidas desse conjunto de decretos, estava a adoção de maioria simples para realizar reformas na Constituição (o governo não controlava mais dois terços do Congresso). Além disso, determinavam que os governadores de Estado e um terço dos senadores fossem eleitos indiretamente por um colégio eleitoral estadual, composto inclusive por vereadores. Essas medidas garantiam a vitória da Arena na eleição para governadores. Os estados do Norte e Nordeste, controlados pela Arena, teriam direito a um número maior de deputados, comparativamente aos estados do Sul e do Sudeste. Isso porque foi estabelecido um número mínimo e um número máximo de deputados federais por estado, prejudicando os estados mais populosos e importantes. Por fim, a *Lei Falcão* (nome do ministro da Justiça da época, Armando Falcão) determinava que os candidatos não poderiam se manifestar, nem no rádio nem na televisão, durante a campanha eleitoral. Em síntese, tais reformas visaram garantir a vitória da Arena nas eleições de 1978, o que acabou ocorrendo. Apesar das medidas autoritárias, o governo não tinha desistido de seu projeto de liberalização. Em outubro de 1978, no final do seu mandato, Geisel impôs ao Congresso, e a Arena aprovou, a Emenda Constitucional nº 11.

**A Abertura Política Avança: O Fim do AI-5**

Ela extinguiu o AI-5, principal instrumento jurídico da ditadura militar. O Executivo já não tinha poder legal de fechar o Congresso, cassar mandatos e direitos políticos. O habeas-corpus foi restaurado e a censura prévia, ao rádio e à televisão, abolida. A pena de morte e a de prisão perpétua foram extintas. Foi restaurada a independência do Judiciário. No lugar do AI-5, foram criadas as medidas de emergência, o estado de sítio e o estado de emergência, que, no conjunto, davam ao Executivo alguns poderes perdidos com a extinção do AI-5.

No final de 1978, foram revogados os decretos de banimento de mais de 120 exilados políticos. Muitos políticos de expressão, entretanto, ficaram fora dessa lista, entre eles Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes, que continuavam proibidos de voltar ao país. Pode parecer paradoxal a sucessão de medidas autoritárias e liberalizantes adotadas por Geisel. Na verdade, não havia contradição alguma nessa estratégia. O presidente estava empenhado em dar andamento à abertura política. Mas ele não admitia perder o controle sobre esse processo. Daí as medidas de caráter autoritário. Elas sempre foram introduzidas para dar ao governo condições de conduzir o processo, na sequência e na velocidade que julgava apropriadas.

**Os Obstáculos à Estratégia do Governo:** Apesar de Geisel ter sido bem-sucedido na implementação de seu programa político, não foram poucos os obstáculos que teve de remover para atingir seus objetivos. Havia, basicamente, duas forças de oposição ao seu projeto de liberalização. A primeira, e mais poderosa, estava no interior das próprias Forças Armadas. Era a linha-dura, que comandava os organismos de repressão montados durante o governo Médici. A segunda, bem menos poderosa, era composta por algumas organizações da sociedade civil.

**A Resistência Militar à Abertura Política:** As primeiras dificuldades de Geisel com a linha-dura começaram a aparecer logo depois da derrota eleitoral do governo nas eleições de 1974. Para esse grupo, a derrota ocorreu por causa do PCB, que, apesar de estar na ilegalidade, desenvolvia intensa atividade política. Iniciou-se uma ampla campanha de perseguição aos comunistas. Inúmeros suspeitos de ligações com o partido foram presos e desapareceram. Até um filho de general foi preso sem que ele pudesse fazer nada a respeito. Dez líderes sindicais foram detidos e torturados no Rio de Janeiro. A Igreja e a OAB tinha entrado com um pedido de informações ao governo a respeito do paradeiro de 22 suspeitos que foram presos e haviam desaparecido. O governo, simplesmente, não sabia informar onde eles se encontravam.

**A Morte de Herzog e de Manoel Fiel Filho**

Em outubro de 1975, um jornalista que trabalhava na TV-Cultura de São Paulo ficou sabendo que o DOI-Codi estava a sua procura e se apresentou espontaneamente ao QG do II Exército para prestar depoimento. Foi imediatamente preso, interrogado e torturado até a morte. Na versão do comando do II Exército, o jornalista havia se suicidado na cela, enforcando-se com o próprio cinto. A repercussão foi enorme, pois acabava de ser assassinado um membro da elite cultural paulista. A Igreja, a OAB, estudantes e professores das principais universidades paulistas marcaram atos de protesto e cobraram do governo um esclarecimento para o caso. O fato era uma desmoralização para Geisel, pois contrariava a sua promessa de liberalização. Ficava evidente que o governo não tinha controle sobre seus organismos de segurança. Em janeiro, o operário metalúrgico e ativista sindical Manoel Fiel Filho, que vinha sendo torturado havia dias nas dependências do DOI-Codi, em São Paulo, também perdeu a vida em virtude das brutalidades que sofreu. Na versão do comando do II Exército, tratava-se de outro suicídio. Geisel, que defendera o comandante do II Exército por ocasião da morte de Herzog, sentiu-se traído, pois era evidente que aqueles cadáveres estavam sendo “colocados sobre sua mesa” com a única intenção de criar problemas para o seu projeto de abertura. Era um desafio aberto à sua autoridade. Ele tomou, então, uma atitude rápida e ousada, afastando o comandante do II Exército, Ednardo d’Ávila, sem consultar o Alto Comando das Forças Armadas, como era comum nesses casos. Depois confessou que o fez não porque Ednardo estivesse envolvido com a tortura ou mortes, mas, sim, porque ele não tinha controle sobre alguns oficiais comandados por ele. A aprovação do Alto Comando à decisão de Geisel mostrou que ele contava com um enorme apoio dentro do Exército. A partir desse momento, a linha-dura passou para a defensiva. Se o comandante do II Exército podia “cair” por desafiar a autoridade presidencial, o que poderia acontecer com oficiais de patentes inferiores?

**O Renascimento do Movimento Operário e Sindical**

A repressão que se seguiu ao golpe de 1964 praticamente eliminou toda uma geração de dirigentes e ativistas sindicais. Nos anos seguintes, uma nova geração de operários, sem sólidas vinculações partidárias, começou a retomar as lutas trabalhistas reorganizar os sindicatos. Esse processo ocorreu com maior rapidez no “centro nervoso” da indústria brasileira, o setor automobilístico sediado no ABCD paulista. A retomada da luta sindical ganhou grande impulso nessa região em 1977. Nesse ano, tornou-se públi-



ca e inquestionável a falsificação ocorrida no índice da inflação de 1973, quando Delfim Netto era ministro da Fazenda. Economista competente e muito hábil com os números, Delfim estabeleceu em 15% a inflação de 1973. Entretanto, os números do Banco Mundial sobre a economia brasileira não batiam com esse índice. Depois de refazer várias vezes os cálculos, os técnicos do Banco Mundial chegaram à conclusão de que a inflação de 1973 não poderia ser inferior a 22,5%. Esse índice, projetado nos anos seguintes, representava uma perda de, aproximadamente, 34% nos salários dos trabalhadores. O sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, por iniciativa de seu presidente, Luís Inácio da Silva, conhecido por “Lula”, baseado nos dados do Banco Mundial, começou uma campanha exigindo a reposição daquela enorme perda salarial. O governo e os empresários reconheciam a fraude, mas não aceitavam repor a perda. Depois de sete meses de negociações, já no início da campanha salarial, em maio de 1978, as greves explodiram na indústria automobilística do ABCD paulista. Depois se propagaram por todo o país. Meio milhão de trabalhadores fizeram greve nesse ano. Em 1979 as paralizações atingiram mais de três milhões de assalariados.

#### **A Sucessão do General Geisel**

Apesar das dificuldades, Geisel continuava a conduzir com firmeza os planos para fazer o seu sucessor. Quando ele foi indicado, nem a linha-dura nem o partido de oposição, o MDB, aceitaram. A linha-dura tinha seu próprio candidato, mas Geisel se encarregou de neutralizá-lo, conseguindo transformar Figueiredo no candidato oficial do Exército. O MDB, por sua vez, não concordava com a forma pela qual o presidente era escolhido. O partido resolveu, então, lançar um candidato próprio para concorrer com Figueiredo no Colégio Eleitoral. Foi escolhido um outro general, de coloração nacionalista e defensor da redemocratização, Euler Bentes Monteiro. Como a maior parte do Colégio Eleitoral era composta pela Arena, fiel seguidora das determinações do Exército, o candidato oficial acabou vencendo, em outubro de 1978, por 355 a 266 votos.

#### **Governo Figueiredo (Março-1979 / Março-1985)**

No momento em que o movimento operário e sindical retomava as suas lutas, ocorria a sucessão do presidente Geisel. João Baptista Figueiredo era integrante do seu grupo e estava decidido a dar continuidade à estratégia da abertura política que Geisel havia iniciado.

**Economia e Política Econômica:** As dificuldades econômicas que o governo Figueiredo teve de enfrentar eram tremendas. Os operários já não aceitavam ser esfolados. Setores empresariais reclamavam do avanço da estatização. A dívida externa tirava a capacidade de o governo investir e sustentar o ritmo de crescimento. O preço do petróleo jogava os gastos com importações nas alturas. Para administrar essa situação, o comando da área econômica foi entregue a Mário Henrique Simonsen, nomeado ministro do Planejamento. Delfim foi trazido de volta da França e destacado para o Ministério da Agricultura. Ficou de prontidão, esperando uma falha de Simonsen.

**Os planos de Simonsen e sua queda:** Simonsen assumiu dizendo que o Brasil não poderia mais crescer no mesmo ritmo. Crescimento significava aumento das importações e obtenção de

mais empréstimos. O país, entretanto, não tinha condições de importar mais nem contrair novos empréstimos. O Brasil tinha de se preparar para crescer menos e começar a pagar seus compromissos externos. Os grandes bancos internacionais aplaudiram o diagnóstico do ministro. Os empresários brasileiros, não. Diante da perspectiva de queda nas vendas, falta de crédito e falências, começaram a criticar o ministro e, em cinco meses, mais precisamente em agosto de 1979, ele caiu. Depois que foi afastado, Mário Henrique Simonsen arrumou um bom emprego no First National City Bank of New York, um dos maiores bancos norte-americanos e um dos principais credores do Brasil.

**Delfim Netto e as Promessas de um Novo “Milagre”:** Delfim Netto saiu da reserva e, finalmente, foi escalado como titular, comandando o poderoso Ministério do Planejamento. Missão: reeditar o “milagre econômico”. Mas a dura realidade mostrou que a sua capacidade milagrosa declinava à exata medida que escasseavam os recursos externos.

**A Continuidade da Abertura Política:** Apesar de permanecer o traço anti-popular das medidas econômicas, no campo político as mudanças continuavam. O projeto de abertura política dava novos passos, todos eles milimetricamente planejados e programados pelo “mago” do regime, Golbery do Couto e Silva. A estratégia do ministro tinha etapas muito bem determinadas. O plano consistia na realização, em sequência, das seguintes reformas: anistia a todos os presos e exilados políticos, reformulação partidária (fim da Arena e do MDB), restauração das eleições diretas (para governadores e depois para prefeitos das capitais), convocação de uma Constituinte, que seria o coroamento do processo de “redemocratização” do país. O sucessor de Figueiredo ainda seria escolhido indiretamente. Só ao final de seu mandato é que seriam realizadas eleições diretas para presidente. Por que essa sequência e não outra? Simplesmente porque Golbery sabia que a miséria crescente do povo e o descontentamento da classe média, em virtude da crise econômica, produziram uma gigantesca derrota eleitoral do regime nas eleições marcadas para 1982, se fosse mantido o bipartidarismo. Se a oposição permanecesse unida ao MDB, esse partido receberia os votos da massa descontente e a oposição assumiria o controle do Congresso, criando problemas para o governo na continuidade das reformas políticas. A ideia que estava por trás da anistia e da formalização partidária era simples e eficaz: *dividir a oposição e, assim, enfraquecê-la.*

**Anistia:** Com a anistia, retornaram ao Brasil lideranças políticas de expressão nacional, como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião, Luís Carlos Prestes, Márcio Moreira Alves, o pivô da crise que precipitou o AI-5, e demais líderes do PCB e do PC do B (na ilegalidade)

**Reformulação Partidária:** O retorno desses líderes acendeu o debate político no país e contribuiu para que fosse montado um novo quadro político partidário. Em novembro de 1979, o Congresso aprovou a lei de reformulação partidária. A Arena foi extinta, e seus integrantes formariam dois partidos: o PDS (Partido Democrático Social) e o PP (Partido Popular). Esses partidos representavam o grande empresariado, os grandes proprietários de terras e os banqueiros. A maioria dos políticos do extinto MDB ficaram juntos e criaram o PMDB (Partido do Movimento Demo-

crático Brasileiro). Alguns dos seus integrantes entraram no partido que Brizola estava organizando, o PTB. A Justiça Eleitoral, por determinação de Golbery, impediu que a sigla PTB fosse entregue a Brizola. Ele, então, fundou o PDT (Partido Democrático Trabalhista). A sigla PTB foi entregue a Ivete Vargas, que organizou o partido com políticos que vieram da Arena e do MDB. O PMDB e PDT representavam o pequeno e o médio empresário, que não foram tão favorecidos pelo “milagre econômico”, setores da classe média, profissionais liberais, grupos nacionalistas. O novo PTB, por sua vez, não tinha semelhança com o antigo partido getulista. Era um partido que tendia a votar sempre com o PDS e o PP, dando assim sustentação ao regime militar e às elites que assumiram o poder em 1964. Correndo por fora desse processo, surgiu, em outubro de 1979, o PT. O PT resultou da convergência de três forças sociais que não reconheciam os políticos tradicionais como porta-vozes de seus interesses: liderança sindical, que emergiu com as greves de 1978, principalmente no ABCD; movimentos sociais, como as sociedades amigos de bairro, as comunidades eclesiais de base, movimento dos sem-terra; ex-militantes de grupos da esquerda clandestina, setores da classe média empobrecida, profissionais liberais e trabalhadores do setor de serviços. A ideia da criação do PT surgiu no ABCD, e desde o início Lula tornou-se um dos seus principais líderes.

### Eleições Diretas

Em novembro de 1980, foram restauradas as eleições diretas para governador. Realizadas as eleições, as previsões do estrategista do regime se confirmaram. Apesar de a oposição (PMDB, PDT e PT) ter recebido a maioria dos votos e eleito governadores de estados importantes (Montoro, em São Paulo; Brizola, no Rio de Janeiro; Tancredo Neves, em Minas Gerais), o PDS conseguiu obter maioria no Congresso (Câmara e Senado) e no Colégio Eleitoral, que deveria eleger o sucessor de Figueiredo em 1984. Os militares conseguiram assim criar as condições que garantiam a continuidade da abertura nas sequências e no ritmo que desejavam, bem como a transferência do poder aos civis de sua confiança.

### A Resistência às Reformas Políticas de Figueiredo

Assim como Geisel, o general Figueiredo teve de enfrentar resistência da linha-dura às reformas políticas que estavam em andamento. As primeiras manifestações dos grupos que estavam descontentes com a abertura vieram em 1980. No final desse ano e no início de 1981, bombas começaram a explodir em bancas de jornal que vendiam periódicos considerados de esquerda (Jornal Movimento, Pasquim, Opinião etc.). Uma carta-bomba foi enviada à OAB e explodiu nas mãos de uma secretária, matando-a. Havia desconfianças de que fora uma ação do DOI-Codi, mas nunca se conseguiu provar nada.

### O Caso Riocentro

Em abril de 1981, ocorreu uma explosão no Riocentro durante a realização de um show de música popular. Dele participavam inúmeros artistas considerados de esquerda pelo Regime. Quando as primeiras pessoas, inclusive fotógrafos, se aproximaram do local da explosão, depararam com uma cena dramática e constrangedora. Um carro esporte (Puma) estava com os vidros, o teto e as portas destruídos. Havia dois homens no seu interior, reconhecidos posteriormente como oficiais do Exército ligados ao DOI-

Codi. O sargento, sentado no banco do passageiro, estava morto, praticamente partido ao meio. A bomba explodira na altura de sua cintura. O motorista, um capitão, estava vivo, mas gravemente ferido e inconsciente. O Exército abriu um Inquérito Policial-Militar para apurar o caso e, depois de muitas averiguações, pesquisas, tomadas de depoimentos, concluiu que a bomba havia sido colocada ali, dentro do carro e sobre as pernas do sargento do Exército, por grupos terroristas. Essa foi a conclusão da Justiça Militar, e o caso foi encerrado.

### A campanha das Diretas-já

As eleições de 1982, como dissemos, provocaram um clima de euforia na oposição, pois ela fora muito bem votada, em especial o PMDB. Esse fortalecimento da oposição acabou motivando o deputado Dante de Oliveira, do PMDB, a propor, em janeiro de 1983, uma emenda constitucional restaurando as eleições para presidente da República em 1984. A iniciativa do deputado passou, a princípio, despercebida. Entretanto, progressivamente, sua proposta foi ganhando adesões importantes. Em março, o jornal Folha de S. Paulo resolveu, em editorial, apoiar a emenda para as diretas. Em junho, reuniram-se no Rio de Janeiro os governadores Franco Montoro e Leonel Brizola, mais o líder do PT, Luís Inácio da Silva, para discutir como os partidos políticos de oposição poderiam agir para aprovar a emenda das diretas. Vários governadores do PMDB assinaram um manifesto de apoio. O PT e entidades da sociedade civil de São Paulo convocaram uma manifestação de apoio à eleição direta. Ela reuniu cerca de 10.000 pessoas. A campanha começava a ganhar as ruas. A seguir, ocorreram manifestações em Curitiba (40.000 pessoas), Salvador (15.000 pessoas), Vitória (10.000 pessoas), novamente em São Paulo (200.000 a 300.000 pessoas). Em fevereiro de 1984, Ulisses Guimarães (PMDB), Lula (PT) e Doutel de Andrade (PDT) saíram em caravana pelo Brasil, fazendo comícios nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Lula começava a se firmar como liderança nacional. A campanha ganhava força. Novas manifestações ocorreram no Rio de Janeiro, Belém, Belo Horizonte (250.000 pessoas). No dia 10 de abril de 1984, foi convocada uma manifestação no Rio de Janeiro, com o apoio de Brizola, que reuniu na praça da Candelária cerca de 1 milhão de pessoas. Era a maior manifestação pública realizada em toda a história do país até aquela data. No dia 16 realizada no Anhangabaú, em São Paulo, uma manifestação que quebrou o recorde do Rio. Reuniu mais de 1,7 milhão de pessoas. Não havia dúvida. O povo brasileiro queria votar para presidente. O governo era contra. Figueiredo aparecia na televisão dizendo que a eleição seria indireta. O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, Mário Andreazza (ministro dos Transportes de Figueiredo), Paulo Maluf, José Sarney, todos do partido do governo, o PDS, faziam de tudo para evitar que a campanha produzisse efeito no Congresso. Mário Andreazza, Paulo Maluf e Sarney disputavam a indicação pelo PDS como candidatos a presidente no Colégio Eleitoral. As emissoras de televisão, principalmente a Rede Globo, tentaram ignorar as manifestações públicas. Quem só se informava pelo Jornal Nacional teve a impressão de que a campanha das diretas surgiu do nada. Quando as manifestações de rua superaram 1 milhão de pessoas, até a Globo teve de dar a notícia.

Finalmente, no dia 25 de abril de 1984, ocorreu a votação da emenda Dante de Oliveira. Foi derrotada. Faltaram 22 votos para atingir os dois terços necessários. Da bancada do PDS, 112 deputados não compareceram ao Congresso, contrariando a vontade

**4. A ABERTURA POLÍTICA E A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL**

**Pós Regime Militar**

**A Vitória da Aliança Democrática e a posse de Sarney**

Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral elegeu Tancredo Neves, primeiro presidente civil em 20 anos. Ele obteve 275 votos do PMDB (em 280 possíveis), 166 do PDS (em 340 possíveis), que correspondiam à dissidência da Frente Liberal, e mais 39 votos espalhados entre os outros partidos. No total foram 480 contra 180 do candidato derrotado. O PT, por não concordar com as eleições indiretas, não participou da votação. A posse do novo presidente estava marcada para 15 de março. Um dia antes, entretanto, Tancredo Neves foi internado com diverticulite. Depois de várias operações, seu estado de saúde se agravou, falecendo no dia 21 de abril de 1985. Com a morte do presidente eleito, assumiu o vice, José Sarney. Figueiredo se negou a lhe entregar a faixa presidencial, dando-a a Ulisses Guimarães, presidente da Câmara, e este empossou Sarney. Por caminhos tortuosos, o presidente acabou saindo mesmo do PDS. Por uma dessas ironias da história, os militares tiveram de entregar o poder ao homem que, dias antes, acusou de traidor. Hostilidades pessoais à parte, a transição completou-se e, apesar das dificuldades, foi coroada de sucesso, pois o poder voltou às mãos dos civis, mas dos civis confiáveis, daqueles que não representavam ameaça aos interesses enraizados no decorrer de 20 anos de regime militar.

**Collor**

Primeiro governo civil brasileiro, eleito por voto direto desde 1960. Foi também o primeiro escolhido dentro das regras da Constituição de 1988, com plena liberdade partidária e eleição em dois turnos. Collor, ex-governador de Alagoas, político jovem e com amplo apoio das forças conservadoras, derrotou no segundo turno da eleição, Luiz Inácio “Lula” da Silva, migrante nordestino, ex-metalúrgico e destacado líder da esquerda. Entre suas promessas da campanha estão a moralização da política e o fim da inflação. Para as elites, ofereceu a modernização econômica do país consoante a receita do neoliberalismo. Prometeu a redução do papel do Estado, a eliminação dos controles burocráticos da política econômica, a abertura da economia e o apoio às empresas brasileiras para se tornarem mais eficientes e competitivas perante a concorrência externa. Plano Collor - No dia seguinte ao da posse, ocorrida em 15 de março de 1990, o Presidente lançou seu programa de estabilização, o plano Collor, baseado em um gigantesco e inédito confisco monetário, congelamento temporário de preços e salários e reformulação dos índices de correção monetária. Em seguida, tomou medidas duras de enxugamento da máquina estatal, como a demissão em massa de funcionários públicos e a extinção de autarquias, fundações e empresas públicas. Ao mesmo tempo, anunciou providências para abrir a economia nacional à competição externa, facilitando a entrada de mercadorias e capitais estrangeiros no país. Os planos de modernização econômica e de

popular, que se manifestara de forma cristalina nas ruas. Um profundo sentimento de frustração e impotência tomou conta do país. O Congresso Nacional, que deveria expressar a vontade da nação, na verdade, agia de acordo com a vontade e as conveniências políticas de uma elite minoritária, mas que dominava o país. O poder dessa elite advinha da força econômica, do controle que mantinha sobre o PDS, sobre vários políticos oportunistas e do comando que detinha dos meios de comunicação, especialmente das emissoras de televisão.

**As Articulações Políticas que Antecederam a Eleição Indireta de Janeiro de 1985**

Derrotada a emenda das diretas, estava nas mãos do Colégio Eleitoral a escolha do novo presidente. Ele era composto por senadores, deputados federais e delegados de cada estado. O PMDB iria lançar um candidato. Desde meados de 1984, o nome estava praticamente escolhido. Era o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. Político moderado, ligado aos banqueiros, era um homem de confiança dos grupos conservadores, mas, ao mesmo tempo, respeitado pela oposição. Faltava, entretanto, definir quem seria o vice-presidente na chapa de Tancredo. Do lado do PDS as coisas estavam cada vez mais complicadas. Três grupos políticos debatiam-se para conseguir a indicação do partido. O primeiro era liderado por Paulo Maluf; o segundo, por Mário Andreazza; e o terceiro, por um grupo de políticos do Nordeste liderado por José Sarney e Marco Maciel. Com a aproximação da convenção do PDS, Paulo Maluf, com seu estilo autoritário, arrivista e arrogante, tinha grandes chances de conseguir a indicação.

**O Surgimento da Frente Liberal:** José Sarney, Marco Maciel, Antônio Carlos Magalhães e aliados já se sentiam derrotados do PDS. Estavam também convencidos de que teriam pouca influência em um possível governo malufista. Criaram, então, a Frente Liberal, embrião do futuro PFL (Partido da Frente Liberal).

**O Surgimento da Aliança Democrática**

A Frente Liberal aliou-se ao PMDB, compondo uma frente política para derrotar Maluf no Colégio Eleitoral. Surgiu a *Aliança Democrática*, que apoiou a chapa Tancredo Neves (presidente), pelo PMDB, e José Sarney (vice-presidente), pela Frente Liberal. Enquanto Maluf representava uma fração de elite econômica paulista, o leque de forças políticas que sustentavam a Aliança Democrática era muito maior. Ela juntava o maior partido de oposição, o PMDB, lideranças de Minas Gerais e as principais expressões políticas conservadoras dos estados nordestinos. Além disso, tais lideranças, como José Sarney e Antônio Carlos Magalhães, eram políticos da confiança de Roberto Marinho, proprietário da Rede Globo de Televisão. Ou seja, o apoio desses políticos à candidatura Tancredo trouxe junto o apoio da Rede Globo. Maluf estava derrotado. Alguns militares acusaram os dissidentes do PDS, que formaram a Frente Liberal, de traidores. Tiveram como resposta que traição era apoiar um corrupto como Maluf. Entre xingamentos e agressões verbais, os meses finais de 1984 expiraram.



reforma administrativa são bem recebidos, em geral. As elites políticas e empresariais apoiaram a desregulamentação da economia e a redução da intervenção estatal no setor.

Mas já em 1991 as dificuldades encontradas pelo plano de estabilização, que não acabou com a inflação e aumentou a recessão, começaram a minar o governo. Circulam suspeitas de envolvimento de ministros e altos funcionários em uma grande rede de corrupção. Até a primeira-dama, Rosane Collor, dirigente da LBA, foi acusada de mal uso do dinheiro público e de favorecimento ilícito a seus familiares. As suspeitas transformaram-se em denúncias graças a uma intensa campanha da imprensa. Em 25 de abril de 1992, Pedro Collor, irmão do Presidente, deu uma explosiva entrevista à revista "Veja". Nela, falou sobre o "esquema PC" de tráfico de influência e de irregularidades financeiras organizadas pelo empresário Paulo César Farias, amigo de Collor e caixa de sua campanha eleitoral. A reportagem teve enorme repercussão e a partir daí surgiram novas revelações sobre irregularidades no governo. Em 26 de maio, o Congresso nacional instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias de irregularidades. Logo depois, a revista "ISTOÉ" publicou uma entrevista de Eriberto França, motorista da secretária de Collor, Ana Acioli. Ele confirmou que as empresas de PC faziam depósitos com regularidade nas contas fantasmas movimentadas pela secretária. Essas informações atingiram diretamente o Presidente.

**- Impeachment** - Surgiram manifestações populares em todo o país. Os estudantes organizaram diversas passeatas pedindo o Impeachment do Presidente. Depois de um penoso processo de apuração e confirmação das acusações e da mobilização de amplos setores da sociedade por todo o país, o Congresso Nacional, pressionado pela população, votou o impeachment (impedimento) presidencial. Primeiramente, o processo foi apreciado na Câmara dos deputados, em 29 de setembro de 1992, e, depois, no Senado Federal, em 29 de dezembro de 1992. O Parlamento decidiu afastar Collor do cargo de Presidente da República e seus direitos políticos são cassados por oito anos. Foi também denunciado pela Procuradoria-Geral da República pelos crimes de formação de quadrilha e de corrupção. Itamar Franco assumiu a presidência após o Impeachment de Fernando Collor de Mello de forma interina entre outubro e dezembro de 92, e em caráter definitivo em 29 de dezembro de 1992. O Brasil vivia um dos momentos mais difíceis de sua história: recessão prolongada, inflação aguda e crônica, desemprego, etc. Em meio a todos esses problemas e o recém Impeachment de Fernando Collor de Mello, os brasileiros se encontravam em uma situação de descrença geral nas instituições e de baixa autoestima. O novo presidente se concentrou em arrumar o cenário que encontrara. Itamar procurou realizar uma gestão transparente, algo profundamente almejado pela sociedade brasileira. Para fazer uma gestão tranquila, sem turbulências, procurou o apoio de partidos mais à esquerda. Em Abril de 1993, cumprindo com o previsto na Constituição, o governo fez um plebiscito para a escolha da forma e do sistema de governo no Brasil. O povo decidiu manter tudo como estava: escolheu a República (66% contra 10% da Monarquia) e o Presidencialismo (55% contra 25% do Parlamentarismo). No governo de Itamar Franco foi elaborado o mais bem-sucedido plano de controle inflacionário da Nova República: o Plano Real. Montado pelo seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o plano visava criar uma unidade real de valor (URV) para todos os produtos, desvinculada da moeda vigente, o Cruzeiro Real. Desta forma, cada URV cor-

respondia a US\$ 1. Posteriormente a URV veio a ser denominada "Real", a nova moeda brasileira. O Plano Real foi eficiente, já que proporcionou o aumento do poder de compra dos brasileiros e o controle da inflação. Mesmo tendo sofrido as consequências das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional, entre 1993 e 1994, em virtude de denúncias de irregularidades no desenvolvimento do Orçamento da União, Itamar Franco terminou seu mandato com um grande índice de popularidade. Uma prova disso foi o seu bem-sucedido apoio a Fernando Henrique Cardoso na sucessão presidencial.

### *Fernando Henrique*

Fernando Henrique Cardoso ocupou o cargo de ministro da Fazenda no governo Itamar Franco. A estabilidade econômica e o controle da inflação alcançadas por meio do Plano Real abriram caminho para sua candidatura à Presidência da República, efetivada pela aliança partidária formada, majoritariamente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL, depois transformado em Partido Democrata). Fernando Henrique, sociólogo e respeitado intelectual, elegeu-se presidente no primeiro turno com 55 % dos votos válidos. Popularmente chamado de FHC, assumiu a presidência em 1º de janeiro de 1995. A ampla aliança partidária que sustentou a candidatura e o governo possibilitou ao novo presidente contar com uma sólida base de apoio parlamentar. Isso permitiu a continuidade da política econômica e a aprovação de inúmeras reformas constitucionais.

### *Continuidade do Plano Real e Reforma do Estado*

No que se refere às reformas, o governo conseguiu que o Congresso Nacional aprovasse a quebra dos monopólios estatais nas áreas de comunicação e petróleo, bem como a eliminação de restrições ao capital estrangeiro. A ampla política de privatização de empresas estatais renovou o país, por exemplo, nas áreas de telefonia e de extração e comercialização de minérios. O governo também cuidou que projetos de mudanças mais consistentes na estrutura e no funcionamento do Estado brasileiro fossem encaminhados a partir da discussão das reformas tributária e fiscal, da previdência social e dos direitos trabalhistas. O argumento era de que essas reformas e mudanças administrativas tinham por objetivo fomentar a modernização das estruturas estatais, a fim de sustentar o desenvolvimento econômico e a integração do país no mercado mundial. Apesar das várias crises externas que impactaram a economia brasileira durante o período, graças à continuidade do Plano Real a inflação se manteve baixa, na casa de um dígito percentual anual, e assim continuou pelos anos seguintes.

### *Oposição versus Governo*

No Congresso Nacional, as oposições, que taxavam as políticas governamentais de "neoliberais", não tiveram forças para se opor, mas seguiram acusando o governo de defender os interesses do capital estrangeiro, de transferir para a iniciativa privada o patrimônio público, de eliminar direitos trabalhistas e de prosseguir com uma política econômica que prejudicava as camadas mais pobres. O governo Fernando Henrique Cardoso rebateu as críticas, demonstrando que foram implementadas uma série de políticas sociais de transferência de renda para as populações mais pobres,



através de programas como o bolsa-escola, o vale-gás e o bolsa-alimentação. Avanços significativos foram alcançados nas áreas da educação, saúde (com a distribuição gratuita de medicamentos contra a AIDS e a criação dos remédios genéricos, vendidos a preços baixíssimos) e principalmente na questão agrária (com a implementação de um sólido programa de reforma agrária). Apesar disso, durante toda a gestão Fernando Henrique Cardoso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) promoveu por todo o país numerosas manifestações e invasões de propriedades agrárias, produtivas e improdutivas.

### Estabilidade Política e Governabilidade

Apesar das críticas dos partidos de oposição às alianças políticas do governo, foi a forte base parlamentar de apoio a Fernando Henrique Cardoso que contribuiu decisivamente para a estabilidade política, um dos traços importantes da gestão FHC, pois, além de assegurar a governabilidade, consolidou a jovem e frágil democracia brasileira.

### Reeleição

Contando com maioria parlamentar, o governo conseguiu que o Congresso Nacional aprovasse uma Emenda constitucional permitindo a reeleição do presidente da República. Desse modo, FHC disputou o pleito de 1998. A aprovação da emenda da reeleição sofreu severas críticas da oposição, que acusou o governo de FHC de compra de votos de membros do Legislativo federal, o que jamais foi provado. Houve tentativas, por parte dos partidos oposicionistas, de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias. Não obstante, os governistas conseguiram barrar a abertura da chamada “CPI da compra de votos”. FHC conseguiu se reeleger novamente em primeiro turno, contando com o apoio das mesmas forças políticas que sustentaram seu primeiro mandato. A aliança política congregava o PSDB, o PFL e parte do PMDB. Um dos trunfos da propaganda eleitoral do governo para reeleger FHC foi a defesa da manutenção da política econômica. E, de fato, o governo prosseguiu com o programa de privatizações das empresas estatais e com o Plano Real. Um dos pontos centrais para a manutenção da estabilidade econômica duradoura foi o controle dos gastos públicos. Foi visando a esse objetivo que o governo FHC aprovou, em maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Tal Lei impede que prefeitos e governadores, e também o governo federal, gastem mais do que a capacidade de arrecadação prevista no orçamento dos municípios, dos Estados e da União. A manutenção do Plano Real e das elevadas taxas de juros, as metas de ajustes fiscais e o controle dos gastos governamentais, contudo, não conseguiram dar conta de suprir lacunas deixadas pelas administrações anteriores. No setor elétrico, por exemplo, os baixos investimentos e a ocorrência de longa estiagem levaram ao colapso das centrais hidrelétricas, ameaçando o país com o chamado “apagão”. O racionamento de energia elétrica foi imposto e a economia brasileira sofreu um período de leve estagnação.

### Reorganização das Oposições

No primeiro mandato governamental, Fernando Henrique Cardoso conseguiu conter a oposição e aprovar com facilidade projetos políticos e reformas constitucionais. Porém, no segundo mandato, o presidente teve maior dificuldade de governar devido

à reorganização das oposições. No Congresso Nacional, o Partido dos Trabalhadores (PT) liderava a oposição. O PT articulou os movimentos sociais e sindicais e as esquerdas de modo geral, formando uma ampla frente de oposição parlamentar. O MST continuou a pressionar o governo, invadindo propriedades agrárias e ocupando sedes de órgãos governamentais. Em muitas ocasiões, as invasões desencadearam conflitos armados no campo. As centrais sindicais, também influenciadas pelo PT, promoveram diversas marchas e manifestações em defesa de reajustes e aumentos salariais.

### Vitória da Oposição

Ao se aproximar o pleito que escolheria o sucessor de Fernando Henrique Cardoso, o governo apoiou a candidatura do ministro da saúde, José Serra, do PSDB, em aliança com o PMDB. Os outros candidatos que disputaram o pleito foram: Luiz Inácio Lula da Silva (PT / Pc do B / PL / PMN / PCB), Anthony Garotinho (PSB / PGT / PTC), Ciro Gomes (PPS / PDT / PTB), José Maria de Almeida (PSTU) e Rui Costa (PCO). Nenhum obteve índice de votação suficiente para se eleger no primeiro turno. Os dois candidatos mais votados foram Luiz Inácio Lula da Silva e José Serra. No segundo turno das eleições, Lula obteve 61,3 % dos votos; e José Serra, 38,7 %. Eleito o novo presidente, Fernando Henrique Cardoso organizou a transição de modo a facilitar o acesso antecipado da nova administração às informações relevantes ao exercício do governo, fato até então inédito na história do país.

### Luís Inácio Lula da Silva

No ano de 2002, as eleições presidenciais agitaram o contexto político nacional. Os primeiros problemas que cercavam o governo FHC abriram brechas para que Lula chegasse ao poder com a promessa de dar um outro rumo à política brasileira. O desenvolvimento econômico trazido pelo Plano Real tinha trazido grandes vantagens à população, entretanto, alguns problemas com o aumento do desemprego, o endividamento dos Estados e a distribuição de renda manchavam o bloco governista. Foi nesse contexto que Lula buscou o apoio de diversos setores políticos para empreender uma chapa eleitoral capaz de agradar diferentes setores da sociedade brasileira. No primeiro turno, a vitória de Lula sobre os demais candidatos não foi suficiente para lhe dar o cargo. Na segunda rodada da disputa, o ex-operário e retirante nordestino conseguiu realizar um feito histórico na trajetória política do país.

Lula se tornou presidente do Brasil e sua trajetória de vida fazia com que diversas expectativas cercassem o seu governo. Seria a primeira vez que as esquerdas tomariam controle da nação. No entanto, seu governo não se resume a essa simples mudança. Entre as primeiras medidas tomadas, o Governo Lula anunciou um projeto social destinado à melhoria da alimentação das populações menos favorecidas. Estava lançada a campanha “Fome Zero”. Essa seria um dos diversos programas sociais que marcaram o seu governo. A ação assistencialista do governo se justificava pela necessidade em sanar o problema da concentração de renda que assolava o país. Tal medida inovadora foi possível graças à continuidade dada às políticas econômicas traçadas durante a Era FHC. O combate à inflação, a ampliação das exportações e a contenção de despesas foram algumas das metas buscadas pelo governo. A ação política de Lula conseguiu empreender um desenvolvimento historicamente reclamado por diversos setores sociais. No entanto, o crescimento



econômico do Brasil não conseguiu se desvencilhar de práticas econômicas semelhantes às dos governos anteriores. A manutenção de determinadas ações políticas foram alvo de duras críticas. No ano de 2005, o governo foi denunciado por realizar a venda de propinas para conseguir a aprovação de determinadas medidas. O esquema, que ficou conhecido como “Mensalão”, instaurou um acalorado debate político que questionava se existia algum tipo de oposição política no país. Em meio a esse clima de indefinição das posições políticas, o governo Lula conseguiu vencer uma segunda disputa eleitoral. O novo mandato de Lula é visto hoje mais como uma tendência continuísta a um quadro político estável, do que uma vitória dos setores de esquerda do Brasil. Independente de ser um governo vitorioso ou fracassado, o Governo Lula foi uma importante etapa para a experiência democrática no país. De certa forma, o fato de um partido formalmente considerado de esquerda ascender ao poder nos insere em uma nova etapa do jogo democrático nacional. Mesmo ainda sofrendo com o problema da corrupção, a chegada de Lula pode dar fim a um pensamento político que excluía a chegada de novos grupos ao poder.

### *Dilma Vana Rousseff – Presidenta do Brasil*

Dilma tomou posse em 1 de janeiro de 2011, no plenário do Congresso Nacional, em Brasília. Ela foi empossada juntamente com o vice-presidente, Michel Temer. A cerimônia foi conduzida pelo então presidente do Senado Federal, José Sarney. Ela leu o compromisso oficial de “manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”. O vice-presidente, Michel Temer, leu o mesmo termo de posse. No seu discurso de posse, Dilma declarou seu compromisso de erradicar a miséria no Brasil e de criar oportunidades para todos. Ela também enfatizou a importância da eleição de uma mulher para o cargo e desejou que esse fato abrisse as portas para outras mulheres no futuro. Prosseguiu agradecendo ao ex-presidente Lula e fez menção especial a José Alencar, que não pôde comparecer à posse devido à internação hospitalar. Completou seu pronunciamento lembrando que ainda era preciso uma longa evolução do país nos aspectos político e econômico, ressaltando também a relevância do Brasil no cenário internacional. Em abril de 2007, Dilma já era apontada como possível candidata à presidência da República. No mês seguinte, Dilma afirmou que era simpática à ideia. Em outubro do mesmo ano, jornais estrangeiros, como o argentino La Nación e o espanhol El País, já indicavam que ela era um nome forte à sucessão de Lula, que passou a fazer uma superexposição de Dilma para testar seu potencial como candidata. Em abril de 2008, a The Economist indicava que sua candidatura não parecia ainda viável, pois era pouco conhecida, ainda que fosse a ministra mais poderosa de Lula. Em dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que jamais conversara com Dilma Rousseff sobre sua possível candidatura para as eleições presidenciais de 2010, dizendo ter apenas insinuado. Para Lula, Dilma é a “pessoa mais gabaritada” para sucedê-lo. Em outubro de 2009, Dilma e Lula foram acusados pela oposição de estarem fazendo propaganda eleitoral antes do prazo durante visitas feitas pelo Presidente às obras de Transposição do Rio São Francisco. O episódio ganhou mais notoriedade quando o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, comentou o caso. Sua candidatura foi oficializada em 13 de junho de 2010, em convenção nacional do

Partido dos Trabalhadores realizada em Brasília-DF. Foi também referendado o nome do atual presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP) como seu vice. Sua candidatura foi apoiada por figuras famosas como Chico Buarque, Beth Carvalho, Alceu Valença, Elba Ramalho, Emir Sader, Oscar Niemeyer, Leonardo Boff, e Marilena Chauí.

Dilma Vana Rousseff nasceu em Belo Horizonte, 14 de dezembro de 1947. É uma economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia, e posteriormente, da Casa Civil. Em 2010, o resultado de segundo turno, em 31 de outubro, fez com que Dilma se tornasse a primeira mulher a ser eleita para o posto de chefe de Estado, e também de governo, em toda a história do Brasil. Nascida em família de classe média alta, interessou-se pelos ideais socialistas durante a juventude, logo após o Golpe Militar de 1964. Iniciando na militância, integrou organizações que defendiam a luta armada contra o regime militar, como o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Passou quase três anos presa entre 1970 e 1972, primeiramente na Operação Bandeirante (Oban), onde teria passado por sessões de tortura, e, posteriormente, no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Reconstruiu sua vida no Rio Grande do Sul, onde, junto a Carlos Araújo, seu companheiro por mais de trinta anos, ajudou na fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e participou ativamente de diversas campanhas eleitorais. Exerceu o cargo de secretária municipal da Fazenda de Porto Alegre de 1985 a 1988, no governo Alceu Collares. De 1991 a 1993 foi presidente da Fundação de Economia e Estatística e, mais tarde, foi secretária estadual de Minas e Energia, de 1999 a 2002, tanto no governo de Alceu Collares como no de Olívio Dutra, no meio do qual se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 2001. Em 2002, participou da equipe que formulou o plano de governo de Luiz Inácio Lula da Silva para a área energética. Posteriormente, nesse mesmo ano, foi escolhida para ocupar o Ministério de Minas e Energia, onde permaneceu até 2005, quando foi nomeada ministra-chefe da Casa Civil, em substituição a José Dirceu, que renunciara ao cargo após o chamado escândalo do mensalão. Em 2009, foi incluída entre os 100 brasileiros mais influentes do ano, pela Revista Época e, em novembro do ano seguinte, a Revista Forbes classificou-a como a 16ª pessoa mais poderosa do mundo.

### *Repercussão Internacional*

Durante sua campanha eleitoral, a possibilidade de eleição de Dilma Rousseff recebeu destaque em vários periódicos internacionais. Para o britânico The Independent, em matéria publicada sobre a candidata, a sua eleição “marca o desmantelamento final do ‘Estado de segurança nacional’, um arranjo que os governos conservadores nos Estados Unidos e na Europa já viram como seu melhor artifício para manter um status quo podre, que manteve uma vasta maioria na América Latina na pobreza, enquanto favorecia seus amigos ricos”, sendo ela uma candidata que “não se constringe com o passado de guerrilha urbana, que incluiu o combate a generais e a temporada na prisão como prisioneira política”. Disse também que, caso eleita, tornar-se-á “a mulher mais poderosa do mundo”. O jornal espanhol El País caracterizou Dilma como “uma grande gestora, mulher mais de ação do que de pensamento” e posteriormente, ao estimar que o candidato do PSDB José Serra



pudesse sofrer uma “derrota humilhante” nas urnas, pôs em questão o aparecimento de escândalos levantados por outros candidatos às vésperas das eleições: “milhares de brasileiros sonhavam com uma campanha eleitoral sem sobressaltos e centrada nas propostas dos candidatos, mas mais uma vez o jogo sujo está eclipsando o debate político”. A candidata, que é descendente de búlgaros, recebeu uma reportagem de duas páginas do mais importante periódico da Bulgária, o Trud, e vários jornalistas de meios de comunicação do país comentam com empolgação a possibilidade uma filha de búlgaro ser eleita presidente do Brasil. Durante sua campanha o país experimentou uma espécie de “febre” e interesse por Dilma.

### QUESTÕES

**1. (Fac. Med. Marília-SP).** De profundos reflexos no desenvolvimento da história política do Brasil, existe um episódio conhecido pelo nome de Plano Cohen que consiste:

- A) na coligação de forças imperialistas que visavam impedir a proclamação da República, nos fins do século XIX;
- B) num documento forjado, denunciando uma fantasiosa implantação do comunismo no Brasil, a fim de justificar um golpe de Estado para o continuísmo de Getúlio Vargas no poder;
- C) no conjunto de propostas feitas pelo generais recém-chegados da Europa, ao fim da Segunda Guerra Mundial, para a volta do Estado democrático no Brasil, dominado pela ditadura de Vargas;
- D) nas transformações administrativas necessárias à interiorização da capital federal para Brasília;
- E) em algo totalmente diferente do que foi escrito anteriormente.

**2. (Cesgranrio).** O regime político conhecido como Estado Novo implantado por golpe do próprio presidente Getúlio Vargas, em 1937, pode ser associado à (ao);

- A) radicalização política do período representada pela Aliança Nacional Libertadora, de orientação comunista, e pela Ação Integralista Brasileira, de orientação fascista;
- B) modernização econômica do país e seu conflito com as principais potências capitalistas do mundo, que tentavam lhe barrar o desenvolvimento;
- C) ascensão dos militares à direção dos principais órgãos públicos, porque já se delineava o quadro da Segunda Guerra Mundial;
- D) democratização da sociedade brasileira em decorrência da ascensão de novos grupos sociais como os operários;
- E) retorno das oligarquias agrárias ao poder, restaurando-se a Federação nos mesmos moldes da República Velha.

**3. (FUVEST – SP).** A política cultural do Estado Novo em relação aos intelectuais caracterizou-se:

- A) pela repressão indiscriminada, por serem os intelectuais considerados adversários de regimes ditatoriais;
- B) por um clima de ampla liberdade, pois o governo cortejava os intelectuais para obter apoio ao seu projeto nacional;
- C) pelas indiferença, pois os intelectuais não tinham expressão e o governo se baseava nas forças militares;
- D) pelo desinteresse com relação aos intelectuais, pois o governo se apoiava nos trabalhadores sindicalizados;
- E) por uma política seletiva através da qual só os adversários frontais do regime foram reprimidos.

**4. (UFMS).** O queremismo, movimento surgido no final do Estado Novo (1945), tinha como uma de suas finalidades:

- A) obter o fim da ditadura, afastando Getúlio Vargas do poder;
- B) formar um governo forte, em substituição ao de Getúlio Vargas;
- C) introduzir o parlamentarismo para controlar Getúlio Vargas;
- D) manter Getúlio Vargas no governo, sob um novo regime constitucional;
- E) instalar uma Assembleia Constituinte liderada pela União Democrática Nacional.

**5. (Fuvest – SP).** O governo de Vargas, no período de 1937 a 1945, pode ser considerado:

- A) presidencialismo autocrático
- B) parlamentarismo populista
- C) presidencialismo democrático
- D) parlamentarismo oligárquico
- E) ditadura socialista

**6. (Vunesp).** A revolução constitucionalista de 1932 foi impulsionada pela:

- A) Ação Integralista Brasileira, que procurou mobilizar a sociedade contra o fascismo europeu;
- B) União dos estados de São Paulo, Mato Grosso e Rio de Janeiro;
- C) Tentativa de reação da velha oligarquia paulista, apoiada, a princípio, pela oligarquia de Minas Gerais, contra o governo de Vargas;
- D) Reação de base popular, buscando a reconstitucionalização imediata do país;
- E) Contestação do Rio Grande do Sul, pelo regime dos interventores estaduais, adotado por Getúlio Vargas.

**07.** “Façamos a revolução antes que o povo a faça.” A frase, atribuída ao governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada, deixa entrever a ideologia política da Revolução de 1930, promovida pelos interesses,

- A) da burguesia cafeicultora de São Paulo, com vistas à valorização do café.
- B) do operariado, com o objetivo de aprofundar a industrialização.
- C) dos partidos de direita fascistas, no intuito de estabelecer um Estado forte.
- D) das oligarquias dissidentes, aliadas ao tenentismo pela reforma do Estado.
- E) da burguesia industrial, na busca de uma política de livre iniciativa.

**08.** Em março de 1931, o Decreto nº 19.770 criava, no Brasil, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Considerando-se o contexto histórico, pode-se afirmar que esse ato do Poder Executivo tinha como um dos seus objetivos:

- A) promover a expansão do setor primário.
- B) desregulamentar o sistema de contratação e de impostos.
- C) concentrar a renda nacional nas camadas médias urbanas.
- D) acabar com a organização autônoma do movimento operário.
- E) intervir nas relações de trabalho no campo.



09. (PUC-SP). Segundo alguns autores, o tenentismo representou uma tentativa de ruptura da organização política vigente na República brasileira por que:

- A) os tenentes se identificaram com um programa radical de transformações sociais.
- B) a aliança partidária entre os militares e as camadas médias urbanas propunha a reforma da Constituição.
- C) o movimento visava à derrubada do governo e ao estabelecimento da austeridade político-administrativa.
- D) os tenentes propunham o estabelecimento do regime parlamentarista dirigido pelos elementos mais esclarecidos da nação.
- E) os militares eram portadores de uma ideologia industrializante claramente definida em seu programa de governo.

10. (FGV – SP). “Aliança (...) engloba parte de um eleitorado urbano – que representa porcentagem pequena no cômputo geral –, pequenas oposições estaduais e o situacionismo dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba: estas forças restritas participam das eleições de 1º de março de 1930 com margem mínima de vitória. Por sua vez, Washington Luís aglutina o apoio de todos os Estados – exceção aos da Aliança.”

O texto acima se refere à união das oligarquias dissidentes cujos interesses não estavam vinculados ao café. A tal união deu-se o nome de:

- A) Aliança Republicana.
- B) Aliança Integracionista.
- C) Aliança Renovadora Nacional.
- D) Aliança Liberal.
- E) Aliança Nacional Libertadora.

11. (Unificado – RS). “A escolha dos candidatos à sucessão presidencial funcionará como um estopim para a mais importante revolução da história republicana. (...) Os entendimentos políticos evoluíram no sentido de agruparem-se em torno de Getúlio Vargas as forças da oposição (...). Realizaram-se, contudo, as eleições e o resultado foi favorável a Júlio Prestes. Entretanto, vinte e dois dias antes de terminar o mandato de Washington Luís, a revolução estava nas ruas.”

A que revolução o texto faz referência e quem assumiu a Presidência da República sucedendo a Washington Luís?

- A) Revolução de 1930; Júlio Prestes.
- B) Revolução de 1930; Getúlio Vargas.
- C) Revolução de 1930; João Pessoa.
- D) Revolução Constitucionalista de 1932; Júlio Prestes.
- E) Revolução Constitucionalista de 1932; Getúlio Vargas.

12. O estudo comparativo das Constituições Brasileiras de 1824 (Carta Outorgada, Imperial) e de 1891 (Carta promulgada, Republicana) NÃO permite afirmar:

- A) A Carta Imperial criou 4 (quatro) poderes, mas o documento republicano estabeleceu somente 3 (três).
- B) Enquanto o estatuto Imperial recebeu uma emenda, o Ato Adicional, um progresso rumo à federação, a Carta republicana foi emendada em 1926, com fortalecimento do Poder Central.
- C) A Carta de 1891 estabeleceu a Federação como forma de Estado.
- D) A Carta Republicana teve inspiração europeia, ao passo que a lei maior imperial buscou seguir o modelo norte-americana.
- E) A Carta de 1824 criou o Unitarismo como forma de Estado, mesmo porque as Províncias eram destituídas de preparo político.

13. A Constituição Brasileira de 1988 introduziu alterações significativas no plano jurídico-político nacional. Dentre elas pode-se citar:

- a) instituição do habeas data, que torna passível de fiança crimes como racismo, tráfico de drogas e terrorismo.
- b) extensão do direito de elegibilidade às mulheres e voto facultativo aos jovens entre 16 e 18 anos.
- c) proibição da greve aos setores considerados essenciais: saúde, transportes, polícia e funcionalismo público.
- d) extensão do voto a analfabetos, proteção ao meio ambiente e reconhecimento da cidadania dos índios.
- e) restrição dos direitos trabalhistas apenas ao setor produtivo urbano e eleições em dois turnos para presidente, governador e prefeitos.

14. O Brasil, desde sua emancipação política até os dias de hoje, concebeu diferentes ordens jurídicas constitucionais. Muitos pesquisadores consideram as Constituições brasileiras de 1934 e 1988 as mais progressistas por estabelecerem, respectivamente, dentre outros, os seguintes avanços sociais:

- A) voto feminino e crime de racismo inafiançável
- B) corporativismo sindical e voto dos analfabetos
- C) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e direito de greve irrestrito
- D) voto obrigatório para maiores de 18 anos e Estatuto da Criança e do Adolescente

15. Com base na charge e nos conhecimentos sobre a atual Constituição brasileira, é correto afirmar:

- A) As dificuldades de acesso aos direitos sociais elementares (moradia, saúde e alimentação) têm origem na forma como a Constituição atual foi elaborada.
- B) A Constituição de 1988 introduziu uma série de benefícios sociais que privilegiaram as famílias dos estratos médios em detrimento da população em geral.
- C) O texto da última Constituição assegura em sua formulação jurídica conquistas sociais e individuais aos cidadãos brasileiros.
- D) Os dispositivos da Constituição de 1988 revogaram a legislação conhecida como CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).
- E) O texto atual da Constituição é omissivo em relação ao tema dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.



(Charge de Miguel Paiva, *O Estado de São Paulo*, 5/10/88 - ed. histórica, p. 3)

16. A respeito da Constituição de 1988, é correto afirmar que.

- A) o direito de promover ações de inconstitucionalidade foi retirado do Ministério Público, que se enfraqueceu.
- B) o direito de voto foi assegurado a todos os brasileiros e brasileiras, a partir dos dezesseis anos, desde que alfabetizados.
- C) os direitos civis foram amplamente assegurados, sendo a prática de racismo classificada como crime inafiançável.
- D) o direito do poder público intervir nos sindicatos foi assegurado, aumentando o controle do Estado sobre os trabalhadores.
- E) o direito à informação ampliou-se, ainda que o governo possa impor censura prévia à imprensa.

17. O Brasil recuperou-se de forma relativamente rápida dos efeitos da Crise de 1929 por que:

- a) o governo de Getúlio Vargas promoveu medidas de incentivo econômico, com empréstimos obtidos no Exterior;
- b) o País, não tendo uma economia capitalista desenvolvida, ficou menos sujeito aos efeitos da crise;
- c) houve redução do consumo de bens e, com isso foi possível equilibrar as finanças públicas;
- d) acordos internacionais, fixando um preço mínimo para o café, facilitaram a retomada da economia;
- e) um efeito combinado positivo resultou da diversificação das exportações e do crescimento industrial.

18. A política cultural do Estado Novo com relação aos intelectuais caracterizou-se:

- a) pela repressão indiscriminada, por serem os intelectuais considerados adversários de regimes ditatoriais;
- b) por um clima de ampla liberdade, pois o governo cortejava os intelectuais para obter apoio ao seu projeto nacional;
- c) pela indiferença, pois os intelectuais não tinham expressão e o governo se baseava nas forças militares;
- d) pelo desinteresse com relação aos intelectuais, pois o governo se apoiava nos trabalhadores sindicalizados;
- e) por uma política seletiva através da qual só os adversários frontais do regime foram reprimidos.

19. A Era Vargas (1930 - 1945) apresentou:

- a) O abandono definitivo da política de proteção ao café.
- b) A crescente centralização político-administrativa.
- c) Um respeito aos princípios democráticos, em toda sua duração.
- d) Um leve “surto industrial”, resultante da conjuntura da Grande Guerra (1914 - 1918).
- e) Um caráter extremamente ditatorial, em todas as suas três fases.

20. O governo Juscelino Kubitschek foi responsável:

- a) pela eliminação das disparidades regionais;
- b) pela queda da inflação e da dívida externa;
- c) por uma política nacionalista e de rejeição ao capital estrangeiro;
- d) pela entrada maciça de capitais estrangeiros e a internacionalização de nossa economia;
- e) por práticas antidemocráticas como a violenta repressão às rebeliões de Jacareacanga e Aragarças;

21. No Governo de Juscelino Kubitschek, a base do seu programa administrativo era constituída do trinômio:

- a) saúde, habitação e educação;
- b) estradas, energia e transporte;
- c) indústria, exportação e importação;
- d) agricultura, pecuária e reforma agrária;
- e) comércio, sistema viário e poupança.

22. O projeto nacional desenvolvimentista implicou a substituição das importações e foi implementado, principalmente, no governo do presidente:

- a) Juscelino Kubitschek;
- b) Jânio Quadros;
- c) General Emílio Médici;
- d) Marechal Costa e Silva;
- e) General Eurico Dutra;

23. Quais os partidos políticos que dominaram a vida parlamentar brasileira durante o período democrático de 1946 e 1964?

- a) PTB, UDN e PCB;
- b) PL, UDN e PSD;
- c) PDS, MDB e PCB;
- d) PSB, UDN e PTB;
- e) PSD, UDN e PTB;

24. O Parlamentarismo funcionou nas seguintes épocas no Brasil:

- a) No governo de D. Pedro II e no governo de João Goulart.
- b) No primeiro Império - Governo de D. Pedro II.
- c) No governo de Getúlio Vargas após 1937.
- d) Logo após a Proclamação da República.
- e) Nos primeiros três anos da Ditadura Militar iniciada em 1964.

25. Considerando-se os fatores que contribuíram para a longevidade do regime militar no Brasil, é CORRETO afirmar que foi de grande relevância:

- a) a combinação entre a ordem constitucional, amparada pela Constituição de 1967, e a arbitrariedade, expressa em sucessivos Atos Institucionais.
- b) a manutenção de um sistema político representativo, com eleições indiretas em todos os níveis, exceto para a Presidência da República.
- c) o desenvolvimento econômico-social do País, acompanhado de um constante crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).
- d) o rodízio de lideranças políticas entre as Forças Armadas, por meio de eleições indiretas no âmbito do Comando Supremo da Revolução.





# GEOGRAFIA GERAL



## 1 – A NOVA ORDEM MUNDIAL, O ESPAÇO GEOPOLÍTICO E A GLOBALIZAÇÃO.

Na teoria das relações internacionais, o termo “Nova Ordem Mundial” (NOM) tem sido utilizado para se referir a um novo período no pensamento político e no equilíbrio mundial de poder, além de uma maior centralização deste poder. Apesar das diversas interpretações deste termo, ele é principalmente associado com o conceito de governança global.

Foi o presidente dos Estados Unidos, o Woodrow Wilson que pela primeira vez desenvolveu um programa de reforma progressiva nas relações internacionais e liderou a construção daquilo que se convencionou denominar de “uma Nova Ordem Mundial” através da Liga das Nações. Nos Estados Unidos a expressão foi usada literalmente pela primeira vez pelo presidente Franklin Delano Roosevelt em 1941, durante a II Guerra Mundial.

A Nova Ordem Mundial também é um conceito sócio-econômico-político que faz referência ao contexto histórico do mundo pós Guerra Fria. Foi utilizado pelo presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan na década de 1980, referindo-se ao processo de queda da União Soviética e ao rearranjo geopolítico das potências mundiais.

O termo Nova Ordem Mundial é aplicado de forma abrangente. Em um contexto atual, pode se referir também à importância das novas tecnologias em um mundo progressivamente globalizado e às novas formas de controle tecnológico sobre as pessoas. A Nova Ordem Mundial busca garantir o desenvolvimento do capitalismo e estrutura-se a partir de uma hierarquização de países, de acordo com seu nível de desenvolvimento e de especialização econômica. Veja algumas das principais características.

**Distribuição do poder internacional:** Em termos militares, a bipolaridade (fato de haver dois polos de força, que eram Estados Unidos e URSS) foi substituída pela chamada pax imperial americana, que significa que não existe país no mundo capaz de se contrapor ao poderio militar americano. A supremacia militar incontestável dos Estados Unidos é exercida de forma intensa em todas as partes do mundo onde seus interesses econômicos ou geopolíticos se fazem presentes. Em termos econômicos e tecnológicos temos a multipolaridade, com pelo menos três grandes blocos: o primeiro, organizado em torno dos EUA; o segundo, em torno da Europa (União Europeia) e um terceiro, o bloco asiático, onde se destacam o Japão, a China, a Índia e até mesmo a Rússia.

**Urbanização mundial:** A intensa urbanização mundial é um fenômeno típico de países não desenvolvidos e resultante de sua industrialização e modernização recente. No ano 2000, a ONU (Organização das Nações Unidas) divulgou que a população urbana mundial superou a população rural. A urbanização é acelerada e irreversível em especial nos países em desenvolvimento. É geralmente caótica, o que agrava os problemas ambientais e concentra a pobreza, potencializando seus aspectos negativos.

**Nova divisão do trabalho:** Ao contrário do que ocorria até pouco tempo, a nova divisão internacional do trabalho (DIT) não separa apenas países exportadores de manufaturados de países exportadores de matéria-prima.

### *A Nova Ordem Mundial*

Nos últimos anos, principalmente de 1989 a 1991, o mapa-múndi político sofreu transformações radicais. Novos estados-nações (países) surgiram e outros desapareceram. Como exemplo disso, podemos citar a antiga Alemanha Oriental, hoje uma província da Alemanha reunificada. Ou antiga Tchecoslováquia, hoje em dois novos estados-nações: a República Tcheca e a Eslováquia. Contudo, as mudanças mais surpreendentes aconteceram na Iugoslávia e na União Soviética. A Iugoslávia, além de ter sido dividida em cinco novos países (Croácia, Eslovênia, Bósnia, Macedônia e Iugoslávia), conheceu uma sangrenta guerra civil pela partilha da Bósnia-Herzegovina. A União Soviética, por sua vez, viu-se obrigada a fragmentar-se em 15 nações independentes.

Do ponto de vista geopolítico, é possível comparar esse período a um outro do nosso século, quando também aconteceram mudanças profundas no mapa-múndi, por ocasião da segunda guerra mundial. Nesses dois momentos ocorreram não apenas mudanças geopolíticas, mas também uma crise de uma Ordem Mundial e a emergência de uma outra.

Antes da segunda guerra mundial havia uma ordem multipolar, ou seja, com base em vários polos ou centros de poder que disputavam a hegemonia internacional: Inglaterra, ex-grande e exclusiva potência mundial no século XIX, em decadência hegemônica; a França e em especial a Alemanha, grandes concorrentes no continente europeu; os EUA, grande potência da América; o Japão, que se lançava numa aventura imperialista no leste e sudeste asiático; e por fim a imensa Rússia, fortemente militarizada. O final da grande guerra trouxe um novo cenário: as potências europeias estavam arrasadas e consequentemente seus impérios na Ásia e África; o Japão, igualmente arrasado, perdeu as áreas que havia conquistado no extremo oriente (Coreia, Manchúria, partes da Sibéria, etc.). Duas novas potências mundiais – EUA e União Soviética – lotearam o mundo entre si. Foi a época da bipolaridade, a nova ordem mundial, que durou cerca de 45 anos, desde o final da segunda guerra até meados de 1991.

O mundo bipolar foi marcado pela eterna disputa entre capitalismo e socialismo, tendo os EUA e a União Soviética de cada lado, respectivamente. Os EUA, líderes político-econômicos do mundo capitalista. A União Soviética, a guardiã e o exemplo a ser seguido no mundo socialista. Esse Status que começou a ser mudado com a ascensão do Japão e da Europa Ocidental, que passaram a disputar a supremacia internacional com os EUA, e ao esgotamento do modelo soviético.

### *A Regionalização do Espaço Mundial*

Existem inúmeras divisões do espaço geográfico mundial, mas podemos separar duas formas de regionalização mais conhecidas e utilizadas. Uma é a setorização da Terra por critérios naturais, em especial pelos continentes. A outra é a divisão do espaço mundial por critérios sociais ou político-econômicos: o Norte (países ricos e industrializados) e o Sul (países pobres ou subdesenvolvidos).

A primeira classificação tem como base a geologia, ou seja, o resultado de uma divisão natural operada ao longo do tempo geológico, que separou os continentes. A segunda forma de classificar toma como referência a sociedade. É uma divisão do espaço com base em elementos político-econômicos. O homem aqui é visto como agente principal, transformando o seu meio natural.



De forma simplificada, podemos afirmar que aqueles estudos que têm na Terra (natureza) o seu referencial, fazem parte da chamada geografia tradicional. Por outro lado, também simplificando um pouco, podemos dizer que aqueles estudos que referenciam-se na sociedade, enquadram-se na chamada geografia crítica. Trata-se de uma geografia que entende o espaço geográfico como produto da atividade humana.

### *Dos Três Mundos à Oposição Norte/Sul*

A regionalização do espaço mundial com base em critérios sociais sempre está ligada ordem internacional que prevalece num certo momento, ao equilíbrio instável dos países e os grupos de países, à disputa (ou cooperação) entre as grandes potências mundiais. Após 1945 o mundo dividiu-se em três “mundos” ou conjuntos de países: o primeiro mundo (países capitalistas desenvolvidos); o segundo mundo (países socialistas ou de economia planificada); e o terceiro mundo (áreas periféricas ou subdesenvolvidas, com frequências marcadas por disputas entre capitalismo e socialismo). Para entendermos a regionalização atual, dos anos 90 e início do século XXI, temos que estudar a crise do segundo mundo e como essa crise vem reforçando a oposição entre o Norte e o Sul.

### *Os Sistemas Socioeconômicos*

Capitalismo e socialismo são dois tipos de sistemas bastante diferentes entre si. Podemos dizer que o capitalismo caracteriza-se por apresentar uma economia de mercado e uma sociedade de classes. O socialismo, por sua vez, basicamente constitui-se por uma economia planificada e uma sociedade teoricamente sem classes. A sociedade capitalista é dividida basicamente em duas classes sociais: a burguesia, composta pelos capitalistas, donos dos meios de produção (fábricas, bancos, fazendas, etc.), e o proletariado (urbano e rural), que vive de salários, trabalhando para os donos do capital. No entanto, existem indivíduos que não se enquadram em nenhuma destas classes, como por exemplo os profissionais liberais (advogados com escritório próprio, médicos c/consultório particular, etc.).

Na economia planificada, o elemento principal do funcionamento do sistema econômico (produção, consumo, investimentos, etc.) é o plano e não o mercado. Nesse sistema os meios de produção são públicos ou estatais, quase não existindo empresas privadas. Teoricamente, não deveria haver estratificação social nesse sistema, mas o que se verificou na prática foi o surgimento de uma elite burocrática que dirigia o sistema produtivo, constituindo-se em nova classe dominante.

### *O Reforço das disparidades entre o Norte e o Sul*

Com a crise do mundo socialista, aumenta a oposição entre o Norte e o Sul. Isso, porque deixa de haver o conflito Leste/Oeste, ou seja, entre o socialismo real e o capitalismo. As duas superpotências das últimas décadas tinham um poderio avassalador e nenhum conflito importante no plano mundial deixava de ter a participação direta ou indireta delas. Nessa época, a oposição entre o Norte rico e o Sul pobre nunca transparecia claramente, porque estava sempre abafada pelo conflito Leste/Oeste.

O segundo mundo chegou a abranger cerca de 32% da população mundial no início dos anos 80, mas hoje ele praticamente não existe mais. Assim, colocando-se os antigos países socialistas mais pobres ou menos industrializados (China, Mongólia, Camboja, Vietnã, Cuba, etc.) no Sul subdesenvolvido, e os mais industrializados (Rússia, Hungria, Polônia, República Tcheca, etc.) no Norte, temos a oposição entre o Norte desenvolvido, com 23% da população mundial, e o Sul com 71% desse total demográfico. Esta é a principal oposição mundial dos anos 90.

### *As Disparidades tendem a aumentar*

A oposição entre o Norte e o Sul tem ainda um outro motivo para se acentuar: as desigualdades internacionais, que vêm aumentando desde os anos 80 e devem se agravar ainda mais até o início do século XX. O PNB dos ricos sempre tem aumentado, enquanto os de grande parte dos países pobres tem diminuído, especialmente na África. De forma resumida, podemos dizer que isso se deve ao seguinte: enquanto as economias mais avançadas estão atravessando a chamada Revolução técnico-científica, com substituição de força de trabalho desqualificada por máquinas, com a expansão da informática, etc., os países mais pobres só têm duas coisas a oferecer – matérias-primas e mão de obra barata -, e esses elementos perdem valor a cada dia. Somente os países com uma força de trabalho qualificada (resultado de um ótimo sistema educacional) e tecnologia avançada é que possuem condições ideais para o desenvolvimento.

### *Subdesenvolvimento*

De forma sucinta, podemos definir o subdesenvolvimento como uma situação econômico-social caracterizada por dependência econômica e grandes desigualdades sociais.

### *Subordinação ou dependência econômica*

Todos os países do Sul ou do terceiro mundo são economicamente dependentes dos países desenvolvidos. Tal dependência manifesta-se de três maneiras:

I. Endividamento externo – normalmente, todos os países subdesenvolvidos possuem vultosas dívidas para com grandes empresas financeiras internacionais.

II. Relações comerciais desfavoráveis – geralmente, os países subdesenvolvidos exportam produtos primários (não industrializados), como gêneros agrícolas e minérios. As importações, por sua vez, consistem basicamente de produtos manufaturados, material bélico e produtos de tecnologia avançada (aviões, computadores, etc.). Esta relação comercial revela-se terrivelmente desvantajosa, pois os artigos importados têm valor agregado bem maior do que os exportados, e ainda se valorizam mais rapidamente.

III. Forte influência de empresas estrangeiras – nos países subdesenvolvidos, boa parte das principais empresas industriais, comerciais, mineradoras e às vezes até agrícolas é de propriedade estrangeira, possuindo a matriz nos países desenvolvidos. São as chamadas multinacionais. Uma grande parcela dos lucros dessas empresas é remetida para suas matrizes, o que provoca descapitalização no terceiro mundo.



**Grandes Desigualdades Sociais**

Em todos os países subdesenvolvidos, a diferença entre ricos e pobres é muito mais acentuada do que nos países desenvolvidos. Por exemplo, na Colômbia, 2,6% da população possui 40% da renda nacional; no Chile, 2% dos proprietários possuem 50% das terras agrícolas. Dessa forma, a população de baixa renda acaba sofrendo de sérios problemas de subnutrição, falta de moradias, atendimento médico-hospitalar inadequado, insuficiência de escolas, etc.

**Como Definir a Nova Ordem?**

A nova ordem costuma ser definida como multipolar. Isso quer dizer que existem vários polos ou centros de poder no plano mundial. Hoje temos três grandes potências mundiais de poderio econômico, tecnológico e político-diplomático: EUA, Japão e a União Europeia. Assim, o século XX começou com uma ordem multipolar, passou para a bipolaridade e termina com uma nova multipolaridade. Que diferenças existem entre a multipolaridade deste fim de século e aquela do início?

A primeira grande diferença é que no início do século havia somente um agente no cenário internacional: o Estado Nacional (como, por exemplo, Inglaterra, Alemanha, etc.) e tudo girava ao redor de suas relações econômicas e político-militares. Já nos dias hodiernos há um relativo enfraquecimento do estado-nação e um fortalecimento de outros agentes internacionais – a ONU, em primeiro lugar, e também as empresas multinacionais e as diversas organizações mundiais (governamentais e não governamentais) que atuam nas áreas ambiental, econômica, cultural, técnica, etc.

Em segundo lugar, no início do século vivia-se uma situação de pré-guerra: as rivalidades entre potências conduziam inevitavelmente a conflitos bélicos entre si, o que ocorreu efetivamente de 1914 a 1918 e novamente de 1939 a 1945. Hoje isso é extremamente improvável de acontecer, pois no lugar de uma disputa acirrada pela hegemonia mundial, existe uma crescente cooperação, uma interdependência, inclusive com a criação de mercados regionais ou blocos econômicos. Dessa forma, as três grandes potências são ao mesmo tempo rivais e associados, possuem alguns interesses conflitantes e inúmeros outros em comum.

A ordem mundial era tida como dicotômica ou dualista, ou seja, predominava a oposição entre o bem e o mal, entre o capitalismo e o socialismo. A nova ordem é pluralista, ou seja, possui várias frentes de oposição, como ricos/pobres; cristãos/muçulmanos(islâmicos); interesses mercantis/consciência ecológica, etc.

**2 – OS PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAS**

Nunca se falou tanto em preservação ambiental como nos dias de hoje. A preocupação com o meio ambiente tomou conta dos meios de comunicação, das escolas e até mesmo das indústrias. Mas, apesar de todo o embate, a natureza ainda está sofrendo grandes desgastes por causa da ação do homem, e os efeitos desse desgaste já podem ser sentidos no nosso dia a dia.

Inundações, secas, catástrofes naturais, falta de alimento e de combustível são apenas algumas das consequências que já começam a ser sentidas – e a previsão de cientistas e pesquisadores é que este cenário piore.

Para inverter este quadro, é preciso uma ação coletiva intensa e imediata. E, para que isso ocorra, é preciso compreender quais são os maiores problemas ambientais da atualidade e como eles afetam nosso cotidiano.

São vários os problemas apontados por organizações ambientais como World Wide Fund (WWF) e Greenpeace, e mesmo por órgãos governamentais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Porém, alguns são apontados como mais urgentes ou mais alarmantes.

**Efeito estufa**

O efeito estufa é um mecanismo atmosférico natural que mantém o planeta aquecido nos limites de temperatura necessários à preservação da vida. Se não houvesse a proteção do efeito estufa, os raios solares que aquecem o planeta seriam refletidos para o espaço e a Terra apresentaria temperaturas médias abaixo de -10°C.

O efeito estufa ocorre quando uma parte da radiação solar refletida pela superfície terrestre é absorvida por determinados gases presentes na atmosfera, entre os quais o gás carbônico ou dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), o metano (CH<sub>4</sub>) e o óxido nitroso (N<sub>2</sub>O).

Ocorre que, com a queima de florestas e a exagerada utilização de combustíveis fósseis, grandes quantidades de CO<sub>2</sub> têm sido lançadas na atmosfera. A emissão desenfreada desse e de outros gases acentua o efeito estufa, a ponto de não permitir que a radiação solar, depois de refletida na Terra, volte para o espaço. Isso bloqueia o calor, aumentando a temperatura do planeta e provocando o aquecimento global.

Para se discutir o problema e encontrar soluções, várias reuniões internacionais têm sido realizadas. O principal documento aprovado até agora é o Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, que estabelece metas de redução dos gases para diferentes países.

**Aquecimento Global**

Verões cada vez mais quentes; pessoas morrendo por causa das altas temperaturas; peixes migrando para águas mais profundas por causa do calor; gelo dos polos derretendo; inundações em algumas regiões, secas em outras... Essa visão apocalíptica não faz parte de nenhuma profecia exagerada, mas sim representa um quadro real que já está acontecendo nos dias de hoje e que, se não freado a tempo, poderá ter consequências catastróficas: o aquecimento global.

O aquecimento global é um fenômeno causado pela retenção de calor acima do nível considerado normal pela atmosfera, sem que ele se dissipe adequadamente – algo semelhante com a ação de tampar uma panela para manter a comida quente.

Esse fenômeno acontece por causa de uma elevação nos níveis de dióxido de carbono na atmosfera, que aumentam por causa da queima de combustível fóssil, além do crescimento progressivo na emissão de gases e outros produtos químicos produzidos pelo homem durante os últimos cem anos. Isso alterou as características da atmosfera, fazendo com que o calor ficasse concentrado como numa estufa – de onde vem o nome “efeito estufa”.





Cientistas do mundo todo há anos pesquisam os efeitos e as consequências dessas alterações na atmosfera. A Agência Espacial Norte-Americana (Nasa) confirmou em mais de uma ocasião que a temperatura no planeta está aumentando.

Utilizando satélites, os pesquisadores constataram que a temperatura média global aumentou 0,43°C por década, entre os anos de 1981 e 1998. O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) aponta que a variação climática pode chegar a 5 °C. Mesmo as versões mais otimistas, que apontam um aquecimento de apenas 2 °C, são problemáticas – esse índice já é mais que o planeta pode suportar.

### Consequências

O aquecimento global pode trazer consequências graves para todo o planeta – incluindo plantas, animais e seres humanos. A retenção de calor na superfície terrestre pode influenciar fortemente o regime de chuvas e secas em várias partes do planeta, afetando plantações e florestas.

Algumas florestas podem sofrer processo de desertificação, enquanto plantações podem ser destruídas por alagamentos. O resultado disso é o movimento migratório de animais e seres humanos, escassez de comida, aumento do risco de extinção de várias espécies animais e vegetais, e aumento do número de mortes por desnutrição.

Outro grande risco do aquecimento global é o derretimento das placas de gelo da Antártica. Esse derretimento já vem acontecendo há milhares de anos, por um lento processo natural. Mas a ação do homem e o efeito estufa aceleraram o processo e o tornaram imprevisível.

A calota de gelo ocidental da Antártida está derretendo a uma velocidade de 250 quilômetros cúbicos por ano, elevando o nível dos oceanos em 0,2 milímetros a cada 12 meses. O degelo desta calota pode fazer os oceanos subirem até 4,9 metros, cobrindo vastas áreas litorâneas pelo mundo e ilhas inteiras. Os resultados também são escassez de comida, disseminação de doenças e mortes.

O aquecimento global pode ser considerado responsável por 150 mil mortes a cada ano em todo o mundo, devido a ondas de calor, inundações, e doenças acarretadas por catástrofes naturais – como furacões e grandes tempestades, que se tornam mais comuns com as mudanças climáticas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) atribui à modificação do clima 2,4% dos casos de diarreia e 2% dos de malária em todo o mundo. Esse quadro pode ficar ainda mais sombrio: alguns cientistas alertam que o aquecimento global pode se agravar nas próximas décadas e a OMS calcula que para o ano de 2030 as alterações climáticas poderão causar 300 mil mortes por ano.

### Soluções

Apesar de preocupante, o aquecimento global não é irreversível. Há muitas ações que podem ser colocadas em prática pelos governos e pela população em geral para amenizar seus efeitos e até mesmo fazer regredir seu desenvolvimento. Uma das principais ações recomendadas pelos cientistas e pesquisadores é a redução da emissão de gases de efeitos estufa.

Para tanto, recomenda-se diminuir o uso de combustíveis fósseis (gasolina, diesel, querosene) e aumentar o uso de biocombustíveis (biodiesel) e etanol, e outras fontes de energia não-poluentes (como solar, eólica, etc).

Os automóveis devem ser regulados constantemente para evitar a queima de combustíveis de forma desregulada, e o uso de catalisador em escapamentos de automóveis, motos e caminhões deve ser obrigatório. As indústrias também devem reduzir suas emissões através da instalação de sistemas de controle de emissão de gases poluentes e procurar utilizar fontes de energia alternativas não-poluentes.

Além disso, recomenda-se aumentar o sistema de coleta seletiva e reciclagem, recuperar o gás metano nos aterros sanitários, e não praticar desmatamento ou queimadas. Aliás, o plantio de árvores é uma das formas que melhor contribuem para diminuir o aquecimento global, pois o reflorestamento é capaz de neutralizar as emissões de carbono, um dos grandes vilões do aquecimento global.

### Desmatamento e extinção de espécies

A exploração comercial dos recursos materiais está levando a natureza a um colapso. Florestas inteiras são derrubadas para a comercialização de madeira ou queimadas para que se dê lugar a pastos para gado, ou mesmo pela simples expansão das cidades.

Os animais, através da caça predatória para comercialização de sua pele e carne, do tráfico ilegal, ou por causa da destruição de seu habitat, também correm grande risco de desaparecerem.

Some-se a isso a mineração e a indústria poluente e o resultado é a extinção de espécies animais e vegetais – muitas já desapareceram, e um número igualmente grande está em vias de desaparecer. E o planeta todo, especialmente os seres humanos, já está sentindo as consequências.

As florestas e bosques restantes no planeta todo possuem apenas uma pequena parcela de sua cobertura original. Nos países em desenvolvimento, principalmente asiáticos como a China, quase toda a cobertura vegetal foi explorada. Estados Unidos e Rússia também destruíram suas florestas com o passar do tempo.

O Brasil também assiste, ano após ano, sua riqueza natural desaparecendo. Um relatório divulgado pela ONG ecológica World Wild Fund (WWF) apontou que o desmatamento na Amazônia já atinge 13% da cobertura original.

O caso da Mata Atlântica é ainda mais trágico, pois apenas 9% da mata sobrevive a cobertura original de 1500. No mundo todo, 150 mil quilômetros quadrados de floresta tropical são derrubados por ano, sendo que no Brasil, esse número gira em torno de 20 mil quilômetros quadrados.

A situação da fauna é igualmente preocupante. Cientistas do Plano das Nações Unidas para o Meio Ambiente calculam que existam entre 10 e 100 milhões de espécies de seres vivos no planeta, das quais 25% estão ameaçados de extinção. Todo dia, no mundo inteiro, desaparecem quase trezentas espécies animais e vegetais devido à destruição de seus habitats.

### Consequências

Os resultados da ação exploratória do homem na natureza já podem ser percebidos nos quatro cantos do planeta. A diminuição significativa da cobertura vegetal acelera o processo de erosão da terra – assim, quando há uma chuva forte, por exemplo, as possibilidades de acontecer enchentes e inundações são muito maiores.



Além disso, sem a proteção da vegetação, o solo sofre mais com a ação do sol, ressecando-se e podendo provocar o processo de desertificação (formação de desertos e regiões áridas em áreas antes verdes). No Brasil, este processo vem ocorrendo no sertão nordestino e no cerrado de Tocantins nas últimas décadas.

Mas não é só: sem habitat natural, muitas pragas podem migrar para os centros urbanos – como, por exemplo, o inseto conhecido como barbeiro, que pode transmitir a doença de Chagas.

A extinção de espécies vegetais, que podem servir de alimento e também de base para medicamentos, tanto para seres humanos como animais, pode desequilibrar toda a cadeia ecológica.

Por fim, o desmatamento tem sido apontado com um dos grandes contribuidores para o aquecimento global, pois as árvores são capazes de neutralizar as emissões de carbono, um dos grandes vilões do aquecimento global.

O desaparecimento de espécies animais também tem consequências na vida no homem. A questão vai muito mais além do que o simples drama “as gerações futuras nunca vão ver um mico-leão-dourado” – o que, por si só, é bem triste.

Mas quando uma espécie desaparece, toda a cadeia alimentar fica alterada. Por exemplo, se a população de gaviões diminui ou desaparece, aumenta a população de cobras, uma vez que esses são seus maiores predadores.

Muitas cobras precisariam de mais alimentos e, consequentemente, o número de sapos diminuiria e aumentaria a população de gafanhotos. Esses gafanhotos precisariam de muito alimento e com isso poderiam atacar outras plantações, causando perdas para o homem.

É importante lembrar que o desaparecimento de determinadas espécies de animais interrompe os ciclos vitais de muitas plantas. Ou seja, a extinção de uma espécie animal causa uma reação em cadeia na natureza, afetando o ser humano com a diminuição de certas fontes de alimento ou com a proliferação de pragas e doenças.

### Soluções

Parar o processo de extinção de espécies animais e vegetais, e do desflorestamento, não é fácil nem rápido. Mas também não é impossível. A primeira ação é uma vigilância mais acirrada acerca do tráfico de animais silvestres, da derrubada de árvores e das queimadas.

Um maior policiamento, com punições mais severas, já ajudaria a diminuir a taxa preocupante de diminuição de espécies de plantas e animais.

Da mesma forma, um maior controle na mineração e na poluição das indústrias (tanto do ar, como da água e do solo) garantiria maior saúde ao meio ambiente – e, consequentemente, a toda sociedade.

Além disso, o planejamento para a expansão das cidades e das áreas agrícolas, para que não agridam o meio ambiente, e da exploração dos recursos naturais, como a madeira, são indispensáveis.

Mas não é só controle e vigilância as soluções para esse problema. É preciso também conscientizar e educar a sociedade, os governos, as empresas.

Através de programas de educação ecológica, em que se aprenda o valor e a função de cada animal e de cada planta para a vida das outras espécies e para a vida humana, em como tratar e preservar o meio ambiente, e como valorizar a natureza e o planeta

todo como um lar, é possível breçar o processo de extinção de várias espécies e o desmatamento, e até mesmo fazê-los regredir, através do reflorestamento e do cultivo e cuidado da natureza.

### Diminuição dos recursos hídricos

Uma das maiores preocupações atuais é o término das reservas de petróleo. Por ser um produto não-renovável, muitas reservas já se esgotaram e outras estão escasseando, gerando crise econômica e até guerras – isso porque grande parte da energia consumida no mundo todo depende hoje deste combustível fóssil. Porém, uma outra crise – maior e mais assustadora – está ameaçando o mundo todo: a falta de água.

Cerca de 70% do planeta é coberto por água, porém apenas 2% da água do planeta é doce – ou seja, própria para o consumo humano. Desta pequena parcela, 90% está no subsolo ou nos polos, em forma de gelo.

Ou seja: a água que pode ser usada para beber, tomar banho, preparar alimentos, etc, é muito pouca – e está diminuindo. Mais da metade dos rios do mundo diminuíram seu fluxo ou estão contaminados, ameaçando a saúde das pessoas.

A escassez de água se deve basicamente à má gestão dos recursos hídricos e ao aumento da demanda e não à falta de chuvas. Uma das maiores agressões para a formação de água doce é a ocupação e o uso desordenado do solo.

Para agravar ainda mais a situação são previstas as adições de mais de três bilhões de pessoas que nascerão neste século, sendo a maioria em países que já tem escassez de água, como Índia, China e Paquistão.

O Brasil possui a maior reserva de água doce do mundo, cerca de 12% de toda a água doce do planeta. Só que essa reserva também está ameaçada pelo mau planejamento e uso, pela poluição e pelo desperdício.

50% da água tratada é desperdiçada no país. Entre os maus hábitos estaria a lavagem de carro, calçadas, roupas, banhos demorados, louças na qual é desperdiçada mais água do que o necessário, além de vazamentos (uma gota de água caindo o dia inteiro corresponde a 46 litros).

### Consequências

A água já é hoje em dia uma ameaça à paz mundial. Muitos países da Ásia e do Oriente Médio já estão disputando recursos hídricos.

Relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) apontam que um bilhão de pessoas não tem acesso a água tratada e com isso quatro milhões de crianças morrem devido a doenças como cólera e malária. A expectativa é de que nos próximos 25 anos 2,76 bilhões de pessoas sofrerão com a escassez de água.

Cerca de 70% da água consumida mundialmente, incluindo a desviada dos rios e a bombeada do subsolo, são utilizadas para irrigação. Aproximadamente 20% vão para a indústria e 10% para as residências.

A falta de água afetaria diretamente todo esse sistema. A escassez dos recursos hídricos pode levar ao aumento de fontes de contaminação devido à dificuldade de acesso à água de qualidade (tratada e potável), o que também acarretaria a contaminação de alimentos (animais e vegetais) e a escassez dos mesmos, numa reação em cadeia que comprometeria saúde humana e saúde pública, com deterioração da qualidade de vida e do desenvolvimento econômico e social.

### Soluções

Para se evitar que a crise da água se torne crítica, é preciso tomar uma série de ações. A primeira delas é promover uma melhor administração dos recursos hídricos em nível de bacias hidrográficas, desenvolvendo tecnologias avançadas de monitoramento e gestão, ampliando a participação da comunidade – usuários e público em geral – nessa gestão e no compartilhamento dos processos tecnológicos que irão melhorar a infraestrutura do banco de dados e dar maior sustentabilidade às ações.

Além disso, ações de educação e conscientização da população, de empresas e mesmo de governos são indispensáveis para se evitar o desperdício e a poluição das águas. Fora isso, é possível também realizar a despoluição de rios e mananciais, revitalizando esses importantes recursos hídricos e tornando-os novamente saudáveis e próprios para o uso.

### Consumo

Lojas de departamentos de vários andares, shopping centers que oferecem todos os tipos de serviços, boutiques finas que servem champanhe aos clientes, pequenas lojas que vendem toda sorte de produtos por menos de R\$ 2,00.

Há décadas consumir deixou de ser um simples ato de subsistência para ser identificado com uma forma de lazer, de libertação e até mesmo de cidadania. Homens e mulheres são levados a consumir, mesmo sem necessidade, apenas pelo simples ato de comprar. Porém, o consumo desenfreado também é uma grande ameaça ao meio ambiente.

A finitude dos recursos naturais é evidente, e é agravada pelo modo de produção regente, que destrói e polui o meio ambiente. O primeiro e mais importante limite dessa cultura do consumo, que estamos testemunhando hoje, são os próprios limites ambientais.

O planeta não suportaria se cada habitante tivesse um automóvel, por exemplo. Nos níveis e padrões atuais, o consumo precisa ser modificado em direção a formas mais sustentáveis, tanto do ponto de vista social quanto ambiental.

Dados recentes fornecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostraram que o mundo está consumindo 40% além da capacidade de reposição da biosfera (energia, alimentos, recursos naturais) e o déficit é aumentado 2,5% ao ano.

Relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) apontam que 85% de produção e do consumo no mundo estão localizados nos países industrializados que tem apenas 19% da população. Os EUA têm 5% da população mundial e consomem 40% dos recursos disponíveis. Se os seis bilhões de pessoas usufríssem o mesmo padrão de vida dos 270 milhões de americanos, seriam necessários seis planetas.

### Consequências

A consequência do consumo desenfreado é, principalmente, o fim dos recursos naturais. Para suprir a demanda por produtos, é preciso produzir mais produtos. E isso significa consumir mais energia, mas combustível, mais madeira, e minérios – enfim, mais materiais provenientes da natureza.

Por sua vez, essa prática gera mais poluição industrial e mais lixo. Quem primeiro sofre com isso é o meio ambiente. Os resultados dessa prática são logo sentidos pelos homens também. Basta pensar na crise de energia que o mundo vem passando, no aumento do preço de certos materiais que já começam a escassear, na saturação de lixões e aterros sanitários, na poluição e seus efeitos sobre a saúde humana.

Mas não é só. O consumismo também agrava a pobreza, aumentando a distância entre ricos e pobres. Países ricos e altamente industrializados geralmente exploram os recursos naturais dos países mais pobres, que, no entanto, não enriquecem com isso (ao contrário, ficam ainda mais pobres).

Um dado interessante para ilustrar esse problema é que é estimado que sejam gastos no planeta 435 bilhões de dólares por ano em publicidade. 15 bilhões de dólares seriam suficientes para acabar com a fome do mundo, que mata 10 milhões de crianças por ano.

### Soluções

A alternativa para o consumismo é tentar torná-lo uma prática mais sustentável. Não é preciso parar de consumir, nem mesmo cortar drasticamente o consumo. Mas sim é preciso um maior controle, e também maior consciência nas consequências que o consumo desenfreado pode trazer à natureza e à sociedade como um todo.

Atitudes como reciclar e dar preferência a produtos de empresas ecologicamente corretas, ou produtos que sejam menos agressivos ao meio ambiente, são indispensáveis.

### Lixo

Com o aumento da população e com a expansão das cidades e das indústrias, o lixo acabou se tornando um dos grandes problemas atuais. A maioria dos lixões e aterros sanitários no mundo está ou saturada, ou muito próxima de seu limite.

Como a produção de lixo é contínua e em volume muito grande (seis bilhões de pessoas no mundo todo produzindo lixo todos os dias), o acúmulo desses resíduos se torna um grande problema social, ambiental e econômico para o país. Em muitas localidades, o destino do lixo acaba sendo em aterros irregulares, leitos de rio ou ainda a queima a céu aberto – o que agrava ainda mais o problema.

A quantidade de lixo produzida semanalmente por um ser humano é de cinco quilos. Só no Brasil se produz cerca de 240 mil toneladas de lixo por dia, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desde total, 76% do lixo é jogado a céu aberto sendo visível ao longo de estradas e também são carregados para represas de abastecimento durante o período de chuvas.

### Consequências

O acúmulo do lixo em lixões e aterros (regulares ou não) e seu contato com as condições climáticas – sol e chuva – acaba produzindo o chorume, um líquido escuro e altamente tóxico que polui a água do lençol freático, e o metano (CH<sub>4</sub>), um gás ainda mais prejudicial à atmosfera que o próprio dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), considerado o grande vilão do efeito estufa.



Além disso, representa um grande risco para a saúde humana, já que propicia a manifestação de várias doenças como cólera, cisticercose, disenteria e giardíase.

A situação ainda piora, pois o lixo acumulado é o ambiente adequado para a proliferação de insetos e roedores, como baratas, mosquitos e ratos, que são vetores comuns de doenças como febre amarela, dengue e leptospirose.

Se depositado no leito dos rios, o lixo pode provocar assoreamentos e conseqüentemente, enchentes e contaminação da água, afetando o meio ambiente e a saúde das populações ribeirinhas.

Se o destino do lixo for a queima a céu aberto, novamente o impacto é negativo tanto para as pessoas como para a natureza: a queima lança no ar dezenas de produtos tóxicos, que variam da fuligem, que afeta os pulmões, às dioxinas, resultantes da queima de plásticos, que são cancerígenas.

### Soluções

A reciclagem é uma solução comum e viável para resolver o problema do lixo. A maioria dos materiais despejados em lixões pode ser reaproveitada. A técnica, além de diminuir a quantidade de lixo nas cidades, também tem vantagens sociais e econômicas, como geração de emprego e criação de indústrias de reciclagem.

Embora muito esteja se fazendo nesta área em nível mundial, ainda são poucos os materiais aproveitados no Brasil onde é estimada uma perda de cerca de quatro bilhões de dólares por ano. Mas há indícios de melhora na área no país onde se tem como melhor exemplo as latas de alumínio, cuja produção é 63% reciclada.

Mas o lixo também pode ser reaproveitado para se converter em energia. E a energia, hoje tão cara e sob a ameaça de escassear num futuro bem próximo, poderia ter uma fonte de abastecimento inesgotável – e ecologicamente correta.

Nos países europeus, nos Estados Unidos e no Japão, gerar energia a partir do lixo é uma realidade desde os anos 1980. Esses países processam 130 milhões de toneladas de lixo, gerando energia elétrica e térmica em 650 instalações.

Somente a União Europeia extrai mais de 10 mil MW de cerca de 60 milhões de toneladas de lixo por ano em 400 usinas, que são capazes de produzir eletricidade para atender 27 milhões de pessoas (o equivalente a soma da população da Dinamarca, da Finlândia e da Holanda).

Se o Brasil transformasse seu lixo em energia, conseguiria implantar cerca de 750 usinas, que forneceriam energia para aproximadamente 22,5 milhões de habitantes - cada 200 toneladas por dia do lixo doméstico orgânico permitiriam a implantação de uma Usina Termelétrica com a potência de três Megawatts, capaz de atender uma população de 30 mil habitantes. A energia via lixo pode iluminar casas, ativar indústrias e mover carros.

Isso também se refletiria positivamente na economia, não apenas com o corte de gastos que esta fonte de energia traria, mas com os recursos que captaria.

O aproveitamento de resíduos é considerado uma alternativa viável para substituir combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás), sendo uma boa opção para a redução da emissão de gases poluentes que provocam o efeito estufa.

Com a venda de créditos de carbono, o Brasil poderia vir a arrecadar cerca de US\$100 milhões por ano com essa alternativa, de acordo com pesquisadores do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Climáticas (IVIG)

### Buraco na camada de ozônio

O gás ozônio envolve a Terra na forma de uma frágil camada que protege a vida da ação dos raios ultravioleta (emitidos pelo Sol). Os raios ultravioleta causam mutações nos seres vivos, modificando as moléculas de DNA. Em seres humanos, o excesso de ultravioleta pode causar câncer de pele e afetar o sistema imunológico.

Nos últimos anos, contudo, cientistas detectaram um “buraco” na camada de ozônio, exatamente sobre a Antártida, o que deixa sem proteção uma área de cerca de 30 milhões de km<sup>2</sup>.

Pesquisadores acreditam que o gás clorofluorcarbono (CFC) é o principal responsável pela destruição da camada de ozônio. Esse gás é utilizado em aparelhos de refrigeração, sprays e na produção de materiais como, por exemplo, o isopor. Ao chegar à atmosfera, o CFC entra em contato com grande quantidade de raios ultravioleta, que quebram as moléculas de CFC e liberam cloro. Este, por sua vez, rompe as moléculas de ozônio (O<sub>3</sub>), formando monóxido de cloro (ClO) e oxigênio (O<sub>2</sub>). Ocorre que esses dois gases não são eficientes para proteger a Terra dos raios ultravioleta.

Em 1985, vários países assinaram a Convenção de Viena - e, dois anos depois, o Protocolo de Montreal -, se comprometendo a diminuir a produção de CFC.

### Os efeitos de El Niño e La Niña

São fenômenos que se manifestam nas águas oceânicas do Pacífico ocasionando alterações no clima do planeta Terra e interferências nas variações de temperatura e na regularidade das chuvas.

O El Niño acontece por meio do enfraquecimento dos ventos alísios. Isso causa um aquecimento nas águas do Pacífico, perto da costa oeste da América do Sul, sendo que em condições normais, esse aquecimento teria que acontecer perto na região da Indonésia.

Em ano El Niño, ou de La Niña, o mundo tem seus climas habituais mudados: aumento de chuvas em alguns lugares, secas em outros e em algumas regiões os temidos furacões arrasam cidades inteiras, junto com enchentes e outras catástrofes. Importante frisar que, apesar desses fenômeno contribuírem para o acontecimento dessas tragédias, eles não são os responsáveis por elas. Há um “sensacionalismo” geral por parte da imprensa mundial que atribui fatalidades ao El Niño. Esses fenômenos climáticos acontecem independentemente da ação humana, mas suas conseqüências variam de acordo com as condições que cada região apresenta, em função da ação humana.

E a menos conhecida, mas nem por isso menos importante, La Niña, que acontece, como já foi dito, em sentido contrário ao El Niño. Os ventos alísios ganham força e empurram a massa de ar mais aquecida para ainda mais perto da costa australiana. Assim como em outros anos, o vapor da água quente sobe e forma uma camada vertical de ar. Essa camada viaja pela troposfera e se descarrega na costa sul-americana. O ocorrido em anos de La Niña é semelhante com o que acontece em anos “comuns” (sem El Niño), mas com uma intensidade bem maior.

Sustentabilidade, aquecimento global no Brasil e no mundo, desmatamento... Todas essas palavras são muito comuns nos nossos dias. A natureza nunca respondeu com tanta força aos maus tratos dados pelo homem. Conforme os anos passam, são registradas mais inundações, furacões, terremotos e se as ações do homem não mudar, a tendência é só piorar. Com isso, até mesmo fenômenos naturais, como El Niño e a La Niña, terão impactos maiores e mais prejudiciais ao homem.



**Degelo no Mundo**

O constante processo de elevação da temperatura média global, desencadeado principalmente pela intensificação do efeito estufa, está provocando uma série de fenômenos maléficos ao meio ambiente, como é o caso do degelo, uma das consequências do aquecimento global.

As regiões polares são as mais atingidas pelo degelo, pois o derretimento dessas áreas está ocorrendo de forma muito rápida. Conforme cientistas ambientais, o degelo agrava ainda mais o aquecimento da Terra, haja vista que durante esse processo ocorre a liberação de gases prejudiciais ao meio ambiente.

Pesquisas realizadas confirmam que o Oceano Ártico teve sua área reduzida em 14%, além da camada de gelo ter se tornado 40% mais fina. A Antártida, por sua vez, perdeu 3 mil quilômetros quadrados de extensão, em consequência de uma elevação de 2,5 °C desde 1940. Com o derretimento das calotas do Ártico e da Antártica, uma grande camada de água, proveniente do gelo, fluirá para os oceanos, podendo contribuir para a elevação do nível do mar. Tal ocorrência ameaça milhões de pessoas em todo o mundo

Outra área bastante afetada pelo degelo é a Groelândia. Conforme pesquisa divulgada pela revista Science, o degelo na Groelândia triplicou nos últimos anos. Atualmente, o gelo dessa região derrete a um ritmo muito acelerado, sendo que esse processo tem se intensificado desde 2004.

Conforme dados da Worldwatch Institute, as principais cordilheiras do mundo estão sofrendo significativas reduções em massa de gelo e neve. Monitoramentos revelam que as geleiras dos Alpes recuaram cerca de 35%. Um artigo da revista britânica Science, de outubro de 2002, afirma que a capa de neve a qual cobre o monte Kilimanjaro, na Tanzânia, pode desaparecer em 20 anos.

De acordo com cientistas da Universidade de Edimburgo e da Universidade de Londres, a quantidade de gelo derretido chega a 125 trilhões de toneladas por ano. Fato que proporciona um aumento no nível do mar, que, apesar de ser de poucos centímetros em algumas regiões, já é o suficiente para promover um desequilíbrio ambiental. Em 2010, o nível dos oceanos deverá estar aproximadamente um metro acima do que estava previsto pelo Painel do Clima das Nações Unidas (IPCC).

A elevação da temperatura global está afetando o equilíbrio ambiental, atingindo todos os tipos de vida. Várias espécies de animais marinhos e peixes estão ameaçadas pelo degelo. Um exemplo bastante representativo é a redução do gelo na Antártica, a qual fez com que a população de pinguins diminuísse em 33%.

Calcula-se que aproximadamente 200 milhões de indivíduos serão afetados com o aumento do nível do mar, e que 60% da população residente em áreas costeiras terá que migrar para outras regiões. *Texto adaptado de BUENO, C.*

**QUESTÕES**

1- O conceito de Desenvolvimento Sustentável parte do princípio de que

- a) para sustentar o consumo da população mundial, a destruição do meio ambiente deveria ser contida nos países pobres.
- b) o atendimento às necessidades básicas das populações, no presente, não deve comprometer os padrões de vida das gerações futuras.
- c) o padrão básico de vida populacional tem esgotado os recursos naturais e a alternativa seria rever o modo de viver nas grandes cidades.
- d) o desenvolvimento industrial deve diminuir, adaptando um novo modo de vida às gerações atuais e otimizando o uso de produtos artesanais.
- e) a diminuição da retirada de recursos naturais renováveis e não renováveis buscam estabelecer novas formas de convívio com o meio agropecuário.

2- Ano Internacional da Biodiversidade

Em relação ao termo Biodiversidade é correto afirmar que:

- a) se relaciona somente à fauna e à flora da zona tropical do planeta, pois nas regiões temperadas não há diversidade.
- b) abrange toda a variedade das formas de vida, espécies e ecossistemas em uma região ou em todo o planeta.
- c) é restringido às espécies uniformemente distribuídas por toda superfície da Terra, o que só ocorre com a fauna.
- d) não se relaciona aos fungos e micro-organismos do meio ambiente, limitando-se às fauna das zonas tropicais.
- e) refere-se à fauna, à flora e a pessoas que vivem em harmonia com o meio ambiente, como ameríndios e aborígenes.

3- Leia a tira a seguir.



QUINO. Toda Mafalda. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 372; 411. [Adaptado]



A tira, sobretudo a fala de Mafalda, questiona o apelo ao consumo. Na perspectiva dos estudos geográficos, a generalização do consumo visa

- a) à ampliação da cidadania, por garantir mais espaços públicos do que privados nas cidades.
- b) à disseminação do sistema de crédito e da propaganda, por ampliar o acesso a bens e produtos.
- c) à distribuição de renda, por promover a equidade social nos países subdesenvolvidos.
- d) ao aumento da produção e dos níveis de consumo nos países desenvolvidos.
- e) à redução das diferenças entre cidadãos e consumidores, por equiparar o acesso ao consumo aos valores democráticos.

4- As imagens abaixo mostram a localização de dois eventos mundiais ocorridos em 2009, simultaneamente.



Periferia de Belém (Brasil), cidade onde ocorreu o FORUM SOCIAL MUNDIAL jan/2009



Davos (Suíça), cidade onde ocorreu o FORUM ECONÔMICO MUNDIAL jan/2009

Sobre esses dois importantes fóruns mundiais, pode-se afirmar:

- a) Em Davos, reuniram-se representantes da riqueza do planeta com objetivo principal de elaborar políticas sociais para tirar da pobreza os excluídos da globalização.
- b) Em Davos, no Fórum Econômico Mundial, os chefes de Estado dos países mais ricos do mundo exibiram seu otimismo com os bons resultados econômicos, consequência direta da adoção de políticas neoliberais em seus países.
- c) No Fórum Econômico Mundial, os países ricos se comprometeram a reduzir drasticamente os subsídios agrícolas como forma de melhorar a concorrência na Organização Mundial do Comércio.
- d) A cidade de Belém recebeu a vanguarda do movimento social e político do mundo que luta contra a exclusão social provocada pela globalização da economia.
- e) No Fórum Social Mundial, a notícia do fim do protecionismo anunciada pelos países ricos foi dada como verdade e vista como um gesto positivo na luta contra as desigualdades mundiais.

5- Leia atentamente o fragmento de texto a seguir. Trata-se de uma entrevista com o sociólogo Zigmunt Bauman.

Poderia falar mais amplamente sobre os riscos da modernidade?

Uma das características do que chamo de “modernidade sólida” era que as maiores ameaças para a existência humana eram muito mais óbvias. Os perigos eram reais, palpáveis, e não havia muito mistério sobre o que fazer para neutralizá-los ou, ao menos, aliviá-los. Era óbvio, por exemplo, que alimento, e só alimento, era o remédio para a fome.

Os riscos de hoje são de outra ordem, não se pode sentir ou tocar muitos deles, apesar de estarmos todos expostos, em algum grau, a suas consequências. Não podemos, por exemplo, cheirar, ouvir, ver ou tocar as condições climáticas que gradativamente, mas sem trégua, estão se deteriorando. O mesmo acontece com os níveis de radiação e de poluição, a diminuição das matérias-primas e das fontes de energia não renováveis, e os processos de globalização sem controle político ou ético, que solapam as bases de nossa existência e sobrecarregam a vida dos indivíduos com um grau de incerteza e ansiedade sem precedentes.

Diferentemente dos perigos antigos, os riscos que envolvem a condição humana no mundo das dependências globais podem não só deixar de ser notados, mas também deixar de ser minimizados mesmo quando notados. As ações necessárias para exterminar ou limitar os riscos podem ser desviadas das verdadeiras fontes do perigo e canalizadas para alvos errados. Quando a complexidade da situação é descartada, fica fácil apontar para aquilo que está mais à mão como causa das incertezas e das ansiedades modernas. Veja, por exemplo, o caso das manifestações contra imigrantes que ocorrem na Europa. Vistos como “o inimigo” próximo, eles são apontados como os culpados pelas frustrações da sociedade, como aqueles que põem obstáculos aos projetos de vida dos demais cidadãos. A noção de “solicitante de asilo” adquire, assim, uma conotação negativa, ao mesmo tempo em que as leis que regem a imigração e a naturalização se tornam mais restritivas, e a promessa de construção de “centros de detenção” para estrangeiros confere vantagens eleitorais a plataformas políticas.

Para confrontar sua condição existencial e enfrentar seus desafios, a humanidade precisa se colocar acima dos dados da experiência a que tem acesso como indivíduo. Ou seja, a percepção individual, para ser ampliada, necessita da assistência de intérpretes munidos com dados não amplamente disponíveis à experiência individual. E a Sociologia, como parte integrante desse processo interpretativo — um processo que, cumpre lembrar, está em andamento e é permanentemente inconclusivo —, constitui um empenho constante para ampliar os horizontes cognitivos dos indivíduos e uma voz potencialmente poderosa nesse diálogo sem fim com a condição humana. *PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Entrevista com Zigmunt Bauman. Tempo soc. 2004.*

Sobre as questões ambientais na contemporaneidade, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Uma das consequências humanas da globalização pode ser associada ao agravamento da questão ambiental.
- b) O desenvolvimento do capitalismo demonstra que os índices de industrialização são diretamente proporcionais aos índices de poluição, em termos absolutos.
- c) O estímulo ao consumo de produtos recicláveis pode ser considerado uma estratégia do capitalismo contemporâneo para manter os índices de consumo elevados.
- d) Embora as questões climáticas tenham se agravado por conta da globalização e do desenvolvimento do capitalismo, elas não podem ser consideradas uma categoria relevante para a compreensão da sociedade contemporânea.
- e) As questões ambientais e climáticas são uma espécie de “inimigo invisível” que caracteriza a modernidade contemporânea (“modernidade líquida”).

6- Leia o poema seguir:

Eu etiqueta  
 Em minha calça está grudado um nome  
 Que não é meu nome de batismo ou de cartório,  
 Um nome ..... estranho.  
 Meu blusão traz lembrete de bebida  
 Que jamais pus na boca, nesta vida,  
 Em minha camiseta, a marca de cigarro  
 Que não fumo, até hoje não fumei  
 Minhas meias falam de produto  
 Que nunca experimentei  
 Mas são comunicados a meus pés.  
 (...) Meu lenço, meu relógio, meu chaveiro,  
 Minha gravata e cinto e escova de dente e pente (...)  
 Desde a cabeça ao bico dos sapatos,  
 São mensagens,  
 Letras falantes,  
 Gritos visuais,  
 Ordens de uso, abuso, reincidência,  
 Costume, hábitos, premência,  
 Indispensabilidade, e fazem  
 de mim homem-anúncio itinerante (...).  
*Carlos Drummond de Andrade*

O poema acima se refere:

- a) Ao consumismo, entendido como um fator importante para o desenvolvimento da sociedade capitalista.
- b) À moda jovem, da sociedade globalizada e das comunicações em rede em escala planetária.
- c) À vida nas metrópoles e nas cidades globais cujos habitantes usam um vocabulário estrangeiro para expressar o processo de globalização.
- d) Às relações comerciais desiguais em escala planetária, em que os países pobres consomem produtos fabricados em diferentes lugares do globo.
- e) Aos produtos expostos nas vitrines dos shopping centers das cidades brasileiras.

7- Leia o texto a seguir:

**A busca da sustentabilidade nos dias atuais**

Os problemas ambientais atuais atingiram tal proporção que exigem atenção de todos os quadrantes da sociedade. O movimento de sustentabilidade tem como meta a busca da coexistência do Homem com o ambiente. Significa ir ao encontro das necessidades humanas atuais sem reduzir a qualidade de vida das gerações futuras e do ambiente em que viverão.

Esta coexistência é alcançada, dentre outras estratégias com a utilização de tecnologias "verdes" (que usam energias renováveis e reciclam materiais), que originam uma economia sustentada, produtora de riqueza e postos de trabalho para muitas gerações, sem degradar o ambiente. Este fato torna o Homem mais responsável com ele mesmo e com a sociedade.

O processo de expansão do modo de produção capitalista trouxe repercussões decisivas no espaço mundial não só no aumento de consumo, mas também uma crescente preocupação em alguns países com a qualidade ambiental, o que tem levado à busca de várias alternativas entre elas o emprego de tecnologias avançadas e acordos diversos a fim de reduzir o impacto e a degradação ambiental. Sobre o assunto, é verdadeiro afirmar que ocorre(m):

a) acordos político-econômicos e tecnológicos entre os Estados Unidos e a China, país de regime político capitalista, objetivando o emprego de tecnologias que promovam uma melhoria ambiental e na qualidade de vida de suas populações.

b) um aceite da Colômbia em acatar ajuda tecnológica dos Estados Unidos para a efetivação de acordos com países que outrora eram socialistas e hoje adotam o capitalismo como é o caso da Coreia do Sul, com vistas a uma exploração menos poluente do petróleo que produz.

c) acordos tecnológicos entre a Índia e o Paquistão, onde este país se compromete a investir seus conhecimentos em tecnologia informacional na preservação ambiental do Paquistão em troca das terras disputadas na região da Caxemira.

d) intensas modificações espaciais na Ásia, particularmente na China, fruto das campanhas de preservação ambiental promovidas pelo governo que adota estratégias de desenvolvimento de cunho socialista e preservacionista.

e) barreiras impostas por nações desenvolvidas capitalistas que se recusam diminuir o seu crescimento econômico e, assim, evitam assinar acordos de compromisso de redução dos impactos ambientais provocados pelo modelo questionável de desenvolvimento.

8- “A civilização industrial, como se encontra hoje organizada, está se chocando frontalmente com o sistema ecológico do planeta” (Al Gore, no livro “A terra em balanço”). Essa frase de Al Gore nos faz pensar que o modelo atual de desenvolvimento não é capaz de satisfazer as gerações atuais e compromete as gerações futuras. Sobre esse assunto, é correto afirmar que:

1) o desenvolvimento sustentável responde às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas necessidades.

2) o cooperativismo poderá ser um importante instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável; é uma forma de estruturação do capital social.

3) o cooperativismo, além de fortalecer a democracia, volta-se para o desenvolvimento sustentável local.

4) nenhum país desenvolvido da modernidade sacrificou o seu desenvolvimento econômico original em função da consciência de que os recursos naturais são finitos.

5) existe uma necessidade imperiosa de os países industrializados reduzirem o seu consumo e seu impacto desproporcional na poluição da Biosfera.

Estão corretas:

a) 1 e 4 apenas

b) 1 e 5 apenas

c) 2 e 4 apenas

d) 1, 2 e 3 apenas

e) 1, 2, 3, 4 e 5.

9- Leia e observe:



www.medioparaiba.com.br

Ao questionar a racionalidade humana, a charge tem por objetivo principal:

a) Relacionar o desmatamento à extinção das aves.

b) Mostrar que os interesses econômicos sobrepõem-se à preservação ambiental.

c) Mostrar que o uso de veículos contribui para o aumento da poluição atmosférica.

d) Relacionar a expansão agrícola ao processo de degradação ambiental.

10- Sobre a globalização dos problemas ambientais é correto afirmar:

I - Após a Revolução Industrial, a Natureza passou a ser vista como uma fonte de recursos econômicos a ser explorada por meio de instrumentos cada vez mais sofisticados, criados pela ciência e pela tecnologia. Nesse processo, o meio ambiente foi submetido a uma contínua devastação, pondo em risco o equilíbrio do planeta e afetando a vida de toda a humanidade.

II - Nas últimas décadas do século XX, com o agravamento dos problemas ambientais, a sociedade se mobilizou para deter os efeitos nocivos das atividades econômicas, predatórias e poluentes.

III - Os grupos ecológicos se multiplicaram e a pressão social resultou na aprovação pelos poderes públicos de leis de proteção ao meio ambiente.

IV - No âmbito internacional, a preservação do meio ambiente passou a constituir elemento importante de um país para negociar a comercialização de seus produtos e recebimento de empréstimos.

Está (ão) correta(s)

a) Apenas a proposição I

b) Todas as proposições

c) Apenas as proposições II e IV

d) Apenas as proposições I e II

e) Apenas as proposições I e III

GABARITO:

1-B / 2-B / 3-B / 4-D / 5-D / 6-A / 7-E / 8-E / 9-B / 10-B







# GEOGRAFIA DO BRASIL



**1 – A NATUREZA BRASILEIRA (RELEVO, HIDROGRAFIA, CLIMA E VEGETAÇÃO)**

A formação do relevo brasileiro decorre da ação de diversos elementos, como a estrutura geológica do território, os agentes internos, o tectonismo e o vulcanismo, e os agentes externos: as águas correntes e o intemperismo.

Entre as principais características do nosso relevo, destaca-se o predomínio das formações sedimentares recentes, que ocupam 64% da superfície. Tais formações se sobrepõem aos terrenos pré-cambrianos, mais antigos, que formam o embasamento de nosso relevo, de origem cristalina, e que afloram em 36% do território. Como reflexo dessa estrutura geológica, de base sedimentar, a altimetria de do relevo brasileiro vai caracterizar-se pelo predomínio das baixas e médias altitudes.

O relevo brasileiro, em sua formação, não sofreu a ação dos movimentos orogênicos recentes, responsáveis pelo surgimento dos chamados dobramentos modernos e, por isso, caracteriza-se pela presença de três grandes formas: os planaltos as depressões e as planícies. Os planaltos e as depressões representam as formas predominantes, ocupando cerca de 95% do território, e têm origem e tanto cristalina quanto sedimentar. Em alguns pontos do território, especialmente nas bordas dos planaltos, o relevo apresenta-se muito acidentado, como a ocorrência de serras e escarpas. As planícies representam os 5% restantes do território brasileiro e são exclusivamente de origem sedimentar.

**Classificação do relevo brasileiro**

Existem várias classificações do nosso relevo, porém algumas delas se tornaram mais conhecidas e tiveram grande importância em momentos diferentes da nossa história.

A mais antiga delas é a que foi elaborada pelo professor Aroldo de Azevedo, na década de 40, que utilizava como critério para a definição das formas o nível altimétrico. Assim, a superfícies aplainadas que superassem a marca dos 200 m de altitude seriam classificadas como planaltos, e as superfícies aplainadas que apresentassem altitudes inferiores a 200 m seriam classificadas como planícies. Com base nisso, o Brasil dividia-se em oito unidades de relevo, sendo 4 planaltos, que ocupavam 59% do território e 4 planícies, que ocupavam os 41% restante.

No final da década de 50, o professor Aziz Nacib Ab'Saber apresentou uma nova classificação, com maior rigor científico, que utilizava como critério para a definição das formas o tipo de alteração dominante na superfície, ou seja, o processo de erosão e sedimentação. Planalto corresponderia a superfície aplainada, onde o processo erosivo estaria predominando sobre o sedimentar, enquanto a planície (ou terras baixas) se caracterizaria pelo inverso, ou seja, o processo sedimentar estaria se sobrepondo ao processo erosivo. Por essa divisão, o relevo brasileiro se compunha de 10 unidades, sendo 7 planaltos, que ocupavam 75% do território, e três planícies, que ocupavam os 25 restantes.

A localização de 92% do território brasileiro na zona intertropical e as baixas altitudes do relevo explicam a predominância de climas quentes, com médias de temperatura superiores a 20° C. Os tipos de clima presentes no Brasil são: equatorial, tropical, tropical de altitude, tropical atlântico, semiárido e subtropical.

O clima equatorial domina a região amazônica e se caracteriza por temperaturas médias entre 24° C e 26° C e amplitude térmica anual (diferença entre a máxima e a mínima registrada durante um ano) de até 3° C. As chuvas são abundantes (mais de 2.500 mm/ano) e regulares, causadas pela ação da massa equatorial continental. No inverno, a região pode receber frentes frias originárias da massa polar atlântica. Elas são as responsáveis pelo fenômeno da friagem, a queda brusca na temperatura, que pode chegar a 10° C.

Extensas áreas do planalto central e das regiões Nordeste e Sudeste são dominadas pelo clima tropical. Nelas, o verão é quente e úmido e o inverno, frio e seco. As temperaturas médias excedem os 20° C, com amplitude térmica anual de até 7° C. As chuvas variam de 1.000 a 1.500 mm/ano.

O tropical de altitude predomina nas partes altas do Planalto Atlântico do Sudeste, estendendo-se pelo norte do Paraná e sul do Mato Grosso do Sul. Apresenta temperaturas médias entre 18° C e 22° C e amplitude térmica anual entre 7° C e 9° C. O comportamento pluviométrico é igual ao do clima tropical. As chuvas de verão são mais intensas devido à ação da massa tropical atlântica. No inverno, as frentes frias originárias da massa polar atlântica podem provocar geadas.

A faixa litorânea que vai do Rio Grande do Norte ao Paraná sofre atuação do clima tropical atlântico. As temperaturas variam entre 18° C e 26° C, com amplitudes térmicas crescentes conforme se avança para o sul. Chove cerca de 1.500 mm/ano. No litoral do Nordeste, as chuvas intensificam-se no outono e no inverno. Mais ao sul, são mais fortes no verão.

O clima semiárido predomina nas depressões entre planaltos do sertão nordestino e no trecho baiano do vale do Rio São Francisco. Suas características são temperaturas médias elevadas, em torno de 27° C, e amplitude térmica em torno de 5° C. As chuvas, além de irregulares, não excedem os 800 mm/ano, o que leva às “secas do Nordeste”, os longos períodos de estiagem.

O clima subtropical predomina ao sul do Trópico de Capricórnio, compreendendo parte de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul e os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Caracteriza-se por temperaturas médias inferiores a 18° C, com amplitude térmica entre 9° C e 13° C. Nas áreas mais elevadas, o verão é suave e o inverno frio, com nevascas ocasionais. Chove entre 1.500 mm e 2.000 mm.

A mais recente classificação do relevo brasileiro é a proposta pelo professor Jurandyr Ross, divulgada em 1995. Fundamentando suas pesquisas nos dados obtidos a partir de um detalhado levantamento da superfície do território brasileiro, realizado através de sistema de radares do projeto Radambrasil, do Ministério de Minas e Energia, o professor Ross apresenta uma subdivisão do relevo brasileiro em 28 unidades, sendo 11 planaltos, 11 depressões e 6 planícies.

Essa nova classificação utilizou como critério a associação de informações sobre o processo de erosão, sedimentação dominante na atualidade, com a base geológica e estrutural do terreno e ainda com o nível altimétrico do lugar. Assim, define-se planalto como uma superfície irregular, com altitudes superiores a 300 m, e que teve origem a partir da erosão sobre rochas cristalinas ou sedimentares; depressão é uma superfície mais plana, com altitudes entre 100 e 500 m, apresentando inclinação suave, resultante de prolongado processo erosivo, também sobre rochas cristalinas ou sedimentares; e planície é uma superfície extremamente plana e formada pelo acúmulo recente de sedimentos fluviais, marinhos ou lacustres.

Vejamus uma síntese com as características mais importantes de cada uma das subunidades do relevo brasileiro:



**- Planaltos**

**Planalto da Amazônia Oriental** - constitui-se de terrenos de uma bacia sedimentar e localiza-se na metade leste da região, numa estreita faixa que acompanha o rio Amazonas, do curso médio até a foz. Suas altitudes atingem cerca de 400 m na porção norte e 300 m na porção sul.

**Planaltos e Chapadas da Bacia do Parnaíba** - constituem-se também de terrenos de uma bacia sedimentar, estendendo-se das áreas centrais do país (GO-TO), até as proximidades do litoral, onde se alargam, na faixa entre Pará e Piauí, sendo cortados de norte a sul, pelas águas do rio Parnaíba. Aí encontramos a predominância das formas tabulares, conhecidas como chapadas.

**Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná** - caracterizam-se pela presença de terrenos sedimentares e pelos depósitos de rocha de origem vulcânica, da era mesozoica. Localizam-se na porção meridional do país, acompanhando os cursos dos afluentes do rio Paraná, estendendo-se desde os estados de Mato Grosso e Goiás, até o Rio Grande do Sul, ocupando a faixa ocidental dessa região, atingindo altitudes em torno de 1.000 m.

**Planalto e Chapada dos Parecis** - estendendo-se por uma larga faixa no sentido Leste-Oeste na porção centro-ocidental do país, indo do Mato Grosso até Rondônia. Dominados pela presença de terrenos sedimentares, suas altitudes atingem cerca de 800 m, exercendo a função de divisor de águas das bacias dos rios Amazonas, Paraguai e Guaporé.

**Planaltos Residuais Norte-Amazônicos** - ocupam uma área onde se mesclam terrenos sedimentares e cristalinos, na porção mais setentrional do país, do Amapá até o Amazonas, caracterizando-se em alguns pontos pela definição das fronteiras brasileiras e em outros, pela presença das maiores altitudes do Brasil, como o Pico da Neblina (3014 m), na divisa do estado de Roraima com a Venezuela.

**Planaltos Residuais Sul-Amazônicos** - também ocupam terrenos onde se mesclam o rochas sedimentares e cristalinas, estendendo se por uma larga faixa de terras ao sul do Rio Amazonas, desde a porção meridional do Pará até Rondônia. O destaque dessa subunidade é a presença de algumas formações em que são encontradas jazidas minerais de grande porte (é o caso da serra dos Carajás, no Pará).

**Planaltos e Serras do Atlântico Leste e Sudeste** - ocupam uma larga faixa de terras na porção oriental do país e, em terrenos predominantemente cristalinos, onde observamos a presença de superfícies bastante acidentadas, com sucessivas escarpas de planalto; daí o fato de ser chamada a região de “domínio dos mares de morros”. Aí encontramos também formações de elevadas altitudes, como as serras do Mar e da Mantiqueira, que caracterizam este planalto como sendo a “região das terras altas”. Na porção mais interior dessas subunidade, em Minas Gerais, encontramos uma importante área rica em minério, na serra do Espinhaço, na região denominada Quadrilátero Ferrífero.

**Planaltos Serras de Goiás-Minas** - terrenos de formação antiga, predominantemente cristalinos, que se estendem do sul de Tocantins até Minas Gerais, caracterizando-se por formas muito acidentadas que como a serra da Canastra, onde estão as nascentes do rio São Francisco - entremeadas de formas tabulares, como as chapadas nas proximidades do Distrito Federal.

**Serras e Residuais do Alto Paraguai** - ocupam uma área de rochas cristalinas e rochas sedimentares antigas, que se concentram ao norte e ao sul da grande planície do Pantanal, no oeste brasileiro. Aí, na porção meridional, destaca-se a serra da Bodoquena, onde as altitudes alcançam cerca de 800 m.

**Planalto da Borborema** - corresponde a uma área de terrenos formados de rochas pré cambrianos e sedimentares antigas, aparecendo na porção oriental no nordeste brasileiro, a leste do estado de Pernambuco, como um grande núcleo cristalino e isolado, atingindo altitudes em torno de 1.000 m.

**Planalto Sul-rio-grandense** - superfície caracterizada pela presença de rochas de diversas origens geológicas, apresenta um certo predomínio de material pré cambriano. Localiza-se na extremidade meridional do país, no sul do Rio Grande do Sul, onde encontramos as famosas “coxilhas”, que são superfícies convexas, caracterizadas por colinas suavemente onduladas, com altitudes inferiores a 450 m.<sup>[1]</sup>

**- Depressões**

**Depressão da Amazônia Ocidental** - corresponde a uma enorme área de origem sedimentar no oeste da Amazônia, com altitudes em torno de 200 m, apresentando uma superfície aplainada, atravessada ao centro pelas águas do rio Amazonas.

**Depressão Marginal Norte Amazônia** - localizada na porção norte da Amazônia, entre o planalto da Amazônia oriental e os planaltos residuais norte amazônicos, com altitudes que variam entre 200 e 300 m. Com rochas cristalinas e sedimentares antigas, e estende-se entre o litoral do Amapá e a fronteira do estado do Amazonas com a Colômbia.

**Depressão Marginal Sul Amazônia** - com terrenos predominantemente sedimentares e altitudes variando entre 100 e 400 m, está localizado na porção meridional da Amazônia, intercalando-se com as terras dos planaltos residuais sul amazônicos.

**Depressão do Araguaia** - acompanha quase todo o vale do rio Araguaia e apresenta terrenos sedimentares, com uma topografia muito plana e altitudes entre 200 e 350 m. Em seu interior encontramos a planície do rio Araguaia.

**Depressão Cuiabana** - localizada no centro do país, encaixada entre os planaltos da bacia do Paraná, dos Parecis e do alto Paraguai, caracteriza-se pelo predomínio dos terrenos sedimentares de baixa altitude, variando entre 150 e 400 m.

**Depressão do Alto Paraguai-Guaporé** - superfície caracterizada pelo predomínio das rochas sedimentares, localiza-se entre os rios Jauru e Guaporé, no estado de Mato Grosso.



**Depressão do Miranda** - atravessada pelo rio Miranda, localiza-se no MS, ao sul do Pantanal. É uma área em que predominam rochas cristalinas pré cambrianas, com altitudes extremamente baixas, entre 100 e 150 m.

**Depressão Sertaneja e do São Francisco** - ocupam uma extensa faixa de terras que se alonga desde as proximidades do litoral do Ceará e Rio Grande do Norte, até o interior de Minas Gerais, acompanhando quase todo o curso do rio São Francisco. Apresentam variedade de formas e de estruturas geológicas, porém destaca-se a presença do relevo tabular, as chapadas, como as do Araripe (PE-CE) e do Apodi (RN).

**Depressão do Tocantins** - acompanha todo o trajeto do Rio Tocantins, quase sempre em terrenos de formação cristalinas pré cambriana. Suas altitudes declinam de norte para sul, variando entre 200 e 500 m.

**Depressão Periférica da Borda Leste da Bacia do Paraná** - caracterizada pelo domínio dos terrenos sedimentares das eras Paleozoica e Mesozoica, aparece como uma larga faixa de terras, localizada entre as terras dos planaltos da bacia do Paraná e do Atlântico leste e sudeste. Suas altitudes oscilam entre 600 e 700 m.

**Depressão Periféricas sul-rio-grandense** - ocupam as terras sedimentares drenadas pelas águas do rio Jacuí e do Rio Ibicuí, no Rio Grande do Sul. Caracteriza-se por baixas altitudes, que variam em torno dos 200 m.

## - Planícies

**Planície do Rio Amazonas** - a região das terras baixas amazônicas era considerada uma das maiores planícies do mundo, mas atualmente todo esse espaço divide-se em várias unidades, classificadas como planaltos, depressões e planície. Se considerássemos apenas a origem, seus 1,6 milhões de quilômetros quadrados formariam uma grande planície, pois a origem é sedimentar. Se considerássemos a altimetria, também denominaríamos esta região de planície, pois não ultrapassa 150 m de altitude. Considerando-se, no entanto, o processo erosivo e deposicional, percebemos que mais de 95% dessas terras baixas são, na verdade, planaltos ou depressões de baixa altitude, onde o processo erosivo se sobrepõe ao de sedimentação restando à planície verdadeira uma estreita faixa de terras às margens dos grandes rios da região.

**Planície do Rio Araguaia** - é uma planície estreita que se estende no sentido norte-sul, margeando o trecho médio do rio Araguaia, em terras dos estados de Goiás e Tocantins. Em seu interior, o maior destaque fica com a ilha do Bananal que, com uma área de cerca de 20.000 km<sup>2</sup>, é a maior ilha fluvial do planeta.

**Planície e Pantanal do Rio Guaporé** - trata-se de uma faixa bastante estreita de terras planas e muito baixas, que se alonga pelas fronteiras ocidentais do país, penetrando a noroeste, no território boliviano, tendo seu eixo marcado pelas águas do rio Guaporé.

**Planície e Pantanal Mato-grossense** - corresponde a uma grande área que ocupa porção mais ocidental do Brasil Central. É de formação extremamente recente, datando do período quaternário da era Cenozoica; por isso apresenta altitudes muito modestas,

em torno de 100 m acima do nível do mar. É considerada a mais típica planície brasileira, pois está em constante processo de sedimentação. Todo ano, durante o verão, as chuvas aumentam o nível de águas dos rios, que transbordam. Como o declive do relevo é mínimo, o fluxo maior das águas que descem para o Pantanal supera a capacidade de escoamento do rio Paraguai, eixo fluvial que atravessa a planície de norte a sul, ocasionando, então, as grandes enchentes que transformam toda a planície numa enorme área alagada (vem daí o nome "pantanal").

Passado o verão, com a estiagem do inverno, o rio retorna ao seu leito normal, e o Pantanal transforma-se então numa enorme área plana, coberta de campos, como uma planície comum.

**Planície da Lagoa dos Patos e Mirim** - ocupa quase a totalidade do litoral gaúcho, expandindo-se na porção mais meridional até o território do Uruguai. A originalidade dessa planície está em sua formação predominantemente marinha e lacustres, com mínima participação da deposição de origem fluvial.

**Planícies e Tabuleiros Litorâneos** - correspondem a inúmeras porções do litoral brasileiro e quase sempre ocupam áreas muito pequenas. Geralmente localizam-se na foz de rios que deságuam no mar, especialmente daqueles de menor porte. Apresentam-se muito largas no litoral norte e quase desaparecem no litoral sudeste. E em trechos do litoral nordestino, essas pequenas planícies apresentam-se intercaladas com áreas de maior elevação as barreiras-, também de origem sedimentar.

**Planaltos:** Os planaltos são terrenos relativamente planos e situados em áreas de altitude mais elevada. São limitados, pelo menos de um lado, por superfícies mais baixas. No Brasil, são exemplos o Planalto Central Brasileiro, o Planalto Centro-Sul Mineiro, os planaltos da Região Amazônica e os planaltos da bacia sedimentar do Paraná.

**Planícies:** As planícies são áreas planas ou suavemente onduladas, formadas pela deposição de sedimentos transportados pela ação da água ou do vento, por exemplo. Em geral, encontram-se em regiões de baixa altitude. Por surgirem da deposição de sedimentos inconsolidados (partículas que não se assentaram) vindos de outros locais, são relevos mais recentes que outros. Entre as planícies brasileiras, destacam-se a do Pantanal mato-grossense, a do rio Amazonas e seus principais afluentes e as encontradas no litoral do país.

**Depressões:** As depressões são um conjunto de relevos planos ou ondulados que ficam abaixo do nível altimétrico (de altitude) das regiões vizinhas. Exemplos de depressão no Brasil podem ser encontrados na Região Amazônica, como as depressões do Acre e do Amapá. Encontram-se ainda na Região Sudeste, onde sítios urbanos aproveitaram as características favoráveis do relevo para a construção de grandes cidades, como São Paulo e Belo Horizonte.

**Serras:** As serras constituem relevos acidentados, geralmente em forma de cristas (partes altas, seguidas por saliências) e topos aguçados ou em bordas elevadas de planaltos. A Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira são bons exemplos. As chapadas e os tabuleiros são relevos de topo plano formados em rochas sedimentares, normalmente limitados por bordas com inclinações variadas.

**Chapadas:** As chapadas estão situadas em altitudes medianas a elevadas. São exemplos no Brasil a Chapada Diamantina, as chapadas dos Guimarães e dos Parecis. Os tabuleiros são encontrados em altitudes relativamente baixas, podendo ocorrer nas faixas costeiras e interiores. No litoral, predominam na Região Nordeste e, no interior, na Região Amazônica.

**Patamares:** Por fim, os patamares são formas planas ou onduladas que constituem superfícies intermediárias ou degraus entre áreas de relevo mais elevado e áreas mais baixas. São encontrados na Região Nordeste entre as depressões sertanejas e a Serra da Borborema e na bacia sedimentar do Paraná, formando degraus entre níveis diferenciados de planaltos.

### *Hidrografia Brasileira*

#### **Definição**

A hidrografia é o ramo da geografia física que estuda as águas do planeta, abrangendo, portanto rios, mares, oceanos, lagos, geleiras, água do subsolo e da atmosfera. A grande parte da reserva hídrica mundial (mais de 97%) concentra-se em oceanos e mares, com um volume de 1.380.000.000 km<sup>3</sup>. Já as águas continentais representam pouco mais de 2% da água do planeta, ficando com um volume em torno de 38.000.000 km<sup>3</sup>.

#### **Hidrografia do Brasil**

O Brasil tem um dos maiores complexos hidrográficos do mundo, apresentando rios com grandes extensões, larguras e profundidades. A maioria dos rios brasileiros nasce em regiões pouco elevadas, com exceção do rio Amazonas e de alguns afluentes que nascem na cordilheira dos Andes. O Brasil possui 8% de toda a água doce que está na superfície da Terra. Além disso, a maior bacia fluvial do mundo, a Amazônica, também fica no Brasil. Somente o rio Amazonas deságua no mar um quinto de toda a água doce que é despejada nos oceanos.

#### **Rios de planalto e de planície**

Devido à natureza do relevo, no Brasil predominam os rios de planalto, que apresentam rupturas de declive, vales encaixados, entre outras características, que lhes conferem um alto potencial para a geração de energia elétrica. Encachoeirados e com muitos desníveis entre a nascente e a foz, os rios de planalto apresentam grandes quedas-d'água. Assim, em decorrência de seu perfil não regularizado, ficam prejudicados no que diz respeito à navegabilidade. Os rios São Francisco e Paraná são os principais rios de planalto.

Em menor quantidade, temos no Brasil os rios que correm nas planícies, sendo usados basicamente para a navegação fluvial, por não apresentarem cachoeiras e saltos em seu percurso. Como exemplo, podem ser citados alguns rios da bacia Amazônica (região Norte) e da bacia Paraguaia (região Centro-Oeste, ocupando áreas do Pantanal Mato-Grossense). Entre os grandes rios nacionais, apenas o Amazonas e o Paraguai são predominantemente de planície e largamente utilizados para a navegação.

Apesar da maioria dos rios brasileiros nunca secar, alguns apresentam características curiosas, como por exemplo, o Jaguaripe (Ceará), que desaparece nas secas, e o Paraguaçu (Bahia), que se torna subterrâneo e depois volta a ficar visível.

#### **Características gerais**

• Ocorrência de grande parte dos rios do tipo caudalosos, isso significa cursos com elevado volume de água e que não secam (perene), característica derivada do clima úmido. Somente no sertão nordestino ocorre, em determinadas localidades, rios temporários.

• Domínio principal de foz do tipo estuário e alguns rios com foz do tipo delta.

• Os regimes dos rios brasileiros são de predominância do tipo pluvial, isso quer dizer que os períodos de cheias e vazantes são determinados pela ocorrência de chuvas e secas, influência direta do clima na hidrografia.

• Modesta quantidade de lagos.

• Superioridade de rios que desaguam no mar, nascem no interior do país e percorrem em direção ao oceano, chamado de drenagem do tipo exorreica.

• Grande parte dos rios corre sobre planaltos e depressões, esses são os tipos de relevo que mais se destacam no Brasil, favorecendo a instalação de usinas hidrelétricas.

• Grande parte dos rios brasileiros apresenta regime Tropical Austral, com cheias de verão e vazante no inverno.

#### **Deltas**

Os deltas correspondem à foz de um curso de água em que os aluviões fluviais se acumulam em vez de serem redistribuídos pelas vagas e correntes litorais. Deste modo, os deltas caracterizam-se por um avanço da terra em relação ao mar. É justamente esse traço que identifica os deltas. Muitas vezes o rio divide-se em vários braços, mas essa não é uma condição absolutamente necessária. No fundo, um delta representa o oposto de um estuário, porque no caso do delta as ações fluviais, de origem continental, dominam sobre as ações marinhas.

Os deltas atuais são holocênicos, mas sobrepõem-se muitas vezes a deltas mais antigos em locais subsidentes. Ao longo do litoral brasileiro existem áreas de progradação quaternária, a maioria das quais vinculadas a importantes desembocaduras fluviais, enquanto que outras não apresentam qualquer ligação com desembocaduras fluviais, atuais ou pretéritas. Todos os casos até aqui estudados, podem ser explicados pelo modelo de evolução paleogeografia concebido pelos autores, válido para o trecho Macaé (RJ) a Maceió (AL). Dois ou mais dos estádios do modelo completo podem ser omitidos na explicação da história evolutiva de algumas dessas planícies. As planícies costeiras dos rios Doce (ES) e Paraíba do Sul (RJ) caracterizam-se pela presença de expressivos deltas intralagunares, que foram construídos no interior de extensas paleolagunas.

As planícies costeiras dos rios Jequitinhonha (BA) e São Francisco (SE/AL), ambas de menor expressão do que as anteriores, não apresentam deltas intralagunares porque nunca chegaram a desenvolver lagunas de maior porte durante a sua evolução geológica. Por outro lado, a foz do Rio Parnaíba (PI/MA) pode ser considerada como de domínio essencialmente eólico e a planície de Caravelas (BA) não possui qualquer relação com desembocadura fluvial. Nessas planícies, que foram frequentemente descritas como essencialmente holocênicas, foram também encontrados sedimentos pleistocênicos ao lado dos holocênicos.

**As tradicionais bacias hidrográficas do Brasil**

Uma bacia hidrográfica é um conjunto de terras drenadas por um rio principal, seus afluentes e subafluentes. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) classifica os rios em nove bacias. São elas:

**Bacia Amazônica**

É a maior bacia hidrográfica do mundo, com 7.050.000 km<sup>2</sup>, sendo mais da metade localizado em terras brasileiras. Abrange também terras da Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname. Seu rio principal, o Amazonas, nasce no Peru com o nome de Vilcanota e recebe posteriormente os nomes de Ucaiali, Urubamba e Maraçon. Quando entra no Brasil, passa a se chamar Solimões e, após o encontro com o Rio Negro, perto de Manaus, recebe o nome de Rio Amazonas.

**Bacia do Nordeste**

Abrange diversos rios de grande porte e de significado regional, como: Acaraú, Jaguaribe, Piranhas, Potengi, Capibaribe, Una, Pajeú, Turiaçu, Pindaré, Grajaú, Itapecuru, Mearim e Parnaíba. O rio Parnaíba forma a fronteira dos estados do Piauí e Maranhão, desde suas nascentes na serra da Tabatinga até o oceano Atlântico, além de representar uma importante hidrovia para o transporte dos produtos agrícolas da região.

**Bacia do Tocantins-Araguaia**

Com uma área superior a 800.000 km<sup>2</sup>, a bacia do rio Tocantins-Araguaia é a maior bacia hidrográfica inteiramente situada em território brasileiro. O rio Tocantins nasce na confluência dos rios Maranhão e Paraná (GO), enquanto o Araguaia nasce no Mato Grosso. Localiza-se nessa bacia a usina de Tucuruí (PA), que abastece projetos para a extração de ferro e alumínio.

**Bacia do Paraguai**

Destaca-se por sua navegabilidade, sendo bastante utilizada para o transporte de carga. Assim, torna-se importante para a integração dos países do MERCOSUL. Suas águas banham terras brasileiras, paraguaias e argentinas.

**Bacia do Rio Paraná**

É a região mais industrializada e urbanizada do país. Na bacia do Paraná reside quase um terço da população brasileira, sendo os principais aglomerados urbanos as regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e de Curitiba. O rio Paraná, com aproximadamente 4.100 km, tem suas nascentes na região Sudeste, separando as terras do Paraná do Mato Grosso do Sul e do Paraguai. O rio Paraná é o principal curso d'água da bacia, mas também são muito importantes os seus afluentes e formadores, como os rios Grande, Parnaíba, Tietê, Paranapanema, Iguaçu, dentre outros. Essa bacia hidrográfica é a que tem a maior produção hidrelétrica do país, abrigando a maior usina hidrelétrica do mundo: a Usina de Itaipu, no Estado do Paraná, projeto conjunto entre Brasil e Paraguai.

**Bacia do São Francisco**

Nasce em Minas Gerais, na serra da Canastra, atravessando os estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. O Rio São Francisco é o principal curso d'água da bacia, com cerca de 2.700 km de extensão e 168 afluentes. De grande importância política,

econômica e social, principalmente para a região nordeste do país, é navegável por cerca de 1.800 km, desde Pirapora, em Minas Gerais, até a cachoeira de Paulo Afonso. O principal aglomerado populacional da bacia do São Francisco corresponde à Região Metropolitana de Belo Horizonte, na região do Alto São Francisco.

**Bacia do Sudeste-Sul**

É composta por rios da importância do Jacuí, Itajaí e Ribeira do Iguape, entre outros. Os mesmos possuem importância regional, pela participação em atividades como transporte hidroviário, abastecimento d'água e geração de energia elétrica.

**Bacia do Uruguai**

É formada pelo rio Uruguai e por seus afluentes, desaguardo no estuário do rio da Prata, já fora do território brasileiro. O rio Uruguai é formado pelos rios Canoas e Pelotas e serve de divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Faz ainda a fronteira entre Brasil e Argentina e entre Argentina e Uruguai. Deságua no oceano após percorrer 1.400 km. A região hidrográfica do Uruguai apresenta um grande potencial hidrelétrico, possuindo uma das maiores relações energia/km<sup>2</sup> do mundo.

**Bacia do Leste\***

Assim como a bacia do nordeste, esta bacia possui diversos rios de grande porte e importância regional. Entre eles, temos os rios Pardo, Jequitinhonha, Paraíba do Sul, Vaza-Barris, Itapicuru, das Contas, Paraguaçu, entre outros. O rio Paraíba do Sul, por exemplo, situa-se entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, apresentando ao longo do seu curso diversos aproveitamentos hidrelétricos, cidades ribeirinhas de porte e indústrias importantes, como a Companhia Siderúrgica Nacional.

**Navegação fluvial**

Na Amazônia, os rios que são tradicionalmente utilizados como hidrovias são: Amazonas, Madeira, Araguaia, Guaporé e Tocantins. O Rio Araguaia apresenta cerca de 1.162 km navegáveis, entre São João do Araguaia e Beleza. O Rio Tocantins apresenta aproximadamente 1.900 km navegáveis, partindo de Belém (PA), até Peixe (GO). Porém, essa navegação só é considerada útil, em qualquer época do ano, de Miracema do Norte (GO) para jusante.

Para que o Rio São Francisco seja navegável durante todo o ano, é necessário que a jusante da Pirapora (MG) regularize o seu escoamento, construindo reservatórios.

**Recursos hídricos**

O Brasil apresenta 12% dos recursos hídricos do planeta, é uma quantidade bem considerável, porém tais recursos não são aproveitados e distribuídos de maneira adequada. No início de 1997 a lei nº 9433 foi sancionada, e com isso foi estabelecida a Política Nacional de Recurso Hídrico e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Consideravam a água como um bem de domínio público, e em casos de falta a prioridade seria para o consumo humano.

Em meados do ano 2000 a lei nº 9984 foi promulgada, desenvolvendo a ANA (Agência Nacional de Águas), que ficou encarregada de outorgar e exercer fiscalização sobre o direito de uso dos recursos hídricos, além de criar e desenvolver movimentos com o intuito de impedir e controlar a ação das secas e inundações.





**Águas subterrâneas**

Para facilitar o estudo das águas subterrâneas o Brasil foi dividido em regiões homogêneas, formando 10 províncias hidrogeológicas. Os limites dessas províncias não coincidem necessariamente com os das bacias hidrográficas, estas províncias são regiões onde os sistemas aquíferos apresentam condições semelhantes de armazenamento, circulação e qualidade de água.

**Energia hidrelétrica**

A grande extensão territorial do Brasil com predomínio de planaltos ondulados, o clima tropical dominante a sua vasta hidrografia, com predomínio de regime tropical pluvial, muito favorecem a instalação de usinas geradoras de hidroeletricidade, mediante o aproveitamento do elevado potencial hidráulico existente.

O potencial hidráulico de um rio é determinado pela função de duas variáveis:

- Volume de água.
- A altura de queda d'água ou ângulo de declividade do leito do rio.

O potencial hidrelétrico é resultado do aproveitamento parcial do potencial hidráulico, pois depende da altura da barragem e do volume médio de descarga nesse ponto durante o ano.

**A ANEEL**

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) foi criada em 1996, e é o órgão responsável por regularizar e fiscalizar os aspectos técnicos, econômicos e administrativos das empresas do setor. Em 2001, houve crise de energética que gerou a necessidade de reduzir o consumo de energia elétrica por meio de racionamento de energético.

A crise ocorreu por uma soma de fatores: as poucas chuvas, e a falta de planejamento e ausência de investimentos em geração e distribuição de energia. Com a escassez de chuva, o nível de água dos reservatórios das hidroelétricas baixou e os brasileiros foram obrigados a racionar energia.

**Principais hidrelétricas**

A Rede Hidro meteorológica Nacional, conforme dados da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL é composta hoje por 5.138 estações, das quais 2.234 pluviométricas, 1.874 fluviométricas e 1.030 de outros tipos, como sedimentométricas, telemétricas, de qualidade das águas, evaporimétricas e climatológicas.

A energia elétrica atende a cerca de 92% dos domicílios no país. A produção de energia é realizada por usinas hidrelétricas e termoeletricas, sendo que as usinas hidrelétricas respondem, por cerca de 97% da energia elétrica gerada.

**Principais hidrelétricas do Brasil:**

Usina	Localização	Capacidade (MW)
<b>Região Norte</b>		
Tucuruí	Rio Tocantins	3.980
Balbina	Rio Uatumã	250
<b>Região Nordeste</b>		
Paulo Afonso	Rio São Francisco	2.460
Sobradinho	Rio São Francisco	1.050
Moxotó	Rio São Francisco	439,2
Itaparica	Rio São Francisco	1.500
Xingó	Rio São Francisco	3.000
<b>Região Sudeste</b>		
São Simão	Rio Paranaíba	1.715
Nova Ponte	Rio Araguari	510
Água Vermelha	Rio Grande	1.380
Três Irmãos	Rio Tietê	808
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192
Ilha Solteira	Rio Paraná	3.230
Porto Primavera	Rio Paraná	1.854
Jaguara	Rio Grande	425,6
Três Marias	Rio São Francisco	387,6
<b>Região Sul</b>		
Foz do Areia	Rio Iguçu	2.511
Capivara	Rio Paranapanema	640
Itaipu	Rio Paraná	12.600
Parigot de Souza	Rio Capivari	246,96
Itaúba	Rio Jacuí	625
Salto Osório	Rio Iguçu	1.050
<b>Região Centro-Oeste</b>		
Ilha Solteira	Rio Paraná	3.230
Itumbiara	Rio Paranaoba	2.080
Jupia	Rio Paraná	1.411,2

**Potencial Hidrelétrico-Bacias Hidrográficas**

O valor do potencial hidrelétrico brasileiro é composto pela soma da parcela estimada (remanescente + individualizada) com a inventariada.

O potencial estimado é resultante da somatória dos estudos:

- De potencial remanescente - resultado de estimativa realizada em escritório, a partir de dados existentes, sem qualquer levantamento complementar, considerando-se um trecho do curso d'água, via de regra situado na cabeceira, sem determinar o local de implantação do aproveitamento; e,
- Individualizados - resultado de estimativa realizada em escritório para um determinado local, a partir de dados existentes ou levantamentos expeditos, sem qualquer levantamento detalhado.

A parcela inventariada inclui usinas em diferentes níveis de estudos - inventário, viabilidade e projeto básico - além de aproveitamentos em construção e operação (ELETROBRÁS, 2004). O potencial inventariado é resultante da somatória dos aproveitamentos:



- Apenas em inventário - resultado de estudo da bacia hidrográfica, realizado para a determinação do seu potencial hidrelétrico, mediante a escolha da melhor alternativa de divisão de queda, caracterizada pelo conjunto de aproveitamentos compatíveis entre si e com projetos desenvolvidos, de forma a se obter uma avaliação da energia disponível, dos impactos ambientais e dos custos de implantação dos empreendimentos;

- Com estudo de viabilidade - resultado da concepção global do aproveitamento, considerando sua otimização técnico-econômica que permita a elaboração dos documentos para licitação. Esse estudo compreende o dimensionamento das estruturas principais e das obras de infraestrutura local e a definição da respectiva área de influência, do uso múltiplo da água e dos efeitos sobre o meio ambiente;

- Com projeto básico - aproveitamento detalhado e em profundidade, com orçamento definido, que permita a elaboração dos documentos de licitação das obras civis e do fornecimento dos equipamentos eletromecânicos;

- Em construção - aproveitamento que teve suas obras iniciadas, sem nenhuma unidade geradora em operação; e.

- Em operação - os empreendimentos em operação constituem a capacidade instalada.

Os aproveitamentos somente são considerados para fins estatísticos nos estágios “inventário”, “viabilidade” ou “projeto básico”, se os respectivos estudos tiverem sido aprovados pelo poder concedente.

O potencial hidrelétrico brasileiro consiste em cerca de 260 GW. Contudo apenas 68% desse potencial foi inventariado. Entre as bacias com maior potencial destacam-se as do Rio Amazonas e do Rio Paraná.

## Clima Brasileiro

Para identificar os tipos climáticos predominantes no território brasileiro, é preciso analisar os fatores do clima, tanto os dinâmicos como os estáticos. Os fatores estáticos vêm a ser a latitude e altitude. A latitude é a distância em graus de um ponto qualquer da superfície terrestre à linha do equador.

No Brasil, 93% do território localiza-se no interior da Zona Tropical, o que determina o predomínio de climas quentes, já os 7% restantes do território constituem uma exceção: são áreas em que predominam climas amenos, por situarem em latitudes mais distantes do equador. Considerando-se apenas a latitude, o Brasil possuiria só dois tipos climáticos:

*Tropical*, com área de ocorrência restrita ao interior da Zona tropical, ou seja, a área do país que se estende desde o extremo norte até o trópico de Capricórnio;

*Temperado*, com área de ocorrência correspondente às áreas situadas ao sul do Trópico de capricórnio, de médias latitudes.

No caso da altitude, o território brasileiro possui uma altitude relativamente baixa, quando comparada com a de outros países. Assim apenas 7,3% de suas terras estão acima dos 800 metros. A influência da altitude é sentida particularmente nas chamadas terras altas do sudeste.

Outro fator climático são os fatores dinâmicos: as massas de ar, cinco grandes massas de ar agem frequentemente sobre o Brasil. Seu deslocamento ocorre devido às diferenças de pressão atmosférica entre dois pontos. Dentre elas temos:

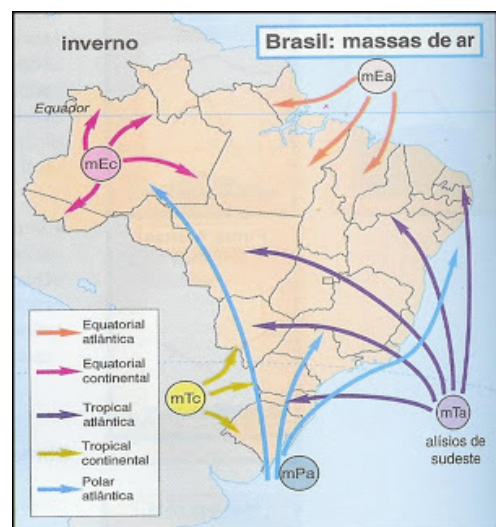
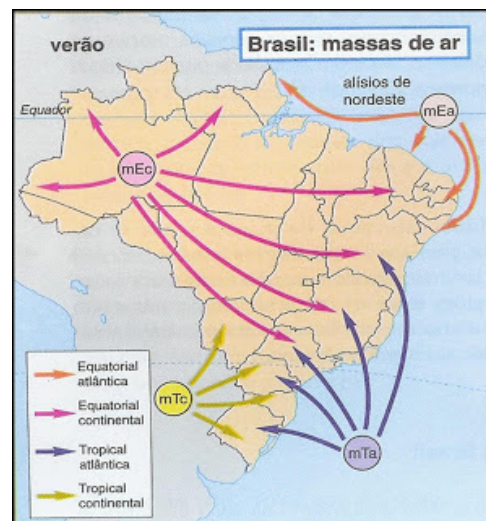
- Mec (massa equatorial continental), é uma massa quente e instável originada na Amazônia Ocidental, que atua sobre todas as regiões do país. Apesar de continental é uma massa úmida, em razão da presença de rios caudalosos e da intensa transpiração da massa vegetal da Amazônia, região em que provoca chuvas abundantes e quase diárias, principalmente no verão e no outono. No verão, avança para o interior do país provocando as “chuvas de verão”.

- Mea (massa equatorial atlântica) é quente, úmida e originária do Atlântico Norte (próximo à Ilha de Açores). Atua nas regiões litorâneas do Norte do Nordeste, principalmente no verão e na primavera, sendo também formadoras dos ventos alísios de nordeste.

- Mta (massa tropical atlântica) origina-se no Oceano Atlântico e atua na faixa litorânea do Nordeste ao Sul do país. Quente e úmida provoca as chuvas frontais de inverno na região Nordeste a partir do seu encontro com a Massa Polar Atlântica e as chuvas de relevo nos litorais sul e sudeste, a partir do choque com a Serra do Mar. Também é formadora dos ventos alísios de sudeste.

- Mpa (massa polar atlântica) forma-se no Oceano Atlântico sul (próximo à Patagônia), sendo fria e úmida e atuando, sobretudo no inverno no litoral nordestino (causa chuvas frontais), nos estados sulinos (causa queda de temperatura e geadas) e na Amazônia Ocidental (causa fenômeno da friagem, queda brusca na temperatura).

- Mct (massa tropical continental), originada na Depressão do Caco, é quente e seca e atua basicamente em sua área de origem, causando longos períodos quentes e secos no sul da região Centro-oeste e no interior das regiões Sul e Sudeste.



Indicação das massas de ar pelo Brasil.

**Tipos Climáticos**

Considerando a influência exercida pelos fatores climáticos sobre o território brasileiro, são identificados os grandes tipos de clima:

**Clima subtropical**

As regiões que possuem clima subtropical apresentam grande variação de temperatura entre verão e inverno, não possuem uma estação seca e as chuvas são bem distribuídas durante o ano. É um clima característico das áreas geográficas a sul do Trópico de Capricórnio e a norte do Trópico de Câncer, com temperaturas médias anuais nunca superiores a 20°C. A temperatura mínima do mês mais frio nunca é menor que 0°C.

**O clima semi-árido**

O clima semi-árido, presente nas regiões Nordeste e Sudeste, apresenta longos períodos secos e chuvas ocasionais concentradas em poucos meses do ano. As temperaturas são altas o ano todo, ficando em torno de 26 °C. A vegetação típica desse tipo de clima é a caatinga.

**Clima equatorial úmido**

Este tipo de clima apresenta temperaturas altas o ano todo. As médias pluviométricas são altas, sendo as chuvas bem distribuídas nos 12 meses, e a estação seca é curta. Aliando esses fatores ao fenômeno da evapotranspiração, garante-se a umidade constante na região. É o clima predominante no complexo regional Amazônico.

**Clima Tropical**

Presente na maior parte do território brasileiro, este tipo de clima caracteriza-se pelas temperaturas altas. As temperaturas médias de 18 °C ou superiores são registradas em todos os meses do ano. O clima tropical apresenta uma clara distinção entre a temporada seca (inverno) e a chuvosa (verão). O índice pluviométrico é mais elevado nas áreas litorâneas.

**Clima tropical de Altitude**

Apresenta médias de temperaturas mais baixas que o clima tropical, ficando entre 15° e 22° C. Este clima é predominante nas partes altas do Planalto Atlântico do Sudeste, estendendo-se pelo centro de São Paulo, centro-sul de Minas Gerais e pelas regiões serranas do Rio de Janeiro e Espírito Santo. As chuvas se concentram no verão, sendo o índice de pluviosidade influenciado pela proximidade do oceano.

**Características climáticas de cada Região**

Região Norte, a maior parte da região apresenta clima equatorial. Caracteriza-se pelo clima quente, com temperaturas médias anuais variando entre 24° e 26 °C. Na foz do rio Amazonas, no litoral do Pará e no setor ocidental da região, o total pluviométrico anual geralmente excede os 3.000 mm. De Roraima até o leste do Pará as chuvas ocorrem com menor frequência, ficando em torno de 1.500 a 1.700 mm anuais. O período chuvoso da região ocorre nos meses de verão/outono, com exceção de Roraima e parte do Amazonas, onde as chuvas ocorrem mais no inverno.

Região Nordeste, é uma região de caracterização climática complexa. O clima equatorial úmido está presente em uma pequena parte do estado do Maranhão, na divisa com o Pará; o clima litorâneo úmido ocorre no litoral da Bahia ao do Rio Grande do Norte; o clima tropical está presente nos estados da Bahia, Ceará,

Maranhão e Piauí; e o clima tropical semi-árido ocorre em todo o sertão nordestino. Quanto ao regime térmico, na região nordeste as temperaturas são elevadas, com médias anuais entre 20° e 28 °C, sendo que já foram registradas máximas em torno de 40 °C no Piauí e no sul do Maranhão. Os meses de inverno apresentam mínimas entre 12° e 16 °C no litoral, e inferiores nos planaltos, sendo que já foi registrado 1 °C na Chapada da Diamantina. As chuvas são fonte de preocupação na região, variando de 2.000 mm até valores inferiores a 500 mm anuais. A precipitação média anual é inferior a 1.000 mm. Além disso, no sertão nordestino o período chuvoso normalmente dura apenas dois meses no ano, podendo eventualmente até não existir, causando as secas.

Região Centro-oeste, o clima da região é tropical semiúmido, com chuvas de verão. Nos extremos norte e sul da região, a temperatura média anual é de 22 °C e nas chapadas varia de 20° a 22 °C. Na primavera/verão, são comuns temperaturas elevadas, sendo que a média do mês mais quente varia de 24° a 26 °C. A média das máximas do mês mais quente oscila entre 30° e 36 °C. No inverno, em virtude da invasão polar, é comum a ocorrência de temperaturas mais baixas. No mês mais frio, a temperatura média oscila entre 15° e 24°C, enquanto a média das mínimas fica entre 8° a 18°C. A pluviosidade média é de 2.000 a 3.000 mm anuais ao norte de Mato Grosso, enquanto no Pantanal mato-grossense é de 1.250 mm. Apesar disso, a região centro-oeste é bem provida de chuvas, sendo que mais de 70% do total de chuvas ocorrem de novembro a março, o que torna o inverno bastante seco.

Região Sudeste, nesta região, as características climáticas mais fortes são de clima tropical. No litoral, predomina o clima tropical atlântico e, nos planaltos, o tropical de altitude, com geadas ocasionais. Existe ainda uma grande diversificação no que diz respeito à temperatura. No limite de São Paulo e Paraná, a temperatura média anual situa-se entre 20 °C, enquanto ao norte de Minas Gerais a média é 24 °C, e nas áreas mais elevadas das serras do Espinhaço, Mantiqueira e do Mar, a média pode ser inferior a 18 °C, devido ao efeito conjugado da latitude com a frequência das correntes polares. No verão, são comuns médias das máximas de 30 a 32 °C. No inverno, a média das temperaturas mínimas varia de 6° a 20 °C, com mínimas absolutas de -4 a 8 °C. Em relação à pluviosidade, a altura anual da precipitação nessas áreas é superior a 1.500 mm, chegando a 2.340 mm no alto do Itatiaia e 3.600 mm na serra do Mar, em São Paulo. Os menores índices pluviométricos anuais são registrados nos vales dos rios Jequitinhonha e Doce, em torno de 900 mm.

Região Sul, com exceção do norte do Paraná, onde predomina o clima tropical, nesta região o clima predominante é o subtropical, responsável pelas temperaturas mais baixas do Brasil. Na região central do Paraná e no planalto serrano de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, o inverno costuma registrar temperaturas abaixo de zero, com o surgimento de geada e até de neve em alguns municípios. A temperatura média anual situa-se entre 14 e 22°C, sendo que nos locais com altitudes acima de 1.100 m, cai para aproximadamente 10°C.

**Vegetação Brasileira**

Há no mundo uma imensa variedade de vegetação, dentre todos os países o Brasil possui um lugar de destaque em relação à quantidade de tipos de vegetação e belezas naturais. O Brasil possui um território continental, devido a isso apresenta vários tipos de vegetação, clima, relevo, hidrografia, esses são aspectos fisi-



cos e/ou naturais. Cada região do país possui uma particularidade acerca de uma vegetação, a variação corresponde à interrelação entre todos os elementos naturais. A vegetação é um dos aspectos naturais que mais se destaca na paisagem, apresenta características devido a sua formação a partir de aspectos de solo, clima entre outros elementos.

### Floresta Amazônica

Corresponde à mata fechada com árvores de grande, médio e pequeno porte, a densidade dessa vegetação é proveniente do clima quente e úmido que favorece o desenvolvimento da biodiversidade. Na Floresta Amazônica prevalece o relevo plano, clima com elevadas temperaturas com baixa amplitude térmica e chuvas frequentes bem distribuídas durante todos os meses do ano. As temperaturas variam entre 25o a 28o C e os índices pluviométricos são superiores a 2.000 mm.

Calcula-se que dentro da floresta amazônica convivem em harmonia mais de 20% de todas as espécies vivas do planeta, sendo 20 mil de vegetais superiores, 1400 de peixes, 300 de mamíferos e 1300 de pássaros, sem falar das dezenas de milhares de espécies de insetos, outros invertebrados e micro-organismos. Para se ter ideia do que isso significa, existem mais espécies vegetais num hectare de floresta amazônica de que em todo o território europeu. A castanheira é o exemplo mais típico de árvore amazônica, sendo uma das mais imponentes da mata. De toda essa variedade, metade permanece ainda desconhecida da ciência, havendo muitas espécies endêmicas, ou seja, que vivem apenas numa localidade restrita, não ocorrendo em outras regiões. A vegetação pode ser classificada em: mata de terra firme (sempre seca), mata de várzea (que se alaga na época das chuvas) e mata de igapó (perenemente alagada). Existem, também, em menor quantidade, áreas de cerrado, campos e vegetação litorânea.

**a) Mata de Igapó ou Caaigapó:** Essa composição vegetativa ocorre em áreas de baixo relevo próximas a rios e por causa disso permanecem alagadas, as plantas dessas áreas apresentam estatura máxima de 20 metros, além de cipós e plantas aquáticas.

**b) Mata de Várzea:** Vegetação que se estabelece em áreas mais elevadas em relação às matas de igapó, mesmo assim sofre inundações, porém somente nos períodos de cheias. As árvores presentes possuem em média 20 metros de altura, sem contar com uma imensa quantidade de galhos repletos de espinhos, essa parte da floresta é de difícil acesso por ser muito fechada.

**c) Mata de Terra Firme ou Mata Verdadeira (Caaetê):** Ocorre nas regiões que não sofrem com as ações das cheias, nessa parte da floresta as árvores apresentam alturas que oscilam entre 30 e 60 metros e se desenvolvem com distâncias restritas entre si, fato que dificulta a inserção de luz, uma vez que as copas das mesmas ficam muito próximas, devido a isso quase não existem outras plantas menores, pois o interior dessas matas é escuro, tornando-se impróprias para reprodução de vegetais por não ocorrer o processo de fotossíntese.

### Mata Atlântica

Considerada um dos biomas mais ameaçados do planeta, a Mata Atlântica é o domínio de natureza mais devastado do Brasil. Ela estende-se do Piauí ao Rio Grande do Sul, e correspondia a, aproximadamente, 15% do território nacional, no entanto, a inten-

sa devastação desse bioma para plantação de cana-de-açúcar, café, mineração e outras atividades econômicas, reduziram drasticamente essa cobertura vegetal, restando, atualmente, apenas 7% da mata original, localizada principalmente na Serra do Mar.

A Mata Atlântica é composta por um conjunto de fisionomias e formações florestais, com estruturas e interações ecológicas distintas em cada região, ela está na faixa de transição com os mais importantes biomas do Brasil: caatinga, cerrados, mangues, campos e planaltos de araucárias. Seu clima predominante é o tropical úmido, no entanto, existem outros microclimas ao longo da mata. Apresenta temperaturas médias elevadas durante o ano todo; a média de umidade relativa do ar também é elevada. As precipitações pluviométricas são regulares e bem distribuídas nesse bioma. Quanto ao relevo, é caracterizado por planaltos e serras. A importância hidrográfica da Mata Atlântica é grande, pois essa região abriga sete das nove maiores bacias hidrográficas do país, entre elas estão: Paraná, Uruguai, Paraíba do Sul, Doce, Jequitinhonha e São Francisco.

Esse bioma é um dos mais ricos do mundo em espécies da flora e da fauna. Sua vegetação é bem diversificada e é representada pela peroba, ipê, quaresmeira, cedro, jambo, jatobá, imbaúba, jequitibá-rosa, jacarandá, pau-brasil, entre outras. Esses dois últimos (jacarandá e pau-brasil) são o principal alvo da atividade madeireira, fato que ocasionou sua redução e quase extinção.

A fauna possui várias espécies distintas, sendo várias delas endêmicas, ou seja, são encontradas apenas na Mata Atlântica. Entre os animais desse bioma estão: tamanduá, tatu-canastra, onça-pintada, lontra, mico-leão, macaco muriqui, anta, veado, quati, cutia, bicho-preguiça, gambá, monocarvoeiro, araponga, jacutinga, jacu, macuco, entre tantos outros.

Existe uma grande necessidade de políticas públicas para a preservação da Mata Atlântica, visto que da área original desse bioma (1,3 milhão de km<sup>2</sup>) só restam 52.000 Km<sup>2</sup>. Outro fator é a quantidade de espécies ameaçadas de extinção: das 200 espécies vegetais brasileiras ameaçadas, 117 são desse bioma. Conforme dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Mata Atlântica abriga 383 dos 633 animais ameaçados de extinção no Brasil.

### Mata dos Pinhais ou Floresta de Araucária

As Matas de Araucárias são encontradas na Região Sul do Brasil e nos pontos de relevo mais elevado da Região Sudeste. Existem pelo menos dezenove espécies desse tipo de vegetação, das quais treze são endêmicas (existe em um lugar específico). São encontradas na Ilha Norfolk, sudeste da Austrália, Nova Guiné, Argentina, Chile e Brasil. Essa cobertura vegetal se desenvolve em regiões nas quais predomina o clima subtropical, que apresenta invernos rigorosos e verões quentes, com índices pluviométricos relativamente elevados e bem distribuídos durante o ano. A araucária é um vegetal da família das coníferas que pode ser cultivado com fins ornamentais, em miniaturas. O Pinheiro-do-Paraná ou Araucária (*Araucaria angustifolia*) era encontrado com abundância no passado, atualmente no Brasil restaram restritas áreas preservadas.

As árvores que compõem essa particular cobertura vegetal possuem altitudes que podem variar entre 25 e 50 metros e troncos com 2 metros de espessura. As sementes dessas árvores, conhecidas como pinhão, podem ser ingeridas, os galhos envolvem todo o tronco central. Os fatores determinantes para o desenvolvimento dessa planta é o clima e o relevo, uma vez que ocorre principal-



mente em áreas de relevo mais elevado. Outra particularidade das araucárias é a restrita ocorrência de flores, provenientes das baixas temperaturas; além de não desenvolver outros tipos de plantas nas proximidades dos pinheiros. Diante disso, a composição paisagística dessa vegetação fica caracterizada principalmente pelo espaçamento entre as árvores, pois não existem vegetais de pequeno porte que poderiam fazer surgir uma vegetação densa; essas são compostas por florestas ralas.

Infelizmente, no Brasil, a proliferação das Araucárias está bastante comprometida e corre sério risco de entrar em extinção, fato decorrente das atividades produtivas desenvolvidas há várias décadas na região, especialmente na extração de madeira e ocupação agropecuária, reduzindo a 3% a forma original.

### Mata dos Cocais

Mata dos cocais é um tipo de vegetação brasileira que ocorre entre a região norte e nordeste do Brasil, região denominada de meio-norte. Corresponde a uma área de transição envolvendo vários estados e vegetações distintas. Na região onde se encontra o meio-norte é possível identificar climas totalmente diferentes, como equatorial superúmido e semiárido. A mata dos cocais é composta por babaçu, carnaúba, oiticica e buriti; se estabelece entre a Amazônia e a caatinga, essa região abrange os estados do Maranhão, Piauí e norte do Tocantins. Nas áreas mais úmidas do meio-norte, que se encontram no Maranhão, norte do Tocantins e oeste do Piauí, ocorre o desenvolvimento de uma espécie de coqueiro ou palmeira chamada de babaçu. Essa planta possui uma altura que oscila entre 15 e 20 metros. O babaçu produz amêndoas que são retiradas de cachos de coquilhos do qual é extraído um óleo com uso difundido na indústria de cosméticos e alimentos. Nas regiões mais secas do meio-norte, que se estabelecem no leste do Piauí, e nas áreas litorâneas do Ceará desenvolve outra característica vegetal, a carnaúba. Carnaúba é uma árvore endêmica que pode alcançar aproximadamente 20 metros de altura, das folhagens se extrai a cera e a partir dessa matéria-prima são fabricados lubrificantes, a cera também é usada em perfumarias, na confecção de plásticos e adesivos. A mata dos cocais encontra-se em grande risco de extinção, pois tais regiões estão dando lugar a pastagens e lavouras, especialmente no Maranhão e boreal de Tocantins.

### Matas-Galerias ou Matas Ciliares

Mata Ciliar e Mata de Galeria são vegetações existentes em terrenos drenados ou mal drenados, estão associadas a cursos d'água. No Cerrado, a mata ciliar segue os rios de médio e grande porte, sendo uma mata estreita. Geralmente, a mata ciliar incide em terrenos acidentados. Ocorrem diferentes graus de queda das folhas na estação seca. Na mata de galeria há maior resistência das folhas nas estações secas. A mata de galeria possui dois subtipos, a não-inundável e a inundável. No Cerrado, por exemplo, ainda há a mata seca que apresenta três subtipos: Sempre-verde, Semidecídua e Decídua. Na vegetação de galeria é comum a existência de espécies epífitas, que são plantas que utilizam uma árvore como suporte ao seu crescimento, não fazendo da mesma fonte de sua nutrição, pois não são parasitas, por exemplo, as orquídeas.

É comum que a vegetação da mata de galeria não seja padronizada, há casos de vegetação não-inundável em área inundada.

### Caatinga – (mata branca)

A caatinga, palavra originária do tupi-guarani, que significa “mata branca”, é o único sistema ambiental exclusivamente brasileiro. Possui extensão territorial de 734.478 de quilômetros quadrados, correspondendo a cerca de 10% do território nacional, está presente nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, Piauí e norte de Minas Gerais. As temperaturas médias anuais são elevadas, oscilam entre 25° C e 29° C. O clima é semiárido; e o solo, raso e pedregoso, é composto por vários tipos diferentes de rochas. A ação do homem já alterou 80% da cobertura original da caatinga, que atualmente tem menos de 1% de sua área protegida em 36 unidades de conservação, que não permitem a exploração de recursos naturais. As secas são cíclicas e prolongadas, interferindo de maneira direta na vida de uma população de, aproximadamente, 25 milhões de habitantes.

As chuvas ocorrem no início do ano e o poder de recuperação do bioma é muito rápido, surgem pequenas plantas e as árvores ficam cobertas de folhas.

Vegetação – As plantas da caatinga são xerófilas, ou seja, adaptadas ao clima seco e à pouca quantidade de água. Algumas armazenam água, outras possuem raízes superficiais para captar o máximo de água da chuva. E há as que contam com recursos para diminuir a transpiração, como espinhos e poucas folhas. A vegetação é formada por três estratos: o arbóreo, com árvores de 8 a 12 metros de altura; o arbustivo, com vegetação de 2 a 5 metros; e o herbáceo, abaixo de 2 metros. Entre as espécies mais comuns estão a amburana, o umbuzeiro e o mandacaru. Algumas dessas plantas podem produzir cera, fibra, óleo vegetal e, principalmente, frutas.

Fauna – A fauna da caatinga é bem diversificada, composta por répteis (principalmente lagartos e cobras), roedores, insetos, aracnídeos, cachorro-do-mato, arara-azul, (ameaçada de extinção), sapo-cururu, asa-branca, cutia, gambá, preá, veado catingueiro, tatupeba, sagui-do-nordeste, entre outros animais.

### Cerrado (ou Savana do Brasil)

O Cerrado é um tipo de vegetação que compõe a fitogeografia brasileira, já ocupou 25% do território brasileiro, fato que lhe dá a condição de segunda maior cobertura vegetal do país, superada somente pela floresta Amazônica. No entanto, com o passar dos anos o Cerrado diminuiu significativamente. A vegetação do Cerrado se encontra em uma região onde o clima que predomina é o tropical, apresenta duas estações bem definidas: uma chuvosa, entre outubro e abril; e outra seca, entre maio e setembro. O Cerrado abrange os Estados da região Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal), além do sul do Pará e Maranhão, interior do Tocantins, oeste da Bahia e Minas Gerais e norte de São Paulo.

A vegetação predominante é constituída por espécies do tipo tropófilas (vegetais que se adaptam às duas estações distintas, como ocorre no Centro-Oeste), além disso, são caducifólias (que caem as folhas no período de estiagem) com raízes profundas. A vegetação é, em geral, de pequeno porte com galhos retorcidos e folhas grossas. Apesar dessa definição generalizada, o cerrado é constituído por várias características de vegetação, é classificado em subsistemas: de campo, de cerrado, de cerradão, de matas, de matas ciliares e de veredas e ambientes alagadiços. O Cerrado já ocupou uma área de 2 milhões de km<sup>2</sup>, entretanto, hoje são aproximadamente 800 mil km<sup>2</sup>. Essa expressiva diminuição se deve à intervenção humana no ecossistema.



Em geral, os solos são pobres e muito ácidos. Até a 1970 o cerrado era descartado quanto ao seu uso para a agricultura, mas com a modernização do campo surgiram novas técnicas que viabilizaram a sua ocupação para essa finalidade. Então foi realizada a correção do solo e os problemas de nutriente foram solucionados, atualmente essa região se destaca como grande produtor de grãos, carne e leite. Embora esses sejam os grandes “vilões” da devastação do Cerrado.

### Campos (ou Estepes Brasileiros)

Os campos são formados por herbáceas, gramíneas e pequenos arbustos esparsos com características diversas, conforme a região. Esse bioma pode ser classificado da seguinte forma:

- Campos limpos – Predomínio das gramíneas.
- Campos sujos – Há a presença de arbustos, além das gramíneas.
- Campos de altitude – Áreas com altitudes superiores a 1,4 mil metros, encontrados na serra da Mantiqueira e no Planalto das Guianas.
- Campos da hileia – É um tipo de formação rasteira encontrado na Amazônia, é caracterizado pelas áreas inundáveis da Amazônia oriental, como a ilha de Marajó, por exemplo.
- Campos meridionais – Não há presença arbustiva, predomina uma extensa área com gramíneas, propícia para o desenvolvimento da atividade agropecuária. Destaca-se a Campanha Gaúcha, no Rio Grande do Sul e os Campos de Vacaria, no Mato Grosso do Sul. Os campos ocupam áreas descontínuas do Brasil, na Região Norte esse bioma está presente sob a forma de savanas de gramíneas baixas, nas terras firmes do Amazonas, de Roraima e do Pará. Na Região Sul, surge como as pradarias mistas subtropicais.

Os campos do Sul são formados principalmente pelos pampas gaúchos, com clima subtropical, região plana de vegetação aberta e de pequeno porte que se estende do Rio Grande do Sul à Argentina e ao Uruguai. A vegetação campestre forma um tapete herbáceo com menos de 1 metro, com pouca variedade de espécies. Sete tipos de cacto e de bromélia são endêmicos da região, além de uma espécie de peixe - o cará, ou seja, são espécies encontradas apenas nesse local. A terra possui condições adequadas para o desenvolvimento da agricultura, além de comportar água em abundância. Os principais produtos agrícolas cultivados nessa região são arroz, milho, trigo e soja. No entanto, muitas áreas desse bioma já foram degradadas em razão da atividade econômica desenvolvida com a utilização de máquinas, e a intensa ocupação de rebanhos bovinos e plantações de trigo e, principalmente, de soja. A pecuária extensiva desgasta o solo, o plantio de soja e trigo diminuem a fertilidade do mesmo, além dos desmatamentos que causam erosão e desertificação.

### Pantanal

O Brasil apresenta ao longo de seu território diversas composições vegetais, dentre elas o Pantanal, que é conhecido também por Complexo do Pantanal; sua formação vegetal recebe influência da floresta Amazônica, Mata Atlântica, Chaco e do Cerrado. Ocupando uma área de 210 mil km<sup>2</sup>, o Pantanal é con-

siderado a maior planície alagável do mundo, está situado sobre uma enorme depressão cuja altitude não ultrapassa os 100 metros em relação ao nível do mar. Esse domínio encontra-se ao sul do Estado de Mato Grosso e noroeste do Mato Grosso do Sul, esse possui um percentual maior de Pantanal, cerca de 65%, enquanto que aquele detém 35%. O alagamento do Pantanal acontece no período chuvoso, nas épocas de estiagem formam-se pastagens naturais, situação que favorece a ocupação para criação de gado. A inundação do Pantanal acontece por causa das cheias do rio Paraguai e afluentes.

As superfícies pantaneiras mais elevadas abrangem a vegetação do Cerrado e, em áreas mais úmidas, apresentam florestas tropicais do tipo arbóreas. Essa parte da fitogeografia brasileira foi reconhecida pela UNESCO como um Patrimônio Natural da Humanidade, isso pelo fato de ser um dos ecossistemas mais bem preservados do mundo. Além disso, abriga uma imensa biodiversidade, são cerca de 670 espécies de aves, 242 de peixes, 110 de mamíferos, 50 de répteis. Incluindo ainda aproximadamente 1500 variedades de plantas. As atividades econômicas desenvolvidas no Pantanal que mais se destacam são a pecuária e a pesca. A criação de gado é uma atividade que consegue aliar preservação e renda. Porém, nas últimas décadas, gradativamente tem sido inserido na região pantaneira o cultivo de culturas monocultoras comerciais (ex. soja), provocando impactos negativos no ambiente pela aplicação de agrotóxicos, além da retirada da cobertura vegetal original que pode comprometer todo o ecossistema. Outro problema enfrentado está ligado à fauna, tendo em vista que ocorre uma intensa caça de jacarés e pesca indiscriminada.

### Mangue

Os mangues correspondem a uma característica vegetativa que se apresenta em áreas costeiras, compreende uma faixa de transição entre aspectos terrestres e marinhos, esse tipo de cobertura vegetal se estabelece em lugares no qual predominam o clima tropical e subtropical. Os mangues se encontram em ambientes alagados com águas salobras, os vegetais do mangue são constituídos por raízes expostas favorecendo uma maior retirada de oxigênio e também proporcionando maior fixação.

Essa composição vegetal é fundamental na produção de alimentos para suprir as necessidades de diversos animais marinhos. O mangue é formado por plantas com aspecto arbustivo e também arbóreo, no entanto, os manguezais não são homogêneos, uma vez que há diferenças entre eles, desse modo são classificados ou divididos em: mangue vermelho, mangue branco e mangue-siriuba.

Apesar da importância dos manguezais na manutenção da vida marinha, esse ambiente tem sofrido profundas alterações promovidas principalmente pela ocupação urbana e especialmente para atender a especulação imobiliária. Dos 172.000 quilômetros quadrados de manguezais existentes no mundo, o Brasil responde por 15% do total, ou seja, 26.000 quilômetros quadrados distribuídos em todo litoral brasileiro, partindo do Amapá até Santa Catarina.

**2 – A POPULAÇÃO: CRESCIMENTO, DISTRIBUIÇÃO, ESTRUTURA E MOVIMENTOS.**

**População Brasileira**

O estudo da população de uma área qualquer deve se iniciar pelas informações quantitativas básicas, ou seja, os valores de sua população relativa, esta também denominada de densidade demográfica. A população absoluta corresponde ao número total de habitantes de uma determinada área. Trata-se de uma informação importante, uma vez que através dela pode-se ter uma ideia de um eventual mercado de consumo, ou da disponibilidade de mão-de-obra na região, ou ainda da necessidade e do porte dos investimentos governamentais para o conjunto da população. Quando uma certa porção do espaço apresenta uma elevada população absoluta, é considerada uma área populosa, o Brasil apresenta atualmente (2011) uma população de 194.227.984 habitantes. Essa quantia faz do país a quinta nação mais populosa do planeta, ficando atrás apenas da China e Índia, Estados Unidos e Indonésia, respectivamente. O Brasil é um país populoso, porém, é uma nação pouco povoada, com baixo índice de densidade demográfica. A densidade demográfica é o resultado da divisão da população de um determinado lugar por sua extensão territorial. São 194.227.984 pessoas em uma extensão territorial de 8.547.403,5 km<sup>2</sup>, apresentando aproximadamente 22,72 habitantes por Km<sup>2</sup>, bem distante dos 881,3 habitantes por Km<sup>2</sup> de Bangladesh.

No Brasil, o instrumento de coleta de dados demográficos é o recenseamento ou censo. O órgão responsável pela contagem da população é o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que realiza a pesquisa por meio de entrevistas domiciliares. O conhecimento quantitativo da população é de fundamental importância, pois esses dados possibilitarão a realização de estimativas sobre mercado de consumo, disponibilidade de mão de obra, além de planejamentos para a elaboração de políticas públicas destinadas à saúde, educação, infraestrutura, etc. O primeiro censo demográfico realizado no Brasil foi em 1872, nessa ocasião a população totalizava 9.930,478 habitantes, em 1900 era de 17.438.434, já em 1950 a população era de 51.944.397, no ano 2000 a quantidade de habitantes do Brasil registrada foi de 169.590.693. Conforme estimativas do IBGE, a população brasileira em 2050 será de aproximadamente 260 milhões de pessoas, apresentando um aumento populacional de quase 67 milhões de habitantes em relação à população atual.

Em razão do constante aumento populacional ocorrido no Brasil, principalmente a partir da década de 1960, intensificando-se nas últimas décadas, o país ocupa hoje a quinta posição dos países mais populosos do planeta, ficando atrás apenas da China, Índia, Estados Unidos e Indonésia. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira atingiu a marca de 190.755.799 habitantes.

No Brasil, o crescimento vegetativo é o principal responsável pelo aumento populacional, já que os fluxos migratórios ocorreram de forma mais intensa entre 1800 e 1950. Nesse período, a população brasileira totalizava 51.944,397 habitantes, bem longe dos atuais 190.755.799.

A população relativa, ou densidade demográfica, corresponde à relação entre o número de habitantes de uma determinada área e sua extensão territorial. É obtida através da divisão da população absoluta pela área territorial. Diz-se que uma área é povoada quando apresenta uma elevada densidade demográfica; quando sua densidade é muito baixa, diz-se que é um vazio demográfico. A taxa de população relativa do Brasil coloca-o entre os países menos povoados do planeta. É importante ressaltar que a densidade demográfica é um dado que nos fornece a distribuição teórica, e não real, da população pelo país. Entretanto, quando a densidade demográfica é alta, como a de alguns países europeus ou de leste-sudeste asiático, pode-se supor que ela se aproxime bastante da realidade. Isso porque alguns desses países têm pequena extensão territorial e, conseqüentemente, disponibilidade mínima de espaço, ocorrendo, assim, uma ocupação mais homogênea de todo o território.

Se a densidade demográfica é baixa, como no caso do Brasil, Canadá e outros países, a situação efetiva da distribuição da população pode ou não coincidir com o índice de população relativa. A população relativa do Brasil é reflexo de sua grande extensão territorial, e a baixa densidade demográfica não retrata a realidade nacional. Isso porque a população está muito mal distribuída: cerca de 90% dela se concentram próximo ao Oceano Atlântico, numa faixa que raramente ultrapassa 600km de largura.

**A Distribuição da População Brasileira**

O início e a evolução do povoamento do território brasileiro pelos portugueses teve um caráter marcadamente periférico. Um dos fatores responsáveis por isso foi o interesse mercantilista da época; visava-se apenas à exploração imediata das riquezas coloniais, sem preocupação com a colonização definitiva. As poucas cidades e vilas, assim como todas as áreas agrícolas, concentravam-se na costa atlântica, elo de união com a Metrópole. O Tratado de Tordesilhas, que estabelecia os limites dos territórios na América entre Portugal e Espanha, foi sendo gradativamente desrespeitado. Durante os séculos XVII e XVIII, com as bandeiras, a mineração, a penetração pelo vale do rio Amazonas e a expansão da pecuária no vale do São Francisco e o sertão do Nordeste, ocorreu o maior povoamento do interior. Formaram-se, na verdade, “ilhas” de povoamento, pois a maior parte da população ainda continuou próxima ao litoral.

No final do século XIX e início do século XX, tivemos a fase de exploração da borracha na Amazônia, que, embora tenha durado pouco tempo, no Sudeste, ocorria a “marcha do café”, propiciando o avanço da povoação para o interior do estado de São Paulo e norte do Paraná. Após a segunda Guerra Mundial, e principalmente durante o governo de Juscelino Kubtschek (1956-1960), ocorreu um grande desenvolvimento industrial no Sudeste. Essa industrialização, que se estende até hoje, tem atraído contingentes populacionais de todas as outras regiões.



### População por município em 2010

A população brasileira é muito desigualmente distribuída no território, com um forte contraste entre litoral e interior, o primeiro é densamente povoado, enquanto o último é muito menos ocupado. Esse contraste reflete os efeitos do processo de colonização e assentamento do território que foi feito, basicamente, a partir do litoral para o interior, de leste a oeste e, secundariamente, de sul para norte.

Até as áreas de concentração têm ocupação desigual: mesmo em estados com grandes contingentes populacionais grandes lacunas aparecem, e apenas São Paulo, o Paraná, Rio de Janeiro, Sergipe e Alagoas estão com seu território ocupado de maneira quase contínua.

No resto do país, a distribuição da população está relacionada com redes de transportes, vias navegáveis (na Amazônia) e rodovias: pode-se seguir no mapa, marcado pelas sedes dos municípios, as principais rodovias amazônicas (BR364 Cuiabá-Porto Velho, BR163 Cuiabá-Santarém, BR010 Brasília-Belém, BR230 Transamazônica).

**Tabela 1 Os municípios mais povoados**

	Área total (km <sup>2</sup> )	População	Densidade (hab./ km <sup>2</sup> )
São Paulo SP	1.523	11.253.503	7.388
Rio de Janeiro RJ	1.200	6.320.446	5.266
Salvador BA	693	2.675.656	3.859
Brasília DF	5.788	2.570.160	444
Fortaleza CE	315	2.452.185	7.787
Belo Horizonte MG	331	2.375.151	7.167
Manaus AM	11.401	1.802.014	158
Curitiba PR	435	1.751.907	4.025
Recife PE	219	1.537.704	7.038
Porto Alegre RS	497	1.409.351	2.838

**Tabela 2 Os municípios menos povoados**

	Área total (km <sup>2</sup> )	População	Densidade (hab./ km <sup>2</sup> )
Borá SP	119	805	7
Serra da Saudade MG	336	815	2
Ananguera GO	57	1.020	18
Oliveira de Fátima TO	206	1.037	5
Araguainha MT	688	1.096	2
Nova Castilho SP	183	1.125	6
Cedro do Abaeté MG	283	1.210	4
André da Rocha RS	324	1.216	4
Uru SP	147	1.251	9
Miguel Leão PI	94	1.253	13

### Malha municipal - Área dos municípios

Causa e consequência desses contrastes de povoamento, as diferenças entre os municípios são enormes, se os menores são semelhantes aos seus equivalentes europeus, outros são do tamanho de países do velho continente. Entre o menor, Santa Cruz de Minas (Minas Gerais, 3,6 km<sup>2</sup>) e o maior, Altamira (Pará, 159.533km<sup>2</sup>), a proporção é demais de 1para 44.000.

Quatro municípios, todos localizados na Amazônia ultrapassam os 100000 km<sup>2</sup>(a área sua combinada é quase do tamanho da França). Ao somaras áreas dos dez primeiros (de mais de 5.000 no total), chegamos a 11%do país, juntos eles representam a mesma área que os 3.450 menores juntos.





**Tabela 3 Os maiores municípios**

	Área total (km <sup>2</sup> )	População	Densidade (hab./ km <sup>2</sup> )
Altamira PA	159.533	99.075	0,62
Barcelos AM	122.476	25.718	0,21
São Gabriel da Cachoeira AM	109.184	37.896	0,35
Oriximiná PA	107.603	62.794	0,58
Tapauá AM	89.325	19.077	0,21
São Félix do Xingu PA	84.213	91.340	1,08
Atalaia do Norte AM	76.352	15.153	0,20
Almeirim PA	72.955	33.614	0,46
Jutaí AM	69.552	17.992	0,26
Lábrea AM	68.234	37.701	0,55

**Tabela 4 Os menores municípios**

	Área total (km <sup>2</sup> )	População	Densidade (hab./ km <sup>2</sup> )
Santa Cruz de Minas MG	4	7.865	2.206
Águas de São Pedro SP	5	2.707	504
São Caetano do Sul SP	15	149.263	9.709
Fernando de Noronha PE	17	2.630	155
Poá SP	17	106.013	6.212
Jandira SP	18	108.344	6.125
Nilópolis RJ	19	157.425	8.118
General Maynard SE	20	2.929	147
Taboão da Serra SP	20	244.528	12.050
Toritama PE	26	35.554	1.383

**Os casos extremos**

**Densidades**

**Densidade populacional por município em 2010**

A distribuição de densidades obedece a uma lógica claramente Leste-Oeste, o resultado do processo de ocupação e colonização a partir da costa. Assim, as maiores densidades estão na parte mais próxima do litoral no Nordeste, no Sudeste e no Sul, elas podem ultrapassar a marca das 10 000 pessoas por quilômetro quadrado nas capitais.

Dividindo os 5.565 municípios em três grupos iguais, constrói-se um mapa de densidades contrastantes: a maior parte da Amazônia e do Centro-Oeste tem densidades muito baixa, entre 0,13 e 16 habitantes por quilômetro quadrado, onde se destacam apenas as capitais e alguns municípios que têm entre 16 e 38 habitantes por quilômetro quadrado.

A zona litorânea tampouco é homogênea: quase deserta ao norte do Rio Amazonas, ela é dividida em duas partes, de ambos os lados de um centro pouco ocupado (sul da Bahia e Espírito Santo).

No Nordeste, o contraste nacional, entre o litoral e interior, é reiterado. No Sudeste e no Sul, no entanto, a densidade continua a ser elevada em muitas áreas próximas da fronteira ocidental do país, é o único lugar onde o Brasil mais povoado tem certa “profundidade”, mas a densidade cai drasticamente na fronteira entre os estados de São Paulo e do Paraná, no leste, e do Mato Grosso do Sul, no oeste.



**Tabela 5 Os municípios mais densamente povoados**

	Área total (km <sup>2</sup> )	População	Densidade (hab./ km <sup>2</sup> )
São João de Meriti RJ	35	458.673	13.025
Diadema SP	31	386.089	12.519
Taboão da Serra SP	20	244.528	12.050
Carapicuíba SP	35	369.584	10.680
Osasco SP	64	666.740	10.412
São Caetano do Sul SP	15	149.263	9.709
Olinda PE	42	377.779	9.068
Nilópolis RJ	19	157.425	8.118
Fortaleza CE	315	2.452.185	7.787
São Paulo SP	1.523	11.253.503	7.388

**Tabela 6 Os municípios menos densamente povoados**

	Área total (km <sup>2</sup> )	População	Densidade (hab./ km <sup>2</sup> )
Japurá AM	55.792	7.326	0,13
Atalaia do Norte AM	76.352	15.153	0,20
Barcelos AM	122.476	25.718	0,21
Tapauá AM	89.325	19.077	0,21
Mateiros TO	9.584	2.223	0,23
Jutaí AM	69.552	17.992	0,26
Jacareacanga PA	53.303	14.103	0,26
Rondolândia MT	12.671	3.604	0,28
Santa Isabel do Rio Negro AM	62.846	18.146	0,29
Itamarati AM	25.276	8.038	0,32

**A população Absoluta por Regiões**

O Sudeste é a região mais populosa do país, em função de seu alto grau de desenvolvimento econômico-industrial, que desde a década de 1930 transformou-a num grande polo de atração populacional. Segunda região em população absoluta, o Nordeste se caracteriza por uma alta taxa de natalidade, que supera a taxa de mortalidade e a grande emigração. O forte povoamento regional deve-se também a fatores históricos, uma vez que foi em sua faixa litorânea que tiveram início o povoamento do Brasil e seu aproveitamento econômico. O Sul é a terceira região brasileira em população absoluta. Seu povoamento deveu-se, sobretudo a maciça entrada de imigrantes europeus, no final do século passado, que para ali foram atendendo à política imigratória do governo, que desejava povoar a região. Hoje também o fato de ser a segunda região brasileira em produção econômica, atraindo grande número de migrantes internos.

A Região Norte é pouco populosa em função de dois aspectos muito marcantes: sua paisagem natural – onde se destacam uma floresta muito fechada e um clima super úmido – e sua economia, que sempre esteve ligada ao extrativismo. Mais recentemente, com a implantação de projetos hidrelétricos, minerais e industriais, sua população cresceu rapidamente, passando do quinto para o quarto lugar. O Centro-Oeste é a região menos populosa do país, tendo em vista sua atividade básica – a pecuária extensiva – não exigir muita mão-de-obra. Além disso, houve a introdução da lavoura comercial intensamente mecanizada, que também não gera muito emprego, não atraindo migrantes para a região e não oferecendo grandes perspectiva para quem nasce lá, que, por isso, acaba emigrando.

**A População Relativa por Regiões**

A população relativa brasileira, em função da grande extensão territorial, é relativamente baixa. Além de ter uma baixa densidade demográfica, o Brasil apresenta uma distribuição irregular dos habitantes pelo território. A região Sudeste é a de maior densidade demográfica, devido, como já vimos, ao seu maior desenvolvimento econômico. A industrialização atraiu para a região grande número de imigrantes, vindos de todas as partes do país, tornando-a a mais populosa e mais povoada região brasileira. A região sul é a segunda em densidade demográfica, em função de dois fatores: é como o Sudeste, uma região bastante rica (o que concentra população), e é formada apenas por três estados, fato que por si só já contribui para elevar a densidade regional. O Nordeste, muito populoso, é a segunda região em população absoluta. Entretanto, sua densidade demográfica é bem menor que a do Sudeste e do Sul, devido à sua grande área e ao fato de ser área de saída de população, tendo em vista seus graves problemas sociais e econômicos.



O Centro-Oeste é a quarta região brasileira em densidade demográfica, em função de sua extensa área e de sua economia baseada na agropecuária desenvolvida com pouca mão-de-obra. A região mais vazia do país é o Norte. Sua baixa densidade demográfica retrata a pequena participação da região na economia brasileira e sua grande área territorial (45,25% do território nacional). As áreas de densidade demográfica mais elevada – o Sudeste, o Sul e a porção oriental do Nordeste – historicamente foram as primeiras a serem povoadas e são as que concentram a produção econômica do país.

### As Formas de Crescimento Populacional

Existem duas maneiras de a população de um país crescer numericamente: o movimento vertical e o movimento horizontal. O movimento vertical é fundamentado na diferença entre a quantidade de crianças que nascem anualmente e a quantidade de pessoas que morrem, nesse mesmo ano, indicada através de valores percentuais (%), ou em milhagem (‰). A diferença entre as duas taxas será, então, a taxa de crescimento da população. A esse resultado denominamos crescimento natural ou crescimento vegetativo. Já o movimento horizontal corresponde às migrações (deslocamento das pessoas de uma área para outra, onde fixam residência). Esse processo afeta diretamente o número de habitantes das duas áreas, a de origem e a de destino.

**Taxa de fecundidade:** O número médio de filhos tidos nascidos vivos por mulher ao final de seu período fértil, no Brasil, foi de 1,86 filho em 2010, bem inferior ao do Censo 2000, 2,38 filhos. Essa diminuição dos níveis de fecundidade ocorreu em todas as grandes regiões brasileiras. Os maiores declínios foram observados nas regiões Nordeste e Norte, que possuíam os mais altos níveis de fecundidade em 2000. Entre as unidades da federação, a mais baixa taxa de fecundidade pertence ao Rio de Janeiro (1,62 filho por mulher), seguido por São Paulo (1,63) e Distrito Federal (1,69). A mais alta foi a do Acre (2,77 filhos por mulher).

**Tabela 1 - Grandes Regiões - Taxa de Fecundidade Total - 2000-2010**

Grandes Regiões	Taxa de Fecundidade Total		Diferença Relativa 2000/2010(%)
	2000	2010 <sup>(1)</sup>	
<b>BRASIL</b>	<b>2,38</b>	<b>1,86</b>	<b>-21,9</b>
NORTE	3,16	2,42	-23,5
NORDESTE	2,69	2,01	-25,2
SUDESTE	2,10	1,66	-21,0
SUL	2,24	1,75	-21,7
CENTRO OESTE	2,25	1,88	-16,3

Fonte: Censos Demográficos 2000/2010

(1) Resultados Preliminares

O padrão de fecundidade das mulheres brasileiras também sofreu alterações entre 2000 e 2010. A tendência observada até então era de rejuvenescimento, isto é, uma maior concentração dos níveis de fecundidade nas idades mais jovens. Em 2010, ocorre uma mudança, e os grupos de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos de idade, que concentravam 18,8% e 29,3% da fecundidade total em 2000, respectivamente, passaram a concentrar 17,7% e 27,0% em 2010. Para os grupos de idade acima de 30 anos, observa-se um aumento de participação, de 27,6% em 2000 para 31,3% em 2010.

**Taxa de mortalidade:** o Brasil apresenta uma elevada taxa de mortalidade, também comum em países subdesenvolvidos, enquadrando-se entre as nações mais vitimadas por moléstias infecciosas e parasitárias, praticamente inexistentes no mundo desenvolvido. Desde 1940, a taxa de mortalidade brasileira também vem caindo, como reflexo de uma progressiva popularização de medidas de higiene, principalmente após a Segunda Guerra Mundial; da ampliação das condições de atendimento médico e abertura de postos de saúde em áreas mais distantes; das campanhas de vacinação; e do aumento quantitativo da assistência médica e do atendimento hospitalar.

**Taxa de mortalidade infantil:** De 2000 para 2010, a taxa de mortalidade infantil caiu de 29,7‰ para 15,6‰, o que representou decréscimo de 47,6% na última década. Com queda de 58,6%, o Nordeste liderou o declínio das taxas de mortalidade infantil no país, passando de 44,7 para 18,5 óbitos de crianças menores de um ano por mil nascidas vivas, apesar de ainda ser a região com o maior indicador. O Sul manteve os menores indicadores em 2000 (18,9‰) e 2010 (12,6‰).

Na última década, a diminuição das desigualdades sociais e regionais contribuiu para a formação do quadro atual de baixa na mortalidade infantil e de maior convergência entre as regiões. Todavia, ainda há um longo caminho a percorrer para que o Brasil se aproxime dos níveis das regiões mais desenvolvidas do mundo, em torno de cinco óbitos de crianças menores de um ano para cada mil nascidas vidas.

**Crescimento vegetativo:** a população de uma localidade qualquer aumenta em função das migrações e do crescimento vegetativo. No caso brasileiro, é pequena a contribuição das migrações para o aumento populacional. Assim, como esse aumento é alto, conclui-se que o Brasil apresenta alto crescimento vegetativo, a despeito das altas taxas de mortalidade, sobretudo infantil. A estimativa da Fundação IBGE para 2010 é de uma taxa bruta de natalidade de 18,67% — ou seja, 18,67 nascidos para cada grupo de mil pessoas ao ano, e uma taxa bruta de mortalidade de 6,25% — ou seja 6,25 mortes por mil nascidos ao ano. Esses revelam um crescimento vegetativo anual de 12,68.

**Expectativa de vida:** no Brasil, a expectativa de vida está em torno de 76 anos para os homens e 78 para as mulheres. Dessa forma, esse país se distancia das nações paupérrimas, em que essa expectativa não alcança 50 anos (Mauritânia, Guiné, Níger e outras), mas ainda não alcança o patamar das nações desenvolvidas, onde a expectativa de vida ultrapassa os 75 anos (Noruega, Suécia e outras). A expectativa de vida varia na razão inversa da taxa de mortalidade, ou seja, são índices inversamente proporcionais. Assim no Brasil, paralelamente ao decréscimo da mortalidade, ocorre uma elevação da expectativa de vida.

**Taxa de natalidade:** As taxas de natalidade do Brasil, enquadradas entre as mais elevadas do mundo, vêm decrescendo nitidamente nos últimos anos. A análise desse declínio nas taxas de natalidade do país deve ser paralela à análise do processo de urbanização da população brasileira, particularmente a partir de 1940. Direta ou indiretamente, as variações no número de nascimentos estão relacionadas às implicações socioeconômicas decorrentes do processo de urbanização do país. Entre inúmeros outros, costumam-se destacar como fatores inibidores da natalidade, principalmente após 1970, os seguintes:

- no meio urbano, a idade média para o casamento é maior que no meio rural, diminuindo, assim, o período social de fertilidade e, conseqüentemente, a média de filhos por família;
- nas áreas urbanas, o custo da criação dos filhos é muito elevado, pois as exigências são maiores (educação, vestuário, transporte, etc.);
- a integração da mulher no campo de trabalho promoveu uma queda na natalidade, devido às restrições à gravidez no trabalho e à falta de creches. Essa é também uma das razões que explicam o elevado número de abortos realizados anualmente no país;
- como consequência da urbanização, houve maior acesso a métodos anticoncepcionais, especialmente na última década.

**Estrutura Etária da População Brasileira**

Em função das transformações ocorridas nos últimos anos, especialmente no que se refere à natalidade (o número de crianças na faixa de 1 a 4 anos alcançou um total inferior ao das crianças de 5 a 9), a pirâmide etária do Brasil começou a assumir uma nova forma. A ainda significativa juventude da população brasileira, quase metade do total da população, se por um lado poderia ser considerada uma vantagem para o país, do ponto de vista da potencialidade da força de trabalho, por outro gera uma série de problemas sociais e econômicos, como:

- necessidade de grandes investimentos em setores como educação e saúde, e na ampliação do mercado de trabalho;

- excessiva oferta de mão-de-obra, uma vez que as vagas no mercado de trabalho não acompanham o seu crescimento, o que determina a proliferação dos baixos salários, do subemprego e do desemprego;

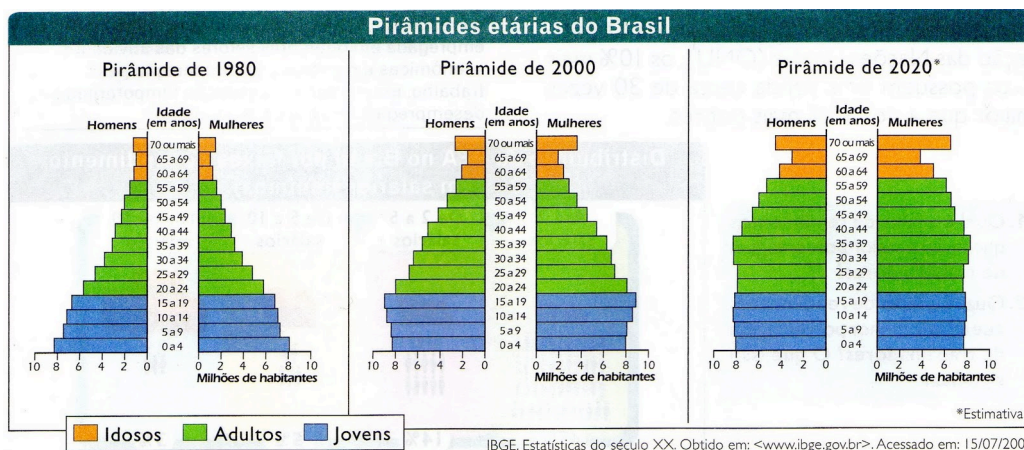
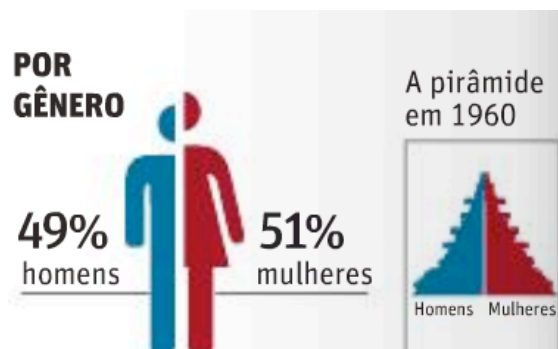
- alto percentual de inativos ou dependentes, uma vez que aproximadamente 1/3 da população brasileira tem menos de 14 anos de idade.

O modelo de desenvolvimento da sociedade brasileira não optou pelo preparo educacional ou profissional dessa juventude, nem pela valorização de seus recursos, e o que se vislumbra para o país, num futuro próximo, é o agravamento dos problemas sociais já considerados insuportáveis hoje. Os dados do Censo 2010, divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), indicam que, no máximo 40 anos, a pirâmide etária brasileira será semelhante à da França atual. O país terá taxa de natalidade mais baixa e, com isso, média de idade maior. Há 50 anos, o país tinha o mesmo perfil etário do continente africano hoje: muitos jovens e crianças. Desde então, a população do país cresce em ritmo cada vez mais lento.

De acordo com o IBGE, a expansão demográfica média anual foi de apenas 1,17% nos últimos dez anos, ante 1,64% na década anterior. Nos anos 60, era de 2,89%. A população do país deve continuar a crescer por mais duas gerações até os anos 2030. Depois, deve estacionar ou até diminuir. O país deve começar a se preparar para as transformações que já acontecem em países como a França. Temos a oportunidade de antecipar discussões como a da reforma da Previdência. Com um número de pessoas em idade ativa menor do que o de idosos, a solvência do sistema ficará ameaçada. Porém, até atingir esse estágio, o país será beneficiado pelo chamado “bônus demográfico”, caracterizado pela maior presença de adultos na sociedade. O predomínio da população produtiva vai dar condições de minimizar o impacto do envelhecimento nas contas públicas. A redução do número de crianças deve permitir ao país melhorar acesso e qualidade da educação sem aumentar muito os investimentos. Haverá também transformações no mercado de produtos e serviços. Com mais adultos e idosos, são esperadas mudanças nos serviços de saúde, na construção civil e até em lazer. O país vai ter cada vez mais idosos levando vida ativa. A economia vai ter que se adaptar às novas necessidades de consumo dessa população.

**PIRÂMIDE ETÁRIA BRASIL 2010**





**Estrutura por Atividade**

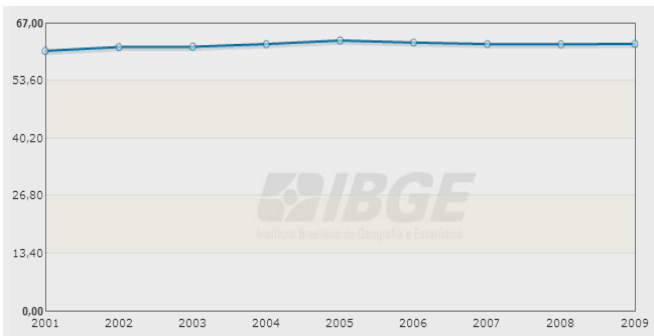
O estudo da distribuição da população por atividades econômicas e profissionais se realiza a partir da análise da chamada População Economicamente Ativa (PEA) e da População Não-Economicamente Ativa (PNEA), também conhecida como População Economicamente Inativa (PEI). De forma geral, considera-se como População Economicamente Ativa, ou PEA, a parcela da população absoluta que, tendo mais de 10 anos (no caso do Brasil, mais de 16 anos), está voltada pra o mercado de trabalho, tanto a que está efetivamente empregada, quanto a que está procurando emprego. A População Economicamente Inativa, ou PEI, é portanto, a parcela da população que não está envolvida com o mercado de trabalho, ou seja, é a que não está trabalhando, nem está à procura de emprego. Nesse caso, incluem-se as crianças com menos de 10 anos de idade (menos de 16 no Brasil), os idosos e aposentados, os inválidos e as donas de casa, pois o trabalho doméstico, quando não é realizado por empregados, não é considerado atividade econômica. A População Economicamente Ativa costuma ser agrupada em três setores de atividades econômicas.

Setores	Atividades
<b>Primário</b>	Relacionadas com o campo, com a agropecuária e o extrativismo.
<b>Secundário</b>	Relacionadas diretamente com a produção industrial, a construção civil e a mineração.
<b>Terciário</b>	Relacionadas com a prestação de serviços (educação, saúde, lazer, serviços bancários etc.) e o comércio.

A distribuição da População Economicamente Ativa pelos setores de atividade apresenta grandes diferenças entre países com distintos níveis de desenvolvimento. Países desenvolvidos, como a Alemanha, em geral têm sua População Economicamente Ativa concentrada no setor terciário, como produto de seu progresso econômico e social, e uma parcela muito pequena no setor primário, altamente, mecanizado. Já em países subdesenvolvidos, como a Indonésia, o setor primário emprega a maioria dos trabalhadores, resultado do elevado grau de atraso econômico e tecnológico. Há ainda países em estágio intermediário, como a Polônia, que embora apresente predomínio da População Economicamente Ativa no setor terciário, ainda tem um setor primário significativo, pois não dispõe de alta mecanização agrícola.



**População Economicamente Ativa Brasileira**



**Os Indicadores Sociais no Brasil**

Analisando-se os dados coletados e divulgados pelo IBGE, é possível afirmar-se que houve uma melhora nas condições sociais de grande parcela da população brasileira. Entre os principais indicadores dessa melhora, destacam-se o índice de distribuição de renda, o nível de escolaridade e o número de domicílios que dispõem de bens e serviços básicos.

- *Distribuição de renda:* A desigualdade no Brasil atingiu o menor nível da história, segundo o estudo Desigualdade e Renda na Década. O Índice de Gini chegou a 0,5304 em 2010, superando o patamar da década de 60 (quanto mais o índice se aproxima de, mais desigual é o país). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou que 16.267.197 de pessoas vivem com renda per capita mensal de até R\$ 70 no Brasil. Em 2010, a pobreza no País caiu 16% e atingiu a marca de 67,3% desde a implantação do Plano Real: 31,9% no governo Fernando Henrique e 50,6% durante o governo Lula, superando o período de implementação do plano.

- *Nível de alfabetização:* a situação educacional da maioria da população do país ainda é extremamente grave e vergonhosa; no entanto, houve também aí uma ligeira melhora. O percentual de habitantes sem instrução ou com menos de 1 ano de instrução – os analfabetos diminuiu, enquanto o percentual de habitantes com 11 anos ou mais de instrução passou de 14,4% para 15,4%, nesse últimos anos.

- *Domicílios com bens e serviços básicos:* os dados mostram que nesse item também se verificou uma melhora. Dentre os serviços existentes, a iluminação elétrica está presente em quase todos os domicílios brasileiros (97,8%) e a coleta de lixo em 87,4% das moradias. Já o serviço de abastecimento de água alcança 82,7% dos domicílios e o esgotamento sanitário 67,2%.

**Estrutura Étnica da População Brasileira**

Um dos traços mais característicos da estrutura étnica da população brasileira é a enorme variedade de tipos, resultante de uma intensa mistura de raças. Esse processo vem ocorrendo desde o início da nossa história, portanto há quase 5 séculos. Três grupos étnicos básicos deram origem à população brasileira: o branco, o negro e o índio. O contato entre esses grupos começou a ocorrer nos primeiros anos da colonização, quando os brancos (portugueses) aqui se instalaram, aproximaram-se dos indígenas (nativos) e trouxeram os escravos negros (africanos). A miscigenação ocorreu de forma relativamente rápida já nesse período, dando origem, então, aos inúmeros tipos de mestiços que atualmente compõem a população brasileira.

Esses dados, entretanto, são muito discutíveis, porque não levam em conta as origens étnicas dos indivíduos, mas apenas a cor de sua pele. Assim devem ser analisados com cautela, pois a discriminação racial que atinge alguns grupos étnicos faz com que as respostas dos entrevistados sejam, muitas vezes, diferentes da realidade. É comum que um entrevistado negro ou índio responda ser mestiço, assim como indivíduos mestiços respondam ser branco. Um fato, no entanto, é inquestionável: a população brasileira torna-se cada vez mais miscigenada, diminuindo as diferenças mais visíveis entre os três grupos étnicos originais.

**O Índio:** Nunca se fizeram levantamentos precisos sobre o número de indígenas no Brasil, até porque muitos grupos nativos mantiveram-se distantes do contato com a civilização. Entretanto, estima-se que houvesse, no século XVI, um número entre 4 e 5 milhões de índios que, ao longo dos quatro séculos de aproximação com o branco, viram-se reduzidos a aproximadamente 320 mil indivíduos. Devido a processos contínuos de extinção – lutas, doenças, fome – e aculturação, pela qual os indígenas perdem suas origens culturais e linguísticas, assimilando as do homem branco, esse número tende a diminuir ainda mais, segundo seu grau de contato com o homem civilizado, os indígenas podem ser classificados em: isolados (sem nenhuma aproximação e tornando-se cada vez mais raros); de contato intermitente (embora já tendo se aproximado dos brancos, conservam ainda certa autonomia cultural); de contato permanente; integrados (alfabetizados, inseridos no mercado de trabalho, com acesso aos produtos do mercado de consumo etc.).

Historicamente, o que se observou não foi a tendência à integração, mas sim à extinção do índio pois, além das doenças trazidas pelo contato com os brancos (gripe, sarampo, malária etc.), contribuíram para a extinção de vários grupos indígenas os conflitos pela posse de terra. Com a expansão das fronteiras agrícolas e a recente descoberta de minérios em áreas das regiões Norte e Centro-Oeste, tornou-se comum a invasão das reservas indígenas por grupos de posseiros e garimpeiros, tornando os conflitos ainda mais frequentes e graves. Até mesmo o governo viola os limites dessas reservas ao construir rodovias e hidrelétricas em seus limites. A fundação Nacional do Índio (FUNAI) tem como função aplicar a legislação contida no Estatuto do Índio, que fala em garantir seus costumes e propiciar-lhes uma educação que vise a sua integração. Para muitos, entretanto, manutenção de costumes e integração são conceitos antagônicos, pois integrar significa destruir língua, hábitos e crenças. Veja como a Constituição de 1988 aborda a questão do índio:

**Capítulo VIII – Dos índios**

Art. 231 – São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, e por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.



**O Negro:** Apesar de já ser predominante no Brasil, a população negra ainda sofre com a desigualdade racial.

Em comparação com o Censo realizado em 2000, o percentual de pardos cresceu de 38,5% para 43,1% (82 milhões de pessoas) em 2010. A proporção de negros também subiu de 6,2% para 7,6% (15 milhões) no mesmo período. Esse resultado também aponta que a população que se autodeclara branca caiu de 53,7% para 47,7% (91 milhões de brasileiros).

Essa mudança de cenário faz parte de uma mudança cultural que vem sendo observada desde o Censo de 1991. O Brasil ainda é racista e discriminatório. Não é que da noite para o dia o País tenha deixado de ser racista, mas existem políticas. As demandas (da população negra), a questão da exclusão, tudo isso tem feito parte da agenda política.

**O Branco:** Pela primeira vez na História do Censo, a população do Brasil deixa de ser predominantemente branca. Pelos dados de 2010, as pessoas que se declararam brancas são 47,73% da população, enquanto em 2000 eram 53,74%. Nos outros Censos, até agora, os brancos sempre tinham sido mais que 50%. Em 2010, do total de 190.749.191 brasileiros, 91.051.646 se declararam brancos – o que faz com que, apesar de continuar sendo o grupo com maior número de pessoas em termos absolutos, a população branca tenha percentual menor do que a soma de pretos, pardos, amarelos e indígenas.

**A migração interna:** A migração interna corresponde aos movimentos populacionais que ocorrem dentro do país sem alterar sua população total, embora provoquem significativas mudanças econômicas e sociais nas áreas onde acontecem.

**Migração inter-regional:** Devido a alterações históricas na estrutura socioeconômica das várias regiões brasileiras, verificamos que, em certos períodos, algumas áreas atraem populações, enquanto outras as repelem. Podemos identificar, assim, diversas movimentações inter-regionais relacionadas a fatos históricos. Além dessas movimentações, há inúmeras outras em toda a história do Brasil, surgindo sempre novos fenômenos desse tipo. É o caso, por exemplo, das atuais frentes pioneiras que avançam em direção ao Brasil Central e Amazônia. As migrações internas, além de refletirem no seu deslocamento as mudanças econômicas que estão se realizando nas várias regiões, são de extrema importância no processo de ocupação territorial do país.

## Outros Fluxos Migratórios

Dentro do país, há outros fluxos populacionais que não se caracterizam como migrações internas, pois não são duradouros. Apresentando ritmo, dimensão e objetivos variados, são chamados migrações pendulares. Os principais são:

- deslocamento dos corumbás – é o fluxo de pessoas que deixam o agreste ou o Sertão nordestino no período seco, após a colheita do algodão, para trabalhar na colheita de cana-de-açúcar na Zona da Mata, regressando depois ao local de origem. Tais fluxos e refluxos de população são ritmados pela alternância de períodos chuvosos e secos;

- deslocamento de boias-frias – corresponde aos movimentos de pessoas que, morando nas cidades, dirigem-se diariamente às fazendas para trabalhos agrícolas, conforme as necessidades dos fazendeiros. Trata-se de um movimento urbano-rural.

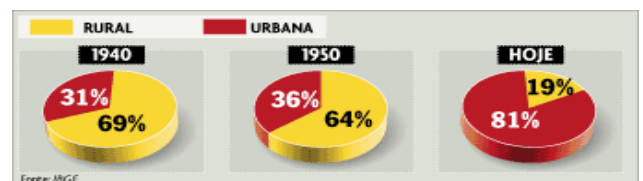
- deslocamento dos habitantes de cidades-dormitórios – são movimentos pendulares, diários e constantes, que se realizam em massa, dos núcleos residências periféricos, como bairros e cidades satélites, em direção aos centros industriais. Verificam-se nas zonas metropolitanas de grande densidade demográfica, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, etc.;

- deslocamento de fins de semana e férias – realizam-se com objetivos de lazer e descanso, sendo típicos de áreas de economia industrial. Periódicos e sazonais, tais movimentos estão ligados, em geral, à população que desfruta de um padrão de vida mais elevado.

## A População Brasileira é Eminentemente Urbana

O Brasil chegou ao final do século XX como um país urbano. Este é o resultado de um processo iniciado na década de 50 na região Sudeste. A partir de então, este contraste se acentuou e se generalizou pelas cinco grandes regiões do país. Segundo o último Censo realizado, a população é mais urbanizada que há 10 anos: em 2000, 81% dos brasileiros viviam em áreas urbanas, agora são 84%.

Em 2010, apenas 15,65% da população (29.852.986 pessoas) viviam em situação rural, contra 84,35% em situação urbana (160.879.708 pessoas). Em 2000, da população brasileira 81,25% (137.953.959 pessoas) viviam em situação urbana e 18,75% (31.845.211 pessoas) em situação rural. Para se comparar, internacionalmente, o grau de urbanização no mundo há poucos anos ultrapassou 50%. Na União Europeia, há desde países com 61%, como Portugal, até outros como a França, com 85% da sua população morando em região urbana. No BRIC, o Brasil é o que possui maior grau de urbanização, pois a Rússia tem 73%, a China, 47% e a Índia, apenas 30%. Os EUA possui grau de urbanização pouco menor do que o do Brasil: 82%. Todos esses são de acordo com o The World FactBook da CIA para o ano de 2010.

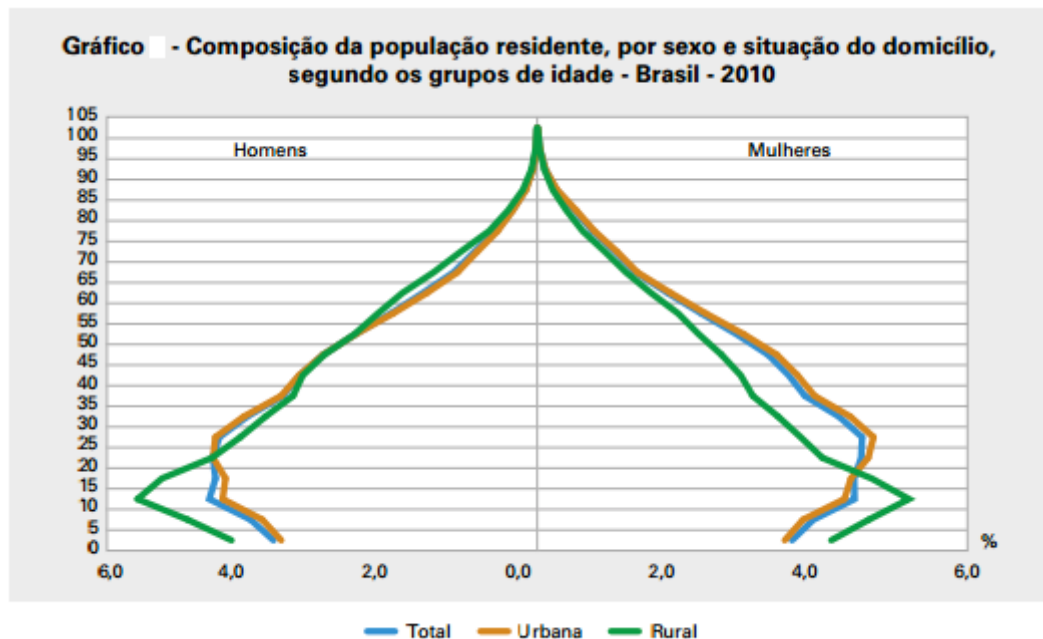


A região Sudeste segue sendo a região mais populosa do Brasil, com 80.353.724 pessoas. Entre 2000 e 2010, perderam participação das regiões Sudeste (de 42,8% para 42,1%), Nordeste (de 28,2% para 27,8%) e Sul (de 14,8% para 14,4%). Por outro lado, aumentaram seus percentuais de população brasileira as regiões Norte (de 7,6% para 8,3%) e Centro-Oeste (de 6,9% para 7,4%).

Entre as unidades da federação, São Paulo lidera com 41.252.160 pessoas. Por outro lado, Roraima é o estado menos populoso, com 451.227 pessoas. Houve mudanças no ranking dos maiores municípios do país, com Brasília (de 6º para 4º) e Manaus (de 9º para 7º) ganhando posições. Por outro lado, Belo Horizonte (de 4º para 6º), Curitiba (de 7º para 8º) e Recife (8º

para 9º) perderam posições.

Como a população brasileira é predominantemente urbana - 84,4% é esperado que a estrutura nacional por sexo e idade nacional seja próxima da observada na área urbana. As diferenças entre as estruturas etárias das áreas urbana e rural se devem principalmente aos fatores da dinâmica demográfica dessas duas populações. Desse modo, têm-se as áreas urbanas com níveis de fecundidade e de mortalidade mais baixos do que os das áreas rurais e os movimentos migratórios que, na grande maioria das vezes, caracterizam a área urbana como de forte atração populacional e a rural como expulsora. Segundo os resultados do Censo Demográfico 2000, das 5 196 093 pessoas que efetuaram movimentos migratórios de “data fixa”, 75,1% eram de áreas urbanas com destino urbano, 12,4% eram de áreas rurais com destino urbano; 7,7% de áreas urbanas com destino rural; e apenas 4,8% de áreas rurais com destino rural.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A base mais estreita da pirâmide etária da área urbana é fruto de uma menor fecundidade. A proporção de população menor de 5 anos de idade, nesta área, foi de 7,0%, enquanto na área rural, de 8,4%. Segundo os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2009, a taxa de fecundidade total para a área urbana foi de 1,8 filho contra 2,7 filhos na área rural. Valores bastante inferiores aos observados em 1960, 5,0 e 8,4 filhos para as áreas urbana e rural, respectivamente. O maior estreitamento da base da pirâmide etária da área urbana pode ser constatado através da razão crianças-mulheres: 27,5 crianças menores de 5 anos de idade para cada grupo de 100 mulheres de 15 a 44 anos de idade, enquanto na área rural este valor foi de 38,9, o que representa um acréscimo de 41,4%.

É nítido também um maior contingente de população masculina na área rural. Neste caso, tem-se 111,1 homens para cada grupo de 100 mulheres, sendo que na área urbana a razão de sexo foi de 93,4 homens para cada grupo de 100 mulheres. Esta maior participação da população masculina na área rural pode ser explicada pela seletividade da variável sexo nas correntes emigratórias de áreas rurais com destino urbano e pela natureza específica de determinadas atividades na agropecuária e na extração.

Apesar de nascerem mais crianças do sexo masculino do que do feminino, na população como um todo, tem-se mais mulheres que homens, em virtude dos diferenciais de mortalidade existentes entre os sexos. A mortalidade masculina é superior à feminina ao longo de toda a vida. Na ausência de erros de contagem e de declaração da idade, o comportamento das razões de sexo se aproximaria das obtidas para a área urbana. Contudo, para área rural, a maior participação feminina só ocorrerá nas idades finais.

Nas duas últimas décadas, a composição da população residente por sexo e grupos de idade sofreu mudanças importantes, como o estreitamento da base da pirâmide, o aumento da participação relativa da população a partir do grupo de 25 a 29 anos de idade e o visível alargamento do topo da pirâmide etária, indicando o aumento da longevidade.

### Migrações Brasileiras

Migração ou movimento migratório é o deslocamento da população de um lugar para outro. Os deslocamentos populacionais podem ser definitivos ou temporários.

Diversos motivos levam as pessoas a migrar: guerras, condições econômicas desfavoráveis, adversidades naturais como climas extremamente frios ou quentes, atividades vulcânica intensa, entre outros.



Os movimentos migratórios podem ser externos ou internos.

## Migrações externas

A migração externa, também denominada migração internacional, ocorre quando a população se desloca entre países. Há dois tipos de migração externa:

**Emigração:** refere-se ao movimento de saída das pessoas de seu país de origem. Essas pessoas são emigrantes no seu país de origem.

Os emigrantes brasileiros dirigiram-se predominantemente para os Estados Unidos, Japão e países da Europa.

**Imigração:** corresponde ao movimento de entrada das pessoas estrangeiras em um país. Elas são imigrantes nesse país.

A maior onda imigratória no Brasil se deu entre as décadas de 1850 e 1930 e era formada por alemães, espanhóis, sírios, libaneses, poloneses, ucranianos, japoneses e, principalmente, italianos.

## Migrações internas

A migração interna ocorre quando a população se desloca no interior de um país.

O êxodo rural corresponde à migração campo-cidade, isto é, à saída da população do meio rural com destino ao meio urbano. Esse é o movimento interno mais importante e é o responsável pela grande leva de migrantes que se dirigiram, e ainda se dirigem, às grandes cidades.

Existem outros dois tipos de migração interna:

**Transumância** é o deslocamento populacional que ocorre em certos períodos do ano.

**Migração pendular** é o movimento diário de vaivém da população que desloca da periferia para o centro e vice-versa.

## Migrações no Brasil

A taxa de crescimento populacional é composta pelo crescimento vegetativo e pela entrada de imigrantes. O Brasil, desde o início de sua colonização, recebeu grandes contingentes populacionais. No Período Colonial, esse contingente foi quase exclusivamente de portugueses e de negros. A partir da última década do século XIX, vieram europeus de várias nacionalidades (principalmente italianos, alemães e espanhóis) para substituir a mão de obra escrava nas fazendas de café. Calcula-se que, desde aquela época até hoje, entraram no Brasil cerca de 4,5 milhões de imigrantes.

Podemos observar muitos movimentos migratórios no Brasil, muitos deles vinculados a ciclos econômicos. Podemos citar:

- Séculos XVI e XVII – deslocamento de pessoas do litoral para o interior do Nordeste acompanhando a expansão da pecuária (através do Vale do São Francisco);

- Século XVIII – deslocamento de paulistas e nordestinos para Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso atraídos pela descoberta de ouro e pedras preciosas;

- 1870-1910 – deslocamento de nordestinos para a Amazônia (especialmente para o Acre, durante o ciclo da borracha);

- final do século XIX início do século XX – nordestinos para São Paulo, atraídos pela cafeicultura;

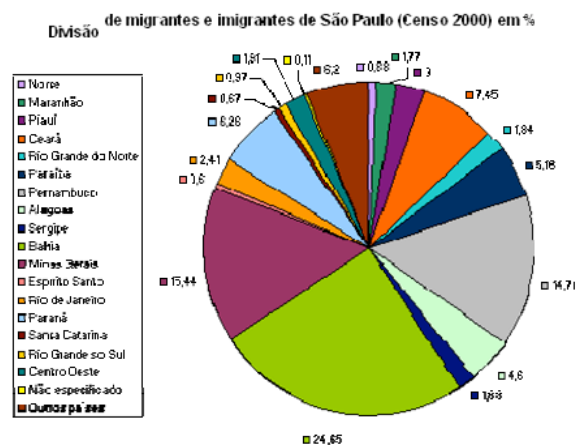
- década de 1940 – nordestinos para oeste paulista e norte do Paraná, atraídos pela expansão da cultura do algodão;

- década de 1950 – nordestinos para Goiás, atraídos pela oferta de empregos na construção civil durante a construção de Brasília;

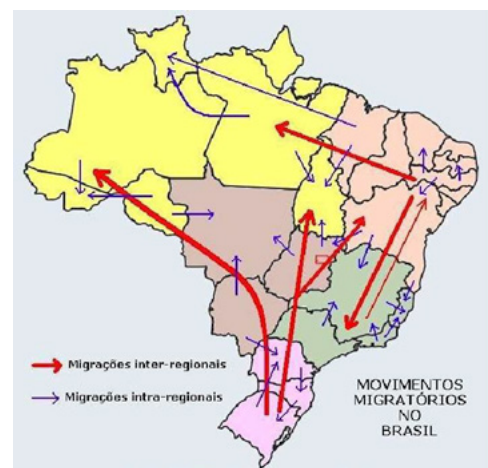
- décadas de 1960/70 – nordestinos para a Amazônia, devido aos projetos descolonização agrícola e de mineração, além da abertura de rodovias como a Transamazônica.

O Nordeste é uma área de expulsão; o Sudeste, em particular as áreas metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, de atração. Essa migração regional também ocorre do campo para a cidade. Os camponeses vêm sendo expulsos de sua terra em decorrência da estrutura fundiária do País, da violência no campo, da mecanização da agricultura e de fenômenos meteorológicos, como os longos períodos de seca.

O gráfico abaixo mostra bem esse dado.



Nas décadas de 1960 e 1970, como já foi citado anteriormente houve mudanças na direção dos fluxos migratórios para as regiões Norte e Centro-Oeste, incentivados pela política oficial de colonização. Para essas regiões, dirigiram-se não apenas os nordestinos, mas também os sulistas (em decorrência da estrutura fundiária no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina), grandes contingentes populacionais sem acesso a terra.



Com a participação de empresas transnacionais, incentivos fiscais e investimentos do governo federal, nas décadas de 1970 e 1980, foram implantados no Norte do país grandes projetos de mineração, que atraíram muitos garimpeiros para a região.

Algumas das consequências desses projetos foram os problemas socioambientais dessa ocupação. O desmatamento, realizado na maior parte das vezes por madeireiros, de maneira ilegal, empobreceu os solos da região, tornando-os muitas vezes inadequados para a agricultura e impedindo a população nativa de obter seu sustento com o extrativismo. Grande parte das estradas acabou sendo “engolida” pela floresta – como ocorreu com a Transamazônica, que é transitável apenas em um pequeno trecho, na época de seca.

A violência na região também é um problema. Muitos migrantes instalaram-se como posseiros ou grileiros, causando diversos conflitos com as populações nativas e indígenas e, ainda, com os defensores desses povos, como padres e missionários.

As migrações internas, muito intensas no país, sofreram mudanças nas últimas décadas. Segundo o IBGE, há em São Paulo as entradas de migrantes diminuíram em 12%, enquanto as saídas aumentaram em 36%, fazendo com que o saldo migratório de 744.798 migrantes, registrado em 1991, declinasse para 339.926, em 2000. Já os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro passaram de repulsores para receptores de população, ou seja, ocorreu aumento das entradas e diminuição das saídas.

Na década de 1990, com a reativação de alguns setores da economia nordestina, como o crescimento do turismo e a instalação de diversas empresas, estabeleceu-se um fluxo de retorno de população para o Nordeste. Entre 1995 e 2000, 48,3% das saídas do Sudeste foram em direção ao Nordeste. Entretanto, os estados que contam com maior saldo migratório negativo (maior quantidade de emigrantes) ainda se concentram no Nordeste: Paraíba, Ceará, Piauí, Pernambuco e Bahia.

A década de 1990 inaugurou outra etapa na história das migrações internas: elas se tornaram menos volumosas e mais localizadas. Além disso, outros fluxos se estabeleceram em direção ao Norte e ao Centro-Oeste.

O estado de Goiás destaca-se no Centro-Oeste por constituir o destino de um grande número de imigrantes brasileiros, devido à atração exercida por Brasília.

Regiões dinâmicas de alargamento da fronteira agropecuária do Centro-Oeste, como o Mato Grosso e do Norte como Rondônia e Pará, vêm atraindo migrantes do Nordeste. A expansão da produção agrícola tem gerado o aumento de emprego e da renda. A demanda por bens e serviços (escola, comércio e lazer) multiplica as atividades urbanas e o crescimento das cidades nessas regiões.

Entre as décadas de 60 e 2000, o Centro-Oeste e o Norte tiveram as maiores taxas de crescimento populacional. A população de Rondônia, por exemplo, apresentou um aumento de 12 vezes: em 1960 tinha 69.792 habitantes, e em 1999 contava com 836.023 habitantes.

### Migrações inter-regionais.

Em 1999, segundo o IBGE, 15,5 milhões de pessoas residiam fora de suas regiões de nascimento. Entre 1992 e 1999, 15,9% da população do Nordeste e 10% da do Centro-Oeste migraram.

No entanto, tendências mais recentes da mobilidade da população no Brasil apontam para o crescimento das migrações intra regionais (de curta distância), Dos fluxos urbano-urbano e intra metropolitanos. Ou seja, muitas pessoas têm migrado de uma cidade para a outra ou no interior das áreas metropolitanas ou ainda, de um município para outro, no mesmo estado, em busca de trabalho. Cidades com 100mil habitantes têm apresentado maior crescimen-

to populacional e tem sido procuradas pelos migrantes. A queda do nível de vida das grandes cidades metropolitanas (violência, trânsito, poluição) a saturação do mercado de trabalho e o aumento do subemprego têm contribuído para esses resultados.

Esses polos emergentes de desenvolvimento – por exemplo, os do interior paulista, como Ribeirão Preto e Campinas – apresentaram um dinamismo regional e condições similares às das metrópoles, contribuindo assim para uma nova redistribuição da espacial da população.

A retração do setor industrial no município de São Paulo, por exemplo, reflete uma tendência internacional de desconcentração industrial, característica dessa época de globalização.

O gráfico abaixo mostra a evolução da vinda do número de imigrantes para o Brasil de 1850 até 1975.



## 3 – AS ATIVIDADES ECONÔMICAS: INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO, FONTES DE ENERGIA E AGROPECUÁRIA.

### A Indústria Brasileira

#### A industrialização no mundo

O processo de industrialização remonta ao século XVIII, quando emergem na Inglaterra (grande potência naquela época) uma série de transformações de ordem econômica, política, social e técnica, que se convencionou chamar de Revolução Industrial. Hoje esse processo é conhecido como 1ª Revolução Industrial, pois antecedeu novas transformações nos séculos XIX e no XX, as chamadas 2ª e 3ª Revoluções Industriais.

As transformações de ordem espacial a partir da indústria foram enormes alteraram a sociedade como um todo. Podemos citar como exemplo as mudanças ocorridas na própria Inglaterra do século XIX, onde a indústria associada à modernização do campo gerou a expulsão de milhares de camponeses em direção às cidades, proporcionando o surgimento das cidades industriais, popularmente conhecidas como cidades negras em decorrência da poluição atmosférica gerada pelas indústrias.

Ocorreram também grandes mudanças sociais, evidenciando e definindo claramente as classes sociais do capitalismo: de um lado estavam os donos dos meios de produção (burguesia), que em prol de lucros cada vez maiores, exploravam a mão de obra em troca de salários miseráveis e em condições de trabalho precárias; do outro

lado encontrava-se o proletariado (classe que vende sua força de trabalho em troca de um salário), que só foram conseguir melhores condições a partir do século XX através de greves que forçaram os patrões e Estados a concederem benefícios a essa camada da sociedade.

O avanço da indústria, especialmente a partir do século XIX, deu-se em direção à outros países como a França, a Bélgica, a Holanda, a Alemanha, a Itália, e de países fora da Europa, como os EUA na América e o Japão na Ásia. Alguns desses países viriam a se tornar potências econômicas, industriais e militares séculos depois, dominando a economia como um todo, cujo peso influencia diretamente os outros países.

Foi apenas a partir do século XX, especialmente após a 2ª Guerra Mundial, que países do terceiro mundo também passaram por processos de industrialização, como é o caso do Brasil. Nesses países foi muito marcante a presença do Estado nacional e das empresas multinacionais no processo de industrialização, que impulsionaram esse processo e tornaram alguns países da periferia do mundo atuais potências industriais. Porém, diferentemente do que ocorreu nos países do mundo desenvolvido, a industrialização não resultou necessariamente na melhoria de vida das populações ou no desenvolvimento do país: o processo de industrialização nos países subdesenvolvidos se deu de forma dependente de capitais internacionais, gerando aprofundamento da dependência externa (mais precisamente dívidas externas), além do fato de que as indústrias que para cá vieram por já serem relativamente modernas não geraram o número de empregos necessários para absorver a mão de obra cada vez mais numerosa que vinha do campo para as cidades. O que mais tarde seria conhecido como o êxodo rural, criou um processo de metropolização acelerado, que não foi acompanhado pela otimização e implantação de infraestrutura e da geração de empregos, dando início ao inchaço das grandes cidades (com diversos problemas decorrentes do mesmo), problema comum em países subdesenvolvidos.

### O desenvolvimento da indústria nacional

Embora o Brasil seja considerado um país emergente ou em desenvolvimento, está quase um século atrasado industrialmente e tecnologicamente em relação às nações que ingressaram no processo de industrialização no momento em que a Primeira Revolução Industrial entrou em vigor, como Inglaterra, Alemanha, França, Estados Unidos, Japão e outros.

O desenvolvimento industrial brasileiro se deu lentamente, acontecendo apenas com o rompimento de obstáculos e de medidas políticas, como nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek, que foram de extraordinária importância para que as indústrias se proliferassem no Brasil.

Durante os longos anos em que o território brasileiro foi colônia portuguesa, a economia nacional se restringiu à prática da agricultura conhecida por monocultura (o plantio de um único tipo de produto, como o açúcar).

A coroa portuguesa proibia a instalação do comércio manufatureiro no Brasil para impedir o crescimento e desenvolvimento de sua colônia, para que ela continuasse somente fornecendo produtos agrícolas para o mercado externo. Porém, pequenas mudanças econômicas se iniciaram a partir do processo de independência do Brasil, principalmente na metade do século XIX, com o desenvolvimento da economia cafeeira, cujos lucros propiciaram investimentos em outras atividades econômicas, como a indústria.

Graças a esse cenário dos grandes lucros da economia cafeeira que surgiram empresários como Irineu Evangelista de Souza (o Barão de Mauá), preocupados com o desenvolvimento das estradas de ferro, das cidades e de toda infraestrutura necessária para o crescimento do país. Entretanto, as primeiras indústrias surgiram de maneira paulatina entre o final do século XIX e início do século XX, representando ainda uma baixa participação na economia nacional.

Frente a essa situação, o Brasil importava praticamente todos os produtos industrializados, já que suas indústrias não haviam se desenvolvido o suficiente. A Europa, sendo a região do globo que mais se industrializava, não queria o desenvolvimento industrial brasileiro, já que perderia parte de seu mercado consumidor. O Brasil, portanto, dependeu exclusivamente da economia agrícola até a metade do século XX, enfrentando sérios problemas econômicos e políticos.

As indústrias brasileiras se desenvolveram a partir de mudanças estruturais de caráter econômico, social e político, que, como citado acima, vinham ocorrendo desde a segunda metade do século XIX. Essas mudanças aconteceram especialmente nas relações de trabalho, com a expansão do emprego remunerado que resultou em aumento do consumo de mercadorias, a abolição do trabalho escravo e o ingresso de estrangeiros no Brasil como italianos, alemães, japoneses, dentre outras nacionalidades, que vieram para compor a mão de obra, além de contribuir no povoamento do país, como ocorreu na região Sul. Um dos maiores acontecimentos no campo político foi a proclamação da República. Diante desses acontecimentos históricos, o processo industrial brasileiro passou por quatro etapas.

#### -1ª fase: 1822 a 1930

Havia reduzida atividade industrial, o que conferia ao país característica agrário-exportadora.

Ocorreram, porém, dois fatos que facilitam a industrialização futura: a Abolição da Escravatura e a entrada de imigrantes, que vão servir de mão-de-obra.

#### - 2ª fase: 1830 a 1956

O ano de 1930 é considerado por alguns autores como o da “Revolução Industrial” no Brasil. É o ano que marca o início da industrialização (que abriu as portas para que a atividade industrial se tornar a mais importante do país, beneficiada pela Crise de 1929 e pela Revolução de 1930).

A crise de 1929 constituiu exemplo da fragilidade da economia brasileira e também um aviso de que o país necessitava diversificar sua produção. Ela determinou a decadência da cafeicultura e a transferência do capital para a indústria, o que associado à presença de mão-de-obra e mercado consumidor, justificando a concentração industrial no Sudeste, especificamente em São Paulo.

Bem como a primeira fase, esta tem uma característica inicial de quase exclusividade de indústrias de bens de consumo não duráveis, definindo o período chamado de “Substituição de importações”. No entanto, a ação do Estado começa a alterar o quadro, com o Governo Vargas criando as empresas estatais do setor de base, como a CSN (siderurgia), PETROBRÁS e a CVRD (mineração).

#### - 3ª fase: 1956 a 1989

Esse é o período de maior crescimento industrial do país em todos os setores industriais, baseando-se sobre a aliança entre o capital estatal e o capital estrangeiro. O governo Juscelino Kubistchek (1956 – 1961) dá início à chamada “Internacionalização da Economia”, abrindo o país para empresas estrangeiras, em sua maioria



do setor automotivo, como Volkswagen. O período foi conhecido pelo seu otimismo e relação ao crescimento da economia brasileira em que medidas como o Plano de Metas incentivaram a produção industrial. Essa política do JK para estimular o crescimento industrial ficou conhecida como nacional-desenvolvimentista, ela concentrava suas atenções em investimentos na área de energia e de transportes. O processo continuou mesmo durante a Ditadura Militar (1964 a 1985), com destaque para o Governo Médici e o período do “Milagre Brasileiro”, que determinou crescimento econômico (mas também aumento da dívida externa e concentração de renda, já que, para a realização de seus planos, JK utilizou-se de capital estrangeiro).

Foi com essas medidas políticas do governo de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubistchek que a industrialização brasileira obteve um crescimento vertiginoso e adquiriu estabilidade, principalmente nos últimos anos do século XX e início do século XXI.

## - 4a fase: 1989 - hoje

Iniciada no Governo Collor com continuidade até o Governo Fernando Henrique, esta fase marca o avanço do Neoliberalismo no país, com sérias repercussões no setor secundário da economia.

Com a adoção do modelo neoliberal determinou-se a privatização de quase todas as empresas estatais, tanto no setor produtivo, como as siderúrgicas e a CVRD, quanto no setor da infraestrutura e serviços, como o caso do sistema Telebrás.

Os últimos anos marcaram também a abertura do mercado brasileiro, com expressivas reduções na alíquota de Importação. Por outro lado, houve aumento do desemprego graças à falência de empresas e as inovações tecnológicas adotadas, pois se tornou necessária a utilização de máquinas e equipamentos industriais de última geração, necessários para aumentar a competitividade e resistir à concorrência internacional.

## A indústria brasileira no século XXI

A indústria brasileira está estagnada, e foi responsável por apenas 14,6% do PIB nacional, o que é ínfimo se comparando com dados de outros países em 2010, como China (43,1%), Coreia (30,4%) ou mesmo Alemanha (20,8%). Entre os fatores que explicam essa situação, podemos citar os altos custos dos encargos da mão-de-obra (32,5% na folha); o alto custo do capital (juros e “spreads” bancários); a apreciação do câmbio, que aumentou a concorrência, em nosso mercado interno, com produtos importados; os custos elevados dos insumos; a necessidade de investimentos na infraestrutura do país; a necessidade de uma política de inovação.

Grandes potências como Estados Unidos e Japão continuam sofrendo os efeitos da recessão, fazendo com que o Brasil, que tem uma economia dependente de capitais externos, apresente fortes reflexos dessa crise. Outro grande problema é o fato de que a balança comercial brasileira é suscetível à preços internacionais mais baixos das matérias primas que o Brasil exporta, e aos preços mais altos de mercadorias que o país importa, como o petróleo.

A dependência da indústria brasileira não é só do capital, mas também da tecnologia estrangeira, já que o país ocupa o 43º lugar no ranking mundial de tecnologia da ONU, o que atinge diretamente o desempenho industrial do país.

Se a economia já apresentava sinais de desaquecimento, com esses problemas as perspectivas para a indústria brasileira não são nada favoráveis para os próximos anos.

Seguindo uma forte tendência mundial, o Brasil vem passando por um processo de descentralização industrial chamado por alguns autores de desindustrialização, ocorrendo intra regionalmente e também entre as regiões. Com acentuada concentração em São Paulo, a distribuição espacial da indústria brasileira foi determinada pelo processo histórico, pois no momento do início da industrialização, o estado tinha (devido à cafeicultura) os principais fatores para instalação das indústrias, a saber: capital, mercado consumidor, mão-de-obra e transportes. Esta situação também se deve à atuação estatal, através de diversos planos governamentais como o Plano de Metas, que acentuou esta concentração no Sudeste, destacando novamente São Paulo. A partir desse processo industrial e sua respectiva concentração, o Brasil passa a se integrar (o país não possuía um espaço geográfico nacional integrado, constituindo uma estrutura de arquipélago econômico com várias áreas desarticuladas). Esta integração reflete nossa divisão inter-regional do trabalho, sendo tipicamente centro-periferia, ou seja, com a região Sudeste polarizando as demais.

Há uma tendência de saída do ABC Paulista, buscando menores custos de produção do interior paulista, no Vale do Paraíba ao longo da Rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo à Belo Horizonte. Estas áreas oferecem benefícios atrativos como incentivos fiscais, menores custos de mão-de-obra, transportes menos congestionados e, por tratarem-se de cidades-médias, melhor qualidade de vida, característica vital quando se trata de tecnopólos.

Essa desconcentração industrial entre as regiões vem determinando o crescimento de cidades-médias dotadas de boa infraestrutura e com centros formadores de mão-de-obra qualificada. Percebe-se também um movimento de indústrias tradicionais (que fazem uso intensivo de mão-de-obra, como a de calçados e vestuários) para o Nordeste, em busca de mão-de-obra barata.

Podemos chamar os fatores que influenciam a mudança de uma empresa de uma região à outra (ou a instalação de uma empresa em determinada locação) de fatores locacionais, sendo eles:

- Legislações fiscais, tributárias e ambientais amenas;
- Vias de transporte e comunicações;
- Matéria prima abundante e barata;
- Mão de obra abundante e barata;
- Energia abundante e barata;
- Mercados consumidores;
- Incentivos fiscais;
- Infraestrutura;

## Classificação das Indústrias

Podemos classificar as indústrias com base em vários critérios, porém o mais utilizado é o que leva em consideração o tipo e destino do bem produzido:

a) Indústrias de base: produzem bens que dão a base para o funcionamento de outras indústrias, ou seja, as chamadas matérias primas indústrias ou insumos industriais, como o aço;

b) Indústrias de bens de capital ou intermediárias: produzem equipamentos necessários para o funcionamento de outras indústrias, como as de máquinas;

c) Indústrias de bens de consumo: produzem bens para o consumidor final, e são subdivididas em:

c1) Bens duráveis: são as que produzem bens para consumo em longo prazo, como automóveis.

c2) Bens não duráveis: produzem bens para consumo geralmente imediato, como as de alimentos.

Há outros critérios classificatórios, como:

1. Maneira de produzir:
  - Indústrias extrativas;
  - Indústrias de processamento ou beneficiamento;
  - Indústrias de construção;
  - Indústrias de transformação ou manufatureira;
2. Quantidade de matéria prima e energia utilizadas:
  - Indústrias leves
  - Indústrias pesadas
3. Tecnologia empregada:
  - Indústrias tradicionais
  - Indústrias dinâmicas.

## Urbanização no Brasil

### Urbanização

O processo de urbanização no Brasil vincula-se a transformações sociais que vêm mobilizando a população dos espaços rurais e incorporando-a à economia urbana, bem como aos padrões de sociabilidade e cultura da cidade. A inserção no mercado de trabalho capitalista e a busca por estratégias de sobrevivência e mobilidade social implicam na instalação em centros urbanos e em uma mobilidade espacial constantemente reiterada, que se desenrola no espaço da cidade ou tem nela sua base principal.

A maioria dos brasileiros vivem em cidades. Isso significa que pouco resta da sociedade rural que caracterizava o país nos anos 1940, quando cerca de 70% da população brasileira morava no campo.

O processo de urbanização no Brasil difere do europeu pela rapidez de seu crescimento. Ao passo em que na Europa esse processo começou no século 18, impulsionado pela Revolução Industrial, em nosso país ele só se acentuou a partir de 1950, com a intensificação da industrialização.

O êxodo rural aumentou na década de 70 do século 20, com a cidade de São Paulo assumindo a posição de principal polo de atração. Por conta desse crescimento descontrolado nos últimos 30 anos, 40 municípios que envolvem a capital paulista estão fisicamente unidos, formando uma mancha demográfica chamada **conurbação**.

### Megacidade e cidade global

“Cidade global” e “megacidade” são termos relacionados à forte urbanização que vem ocorrendo no mundo. No entanto, embora estejam relacionados um ao outro, não podem ser confundidos, pois designam realidades diferentes.

**Megacidade:** O termo “megacidade” refere-se a cidades muito grandes em termos populacionais, não considerando outros aspectos desses centros urbanos. Expressa, portanto, um aspecto estritamente quantitativo.

Segundo dados divulgados pela Divisão de População da ONU, em 2000 existiam 23 megacidades no planeta:

**Ásia:** Pequim, Xangai e Tiangin (China); Calcutá, Bombaim e Nova Déli (Índia); Tóquio e Osaka (Japão); Seul (Coreia do Sul); Daca (Bangladesh); Karachi (Paquistão); Jacarta (Indonésia); Manila (Filipinas); Bangcoc (Tailândia).

**América do Norte e do Sul:** Nova York e Los Angeles (Estados Unidos); São Paulo e Rio de Janeiro (Brasil); Cidade do México (México); Buenos Aires (Argentina).

**África:** Lagos (Nigéria); Cairo (Egito).

**Europa:** Moscou (Rússia).

Nos países subdesenvolvidos, as megacidades são fortes polos de atração de população e tendem a ter seus problemas econômicos e sociais agravados. As perspectivas são de que nessas nações tenhamos, entre as décadas de 2010 e 2020, as maiores aglomerações urbanas do planeta.

Dessa forma, as metrópoles dos países desenvolvidos serão superadas por centros urbanos muito populosos como Lagos, Karachi e Daca. Saliente-se que esse enorme contingente populacional não será atendido em suas necessidades básicas de moradia, transporte, educação, saúde e emprego, o que aumentará significativamente a miséria nessas regiões.

**Cidade global:** O termo “cidade global” é usado quando fazemos uma análise qualitativa da cidade, referindo-nos ao seu grau de influência sobre outros centros urbanos, em diferentes partes do globo.

Uma cidade global, portanto, caracteriza-se como uma metrópole, porém sua área de influência não é apenas uma região ou um país, mas parte considerável de nosso planeta. É por isso que as cidades globais também são denominadas “metrópoles mundiais”. Conforme alguns estudos demonstram, para a cidade ser considerada “global” é fundamental levarmos em conta suas atividades financeiras, administrativas, científicas e no campo da informação, o que vincula tais centros urbanos à sua influência regional, nacional ou mundial. Assim, uma cidade global deve apresentar:

- a) sedes de grandes companhias, como conglomerados e multinacionais;
- b) bolsa de valores que possua influência na economia mundial;
- c) grau sofisticado de serviços urbanos;
- d) setor de telecomunicações amplo e tecnologicamente avançado;
- e) centros universitários e de pesquisa de alta tecnologia; f) diversidade e qualidade das redes internas de transporte (vias expressas, rodovias e transporte público);
- g) portos e aeroportos modernos que liguem a cidade a qualquer ponto do globo.

Com base nesses aspectos, os estudiosos criaram três níveis ou categorias de cidades, de acordo com o poder de influência desses centros urbanos: Alfa, Beta e Gama. Na atualidade são reconhecidas 55 cidades globais no planeta:

- Grupo Alfa (10 cidades de primeiro nível de importância): Londres, Nova York, Paris, Tóquio, Los Angeles, Chicago, Frankfurt, Milão, Hong Kong e Cingapura.

- Grupo Beta (10 cidades de segundo nível de importância): São Francisco, Sidney, Toronto, Zurique, São Paulo, Cidade do México, Madri, Bruxelas, Moscou e Seul.

- Grupo Gama (35 cidades de terceiro nível de importância): Osaka, Pequim, Boston, Washington, Amsterdã, Hamburgo, Dallas, Dusseldorf, Genebra, Xangai, Montreal, Roma, Estocolmo, Munique, Houston, Barcelona, Berlim, Jacarta, Johannesburgo, Melbourne, Praga, Santiago, Taipei, Varsóvia, Atlanta, Budapeste, Buenos Aires, Copenhague, Istambul, Kuala Lumpur, Manila, Miami, Minneapolis, Bangoc e Caracas.

**Cidade**

Cidade é uma área densamente povoada onde se agrupam zonas residenciais, comerciais e industriais. O significado de cidade (zona urbana, ambiente urbano) opõe-se ao de campo (zona rural). Cidade é a sede do município (cada divisão administrativa autônoma dentro de um Estado), a área onde existe concentração de habitantes. Cada Estado é composto por um conjunto de cidades, sendo que uma delas é considerada a capital de Estado por abrigar a sede administrativa e ser o principal centro de atividades de um Estado ou de um conjunto de Estados (País). Uma cidade caracteriza-se por um estilo de vida particular dos seus habitantes, pela urbanização (infraestrutura, organização, serviços de transporte, etc), pela concentração de atividades econômicas dos setores secundário e terciário, etc. As atividades primárias (agricultura, pecuária) são destinadas à zona rural.

**O êxodo no rural**

O êxodo rural é caracterizado pela emigração da população residente em zona rural (campo) com destino às cidades (zonas urbanas). Essa modalidade de migração ocorre em várias partes do planeta, fato que intensifica o processo de urbanização dos países. No Brasil, o êxodo rural se destacou na década de 1950 e, principalmente, durante a década de 1960, esse fato foi impulsionado pelo desenvolvimento industrial ocorrido nas cidades da Região Sudeste, atraindo pessoas em busca de empregos e melhores condições de vida. Essa modalidade de migração é consequência das dificuldades de manutenção da agricultura de subsistência e a concentração fundiária, visto que o modelo econômico vigente privilegia os grandes latifundiários através de empréstimos para a mecanização das atividades rurais, fato que também agrava o êxodo rural, pois a mão de obra é substituída pelo intenso processo de mecanização das atividades agrícolas.

Os pequenos produtores que não conseguem mecanizar sua produção, tendo, conseqüentemente, baixo rendimento de produtividade, acabam em desvantagem no mercado e, muitas vezes, vendem seus terrenos para pagarem dívidas. Outro fator de grande relevância para o desencadeamento do êxodo rural é a atratividade que as cidades exercem sobre parte da população rural. Muitas pessoas migram para as cidades em busca de emprego com boa remuneração, infraestrutura e serviços (escolas, hospitais, transporte, etc.). Porém, o êxodo rural pode gerar vários problemas de ordem socioeconômica: inchaço das cidades, moradias em locais inadequados, superpovoamento de bairros pobres, aumento de favelas, aumento do desemprego, subemprego, violência entre outros. Portanto, o êxodo rural pode gerar transtornos para toda a sociedade, principalmente para as pessoas que deixaram o campo com o intuito de obter melhores condições de vida nas cidades e que não conseguiram atingir esse objetivo. Nesse

sentido, se faz necessária a realização de políticas públicas para solucionar esse tipo de problema, proporcionando subsídios para os pequenos produtores rurais, maiores investimentos nas atividades do campo, além de estruturação (hospitais, escolas, etc.) de municípios com maioria da população rural, evitando a migração por motivos de ausência de determinados serviços.

**A hierarquia urbana**

A hierarquia urbana é estabelecida na capacidade de alguns centros urbanos de liderar e influenciar outros por meio da oferta de bens e serviços à população. Pode ser uma metrópole nacional (se influencia todo o território nacional) ou uma metrópole regional (se influencia certa porção ou região do País).

**Metropolização**

No Brasil, o processo de urbanização foi essencialmente concentrador: gerou cidades grandes e metrópoles.

**Metrópoles:** São cidades que possuem mais de 1 milhão de habitantes e polarizam uma determinada região. O Brasil possui atualmente 11 metrópoles:

- São Paulo;
- Rio de Janeiro;
- Curitiba;
- Goiânia;
- Manaus;
- Belém;
- Fortaleza;
- Salvador;
- Porto Alegre;
- Belo Horizonte;
- Recife

*Obs:* Brasília não é considerada metrópole, pois ela conheceu um crescimento endógeno, e por isso não polariza regiões.

*Megalópoles:* é a união de duas metrópoles. O Brasil possui somente uma megalópole, localizada no Vale do Paraíba tendo a via Dutra ligando-na.

**O fenômeno da conurbação**

Conurbação é um termo usado para designar um fenômeno urbano que acontece a partir da união de duas ou mais cidades/municípios, constituindo uma única malha urbana, como se fosse somente uma única cidade. A partir da unificação, as cidades envolvidas começam a utilizar de maneira conjunta os mesmos serviços de infraestrutura, formando uma malha urbana contínua. O fenômeno de conurbação ocorre quando as áreas rurais dos municípios vão sendo tomadas pelas edificações urbanas, desse modo, expande-se até “chocar” com outra cidade.

Os limites municipais quase não são percebidos, por isso dificulta a identificação precisa de onde termina ou começa um município. Esse processo não determina a inexistência de zonas rurais, muitas vezes são identificadas pequenas propriedades rurais voltadas para a produção hortifrutigranjeira - produtos que são comercializados no mercado local.



No Brasil, esse fenômeno é identificado entre a capital do Estado de São Paulo e os municípios vizinhos, como Santo André, São Caetano, São Bernardo, Diadema e Guarulhos. A cidade de São Paulo expandiu de tal forma que “chocou” com os municípios vizinhos, constituindo uma imensa malha urbana, denominada de Grande São Paulo.

## Os problemas urbanos

A intensa urbanização que vem ocorrendo no Brasil, especialmente a partir de 1950, tem sido acompanhada por um processo de metropolização, isto é, concentração demográfica nas principais áreas metropolitanas do país. Isso significa que as grandes cidades, as metrópoles, crescem a um ritmo superior ao das pequenas e médias cidades. Assim, quando somamos a população das nove principais cidades do país - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Recife, Porto Alegre, Curitiba e Belém. Juntamente com as cidades que pertencem às suas respectivas áreas metropolitanas, verificamos que, em 1950, elas reuniam por volta de 18% da população nacional em 1970, esse número subiu para 25% e, em 1995, para cerca de 31% da população total do Brasil.

Com o crescimento acelerado dessas grandes cidades e com o processo de conurbação que nelas frequentemente ocorrem, certos problemas urbanos - como os transportes, água, esgotos, uso do solo, etc. - não devem ser tratados isoladamente em cada cidade vizinha, mas em conjunto.

## Problemas do lixo

O lixo produzido em nossas casas precisa ter um destino certo, pois quando isso não ocorre a cidade toda fica exposta a doenças e contaminação. Quando há uma coleta feita corretamente e o lixo encaminhado para uma cooperativa de reciclagem, esse problema pode ser bem menor, porém nas grandes cidades isso é cada vez mais difícil. Uma opção é tentar reaproveitar o lixo em casa mesmo, fazendo uma horta e usando-o como adubo. Lembre-se sempre de separar o lixo adequadamente e coloca-lo para que a coleta o leve para um local apropriado.

## Consequências

Um dos principais problemas são as enchentes causadas pelos lixos que estão nas ruas e entopem bueiros, desde papéis de balas até embalagens e sacolas maiores podem tapar os bueiros e as encanagens que escoam as águas. Quando isso ocorre ainda mais em cidades grandes como São Paulo, a tendência é haver enchentes, causando destruição e congestionamento por toda a cidade.

Quando jogamos lixos que não são orgânicos em quintais, rios e nas vias estamos contribuindo para o crescimento de problemas ambientais e também para o aquecimento global, que já é facilmente percebido por nós todos os dias, com o calor excessivo e os dias de inverno intensos podemos contatar isso facilmente.

- **Ilhas de calor:** As “ilhas de calor” são uma anomalia do clima que ocorrem quando a temperatura em determinadas regiões dos centros urbanos fica muito maior do que a temperatura nas regiões periféricas. Em São Paulo, por exemplo, já chegou a ser registrada uma diferença de 10° Celsius entre uma temperatura medida no centro e na periferia da cidade, enquanto que a média

mundial é de 9°C. Essa anomalia climática ocorre devido à junção de diversos fatores como a poluição atmosférica (principalmente), alta densidade demográfica, pavimentação e diminuição da área verde, construção de prédios barrando a passagem do vento, grande quantidade de veículos e outros fatores que contribuem para o aumento da retenção de calor na superfície.

Em um local menos urbanizado, com mais áreas verdes e menos prédios, a radiação solar seria absorvida normalmente pela vegetação e pelo solo, e dissipada através dos ventos. A vegetação devolveria essa radiação através da evapotranspiração enquanto que a ausência de poluentes permitiria que parte da radiação refletisse na superfície e fosse enviada para as camadas mais altas da atmosfera, diminuindo a quantidade de calor. O problema é que, a substituição da vegetação pelo asfalto e concreto faz com que a radiação solar seja absorvida por estes materiais e convertida em ondas de calor que ficarão armazenadas, em grande parte durante o dia, escapando à noite (o asfalto pode chegar a 46°C em um dia de verão enquanto que a grama não ultrapassa os 32°C). A construção de prédios cria uma barreira para os ventos não deixando que o calor seja dissipado. A presença de material particulado no ar, proveniente das chaminés de indústrias e escapamentos dos carros cria uma camada que barra a reflexão natural da maior parte dos raios solares.

**Chuvas ácidas:** A chuva ácida corresponde a uma chuva com elevado teor de acidez provocada pela forte concentração de óxido de enxofre e de azoto, dois tipos de gases provocados pela poluição industrial. Estes gases quando lançados na atmosfera são absorvidos pelas partículas de água transformando-se em ácido sulfúrico e em ácido nítrico. As consequências mais visíveis das chuvas ácidas são a destruição de florestas em diversas partes do planeta e a corrosão de numerosos prédios e monumentos.

Os principais contribuintes para a produção dos gases que provocam as chuvas ácidas, lançados na atmosfera, são as emissões dos vulcões e alguns processos biológicos que ocorrem nos solos, pântanos e oceanos. A ação humana no nosso planeta é também grande responsável por este fenômeno. As principais fontes humanas desses gases são as indústrias, as centrais termoelétricas e os veículos de transporte. Estes gases podem ser transportados durante muito tempo, percorrendo milhares de quilômetros na atmosfera antes de reagirem com partículas de água, originando ácidos que mais tarde se precipitam. A precipitação ácida ocorre quando a concentração de dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>) e óxidos de azoto (NO, NO<sub>2</sub>, N<sub>2</sub>O<sub>5</sub>) é suficiente para reagir com as gotas de água suspensas no ar (as nuvens).

Tipicamente, a chuva ácida possui um pH à volta de 4,5, podendo transformar a superfície do mármore em gesso.

- **Efeito estufa:** Apesar de o efeito estufa ser figurado como algo ruim, é um evento natural que favorece a proliferação da vida no planeta Terra. O efeito estufa tem como finalidade impedir que a Terra esfrie demais, pois se a Terra tivesse a temperatura muito baixa, certamente não teríamos tantas variedades de vida. Mas ao longo dos últimos cem anos, a concentração de gases de efeito estufa vem aumentando por causa da maior atividade industrial, agrícola e de transporte, e principalmente devido ao uso de combustíveis fósseis. O efeito estufa gerado pela natureza além de benéfico é imprescindível para a manutenção da vida sobre a Terra. Se a composição dos gases raros for alterada, para mais ou para menos, o equilíbrio térmico da Terra sofrerá conjuntamente.

A ação do ser humano na natureza tem feito aumentar a quantidade de dióxido de carbono na atmosfera, através de uma queima intensa e descontrolada de combustíveis fósseis e do desmatamento. A derrubada de árvores provoca o aumento da quantidade de dióxido de carbono na atmosfera pela queima e também por decomposição natural. Além disso, as árvores aspiram dióxido de carbono e produzem oxigênio. Uma menor quantidade de árvores significa também menos dióxido de carbono sendo absorvido.

- **Poluição ar:** Quando o lixo orgânico é depositado de maneira incorreta na natureza, este pode acarretar sérios danos à natureza como a contaminação do solo e dos lençóis freáticos. Poluição da água é a introdução de partículas estranhas ao ambiente natural, bem como induzir condições em um determinado curso ou corpo de água, direta ou indiretamente, sendo por isso potencialmente nocivos à fauna, flora, bem como populações humanas vizinhas a tal local ou que utilizem essa água.

Hoje em dia a poluição da água é questão a ser tratada em um contexto global. Considera-se que esta é a maior causadora de mortes e doenças pelo todo o mundo e que seja responsável pela morte de cerca de 14000 pessoas diariamente. A água é geralmente considerada poluída quando está impregnada de contaminantes antropogênicos, não podendo, assim, ser utilizada para nenhum fim de consumo estritamente humano, como água potável ou para banho, ou então quando sofre uma radical perda de capacidade de sustento de comunidades bióticas (capacidade de abrigar peixes, por exemplo). Fenômenos naturais, como erupções vulcânicas, algas marinhas, tempestades e terremotos são causa de uma alteração da qualidade da água disponível e em sua condição no ecossistema.

Há três formas principais de **contaminação** de um corpo ou curso de água, a forma química, a física e a biológica: - a forma química altera a composição da água e com esta reagem; - a forma física, ao contrário da química, não reage com a água, porém afeta negativamente a vida daquele ecossistema; - a forma biológica, consiste na introdução de organismos ou microrganismos estranhos àquele ecossistema, ou então no aumento danoso de determinado organismo ou microrganismo já existente.

Além das formas, temos duas categorias de como pode se dar a poluição:

a) poluição localizada, onde a fonte de poluição origina-se de um ponto específico, como por exemplo, uma vala ou um cano. Exemplos de tal forma são o despejo de impurezas, por parte de uma estação de tratamentos residuais, por parte de uma empresa ou então por meio de um bueiro.

b) poluição não localizada é uma forma de contaminação difusa que não possui origem numa única fonte. É geralmente o resultado de acumulação do agente poluidor em uma área ampla. A água da chuva recolhida de áreas industriais e urbanas, estradas bem como sua consequente utilização é geralmente categorizada como poluição não localizada.

Como principais contaminantes da água, pode-se citar:

- elementos que conttenham CO<sub>2</sub> em excesso (como fumaça industrial, por exemplo)
- contaminação térmica
- substâncias tóxicas
- agentes tensoativos
- compostos orgânicos biodegradáveis

- agentes patogênicos
- partículas sólidas
- nutrientes em excessos (eutrofização)
- substâncias radioativas

Como recurso hídrico indispensável, torna-se cada vez mais importante a conscientização sobre a melhor forma de tratamento da água como sustentáculo da vida no planeta. Ainda mais se pensarmos que a maioria das comunidades espalhadas pelo planeta possuem pouca consciência sobre a melhor forma de tratamento de um de seus recursos mais importantes.

### Poluição do solo

A poluição do solo, ocorre devido os malefícios diretos e indiretos causados pela desordenada exploração e ocupação do meio ambiente, depositando no solo elementos químicos estranhos, prejudiciais às formas de vida microbiológica e sua colaboração em relação às interações ecológicas regulares. As principais causas da poluição do solo são: o acúmulo de lixo sólido, como embalagens de plástico, papel e metal, e de produtos químicos, como fertilizantes, pesticidas e herbicidas.

O vidro, por exemplo, leva cerca de 5 mil anos para se decompor, enquanto certos tipos de plástico, impermeáveis ao processo de biodegradação promovido pelos micro-organismos, levam milhões de anos para se desintegrarem. Assim, o material sólido do lixo demora muito tempo para desaparecer no ambiente. As soluções usadas para reduzir o acúmulo de lixo, como a incineração e a deposição em aterros, também têm efeito poluidor, pois emitem fumaça tóxica, no primeiro caso, ou produzem fluidos tóxicos que se infiltram no solo e contaminam os lençóis de água.

A melhor forma de amenizar o problema, na opinião de especialistas, é investir nos processos de reciclagem e também no uso de materiais biodegradáveis ou não descartáveis.

### Poluição do ar

A poluição do ar é caracterizada pela presença de gases tóxicos e partículas líquidas ou sólidas no ar. Os escapamentos dos veículos, as chaminés das fábricas, as queimadas estão constantemente lançando no ar grandes quantidades de substâncias prejudiciais à saúde. Nos grandes centros urbanos e industriais tornam-se frequentes os dias em que a poluição atinge níveis críticos. Os escapamentos dos veículos automotores emitem gases como o monóxido (CO) e o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), o óxido de nitrogênio (NO), o dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>) e os hidrocarbonetos. As fábricas de papel e cimento, indústrias químicas, refinarias e as siderúrgicas emitem óxidos sulfúricos, óxidos de nitrogênio, enxofre, partículas metálicas (chumbo, níquel e zinco) e substâncias usadas na fabricação de inseticidas.

Todos esses poluentes são resultantes das atividades humanas e são lançados na atmosfera. A emissão excessiva de poluentes tem provocado sérios danos à saúde como problemas respiratórios (Bronquite crônica e asma), alergias, lesões degenerativas no sistema nervoso ou em órgãos vitais e até câncer. Esses distúrbios agravam-se pela ausência de ventos e no inverno com o fenômeno da inversão térmica (ocorre quando uma camada de ar frio forma uma parede na atmosfera que impede a passagem do ar quente e a dispersão dos poluentes).



Os danos não se restringem à espécie humana. Toda a natureza é afetada. A toxidez do ar ocasiona a destruição de florestas, fortes chuvas que provocam a erosão do solo e o entupimento dos rios.

No Brasil, dois exemplos de cidades totalmente poluídas são Cubatão e São Paulo. Os principais impactos ao meio ambiente são a redução da camada de ozônio, o efeito estufa e a precipitação de chuva ácida.

### **Inversão térmica**

A inversão térmica é um fenômeno atmosférico muito comum nos grandes centros urbanos industrializados, sobretudo naqueles localizados em áreas cercadas por serras ou montanhas. Esse processo ocorre quando o ar frio (mais denso) é impedido de circular por uma camada de ar quente (menos denso), provocando uma alteração na temperatura. Outro agravante da inversão térmica é que a camada de ar fria fica retida nas regiões próximas à superfície terrestre com uma grande concentração de poluentes. Sendo assim, a dispersão desses poluentes fica extremamente prejudicada, formando uma camada de cor cinza, oriunda dos gases emitidos pelas indústrias, automóveis, etc.

Esse fenômeno se intensifica durante o inverno, pois nessa época do ano, em virtude da perda de calor, o ar próximo à superfície fica mais frio que o da camada superior, influenciando diretamente na sua movimentação. O índice pluviométrico (chuvas) também é menor durante o inverno, fato que dificulta a dispersão dos gases poluentes. É importante ressaltar que a inversão térmica é um fenômeno natural, sendo registrada em áreas rurais e com baixo grau de industrialização. No entanto, sua intensificação e seus efeitos nocivos se devem ao lançamento de poluentes na atmosfera, o que é muito comum nas grandes cidades.

Doenças respiratórias, irritação nos olhos e intoxicações são algumas das consequências da concentração de poluentes na camada de ar próxima ao solo. Entre as possíveis medidas para minimizar os danos gerados pela inversão térmica estão a utilização de biocombustíveis, fiscalização de indústrias, redução das queimadas e políticas ambientais mais eficazes.

### **Moradias**

As moradias precárias, como as favelas, são acompanhadas pela ausência de infraestrutura. Para o crescimento de qualquer cidade se faz necessária a expansão de todo serviço público, como distribuição de água, rede de esgoto, energia elétrica, pavimentação, entre outros. As áreas urbanas onde vivem as famílias pobres, geralmente, são desprovidas de escolas, postos de saúde, policiamento e demais infraestruturas. Em geral, favelas e demais bairros marginalizados surgem de modo gradativo em áreas de terceiros, especialmente do governo. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os oito municípios detentores do maior número de favelas são: São Paulo, com 612; Rio de Janeiro, com 513; Fortaleza, 157; Guarulhos, 136; Curitiba, 122; Campinas, 117; Belo Horizonte, 101; e Osasco, 101.

No início do século XX existiam no Rio de Janeiro e, posteriormente, em São Paulo os cortiços, habitações que abrigavam várias pessoas, os quais eram constituídos por muitos cômodos alugados. Os cortiços eram velhas mansões que se localizam próximas ao centro da cidade. Hoje, a alternativa de moradia para as pessoas carentes é a ocupação de terrenos periféricos de gran-

des cidades, onde o valor é baixo. Isso é provocado pelo fato dos moradores possuírem pequeno poder aquisitivo, desse modo, não podem pagar um aluguel em um bairro estruturado e muito menos adquirir uma casa ou apartamento nele. Além disso, nas grandes cidades os imóveis têm alcançado valores extremamente elevados, distantes da realidade de grande parte da população.

Naturalmente, a configuração das grandes cidades brasileiras é excludente, tendo em vista que marginaliza um grupo social desfavorecido, enquanto em algumas periferias formam-se bairros dotados de luxo, os condomínios fechados - que se constituem como verdadeiros guetos. Abaixo, resultado de uma nação capitalista.

### *Recursos Energéticos*

#### **Recursos energéticos**

Até meados do século XIX, a sociedade humana utilizava ainda pequenas quantidades de energia nos seus gastos. A força muscular dos animais e do próprio Homem, associada ao uso da alavanca, da roda e da roldana, eram suficientes para fazer face às necessidades de então. Posteriormente descobriram-se os combustíveis fósseis. Primeiro o carvão, depois o petróleo e finalmente o gás natural. Estas fontes de energia revolucionaram a sociedade. Foi possível ao Homem empregar e consumir grandes quantidades de energia, e esta foi considerada sinônimo de progresso. Só mais tarde, em 1973, os países se aperceberam de que estava a basear o seu desenvolvimento, essencialmente numa fonte de energia não renovável – o petróleo.

Os recursos energéticos podem também ser classificados em renováveis e não renováveis.

O sol, o vento, as ondas do mar, a água dos rios, as marés, a biomassa e o calor da Terra são fontes de energia renováveis.

Os combustíveis fósseis (petróleo, carvão, gás natural) e a energia nuclear (urânio) são recursos energéticos não renováveis, isto é, a sua velocidade de formação é inferior à velocidade de consumo.

Se a utilização destes combustíveis continuar a ser feita como até agora, alguns deles estarão esgotados dentro em breve.

#### **Recursos energéticos não renováveis**

Os recursos energético da Terra não são infinitos e, por outro lado diz-se que não são renováveis: a sua formação, no decorrer de uma história geológica, foi tão lenta que não tem comparação possível com o ritmo em que estão a ser explorados e consumidos. Cerca de 80% da energia consumida em 1985 foi obtida a partir do petróleo, carvão e gás natural.

O aumento da utilização dos recursos energéticos reflete a evolução técnica (desde a máquina a vapor ao microcircuito), assim como o crescimento da população humana.

O rápido aumento do consumo do petróleo depois da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, é indicativo do desenvolvimento da indústria e dos transportes.

O máximo consumo relativo de carvão teve lugar por volta de 1920; o petróleo atingiu o seu consumo máximo relativo no princípio dos anos setenta, com pouco mais de 40%.

Espera-se que o gás natural, menos poluente, aumente a sua contribuição para o consumo total de energia.

Eis alguns recursos energéticos não renováveis e como são utilizados:

- O *carvão* foi a energia utilizada na primeira fase da Revolução Industrial, mas constitui, ainda hoje, um recurso energético muito importante, nomeadamente na produção de energia eléctrica e aço.

- O *petróleo* é um recurso não renovável resultante da transformação da matéria orgânica, constituindo atualmente a fonte de energia mais utilizada e a base da atual sociedade industrial. A sua utilização é fundamental na produção de energia elétrica, combustíveis para os transportes e máquinas industriais, e ainda como matéria-prima para um conjunto diversificado de produtos (plástico, por exemplo).

Esta fonte de energia substituiu historicamente o carvão.

- O *gás natural* em conjunto com os dois recursos energéticos atrás referidos constituem, atualmente, as principais fontes de energia doméstica e industrial.

- A *energia nuclear* apesar de ter sido recebida com muito entusiasmo, devido ao seu potencial energético e baixo custo, tem sido progressivamente abandonada em consequência de impasses e problemas relacionados com os resíduos agravados após o acidente de Chernobyl.

### Petróleo

O petróleo é um elemento indispensável à vida moderna. É a partir dele que se produzem os combustíveis que acionam os automóveis, caminhões, comboios, barcos e aviões que existem na Terra. As centrais queimam combustíveis derivados do petróleo para produzir grande parte da eletricidade de que o mundo precisa e muitas casas têm caldeiras a petróleo para aquecimento interno. O petróleo é também essencial para fabricação de plásticos, têxteis e outros produtos. Para obter este líquido negro e espesso que existe no subsolo abaixo do leito do mar fazem-se furos ou poços profundos. Ao petróleo assim extraído chama-se petróleo bruto ou cru. Dele se obtém uma diversidade de produtos químicos e vários tipos de óleos, como o óleo lubrificante.

O petróleo bruto, vindo de um depósito, e uma mistura de produtos químicos e diversos tipos de óleos que é depois aquecido numa refinaria. Por este processo, separam-se os diversos produtos do petróleo, como a gasolina, óleos vários, combustíveis e lubrificantes, produtos químicos e ainda o alcatrão para fazer estradas.

### Onde se encontra o petróleo?

Pode encontrar-se petróleo em muitos locais, desde o Médio Oriente ao Ártico, mas todos eles foram há muito tempo cobertos pelo mar. Houve plantas pequenas que ficaram no leito do mar e foram cobertas por lamas. Essas lamas transformaram-se em camadas rochosas. O calor das rochas aqueceu as plantas durante milhões de anos e transformou-as em petróleo e gás natural.

### O carvão

O carvão é fundamentalmente, constituído por carbono e tem a sua origem em florestas que foram soterradas em épocas remotas. Os carvões tem poder calorífico diferente, isto é, ao serem queimados, uns fornecem mais calor do que outros como já foi referido anteriormente.

Próximo do Rio Maior existe um jazigo de carvão de baixo poder calorífico (o lenhito), com cerca de 33 milhões de toneladas, o que constitui a maior reserva energética existente em Portugal. Em Portugal das várias minas de carvão que já estiveram em atividade, só se mantém em exploração a mina do Couto Mineiro do Pejão, junto ao Rio Douro.

Nesta mina são exploradas, anualmente, 200 mil toneladas, que se destinam à Central Termoelétrica da Tapada do Outeiro, situada nas margens norte do Rio Douro. O carvão foi uma das fontes energéticas mais importantes do século passado. Depois da Segunda Guerra Mundial, e mesmo anteriormente, foi substituído pelo petróleo.

O carvão tornou possível a Revolução Industrial que teve lugar no século XIX. Nessa altura foram utilizados:

#### • Na indústria

- em máquinas a vapor para gerar força motriz;
- em fornos e caldeiras como combustíveis;
- na obtenção de produtos químicos;
- no fabrico do coque para a produção de ferro e aço.

#### • Nos transportes

- em locomotivas e barcos a vapor.

#### • Nas habitações

- no aquecimento das casas, cozinhas e produção de gás de cidade.

#### • Escritórios e cidade.

### Lojas

Devido aos grandes aumentos de preços e às perturbações no abastecimento de petróleo, que têm ocorrido nos últimos anos, o carvão tende a ocupar a posição que já teve como fonte energética. Como a quase totalidade do carvão que consumimos na produção de eletricidade é importado, haverá necessidade de poupar, sobretudo através da racionalização do consumo de eletricidade.

### Gás natural

O gás natural começou a ser encontrado, na segunda metade do século XIX, em muitos poços de petróleo dos Estados Unidos da América. Não tinha qualquer utilização, sendo queimado à saída dos poços. Considerava-se, nessa altura, que só ajudava o petróleo a subir em virtude da pressão que sobre ele exercia.

O gás natural em Portugal, embora seja ainda quase desconhecido, prepara-se para fazer para do dia a dia de 2 milhões de consumidores domésticos 4 a 5 mil fábricas e 80 a 100 mil estabelecimentos comerciais portugueses.

O gás virá liquefeito e por via marítima provavelmente da Argélia, o quarto maior produtor mundial em 1989. Nesse ano, três maiores produtores foram a União Soviética, os Estados Unidos e a Holanda.

O terminal de desembarque do gás vai ficar na península da Matrena, no estuário do Sado. Para esta opção foi tida em conta a profundidade das águas, a acessibilidade, a natureza geológica dos Fundos marinhos, as questões de segurança, a densidade de tráfego e a distância a que se encontram dos centros populacionais.

A rede de distribuição de gás natural terá, na sua fase inicial, uma extensão de condutas no total aproximado de 5580 km: 380 km de rede base e cerca de 5200 km de redes regionais.

Embora represte menos de um quarto do território nacional (23%), a área escolhida abrange 64% da população e 85% das unidades de indústria transformadora.

## Energia Nuclear

A energia elétrica gerada por usinas nucleares baseia-se na fissão (quebra, divisão) do átomo. As matérias primas necessárias a esse processo são o urânio ou tório, dois minérios radioativos.

A fissão nuclear consiste no seguinte: os átomos do urânio-235, por exemplo, são “bombardeados” por neutrons; seus núcleos se fragmentam liberando enorme quantidade de energia. Essa fragmentação do núcleo do átomo atingido, por sua vez, dá origem a outros nêutrons, que vão bombardear os átomos vizinhos e assim sucessivamente, uma reação em cadeia.

Esse processo, essa reação em cadeia, tem de ser realizado de forma controlada, em condições de segurança absoluta, pois sua expansão desordenada pode causar terríveis catástrofes. O local apropriado onde ocorre essa fissão nuclear controlada chama-se reator nuclear, peça fundamental de uma usina nuclear.

Essa fissão nuclear provocada no reator da usina produz enormes quantidades de calor; esse calor por sua vez, será utilizado para aquecer certa quantidade de água transformando-a em vapor, a pressão desse vapor faz girar uma turbina que irá acionar um gerador; este gerador converterá a energia mecânica, proveniente da turbina, em energia elétrica.

O urânio é um elemento encontrado na natureza, no interior das rochas. Nesse estado bruto, ele é quase todo urânio-238 (99,3%) e somente uma parte muito pequena (0,7%) é de urânio 235.

Ocorre que, em alguns tipos de reatores nucleares, como os que foram instalados no Brasil, o combustível utilizado tem de ser o urânio-235, é necessário aumentar a porcentagem de urânio-235 a fim de poder utilizá-lo como combustível. Esse processo chama-se enriquecimento do urânio.

Um dos grandes problemas ambientais ocasionados pelas usinas nucleares é o lixo atômico. Trata-se dos resíduos que decorrem do funcionamento normal do reator: elemento radioativo que “sobram” e que não podem ser reutilizados ou que ficaram radioativo devido ao fato de entrarem em contato, de alguma forma, com o reator nuclear. Para ter uma idéia, uma usina nuclear produz por ano, em média, um volume de lixo atômico da ordem de 3m<sup>3</sup>.

Normalmente se coloca esse lixo atômico em grossas caixas de concretos e outros materiais para em seguida jogá-los no mar ou enterrados em locais especiais. As condições de armazenamento desse lixo são preocupantes, pois essas caixas podem se desgastar com o tempo e abrir contaminando assim o meio ambiente.

## O acidente nuclear de Chernobyl

Apesar da probabilidade de um acidente grave numa central nuclear ser pequena, os efeitos de um acontecimento desse tipo pode ser desastroso. Se houver uma explosão numa central, são lançadas para as ambientes grandes quantidades de isótopos radioativos. O efeito da radiação pode perdurar por muitos anos, enquanto decaem os isótopos radioativos de maior semi-vida.

O maior acidente nuclear deu-se na central de Chernobyl, na Ucrânia (antiga União Soviética), em 26 de Abril de 1986. Nessa central, o material moderador da reação era a grafite, tal como no primeiro reator nuclear de 1943. Esse tipo de tecnologia já estava desatualizado em 1986. Por outro lado, a construção não obedecia às normas de seguranças necessárias. Numa série de testes de controle da atividade do reator, ocorreu um conjunto de erros huma-

nos que conduziram a um aumento súbito da reação e a uma explosão (muito menor, no entanto, do que a explosão de uma bomba nuclear, onde o urânio radioativo está em maior porcentagem). No acidente morreram 31 pessoas, entre bombeiros e operários da central que combatiam o incêndio, em virtude das elevadas doses radioativas que receberam.

Em consequência deste acidente, foram espalhados pela zona e arrastados para mais longe isótopos radioativos que aparecem no processo de cisão, como o iodo 131 e o cézio 137. Esse material espalhou-se, devido às condições meteorológicas, principalmente pelo Norte e Centro da Europa, provocando um aumento da radiação no ambiente.

Numa zona com raio de 30 km a volta de Chernobyl viviam cerca de 120 000 pessoas, que ficaram mais expostas à radiação. Foram quase todas evacuadas nos dias seguintes ao acidente. Hoje, só vivem nessa zona cerca de 1000 pessoas. Algumas delas trabalham em outros reatores da central que continuam a funcionar. O reator que sofreu o acidente foi coberto com uma espessa camada de betão, planejando-se o reforço dessa cobertura.

Quantas pessoas vão ainda morrer a médio ou longo prazo devido a este acidente? Não se sabe ao certo, mas podem fazer-se estimativas com base no que se conhece sobre os efeitos da radiação, nomeadamente o aparecimento de câncros. O cancro é uma doença infelizmente bastante vulgar e não se pode saber se um dado cancro numa pessoa resultou do aumento artificial de radiação ou teve um motivo natural. Das 120 000 pessoas que sofreram o maior impacto, 17 000 morreriam naturalmente de cancro, ao longo do seu tempo médio de vida (70 anos). Preve-se que haja nessa população cerca de 400 câncros a mais em virtude do acidente (um aumento de pouco mais de 2%). Claro que, populações que vivem mais longe também foram atingidas, embora com doses de radiação bastante menores.

Um perigo particular das radiações ionizantes, para além dos malefícios imediatos no organismo, reside na eventual alteração dos próprios genes dos seres vivos, que contém a informação transmitida de pais para filhos, causando o nascimento de novas gerações com defeitos. Esse perigo é bastante menor do que por vezes é referido. Com base na análise das populações japonesas afetadas pela radiação das duas bombas que terminaram a Segunda Guerra Mundial, sabe-se que os defeitos genéticos devidos à radiação são bastante raros. Os genes têm uma grande capacidade de reparação e o próprio processo de reprodução do ser humano só é bem sucedido se não houver problemas graves no embrião. Na população de Chernobyl referida esperam-se cerca de 60 casos de defeitos genéticos (menos de 1 % de aumento em relação aos defeitos genéticos que ocorrem naturalmente).

## Recursos energéticos renováveis

Os recursos energéticos renováveis são naturais como a energia radiante do sol, a energia cinética dos ventos, a energia da água, da biomassa, das ondas, do gradiente térmico dos oceanos e a energia das marés, que são naturalmente reabastecidos.

Mesmo o carvão vegetal, obtido pela pirólise ou carbonização, é produto resultante da madeira, fonte energética natural. Em 2008, cerca de 20% do consumo mundial de energia final veio de fontes renováveis, com 13% provenientes da tradicional biomassa, que é usada principalmente para aquecimento e 3,2% a partir da hidroeletricidade.

Novas energias renováveis (PCHs, biomassa, eólica, solar, geotérmica e de biocombustíveis) representaram outros 2,7%. Esse percentual está crescendo muito rapidamente. A porcentagem das energias renováveis na geração de eletricidade é de 18%, com 15% da eletricidade global vindo de hidroelétricas e 3% de novas energias renováveis. As fontes renováveis suprirão 80% da energia mundial 45 Anos depois em 2050. A biomassa, a energia eólica e a energia solar serão as que mais contribuirão para essa oferta de energia.

O cenário futuro que emerge para o mundo já é antecipado, de certa forma, no Brasil: predominância de hidroelétricas na matriz energética; crescente instalação de usinas eólicas para produção de eletricidade; amplo uso do etanol como combustível no setor de transportes e a infraestrutura daí decorrente, como os carros flex e os postos de combustíveis adaptados para diferentes tipos de tanques de armazenamento.

A matriz energética mundial é fortemente dominada pelo uso de hidrocarbonetos, o que torna o mercado consumidor extremamente vulnerável às variações de preço por qualquer motivo. Para a produção de eletricidade, o carvão mineral é a principal fonte de transformação energética.

No Brasil, a matriz energética total ainda tem muito de participação dos hidrocarbonetos. No entanto, nossa matriz elétrica conta com uma participação fundamental (80%) da fonte hidrelétrica, considerada limpa e renovável. Dos 20% restantes, temos grande participação da biomassa no sistema de cogeração para a produção de eletricidade, com destaque para o setor sucroalcooleiro.

Diante das pressões de movimentos populares mundiais e líderes de organizações internacionais, os países buscam alternativas às fontes energéticas finitas, quase todas responsáveis pela poluição do planeta e pelo aumento do efeito estufa.

Assim, entram em cena os recursos energéticos renováveis e busca tecnológica do melhor aproveitamento energético das fontes naturais fornecedoras. Temos então a instalação de parques geradores à base de biomassa, energia solar, energia geotérmica, energia eólica, energia das ondas e das marés, gradientes térmicos, células combustíveis (fuel cells) e a energia do hidrogênio.

A energia solar incidente sobre a superfície da terra é superior a cerca de 10.000 vezes a demanda bruta de energia atual da humanidade. Entretanto, sua baixa densidade (energia/área) e sua variação geográfica e temporal representam grandes desafios técnicos para o seu aproveitamento direto em larga escala. A conversão fotovoltaica é a conversão direta de energia luminosa em eletricidade, por meio do efeito fotovoltaico, objeto principal do presente artigo. A conversão térmica é o aproveitamento direto da energia térmica do sol, seja para utilização imediata (aquecimento de água, processos industriais, por exemplo), ou para a geração de eletricidade por intermédio de um processo termodinâmico (geração de vapor, por exemplo).

## Novas fontes de energia

Face às perspectivas de esgotamento das fontes de energia que têm vindo a ser utilizadas, procura-se recorrer a soluções alternativas baseadas no aproveitamento de recursos renováveis. São exemplos:

- **Energia hidroelétrica**, obtida em centrais instaladas em barragens.
- **Energia solar**, utilizada para produzir calor por meio de coletores.

- **Energia geotérmica**, obtida a partir do calor que provém do interior da Terra.

- **Energia maremotriz**, que aproveita a força das ondas e das marés.

- **Energia eólica**, conseguida a partir da força do vento.

- **Bioenergia**, resultante da fermentação ou da destilação de resíduos orgânicos.

## Energia hidroelétrica

Desde tempos muito antigos que o homem aproveitava a energia da água para mover máquinas. Os moinhos de água são o exemplo mais característico.

A energia da água também se utiliza para produzir eletricidade. A eletricidade é produzida nas centrais elétricas, que são instalações onde existem grandes geradores de energia produzida pelo movimento da água; nas segundas é utilizado o calor obtido pela queima de um combustível, pela desintegração de núcleos de materiais radioativos ou pelos raios solares.

Em Portugal, a energia hidráulica tem grande importância na produção de eletricidade. Cerca de 6% da quantidade total dos vários tipos de energia de que necessitamos, no ano de 1982, foram obtidos a partir da energia hidráulica.

Portugal, em 1982, consumiu energia equivalente à que forneceriam 10,4 milhões de toneladas de petróleo.

Se dividirmos esta quantidade pelo número de portugueses, a que correspondem aproximadamente 1100 Kg de petróleo.

Quando for usar energia, pensa se realmente é necessário utilizar. Não desperdice ligando mais luzes do que o necessário, acendendo os aquecedores indevidamente, etc. Imagina o que se podia fabricar com essa energia.

A eletricidade, um invento do homem, para se poder utilizar nas nossas casas ou nas fábricas.

## Energia geotérmica

Sabemos que, à medida que se penetra no interior da Terra, o calor aumenta em média 3° C por cada 100 metros de profundidade.

Regiões onde haja vulcanismo, gêiseres ou fontes de água quente são provas bem evidentes da espetacular energia contida na forma de energia de calor natural no interior do nosso planeta. É esta energia, sob a forma de calor natural, que constitui a energia geotérmica.

A aplicação dos fluidos quentes tem utilização diferente conforme a temperatura a que se encontram. Se a temperatura é baixa, podem ser usados no aquecimento de edifícios e estufas. Se a temperatura é elevada, entre 150° e 300° C, empregam-se na produção de eletricidade.

As primitivas termas romanas constituem, decerto, o primeiro testemunho da utilização da energia geotérmica como fonte de aquecimento. No entanto, só no século XX é que a energia geotérmica ganha posição de relevo no domínio dos recursos energéticos. Em 1977 funcionavam em todo o mundo 17 centrais elétrica geotérmicas.

O problema da energia geotérmica tem merecido, não só no território continental, mas principalmente nos Açores, alguma atenção.

Os trabalhos e estudos que se vêm efetuado desde 1951 particularmente em S. Miguel têm em vista proporcionar uma fonte econômica de energia.

### *Energia Eólica*

A energia eólica é a energia obtida pelo movimento do ar (vento) e não se tem registro de sua descoberta, mas estima-se que foi há milhares e milhares de anos. A energia dos ventos é uma abundante fonte de energia renovável, limpa e disponível em todos os lugares. A utilização desta fonte energética para a geração de eletricidade, em escala comercial, teve início há pouco mais de 30 anos e através de conhecimentos da indústria aeronáutica os equipamentos para geração eólica evoluíram rapidamente em termos de ideias e conceitos preliminares para produtos de alta tecnologia. No início da década de 70, com a crise mundial do petróleo, houve um grande interesse de países europeus e dos Estados Unidos em desenvolver equipamentos para produção de eletricidade que ajudassem a diminuir a dependência do petróleo e carvão. Mais de 50.000 novos empregos foram criados e uma sólida indústria de componentes e equipamentos foi desenvolvida. Atualmente, a indústria de turbinas eólicas vem acumulando crescimentos anuais acima de 30% e movimentando cerca de 2 bilhões de dólares em vendas por ano (1999).

Existem, atualmente, mais de 30.000 turbinas eólicas de grande porte em operação no mundo, com capacidade instalada da ordem de 13.500 MW. No âmbito do Comitê Internacional de Mudanças Climáticas, está sendo projetada a instalação de 30.000 MW, por volta do ano 2030, podendo tal projeção ser estendida em função da perspectiva de venda dos “Certificados de Carbono”.

Na Dinamarca, a contribuição da energia eólica é de 12% da energia elétrica total produzida; no norte da Alemanha (região de Schleswig Holstein) a contribuição eólica já passou de 16%; e a União Europeia tem como meta gerar 10% de toda eletricidade a partir do vento até 2030.

No Brasil, embora o aproveitamento dos recursos eólicos tenha sido feito tradicionalmente com a utilização de cataventos múltiplos para bombeamento d’água, algumas medidas precisas de vento, realizadas recentemente em diversos pontos do território nacional, indicam a existência de um imenso potencial eólico ainda não explorado.

Grande atenção tem sido dirigida para o Estado do Ceará por este ter sido um dos primeiros locais a realizar um programa de levantamento do potencial eólico através de medidas de vento com modernos anemógrafos computadorizados. Entretanto, não foi apenas na costa do Nordeste que áreas de grande potencial eólico foram identificadas. Em Minas Gerais, por exemplo, uma central eólica está em funcionamento, desde 1994, em um local (afastado mais de 1000 km da costa) com excelentes condições de vento.

A capacidade instalada no Brasil é de 20,3 MW, com turbinas eólicas de médios e grandes portes conectadas à rede elétrica. Além disso, existem dezenas de turbinas eólicas de pequeno porte funcionando em locais isolados da rede convencional para aplicações diversas - bombeamento, carregamento de baterias, telecomunicações e eletrificação rural.

### *Energia Solar*

Utilizadas a princípio nos satélites, as células de energia fotovoltaica desceram a terra e fazem a luz do dia virar eletricidade. A técnica de usar pequenas lâminas para captar a luz do sol e gerar eletricidade foi lentamente saindo dos laboratórios até chegar à aplicação prática. Hoje a forma mais barata se encontra nos relógios e calculadoras solares. A energia fotovoltaica é bem diferente da energia solar termal, que já existe até em residências onde o calor do sol é usado para aquecer a água. A conversão da luz em eletricidade é feita pelas células fotovoltaicas. A energia solar é ainda mais cara do que o petróleo.

Para terra, o sol é a fonte de energia mais abundante, podemos dizer que praticamente todas outras formas de energia derivam da energia solar. Por isso a humanidade está fazendo grandes esforços para domá-la, através de vários processos como:

- o aquecimento solar de casas, edifícios;
- coletores solares de espelhos, que podem aquecer a água como nas caldeiras, para produzir energia elétrica, as células solares que permitem a conversão direta da energia solar em energia elétrica, como já existem em postos telefônicos, em locais isolados, automóveis de teste, satélites artificiais etc...

Um típico veículo para circular pelos congestionamentos das cidades grandes é o SCV-0, construído por uma empresa japonesa. É um carro elétrico movido a bateria, ela transforma luz do sol em eletricidade, e podem recarregar as baterias do carro enquanto ele anda. Em dia ensolarado sua autonomia pode chegar a 160 km, sua velocidade máxima é de 65 km/h, adequada para um pequeno carro de uso urbano, e tem lugar para somente duas pessoas.

### *Biomassa*

A utilização de biomassa para a produção de energia elétrica tem vindo a aumentar ao longo dos últimos dez anos. Na Europa, cerca de 2% do consumo total de energia elétrica provém da biomassa. Até ao ano 2020, a produção de energia elétrica através de biomassa assegurará 15% do total consumido. Principalmente em áreas rurais a utilização da biomassa é, por vezes, a forma mais barata de produzir eletricidade.

Atualmente, a maioria dos sistemas que estão sendo utilizados para a produção de energia elétrica a partir de biomassa, tem baixa eficiência, como consequência das características do combustível bem como da pequena dimensão das centrais de produção. No entanto, num futuro próximo, com as tecnologias que se vão descobrindo, prevê-se que a biomassa seja mais e melhor aproveitada e em custos mais baixos. Os gasificadores de biomassa são alguns métodos para a obtenção de energia a partir da biomassa. Aquecem a biomassa num ambiente com pouco oxigênio até que a biomassa se separe nos seus componentes químicos. Para isto é preciso o fornecimento de calor de forma a permitir que as moléculas se separem. Dos vários sistemas que podem ser utilizados há três que são considerados mais eficientes pela capacidade calorífica que conseguem produzir quando utilizados com turbinas geradoras a gás. Estes gasificadores são utilizados tanto em queima direta, em que o ar ou oxigênio são alimentados diretamente ao gasificador, como em queima indireta em que é utilizado calor de uma fonte externa para gasificar a biomassa.

Os gasificadores de leito fixo e fluidizado parecem ser os indicados para sistemas de produção de energia a partir de biomassa. O oxidante para o processo de gasificação pode ser o ar atmosférico ou oxigênio puro. Os sistemas que utilizam oxigênio puro permitem produzir um gás de maior capacidade calorífica sendo também a sua produção mais rápida, no entanto, os custos de produção aumentam devido à necessidade de oxigênio puro. Atualmente o equipamento preferido é o gasificador alimentado com ar, que produz um gás diluído com azoto atmosférico. Quanto ao

fornecimento de calor ao gasificador existem duas opções. Num gasificador de aquecimento direto o calor necessário à gasificação provém da combustão no reator do próprio gasificador. Num gasificador de queima indireta, o calor é fornecido fazendo reciclar o material inerte da combustão (aquecido) para dentro do gasificado.

Neste tipo de queima existe mais uniformização dentro do gasificador permitindo uma melhor transferência de massa e calor que, por sua vez, permitem uma maior uniformidade de temperaturas, uma melhor mistura do combustível e reações mais rápidas, logo maior produção de energia.

### **Agricultura Brasileira**

As atividades econômicas agrárias, também denominadas primárias, são aquelas próprias do campo, do meio rural: a agricultura, a pecuária e o extrativismo. Elas estão voltadas para a produção de alimentos ou de matérias-primas a serem transformadas pela atividade secundária - a indústria.

#### **A importância da agricultura no Brasil**

A agropecuária no Brasil emprega mais de 25% da mão de obra do país - ou seja, da PEA (população economicamente ativa). Porém, mesmo empregando cerca de 25% dos trabalhadores, a agropecuária é responsável por apenas 9% do PIB (produto interno bruto) do país.

Por outro lado, a agricultura é responsável por cerca de 25% da renda das exportações nacionais. A importância da agricultura brasileira é observada sob diferentes aspectos:

- Abastecer uma população urbana que cresce em ritmo acelerado;
- Gerar excedentes para exportação.

Dos 8,5 milhões de km<sup>2</sup> que o país possui apenas 44% são explorados com atividades agropecuárias.

As áreas com lavouras (temporárias e permanentes) abrangem cerca de 475.000 km<sup>2</sup>, o que corresponde a aproximadamente 5% da área total do país.

O subaproveitamento do espaço agrícola no país é reflexo, entre outros fatores, da ausência histórica de uma política agrícola adequada. No Brasil, as frágeis políticas agrícolas adotadas nos últimos governos acabaram por determinar que vastos espaços agricultáveis fossem transformados em um instrumento especulativo financeiro: mais valia deixar a terra valorizar do que explorá-la.

Ao mesmo tempo, em um país tão rico em terras cultiváveis, uma porção considerável da população ainda passa fome; o Brasil frequentemente importa alimentos. Importamos vários produtos, entre eles o de maior valor, o trigo.

Plantar custa caro e envolve riscos. Por décadas, os incentivos à agricultura foram setoriais, privilegiando, sobretudo, as produções voltadas para o mercado externo. Esses sectores agrícolas se modernizaram.

Infelizmente, no Brasil persiste ainda a baixa produtividade, o subemprego e a pobreza no campo.

#### **Agricultura e os fatores naturais**

##### *Clima*

Embora a agricultura não dependa unicamente das condições climáticas, a verdade é que elas assumem importância fundamental para a prática agrícola. A existência de variados tipos climáticos no País

(equatorial, tropical, de altitude, subtropical e semiárido) permite uma boa diversificação da produção agrícola, podendo-se cultivar desde os vegetais tipicamente tropicais até aqueles próprios de áreas temperadas, como é o caso do trigo, que é o mais cultivado no Centro-Sul do País. Devido ao predomínio de climas tropicais, é natural que nossa agricultura seja baseada no cultivo de vegetais típicos desse clima, como é o caso do café, da cana-de-açúcar, do cacau, do algodão e outros.

##### *Solo*

A camada superficial da litosfera, formada por rocha decomposta, e onde há vida microbiana, é o que definimos como solo. As transformações físico-químicas criam aí condições favoráveis a nutrição e desenvolvimento das plantas e espécies vegetais de modo geral. Seu processo de formação é denominado pedogênese, sendo lento e complexo, dependendo da rocha matriz, do clima, das características do relevo e da matéria orgânica presente.

A espessura do solo varia e ele tem ciclo evolutivo: há solos jovens, maduros e senis. Uma vez degradados, é difícil recuperá-los. Devido à diversidade de nossa geologia e condições climáticas, o Brasil possui vários tipos de solos agrícolas, considerados, de modo geral, muito ácidos e frágeis, ao contrário do refrão comumente utilizado de que no Brasil "se plantando tudo dá". Sendo assim, para que sejam utilizados de forma eficiente, os solos brasileiros têm que ser corrigidos de maneira correta quanto à acidez ou composição química.

- Massapê ou Massapé: solo escuro e resultante da composição do ganíse e do calcário. É um solo de elevada fertilidade natural, encontrado na Zona da Mata Nordestina, onde, desde o período Colonial, é utilizado para o plantio da cana-de-açúcar.

- Terra Roxa: solo castanho-avermelhado, resultante da decomposição do basalto. É também um solo de elevada fertilidade, de origem vulcânica, encontrado no Planalto Meridional e utilizado para diversos cultivos, com destaque para o café.

- Solo de Várzea: trata-se de um solo fertilizado pelo acúmulo de matéria orgânica e húmus trazido pelo rio margeado por ele. No entanto, devido às inundações constantes, restringe seu uso a alguns produtos, tais como o arroz.

- Salmourão: solo argiloso, geralmente formado pela decomposição do granito em climas úmidos. Apresenta alguma fertilidade e é encontrado no Planalto Atlântico e no Centro-Sul do País.

#### **Problemas dos Solos**

Há diversos problemas que afetam os solos brasileiros, mas os mais comuns são: erosão, esgotamento, laterização e lixiviação. Esses provocam graves consequências que decorrem das características climáticas (quentes e úmidos) e das técnicas agrícolas empregadas (rudimentares). Apesar de limitadas, as medidas atualmente adotadas para combater tais problemas são: terraceamentos, curvas de nível, aplicação de adubos, irrigação e reflorestamento. Tais práticas são mais difundidas nas regiões Sudeste e Sul do País.

- Erosão e esgotamento dos solos: são provocados, sobretudo, pelas características climáticas predominantes no país, isto é, maior concentração das chuvas durante o verão, e também pelo predomínio de técnicas rudimentares de cultivo: plantio em encostas de morros, inadequação dos vegetais às condições naturais, etc.



- Laterização: processo característico das regiões intertropicais de clima úmido e estações chuvosa e seca alternadas. Consiste na remoção da sílica e no enriquecimento dos solos em óxidos de ferro e alumínio, originando a formação de uma “crosta ferruginosa” capaz de impedir ou dificultar a prática agrícola. Esta crosta é conhecida também como “canga” e aparece em grandes extensões dos chapadões do Centro-Oeste e na Amazônia.

- Lixiviação: é a “lavagem” que ocorre nos solos das regiões tropicais úmidas, quando as chuvas intensas atravessam os solos de cima para baixo, carregando os elementos nutritivos superficiais.

## Combate aos problemas do solo

Existem várias técnicas agrícolas que podem combater os problemas dos solos, tais como: o rotação de solos e de culturas, podendo haver também a associação da agricultura com a pecuária;

- adubação adequada;
- terraceamento;
- curvas de nível;
- reflorestamento;
- irrigação adequada.

## Os efeitos do uso do solo

Preservar árvores é um bom método para a conservação do solo. A prática primitiva da queimada e o uso irracional do espaço agrícola são destrutivos. Não é recomendável que a floresta seja substituída por campo ou por cultivo dos produtos, porém, no Brasil, uma prática desenvolvida por técnicas agrícolas consiste em aproveitar os restos vegetais da própria mata para “forrar” o solo e plantar, como técnica de sombreamento, espécies de produtos entre as árvores nativas. É um sistema do tipo “corredor” com racionalização de cultivo móvel e a ideia é manter a capacidade produtiva do solo. A substituição gradual de árvores não produtivas por árvores comerciais é um outro método de conservação, mas este pode trazer o perigo das monoculturas, ao menos que o processo de substituição seja limitado a determinadas proporções. Os efeitos destrutivos das enchentes, por outro lado, e os benefícios da água e dos minerais dissolvidos, difundem-se em uma extensa área pelos sistemas de irrigação. Em muitas regiões, as medidas para irrigar o solo precisam ser combinadas com a drenagem do mesmo, no caso de excesso de água.

## Principais problemas da agricultura

- Subaproveitamento do Espaço Agrícola

O Brasil apresenta subaproveitamento de suas terras agrícolas, já que, apesar de possuir 8.547.403 km<sup>2</sup>, ocupa apenas cerca de 580.000 km<sup>2</sup> com lavouras e 1.750.000 km<sup>2</sup> com pastagens.

- Áreas de lavouras, pastagens, matas e terras não aproveitadas em relação à área total do território. Nos últimos anos, a área ocupada pelas atividades agropecuárias tem aumentado, embora a maior parte do território (73%) encontre-se ocupada por terras não-aproveitadas. Em relação à área total dos estabelecimentos agropecuários, verifica-se que as lavouras, pastagens, matas e terras não-aproveitadas ocupam cerca de 40% das terras brasileiras. Suas terras estão utilizadas da seguinte maneira: áreas de lavouras, pastagens, matas e terras não-aproveitadas em relação à área total dos estabelecimentos agropecuários.

## O Uso da Terra

Há uma correlação entre o tipo de utilização agrária e o tamanho da propriedade. Assim, as grandes propriedades dedicam-se, em geral, ao cultivo de produtos voltados para a exportação (café, cana-de-açúcar, cacau, soja, algodão), à pecuária e ao extrativismo vegetal. Já as pequenas propriedades se caracterizam pelo desenvolvimento de cultivos comerciais e de subsistência, como arroz, feijão, milho, mandioca e produtos hortifrutigranjeiros em geral.

## Produtividade Agrícola

O aumento da produção agrícola deve-se:

- à expansão das fronteiras agrícolas em direção a Rondônia e Mato Grosso;
- à maior utilização de insumos industriais, apesar do seu alto custo para os agricultores;
- às altas cotações de alguns produtos no mercado nacional e internacional, como o café, alaranja, o algodão, o arroz, a cebola e outros;
- à expansão da mecanização, principalmente em lavouras comerciais como a da soja e do trigo no Centro-Oeste e no Sul do País. Entretanto, em algumas áreas do Brasil, ainda são registradas baixas taxas de produtividade, o que pode ser explicado por vários motivos:

- uso inadequado e insuficiente de adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas;
- crédito rural voltado, sobretudo para os grandes proprietários do Sudoeste e do Sul;
- baixa mecanização;
- escassez de pesquisas agrônômicas básicas;
- baixas rendas e más condições de vida do trabalhador rural.

O Governo, por meio de vários programas específicos e de órgãos como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), pretende aumentar a produtividade agrícola. Para isso, aponta as seguintes metas:

- estímulo às pesquisas em Engenharia Rural;
- aumento da assistência técnica, sobretudo aos pequenos proprietários;
- desenvolvimento de novas técnicas de plantio, colheita, seleção de sementes, etc.;
- aumento do crédito rural;
- estímulo à formação de cooperativas;
- criação do Pro várzeas e do Projeto Cerrado. O Pro várzeas Nacional é um programa agrícola criado em junho de 1981, que pretende utilizar as terras férteis das várzeas e, por meio de irrigação, obter maior produtividade. O programa baseia-se na existência de pelo menos 3 milhões de hectares de várzeas irrigáveis, ainda sem qualquer aproveitamento. Grande parte dessa área está na bacia do rio Solimões (Amazônia). O Governo Federal criou, também, o Profir (Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação).

## Armazenamento e Transporte

Embora de forma indireta, esses dois fatores estão profundamente inseridos em atividades agrícolas. Só para citar um exemplo, em determinadas regiões, chega-se a perder grande parcela de produção agrícola por falta de transporte e/ou armazenamento adequado. Tais dificuldades facilitam a ação dos intermediários e

especuladores, diminuindo a lucratividade do homem do campo e aumentando o custo dos alimentos ao consumidor. Segundo os últimos levantamentos, o Brasil é o campeão do desperdício, calculado, em alguns casos, em cerca de 30% da safra. Em valores, estima-se que o desperdício alcance 5 bilhões de dólares por ano.

- Alqueire: medida agrária que corresponde em GO, MG e RJ a 48.000 m<sup>2</sup> e em SP a 24.000 m<sup>2</sup>.

- Hectare: unidade de medida agrária equivalente a cem acres ou ainda a um hectômetro quadrado 10.000 m<sup>2</sup>.

- Pedogênese: processo de formação do solo onde se percebe a decomposição da rocha original, acúmulo de matéria orgânica e formação de húmus.

- Terraceamento: técnica agrícola que se constituiu em aproveitar-se de curvas de nível de degraus (terraços). Típico da Ásia Oriental.

- Curva de nível: linha imaginária que une todos os pontos da mesma altitude, acima ou abaixo de uma referência conhecida. O mesmo que curva altimétrica, isópaca.

## Estrutura fundiária

A expressão “estrutura fundiária” engloba o número e tamanho das propriedades rurais, segundo as categorias dimensionais. Nesse campo, o Brasil enfrenta sérias dificuldades. Nossa estrutura fundiária é herança de um passado colonial, com predomínio das grandes propriedades (plantations) voltadas para atender às necessidades do mercado externo. Até hoje os grandes latifúndios são maioria na área rural, geralmente subaproveitados. Podemos concluir que: a) Os pequenos estabelecimentos predominam em número (50,3%), enquanto sua área é insignificante (2,5%). b) Os grandes estabelecimentos (mais de 1.000 ha) ocupam quase a metade da área rural (45%), representando apenas 1,2% das propriedades; ou, simplificando: há muita gente com pouca terra e muita terra com pouca gente, o que demonstra a concentração fundiária. Note que tanto o minifúndio (pequena propriedade) quanto o latifúndio são responsáveis por um desperdício de recursos, já que: a) No latifúndio, nem todo o espaço é aproveitado, havendo, portanto, desperdício de terras e capital. No minifúndio, há mão de obra ociosa, pois a terra é escassa. Os pequenos proprietários respondem por mais da metade da produção de alimentos do Brasil, e são os que menos assistência recebe do governo. Os conceitos de latifúndio e minifúndio serão definidos em função do módulo rural adotado na região gráfica e de seu uso.

Assim, uma grande propriedade dentro da Amazônia, embora não aproveitada com alguma atividade, é menos prejudicial que outra propriedade bem menor e mal aproveitada próxima a São Paulo. Por este motivo, surgiu a ideia de módulo rural (Estatuto da Terra, Lei n° 4.504 de 30/11/64), criado para estabelecer uma unidade legal de medida das propriedades, onde se leva em conta a independência entre a dimensão, a situação geográfica do imóvel e seu aproveitamento. Os conceitos de latifúndio e minifúndio são definidos em função do módulo rural adotado na região.

- Módulo rural: área explorável que, em determinada posição do País, é direta e pessoalmente explorada por um conjunto familiar equivalente a quatro pessoas, correspondendo a mil jornadas anuais. A força de trabalho do nível tecnológico adotado naquela posição geográfica e, conforme o tipo de exploração considerado proporcione um rendimento capaz de assegurar-lhe a subsistência no processo social e econômico. Segundo o INCRA (Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária), é o mínimo de terras que uma família de 4 pessoas necessita para sua manutenção. O módulo rural varia conforme o desenvolvimento da região, sendo menor quanto maior o desenvolvimento.

- Minifúndio: será todo o imóvel com área explorável inferior ao módulo rural fixado para a respectiva região e tipos de exploração nela ocorrentes.

- Latifúndio por dimensão: será todo o imóvel com área superior a 600 vezes o módulo rural médio fixado para a respectiva região e tipos de exploração nelas ocorrente.

- Latifúndio por exploração: será todo o imóvel cuja dimensão não exceda aquela admitida como máxima para empresa rural, tendo área igual ou superior à dimensão do módulo da região, mas que seja mantida inexplorada em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou que seja deficiente, ou inadequadamente explorada de modo a vedar-lhe a classificação como empresa rural. Atualmente, a estrutura fundiária brasileira tem-se caracterizado por um parcelamento das propriedades, o que traz como consequência um crescimento do número de latifúndios:

- 1960 - 3.337.000 estabelecimentos

- 1980 - 5.045.000 estabelecimentos Além desse fracionamento verifica-se uma concentração de terras nas mãos dos latifundiários.

- 1960 - 71.000.000 ha

- 1980 - 164.500.000 ha Considerando-se a distribuição dos estabelecimentos rurais por região, observam-se diferenças significativas.

## Região Norte

Caracteriza-se por possuir o mais baixo índice de área ocupada por estabelecimentos rurais do Brasil. Além disso, apresenta o predomínio de grandes propriedades (mais de 1.000 ha). Com relação à utilização do solo, a porcentagem em matas incultas é, naturalmente, a mais elevada do País. Esta situação determina a economia extrativa vegetal, principal atividade da região. As grandes, médias e pequenas propriedades, estão assim distribuídas: a) Grandes propriedades: Sudoeste do AM e AC - extrativismo, borracha; Sudoeste do PA - extrativismo, castanha-do-pará; Ilha de Marajó e AP - pecuária; Norte de TO - pecuária de corte. Médias e pequenas propriedades: PA (Zona Bragantina) - pimenta-do-reino, malva, juta, cacau e fumo; AM (vale médio do rio Amazonas) - juta; PA, AM e AC, ao longo da Transamazônica, agrovilas e culturas diversificadas.

## Região Nordeste

Apresenta o maior número de estabelecimentos agrícolas e o maior consumo de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias. Predominam as propriedades entre 200 e 2.000 ha. Na utilização da terra, sobressaem-se as pastagens. As principais áreas agrícolas situam-se na faixa costeira oriental. A zona do Agreste é ocupada por culturas voltadas para o consumo urbano, enquanto no Sertão encontra-se a criação de gado extensiva, ocupação tradicional. As grandes, médias e pequenas propriedades estão assim distribuídas: a) Grandes propriedades: Sertão - pecuária; Zona da Mata Nordeste - cana-de-açúcar; MA e PI - extrativismo vegetal; BA (litoral sul) cacau. b) Pequenas e médias propriedades: Vale do São Francisco - arroz e cebola; CE (sul-sertão) - algodão; Agreste-algodão, agave.



### Região Centro-Oeste

É também uma região com alta proporção de estabelecimentos com mais de 10.000 ha, porém predominamos grandes estabelecimentos entre 1.000 ha e 10.000 ha, dedicados à pecuária. Quanto à utilização da terra, dominam largamente as pastagens: esta é a região que apresenta a maior área ocupada por estabelecimentos agropecuários no Brasil, apesar de possuí-los em menor número. É, por excelência, a área de criação de gado bovino no Brasil, realizada em sistema extensivo nos largos chapadões do cerrado e no Pantanal Mato-Grossense. As grandes, médias e pequenas propriedades estão assim distribuídas: a) Grandes propriedades: MT (parte norte) - extrativismo vegetal; MS e MT (pantanal) - pecuária; GO, MS e MT (áreas dispersas no interior) - pecuária. b) Médias e pequenas propriedades: MS (sul, região de Dourados) - culturas diversificadas: café, milho e soja; GO (Ceres) - culturas diversificadas.

### Região Sul

Quanto à área ocupada, predominam no Sul as pequenas e médias propriedades. Assim como a região Sudeste, esta região também destina parte de sua produção à indústria alimentícia, como carnes, milho, soja e outros itens. As grandes, médias e pequenas propriedades estão assim distribuídas: a) Grandes propriedades: PR (norte) - soja e café; PR (Mata de Araucária) - extrativismo madeira; RS (Campanha Gaúcha) - pecuária; RS e PR - áreas de cultura de trigo. b) Médias e pequenas propriedades: RS, PR e SC (áreas de povoamento europeu) vinhedos, trigo, batata, arroz, milho, etc.

### Sistemas Agrícolas

Sistema agrícola é a combinação de técnicas e tradições utilizadas pelo homem nas suas relações com o meio rural para obter os produtos de que necessita. No Brasil são aplicados no campo vários tipos de sistemas agrícolas. O sistema extensivo é o mais utilizado: apenas em certas áreas, como no Sul e Sudeste, são encontradas propriedades utilizando com mais frequência o sistema intensivo. Também os sistemas chamados de roça e plantation são antigos no Brasil e até hoje empregados. Veja abaixo os principais sistemas e suas características.

#### Sistema Intensivo

- Uso permanente do solo.
- Rotação de cultivos.
- Fertilizantes.
- Seleção de sementes.
- Seleção de espécies.
- Mecanização.
- Grande rendimento.
- Produção elevada por hectare.
- Mão de obra abundante e qualificada.

#### Terra escassa

O sistema intensivo pode ser caracterizado pela menor dependência do agricultor às condições naturais. Quanto menor a dependência, mais intensivo será o sistema agrícola.

#### Sistema Extensivo

- Desmatamento e coivara.
- Esgotamento dos solos.
- Rotação de solos.
- Pequeno rendimento.
- Produção por trabalhador.
- Terra abundante.
- Mão de obra escassa e não-qualificada. Dentro do sistema extensivo surge o termo "roça" ou itinerante, onde as técnicas utilizadas são bastante rudimentares com pouco ou nenhum adubo, levando a terra ao esgotamento e, posteriormente, ao abandono. No Brasil, o sistema de roça é largamente encontrado, apresentando como resultado uma agricultura de baixos rendimentos e produção irregular.

#### Plantation

- Predominantemente em áreas tropicais.
- Monocultura.
- Grandes estabelecimentos.
- Capitais abundantes.
- Mão de obra numerosa e barata.
- Alto nível tecnológico.
- Trabalho assalariado.
- Aproveitamento agroindustrial da produção.

#### Cultivos destinados à exportação.

##### 1. Grande rendimento.

O sistema de plantation foi introduzido no Brasil na época colonial, com o cultivo da cana-de-açúcar. No entanto, até hoje, este sistema é utilizado no cultivo do café, do cacau, da laranja, da soja e da própria cana.

##### 2. Exploração da Terra

Distinguem-se no Brasil as seguintes modalidades de exploração da terra:

- Exploração direta: quando é realizada pelo proprietário da terra;
- Exploração indireta: pode ser por meio de: arrendamento - quando a terra é alugada por um certo tempo e preço; - parceria - quando, por meio de contrato, a terra é cultivada e a produção é repartida na proporção estipulada entre as partes. A forma mais comum é a meiação (metade), havendo também outras, como a terça, etc. Nesta modalidade há também os "posseiros" ou ocupantes, lavradores sem terras que ocupam uma área para poder plantar. Os assalariados podem ser mensalistas ou diaristas. Deste último grupo fazem parte os boias frias.

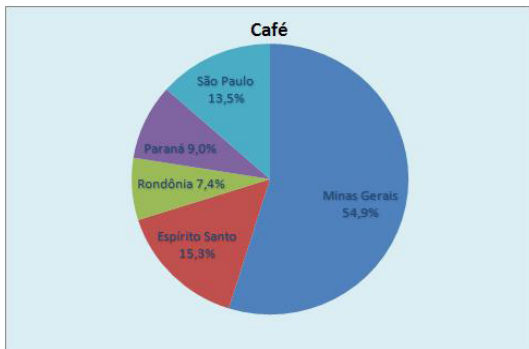
- Reforma Agrária

#### Principais produtos da agricultura brasileira

##### Café

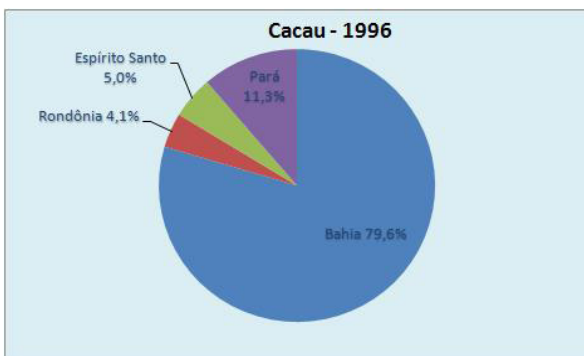
Quando o café chegou ao Brasil era considerado como uma planta ornamental.

Em 1860 o café tornou-se definitivamente importante na economia brasileira, ao chegar à região de Campinas, no Estado de São Paulo. A partir deste fato, o café encontrou condições físicas favoráveis para o seu desenvolvimento, tais como: solo fértil, clima tropical de altitude, planalto ondulado. Rapidamente, o café atingiu lotes a oeste do Estado, e posteriormente ocupou o Norte do PR, Sul de Minas e MS. O Brasil é considerado o maior produtor mundial de café.



## Cacau

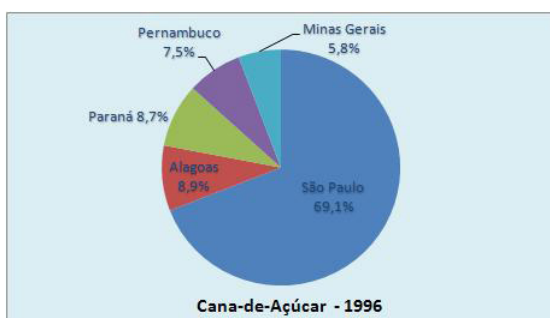
O cacau é um produto que nasceu no Brasil, sendo cultivado primeiramente na Amazônia e atingindo o sul da Bahia, onde encontrou condições favoráveis para o seu desenvolvimento, como clima quente e superúmido, solo espesso e fértil. Atualmente, a Bahia tem o cacau como o seu principal produto agrícola, sendo o maior Estado produtor de cacau do país. O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de cacau, exportando principalmente para a Argentina, Estados Unidos, Europa e Japão.



## Cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar chegou ao Brasil no século XVI através dos portugueses. Inicialmente, este produto era cultivado principalmente na Zona da Mata Nordestina e no Recôncavo Baiano.

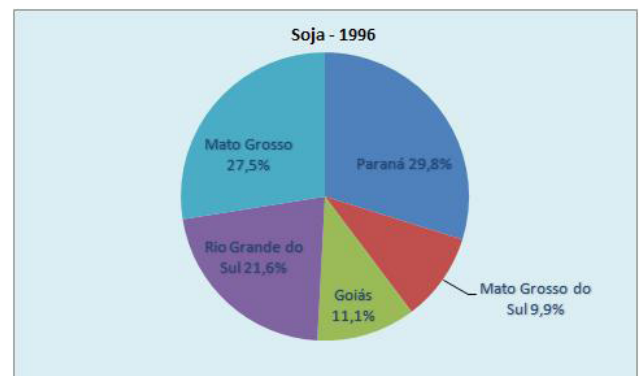
A cana-de-açúcar representa um importante produto na economia do Brasil. Em 1930, o cultivo de cana-de-açúcar atingiu o Estado de São Paulo, que logo se tornou o maior produtor brasileiro de cana. O Brasil é considerado o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, exportando principalmente para os Estados Unidos, Europa e Rússia.



Ultimamente, houve um crescimento do investimento na mecanização da cultura de cana, pois esta técnica traz vantagens econômicas e ambientais, porém o número de trabalhadores da indústria canavieira deve sofrer uma drástica redução.

## Soja

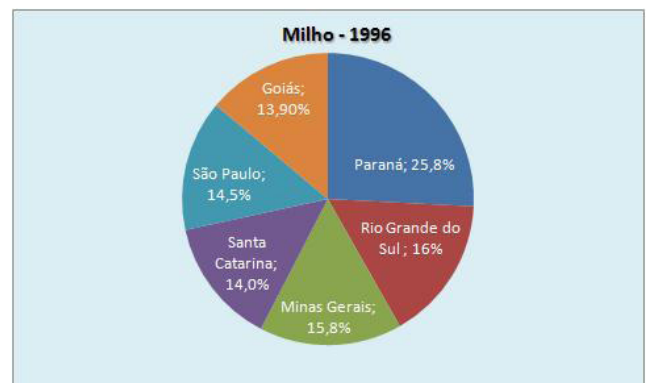
A soja é um produto recente no Brasil, e nas últimas décadas tem se tornado importante na produção agrícola brasileira, e nas exportações. No Brasil, as regiões Sul e Sudeste são as principais produtoras de soja, sendo o Rio Grande do Sul o maior produtor brasileiro. O Brasil é o segundo maior produtor mundial de soja, o primeiro é os Estados Unidos.



## Milho

O milho é um produto que nasceu na América, e é muito conhecido no mundo todo. No Brasil, a sua cultura está presente em todos os Estados, sendo o Paraná o principal produtor de milho.

Mundialmente, os Estados Unidos é o maior produtor de milho, seguido da China e do Brasil.

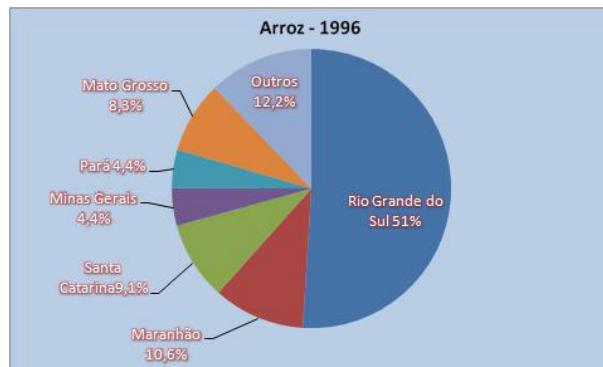


## Trigo

É o produto alimentício mais importado pelo Brasil. Em 1993 foram 5,0 milhões de toneladas de trigo importado para o Brasil, pois o consumo interno foi de 7,2 milhões de toneladas e a produção interna foi de 2,3 milhões de toneladas. No Brasil, o maior produtor de trigo é o Estado do Paraná, seguido do Rio Grande do Sul.

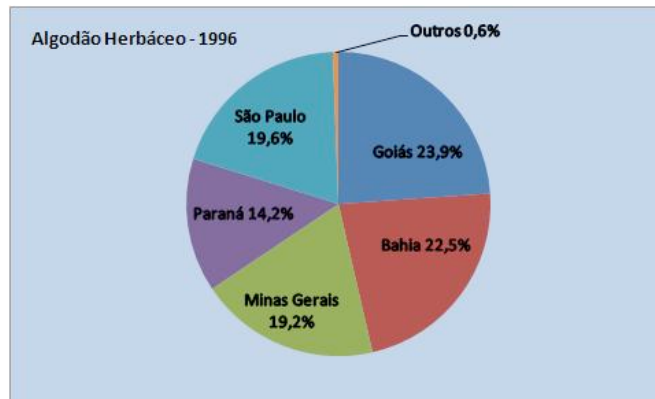
## Arroz

No Brasil encontramos a cultura de arroz em todos os estados, sendo o Rio Grande do Sul o maior produtor brasileiro, seguido de Minas Gerais e Goiás. O Brasil é considerado um dos maiores produtores mundiais de arroz.



**Algodão**

No Brasil, o algodão começou a ser cultivado no período colonial. O Brasil ocupa a 6ª colocação dos maiores produtores mundiais de algodão, sendo superado pela China, Rússia, EUA, Índia e Paquistão.



**Principais produtos agrícolas em dados**

- Culturas temporárias de ciclo curto – algodão herbáceo, alho, amendoim, arroz, aveia, batata, cebola, centeio, cevada, feijão, fumo, juta, milho, rami, soja, sorgo, tomate e trigo.
- Cultura temporária de ciclo longo e culturas permanentes – abacaxi, algodão arbóreo, banana, cacau, café, cana-de-açúcar, castanha de caju, coco da baía, guaraná, laranja, maçã, mandioca, pimenta do reino, sisal e uva.

1997		BANANA	
<b>ALGODÃO ARBÓREO</b>		<b>Bahia</b>	62.011
<b>Ceará</b>	82,8	<b>Pará</b>	59.448
<b>Paraíba</b>	3,0	<b>São Paulo</b>	54.180
<b>Piauí</b>	7,2	<b>Pernambuco</b>	51.102
<b>Rio Grande do Norte</b>	5,0	<b>Santa Catarina</b>	43.666
<b>Pernambuco</b>	2,0	<b>Minas Gerais</b>	42.382

ARROZ			
<b>R. Grande do Sul</b>	<b>4.439.842</b>	<b>Sul</b>	<b>5.048.050</b>
<b>Maranhão</b>	<b>922.116</b>	<b>Nordeste</b>	<b>1.230.110</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>791.197</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>1.172.179</b>
<b>Mato Grosso</b>	<b>724.231</b>	<b>Sudeste</b>	<b>698.815</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>382.384</b>	<b>Norte</b>	<b>550.571</b>
<b>Pará</b>	<b>379.233</b>		



**ALGODÃO HERBÁCEO**

Goiás	189.744
Bahia	178.525
São Paulo	155.430
Minas Gerais	152.831
Paraná	113.000

Centro-Oeste	325.673
Sudeste	246.623
Nordeste	218.254
Sudeste	113.000
Norte	4.435

**LARANJA**

São Paulo	94.880.000
Bahia	4.844.833
Sergipe	4.354.938
Minas Gerais	3.047.517
Rio Grande do Sul	2.160.442

**CACAU**

Bahia	232.068
Pará	32.920
Espírito Santo	14.558
Rondônia	11.892

**MILHO**

Paraná	6.772.000
Rio Grande do Sul	4.202.354
Minas Gerais	4.140.622
São Paulo	3.817.700
Santa Catarina	3.674.392
Goiás	3.656.711

**CAFÉ**

Minas Gerais	1.395.624
Espírito Santo	388.880
São Paulo	342.100
Paraná	228.000
Rondônia	187.603

**CANA-DE-AÇÚCAR**

São Paulo	194.025.000
Alagoas	24.850.102
Paraná	24.400.000
Pernambuco	20.905.161
Minas Gerais	16.404.437

Sudeste	220.187.608
Nordeste	49.562.286
Sul	25.606.097
Centro-Oeste	24.892.542
Norte	769.200

**FEIJÃO**

Paraná	373.000
Bahia	214.109
Santa Catarina	199.806
Minas Gerais	126.996
Rio Grande do Sul	124.289
Ceará	124.351

**SOJA**

Paraná	6.566.000
Mato Grosso	6.065.828
Rio Grande do Sul	4.770.629
Goiás	2.451.163
Mato Grosso do Sul	2.184.283

**UVA**

Rio Grande do Sul	454.946
São Paulo	227.140
Bahia	68.627
Paraná	50.040
Pernambuco	46.596
Santa Catarina	45.338

**FUMO**

Rio Grande do Sul	287.458
Santa Catarina	209.078
Paraná	76.115
Alagoas	29.322
Bahia	9.673

*Pecuária Brasileira*

A pecuária brasileira coloca-se entre as maiores do mundo, apesar do inúmeros problemas inseridos na criação do gado. Os baixos níveis culturais, as práticas defeituosas, a inadequação da estrutura fundiária, as grandes distâncias, o baixo nível tecnológicos, o alto preço dos medicamentos são fatores que pesam no rendimento da pecuária.

Apesar disso, algumas áreas do sudestes e sul apresentam resultados mais positivos e rendimentos maiores. Atualmente, cerca de 25% do território brasileiro é constituído por pastagens naturais e artificiais. A área ocupada pelas pastagens tem aumentado de forma modesta.

As atividades econômicas são desenvolvidas no campo e na cidade. As atividades rurais estão divididas em agricultura e pecuária. No entanto, às vezes são estudadas de forma unificada: a agropecuária.

Basicamente, pecuária é a domesticação de animais realizada por meio da aplicação de técnicas e que tem como finalidade a comercialização. Geralmente, a pecuária é vinculada somente à produção bovina, porém esta não é a única, ainda podemos citar a suinocultura, equinocultura, avicultura, cunicultura, apicultura, piscicultura, rani-cultura, entre outras.

As criações têm dois destinos: a subsistência e a comercialização. A pecuária é responsável pela produção de matérias-primas para a indústria têxtil e de alimentos. Na produção têxtil, são fabricados couros, ossos, chifres, entre outros. Já na indústria de alimentos, a atividade fornece carne, leite, ovos, etc.

Sem dúvida, a participação da pecuária que mais se destaca é a produção de carne e as criações fornecedoras são as de suínos, bovinos, bufalinos, ovinos, caprinos e aves. A produção leiteira também é muito importante, o leite é extraído de bovinos, bufalinos, ovinos e caprinos.

A pecuária pode ser desenvolvida de duas formas básicas: a pecuária intensiva e a pecuária extensiva, as quais se diferenciam de acordo com o nível de tecnologia empregado na produção. Na pecuária intensiva, os animais recebem cuidados relacionados à saúde, além de alimentação balanceada e demais cuidados, o que favorece um aumento significativo da produtividade. Já na pecuária extensiva, os animais são criados soltos em grandes extensões de terra sem receber grandes cuidados, fatores que implicam em uma baixa produtividade.

A palavra pecuária vem do latim pecus, que significa cabeça de gado. Ela é praticada desde o período Neolítico (Idade da Pedra Polida), quando o homem teve a necessidade de domesticar o gado para a obtenção de carne e leite.

Pecuária é a arte ou o conjunto de processos técnicos usados na domesticação e produção de animais com objetivos econômicos, feita no campo. Assim, a pecuária é uma parte específica da agricultura.

Também conhecida como criação animal, a prática de produzir e reproduzir gado é uma habilidade vital para muitos agricultores.

Através da atividade pecuária, os seres humanos atendem à maior parte de suas necessidades de proteínas animais (com uma pequena parte sendo satisfeita pela pesca e pela caça).

Carne (bovina, bubalina - carne de búfalo, de aves etc), ovos, leite e mel são os principais produtos alimentares oriundos da atividade pecuária. Couro, lã e seda são exemplos de fibras usados na indústria de vestimentas e calçados. O couro também é extensivamente usado na indústria de mobiliário e de automóveis. Alguns povos usam a força animal de bovídeos e eqüídeos para a realização de trabalho. Outros também usam o esterco seco (fezes secas) como combustível para o preparo de alimentos. A pecuária corresponde a qualquer atividade ligada a criação de gado. Portanto, fazem parte da pecuária a criação de bois, porcos, aves, cavalos, ovelhas, coelhos, búfalos, etc. A pecuária ocorre, geralmente, na zona rural e é destinada a produção de alimentos, tais como, carne, leite, couro, lã, etc.

### Existem dois tipos de pecuária:

- *Pecuária de corte*: destinada à criação de rebanhos com objetivo de produção de carne para o consumo humano. Na intensiva, o gado é criado preso ou em pequenos espaços, alimentado com ração específica. Neste tipo de criação, a carne produzida é macia e de boa qualidade para o consumo. Pode ser também pecuária extensiva (o gado é criado solto e alimenta-se de capim ou grama). A carne produzida é dura, pois o gado desenvolve uma musculatura rígida.

- *Pecuária leiteira*: destinada à produção de leite e seus derivados (queijos, iogurtes, manteigas, etc). O Brasil é, mundialmente, um dos países mais fortes na pecuária. Em termos de quantidade de cabeças de gado, nosso país encontra-se na liderança. Somos também um dos maiores exportadores de carne de boi e frango, sendo que os países asiáticos e europeus são os principais importadores da carne brasileira. Com relação ao leite, os estados de Minas Gerais e São Paulo destacam-se na produção nacional.

Atualmente, técnicas de inseminação artificial e clonagem tem sido aplicadas na pecuária, gerando excelentes resultados na qualidade e na produção de carne, leite e seus derivados.

### Importância da Pecuária no Brasil

No decorrer de sua expansão geográfica, a pecuária desempenhou importante papel no processo de povoamento do território brasileiro, sobre tudo nas regiões Nordeste (sertão) e Centro – Oeste, mas também no sul do país (Campanha Gaúcha).

O Rebanho Bovino representa a principal criação do país, e apresenta como características:

O rebanho brasileiro é na maior parte de baixa qualidade, e, portanto de baixo valor econômico;

A relação bovino/habitante no Brasil é muito baixa quando comparado a países Argentina, Austrália e Uruguai.

A idade média do gado para abate no Brasil é de 4 anos, muito elevada em relação a países como Argentina, E.U. A e Inglaterra (cerca de 2 a 3 anos)

-O peso médio também é muito baixo ainda, 230 a 240 quilos, contra mais de 600 quilos na Argentina, E.U. A e Inglaterra.

Como consequência dos fatores idade e peso, ocorre que a taxa de desfrute (percentual do rebanho abatido anualmente) no Brasil é muito baixa, cerca de 15% a 20% contra 30% da média mundial e 40% dos E.U. A A pecuária brasileira é caracterizada pelo baixo valor econômico e pelo mau aproveitamento do potencial do rebanho, resultantes principalmente de deficiências tecnológicas tais como:

-Zootécnicas: falta de aprimoramento racial; - Alimentos: deficiência das pastagens (a maior parte é natural) e de rações complementares;

-Sanitário: elevada incidência de doenças infecto-contagiosas e precária inspeção sanitária.

Principais áreas de Criação Região Sudeste. Possui o 2º maior rebanho bovino do país distribuídos em M.G., S.P., R.J. e E.S.

Nesta região predomina a raça zebu (Nelore, Gir, Guzerá), apresentando raças europeias e mistas, destinadas tanto ao corte como a produção de leite.

*EQUINOCULTURA* é a parte da zootecnia especial que trata da criação de equinos. Normalmente não tem como finalidade a produção de alimentos, embora esse também seja um ramo explorável.

Atividade similar à equinocultura (equinocultura, no Brasil) é a equídeocultura que abrange a criação de asininos (asnos, burros, jumentos) e de seus híbridos com o cavalo: o bardoto (cavalo com jumenta) e a mula (jumento com égua). Os cavalos normalmente são criados para serem vendidos e/ou ensinados e em raros casos são usados para a produção de alimentos, já que a carne de cavalo é pouco consumida.

*CUNICULTURA* é a parte da zootecnia especial que trata da criação de coelhos. Como atividade pecuária é o conjunto de procedimentos técnicos e práticos necessários à produção de carne, pele e pelos de coelhos ou criação do animal em condições especiais para uso como cobaias de laboratório. Tendo de gestação, uma coelha, 31 dias até o nascimento dos filhotes.

*APICULTURA* é a criação de abelhas para produção de mel e cera e também é a parte da zootecnia especial dedicada ao estudo e à criação de abelhas para os seguintes fins: produção de mel, própolis, geléia real, pólen e veneno. Além disso, as abelhas são ótimas polinizadoras.

*PISCICULTURA* é uma atividade multidisciplinar que se refere ao cultivo de organismos aquáticos, incluindo peixes, moluscos, crustáceos e plantas aquáticas.

*RANICULTURA* refere-se a criação de rãs.

*OVINOCULTURA E CAPRINOCULTURA* é a parte da zootecnia que trata do estudo e da criação de ovelhas, de ovinos. Atividade destinada à produção de alimento, na forma de carne e leite, e de outros produtos, tais como lã e pele. Da ovelha pode ser chamado no masculino por carneiro e quando pequeno como cordeiro, anho ou borrego, é um mamífero ruminante bovídeo da sub-família Caprinae, que também inclui a cabra.

O Brasil destaca-se por ter uma das maiores pecuárias do mundo, embora este setor apresente alguns problemas relacionados à criação do gado.

Alguns fatores afetam o rendimento da pecuária brasileira, tais como: baixos níveis culturais, práticas defeituosas, inadequação da estrutura fundiária, grandes distâncias, baixo nível tecnológico, alto preço dos medicamentos.

Aproximadamente 25% do território brasileiro é formado por pastagens naturais e artificiais, tal área vem crescendo moderadamente.

O rebanho bovino brasileiro apresenta 161 milhões de cabeças, sendo insuficiente os pastos para alimentá-los.

Mas este problema tem solução, pois as condições climáticas brasileiras são favoráveis.

O Brasil possui dois tipos de criação de gado, são elas:

1. Intensiva – suas características são:

- áreas limitadas
- rebanhos escassos
- alto rendimento
- aplicação de métodos científicos
- destinada à produção de leite
- proximidade dos grandes centros urbanos

Exemplo: Vale do Paraíba, Sul de Minas Gerais etc.

2. Extensiva – suas características são:

- grandes áreas
- gado criado à solta
- pastagens naturais
- sem aplicação de técnicas adiantadas de criação
- baixo rendimento
- destinada ao corte (carne)
- número de cabeças por hectares reduzidos

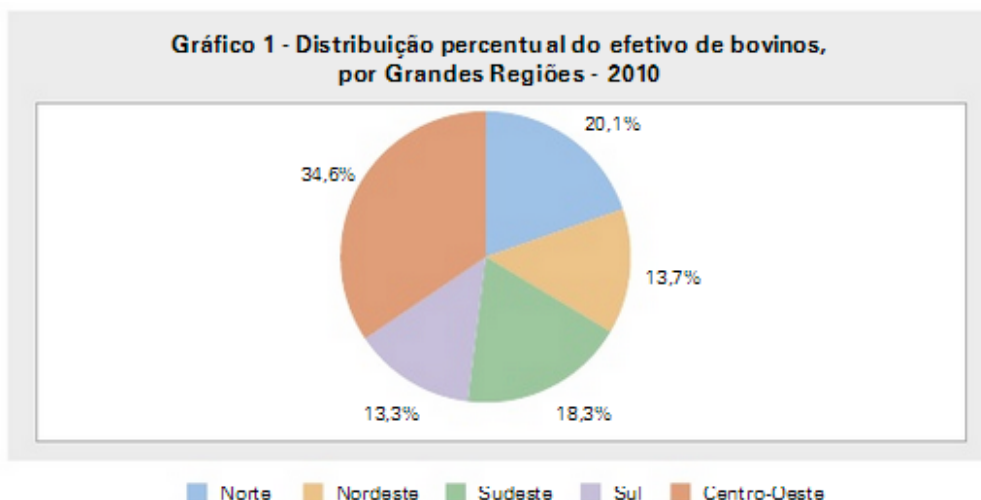
Exemplo: Triângulo Mineiro, Campanha Gaúcha etc.

A pecuária brasileira é em sua maior parte do tipo extensiva, com baixo valor econômico, devido aos inúmeros problemas que já foram mencionados anteriormente. O rebanho brasileiro é um dos maiores do mundo, ultrapassando as 250 milhões de cabeças.

### **Gado Bovino**

O rebanho bovino do Brasil apresenta 161 milhões de cabeças, um dos maiores do mundo, embora tenha um baixo rendimento na produção.

Este tipo de gado, mesmo apresentando um baixo rendimento na produção de carne, é o que apresenta melhor resistência às dificuldades físicas, e à falta de cuidados na criação extensiva.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal 2009-2010.

## *Princípio Áreas de Criação*

### **Região Sudeste**

1995 – apresenta 37 milhões de cabeças, considerado o segundo maior rebanho de gado bovino brasileiro.

- Pecuária de Corte

Este tipo de pecuária concentra-se principalmente em Minas Gerais (23,6 milhões) e em São Paulo (15,4 milhões), sendo estes os dois principais Estados criadores.

A pecuária de corte está distribuída da seguinte maneira:

- em São Paulo: Alta Sorocabana (Presidente Prudente) e Alta Noroeste (Araçatuba).
- em Minas Gerais: Triângulo Mineiro, Região de Montes Claros, Médio Jequitinhonha.
- no Espírito Santo: Extremo Norte.

Considerando o regime de exploração, há algumas diferenças entre essas áreas:

- em São Paulo destaca-se a atividade de engorda (invernadas).
- em Minas Gerais destaca-se a produção e comercialização de animais de raça pura, sobretudo reprodutores zebuínos.
- no Espírito Santo destaca-se a atividade de cria e cria de gado.

- Pecuária Leiteira

As principais bacias leiteiras do Brasil estão nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (Região Sudeste). O principal objetivo desses produtores é abastecer os maiores centros consumidores do Brasil.

O rebanho leiteiro apresenta aproximadamente 8,2 milhões de cabeças, ou seja, de vacas ordenhadas no Sudeste.

A pecuária leiteira está distribuída da seguinte maneira:

- em São Paulo: Vale do Paraíba, Região de São João da Boa Vista, Região de São José do Rio Pardo – Mococa, Região de Araras – Araraquara.
- no Rio de Janeiro: Vale do Paraíba, Norte Fluminense.
- em Minas Gerais: Sul de Minas Gerais, Zona da Mata Mineira, Bacia leiteira de Belo Horizonte, Alto Parnaíba.

**Tabela 1 - Produtividade de leite, segundo as Grandes Regiões - 2005-2010**

Grandes Regiões	Produtividade de leite ( litros/vaca/ano)					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Brasil</b>	<b>1 194</b>	<b>1 213</b>	<b>1 237</b>	<b>1 278</b>	<b>1 297</b>	<b>1 340</b>
Norte	598	597	626	618	628	673
Nordeste	747	767	775	787	795	811
Sudeste	1 351	1 355	1 347	1 376	1 386	1 410
Sul	2 005	2 066	2 157	2 265	2 314	2 388
Centro-Oeste	1 116	1 115	1 129	1 166	1 178	1 220

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal, 2005-2010.

### **Região Centro-Oeste**

É a maior região em criação de gado bovino, na qual é praticada no sistema extensivo. Apresenta cerca de 55 milhões de cabeças, distribuídas entre os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

A pecuária é totalmente destinada ao corte.

As áreas produtoras de destaque são: Zona do Pantanal, Sudeste de Goiás, Vale do Parnaíba, sul do Mato Grosso do Sul.

### Região Sul

É a região que apresenta o 3º maior rebanho brasileiro, tendo 26,6 milhões de cabeças. O rebanho da região Sul destaca-se pela sua qualidade, devido às condições físicas favoráveis da região.

As criações de gado são destinadas à produção de leite e ao corte.

As áreas de criação mais importantes são:

- Campanha Gaúcha (RS)
- Campos de Vacaria (RS)
- Campos de Lajes (SC)
- Campos de Guarapuava (PR)

### Região Nordeste

Nesta região, a pecuária é do tipo extensiva, e o rendimento da criação é baixo devido às condições físicas não favoráveis, prejudicando a produção de carne.

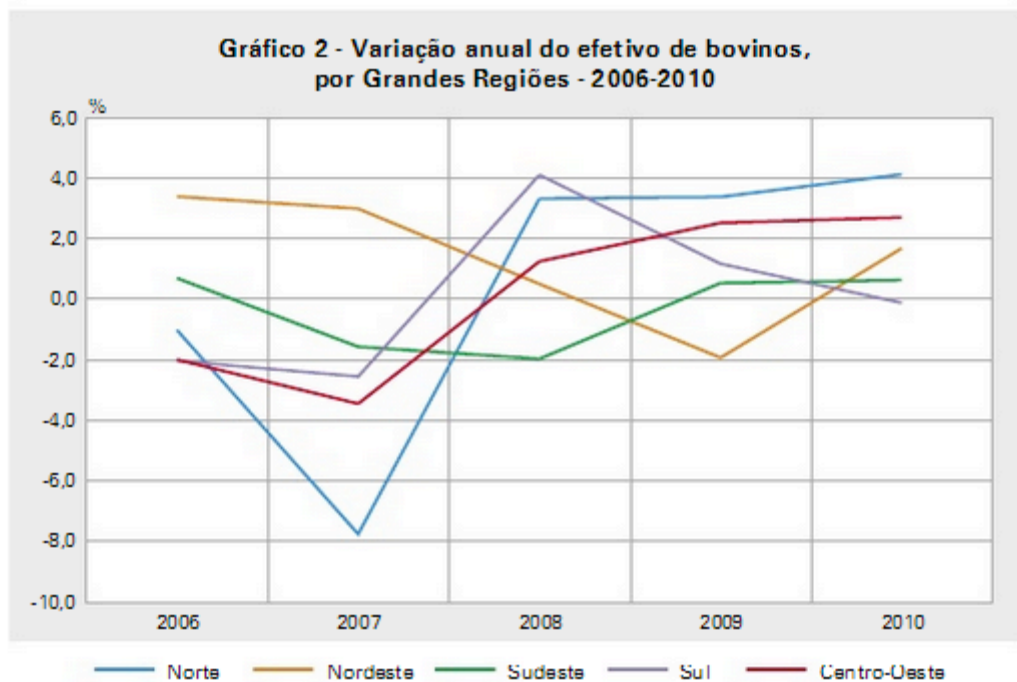
As principais bacias leiteiras estão localizadas no agreste.

As áreas produtoras mais importantes estão distribuídas da seguinte maneira:

- BA – corte e leite
- Sertão do Nordeste – corte
- Batalha – AL – corte

### Região Norte

A região Norte apresenta o menor rebanho brasileiro, contando com cerca de 19 milhões de cabeças de bovinos e 1 milhão de bubalinos. As principais áreas onde a pecuária é desenvolvida são: Ilha de Marajó, Alto Rio Branco e litoral do Amapá.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal 2005-2010.





**Gado Ovino**

No Brasil existem 18,3 milhões de cabeças de ovinos, sendo que a sua criação é destinada especialmente à produção de lã.

O maior rebanho ovino brasileiro está concentrado no Rio Grande do Sul, contando com mais da metade da totalidade do país, seguido da Bahia que conta com mais de 2 milhões de cabeças, destinadas à produção de carne.

**Gado Suíno**

O Brasil apresenta o 5º maior rebanho suíno mundial. Podemos encontrar criação de gado suíno por todo Brasil, concentrando-se principalmente nas regiões Sul, Nordeste e Sudeste.

Diferentemente do gado bovino, que é criado normalmente em grandes propriedades, o gado suíno é criado em pequenas e médias propriedades.

Os principais estados produtores são: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Maranhão.

**Pecuária tradicional e moderna**

*Tradicional:*

Está muito associada à agricultura tradicional, pois normalmente os agricultores também praticam pecuária tradicional, os animais fornecem estrume para a fertilização dos campos, pois ajuda no trabalho agrícola.

Produzem pequenas quantidades de produtos de origem animal, e uma grande variedade de espécies animais, mas em pequena quantidade porque o objetivo é o auto consumo.

*Moderna:*

A pecuária moderna é de caráter comercial e possui um elevado grau de intensidade e de especialização. A pecuária moderna pode ser intensiva e extensiva:

- A intensiva desenvolve-se mais nos países industrializados, é uma criação de gado em espaços fechados, e têm condições para manter esta maneira de pecuária (controle dos sanitários, há rações vitamínicas para os animais, há condições de temperatura adequada, etc.

- A extensiva pratica-se na Austrália, EUA, Argentina e no Brasil. Cria-se o gado em grandes espaços cercados, pastando em liberdade e utilizando o mínimo de mão-de-obra.

**4 – OS IMPACTOS AMBIENTAIS.**

Com dimensões continentais e 70% da população concentrados em áreas urbanas, o Brasil é o país em desenvolvimento que mais tem atraído atenção internacional. A poluição e o desmatamento ameaçam seus diversificados ecossistemas, inclusive o de maior biodiversidade do planeta, o amazônico. O agravamento dos problemas ambientais no país está ligado à industrialização, iniciada na década de 50, ao modelo agrícola monocultor e exportador instituído desde os anos 70, à urbanização acelerada e

à desigualdade socioeconômica. Nas grandes cidades, dejetos humanos e resíduos industriais saturam a deficiente rede de saneamento básico e envenenam águas e solos. Gases liberados por veículos e fábricas, além das queimadas no interior, poluem a atmosfera.

**Impactos ambientais em biomas brasileiros**

Um dos problemas mais graves do Brasil são os impactos ambientais, vistos que o Brasil é beneficiado com a maior biodiversidade mundial. A natureza sofre desde o início da colonização, quando nosso litoral foi devastado pelos colonizadores. Matas foram derrubadas, animais foram mortos. Estes estragos se estenderam ao interior rompendo o equilíbrio ecológico com atividades como mineração e criação de gado. E nas décadas de 1950 a 1970, a construção de Brasília causou fortes impactos ambientais nas regiões norte e centro oeste. Observe as paisagens de Cerrados e as agressões que essa vegetação vem sofrendo para dá lugar a pecuária e a agricultura. É a vegetação que depois da Mata Atlântica, mais agressão sofre.

Atualmente fala-se em outro tipo de agressão: o impacto ambiental urbano. As cidades estão ameaçadas pela degradação do ambiente. A degradação do ar pela poluição compromete a vida das cidades. Os manguezais e restingas abrangem a faixa costeira e são as áreas mais devastadas pelo processo de urbanização, que polui água e solo com esgotos, produtos químicos e o turismo desordenado. O ambiente da Amazônia quase não foi atingido no início da colonização, mas atualmente 15% da Amazônia foi destruída. Essa destruição tem sido incentivada pelo governo desde 1940, com projetos agropecuários. Outros fatores são responsáveis pela degradação do ambiente, tais como: construções de usinas hidrelétricas, extração de madeira, garimpo de ouro, construção de rodovias e ferrovias. O novo código florestal brasileiro prevê mais desmatamento, a chamada reserva legal. Essa questão ainda é tema de discussão no congresso entre ruralistas e ambientalistas.

Os criadores e agricultores utilizam a queimada como a maneira mais barata e rápida para limpar o solo.

A queimada destrói a flora e a fauna e o cerrado está desaparecendo com as pastagens e as plantações de soja. A pecuária e latifúndios são responsáveis pela degradação da caatinga. Sua fauna está seriamente ameaçada de extinção.

Por ocupar região com poucos recursos hídricos a caatinga é fundamental para a vida da população que dela sobrevive. Entretanto, os latifundiários além de destruir o ambiente natural, monopolizam as águas do São Francisco. Consequência dos impactos ambientais é: desertificação da caatinga, êxodo rural, salinização do solo. Os campos abrangem áreas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Argentina, Uruguai e Paraguai. Este solo está sendo degradado pela criação de gado e as queimadas, que antecipam o cultivo de soja. O uso prolongado do solo provoca o processo de arenização.

**A Rio+20**

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, foi uma conferência realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 na cidade brasileira do Rio de Janeiro, cujo objetivo era discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.



Considerado o maior evento já realizado pela Nações Unidas, o Rio+20 contou com a participação de chefes de estados de cento e noventa nações que propuseram mudanças, sobretudo, no modo como estão sendo usados os recursos naturais do planeta.[1] Além de questões ambientais, foram discutidos, durante a CNUDS, aspectos relacionados a questões sociais como a falta de moradia e outros.

O evento ocorreu em dez locais, tendo o Riocentro como principal local de debates e discussões; entre os outros locais, figuram o Aterro do Flamengo e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

No Brasil, foi formado o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20. Segundo Aron Belinky, coordenador de Processos Internacionais do Instituto Vitae Civis, que representa o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) na Coordenação Nacional do Comitê, o papel do grupo – atualmente formado por 14 redes – é trazer mais participantes para o debate até o ano que vem. “Nossas ações são elaboradas por meio de grupos de trabalhos. Um deles é o de formação e mobilização, que deverá levar os temas em discussão para a sociedade e cuidará da organização do evento paralelo previamente chamado de Cúpula dos Povos, que terá a participação da sociedade civil”, pontual.

O encontro da sociedade, segundo ele, deverá começar antes, por volta do dia 20 de junho de 2012. “Além de representantes do Brasil, outros do Canadá, França, Japão, e de alguns países da América Latina já estão envolvidos nestas ações”, adianta o ambientalista. “Na Cúpula dos Povos, queremos que seja garantido que a economia verde seja avaliada como um interessante indutor de sustentabilidade, desde que abranja as questões sociais, além das ambientais, e tenha sempre presente a questão da qualidade de vida dos cidadãos, além da ecoeficiência.”

Outra frente da sociedade civil rumo à Rio+20 se dará no âmbito do Fórum Social Mundial (FSM). A decisão foi tomada ao final da edição deste ano, em Dacar, no Senegal. Segundo o empresário e ativista da área de responsabilidade social, Oded Grajew, que integra o Comitê Internacional do FSM – que ocorrerá entre 27 e 31 de janeiro de 2013 (data sujeita a alterações) –, a edição internacional descentralizada do evento terá como principal pauta a temática ambiental, voltada à conferência.

O FSM não representa as elites econômicas e exigirá uma demanda de mobilização da sociedade sobre outro modelo de desenvolvimento. Trataremos de propostas de mudança da matriz energética para a renovável, da questão nuclear, das hidrelétricas em confronto com as populações indígenas, do modelo de consumo e resíduos orgânicos, entre outros. Segundo ele, a meta é propor políticas públicas ao governo e informações sobre indicadores quanto à grave situação do modelo atual de desenvolvimento, que leva ao esgotamento de recursos naturais e ao aumento das desigualdades.

Como 2012 será também um ano de eleições em alguns países importantes como EUA, Alemanha e França, isso prejudica decisões. Talvez essas nações não queiram assumir alguns compromissos, que podem comprometer os resultados nas urnas. É reforçado que, no contexto da Economia Verde, as discussões do FSM permanecerão voltadas a questões sociais, ao combate às desigualdades.

## Governança e desenvolvimento sustentável

Um tema complexo que estará na Conferência, segundo Belinky, diz respeito à governança em um cenário de desenvolvimento sustentável. Este tema está sendo pouco debatido oficialmente. Deve ser visto não como uma discussão sobre burocracia, mas como uma condição necessária para encaminhar as decisões e recomendações que se tomem na conferência.

Hoje se enxerga o desenvolvimento sustentável no conjunto, as instituições internacionais e internas a cada país são estanques. Um atua no campo econômico, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o FMI e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que não se conectam nas dimensões sociais e ambientais. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Mundial do Trabalho (OIT), que têm algum poder político, estão desconectadas do lado ambiental. A ideia é integrá-las à questão do desenvolvimento sustentável.

No caso da questão ambiental, as discussões levam à constatação de que não existe nenhuma organização internacional com real poder regulatório. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) é um dos com menor orçamento na ONU e depende de adesões voluntárias. Não é essencial dentro do sistema, participa quem quer. Pode encaminhar, no máximo, estudos, recomendações, mas sem poder regulatório.

Como primeiro passo, uma das propostas que serão defendidas pela sociedade civil é que haja uma resolução para se criar uma agência ambiental internacional, aprimorando o funcionamento do Pnuma ou por meio de sua união com outras agências. O governo brasileiro tem defendido uma ‘agência guarda-chuva’, que tenha sob ela várias agências internacionais do sistema ONU. As entidades, enxergam que existe uma necessidade tanto ética quanto política e econômica de tirar as pessoas da pobreza. Porém, isso não significa que deverão ter padrão de consumo insustentável, como o norte-americano e europeu. Não é objetivo estender a sociedade perdulária.

As expectativas sobre os resultados da Rio+20 caminham na direção de dois extremos. Será uma grande oportunidade ou nulidade. A conferência pode fazer uma convergência, desatar nós ou, então, se não se dispuser, será um ponto de jogar conversa fora. Mas de qualquer forma, a mobilização de propostas da sociedade civil será um avanço. Ou os governos são capazes de mostrar relevância no mundo contemporâneo ou são incapazes de acompanhar o ritmo que a sociedade avança, se tornando um empecilho.

## Irã

A participação do Irã na conferência Rio +20 gerou uma enorme controvérsia. O país enviará uma delegação, que inclui o presidente Mahmoud Ahmadinejad, para participar do evento em junho. Entretanto, o Irã possui sérias questões das quais se recusa a abordar, como as persistentes violações dos direitos humanos, as declarações belicistas e racistas contra Israel e a negativa em cooperar com a AIEA sobre seu programa nuclear. Foi argumentado que Ahmadinejad planeja usar a cúpula no Rio de Janeiro como uma plataforma para propaganda e projetar para o público interno uma falsa imagem de líder respeitado internacionalmente.

**Alterações no meio ambiente.**

Primeiramente, é importante saber que a sua consciência pode ajudar o ambiente. Impacto ambiental é a alteração no meio ambiente por determinada ação ou atividade. Atualmente o planeta Terra enfrenta fortes sinais de transição, o homem está revendo seus conceitos sobre natureza. Esta conscientização da humanidade está gerando novos paradigmas, determinando novos comportamentos e exigindo novas providências na gestão de recursos do meio ambiente. Um dos fatores mais preocupantes é o que diz respeito aos recursos hídricos. Problemas como a escassez e o uso indiscriminado da água estão sendo considerados como as questões mais graves do século XXI. É preciso que tomemos partido nesta luta contra os impactos ambientais, e para isso é importante sabermos alguns conceitos relacionados ao assunto.

Poluição é qualquer alteração físico-química ou biológica que venha a desequilibrar um ecossistema, e o agente causador desse problema é denominado de poluente. Como já era previsto, os principais poluentes têm origem na atividade humana. A Indústria é a principal fonte, ela gera resíduos que podem ser eliminados de três formas:

**Na água:** essa opção de descarte de dejetos é mais barata e mais cômoda, infelizmente os resíduos são lançados geralmente em recursos hídricos utilizados como fonte de água para abastecimento público.

**Na atmosfera:** a eliminação de poluentes desta forma só é possível quando os resíduos estão no estado gasoso.

**Em áreas isoladas:** essas áreas são previamente escolhidas, em geral são aterros sanitários.

**Classificação dos resíduos:**

**Resíduos tóxicos:** são os mais perigosos e podem provocar a morte conforme a concentração, são rapidamente identificados por provocar diversas reações maléficas no organismo. Exemplos de geradores desses poluentes: indústrias produtoras de resíduos de cianetos, cromo, chumbo e fenóis.

**Resíduos minerais:** são relativamente estáveis, correspondem às substâncias químicas minerais, elas alteram as condições físico-químicas e biológicas do meio ambiente. Exemplos de indústrias: mineradoras, metalúrgicas, refinarias de petróleo.

**Resíduos orgânicos:** as principais fontes desses poluentes são os esgotos domésticos, os frigoríficos, laticínios, etc. Esses resíduos correspondem à matéria orgânica potencialmente ativa, que entra em decomposição ao ser lançada no meio ambiente.

**Resíduos mistos:** possuem características químicas associadas às de natureza biológica. As indústrias têxteis, lavanderias, indústrias de papel e borracha, são responsáveis por esse tipo de resíduo lançado na natureza.

**Resíduos atômicos:** esse tipo de poluente contém isótopos radioativos, é um lixo atômico capaz de emitir radiações ionizantes e altamente nocivas à saúde humana.

**Desenvolvimento Sustentável**

Na tentativa de chegar ao DS, sabemos que a Educação Ambiental é parte vital e indispensável, pois é a maneira mais direta e funcional de se atingir pelo menos uma de suas metas: a participação da população.

A preocupação da comunidade internacional com os limites do desenvolvimento do planeta data da década de 60, quando começaram as discussões sobre os riscos da degradação do meio ambiente. Tais discussões ganharam tanta intensidade que levaram a ONU a promover uma Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo (1972).

No mesmo ano, Dennis Meadows e os pesquisadores do “Clube de Roma” publicaram o estudo Limites do Crescimento. O estudo concluía que, mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido, no máximo, em 100 anos, provocando uma repentina diminuição da população mundial e da capacidade industrial.

O estudo recorria ao neo-malthusianismo como solução para a iminente “catástrofe”. As reações vieram de intelectuais do Primeiro Mundo (para quem a tese de Meadows representaria o fim do crescimento da sociedade industrial) e dos países subdesenvolvidos (já que os países desenvolvidos queriam “fechar a porta” do desenvolvimento aos países pobres, com uma justificativa ecológica).

Em 1973, o canadense Maurice Strong lançou o conceito de ecodesenvolvimento, cujos princípios foram formulados por Ignacy Sachs. Os caminhos do desenvolvimento seriam seis: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação. Esta teoria referia-se principalmente às regiões subdesenvolvidas, envolvendo uma crítica à sociedade industrial. Foram os debates em torno do ecodesenvolvimento que abriram espaço ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Outra contribuição à discussão veio com a Declaração de Cooyok, das Nações Unidas. A declaração afirmava que a causa da explosão demográfica era a pobreza, que também gerava a destruição desenfreada dos recursos naturais. Os países industrializados contribuíam para esse quadro com altos índices de consumo. Para a ONU, não há apenas um limite mínimo de recursos para proporcionar bem-estar ao indivíduo; há também um máximo.

A ONU voltou a participar na elaboração de outro relatório, o Dag-Hammarskjöld, preparado pela fundação de mesmo nome, em 1975, com colaboração de políticos e pesquisadores de 48 países. O Relatório Dag-Hammarskjöld completa o de Cooyok, afirmando que as potências coloniais concentraram as melhores terras das colônias nas mãos de uma minoria, forçando a população pobre a usar outros solos, promovendo a devastação ambiental. Os dois relatórios têm em comum a exigência de mudanças nas estruturas de propriedade do campo e a rejeição pelos governos dos países industrializados.

No ano de 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresentou um documento chamado Our Common Future, mais conhecido por relatório Brundtland. O relatório diz que “Desenvolvimento sustentável é



desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”. O relatório não apresenta as críticas à sociedade industrial que caracterizaram os documentos anteriores; demanda crescimento tanto em países industrializados como em subdesenvolvidos, inclusive ligando a superação da pobreza nestes últimos ao crescimento contínuo dos primeiros. Assim, foi bem aceito pela comunidade internacional.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, mostrou um crescimento do interesse mundial pelo futuro do planeta; muitos países deixaram de ignorar as relações entre desenvolvimento socioeconômico e modificações no meio ambiente. Entretanto, as discussões foram ofuscadas pela delegação dos Estados Unidos, que forçou a retirada dos cronogramas para a eliminação da emissão de CO<sub>2</sub> (que constavam do acordo sobre o clima) e não assinou a convenção sobre a biodiversidade.

O termo desenvolvimento sustentável define as práticas de desenvolvimento que atendem às necessidades presentes sem comprometer as condições de sustentabilidade das gerações futuras. Os princípios do desenvolvimento sustentável são baseados nas necessidades, sobretudo as necessidades essenciais e, prioritariamente, aquelas das populações mais pobres; e limitações que a tecnologia e a organização social impõem ao meio ambiente, restringindo a capacidade de atender às necessidades presentes e futuras.

Em sentido amplo, a estratégia de desenvolvimento sustentável visa a promover a harmonia entre os seres humanos e entre esses e a natureza. Para tanto, são necessários:

- Sistema político com efetiva participação dos cidadãos no processo de decisão;
- Sistema econômico competente para gerar excedentes e conhecimentos técnicos em bases confiável e constante;
- Sistema social capaz de resolver as diferenças causadas por um desenvolvimento desigual;
- Sistema de produção que preserve a base ecológica do desenvolvimento;
- Sistema tecnológico que busque novas soluções;
- Sistema internacional com padrões sustentáveis de comércio e financiamento;
- Sistema administrativo flexível e capaz de auto corrigir-se.

O desenvolvimento sustentável não trata somente da redução do impacto da atividade econômica no meio ambiente, mas principalmente das consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura.

Segundo o Relatório da Comissão Brundtland, elaborado em 1987, uma série de medidas devem ser tomadas pelos países para promover o desenvolvimento sustentável. Entre elas:

- Limitação do crescimento populacional;
- Garantia de recursos básicos (água, alimentos, energia) em longo prazo;
- Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- Diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis;

- Aumento da produção industrial nos países não industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas;
- Controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores;

- Atendimento das necessidades básicas (saúde, escola, moradia).

Em âmbito internacional, as metas propostas são:

- Adoção da estratégia de desenvolvimento sustentável pelas organizações de desenvolvimento (órgãos e instituições internacionais de financiamento);
- Proteção dos ecossistemas supranacionais como a Antártica, oceanos, etc, pela comunidade internacional;
- Banimento das guerras;
- Implantação de um programa de desenvolvimento sustentável pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O conceito de desenvolvimento sustentável deve ser assimilado pelas lideranças de uma empresa como uma nova forma de produzir sem degradar o meio ambiente, estendendo essa cultura a todos os níveis da organização, para que seja formalizado um processo de identificação do impacto da produção da empresa no meio ambiente e resulte na execução de um projeto que alie produção e preservação ambiental, com uso de tecnologia adaptada a esse preceito. Entre as empresas que aplicaram um projeto de desenvolvimento sustentável são citadas 3M, McDonalds, Dow, DuPont, Pepsi, Coca-Cola e Anheuser-Busch.

Algumas outras medidas para a implantação de um programa minimamente adequado de desenvolvimento sustentável são:

- Uso de novos materiais na construção;
- Reestruturação da distribuição de zonas residenciais e industriais;
- Aproveitamento e consumo de fontes alternativas de energia, como a solar, a eólica e a geotérmica;
- Reciclagem de materiais reaproveitáveis;
- Consumo racional de água e de alimentos;
- Redução do uso de produtos químicos prejudiciais à saúde na produção de alimentos.

O atual modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios; se, por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia a dia. Diante desta constatação, surge a ideia do Desenvolvimento Sustentável (DS), buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e, ainda, ao fim da pobreza no mundo.

As pessoas que trabalharam na Agenda 21 escreveram a seguinte frase: “A humanidade de hoje tem a habilidade de desenvolver-se de uma forma sustentável, entretanto é preciso garantir as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações em encontrar suas próprias necessidades”. Essa frase toda pode ser resumida em poucas e simples palavras: desenvolver em harmonia com as limitações ecológicas do planeta, ou seja, sem destruir o ambiente, para que as gerações futuras tenham a chance de existir e viver bem, de acordo com as suas necessidades (melhoria da qualidade de vida e das condições de sobrevivência). Será que é possível conciliar tanto progresso e tecnologia com um ambiente saudável?

Acredita-se que isso tudo seja possível, e é exatamente o que propõem os estudiosos em Desenvolvimento Sustentável (DS), que pode ser definido como: “equilíbrio entre tecnologia e ambiente, relevando-se os diversos grupos sociais de uma nação e também dos diferentes países na busca da equidade e justiça social”.

Para alcançarmos o DS, a proteção do ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente; é aqui que entra uma questão sobre a qual talvez você nunca tenha pensado: qual a diferença entre crescimento e desenvolvimento? A diferença é que o crescimento não conduz automaticamente à igualdade nem à justiça sociais, pois não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida a não ser o acúmulo de riquezas, que se faz nas mãos apenas de alguns indivíduos da população. O desenvolvimento, por sua vez, preocupa-se com a geração de riquezas sim, mas tem o objetivo de distribuí-las, de melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração, portanto, a qualidade ambiental do planeta.

O DS tem seis aspectos prioritários que devem ser entendidos como metas:

- A satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc);
- A solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver);
- A participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal);
- A preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc);
- A elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo os índios);
- A efetivação dos programas educativos.

Na tentativa de chegar ao DS, sabemos que a Educação Ambiental é parte vital e indispensável, pois é a maneira mais direta e funcional de se atingir pelo menos uma de suas metas: a participação da população.

## Ecossistema

### - Desmatamento

O desmatamento é um processo de degradação da vegetação nativa de uma região e pode provocar um processo de desertificação. O mau uso dos recursos naturais, a poluição e a expansão urbana são alguns fatores que devastam ambientes naturais e reduzem o número de habitats para as espécies. Um dos principais agentes do desmatamento é o homem.

Nos últimos anos, a atividade humana tem invadido o meio ambiente em diferentes escalas e velocidades, o que resulta na degradação de biomas. Além de lançar na água, no ar e no solo substâncias tóxicas e contaminadas, o homem também agride o ambiente capturando e matando animais silvestres e aquáticos e destruindo matas.

Muitas florestas naturais já foram derrubadas para dar lugar a estradas, cidades, plantações, pastagens ou para fornecer madeira. No processo de desmatamento, primeiro são retiradas as madeiras de árvores nobres, depois as de menor porte e, em seguida, toda a vegetação rasteira é destruída. As queimadas também são causas de destruição de matas. Elas acabam com o capim e a cobertura florestal que ainda sobrou da degradação. Dos 64 milhões de km<sup>2</sup> de florestas existentes no planeta, restam menos de 15,5 milhões, ou cerca de 24%. Isso quer dizer que 76% das florestas primárias já desapareceram. Com exceção de parte das Américas, todos os continentes desmataram muito, conforme um estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) sobre a evolução das florestas mundiais. Dos 100% de suas florestas originais, a África mantém hoje 7,8%, a Ásia 5,6%, a América Central 9,7% e a Europa Ocidental – o pior caso do mundo – apenas 0,3%.

O continente que mais mantém suas florestas originais é a América do Sul, com 54,8%. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e outras organizações independentes como a organização não governamental Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia (Imazon) fazem o monitoramento do desmatamento no Brasil. Segundo eles, são desmatados cerca de 21 mil km<sup>2</sup> por ano no Brasil, o que representa um Estado de Sergipe de floresta no chão por ano.

A Mata Atlântica foi a principal vítima do desmatamento florestal no País e hoje tem apenas cerca de 7% do que seria seu território original. Ela é reconhecida como o bioma brasileiro mais descaracterizado.

Já o cerrado brasileiro perdeu 48,2% da vegetação original. Hoje são desmatados cerca de 20 mil km<sup>2</sup> por ano, principalmente no oeste da Bahia – na divisa com Goiás e Tocantins – e no norte de Mato Grosso. As áreas coincidem com as regiões produtoras de grãos, de carvão e pecuária.

A floresta amazônica brasileira permaneceu praticamente intacta até os anos 1970, quando foi inaugurada a rodovia Transamazônica. A partir daí, passou a ser desmatada para criação de gado, plantação de soja e exploração da madeira. Em busca de madeiras de lei como o mogno, empresas madeireiras instalaram-se na região amazônica para fazer a exploração ilegal. Como a maior floresta tropical existente, ela é uma das grandes preocupações do mundo inteiro. O desmatamento da Amazônia provoca impacto na biodiversidade global, na redução do volume de chuvas e contribui para a piora do aquecimento global.

### - Poluição

Por poluição entende-se a introdução pelo homem, direta ou indiretamente de substâncias ou energia no ambiente, provocando um efeito negativo no seu equilíbrio, causando assim danos na saúde humana, nos seres vivos e no ecossistema ali presente.

Os agentes de poluição, normalmente designados por poluentes, podem ser de natureza química, genética, ou sob a forma de energia, como nos casos de luz, calor ou radiação. Mesmo produtos relativamente benignos da atividade humana podem ser considerados poluentes, se eles precipitarem efeitos negativos posteriormente. Os NOx (óxidos de azoto) produzidos pela indústria, por exemplo, são frequentemente citados como poluidores, embora a própria substância libertada, por si só não seja prejudicial. São classificados como poluentes pois com a ação dos raios solares e a humidade da atmosfera, esses compostos dão origem a poluentes como o HNO<sub>3</sub> ou o smog.

A Aviação civil é uma das maiores fontes de poluição sonora nas grandes cidades.

- Dioxinas - provenientes de resíduos, podem causar câncer, má-formação de fetos, doenças neurológicas, etc. Partículas de canasadez (materiais particulados) - emitidas por carros e indústrias. Infectam os pulmões, causando asma, bronquite, alergias e até câncer.

- Chumbo - metal pesado proveniente de carros, pinturas, água contaminada, indústrias. Afeta o cérebro, causando retardo mental e outros graves efeitos na coordenação motora e na capacidade de atenção.

- Mercúrio - tem origem em centrais elétricas e na incineração de resíduos. Assim como o chumbo, afeta o cérebro, causando efeitos igualmente graves.

- Pesticidas, Benzeno e isolantes (como o Ascarel) - podem causar distúrbios hormonais, deficiências imunológicas, má-formação de órgãos genitais em fetos, infertilidade, câncer de testículo e de ovário.

### - Poluição Global

Os problemas de poluição global, como o efeito estufa, a diminuição da camada de ozônio, as chuvas ácidas, a perda da biodiversidade, os detritos lançados em rios e mares, entre outros materiais, nem sempre são observados, medidos ou mesmo sentidos pela população. A explicação para toda essa dificuldade reside no fato de se tratar de uma poluição cumulativa, cujos efeitos só são sentidos em longo prazo. Apesar disso, esses problemas têm merecido atenção especial no mundo inteiro, por estarem se multiplicando em curto tempo e devido a certeza de que terão influência em todos os seres vivos.

### - Aquecimento global

A Terra recebe uma quantidade de radiação solar que, em sua maior parte (91%), é absorvida pela atmosfera terrestre, sendo o restante (9%) refletido para o espaço. A concentração de gás carbônico oriunda, principalmente, da queima de combustíveis fósseis, dificulta ou diminui o percentual de radiação que a Terra reflete para o espaço. Desse modo, ao não ser irradiado para o espaço, o calor provoca o aumento da temperatura média da superfície terrestre.

Devido à poluição atmosférica e seus efeitos, muitos cientistas apontam que o aquecimento global do planeta a médio e longo prazo pode ter caráter irreversível. Por isso, desde já, devem ser adotadas medidas para diminuir as emissões dos gases que provocam o aquecimento. Outros cientistas, no entanto, admitem o aumento do teor do gás carbônico na atmosfera, mas lembram de que grande parte desse gás tem origem na concentração de vapor de água, o que independe das atividades humanas. Essa controvérsia acaba adiando a tomada de decisões acerca da adoção de uma política que diminua os efeitos do aumento da temperatura média da Terra.

O carbono presente na atmosfera garante uma das condições básicas para a existência de vida no planeta: a temperatura. A Terra é aquecida pelas radiações infravermelhas emitidas pelo Sol até uma temperatura de -27 °C. Essas radiações chegam à superfície e são refletidas para o espaço. O carbono forma uma redoma protetora que aprisiona parte dessas radiações infravermelhas e as reflete novamente para a superfície. Isso produz um aumento de 43 °C na temperatura média do planeta, mantendo-a em torno dos 16 °C. Sem

o carbono na atmosfera a superfície seria coberta de gelo. O excesso de carbono, no entanto, tende a aprisionar mais radiações infravermelhas, produzindo o chamado efeito estufa: a elevação da temperatura média a ponto de reduzir ou até acabar com as calotas de gelo que cobrem os polos. Os cientistas ainda não estão de acordo se o efeito estufa já está ocorrendo, mas preocupam-se com o aumento do dióxido de carbono na atmosfera a um ritmo médio de 1% ao ano. A queima da cobertura vegetal nos países subdesenvolvidos é responsável por 25% desse aumento. A maior fonte, no entanto, é a queima de combustíveis fósseis, como o petróleo, principalmente nos países desenvolvidos.

### - Elevação da temperatura

A elevação da temperatura terrestre entre 2 e 5 graus Celsius, presume-se, provocará mudanças nas condições climáticas. Em função disto, o efeito estufa poderá acarretar aumento do nível do mar, inundações das áreas litorâneas (diz-se litorâneas no Brasil, litorais em Portugal) e desertificação de algumas regiões, comprometendo as terras agricultáveis e, conseqüentemente, a produção de alimentos.

Países emissores de gases do efeito estufa

- Estados Unidos 69,0%
- China 11,9 %
- Indonésia 7,4%
- Brasil 5,85%
- Rússia 4,8%
- Índia 4,5%
- Japão 3,1%
- Alemanha 2,5 %
- Malásia 2,1%
- Canadá 1,8%

O Brasil ocupa o 16º lugar entre os países que mais emitem gás carbônico para gerar energia. Mas se forem considerados também os gases do efeito estufa liberados pelas queimadas e pela agropecuária, o país é o quarto maior poluidor (em % das emissões totais de gases do efeito estufa).

### A poluição e a diminuição da camada de ozônio

#### - Água poluída

A camada de ozônio é uma região existente na atmosfera que filtra a radiação ultravioleta provinda do Sol. Devido processo de filtragem, os organismos da superfície terrestre ficam protegidos das radiações. A ozonfera é formada pelo gás ozônio, que é constituído de moléculas de oxigênio que sofrem um rearranjo a partir da radiação ultravioleta que penetra na atmosfera. A exposição à radiação ultravioleta afeta o sistema imunológico, causa cataratas e aumenta a incidência de câncer de pele nos seres humanos, além de atingir outras espécies. A diminuição da camada de ozônio está ocorrendo devido ao aumento da concentração dos gases CFC (cloro-flúor-carbono) presentes no aerossol, em fluidos de refrigeração que poluem as camadas superiores da atmosfera atingindo a estratosfera. O cloro liberado pela radiação ultravioleta forma o cloro atômico, que reage ao entrar em contato com o ozônio, transformando-se em monóxido de cloro. A reação reduz o ozônio atmosférico aumentando a penetração das radiações ultravioleta.

## - Consequências econômicas

As consequências econômicas e ecológicas da diminuição da camada de ozônio, além de causar o aumento da incidência do cancro de pele, podem gerar o desaparecimento de espécies animais e vegetais e causar mutações genéticas. Mesmo havendo incertezas sobre a magnitude desse fenômeno, em 1984 foi assinado um acordo internacional para diminuir as fontes geradoras do problema (Protocolo de Montreal).

## - Protocolo de Montreal

No Protocolo de Montreal, 27 países signatários se comprometeram a reduzir ou eliminar o consumo de CFC até ao ano 2000, o que, até hoje, ainda não aconteceu na proporção desejada, apesar de já haver tecnologia disponível para substituir os gases presentes nos aerossóis, em fluidos de refrigeração e nos solventes.

## - A poluição e as chuvas ácidas

O Canal de Lachine em Montreal (Canadá), encontra-se poluído. As chuvas ácidas são precipitações na forma de água e neblina que contêm ácido nítrico e sulfúrico. Elas decorrem da queima de enormes quantidades de combustíveis fósseis, como petróleo e carvão, utilizados para a produção de energia nas refinarias e usinas termoelétricas, e também pelos veículos.

Durante o processo de queima, milhares de toneladas de compostos de enxofre e óxido de nitrogênio são lançados na atmosfera, onde sofrem reações químicas e se transformam em ácido nítrico e sulfúrico. O dióxido de carbono reage reversivelmente com a água para formar um ácido fraco o ácido carbônico. No equilíbrio, o pH desta solução é 5.6, pois a água é naturalmente ácida pelo dióxido de carbono. Assim, qualquer chuva com pH abaixo de 5.6 é considerada excessivamente ácida. Dióxido de nitrogênio NO<sub>2</sub> e dióxido de enxofre SO<sub>2</sub> podem reagir com substâncias da atmosfera produzindo ácidos, esses gases podem se dissolver em gotas de chuva e em partículas de aerossóis e em condições favoráveis precipitam-se em chuva ou neve. Dióxido de nitrogênio pode se transformar em ácido nítrico e em ácido nítrico e dióxido de enxofre pode se transformar em ácido sulfúrico e ácido sulfuroso. Amostras de gelo da Groelândia mostram a presença de sulfatos e nitratos, o que indica que já em 1900 tínhamos a chuva ácida. Além disso, a chuva ácida pode se formar em locais distantes da produção de óxidos de enxofre e nitrogênio.

A chuva ácida é um grande problema da atualidade porque anualmente grandes quantidades de óxidos ácidos são formados pela atividade humana e colocados na atmosfera. Quando uma precipitação (chuva) ácida cai em um local que não pode tolerar a acidez anormal, sérios problemas ambientais podem ocorrer. Em algumas áreas dos Estados Unidos (West Virginia), o pH da chuva chegou a 1.5, e como a chuva e neve ácidas não conhecem fronteiras, a poluição de um país pode causar chuva ácida em outro. Como no caso do Canadá, que sofre com a poluição dos EUA. A extensão dos problemas da chuva ácida pode ser vista nos lagos sem peixes, árvores mortas, construções e obras de arte, feitas a partir de rochas, destruídas. A chuva ácida pode causar perturbações nos estômatos das folhas das árvores cau-

sando um aumento de transpiração e deixando a árvore deficiente de água, pode acidificar o solo, danificar raízes aéreas e, assim, diminuir a quantidade de nutrientes transportada, além de carregar minerais importantes do solo, fazendo com que o solo guarde minerais de efeito tóxico, como íons de metais. Estes não causavam problemas, pois são naturalmente insolúveis em água da chuva com pH normal, e com o aumento do pH pode-se aumentar a solubilidade de muitos minerais.

A chuva ácida é composta por diversos ácidos como, por exemplo, o óxido de nitrogênio e os dióxidos de enxofre, que são resultantes da queima de combustíveis fósseis (carvão, óleo diesel, gasolina entre outros). Quando caem em forma de chuva ou neve, estes ácidos provocam danos no solo, plantas, construções históricas, animais marinhos e terrestres etc. Este tipo de chuva pode até mesmo provocar o descontrole de ecossistemas, ao exterminar determinados tipos de animais e vegetais. Poluindo rios e fontes de água, a chuva pode também prejudicar diretamente a saúde do ser humano, causando doenças pulmonares, por exemplo. Este problema tem se acentuado nos países industrializados, principalmente nos que estão em desenvolvimento como, por exemplo, Brasil, Rússia, China, México e Índia. O setor industrial destes países tem crescido muito, porém de forma desregulada, agredindo o meio ambiente. Nas décadas de 1970 e 1980, na cidade de Cubatão, litoral de São Paulo, a chuva ácida provocou muitos danos ao meio ambiente e ao ser humano. Os ácidos poluentes jogados no ar pelas indústrias, estavam gerando muitos problemas de saúde na população da cidade. Foram relatados casos de crianças que nasciam sem cérebro ou com outros defeitos físicos. E também provocou desmatamentos significativos na Mata Atlântica da Serra do Mar.

## - Chuva ácida

As consequências da chuva ácida para a população humana são econômicas, sociais ou ambientais. Tais consequências são observáveis principalmente em grandes áreas urbanas, onde ocorrem patologias que afetam o sistema respiratório e sistema cardiovascular, e, além disso, causam destruição de edificações e monumentos, através da corrosão pela reação com ácidos. Porém, nada impede que as consequências de tais chuvas cheguem a locais muito distantes do foco gerador, devido ao movimento das massas de ar, que são capazes de levar os poluentes para muito longe. Estima-se que as chuvas ácidas contribuam para a devastação de florestas e lagos, sobretudo aqueles situados nas zonas temperadas ácidas.

## - A poluição e a perda de biodiversidade

Ao interferir nos habitats, a poluição pode levar a desequilíbrios que provocam a diminuição ou extinção dos elementos de uma espécie, causando uma perda da biodiversidade. As variações da temperatura da água do mar, levam a dificuldades da adaptação de certas espécies de peixes, é igualmente uma das causas da invasão de águas salinas em ambientes tradicionalmente de água doce, causando assim uma pressão adicional nesses ecossistemas, e potenciando a diminuição ou extinção das espécies até então ai presentes.

QUESTÕES

01. O relevo terrestre é resultante da atuação de dois conjuntos de forças denominadas agentes do relevo, que compreendem os agentes internos ou criadores do relevo e os agentes externos ou modificadores do relevo. Podemos considerar agentes internos e externos, respectivamente:

- a) Tectonismo e intemperismo
- b) Águas correntes e seres vivos
- c) Vento e vulcanismo
- d) Águas correntes e intemperismo
- e) Abalos sísmicos e vulcanismo

02. O Rio Grande do Norte apresenta um elevado potencial turístico, principalmente em decorrência das belezas de sua paisagem litorânea, destacando-se algumas formas do relevo cuja configuração está associada a processos erosivos desencadeados pela ação de diferentes agentes.

Observe a figura.



Considerando os elementos da paisagem litorânea expostos na Figura, pode-se afirmar que esta corresponde a uma:

- a) falésia, constituída pela deposição de areia paralelamente à costa, em decorrência da erosão eólica.
- b) restinga, formada pela consolidação da areia de antigas praias, em decorrência da erosão marinha.
- c) falésia, formada a partir de processos de erosão marinha, que originam paredões escarpados.
- d) restinga, constituída a partir de processos de erosão eólica, que formam costas íngremes.

03. Do ponto de vista tectônico, núcleos rochosos mais antigos, em áreas continentais mais interiorizadas, tendem a ser os mais estáveis, ou seja, menos sujeitos a abalos sísmicos e deformações. Em termos geomorfológicos, a maior estabilidade tectônica dessas áreas faz com que elas apresentem uma forte tendência à ocorrência, ao longo do tempo geológico, de um processo de

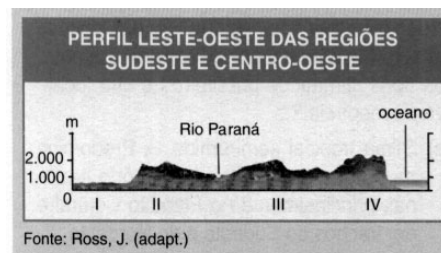
- a) aplainamento das formas de relevo, decorrente do intemperismo e da erosão.
- b) formação de depressões absolutas, gerada por acomodação de blocos rochosos.
- c) formação de canyons, decorrente de intensa erosão eólica.
- d) produção de desníveis topográficos acentuados, resultante da contínua sedimentação dos rios.
- e) geração de relevo serrano, associada a fatores climáticos ligados à glaciação.

04. “A erosão acelerada não é uma coisa nova, ela acompanha a agricultura desde o seu início, há 4.000 ou 5.000 anos a.C., nos vales do Eufrates, Tigre e Nilo, onde, presume-se, tenha sido o berço da agricultura.” (CONCIANI, Wilson. *Processos erosivos: conceitos e ações de controle*. Cuiabá: Editora Cefet-MT, 2008. p. 11.)

Mesmo que a erosão seja um acontecimento antigo, como citado acima, o tema é sempre atual, trazendo muitos transtornos para as zonas rural e urbana. Sobre a erosão, suas causas e consequências, é correto afirmar que:

- a) é caracterizada pela destruição e transformação de rochas pela ação de agentes que modelam a superfície terrestre, através dos fatores endógenos (clima, rios, correntes marítimas, enxurradas) e de fatores exógenos (animais, homens e vulcanismos).
- b) nas encostas, as águas superficiais escorrem e formam as ravinas ou voçorocas com sulcos laterais inclinados, entretanto só provocam efeitos na superfície dos solos e são facilmente controladas pela ação antrópica.
- c) é parte do processo de degradação do solo, provocando o acúmulo de metais pesados, lixiviação e diminuição de nutrientes; só ocorre com a intervenção do homem, tornando-se um dos mais sérios problemas ecológicos do planeta.
- d) a ação do intemperismo físico e químico e das cheias e inundações compensam o material retirado pela erosão, com formações de cordões arenosos e praias nos rios e no litoral.
- e) a ação da água como agente de erosão depende da quantidade que cai sobre o solo e da maior ou menor capacidade de infiltração que este solo oferece. A erosão provocada pelo escoamento superficial recebe o nome de erosão laminar ou em lençol.

05. Observe:



No perfil topográfico acima, os “Planaltos e Serras de Leste-Sudeste” e o “Pantanal Mato-grossense” estão representados, respectivamente, pelos

- Algarismos:
- a) IV e III.
- b) II e I.
- c) III e II.
- d) III e I.
- e) IV e I.



06. Define-se “LAGOS DE VÁRZEA” como sendo aqueles oriundos da acumulação de aluviões fluviais. Deduz-se que tais formações devem ser encontradas:

- a) de modo abundante no país.
- b) no Rio Grande do Sul (como as Lagoas dos Patos e Mirim).
- c) na Amazônia.
- d) no baixo Paraná.
- e) no alto São Francisco.

07. A bacia hidrográfica brasileira com maior possibilidade de navegação é:

- a) Bacia do São Francisco;
- b) Bacia do Paraná;
- c) Bacia do Uruguai;
- d) Bacia Amazônica;
- e) Bacia do Paraíba do Sul.

08 A expressão “Bacia Hidrográfica” pode ser entendida como:

- a) o conjunto das terras drenadas ou percorridas por um rio principal e seus afluentes.
- b) a área ocupada pelas águas de um rio principal e seus afluentes no período normal de chuvas.
- c) o conjunto de lagoas isoladas que se formam no leito dos rios quando o nível de água da água baixa.
- d) o aumento exagerado do volume de água de um rio principal e seus afluentes quando chove acima do normal.
- e) o lago formado pelo represamento das águas de um rio principal e seus afluentes.

09. A rede hidrográfica brasileira apresenta, dentre outras, as seguintes características:

- a) grande potencial hidráulico predomínio de rios perenes e predomínio de foz do tipo delta.
- b) drenagem exorréica, predomínio de rios de planalto e predomínio de foz do tipo estuário.
- c) predomínio de rios temporários, drenagem endorréica e grande potencial hidráulico.
- d) regime de alimentação pluvial, baixo potencial hidráulico e predomínio de rios de planície.
- e) drenagem endorréica, predomínio de rios perenes e regime de alimentação pluvial.

10. Aponte a afirmativa incorreta:

- a) O regime dos rios brasileiros depende das chuvas de verão.
- b) Talvegue é a linha de maior profundidade do leito do rio.
- c) Os rios brasileiros possuem um regime pluvial, excetuando-se o Amazonas que é complexo.
- d) Todos os rios do Brasil podem ser caracterizados como perenes.
- e) A foz de um rio pode ser de dois tipos: o estuário, livre de obstáculos, e o delta, com ilhas de luvião separadas por uma rede de canais.

11- Em relação aos tipos de clima no Brasil marque qual clima abrange uma porção maior do território e melhor caracteriza o país:

- (A) – Clima Semiárido
- (B) – Clima Equatorial
- (C) – Clima Subtropical
- (D) – Clima Tropical -
- (E) – Clima Desértico

12- As porções orientais do território brasileiro, em termos de clima, sofrem maior intervenção da massa de ar:

- a) Equatorial Continental (Ec)
- b) Equatorial Atlântica (Ea)
- c) Tropical Continental (Tc)
- d) Tropical Atlântica (Ta)
- e) Polar Atlântica (Pa).

13- As características descritas abaixo fazem referência a um único tipo de clima brasileiro. Analise-as e responda a qual tipo de clima elas estão se referindo.

- Temperaturas médias elevadas ao longo do ano.
- Baixa precipitação anual e chuvas mal distribuídas.
- Encontro de quatro massas de ar: Equatorial Continental, Equatorial Atlântico, Tropical Atlântico e Polar Atlântica.
- O fenômeno La Niña, em que há um resfriamento da temperatura média das águas do Oceano Pacífico Equatorial, pode acarretar um excesso de precipitação.

- a) Clima Tropical
- b) Clima Semiárido
- c) Clima Equatorial
- d) Clima Subtropical
- e) Clima Tropical Úmido

14- Leia com atenção os itens abaixo sobre massas de ar:

I - A mEc atua o ano inteiro no Brasil provocando elevados índices de chuva.

II - A mEc é a principal responsável pela escassez de chuva no interior do Nordeste.

III - A mTa exerce grande influência sobre a área litorânea do Brasil.

IV - A mEa atua principalmente no Sul do Brasil.

V - A mPa, fria e úmida, penetra no Brasil em forma de frente, atingindo principalmente o interior do Nordeste.

De acordo com a leitura, identifique a resposta certa:

- A) I e II
- B) II e IV
- C) I e III
- D) II e V
- E) IV e V

15- Em relação aos tipos climáticos encontrados no Brasil, a afirmação errada é:

- A) O clima equatorial apresenta elevados índices pluviométricos e temperaturas médias acima de 22 °C.
- B) O clima da costa oriental do Nordeste apresenta chuvas mais abundantes nos meses de inverno.

C) O clima tropical com chuvas de verão e invernos secos ocorre em grande parte do território brasileiro.

D) O clima subtropical apresenta pequenas amplitudes térmicas e chuvas concentradas no verão.

E) O clima semiárido apresenta baixos índices pluviométricos e grande irregularidade na distribuição das chuvas.

16. Vegetação típica de regiões costeiras, sendo uma área de encontro das águas do mar com as águas doces dos rios. A principal espécie encontrada nesse bioma é o caranguejo. Essas características são do:

- a) Cerrado
- b) Mata de Cocais
- c) Mangue
- d) Caatinga
- e) Pantanal

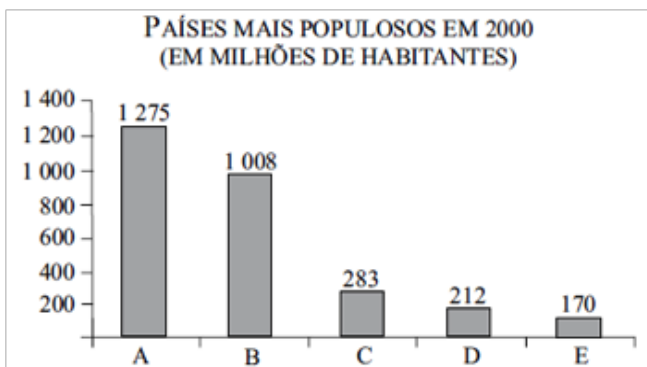
17. Localizado principalmente na Região Centro-Oeste, esse bioma é caracterizado pela presença de pequenos arbustos e árvores retorcidas, com cascas grossas e folhas recobertas de pelos. Solo deficiente em nutrientes e com alta concentração de alumínio. Marque a alternativa que corresponde ao bioma que apresenta as características descritas.

- a) Mangue
- b) Caatinga
- c) Campos
- d) Cerrado
- e) Mata de araucária

18. O texto abaixo se refere à qual formação vegetal? “De origem bastante discutida, essa formação é característica das áreas onde o clima apresenta duas estações bem marcadas: uma seca e outra chuvosa, como no Planalto Central. Ela apresenta 2 estratos nítidos: uma arbóreo-arbustivo, onde as espécies tortuosas têm os caules geralmente revestidos de casca espessa, e outro herbáceo, geralmente dispostos em tufos”.

- a) Floresta tropical
- b) Caatinga
- c) Formação do Pantanal
- d) Mata semiúmida
- e) Cerrado

19- Analise o gráfico



A partir dos índices apontados no gráfico e de conhecimentos sobre os países mais populosos do mundo, as letras A, B, C, D e E correspondem, respectivamente, a :

- a) Estados Unidos, China, Índia, Indonésia e Brasil.
- b) China, Índia, Estados Unidos, Indonésia e Brasil.
- c) Brasil, Índia, Estados Unidos, China e Indonésia.
- d) China, Índia, Indonésia, Brasil e Estados Unidos.
- e) Estados Unidos, Brasil, Índia, China e Indonésia.

20- Sobre a População Brasileira é correto afirmar.

a) Apresenta alto grau de movimentação interna, sendo o Centro-Oeste a região de maior repulsão populacional.

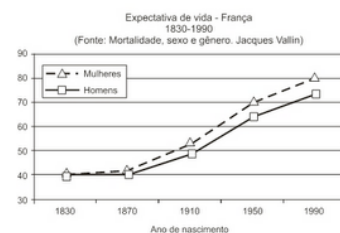
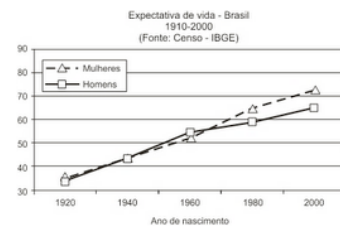
b) A taxa de fecundidade da população brasileira vem aumentando significativamente no país.

c) A maioria da população brasileira está concentrada na faixa oeste do país, em que podem ser encontradas áreas com densidades superiores a 100 hab./km<sup>2</sup>. Já a porção leste do país é bem menos povoada, com predomínio de densidades inferiores a 10 hab./km<sup>2</sup>.

d) A partir de meados da década de 1960, a população urbana passa a ser mais numerosa que a população rural, em razão da industrialização que se acentua desde o final da década de 1950, provocando migrações do campo para a cidade.

e) A população absoluta do Brasil e sua grande extensão territorial permitem-nos classificar o país como muito povoado, porém pouco populoso.

21- Os gráficos abaixo apresentam as expectativas de vida de homens e de mulheres nascidos nos anos de 1920 a 2000 no Brasil e de 1830 a 1990, na França.



A partir desses gráficos, podemos concluir que a diferença verificada na expectativa de vida entre os gêneros, na segunda metade do século XX,

a) foi uma característica dos países mais industrializados, como a França.

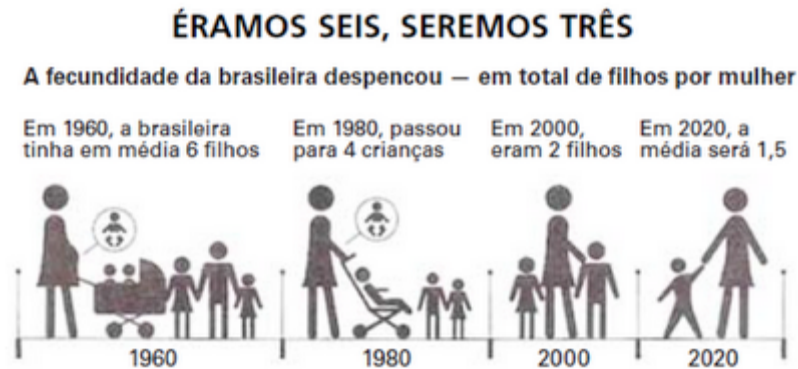
b) diminuiu quando os países se industrializaram, uma vez que as mulheres passaram a ter mais direitos e oportunidades.

c) ocorreu apenas em países com altas taxas de criminalidade entre jovens adultos do sexo masculino, como o Brasil.

d) aumentou quando a expectativa de vida alcançou níveis mais altos.

22- O Brasil em 2020

Será, é claro, um Brasil diferente sob vários aspectos. A maior parte deles, imprevisível. Uma década é um período longo o suficiente para derrubar certezas absolutas (ninguém prediz uma Revolução Francesa, uma queda do Muro de Berlim ou um ataque às torres gêmeas de Nova York). Mas é também um período de maturação dos grandes fenômenos incipientes — dez anos antes da popularização da internet já era possível imaginar como ela mudaria o mundo. Da mesma forma, fenômenos detectáveis hoje terão seus efeitos mais fortes a partir de 2020.



David Cohen, Revista Época, 25/05/2009

Com base no enunciado, observe as afirmações abaixo, assinalando V (verdadeiro) ou F (falso).

- ( ) A diminuição da fecundidade no Brasil deve-se às transformações econômicas e sociais que se acentuaram na primeira metade do século XX devido à intensa necessidade de mão de obra no campo, inclusive de mulheres, fato este que elevou o país ao patamar de agrário-exportador.
- ( ) Devido à mudança do papel social da mulher do século XX, ela deixa de viver, exclusivamente, no núcleo familiar, ingressando no mercado de trabalho e passando a ter acesso ao planejamento familiar e a métodos contraceptivos. Esses aspectos, conjugados, explicam a diminuição vertiginosa das taxas de fecundidade no Brasil.
- ( ) As quedas nas taxas de natalidade de um país levam, ao longo do tempo, ao envelhecimento da população (realidade da maioria dos países desenvolvidos). Neste sentido, verifica-se uma forte tendência a um mercado de trabalho menos competitivo e exigente, demandando menos custos do Estado com os aspectos sociais.

Dessa forma, a sequência correta, de cima para baixo é:

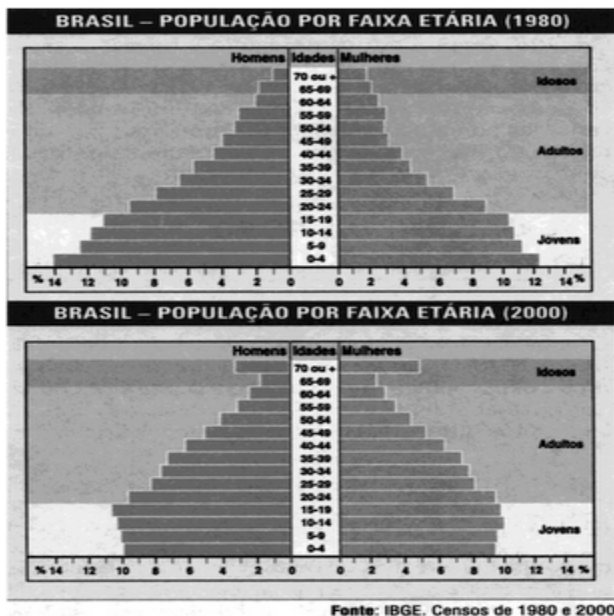
- a) VVV.
- b) FVV.
- c) VVF.
- d) FVF.
- e) VFV.

23- Da Copa de 1970 à Copa de 2010, a população brasileira passou de 93.139.037 para uma população estimada em 193.114.840 habitantes (IBGE – Popclock em 23 jun. 2010).

Com base nos conhecimentos sobre a dinâmica do crescimento vegetativo da população no Brasil, ao longo desses 40 anos, assinale a alternativa correta.

- a) A taxa de crescimento anual da população brasileira foi maior na primeira década do século XXI que nos anos 1970, apesar da estabilização da taxa bruta de mortalidade.
- b) A contínua redução da taxa de fecundidade explica a queda na taxa de crescimento anual da população, apesar de o número total de habitantes ter mais que dobrado.
- c) Nas duas últimas décadas, apesar do aumento das taxas brutas de natalidade, as taxas anuais de crescimento vegetativo da população brasileira se estabilizaram devido ao comportamento do saldo migratório.
- d) O crescimento absoluto de aproximadamente 100 milhões de habitantes foi proporcionado pela elevação das taxas de fecundidade no Brasil ao longo do período.
- e) O fato de a população absoluta ter mais que dobrado no período se deve ao saldo migratório positivo ocasionado pela absorção de centenas de milhares de imigrantes italianos e japoneses.

24- Observe os gráficos abaixo:



Os gráficos acima dizem respeito às pirâmides etárias brasileiras organizadas de acordo com os dados divulgados nos censos de 1980 e 2000 realizados pelo IBGE. Na comparação, observa-se que a base da pirâmide etária da população brasileira está se tornando cada vez mais estreita e o ápice mais largo. Verifica-se também que o corpo está cada vez maior, o que reflete a diminuição das taxas de crescimento vegetativo, o que provocou uma mudança no perfil da pirâmide etária brasileira nessa comparação entre 1980 e 2000. A respeito da análise das pirâmides etárias apresentadas acima, é CORRETO afirmar que:

- a análise das pirâmides etárias permite verificar a composição etária de uma população e seu reflexo na estrutura da População Economicamente Ativa (PEA), a qual é formada por pessoas que exercem atividades remuneradas.
- a análise das pirâmides etárias servem como subsídios para a elaboração de políticas previdenciárias e influencia diretamente em questões que dizem respeito à concessão de benefícios, na medida em que diminui o número de pessoas aposentadas.
- a análise das pirâmides etárias subsidia o Estado na elaboração de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, saneamento e cultura, de modo que possam ser elaboradas ações que atendam às expectativas de uma população cada vez mais jovem.
- a análise das pirâmides etárias permite verificar a composição da população feminina brasileira e serve como subsídio para a elaboração de políticas públicas de gênero para uma população feminina cada vez mais jovem.
- a análise das pirâmides etárias auxilia o Estado na elaboração de programas sociais que objetivam a inclusão social e a distribuição de renda na intenção de corrigir as distorções do crescimento desigual entre a população brasileira.

25- Observe



- Transição demográfica por iniciar:**  
fecundidade muito elevada (> 5‰)
- 1ª fase da transição:**  
fecundidade elevada (> 3,5‰)  
mortalidade a diminuir
- 2ª fase da transição:**  
fecundidade a diminuir, mortalidade reduzida

Assinale a interpretação correta para o cartograma acima.

- As taxas de mortalidade infantil no continente africano são elevadíssimas.
- O continente africano é o que possui a menor expectativa de vida do mundo.
- A África é um continente com baixa presença de mão de obra infanto-juvenil.
- O fluxo migratório interno do continente africano é limitado à sua faixa central.
- A natalidade nos extremos sul e norte da África é menor do que a da sua região central.

26- Leia o fragmento de texto a seguir.

Retrocedendo no tempo, verifica-se que para os homens, já em 1940, a média de idade no ato do casamento legal era de 27,1 anos, a qual se manteve quase inalterada até nossos dias [1998]. Com as mulheres não ocorreu o mesmo. Em 1940, elas se casavam no civil mais cedo, em média aos 21,7 anos, idade que veio crescendo sistematicamente e passou a 23,3 anos em 1950, 23,8 em 1960 e 24 em 1970.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lilia M. História da vida privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4. p. 416-417. [Adaptado]

O texto retrata diferenças na idade média das mulheres, em relação à dos homens, no que se refere ao casamento civil. No Brasil, o aumento progressivo da idade de casamento das mulheres entre as décadas de 1940 e 1970 se deve, sobretudo, à

- instituição do divórcio, que deu aos divorciados o direito de contrair novo matrimônio.
- aprovação do código eleitoral, que garantiu a participação política das mulheres.
- elevação da escolaridade, que possibilitou maior inclusão das mulheres no mercado de trabalho.
- ampliação da longevidade feminina, que influenciou na nupcialidade e nas parturições.
- implementação de políticas de saúde pública, que permitiu o acesso à contracepção e à esterilização.

27- Atente para o quadro abaixo:

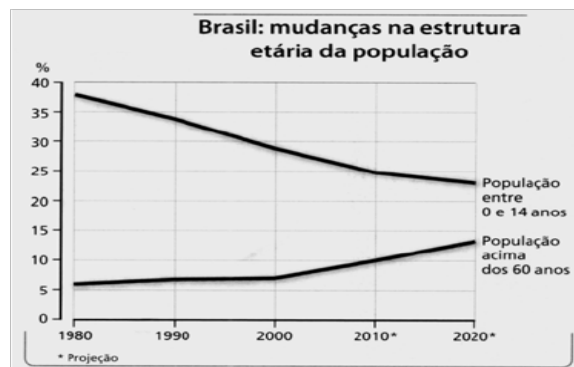
Crescimento Vegetativo no Brasil (1940 – 2007)			
Período	Taxa de Natalidade (%/oo)	Taxa de Mortalidade (%/oo)	Crescimento Vegetativo (%)
1940-1950	44,4	20,9	2,35
1950-1960	43,2	14,2	2,90
1960-1970	38,7	9,8	2,89
1970-1980	33,0	8,1	2,49
1980-1991	26,8	7,9	1,89
1991-2000	24,1	7,8	1,63
2000-2007	19,8	7,8	1,2

Fonte: Censo Demográfico 2000 e Contagem da População 2007

As alternativas abaixo expressam análises possíveis para os dados apresentados no quadro, EXCETO:

- O uso de anticoncepcionais e a legalização do aborto nas regiões mais povoadas contribuíram, significativamente, para a redução da taxa de natalidade.
- A melhoria nas condições sanitárias e higiênicas promoveu a queda da taxa de mortalidade.
- O aumento da idade média para o casamento reduziu o período de fertilidade em um matrimônio, afetando a taxa de fertilidade.
- A redução das doenças infecciosas, parasitárias, do sistema respiratório e digestivo promoveu a queda da taxa de mortalidade.

28- Observe



A estrutura etária da população tem reflexos importantes na economia de um país. Logo, a tendência dos grupos etários representados no gráfico nos leva à reflexão de que:

I – Em 1980, 38% da população tinham entre 0 a 14 anos de idade, em 2000 esse percentual cai para 29%, e, de acordo com as projeções do IBGE, em 2020 as crianças e jovens menores de 14 anos serão apenas 23% da população do país.

II – A participação relativa de idosos na população total vem aumentando significativamente. Em 1980, as pessoas com mais de 60 anos de idade representavam apenas 6%; em 2000 já perfaziam 7% e em 2020 totalizarão 13%.

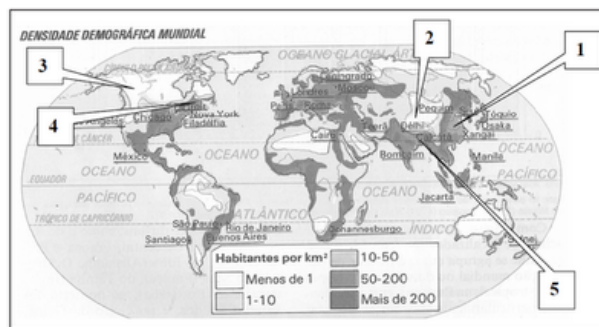
III – As estatísticas oficiais afirmam que em 2006, 97% das população entre 7 a 14 anos frequentavam a escola. Como a população, nessa faixa etária, tende a diminuir em termos relativos e a permanecer estável em termos absolutos, não será necessário ampliar o número de vagas já existentes nas escolas fundamentais e sim melhorar a universalização do ensino médio e a qualidade das escolas, em todos os níveis.

IV – A projeção nos mostra que nas próximas décadas haverá um acelerado crescimento da população de idosos, resultante do aumento da expectativa de vida. Essas alterações no padrão demográfico brasileiro agravam a crise estrutural do sistema de previdência social no Brasil, mas, por outro lado, aumentam de maneira significativa a importância dos idosos no mercado de consumo (casas de repouso, atividades recreativas, educação continuada na área de informática, ensino de línguas estrangeiras e uma boa pedida para a indústria do turismo).

Estão corretas:

- a) Apenas as proposições II e III
- b) Apenas as proposições I e II
- c) Todas as proposições
- d) Apenas as proposições II e IV
- e) Apenas as proposições I e IV

29- O mapa da distribuição da população mundial mostra a irregularidade de ocupação humana pelo espaço, que de um modo geral está associada a três fatores principais: físico ou natural, histórico e econômico. Identifique as áreas assinaladas pelos numerais de 1 a 5 com os seus respectivos fatores favoráveis ou não à ocupação humana.

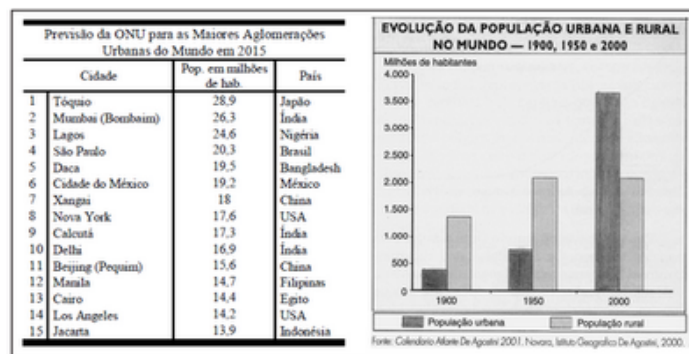


- ( ) Norte do Canadá, que deve sua baixa densidade demográfica ao fator climático de influência polar.
- ( ) Nordeste dos Estados Unidos e Região dos Grandes Lagos, que devem sua intensa densidade demográfica à presença da maior concentração industrial norte-americana.
- ( ) Leste da China, tem na história muito antiga da sua ocupação um dos motivos para apresentar uma alta densidade demográfica.
- ( ) Bangladesh, cuja localização no delta dos rios Ganges, Brahmaputra e Meghna, deve a esses rios as terras de aluvião muito férteis que atraíram uma das maiores concentrações populacionais do mundo.
- ( ) Planalto do Tibete na Ásia Central, cuja grande altitude e consequente associação de baixa temperatura e pressão atmosférica dificultam a ocupação humana.

A sequência correta da numeração é:

- a) 5 3 1 4 2
- b) 4 3 2 4 5
- c) 3 2 5 1 4
- d) 3 4 1 5 2
- e) 4 3 2 1 5

30- Observe e compare o mapa da questão anterior com o gráfico e o quadro, e, com base na observação destes, assinale a leitura plausível a partir das referidas figuras e dados.



I – O século XX apresentou o mais rápido processo de urbanização conhecido pela humanidade, fazendo com que ao final deste período a população mundial já fosse majoritariamente urbana.

II – As megacidades com mais de dez milhões de habitantes se concentram majoritariamente nos países onde o processo de industrialização clássica favoreceu a urbanização acelerada e uma rede urbana macrocefálica.

III – Os países subdesenvolvidos, em grande parte agrários, apresentam um crescimento mais acelerado das suas metrópoles que os países centrais mais urbanizados, motivo pelo qual o maior número de megacidades tende a se intensificar nesse grupo de países.

IV – O crescimento explosivo das cidades no terceiro mundo transfere a pobreza presente no campo para suas metrópoles, cujo crescimento é concomitante com a falta de infraestrutura, desemprego ou subemprego, aumento da violência, surgimento de favelas e outros tantos problemas geralmente denominados de urbanos.

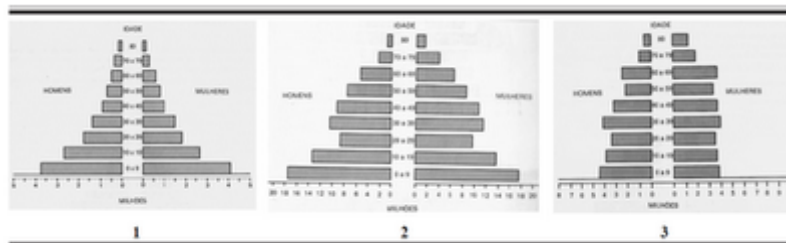
Estão corretas apenas as proposições:

- a) I, III e IV
- b) II, III e IV
- c) I, II e IV
- d) II e III
- e) I e III

31- Em 01 de agosto de 2010, teve início o 12º Censo Demográfico brasileiro. O Censo 2010 envolve o trabalho direto de aproximadamente 230 mil pessoas, e seus resultados vão subsidiar o planejamento de políticas públicas e privadas pelos próximos dez anos. A alternativa que descreve uma mudança introduzida nesta edição do Censo é:

- a) Investigação sobre arranjos familiares formados por cônjuges do mesmo sexo.
- b) Investigação sobre os grupos étnicos e sua distribuição pelo território nacional.
- c) Investigação sobre as comunidades religiosas e sua distribuição pelo território nacional.
- d) Investigação sobre os padrões de mortalidade e fecundidade vigentes no país.
- e) Investigação sobre os níveis de renda e de consumo das famílias brasileiras.

32- Considerando que as pirâmides são gráficos que representam a estrutura de uma população distribuída por faixa de idade e sexos, observe as pirâmides 1, 2 e 3 e assinale com V ou com F as proposições, conforme sejam respectivamente Verdadeiras ou Falsas em relação à interpretação das mesmas.



( ) A base larga da pirâmide 1 indica uma alta expectativa de vida, que corresponde no geral aos países subdesenvolvidos, era a pirâmide típica do Brasil até o censo de 1980.

( ) A pirâmide 2 indica que o país apresenta uma elevação da expectativa de vida e que a população passa por um processo de envelhecimento. Assemelha-se à pirâmide que o Brasil começa a esboçar a partir dos anos 1990.

( ) A pirâmide 3 indica que o país apresenta uma baixa taxa de natalidade ao lado de uma baixa expectativa de vida, é a pirâmide típica dos países de economia emergente, a exemplo do Brasil e da Índia.

( ) A pirâmide 1 indica que o país necessita fazer altos investimentos em educação e saúde para qualificar sua mão-de-obra jovem enquanto que a pirâmide 3 indica que o país enfrenta altos gastos com aposentadorias, assistência social e carência de mão-de-obra nativa.

A sequência correta das assertivas é

- a) F V F V
- b) V F V F
- c) V V V V
- d) F F F F
- e) F F V V

33- Observe a figura a seguir.



O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) está realizando o Censo da população brasileira em 2010. Com 80% da população brasileira já recenseada, os dados preliminares do Censo 2010 indicam que a pirâmide etária brasileira se alterou na última década. Em 2000, as crianças de até 4 anos de idade representavam 9,64% da população brasileira; hoje, são 7,17%. As de 5 a 9 eram 9,74%, percentual que caiu para 7,79%. A população com até 24 anos somava 49,68% dos brasileiros há 10 anos; hoje, constituem 41,95%.

Sobre os dados do Censo 2010, é correto afirmar que

- a) os resultados apontam para um aumento da base da pirâmide etária, uma vez que a população jovem diminuiu.
- b) a queda da taxa de fecundidade aliada a uma maior expectativa de vida são fatores que podem explicar as mudanças ocorridas na estrutura da população brasileira.
- c) a diminuição da população jovem no Brasil é decorrente do aumento da taxa de mortalidade verificada no país em função das diversas epidemias que ocorreram na década analisada, tais como a “gripe suína” ou H1N1.
- d) o envelhecimento da população brasileira era totalmente inesperado neste Censo, haja vista os grandes investimentos sociais que foram feitos para a melhoria de vida da população jovem.
- e) a diminuição da base da pirâmide etária brasileira é ruim, pois evidencia que o número de mortos na juventude está influenciando diretamente a estrutura da população.

34- O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou em setembro de 2010 os resultados da PNAD (Pesquisa Nacional sobre Amostra Domiciliar) referente às taxas de fecundidade nos últimos dez anos no Brasil. Os dados sobre o número de filhos por mulher são os seguintes:

Com base nesses dados, assinale a alternativa CORRETA:

ANO	TAXA DE FECUNDIDADE
2001	2,33
2008	1,89
2009	1,94

IBGE, 2010.

- a) O aumento das taxas em 2009 evidencia que o Brasil é um país que tem explosão demográfica.
- b) Os indicadores demonstram que as taxas de mortalidade são superiores às taxas de natalidade, evidenciando redução demográfica.
- c) O índice de 2009 indica ligeiro aumento na taxa de fecundidade não caracterizando crescimento demográfico explosivo.
- d) Esses números indicam que o Brasil é um país com taxas negativas de crescimento demográfico, demonstrando a política estatal de um filho único.
- e) Caso essas taxas de fecundidade sejam mantidas, o Brasil, em uma década, ultrapassará o total da população da Índia.

35- Os versos abaixo, do compositor Assis Valente, procuram retratar o encontro de uma dona de casa com um recenseador do IBGE.

Recenseamento

Em 1940

Lá no morro começaram o recenseamento

E o agente recenseador esmiuçou a minha vida foi um horror

E quando viu a minha mão sem aliança encarou a criança

Que no chão dormia

E perguntou se meu moreno era decente

E se era do batente ou era da folia







# ATUALIDADES



**QUESTÕES RELACIONADAS A FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS, OCORRIDOS A PARTIR DO 2º SEMESTRE DE 2016, DIVULGADOS NA MÍDIA LOCAL E/OU NACIONAL**

**POLÍTICA**

**STF decide que condenado em 2ª instância pode ser preso**

Por seis votos a cinco, o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve o entendimento da Corte sobre a possibilidade da decretação de prisão de condenados após julgamento em segunda instância. Por maioria, o plenário da Corte rejeitou as ações protocoladas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pelo Partido Ecológico Nacional (PEN) para que as prisões ocorressem apenas após o fim de todos os recursos, o trânsito em julgado.

Em fevereiro, o STF havia revisado a jurisprudência para admitir que o princípio constitucional da presunção de inocência cessa após a confirmação da sentença pela segunda instância.

Na sessão de hoje, votaram favoravelmente à decretação de prisão após a decisão de segundo grau os ministros Gilmar Mendes, Luiz Fux, Teori Zavascki, Roberto Barroso, Edson Fachin e a presidenta da Corte, ministra Cármen Lúcia.

O voto do relator, ministro Marco Aurélio, contrário às prisões antes do trânsito em julgado, foi acompanhado pelos ministros Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli, Rosa Weber e pelo decano da Corte, Celso de Mello.

**Divergências**

Em seu voto, Mello, o ministro mais antigo da Corte, defendeu que a prisão só pode ser decretada após esgotadas todas as possibilidades recursais. Para ele, entendimento diferente é um “erro judicial”. “A presunção de inocência deixará de subsistir em relação à pessoa condenada a presunção de que é inocente. Uma vez que essa presunção não tem uma posição indefinida no tempo. Ela é relativa e segue ante o término do trânsito e julgado de uma ação penal condenatória”, disse o decano.

Antes dele, o ministro Gilmar Mendes defendeu a possibilidade de prisão antes do trânsito em julgado. “Uma coisa é ter alguém investigado, outra coisa é ter alguém denunciado e outra é ter alguém condenado. O sistema estabelece uma progressiva diluição da presunção de inocência. Ela vai se esmaecendo em função do conceito e a própria Constituição estabelece isso”, ponderou.

Já o ex-presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, argumentou que a presunção de inocência só é superada após o trânsito em julgado. “Penso que, não fosse apenas pela presunção de inocência, mas também pela necessidade de motivação da decisão para enviar o cidadão para prisão, esse são motivos suficientes para deferir essa cautelar e declarar a constitucionalidade integral do artigo 283 do Código Penal”, disse, ao acompanhar o relator.

Para o ministro Luiz Fux, o inciso 61 do Artigo 5º da Constituição Federal prevê a possibilidade da prisão antes do trânsito em julgado ao dizer que “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente”. “Não há nenhuma vedação que para que se efetive a prisão depois da condenação de tribunal em segunda instância”, disse.

**Fonte: Portal Terra – (05/10/2016)**

**PF abre inquérito sobre compra de térmicas no governo FHC**

A Operação Lava Jato investiga um suposto esquema de corrupção na compra de termoeletricas pela Petrobras, no período de 1999 a 2001, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A Polícia Federal abriu inquérito para apurar a aquisição envolvendo as empresas Alstom/GE e NRG. A investigação parte da delação do ex-diretor da área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró, que, na década de 1990, era gerente de energia do Departamento Industrial da estatal petrolífera.

O delator narrou que, em 1997, “se vislumbrou a possibilidade de uma crise energética no Brasil” e que a Petrobras começou a negociar o desenvolvimento de térmicas. Ele apontou o ex-senador e ex-líder do Governo Dilma no Senado Delcídio do Amaral (ex-PT-MS), que, na época, exercia a função de diretor da Petrobras.

“Em 1999, Delcídio do Amaral assumiu uma das Diretorias da Petrobras, denominada provisoriamente Diretoria de Participações; que Delcídio do Amaral chamou o declarante para trabalhar com ele na Diretoria de Gás e Energia da Petrobras; que, em fevereiro de 2000, o presidente da República Fernando Henrique Cardoso criou um programa prioritário de termoeletricas (PPT), para geração de energia por meio de termo elétricas para enfrentar a crise conhecida como ‘apagão’”, diz o relato de Cerveró.

O ex-diretor afirmou que a primeira empresa a fornecer turbinas para a Petrobras para construção e exploração de termoeletricas foi a ABB, em 1999, posteriormente adquirida pela Alstom, depois adquirida pela GE.

“Nessa primeira aquisição de turbinas já houve o pagamento de propina”, que “foi negociada com o representante da ABB no Rio de Janeiro”, afirmou Cerveró.

“Se acertou o pagamento de uma propina de US\$ 600 mil a US\$ 700 mil para o próprio declarante e um valor um pouco menor, do qual o declarante não tem conhecimento, aos funcionários que trabalhavam com o declarante na Petrobras”, diz o relato. Cerveró também afirmou que “nessa época abriu uma conta na Suíça para receber propina”.

**Defesas**

Por meio de sua assessoria de imprensa, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso informou que “não tem informações sobre este inquérito, mas sempre é favorável que denúncias sejam apuradas.”

Também por meio de assessoria, a GE informou que “não foi notificada sobre esse inquérito. A empresa não vai comentar, já que não comenta nenhum tipo de especulação”.

**Fonte: UOL Notícias – (05/10/2016)**

**Em vitória de Temer, Câmara aprova em 1º turno congelamento de gastos**

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira (10) o texto base da proposta de emenda à Constituição que congela os gastos federais pelos próximos 20 anos, prioridade legislativa do governo Michel Temer para 2016.

O resultado —366 votos a favor, 111 contra, com 2 abstenções— foi obtido com o empenho pessoal do presidente da República, o que incluiu um jantar para mais de 200 deputados na noite deste domingo (9).



Temer ainda exonerou três ministros —Fernando Coelho (Minas e Energia), Bruno Araújo (Cidades) e Marx Beltrão (Turismo) — para que reassumissem suas cadeiras de deputados federais e votassem pela aprovação da iniciativa.

A chamada PEC do Teto obteve, assim, 58 votos a mais do que o mínimo necessário (308). O placar alcançado nesta noite registrou apenas um voto a menos do verificado na aprovação da autorização para a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, em 17 de abril, quando 367 deputados votaram pelo afastamento da petista. Após a aprovação do texto principal, os deputados ainda passaram mais de quatro horas discutindo pontos da proposta. Ao todo, a oposição apresentou sete destaques, forma de votar separadamente determinados trechos.

A maioria dos requerimentos pedia a retirada das rubricas saúde e educação dos moldes propostos pela PEC. A base de Temer, contudo, manteve-se no plenário e garantiu a manutenção do texto.

#### EMBATE

Nos discursos em plenário, os deputados aliados de Temer pregaram a necessidade da medida sob o argumento de que ela é imprescindível para o equilíbrio das contas públicas. Já a oposição (PT, PDT, PC do B, PSOL e Rede) bateu na tecla de que o novo regime fiscal irá cortar investimentos, principalmente nas áreas de educação e saúde.

“O governo Dilma Rousseff aprofundou toda essa crise que estamos vivendo. O modelo atual é o do discurso fácil. O país precisa de medidas enérgicas”, afirmou Danilo Forte (PSB-CE), que presidiu a comissão especial da proposta. “[A PEC] é a busca da recomposição da credibilidade do Brasil, necessária para a retomada dos investimentos”.

Também favorável, o líder do PMDB na Câmara, Baleia Rossi (PMDB-SP), apelidou a proposta de “PEC da responsabilidade” em contraponto à oposição, que chama a medida de “PEC da morte”. “Se queremos um país nos trilhos, precisamos confirmar a PEC numa grande votação”.

Marcos Pestana (PSDB-MG), aliado do senador Aécio Neves, disse que a não aprovação da proposta levaria ao “caos”. “Temos que aprovar. Se não é a travessia para o abismo”.

Representando a oposição, Henrique Fontana (PT-RS) acusou a situação de apressar a votação para evitar debate —os parlamentares alinhados com o governo derrubaram seu próprio pedido de retirada de pauta como estratégia para prejudicar requerimentos da oposição.

“Se essa emenda fosse de fato a solução do Brasil, imagino que gostariam de debater dois dias aqui. Eles têm medo de que o debate desloque votos de deputados que ainda estão indecisos. Essa emenda aprofunda a recessão e o desemprego”, disse.

Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) foi muito mais enfático. “Caras de pau, caras de pau! Devem, não sabem que devem e querem ainda tomar mais do trabalhador”, discursou. “E o pior de tudo, com a complacência e a conivência de grande parte deste plenário, que ontem esteve num lauto jantar no Palácio da Alvorada. E querem o quê? Querem pegar aquela faca e traduzir em punhais para apunhalar os trabalhadores. (...) é tudo mentira! É tudo falácia! É tudo safazeza!”

O argumento de que a PEC não atinge o pagamento com juros da dívida pública também foi recorrente na oposição. Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou que “é lógico” que é necessário congelar todas as despesas. “O que não dizem é que metade do Orçamento é financeiro, é para pagar juros. Votar essa matéria é atacar carreiras fundamentais para o estado brasileiro”.

#### PISO

A proposta votada nesta segunda restringe as despesas do governo ao IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) dos 12 meses anteriores, e tem duração de duas décadas, com possibilidade de mudança na forma de limitar os gastos a partir do décimo ano.

O texto final prevê maior folga em saúde e educação. Nessas duas áreas, a correção do piso dos gastos só valerá a partir de 2018, ou seja, o ano base levado em conta para cálculo do quanto poderá ser gasto a mais será 2017, quando se espera que a receita seja mais alta que em 2016.

Além disso, o relatório estabelece ainda que a base de cálculo do piso da saúde em 2017 será de 15% da receita líquida, e não de 13,7%, como previa o texto original.

A mudança permitirá um piso de cerca de R\$ 113,7 bilhões na área no ano que vem, ou seja, R\$ 10 bilhões a mais do que estava previsto inicialmente.

#### MAGISTRADOS

Além das críticas recebidas da PGR (Procuradoria-geral da República) semana passada, a PEC também é alvo de ataques por parte da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros).

Em nota, a associação chama a proposta de “atentado ao Judiciário e à sociedade brasileira”, acrescentando ainda que ela “fere a autonomia entre os poderes”. “A PEC é uma punição à sociedade, quando impõe aos cidadãos um regime fiscal severo com o intuito de pagar uma conta que é resultado da corrupção”.

O texto da AMB diz ainda que a situação econômica do país decorre do “desgoverno” e deveria ser solucionada com “ações que cobrem os responsáveis”. “Parte da classe empresarial que sonega impostos, fraude licitações e usa caixa dois deveria arcar com o custo dessa crise, e não a sociedade, não o serviço público, magistratura, Ministério Público, Polícia Federal, entre outras categorias que serão altamente prejudicadas”.

Fonte: Folha.com – (10/10/2016)

#### Câmara aprova em segundo turno texto-base da PEC 241

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (25), em segundo turno, por 359 votos a 116 (e 2 abstenções), o texto-base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que limita os gastos públicos pelos próximos 20 anos.

Quando o texto foi aprovado em primeiro turno, há cerca de duas semanas, 366 deputados votaram a favor, 111 votaram contra, e dois se abstiveram.

Para concluir a votação da PEC, porém, os deputados ainda precisam analisar os chamados destaques (sugestões de alteração ao texto original). Aprovado pela Câmara, o texto seguirá então para análise no Senado, onde a expectativa é de votação em 13 de dezembro.

Por se tratar de uma alteração na Constituição, a proposta precisava ser aprovada por pelo menos três quintos dos deputados (308 dos 513).

Após a votação, o relator da proposta, Darcísio Perondi (PMDB-RS), classificou a diferença no placar, com sete votos a menos entre um turno e outro, de “insignificante”.

A proposta é considerada pelo governo do presidente Michel Temer um dos principais mecanismos para reequilibrar as contas públicas do país.

O texto estabelece que as despesas da União (Executivo, Legislativo e Judiciário) só poderão crescer conforme a inflação do ano anterior.

A regra valerá pelos próximos 20 anos, mas, a partir do décimo ano, o presidente da República poderá propor uma nova base de cálculo ao Congresso.

Em caso de descumprimento do teto, a PEC estabelece uma série de vedações, como a proibição de realizar concursos públicos ou conceder aumento para qualquer agente público.

Inicialmente, o texto estabelecia que os investimentos em saúde e em educação deveriam seguir as mesmas regras. Diante da repercussão negativa e da pressão de parlamentares, inclusive da base aliada, o Palácio do Planalto decidiu que essas duas áreas deverão obedecer ao limite somente em 2018.

### Sessão

Ao longo de toda a sessão desta segunda, a oposição apresentou uma série de requerimentos. O recurso é previsto no regimento, mas, no jargão legislativo, é chamado de obstrução porque, na prática, atrasa a análise de um determinado projeto.

Da galeria do plenário, manifestantes gritavam a todo instante palavras de ordem contra a PEC, como “Ou para essa PEC ou para o Brasil”.

Em razão da manifestação dessas pessoas, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), chegou a suspender a sessão por alguns minutos para que eles fossem retirados do local.

Neste instante, alguns deputados do PT subiram até a galeria para dar apoio ao grupo. Os seguranças também foram até a galeria, mas os manifestantes não saíram do lugar.

Diante do impasse, o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) propôs ao plenário um “pacto” para que o público pudesse continuar acompanhando a sessão, desde que fosse em silêncio. “São jovens na sua maioria e que também estão aqui de boa fé”, defendeu.

Rodrigo Maia, então, reconsiderou a decisão, desde que os manifestantes se mantivessem calados.

“Eu tento ser o mais democrático possível, mas tento ser de forma equilibrada. De forma sistemática, eu vou cedendo e, de forma sistemática, as galerias vão desrespeitando. Uma palma, uma vaia não é problema. Agora, palavras de efeito não dá”, afirmou.

Pouco antes de proclamar o resultado, Rodrigo Maia determinou a retirada dos manifestantes que ocupavam a galeria e entoavam gritos de ordem contra a PEC, além de pedir a saída do presidente Michel Temer.

### Discursos

Na tribuna da Câmara, parlamentares da base de apoio ao governo do presidente Michel Temer fizeram elogios à proposta, enquanto deputados de oposição criticaram a PEC.

“Se a PEC não for aprovada, o colapso fiscal vai se instalar no país”, afirmou, por exemplo, o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), relator da proposta.

Líder da Rede, o deputado Alessandro Molon (RJ), por outro lado, classificou a PEC 241 de “cruel e perversa”. “Aprovar essa PEC significa cortar investimentos, sobretudo na área social. Quem diz que não vai cortar investimentos em saúde e educação é porque não leu a PEC”, argumentou.

Fonte: G1 – (25/10/2016)

### Estudo diz que PEC do teto de gastos pode tirar R\$ 25,5 bi por ano da educação

A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 241, que cria um teto de gastos para o governo federal, pode causar a perda de até R\$ 25,5 bilhões por ano (em valores atuais, sem considerar a correção da inflação no período) para a educação --o teto é limitado ao Orçamento atual corrigido pela inflação nos próximos 20 anos.

É o que mostra estudo técnico inédito feito pela Conof (Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira) da Câmara dos Deputados, concluído e disponibilizado aos parlamentares na sexta-feira (21). Os estudos e pareceres da entidade são feitos para subsidiar os deputados federais com informações técnicas para que eles possam decidir sobre as matérias. A PEC do teto de gastos será votada em segundo turno na Câmara nesta terça-feira (25). No primeiro turno, foi aprovada por 366 votos a favor e 111 contra. Depois, ela segue para votação no Senado.

De acordo com o estudo, a perda de recursos não é certa, já que o governo tem liberdade para investir esse montante na educação, desde que corte em outras áreas e assim consiga atingir o teto de gastos. Apesar disso, estes R\$ 25,5 bilhões não ficam assegurados nos mecanismos da nova legislação. A consultoria ainda não divulgou um estudo atualizado sobre as possíveis perdas de recursos na área da saúde com as novas regras.

Ficou definido no projeto aprovado em primeiro turno na Câmara que o piso a ser investido na saúde --que hoje está em 13,2% da receita líquida corrente e chegaria a 15% em 2020-- passe a 15% já a partir do ano que vem. Na educação, o valor do piso é de 18% das receitas líquidas. O ano-base para o cálculo das regras da PEC do teto de gastos para educação e saúde será 2017, com início da aplicação em 2018. Para todas as outras áreas do governo, o ano-base é 2016 e as regras valem já para o ano que vem.

Na educação, a área técnica da Câmara alerta que a perda dos R\$ 25,5 bilhões ou parte deste montante pode acontecer já a partir de 2018, caso o governo não consiga economizar em outras frentes. Neste ano, o Orçamento total do governo federal para a área de educação é de R\$ 129,7 bilhões.

Além dos 18% da arrecadação de impostos, obrigatórios de acordo com a Constituição, a educação possui outras fontes de recursos. Além do Ministério da Educação, a área recebe dinheiro da Presidência da República, do Ministério do Desenvolvimento e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, entre outros entes do governo. É parte destes recursos que ficaria descoberta com a aprovação da PEC 241, de acordo com o estudo técnico da Câmara.

Do total dos R\$ 129,7 bilhões destinados no Orçamento deste ano à educação, R\$ 51,6 bilhões são do piso constitucional de 18% da receita líquida de impostos. Deste valor, R\$ 50,5 bilhões são despesas obrigatórias e financeiras (como pagamento de salários de professores, funcionários e aposentadorias nas universidades federais, emendas parlamentares e juros de dívidas por exemplo).

Para atingir o piso, o governo investirá mais cerca de R\$ 1 bilhão no MDE (plano nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino). Outros R\$ 52,6 bilhões que são destinados à área são despesas obrigatórias --a maioria repasse aos Estados e municípios para financiar as escolas públicas-- que não estão sujeitas ao teto de gastos. A diferença é o que a PEC deixa descoberto para investimentos no geral, a partir de 2018.

“Portanto, R\$ 25,5 bilhões de aplicações, preponderantemente em investimentos e custeio das instituições de ensino em todos os níveis, não estão asseguradas pela PEC 241/2016 e, assim, ficariam sujeitas à compressão para cumprimento do teto de gastos públicos”, afirma o estudo técnico. O parecer afirma ainda que, como o custo com folha de pagamento, aposentadorias e contas no geral tende a crescer com o passar do tempo, sobrarão cada vez menos dinheiro para investimento real.

### Perda na saúde

Um estudo divulgado no início do mês por dois pesquisadores do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, mostra que o SUS (Sistema Único de Saúde) perderá até R\$ 743 bilhões caso a PEC do teto de gastos passe a valer no país. O estudo aponta que o gasto com saúde no Brasil é de quatro a sete vezes menor do que o de países que têm sistema universal de saúde, como Reino Unido e França, e inferior ao de países da América do Sul nos quais o direito à saúde não é universal (Argentina e Chile).

O ministro da Educação, Mendonça Filho, enviou nota onde diz que os estudos do órgão técnico da Câmara levam em consideração a manutenção do quadro econômico atual, que é muito ruim, mas poderá ficar ainda pior se não houver equilíbrio das contas públicas. “O que retira dinheiro da educação é o Brasil em recessão, quebrado, sem espaço para crescimento e aumento de receita”, argumentou o ministro, ressaltando que o equilíbrio fiscal possibilita a retomada do crescimento, a geração de empregos e aumenta a arrecadação, inclusive o investimento em educação.

Diz ele também que a verba da educação para 2017 é de R\$ 138,97 bilhões, cerca de 7% a mais que Orçamento deste ano --o valor inclui os R\$ 25,5 bilhões descobertos pelas regras do teto--, mas não comenta o fato deste valor global não servir de base para os cálculos a partir de 2018. Os 7% de aumento devem equiparar a inflação neste ano, cuja meta do governo federal está na casa dos 7,5%, ou seja, grosso modo, já antecipa o seguimento das regras do teto de crescimento dos gastos globais do ministério apenas corrigidos pela inflação. Procurado por meio de sua assessoria de imprensa para comentar as possíveis perdas de recursos em sua área, o Ministério da Saúde não respondeu.

### A PEC do teto resolve?

Para André Perfeito, economista-chefe da Gradual Investimentos, a PEC sozinha não é capaz de colocar a economia brasileira nos eixos.

Sem isso, perfeito diz que a “roda da economia” não vai voltar a girar com força, o que vai aumentar a pressão sobre os serviços públicos e assim limitar a capacidade do governo de fazer a economia prometida.

“Resumindo, precisamos ver se essa PEC ‘vai pegar’. Eles estão dizendo que não vão tirar dinheiro da educação e da saúde, mas vai ter que tirar de algum lugar, de onde? A reforma da Previdência, se passar, significa apenas diminuir a hemorragia a longo prazo, não resolve nada para agora nas contas. Os investimentos já estão em nível baixo, então vai cortar nas Forças Armadas, nos programas sociais? De onde vai vir a economia? Ninguém sabe.”

“Aprovar a PEC do teto de gastos no Congresso é fácil, difícil é implementá-la”, concorda Gil Castello Branco, da ONG Associação Contas Abertas, que faz um trabalho sistemático de acompanhamento das contas do governo federal.

Para ele, a situação das contas públicas exige atitudes urgentes --o governo Temer anunciou uma previsão de rombo na casa dos R\$ 170 bilhões para o Orçamento do ano que vem. “O teto de gastos vinha sendo formulado ainda pelo governo Dilma, que já queria fazer isso sem mexer na Constituição, via projeto de lei ou algum outro dispositivo no Orçamento da União. O problema é que ela ficou imobilizada politicamente e não conseguiu fazer nenhuma reforma. O Temer não está inventando a roda”, diz ele.

Para Castello Branco, a dificuldade é que não há muita margem para cortes drásticos no Orçamento do governo. “A maior parte do dinheiro está imobilizada em gastos obrigatórios, como por exemplo o salário dos funcionários públicos e repasses aos Estados”, afirma.

“O restante divide-se em três grandes grupos: educação e saúde; Previdência e assistência social; e gastos vinculados ao salário mínimo como abono salarial e seguro-desemprego”, diz o analista das contas públicas. “Se não vão mexer em educação, saúde e Bolsa-Família, como disseram, e vão ter uma dificuldade enorme para mexer na Previdência e questões do trabalho, como temos visto, só resta cortar completamente os investimentos. E isto pode quebrar o país de vez”, conclui. O especialista avalia também que a PEC falha ao não prever gatilhos e dispositivos de correção conforme a arrecadação aumente.

“Deviam ter previsto que a arrecadação vai subir consideravelmente nestes próximos 20 anos, o que não foi feito, e colocar um gatilho para liberar o dinheiro conforme a arrecadação sobe. Também poderia ter uma regra para limitar o endividamento do governo, o que não existe”, diz. Ele afirma que a falta de sanções práticas no texto para quem descumprir a regra, fora a proibição de contratar mais funcionários públicos e conceder reajustes (que em um primeiro momento ficam de fora do teto de gastos), também não garante que a PEC “vá pegar”.

Em apresentação da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado em 10 de outubro, a professora de economia Laura Carvalho, da USP (Universidade de São Paulo), criticou duramente a PEC 241. “O governo não terá espaço para gastar mais que o mínimo em saúde e educação (como faz hoje, aliás). Gastos congelados significam queda vertiginosa das despesas federais com educação por aluno e saúde por idoso, por exemplo, pois a população cresce”, resume sua apresentação a especialista em uma postagem aberta nas redes sociais. “Outras despesas importantes para o desenvolvimento, que sequer têm mínimo definido, podem cair em termos reais: cultura, ciência e tecnologia, assistência social, investimentos em infraestrutura etc. Mesmo se o país crescer...”

Fonte: Uol Notícias – (25/10/2016)

### Eduardo Cunha é preso em Brasília

O presidente cassado da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi preso nesta quarta-feira, 19, em Brasília. O ex-deputado foi capturado preventivamente perto do prédio dele, na Asa Sul, em Brasília, por ordem do juiz federal Sérgio Moro.

O magistrado acolheu os argumentos da força-tarefa da Procuradoria da República de que Eduardo Cunha em liberdade representa um ‘risco para a instrução do processo e para a ordem pública’. A ordem do juiz foi dada na segunda-feira, 17.

A prisão foi decretada no âmbito da Operação Lava Jato, informou a Polícia Federal. O ex-deputado será levado para Curitiba, base da Lava Jato, até o final da tarde. Por volta das 13h40, Eduardo Cunha foi levado para o hangar da Polícia Federal, em Brasília, para embarque a capital paranaense.



Pouco depois das 15h, Eduardo Cunha foi levado no avião da Polícia Federal para Curitiba. A PF afirmou que o peemedebista 'não se entregou nem houve negociação para a prisão'.

A Justiça Federal do Paraná decretou a indisponibilidade de bens do ex-presidente da Câmara no montante de R\$ 220.677.515,24. A decisão foi dada pela 6.ª Vara Federal de Curitiba em ação civil de improbidade administrativa movida pela Procuradoria da República, na capital paranaense, contra o peemedebista.

A investigação contra Eduardo Cunha sobre contas na Suíça abastecidas por propinas na Petrobrás estava sob responsabilidade do Supremo Tribunal Federal (STF). Cassado pela Câmara, o peemedebista perdeu o foro privilegiado perante a Corte máxima.

Os autos foram deslocados, então, para a 13ª Vara de Curitiba, base da Lava Jato. Na segunda-feira, 17, Moro intimou Eduardo Cunha para apresentar sua defesa prévia em ação penal que atribui ao ex-deputado US\$ 5 milhões nas contas secretas que ele mantinha na Suíça.

A mulher de Eduardo Cunha, Cláudia, também é acusada na Lava Jato. Mais de US\$ 1 milhão da propina que o peemedebista teria recebido sobre contrato da Petrobrás no campo petrolífero de Benin, na África, foram gastos por ela em compras de luxo na Europa, segundo os investigadores. Cláudia adquiriu sapatos, bolsas e roupas de grife na França, Itália e em outros países europeus.

**Denúncias.** A primeira denúncia contra Cunha veio em agosto de 2015, e acusa o parlamentar de corrupção e lavagem de dinheiro por ter recebido ao menos US\$ 5 milhões em propinas referentes a dois contratos de construção de navios-sonda da Petrobrás.

Por unanimidade, o Supremo aceitou a acusação em março deste ano e tornou Cunha o primeiro político réu na Lava Jato. Nesta denúncia ele responde por corrupção e lavagem de dinheiro.

No mesmo mês, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou a segunda denúncia contra o peemedebista, desta vez por manter contas não declaradas no exterior utilizadas para receber propina, também no esquema de corrupção na Petrobrás. A denúncia teve origem na investigação da Suíça que, graças a um acordo de cooperação internacional, foi encaminhada ao Brasil para que o político pudesse ser processado no País.

Mais uma vez por unanimidade, o Supremo aceitou a acusação contra o parlamentar, que passou a responder novamente por corrupção, lavagem e, pela primeira vez, por evasão de divisas.

### Senhora ataca Cunha

Em 10 de junho deste ano, Janot apresentou a terceira denúncia contra o peemedebista, desta vez por suspeita de desviar dinheiro do Fundo de Investimentos do FGTS (FI-FGTS) nas aplicações que o fundo fazia em obras. A acusação tem como base a delação premiada do ex-vice-presidente da Caixa Fábio Cleto e descreve em detalhes o suposto esquema ilegal instalado no banco público.

Conforme o procurador-geral, Cunha solicitava propina de grandes empresas para que Cleto viabilizasse a liberação de recursos do FGTS. O caso está sob sigilo na Corte e aguarda uma decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal que não decidiu ainda se aceita a denúncia.

Fonte: Estadão.com – (19/10/2016)

### PSDB conquista 14 prefeituras no 2º turno e PT, nenhuma

O PSDB foi o partido que mais elegeu prefeitos no segundo turno das eleições municipais deste ano, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Foram 14 prefeituras conquistadas, de um total de 19 em que o partido disputava o cargo. Já o PT, que disputava sete prefeituras, não elegeu nenhum candidato.

Em seguida, aparece o PMDB, que, elegeu nove prefeitos de um total de 15 disputas. Já o PPS, que aparece em terceiro lugar com cinco prefeitos eleitos, havia disputado sete prefeituras.

O PSDB foi o grande vitorioso do domingo. O partido só perdeu em Belo Horizonte, Campo Grande, Cuiabá, Caucaia (CE) e Franca (SP). O principal revés foi na capital mineira, em que João Leite, que terminou à frente no 1º turno, levou a virada no segundo e perdeu a disputa para Kalil (PHS).

Os tucanos venceram em Belém (PA), Blumenau (SC), Caruaru (PE), Contagem (MG), Jundiá (SP), Maceió, Manaus, Porto Alegre, Porto Velho, Ribeirão Preto (SP), Santa Maria (RS), Santo André (SP), São Bernardo do Campo (SP) e Vila Velha (ES).

### Cidades maiores

Se forem levados em conta os dois turnos, os números do PSDB são ainda melhores. O partido elegeu 28 prefeitos nas cidades com mais de 200 mil eleitores, o que inclui as capitais do país. Já o PT conseguiu apenas uma prefeitura nesses municípios.

O PT aparece em trajetória de queda desde 2008, quando elegeu o maior número de prefeitos nesses municípios: 20 ao todo. Em 2012, passou para 17 e, agora, para um eleito. Em 2008, o PSDB elegeu 13 prefeitos, passou para 19 e, neste pleito, terá 28.

Outro partido que avançou nas cidades grandes foi o PMDB, que havia conquistado 11 prefeituras e agora terá 14. O PPS, quarto partido que mais elegeu prefeitos nas cidades grandes, com seis no total, havia eleito três prefeitos em 2012.

### Balanco final

Com a definição de todos os vitoriosos no 2º turno, o PMDB termina a eleição de 2016 novamente como o partido com o maior número de prefeituras no país. São 1.038.

Entre os partidos grandes, no entanto, o destaque é mesmo o PSDB. O partido irá governar 803 cidades – 15,5% a mais que em 2012, quando venceu 695 disputas.

O PSD também registra um crescimento: de 498 prefeitos eleitos em 2012 para 540 agora.

## ECONOMIA

### Câmara aprova fim da obrigatoriedade da Petrobras na exploração do pré-sal

A base do governo de Michel Temer conseguiu aprovar projeto que acaba com a obrigatoriedade de a Petrobras ser sócia e operadora única do pré-sal, o que ampliará a participação privada na exploração dos campos.

Uma das prioridades da agenda legislativa do governo, o texto-base do projeto foi aprovado por 292 votos contra 101 (com 1 abstenção), mas ainda há emendas a serem analisadas. Elas só serão analisadas na próxima semana. Após isso, o texto segue para a sanção do presidente da República.

A sessão se iniciou às 15h e foi marcada por troca de ofensas e pelo embate entre os governistas, defensores da medida, e os partidos de esquerda, para quem esse é o primeiro passo para a privatização progressiva da estatal.



Cerca de 40 manifestantes com camisetas e cartazes da FUP (Federação Única dos Petroleiros), que estavam nas galerias, gritaram em coro “entreguistas” e “golpistas” na hora da votação. Governistas devolviam, acusando os manifestantes de “ladrões” do dinheiro público.

O projeto foi apresentado pelo senador e hoje ministro das Relações Exteriores, José Serra (PSDB), um dos principais alvos da oposição nesta quarta.

Em linhas gerais, o texto acaba com a obrigatoriedade de a Petrobras ser sócia obrigatória, com ao menos 30% de participação, e a operadora única —responsável por procurar petróleo, avaliar áreas, perfurar poços, produzir— de todos os campos de exploração em águas profundas.

Pelo texto, caberá ao Conselho Nacional de Política Energética, “considerando o interesse nacional”, oferecer à Petrobras a preferência para ser a operadora dos blocos.

A expectativa de especialistas é a de que o investimento no setor de petróleo possa subir dos atuais US\$ 20 bilhões anuais para cerca de US\$ 50 bilhões com a aprovação do projeto desta quarta. Petroleiras já avisaram ao governo Temer que com as novas regras pretendem aumentar o investimento na disputa de campos nos leilões planejados para o próximo ano.

Devido à entrada em funcionamento de novos poços do pré-sal, a produção brasileira de petróleo atingiu novo recorde em agosto, com 2,609 milhões de barris por dia. Apesar disso, o presidente da estatal, Pedro Parente, afirmou recentemente ter havido um “um certo endeusamento” do petróleo das camadas profundas.

O executivo diz ter como meta a redução do endividamento da empresa até 2018. Para isso, a Petrobras irá cortar custos e espera levantar mais de US\$ 15 bilhões com a venda de ativos.

## PARTILHA

Partidos de esquerda –PT, PC do B, PDT, PSOL e Rede–, que votaram contra o projeto, tentaram atrasar ao máximo o desfecho da sessão desta quarta com o objetivo de encerrá-la antes da votação.

Vários dos parlamentares vestiam macacões laranja usados por funcionários da Petrobras. Em um momento, os deputados Paulo Pimenta (PT-RS) e Laerte Bessa (PR-DF) quase trocaram tapas quando o segundo acusou os deputados que vestiam macacões de serem assaltantes.

Em resumo, as legendas de esquerda dizem que a intenção do governo é acabar com o regime de partilha, que é o modelo em que o consórcio de empresas operado pela Petrobras divide o óleo extraído com uma companhia estatal, dona das reservas. O objetivo seria voltar ao regime de concessão, em que as empresas escolhidas em leilão são as donas do petróleo, mediante pagamento de royalties.

Já os governistas afirmaram que as gestões do PT e o escândalo do Petrolão quebraram a estatal e que é preciso investimento privado para tirá-la do buraco.

“O que se propõe é entregar às grandes petrolíferas do mundo a primazia, a preferência para a exploração do petróleo. Qual é a consequência disso? Nós vamos retirar dinheiro da educação e da saúde. Só no campo de Libra, que é o filé mignon do Pré-sal, se for aprovado o projeto a União vai deixar de arrecadar em torno de R\$ 246 bilhões”, afirmou o deputado José Guimarães (PT-CE), que foi líder do governo Dilma Rousseff na Câmara.

“Esta proposta vem à tona num momento em que o governo precisa mostrar ao capital financeiro internacional que o Brasil está à venda. O Ministro Serra é o veículo disso. Ele é candidato presidencial e ele precisa se credenciar com os outros. Isto aqui é uma entrega. É vendilhão da pátria”, afirmou Ivan Valente (PSOL-SP).

O líder do PSDB na Câmara, Antonio Imbassahy (BA), saiu em defesa do ministro: “Esse projeto de lei foi formulado por um dos melhores e maiores homens públicos do país, o ministro José Serra, que, com o seu tirocínio, com a sua modernidade, com a sua visão de mundo, com o seu espírito público, apresentou um projeto que tem o propósito de fazer com que a riqueza do Pré-sal possa efetivamente ser explorada, com dignidade e com decência. Se a riqueza do Pré-sal for bem explorada, nós vamos colocar recurso na saúde da economia, a bem da população brasileira”.

O deputado Betinho Gomes (PSDB-PE) foi outro dos que saíram em defesa da mudança: “É fato concreto que a Petrobras é um grande patrimônio do povo brasileiro, mas, nos últimos anos, esse patrimônio foi dilapidado, e a empresa tornou-se endividada. Não vou nem entrar na questão da corrupção. (...). Agora é necessário que possamos recolocar a empresa em outro patamar. E não há outro caminho senão o de buscar parcerias privadas para aumentar a capacidade de produção da empresa.”

**Fonte: Folha.com – (05/10/2016)**

## Relator no TCU recomenda rejeição das contas do governo Dilma de 2015

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), José Múcio Monteiro, relator do processo que analisa as contas do governo federal em 2015, recomendou que o Congresso Nacional rejeite as contas da presidenta cassada Dilma Rousseff. O relatório de Múcio ainda está sendo votado pelos demais ministros, que podem aprovar ou rejeitar, parcial ou integralmente, o documento antes de enviá-lo ao Congresso Nacional, a quem cabe a decisão final sobre o assunto.

Durante sua fala inicial, o ministro afirmou que as auditorias das contas da gestão da ex-presidente Dilma Rousseff trouxeram à tona um rol de irregularidades graves. Segundo Múcio, as contas da ex-presidente não observaram princípios legais, em particular a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em seu relatório preliminar, Múcio já havia apontado 17 irregularidades, dentre elas “graves irregularidades que “tiveram como consequência a manutenção ou expansão dos gastos públicos em um cenário onde a legislação orçamentária e fiscal impunha uma maior restrição na execução dos gastos”.

Para o ministro, ao abusar da abertura de créditos suplementares ao longo de 2015, o governo federal se valeu de atos “que afetaram os princípios da transparência” e “dificultaram a atuação dos órgãos de controle”, como o Congresso Nacional.

“A banalização do uso de MPs pelo governo camuflou as despesas e dificultou o controle”, comentou Múcio, sinalizando que ao examinar os fatos e atos realizados em 2015, o TCU procura “resgatar a dignidade da questão orçamentária no país”, “fomentando uma radical mudança na mentalidade dos gestores públicos no tocante a como tratam os orçamentos”.

A defesa da presidenta Dilma voltou a alegar que todos os atos da presidenta anteriores a outubro de 2015 estavam escorados nos pareceres de sua assessoria jurídica e que estes estavam baseados na jurisprudência então em vigor. A mesma justificativa foi apresentada ao Senado durante o julgamento do processo de im-

peachment da petista e rejeitada pelos parlamentares. O advogado Ricardo Lodi argumentou que, em um quadro de crise financeira, fiscal e política que provocou a vertiginosa queda de arrecadação tributária, “o governo teve que se adaptar e só não ficou paralisado devido à alteração da Meta Fiscal, aprovada pelo Congresso Nacional”.

**Fonte: Agência Brasil – (05/10/2016)**

### **Comissão da Câmara aprova PEC do teto dos gastos públicos**

A comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira a PEC que freia o crescimento dos gastos públicos, estabelecendo um limite por 20 anos para o avanço das despesas primárias, com possibilidade de alteração no índice de correção a partir do 10º ano.

Considerada crucial pelo governo para reequilibrar os gastos públicos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) segue para o plenário da Câmara, onde precisa passar por dois turnos de votação - a primeira rodada está prevista para segunda-feira, podendo se estender ao longo da semana, enquanto a segunda etapa de deliberação está prevista para o dia 24 deste mês.

Após passar pela Câmara, a PEC ainda precisa enfrentar rito semelhante no Senado. Para garantir a aprovação da matéria, o relator da proposta, deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), retirou de seu parecer nesta quinta-feira um dispositivo que atrelava a validade da Desvinculação de Receitas da União (DRU) à vigência do novo regime fiscal.

Em uma sessão tensa e marcada por embates acalorados entre deputados e representantes de servidores públicos que assistiam à votação, o texto-base da PEC obteve 23 votos a favor e 7 contra no colegiado, em uma vitória para o governo de Michel Temer.

A maioria do governo também se fez presente na votação -- e rejeição -- de oito emendas que haviam sido destacadas para votação separada que poderiam mudar a ideia da proposta. Integrantes da oposição referiram-se à matéria como a “PEC do golpe”, enquanto manifestantes, muitos do lado de fora do plenário onde ocorria a votação, gritavam “não à PEC da morte”.

“Esta PEC é a PEC da desigualdade. É um crime contra o povo brasileiro”, disse o deputado Henrique Fontana (PT-RS). “Se essa lei estivesse em vigor (antes) não haveria o programa Mais Médicos”, afirmou o petista.

A possibilidade de limitação de gastos para a saúde e a educação foi o principal alvo de críticas da oposição, mas também trouxe desconforto a integrantes da base do governo. Tanto é que, desde a semana passada, o Executivo intensificou sua articulação e mobilizou esforços para explicar a PEC e fornecer argumentos em sua defesa.

Também teve de ceder e permitir que o relatório de Perondi fizesse uma concessão, tentando elevar os pisos de recursos para saúde e educação em 2017. O relator alterou a proposta original do governo e estabeleceu o ano de 2017 como base para o cálculo do piso para as duas áreas, e não mais 2016, como anteriormente previsto. Dessa forma, elevou o ponto de partida para investimentos nos dois setores.

No caso da saúde, o parecer propõe a incidência do percentual de 15 por cento da receita corrente líquida do ano de 2017 para a área, conforme dita a Constituição. A partir de então, a correção será pelo IPCA.

O texto de Perondi prevê ainda que recursos de complementação do Fundeb, do salário educação e despesas com Fies não se incluam nem na base nem nos limites do novo regime, assim como os royalties destinados ao setor ficam de fora do cálculo do piso.

Ao classificar o governo anterior de “irresponsável” durante a defesa de seu relatório, pouco antes da votação, Perondi argumentou que o país passa por uma situação grave e que a medida é necessária para reequilibrar as contas. “Não tem outra saída, ou o governo vai gastar menos do que arrecada... ou nós vamos quebrar”, afirmou.

**Fonte: Exame.com – (06/10/2016)**

### **TCU condena Mantega por pedaladas; ex-ministro ficará inabilitado por cinco anos**

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu nesta quarta-feira, 5, inabilitar o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega e o ex-secretário do Tesouro Nacional Arno Augustin para o exercício de cargos em comissão e funções de confiança no serviço público por responsabilidade nas pedaladas fiscais de 2014. Os dois e mais seis ex-integrantes da equipe econômica do governo Dilma Rousseff foram ainda multados.

O TCU livrou de punições outros nove gestores do governo da petista, inicialmente alvos da investigação aberta na corte, entre eles o atual ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira, e os ex-ministros Nelson Barbosa (Fazenda), Tereza Campelo (Desenvolvimento), Manoel Dias (Trabalho) e Gilberto Occhi (Cidades).

A decisão pela inabilitação seguiu o entendimento do relator do processo, José Múcio Monteiro, antecipado pelo jornal O Estado de S. Paulo em 15 de setembro. A sanção a Mantega, ministro da economia mais longo do País, valerá por cinco anos; no caso de Augustin, por oito. Na prática, eles agora ficam proibidos de ocupar postos de destaque na administração pública.

Mantega e Augustin foram multados em R\$ 54 mil cada. O relator destacou o “maior nível de autoridade” dos ex-titulares da Fazenda e do Tesouro.

O processo julgado nesta quarta avaliava a responsabilidade de 17 autoridades nas manobras, que consistiram no atraso de repasses do Tesouro para bancos públicos arcarem com despesas de programas sociais e empréstimos subsidiados. Com isso, os saldos do governo ficaram negativos nas instituições, que tiveram que cobrir os gastos com o dinheiro depositado pelos correntistas.

O ex-subsecretário do Tesouro Marcos Aucélio, subordinado de Arno, foi multado em R\$ 30 mil. A maioria do plenário entendeu que não cabia a inabilitação dele, inicialmente proposta por Múcio.

O ex-presidente do Banco Central Alexandre Tombini e o diretor do Departamento Econômico do BC, Túlio José Lenti Maciel, também foram condenados a pagar R\$ 30 mil cada um. O tribunal considerou que, ao não registrar os passivos referentes às pedaladas nas estatísticas da dívida pública, contribuíram para maquiagem as contas do País.

Por sugestão de Bruno Dantas, também foram aplicadas sanções de R\$ 30 mil aos ex-presidentes da Caixa Jorge Hereda, do Banco do Brasil Aldemir Bendine (BB) e do BNDES Luciano Coutinho (BNDES). O principal argumento é que eles não tomaram providências suficientes contra os atrasos nos repasses da União, o que contribuiu para que as pedaladas ocorressem.

Múcio e os demais ministros não acolheram integralmente pareceres do Ministério Público de Contas e da área técnica do TCU, que requeriam penalidades a mais autoridades, entre elas Dyogo Oliveira e Nelson Barbosa. Os dois assinaram portarias que favoreceram as pedaladas quando chefiaram interinamente a Fazenda, mas o tribunal concluiu que elas não foram decisivas para as operações.

O procurador do MP de Contas, Júlio Marcelo Oliveira, havia proposto a inabilitação de todos eles, além de Tombini e Maciel. Ele informou ontem que vai recorrer da decisão do plenário. Também foram absolvidos os ex-ministros Tereza Campelo (Desenvolvimento Social), Manoel Dias (Trabalho) e Gilberto Occhi (Cidades).

Múcio sustentou em seu voto que devem ser consideradas graves as infrações de Augustin e Mantega. Destacou que o então ministro era o responsável pela administração financeira do País. Além disso, assinou portarias que permitiram os atrasos aos bancos. “Tal agente deveria ter ciência da ilicitude das operações e do impacto no endividamento público.”

“Merece menção, ainda, a ausência de atenuantes para as condutas desses agentes (Mantega e Augustin), que chegam a afirmar em suas defesas que, ao praticarem os atos, levaram em consideração a ‘necessidade legal de se cumprir o resultado primário estabelecido’, o que acaba por confirmar a real intenção de, por meio de pagamentos de despesas diretamente por bancos controlados, inflar artificialmente os resultados fiscais da União, aproveitando-se da negligência do Banco Central na aplicação da sua metodologia de apuração dessas estatísticas”, justificou.

O relator considerou que, embora tenha participado “no mínimo com omissão permissiva e negligência”, “certamente” os então dirigentes do BC “não foram os idealizadores das manobras fiscais e tiveram papel menos decisivo do que os dos gestores executivos vinculados diretamente ao Ministério da Fazenda”.

O processo sobre as operações de 2014 foi o que consolidou o entendimento de que o governo Dilma usava os bancos públicos para se financiar ilegalmente. Essa visão embasou a decisão da corte de dar parecer pela reprovação das contas da presidente daquele ano e de 2015 - neste último caso, em sessão ocorrida na manhã desta quarta-feira. As conclusões também serviram de base para a acusação de crime fiscal contra a presidente no processo do impeachment.

O TCU ainda vai analisar as responsabilidades pelas pedaladas detectadas em 2015. Entre os investigados está o ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy.

O advogado de Aucélio, Luiz Fernando Peres, afirmou que a punição aplicada é desproporcional. Ele argumentou que, conforme notas técnicas e outros documentos do governo, a responsabilidade pelos pagamentos aos bancos públicos era de Augustin, superior de seu cliente.

O representante de Mantega e Augustin, Maurício Muriack, alegou que o TCU mudou de posição ao classificar as pedaladas como operações de crédito ilegais. Ele defendeu que esse entendimento seja aplicado a situações futuras, não cabendo a condenação dos dois.

Fonte: Jovem Pan Online – (06/10/2016)

## FMI e Banco Mundial pedem ‘ação’ para estimular crescimento global

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) abriram nesta quinta-feira (6) sua reunião semestral com um pedido por “ação” a todos os países para impulsionar o crescimento igualitário, em meio a crescentes questionamentos à globalização e ao comércio internacional.

“Minha mensagem aos membros do FMI é ‘Ação, por favor’”, disse a diretora-gerente do órgão financeiro, Christine Lagarde, que foi enfática em afirmar que a estagnação da economia global deixa claro que não é o momento de fechar as portas à globalização.

“Sabemos que a globalização tem funcionado durante vários anos e representou enormes benefícios para muitas pessoas. Não acho que seja o momento de oferecer resistência”, expressou Lagarde em coletiva de imprensa em Washington.

Para a chefe da FMI, na realidade a globalização “precisa ser levemente diferente” para se concentrar mais em “fazer que funcione para todos e prestar atenção àqueles que correm o risco de perder tudo” como resultado da economia digital e do comércio internacional.

“Estamos pedindo uma globalização inclusiva, que na verdade beneficie a todos”, acrescentou.

O presidente do Banco Mundial, Jim Yong Kim, pediu aos governos do mundo todo que com urgência eliminem “essas nuvens de tempestade que representam o isolamento e o protecionismo”.

Distribuir os benefícios Por sua vez, o presidente do Banco de Inglaterra, Mark Carney, disse que a equidade no crescimento com a globalização é um “desafio” que ainda precisa ser resolvido.

“Não deveríamos nos desculpar pelo que tem ocorrido, com centenas de milhões de pessoas jogadas na pobreza”, disse Carney. “Mas há um desafio com a distribuição”, acrescentou.

Carney questionou como fazer para que todos se beneficiem de uma forma mais eficiente dos frutos da globalização e do comércio internacional.

Em um painel sobre o estado atual da economia global, com o vice-diretor do Banco Central chinês, Yi Gang, se manifestou em favor do livre-comércio, mas também ressaltou a necessidade de transformá-lo em ferramenta de bem-estar geral.

“Eu acredito no livre-comércio. Acredito que o livre-comércio promoverá o bem-estar da humanidade. Mas temos que considerar muito seriamente o crescimento inclusivo, e neste sentido acredito que o desafio que enfrentamos é real”, disse.

Em um artigo conjunto publicado na quarta-feira no jornal The Wall Street Journal, Lagarde, Kim e o diretor da Organização Mundial de Comércio, o brasileiro Roberto Azevedo, afirmaram que o comércio global deverá beneficiar a todos.

“Apesar dos enormes benefícios que traz, muitas pessoas sentem que foram deixadas de lado”, reconheceram no artigo.

Max Lawson, alto funcionário da organização humanitária Oxfam, apoiou a declaração.

“Ao dizer que a globalização precisa funcionar para todos, Lagarde reconheceu que atualmente (a globalização) funciona bem fundamentalmente para uma elite minoritária. Isso tem que mudar”, afirmou Lawson em uma nota oficial.

**“Motor” do crescimento**

O FMI, que nesta semana apresentou um novo panorama da economia global, formulou reiteradamente advertências contra uma tendência crescente de questionar os benefícios da globalização e do comércio mundial.

Em especial, a candidatura presidencial do empresário Donald Trump disparou o sinal de alerta por suas propostas de renegociar os principais acordos comerciais que Washington participa e de abrir uma guerra comercial com a China.

Trump promete em sua campanha construir um enorme muro na fronteira entre México e Estados Unidos, alegando que se o México se negar a pagar por essa obra os EUA adotarão severas medidas de represálias comerciais.

Além das propostas de Trump, em geral a retórica da campanha questiona os benefícios de iniciativas ambiciosas como a Associação Transpacífica (TPP, em inglês), por seu impacto na evasão de indústrias para mercados com mão de obra mais barata, e achatamento de salários locais.

Lagarde evitou nesta quinta-feira formular qualquer comentário sobre a campanha eleitoral nos Estados Unidos, mas reforçou que a economia global nesta conjuntura precisa do “motor” que representa o comércio internacional.

O comércio, disse, “tem sido um grande motor para o crescimento. E se queremos maior crescimento para atender aos problemas pendentes, precisamos desse motor para apoiá-lo e acelerá-lo”.

Nesta semana, o FMI encontrou um aliado de peso em sua avançada contra o protecionismo. No site do FMI, o governo da Alemanha expressou seu compromisso com uma economia global.

“Estamos comprometidos com a construção de uma economia global aberta, negar o protecionismo, promover o comércio global e os investimentos”, disse o ministro alemão da Economia, Wolfgang Schauble.

**Fonte: G1 – (06/10/2016)**

**Britânico e finlandês dividem Nobel de Economia**

O britânico Oliver Hart, 68 anos, professor da Universidade Harvard, e o finlandês Bengt Holmström, de 67 anos, professor de Economia do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) – ambas instituições nos Estados Unidos – venceram nesta segunda-feira o prêmio Nobel de Economia 2016. Seus estudos têm como objeto os contratos. O prêmio foi anunciado hoje em Estocolmo, na Suécia, às 11h45 (6h45 horas, no horário de Brasília) pela Academia Real Sueca de Ciências.

“As muitas relações contratuais na sociedade incluem aquelas entre acionistas e altos executivos, uma companhia de seguro e proprietários de carros, ou uma autoridade pública e seus fornecedores. Como essas relações tipicamente causam conflitos de interesse, contratos precisam ser devidamente desenhados para garantir que as partes tomem decisões mutuamente benéficas”, diz o texto do Nobel.

No final da década de 1970, Holmström demonstrou como deveria ser um modelo ideal de contrato entre um dirigente, como um acionista de uma empresa, e um agente cuja ação é parcialmente não observada por ele, como o CEO dessa empresa. Na teoria do professor do MIT, o acordo deveria relacionar a remuneração do agente a informações relevantes sobre sua performance, balanceando riscos e incentivos. Em trabalhos posteriores, Holmström expandiu esse modelo para outras situações mais genéricas, como quando empregados realizam várias tarefas, mas só uma parte do desempenho é analisada pelos gestores, ou quando membros de uma equipe “pegam carona” no trabalho dos demais.

Já em meados da década seguinte, 1980, Hart explorou a teoria sobre contratos incompletos, partindo do princípio que é impossível prever num acordo todas as situações. As pesquisas do acadêmico de Harvard tentam indicar qual das partes deve ter o poder de decisão e em quais circunstâncias. A partir de suas teorias, é possível discutir questões como que tipos de empresas deveriam se fundir, a proporção ideal entre financiamento próprio e através de dívida, e se instituições públicas, como escolas ou prisões, deveriam ser privatizadas ou não.

Além do título, os vencedores do prêmio concedido pelo Sveriges Riksbank (Banco Nacional da Suécia) em memória de Alfred Nobel dividiram 8 milhões de coroas suecas – o equivalente a 2,98 milhões de reais.

No ano passado, o prêmio foi vencido pelo britânico Angus Deaton, de 69 anos, professor de Economia e Relações Internacionais da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Seus estudos têm como tema a análise do consumo, pobreza e bem-estar social

**Fonte: Veja.com – (10/10/2016)**

**Dívida é “absolutamente incontrolável”, diz Moreira Franco**

O secretário executivo do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Moreira Franco, um dos mais próximos assessores do presidente Michel Temer, afirmou nesta terça-feira em Tóquio, no Japão, que a trajetória da dívida pública do país “é absolutamente incontrolável”. A afirmação foi feita a jornalistas às margens de um evento em que o governo vendia a atratividade da economia do Brasil a líderes empresariais japoneses.

Segundo Moreira Franco, a crise atual é a “pior da nossa história”. O quadro foi descrito com base nos dados de déficit público, que em 2016 está avaliado pelo Ministério da Fazenda em R\$ 170 bilhões, e em 2017 pode chegar a R\$ 134 bilhões. “Temos uma dívida que cresce de maneira assustadora, com uma taxa de juros de 14,25%. A capacidade, o potencial de crescimento dessa dívida é superior à da Grécia”, argumentou. “A Grécia está nessa situação com uma taxa de juros de 2%, 2% e pouco, o Brasil é 14,25%. Estamos com a economia totalmente desorganizada.”

Para o secretário, o Brasil não passou por momento pior nem quando da hiperinflação dos anos 80, das moratórias da dívida pública ou da intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI). “Você acha que a intervenção do FMI é superior a estar com uma trajetória de dívida absolutamente incontrolável?”, respondeu, ao ser questionado pelo Estado. “A intervenção do FMI é bobagem diante desse quadro. É uma questão política. Este quadro que nós estamos vivendo, não. É uma questão econômica grave, que gera problemas sociais incríveis para a sociedade brasileira.”

Moreira Franco entende que os membros do atual governo que participaram da administração de Dilma Rousseff, como ele próprio e o presidente Michel Temer, não puderam impedir a degradação das contas públicas. De acordo com o secretário, o plano Uma Ponte para o Futuro, proposto pelo PMDB à ex-presidente, foi “visto como uma provocação, uma coisa inútil”. “O povo brasileiro foi às ruas em um processo de desespero, com uma situação econômica extremamente desconfortável”, analisou.

As declarações foram feitas a jornalistas brasileiros minutos depois de um evento com empresários japoneses na embaixada do Brasil em Tóquio. Em sua palestra, Moreira Franco utilizou um tom oposto, afirmando que o governo Temer está estabilizando a economia e convidando os empresários japoneses a investir no país. “Este é o único compromisso do presidente Temer: colocar o Brasil no novo trilho”, afirmou.



O secretário entende ainda que Temer está dedicado a enfrentar a crise, o que seria “incompatível” com um projeto eleitoral. “Um projeto eleitoral não está no horizonte do presidente Michel Temer. O projeto dele está voltado basicamente para a solução da crise econômica”, justificou. “É quase incompatível. Eu diria até que é incompatível se pensar em um projeto eleitoral e, ao mesmo tempo, ter de enfrentar no dia a dia o desafio da mais grave crise econômica da nossa história.”

Fonte: Exame.com – (18/10/2016)

### Copom corta Selic para 14%, primeira redução em quatro anos

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central anunciou na noite desta quarta-feira a redução da taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, para 14% ao ano. A decisão veio em linha com o esperado pelo mercado, que estimava um corte nos juros de 0,25 ponto porcentual, de acordo com o Boletim Focus divulgado nesta segunda-feira.

Com a decisão do Copom, a Selic foi reduzida pela primeira vez em quatro anos – o último corte havia ocorrido em agosto de 2012. A taxa estava inalterada desde 29 de julho de 2015. Depois de ser elevada naquela reunião, a taxa foi mantida nas dez reuniões posteriores do Copom.

Entre os motivos apontados pelo Comitê para sua decisão, que foi unânime, estão o ritmo menor da inflação, o baixo nível da atividade econômica e a alta ociosidade na economia brasileira. “A inflação recente mostrou-se mais favorável que o esperado, em parte em decorrência da reversão da alta de preços de alimentos”, diz a nota da instituição. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,08% em setembro, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esse foi o menor patamar do IPCA para setembro desde 1998. No mês anterior, o índice oficial de inflação do país havia ficado em 0,44%. Apesar do acumulado em doze meses estar acima do teto da meta definida pelo governo, de 6,5% em 2016, o índice para o período em setembro foi menor do que o registrado agosto (8,48% em setembro e 8,97% em agosto). Em relação à ociosidade da economia, o BC avalia que ela pode fazer com que os preços caiam em um nível mais rápido que o esperado pela instituição.

O Banco Central considera que a incerteza sobre as reformas econômicas já iniciadas, o período longo em que a inflação está acima da meta e a pausa na queda de alguns preços importantes para o IPCA são riscos a serem levados em conta. A instituição avaliou também que, embora o cenário externo seja favorável ao Brasil por causa da manutenção das taxas de juros em níveis baixos nos Estados Unidos, existe ainda incerteza sobre quando o governo americano começará a aumentá-las.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que a decisão do Banco Central de cortar a taxa básica de juros nesta quarta-feira indica que a inflação está convergindo para a meta. Ao falar com jornalistas logo após o anúncio do corte da Selic, Meirelles ressaltou que BC deve ter adotado a medida por entender ser possível iniciar um novo ciclo de afrouxo monetário, e “isso é positivo”.

A Selic é a taxa usada como referência para definir os juros pagos em diversos contratos do sistema financeiro, de empréstimos para a compra de imóveis a cartões de crédito.

Fonte: Veja.com – (19/10/2016)

### Mercado estima menos inflação e piora no desempenho da economia

Os economistas do mercado financeiro preveem um cenário de menos inflação neste ano e em 2017, mas estimam uma queda maior do Produto Interno Bruto (PIB) em 2016 e um crescimento menor no próximo ano.

As expectativas foram coletadas pelo Banco Central na semana passada e divulgadas nesta segunda-feira (24), por meio do relatório de mercado, também conhecido como Focus. Mais de 100 instituições financeiras foram ouvidas.

A estimativa do mercado para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano recuou de 7,01% para 6,89% na semana passada. Foi a sexta queda seguida do indicador. Mesmo assim, permanece acima do teto de 6,5% do sistema de metas e bem distante do objetivo central de 4,5% fixado para 2016.

Para 2017, a estimativa do mercado financeiro para a inflação recuou de 5,04% para 5%. Foi o terceiro recuo consecutivo do índice, informou o BC. Deste modo, permanece abaixo do teto de 6% – fixado para 2017 – mas ainda longe do objetivo central de 4,5% para o IPCA no período.

Recentemente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o IPCA - a inflação oficial do país - somou 0,08% em setembro, o menor para este mês desde 1998. Já em 12 meses, a IPCA ficou em 8,48%.

O BC tem informado que buscará “circunscrever” o IPCA aos limites estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 2016 (ou seja, trazer a taxa para até 6,5%), e também fazer convergir a inflação para a meta central de 4,5%, em 2017.

### Produto Interno Bruto

Para o PIB de 2016, a previsão do mercado financeiro passou de um encolhimento de 3,19%, na semana retrasada, para um “tombo” maior, de 3,22% na última semana.

Essa será a primeira vez que o país registra dois anos seguidos de queda no nível de atividade da economia – a série histórica oficial, do IBGE, tem início em 1948. No ano passado, o recuo foi de 3,8%, o maior em 25 anos.

Para o comportamento do Produto Interno Bruto em 2017, os economistas das instituições financeiras baixaram sua previsão de alta de 1,30% para 1,23%, informou o BC.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços feitos em território brasileiro, independentemente da nacionalidade de quem os produz, e serve para medir o comportamento da economia brasileira.

### Taxa de juros

O mercado financeiro manteve, na última semana, a previsão para a taxa de juros no fim de 2016 em 13,50% ao ano. Atualmente, os juros estão em 14% ao ano. Com isso, a estimativa do mercado é de corte nos juros até o fim de 2016.

Já para o fechamento de 2017, a estimativa para a taxa de juros ficou estável em 11% ao ano - o que pressupõe continuidade da queda dos juros no ano que vem.

A taxa básica de juros é o principal instrumento do BC para tentar conter pressões inflacionárias. Pelo sistema de metas de inflação brasileiro, a instituição tem de calibrar os juros para atingir objetivos pré-determinados.

As taxas mais altas tendem a reduzir o consumo e o crédito, o que pode contribuir para o controle dos preços. Quando julga que a inflação está compatível com as metas preestabelecidas, o BC pode baixar os juros.

Câmbio, balança e investimentos

Nesta edição do relatório Focus, a projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2016 caiu de R\$ 3,25 para R\$ 3,20. Para o fechamento de 2017, a previsão dos economistas para o dólar permaneceu em R\$ 3,40.

A projeção para a balança comercial em 2016 caiu de um superávit (exportações maiores que importações) de US\$ 49 bilhões para US\$ 48 bilhões. Para o próximo ano, a previsão de superávit permaneceu em US\$ 45 bilhões.

Para 2016, a projeção de entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil ficou inalterada em US\$ 65 bilhões e, para 2017, a estimativa dos analistas subiu de US\$ 65,45 bilhões para US\$ 68 bilhões.

Fonte: G1 – (24/10/2016)

CULTURA E SOCIEDADE

‘Sim’ vence consulta para criar país com três estados do Sul do Brasil

O “sim” venceu com 95,74% a consulta promovida pelo movimento que prega a separação do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná para formar um novo país. A votação, que ocorreu no sábado (1 de outubro), chegou a 386 municípios e somou 616.917 participantes, segundo o movimento “O Sul é o Meu País”. Foram 590.664 votos favoráveis à separação e 26.253 (4,26%) contrários. O Rio Grande do Sul teve a maior aceitação, com 97,21% dos votos pelo “sim”.

A meta era chegar a 1.191 cidades, segundo o site do Plebisul, como vem sendo chamada a consulta. Foram 1.278 urna de votação. O movimento marcou para 15 de outubro um encontro em Lages, Santa Catarina, que será aberto a quem quiser participar, segundo Douglas Aimoré, coordenador em Porto Alegre.

A superintendente do movimento no Rio Grande do Sul, Anidria Rocha, explica que novas consultas devem ser realizadas até 2017, antes de dar encaminhamento à pauta. Uma das estratégias é enviar documento completo da consulta a governos (estaduais e federal) e organizações da sociedade civil. “Vamos dar conhecimento”, diz Aimoré.

O movimento quer levar a proposta à Organização das Nações Unidas (ONU) após concluir a mobilização. No Rio Grande do Sul, cidades nas regiões do Vale do Caí, Taquari e Serra Gaúcha tiveram maior participação, segundo Anidria. Na Capital gaúcha, 10 mil pessoas votaram.

“O povo não aguenta mais ver esta teta chamada sul alimentando grandes oligarquias. Há 25 anos a gente tenta de vários meios chegar a um senso pacífico para transformar esta realidade”, argumenta Moisés dos Reis, presidente da comissão do Plebisul em Porto Alegre.

“Votei pelo sim, penso que nós, aqui do Sul, temos condições de se sustentar e gerar riquezas, hoje geramos impostos e são exportados”, alega o gestor de negócios José Bruno Maciel Gonçalves, que mora em Porto Alegre. “O dinheiro vai e não volta para nós. Não tem que separar?”, provoca Vilmar Kray, metalúrgico de Novo Hamburgo.

O movimento estabeleceu como meta chegar a 5% dos eleitores de cada estado. Em Santa Catarina, foram 272 mil votos e eram buscados 230 mil. No Rio Grande do Sul, alcançou-se 397 mil, e a meta era de 372 mil. Mas no Paraná foram 20 mil votos. “Não é o ponto fraco, faltou organização. A aceitação é enorme entre os

paranaenses”, garante Anidria. Foram 15 meses de preparação da consulta, com gasto de R\$ 100 mil. Em Santa Catarina, chegou a haver ameaça da área de segurança de impedir a consulta, que muitos veem com afronta leis brasileiras.

O movimento, segundo Anidria, foi inspirado no livro A independência do Sul, de 1986, lançado pelo advogado Sergio Alves de Oliveira, em Montenegro. Em 1992, “O Sul é o Meu País” foi criado. A superintendente diz que os adeptos se socorrem em Resolução da 1.514, da ONU, de 1960, que trata da Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais. O processo deve ser encaminhado à União de Povos e Nações não Representadas (Unpo) em busca de reconhecimento.

O promotor responsável pelo Gabinete de Assessoramento Eleitoral do Ministério Público no Rio Grande do Sul, Rodrigo Zilio, afirma que a votação, embora seja permitida, carece de legalidade jurídica e é inapropriada em relação à sua forma. Zilio diz que a consulta popular, prevista na Constituição Federal, não poderia ser convocada por um movimento nessas circunstâncias.

O resultado finais da votação:

Total de votantes: 616.917

Sim: 590.664 (95,74%)

Não: 4,26%

Como foi em cada estado:

Rio Grande do Sul:

Sim: 97,21%

Não: 2,79%

Paraná:

Sim: 88,82%

Não: 11,18%

Santa Catarina:

Sim: 94,63%

Não: 5,37%

Jornal do Comércio – (04/10/2016)

Nobel da Paz para presidente colombiano Santos por esforços de pacificação

O presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, foi premiado nesta sexta-feira com o Nobel da Paz por seus “esforços tenazes para colocar fim a uma guerra civil de mais de 50 anos”, apesar da vitória do “Não” no referendo sobre o acordo com a guerrilha das Farc.

“Existe um risco real de que o processo de paz se interrompa e de que a guerra civil seja retomada”, o que torna “ainda mais urgente o respeito ao cessar-fogo pelas partes, lideradas pelo presidente Santos e pelo chefe da guerrilha das Farc, Rodrigo Londoño”, conhecido como Timochenko, declarou a presidente do Comitê Nobel, Kaci Kullmann Five.

“O fato de a maioria dos eleitores ter dito não ao acordo de paz não significa necessariamente que o processo de paz está morto”, argumentou Kullmann Five. “O referendo não era uma votação a favor ou contra a paz”, acrescentou.

Contra todas as previsões, 50,21% dos colombianos se opuseram no último domingo ao acordo de paz assinado em 26 de setembro pelo presidente Santos e por Timochenko após quase quatro anos de negociações de paz em Havana.



O prêmio, que consiste em uma medalha de ouro, um diploma e um cheque de oito milhões de coroas suecas (950.000 dólares), será entregue em Oslo no dia 10 de dezembro, data do aniversário da morte de seu fundador, o inventor e industrial sueco Alfred Nobel (1833-1896).

No ano passado, o Nobel da Paz foi para o Quarteto para o Diálogo Nacional Tunisiano, atores da sociedade civil que permitiram salvar a transição democrática na Tunísia.

Neste ano o instituto Nobel norueguês havia recebido 376 candidaturas para o prêmio Nobel da Paz, quase uma centena a mais em relação ao recorde anterior (278).

**Fonte: Istoé Dinheiro – (07/10/2016)**

### **Bob Dylan vence o Prêmio Nobel de Literatura de 2016**

O ganhador do prêmio Nobel de Literatura de 2016 é Bob Dylan, “por ter criado uma nova expressão poética dentro da grande tradição norte-americana da canção”. A secretária permanente da Academia Sueca, Sara Danius, foi a encarregada de anunciar, às 8h desta quinta-feira (hora de Brasília), o nome do mito norte-americano do folk, de 75 anos. No último fim de semana, Dylan foi um dos protagonistas do festival Desert Trip, na Califórnia, junto com outras velhas glórias do rock, como Neil Young, Paul McCartney e os Rolling Stones.

Na história desse prêmio, a maioria foi dada a autores de fala inglesa (27), seguidos por literatos de língua francesa (14), alemã (13) e espanhola (11). O único autor lusófono premiado foi José Saramago, em 1998.

Só quem mergulhou alguma vez no revelador universo desse cantor, nascido num povoado de Minnesota, poderá reconhecer que Dylan é um poeta sem tirar nem pôr. O reconhecimento do Nobel à sua música, entendida como um organismo vivo no qual as letras são o corpo sobre o qual se apoia o resto, é portanto algo histórico.

Mas a literatura baseada na música, ou vice-versa, era o caminho para esse tal Zimmerman, que adotou o pseudônimo de Bob Dylan em homenagem ao poeta Dylan Thomas, e depois de devorar qualquer livro que lhe caísse às mãos. O salto para Nova York, impulsionado pela chance de conhecer o incomparável cantor-ativista Woody Guthrie, seria a introdução definitiva do músico no gênero literário.

Lá mesmo, no coração urbano da Grande Maçã, construiu seu revolucionário estilo mergulhando nos sermões do blues e do folk e na corrente desinibida e underground da geração Beat, com Jack Kerouac, Neal Cassady e Allen Ginsberg. Boa parte da responsabilidade cabe também a uma namorada sua dos anos sessenta, Suze Rotolo, que lhe apresentou ao poeta francês Arthur Rimbaud, um facho de luz para a futura obra dylaniana.

**Fonte: El País Brasil – (13/10/2016)**

### **Carlos Alberto Torres, capitão do tri da Seleção Brasileira, morre no Rio**

O capitão da seleção brasileira que conquistou o tricampeonato na Copa de 1970, Carlos Alberto Torres, morreu nessa terça-feira (25), no Rio de Janeiro. Ele tinha 72 anos e teve um infarto fulminante em casa.

Carlos Alberto Torres defendeu o Santos em uma das eras de ouro do alvinegro praiano e é considerado o melhor lateral-direito da história do time. O Santos declarou luto oficial de três dias.

Carioca, Carlos Alberto Torres jogou em três dos grandes times do Rio de Janeiro. Ele foi revelado no Fluminense, onde jogou por três anos. Depois se transferiu para o Santos, onde atuou por cinco anos, sempre ao lado de Pelé, fazendo mais de 400 jogos com a camisa do Peixe. Ganhou dois campeonatos brasileiros e cinco paulistas. Ele também passou pelo Botafogo.

De volta ao Fluminense, ele fez parte do time que ficou conhecido como a “Máquina Tricolor”, na década de 70. Depois de uma temporada pelo Flamengo, encerrou aos 38 anos a carreira no Cosmos, time dos Estados Unidos.

Um ano depois, como técnico, foi campeão brasileiro pelo Flamengo em 1983, comandando craques como Zico e Júnior. O talento do Capita, como ele era chamado, será lembrado principalmente pelo gol que fez na Copa de 1970, que definiu o placar de quatro a um contra a Itália. Após várias trocas de passe, Carlos Alberto recebeu a bola de Pelé e marcou o gol da vitória. O capitão que levou o time ao tricampeonato ergueu a taça Jules Rimet no México.

**Fonte: G1 – (25/10/2016)**

### **Em 5 anos, violência no Brasil mata mais que a guerra na Síria**

Entre 2011 e 2015, a violência no Brasil matou mais pessoas que a Guerra da Síria, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgados nesta sexta-feira (28).

Entre janeiro de 2011 e dezembro de 2015, o Brasil teve um total de 278.839 assassinatos, o que, de grosso modo, leva a uma média mensal de 4.647,3 vítimas. Os dados incluem as ocorrências de homicídio doloso, latrocínio (roubo seguido de morte), lesão corporal seguida de morte e morte decorrente de ações policiais.

Já na Síria, entre março de 2011 e novembro de 2015, a guerra causou 256.124 mortes, segundo estimativa da Agência da Organização das Nações Unidas para os Refugiados. A média para esse período é de 4.493,4 mortes por mês.

Segundo a diretora-executiva do FBSP, Samira Bueno, o elevado número de mortes no Brasil “evidencia o fracasso do país em políticas públicas de segurança. É absolutamente vergonhoso o governo federal não ter uma política nacional para reduzir o número de crimes violentos letais intencionais. Essas mortes mostram que existe uma total omissão por parte da União”, afirma Samira.

No Brasil, a segurança pública é de responsabilidade dos governos estaduais e não há uma coordenação nacional sobre as políticas implantadas em cada uma das unidades da federação.

Segundo Samira, uma das consequências desse modelo é que cada estado determina as estatísticas que serão divulgadas, o que dificulta mapear qual é o verdadeiro retrato da violência no país.

“O governo federal, por exemplo, não traz os dados anuais de violência do país. Quem tem que fazer isso é uma organização da sociedade civil. A gente levanta os dados disponíveis, mas há muita subnotificação”, afirma Samira.

Em termos gerais, isso significa que, se hoje o quadro da violência no país já é grave mesmo com falta de dados em algumas regiões, o cenário real pode ser ainda pior.

### **Uma morte a cada nove minutos**

Só no ano passado, uma pessoa foi assassinada no Brasil a cada nove minutos. No total, 58 mil pessoas morreram no país em 2015 vítimas de crimes violentos e intencionais. Os dados inéditos fazem parte do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que será lançado no dia 3 de novembro pelo FBSP.



Os Estados do Nordeste e do Norte do país foram os que mais registraram mortes. Sergipe se tornou o estado mais violento do Brasil em 2015, com 57,3 assassinatos a cada grupo de 100 mil pessoas, superando Alagoas, que ficou em segundo lugar (50,8).

Já os estados que registraram as menores taxas de mortes violentas intencionais foram São Paulo (11,7) e Santa Catarina (14,3).

#### Assassinatos em operações policiais

Segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as polícias brasileiras estão entre as que mais matam no mundo. No ano passado, a cada dia ao menos 9 pessoas foram mortas por policiais no Brasil, um total de 3.345 pessoas.

Esse valor, por exemplo, é superior ao registrado em Honduras, considerado o país mais violento do mundo, que teve uma taxa de 98 vítimas de letalidade policial em 2015. A África do Sul, que também possui elevados índices de violência, teve 582 mortes causadas por operações policiais no mesmo período.

“Existe um excesso de força das polícias brasileiras”, avalia Samira. “A sociedade brasileira, o poder público e a polícia entendem que o bandido tem que morrer. No Brasil a gente não tem pena de morte, mas, na prática, existem delegados e policiais que decidem quem deve morrer ou viver”, diz.

De acordo com o levantamento, quase metade (45%) dessas mortes estão concentradas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

São Paulo foi o estado com o maior número de pessoas mortas por policiais em 2015: 848.

Se consideradas as taxas de letalidade policial (que consideram o número de mortes em comparação com a população de cada estado), Amapá (5,0), Rio de Janeiro (3,9) e Alagoas (2,9) aparecem no topo do ranking.

#### Policiais mortos no país

Também é elevado no Brasil o número de policiais assassinados tanto no horário de serviço quanto fora dele.

Em 2015, 103 policiais foram mortos no país durante o expediente. Entretanto, o número de vítimas fora do horário de trabalho foi quase o triplo desse número, chegando a 290, que geralmente foram mortos após reagirem a tentativas de roubo.

Os números no país são superiores, por exemplo, aos de mortes de policiais em serviço nos Estados Unidos. Mesmo com um contingente policial maior que o brasileiro, nos EUA ocorreram 41 mortes de policiais em horário de trabalho em 2015, menos da metade do que o registrado no Brasil.

O estado onde mais policiais foram mortos em 2015 foi o Rio de Janeiro, que teve 98 vítimas, seguido por São Paulo, com 60.

Em números absolutos, os estados onde a vitimização policial mais cresceu foram Maranhão, que teve 44 policiais mortos em 2015 ante 13 em 2014; e Pernambuco, teve 27 oficiais assassinados em 2015 contra 17 em 2014.

Fonte: Exame.com – (28/10/2016)

#### Som que possa ser ouvido do lado de fora do carro vai render cinco pontos na carteira e multa

Motoristas que costumam ouvir som no carro muito alto estarão sujeitos à perda de cinco pontos na carteira e a multa de R\$ 127,69. O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) aprovou ontem, quarta-feira, uma resolução que determina a autuação do condutor que for pego com som automotivo que possa ser ouvido do lado de fora do veículo.

Pela Resolução nº 624, a infração, considerada grave, independe do volume e da frequência do som. A medida só exclui ruídos produzidos por buzinas, alarmes, sinalizadores de marcha-a-ré, sirenes pelo motor e outros componentes obrigatórios do próprio veículo. Também não estarão sujeitas às penalidades as emissões sonoras de publicidade, divulgação ou entretenimento público previamente autorizados.

A regra entrará em vigor a partir da publicação no Diário Oficial da União (DOU), que ainda não tem prazo para ser feita.

Fonte: Extra.com – (20/10/2016)

#### Multas de trânsito ficarão mais caras em 1º de novembro

As infrações de trânsito cometidas a partir do próximo dia 1º terão penalidades mais pesadas. O aumento das multas, anunciado em maio último, será de até 66%, e os valores irão de R\$ 88 (infração leve) a R\$ 293,47 (gravíssima).

Algumas infrações serão agravadas: usar o celular ao volante, por exemplo, que é enquadrado como “dirigir com apenas uma das mãos”, passará de grau médio para gravíssimo.

Assim, a multa saltará dos atuais R\$ 85,13 para R\$ 293,47, e os pontos na carteira de habilitação subirão de 4 para 7.

Ainda para o celular, o texto da lei passa citar que é infração segurar ou manusear o aparelho. Assim, o motorista que manda mensagens de texto ou fica olhando sites ou redes sociais também poderá ser punido, mesmo quando estiver parado no semáforo.

#### Veja o que mudará nos valores de multas a partir de 1º de novembro:

Infração leve

- De R\$ 53,20 para R\$ 88,38 (aumento de 66%)

Exemplos: parar sobre a faixa de pedestres ou calçada, usar a buzina em local ou horário proibidos pela sinalização.

Infração média

- De R\$ 85,13 para R\$ 130,16 (aumento de 52%)

Exemplos: transitar em horário ou local proibidos (o “rodízio” em São Paulo, por exemplo), dirigir com o braço para fora, farol ou lanterna queimados.

Infração grave

- De R\$ 127,69 para R\$ 195,23 (aumento de 52%)

Exemplos: estacionar sobre faixa de pedestres ou ciclovia, não dar seta, conduzir o veículo em mau estado de conservação (pneu careca, por exemplo).

Infração gravíssima

- De R\$ 191,54 para R\$ 293,47 (aumento de 53%)

Exemplos: falar ou manusear celular ao volante, estacionar em vagas reservadas para deficientes e idosos, dirigir sem carteira de habilitação, disputar racha (multiplicada por 10), forçar a ultrapassagem em estradas (multiplicada por 10) e recusar fazer o teste do bafômetro (multiplicada por 10).

#### Por que vai subir?

As multas básicas não sofriam reajustes desde 2000, quando o antigo indexador do valor das multas (Ufir) foi extinto. Em 2002, uma resolução fixou o valor atual em reais. Desde então, não houve correção. As elevações que ocorreram foram para certas infrações consideradas mais perigosas e por meio de um fator multiplicador.

O próximo aumento foi anunciado em maio último, com prazo de 180 dias para começar a valer. O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) ainda poderá corrigir os valores das multas anualmente, com reajuste máximo dado pela inflação (IPCA) do ano anterior.



### Recusa ao bafômetro

Quando a mudança entrar em vigor, as multas mais pesadas, que são as infrações gravíssimas com multiplicador de 10 vezes, passam a ser de R\$ 2.934,70.

Este é o valor previsto para quem é pego disputando racha ou forçando a ultrapassagem em estradas, por exemplo.

Também poderá pagar o valor máximo quem se recusar a fazer teste de bafômetro, exame clínico ou perícia para verificar presença de álcool ou drogas no corpo.

Neste caso, se ele for reincidente em menos de 1 ano, a multa será dobrada, chegando a R\$ 5.869,40.

Fonte: G1 – (20/10/2016)

## INTERNACIONAL

### Em plebiscito, colombianos rejeitam acordo de paz do governo com as Farc

De maneira surpreendente, o “não” se impôs neste domingo (2) ao “sim” na Colômbia, por uma diferença de apenas 54 mil votos (50,2% a 49,8%), e fez naufragar nas urnas o acordo de paz assinado entre o governo e as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), de maneira festiva e com a presença de vários chefes de Estado da América Latina, na última segunda-feira (26).

Os institutos de pesquisa davam vantagem ao “sim”, apesar de terem apontado uma tendência de crescimento do “não”.

O presidente Juan Manuel Santos disse, na noite de domingo (2), que “apesar de ter sido por uma margem muito estreita, reconhece o resultado das urnas”, mas que buscará “a paz até o último minuto” de seu mandato.

“Escuto os que disseram ‘não’ e escuto os que disseram ‘sim’”, disse, após se reunir com membros de seu gabinete e com a equipe de negociadores do governo.

O mandatário afirmou que o grupo retornará nesta segunda-feira (3) a Havana, onde há quatro anos o diálogo com as Farc tem sido mediado. Disse também que o cessar-fogo bilateral continua em vigor.

Santos convocou a oposição, que impulsionou o voto ao “não”, a participar de uma nova fase de negociações.

O resultado do plebiscito jogou por terra o que havia sido acertado com as Farc até agora, pois o acordo perdeu validade jurídica.

O líder da guerrilha, Rodrigo “Timochenko” Londoño, também afirmou que seguirá buscando uma solução pacífica para o conflito e reafirmou sua “disposição de usar somente a palavra como arma de construção para o futuro”. E acrescentou: “As Farc lamentam profundamente que o poder destrutivo dos que semeiam ódio e rancor tenha influenciado a opinião da população colombiana”.

A alta abstenção, como se previa, definiu a derrota da proposta do governo. Votou menos de 40% do eleitorado.

Para sair vitorioso, o “sim” precisava, além de superar o “não” em números absolutos, obter a aprovação de ao menos 13% do eleitorado total da Colômbia, ou 4,5 milhões de votos.

Esse patamar foi superado com folga, mas em vão.

O que desde o começo os analistas alertavam é que o número de eleitores que comparecessem às urnas definiria o resultado – uma vez que o voto não é obrigatório na Colômbia e, nas últimas eleições, a abstenção vinha sendo alta.

O líder da campanha do “não”, o ex-presidente Álvaro Uribe, falou no fim da noite. “A democracia da nossa pátria foi superior à pressão oficial de impor o ‘sim’”. Segundo ele, os apoiadores do “não” querem contribuir a um novo acordo nacional. “Todos queremos a paz.”

A oposição fazia ressalvas especialmente aos pontos da Justiça transicional, que permitiria anistia e indultos para ex-guerrilheiros acusados de delitos graves; também contestavam e o artigo que garantia a participação política, com a concessão de dez cadeiras aos guerrilheiros no Congresso nas duas próximas legislaturas, além de subsídios para a formação do partido das Farc.

Fonte: Folha.com – (02/10/2016)

### Por que a Colômbia disse “não” ao acordo de paz com as Farc

Como é possível que um país recuse um acordo que colocaria fim a um conflito armado que se arrasta a mais de meio século e já custou as vidas de mais de 200 mil pessoas?

Esse é o sentimento que tiveram muitos observadores do referendo colombiano sobre o acordo de paz com a guerrilha, realizado no domingo.

O acordo requereu quatro anos de difíceis negociações entre o presidente colombiano, Juan Manuel Santos, e o líder das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), Rodrigo Londoño, também conhecido como Timoleón Jimenez ou Timochenko.

Mas esbarrou na opinião pública, depois que a opção por não ratificá-lo foi escolhida por 50,2% dos votos válidos. A diferença entre o “não” e o “sim” foi de menos de 60 mil votos.

A campanha pelo “Sim” tinha o apoio de Santos e de uma série de políticos dentro e fora da Colômbia, incluindo o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. Os partidários do “Não” eram liderados pelo ex-presidente colombiano Álvaro Uribe.

### Abstenção nas alturas

Mas o acordo de paz parecia contar com mais entusiasmo internacional do que entre os próprios colombianos. A taxa de abstenção na consulta foi a mais alta em décadas: 63%.

Eleitores ouvidos pela BBC Mundo, o serviço em espanhol da BBC, indicaram que as feridas abertas pelo conflito com as Farc continuam latentes. Durante todo o processo de paz falou-se muito de perdão, mas perdoar 50 anos de agressões e violência não é fácil, afirmaram.

A contadora Mercedes Castañeda, que mora em Bogotá, é uma das que acreditam que “não” significou “a vitória da Justiça”.

“A verdade triunfou, porque havia manipulação nos acordos. Nós não queremos que as Farc tenham um espaço político que não merecem”, disse Castañeda.

Para Castañeda, a guerrilha forjou seu caminho “com sequestros, assassinatos e narcotráfico”. “A Colômbia não se esqueceu”.

Já para a professora universitária e jornalista Ana Cristina Restrepo, a oposição ao acordo é fruto do medo - “o grande eleitor na Colômbia”.

“Não fomos capazes de dar esse passo. Voltamos ao mesmo ponto de 1982, quando se começou a negociar com as Farc”, disse ela.

### Pontos de divisão

No plebiscito de domingo, os colombianos tiveram de responder à seguinte pergunta: “Você apoia o acordo final para o fim do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura?”

Não era uma simples decisão sobre um cessar-fogo.

O pacto elaborado em Havana se materializou em um documento de 297 páginas contendo vários pontos que dividiram a opinião pública e os políticos colombianos.

Uma das partes mais questionadas do acordo foi a garantia dada ao partido político no qual as Farc se transformariam: eles receberiam cinco cadeiras no Senado e cinco na Câmara nos dois ciclos legislativos seguintes.

Outras objeções foram feitas à proposta de que os culpados de crimes de guerra ou contra a humanidade - tanto das Farc como das forças do Estado - não fossem presos.

Mas o resultado do referendo não significa que os colombianos querem que a guerra continue.

“O não no referendo não é um não à paz, não se pode considerar assim. É preciso fazer uma somatória que permita que o fim do conflito tenha um maior respaldo”, disse à BBC Mundo Victor G. Ricardo, que fez parte das negociações do governo com as Farc durante o governo de Andrés Pastrana (1998-2002).

### Surpresa? Nem tanto

O burburinho sobre o “fim da guerra”, criado após o presidente Santos assinar o acordo de paz em Cartagena na semana passada, fez muitos analistas acreditarem que o “sim” venceria facilmente no domingo. As pesquisas de opinião pintavam cenário semelhante.

A jornalista Ana Cristina Restrepo disse que não se surpreendeu com a vitória do não.

Segundo ela, um dos maiores críticos do acordo firmado por Santos, o ex-presidente Álvaro Uribe, soube exercer sua influência em determinadas regiões do país, como o departamento (estado) de Antioquia.

Além disso, enquanto o conflito se desenrola principalmente nas zonas rurais, a maioria dos eleitores está nas cidades.

Apesar de grande parte dos colombianos afirmar querer a paz, eles ainda não estão de acordo sobre como conseguí-la.

Antes da votação, o presidente Santos havia dito que não havia “plano B” para o fim do conflito. Porém, disse que o cessar-fogo com as Farc permanece. Segundo o presidente, enviados do governo vão negociar com as Farc possíveis próximos passos e continuará buscando a paz durante seu mandato.

O líder rebelde, Timochenko, disse que as Farc continuam dispostas a encerrar o conflito.

**Fonte: UOL Notícias – (03/10/2016)**

### Hillary vence 2º debate contra Trump para 57%, nos EUA, segundo CNN

A candidata democrata à presidência dos Estados Unidos, Hillary Clinton, venceu neste domingo (9) o segundo debate contra seu rival, o republicano Donald Trump, segundo 57% dos consultados pela emissora CNN. Dos entrevistados na pesquisa, 58% disseram antes do debate que apoiavam Hillary.

Os resultados mostraram uma clara vitória para Hillary, com 57% dizendo que ela venceu, em oposição a 34% para Trump, de acordo com uma pesquisa da CNN/ORC.

Na opinião destes entrevistados, Hillary teve melhor desempenho no debate, mas ele não foi tão bom quanto o do primeiro debate presidencial, quando 62% dos entrevistados pela pesquisa disseram que a candidata democrata havia vencido. Embora Trump tenha perdido o debate, os entrevistados também disseram que ele superou as expectativas.

### Candidatos voltaram a se atacar

Os candidatos se enfrentaram na noite de domingo em um debate marcado por tensão e troca de hostilidades. Sistema de saúde, crise migratória e impostos, além de temas mais polêmicos como as frases ofensivas de Trump em relação a mulheres e o uso de e-mails de um servidor particular por Hillary enquanto era Secretária de Estado, foram assuntos comentados por eles.

A tensão esteve presente logo no início do debate, quando os dois rivais subiram ao palco e não se cumprimentaram. O encontro, realizado na Universidade Washington em Saint Louis, no Missouri, ocupou o horário nobre da TV dos EUA – iniciou-se às 22h, no horário de Brasília. Algumas das perguntas foram formuladas por eleitores que se declaram indecisos e foram selecionados pelo instituto de pesquisa Gallup para participar do palco.

Uma polêmica recente pautou o começo do debate: o jornal “Washington Post” divulgou, na última semana, um vídeo de 2005, no qual Trump conversa com Billy Bush, do programa “Access Hollywood”, e utiliza termos vulgares para falar sobre a tentativa de conquistar uma mulher casada, não identificada. Na gravação, o candidato republicano diz que, quando se é famoso, mulheres deixam que “você faça qualquer coisa”.

Questionado sobre o vídeo, Trump, que havia se desculpado pelos comentários, minimizou o tema, dizendo que não se orgulha do que falou, mas que “era uma conversa privada”, “entre quatro paredes”, e que “tem grande respeito pelas mulheres”.

Hillary criticou seu oponente em relação ao tratamento às mulheres, e ele rebateu acusando o ex-presidente Bill Clinton, marido da candidata, de cometer assédio sexual. Na plateia estavam presentes quatro mulheres que acusam Bill Clinton de assédio sexual. A presença delas foi considerada uma provocação de Trump à adversária.

Hillary, em seguida, afirmou que seu adversário não tem disciplina para o cargo de presidente - o vídeo, de acordo com ela, representa exatamente quem é Trump, um candidato que rebaixou as mulheres durante a sua campanha. “Ele também atacou imigrantes, afro-americanos, latinos, pessoas com deficiência, muçulmanos e tantos outros”, disse Hillary. Relembrou também que Trump nunca pediu desculpas sobre o que disse acerca desses grupos.

Poucas horas antes do debate, Trump voltou a criticar o marido de sua adversária. Ele divulgou em sua conta do Twitter uma entrevista recente com Juanita Broaddrick, que acusou Bill Clinton, em 1999, de tê-la estuprado duas décadas antes. No debate, mulheres que acusam o ex-presidente de abuso sexual estavam presentes na plateia. Trump, em uma das respostas, reforçou que as ações de Bill Clinton são maiores que suas palavras.

### Hillary ‘na prisão’

Trump partiu para o ataque à Hillary criticando a adversária por usar o e-mail de trabalho em um servidor privado, na época em que era Secretária de Estado, e ameaçou levá-la perante a justiça se for eleito presidente.

“Se vencer, darei instruções ao procurador-geral de justiça para que nomeie um procurador especial para que investigue a sua situação porque nunca houve tanta mentira e tanta coisa oculta”, disse Trump.

Hillary disse que foi um erro, pediu desculpas, mas relativizou dizendo que não houve evidências de que o servidor tenha sido hackeado, nem que qualquer material secreto tenha caído em outras mãos. Afirmou que teve acesso a segredos importantes, que não foram vazados na época, como a perseguição a Bin Laden.

“É muito bom que alguém com o temperamento de Donald Trump não esteja a cargo da lei neste país”, respondeu Hillary, ao que Trump retrucou: “porque você estaria na prisão”.

### Elogio

Um dos momentos mais surpreendentes da noite aconteceu nos últimos minutos do evento, quando um eleitor presente no palco pediu que cada candidato apontasse no adversário um fator que considerasse positivo e que por isso respeitavam. Os candidatos se mostraram surpresos, assim como a plateia, que reagiu rindo.

Hillary disse que respeita os filhos de Trump, mas que não concorda com nada com o que ele falava. Então, aproveitou os últimos momentos da noite para falar sobre sua campanha.

Trump disse que recebia a menção aos filhos como um elogio e que tem muito orgulho de sua família. Por sua vez, destacou na sua concorrente como ponto forte a sua persistência. “Ela não desiste. Eu respeito isso. Eu digo que gosto disso. Ela é uma lutadora”, afirmou Trump. “Considero isso como uma grande característica”, afirmou.

### Saúde

Quando questionada sobre o sistema de saúde dos EUA, Hillary afirmou que melhorará o programa Obamacare, criado pelo atual presidente dos EUA. Afirmou que, se ele fosse descartado, como defende Trump, a população voltaria a ficar nas mãos das seguradoras. “Quero diminuir o preço e aumentar a qualidade”, afirmou a candidata.

Trump se mostrou totalmente contrário ao programa de saúde. “Obamacare nunca vai funcionar, porque é caríssimo inclusive para o país”, afirmou. “É um desastre completo.” O republicano disse que é preciso substituir por algo que funcione e que seja mais barato.

### Islamofobia

Uma eleitora muçulmana indecisa questionou sobre islamofobia. Trump disse que isso de fato é uma vergonha, mas que é preciso admitir que existe um problema: o “terror radical muçulmano”. Ele citou os ataques de San Bernardino e Orlando, do 11 de setembro e de Paris para reforçar que existe um problema desprezado por Obama e Hillary - este tipo de terrorismo provocado por muçulmanos. Sua proposta é aplicar questionários aos seguidores desta religião que entrarem no país, perguntando sobre suas crenças.

Por sua vez, Hillary disse que deseja que todos tenham seu lugar nos Estados Unidos e que é perigosa a demagogia de Trump contra os muçulmanos. Para ela, os seguidores do islamismo devem se sentir parte dos EUA. Também afirmou que vai combater o “terrorismo violento e jihadista”, que não representa a comunidade muçulmana.

### Impostos

Trump disse, durante o debate, que pagou centenas de milhões de dólares em impostos, rebatendo uma crítica feita por Hillary de que ele não divulga sua declaração. Prometeu reduzir a carga tributária da população de classe média e reforçou que sua adversária propõe justamente o contrário - o aumento dos impostos.

Hillary respondeu que quer investir nas famílias trabalhadoras, já que os ganhos têm ido para as pessoas que estão no topo da pirâmide de renda. Por isso, aumentará os impostos de quem ganha milhões de dólares.

### Síria e Rússia

Sobre a crise na Síria, Hillary mencionou que defende zonas aéreas seguras, sem bombardeios, e que defende a proximidade dos Estados Unidos com seus aliados em terra. Afirmou que deve haver mais investigações sobre os crimes cometidos por russos e pelo regime sírio.

A moderadora Martha Raddatz, jornalista da ABC News, perguntou a Hillary se ela usaria forças americanas em terra na Síria. Ela disse que não, que isso seria um erro, mas defendeu o uso de forças especiais, que treinam as forças locais. A candidata disse esperar que, quando se tornar presidente dos EUA, o já Estado Islâmico tenha sido expulso do Iraque. Afirmou também que considera armar os curdos na Síria, porque são a principal força em terra para combater o grupo extremista.

Já Trump disse que a principal preocupação é atacar o Estado Islâmico. Criticou a “estupidez da política externa” dos EUA, quanto ao Iraque, à Líbia e à Síria, e defendeu o presidente sírio Bashar al-Assad, que estaria “matando o EI”.

Quando foram mencionados os recentes vazamentos de e-mails do Partido Democrata, Hillary denunciou que a Rússia invadiu sistemas cibernéticos americanos para influenciar as eleições a favor de seu adversário.

“Acreditem, eles não estão fazendo isto para que eu seja eleita. Estão fazendo isto para influenciar a eleição a favor de Donald Trump”, disse a ex-secretária de Estado. Em resposta, Trump disse que esta versão era “ridícula”.

### Energia

Um eleitor perguntou ainda sobre a política energética, se os candidatos vão investir em energia limpa sem demitir profissionais do setor convencional. Trump disse que os EUA estão matando os negócios energéticos e mencionou que a atuação da China, por exemplo, em levar aço aos Estados Unidos destrói a indústria siderúrgica americana.

Hillary disse que a transição ao gás natural e a um setor energético mais “limpo” é importante por conta das mudanças climáticas e também vai criar novos empregos. Observou ainda que pela primeira vez os EUA estão independentes em relação a energia, o que dá mais liberdade e poder ao país em relação ao Oriente Médio.

Fonte: G1 – (10/10/2016)

### António Guterres é nomeado novo secretário-geral da ONU

A Assembleia-Geral da ONU nomeou nesta quinta-feira (13) o português António Guterres para o cargo de secretário-geral da ONU. Ele irá suceder o sul-coreano Ban Ki-moon, que permanece na função até 31 de dezembro.

Guterres, ex-primeiro-ministro de Portugal, foi indicado e aprovado por unanimidade pelo Conselho de Segurança da ONU, em etapa que antecede a deliberação da Assembleia Geral.

Nascido em Lisboa e formado em física e engenharia elétrica, o político de 67 anos começou sua carreira em meio à Revolução dos Cravos, movimento que pôs fim ao Estado Novo português (1932-1974), e foi um dos principais líderes do nascente Partido Socialista.

Foi secretário-geral do partido, ocupou o cargo de primeiro-ministro entre 1995 e 2002, e durante a última década (2005-2015), foi responsável pela Agência da ONU para os Refugiados (Acnur).

Nesse período, promoveu uma série de reformas que aprimoraram a atuação da agência, segundo diplomatas. Hoje o Acnur é considerado um dos órgãos mais funcionais e bem-sucedidos da ONU, organização frequentemente criticada pelo excesso de burocracia e pouco impacto na vida das pessoas.

Uma de suas principais ações à frente da Acnur foi ampliar o número de funcionários nas áreas com mais refugiados para melhorar o atendimento in loco.

Guterres também chefiou por um curto período o Conselho Europeu, órgão que reúne os chefes de Estado e governo da União Europeia. Fluente em inglês, francês e espanhol, sempre transitou bem entre os colegas do continente.

#### 'Super escolha'

Após a formalização da candidatura de Guterres, na última quinta-feira, Ban Ki-moon elogiou a escolha do seu sucessor. "Conheço Guterres muito bem e considero uma super escolha", disse Ban a repórteres em Roma, segundo relato da Reuters.

"Sua experiência como primeiro-ministro português, seu amplo conhecimento em questões mundiais e seu intelecto irão servi-lo bem na liderança da Organização das Nações Unidas em um período crucial", disse Ban.

No mesmo dia, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, José Serra, disse que Guterres é "preparadíssimo" e a pessoa "adequada no mundo" para comandar a entidade.

Serra disse acreditar que a questão dos refugiados na Europa será um dos temas mais importantes durante a gestão de Guterres e ressaltou o fato de ele ter chefiado a Acnur, agência da ONU responsável pelo assunto, entre 2005 e 2015.

Fonte: G1 – (13/10/2016)

### MEIO AMBIENTE

#### UE ratifica acordo climático de Paris, permitindo que pacto entre em vigor

Em raro consenso, em tempos de "brexit" e crise migratória, o Parlamento Europeu aprovou na terça-feira (4) o Acordo de Paris. Com isso, o texto está prestes a vigorar.

A aprovação pelos legisladores foi acompanhada por Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, em Estrasburgo (França). Houve 610 votos a favor, 38 contra e 31 abstenções.

Os 28 países-membros do bloco devem assinar a aprovação durante esta semana. A ratificação deve ser entregue à ONU na sexta-feira (7).

Uma vez nas Nações Unidas, o acordo passa a valer depois de 30 dias, a tempo de uma conferência prevista para novembro no Marrocos.

É necessário que nações representando 55% das emissões globais assinem o acordo, para que entre em vigor. Antes da ratificação da União Europeia, 62 países com 52% das emissões já haviam aprovado esse texto.

"Com a ação tomada pelo Parlamento da UE, estou confiante de que será possível cruzar o limite de 55% [das emissões] em breve, em questão de dias", disse Ban a jornalistas.

Um importante empurrão foi dado no domingo (2) com a entrada da Índia, responsável por 4,1% das emissões.

A União Europeia, em seu conjunto, responde por 12%. Alguns de seus países-membros já haviam ratificado o texto de maneira individual.

### AQUECIMENTO

O Acordo de Paris foi aprovado em dezembro de 2015, na conferência do clima da ONU em Paris. A decisão obrigará pela primeira vez os países signatários da convenção do clima (1992) a adotar medidas para o combate à mudança climática.

O texto tem como objetivo limitar os efeitos do aquecimento global, como ondas de calor, enchentes, secas e a subida do nível do mar. A meta é impedir que a temperatura suba mais do que 2°C em relação a níveis pré-industriais.

A aprovação no Parlamento Europeu foi recebida como demonstração da capacidade do bloco econômico de unir-se em torno de questões urgentes. A mensagem tem especial impacto, durante a crise dentro dessa união.

O Reino Unido votou em 23 de junho para deixar o bloco, no que ficou conhecido como "brexit". A decisão deu indícios de que o modelo da União Europeia já não é necessariamente visto como um caso de sucesso.

Ademais, países europeus têm discordado a respeito do futuro dos refugiados, criando divisões internas. Em um lado está a Alemanha, que abriu as portas aos migrantes. Do outro, a Hungria, que construiu cercas de arame.

Fonte: Folha.com – (04/10/2016)

#### Produção de resíduos sólidos no país cresceu 1,7% em 2015

A quantidade de resíduos sólidos urbanos gerada no país em 2015 totalizou 79,9 milhões de toneladas, 1,7% a mais do que no ano anterior. No período, foi registrado também aumento de 0,8% na produção per capita de resíduos sólidos: de 1,06 quilo (kg) ao dia em 2014, para 1,07 kg ao dia em 2015. Os dados foram divulgados hoje (4) pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe).

"O resultado coloca o Brasil como o quarto maior gerador de resíduos sólidos no mundo, é muita coisa, e o que nós percebemos é uma rota ascendente, que tem vindo dessa forma na última década, e que ainda não demonstrou uma linha de reversão. É um dado preocupante", disse o diretor presidente da Abrelpe, Carlos Roberto Vieira.

De acordo com o levantamento, houve uma leve melhora nos números sobre a destinação final dos resíduos sólidos. Em 2015, 58,7% do lixo produzido foi destinado para locais adequados, como aterros sanitários. Em 2014, esse índice foi 58,4%. No entanto, os dados mostram que cerca de 60% das cidades brasileiras ainda destinam seu lixo inadequadamente, ou seja, para lixões ou para os chamados aterros controlados.

“Uma das pistas que temos para explicar esse problema, essa nossa deficiência e porque temos levado tanto tempo para avançar, está no volume de recursos aplicados no setor de resíduos sólidos, que em 2015 foi de R\$ 10 por habitante por mês para fazer frente a todos os serviços de limpeza urbana”, ressaltou Vieira.

Os serviços de coleta mantiveram o alto índice observado nacionalmente nos anos anteriores, de 90,8%. No entanto, ainda persistem as diferenças regionais: no Sudeste, 97,4% do lixo produzido é coletado; em seguida vêm as regiões Sul (94,3%); Centro-Oeste (93,7%); Norte (80,6%); e Nordeste (78,5%).

**Fonte: Agência Brasil – (04/10/2016)**

### **População de animais selvagens caiu 58% desde 1970, diz estudo**

A biodiversidade do planeta vem diminuindo num ritmo alarmante e isso coloca em risco a sobrevivência das espécies e do próprio ser humano.

O alerta está no relatório The Living Planet Report 2016 (Planeta Vivo, em tradução livre), divulgado a cada dois anos pela Zoological Society of London (ZSL) e da organização ambiental WWF.

A população de animais selvagens caiu 58% desde 1970.

Os números mostram que as espécies que vivem em lagos, rios e pântanos foram as que mais sofreram reduções e que, se nada for feito, até 2020 a população de vertebrados estará reduzida a dois terços da atual.

As principais causas desse declínio são a ação direta do homem - incluindo a destruição de habitats e o tráfico de animais silvestres -, a poluição e a mudança climática.

A pesquisa pede mudanças imediatas na maneira como exploramos as fontes de energia e alimento do planeta, proteção da biodiversidade e apoio a modelos de desenvolvimento sustentável.

### **Sem desculpa**

“Está claro que se continuarmos do jeito que estamos, vamos ver o declínio constante dos animais selvagens. Chegamos a um ponto em que não há mais desculpa para seguirmos assim”, disse Mike Barrett, diretor de Ciência e Política da WWF.

“Sabemos quais são as causas e o impacto da ação do homem na natureza e nas populações de animais selvagens. Temos que agir agora”, alerta.

O relatório estudou 3,7 mil espécies de aves, peixes, mamíferos, anfíbios e répteis - o que representa 6% do número total de vertebrados existentes no mundo.

Os pesquisadores então analisaram as mudanças no tamanho das populações desde 1970.

O estudo anterior, publicado em 2014, calculava que a população de animais selvagens diminuiria 50% em 40 anos.

Passados dois anos, essa estimativa foi 58% para o período.

Barrett explica que a situação é pior em alguns grupos de animais:

“Vemos uma forte redução especialmente entre as espécies de água doce. O declínio chega a 81% desde 1970 e está relacionado à maneira como a água doce é usada pelo homem e também à construção de represas, por exemplo.”

A pesquisa também destaca a situação de espécies como os elefantes africanos - ameaçados pelo aumento da caça ilegal - e os tubarões, alvo da pesca predatória.

Os pesquisadores concluíram que os vertebrados estão diminuindo a uma taxa de 2% ao ano. Se isso continuar, até o fim da década essas populações podem sofrer uma redução de 67% (em relação aos níveis de 1970).

“Mas se as nossas previsões se confirmarem e houver aumento do comércio ilegal de animais silvestres, por exemplo, a queda será ainda pior”, alerta o professor Robin Freeman, chefe da Unidade de Indicadores e Avaliação da ZSL.

“O mais importante sobre esses percentuais é que eles mostram a redução do número de animais em determinadas populações. Não se trata de extinção de espécies. Elas não estão desaparecendo e isso nos dá tempo de fazer algo”, diz.

A boa notícia é que espécies como o urso panda e o tigre de Bengala, que já foram ameaçadas até de extinção, não estão nesta lista.

### **Metodologia sob questão**

Mas a metodologia da pesquisa também foi criticada. O americano Stuart Pimm, professor de ecologia da Universidade de Duke University, nos EUA, vê “furos” nos dados do estudo.

“O relatório traz alguns números importantes, mas outros que são muito, muito imprecisos”, disse Pimm.

“Por exemplo, ao analisar a origem de certos dados, não é de surpreender que eles venham maciçamente do Leste Europeu. Quando olhamos outras regiões, há poucas informações e os dados se tornam bem mais inexatos. Não há quase nada da América do Sul, da África e dos países tropicais em geral. Ao misturar os dados dessa maneira, fica difícil saber o exato significado dos números.”

Para Pimm, as organizações “estão jogando tudo no liquidificador e anunciando um único número... isso é inútil”.

Mas Freeman, da ZSL, diz que sua equipe conseguiu os melhores dados mundiais possíveis.

“É absolutamente verdadeiro que em algumas regiões e grupos, como o de anfíbios tropicais, temos lacuna de dados. Mas isso é porque não há mesmo informações sobre eles. Acreditamos que nossa metodologia é a melhor possível para calcular a diminuição de populações”, afirma.

“Também é possível que a situação de espécies que não estejam sendo monitoradas seja muito pior.”

**Fonte: Portal Terra – (27/10/2016)**

### **Suécia propõe que União Europeia proíba carros a gasolina em 2030**

A União Europeia deve considerar a possibilidade de proibir a venda de veículos que utilizem gasolina ou diesel a partir de 2030, propôs no último sábado (22) a ministra sueca do Meio Ambiente, Isabella Lövin, segundo informou a France Press.

A ministra, em entrevista ao jornal Aftonbladet, comemorou uma resolução nesse sentido que foi adotada em setembro passado pelo senado alemão, ainda que sem valor obrigatório.

“É uma proposta verdadeiramente interessante (...) Para concretizá-la só podemos aplicar uma proibição desse tipo a nível de União Europeia” declarou ao jornal.

“Como ministra do Meio Ambiente a única solução que vejo é deixar de lado os veículos com combustíveis fósseis”, acrescentou.

O governo sueco, formado por uma coalizão de social-democratas e ecologistas, tem como objetivo conquistar uma matriz energética 100% renovável no país em 2040.

**Em alta**

De acordo com pesquisas recentes, veículos elétricos podem corresponder a dois terços de todos os carros nas ruas até 2030 em cidades ricas como Londres e Cingapura, devido a regulamentações de emissões mais rigorosas, redução nos custos da tecnologia e mais interesse dos consumidores, informou a agência Reuters.

Os veículos elétricos estão se tornando cada vez mais comuns. Para ajudar a diminuir as prejudiciais emissões de gases do efeito estufa, os governos estão tentando encorajar o seu uso através de subsídios e isenções fiscais e introduzindo zonas de baixas emissões.

Os custos da tecnologia também estão caindo rapidamente. O custo de um pacote de baterias de íons de lítio caiu 65% em 2015, para cerca de US\$ 350 por kilowatt hora, ante US\$ 1.000 dólares/kwh em 2010 e deve ficar abaixo dos US\$ 100 dólares/kwh na próxima década, mostrou um relatório do McKinsey & Co e Bloomberg New Energy Finance (BNEF).

“Em cidades densamente povoadas e de alta renda, como Londres e Cingapura... veículos elétricos podem representar até 60 por cento de todos os veículos em operação em 2030, como resultado de zonas de baixa emissão, interesse dos consumidores e economia favorável”, disse o relatório.

No entanto, o crescimento dos veículos elétricos pode ser uma ameaça ao setor automotivo. “O setor automotivo enfrenta um futuro que pode ser fundamentalmente diferente de seu passado e pode precisar considerar uma mudança do uso do modelo de posse dos produtos em direção ao fornecimento de uma variada gama de serviços de transporte”, disse o relatório.

**Fonte: G1 – (24/10/2016)**

**MPF denuncia 26 pessoas por rompimento da barragem da Samarco**

O Ministério Público Federal (MPF) em Minas Gerais denunciou nesta quinta-feira 22 pessoas e 4 empresas pelo rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana (MG), em 5 de novembro do ano passado. O derramamento de toneladas de lama destruiu o vilarejo de Bento Rodrigues, matou dezenove pessoas e provocou danos ao meio ambiente ainda incalculáveis.

A procuradoria acusa formalmente 21 pessoas por homicídio qualificado com dolo eventual, ou seja, quando se assume o risco de matar. Entre elas, estão o ex-presidente da Samarco Ricardo Vescovi e o ex-número 2 da empresa Kleber Terra, além de representantes do conselho da Samarco indicados pelas mineradoras BHP e Vale, entre os quais um sul-africano, dois americanos, um australiano e um francês.

Como pessoas jurídicas, as mineradoras Samarco, Vale, BHP Billiton e a consultoria VogBr foram denunciadas por crime ambiental, contra a fauna e flora, ordenamento urbano, e por poluição.

Na apresentação da denúncia, o procurador chefe da força-tarefa que apurou a tragédia, José Adércio Leite Sampaio, afirmou que o rompimento aconteceu porque a empresa priorizou o lucro ao invés da segurança. “O que ocorreu foi o sequestro da segurança da represa. A barragem, com tantos problemas, praticamente disse ‘vou romper’”, afirmou Sampaio.

Em junho, a Polícia Federal indiciou oito pessoas e as empresas Samarco, Vale e VogBR por crimes ambientais e danos contra o patrimônio histórico e cultural.

Em nota, a BHP afirmou repudiar “veementemente” as acusações e que irá “apresentar sua defesa contra as denúncias oferecidas, prestando também todo o suporte na defesa dos indivíduos denunciados.”

**Fonte: Veja.com – (20/10/2016)**

**CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Cientista japonês ganha o Nobel de medicina**

O japonês Yoshinori Ohsumi ganhou o prêmio Nobel de 2016 de medicina e fisiologia por sua descoberta de como as células se degradam e reciclam seu próprio conteúdo, o que pôde levar a um melhor entendimento sobre doenças como câncer, Parkinson e diabetes tipo 2.

“As descobertas de Ohsumi levaram a um novo paradigma em nosso entendimento de como a célula recicla seu conteúdo”, disse a Assembleia do Nobel do Instituto Karolinska, da Suécia, em um comunicado ao anunciar o ganhador do prêmio de 8 milhões de coroas suecas (933 mil dólares).

“Suas descobertas abriram o caminho do entendimento... para muitos processos fisiológicos, como a adaptação à fome ou respostas para infecção”, acrescentou o comunicado.

O trabalho de Ohsumo sobre a degradação das células, um campo conhecido como autofagia, é importante porque pode ajudar a compreender o que acontece de errado em uma série de doenças.

Ohsumi, nascido em 1945 em Fukuoka, no Japão, é professor do Instituto de Tecnologia de Tóquio desde 2009.

“Estou extremamente honrado”, disse o cientista à agência de notícias Kyodo.

O Nobel de medicina ou fisiologia é sempre o primeiro a ser anunciado a cada ano. Prêmios para conquistas nas áreas de ciências, literatura e paz foram concedidos pela primeira vez em 1901, seguindo os desejos do testamento do inventor da dinamite, o empresário Alfred Nobel.

**Fonte: Exame.com – (03/10/2016)**

**Trio conquista Prêmio Nobel de Química 2016**

O francês Jean-Pierre Sauvage, o britânico Fraser Stoddart e o holandês Bernard Feringa ganharam nesta quarta-feira o Nobel de Química pelo desenvolvimento de pequenas máquinas em nível molecular.

Acredita-se que as pesquisas do trio devem levar ao desenvolvimento de novos materiais e minúsculos sensores.

O prêmio foi dado pelo “design e síntese” de moléculas com movimentos controláveis, que podem realizar uma tarefa quando elas recebem energia, disse a Academia Real Sueca de Ciências.

“Este prêmio é sobre as menores máquinas do mundo”, disse o secretário-geral da entidade, Göran K. Hansson. Embora o desenvolvimento das máquinas moleculares esteja ainda em estágio inicial, elas poderão ser usadas para gerar sensores, sistemas de armazenamento de energia e novos materiais capazes de se adaptar a uma mudança em seu ambiente e de assumir certas funções corporais.

As máquinas moleculares “provavelmente se utilizarão no desenvolvimento de coisas como novos materiais, sensores e sistemas de armazenamento de energia”, disse a instituição ao anunciar o prêmio. O trio dividirá 8 milhões de coroas suecas (US\$ 933 mil) como premiação.

Sauvage, de 71 anos, é professor emérito da Universidade de Estrasburgo e diretor de investigações emérito do Centro Nacional Francês de Investigação Científica. Stoddart, de 74 anos, é professor de Química na Universidade Noroeste em Evanston, Illinois, e Feringa, de 65 anos, leciona Química Orgânica na Universidade de Groningen, na Holanda.



As máquinas moleculares miniaturizadas podem levar a várias aplicações, disse Feringa, um dos ganhadores de hoje. “Nós acreditamos que os pequenos robôs que um médico injetará em nossas veias irão encontrar uma célula cancerígena”, exemplificou o cientista a repórteres em Estocolmo, durante uma entrevista coletiva realizada por teleconferência.

A academia disse que o motor molecular pode ser comparado ao caso do motor elétrico no início do século XIX. Na época, cientistas mostravam várias manivelas e rodas com fios, “sem perceber que elas levariam aos trens elétricos, às máquinas de lavar, aos ventiladores e aos liquidificadores”.

Sauvage conseguiu um primeiro avanço nesse campo em 1983, quando conectou entre si duas moléculas em forma de anel para formar uma cadeia, apontou a academia sueca. Depois, Stoddart deu o passo seguinte em 1991, ao conectar um anel molecular a um eixo molecular, enquanto Feringa foi o primeiro a desenvolver um motor molecular em 1999, quando conseguiu que um rotor molecular girasse na mesma direção.

No ano passado, o Nobel de Química foi para três cientistas pela descrição sobre como as células reparam DNA com defeito. Essas investigações premiadas em 2015 ajudam a orientar o desenvolvimento de novos medicamentos para combater o câncer.

Nesta sexta-feira, será divulgado o vencedor do Nobel da Paz e os premiados em Economia e Literatura saem na próxima semana. A cerimônia de entrega ocorre em 10 de dezembro, data da morte em 1896 do fundador da honraria, Alfred Nobel. Inventor da dinamite, Nobel queria que seus prêmios reconhecessem os avanços que ofereciam “o maior benefício à humanidade”.

Fonte: Exame.com – (05/10/2016)

### **Pesquisadores dizem ter descoberto o maior dinossauro do Brasil**

Cientistas de várias instituições do país anunciaram, na manhã desta quarta-feira (5), a descoberta do que dizem ser o maior dinossauro já encontrado no Brasil, com 25 metros de comprimento. O fóssil que levou à conclusão foi encontrado em Presidente Prudente, no interior de São Paulo. O animal viveu no país há 70 milhões de anos, segundo os pesquisadores.

A descoberta, anunciada no Museu de Ciências da Terra, na Urca, Zona Sul do Rio, revela novas informações sobre as espécies que habitaram o território brasileiro. O *Austroposeidon magnificus*, como foi chamado, teve vértebras do pescoço e da coluna vertebral encontradas no local onde uma estrada estava sendo aberta.

Com base nas características anatômicas, o animal pode ser classificado no grupo dos titanossauros, que eram dinossauros herbívoros com um corpo bem desenvolvido, pescoço e cauda longa e um crânio relativamente pequeno. Habitaram o mundo principalmente durante o período cretáceo, nas áreas onde atualmente são a América do Sul, a África, a Antártida e a Oceania.

A descoberta do fóssil aconteceu na década de 50, pelo paleontólogo Llewellyn Ivor Price, que faleceu em 1980 e não chegou a ver sua descoberta reconhecida. A demora no anúncio se deve ao tempo necessário para estudar o material.

“Price se preocupou em criar um ambiente de pesquisa. Graças a isso, conseguimos criar uma equipe que vem trabalhando, um laboratório adequado e fazer os trabalhos científicos que precedem uma grande descoberta”, afirmou o diretor do Museu de Ciências da Terra, Diógenes Campos.

Alex Kellner, paleontólogo do Museu Nacional (UFRJ), destaca que uma das principais causas da demora foi a falta de dinheiro e apoio à ciência no Brasil.

“Apenas quando tivemos que financiar uma pesquisa contínua é que pudemos fazer essa preparação. Também não é um material fácil de manusear. Por último, temos que lembrar que paleontologia não é só feita no Rio”, explicou Kellner.

A tecnologia também ajudou a desvendar os segredos do maior dinossauro brasileiro. Um aparelho de tomografia foi usado para analisar o material encontrado, para estudar a parte interna dos ossos. O estudo revelou características novas para os titanossauros, como anéis de crescimento intercalados com um tecido ósseo mais denso, cujo significado ainda não foi compreendido completamente pelos pesquisadores.

Para que o material ainda tivesse condições de estudo mais de 50 anos depois, o cuidado foi fundamental para preservar os ossos. Eles ficaram em prateleiras de madeira, com temperatura ambiente controlada e a retirada cuidadosa de todos os sedimentos de terra e rocha.

No Brasil, já foram descobertas nove espécies de titanossauros. Antes da descoberta, o maior era o *Maxakalisaurus topai*, com mais de 13 metros de comprimento.

“Essa espécie entra para o hall das espécies brasileiras e mostra que temos um gigante”, destacou Camila Bandeira, aluna do doutorado do Museu Nacional/UFRJ e que participou da pesquisa.

De acordo com o diretor do Museu de Ciências da Terra, o Brasil ainda pode descobrir parte de seu passado e até espécies que podem rivalizar em tamanho com o dinossauro anunciado nesta quarta (5).

“A região central do Brasil é riquíssima e com certeza possui muitas descobertas a fazer”, revelou Diógenes Campos.

O estudo é um esforço conjunto de pesquisadores do Museu de Ciências da Terra, do Museu Nacional/UFRJ, da Petrobras, e da Universidade Federal de Pernambuco. O estudo foi financiado pela Faperj e pelo CNPq.

“A importância é mostrar que levando em consideração as descobertas da Argentina, em algum momento tivemos uma fauna em comum. Isso ajuda a definir quem foi para onde e como a área se desenvolveu até hoje”, contou Kellner.

Fonte: G1 – (05/10/2016)

### **Cientistas descobriram uma grande fonte de emissão de carbono**

As represas e reservatórios que usamos para gerar energia elétrica e irrigar plantações aparentemente emitem carbono. Muito carbono. Reservatórios artificiais liberam cerca de uma gigatonelada de gases de efeito estufa todos os anos. Esse número é maior do que as emissões de todo o Canadá.

Cientistas interessados em quantificar a emissão de carbono têm observado os reservatórios artificiais desde os anos 2000. A maior parte dos estudos feitos até agora focaram num único tipo de reservatório – aqueles usados para a produção de eletricidade, por exemplo – e apenas um ou dois dos gases que causam o efeito estufa. Agora, pesquisadores da Universidade do Estado de Washington sintetizaram pesquisas prévias para examinar uma maior variedade de reservatórios e moléculas que retêm o calor. A análise que fizeram, que será publicada na semana que vem na revista *Bioscience*, revela uma conclusão preocupante.

Todos os reservatórios, desde aqueles usados para a geração de energia, até para o controle de irrigação, são responsáveis por 1.3% da emissão global de carbono. O número é muito maior do que as estimativas feitas anteriormente. O principal culpado, de acordo com o estudo, é o metano.

“Nós sabíamos que o metano poderia ser importante, mas ficamos surpresos ao ver o quão importante ele é” disse o autor do estudo Bridget Deemer em um comunicado. “Ele contribui com cerca de 80% em relação aos outros gases dos reservatórios.”

O metano é um gás de efeito estufa muito potente, com potencial 84 vezes maior de aquecimento do que o CO<sub>2</sub>. O motivo pelo qual os reservatórios abrigam esses gases tem a ver com a forma com que são construídos. Quando solos ricos em carbono são inundadas, eles ficam rapidamente sem oxigênio, o que promove o crescimento de microorganismos que respiram CO<sub>2</sub> e produzem metano como subproduto. É o mesmo motivo pelo qual pântanos cheiram mau: eles estão cheios de fábricas minúsculas de metano.

“Nós descobrimos que a estimativa de emissão de metano por área do reservatório é cerca de 25% maior do que pensávamos, o que é muito significativo, dado o crescimento global na construção de barragens que temos atualmente” contou Deemer ao Washington Post.

Nesse sentido, a descoberta foi feita em uma boa hora, já que líderes mundiais estão perto de ratificar um tratado que irá iniciar um processo de “descarbonização” da economia global. Sabendo de mais um elemento que emite carbono de forma perigosa, podemos fazer escolhas melhores sobre como reduzir a emissão dos gases de efeito estufa.

A solução, é claro, não será abolir os reservatórios, mas levar em consideração a emissão dos gases e fazer cortes mais agressivos onde for possível. E a tarefa será bem mais desafiadora do que imaginávamos.

Fonte: Gizmodo – UOL – (04/10/2016)

### Sonda Schiaparelli deve pousar na superfície de Marte

A manobra está deixando os cientistas tensos na Europa. Para desacelerar, o robô aciona um paraquedas, um escudo térmico e um sistema de propulsão. Um telescópio na Índia deve captar ruídos, confirmando se Schiaparelli pousou mesmo em segurança.

Se confirmado, é um grande feito, mas serve de treino para outra missão, ainda mais ambiciosa. Em 2020, a agência espacial europeia pretende mandar para Marte o irmão mais velho de Schiaparelli.

É um caríssimo veículo de seis rodas que vai ter como objetivo perfurar a superfície do planeta vermelho em busca de microorganismos.

O robô foi batizado em homenagem ao astrônomo italiano do século 19, Giovanni Schiaparelli. Ele foi desenvolvido no programa Exomars, uma missão conjunta entre as agências espaciais da Europa e da Rússia.

Sete meses atrás, partiu rumo a Marte. Foram 500 milhões de quilômetros pelo espaço acoplado à nave mãe até chegar à órbita do planeta vermelho. Domingo passado (16), o centro de controle da agência espacial europeia deu a ordem para começar a descida.

Agora, enquanto a bateria durar, a sonda vai coletar dados meteorológicos, velocidade do vento, umidade, pressão e temperatura. Já a nave mãe vai desempenhar um papel mais duradouro.

Girando na órbita de Marte, vai passar os próximos anos estudando a presença de gases, como o metano, na atmosfera. Uma posição privilegiada para descobrir se há indícios de vida em Marte.

Essa foi a segunda vez que as duas agências espaciais, a europeia e a russa, tentaram juntas pousar em Marte. A primeira tentativa não deu certo.

### Histórico

Explorar Marte não é tarefa fácil. Russos, europeus e americanos vêm tentando há décadas. Quase metade das missões enviadas da Terra falharam - muitas delas se perderam no caminho, erraram o alvo ou foram destruídas ao chegar lá.

A nave soviética Mars-3 foi a primeira a fazer uma aterrissagem suave no planeta em dezembro de 1971. O principal objetivo dela era mandar imagens da superfície de Marte, dados sobre as condições meteorológicas e a composição atmosférica do planeta. Depois de 20 segundos, a transmissão parou sem motivo.

Em 2003, a sonda Beagle-2, lançada pela agência espacial europeia, pousou com sucesso em Marte, mas o pequeno robô desenhado pelos britânicos imediatamente parou de funcionar. Os cientistas acreditam que ele não conseguiu ativar os painéis solares.

Até agora só sondas americanas conseguiram fazer pesquisas científicas em Marte. Atualmente, a Nasa tem duas sondas em atuação no planeta vermelho: a Curiosity e a Opportunity.

O ser humano aprende com os erros. Esse histórico de missões fracassadas permitiu novos aprendizados, levou ao desenvolvimento de novas tecnologias e, recentemente, a agência espacial europeia vem comemorando um sucesso atrás do outro. Mês passado, concluiu a odisseia da sonda Rosetta, depois de 12 anos no espaço.

Todos vão respirar aliviados ao saber que o robô Schiaparelli pousou em Marte. Os sinais de lá levam nove minutos e 47 segundos para chegar à Terra, mas a agência espacial europeia informou, agora há pouco, que pode levar horas até conseguir uma confirmação oficial.

Fonte: G1 – (19/10/2016)

### NASA capta imagens da colisão de sonda europeia em Marte

Ainda há chances de a missão ExoMars se recompor: após perder contato com a sonda Schiaparelli durante o pouso dela em Marte, a NASA conseguiu imagens que podem explicar o que aconteceu com a nave europeia.

Conduzida pela Agência Espacial Europeia, a ExoMars tem como objetivo descobrir se já existiu — e ainda existe — vida em Marte. Com a ajuda financeira da Agência Espacial Federal Russa, a instituição conseguiu enviar, na semana passada, dois instrumentos ao planeta vermelho: o Trace Gas Orbiter (TGO) e o módulo de pouso EDM, conhecido como Schiaparelli.

Faltando um minuto para o horário previsto para o pouso em Marte, as agências perderam o contato com Schiaparelli. Desde então a maior preocupação da equipe da ExoMars é a possibilidade de a sonda ter sido destruída durante uma possível colisão.

Para a sorte da Agência Espacial Europeia, ela não é a única tentando explorar o planeta: a NASA já faz isso há algum tempo, e uma de suas sondas, a Mars Reconnaissance Orbiter, conseguiu coletar informações que podem explicar o que aconteceu com o módulo europeu. As imagens da Reconnaissance Orbiter mostram novas marcas na superfície do planeta, além de um ponto brilhante que parece ser o paraquedas do Schiaparelli e uma mancha maior e mais escura que pode ser o resultado da colisão da sonda com o solo marciano.

Estima-se que a sonda tenha chegado a 300 km/h no momento do impacto. Como ela estava com os tanques cheios, é bem possível que tenha explodido com a colisão. A agência espacial americana colaborará com pesquisadores europeus para analisar as imagens e tentar estabelecer uma linha de acontecimentos pela qual passou o módulo.

Fonte: Revista Galileu – (24/10/2016)



**Questões:**

**1) Em outubro, a Operação Lava Jato deu início a investigações sobre um suposto esquema de corrupção envolvendo a compra de:**

- a) Petróleo importado de países do Oriente Médio
- b) Usinas termelétricas
- c) Usinas Nucleares
- d) Equipamentos para a construção de usinas de produção de energia eólica
- e) Carvão para uso nas usinas térmicas do país.

**2) A PEC 241, também chamada de “PEC do Teto”, proposta pelo governo Temer, pretende limitar os gastos públicos pelos próximos:**

- a) 5 anos
- b) 10 anos
- c) 15 anos
- d) 20 anos
- e) 30 anos

**3) O partido que mais conquistou prefeituras nas eleições municipais foi o:**

- a) PSDB
- b) PT
- c) PMDB
- d) PPS
- e) DEM

**4) Após a reunião de outubro do Comitê de Política Monetária do Banco Central, a taxa básica de juros foi redefinida para:**

- a) 14% ao ano
- b) 14,25% ao ano
- c) 14,5% ao ano
- d) 15% ao ano
- e) 13% ao ano

**5) O vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 2016 foi:**

- a) o cantor Bob Dylan
- b) o Papa Francisco
- c) o ex-presidente norte-americano Bill Clinton
- d) o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon
- e) o presidente colombiano Juan Manuel Santos

**6) Em 1970, Carlos Alberto Torres, falecido em outubro de 2016, era o técnico da seleção brasileira tricampeã mundial. Naquele ano, a Copa do Mundo foi disputada:**

- a) Na Inglaterra
- b) No Brasil
- c) No México
- d) Na França
- e) No Japão

**7) De acordo com a resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), a partir de 1º de novembro de 2016, as multas graves passarão a ter o valor de:**

- a) R\$ 195,23
- b) R\$ 127,69
- c) R\$ 85,13
- d) R\$ 293,70
- e) R\$ 130,16

**8) O novo secretário-geral da ONU, eleito em outubro de 2016, é:**

- a) Kofi Annan
- b) Ban Ki-Moon
- c) Antonio Guterres
- d) Jan Eliasson
- e) Yoshinori Ohsumi

**9) O Acordo de Paris, ratificado pela União Europeia em outubro de 2016, tem como uma de suas metas, impedir o aumento da temperatura em mais de 3°C em relação aos níveis pré-industriais. A afirmação é:**

- ( ) Verdadeira ( ) Falsa

**10) A descoberta do maior fóssil de dinossauro já encontrado no Brasil ocorreu em outubro de 2016. Tal dinossauro foi batizado de:**

- a) Antartosaurus brasiliensis
- b) Saturnalia Tupiniquim
- c) Guaibasaurus Candelariensis
- d) Staurikosaurus Pricei
- e) Austroposeidon magnificus

**Gabarito: 1-B/2-D/3-C/4-A/5-E/6-C/7-A/8-C/9-Falsa/10-E**



# NOÇÕES DE INFORMÁTICA



**MS-WINDOWS 7: CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS, ÁREA DE TRABALHO, ÁREA DE TRANSFERÊNCIA, MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS, USO DOS MENUS, PROGRAMAS E APLICATIVOS, INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS MS-OFFICE 2010**

O Windows é um sistema operacional produzidos pela Microsoft para uso em computadores. O Windows 7 foi lançado para empresas no dia 22 de julho de 2009, e começou a ser vendido livremente para usuários comuns dia 22 de outubro de 2009.

Diferente do Windows Vista, que introduziu muitas novidades, o Windows 7 é uma atualização mais modesta e direcionada para a linha Windows, tem a intenção de torná-lo totalmente compatível com aplicações e hardwares com os quais o Windows Vista já era compatível.

Apresentações dadas pela companhia no começo de 2008 mostraram que o Windows 7 apresenta algumas variações como uma barra de tarefas diferente, um sistema de “network” chamada de “HomeGroup”, e aumento na performance.

- Interface gráfica aprimorada, com nova barra de tarefas e suporte para telas touch screen e multi-táctil (multi-touch)
- Internet Explorer 8;
- Novo menu Iniciar;
- Nova barra de ferramentas totalmente reformulada;
- Comando de voz (inglês);
- Gadgets sobre o desktop;
- Novos papéis de parede, ícones, temas etc.;
- Conceito de Bibliotecas (Libraries), como no Windows Media Player, integrado ao Windows Explorer;
- Arquitetura modular, como no Windows Server 2008;
- Faixas (ribbons) nos programas incluídos com o Windows (Paint e WordPad, por exemplo), como no Office 2007;
- Aceleradores no Internet Explorer 8;
- Aperfeiçoamento no uso da placa de vídeo e memória RAM;
- Home Groups;
- Melhor desempenho;
- Windows Media Player 12;
- Nova versão do Windows Media Center;
- Gerenciador de Credenciais;
- Instalação do sistema em VHDs;
- Nova Calculadora, com interface aprimorada e com mais funções;
- Reedição de antigos jogos, como Espadas Internet, Gamão Internet e Internet Damas;
- Windows XP Mode;
- Aero Shake;

Apesar do Windows 7 conter muitos novos recursos o número de capacidades e certos programas que faziam parte do Windows Vista não estão mais presentes ou mudaram, resultando na remoção de certas funcionalidades. Mesmo assim, devido ao fato de ainda ser um sistema operacional em desenvolvimento, nem todos os recursos podem ser definitivamente considerados excluídos.

Fixar navegador de internet e cliente de e-mail padrão no menu Iniciar e na área de trabalho (programas podem ser fixados manualmente).

Windows Photo Gallery, Windows Movie Maker, Windows Mail e Windows

Calendar foram substituídos pelas suas respectivas contrapartes do Windows Live, com a perda de algumas funcionalidades.

O Windows 7, assim como o Windows Vista, estará disponível em cinco diferentes edições, porém apenas o Home Premium, Professional e Ultimate serão vendidos na maioria dos países, restando outras duas edições que se concentram em outros mercados, como mercados de empresas ou só para países em desenvolvimento. Cada edição inclui recursos e limitações, sendo que só o Ultimate não tem limitações de uso. Segundo a Microsoft, os recursos para todas as edições do Windows 7 são armazenadas no computador.

Um dos principais objetivos da Microsoft com este novo Windows é proporcionar uma melhor interação e integração do sistema com o usuário, tendo uma maior otimização dos recursos do Windows 7, como maior autonomia e menor consumo de energia, voltado a profissionais ou usuários de internet que precisam interagir com clientes e familiares com facilidade, sincronizando e compartilhando facilmente arquivos e diretórios.

## Comparando as edições

O Windows 7 tem três edições diferentes de um mesmo sistema operacional, que se adequam as necessidades diárias de cada usuário essas edições são o Home Premium, o Professional e Ultimate.

Essas edições apresentam variações de uma para outra, como o Home Premium, que é uma edição básica, mas de grande uso para usuários que não apresentam grandes necessidades.

Os seus recursos são a facilidade para suas atividades diárias com a nova navegação na área de trabalho, o usuário pode abrir os programas mais rápida e facilmente e encontrar os documentos que mais usa em instantes.

Tornar sua experiência na Web mais rápida, fácil e segura do que nunca com o Internet Explorer 8, assistir a muitos dos seus programas de TV favoritos de graça e onde quiser, com a TV na Internet e criar facilmente uma rede doméstica e conectar seus computadores a uma impressora com o Grupo Doméstico.

Já o Professional apresenta todos esses recursos adicionados de outros que o deixam mais completo como o usuário pode executar vários programas de produtividade do Windows XP no Modo Windows XP, conectar-se a redes corporativas facilmente e com mais segurança com o Ingresso no Domínio e além do Backup e Restauração de todo o sistema encontrado em todas as edições, é possível fazer backup em uma rede doméstica ou corporativa.

O Ultimate também apresenta todos esses recursos acrescidos de outros que tornam sua funcionalidade completa com todos os recursos disponíveis nessa versão do sistema operacional como ajuda para proteger os dados do seu computador e de dispositivos de armazenamento portáteis contra perda ou roubo com o BitLocker e poder trabalhar no idioma de sua escolha ou alternar entre 35 idiomas.

## Recursos

Segundo o site da própria Microsoft, os recursos encontrados no Windows 7 são fruto das novas necessidades encontradas pelos usuários. Muitos vêm de seu antecessor, Windows Vista, mas existem novas funcionalidades exclusivas, feitas para facilitar a utilização e melhorar o desempenho do SO (Sistema Operacional) no computador.

Vale notar que, se você tem conhecimentos em outras versões do Windows, não terá que jogar todo o conhecimento fora. Apenas vai se adaptar aos novos caminhos e aprender “novos truques” enquanto isso.

## Tarefas Cotidianas

Já faz tempo que utilizar um computador no dia a dia se tornou comum. Não precisamos mais estar em alguma empresa enorme para precisar sempre de um computador perto de nós. O Windows 7 vem com ferramentas e funções para te ajudar em tarefas comuns do cotidiano.

## Grupo Doméstico

Ao invés de um, digamos que você tenha dois ou mais computadores em sua casa. Permitir a comunicação entre várias estações vai te poupar de ter que ir fisicamente aonde a outra máquina está para recuperar uma foto digital armazenada apenas nele.

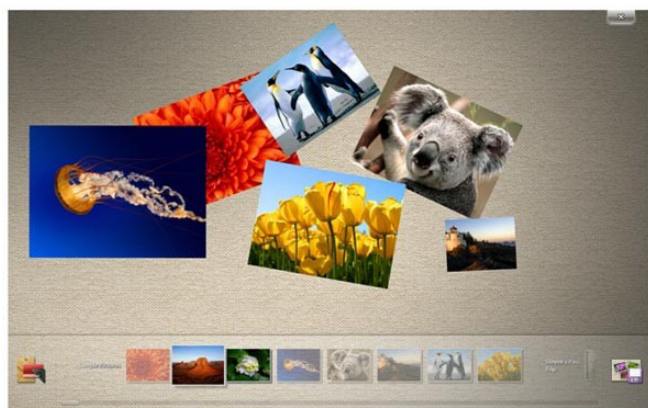
Com o Grupo Doméstico, a troca de arquivos fica simplificada e segura. Você decide o que compartilhar e qual os privilégios que os outros terão ao acessar a informação, se é apenas de visualização, de edição e etc.

## Tela sensível ao toque

O Windows 7 está preparado para a tecnologia sensível ao toque com opção a multitoque, recurso difundido pelo iPhone.

O recurso multitoque percebe o toque em diversos pontos da tela ao mesmo tempo, assim tornando possível dimensionar uma imagem arrastando simultaneamente duas pontas da imagem na tela.

O Touch Pack para Windows 7 é um conjunto de aplicativos e jogos para telas sensíveis ao toque. O Surface Collage é um aplicativo para organizar e redimensionar fotos. Nele é possível montar slide show de fotos e criar papeis de parede personalizados. Essas funções não são novidades, mas por serem feitas para usar uma tela sensível a múltiplos toques as tornam novidades.

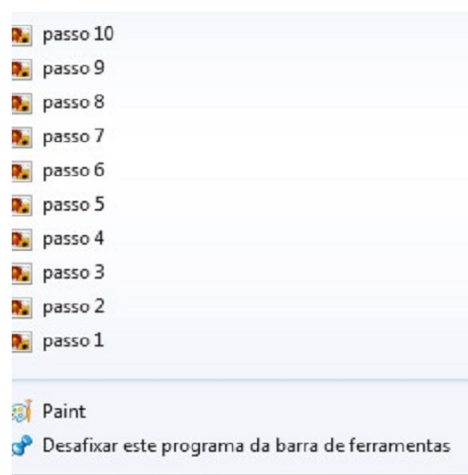


Microsoft Surface Collage, desenvolvido para usar tela sensível ao toque.

## Lista de Atalhos

Novidade desta nova versão, agora você pode abrir diretamente um arquivo recente, sem nem ao menos abrir o programa que você utilizou. Digamos que você estava editando um relatório em seu editor de texto e precisou fechá-lo por algum motivo. Quando quiser voltar a trabalhar nele, basta clicar com o botão direito sob o ícone do editor e o arquivo estará entre os recentes.

Ao invés de ter que abrir o editor e somente depois se preocupar em procurar o arquivo, você pula uma etapa e vai diretamente para a informação, ganhando tempo.



Exemplo de arquivos recentes no Paint.

Pode, inclusive, fixar conteúdo que você considere importante. Se a edição de um determinado documento é constante, vale a pena deixá-lo entre os “favoritos”, visto que a lista de recentes se modifica conforme você abre e fecha novos documentos.

## Snap

Ao se utilizar o Windows por muito tempo, é comum ver várias janelas abertas pelo seu monitor. Com o recurso de Snap, você pode posicioná-las de um jeito prático e divertido. Basta apenas clicar e arrastá-las pelas bordas da tela para obter diferentes posicionamentos.

O Snap é útil tanto para a distribuição como para a comparação de janelas. Por exemplo, jogue uma para a esquerda e a outra na direita. Ambas ficaram abertas e dividindo igualmente o espaço pela tela, permitindo que você as veja ao mesmo tempo.

## Windows Search

O sistema de buscas no Windows 7 está refinado e estendido. Podemos fazer buscas mais simples e específicas diretamente do menu iniciar, mas foi mantida e melhorada a busca enquanto você navega pelas pastas.

## Menu iniciar

As pesquisas agora podem ser feitas diretamente do menu iniciar. É útil quando você necessita procurar, por exemplo, pelo atalho de inicialização de algum programa ou arquivo de modo rápido.

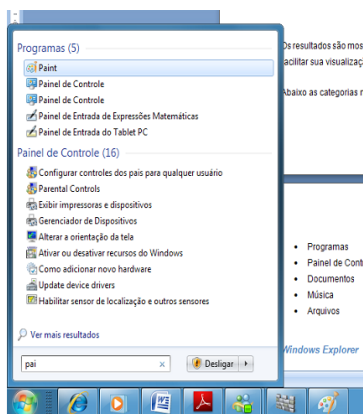
“Diferente de buscas com as tecnologias anteriores do Windows Search, a pesquisa do menu início não olha apenas aos nomes de pastas e arquivos.

Considera-se o conteúdo do arquivo, tags e propriedades também” (Jim Boyce; Windows 7 Bible, pg 770).

Os resultados são mostrados enquanto você digita e são divididos em categorias, para facilitar sua visualização.

Abaixo as categorias nas quais o resultado de sua busca pode ser dividido.

- Programas
- Painel de Controle
- Documentos
- Música
- Arquivos



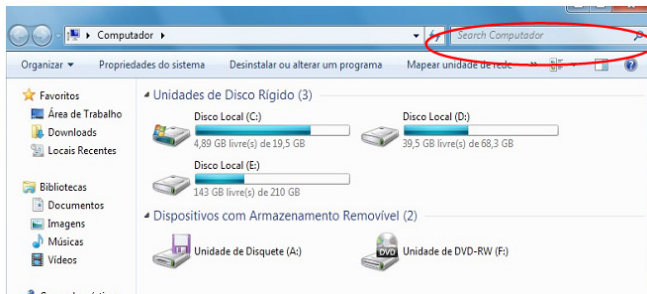
Ao digitar “pai” temos os itens que contêm essas letras em seu nome.

## Windows Explorer

O que você encontra pelo menu iniciar é uma pequena parte do total disponível.

Fazendo a busca pelo Windows Explorer – que é acionado automaticamente quando você navega pelas pastas do seu computador – você encontrará uma busca mais abrangente.

Em versões anteriores, como no Windows XP, antes de se fazer uma busca é necessário abrir a ferramenta de busca. No Seven, precisamos apenas digitar os termos na caixa de busca, que fica no canto superior direito.



Windows Explorer com a caixa de busca (Jim Boyce; Windows 7 Bible, pg 774).

A busca não se limita a digitação de palavras. Você pode

aplicar filtros, por exemplo, buscar, na pasta músicas, todas as canções do gênero Rock. Existem outros, como data, tamanho e tipo. Dependendo do arquivo que você procura, podem existir outras classificações disponíveis.

Imagine que todo arquivo de texto sem seu computador possui um autor. Se você está buscando por arquivos de texto, pode ter a opção de filtrar por autores.

## Controle dos pais

Não é uma tarefa fácil proteger os mais novos do que visualizam por meio do computador. O Windows 7 ajuda a limitar o que pode ser visualizado ou não. Para que essa funcionalidade fique disponível, é importante que o computador tenha uma conta de administrador, protegida por senha, registrada. Além disso, o usuário que se deseja restringir deve ter sua própria conta.

As restrições básicas que o Seven disponibiliza:

· Limite de Tempo: Permite especificar quais horas do dia que o PC pode ser utilizado.

· Jogos: Bloqueia ou permite jogar, se baseado pelo horário e também pela classificação do jogo. Vale notar que a classificação já vem com o próprio game.

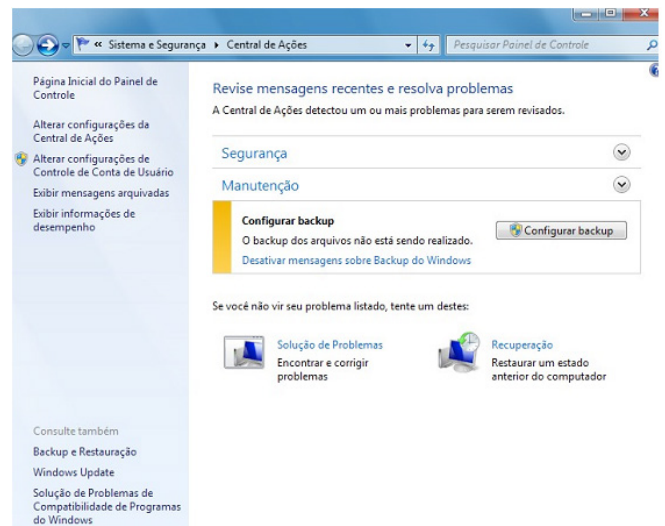
· Bloquear programas: É possível selecionar quais aplicativos estão autorizados a serem executados.

Fazendo download de add-on's é possível aumentar a quantidade de restrições, como controlar as páginas que são acessadas, e até mesmo manter um histórico das atividades online do usuário.

## Central de ações

A central de ações consolida todas as mensagens de segurança e manutenção do Windows. Elas são classificadas em vermelho (importante – deve ser resolvido rapidamente) e amarelas (tarefas recomendadas).

O painel também é útil caso você sinta algo de estranho no computador. Basta checar o painel e ver se o Windows detectou algo de errado.



A central de ações e suas opções.

- Do seu jeito

O ambiente que nos cerca faz diferença, tanto para nossa qualidade de vida quanto para o desempenho no trabalho. O computador é uma extensão desse ambiente. O Windows 7 permite uma alta personalização de ícones, cores e muitas outras opções, deixando um ambiente mais confortável, não importa se utilizado no ambiente profissional ou no doméstico.

Muitas opções para personalizar o Windows 7 estão na página de Personalização<sup>1</sup>, que pode ser acessada por um clique com o botão direito na área de trabalho e em seguida um clique em Personalizar.

É importante notar que algumas configurações podem deixar seu computador mais lento, especialmente efeitos de transparência. Abaixo estão algumas das opções de personalização mais interessantes.

## Papéis de Parede

Os papéis de parede não são tamanha novidade, virou praticamente uma rotina entre as pessoas colocarem fotos de ídolos, paisagens ou qualquer outra figura que as agrade. Uma das novidades fica por conta das fotos que você encontra no próprio SO. Variam de uma foto focando uma única folha numa floresta até uma montanha.

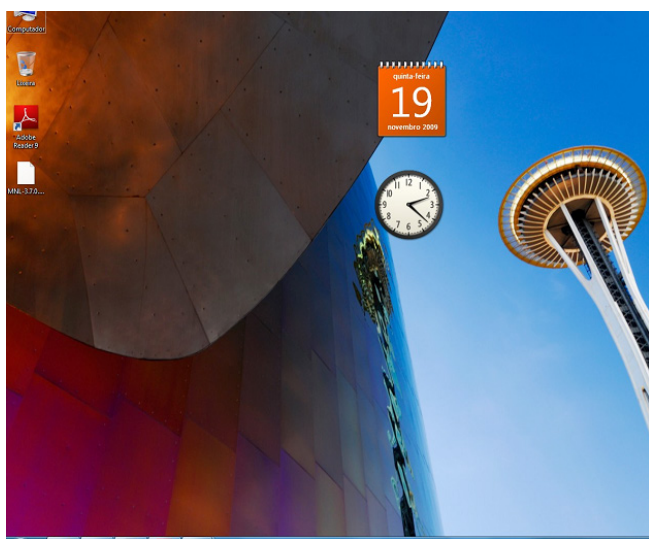
A outra é a possibilidade de criar um slide show com várias fotos. Elas ficaram mudando em sequência, dando a impressão que sua área de trabalho está mais viva.

## Gadgets

As “bugigangas” já são conhecidas do Windows Vista, mas eram travadas no canto direito. Agora elas podem ficar em qualquer local do desktop.

Servem para deixar sua área de trabalho com elementos sortidos, desde coisas úteis – como uma pequena agenda – até as de gosto mais duvidosas – como uma que mostra o símbolo do Corinthians. Fica a critério do usuário o que e como utilizar.

O próprio sistema já vem com algumas, mas se sentir necessidade, pode baixar ainda mais opções da internet.



Gadgets de calendário e relógio.

## Temas

Como nem sempre há tempo de modificar e deixar todas as configurações exatamente do seu gosto, o Windows 7 disponibiliza temas, que mudam consideravelmente os aspectos gráficos, como em papéis de parede e cores.

## ClearType

“Clear Type é uma tecnologia que faz as fontes parecerem mais claras e suaves no monitor. É particularmente efetivo para monitores LCD, mas também tem algum efeito nos antigos modelos CRT(monitores de tubo). O Windows 7 dá suporte a esta tecnologia” (Jim Boyce; Windows 7 Bible, pg 163, tradução nossa).

## Novas possibilidades

Os novos recursos do Windows Seven abrem, por si só, novas possibilidades de configuração, maior facilidade na navega, dentre outros pontos. Por enquanto, essas novidades foram diretamente aplicadas no computador em uso, mas no Seven podemos também interagir com outros dispositivos.

## Reproduzir em

Permitindo acessando de outros equipamentos a um computador com o Windows Seven, é possível que eles se comuniquem e seja possível tocar, por exemplo, num aparelho de som as músicas que você tem no HD de seu computador.

É apenas necessário que o aparelho seja compatível com o Windows Seven – geralmente indicado com um logotipo “Compatível com o Windows 7”.

## Streaming de mídia remoto

Com o Reproduzir em é possível levar o conteúdo do computador para outros lugares da casa. Se quiser levar para fora dela, uma opção é o Streaming de mídia remoto.

Com este novo recurso, dois computadores rodando Windows 7 podem compartilhar músicas através do Windows Media Player 12. É necessário que ambos estejam associados com um ID online, como a do Windows Live.

## Personalização

Você pode adicionar recursos ao seu computador alterando o tema, a cor, os sons, o plano de fundo da área de trabalho, a proteção de tela, o tamanho da fonte e a imagem da conta de usuário. Você pode também selecionar “gadgets” específicos para sua área de trabalho.

Ao alterar o tema você inclui um plano de fundo na área de trabalho, uma proteção de tela, a cor da borda da janela sons e, às vezes, ícones e ponteiros de mouse.

Você pode escolher entre vários temas do Aero, que é um visual premium dessa versão do Windows, apresentando um design como o vidro transparente com animações de janela, um novo menu Iniciar, uma nova barra de tarefas e novas cores de borda de janela.

Use o tema inteiro ou crie seu próprio tema personalizado alterando as imagens, cores e sons individualmente. Você também pode localizar mais temas online no site do Windows. Você também pode alterar os sons emitidos pelo computador quando, por exemplo, você recebe um e-mail, inicia o Windows ou desliga o computador.

O plano de fundo da área de trabalho, chamado de papel de parede, é uma imagem, cor ou design na área de trabalho que cria um fundo para as janelas abertas. Você pode escolher uma imagem para ser seu plano de fundo de área de trabalho ou pode exibir uma apresentação de slides de imagens. Também pode ser usada uma proteção de tela onde uma imagem ou animação aparece em sua tela quando você não utiliza o mouse ou o teclado por determinado período de tempo. Você pode escolher uma variedade de proteções de tela do Windows.

Aumentando o tamanho da fonte você pode tornar o texto, os ícones e outros itens da tela mais fáceis de ver. Também é possível reduzir a escala DPI, escala de pontos por polegada, para diminuir o tamanho do texto e outros itens na tela para que caibam mais informações na tela.

Outro recurso de personalização é colocar imagem de conta de usuário que ajuda a identificar a sua conta em um computador. A imagem é exibida na tela de boas vindas e no menu Iniciar. Você pode alterar a imagem da sua conta de usuário para uma das imagens incluídas no Windows ou usar sua própria imagem.

E para finalizar você pode adicionar “gadgets” de área de trabalho, que são miniprogramas personalizáveis que podem exibir continuamente informações atualizadas como a apresentação de slides de imagens ou contatos, sem a necessidade de abrir uma nova janela.

## Aplicativos novos

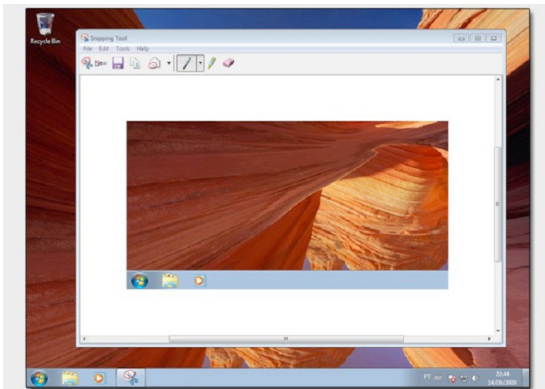
Uma das principais características do mundo Linux é suas versões virem com muitos aplicativos, assim o usuário não precisa ficar baixando arquivos após instalar o sistema, o que não ocorre com as versões Windows.

O Windows 7 começa a mudar essa questão, agora existe uma série de aplicativos juntos com o Windows 7, para que o usuário não precisa baixar programas para atividades básicas.

Com o Sticky Notes pode-se deixar lembretes no desktop e também suportar entrada por caneta e toque.

No Math Input Center, utilizando recursos multitoque, equações matemáticas escritas na tela são convertidas em texto, para poder adicioná-la em um processador de texto.

O print screen agora tem um aplicativo que permite capturar de formas diferentes a tela, como por exemplo, a tela inteira, partes ou áreas desenhadas da tela com o mouse.



Aplicativo de copiar tela (botão print screen).

O Paint foi reformulado, agora conta com novas ferramentas e design melhorado, ganhou menus e ferramentas que parecem do Office 2007.



Paint com novos recursos.

O WordPad também foi reformulado, recebeu novo visual mais próximo ao Word 2007, também ganhou novas ferramentas, assim se tornando um bom editor para quem não tem o Word 2007.

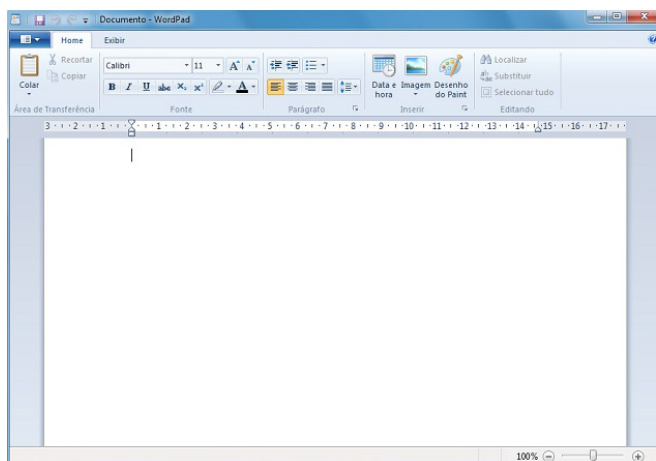
A calculadora também sofreu mudanças, agora conta com 2 novos modos, programador e estatístico. No modo programador ela faz cálculos binários e tem opção de álgebra booleana. A estatística tem funções de cálculos básicos.

Também foi adicionado recurso de conversão de unidades como de pés para metros.



Calculadora: 2 novos modos.





*WordPad remodelado*

## Requisitos

Apesar desta nova versão do Windows estar mais leve em relação ao Vista, ainda é exigido uma configuração de hardware (peças) relativamente boa, para que seja utilizado sem problemas de desempenho.

Esta é a configuração mínima:

- Processador de 1 GHz (32-bit)
- Memória (RAM) de 1 GB
- Placa de Vídeo compatível com DirectX 9.0 e 32 MB de memória (sem Windows Aero)
- Espaço requerido de 16GB
- DVD-ROM
- Saída de Áudio

Se for desejado rodar o sistema sem problemas de lentidão e ainda usufruir de recursos como o Aero, o recomendado é a seguinte configuração.

Configuração Recomendada:

- Processador de 2 GHz (32 ou 64 bits)
- Memória (RAM) de 2 GB
- Espaço requerido de disco rígido: 16 GB
- Placa de vídeo com suporte a elementos gráficos DirectX 9 com 256 MB de memória (para habilitar o tema do Windows Aero)
- Unidade de DVD-R/W
- Conexão com a Internet (para obter atualizações)

## Atualizar de um SO antigo

O melhor cenário possível para a instalação do Windows 7 é com uma máquina nova, com os requisitos apropriados. Entretanto, é possível utilizá-lo num computador antigo, desde que atenda as especificações mínimas.

Se o aparelho em questão possuir o Windows Vista instalado, você terá a opção de atualizar o sistema operacional. Caso sua máquina utilize Windows XP, você deverá fazer a re-instalação do sistema operacional.

Utilizando uma versão anterior a do XP, muito provavelmente seu computador não atende aos requisitos mínimos. Entretanto, nada impede que você tente fazer a reinstalação.

## Atualização

“Atualizar é a forma mais conveniente de ter o Windows 7 em seu computador, pois mantém os arquivos, as configurações e os programas do Windows Vista no lugar” (Site da Microsoft, <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows7/help/upgrading-from-windows-vista-to-windows-7>).

BR/windows7/help/upgrading-from-windows-vista-to-windows-7).

É o método mais adequado, se o usuário não possui conhecimento ou tempo para fazer uma instalação do método tradicional. Optando por essa opção, ainda devesse tomar cuidado com a compatibilidade dos programas, o que funciona no Vista nem sempre funcionará no 7.

## Instalação

Por qualquer motivo que a atualização não possa ser efetuada, a instalação completa se torna a opção mais viável.

Neste caso, é necessário fazer backup de dados que se deseja utilizar, como drivers e documentos de texto, pois todas as informações no computador serão perdidas. Quando iniciar o Windows 7, ele vai estar sem os programas que você havia instalado e com as configurações padrão.

## Desempenho

De nada adiantariam os novos recursos do Windows 7 se ele mantivesse a fama de lento e paranoico, adquirida por seu antecessor. Testes indicam que a nova versão tem ganhado alguns pontos na velocidade.

O Seven te ajuda automaticamente com o desempenho: “Seu sistema operacional toma conta do gerenciamento do processador e memória para você” (Jim Boyce; Windows 7 Bible, pg 1041, tradução nossa).

Além disso, as tarefas recebem prioridades. Apesar de não ajudar efetivamente no desempenho, o Windows 7 prioriza o que o usuário está interagindo (tarefas “foreground”).

Outras, como uma impressão, tem baixa prioridade pois são naturalmente lentas e podem ser executadas “longe da visão” do usuário, dando a impressão que o computador não está lento.

Essa característica permite que o usuário não sinta uma lentidão desnecessária no computador.

Entretanto, não se pode ignorar o fato que, com cada vez mais recursos e “efeitos gráficos”, a tendência é que o sistema operacional se torne um forte consumidor de memória e processamento. O Seven disponibiliza vários recursos de ponta e mantém uma performance satisfatória.

## Monitor de desempenho

Apesar de não ser uma exclusividade do Seven, é uma ferramenta poderosa para verificar como o sistema está se portando. Podem-se adicionar contadores (além do que já existe) para colher ainda mais informações e gerar relatórios.

## Monitor de recursos

Com o monitor de recursos, uma série de abas mostra informações sobre o uso do processador, da memória, disco e conexão à rede.

## PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AS VERSÕES

### Windows 7 Starter

Como o próprio título acima sugere, esta versão do Windows é a mais simples e básica de todas. A Barra de Tarefas foi completamente redesenhada e não possui suporte ao famoso Aero Glass. Uma limitação da versão é que o usuário não pode abrir mais do que três aplicativos ao mesmo tempo.

Esta versão será instalada em computadores novo apenas nos países em desenvolvimento, como Índia, Rússia e Brasil. Disponível apenas na versão de 32 bits.

### Windows 7 Home Basic

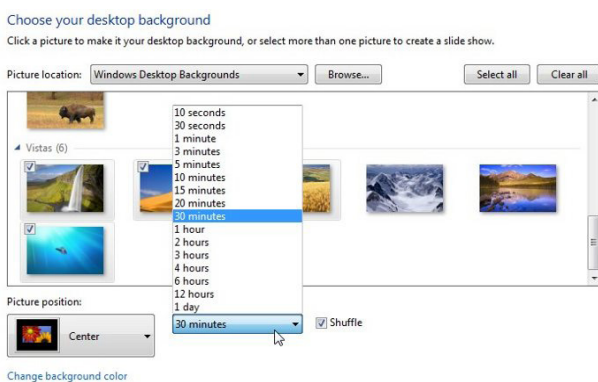
Esta é uma versão intermediária entre as edições Starter e Home Premium (que será mostrada logo abaixo). Terá também a versão de 64 bits e permitirá a execução de mais de três aplicativos ao mesmo tempo.

Assim como a anterior, não terá suporte para o Aero Glass nem para as funcionalidades sensíveis ao toque, fugindo um pouco da principal novidade do Windows 7. Computadores novos poderão contar também com a instalação desta edição, mas sua venda será proibida nos Estados Unidos.

### Windows 7 Home Premium

Edição que os usuários domésticos podem chamar de “completa”, a Home Premium acumula todas as funcionalidades das edições citadas anteriormente e soma mais algumas ao pacote.

Dentre as funções adicionadas, as principais são o suporte à interface Aero Glass e também aos recursos Touch Windows (tela sensível ao toque) e Aero Background, que troca seu papel de parede automaticamente no intervalo de tempo determinado. Haverá ainda um aplicativo nativo para auxiliar no gerenciamento de redes wireless, conhecido como Mobility Center.



Esta edição será colocada à venda em lojas de varejo e também poderá ser encontrada em computadores novos.

## Windows 7 Professional, voltado às pequenas empresas

Mais voltada para as pequenas empresas, a versão Profissional do Windows 7 possuirá diversos recursos que visam facilitar a comunicação entre computadores e até mesmo impressoras de uma rede corporativa.

Para isso foram desenvolvidos aplicativos como o Domain Join, que ajuda os computadores de uma rede a “se enxergarem” e conseguirem se comunicar. O Location Aware Printing, por sua vez, tem como objetivo tornar muito mais fácil o compartilhamento de impressoras.

Como empresas sempre estão procurando maneiras para se proteger de fraudes, o Windows 7 Professional traz o Encrypting File System, que dificulta a violação de dados. Esta versão também será encontrada em lojas de varejo ou computadores novos.

## Windows 7 Enterprise, apenas para vários

Sim, é “apenas para vários” mesmo. Como esta é uma versão mais voltada para empresas de médio e grande porte, só poderá ser adquirida com licenciamento para diversas máquinas. Acumula todas as funcionalidades citadas na edição Profissional e possui recursos mais sofisticados de segurança.

Dentre esses recursos estão o BitLocker, responsável pela criptografia de dados e o AppLocker, que impede a execução de programas não-autorizados. Além disso, há ainda o BranchCache, para turbinar transferência de arquivos grandes e também o DirectAccess, que dá uma super ajuda com a configuração de redes corporativas.

## Windows 7 Ultimate, o mais completo e mais caro

Esta será, provavelmente, a versão mais cara de todas, pois contém todas as funcionalidades já citadas neste artigo e mais algumas. Apesar de sua venda não ser restrita às empresas, o Microsoft disponibilizará uma quantidade limitada desta versão do sistema.

Isso porque grande parte dos aplicativos e recursos presentes na Ultimate são dedicados às corporações, não interessando muito aos usuários comuns.

Recursos	Starter	Home Basic	Home Premium	Professional	Enterprise	Ultimate
Suporte à Interface Aero Glass			☑	☑	☑	☑
Suporte ao Touch Windows			☑	☑	☑	☑
Execução de mais de três aplicativos		☑	☑	☑	☑	☑
Versão 64 bits		☑	☑	☑	☑	☑
Pré-instalada em computadores novos	☑	☑	☑	☑	☑	☑
Venda no Varejo			☑	☑	☑	☑
Aplicativo para auxiliar com a rede wireless			☑	☑	☑	☑
Domain Join, Location Aware Printing				☑	☑	☑
Encrypting File System				☑	☑	☑
BitLocker e AppLocker					☑	☑
BranchCache e DirectAccess					☑	☑

## INSTALAR UM PROGRAMA

Você pode fazer muito com os programas e recursos incluídos no Windows, mas provavelmente desejará instalar outros programas.

A maneira como você adiciona um programa depende de onde estão localizados os arquivos de instalação do programa. Normalmente, os programas são instalados de um CD ou DVD, da Internet ou de uma rede. Se desejar desinstalar ou fazer alterações em um programa que já está instalado no computador, consulte Desinstalar ou alterar um programa.

### Para instalar um programa de um CD ou DVD

Insira o disco no computador e siga as instruções na tela. É necessário ter permissão do administrador. Se você for solicitado a informar uma senha de administrador ou sua confirmação, digite a senha ou forneça a confirmação.

Muitos programas instalados de CDs ou DVDs iniciam um assistente de instalação do programa automaticamente. Nesses casos, a caixa de diálogo Execução Automática será exibida e você poderá optar por executar o assistente.

Se um programa não começar a ser instalado, consulte as informações que o acompanham. Elas provavelmente fornecerão instruções para instalar o programa manualmente. Se não conseguir acessar as informações, você poderá navegar pelo disco e abrir o arquivo de instalação do programa, normalmente chamado de Setup.exe ou Install.exe.

### Para instalar um programa da Internet

No navegador da Web, clique no link do programa.

Siga um destes procedimentos:

Para instalar o programa imediatamente, clique em Abrir ou Executar e siga as instruções na tela. É necessário ter permissão do administrador.

Se você for solicitado a informar uma senha de administrador ou sua confirmação, digite a senha ou forneça a confirmação.

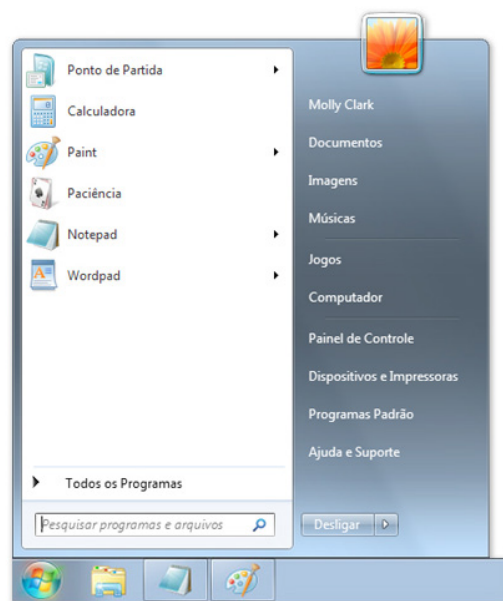
Para instalar o programa mais tarde, clique em Salvar e baixe o arquivo de instalação para o computador. Quando estiver pronto para instalar o programa, clique duas vezes no arquivo e siga as instruções na tela. Essa é uma opção mais segura, pois você pode verificar se há vírus no arquivo de instalação antes de continuar.

#### Observação

Ao baixar e instalar programas da Internet, assegure-se de que confia no fornecedor do programa e no site que o está oferecendo.

## O MENU INICIAR (VISÃO GERAL)

O menu Iniciar é o portão de entrada para programas, pastas e configurações do computador. Ele se chama menu, pois oferece uma lista de opções, exatamente como o menu de um restaurante. E como a palavra “iniciar” já diz, é o local onde você iniciará ou abrirá itens.



### Start menu

Use o menu Iniciar para fazer as seguintes atividades comuns:

- Iniciar programas
- Abrir pastas usadas com frequência
- Pesquisar arquivos, pastas e programas
- Ajustar configurações do computador
- Obter ajuda com o Windows sistema operacional
- Desligar o computador
- Fazer logoff do Windows ou alternar para outra conta de usuário

### Introdução ao menu Iniciar

Para abrir o menu Iniciar, clique no botão Iniciar no canto inferior esquerdo da tela. Ou pressione a tecla de logotipo do Windows no teclado.

O menu Iniciar está dividido em três partes básicas:

O painel esquerdo grande mostra uma lista breve de programas no computador. Pode haver variações na aparência dessa lista porque o fabricante do computador tem autonomia para personalizá-la. Clique em Todos os Programas para exibir uma lista completa de programas (mais informações adiante).

Na parte inferior do painel esquerdo está a caixa de pesquisa, que permite que você procure programas e arquivos no computador digitando os termos de pesquisa.

O painel direito dá acesso a pastas, arquivos, configurações e recursos mais usados. Nele também é possível fazer logoff do Windows ou desligar o computador.

### Abrindo programas a partir do menu Iniciar

Um dos usos mais comuns do menu Iniciar é abrir programas instalados no computador. Para abrir um programa mostrado no painel esquerdo do menu Iniciar, clique nele. Isso abrirá o programa e fechará o menu Iniciar.

Se você não vir o programa que deseja, clique em Todos os Programas na parte inferior do painel esquerdo. O painel exibirá imediatamente uma longa lista de programas, em ordem alfabética, seguida por uma lista de pastas.

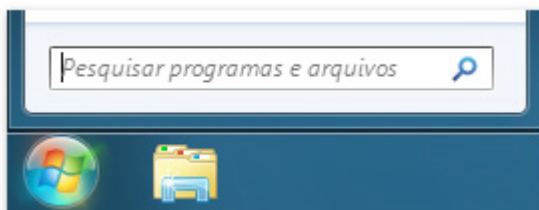
Se você clicar em um dos ícones do programa, ele será iniciado e o menu Iniciar será fechado. O que há dentro das pastas? Mais programas. Clique em Acessórios, por exemplo, e uma lista de programas armazenados nessa pasta aparecerá. Clique em qualquer programa para abri-lo. Para voltar aos programas que você viu quando abriu o menu Iniciar pela primeira vez, clique em Voltar perto da parte inferior do menu.

Se você não tiver certeza do que um programa faz, mova o ponteiro sobre o respectivo ícone ou nome. Aparecerá uma caixa com uma descrição do programa. Por exemplo, a ação de apontar para a Calculadora exibe esta mensagem: “Executa tarefas aritméticas básicas com uma calculadora na tela”. Isso funciona também para itens no painel direito do menu Iniciar.

Você notará que, com o tempo, as listas de programas no menu Iniciar vão sendo alteradas. Isso acontece por dois motivos. Em primeiro lugar, quando você instala novos programas, eles são adicionados à lista Todos os Programas. Em segundo lugar, o menu Iniciar detecta quais programas você usa mais e os substitui no painel esquerdo para acesso rápido.

### A caixa de pesquisa

A caixa de pesquisa é uma das maneiras mais convenientes de encontrar algo no computador. A localização exata dos itens não importa. A caixa de pesquisa fará uma busca rápida nos programas e em todas as pastas da sua pasta pessoal (que inclui Documentos, Imagens, Música, Área de Trabalho entre outras localizações comuns). Ela também pesquisará em mensagens de email, mensagens instantâneas salvas, compromissos e contatos.



A caixa de pesquisa do menu Iniciar

Para usar a caixa de pesquisa, abra o menu Iniciar e comece a digitar. Não é necessário clicar dentro da caixa primeiro. À medida que você digita, os resultados da pesquisa são exibidos acima da caixa de pesquisa, no painel esquerdo do menu Iniciar.

Será exibido um programa, um arquivo ou uma pasta como resultado da pesquisa se:

Alguma palavra no título corresponder ao termo pesquisado ou começar com ele.

Algum texto no conteúdo do arquivo (como o texto de um documento de processamento de texto) corresponder ao termo pesquisado ou começar com ele.

Alguma palavra em uma propriedade do arquivo, como o autor, corresponder ao termo pesquisado ou começar com ele.

Clique em qualquer resultado da pesquisa para abri-lo. Ou clique no botão Apagar Imagem do botão Limpar da caixa de pesquisa no menu Iniciar para apagar os resultados da pesquisa e retornar à lista de programas principais.

Além de programas, arquivos, pastas e comunicações, a caixa de pesquisa também examina seus favoritos e o histórico de sites visitados. Se alguma dessas páginas da Web incluir o termo de pesquisa, ela aparecerá em um cabeçalho chamado “Favoritos e Histórico”.

O que está no painel direito?

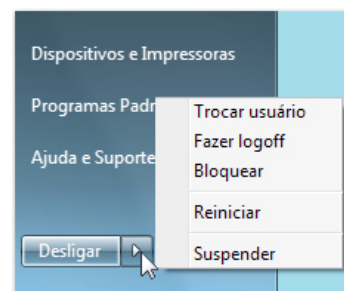
O painel direito do menu Iniciar contém links para partes do Windows que você provavelmente usará com mais frequência. Aqui estão elas, de cima para baixo:

- Pasta pessoal. Abre a pasta pessoal, que recebe o nome de quem está conectado no momento ao Windows. Por exemplo, se o usuário atual for Luciana Ramos, a pasta se chamará Luciana Ramos. Esta pasta, por sua vez, contém arquivos específicos do usuário, como as pastas Documentos, Música, Imagens e Vídeos.
- Documentos. Abre a pasta Documentos, na qual é possível armazenar e abrir arquivos de texto, planilhas, apresentações e outros tipos de documentos.
- Imagens. Abre a pasta Imagens, na qual é possível armazenar e exibir imagens digitais e arquivos gráficos.
- Música. Abre a pasta Músicas, na qual é possível armazenar e tocar música e outros arquivos de áudio.
- Jogos. Abre a pasta Jogos, na qual é possível acessar todos os jogos no computador.
- Computador. Abre uma janela na qual é possível acessar unidades de disco, câmeras, impressoras, scanners e outros hardwares conectados ao computador.
- Painel de Controle. Abre o Painel de Controle, no qual é possível personalizar a aparência e a funcionalidade do computador, instalar ou desinstalar programas, configurar conexões de rede e gerenciar contas de usuário.
- Dispositivos e Impressoras. Abre uma janela onde é possível exibir informações sobre a impressora, o mouse e outros dispositivos instalados no seu computador.
- Programas Padrão. Abre uma janela onde é possível selecionar qual programa você deseja que o Windows use para determinada atividade, como navegação na Web.

• Ajuda e Suporte. Abre a Ajuda e Suporte do Windows onde você pode procurar e pesquisar tópicos da Ajuda sobre como usar o Windows e o computador. Consulte Obtendo ajuda.

Na parte inferior do painel direito está o botão de Desligar. Clique no botão Desligar para desligar o computador.

O clique na seta ao lado do botão Desligar exibe um menu com opções adicionais para alternar usuários, fazer logoff, reiniciar ou desligar.



Clique no botão Desligar para desligar o computador ou clique na seta para verificar outras opções

### Personalizar o menu Iniciar

Você pode controlar quais itens aparecerão no menu Iniciar. Por exemplo, você pode adicionar ícones de seus programas favoritos ao menu Iniciar para acesso rápido ou remover programas da lista. Também pode optar por ocultar ou exibir certos itens no painel direito.

## USANDO MENUS, BOTÕES, BARRAS E CAIXAS

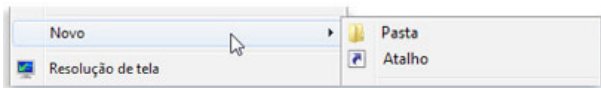
Menus, botões, barras de rolagem e caixas de seleção são exemplos de controles que funcionam com o mouse ou teclado. Esses controles permitem selecionar comandos, alterar configurações ou trabalhar com janelas. Esta seção descreve como reconhecer e usar controles que você encontrará com frequência ao usar o Windows.

### Usando menus

A maioria dos programas contém dezenas ou até centenas de comandos (ações) que você usa para trabalhar. Muitos desses comandos estão organizados em menus. Como no cardápio de um restaurante, um menu de programa mostra uma lista de opções. Para manter a tela organizada, os menus ficam ocultos até que você clique em seus títulos na barra de menus, localizada imediatamente abaixo da barra de título.

Para escolher um dos comandos listados em um menu, clique nele. Às vezes, aparece uma caixa de diálogo na qual é possível selecionar mais opções. Se um comando não estiver disponível ou não puder ser clicado, ele será exibido em cinza.

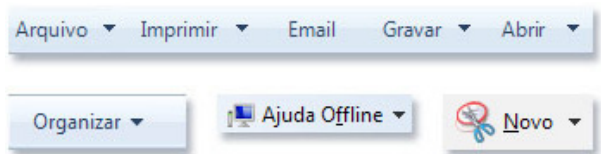
Alguns itens de menu não são comandos. Na realidade, eles abrem outros menus. Na figura a seguir, um submenu é aberto quando você aponta para “Novo”.



### Alguns comandos de menu abrem submenus

Se você não vir o comando que deseja, verifique outro menu. Mova o ponteiro do mouse pela barra de menus e eles se abrirão automaticamente, sem que você precise clicar na barra de menus outra vez. Para fechar um menu sem selecionar nenhum comando, clique na barra de menus ou em alguma outra parte da janela.

Nem sempre é fácil reconhecer menus, porque nem todos os controles de menu se parecem ou são exibidos em uma barra de menus. Como identificá-los então? Quando você vir uma seta ao lado de uma palavra ou imagem, é provável que seja um controle de menu. Veja alguns exemplos:



### Exemplos de controles de menu

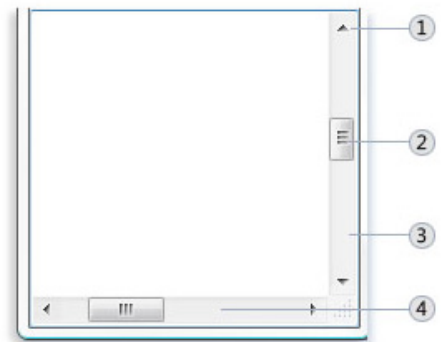
#### Dicas

Se um atalho de teclado estiver disponível para um comando, ele será mostrado ao lado do comando.

Você pode usar o teclado, em vez do mouse, para operar com os menus. Consulte Usando o teclado.

#### Usando barras de rolagem

Quando um documento, uma página da Web ou uma imagem excede o tamanho da janela, barras de rolagem aparecem para permitir que você veja as informações que estão fora de visão no momento. A figura a seguir mostra as partes de uma barra de rolagem.



- 1 Seta de rolagem
- 2 Caixa de rolagem
- 3 Barra de rolagem vertical
- 4 Barra de rolagem horizontal

### Barras de rolagem horizontal e vertical

Para usar a barra de rolagem:

Clique nas setas de rolagem para cima ou para baixo para percorrer o conteúdo da janela em pequenas etapas. Mantenha o botão do mouse pressionado para rolar continuamente.

Para rolar uma página para cima ou para baixo, clique em uma área vazia de uma barra de rolagem acima ou abaixo da caixa de rolagem.

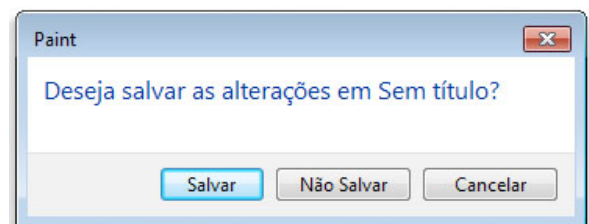
Arraste uma caixa de rolagem para cima, para baixo, para a esquerda ou para a direita para rolar a janela nessa direção.

#### Dica

Se o mouse tiver uma roda de rolagem, você poderá usá-la para percorrer documentos e páginas da Web. Para rolar para baixo, role a roda para trás (em direção a você). Para rolar para cima, role a roda para frente (em direção contrária a você).

### Usando botões de comando

Um botão de comando executa um comando (uma ação) quando você clica nele. Você os verá com mais frequência em caixas de diálogo, que são pequenas janelas contendo opções para concluir uma tarefa. Por exemplo, se você fechar uma imagem do Paint sem salvá-la primeiro, verá uma caixa de diálogo como esta:



### Caixa de diálogo com três botões

Para fechar a imagem, primeiro clique no botão Salvar ou Não Salvar. Clique em Salvar para salvar a imagem e as alterações; clique em Não Salvar para excluir a imagem e descartar as alterações. Se clicar em Cancelar, a caixa de diálogo será descartada e você retornará ao programa.

#### Dica

Pressionar a tecla Enter é o mesmo que clicar em um botão de comando que esteja selecionado.

Fora das caixas de diálogo, a aparência dos botões de comando varia; por isso, às vezes é difícil saber o que é ou não um botão. Por exemplo, os botões de comando costumam ser exibidos como pequenos ícones (imagens) sem texto ou moldura retangular.

A maneira mais confiável de determinar se um item é um botão de comando é colocar o ponteiro do mouse sobre ele. Se ele “acender” e surgir um contorno retangular em torno dele, trata-se de um botão. A maioria dos botões também exibe algum texto descrevendo sua função quando você aponta para eles.

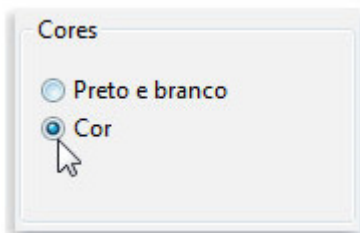
Se um botão se dividir em duas partes quando você apontar para ele, trata-se de um botão de divisão. Clique na parte principal do botão para executar um comando ou clique na seta para abrir um menu com mais opções.



Botões de divisão se dividem em duas partes quando você aponta para eles

### Usando botões de opção

Os botões de opção permitem escolher entre duas ou mais opções. Normalmente aparecem em caixas de diálogo. A figura a seguir mostra dois botões de opção. A opção “Cor” está selecionada

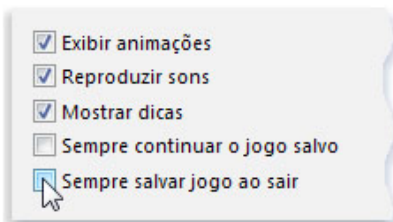


O clique em um botão seleciona esta opção

Para selecionar uma opção, clique em um dos botões. É possível selecionar apenas uma opção.

### Usando caixas de seleção

As caixas de seleção permitem selecionar uma ou mais opções independentes. Ao contrário dos botões de opção, que restringem sua escolha a uma opção, as caixas de seleção permitem que você escolha várias opções ao mesmo tempo.



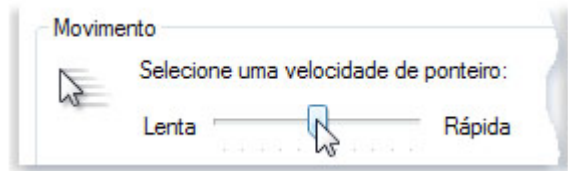
Clique em uma caixa de seleção vazia para selecionar esta opção

Para usar caixas de seleção:

- Clique em um quadrado vazio para selecionar ou “ativar” esta opção. Uma marca de seleção aparecerá no quadrado, indicando que a opção foi selecionada.
- Para desativar uma opção, desmarque (remova) sua marca de seleção clicando nela.
- Opções que não podem ser selecionadas ou desmarcadas no momento são mostradas em cinza.

### Usando controles deslizantes

Um controle deslizante permite ajustar uma configuração em um intervalo de valores. Ele tem a seguinte aparência:



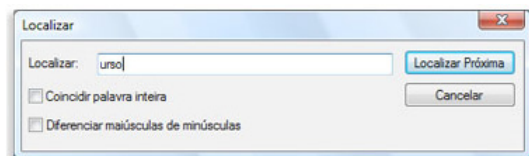
A ação de mover o controle deslizante altera a velocidade do ponteiro

Um controle deslizante ao longo da barra mostra o valor selecionado no momento. No exemplo acima, o controle deslizante está posicionado no meio do caminho entre Lenta e Rápida, indicando uma velocidade média do ponteiro.

Para usar um controle deslizante, arraste-o em direção ao valor desejado.

### Usando caixas de texto

Uma caixa de texto permite digitar informações, como senha ou termo de pesquisa. A figura a seguir mostra uma caixa de diálogo contendo uma caixa de texto. Digitamos “urso” na caixa de texto.

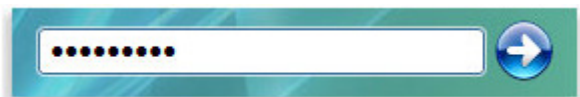


Exemplo de uma caixa de texto em uma caixa de diálogo

Uma linha vertical intermitente chamada cursor indica onde aparecerá o texto que você digitar. No exemplo, você pode ver o cursor após o “o” de “urso”. É possível mover facilmente o cursor clicando na nova posição. Por exemplo, para adicionar uma palavra antes de “urso”, primeiro mova o cursor e clique antes do “u”.

Se você não vir um cursor na caixa de texto, significa que a caixa de texto não está pronta para digitação. Primeiro clique na caixa e só depois comece a digitar.

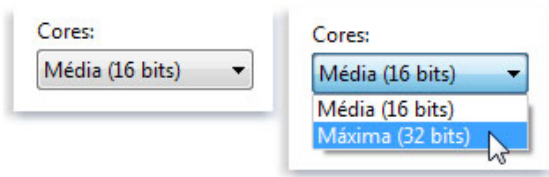
Caixas de texto que exigem senhas geralmente ocultam a senha quando você a digita, para o caso de alguém estar olhando para sua tela.



Caixas de texto que exigem senhas geralmente ocultam a senha

### Usando listas suspensas

Listas suspensas são semelhantes a menus. Entretanto, em vez de clicar em um comando, você escolhe uma opção. Quando estão fechadas, as listas suspensas mostram somente a opção selecionada no momento. As outras opções disponíveis ficam ocultas até que você clique no controle, como mostra a figura abaixo:



Uma lista suspensa fechada (à esquerda) e aberta (à direita)  
 Para abrir uma lista suspensa, clique nela. Para escolher uma opção na lista, clique na opção.

### Usando caixas de listagem

Uma caixa de listagem exibe uma lista de opções para você escolher. Ao contrário da lista suspensa, as opções (todas ou algumas) já estão visíveis, sem que seja necessário abrir a lista.

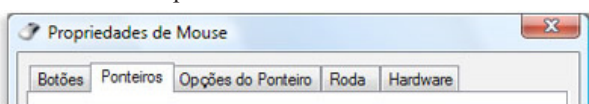


### Caixa de listagem

Para escolher uma opção na lista, clique nela. Se a opção desejada não estiver visível, use a barra de rolagem para rolar a lista para cima ou para baixo. Se a caixa de listagem tiver uma caixa de texto acima dela, você poderá digitar o nome ou valor da opção.

### Usando guias

Em algumas caixas de diálogo, as opções são divididas em duas ou mais guias. Somente uma guia (ou um conjunto de opções) pode ser visualizada por vez.



### Guias

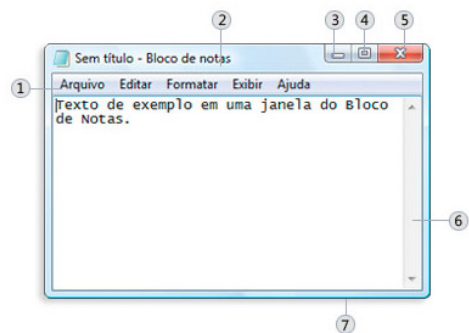
A guia selecionada no momento aparece na frente das outras guias. Para alternar para outra guia, clique nela.

## TRABALHANDO COM JANELAS

Sempre que você abre um programa, um arquivo ou uma pasta, ele aparece na tela em uma caixa ou moldura chamada janela (daí o nome atribuído ao sistema operacional Windows, que significa Janelas em inglês). Como as janelas estão em toda parte no Windows, é importante saber como movê-las, alterar seu tamanho ou simplesmente fazê-las desaparecer.

### Partes de uma janela

Embora o conteúdo de cada janela seja diferente, todas as janelas têm algumas coisas em comum. Em primeiro lugar, elas sempre aparecem na área de trabalho, a principal área da tela. Além disso, a maioria das janelas possuem as mesmas partes básicas.



- 1 Barra de menus
- 2 Barra de título
- 3 Botão Minimizar
- 4 Botão Maximizar
- 5 Botão Fechar
- 6 Barra de rolagem
- 7 Borda

### Partes de uma janela típica

- Barra de título. Exibe o nome do documento e do programa (ou o nome da pasta, se você estiver trabalhando em uma pasta).
- Botões Minimizar, Maximizar e Fechar. Estes botões permitem ocultar a janela, alargá-la para preencher a tela inteira e fechá-la, respectivamente (mais detalhes sobre eles em breve).
- Barra de menus. Contém itens nos quais você pode clicar para fazer escolhas em um programa. Consulte Usando menus, botões, barras e caixas.
- Barra de rolagem. Permite rolar o conteúdo da janela para ver informações que estão fora de visão no momento.
- Bordas e cantos. É possível arrastá-los com o ponteiro do mouse para alterar o tamanho da janela.

Outras janelas podem ter botões, caixas ou barras adicionais, mas normalmente também têm as partes básicas.

### Movendo uma janela

Para mover uma janela, aponte para sua barra de título com o ponteiro do mouse. Em seguida, arraste a janela para o local desejado. (Arrastar significa apontar para um item, manter pressionado o botão do mouse, mover o item com o ponteiro e depois soltar o botão do mouse.)

### Alterando o tamanho de uma janela

Para que uma janela ocupe a tela inteira, clique em seu botão Maximizar ou clique duas vezes na barra de título da janela.

Para retornar uma janela maximizada ao tamanho anterior, clique em seu botão Restaurar (ele é exibido no lugar do botão Maximizar) ou clique duas vezes na barra de título da janela.

Para redimensionar uma janela (torná-la menor ou maior), aponte para qualquer borda ou canto da janela. Quando o ponteiro do mouse mudar para uma seta de duas pontas (veja a figura abaixo), arraste a borda ou o canto para encolher ou alargar a janela.




Arraste a borda ou o canto de uma janela para redimensioná-la. Não é possível redimensionar uma janela maximizada. Você deve primeiro restaurá-la ao tamanho anterior.

#### Observação

Embora a maioria das janelas possa ser maximizada e redimensionada, existem algumas janelas que têm tamanho fixo, como as caixas de diálogo.

#### Ocultando uma janela

Minimizar uma janela é o mesmo que ocultá-la. Se você deseja tirar uma janela temporariamente do caminho sem fechá-la, minimize-a.

Para minimizar uma janela, clique em seu botão Minimizar . A janela desaparecerá da área de trabalho e ficará visível somente como um botão na barra de tarefas, aquela barra longa horizontal na parte inferior da tela.



Botão da barra de tarefas

#### Botão da barra de tarefas

Para fazer uma janela minimizada aparecer novamente na área de trabalho, clique em seu respectivo botão da barra de tarefas. A janela aparecerá exatamente como estava antes de ser minimizada.

#### Fechando uma janela

O fechamento de uma janela a remove da área de trabalho e da barra de tarefas. Se você tiver terminado de trabalhar com um programa ou documento e não precisar retornar a ele imediatamente, feche-o.

Para fechar uma janela, clique em seu botão Fechar .

#### Observação

Se você fechar um documento sem salvar as alterações feitas, aparecerá uma mensagem dando-lhe a opção de salvar as alterações.

#### Alternando entre janelas

Se você abrir mais de um programa ou documento, a área de trabalho poderá ficar congestionada rapidamente. Manter o controle de quais janelas você já abriu nem sempre é fácil, porque algumas podem encobrir, total ou parcialmente, as outras.

Usando a barra de tarefas. A barra de tarefas fornece uma maneira de organizar todas as janelas. Cada janela tem um botão correspondente na barra de tarefas. Para alternar para outra janela, basta clicar no respectivo botão da barra de tarefas. A janela aparecerá na frente de todas as outras, tornando-se a janela ativa, ou seja, aquela na qual você está trabalhando no momento.

Para identificar com facilidade uma janela, aponte para seu botão da barra de tarefas. Quando você aponta para um botão na barra de tarefas, aparece uma visualização em miniatura dessa janela, seja o conteúdo um documento, uma foto ou até mesmo um vídeo em execução. Esta visualização é útil principalmente quando você não consegue identificar uma janela somente pelo título.



Colocar o cursor sobre o botão de uma janela na barra de tarefas exibe uma visualização da janela

#### Observação

Para visualizar miniaturas, seu computador deve oferecer suporte ao Aero. Para obter mais informações sobre o Aero, consulte O que é a experiência de área de trabalho do Aero?

Usando Alt+Tab. Você pode alternar para a janela anterior pressionando Alt+Tab, ou percorrer todas as janelas abertas e a área de trabalho mantendo pressionada a tecla Alt e pressionando repetidamente a tecla Tab. Solte Alt para mostrar a janela selecionada.

Usando o Aero Flip 3D. O Aero Flip 3D organiza as janelas em uma pilha tridimensional para permitir que você as percorra rapidamente. Para usar o Flip 3D:

Mantenha pressionada a tecla de logotipo do Windows e pressione Tab para abrir o Flip 3D.

Enquanto mantém pressionada a tecla de logotipo do Windows, pressione Tab repetidamente ou gire a roda do mouse para percorrer as janelas abertas. Você também pode pressionar Seta para a Direita ou Seta para Baixo para avançar uma janela, ou pressionar Seta para a Esquerda ou Seta para Cima para retroceder uma janela.

Solte a tecla de logotipo do Windows para exibir a primeira janela da pilha ou clique em qualquer parte da janela na pilha para exibir essa janela.





## Aero Flip 3D

### Dica

O Flip 3D faz parte da experiência de área de trabalho do Aero. Se o computador não oferecer suporte para o Aero, você poderá exibir os programas e janelas abertos no computador pressionando Alt+Tab. Para percorrer as janelas abertas, pressione a tecla Tab, pressione as teclas de direção ou use o mouse

### Organizando janelas automaticamente

Agora que você sabe como mover e redimensionar janelas, pode organizá-las da maneira que quiser na área de trabalho. Também pode fazer com que o Windows as organize automaticamente em uma destas três formas: em cascata, lado a lado e empilhadas verticalmente.



Organize as janelas em cascata (à esquerda), lado a lado (à direita) ou em uma pilha vertical (no centro)

Para escolher uma dessas opções, abra algumas janelas na área de trabalho, clique com o botão direito do mouse em uma área vazia da barra de tarefas e clique em Janelas em cascata, Mostrar janelas empilhadas ou Mostrar janelas lado a lado.

### Organizar janelas usando Ajustar

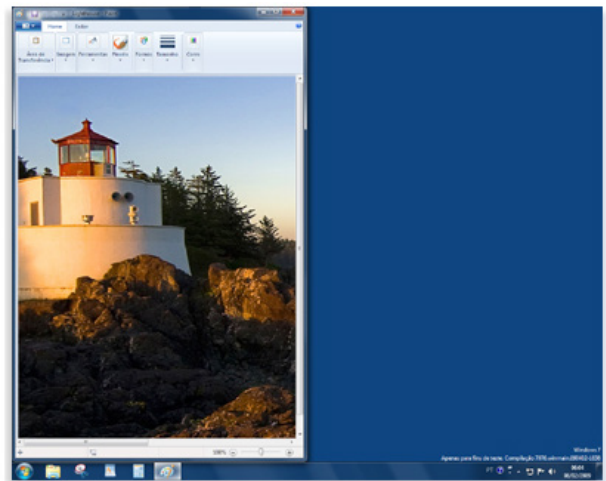
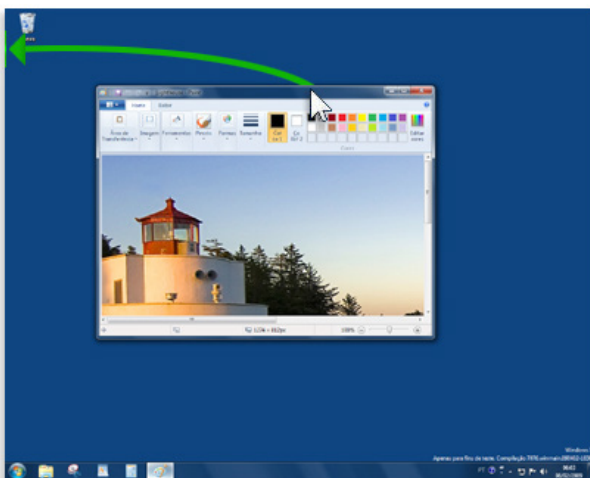
O recurso Ajustar redimensiona automaticamente as janelas quando você as move ou ajusta na borda da tela. Você pode usar o Ajustar para organizar janelas lado a lado, expandir janelas verticalmente ou maximizar uma janela.

### Para organizar janelas lado a lado

Arraste a barra de título de uma janela para a esquerda ou a direita da tela até ser exibido um contorno da janela expandida.

Libere o mouse para expandir a janela.

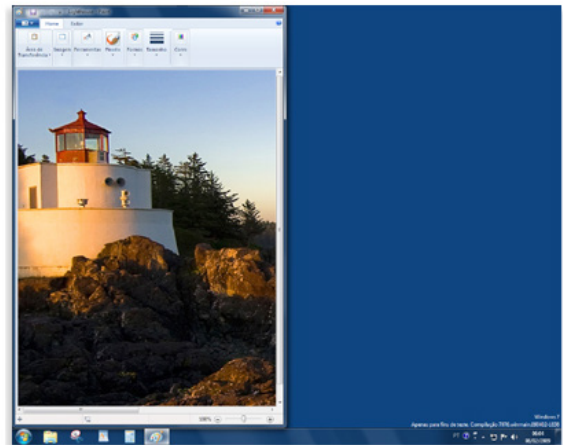
Repita as etapas 1 e 2 com outra janela para organizar as janelas lado a lado.



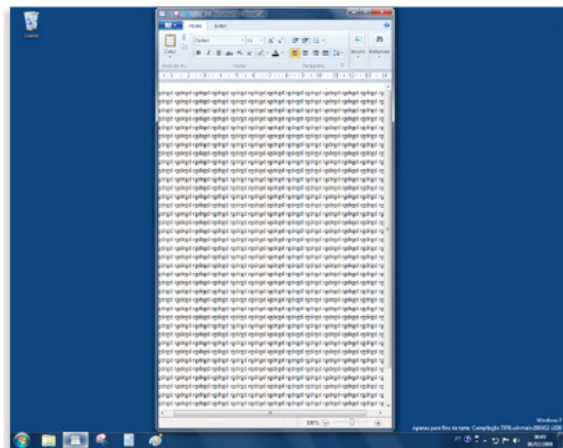
Arraste uma janela para o lado da área de trabalho para expandi-la até metade da tela.

### Para expandir uma janela verticalmente

Aponte para a borda superior ou inferior da janela aberta até o ponteiro mudar para uma seta de duas pontas.



Arraste a borda da janela para a parte superior ou inferior da tela para expandir a a janela na altura total da área de trabalho. A largura da janela não é alterada.

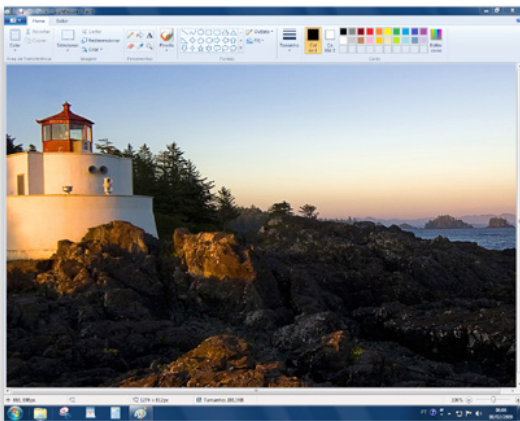
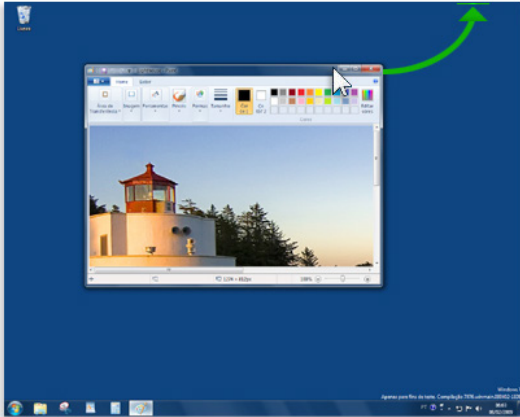


Arraste a parte superior ou inferior da janela para expandi-la verticalmente

### Para maximizar uma janela

Arraste a barra de título da janela para a parte superior da tela. O contorno da janela se expande para preencher a tela.

Libere a janela para expandi-la e preencher toda a área de trabalho.



Arraste uma janela para a parte superior da área de trabalho para expandi-la totalmente

### Caixas de diálogo

Uma caixa de diálogo é um tipo especial de janela que faz uma pergunta, fornece informações ou permite que você selecione opções para executar uma tarefa. Você verá caixas de diálogo com frequência quando um programa ou o Windows precisar de uma resposta sua antes de continuar.

Ao contrário das janelas comuns, a maioria das caixas de diálogo não podem ser maximizadas, minimizadas ou redimensionadas, mas podem ser movidas

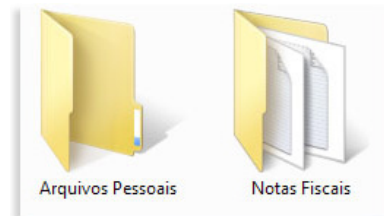
### TRABALHANDO COM ARQUIVOS E PASTAS

Um arquivo é um item que contém informações, por exemplo, texto, imagens ou música. Quando aberto, um arquivo pode ser muito parecido com um documento de texto ou com uma imagem que você poderia encontrar na mesa de alguém ou em um arquivo convencional. Em seu computador, os arquivos são representados por ícones; isso facilita o reconhecimento de um tipo de arquivo bastando olhar para o respectivo ícone. Veja a seguir alguns ícones de arquivo comuns:



Ícones de alguns tipos de arquivo

Uma pasta é um contêiner que pode ser usado para armazenar arquivos. Se você tivesse centenas de arquivos em papel em sua mesa, seria quase impossível encontrar um arquivo específico quando você dele precisasse. É por isso que as pessoas costumam armazenar os arquivos em papel em pastas dentro de um arquivo convencional. As pastas no computador funcionam exatamente da mesma forma. Veja a seguir alguns ícones de pasta comuns:



Uma pasta vazia (à esquerda); uma pasta contendo arquivos (à direita)

As pastas também podem ser armazenadas em outras pastas. Uma pasta dentro de uma pasta é chamada subpasta. Você pode criar quantas subpastas quiser, e cada uma pode armazenar qualquer quantidade de arquivos e subpastas adicionais.

### Usando bibliotecas para acessar arquivos e pastas

Quando se trata de se organizar, não é necessário começar do zero. Você pode usar bibliotecas, um novo recurso desta versão do Windows, para acessar arquivos e pastas e organizá-los de diferentes maneiras. Esta é uma lista das quatro bibliotecas padrão e para que elas são usadas normalmente:

- Biblioteca Documentos. Use essa biblioteca para organizar documentos de processamento de texto, planilhas, apresentações e outros arquivos relacionados a texto. Para obter mais informações, consulte Gerenciando seus contatos.

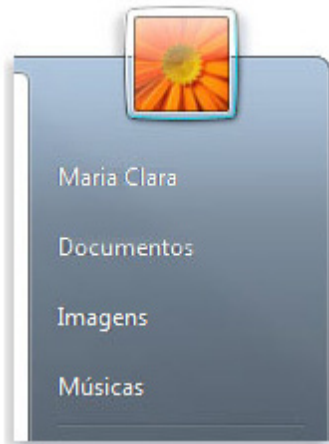
Por padrão, os arquivos movidos, copiados ou salvos na biblioteca Documentos são armazenados na pasta Meus Documentos.

- Biblioteca Imagens. Use esta biblioteca para organizar suas imagens digitais, sejam elas obtidas da câmera, do scanner ou de emails recebidos de outras pessoas. Por padrão, os arquivos movidos, copiados ou salvos na biblioteca Imagens são armazenados na pasta Minhas Imagens.

- Biblioteca Músicas. Use esta biblioteca para organizar suas músicas digitais, como as que você copia de um CD de áudio ou as baixadas da Internet. Por padrão, os arquivos movidos, copiados ou salvos na biblioteca Músicas são armazenados na pasta Minhas Músicas.

- **Biblioteca Vídeos.** Use esta biblioteca para organizar e arrumar seus vídeos, como cliques da câmera digital ou da câmera de vídeo, ou arquivos de vídeo baixados da Internet. Por padrão, os arquivos movidos, copiados ou salvos na biblioteca Vídeos são armazenados na pasta Meus Vídeos.

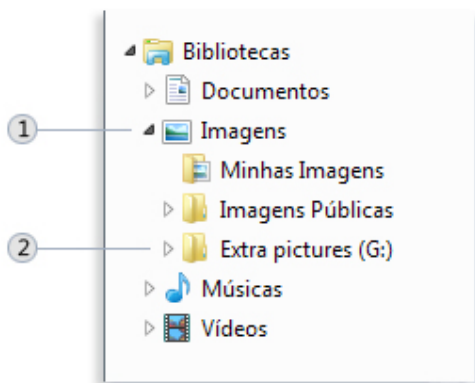
Para abrir as bibliotecas Documentos, Imagens ou Músicas, clique no botão Iniciar, em seguida, em Documentos, Imagens ou Músicas.



É possível abrir bibliotecas comuns a partir do menu Iniciar

### Trabalhando com bibliotecas

Nas versões anteriores do Windows, o gerenciamento de arquivos significava organizá-los em pastas e subpastas diferentes. Nesta versão do Windows, você pode usar também bibliotecas para organizar e acessar arquivos, independentemente de onde eles estejam armazenados.



- 1 A Biblioteca de Imagens
- 2 Uma pasta incluída na Biblioteca de Imagens

Painel de navegação, mostrando a biblioteca de imagens com três pastas incluídas

Uma biblioteca reúne arquivos de diferentes locais e os exibe em uma única coleção, sem os mover de onde estão armazenados.

Seguem algumas ações que podem ser executadas com bibliotecas:

**Criar uma nova biblioteca.** Existem quatro bibliotecas padrão (Documentos, Músicas, Imagens e Vídeos), mas você pode criar novas bibliotecas para outras coleções.

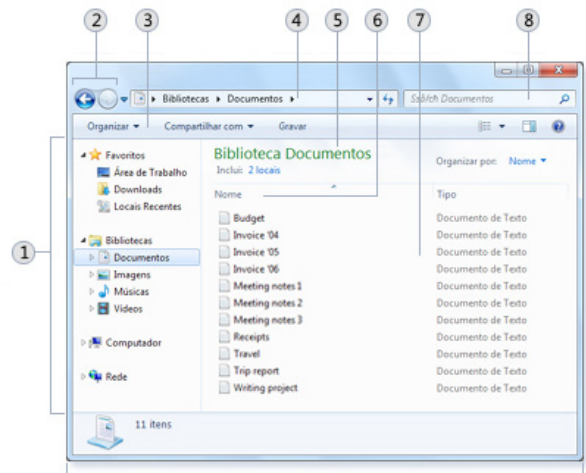
**Organizar itens por pasta, data e outras propriedades.** Os itens em uma biblioteca podem ser organizados de diferentes maneiras, usando o menu Organizar por, localizado no painel de bibliotecas (acima da lista de arquivos) de qualquer biblioteca aberta. Por exemplo, você pode organizar sua biblioteca de músicas por artista para encontrar rapidamente uma música de um determinado artista.

**Incluir ou remover uma pasta.** As bibliotecas reúnem conteúdo a partir das pastas incluídas ou dos locais de bibliotecas.

**Alterar o local de salvamento padrão.** O local de salvamento padrão determina onde um item é armazenado quando é copiado, movido ou salvo na biblioteca.

### Compreendendo as partes de uma janela

Quando você abre uma pasta ou biblioteca, ela é exibida em uma janela. As várias partes dessa janela foram projetadas para facilitar a navegação no Windows e o trabalho com arquivos, pastas e bibliotecas. Veja a seguir uma janela típica e cada uma de suas partes:



- 1 Painel de navegação
- 2 Botões Voltar e Avançar
- 3 Barra de Ferramentas
- 4 Barra de endereços
- 5 Painel da biblioteca
- 6 Cabeçalhos de colunas
- 7 Lista de arquivos
- 8 A caixa de pesquisa
- 9 Painel de detalhes

### Painel de navegação

Use o painel de navegação para acessar bibliotecas, pastas, pesquisas salvas ou até mesmo todo o disco rígido. Use a seção Favoritos para abrir as pastas e pesquisas mais utilizadas. Na seção Bibliotecas, é possível acessar suas bibliotecas. Você também pode usar a pasta Computador para pesquisar pastas e subpastas. Para obter mais informações, consulte Trabalhando com o painel de navegação.

## Botões Voltar e Avançar

Use os botões Voltar e Avançar para navegar para outras pastas ou bibliotecas que você já tenha aberto, sem fechar, na janela atual. Esses botões funcionam juntamente com a barra de endereços. Depois de usar a barra de endereços para alterar pastas, por exemplo, você pode usar o botão Voltar para retornar à pasta anterior.

## Barra de ferramentas

Use a barra de ferramentas para executar tarefas comuns, como alterar a aparência de arquivos e pastas, copiar arquivos em um CD ou iniciar uma apresentação de slides de imagens digitais. Os botões da barra de ferramentas mudam para mostrar apenas as tarefas que são relevantes. Por exemplo, se você clicar em um arquivo de imagem, a barra de ferramentas mostrará botões diferentes daqueles que mostraria se você clicasse em um arquivo de música.

## Barra de endereços

Use a barra de endereços para navegar para uma pasta ou biblioteca diferente ou voltar à anterior. Para obter mais informações, consulte Navegar usando a barra de endereços.

## Painel de biblioteca

O painel de biblioteca é exibido apenas quando você está em uma biblioteca (como na biblioteca Documentos). Use o painel de biblioteca para personalizar a biblioteca ou organizar os arquivos por propriedades distintas. Para obter mais informações, consulte Trabalhando com bibliotecas.

## Títulos de coluna

Use os títulos de coluna para alterar a forma como os itens na lista de arquivos são organizados. Por exemplo, você pode clicar no lado esquerdo do cabeçalho da coluna para alterar a ordem em que os arquivos e as pastas são exibidos ou pode clicar no lado direito para filtrar os arquivos de maneiras diversas. (Observe que os cabeçalhos de coluna só estão disponíveis no modo de exibição Detalhes. Para aprender como alternar para o modo de exibição Detalhes, consulte 'Exibindo e organizando arquivos e pastas' mais adiante neste tópico).

## Lista de arquivos

É aqui que o conteúdo da pasta ou biblioteca atual é exibido. Se você usou a caixa de pesquisa para localizar um arquivo, somente os arquivos que correspondam a sua exibição atual (incluindo arquivos em subpastas) serão exibidos.

## A caixa de pesquisa

Digite uma palavra ou frase na caixa de pesquisa para procurar um item na pasta ou biblioteca atual. A pesquisa inicia assim que você começa a digitar. Portanto, quando você digitar B, por exemplo, todos os arquivos cujos nomes iniciarem com a letra B aparecerão na lista de arquivos. Para obter mais informações, consulte Localizar um arquivo ou uma pasta.

## Painel de detalhes

Use o painel de detalhes para ver as propriedades mais comuns associadas ao arquivo selecionado. Propriedades do arquivo são informações sobre um arquivo, tais como o autor, a data da última alteração e qualquer marca descritiva que você possa ter adicionado ao arquivo. Para obter mais informações, consulte Adicionar marcas e outras propriedades a arquivos.

## Painel de visualização

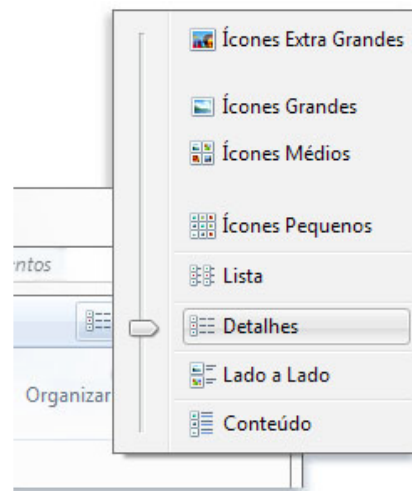
Use o painel de visualização para ver o conteúdo da maioria dos arquivos. Se você selecionar uma mensagem de e-mail, um arquivo de texto ou uma imagem, por exemplo, poderá ver seu conteúdo sem abri-lo em um programa. Caso não esteja vendo o painel de visualização, clique no botão Painel de visualização na barra de ferramentas para ativá-lo.

## Exibindo e organizando arquivos e pastas

Quando você abre uma pasta ou biblioteca, pode alterar a aparência dos arquivos na janela. Por exemplo, talvez você prefira ícones maiores (ou menores) ou uma exibição que lhe permita ver tipos diferentes de informações sobre cada arquivo. Para fazer esses tipos de alterações, use o botão Modos de Exibição na barra de ferramentas.

Toda vez que você clica no lado esquerdo do botão Modos de Exibição, ele altera a maneira como seus arquivos e pastas são exibidos, alternando entre cinco modos de exibição distintos: Ícones grandes, Lista, um modo de exibição chamado Detalhes, que mostra várias colunas de informações sobre o arquivo, um modo de exibição de ícones menores chamado Lado a lado e um modo de exibição chamado Conteúdo, que mostra parte do conteúdo de dentro do arquivo.

Se você clicar na seta no lado direito do botão Modos de Exibição, terá mais opções. Mova o controle deslizante para cima ou para baixo para ajustar o tamanho dos ícones das pastas e dos arquivos. Você poderá ver os ícones alterando de tamanho enquanto move o controle deslizante.



## As opções do botão Modos de Exibição

Em bibliotecas, você pode ir além, organizando seus arquivos de diversas maneiras. Por exemplo, digamos que você deseja organizar os arquivos na biblioteca Músicas por gênero (como Jazz e Clássico):

Clique no botão Iniciar e, em seguida, clique em Músicas.

No painel da biblioteca (acima da lista de arquivos), clique no menu próximo a Organizar por e em Gênero.

## Localizando arquivos

Dependendo da quantidade de arquivos que você tem e de como eles estão organizados, localizar um arquivo pode significar procurar dentre centenas de arquivos e subpastas; uma tarefa nada simples. Para poupar tempo e esforço, use a caixa de pesquisa para localizar o arquivo.



## A caixa de pesquisa

A caixa de pesquisa está localizada na parte superior de cada janela. Para localizar um arquivo, abra a pasta ou biblioteca mais provável como ponto de partida para sua pesquisa, clique na caixa de pesquisa e comece a digitar. A caixa de pesquisa filtra o modo de exibição atual com base no texto que você digita. Os arquivos serão exibidos como resultados da pesquisa se o termo de pesquisa corresponder ao nome do arquivo, a marca e a outras propriedades do arquivo ou até mesmo à parte do texto de um documento.

Se você estiver pesquisando um arquivo com base em uma propriedade (como o tipo do arquivo), poderá refinar a pesquisa antes de começar a digitar. Basta clicar na caixa de pesquisa e depois em uma das propriedades exibidas abaixo dessa caixa. Isso adicionará um filtro de pesquisa (como "tipo") ao seu texto de pesquisa, fornecendo assim resultados mais precisos.

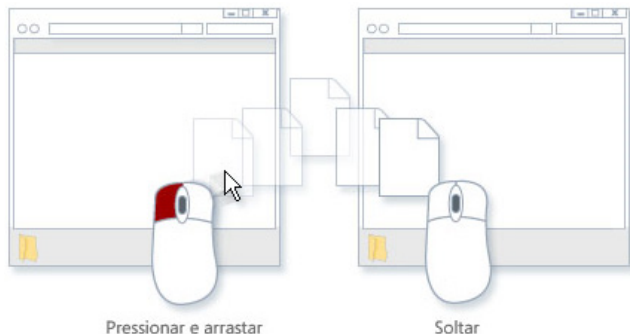
Caso não esteja visualizando o arquivo que está procurando, você poderá alterar todo o escopo de uma pesquisa clicando em uma das opções na parte inferior dos resultados da pesquisa. Por exemplo, caso pesquise um arquivo na biblioteca Documentos, mas não consiga encontrá-lo, você poderá clicar em Bibliotecas para expandir a pesquisa às demais bibliotecas. Para obter mais informações, consulte Localizar um arquivo ou uma pasta.

## Copiando e movendo arquivos e pastas

De vez em quando, você pode querer alterar o local onde os arquivos ficam armazenados no computador. Por exemplo, talvez você queira mover os arquivos para outra pasta ou copiá-los para uma mídia removível (como CDs ou cartões de memória) a fim de compartilhar com outra pessoa.

A maioria das pessoas copiam e movem arquivos usando um método chamado arrastar e soltar. Comece abrindo a pasta que contém o arquivo ou a pasta que deseja mover. Depois, em uma janela diferente, abra a pasta para onde deseja mover o item. Posicione as janelas lado a lado na área de trabalho para ver o conteúdo de ambas.

Em seguida, arraste a pasta ou o arquivo da primeira pasta para a segunda. Isso é tudo.



Para copiar ou mover um arquivo, arraste-o de uma janela para outra

Ao usar o método arrastar e soltar, note que algumas vezes o arquivo ou a pasta é copiado e, outras vezes, ele é movido. Se você estiver arrastando um item entre duas pastas que estão no mesmo disco rígido, os itens serão movidos para que duas cópias do mesmo arquivo ou pasta não sejam criadas no mesmo local. Se você estiver arrastando o item para um pasta que esteja em outro local (como um local de rede) ou para uma mídia removível (como um CD), o item será copiado.

## Dicas

A maneira mais fácil de organizar duas janelas na área de trabalho é usar Ajustar.

Se você copiar ou mover um arquivo ou pasta para uma biblioteca, ele será armazenado no local de salvamento padrão da biblioteca.

Outra forma de copiar ou mover um arquivo é arrastando-o da lista de arquivos para uma pasta ou biblioteca no painel de navegação. Com isso, não será necessário abrir duas janelas distintas.

## Criando e excluindo arquivos

O modo mais comum de criar novos arquivos é usando um programa. Por exemplo, você pode criar um documento de texto em um programa de processamento de texto ou um arquivo de filme em um programa de edição de vídeos.

Alguns programas criam um arquivo no momento em que são abertos. Quando você abre o WordPad, por exemplo, ele inicia com uma página em branco. Isso representa um arquivo vazio (e não salvo). Comece a digitar e quando estiver pronto para salvar o trabalho, clique no botão Salvar no WordPad. Na caixa de diálogo exibida, digite um nome de arquivo que o ajudará a localizar o arquivo novamente no futuro e clique em Salvar.

Por padrão, a maioria dos programas salva arquivos em pastas comuns, como Meus Documentos e Minhas Imagens, o que facilita a localização dos arquivos na próxima vez.

Quando você não precisar mais de um arquivo, poderá removê-lo do computador para ganhar espaço e impedir que o computador fique congestionado com arquivos indesejados. Para excluir um arquivo, abra a respectiva pasta ou biblioteca e selecione o arquivo. Pressione Delete no teclado e, na caixa de diálogo Excluir Arquivo, clique em Sim.

Quando você exclui um arquivo, ele é armazenado temporariamente na Lixeira. Pense nela como uma rede de segurança que lhe permite recuperar pastas ou arquivos excluídos por engano. De vez em quando, você deve esvaziar a Lixeira para recuperar o espaço usado pelos arquivos indesejados no disco rígido.

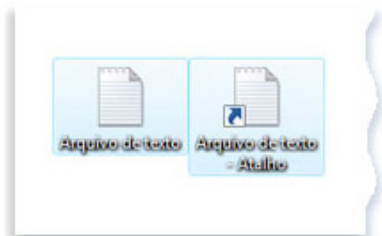
## Abrindo um arquivo existente

Para abrir um arquivo, clique duas vezes nele. Em geral, o arquivo é aberto no programa que você usou para criá-lo ou alterá-lo. Por exemplo, um arquivo de texto será aberto no seu programa de processamento de texto.

Mas nem sempre é o caso. O clique duplo em um arquivo de imagem, por exemplo, costuma abrir um visualizador de imagens. Para alterar a imagem, você precisa usar um programa diferente. Clique com o botão direito do mouse no arquivo, clique em Abrir com e no nome do programa que deseja usar.

## CRIAR OU EXCLUIR UM ATALHO

Um atalho é um link para um item (como um arquivo, uma pasta ou um programa) no computador. Você pode criar atalhos e colocá-los em um local conveniente, como na área de trabalho ou no painel de navegação (o painel à esquerda) de uma pasta, para que possa acessar com facilidade o item associado ao atalho. É possível diferenciar um atalho do arquivo original pela seta que aparece no ícone.



Um ícone de arquivo típico e o ícone de atalho relacionado

### Para criar um atalho

Abra o local que contém o item para o qual você deseja criar um atalho.

Clique com o botão direito do mouse no item e clique em Criar atalho. O novo atalho será exibido no mesmo local do item original.

Arraste o novo atalho para o local desejado.

### Dicas

Se o atalho estiver associado a uma pasta, será possível arrastá-lo para a seção Favoritos do painel de navegação de uma pasta.

Também é possível criar um atalho arrastando o ícone do lado esquerdo da barra de endereço (localizado na parte superior de qualquer janela de pasta) para um local, como a Área de trabalho. Essa é uma maneira rápida de criar um atalho para a pasta aberta no momento.

### Para excluir um atalho

Clique com o botão direito do mouse no atalho a ser excluído, clique em Excluir e em Sim. É necessário ter permissão de administrador. Se você for solicitado a informar uma senha de administrador ou sua confirmação, digite a senha ou forneça a confirmação.

### Observação

Quando você exclui um atalho, apenas ele é removido; o item original não é excluído.

### Atalhos de teclado

Os atalhos de teclado são combinações de duas ou mais teclas que, quando pressionadas, podem ser usadas para executar uma tarefa que normalmente exigiria um mouse ou um dispositivo apontador. Os atalhos de teclado podem facilitar a interação com o computador, permitindo que você poupe tempo e esforço ao trabalhar com o Windows e outros programas.

A maioria dos programas também contém teclas de aceleração que facilitam o trabalho com menus e outros comandos. Verifique se os menus dos programas possuem teclas de aceleração. Normalmente, quando há uma letra sublinhada no menu, pressionar a tecla Alt juntamente com a letra sublinhada equivale a clicar no item de menu correspondente.

Pressionar a tecla Alt em alguns programas, como o Paint e o WordPad, mostra comandos rotulados com teclas adicionais que você pode pressionar para usar os comandos.

Você também pode criar novos atalhos de teclado para abrir programas. Para obter mais informações, consulte Criar atalhos de teclado para abrir programas.

### Atalhos de teclado para Facilidade de Acesso

A tabela a seguir contém atalhos de teclado que podem facilitar o uso do computador.

Shift Direita por oito segundos Ativar e desativar as Teclas de Filtro

Alt Esquerda+Shift Esquerda+PrtScn (ou PrtScn) Ativar ou desativar o Alto Contraste

Alt Esquerda+Shift Esquerda+Num Lock Ativar ou desativar as Teclas do Mouse

Shift cinco vezes Ativar ou desativar as Teclas de Aderência

Num Lock por cinco segundos Ativar ou desativar as Teclas de Alternância

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +U Abrir a Central de Facilidade de Acesso

### Atalhos de teclado gerais

A tabela a seguir contém atalhos de teclado gerais.

F1 Exibir a Ajuda

Ctrl+C Copiar o item selecionado

Ctrl+X Recortar o item selecionado

Ctrl+V Colar o item selecionado

Ctrl+Z Desfazer uma ação

Ctrl+Y Refazer uma ação

Delete Excluir o item selecionado e movê-lo para a Lixeira

Shift+Delete Excluir o item selecionado sem movê-lo para a Lixeira primeiro

F2 Renomear o item selecionado

Ctrl+Seta para a Direita Mover o cursor para o início da próxima palavra

Ctrl+Seta para a Esquerda Mover o cursor para o início da palavra anterior

Ctrl+Seta para Baixo Mover o cursor para o início do próximo parágrafo

Ctrl+Seta para Cima Mover o cursor para o início do parágrafo anterior

Ctrl+Shift com uma tecla de direção Selecionar um bloco de texto

Shift com qualquer tecla de direção Selecionar mais de um item em uma janela ou na área de trabalho ou selecionar o texto dentro de um documento

Ctrl com qualquer tecla de direção+Barra de Espaços Selecionar vários itens individuais em uma janela ou na área de trabalho

Ctrl+A Selecionar todos os itens de um documento ou janela

F3 Procurar um arquivo ou uma pasta

Alt+Enter Exibir as propriedades do item selecionado

Alt+F4 Fechar o item ativo ou sair do programa ativo

Alt+Barra de Espaços Abrir o menu de atalho para a janela ativa

Ctrl+F4 Fechar o documento ativo (em programas que permitem vários documentos abertos simultaneamente)

Alt+Tab Alternar entre itens abertos

Ctrl+Alt+Tab Usar as teclas de direção para alternar entre itens abertos

Ctrl+Roda de rolagem do mouse Alterar o tamanho dos ícones na área de trabalho

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + Tab Percorrer programas na barra de tarefas usando o Aero Flip 3-D

Ctrl + tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + Tab Usar as teclas de seta para percorrer os programas na barra de tarefas utilizando o Aero Flip 3-D

Alt+Esc Percorrer os itens na ordem em que foram abertos

F6 Percorrer os elementos da tela em uma janela ou na área de trabalho

F4 Exibir a lista da barra de endereços no Windows Explorer

Shift+F10 Exibir o menu de atalho para o item selecionado

Ctrl+Esc Abrir o menu Iniciar

Alt+letra sublinhada Exibir o menu correspondente

Alt+letra sublinhada Executar o comando do menu (ou outro comando sublinhado)

F10 Ativar a barra de menus no programa ativo

Seta para a Direita Abrir o próximo menu à direita ou abrir um submenu

Seta para a Esquerda Abrir o próximo menu à esquerda ou fechar um submenu

F5 Atualizar a janela ativa

Alt+Seta para Cima Exibir a pasta um nível acima no Windows Explorer

Esc Cancelar a tarefa atual

Ctrl+Shift+Esc Abrir o Gerenciador de Tarefas

Shift quando inserir um CD Evitar que o CD seja executado automaticamente

### Atalhos de teclado de caixas de diálogo

A tabela a seguir contém atalhos de teclado para uso em caixas de diálogo.

Ctrl+Tab Avançar pelas guias

Ctrl+Shift+Tab Recuar pelas guias

Tab Avançar pelas opções

Shift+Tab Recuar pelas opções

Alt+letra sublinhada Executar o comando (ou selecionar a opção) corresponde a essa letra

Enter Substituir o clique do mouse em muitos comandos selecionados

Barra de Espaços Marcar ou desmarcar a caixa de seleção caso a opção ativa seja uma caixa de seleção

### Teclas de direção

Selecionar um botão caso a opção ativa seja um grupo de botões de opção

F1 Exibir a Ajuda

F4 Exibir os itens na lista ativa

Backspace Abrir uma pasta um nível acima caso uma pasta esteja selecionada na caixa de diálogo Salvar como ou Abrir

### Atalhos de teclado da tecla do logotipo do Windows

A tabela a seguir contém os atalhos de teclado que usam a tecla de logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows.

Windows tecla do logotipo Imagem da tecla de logotipo do Windows Abrir ou fechar o menu Iniciar

Tecla de logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + Pause Exibir a caixa de diálogo Propriedades do Sistema

Tecla de logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +D Exibir a área de trabalho

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + M Minimizar todas as janelas

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +SHIFT+M Restaurar janelas minimizadas na área de trabalho

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +E Abrir computador

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +F Procurar um arquivo ou uma pasta

Ctrl + tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + F Procurar computadores (se você estiver em uma rede)

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + L Bloquear o computador ou alternar usuários

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +R Abrir a caixa de diálogo Executar

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +T Percorrer programas na barra de tarefas

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+ número Iniciar o programa fixado na barra de tarefas na posição indicada pelo número. Se o programa já estiver sendo executado, alterne para ele.

Shift + Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+ número Iniciar a nova instância do programa fixado na barra de tarefas na posição indicada pelo número.

Ctrl + Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+ número Alternar para a última janela ativa do programa fixado na barra de tarefas na posição indicada pelo número.

Alt + Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+ número Abrir a Lista de Atalhos para o programa fixado na barra de tarefas na posição indicada pelo número.

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +Tab Percorrer os programas na barra de tarefas usando o Aero Flip 3-D

Ctrl + tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +Tab Usar as teclas de seta para percorrer os programas na barra de tarefas utilizando o Aero Flip 3-D

Ctrl + tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + B Alternar para o programa que exibiu uma mensagem na área de notificação

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+Barra de Espaços Visualizar a área de trabalho

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + Seta para Cima Maximizar a janela

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+ Seta para a Esquerda Maximizar a janela à esquerda da tela

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+ Seta para a Direita Maximizar a janela à direita da tela

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+ Seta para Baixo Minimizar a janela

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + Home Minimizar todas as janelas, menos a ativa

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+ Shift + Seta para Cima Ampliar a janela verticalmente na tela

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+ Shift + Seta para a Esquerda ou para a Direita Mover uma janela de um monitor para outro

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + P Escolher um modo de exibição da apresentação

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +G Percorrer gadgets

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +U Abrir a Central de Facilidade de Acesso

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows +X Abrir o Windows Mobility Center

Atalhos de teclado do Windows Explorer

A tabela a seguir contém atalhos de teclado para uso com janelas ou pastas do Windows Explorer.

Ctrl+N Abrir uma nova janela

Ctrl+Shift+N Criar uma nova pasta

End Exibir a parte inferior da janela ativa

Home Exibir a parte superior da janela ativa

F11 Maximizar ou minimizar a janela ativa

Num Lock+Asterisco (\*) no teclado numérico Exibir todas as subpastas da pasta selecionada

Num Lock+Sinal de Adição (+) no teclado numérico Exibir o conteúdo da pasta selecionada

Num Lock+Sinal de Subtração (-) no teclado numérico Recolher a pasta selecionada

Seta para a Esquerda Recolher a seleção atual (se estiver expandida) ou selecionar a pasta pai

Alt+Enter Abrir a caixa de diálogo Propriedades para o item selecionado

Alt+P Exibir o painel de visualização

Alt+Seta para a Esquerda Exibir a pasta anterior

Seta para a Direita Exibir a seleção atual (se estiver recolhida)

ou selecionar a primeira subpasta

Alt+Seta para a Direita Exibir a próxima pasta

Alt+Seta para Cima Exibir a pasta pai

Ctrl+Roda de rolagem do mouse Alterar o tamanho e a aparência dos ícones de arquivo e pasta

Alt+D Selecionar a barra de endereços

Ctrl+E Selecionar a caixa de pesquisa

**Atalhos de teclado da Lupa**

A tabela a seguir contém os atalhos de teclado usados com a Lupa.

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows+Sinal de Adição ou Sinal de Subtração Ampliar ou reduzir

Ctrl+Alt+Barra de Espaços Mostrar o ponteiro do mouse

Ctrl+Alt+F Alternar para o modo de tela inteira

Ctrl+Alt+L Alternar para o modo de lente

Ctrl+Alt+D Alternar para o modo encaixado

Ctrl+Alt+I Inverter cores

Ctrl+Alt+teclas de direção Fazer uma panorâmica no sentido das teclas de direção

Ctrl+Alt+R Redimensionar a lente

Tecla do logotipo do Windows Imagem da tecla de logotipo do Windows + Esc Sair da Lupa

**Atalhos de teclado da Conexão de Área de Trabalho Remota**

A tabela a seguir contém os atalhos de teclado usados com a Conexão de Área de Trabalho Remota.

Alt+Page Up Mover entre programas da esquerda para a direita

Alt+Page Down Mover entre programas da direita para a esquerda

Alt+Insert Percorrer os programas na ordem em que foram iniciados

Alt+Home Exibir o menu Iniciar

Ctrl+Alt+Break Alternar entre uma janela e uma tela inteira

Ctrl+Alt+End Exibir a caixa de diálogo Segurança do Windows

Alt+Delete Exibir o menu do sistema

Ctrl+Alt+Sinal de Subtração (-) no teclado numérico Colocar uma cópia da janela ativa do cliente na área de transferência do Terminal Server (equivale a pressionar Alt+PrtScn em um computador local)

Ctrl+Alt+Sinal de Adição (+) no teclado numérico Colocar uma cópia de toda a área da janela do cliente na área de transferência do Terminal Server (equivale a pressionar a tecla PrtScn em um computador local)

Ctrl+Alt+Seta para a Direita Retira o foco dos controles da Área de Trabalho Remota e o passa para um controle no programa host (por exemplo, um botão ou uma caixa de texto). É útil quando os controles da Área de Trabalho Remota estão incorporados em outro programa (host).

Ctrl+Alt+Seta para a Esquerda Retira o foco dos controles da Área de Trabalho Remota e o passa para um controle no programa host (por exemplo, um botão ou uma caixa de texto). É útil quando os controles da Área de Trabalho Remota estão incorporados em outro programa (host).

Observação

Ctrl+Alt+Break e Ctrl+Alt+End estão disponíveis em todas as sessões da Área de Trabalho Remota, mesmo quando você configura o computador remoto para reconhecer atalhos de teclado do Windows.

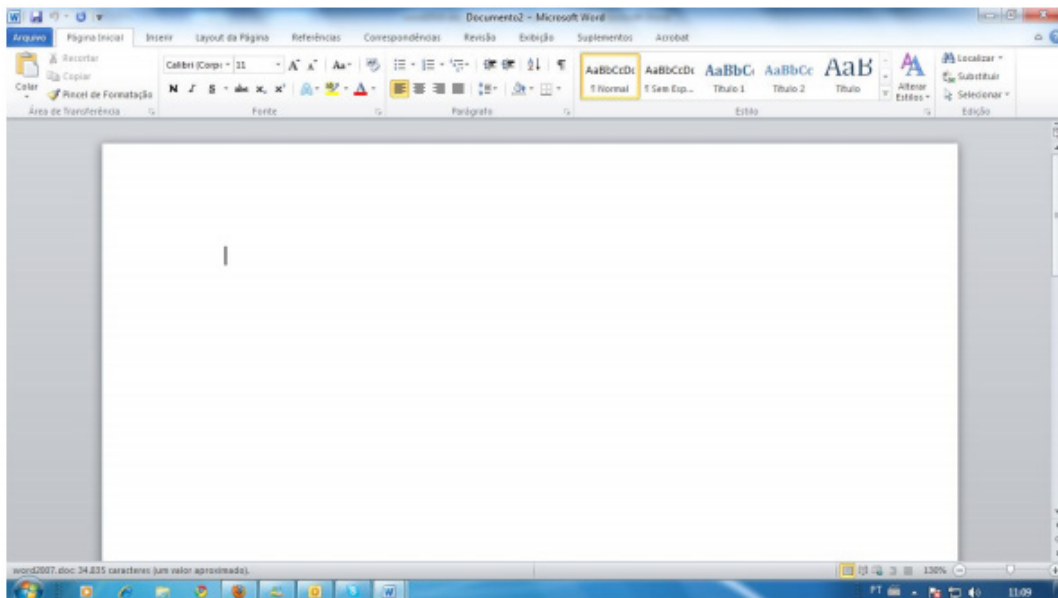


**MS-WORD 2010: ESTRUTURA BÁSICA DOS DOCUMENTOS, EDIÇÃO E FORMATAÇÃO DE TEXTOS, CABEÇALHOS, PARÁGRAFOS, FONTES, COLUNAS, MARCADORES SIMBÓLICOS E NUMÉRICOS, TABELAS, IMPRESSÃO, CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, LÉGENIDAS, ÍNDICES, INSERÇÃO DE OBJETOS, CAMPOS PREDEFINIDOS, CAIXAS DE TEXTO**

## MS WORD

O Word faz parte da suíte de aplicativos Office, e é considerado um dos principais produtos da Microsoft sendo a suíte que domina o mercado de suítes de escritório, mesmo com o crescimento de ferramentas gratuitas como Google Docs e Open Office.

### Interface



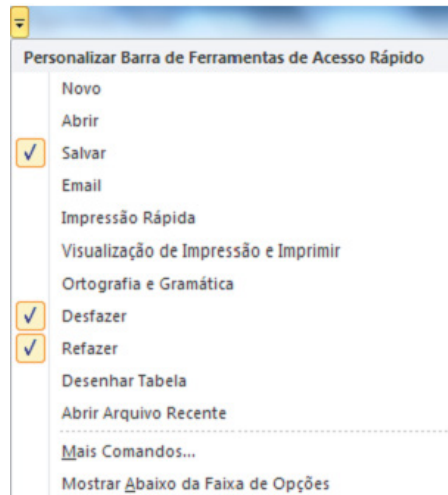
No cabeçalho de nosso programa temos a barra de títulos do documento, que como é um novo documento apresenta como título “Documento”.

Na esquerda temos a Barra de acesso rápido, que permite acessar alguns comandos mais rapidamente como salvar, desfazer. Você pode personalizar essa barra, clicando no menu de contexto (flecha para baixo) à direita dela.

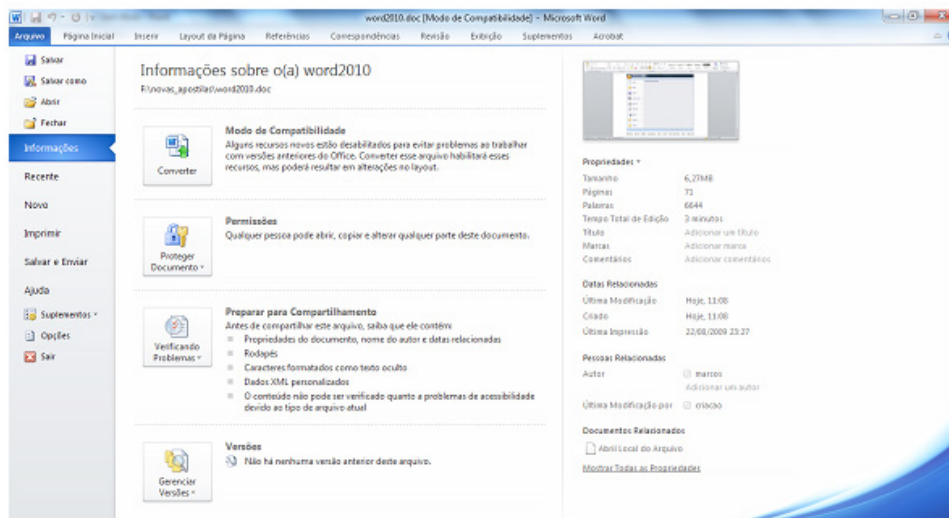
### Barra de Título



## Barra de acesso rápido



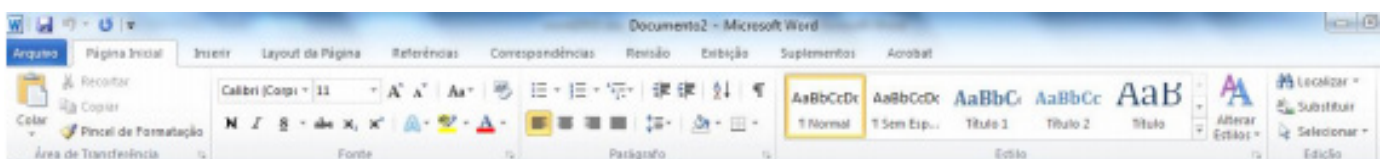
Mais a esquerda tem a ABA Arquivo.



Através dessa ABA, podemos criar novos documentos, abrir arquivos existentes, salvar documentos, imprimir, preparar o documento (permite adicionar propriedades ao documento, criptografar, adicionar assinaturas digitais, etc.).

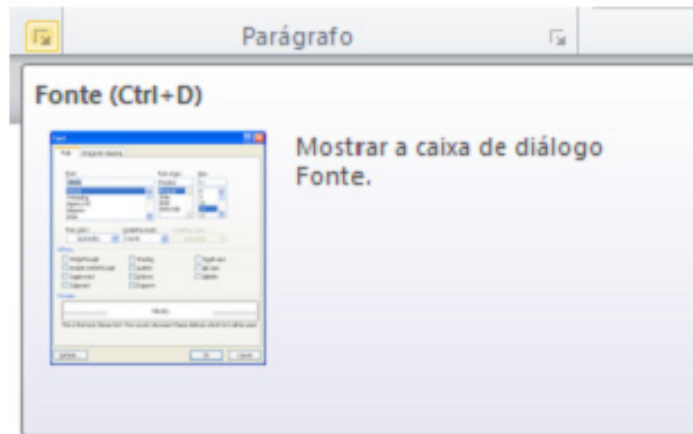
Vamos utilizar alguns destes recursos no andamento de nosso curso.

## ABAS

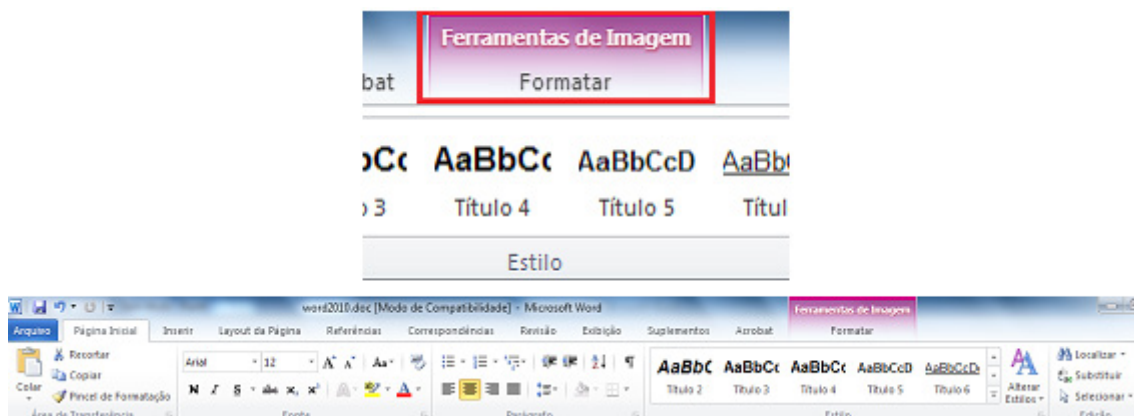


# NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Os comandos para a edição de nosso texto agora ficam agrupadas dentro destas guias. Dentro destas guias temos os grupos de ferramentas, por exemplo, na guia Início, temos “Fonte”, “Parágrafo”, etc., nestes grupos fica visíveis para os usuários os principais comandos, para acessar os demais comandos destes grupos de ferramentas, alguns destes grupos possuem pequenas marcações na sua direita inferior.



O Word possui também guias contextuais quando determinados elementos dentro de seu texto são selecionados, por exemplo, ao selecionar uma imagem, ele cria na barra de guias, uma guia com a possibilidade de manipulação do elemento selecionado.



## Trabalhando com documentos

Ao iniciarmos o Word temos um documento em branco que é sua área de edição de texto. Vamos digitar um pequeno texto conforme abaixo:

O Microsoft Office é uma suite de aplicativos para escritório que contém programas como processador de texto, planilha de cálculo, banco de dados, apresentação gráfica e gerenciador de tarefas, e-mails e contatos.

A suite vem acrescentado com o tempo cada vez mais funcionalidades. Ela é vendida em várias versões, de acordo com a quantidade de programas incorporados e com o perfil de usuários ou empresas.

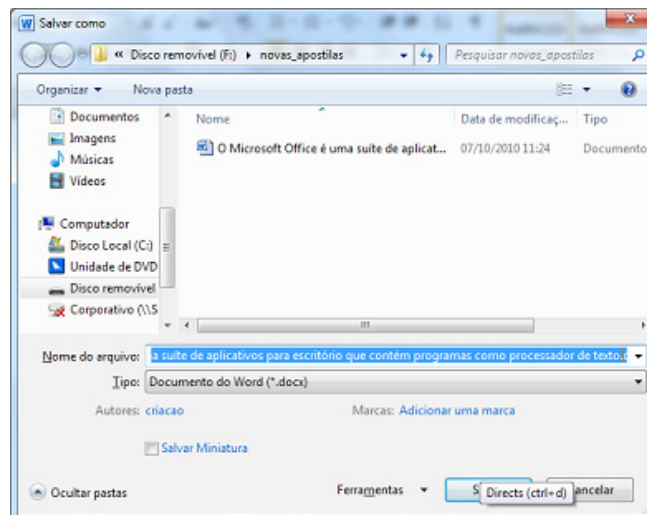
O Office 2010 inclui uma série de novas funcionalidades, a mais notável é a interface gráfica de usuário, completamente nova, chamada de Fluent User Interface, (inicialmente designada a Ribbon UI). O Office 2010 requer o Windows XP com Service Pack 2 ou superior, Windows Server 2003 com Service Pack 1 ou superior, Windows Vista, ou Linux com a camada de compatibilidade CrossOver instalada.

O "Ribbon User Interface" é uma tarefa orientada para interface gráfica do usuário (GUI). Possui um botão central, amplamente conhecido como o "Botão Office".

O Office 2010 também inclui novas aplicações e ferramentas do lado do servidor. Entre estas está Groove, uma suite colaboração e comunicação para pequenas empresas, que foi originalmente desenvolvido pela Groove Networks antes de ser adquirida pela Microsoft em 2005. Também é incluído Office SharePoint Server 2010, uma importante revisão para a plataforma de servidor de aplicativos do Office, que suporta "Excel Services", uma arquitetura cliente-servidor para apoiar Excel que são compartilhados em tempo real entre várias máquinas, e também são visíveis e editável através de uma página web.

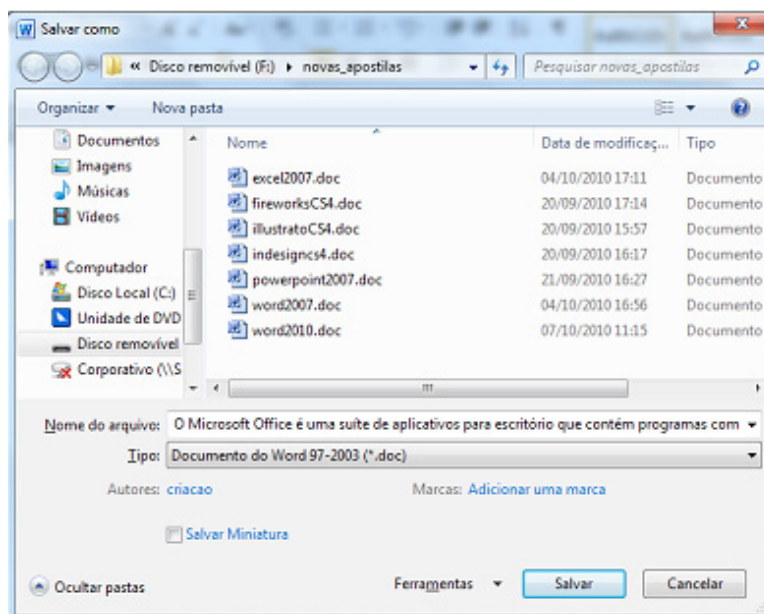
### Salvando Arquivos

É importante ao terminar um documento, ou durante a digitação do mesmo, quando o documento a ser criado é longo, salvar seu trabalho. Salvar consiste em armazenar seu documento em forma de arquivo em seu computador, pendrive, ou outro dispositivo de armazenamento. Para salvar seu documento, clique no botão salvar no topo da tela. Será aberta uma tela onde você poderá definir o nome, local e formato de seu arquivo.



Observe na janela de salvar que o Word procura salvar seus arquivos na pasta Documents do usuário, você pode mudar o local do arquivo a ser salvo, pela parte esquerda da janela. No campo nome do arquivo, o Word normalmente preenche com o título do documento, como o documento não possui um título, ele pega os primeiros 255 caracteres e atribui como nome, é aconselhável colocar um nome menor e que se aproxime do conteúdo de seu texto. “Em Tipo a maior mudança, até versão 2003, os documentos eram salvos no formato”. DOC”, a partir da versão 2010, os documentos são salvos na versão”. DOCX”, que não são compatíveis com as versões anteriores.

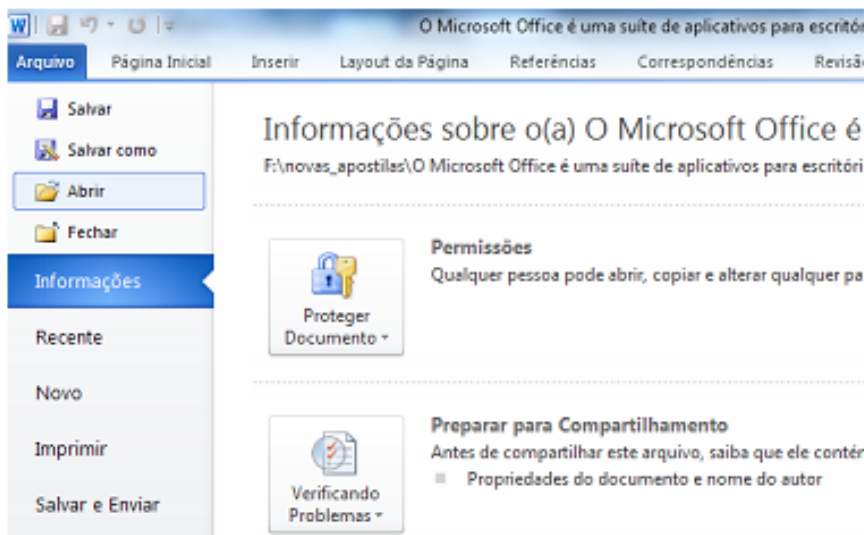
Para poder salvar seu documento e manter ele compatível com versões anteriores do Word, clique na direita dessa opção e mude para Documento do Word 97-2003.



Observe que o nome de seu arquivo agora aparece na barra de títulos.

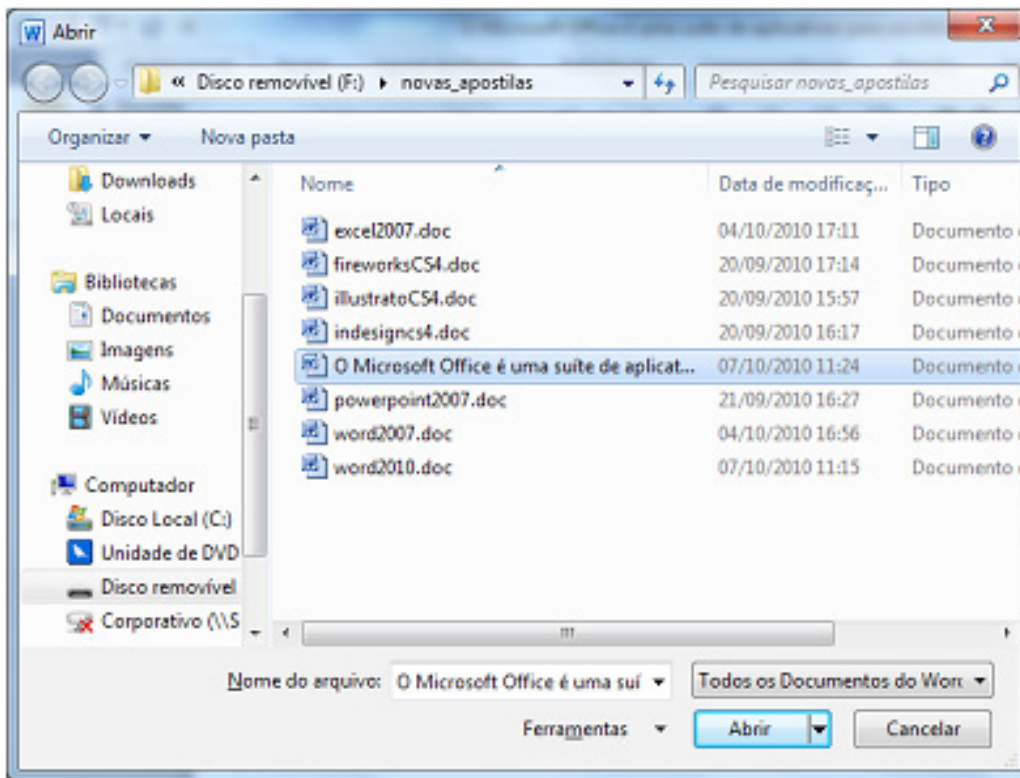
## Abrindo um arquivo do Word

Para abrir um arquivo, você precisa clicar na ABA Arquivo.



Na esquerda da janela, o botão abrir é o segundo abaixo de novo, observe também que ele mostra uma relação de documentos recentes, nessa área serão mostrados os últimos documentos abertos pelo Word facilitando a abertura.

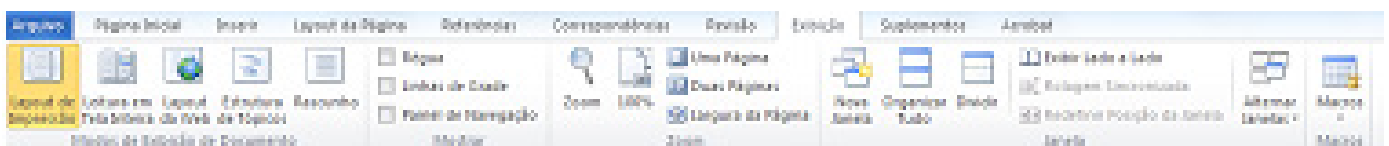
Ao clicar em abrir, será necessário localizar o arquivo no local onde o mesmo foi salvo.



Caso necessite salvar seu arquivo em outro formato, outro local ou outro nome, clique no botão Office e escolha Salvar Como.

### Visualização do Documento

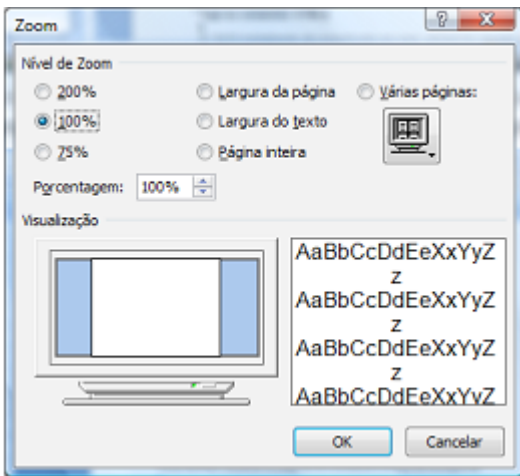
Podemos alterar a forma de visualização de nosso documento. No rodapé a direita da tela temos o controle de Zoom. Anterior a este controle de zoom temos os botões de forma de visualização de seu documento, que podem também ser acessados pela Aba Exibição.



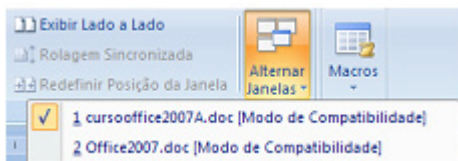
Os cinco primeiros botões são os mesmos que temos em miniaturas no rodapé.

- **Layout de Impressão:** Formato atual de seu documento é o formato de como seu documento ficará na folha impressa.
- **Leitura em Tela Inteira:** Ele oculta as barras de seu documento, facilitando a leitura em tela, observe que no rodapé do documento à direita, ele possui uma flecha apontado para a próxima página. Para sair desse modo de visualização, clique no botão fechar no topo à direita da tela.
- **Layout da Web:** Aproxima seu texto de uma visualização na Internet, esse formato existe, pois muitos usuários postam textos produzidos no Word em sites e blogs na Internet.
- **Estrutura de Tópicos:** Permite visualizar seu documento em tópicos, o formato terá melhor compreensão quando trabalharmos com marcadores.
- **Rascunho:** É o formato bruto, permite aplicar diversos recursos de produção de texto, porém não visualiza como impressão nem outro tipo de meio.

O terceiro grupo de ferramentas da Aba exibição permite trabalhar com o Zoom da página. Ao clicar no botão Zoom o Word apresenta a seguinte janela:



Onde podemos utilizar um valor de zoom predefinido, ou colocarmos a porcentagem desejada, podemos visualizar o documento em várias páginas. E finalizando essa aba temos as formas de exibir os documentos aberto em uma mesma seção do Word.



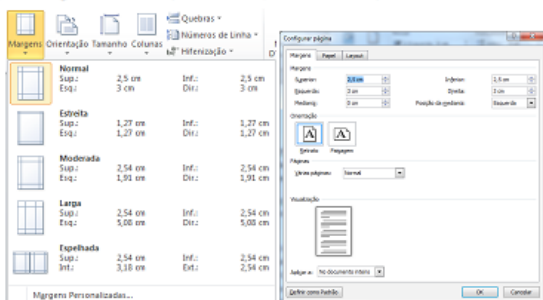
## Configuração de Documentos

Um dos principais cuidados que se deve ter com seus documentos é em relação à configuração da página. A ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) possui um manual de regras para documentações, então é comum escutar “o documento tem que estar dentro das normas”, não vou me atentar a nenhuma das normas específicas, porém vou ensinar como e onde estão as opções de configuração de um documento.

No Word 2010 a ABA que permite configurar sua página é a ABA Layout da Página.

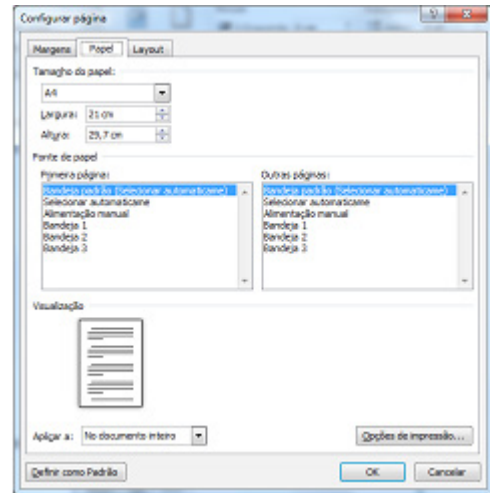


O grupo “Configurar Página”, permite definir as margens de seu documento, ele possui alguns tamanhos pré-definidos, como também personalizá-los.

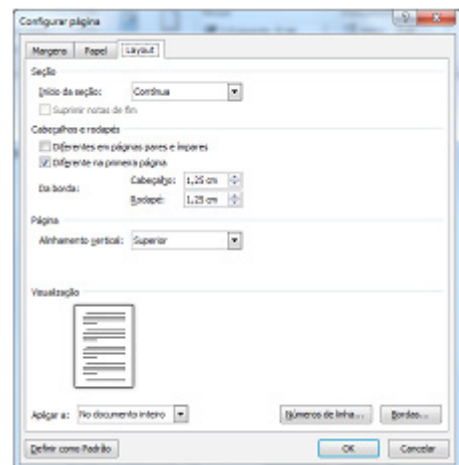


O grupo “Configurar Página”, permite definir as margens de seu documento, ele possui alguns tamanhos pré-definidos, como também personalizá-los.

Ao personalizar as margens, é possível alterar as margens superior, esquerda, inferior e direita, definir a orientação da página, se retrato ou paisagem, configurar a fora de várias páginas, como normal, livro, espelho. Ainda nessa mesma janela temos a guia Papel.



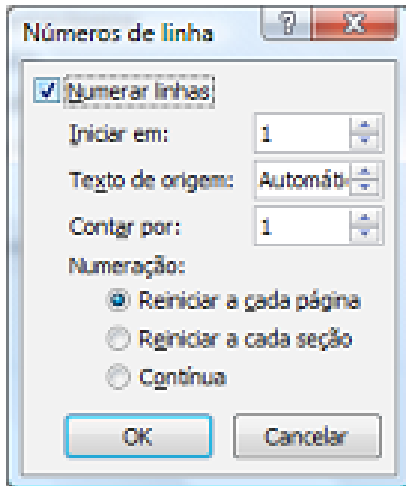
Nesta guia podemos definir o tipo de papel, e fonte de alimentação do papel.



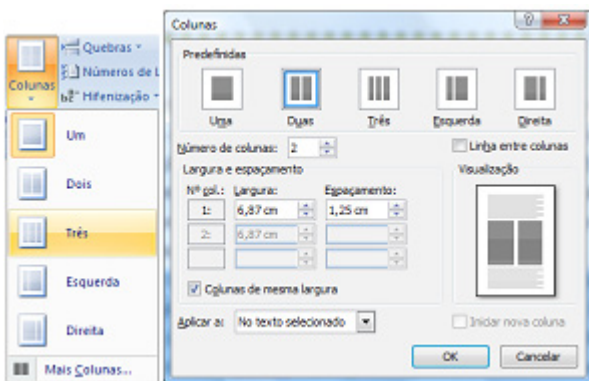
A terceira guia dessa janela chama-se Layout. A primeira opção dessa guia chama-se seção. Aqui se define como será uma nova seção do documento, vamos aprender mais frente como trabalhar com seções.

Em cabeçalhos e rodapés podemos definir se vamos utilizar cabeçalhos e rodapés diferentes nas páginas pares e ímpares, e se quero ocultar as informações de cabeçalho e rodapé da primeira página. Em Página, pode-se definir o alinhamento do conteúdo do texto na página.

O padrão é o alinhamento superior, mesmo que fique um bom espaço em branco abaixo do que está editado. Ao escolher a opção centralizada, ele centraliza o conteúdo na vertical. A opção números de linha permite adicionar numeração as linhas do documento.



## Colunas



Ao clicar em mais Colunas, é possível personalizar as suas colunas, o Word disponibiliza algumas opções pré-definidas, mas você pode colocar em um número maior de colunas, adicionar linha entre as colunas, definir a largura e o espaçamento entre as colunas.

Observe que se você pretende utilizar larguras de colunas diferentes é preciso desmarcar a opção “Colunas de mesma largura”. Atente também que se preciso adicionar colunas a somente uma parte do texto, eu preciso primeiro selecionar esse texto.

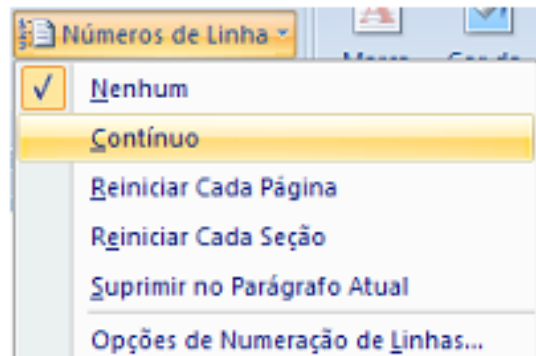
incorporados e com o perfil de usuários ou empresas. Quebra de seção (continua)

O Office 2007 inclui uma série de novas funcionalidades, a mais notável é a interface gráfica de usuário, completamente nova, chamada de Fluent User Interface (inicialmente designada a Ribbon UI). O Office 2007 requer o Windows XP com Service Pack 2 ou superior, Windows Server 2003 com Service Pack 1 ou superior, Windows Vista, ou Linux com a camada de compatibilidade CrossOver instalada.

O "Ribbon User Interface" é uma tarefa orientada para interface gráfica do

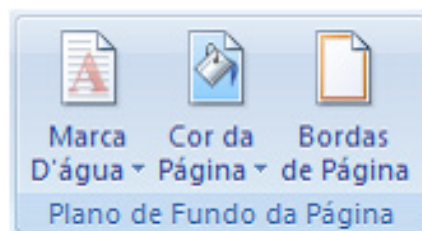
## Números de Linha

É bastante comum em documentos acrescentar numeração nas páginas dos documentos, o Word permite que você possa fazer facilmente, clicando no botão “Números de Linhas”.



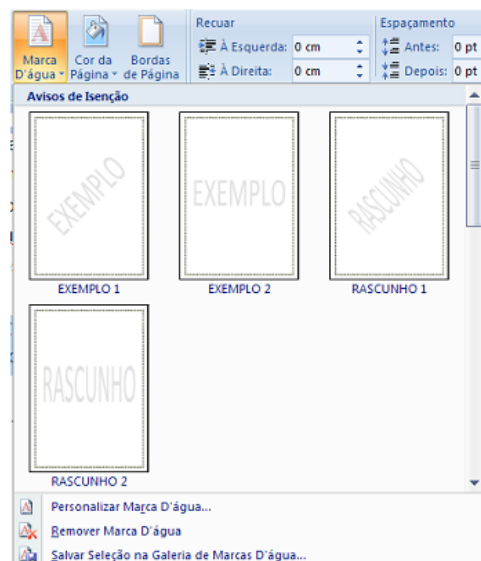
Ao clicar em “Opções de Numeração de Linhas...”, abre-se a janela que vimos em Layout.

## Plano de Fundo da Página



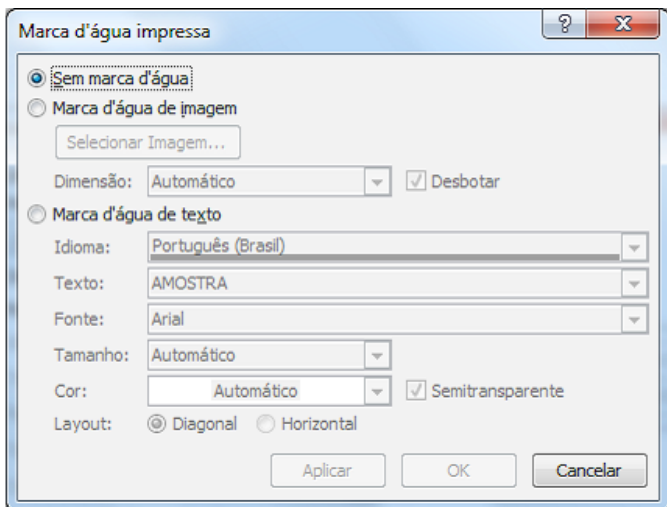
Podemos adicionar as páginas do documento, marcas d'água, cores e bordas. O grupo Plano de Fundo da Página possui três botões para modificar o documento.

Clique no botão Marca d'água.





O Word apresenta alguns modelos, mais abaixo temos o item Personalizar Marca D'água. Clique nessa opção.



Nesta janela podemos definir uma imagem como marca d'água, basta clicar em Selecionar Imagem, escolher a imagem e depois definir a dimensão e se a imagem ficará mais fraca (desbotar) e clicar em OK. Como também é possível definir um texto como marca d'água. O segundo botão permite colocar uma cor de fundo em seu texto, um recurso interessante é que o Word verifica a cor aplicada e automaticamente ele muda a cor do texto.

O Microsoft Office é uma suíte de aplicativos para escritório que contém programas como processador de texto, planilha de cálculo, banco de dados, apresentação gráfica e gerenciador de tarefas, e-mails e contatos. A suíte vem acrescentado com o tempo cada vez mais funcionalidades. Ela é vendida em várias versões, de acordo com a quantidade de programas.

O botão Bordas da Página, já estudamos seu funcionamento ao clicar nas opções de Margens.

## Selecionando Textos

Embora seja um processo simples, a seleção de textos é indispensável para ganho de tempo na edição de seu texto. Através da seleção de texto podemos mudar a cor, tamanho e tipo de fonte, etc.

### Selecionando pelo Mouse

Ao posicionar o mouse mais a esquerda do texto, o cursor aponta para a direita.

- Ao dar um clique ele seleciona toda a linha
- Ao dar um duplo clique ele seleciona todo o parágrafo.
- Ao dar um triplo clique seleciona todo o texto

Com o cursor no meio de uma palavra:

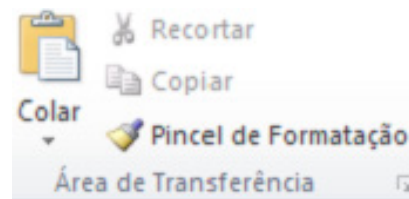
- Ao dar um clique o cursor se posiciona onde foi clicado
- Ao dar um duplo clique, ele seleciona toda a palavra.
- Ao dar um triplo clique ele seleciona todo o parágrafo

Podemos também clicar, manter o mouse pressionado e arrastar até onde se deseja selecionar.

O problema é que se o mouse for solto antes do desejado, é preciso reiniciar o processo, ou pressionar a tecla SHIFT no teclado e clicar ao final da seleção desejada. Podemos também clicar onde começa a seleção, pressionar a tecla SHIFT e clicar onde termina a seleção. É possível selecionar palavras alternadas. Selecione a primeira palavra, pressione CTRL e vá selecionando as partes do texto que deseja modificar.

## Copiar e Colar

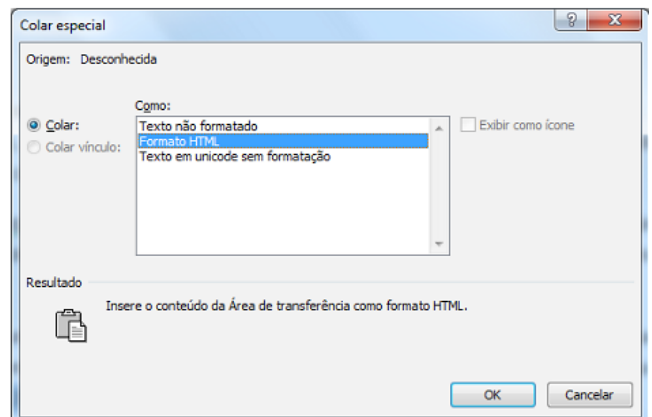
O copiar e colar no Word funciona da mesma forma que qualquer outro programa, pode-se utilizar as teclas de atalho CTRL+C (copiar), CTRL+X (Recortar) e CTRL+V(Colar), ou o primeiro grupo na ABA Início.



Este é um processo comum, porém um cuidado importante é quando se copia texto de outro tipo de meio como, por exemplo, da Internet.

Textos na Internet possuem formatações e padrões deferentes dos editores de texto.

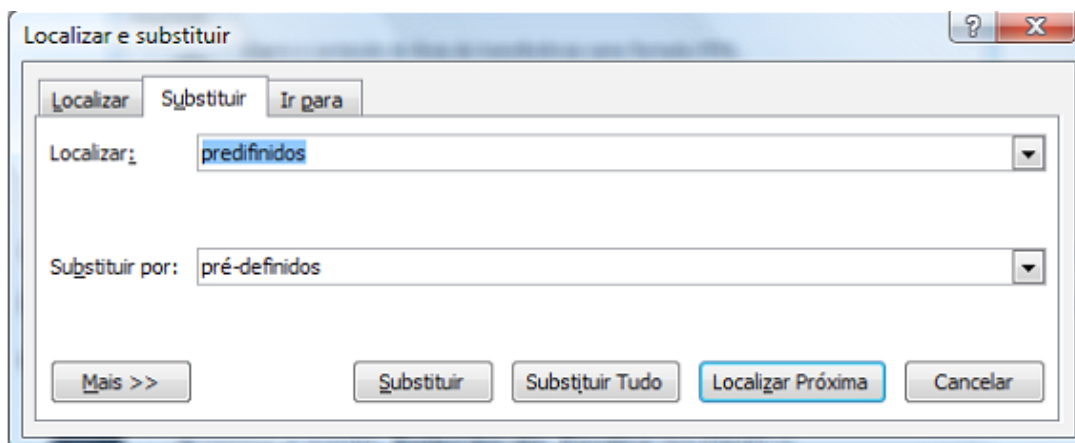
Ao copiar um texto da Internet, se você precisa adequá-lo ao seu documento, não basta apenas clicar em colar, é necessário clicar na setinha apontando para baixo no botão Colar, escolher Colar Especial.



Observe na imagem que ele traz o texto no formato HTML. Precisa-se do texto limpo para que você possa manipulá-lo, marque a opção Texto não formatado e clique em OK.

## Localizar e Substituir

Ao final da ABA Início temos o grupo edição, dentro dela temos a opção Localizar e a opção Substituir. Clique na opção Substituir.



A janela que se abre possui três guias, localizar, Substituir e Ir para. A guia substituir que estamos vendo, permite substituir em seu documento uma palavra por outra.

A substituição pode ser feita uma a uma, clicando em substituir, ou pode ser todas de uma única vez clicando-se no botão Substituir Tudo.

Algumas vezes posso precisar substituir uma palavra por ela mesma, porém com outra cor, ou então somente quando escrita em maiúscula, etc., nestes casos clique no botão Mais. As opções são:

- Pesquisar: Use esta opção para indicar a direção da pesquisa;
- Diferenciar maiúsculas de minúsculas: Será localizada exatamente a palavra como foi digitada na caixa localizar.
- Palavras Inteiras: Localiza uma palavra inteira e não parte de uma palavra. Ex: Atenciosamente.
- Usar caracteres curinga: Procura somente as palavras que você especificou com o caractere coringa. Ex. Se você digitou \*ão o Word vai localizar todas as palavras terminadas em ão.
- Semelhantes: Localiza palavras que tem a mesma sonoridade, mas escrita diferente. Disponível somente para palavras em inglês.
- Todas as formas de palavra: Localiza todas as formas da palavra, não será permitida se as opções usar caractere coringa e semelhantes estiverem marcadas.
- Formatar: Localiza e Substitui de acordo com o especificado como formatação.
- Especial: Adiciona caracteres especiais à caixa localizar. A caixa de seleção usar caracteres curinga.

### Formatação de texto

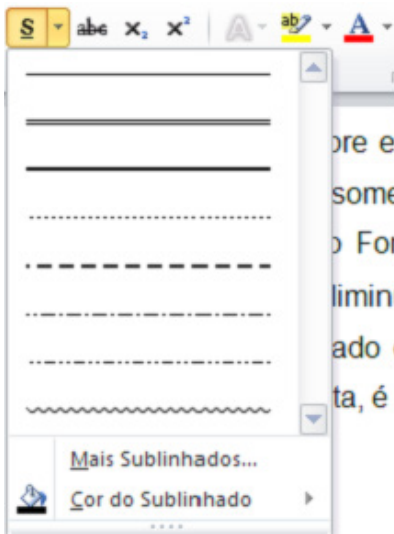
Um dos maiores recursos de uma edição de texto é a possibilidade de se formatar o texto. No Office 2010 a ABA responsável pela formatação é a Início e os grupo Fonte, Parágrafo e Estilo.



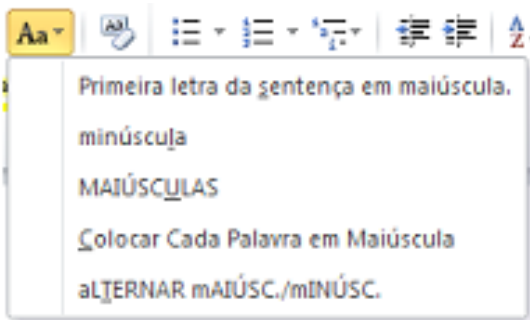
### Formatação de Fonte

A formatação de fonte diz respeito ao tipo de letra, tamanho de letra, cor, espaçamento entre caracteres, etc., para formatar uma palavra, basta apenas clicar sobre ela, para duas ou mais é necessário selecionar o texto, se quiser formatar somente uma letra também é necessário selecionar a letra.

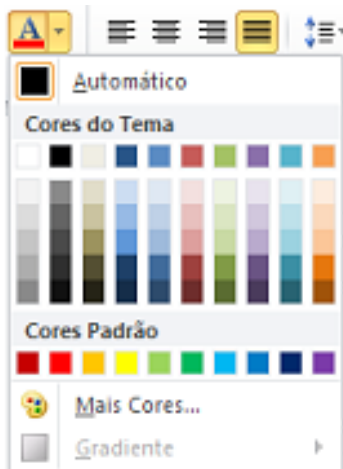
No grupo Fonte, temos visível o tipo de letra, tamanho, botões de aumentar fonte e diminuir fonte, limpar formatação, negrito, itálico, sublinhado, observe que ao lado de sublinhado temos uma seta apontando para baixo, ao clicar nessa seta, é possível escolher tipo e cor de linha.



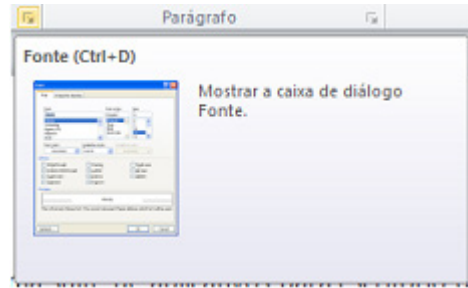
Ao lado do botão de sublinhado temos o botão Tachado – que coloca um risco no meio da palavra, botão subscripto e sobrescrito e o botão Maiúsculas e Minúsculas.



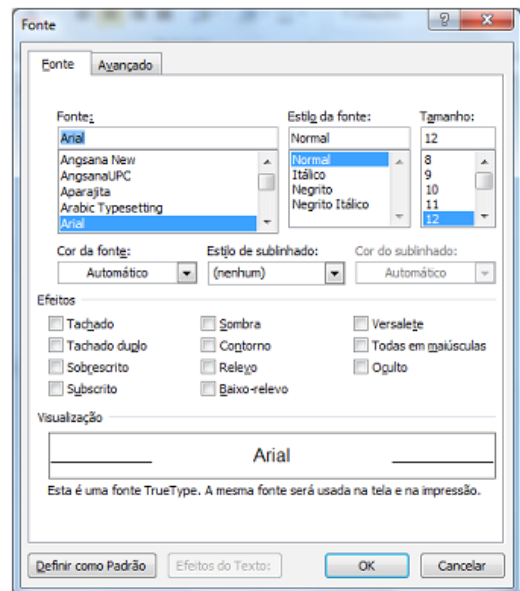
Este botão permite alterar a colocação de letras maiúsculas e minúsculas em seu texto. Após esse botão temos o de realce – que permite colocar uma cor de fundo para realçar o texto e o botão de cor do texto.



Podemos também clicar na Faixa no grupo Fonte.



A janela fonte contém os principais comandos de formatação e permite que você possa observar as alterações antes de aplica. Ainda nessa janela temos a opção Avançado.



Podemos definir a escala da fonte, o espaçamento entre os caracteres que pode ser condensado ou comprimido, a posição é referente ao sobrescrito e subscripto, permitindo que se faça algo como:  $x^{23}$ .

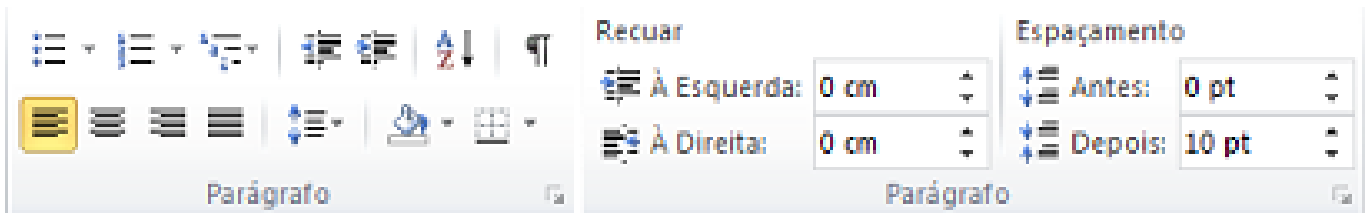
Kerning: é o acerto entre o espaço dentro das palavras, pois algumas vezes acontece de as letras ficarem com espaçamento entre elas de forma diferente.

Uma ferramenta interessante do Word é a ferramenta pincel, pois com ela você pode copiar toda a formatação de um texto e aplicar em outro.

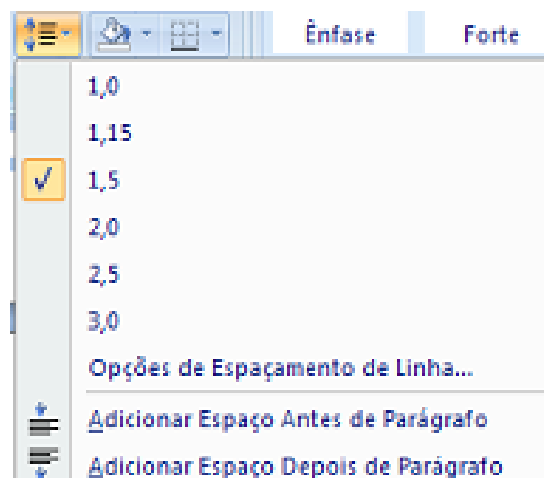
## Formatação de parágrafos

A principal regra da formatação de parágrafos é que independente de onde estiver o cursor a formatação será aplicada em todo o parágrafo, tendo ele uma linha ou mais. Quando se trata de dois ou mais parágrafos será necessário selecionar os parágrafos a serem formatados.

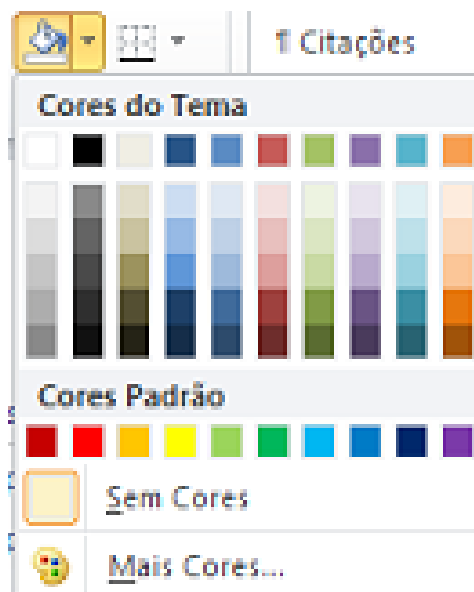
A formatação de parágrafos pode ser localizada na ABA Início, e os recuos também na ABA Layout da Página.



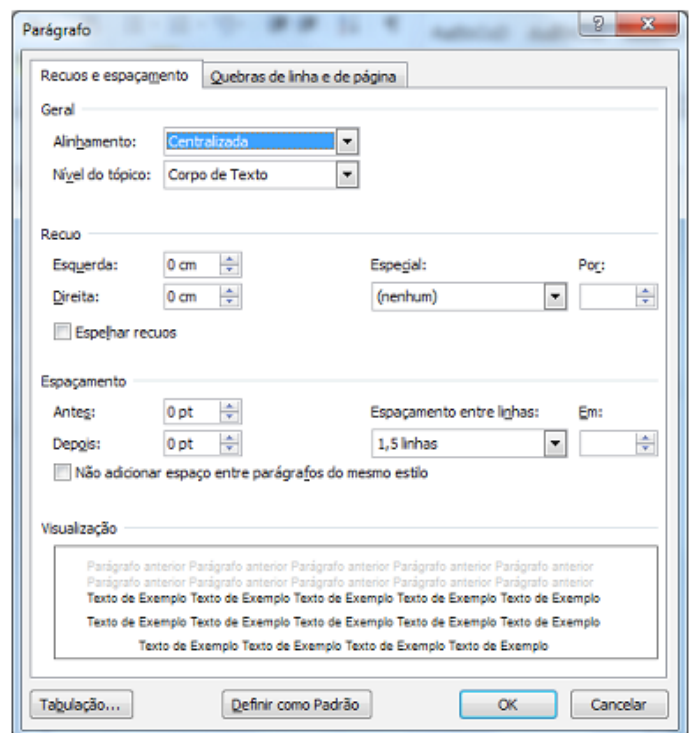
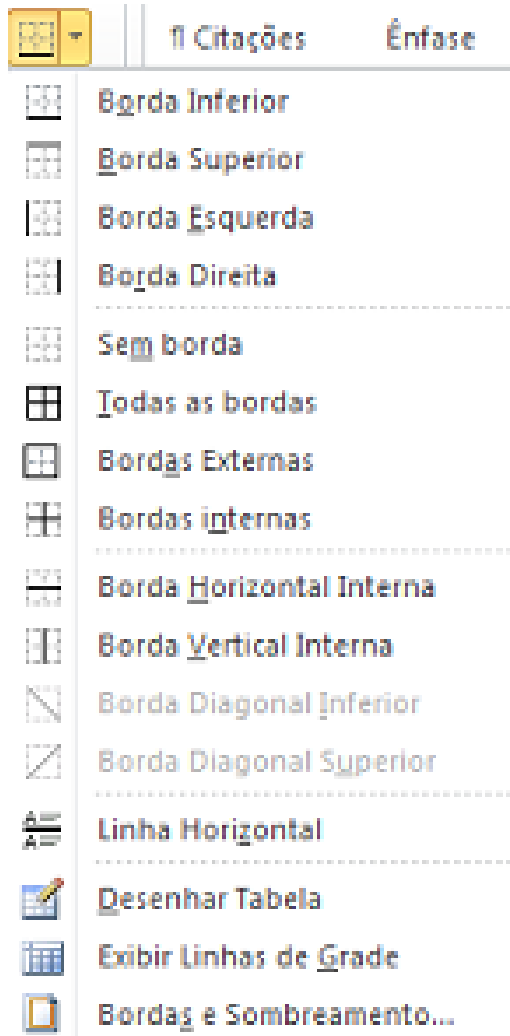
No grupo da Guia Início, temos as opções de marcadores (bullets e numeração e listas de vários níveis), diminuir e aumentar recuo, classificação e botão Mostrar Tudo, na segunda linha temos os botões de alinhamentos: esquerda, centralizado, direita e justificado, espaçamento entre linhas, observe que o espaçamento entre linhas possui uma seta para baixo, permitindo que se possa definir qual o espaçamento a ser utilizado.



Cor do Preenchimento do Parágrafo.



Bordas no parágrafo.



As opções disponíveis são praticamente as mesmas disponíveis pelo grupo.

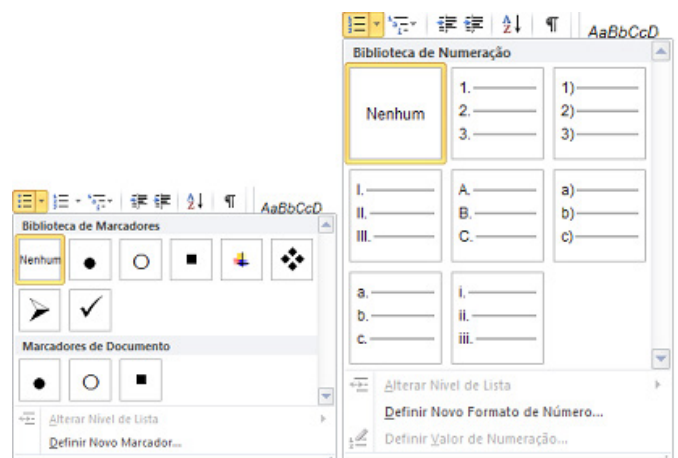
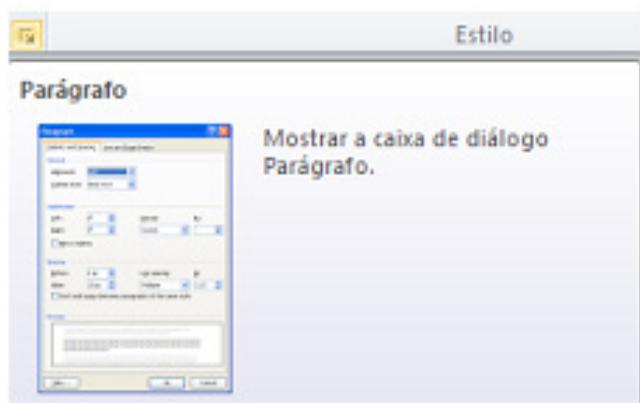
Podemos trabalhar os recuos de texto também pelas régua superiores.



## Marcadores e Numeração

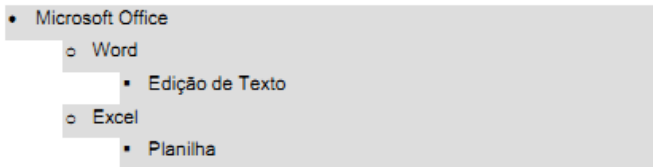
Os marcadores e numeração fazem parte do grupo parágrafos, mas devido a sua importância, merecem um destaque. Existem dois tipos de marcadores: Símbolos e Numeração.

Na guia parágrafo da ABA Layout de Página temos apenas os recuos e os espaçamentos entre parágrafos. Ao clicar na Faixa do grupo Parágrafos, será aberta a janela de Formatação de Parágrafos.

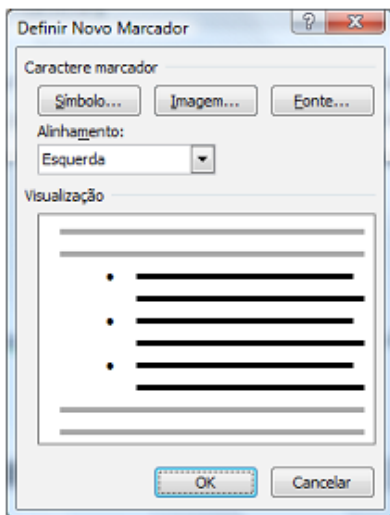


A opção vários níveis é utilizada quando nosso texto tenha níveis de marcação como, por exemplo, contratos e petições. Os marcadores do tipo Símbolos como o nome já diz permite adicionar símbolos a frente de seus parágrafos.

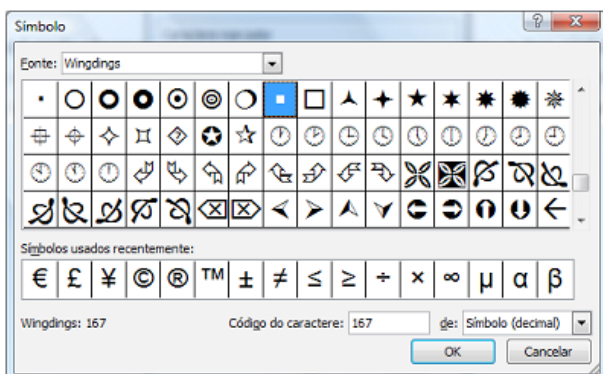
Se precisarmos criar níveis nos marcadores, basta clicar antes do início da primeira palavra do parágrafo e pressionar a tecla TAB no teclado.



Você pode observar que o Word automaticamente adicionou outros símbolos ao marcador, você pode alterar os símbolos dos marcadores, clicando na seta ao lado do botão Marcadores e escolhendo a opção Definir Novo Marcador.



Ao clicar em Símbolo, será mostrada a seguinte janela:

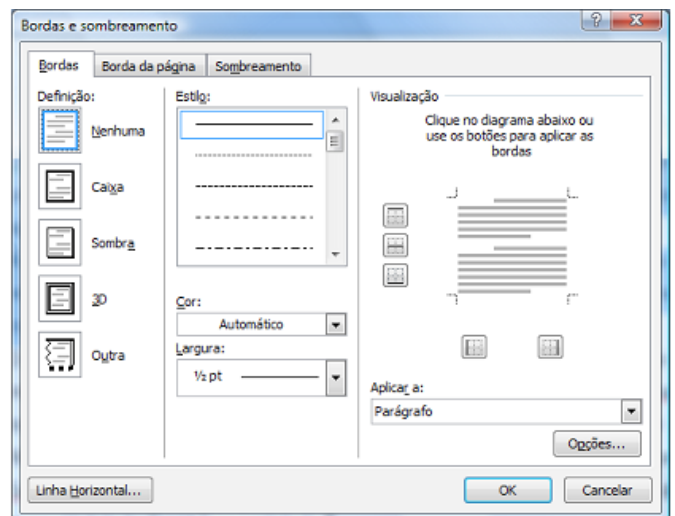
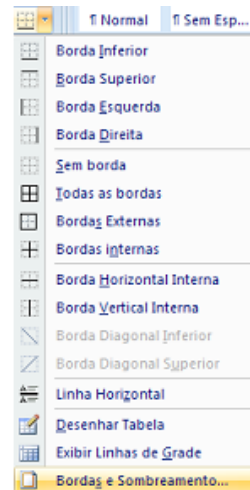


Onde você poderá escolher a Fonte (No caso aconselha-se a utilizar fontes de símbolos como a Winddings, Webdings), e depois o símbolo. Ao clicar em Imagem, você poderá utilizar uma imagem do Office, e ao clicar no botão importar, poderá utilizar uma imagem externa.

## Bordas e Sombreamento

Podemos colocar bordas e sombreamentos em nosso texto. Podem ser bordas simples aplicadas a textos e parágrafos. Bordas na página como vimos quando estudamos a ABA Layout da Página e sombreamentos.

Selecione o texto ou o parágrafo a ser aplicado à borda e ao clicar no botão de bordas do grupo Parágrafo, você pode escolher uma borda pré-definida ou então clicar na última opção Bordas e Sombreamento.



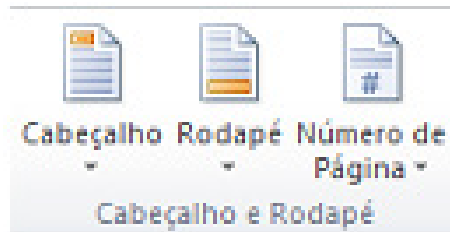
Podemos começar escolhendo uma definição de borda (caixa, sombra, 3D e outra), ou pode-se especificar cada uma das bordas na direita onde diz Visualização. Pode-se pelo meio da janela especificar cor e largura da linha da borda.

A Guia Sombreamento permite atribuir um preenchimento de fundo ao texto selecionado.

Você pode escolher uma cor base, e depois aplicar uma textura junto dessa cor.

### Cabeçalho e Rodapé

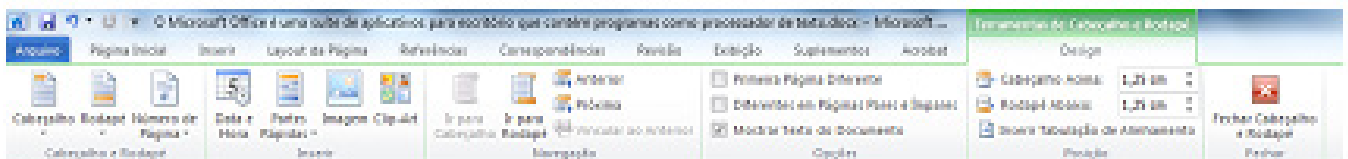
O Word sempre reserva uma parte das margens para o cabeçalho e rodapé. Para acessar as opções de cabeçalho e rodapé, clique na ABA Inserir, Grupo Cabeçalho e Rodapé.



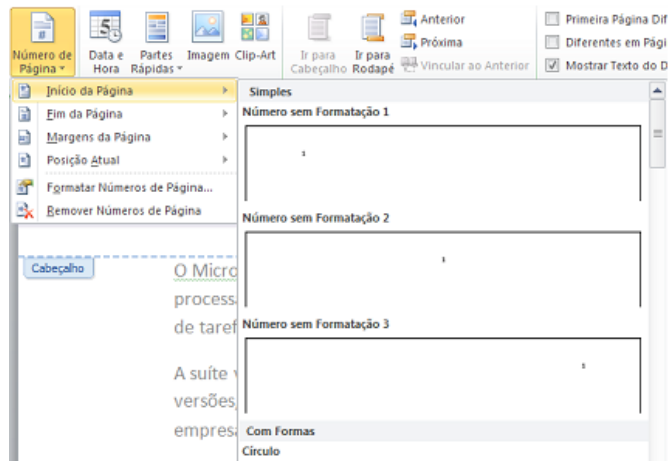
Ele é composto de três opções Cabeçalho, Rodapé e Número de Página.



Ao clicar em Cabeçalho o Word disponibiliza algumas opções de caixas para que você possa digitar seu texto. Ao clicar em Editar Cabeçalho o Word edita a área de cabeçalho e a barra superior passa a ter comandos para alteração do cabeçalho.



A área do cabeçalho é exibida em um retângulo pontilhado, o restante do documento fica em segundo plano. Tudo o que for inserido no cabeçalho será mostrado em todas as páginas, com exceção se você definiu seções diferentes nas páginas.

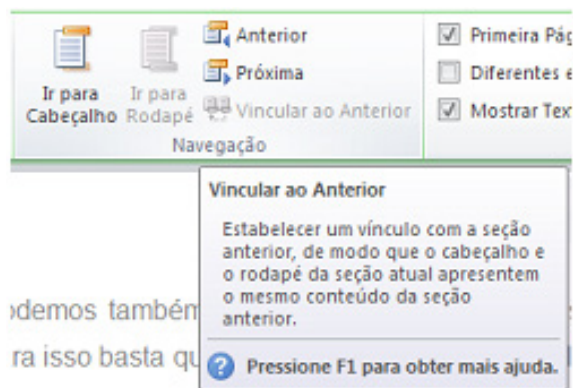


Para aplicar números de páginas automaticamente em seu cabeçalho basta clicar em Números de Página, apenas tome o cuidado de escolher Início da Página se optar por Fim da Página ele aplicará o número da página no rodapé.

Podemos também aplicar cabeçalhos e rodapés diferentes a um documento, para isso basta que ambos estejam em seções diferentes do documento.

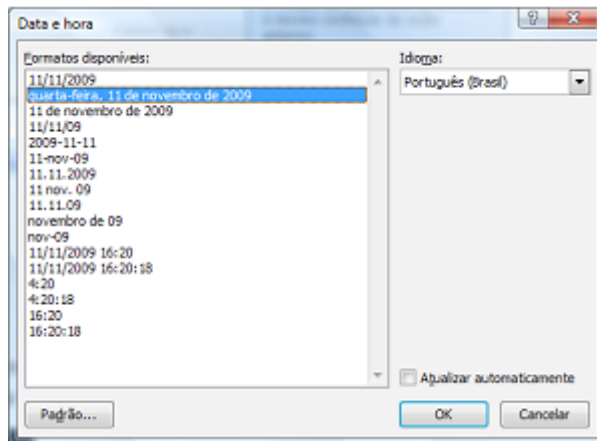
O cuidado é ao aplicar o cabeçalho ou o rodapé, desmarcar a opção Vincular ao anterior.

O funcionamento para o rodapé é o mesmo para o cabeçalho, apenas deve-se clicar no botão Rodapé.



### Data e Hora

O Word Permite que você possa adicionar um campo de Data e Hora em seu texto, dentro da ABA Inserir, no grupo Texto, temos o botão Data e Hora.

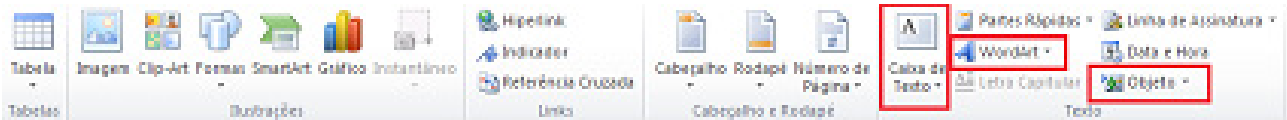




Basta escolher o formato a ser aplicado e clicar em OK. Se precisar que esse campo sempre atualize data, marque a opção Atualizar automaticamente.

## Inserindo Elementos Gráficos

O Word permite que se insira em seus documentos arquivos gráficos como Imagem, Clip-art, Formas, etc., as opções de inserção estão disponíveis na ABA Inserir.



## Imagens

O primeiro elemento gráfico que temos é o elemento Imagem. Para inserir uma imagem clique no botão com o mesmo nome no grupo Ilustrações na ABA Inserir. Na janela que se abre, localize o arquivo de imagem em seu computador.



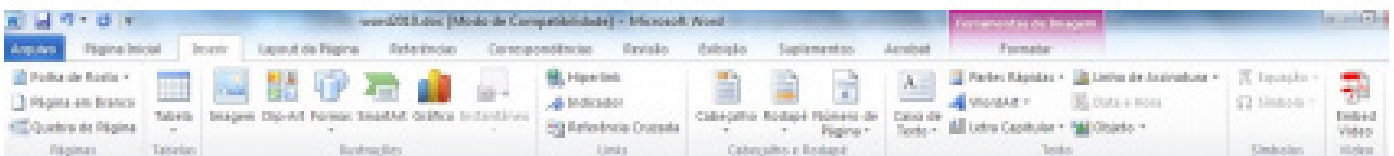
A imagem será inserida no local onde estava seu cursor.

O que será ensinado agora é praticamente igual para todo os elementos gráficos, que é a manipulação dos elementos gráficos.

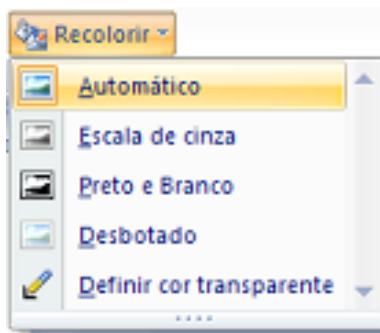
Ao inserir a imagem é possível observar que a mesma enquanto selecionada possui uma caixa pontilhadas em sua volta, para mover a imagem de local, basta clicar sobre ela e arrastar para o local desejado, se precisar redimensionar a imagem, basta clicar em um dos pequenos quadrados em suas extremidades, que são chamados por Alças de redimensionamento.

Para sair da seleção da imagem, basta apenas clicar em qualquer outra parte do texto.

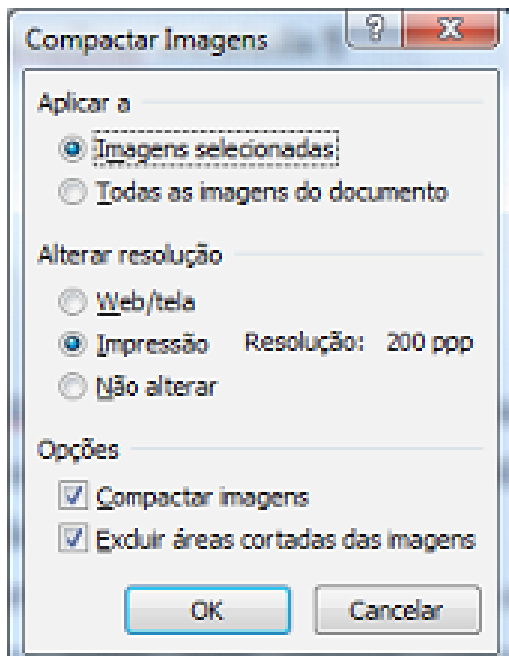
Ao clicar sobre a imagem, a barra superior mostra as configurações de manipulação da imagem.



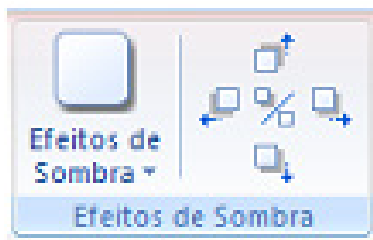
O primeiro grupo é o Ajustar, dentre as opções temos Brilho e Contraste, que permite clarear ou escurecer a imagem e adicionar ou remover o contraste. Podemos recolorir a imagem.



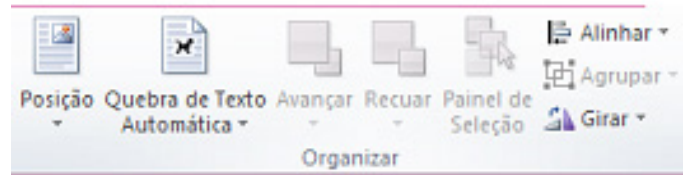
Entre as opções de recolorir podemos colocar nossa imagem em tons de cinza, preto e branco, desbotar a imagem e remover uma cor da imagem. Este recurso permite definir uma imagem com fundo transparente. A opção Compactar Imagens permite deixar sua imagem mais adequada ao editor de textos. Ao clicar nesta opção o Word mostra a seguinte janela:



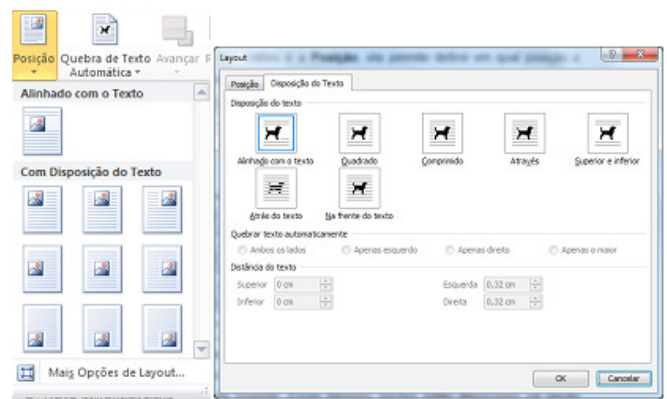
Pode-se aplicar a compactação a imagem selecionada, ou a todas as imagens do texto. Podemos alterar a resolução da imagem. A opção Redefinir Imagem retorna a imagem ao seu estado inicial, abandonando todas as alterações feitas. O próximo grupo chama-se Sombra, como o próprio nome diz, permite adicionar uma sombra a imagem que foi inserida.



No botão Efeitos de Sombra, você poderá escolher algumas posições de sombra (Projetada, Perspectiva) e cor da sombra. Ao lado deste botão é possível definir a posição da sombra e no meio a opção de ativar e desativar a sombra. No grupo Organizar é possível definir a posição da imagem em relação ao texto.



O primeiro dos botões é a Posição, ela permite definir em qual posição a imagem deverá ficar em relação ao texto.



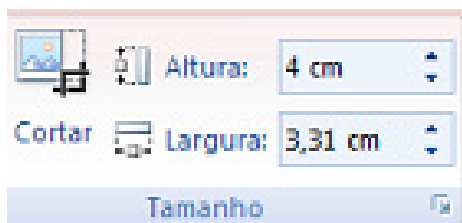
Ao clicar na opção Mais Opções de Layout abre-se a janela Layout Avançado que permite trabalhar a disposição da imagem em relação ao bloco de texto no qual ela esta inserida. Essas mesmas opções estão disponíveis na opção Quebra Automática de Texto nesse mesmo grupo. Ao colocar a sua imagem em uma disposição com o texto, é habilitado alguns recursos da barra de imagens. Como bordas



Através deste grupo é possível acrescentar bordas a sua imagem E no grupo Organizar ele habilita as opções de Trazer para Frente, Enviar para Trás e Alinhar. Ao clicar no botão Trazer para Frente, ele abre três opções: Trazer para Frente e Avançar, são utilizadas quando houver duas ou mais imagens e você precisa mudar o empilhamento delas. A opção Trazer para Frente do Texto faz com que a imagem flutue sobre o Texto. Ao ter mais de uma imagem e ao selecionar as imagens (Utilize a tecla SHIFT), você poderá alinhar as suas imagens.

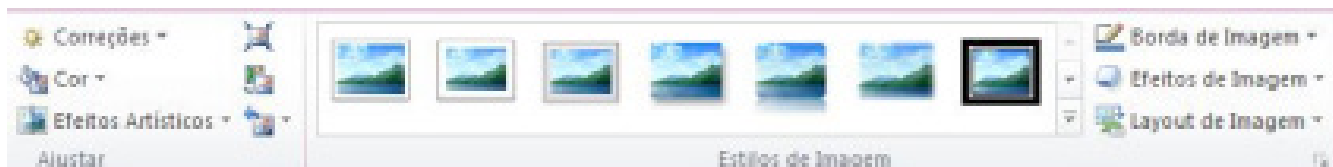


O último grupo é referente às dimensões da imagem.

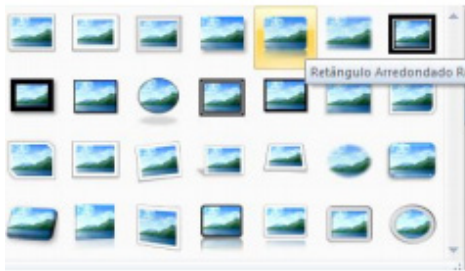


Neste grupo você pode cortar a sua imagem, ou redimensionar a imagem definindo Largura e Altura.

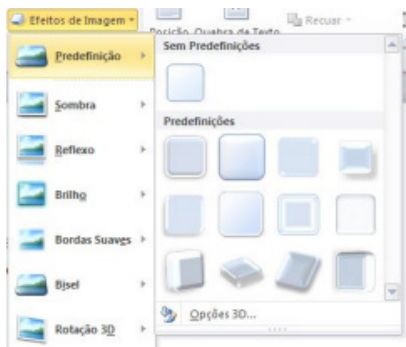
Os comandos vistos até o momento estavam disponíveis da seguinte forma, pois nosso documento está salvo em .DOC – versão compatível com Office XP e 2003. Ao salvar o documento em .DOCX compatível somente com a versão 2010, acontecem algumas alterações na barra de imagens.



No grupo Ajustar já temos algumas alterações, ao clicar no item Cor. Em estilos de imagem podemos definir bordas e sombreamentos para a imagem.



Podemos aplicar também os Efeitos de Imagem



## Clip Art

Clip-Art são imagens, porém são imagens que fazem parte do pacote Office. Para inserir um clipart, basta pela ABA Inserir, clicar na opção Clip-Art. Na direita da tela abre-se a opção de consulta aos clip-Art.



Clique sobre a imagem a ser adicionada ao seu texto com o botão direito e escolha Copiar (CTRL+C).

Clique em seu texto onde o Clip-Art deve ser adicionado e clique em Colar (CTRL+V) As configurações de manipulação do clip-art são as mesmas das imagens.

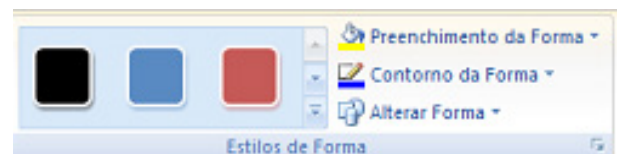
Formas

Podemos também adicionar formas ao nosso conteúdo do texto



Para desenhar uma forma, o processo é simples, basta clicar na forma desejada e arrastar o mouse na tela para definir as suas dimensões. Ao desenhar a sua forma a barra passa a ter as propriedade para modificar a forma.

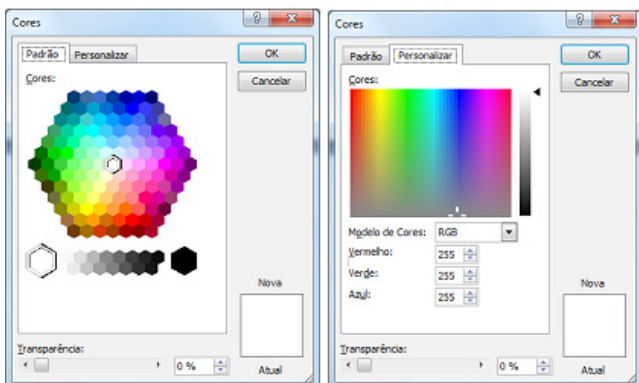
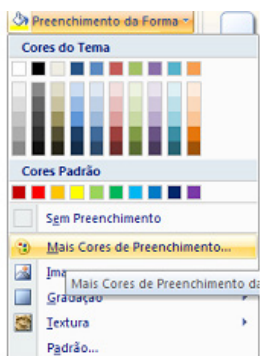
O primeiro grupo chama-se Inserir Forma, ele possui a ferramenta de Inserir uma forma. Ao lado temos a ferramenta Editar Forma essa ferramenta permite trabalhar os nós da forma – Algumas formas bloqueiam a utilização dessa ferramenta. Abaixo dela temos a ferramenta de caixa de texto, que permite adicionar uma caixa de texto ao seu documento. Estando com uma forma fechada, podemos transformar essa forma em uma caixa de texto. Ao lado temos o Grupo Estilos de Forma.



Os primeiros botões permitem aplicar um estilo a sua forma.



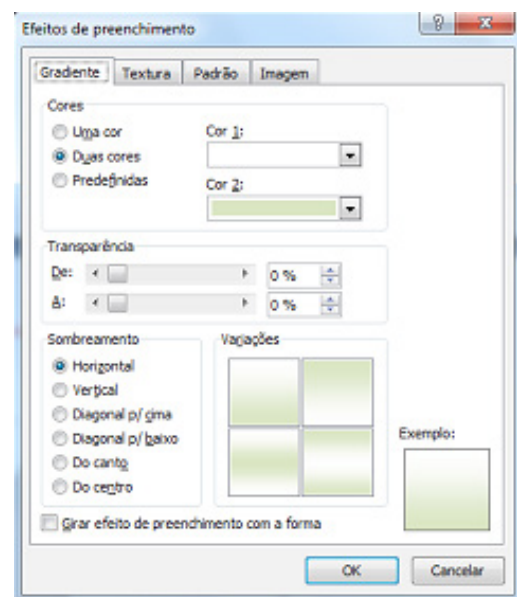
Ainda nesse grupo temos a opção de trabalharmos as cores, contorno e alterar a forma.



A opção Imagem preenche sua forma com alguma imagem. A opção Graduação permite aplicar tons de gradiente em sua forma.

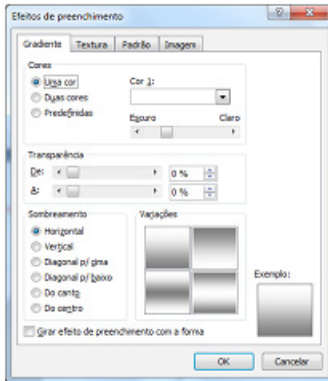


Ao clicar em Mais Graduações, será possível personalizar a forma como será o preenchimento do gradiente.

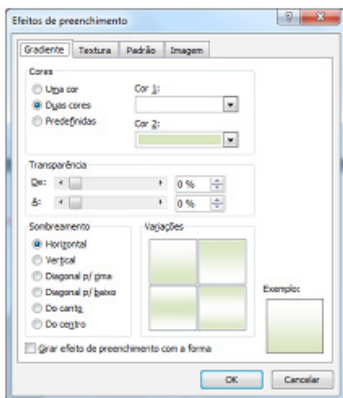


Na guia gradiente, temos as opções de Uma cor, Duas cores e Pré-definidas.

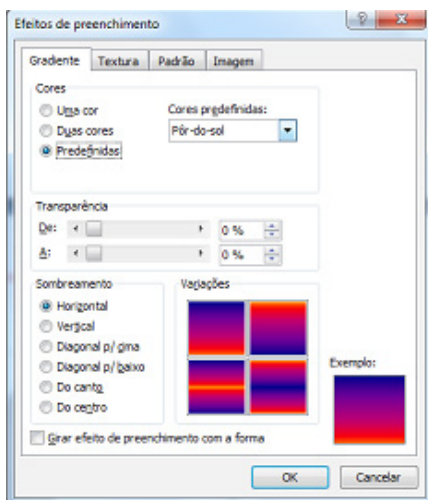
Ao escolher uma cor você pode escolher a cor a ser aplicada, se quer ela mais para o claro ou escuro, pode definir a transparência do gradiente e como será o sombreamento.



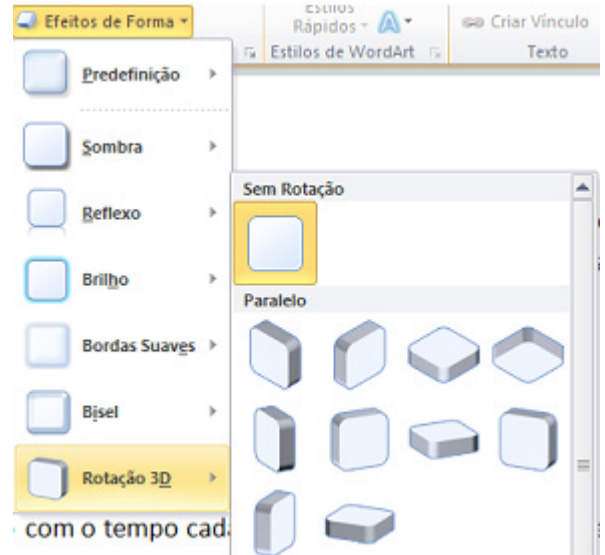
Ao clicar na opção Duas Cores, você pode definir a cor 1 e cor 2, o nível de transparência e o sombreamento.



Ao clicar em Pré-definidas, o Office possui algumas cores de preenchimento prontas.



A Guia Textura permite aplicar imagens como texturas ao preenchimento, a guia Padrão permite aplicar padrões de preenchimento e imagem permite aplicar uma imagem Após o grupo Estilos de Forma temos o grupo sombra e após ele o grupo Efeitos 3D.



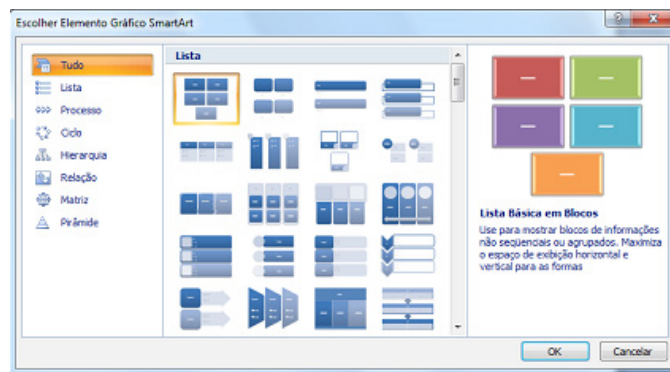
Podemos aplicar efeitos tridimensionais em nossas formas. Além de aplicar o efeitos podemos mudar a cor do 3D, alterar a profundidade, a direção, luminosidade e superfície. As demais opções da Forma são idênticas as das imagens.

## SmartArt

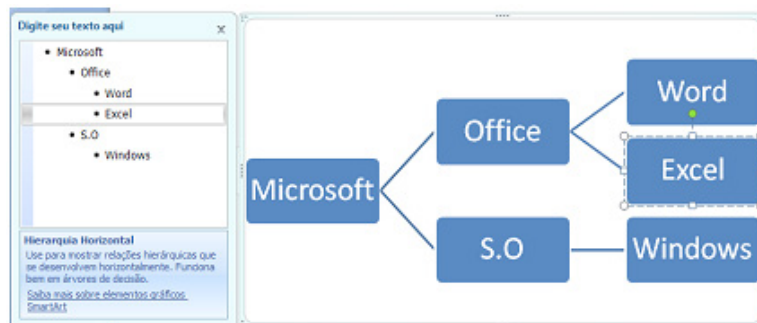
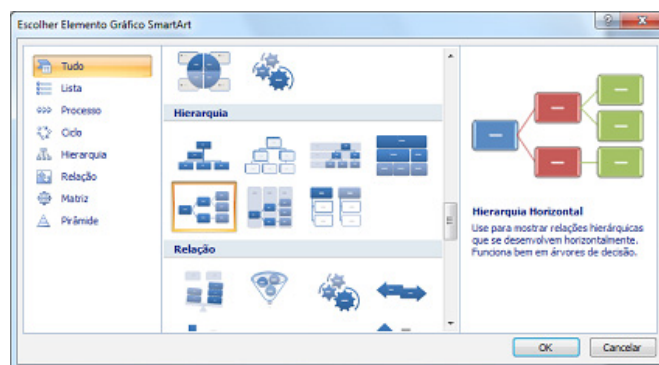
O SmartArt permite ao você adicionar Organogramas ao seu documento. Se você estiver usando o Office 2003 ou seu documento estiver salvo em DOC, ao clicar nesse botão, ele habilita a seguinte janela:



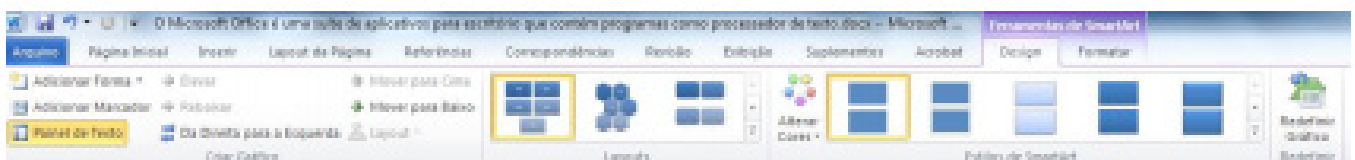
Basta selecionar o tipo de organograma a ser trabalhado e clique em OK. Porém se o formato de seu documento for DOCX, a janela a ser mostrada será:



Em hierarquia, escolha o primeiro da segunda linha e clique em OK.



Altere os textos conforme a sua necessidade. Ao clicar no topo em Ferramentas SmartArt, serão mostradas as opções de alteração do objeto.



O primeiro botão é o de Adicionar uma forma. Basta clicar em um botão do mesmo nível do que será criado e clicar neste botão. Outra forma de se criar novas caixas dentro de um mesmo nível é ao terminar de digitar o texto pressionar ENTER. Ainda no grupo Criar Gráfico temos os botões de Elevar / Rebaixar que permite mudar o nível hierárquico de nosso organograma.

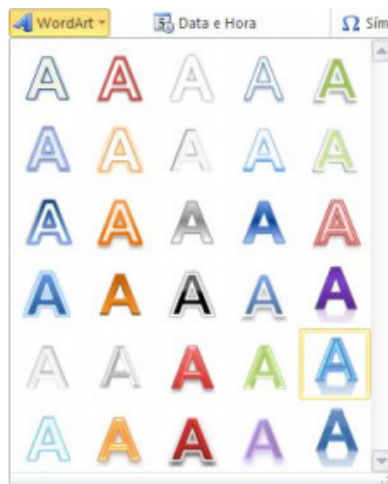
No grupo Layout podemos mudar a disposição de nosso organograma.

O próximo grupo é o Estilos de SmartArt que permite mudar as cores e o estilo do organograma.

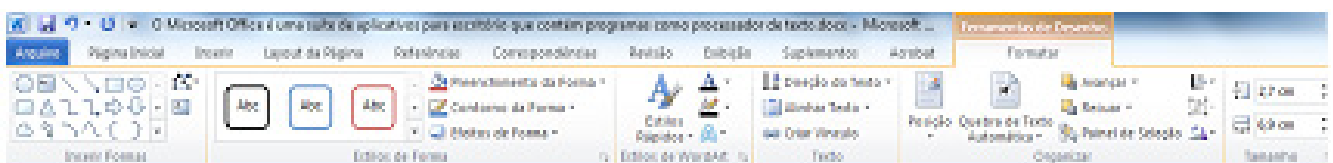


### WordArt

Para finalizarmos o trabalho com elementos gráficos temos os WordArt que já um velho conhecido da suíte Office, ele ainda mantém a mesma interface desde a versão do Office 97 No grupo Texto da ABA Inserir temos o botão de WorArt Selecione um formato de WordArt e clique sobre ele.



Será solicitado a digitação do texto do WordArt. Digite seu texto e clique em OK. Será mostrada a barra do WordArt



O primeiro grupo é o Texto, nesse grupo podemos editar o texto digitado e definir seu espaçamento e alinhamentos. No grupo Estilos de WordArt pode-se mudar a forma do WordArt, depois temos os grupos de Sombra, Efeitos 3D, Organizar e Tamanho.



## Tabelas

As tabelas são com certeza um dos elementos mais importantes para colocar dados em seu documento.

Use tabelas para organizar informações e criar formas de páginas interessantes e disponibilizar seus dados.

Para inserir uma tabela, na ABA Inserir clique no botão Tabela.



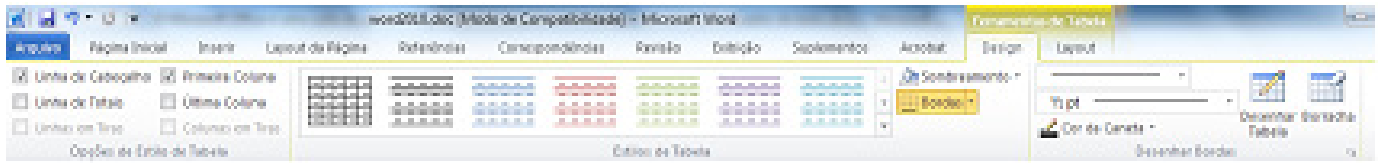
Ao clicar no botão de Tabela, você pode definir a quantidade de linhas e colunas, pode clicar no item Inserir Tabela ou Desenhar a Tabela, Inserir uma planilha do Excel ou usar uma Tabela Rápida que nada mais são do que tabelas prontas onde será somente necessário alterar o conteúdo.

Paciente	Idade	Altura	Peso	Sexo
Carlos	20	1,80	80	Masculino
Maria	56	1,60	65	Feminino

Você pode criar facilmente uma tabela mais complexa, por exemplo, que contenha células de diferentes alturas ou um número variável de colunas por linha semelhante à maneira como você usa uma caneta para desenhar uma tabela.

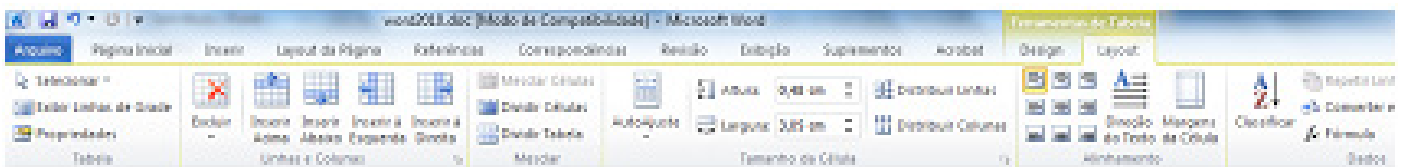
Ao desenhar a caixa que fará parte da tabela, você pode utilizar o topo

## Ferramentas de Tabela.

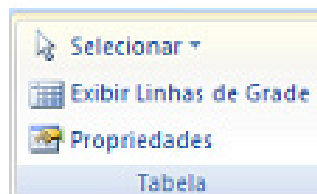


Através do grupo Opções de Estilo de Tabela é possível definir células de cabeçalho. O grupo Estilos de Tabela permite aplicar uma formatação a sua tabela e o grupo Desenhar Bordas permite definir o estilo, espessura e cor da linha. O botão Desenhar Tabela transforma seu cursor em um lápis para desenhar as células de sua tabela, e o botão Borracha apaga as linhas da tabela.

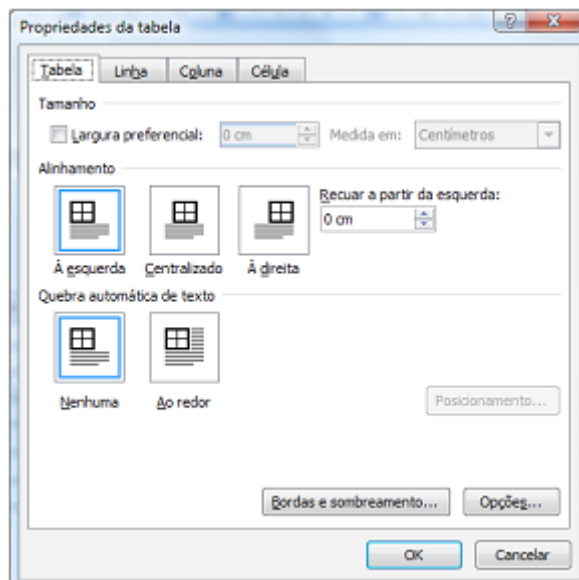
Você pode observar também que ao estar com alguma célula da tabela com o cursor o Word acrescenta mais uma ABA ao final, chamada Layout, clique sobre essa ABA.



O primeiro grupo Tabela permite selecionar em sua tabela, apenas uma célula, uma linha, uma coluna ou toda a tabela.

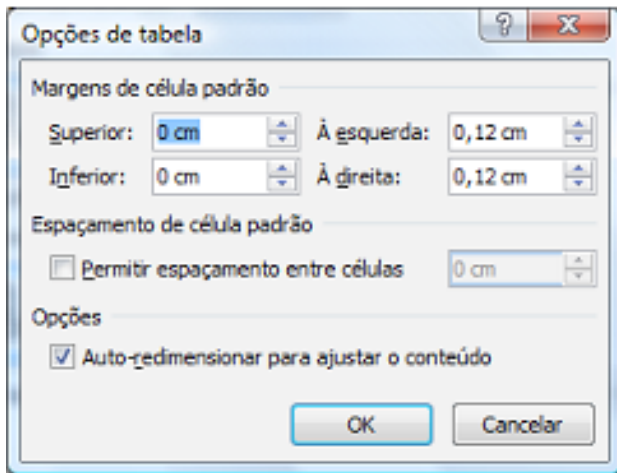


Ao clicar na opção Propriedades será aberto uma janela com as propriedades da janela.

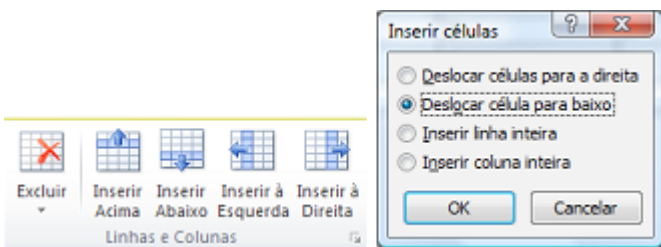


Nesta janela existem quatro Guias.

A primeira é relativa à tabela, pode-se definir a largura da tabela, o alinhamento e a quebra do texto na tabela. Ao clicar no botão Bordas e Sombreamento abre-se a janela de bordas e sombreamento estudada anteriormente. Ao clicar em Opções é possível definir as margens das células e o espaçamento entre as células.



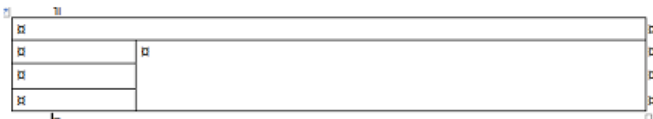
O segundo grupo é o Linhas e Colunas permite adicionar e remover linhas e colunas de sua tabela.



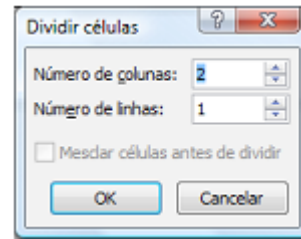
Ao clicar na Faixa deste grupo ele abre uma janela onde é possível deslocar células, inserir linhas e colunas. O terceiro grupo é referente à divisão e mesclagem de células.



A opção Mesclar Células, somente estará disponível se você selecionar duas ou mais células. Esse comando permite fazer com que as células selecionadas tornem-se uma só.



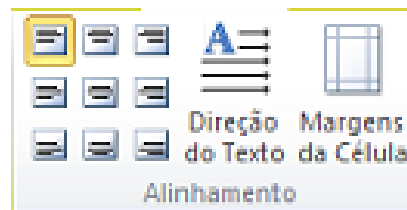
A opção dividir células permite dividir uma célula. Ao clicar nessa opção será mostrada uma janela onde você deve definir em quantas linhas e colunas a célula será dividida.



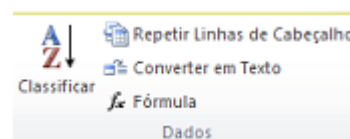
A opção dividir tabela insere um parágrafo acima da célula que o cursor está, dividindo a tabela. O grupo Tamanho da Célula permite definir a largura e altura da célula. A opção AutoAjuste tem a função de ajustar sua célula de acordo com o conteúdo dentro dela.



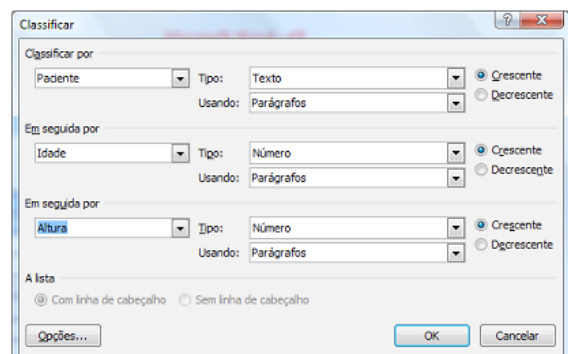
O grupo Alinhamento permite definir o alinhamento do conteúdo da tabela. O botão Direção do Texto permite mudar a direção de seu texto. A opção Margens da Célula, permite alterar as margens das células como vimos anteriormente.



O grupo Dados permite classificar, criar cálculos, etc., em sua tabela.



A opção classificar como o próprio nome diz permite classificar os dados de sua tabela.

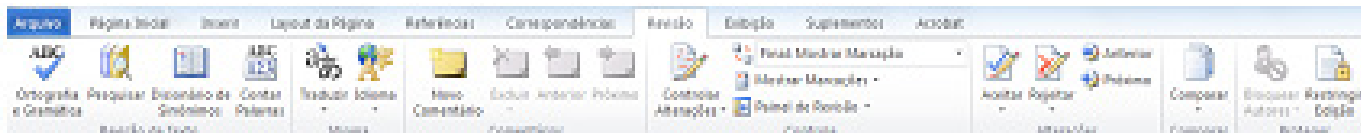


Ele abre a seguinte janela e coloca sua primeira linha como a linha de cabeçalho, você pode colocar até três colunas como critérios de classificação.

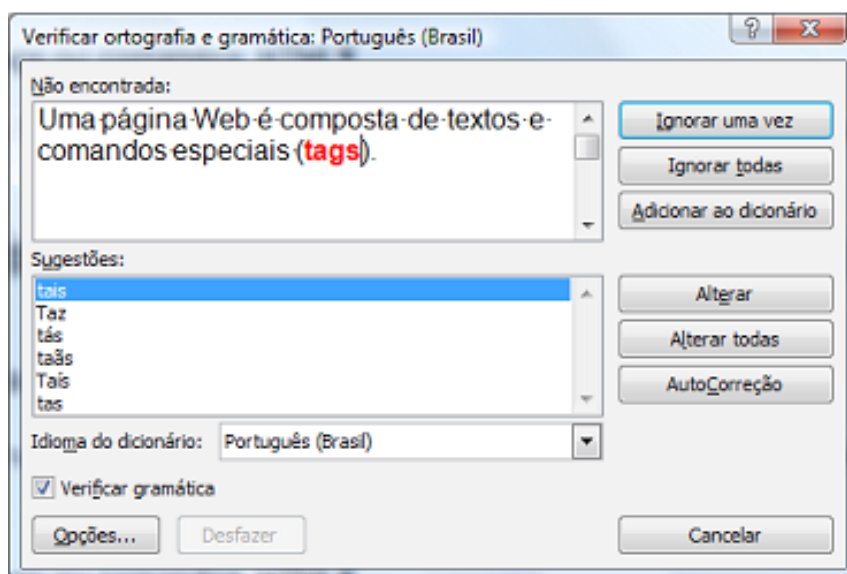
O botão Converter em Texto permite transformar sua tabela em textos normal. A opção fórmula permite fazer cálculos na tabela.

## ABA Revisão

A ABA revisão é responsável por correção, proteção, comentários etc., de seu documento.



O primeiro grupo Revisão de Texto tem como principal botão o de ortografia e Gramática, clique sobre ele.



O objetivo desta ferramenta é verificar todo o seu documento em busca de erros.

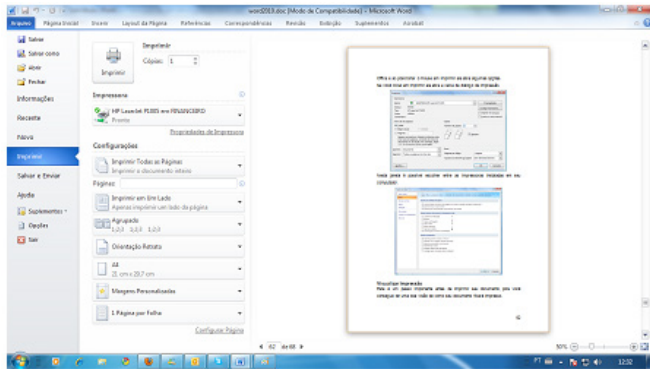
Os de ortografia ele marca em vermelho e os de gramática em verde. É importante lembrar que o fato dele marcar com cores para verificação na impressão sairá com as cores normais. Ao encontrar uma palavra considerada pelo Word como errada você pode:

- Ignorar uma vez: Ignora a palavra somente nessa parte do texto.
- Ignorar Todas: Ignora a palavra quando ela aparecer em qualquer parte do texto.
- Adicionar ao dicionário: Adiciona a palavra ao dicionário do Word, ou seja, mesmo que ela apareça em outro texto ela não será grafada como errada. Esta opção deve ser utilizada quando palavras que existam, mas que ainda não façam parte do Word.
- Alterar: Altera a palavra. Você pode alterá-la por uma palavra que tenha aparecido na caixa de sugestões, ou se você a corrigiu no quadro superior.
- Alterar Todas: Faz a alteração em todas as palavras que estejam da mesma forma no texto.

## Impressão

Para imprimir seu documento o processo é muito simples. Clique no botão

Office e ao posicionar o mouse em Imprimir ele abre algumas opções.



## Estilos

Os estilos podem ser considerados formatações prontas a serem aplicadas em textos e parágrafos. O Word disponibiliza uma grande quantidade de estilos através do grupo estilos.



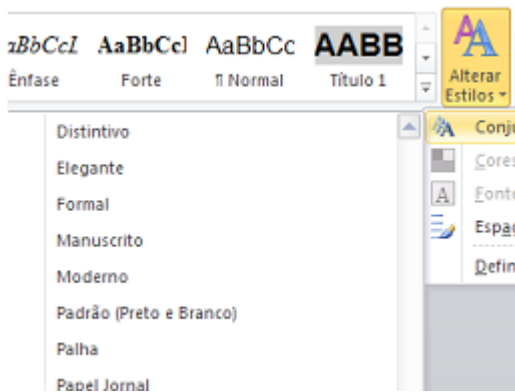
Para aplicar um estilo a um texto é simples. Se você clicar em seu texto sem selecioná-lo, e clicar sobre um estilo existente, ele aplica o estilo ao parágrafo inteiro, porém se algum texto estiver selecionado o estilo será aplicado somente ao que foi selecionado.

MICROSOFT WORD

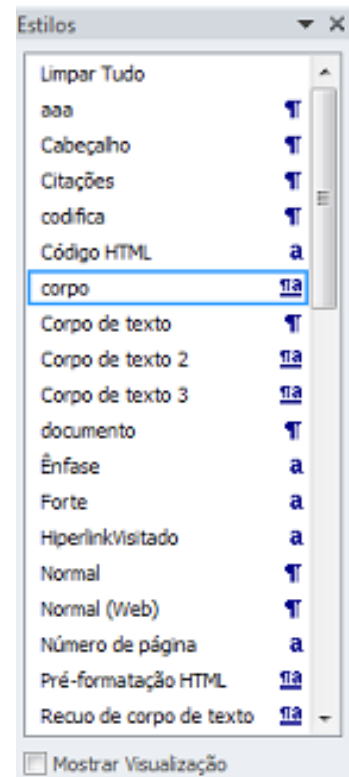
**Exemplo de Bloco de Construção**

Antigo **Auto** Texto

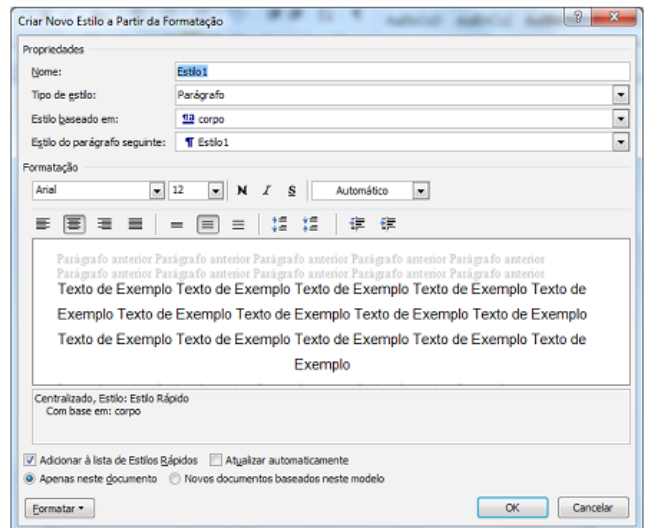
Observe na imagem acima que foi aplicado o estilo Título 2 em ambos os textos, mas no de cima como foi clicado somente no texto, o estilo está aplicado ao parágrafo, na linha de baixo o texto foi selecionado, então a aplicação do estilo foi somente no que estava selecionado. Ao clicar no botão Alterar Estilos é possível acessar a diversas definições de estilos através da opção Conjunto de Estilos.



Podemos também se necessário criarmos nossos próprios estilos. Clique na Faixa do grupo Estilo.



Será mostrado todos os estilos presentes no documento em uma caixa à direita. Na parte de baixo da janela existem três botões, o primeiro deles chama-se Novo Estilo, clique sobre ele.



No exemplo dei o nome de Citações ao meu estilo, defini que ele será aplicado a parágrafos, que a base de criação dele foi o estilo corpo e que ao finalizar ele e iniciar um novo parágrafo o próximo será também corpo.

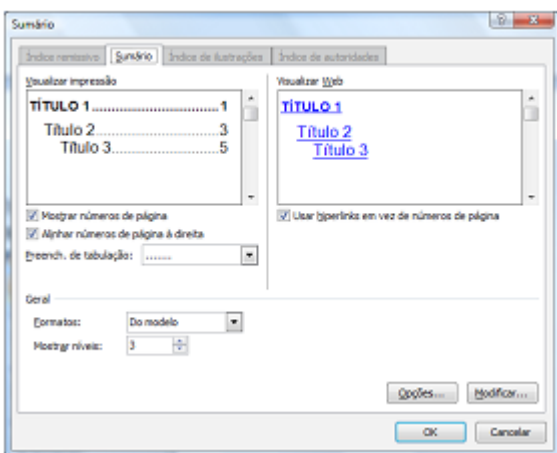
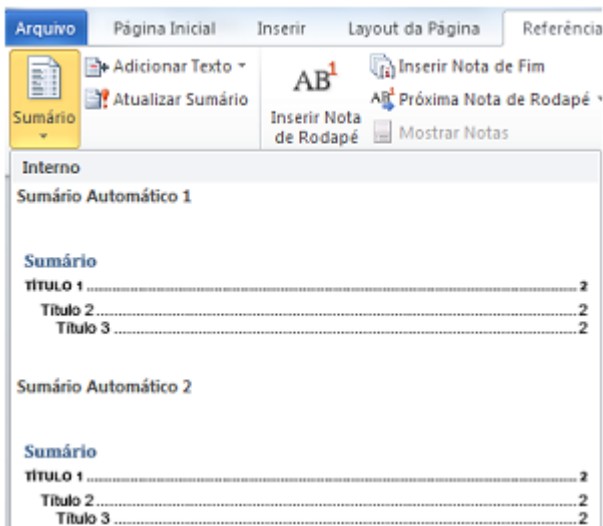
Abaixo definir a formatação a ser aplicada no mesmo. Na parte de baixo manteve a opção dele aparecer nos estilos rápidos e que o mesmo está disponível somente a este documento. Ao finalizar clique em OK. Veja um exemplo do estilo aplicado:

*O degrau de uma escada não serve simplesmente para que alguém permaneça em cima dele. Destina-se a sustentar o pé de um homem pelo tempo suficiente para que ele coloque o outro um pouco mais alto.*  
Thomas Huxley.

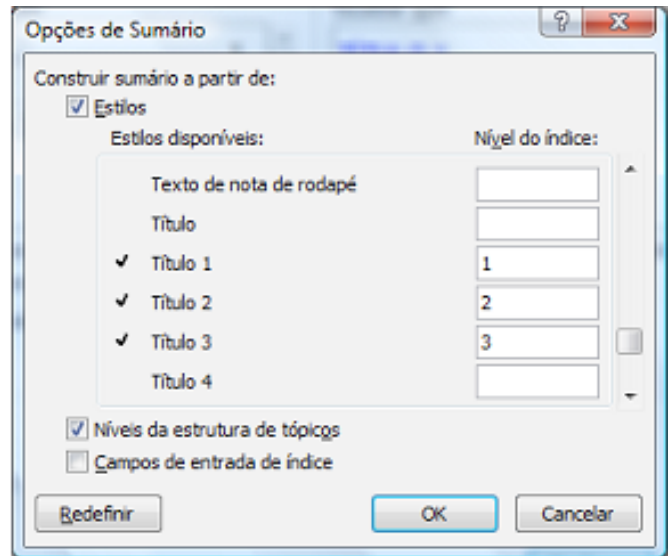
## Índices

### Sumário

O Sumário ou Índice Analítico é o mais utilizado, ele normalmente aparece no início de documentos. A principal regra é que todo parágrafo que faça parte de seu índice precisa estar atrelado a um estilo. Clique no local onde você precisa que fique seu índice e clique no botão Sumário. Serão mostrados alguns modelos de sumário, clique em Inserir Sumário.



Será mostrada uma janela de configuração de seu índice. Clique no botão Opções.

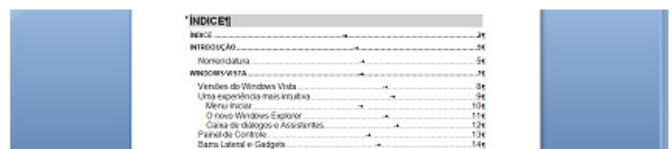


Será aberta outra janela, nesta janela aparecem todos os estilos presentes no documento, então é nela que você define quais estilos farão parte de seu índice.

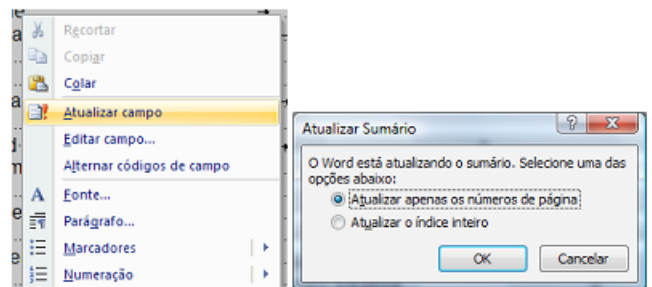
No exemplo apliquei o nível 1 do índice ao estilo Título 1, o nível 2 ao Título 2 e o nível 3 ao Título 3. Após definir quais serão suas entradas de índice clique em OK.

Retorna-se a janela anterior, onde você pode definir qual será o preenchimento entre as chamadas de índice e seu respectivo número de página e na parte mais abaixo, você pode definir o Formato de seu índice e quantos níveis farão parte do índice.

Ao clicar em Ok, seu índice será criado.



Quando houver necessidade de atualizar o índice, basta clicar com o botão direito do mouse em qualquer parte do índice e escolher Atualizar Campo.



Na janela que se abre escolha Atualizar o índice inteiro.

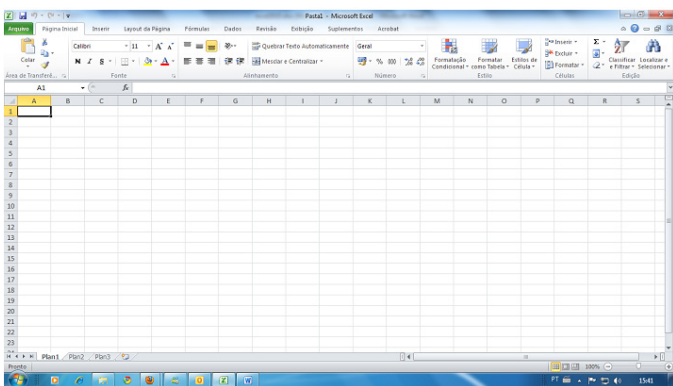
**MS-EXCEL 2010: ESTRUTURA BÁSICA DAS PLANILHAS, CONCEITOS DE CÉLULAS, LINHAS, COLUNAS, PASTAS E GRÁFICOS, ELABORAÇÃO DE TABELAS E GRÁFICOS, USO DE FÓRMULAS, FUNÇÕES E MACROS, IMPRESSÃO, INSERÇÃO DE OBJETOS, CAMPOS PREDEFINIDOS, CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, OBTENÇÃO DE DADOS EXTERNOS, CLASSIFICAÇÃO DE DADOS**

## MS EXCEL

O Excel é uma das melhores planilhas existentes no mercado. As planilhas eletrônicas são programas que se assemelham a uma folha de trabalho, na qual podemos colocar dados ou valores em forma de tabela e aproveitar a grande capacidade de cálculo e armazenamento do computador para conseguir efetuar trabalhos que, normalmente, seriam resolvidos com uma calculadora, lápis e papel. A tela do computador se transforma numa folha onde podemos observar uma série de linhas (números) e colunas (letras). A cada encontro de uma linha com uma coluna temos uma célula onde podemos armazenar um texto, um valor, funções ou fórmula para os cálculos. O Excel oferece, inicialmente, em uma única pasta de trabalho três planilhas, mas é claro que você poderá inserir mais planilhas conforma sua necessidade.

## Interface

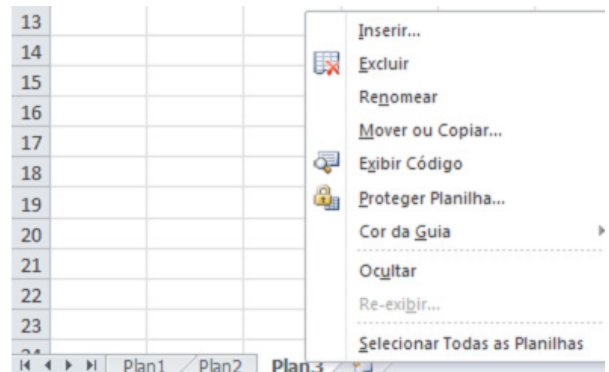
A interface do Excel segue o padrão dos aplicativos Office, com ABAS, Botão Office, controle de Zoom na direita. O que muda são alguns grupos e botões exclusivos do Excel e as guias de planilha no rodapé à esquerda:



## Guias de Planilha



Um arquivo do Excel ao iniciar com três guias de planilha, estas guias permite que se possa em um único arquivo armazenar mais de uma planilha, inicialmente o Excel possui três planilhas, e ao final da Plan3 temos o ícone de inserir planilha que cria uma nova planilha. Você pode clicar com o botão direito do mouse em uma planilha existente para manipular as planilhas.

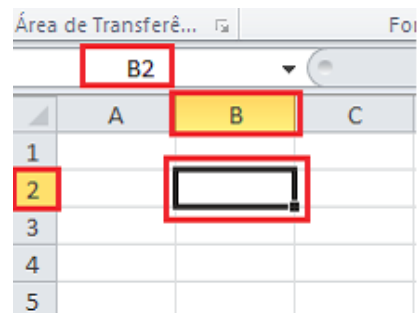


Na janela que é mostrada é possível inserir uma nova planilha, excluir uma planilha existente, renomear uma planilha, mover ou copiar essa planilha, etc...

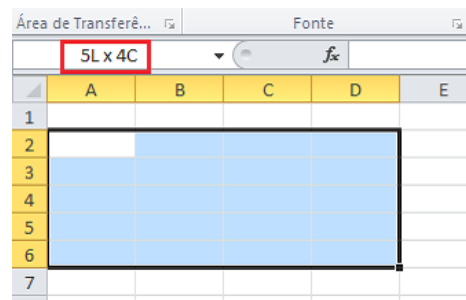
## Movimentação na planilha

Para selecionar uma célula ou torná-la ativa, basta movimentar o retângulo (cursor) de seleção para a posição desejada. A movimentação poderá ser feita através do mouse ou teclado.

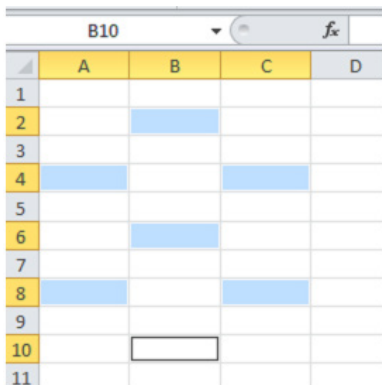
Com o mouse para selecionar uma célula basta dar um clique em cima dela e observe que a célula na qual você clicou é mostrada como referência na barra de fórmulas.



Se você precisar selecionar mais de uma célula, basta manter pressionado o mouse e arrastar selecionando as células em sequência.



Se precisar selecionar células alternadamente, clique sobre a primeira célula a ser selecionada, pressione CTRL e vá clicando nas que você quer selecionar.



Podemos também nos movimentar com o teclado, neste caso usamos a combinação das setas do teclado com a tecla SHIFT.

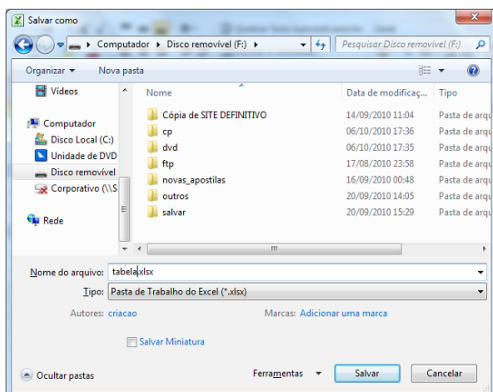
Tecla	Posição do Cursor	
Seta →	Célula para direita	Seta ← Célula para esquerda
Seta ↓	Célula para baixo	Seta ↑ Célula para cima
Ctrl+ ←	Primeira coluna (A) da linha atual	
Ctrl+ ↑	Primeira linha da coluna atual	
PgUp	Tela para cima	PgDn Tela para baixo
Ctrl+Home	Célula A1	F5 Ativa a caixa de diálogo Ir Para

## Entrada de textos e números

Na área de trabalho do Excel podem ser digitados caracteres, números e fórmulas. Ao finalizar a digitação de seus dados, você pode pressionar a tecla ENTER, ou com as setas mudar de célula, esse recurso somente não será válido quando estiver efetuando um cálculo. Caso precise alterar o conteúdo de uma célula sem precisar redigitar tudo novamente, clique sobre ela e pressione F2, faça sua alteração e pressione ENTER em seu teclado.

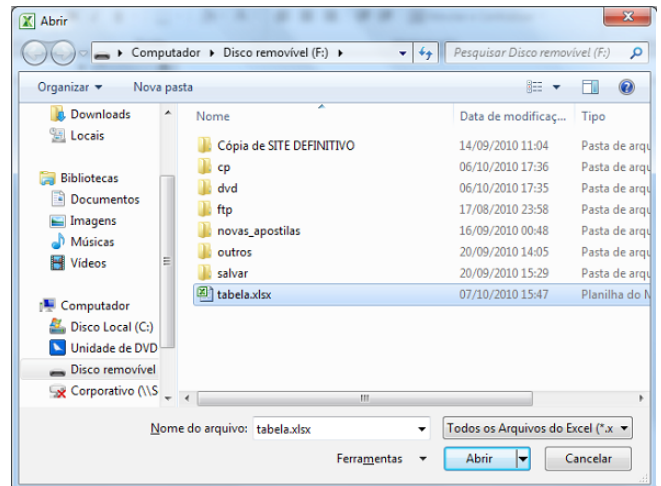
## Salvando e Abrindo Arquivos

Para salvar uma planilha o processo é igual ao feito no Word, clique no botão Office e clique em Salvar.



Dê um nome ao seu arquivo, defina o local onde ele deverá ser salvo e clique em Salvar, o formato padrão das planilhas do Excel 2010 é o.xlsx, se precisar salvar em.xls para manter compatibilidade com as versões anteriores é preciso em tipo definir como Pasta de Trabalho do Excel 97 – 2003.

Para abrir um arquivo existente, clique no botão Office e depois no botão Abrir, localize seu arquivo e clique sobre ele e depois em abrir.



## Operadores e Funções

A função é um método utilizado para tornar mais fácil e rápido a montagem de fórmulas que envolvem cálculos mais complexos e vários valores.

Existem funções para os cálculos matemáticos, financeiros e estatísticos. Por exemplo, na função: =SOMA (A1:A10) seria o mesmo que (A1+A2+A3+A4+A5+A6+A7+A8+A9+A10), só que com a função o processo passa a ser mais fácil. Ainda conforme o exemplo pode-se observar que é necessário sempre iniciar um cálculo com sinal de igual (=) e usa-se nos cálculos a referência de células (A1) e não somente valores.

A quantidade de argumentos empregados em uma função depende do tipo de função a ser utilizada. Os argumentos podem ser números, textos, valores lógicos, referências, etc...

## Operadores

Operadores são símbolos matemáticos que permitem fazer cálculos e comparações entre as células. Os operadores são:

1.Sinais de operações		2.Sinais para condição	
Sinal	Função	Sinal	Função
+	Somar	>	Maior que
-	Subtrair	<	Menor que
*	Multiplicar	<>	Diferente
/	Dividir	>=	Maior e igual a
%	Porcentagem	<=	Menor e igual a
=	Igualdade	&&	Concatenar

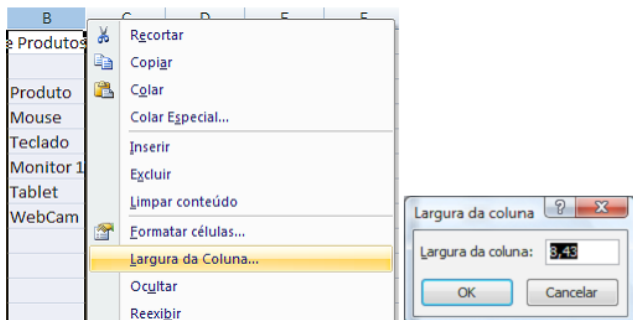


Vamos montar uma planilha simples.

	A	B	C	D	E	F
1	Relação de Produtos					
2						
3	Quant	Produto	V.Unitário	V.Total		
4	1	Mouse	20			
5	3	Teclado	30			
6	5	Monitor 1	400			
7	3	Tablet	200			
8	2	WebCam	90			
9						
10						
11						

Observe que o conteúdo de algumas células é maior que a sua largura, podemos acertar isso da seguinte forma.

Se precisar trabalhar a largura de uma coluna, posicione o mouse entre as colunas, o mouse fica com o formato de uma flecha de duas pontas, posso arrastar para definir a nova largura, ou posso dar um duplo clique que fará com que a largura da coluna acerte-se com o conteúdo. Posso também clicar com o botão direito do mouse e escolher Largura da Coluna.



	A	B	C	D	E
1	Relação de Produtos				
2					
3	Quant	Produto	V. Unitário	V. Total	
4	1	Mouse	20		
5	3	Teclado	30		
6	5	Monitor 17" LCD	400		
7	3	Tablet	200		
8	2	WebCam	90		
9			Total		
10					

O objetivo desta planilha é calcularmos o valor total de cada produto (quantidade multiplicado por valor unitário) e depois o total de todos os produtos.

Para o total de cada produto precisamos utilizar o operador de multiplicação (\*), no caso do Mouse temos que a quantidade está na célula A4 e o valor unitário está na célula C4, o nosso cálculo será feito na célula D4.

Poderíamos fazer o seguinte cálculo  $=1*20$  que me traria o resultado, porém bastaria alterar o valor da quantidade ou o V. unitário que eu precisaria fazer novamente o cálculo. O correto é então fazer  $=A4*C4$  com isso eu multiplico referenciando as células, independente do conteúdo dela, ele fará a multiplicação, desde que ali se tenha um número.

	A	B	C	D	E
1	Relação de Produtos				
2					
3	Quant	Produto	V.Unitário	V.Total	
4	1	Mouse	20	$=A4*C4$	
5	3	Teclado	30		
6	5	Monitor 1	400		
7	3	Tablet	200		
8	2	WebCam	90		
9			Total		
10					

Observe que ao fazer o cálculo é colocado também na barra de fórmulas, e mesmo após pressionar ENTER, ao clicar sobre a célula onde está o resultado, você poderá ver como se chegou ao resultado pela barra de fórmulas.

	A	B	C	D	E
1	Relação de Produtos				
2					
3	Quant	Produto	V.Unitário	V.Total	
4	1	Mouse	20	$=A4*C4$	
5	3	Teclado	30		
6	5	Monitor 1	400		
7	3	Tablet	200		
8	2	WebCam	90		
9			Total		
10					

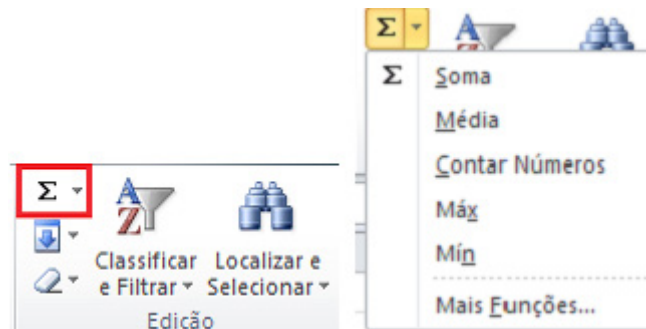
Para o cálculo do teclado é necessário então fazer o cálculo da segunda linha  $A5*C5$  e assim sucessivamente. Observamos então que a coluna representada pela letra não muda, muda-se somente o número que representa a linha, e se nossa planilha tivesse uma grande quantidade de produtos, repetir o cálculo seria cansativo e com certeza sujeita a erros. Quando temos uma sequência de cálculos como a nossa planilha o Excel permite que se faça um único cálculo e ao posicionar o cursor do mouse no canto inferior direito da célula o cursor se transforma em uma cruz (não confundir com a seta branca que permite mover o conteúdo da célula e ao pressionar o mouse e arrastar ele copia a fórmula poupando tempo).

Para calcular o total você poderia utilizar o seguinte cálculo  $D4+D5+D6+D7+D8$ , porém isso não seria nada pratico em plani-

lhas maiores. Quando tenho sequências de cálculos o Excel permite a utilização de funções.

No caso a função a ser utilizada é a função SOMA, a sua estrutura é =SOMA(CelIni:Cellim), ou seja, inicia-se com o sinal de igual (=), escreve-se o nome da função, abrem-se parênteses, clica-se na célula inicial da soma e arrasta-se até a última célula a ser somada, este intervalo é representado pelo sinal de dois pontos (:), e fecham-se os parênteses.

Embora você possa fazer manualmente na célula o Excel possui um assistente de função que facilita e muito a utilização das mesmas em sua planilha. Na ABA Início do Excel dentro do grupo Edição existe o botão de função.



A primeira função é justamente Soma, então clique na célula e clique no botão de função.

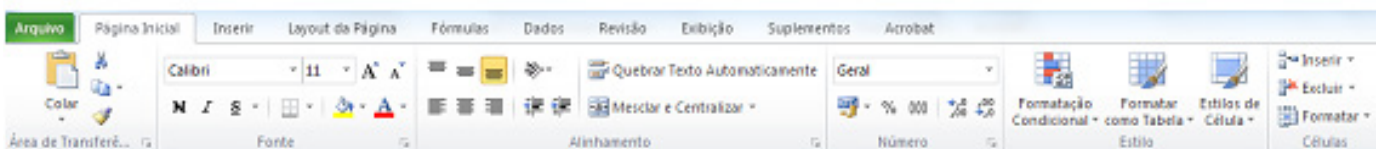
SOMA				=SOMA(D4:D8)		
	A	B	C	D	E	F
1	Relação de Produtos					
2						
3	Quant	Produto	V.Unitário	V.Total		
4	1	Mouse	20	200		
5	3	Teclado	30	900		
6	5	Monitor 1	400	2000		
7	3	Tablet	200	600		
8	2	WebCam	90	180		
9			Total	=SOMA(D4:D8)		
10						
11						

Observe conforme a imagem que o Excel acrescenta a soma e o intervalo de células pressione ENTER e você terá seu cálculo.

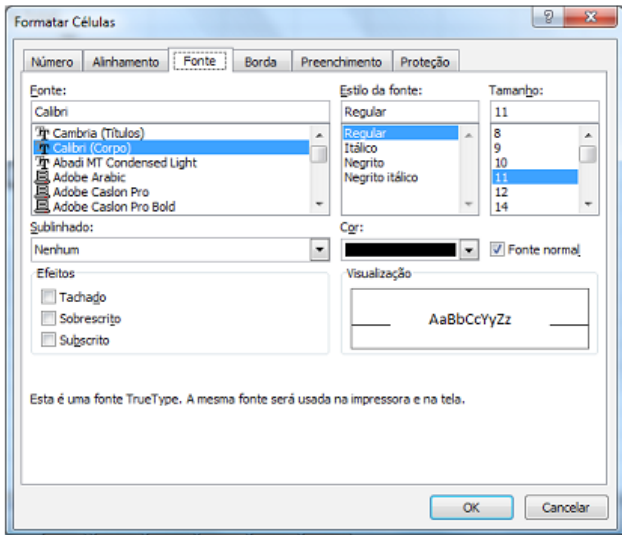
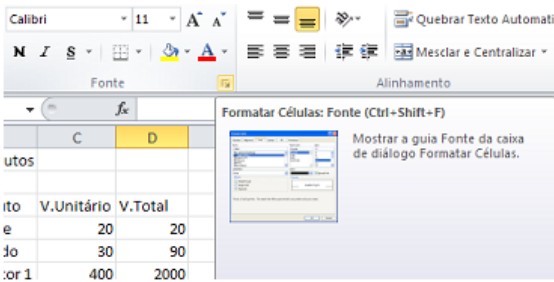
## Formatação de células

A formatação de células é muito semelhante a que vimos para formatação de fonte no Word, basta apenas que a célula onde será aplicada a formatação esteja selecionada, se precisar selecionar mais de uma célula, basta selecioná-las.

As opções de formatação de célula estão na ABA Início.

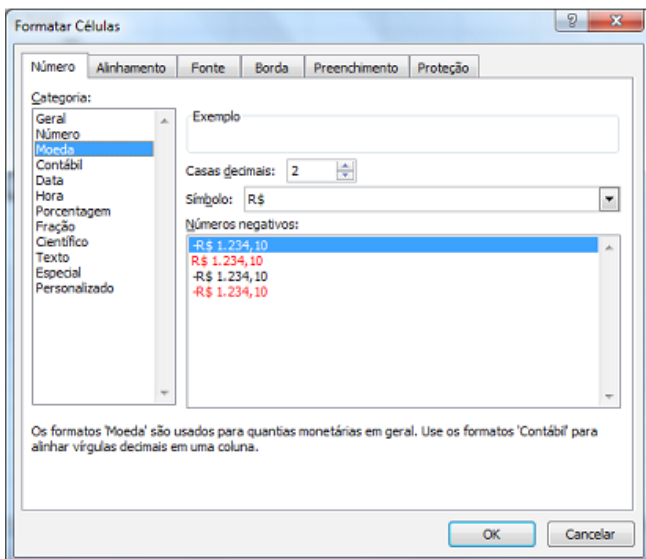


Temos o grupo Fonte que permite alterar a fonte a ser utilizada, o tamanho, aplicar negrito, itálico e sublinhado, linhas de grade, cor de preenchimento e cor de fonte. Ao clicar na faixa do grupo será mostrada a janela de fonte.

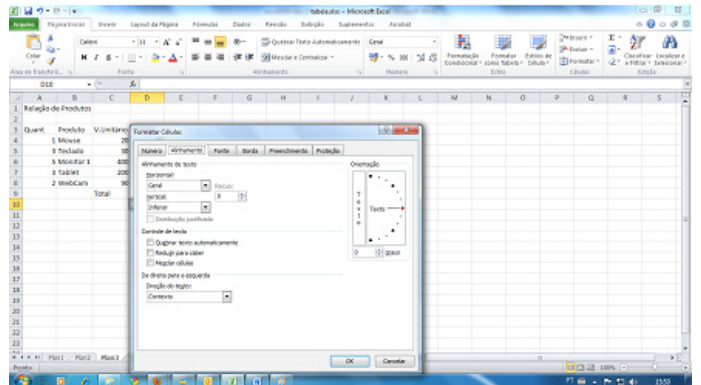


A guia mostrada nesta janela é a Fonte nela temos o tipo da letra, estilo, tamanho, sublinhado e cor, observe que existem menos recursos de formatação do que no Word.

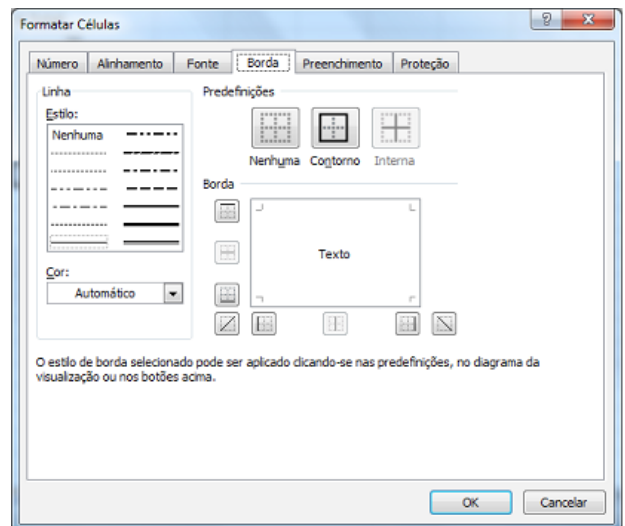
A guia Número permite que se formatem os números de suas células. Ele dividido em categorias e dentro de cada categoria ele possui exemplos de utilização e algumas personalizações como, por exemplo, na categoria Moeda em que é possível definir o símbolo a ser usado e o número de casas decimais.



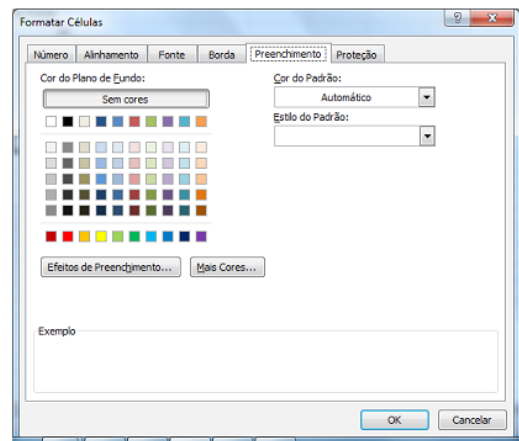
A guia Alinhamento permite definir o alinhamento do conteúdo da célula na horizontal e vertical, além do controle do texto.



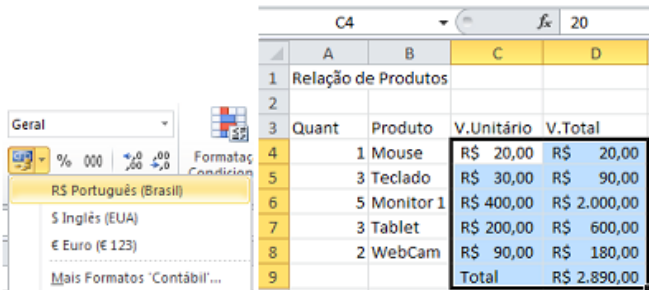
A guia Bordas permite adicionar bordas a sua planilha, embora a planilha já possua as linhas de grade que facilitam a identificação de suas células, você pode adicionar bordas para dar mais destaque.



A guia Preenchimento permite adicionar cores de preenchimento às suas células.

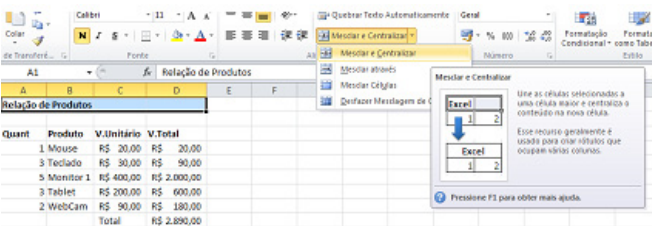


Vamos então formatar nossa planilha, inicialmente selecione todas as células de valores em moeda. Você pode utilizar a janela de formatação como vimos antes, como pode também no grupo Número clicar sobre o botão moeda.

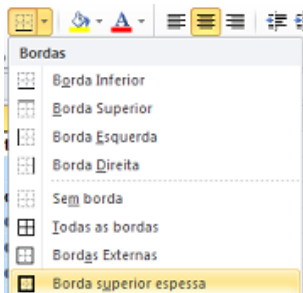


Vamos colocar também a linha onde estão Quant, Produto etc... em negrito e centralizado.

O título Relação de Produtos ficará melhor visualmente se estiver centralizado entre a largura da planilha, então selecione desde a célula A1 até a célula D1 depois clique no botão Mesclar e Centralizar centralize e aumente um pouco o tamanho da fonte.

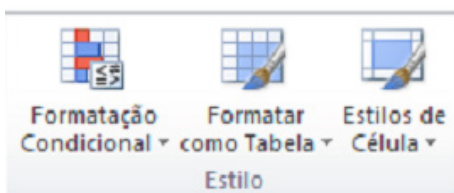


Para finalizar selecione toda a sua planilha e no botão de bordas, selecione uma borda externa.

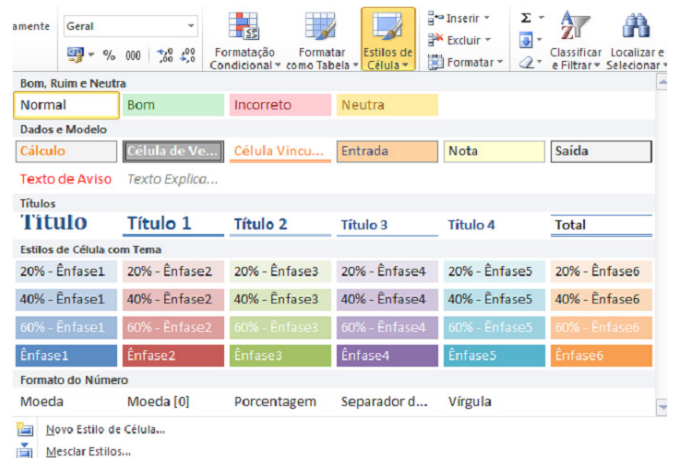


## Estilos

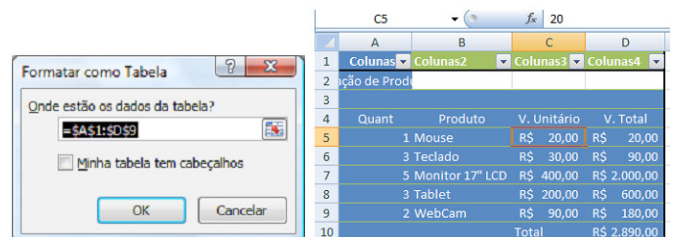
Esta opção é utilizada para aplicar, automaticamente um formato pré-definido a uma planilha selecionada.



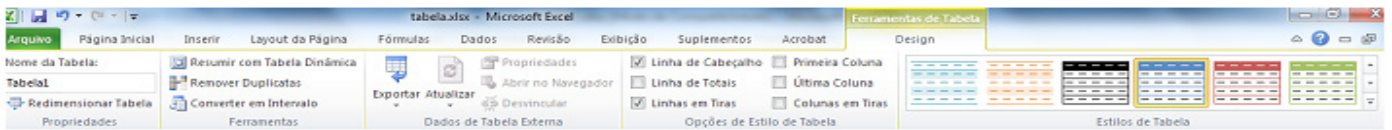
O botão estilo de Célula permite que se utilize um estilo de cor para sua planilha.



A segunda opção Formatar como Tabela permite também aplicar uma formatação a sua planilha, porém ele já começa a trabalhar com Dados.

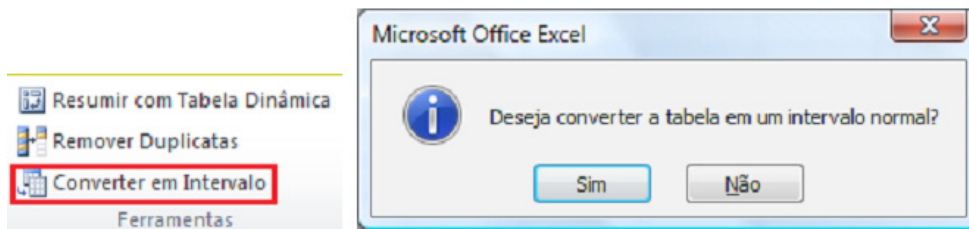


Ele acrescenta uma coluna superior com indicações de colunas e abre uma nova ABA chamada Design



No grupo Opções de Estilo de Tabela desmarque a opção Linhas de Cabeçalho.

Para poder manipular também os dados de sua planilha é necessário selecionar as células que pretende manipular como planilha e no grupo Ferramentas clique no botão Converter em Intervalo.



### Auto Preenchimento das Células

Vimos no exemplo anterior que é possível copiar uma fórmula que o Excel entende que ali temos uma fórmula e faz a cópia. Podemos usar este recurso em outras situações, se eu tiver um texto comum ou um número único, e aplicar este recurso, ele copia sem alterar o que será copiado, mas posso utilizar este recurso para ganhar tempo.

Se eu criar uma sequência numérica, por exemplo, na célula A1 o número 1 e na célula A2 o número 2, ao selecionar ambos, o Excel entende que preciso copiar uma sequência.

Se eu colocar na célula A1 o número 1 e na célula A2 o número 3, ele entende que agora a sequência é de dois em dois.

	A	B
1	1	1
2	2	3
3		
4		
5		
6		
7		
8		

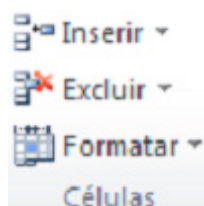
	A	B
1	1	1
2	2	3
3	3	5
4	4	7
5	5	9
6	6	11
7	7	13
8		

Esta mesma sequência pode ser aplicada a dias da semana, horas, etc...

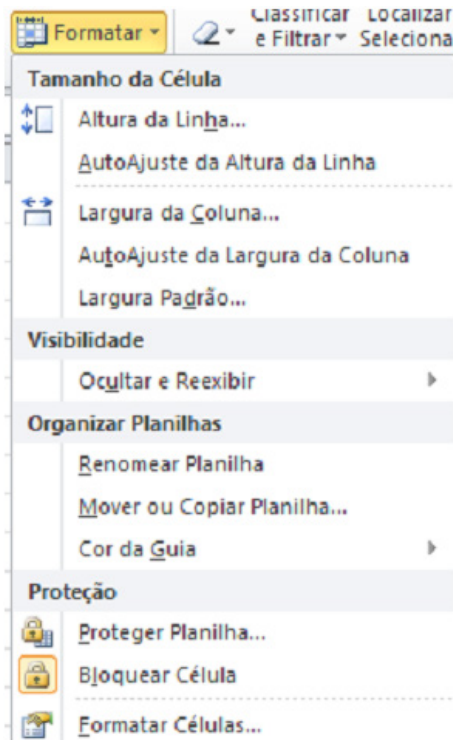
### Inserção de linhas e colunas

Para adicionar ou remover linhas e colunas no Excel é simples. Para adicionar, basta clicar com o botão direito do mouse em uma linha e depois clicar em Inserir, a linha será adicionada acima da selecionada, no caso a coluna será adicionada à esquerda. Para excluir uma linha ou uma coluna, basta clicar com o botão direito na linha ou coluna a ser excluída.

Este processo pode ser feito também pelo grupo Células que está na ABA início.

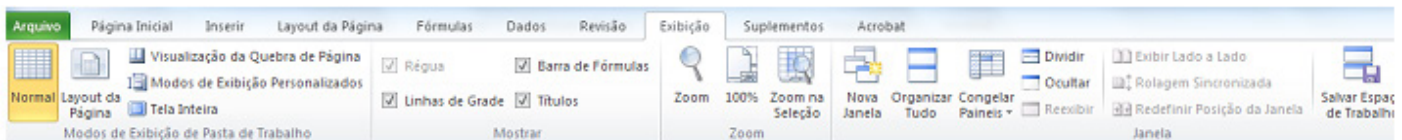


Através da opção Formatar podemos também definir a largura das linhas e colunas.

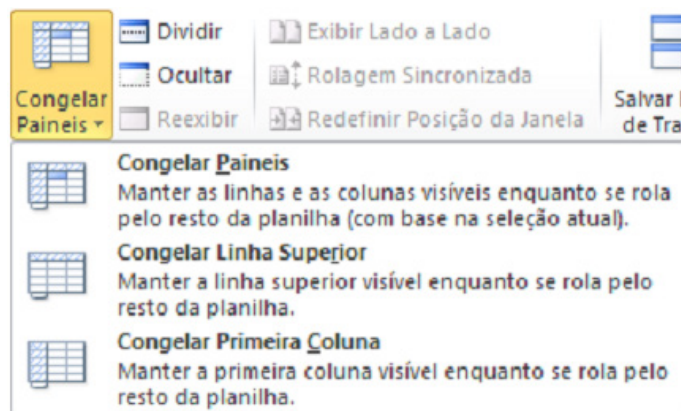


### Congelar Painéis

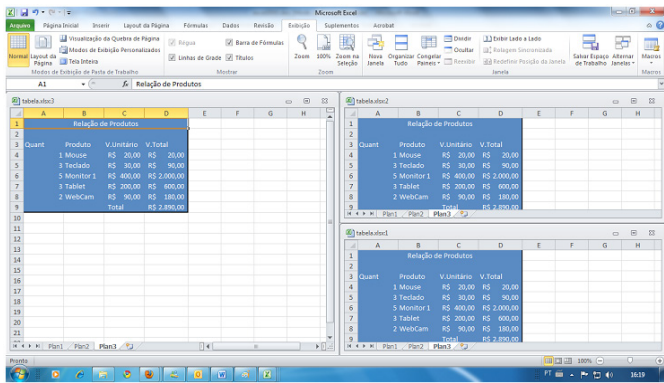
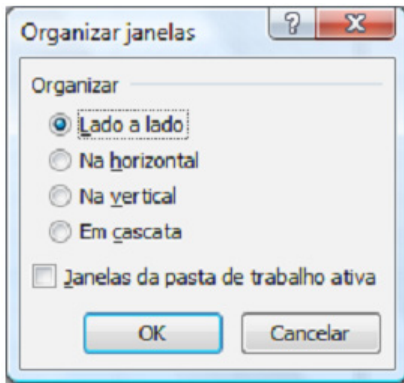
Algumas planilhas quando muito longas necessitam que sejam mantidos seus cabeçalho e primeiras linhas, evitando-se assim a digitação de valores em locais errados. Esse recurso chama-se congelar painéis e está disponível na ABA exibição.



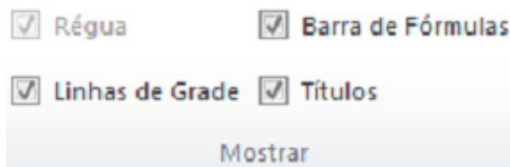
No grupo Janela temos o botão Congelar Painéis, clique na opção congelar primeira linha e mesmo que você role a tela a primeira linha ficará estática.



Ainda dentro desta ABA podemos criar uma nova janela da planilha Ativa clicando no botão Nova Janela, podemos organizar as janelas abertas clicando no botão Organizar Tudo,



Pelo grupo Mostrar / Ocultar podemos retirar as linhas de grade, as linhas de cabeçalho de coluna e linha e a barra de formulas.



## Trabalhando com Referências

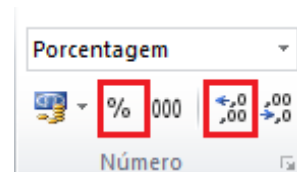
Percebemos que ao copiar uma fórmula, automaticamente são alteradas as referências, isso ocorre, pois trabalhamos até o momento com valores relativos.

Porém, vamos adicionar em nossa planilha mais uma coluna onde pretendo calcular qual a porcentagem cada produto representa no valor total

Quant	Produto	V.Unitário	V.Total	%
1	Mouse	R\$ 20,00	R\$ 20,00	
3	Teclado	R\$ 30,00	R\$ 90,00	
5	Monitor 1	R\$ 400,00	R\$ 2.000,00	
3	Tablet	R\$ 200,00	R\$ 600,00	
2	WebCam	R\$ 90,00	R\$ 180,00	
	Total		R\$ 2.890,00	

O cálculo ficaria para o primeiro produto =D4/D9 e depois bastaria aplicar a formatação de porcentagem e acrescentar duas casas decimais.

Quant	Produto	V.Unitário	V.Total	%
1	Mouse	R\$ 20,00	R\$ 20,00	=D4/D9
3	Teclado	R\$ 30,00	R\$ 90,00	
5	Monitor 1	R\$ 400,00	R\$ 2.000,00	
3	Tablet	R\$ 200,00	R\$ 600,00	
2	WebCam	R\$ 90,00	R\$ 180,00	
	Total		R\$ 2.890,00	



Quant	Produto	V.Unitário	V.Total	%
1	Mouse	R\$ 20,00	R\$ 20,00	0,69%
3	Teclado	R\$ 30,00	R\$ 90,00	
5	Monitor 1	R\$ 400,00	R\$ 2.000,00	
3	Tablet	R\$ 200,00	R\$ 600,00	
2	WebCam	R\$ 90,00	R\$ 180,00	
	Total		R\$ 2.890,00	

Porém se utilizarmos o conceito aprendido de copiar a célula E4 para resolver os demais cálculos na célula E5 a fórmula ficará =D5/D10, porém se observarmos o correto seria ficar =D5/D9, pois a célula D9 é a célula com o valor total, ou seja, esta é a célula comum a todos os cálculos a serem feitos, com isso não posso copiar a fórmula, pelo menos não como está.

Uma solução seria fazer uma a uma, mas a ideia de uma planilha é ganhar-se tempo.

A célula D9 então é um valor absoluto, ele não muda é também chamado de valor constante.

A solução é então travar a célula dentro da formula, para isso usamos o símbolo do cifrão (\$), na célula que fizemos o cálculo E4 de clique sobre ela, depois clique na barra de fórmulas sobre a referência da célula D9.

SOMA				
A	B	C	D	E
Relação de Produtos				
Quant	Produto	V.Unitário	V.Total	%
1	Mouse	R\$ 20,00	R\$ 20,00	=D4/D9
3	Teclado	R\$ 30,00	R\$ 90,00	
5	Monitor 1	R\$ 400,00	R\$ 2.000,00	
3	Tablet	R\$ 200,00	R\$ 600,00	
2	WebCam	R\$ 90,00	R\$ 180,00	
Total			R\$ 2.890,00	

Pressione em seu teclado a tecla F4. Será então adicionado o símbolo de cifrão antes da letra D e antes do número 9. \$D\$9.

SOMA				
A	B	C	D	E
Relação de Produtos				
Quant	Produto	V.Unitário	V.Total	%
1	Mouse	R\$ 20,00	R\$ 20,00	=D4/\$D\$9
3	Teclado	R\$ 30,00	R\$ 90,00	
5	Monitor 1	R\$ 400,00	R\$ 2.000,00	
3	Tablet	R\$ 200,00	R\$ 600,00	
2	WebCam	R\$ 90,00	R\$ 180,00	
Total			R\$ 2.890,00	

Pressione ENTER e agora você poderá copiar a sua célula.

E4				
A	B	C	D	E
Relação de Produtos				
Quant	Produto	V.Unitário	V.Total	%
1	Mouse	R\$ 20,00	R\$ 20,00	0,69%
3	Teclado	R\$ 30,00	R\$ 90,00	3,11%
5	Monitor 1	R\$ 400,00	R\$ 2.000,00	69,20%
3	Tablet	R\$ 200,00	R\$ 600,00	20,76%
2	WebCam	R\$ 90,00	R\$ 180,00	6,23%
Total			R\$ 2.890,00	

No exemplo acima foi possível travar toda a células, existem casos em que será necessário travar somente a linha e casos onde será necessário travar somente a coluna.

As combinações então ficariam (tomando como base a célula D9)

D9 - Relativa, não fixa linha nem coluna

\$D9 - Mista, fixa apenas a coluna, permitindo a variação da linha.

D\$9 - Mista, fixa apenas a linha, permitindo a variação da coluna.

\$D\$9 - Absoluta, fixa a linha e a coluna.

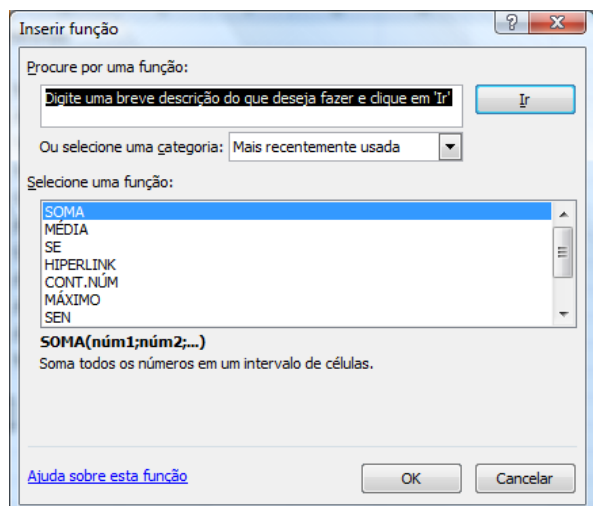
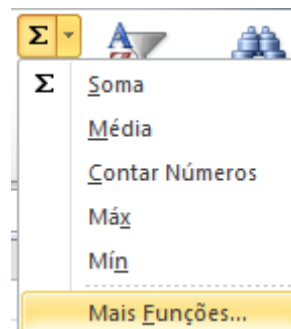
### Algumas outras funções

Vamos inicialmente montar a seguinte planilha

H17							
A	B	C	D	E	F	G	H
Cadastro de Atletas							
COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	
1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	
2	Marcos Paulo Furlan	Maculino	Natação	22	77	1,81	
3	Eduardo Gomes de Oliveira	Maculino	Natação	18	75	1,88	
4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	
5	Anderson Luiz de Melo	Maculino	Atletismo	21	67	1,7	
6	Fernando Souza	Maculino	Ginástica	13	48	1,51	
7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	
8	Mauricio de Oliveira Neto	Maculino	Atletismo	19	65	1,69	
9	Vanuz dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	
10	Carlos Chagas	Maculino	Natação	24	78	1,82	
Valores Máximos							
Valores Mínimos							
Valores médios							

Em nosso controle de atletas vamos através de algumas outras funções saber algumas outras informações de nossa planilha.

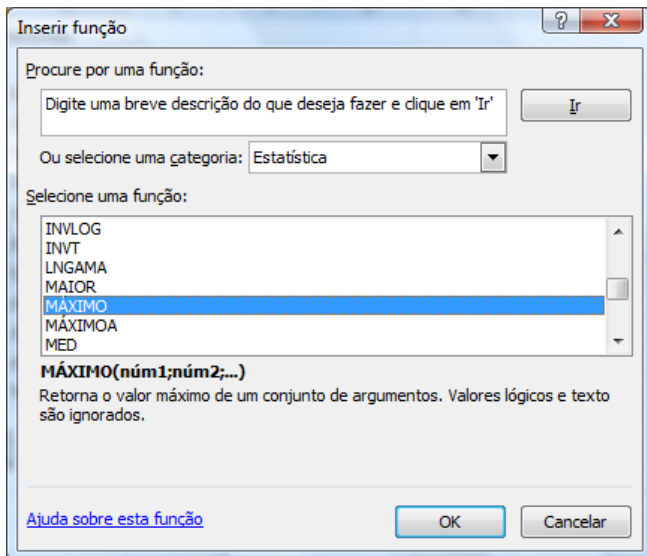
O Excel possui muitas funções, você pode conhecer mais sobre elas através do assistente de função.



Ao clicar na opção Mais Funções abre-se a tela de Inserir Função, você pode digitar uma descrição do que gostaria de saber calcular, pode buscar por categoria, como Financeira, Data Hora etc..., ao escolher uma categoria, na caixa central serão mostradas todas as funções relativas a essa categoria.



Ao selecionar, por exemplo, a categoria Estatística e dentro do conjunto de funções desta categoria a função Máximo abaixo é apresentado uma breve explicação da utilização desta função. Se precisar de mais detalhes da utilização da função clique sobre o link Ajuda sobre esta função.



## Máximo

Mostra o valor MAIOR de uma seleção de células.

Em nossa planilha vamos utilizar essa função para saber é a maior idade, maior peso e a maior altura.

Em nossa planilha clique na célula abaixo da coluna de idade na linha de valores máximos E15 e monte a seguinte função =MAXIMO(E4:E13). Com essa função estamos buscando no intervalo das células E4 à E13 qual é valor máximo encontrado.

SOMA						
A	B	C	D	E	F	G
Cadastro de Atletas						
COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura
1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67
2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81
3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88
4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55
5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7
6	Fernanda Souza	Feminino	Ginástica	13	48	1,51
7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62
8	Maurício de Oliveira Neto	Masculino	Atletismo	19	65	1,69
9	Vanuz dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77
10	Carlos Chagas	Masculino	Natação	24	78	1,82
Valores Máximos				=MAXIMO(E4:E13)		
Valores Mínimo						
Valores Médios						

Vamos repetir o processo para os valores máximos do peso e da altura.

## MIN

Mostra o valor mínimo de uma seleção de células.

Vamos utilizar essa função em nossa planilha para saber os valores mínimos nas características de nossos atletas.

Em nossa planilha clique na célula abaixo da coluna de idade na linha de valores mínimos E16 e monte a seguinte função =MIN(E4:E13). Com essa função está buscando no intervalo das células E4 à E13 qual é valor máximo encontrado.

SOMA						
A	B	C	D	E	F	G
Cadastro de Atletas						
COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura
1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67
2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81
3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88
4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55
5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7
6	Fernanda Souza	Feminino	Ginástica	13	48	1,51
7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62
8	Maurício de Oliveira Neto	Masculino	Atletismo	19	65	1,69
9	Vanuz dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77
10	Carlos Chagas	Masculino	Natação	24	78	1,82
Valores Máximos						
Valores Mínimo				=MIN(E4:E13)		
Valores Médios						

Para calcular os valores mínimos para o peso e a altura o processo é o mesmo.

## Média

Calcula a média aritmética de uma seleção de valores.

Vamos utilizar essa função em nossa planilha para saber os valores médios nas características de nossos atletas.

Em nossa planilha clique na célula abaixo da coluna de idade na linha de valores máximos E17 e monte a seguinte função =MEDIA(E4:E13). Com essa função estamos buscando no intervalo das células E4 à E13 qual é valor máximo encontrado.

SOMA						
A	B	C	D	E	F	G
Cadastro de Atletas						
COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura
1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67
2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81
3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88
4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55
5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7
6	Fernanda Souza	Feminino	Ginástica	13	48	1,51
7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62
8	Maurício de Oliveira Neto	Masculino	Atletismo	19	65	1,69
9	Vanuz dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77
10	Carlos Chagas	Masculino	Natação	24	78	1,82
Valores Máximos						
Valores Mínimo						
Valores Médios				=media(E4:E13)		

Para o peso e a altura basta apenas repetir o processo. Vamos utilizar essa função em nossa planilha de controle de atletas. Vamos utilizar a função nos valores médios da planilha, deixaremos com duas casas decimais.

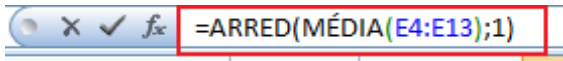
Vamos aproveitar também o exemplo para utilizarmos um recurso muito interessante do Excel que é o alinhamento de funções, ou seja, uma função fazendo parte de outra.

A função para o cálculo da média da Idade é =MÉDIA(E4:E13) clique na célula onde está o cálculo e depois clique na barra de fórmulas.



Altere a função para =ARRED(MÉDIA(E4:E13);1) com isso fizemos com que caso exista números após a vírgula o mesmo será arredonda a somente uma casa decimal. Caso você não queira casas decimais coloque após o ponto e vírgula o número zero.

Nesta situação deve-se ter uma atenção grande em relação aos parênteses, observe que foi aberto uma após a função ARRED e um a pós a função MÉDIA então se deve ter o cuidado de fechá-los corretamente. O que auxilia no fechamento correto dos parênteses é que o Excel vai colorindo os mesmos enquanto você faz o cálculo.



### Função SE

Esta é com certeza uma das funções mais importantes do Excel e provavelmente uma das mais complexas para quem está iniciando.

Esta função retorna um valor de teste\_lógico que permite avaliar uma célula ou um cálculo e retornar um valor verdadeiro ou um valor falso.

**Sua sintaxe é =SE (TESTELÓGICO;VALOR VERDADEIRO;VALOR FALSO).**

**=SE - Atribuição de inicio da função;**

**TESTELÓGICO** - Teste a ser feito par validar a célula;

**VALOR VERDADEIRO** - Valor a ser apresentado na célula quando o teste lógico for verdadeiro, pode ser outra célula, um caçulo, um número ou um texto, apenas lembrando que se for um texto deverá estar entre aspas.

**VALOR FALSO** - Valor a ser apresentado na célula quando o teste lógico for falso, pode ser outra célula, um caçulo, um número ou um texto, apenas lembrando que se for um texto deverá estar entre aspas.

Para exemplificar o funcionamento da função vamos acrescentar em nossa planilha de controle de atletas uma coluna chamada categoria.

COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria
1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	
2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81	
3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88	
4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	
5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7	
6	Fernanda Souza	Feminino	Ginástica	13	48	1,51	
7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	
8	Mauricio de Oliveira Neto	Masculino	Atletismo	19	65	1,69	
9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	
10	Carlos Chagas	Masculino	Natação	24	78	1,82	
<b>Valores Máximos</b>				32	78	1,88	
<b>Valores Mínimo</b>				13	48	1,51	
<b>Valores Médios</b>				20,1	64,9	1,702	

Vamos atribuir inicialmente que atletas com idade menor que 18 anos serão da categoria Juvenil e acima disso categoria Profissional. Então a lógica da função será que quando a Idade do atleta for menor que 18 ele será Juvenil e quando ela for igual ou maior que 18 ele será Profissional.

Convertendo isso para a função e baseando-se que a idade do primeiro atleta está na célula E4 à função ficará:  
=SE(E4<18;"Juvenil";"Profissional").

COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria
1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	Profissional
2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81	
3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88	
4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	
5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7	
6	Fernanda Souza	Feminino	Ginástica	13	48	1,51	
7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	
8	Mauricio de Oliveira Neto	Masculino	Atletismo	19	65	1,69	
9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	

Explicando a função.

=SE(E4<18: inicio da função e teste lógico, aqui é verificado se o conteúdo da célula E4 é menor que 18.

"Juvenil": Valor a ser apresentado como verdadeiro.

"Profissional": Valor a ser apresentado como falso.

)

Vamos incrementar um pouco mais nossa planilha, vamos criar uma tabela em separado com a seguinte definição. Até 18 anos será juvenil, de 18 anos até 30 anos será considerado profissional e acima dos 30 anos será considerado Master.

Nossa planilha ficará da seguinte forma.

COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria	Idade	Categoria
1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67		18	Juvenil
2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81		30	Profissional
3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88			Master
4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55			
5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7			
6	Fernanda Souza	Feminino	Ginástica	13	48	1,51			
7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62			
8	Mauricio de Oliveira Neto	Masculino	Atletismo	19	65	1,69			
9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77			
10	Carlos Chagas	Masculino	Natação	24	78	1,82			
<b>Valores Máximos</b>				32	78	1,88			
<b>Valores Mínimo</b>				13	48	1,51			
<b>Valores Médios</b>				20,1	64,9	1,702			

Temos então agora na coluna J a referência de idade, e na coluna K a categoria.

Então agora preciso verificar a idade de acordo com o valor na coluna J e retornar com valores verdadeiros e falsos o conteúdo da coluna K. A função então ficará da seguinte forma:

COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria	Idade	Categoria
1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	Juvenil		
2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81	Master		
3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88			
4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55			
5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7			

=SE(E4<J4;K4;SE(E4<J5;K5;K6))

Temos então:

=SE(E4<J4: Aqui temos nosso primeiro teste lógico, onde verificamos se a idade que consta na célula E4 é menor que o valor que consta na célula J4.

K4: Célula definida a ser retornada como verdadeiro deste teste lógico, no caso o texto "Juvenil".

SE(E4<J5: segundo teste lógico, onde verificamos se valor da célula E4 é menor que 30, se for real retorna o segundo valor verdadeiro, é importante ressaltar que este teste lógico somente será utilizado se o primeiro teste der como falso.

K5: Segundo valor verdadeiro, será retornado se o segundo teste lógico estiver correto.

K6: Valor falso, será retornado se todos os testes lógicos derem como falso.

Permite contar em um intervalo de valores quantas vezes se repete determinado item. Vamos aplicar a função em nossa planilha de controle de atletas

Adicione as seguintes linhas abaixo de sua planilha

COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria	Idade	Categoria
1	Maria Rosângela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	Profissional	18	Juvenil
2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81	Profissional	30	Profissional
3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88	Profissional		Master
4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	Juvenil		
5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7	Profissional		
6	Fernanda Souza	Feminino	Ginástica	13	48	1,51	Juvenil		
7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	Master		
8	Maurício de Oliveira Neto	Masculino	Atletismo	19	65	1,69	Profissional		
9	Vanuzza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	Juvenil		
10	Carlos Chagas	Masculino	Natação	24	78	1,82	Profissional		
Valores Máximos				32	78	1,88			
Valores Mínimo				13	48	1,51			
Valores Médios				20,1	64,9	1,702			
Quantidade de atletas Juvenil									
Quantidade de atletas Profissional									
Quantidade de atletas Master									

Então vamos utilizar a função CONT.SE para buscar em nossa planilha quantos atletas temos em cada categoria.

COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria	Idade	Categoria
1	Maria Rosângela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	Profissional	18	Juvenil
2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81	Profissional	30	Profissional
3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88	Profissional		Master
4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	Juvenil		
5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7	Profissional		
6	Fernanda Souza	Feminino	Ginástica	13	48	1,51	Juvenil		
7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	Master		
8	Maurício de Oliveira Neto	Masculino	Atletismo	19	65	1,69	Profissional		
9	Vanuzza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	Juvenil		
10	Carlos Chagas	Masculino	Natação	24	78	1,82	Profissional		
Valores Máximos				32	78	1,88			
Valores Mínimo				13	48	1,51			
Valores Médios				20,1	64,9	1,702			
Quantidade de atletas Juvenil									
Quantidade de atletas Profissional									
Quantidade de atletas Master									

A função ficou da seguinte forma =CONT.SE(H4:H13;K4) onde se faz a contagem em um intervalo de H3:H13 que é o resultado calculado pela função

SE e retorna a célula K4 onde está a categoria juvenil de atletas. Para as demais categorias basta repetir o cálculo mudando-se somente a categoria que está sendo buscada.

## Funções de Data e Hora

Podemos trabalhar com diversas funções que se baseiam na data e hora de seu computador. As principais funções de data e hora são:

- =HOJE() Retorna a data atual.
- =MÊS(HOJE()) Retorna o mês atual
- =ANO(HOJE()) Retorna o ano atual
- =HORA(AGORA()) Retorna à hora atual
- =MINUTO(AGORA()) Retorna o minuto atual
- =SEGUNDO(AGORA()) Retorna o segundo atual

=AGORA() Retorna a data e à hora  
 =DIA.DA.SEMANA(HOJE()) Retorna o dia da semana em número

=DIAS360( ) Calcula o número de dias que há entre uma data inicial e uma data final.

Para exemplificar monte a seguinte planilha.

	A	B	C	D
1		segunda-feira	terça-feira	quarta-feira
2	Entrada	08:00	07:58	07:59
3	saída	12:00	12:00	12:00
4	Entrada	13:30	13:42	13:27

Em V.Diário, vamos calcular quantas horas foram trabalhadas durante cada dia.

=B3-B2+B5-B4, pegamos a data de saída e subtraímos pela data de entrada de manhã, com isso sabemos quantas horas foram trabalhadas pela manhã na mesma função faço a subtração da saída no período da tarde pela entrada do período da tarde e somo os dois períodos.

	A	B	C	D	E	F	G	H
1		segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado	
2	Entrada	08:00	07:58	07:59	08:10	08:12	07:40	
3	saída	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00	
4	Entrada	13:30	13:42	13:27	13:12	13:14		
5	saída	17:35	17:40	17:26	17:32	17:31		
6	V. Diário	=B3-B2+B5-B4						
7	V. Hora							
8	V. Total							
9	Horas Totais							

Repita o processo para todos os demais dias da semana, somente no sábado é preciso apenas calcular a parte da manhã, ou seja, não precisa ser feito o cálculo do período da tarde.

	A	B	C	D	E	F	G
1		segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado
2	Entrada	08:00	07:58	07:59	08:10	08:12	07:40
3	saída	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00
4	Entrada	13:30	13:42	13:27	13:12	13:14	
5	saída	17:35	17:40	17:26	17:32	17:31	
6	V. Diário	08:05	08:00	08:00	08:10	08:05	=G3-G2
7	V. Hora						
8	V. Total						
9	Horas Totais						

Para calcular o V. da hora que o funcionário recebe coloque um valor, no caso adicione 15 e coloquei no formato Moeda. Vamos agora então calcular quanto ele ganhou por dia, pois temos quantas horas ele trabalhou durante o dia e sabemos o valor da hora. Como temos dois formatos de números precisamos durante o cálculo fazer a conversão.

Para a segunda-feira o cálculo fica da seguinte forma:  
 =HORA(B6)\*B7+MINUTO(B6)\*B7/60.

Inicialmente utilizamos a função HORA e pegamos como referência de hora o valor da célula B6, multiplicamos pelo valor que está em B7, essa parte calcula somente à hora cheia então precisamos somar os minutos que pega a função MINUTO e multiplica a quantidade de horas pelo valor da hora, como o valor é para a hora o dividimos então por 60

Após isso coloque o valor em formato Moeda.

	A	B	C	D	E	F	G
1		segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado
2	Entrada	08:00	07:58	07:59	08:10	08:12	07:40
3	saída	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00
4	Entrada	13:30	13:42	13:27	13:12	13:14	
5	saída	17:35	17:40	17:26	17:32	17:31	
6	V. Diário	08:05	08:00	08:00	08:10	08:05	04:20
7	V. Hora	R\$	15,00				
8	V. Total	R\$	121,25				
9	Horas Totais						

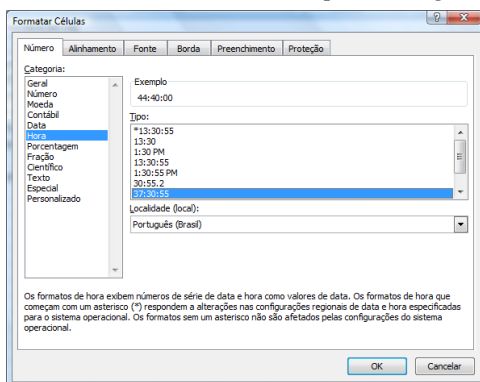
Para os demais cálculos o V.Hora será igual há todos os dias então ele precisa ser fixo para que o cálculo possa ser copiado, o número 60 por ser um número não é muda.

$=HORA(B6)*\$B\$7+MINUTO(B6)*\$B\$7/60$

Para sabermos quantas horas o funcionário trabalhou na semana, faça a soma de todos os dias trabalhados.

	A	B	C	D	E	F	G	H
1		segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado	
2	Entrada	08:00	07:58	07:59	08:10	08:12	07:40	
3	saída	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00	
4	Entrada	13:30	13:42	13:27	13:12	13:14		
5	saída	17:35	17:40	17:26	17:32	17:31		
6	V. Diário	08:05	08:00	08:00	08:10	08:05	04:20	
7	V. Hora	R\$	15,00					
8	V. Total	R\$	121,25	R\$ 120,00	R\$ 120,00	R\$ 122,50	R\$ 121,25	R\$ 65,00
9	Horas Totais		20:40					
10	V. a Receber							

Ao observar atentamente o valor calculado ele mostra 20:40, porém nessa semana o funcionário trabalhou mais de 40 horas, isso ocorre pois o cálculo de horas zera ao chegar em 23:59:59, então preciso fazer com que o Excel entenda que ele precisa continuar a contagem. Clique na faixa do grupo número na ABA Início, na janela que se abre clique na categoria Hora e escolha o formato 37:30:55 esse formato faz com que a contagem continue.



Crie um novo campo abaixo da Tabela e coloque V. a receber e faça a soma dos valores totais.

	A	B	C	D	E	F	G	
1		segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado	
2	Entrada	08:00	07:58	07:59	08:10	08:12	07:40	
3	saída	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00	12:00	
4	Entrada	13:30	13:42	13:27	13:12	13:14		
5	saída	17:35	17:40	17:26	17:32	17:31		
6	V. Diário	08:05	08:00	08:00	08:10	08:05	04:20	
7	V. Hora	R\$	15,00					
8	V. Total	R\$	121,25	R\$ 120,00	R\$ 120,00	R\$ 122,50	R\$ 121,25	R\$ 65,00
9	Horas Totais		44:40:00					
10	V. a Receber	R\$	670,00					

## Planilhas 3D

O conceito de planilha 3D foi implantado no Excel na versão 5 do programa, ele é chamado dessa forma pois permite que se façam referências de uma planilha em outra.

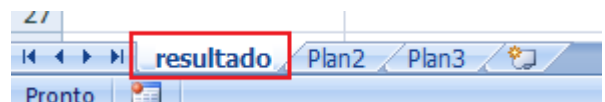
Posso por exemplo fazer uma soma de valores que estejam em outra planilha, ou seja quando na planilha matriz algum valor seja alterado na planilha que possui referência com ela também muda.

Vamos a um exemplo

	A	B	C
1	Conversão de valores		
2	Digite o valor em real		
3		Compra	Venda
4	Valor em dólar		
5	Valor em Euros		
6	Valor em Libra		
7	Valor em Pesos (AR)		

Faremos uma planilha para conversão de valores, então na planilha 1 vamos ter um campo para que se coloque o valor em real e automaticamente ele fará a conversão para outras moedas, monte a seguinte planilha.

Vamos renomear a planilha para resultado.



Para isso dê um duplo clique no nome de sua planilha Plan1 e digite o novo nome.

Salve seu arquivo e clique na guia Plan2 e digite a seguinte planilha

	A	B	C
1		Compra	Venda
2	Valor em dólar	1,82	1,92
3	Valor em Euros	2,57	2,58
4	Valor em Libra	2,85	2,86
5	Valor em Pesos (AR)	0,45	0,046
6			
7			

Renomeie essa planilha para valores

Retorne a planilha resultado e coloque um valor qualquer no campo onde será digitado valor.

	A	B	C
1	Conversão de valores		
2	Digite o valor em real	R\$	50,00
3		Compra	Venda
4	Valor em dólar		
5	Valor em Euros		
6	Valor em Libra		
7	Valor em Pesos (AR)		

Clique agora no campo onde será colocado o valor de compra do dólar na célula B4 e clique na célula onde está o valor que acabou de digitar célula B2, adicione o sinal de divisão (/) e depois clique na planilha valores ele vai colocar

o nome da planilha seguido de um ponto de exclamação (!) e clique onde está o valor de compra do dólar. A função ficará da seguinte forma =B2/valores!B2.

	A	B	C
1	Conversão de valores		
2	Digite o valor em real	R\$	50,00
3		Compra	Venda
4	Valor em dólar	R\$	27,47
5	Valor em Euros		
6	Valor em Libra		
7	Valor em Pesos (AR)		

Com isso toda vez que eu alterar na planilha valores o valor do dólar, ele atualiza na planilha resultado.

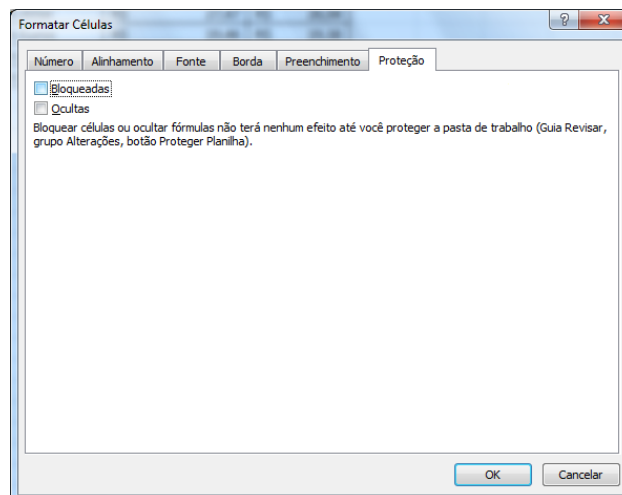
Faça o cálculo para o valor do dólar para venda, a função ficará da seguinte forma: =B2/valores!C2.

Para poder copiar a fórmula para as demais células, bloqueie a célula B2 que é referente ao valor em real.

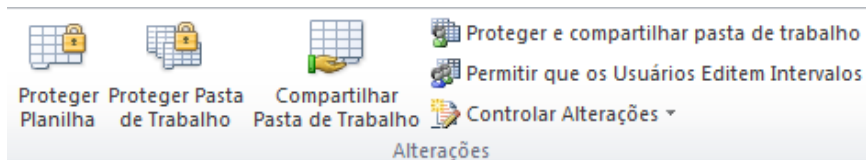
O ideal nesta planilha é que a única célula onde o usuário possa manipular seja a célula onde será digitado valor em real para a conversão, então vamos bloquear a planilha deixando essa célula desprotegida.

Clique na célula onde será digitado o valor em real depois na ABA Início no grupo Fonte clique na faixa e na janela que se abre clique na guia Proteção.

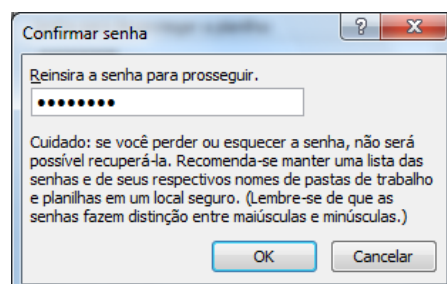
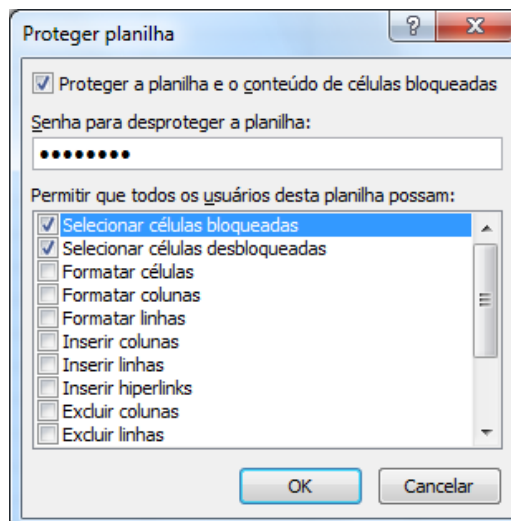
Desmarque a opção Bloqueadas, isso é necessário, pois esta célula é a única que poderá receber dados.



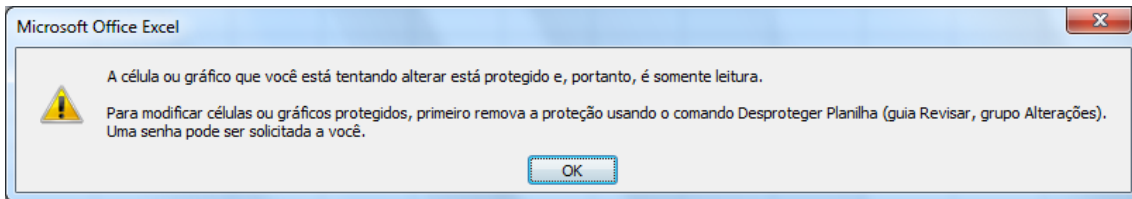
Clique agora na ABA Revisão e no grupo Alterações clique no botão Proteger Planilha.



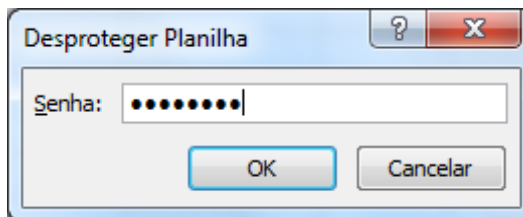
Será mostrada mais uma janela coloque uma senha (recomendável)



Ao tentar alterar uma célula protegida será mostrado o seguinte aviso

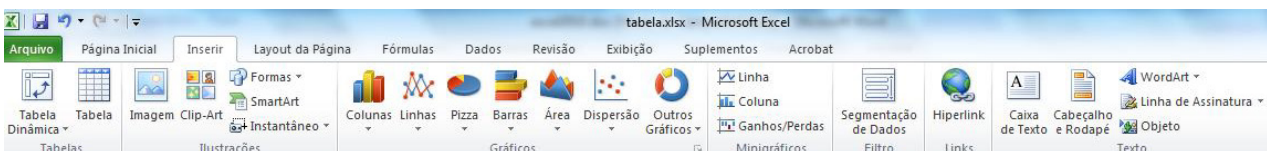


Se precisar alterar alguma célula protegida basta clicar no botão Desproteger Planilha no grupo Alterações.



## Inserção de Objetos

A inserção de objetos no Excel é muito semelhante ao que aprendemos no Word, as opções de inserção de objetos estão na ABA Inserir.



Podemos inserir Imagens, clip-arts, formas, SmartArt, caixas de texto, WordArt, objetos, símbolos, etc. Como a maioria dos elementos já sabemos como implementar vamos focar em Gráficos.

## Gráficos

A utilização de um gráfico em uma planilha além de deixá-la com uma aparência melhor também facilita na hora de mostrar resultados. As opções de gráficos, esta no grupo Gráficos na ABA Inserir do Excel



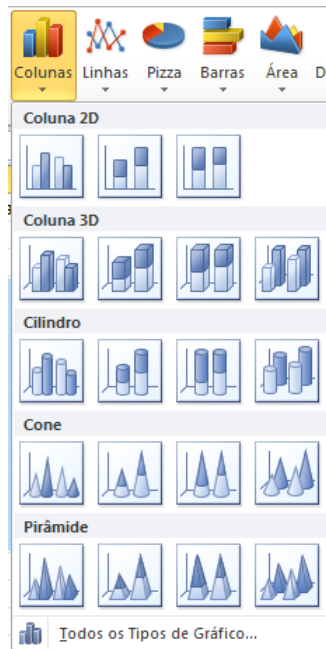
Para criar um gráfico é importante decidir quais dados serão avaliados para o gráfico. Vamos utilizar a planilha Atletas para criarmos nosso gráfico, vamos criar um gráfico que mostre os atletas x peso.

Selecione a coluna com o nome dos atletas, pressione CTRL e selecione os valores do peso.

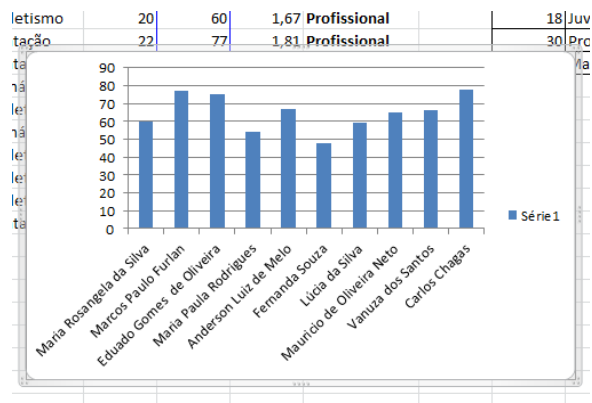
	A	B	C	D	E	F	G	H
1	Cadastro de Atletas							
2								
3	COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria
4	1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	Profissional
5	2	Marcos Paulo Furlan	Masculino	Natação	22	77	1,81	Profissional
6	3	Eduado Gomes de Oliveira	Masculino	Natação	18	75	1,88	Profissional
7	4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	Juvenil
8	5	Anderson Luiz de Melo	Masculino	Atletismo	21	67	1,7	Profissional
9	6	Fernanda Souza	Feminino	Ginástica	13	48	1,51	Juvenil
10	7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	Master
11	8	Mauricio de Oliveira Neto	Masculino	Atletismo	19	65	1,69	Profissional
12	9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	Juvenil
13	10	Carlos Chagas	Masculino	Natação	24	78	1,82	Profissional

# NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Ao clicar em um dos modelos de gráfico no grupo Gráficos você poderá selecionar um tipo de gráfico disponível, no exemplo cliquei no estilo de gráfico de colunas.

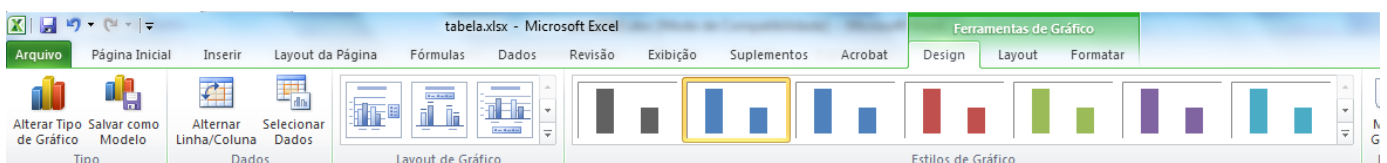


Escolha no subgrupo coluna 2D a primeira opção e seu gráfico será criado.



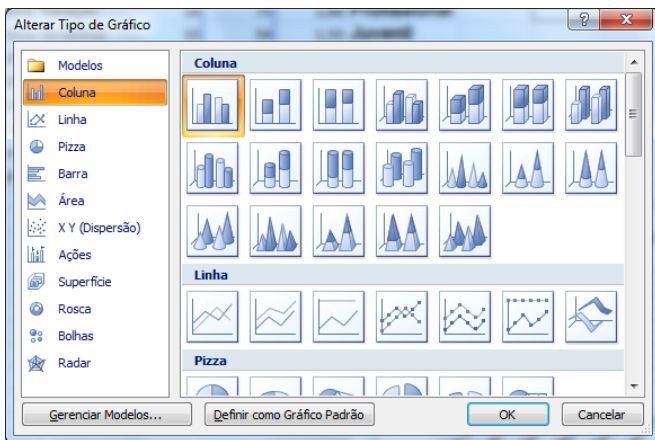
Para mover o gráfico para qualquer parte de sua planilha basta clicar em uma área em branco de o gráfico manter o mouse pressionado e arrastar para outra parte.

Na parte superior do Excel é mostrada a ABA Design (Acima da Ferramentas de Gráfico).

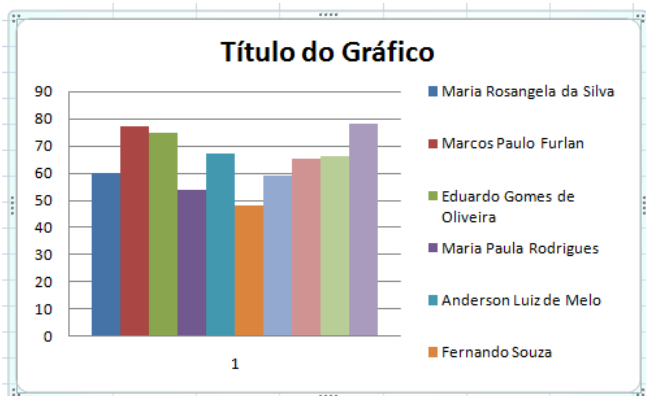




Se você quiser mudar o estilo de seu gráfico, você pode clicar no botão Alterar Tipo de Gráfico.



Para alterar a exibição entre linhas e colunas, basta clicar no botão Alterar Linha/Coluna.



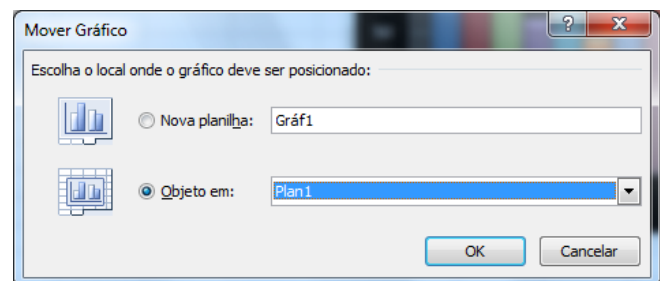
Ainda em Layout do Gráfico podemos modificar a distribuição dos elementos do Gráfico.



Podemos também modificar o estilo de nosso gráfico através do grupo Estilos de Gráfico

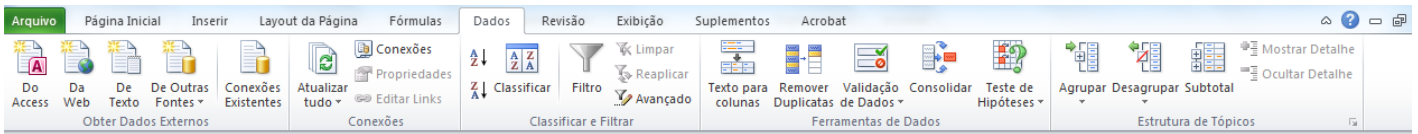


Podemos também deixar nosso gráfico isolado em uma nova planilha, basta clicar no botão Mover Gráfico.



## Dados

O Excel possui uma ABA chamada Dados que permite importar dados de outras fontes, ou trabalhar os dados de uma planilha do Excel.



## Classificação

Vamos agora trabalhar com o gerenciamento de dados criados no Excel.

Vamos utilizar para isso a planilha de Atletas.

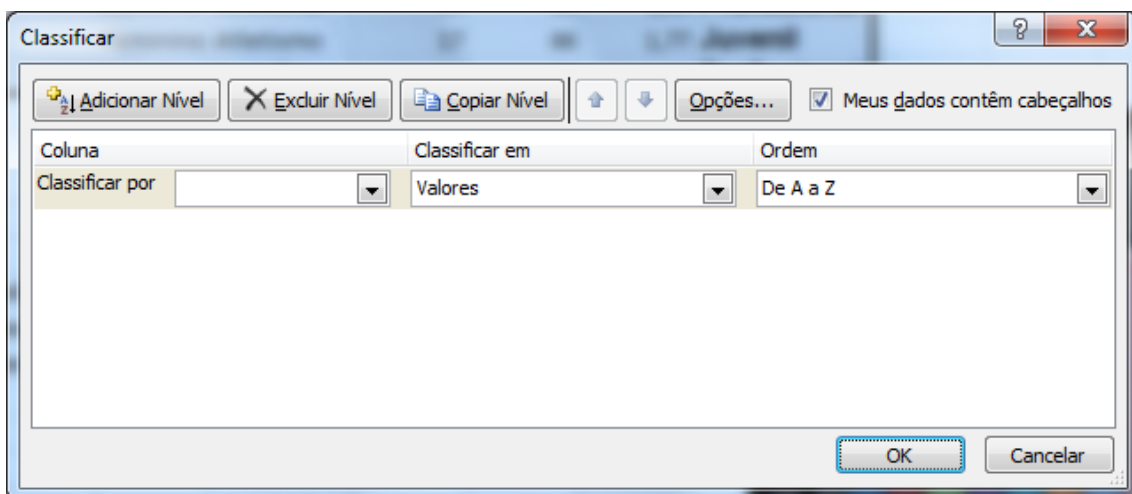
Classificar uma lista de dados é muito fácil, e este recurso pode ser obtido pelo botão Classificar e Filtrar na ABA Início, ou pelo grupo Classificar e Filtrar na ABA Dados.



Vamos então selecionar os dados de nossa planilha que serão classificados.

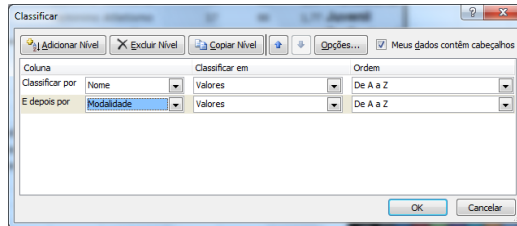
	COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria
4	1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	<b>Profissional</b>
5	2	Marcos Paulo Furlan	Maculino	Natação	22	77	1,81	<b>Profissional</b>
6	3	Eduardo Gomes de Oliveira	Maculino	Natação	18	75	1,88	<b>Profissional</b>
7	4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	<b>Juvenil</b>
8	5	Anderson Luiz de Melo	Maculino	Atletismo	21	67	1,7	<b>Profissional</b>
9	6	Fernando Souza	Maculino	Ginástica	13	48	1,51	<b>Juvenil</b>
10	7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	<b>Master</b>
11	8	Mauricio de Oliveira Neto	Maculino	Atletismo	19	65	1,69	<b>Profissional</b>
12	9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	<b>Juvenil</b>
13	10	Carlos Chagas	Maculino	Natação	24	78	1,82	<b>Profissional</b>

Clique no botão Classificar.



Você precisa definir quais serão os critérios de sua classificação, onde diz

Classificar por clique e escolha nome, depois clique no botão Adicionar Nível e coloque Modalidade.



Antes de clicar em OK, verifique se está marcada a opção Meus dados contêm cabeçalhos, pois selecionamos a linha de títulos em nossa planilha e clique em OK.

COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria
5	Anderson Luiz de Melo	Maculino	Atletismo	21	67	1,7	Profissional
10	Carlos Chagas	Maculino	Natação	24	78	1,82	Profissional
3	Eduardo Gomes de Oliveira	Maculino	Natação	18	75	1,88	Profissional
6	Fernando Souza	Maculino	Ginástica	13	48	1,51	Juvenil
7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	Master
2	Marcos Paulo Furlan	Maculino	Natação	22	77	1,81	Profissional
4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	Juvenil
1	Maria Rosângela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	Profissional
8	Maurício de Oliveira Neto	Maculino	Atletismo	19	65	1,69	Profissional
9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	Juvenil

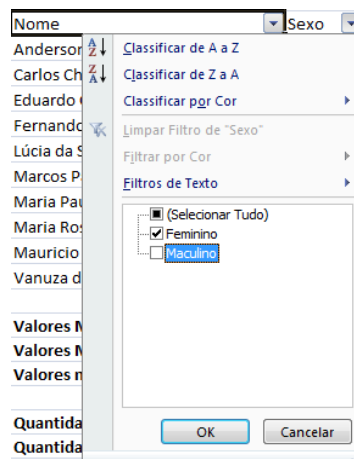
Você pode mudar a ordem de classificação sempre que for necessário, basta clicar no botão de Classificar.

### Auto Filtro

Este é um recurso que permite listar somente os dados que você precisa visualizar no momento em sua planilha. Com seus dados selecionados clique no botão Filtro e observe que será adicionado junto a cada célula do cabeçalho da planilha uma seta.

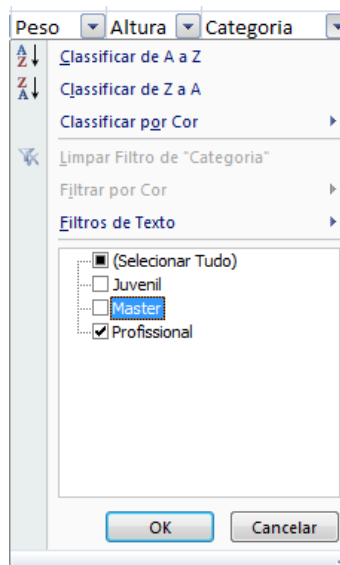
COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria
5	Anderson Luiz de Melo	Maculino	Atletismo	21	67	1,7	Profissional
10	Carlos Chagas	Maculino	Natação	24	78	1,82	Profissional
3	Eduardo Gomes de Oliveira	Maculino	Natação	18	75	1,88	Profissional
6	Fernando Souza	Maculino	Ginástica	13	48	1,51	Juvenil
7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	Master
2	Marcos Paulo Furlan	Maculino	Natação	22	77	1,81	Profissional
4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	Juvenil
1	Maria Rosângela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	Profissional
8	Maurício de Oliveira Neto	Maculino	Atletismo	19	65	1,69	Profissional
9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	Juvenil

Estas setas permite visualizar somente os dados que te interessam na planilha, por exemplo caso eu precise da relação de atletas do sexo feminino, basta eu clicar na seta do cabeçalho sexo e marcar somente Feminino, que os demais dados da planilha ficarão ocultos.




	COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria
8	7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	Master
10	4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	Juvenil
11	1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	Profissional
13	9	Vanusa dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	Juvenil

Posso ainda refinar mais a minha filtragem, caso precise saber dentro do sexo feminino quantos atletas estão na categoria Profissional, eu faço um novo filtro na coluna Categoria.

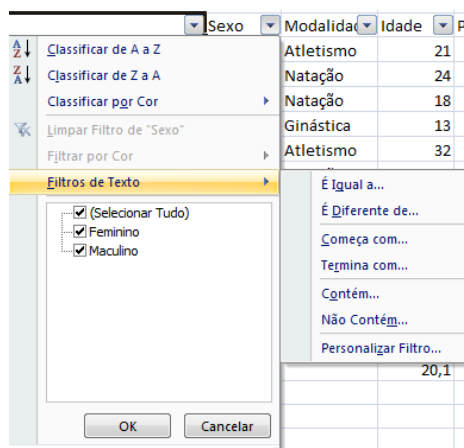


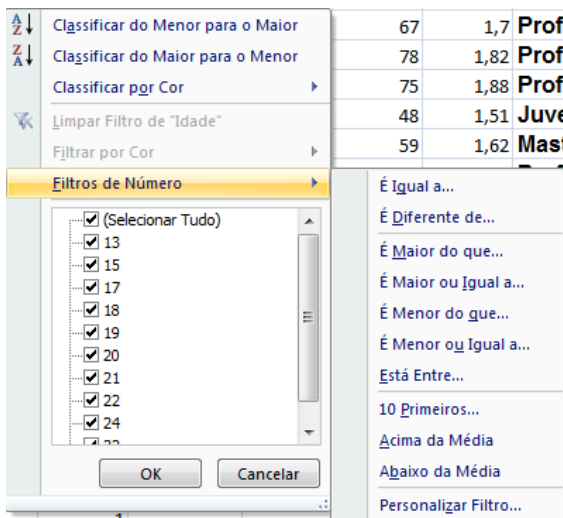
	COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria
11	1	Maria Rosangela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	Profissional

Observe que as colunas que estão com filtro possuem um ícone em forma de funil no lugar da seta. 

Para remover os filtros, basta clicar nos cabeçalhos com filtro e escolher a opção selecionar tudo.

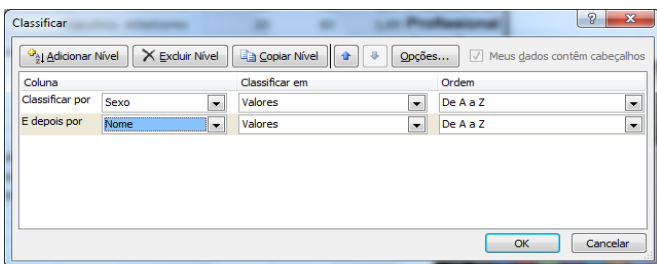
Você também pode personalizar seus filtros através da opção Filtros de Texto e Filtro de número (quando conteúdo da célula for um número).





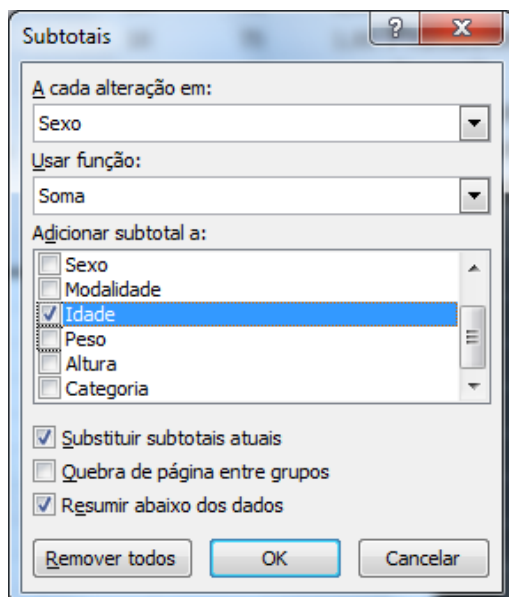
### Subtotais

Podemos agrupar nossos dados através de seus valores, vamos inicialmente classificar nossa planilha pelo sexo dos atletas relacionado com a idade.



Depois clique no botão Subtotal.

Em A cada alteração em: coloque sexo e em Adicionar subtotal a deixe marcado apenas Peso, depois clique em OK.



Cadastro de Atletas							
COD	Nome	Sexo	Modalidade	Idade	Peso	Altura	Categoria
7	Lúcia da Silva	Feminino	Atletismo	32	59	1,62	Master
4	Maria Paula Rodrigues	Feminino	Ginástica	15	54	1,55	Juvenil
1	Maria Rosângela da Silva	Feminino	Atletismo	20	60	1,67	Profissional
9	Vanuza dos Santos	Feminino	Atletismo	17	66	1,77	Juvenil
		<b>Feminino Total</b>		84			
5	Anderson Luiz de Melo	Maculino	Atletismo	21	67	1,7	Profissional
10	Carlos Chagas	Maculino	Natação	24	78	1,82	Profissional
11	Eduardo Gomes de Oliveira	Maculino	Natação	18	75	1,88	Profissional
6	Fernando Souza	Maculino	Ginástica	13	48	1,51	Juvenil
2	Marcos Paulo Furlan	Maculino	Natação	22	77	1,81	Profissional
8	Maurício de Oliveira Neto	Maculino	Atletismo	19	65	1,69	Profissional
		<b>Maculino Total</b>		117			
<b>Total geral</b>				201			

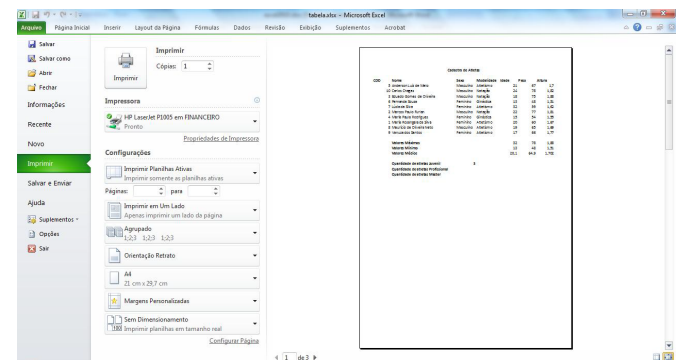
Observe na esquerda que são mostrados os níveis de visualização dos subtotais e que ele faz um total a cada sequência do sexo dos atletas.

Para remover os subtotais, basta clicar no botão Subtotal e na janela que aparece clique em Remover Todos.

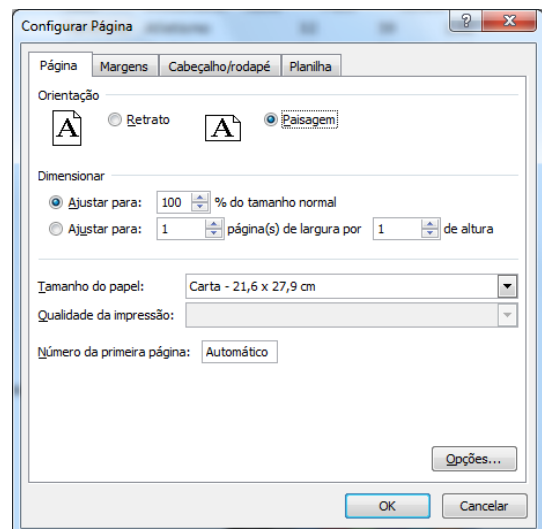
### Impressão

O processo de impressão no Excel é muito parecido com o que fizemos no Word.

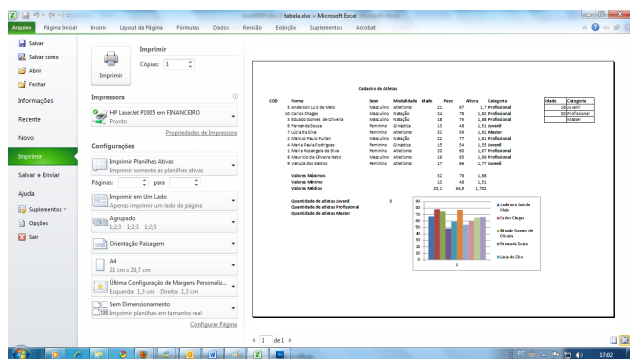
Clique no botão Office e depois em Imprimir e escolha Visualizar Impressão.



No caso escolhi a planilha atletas, podemos observar que a mesma não cabe em uma única página. Clique no botão Configurar Página.



Marque a opção Paisagem e clique em OK.



## Teclas de atalho do Excel

**CTRL + !:** quando se está trabalhando com planilhas grandes, quando os dados precisam ser apresentados a um gerente, ou mesmo só para facilitar sua vida, a melhor maneira de destacar certas informações é formatar a célula, de modo que a fonte, a cor do texto, as bordas e várias outras configurações de formatação. Mas ter que usar o mouse para encontrar as opções de formatação faz você perder muito tempo. Portanto, pressionando CTRL + !, você fará com que a janela de opções de formatação da célula seja exibida. Lembre-se que você pode selecionar várias células para aplicar a formatação de uma só vez.

**CTRL + (:** muitas vezes você precisa visualizar dados que não estão próximos uns dos outros. Para isso o Excel fornece a opção de ocultar células e colunas. Pressionando CTRL + (, você fará com que as linhas correspondentes à seleção sejam ocultadas. Se houver somente uma célula ativa, só será ocultada a linha correspondente. Por exemplo: se você selecionar células que estão nas linhas 1, 2, 3 e 4 e pressionar as teclas mencionadas, essas quatro linhas serão ocultadas.

Para reexibir aquilo que você ocultou, selecione uma célula da linha anterior e uma da próxima, depois utilize as teclas CTRL + SHIFT + (. Por exemplo: se você ocultou a linha 14 e precisa reexibi-la, selecione uma célula da linha 13, uma da linha 15 e pressione as teclas de atalho.

**CTRL + ):** esse atalho funciona exatamente como o anterior, porém, ele não oculta linhas, mas sim COLUNAS. Para reexibir as colunas que você ocultou, utilize as teclas CTRL + SHIFT + ). Por exemplo: você ocultou a coluna C e quer reexibi-la. Selecione uma célula da coluna B e uma da célula D, depois pressione as teclas mencionadas.

**CTRL + SHIFT + \$:** quando estiver trabalhando com valores monetários, você pode aplicar o formato de moeda utilizando esse atalho. Ele coloca o símbolo R\$ no número e duas casas decimais. Valores negativos são colocados entre parênteses.

**CTRL + SHIFT + Asterisco (\*):** esse comando é extremamente útil quando você precisa selecionar os dados que estão envolta da célula atualmente ativa. Caso existam células vazias no meio dos dados, elas também serão selecionadas. Veja na imagem abaixo um exemplo. A célula selecionada era a D6.

**CTRL + Sinal de adição (+):** quando você precisar inserir células, linhas ou colunas no meio dos dados, ao invés de clicar com o mouse no número da linha ou na letra da coluna, basta pressionar esse comando.

\*Utilize o sinal de adição do teclado numérico ou a combinação CTRL + SHIFT + Sinal de adição que fica à esquerda da tecla backspace, pois ela tem o mesmo efeito.

**CTRL + Sinal de subtração (-):** para excluir células, linhas ou colunas inteiras, pressione essas teclas. Esse comando funciona tanto no teclado normal quanto no teclado numérico.

**CTRL + D:** você pode precisar que todas as células de determinada coluna tenham o mesmo valor. Apertando CTRL + D, você fará com que a célula ativa seja preenchida com o mesmo valor da célula que está acima dela. Por exemplo: você digitou o número 5432 na célula A1 e quer que ele se repita até a linha 30. Selecione da célula A1 até a A30 e pressione o comando. Veja que todas as células serão preenchidas com o valor 5432.

**CTRL + R:** funciona da mesma forma que o comando acima, mas para preenchimento de colunas. Exemplo: selecione da célula A1 até a E1 e pressione CTRL + R. Todas as células selecionadas terão o mesmo valor da A1.

**CTRL + ALT + V:** você já deve ter cometido o erro de copiar uma célula e colar em outro local, acabando com a formatação que tinha definido anteriormente, pois as células de origem eram azuis e as de destino eram verdes. Ou seja, você agora tem células azuis onde tudo deveria ser verde. Para que isso não aconteça, você pode utilizar o comando "colar valores", que fará com que somente os valores das células copiadas apareçam, sem qualquer formatação. Para não precisar usar o mouse, copie as células desejadas e na hora de colar utilize as teclas CTRL + ALT + V.

**CTRL + PAGE DOWN:** não há como ser rápido utilizando o mouse para alternar entre as planilhas de um mesmo arquivo. Utilize esse comando para mudar para a próxima planilha da sua pasta de trabalho.

**CTRL + PAGE UP:** similar ao comando anterior. Porém, executando-o você muda para a planilha anterior.

\*É possível selecionar as planilhas que estão antes ou depois da atual, pressionando também o SHIFT nos dois comando acima.

### Teclas de função

Poucas pessoas conhecem todo o potencial das teclas que ficam na mesma linha do "Esc". Assim como o CTRL, as teclas de função podem ser utilizadas em combinação com outras, para produzir comandos diferentes do padrão atribuído a elas. Veja alguns deles abaixo.

**F2:** se você cometer algum erro enquanto está inserindo fórmulas em uma célula, pressione o F2 para poder mover o cursor do teclado dentro da célula, usando as setas para a direita e esquerda. Caso você pressione uma das setas sem usar o F2, o cursor será movido para outra célula.

**ALT + SHIFT + F1:** inserir novas planilhas dentro de um arquivo do Excel também exige vários cliques com o mouse, mas você pode usar o comando ALT + SHIFT + F1 para ganhar algum tempo. As teclas SHIFT + F11 produzem o mesmo efeito.

F8: use essa tecla para ligar ou desligar o modo de seleção estendida. Esse pode ser usado da mesma forma que o SHIFT. Porém, ele só será desativado quando for pressionado novamente, diferente do SHIFT, que precisa ser mantido pressionado para que você possa selecionar várias células da planilha.

Veja abaixo outros comandos úteis:

CTRL + Setas de direção: move o cursor para a última célula preenchida. Se houve alguma célula vazia no meio, o cursor será movido para a última célula preenchida que estiver antes da vazia.

END: pressione essa tecla uma vez para ativar ou desativar o “Modo de Término”. Sua função é parecida com o comando anterior. Pressiona uma vez para ativar e depois pressione uma tecla de direção para mover o cursor para a última célula preenchida.

\*Se a tecla Scroll Lock estiver ativada, pressionar END fará com que o cursor seja movido para a célula que estiver visível no canto inferior direito da janela.

CTRL + BARRA DE ESPAÇO: utilize essa atalho se você quiser selecionar a coluna inteira onde está o cursor.

SHIFT + BARRA DE ESPAÇOS: semelhante ao comando acima, porém, seleciona a linha inteira onde está o cursor.

**MS-POWERPOINT 2010: ESTRUTURA BÁSICA DAS APRESENTAÇÕES, CONCEITOS DE SLIDES, ANOTAÇÕES, RÉGUA, GUIAS, CABEÇALHOS E RODAPÉS, NOÇÕES DE EDIÇÃO E FORMATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES, INSERÇÃO DE OBJETOS, NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, BOTÕES DE AÇÃO, ANIMAÇÃO E TRANSIÇÃO ENTRE SLIDES**

O PowerPoint 2010 é um aplicativo visual e gráfico, usado principalmente para criar apresentações. Com ele, você pode criar, visualizar e mostrar apresentações de slides que combinam texto, formas, imagens, gráficos, animações, tabelas, vídeos e muito mais.

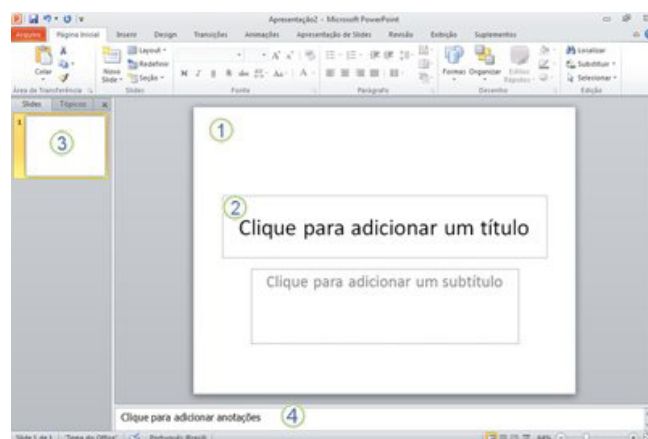
## Familiarizar-se com o espaço de trabalho do PowerPoint

O espaço de trabalho, ou modo de exibição Normal, foi desenvolvido para ajudá-lo a encontrar e usar facilmente os recursos do Microsoft PowerPoint 2010.

Este artigo contém instruções passo a passo para ajudá-lo a se preparar para criar apresentações com o PowerPoint 2010

### Etapa 1: Abrir o PowerPoint

Quando você inicia o PowerPoint, ele é aberto no modo de exibição chamado Normal, onde você cria e trabalha em slides.



Uma imagem do PowerPoint 2010 no modo Normal que possui vários elementos rotulados.

1 No painel Slide, você pode trabalhar em slides individuais.

2 As bordas pontilhadas identificam os espaços reservados, onde você pode digitar texto ou inserir imagens, gráficos e outros objetos.

3 A guia Slides mostra uma versão em miniatura de cada slide inteiro mostrado no painel Slide. Depois de adicionar outros slides, você poderá clicar em uma miniatura na guia Slides para fazer com que o slide apareça no painel Slide ou poderá arrastar miniaturas para reorganizar os slides na apresentação. Também é possível adicionar ou excluir slides na guia Slides.

4 No painel Anotações, você pode digitar observações sobre o slide atual. Também pode distribuir suas anotações para a audiência ou consultá-las no Modo de Exibição do Apresentador durante a apresentação.

### Etapa 2: Começar com uma apresentação em branco

Por padrão, o PowerPoint 2010 aplica o modelo Apresentação em Branco, mostrado na ilustração anterior, às novas apresentações. Apresentação em Branco é o mais simples e o mais genérico dos modelos no PowerPoint 2010 e será um bom modelo a ser usado quando você começar a trabalhar com o PowerPoint.

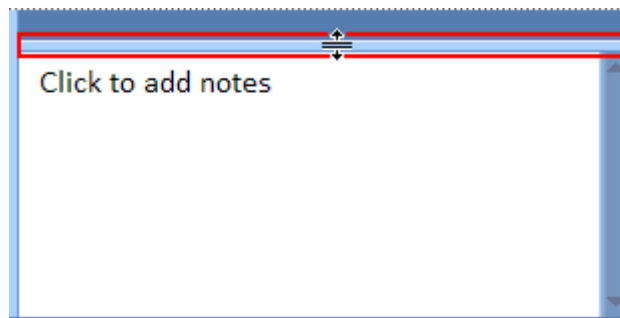
Para criar uma nova apresentação baseada no modelo Apresentação em Branco, faça o seguinte:

1. Clique na guia Arquivo.
2. Aponte para Novo e, em Modelos e Temas Disponíveis, selecione Apresentação em Branco.
3. Clique em Criar.

### Etapa 3: Ajustar o tamanho do painel de anotações

Depois que você abre o modelo Apresentação em Branco, somente uma pequena parte do painel Anotações fica visível. Para ver uma parte maior desse painel e ter mais espaço para digitar, faça o seguinte:






1. Aponte para a borda superior do painel Anotações.
2. Quando o ponteiro se transformar em uma , arraste a borda para cima a fim de criar mais espaço para as anotações do apresentador, como mostrado na ilustração a seguir.



Observe que o slide no painel Slide se redimensiona automaticamente para se ajustar ao espaço disponível.

#### Etapa 4: Criar a apresentação

Agora que preparou o espaço de trabalho para ser usado, você está pronto para começar a adicionar texto, formas, imagens, animações (e outros slides também) à apresentação. Próximo à parte superior da tela, há três botões que podem ser úteis quando você iniciar o trabalho:

- Desfazer , que desfaz sua última alteração (para ver uma dica de tela sobre qual ação será desfeita, coloque o ponteiro sobre o botão. Para ver um menu de outras alterações recentes que também podem ser desfeitas, clique na seta à direita de Desfazer ).
- Você também pode desfazer uma alteração pressionando CTRL+Z.
- Refazer  ou Repetir , que repete ou refaz sua última alteração, dependendo da ação feita anteriormente (para ver uma dica de tela sobre qual ação será repetida ou refeita, coloque o ponteiro sobre o botão). Você também pode repetir ou refazer uma alteração pressionando CTRL+Y.
- A Ajuda do Microsoft Office PowerPoint , que abre o painel Ajuda do PowerPoint. Você também pode abrir a Ajuda pressionando F1.

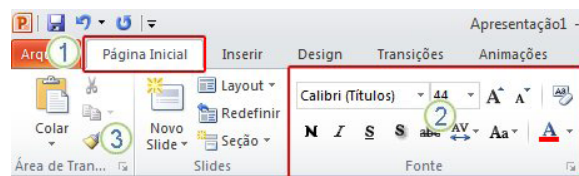
#### Familiarizar-se com a Faixa de Opções do PowerPoint 2010

Ao iniciar o Microsoft PowerPoint 2010 pela primeira vez, você perceberá que os menus e as barras de ferramentas do PowerPoint 2003 e das versões anteriores foram substituídos pela Faixa de Opções.

#### O que é a Faixa de Opções?

A Faixa de Opções contém os comandos e os outros itens de menu presentes nos menus e barras de ferramentas do PowerPoint 2003 e de versões anteriores. A Faixa de Opções foi projetada para ajudá-lo a localizar rapidamente os comandos necessários para concluir uma tarefa.

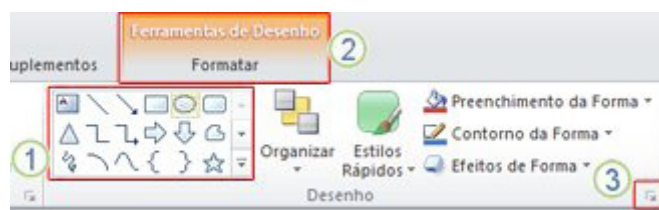
#### Principais recursos da Faixa de Opções



A Faixa de Opções exibida no lado esquerdo da guia Página Inicial do PowerPoint 2010.

- 1 Uma guia da Faixa de Opções, neste caso a guia Página Inicial. Cada guia está relacionada a um tipo de atividade, como inserir mídia ou aplicar animações a objetos.
- 2 Um grupo na guia Página Inicial, neste caso o grupo Fonte. Os comandos são organizados em grupos lógicos e reunidos nas guias.
- 3 Um botão ou comando individual no grupo Slides, neste caso o botão Novo Slide.

#### Outros recursos da Faixa de Opções





Outros elementos que podem ser exibidos na Faixa de Opções são as guias contextuais, as galerias e os iniciadores de caixa de diálogo.

1 Uma galeria, neste caso a galeria de formas no grupo Desenho. As galerias são janelas ou menus retangulares que apresentam uma gama de opções visuais relacionadas.

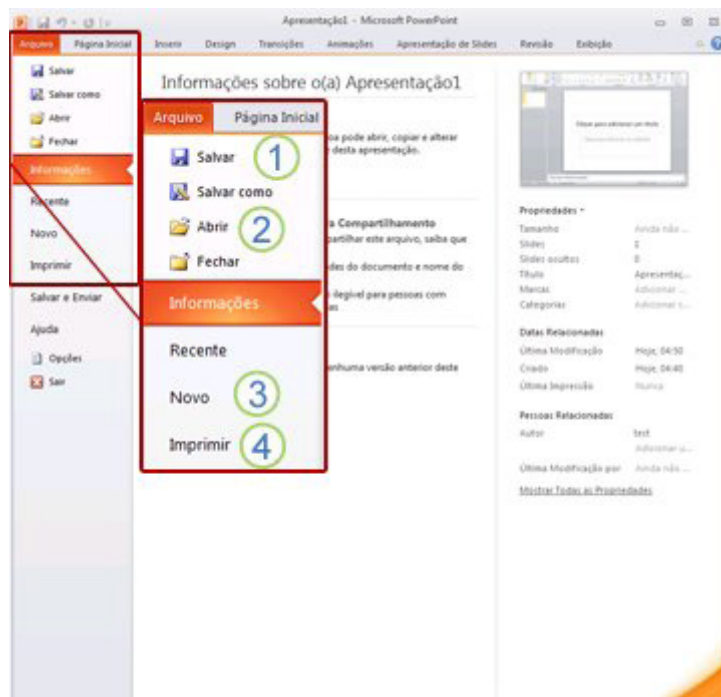
2 Uma guia contextual, neste caso a guia Ferramentas de Imagem. Para diminuir a poluição visual, algumas guias são mostradas somente quando necessárias. Por exemplo, a guia Ferramentas de Imagem será mostrada somente se você inserir uma imagem a um slide e a selecionar.

3 Um Iniciador da Caixa de Diálogo, neste caso, um que inicia a caixa de diálogo Formatar Forma.

## Localização dos comandos conhecidos na Faixa de Opções

Para encontrar a localização de comandos específicos em guias e grupos, consulte os diagramas a seguir.

### A guia Arquivo



A guia Arquivo é o local onde é possível criar um novo arquivo, abrir ou salvar um existente e imprimir sua apresentação.

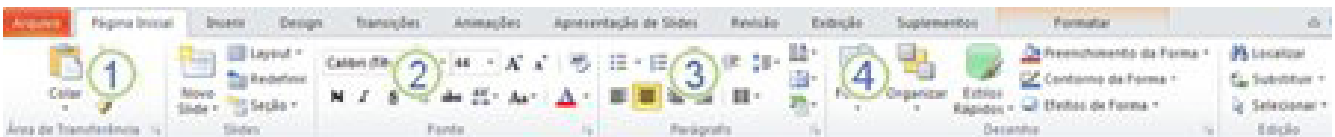
1 Salvar como

2 Abrir

3 Novo

4 Imprimir

### A guia Página Inicial



A guia Página Inicial é o local onde é possível inserir novos slides, agrupar objetos e formatar texto no slide.

1 Se você clicar na seta ao lado de Novo Slide, poderá escolher entre vários layouts de slide.

2 O grupo Fonte inclui os botões Fonte, Negrito, Itálico e Tamanho da Fonte.

3 O grupo Parágrafo inclui Alinhar Texto à Direita, Alinhar Texto à Esquerda, Justificar e Centralizar.

4 Para localizar o comando Agrupar, clique em Organizar e, em Agrupar Objetos, selecione Agrupar.

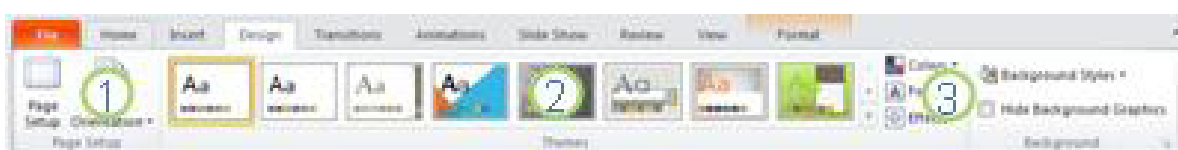
## Guia Inserir



A guia Inserir é o local onde é possível inserir tabelas, formas, gráficos, cabeçalhos ou rodapés em sua apresentação.

- 1 Tabela
- 2 Formas
- 3 Gráfico
- 4 Cabeçalho e Rodapé

## Guia Design



A guia Design é o local onde é possível personalizar o plano de fundo, o design e as cores do tema ou a configuração de página na apresentação.

- 1 Clique em Configurar Página para iniciar a caixa de diálogo Configurar Página.
- 2 No grupo Temas, clique em um tema para aplicá-lo à sua apresentação.
- 3 Clique em Estilos de Plano de Fundo para selecionar uma cor e design de plano de fundo para sua apresentação.

## Guia Transições



A guia Transições é o local onde é possível aplicar, alterar ou remover transições no slide atual.

- 1 No grupo Transições para este Slide, clique em uma transição para aplicá-la ao slide atual.
- 2 Na lista Som, você pode selecionar entre vários sons que serão executados durante a transição.
- 3 Em Avançar Slide, você pode selecionar Ao Clicar com o Mouse para fazer com que a transição ocorra ao clicar.

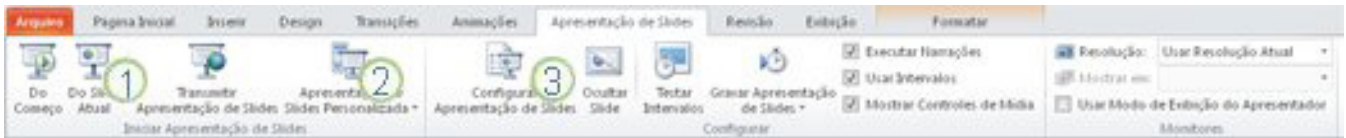
## Guia Animações



A guia Animações é o local onde é possível aplicar, alterar ou remover animações em objetos do slide.

- 1 Clique em Adicionar Animação e selecione uma animação que será aplicada ao objeto selecionado.
- 2 Clique em Painel de Animação para iniciar o painel de tarefas Painel de Animação.
- 3 O grupo Intervalo inclui áreas para definir o Página Inicial e a Duração.

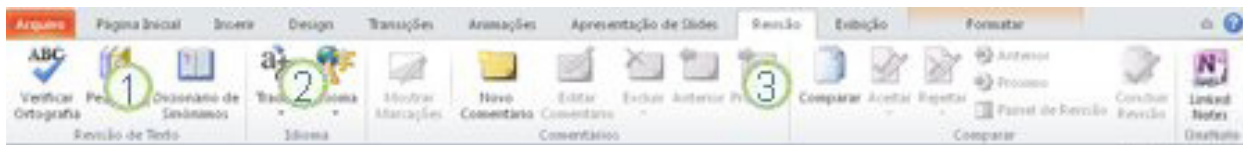
## Guia Apresentação de Slides



A guia Apresentação de Slides é o local onde é possível iniciar uma apresentação de slides, personalizar as configurações da apresentação de slides e ocultar slides individuais.

- 1 O grupo Iniciar Apresentação de Slides, que inclui Do Começo e Do Slide Atual.
- 2 Clique em Configurar Apresentação de Slides para iniciar a caixa de diálogo Configurar Apresentação.
- 3 Ocultar Slide

### Guia Revisão



A guia Revisão é o local onde é possível verificar a ortografia, alterar o idioma da apresentação ou comparar alterações na apresentação atual com outra.

- 1 Ortografia, para iniciar o verificador ortográfico.
- 2 O grupo Idioma, que inclui Editando Idiomas, onde é possível selecionar o idioma.
- 3 Comparar, onde é possível comparar as alterações na apresentação atual com outra.

### Guia Exibir



A guia Exibir é o local onde é possível exibir o slide mestre, as anotações mestras, a classificação de slides. Você também pode ativar ou desativar a régua, as linhas de grade e as guias de desenho.

- 1 Classificação de Slides
- 2 Slide Mestre
- 3 O grupo Mostrar, que inclui Régua e Linhas de Grade.

Eu não vejo o comando de que preciso!

Alguns comandos, como Recortar ou Compactar, são guias contextuais.

Para exibir uma guia contextual, primeiramente selecione o objeto que será trabalhado e verifique se uma guia contextual é exibida na Faixa de Opções.

### Localizar e aplicar um modelo

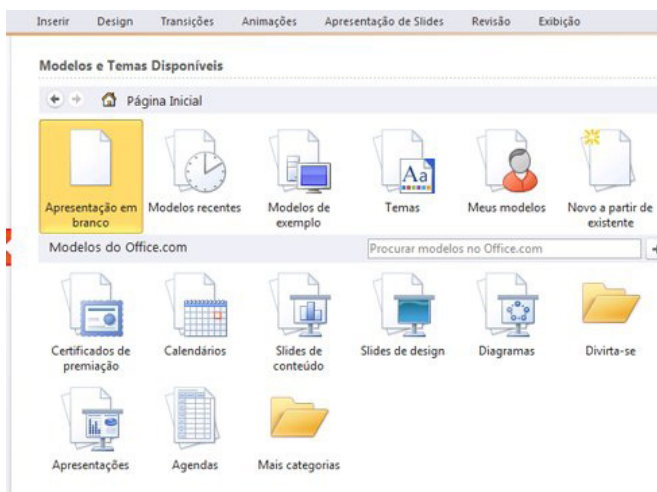
O PowerPoint 2010 permite aplicar modelos internos ou os seus próprios modelos personalizados e pesquisar vários modelos disponíveis no Office.com. O Office.com fornece uma ampla seleção de modelos do PowerPoint populares, incluindo apresentações e slides de design.

Para localizar um modelo no PowerPoint 2010, siga este procedimento:

Na guia Arquivo, clique em Novo.

Em Modelos e Temas Disponíveis, siga um destes procedimentos:

- Para reutilizar um modelo usado recentemente, clique em Modelos Recentes, clique no modelo desejado e depois em Criar.
- Para utilizar um modelo já instalado, clique em Meus Modelos, selecione o modelo desejado e clique em OK.
- Para utilizar um dos modelos internos instalados com o PowerPoint, clique em Modelos de Exemplo, clique no modelo desejado e depois em Criar.
- Para localizar um modelo no Office.com, em Modelos do Office.com, clique em uma categoria de modelo, selecione o modelo desejado e clique em Baixar para baixar o modelo do Office.com para o computador.



Observação- Você também pode pesquisar modelos no Office.com de dentro do PowerPoint. Na caixa Pesquisar modelos no Office.com, digite um ou mais termos de pesquisa e clique no botão de seta para pesquisar.

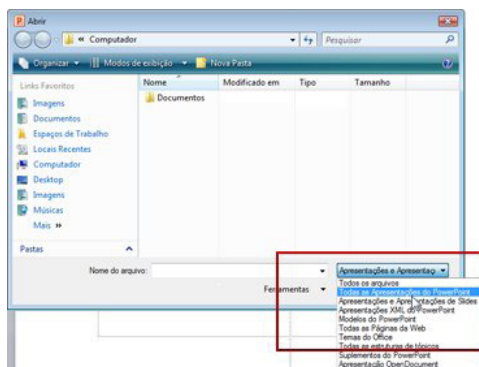
## Criar uma apresentação

1. Clique na guia Arquivo e clique em Novo.
2. Siga um destes procedimentos:
  - Clique em Apresentação em Branco e em Criar.
  - Aplique um modelo ou tema, seja interno fornecido com o PowerPoint 2010 ou baixado do Office.com.

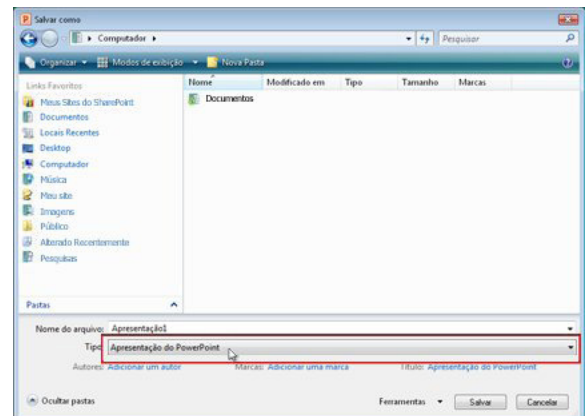
## Abrir uma apresentação

1. Clique na guia Arquivo e em Abrir.
2. No painel esquerdo da caixa de diálogo Abrir, clique na unidade ou pasta que contém a apresentação desejada.
3. No painel direito da caixa de diálogo Abrir, abra a pasta que contém a apresentação.
4. Clique na apresentação e clique em Abrir.

Observação Por padrão, o PowerPoint 2010 mostra somente apresentações do PowerPoint na caixa de diálogo Abrir. Para exibir outros tipos de arquivos, clique em Todas as Apresentações do PowerPoint e selecione o tipo de arquivo que deseja exibir.



## Salvar uma apresentação



Como com qualquer programa de software, é uma boa ideia nomear e salvar a apresentação imediatamente e salvar suas alterações com frequência enquanto você trabalha:

1. Clique na guia Arquivo.
2. Clique em Salvar como e siga um destes procedimentos:
  - Para que uma apresentação só possa ser aberta no PowerPoint 2010 ou no PowerPoint 2007, na lista Salvar como tipo, selecione Apresentação do PowerPoint (\*.pptx).
  - Para uma apresentação que possa ser aberta no PowerPoint 2010 ou em versões anteriores do PowerPoint, selecione Apresentação do PowerPoint 97-2003 (\*.ppt).
3. No painel esquerdo da caixa de diálogo Salvar como, clique na pasta ou em outro local onde você queira salvar sua apresentação.
4. Na caixa Nome de arquivo, digite um nome para a apresentação ou aceite o nome padrão e clique em Salvar.

De agora em diante, você pode pressionar CTRL+S ou pode clicar em Salvar, próximo à parte superior da tela, para salvar rapidamente a apresentação, a qualquer momento.

Observação: Para salvar a apresentação em um formato diferente de .pptx, clique na lista Salvar como tipo e selecione o formato de arquivo desejado.

O Microsoft PowerPoint 2010 oferece uma série de tipos de arquivo que você pode usar para salvar; por exemplo, JPEGs (.jpg), arquivos Portable Document Format (.pdf), páginas da Web (.html), Apresentação OpenDocument (.odp), inclusive como vídeo ou filme etc.

Também é possível abrir vários formatos de arquivo diferentes com o PowerPoint 2010, como Apresentações OpenDocument, páginas da Web e outros tipos de arquivos.

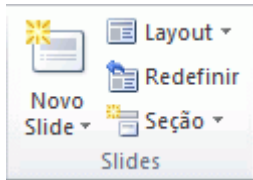
## Adicionar, reorganizar e excluir slides

O único slide que é exibido automaticamente ao abrir o PowerPoint tem dois espaços reservados, sendo um formatado para um título e o outro formatado para um subtítulo. A organização dos espaços reservados em um slide é chamada layout. O Microsoft PowerPoint 2010 também oferece outros tipos de espaços reservados, como aqueles de imagens e elementos gráficos de SmartArt.

Ao adicionar um slide à sua apresentação, siga este procedimento para escolher um layout para o novo slide ao mesmo tempo:

1. No modo de exibição Normal, no painel que contém as guias Tópicos e Slides, clique na guia Slides e clique abaixo do único slide exibido automaticamente ao abrir o PowerPoint.

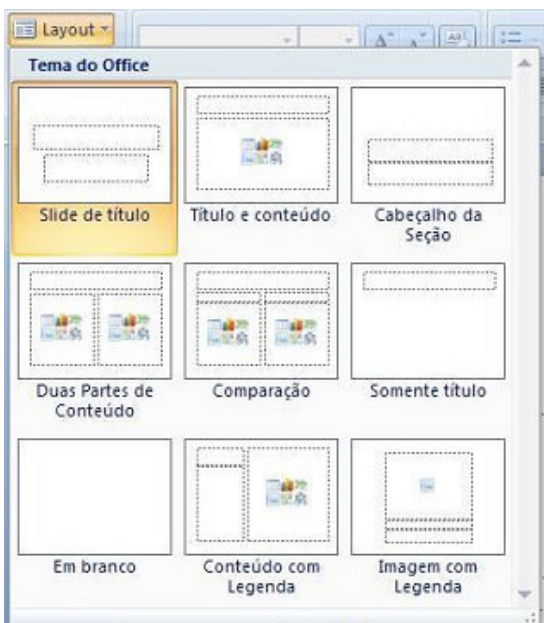
2. Na guia Página Inicial, no grupo Slides, clique na seta ao lado de Novo Slide. Ou então, para que o novo slide tenha o mesmo layout do slide anterior, basta clicar em Novo Slide em vez de clicar na seta ao lado dele.



Será exibida uma galeria que mostra as miniaturas dos vários layouts de slide disponíveis.

- O nome identifica o conteúdo para o qual cada slide foi criado.
- Os espaços reservados que exibem ícones coloridos podem conter texto, mas você também pode clicar nos ícones para inserir objetos automaticamente, incluindo elementos gráficos SmartArt e clip-art.

3. Clique no layout desejado para o novo slide.



O novo slide agora aparece na guia Slides, onde está realçado como o slide atual, e também como o grande slide à direita no painel Slide. Repita esse procedimento para cada novo slide que você deseja adicionar.

### Determinar quantos slides são necessários

Para calcular o número de slides necessários, faça um rascunho do material que você planeja abordar e, em seguida, divida o material em slides individuais. Você provavelmente deseja pelo menos:

- Um slide de título principal
- Um slide introdutório que lista os pontos principais ou áreas da sua apresentação
- Um slide para cada ponto ou área que esteja listada no slide introdutório
- Um slide de resumo que repete a lista de pontos ou áreas principais da sua apresentação

Usando essa estrutura básica, se você possui três pontos ou áreas principais para apresentar, planeje ter um mínimo de seis: um slide de título, um slide introdutório, um slide para cada um dos três pontos ou áreas principais e um slide de resumo.



Se houver uma grande quantidade de material para apresentar sobre qualquer um dos pontos ou áreas principais, talvez você queira criar um sub agrupamento de slides para esse material, usando a mesma estrutura de tópicos básica.

**Dica:** Pense em quanto tempo cada slide deve ficar visível na tela durante a sua apresentação. Uma boa estimativa padrão é de dois a cinco minutos por slide.

### Aplicar um novo layout a um slide

Para alterar o layout de um slide existente, faça o seguinte:

- No modo de exibição Normal, no painel que contém as guias Tópicos e Slides, clique na guia Slides e clique no slide ao qual deseja aplicar um novo layout.
- Na guia Página Inicial, no grupo Slides, clique em Layout e, em seguida, clique no novo layout desejado.

**Observação** Se você aplicar um layout que não possua tipos de espaços reservados suficientes para o conteúdo que já existe no slide, serão criados espaços reservados adicionais automaticamente para armazenar esse conteúdo.

### Copiar um slide

Se você deseja criar dois ou mais slides que tenham conteúdo e layout semelhantes, salve o seu trabalho criando um slide que tenha toda a formatação e o conteúdo que será compartilhado por ambos os slides, fazendo uma cópia desse slide antes dos retoques finais em cada um deles.

1. No modo de exibição Normal, no painel que contém as guias Tópicos e Slides, clique na guia Slides, clique com o botão direito do mouse no slide que deseja copiar e clique em Copiar.
  2. Na guia Slides, clique com o botão direito do mouse onde você deseja adicionar a nova cópia do slide e clique em Colar.
- Você também pode usar esse procedimento para inserir uma cópia de um slide de uma apresentação para outra.

## Reorganizar a ordem dos slides

No modo de exibição Normal, no painel que contém as guias Tópicos e Slides, clique na guia Slides, clique no slide que deseja mover e arraste-o para o local desejado.

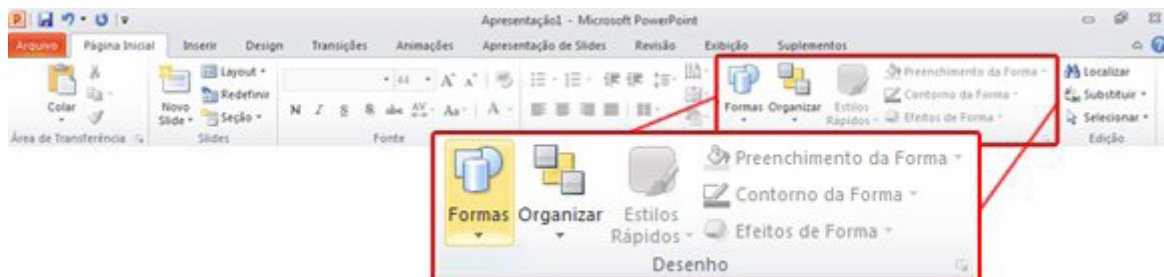
Para seleccionar vários slides, clique em um slide que deseja mover, pressione e mantenha pressionada a tecla CTRL enquanto clica em cada um dos outros slides que deseja mover.

## Excluir um slide

No modo de exibição Normal, no painel que contém as guias Tópicos e Slides, clique na guia Slides, clique com o botão direito do mouse no slide que deseja excluir e clique em Excluir Slide.

## Adicionar formas ao slide

1. Na guia Início, no grupo Desenho, clique em Formas.



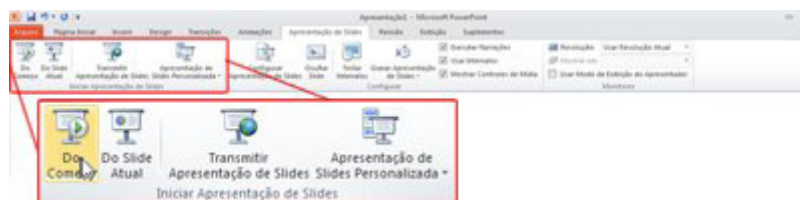
2. Clique na forma desejada, clique em qualquer parte do slide e arraste para colocar a forma.

Para criar um quadrado ou círculo perfeito (ou restringir as dimensões de outras formas), pressione e mantenha a tecla SHIFT pressionada ao arrastar.

## Exibir uma apresentação de slides

Para exibir a apresentação no modo de exibição Apresentação de Slides a partir do primeiro slide, siga este procedimento:

Na guia Apresentação de Slides, no grupo Iniciar Apresentação de Slides, clique em Do Começo (ou pressione F5).



Para exibir a apresentação no modo de exibição Apresentação de Slides a partir do slide atual, siga este procedimento (ou pressione Shift+F5):

Na guia Apresentação de Slides, no grupo Iniciar Apresentação de Slides, clique em Do Slide Atual.

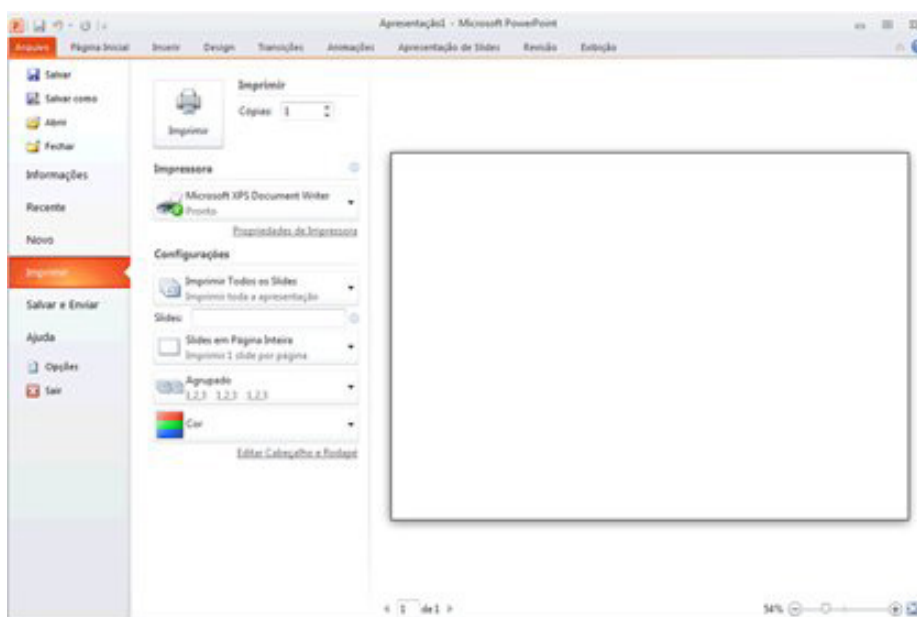


## Imprimir uma apresentação

1. Clique na guia Arquivo e clique em Imprimir.
2. Em Imprimir, siga um destes procedimentos:
  - Para imprimir todos os slides, clique em Tudo.
  - Para imprimir somente o slide exibido no momento, clique em Slide Atual.
  - Para imprimir slides específicos por número, clique em Intervalo Personalizado de Slides e digite uma lista de slides individuais, um intervalo, ou ambos.

Observação Use vírgulas para separar os números, sem espaços. Por exemplo: 1,3,5-12.

3. Em Outras Configurações, clique na lista Cor e selecione a configuração desejada.
4. Ao concluir as seleções, clique em Imprimir.



- Criar e imprimir folhetos

Você pode imprimir as apresentações na forma de folhetos, com até nove slides em uma página, que podem ser utilizados pelo público para acompanhar a apresentação ou para referência futura.

O folheto com três slides por página possui espaços entre as linhas para anotações.

Você pode selecionar um layout para os folhetos em visualização de impressão (um modo de exibição de um documento da maneira como ele aparecerá ao ser impresso).

Organizar conteúdo em um folheto:

Na visualização de impressão é possível organizar o conteúdo no folheto e visualiza-lo para saber como ele será impresso. Você pode especificar a orientação da página como paisagem ou retrato e o número de slides que deseja exibir por página.

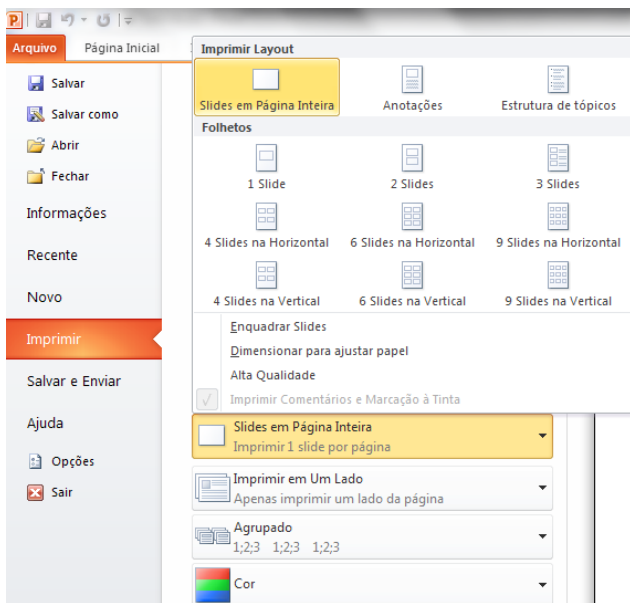
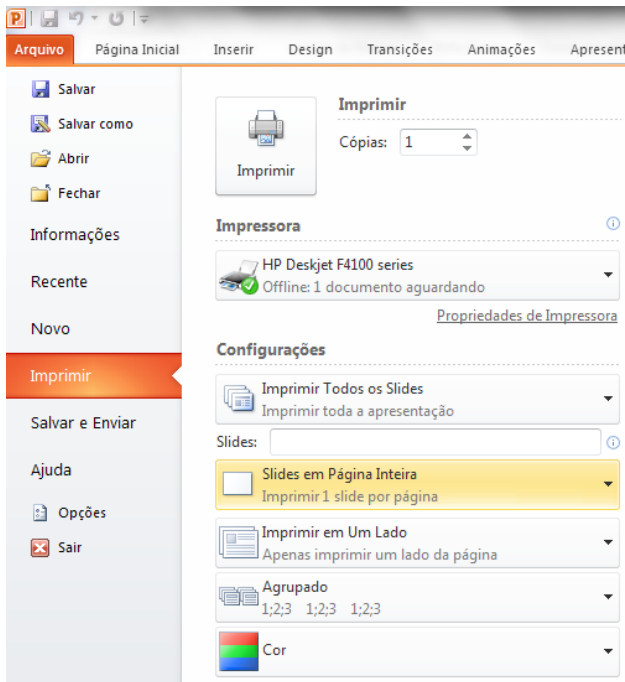
Você pode adicionar visualizar e editar cabeçalhos e rodapés, como os números das páginas. No layout com um slide por página, você só poderá aplicar cabeçalhos e rodapés ao folheto e não aos slides, se não desejar exibir texto, data ou numeração no cabeçalho ou no rodapé dos slides.

Aplicar conteúdo e formatação em todos os folhetos:

Se desejar alterar a aparência, a posição e o tamanho da numeração, da data ou do texto do cabeçalho e do rodapé em todos os folhetos, faça as alterações no folheto mestre. Para incluir um nome ou logotipo em todas as páginas do folheto, basta adicioná-lo ao mestre. As alterações feitas no folheto mestre também são exibidas na impressão da estrutura de tópicos.

Imprimir folhetos:

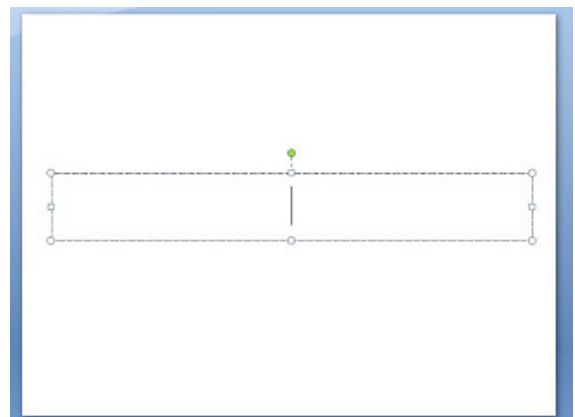
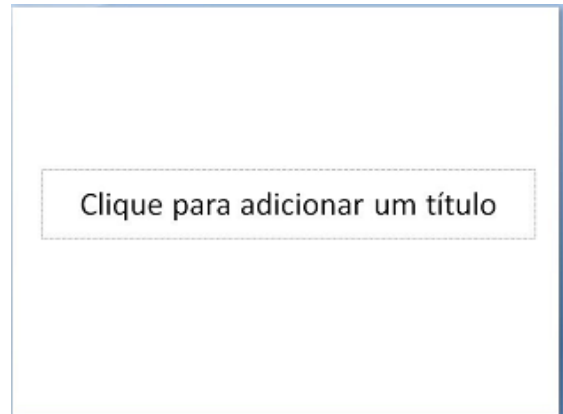
1. Abrir a apresentação em que deseja imprimir os folhetos.
2. Clicar na aba Arquivo, clicar na seleção de layout de slides para impressão na seção 'Configurações' e escolher o modo de impressão (aqui também podemos selecionar os modos 'Anotações' e 'Estrutura de tópicos')



## Inserir texto

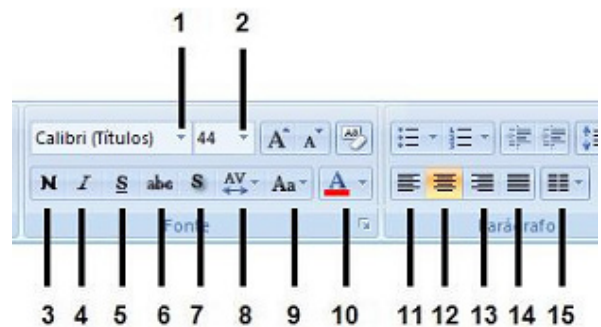
Para inserir um texto no slide clicar com o botão esquerdo do mouse no retângulo (Clique para adicionar um título), após clicar o ponto de inserção (cursor será exibido).

Então basta começar a digitar.



## Formatar texto

Para alterar um texto, é necessário primeiro selecioná-lo. Para selecionar um texto ou palavra, basta clicar com o boto esquerdo sobre o ponto em que se deseja iniciar a seleção e manter o botão pressionado, arrastar o mouse até o ponto desejado e soltar o botão esquerdo.



1 – Fonte

O formato Folhetos (3 Slides por Página) possui linhas para anotações do público.

Para especificar a orientação da página, clicar na seta em Orientação e, em seguida, clicar em Paisagem ou Retrato.

Clicar em Imprimir.



Altera o tipo de fonte

2 – Tamanho da fonte

Altera o tamanho da fonte

3 – Negrito

Aplica negrito ao texto selecionado. Também pode ser acionado através do comando Ctrl+N.

4 – Itálico

Aplica Itálico ao texto selecionado. Também pode ser acionado através do comando Ctrl+I.

5 – Sublinhado

Sublinha o texto selecionado. Também pode ser acionado através do comando Ctrl+S.

6 – Tachado

Desenha uma linha no meio do texto selecionado.

7 – Sombra de Texto

Adiciona uma sombra atrás do texto selecionado para destacá-lo no slide.

8 – Espaçamento entre Caracteres

Ajusta o espaçamento entre caracteres.

9 – Maiúsculas e Minúsculas

Altera todo o texto selecionado para MAIÚSCULAS, minúsculas, ou outros usos comuns de maiúsculas/minúsculas.

10 – Cor da Fonte

Altera a cor da fonte.

11 – Alinhar Texto à Esquerda

Alinha o texto à esquerda. Também pode ser acionado através do comando Ctrl+Q.

12 – Centralizar

Centraliza o texto. Também pode ser acionado através do comando Ctrl+E.

13 – Alinhar Texto à Direita

Alinha o texto à direita. Também pode ser acionado através do comando Ctrl+G.

14 – Justificar

Alinha o texto às margens esquerda e direita, adicionando espaço extra entre as palavras conforme o necessário, promovendo uma aparência organizada nas laterais esquerda e direita da página.

15 – Colunas

Divide o texto em duas ou mais colunas.

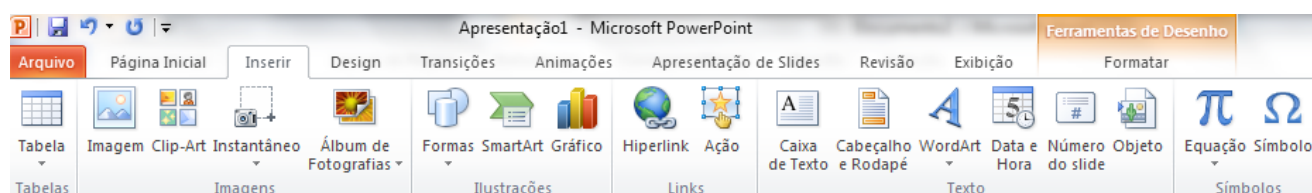
### Limpar formatação

Para limpar toda a formatação de um texto basta selecioná-lo e clicar no botão , localizado na guia Início.

### Inserir símbolos especiais

Além dos caracteres que aparecem no teclado, é possível inserir no slide vários caracteres e símbolos especiais.

1. Posicionar o cursor no local que se deseja inserir o símbolo.
2. Acionar a guia Inserir.




3. Clicar no botão Símbolo.

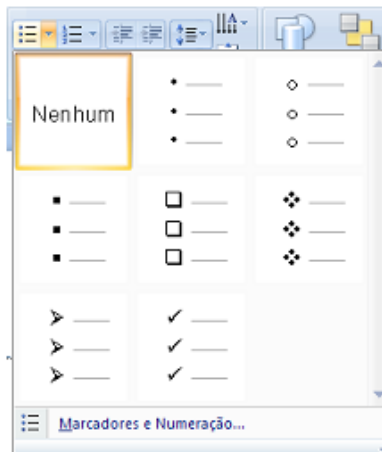
4. Selecionar o símbolo.



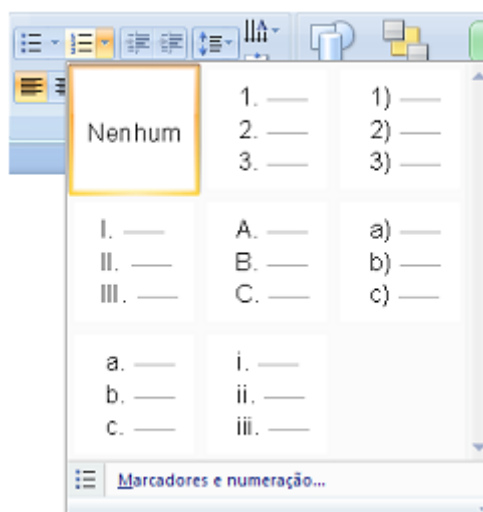
5. Clicar em Inserir e em seguida Fechar.

### Marcadores e numeração

Com a guia Início acionada, clicar no botão  , para criar parágrafos com marcadores. Para escolher o tipo de marcador clicar na seta.



Com a guia Início acionada, clicar no botão  , para iniciar uma lista numerada. Para escolher diferentes formatos de numeração clicar na seta.



## Inserir figuras

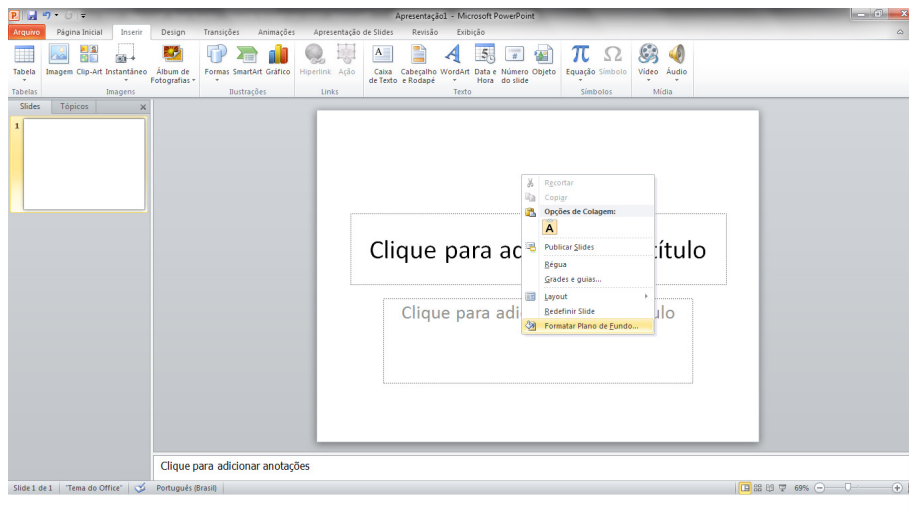


Para inserir uma figura no slide clicar na guia Inserir, e clicar em um desses botões:

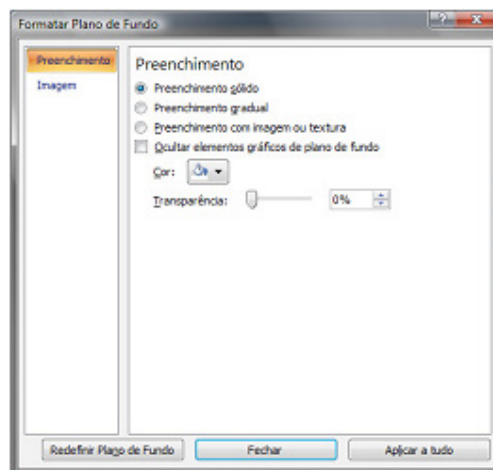
- Imagem do Arquivo: insere uma imagem de um arquivo.
- Clip-art: é possível escolher entre várias figuras que acompanham o Microsoft Office.
- Formas: insere formas prontas, como retângulos e círculos, setas, linhas, símbolos de fluxograma e textos explicativos.
- SmartArt: insere um elemento gráfico SmartArt para comunicar informações visualmente. Esses elementos gráficos variam desde listas gráficas e diagramas de processos até gráficos mais complexos, como diagramas de Venn e organogramas.
- Gráfico: insere um gráfico para ilustrar e comparar dados.
- WordArt: insere um texto com efeitos especiais.

## Alterar plano de fundo

Para alterar o plano de fundo de um slide, basta clicar com o botão direito do mouse sobre ele, e em seguida clicar em Formatar Plano de Fundo.



Depois escolher entre as opções clicar Aplicar a tudo para aplicar a mudança a todos os slides, se for alterar apenas o slide atual clicar em fechar.




## Animar textos e objetos

Para animar um texto ou objeto, selecionar o texto ou objeto, clicar na guia Animações, e depois em Animações Personalizadas, abrirá um painel à direita, clicar em Adicionar efeito. Nele se encontram várias opções de animação de entrada, ênfase, saída e trajetórias de animação.

## Inserir botão de ação

Um botão de ação consiste em um botão já existente que pode ser inserido na apresentação e para o qual pode definir hiperlinks. Os botões de ação contêm formas, como setas para direita e para esquerda e símbolos de fácil compreensão referentes às ações de ir para o próximo, anterior, primeiro e último slide, além de executar filmes ou sons. Eles são mais comumente usados para apresentações autoexecutáveis — por exemplo, apresentações que são exibidas várias vezes em uma cabine ou quiosque (um computador e monitor, geralmente localizados em uma área frequentada por muitas pessoas, que pode incluir tela sensível ao toque, som ou vídeo).

Os quiosques podem ser configurados para executar apresentações do PowerPoint de forma automática, contínua ou ambas).

1. Na guia Inserir, no grupo Ilustrações, clicar na seta abaixo de Formas e, em seguida, clicar no botão Mais .

2. Em Botões de Ação, clicar no botão que se deseja adicionar.

3. Clicar sobre um local do slide e arrastar para desenhar a forma para o botão.

4. Na caixa Configurar Ação, seguir um destes procedimentos:

- Para escolher o comportamento do botão de ação quando você clicar nele, clicar na guia Selecionar com o Mouse.

- Para escolher o comportamento do botão de ação quando você mover o ponteiro sobre ele, clicar na guia Selecionar sem o Mouse.

5. Para escolher o que acontece quando você clica ou move o ponteiro sobre o botão de ação, siga um destes procedimentos:

- Se você não quiser que nada aconteça, clicar em Nenhuma.

- Para criar um hiperlink, clicar em Hiperlink para e selecionar o destino para o hiperlink.

- Para executar um programa, clicar em Executar programa e, em seguida, clicar em Procurar e localizar o programa que você deseja executar.

- Para executar um macro (uma ação ou um conjunto de ações que você pode usar para automatizar tarefas. Os macros são gravados na linguagem de programação Visual Basic for Applications), clicar em Executar macro e selecionar a macro que você deseja executar.

As configurações de Executar macro estarão disponíveis somente se a sua apresentação contiver um macro.

- Se você deseja que a forma escolhida como um botão de ação execute uma ação, clicar em Ação do objeto e selecionar a ação que você deseja que ele execute.

As configurações de Ação do objeto estarão disponíveis somente se a sua apresentação contiver um objeto OLE (uma tecnologia de integração de programa que pode ser usada para compartilhamento de informações entre programas. Todos os programas do Office oferecem suporte para OLE; por isso, você pode compartilhar informações por meio de objetos vinculados e incorporados).

- Para tocar um som, marcar a caixa de seleção Tocar som e selecionar o som desejado.

## Criar apresentação personalizada

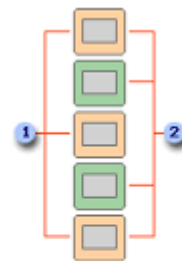
Existem dois tipos de apresentações personalizadas: básica e com hiperlinks.

Uma apresentação personalizada básica é uma apresentação separada ou uma apresentação que inclui alguns slides originais.

Uma apresentação personalizada com hiperlinks é uma forma rápida de navegar para uma ou mais apresentações separadas.

### 1 – Apresentação Personalizada Básica

Utilizar uma apresentação personalizada básica para fornecer apresentações separadas para diferentes grupos da sua organização. Por exemplo, se sua apresentação contém um total de cinco slides, é possível criar uma apresentação personalizada chamada “Site 1” que inclui apenas os slides 1, 3 e 5. É possível criar uma segunda apresentação personalizada chamada “Site 2” que inclui os slides 1, 2, 4 e 5. Quando você criar uma apresentação personalizada a partir de outra apresentação, é possível executá-la, na íntegra, em sua sequência original.



1 Slides para Área 1

2 Slides para Área 2

1. Na guia Apresentações de Slides, no grupo Iniciar Apresentação de Slides, clicar na seta ao lado de Apresentação de Slides Personalizada e, em seguida, clicar em Apresentações Personalizadas.

2. Na caixa de diálogo Apresentações Personalizadas, clicar em Novo.

3. Em Slides na apresentação, clicar nos slides que você deseja incluir na apresentação personalizada e, em seguida, clicar em Adicionar.

Para selecionar diversos slides sequenciais, clicar no primeiro slide e, em seguida, manter pressionada a tecla SHIFT enquanto clica no último slide que deseja selecionar. Para selecionar diversos slides não sequenciais, manter pressionada a tecla CTRL enquanto clica em cada slide que queira selecionar.

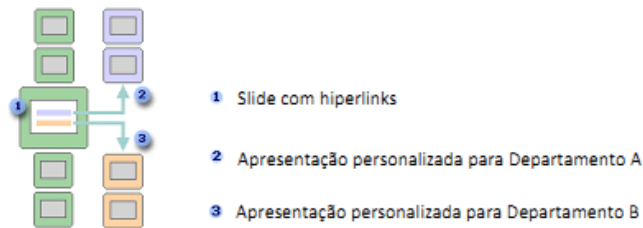
4. Para alterar a ordem em que os slides são exibidos, em Slides na apresentação personalizada, clicar em um slide e, em seguida, clicar em uma das setas para mover o slide para cima ou para baixo na lista.

5. Digitar um nome na caixa Nome da apresentação de slides e clicar em OK. Para criar apresentações personalizadas adicionais com quaisquer slides da sua apresentação, repetir as etapas de 1 a 5.

Para visualizar uma apresentação personalizada, clicar no nome da apresentação na caixa de diálogo Apresentações Personalizadas e, em seguida, clicar em Mostrar.

### 2 – Apresentação Personalizada com Hiperlink

Utilizar uma apresentação personalizada com hiperlinks para organizar o conteúdo de uma apresentação. Por exemplo, se você cria uma apresentação personalizada principal sobre a nova organização geral da sua empresa, é possível criar uma apresentação personalizada para cada departamento da sua organização e vinculá-los a essas exibições da apresentação principal.



1. Na guia Apresentações, no grupo Iniciar Apresentação de Slides, clicar na seta ao lado de Apresentação de Slides Personalizada e, em seguida, clicar em Apresentações Personalizadas.

2. Na caixa de diálogo Apresentações Personalizadas, clicar em Novo.

3. Em Slides na apresentação, clicar nos slides que você deseja incluir na apresentação personalizada principal e, em seguida, clicar em Adicionar.

Para selecionar diversos slides sequenciais, clicar no primeiro slide e, em seguida, manter pressionada a tecla SHIFT enquanto clica no último slide que deseja selecionar. Para selecionar diversos slides não sequenciais, manter pressionada a tecla CTRL enquanto clica em cada slide que queira selecionar.

4. Para alterar a ordem em que os slides são exibidos, em Slides na apresentação personalizada, clicar em um slide e, em seguida, clicar em uma das setas para mover o slide para cima ou para baixo na lista.

5. Digitar um nome na caixa Nome da apresentação de slides e clicar em OK. Para criar apresentações personalizadas adicionais com quaisquer slides da sua apresentação, repetir as etapas de 1 a 5.

6. Para criar um hiperlink da apresentação principal para uma apresentação de suporte, selecionar o texto ou objeto que você deseja para representar o hiperlink.

7. Na guia Inserir, no grupo Vínculos, clicar na seta abaixo de Hiperlink.

8. Em Vincular para, clicar em Colocar Neste Documento.

9. Seguir um destes procedimentos:

- Para se vincular a uma apresentação personalizada, na lista Selecionar um local neste documento, selecionar a apresentação personalizada para a qual deseja ir e marcar a caixa de seleção Mostrar e retornar.

- Para se vincular a um local na apresentação atual, na lista Selecione um local neste documento, selecionar o slide para o qual você deseja ir.

Para visualizar uma apresentação personalizada, clicar no nome da apresentação na caixa de diálogo Apresentações Personalizadas e, em seguida, clicar em Mostrar.

## Transição de slides

As transições de slide são os efeitos semelhantes à animação que ocorrem no modo de exibição Apresentação de Slides quando você move de um slide para o próximo.

É possível controlar a velocidade de cada efeito de transição de slides e também adicionar som.

O Microsoft Office PowerPoint 2010 inclui vários tipos diferentes de transições de slides, incluindo (mas não se limitando) as seguintes:



1. Sem transição
2. Persiana Horizontal
3. Persiana Vertical
4. Quadro Fechar
5. Quadro Abrir
6. Quadriculado na Horizontal
7. Quadriculado na Vertical
8. Pente Horizontal
9. Pente Vertical

Para consultar mais efeitos de transição, na lista Estilos Rápidos, clicar no botão Mais, conforme mostrado no diagrama acima.

- Adicionar a mesma transição de slides a todos os slides em sua apresentação:

1. No painel que contém as guias Tópicos e Slides, clicar na guia Slides.

2. Na guia Início, clicar na miniatura de um slide.

3. Na guia Animações, no grupo Transição para Este Slide, clicar em um efeito de transição de slides.

4. Para consultar mais efeitos de transição, na lista Estilos Rápidos, clicar no botão Mais.

5. Para definir a velocidade de transição de slides, no grupo Transição para Este Slide, clicar na seta ao lado de Velocidade da Transição e, em seguida, selecionar a velocidade desejada.

6. No grupo Transição para Este Slide, clicar em Aplicar a Tudo.

- Adicionar diferentes transições de slides aos slides em sua apresentação

1. No painel que contém as guias Tópicos e Slides, clicar na guia Slides.

2. Na guia Início, clicar na miniatura de um slide.

3. Na guia Animações, no grupo Transição para Este Slide, clicar no efeito de transição de slides que você deseja para esse slide.

4. Para consultar mais efeitos de transição, na lista Estilos Rápidos, clicar no botão Mais.

5. Para definir a velocidade de transição de slides, no grupo Transição para Este Slide, clicar na seta ao lado de Velocidade da Transição e, em seguida, selecionar a velocidade desejada.

6. Para adicionar uma transição de slides diferente a outro slide em sua apresentação, repetir as etapas 2 a 4.

- Adicionar som a transições de slides

1. No painel que contém as guias Tópicos e Slides, clicar na guia Slides.

2. Na guia Início, clicar na miniatura de um slide.

3. Na guia Animações, no grupo Transição para Este Slide, clicar na seta ao lado de Som de Transição e, em seguida, seguir um destes procedimentos:

- Para adicionar um som a partir da lista, selecionar o som desejado.

- Para adicionar um som não encontrado na lista, selecionar Outro Som, localizar o arquivo de som que você deseja adicionar e, em seguida, clicar em OK.

4. Para adicionar som a uma transição de slides diferente, repetir as etapas 2 e 3.

## Configurar apresentação de slides

### • Tipo de apresentação

Usar as opções na seção Tipo de apresentação para especificar como você deseja mostrar a apresentação para sua audiência.

o Para fazer sua apresentação diante de uma audiência ao vivo, clicar em Exibida por um orador (tela inteira).

o Para permitir que a audiência exiba sua apresentação a partir de um disco rígido ou CD em um computador ou na Internet, clicar em Apresentada por uma pessoa (janela).

o Para permitir que a audiência role por sua apresentação de auto execução a partir de um computador autônomo, marcar a caixa de seleção Mostrar barra de rolagem.

o Para entregar uma apresentação de auto execução executada em um quiosque (um computador e monitor, geralmente localizados em uma área frequentada por muitas pessoas, que pode incluir tela sensível ao toque, som ou vídeo. Os quiosques podem ser configurados para executar apresentações do PowerPoint de forma automática, contínua ou ambas), clicar em Apresentada em um quiosque (tela inteira).

### • Mostrar slides

Usar as opções na seção Mostrar slides para especificar quais slides estão disponíveis em uma apresentação ou para criar uma apresentação personalizada (uma apresentação dentro de uma apresentação na qual você agrupa slides em uma apresentação existente para poder mostrar essa seção da apresentação para um público em particular).

o Para mostrar todos os slides em sua apresentação, clicar em Tudo.

o Para mostrar um grupo específico de slides de sua apresentação, digitar o número do primeiro slide que você deseja mostrar na caixa De e digitar o número do último slide que você deseja mostrar na caixa Até.

o Para iniciar uma apresentação de slides personalizada que seja derivada de outra apresentação do PowerPoint, clicar em Apresentação personalizada e, em seguida, clicar na apresentação que você deseja exibir como uma apresentação personalizada (uma apresentação dentro de uma apresentação na qual você agrupa slides em uma apresentação existente para poder mostrar essa seção da apresentação para um público em particular).

### • Opções da apresentação

Usar as opções na seção Opções da apresentação para especificar como você deseja que arquivos de som, narrações ou animações sejam executados em sua apresentação.

o Para executar um arquivo de som ou animação continuamente, marcar a caixa de opções Repetir até 'Esc' ser pressionada.

o Para mostrar uma apresentação sem executar uma narração incorporada, marcar a caixa de seleção Apresentação sem narração.

o Para mostrar uma apresentação sem executar uma animação incorporada, marcar a caixa de seleção Apresentação sem animação.

o Ao fazer sua apresentação diante de uma audiência ao vivo, é possível escrever nos slides. Para especificar uma cor de tinta, na lista Cor da caneta, selecionar uma cor de tinta.

A lista Cor da caneta estará disponível apenas se Exibida por um orador (tela inteira) (na seção Tipo de apresentação) estiver selecionada.

### • Avançar slides

Usar as opções na seção Avançar slides para especificar como mover de um slide para outro.

o Para avançar para cada slide manualmente durante a apresentação, clicar em Manualmente.

o Para usar intervalos de slide para avançar para cada slide automaticamente durante a apresentação, clicar em Usar intervalos, se houver.

### • Vários Monitores

É possível executar sua apresentação do Microsoft Office PowerPoint 2010 de um monitor (por exemplo, em um pódio) enquanto o público a vê em um segundo monitor.

Usando dois monitores, é possível executar outros programas que não são vistos pelo público e acessar o modo de exibição Apresentador. Este modo de exibição oferece as seguintes ferramentas para facilitar a apresentação de informação:

o É possível utilizar miniaturas para selecionar os slides de uma sequência e criar uma apresentação personalizada para o seu público.

o A visualização de texto mostra aquilo que o seu próximo clipe adicionará à tela, como um slide novo ou o próximo marcador de uma lista.

o As anotações do orador são mostradas em letras grandes e claras, para que você possa utilizá-las como um script para a sua apresentação.

o É possível escurecer a tela durante sua apresentação e, depois, prosseguir do ponto em que você parou. Por exemplo, talvez você não queira exibir o conteúdo do slide durante um intervalo ou uma seção de perguntas e respostas.



No modo de exibição do Apresentador, os ícones e botões são grandes o suficiente para uma fácil navegação, mesmo quando você está usando um teclado ou mouse desconhecido. A seguinte ilustração mostra as várias ferramentas disponibilizadas pelo modo de exibição Apresentador.



1. Miniaturas dos slides que você pode clicar para pular um slide ou retornar para um slide já apresentado.
2. O slide que você está exibindo no momento para o público.
3. O botão Finalizar Apresentação, que você pode clicar a qualquer momento para finalizar a sua apresentação.
4. O botão Escurecer, que você pode clicar para escurecer a tela do público temporariamente e, em seguida, clicar de novo para exibir o slide atual.
5. Avançar para cima, que indica o slide que o seu público verá em seguida.
6. Botões que você pode selecionar para mover para frente ou para trás na sua apresentação.
7. O Número do slide (por exemplo, Slide 7 de 12)
8. O tempo decorrido, em horas e minutos, desde o início da sua apresentação.
9. As anotações do orador, que você pode usar como um script para a sua apresentação.

Requisitos para o uso do modo de exibição Apresentador:

Para utilizar o modo de exibição Apresentador, faça o seguinte:

- o Certifique-se que o computador usado para a apresentação tem capacidade para vários monitores.
- o Ativar o suporte a vários monitores
- o Ativar o modo de exibição Apresentador.

*Ativar o suporte a vários monitores:*

Embora os computadores possam oferecer suporte a mais de dois monitores, o PowerPoint oferece suporte para o uso de até dois monitores para uma apresentação. Para desativar o suporte a vários monitores, selecionar o segundo monitor e desmarcar a caixa de seleção Estender a área de trabalho do Windows a este monitor.

1. Na guia Apresentação de Slides, no grupo Monitores, clicar em Mostrar Modo de Exibição do Apresentador.
2. Na caixa de diálogo Propriedades de Vídeo, na guia Configurações, clicar no ícone do monitor para o monitor do apresentador e desmarcar a caixa de seleção Usar este dispositivo como monitor primário.

Se a caixa de seleção Usar este dispositivo como monitor primário estiver marcada e não disponível, o monitor foi designado como o monitor primário. Somente é possível selecionar um monitor primário por vez. Se você clicar em um ícone de monitor diferente, a caixa de seleção Usar este dispositivo como monitor primário é desmarcada e torna-se disponível novamente.

É possível mostrar o modo de exibição Apresentador e executar a apresentação de apenas um monitor — geralmente, o monitor 1.

3. Clicar no ícone do monitor para o monitor do público e marcar a caixa de seleção Estender a área de trabalho do Windows a este monitor.

Executar uma apresentação em dois monitores usando o modo de exibição do Apresentador:

Após configurar seus monitores, abrir a apresentação que deseja executar e fazer o seguinte:

1. Na guia Apresentação de Slides, no grupo Configuração, clicar em Configurar a Apresentação de Slides.
2. Na caixa de diálogo Configurar Apresentação, escolher as opções desejadas e clicar em OK.
3. Para começar a entrega da apresentação, na guia Exibir, no grupo Modos de Exibição de Apresentação, clicar em Apresentação de Slides.

#### • Desempenho

Usar as opções na seção Desempenho para especificar o nível de clareza visual da apresentação.

o Para acelerar o desenho de elementos gráficos na apresentação, selecionar Usar aceleração de elementos gráficos do hardware.

o Na lista Resolução da apresentação de slides, clicar na resolução, ou número de pixels por polegada, que você deseja. Quanto mais pixels, mais nítida será a imagem, contudo mais lento será o desempenho do computador. Por exemplo, uma tela de 640 x 480 pixels é capaz de exibir 640 pontos distintos em cada uma das 480 linhas, ou aproximadamente 300.000 pixels. Essa é a resolução com desempenho mais rápido, contudo fornece a menor qualidade. Em contraste, uma tela com 1280 x 1024 pixels fornece as imagens mais nítidas, mas com desempenho mais lento.

**CORREIO ELETRÔNICO: USO DE CORREIO ELETRÔNICO, PREPARO E ENVIO E MENSAGENS, ANEXAÇÃO DE ARQUIVOS**

#### Um Pouco de História

Foi em 1971 que tudo começou (na realidade começou antes, com pesquisas), com um engenheiro de computação da BBN (Bolt Beranek e Newman), chamado Ray Tomlinson. Utilizando um programa chamado SNDMSG, abreviação do inglês “Send Message”, e o ReadMail, Ray conseguiu enviar mensagem de um computador para outro. Depois de alguns testes mandando mensagens para ele mesmo, Ray tinha criado o maior e mais utilizado meio de comunicação da Internet, o correio eletrônico do inglês “electronic mail” ou simplesmente como todos conhecem e-mail.

O símbolo @ foi utilizado por Tomlinson para separar o nome do computador do nome do usuário, esta convenção é utilizada até hoje. Como não poderia deixar de ser, o primeiro endereço de e-mail foi criado por Tomlinson, tomlinson@bbn-tenexa. O símbolo @ (arroba) é lido no inglês com “at”, que significa em, algo como: o endereço tomlinson está no computador bbn-tenexa.

Durante um bom tempo, o e-mail foi usado, quase que exclusivamente, por pesquisadores da área de computação e militares. Foi com o desenvolvimento e o aumento de usuários da Internet, que o e-mail se popularizou e passou a ser a aplicação mais utilizada na internet. Hoje, até mesmo pessoas que usam a Internet muito pouco, tem um e-mail.

O correio eletrônico se parece muito com o correio tradicional. Todo usuário tem um endereço próprio e uma caixa postal, o carteiro é a Internet. Você escreve sua mensagem, diz pra quem que mandar e a Internet cuida do resto. Mas por que o e-mail se popularizou tão depressa? A primeira coisa é pelo custo. Você não paga nada por uma comunicação via e-mail, apenas os custos de conexão com a Internet. Outro fator é a rapidez, enquanto o correio tradicional levaria dias para entregar uma mensagem, o eletrônico faz isso quase que instantaneamente e não utiliza papel. Por último, a mensagem vai direto ao destinatário, não precisa passar de mão-em-mão (funcionário do correio, carteiro, etc.), fica na sua caixa postal onde somente o dono tem acesso e, apesar de cada pessoa ter seu endereço próprio, você pode acessar seu e-mail de qualquer computador conectado à Internet.

Bem, o e-mail mesclou a facilidade de uso do correio convencional com a velocidade do telefone, se tornando um dos melhores e mais utilizado meio de comunicação.

## *Estrutura e Funcionalidade do e-mail*

Como no primeiro e-mail criado por Tomlinson, todos os endereços eletrônicos seguem uma estrutura padrão, nome do usuário + @ + host, onde:

- » Nome do Usuário – é o nome de login escolhido pelo usuário na hora de fazer seu e-mail. Exemplo: sergiodecastro.
- » @ - é o símbolo, definido por Tomlinson, que separa o nome do usuário do seu provedor.
- » Host – é o nome do provedor onde foi criado o endereço eletrônico. Exemplo: click21.com.br .
- » Provedor – é o host, um computador dedicado ao serviço 24 horas por dia.

Vejamos um exemplo real: sergiodecastro@click21.com.br

A caixa postal é composta pelos seguintes itens:

- » Caixa de Entrada – Onde ficam armazenadas as mensagens recebidas.
- » Caixa de Saída – Armazena as mensagens ainda não enviadas.
- » E-mails Enviados – Como o nome diz, ficam os e-mails que foram enviados.
- » Rascunho – Guarda as mensagens que você ainda não terminou de redigir.
- » Lixeira – Armazena as mensagens excluídas.

Ao redigir mensagem, os seguintes campos estão presentes:

- » Para – é o campo onde será inserido o endereço do destinatário.
- » Cc – este campo é utilizado para mandar cópias da mesma mensagem, ao usar este campo os endereços aparecerão para todos os destinatários.
- » Cco – sua funcionalidade é igual ao campo anterior, no entanto os endereços só aparecerão para os respectivos donos.
- » Assunto – campo destinado ao assunto da mensagem.
- » Anexos – são dados que são anexados à mensagem (imagens, programas, música, arquivos de texto, etc.).
- » Corpo da Mensagem – espaço onde será redigida a mensagem.

Alguns nomes podem mudar de servidor para servidor, porém representando as mesmas funções. Além dos destes campos tem ainda os botões para EVIAR, ENCAMINHAR e EXCLUIR as mensagens, este botões bem como suas funcionalidades veremos em detalhes, mais a frente.

Para receber seus e-mails você não precisa está conectado à Internet, pois o e-mail funciona com provedores. Mesmo você não estado com seu computador ligado, seus e-mail são recebidos e armazenados na sua caixa postal, localizada no seu provedor. Quando você acessa sua caixa postal, pode ler seus e-mail on-line (diretamente na Internet, pelo WebMail) ou baixar todos para seu computador através de programas de correio eletrônico. Um programa muito conhecido é o Outlook Express, o qual detalhar mais a frente.

A sua caixa postal é identificada pelo seu endereço de e-mail e qualquer pessoa que souber esse endereço, pode enviar mensagens para você. Também é possível enviar mensagens para várias pessoas ao mesmo tempo, para isto basta usar os campos “Cc” e “Cco” descritos acima.

Atualmente, devido a grande facilidade de uso, a maioria das pessoas acessa seu e-mail diretamente na Internet através do navegador. Este tipo de correio é chamado de WebMail. O WebMail é responsável pela grande popularização do e-mail, pois mesmo as pessoas que não tem computador, podem acessar sua caixa postal de qualquer lugar (um cyber, casa de um amigo, etc.). Para ter um endereço eletrônico basta querer e acessar a Internet, é claro. Existe quase que uma guerra por usuários. Os provedores, também, disputam quem oferece maior espaço em suas caixas postais. Há pouco tempo encontrar um e-mail com mais de 10 Mb, grátis, não era fácil. Lembro que, quando a Embratel ofereceu o Click21 com 30 Mb, achei que era muito espaço, mas logo o iBest ofereceu 120 Mb e não parou por ai, a “guerra” continuo culminando com o anúncio de que o Google iria oferecer 1 Gb (1024 Mb). A ultima campanha do GMail, e-mail do Google, é de aumentar sua caixa postal constantemente, a ultima vez que acessei estava em 2663 Mb.

## WebMail

O WebMail, como descrito acima, é uma aplicação acessada diretamente na Internet, sem a necessidade de usar programa de correio eletrônico. Praticamente todos os e-mails possuem aplicações para acesso direto na Internet. É grande o número de provedores que oferecem correio eletrônico gratuitamente, logo abaixo segue uma lista dos mais populares.



- » Hotmail – <http://www.hotmail.com>
- » GMail – <http://www.gmail.com>
- » iBest Mail – <http://www.ibeatmail.com.br>
- » iG Mail – <http://www.ig.com.br>
- » Yahoo – <http://www.yahoo.com.br>
- » Click21 – <http://www.click21.com.br>

Para criar seu e-mail basta visitar o endereço acima e seguir as instruções do site. Outro importante fator a ser observado é o tamanho máximo permitido por anexo, este foi outro fator que aumentou muito de tamanho, há pouco tempo a maioria dos provedores permitiam em torno de 2 Mb, mas atualmente a maioria já oferecem em média 10 Mb. Porém tem alguns mais generosos que chegam a oferecer mais que isso, é o caso do Click21 que oferece 21 Mb, claro que essas limitações são preocupantes quando se trata de e-mail grátis, pois a final de contas quando pagamos o bolso é quem manda. Além de caixa postal os provedores costumam oferecer serviços de agenda e contatos.

Todos os WebMail acima são ótimos, então fica a critério de cada um escolher o seu, ou até mesmo os seus, eu, por exemplo, procuro aqueles que oferecem uma interface com o menor propaganda possível.

#### » Criando seu e-mail

Fazer sua conta de e-mail é uma tarefa extremamente simples, eu escolhi o iBestMail, pois a interface deste WebMail não tem propagandas e isso ajudar muito os entendimentos, no entanto você pode acessar qualquer dos endereços informados acima ou ainda qualquer outro que você conheça. O processo de cadastro é muito simples, basta preencher um formulário e depois você terá sua conta de e-mail pronta para ser usada. Alguns provedores exigem CPF para o cadastro, o iBest e o iG são exemplos, já outros você informa apenas dados pessoais, o Yahoo e o Gmail são exemplos, este último é preciso ter um convite.

Vamos aos passos:

1. Acesse a página do provedor ([www.ibeatmail.com.br](http://www.ibeatmail.com.br)) ou qualquer outro de sua preferência.

2. Clique no botão “CADASTRE-SE JÁ”, será aberto um formulário, preencha-o observando todos os campos. Os campos do formulário têm suas particularidades de provedor para provedor, no entanto todos trazem a mesma ideia, colher informações do usuário. Este será a primeira parte do seu e-mail e é igual a este em qualquer cadastro, no exemplo temos “@ibeat.com.br”. A junção do nome de usuário com o nome do provedor é que será seu endereço eletrônico. No exemplo ficaria o seguinte: seunome@ibeat.com.br.

3. Após preencher todo o formulário clique no botão “Aceito”, pronto seu cadastro estará efetivado.

Pelo fato de ser gratuito e ter muitos usuários é comum que muitos nomes já tenham sido cadastrados por outros usuários, neste caso será exibida uma mensagem lhe informando do problema. Isso acontece porque dentro de um mesmo provedor não pode ter dois nomes de usuários iguais. A solução é procurar outro nome que ainda esteja livre, alguns provedores mostram sugestões como: seunome2005; seunome28, etc. Se ocorrer isso com você (o que é bem provável que acontecerá) escolha uma das sugestões ou informe outro nome (não desista, você vai conseguir), finalize seu cadastro que seu e-mail vai estar pronto para ser usado.

#### » Entendendo a Interface do WebMail

A interface é a parte gráfica do aplicativo de e-mail que nos liga do mundo externo aos comandos do programa. Estes conhecimentos vão lhe servir para qualquer WebMail que você tiver e também para o Outlook Express que é um programa de gerenciamento de e-mails, vamos ver este programa mais adiante.

1. Chegou e-mail? – Este botão serve para atualizar sua caixa de entrar, verificando se há novas mensagens no servidor.

2. Escrever – Ao clicar neste botão a janela de edição de e-mail será aberta. A janela de edição é o espaço no qual você vai redigir, responder e encaminhar mensagens. Semelhante à função novo e-mail do Outlook.

3. Contatos – Abre a seção de contatos. Aqui os seus endereços de e-mail são previamente guardados para utilização futura, nesta seção também é possível criar grupos para facilitar o gerenciamento dos seus contatos.

4. Configurações – Este botão abre (como o próprio nome já diz) a janela de configurações. Nesta janela podem ser feitas diversas configurações, tais como: mudar senha, definir número de e-mail por página, assinatura, resposta automática, etc.

5. Ajuda – Abre, em outra janela do navegador, uma seção com vários tópicos de ajuda.

6. Sair – Este botão é muito importante, pois é através dele que você vai fechar sua caixa postal, muito recomendado quando o uso de seu e-mail ocorrer em computadores de terceiros.

7. Espaço – Esta seção é apenas informativa, exibe seu endereço de e-mail; quantidade total de sua caixa postal; parte utilizada em porcentagem e um pequeno gráfico.

8. Seção atual – Mostra o nome da seção na qual você está, no exemplo a Caixa de Entrada.

9. Número de Mensagens – Exibe o intervalo de mensagens que estão na tela e também o total da seção selecionada.

10. Caixa de Comandos – Neste menu suspenso estão todos os comandos relacionados com as mensagens exibidas. Para usar estes comandos, selecione uma ou mais mensagens o comando desejado e clique no botão “OK”. O botão “Bloquear”, bloqueia o endereço de e-mail da mensagem, útil para bloquear e-mails indesejados. Já o botão “Contas externas” abre uma seção para configurar outras contas de e-mails que enviarão as mensagens a sua caixa postal. Para o correto funcionamento desta opção é preciso que a conta a ser acessada tenha serviço POP3 e SMTP.

11. Lista de Páginas – Este menu suspenso exibe a lista de página, que aumenta conforme a quantidade de e-mails na seção. Para acessar selecione a página desejada e clique no botão “OK”. Veja que todos os comandos estão disponíveis também na parte inferior, isto para facilitar o uso de sua caixa postal.

12. Pastas do Sistema – Exibe as pastas padrões de um correio eletrônico. Caixa de Entrada; Mensagens Enviadas; Rascunho e Lixeira. Um detalhe importante é o estilo do nome, quando está normal significa que todas as mensagens foram abertas, porém quando estão em negrito, acusam que há uma ou mais mensagens que não foram lidas, o número entre parêntese indica a quantidade. Este detalhe funciona para todas as pastas e mensagens do correio.

13. Painel de Visualização – Espaço destinado a exibir as mensagens. Por padrão, ao abrir sua caixa postal, é exibido o conteúdo da Caixa de Entrada, mas este painel exibe também as mensagens das diversas pastas existentes na sua caixa postal. A observação feita no item anterior, sobre negrito, também é válida para esta seção. Observe as caixas de seleção localizadas do lado esquerdo de cada mensagem, é através delas que as mensagens são

selecionadas. A seleção de todos os itens ao mesmo tempo, também pode ser feita pela caixa de seleção do lado esquerdo do título da coluna “Remetente”. O título das colunas, além de nomeá-las, também serve para classificar as mensagens que por padrão estão classificadas através da coluna “Data”, para usar outra coluna na classificação basta clicar sobre nome dela.

14. Gerenciador de Pastas – Nesta seção é possível adicionar, renomear e apagar as suas pastas. As pastas são um modo de organizar seu conteúdo, armazenando suas mensagens por temas. Quando seu e-mail é criado não existem pastas nesta seção, isso deve ser feito pelo usuário de acordo com suas necessidades.

15. Contas Externas – Este item é um link que abrirá a seção onde pode ser feita uma configuração que permitirá você acessar outras caixas postais diretamente da sua. O próximo link, como o nome já diz, abre a janela de configuração dos e-mails bloqueados e mais abaixo o link para baixar um plug-in que lhe permite fazer uma configuração automática do Outlook Express. Estes dois primeiros links são os mesmos apresentados no item 10.

## **INTERNET: NAVEGAÇÃO INTERNET, CONCEITOS DE URL, LINKS, SITES, BUSCA E IMPRESSÃO DE PÁGINAS**

As redes de computadores são interconexões de sistemas de comunicação de dados que podem compartilhar recursos de hardware e de software, assim, rede é um mecanismo através do qual computadores podem se comunicar e/ou compartilhar hardware e software;

A tecnologia hoje disponível permite que usuários se liguem a um computador central, a qualquer distância, através de sistemas de comunicação de dados.

Um sistema de comunicação de dados consiste em estações, canais, equipamentos de comunicação e programas específicos que unem os vários elementos do sistema, basicamente estações, a um computador central.

Estação é qualquer tipo de dispositivo capaz de se comunicar com outro, através de um meio de transmissão, incluindo computadores, terminais, dispositivos periféricos, telefones, transmissores e receptores de imagem, entre outros.

Os elementos básicos de uma rede são:

- Host: Equipamento conectado na rede;
- Nó ou Processamento: Ponto de conexão e comunicação de hosts;
- Transporte ou Transmissão: Faz interligação dos nós através da transmissão em longas distâncias;
- Acesso: Elemento que faz a interligação do usuário ao nó;

Tipos de Rede

Quanto ao alcance:

- Rede Local (LAN – Local Area Network);

Rede de abrangência local e que geralmente não ultrapassa o prédio aonde a mesma se encontra, ou seja, rede formada por um grupo de computadores conectados entre si dentro de certa área;

- Rede Metropolitana (MAN – Metropolitan Area Network); Rede de abrangência maior e que geralmente não ultrapassa a área de uma cidade;
- Rede de Longa Distância (WAN – Wide Area Network);

Rede de longa distância e que em sua maioria não ultrapassa a área do país;

- Rede Global (GAN – Global Area Network) Denominadas de redes globais pois abrangem máquinas em conexão em qualquer área do globo.

Quanto à conexão:

- Internet: Rede internacional de computadores.
- Intranet: Rede interna de uma empresa.
- Extranet: Conexão de redes, que utilizam como meio a internet.

Topologia

- Estrela: Um computador central controla a rede;
- Anel: Computadores conectados em forma circular;
- Barramento: Conecta todos os nós em uma linha e pode preservar a rede se um computador falhar.

Meios de Conexão

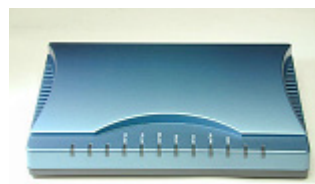
As estruturas formadas pelos meios de conexão entregam ao usuário o serviço de comunicação que ele necessita. Esta estrutura pode ser formada por:

- Cabo Coaxial: Utiliza cabos rígidos de cobre e na atualidade é utilizada em parceria com a fibra óptica para distribuição de TV a cabo;
- Onda de Rádio: Também conhecida por Wireless, substitui o uso dos pares metálicos e das fibras, utilizando o ar como meio de propagação dos dados;
- Fibra Óptica: Baseada na introdução do uso da fibra óptica, substituindo o par metálico;
- Par Metálico: Constituída pela rede de telefonia, porém trafegando dados, voz e imagem;
- Satélite: O equipamento funciona como receptor, repetidor e regenerador do sinal que se encontra no espaço, de modo que reenvia à terra um sinal enviado de um ponto a outro que faz uso do satélite para conexão;
- Rede Elétrica: Faz uso dos cabos de cobre da rede de energia para a transmissão de voz, dados e imagens.

- Rede Elétrica: Faz uso dos cabos de cobre da rede de energia para a transmissão de voz, dados e imagens.

Dispositivos

- Modem



Converte um sinal analógico em digital e vice-versa;

- Hub



Equipamento de rede indicado para conexão de poucos terminais;

- Switch



Equipamento de rede que divide uma rede de computadores de modo a não torná-la lenta;

- Bridge



Dispositivo de rede que liga uma ou mais redes que se encontram com certa distância;

- Roteador



Equipamento que permite a comunicação entre computadores e redes que se encontram distantes;

## INTERNET

“Imagine que fosse descoberto um continente tão vasto que suas dimensões não tivessem fim. Imagine um mundo novo, com tantos recursos que a ganância do futuro não seria capaz de esgotar; com tantas oportunidades que os empreendedores seriam poucos para aproveitá-las; e com um tipo peculiar de imóvel que se expandiria com o desenvolvimento.”

John P. Barlow

Os Estados Unidos temiam que em um ataque nuclear ficassem sem comunicação entre a Casa Branca e o Pentágono.

Este meio de comunicação “infalível”, até o fim da década de 60, ficou em poder exclusivo do governo conectando bases militares, em quatro localidades.

Nos anos 70, seu uso foi liberado para instituições norte-americanas de pesquisa que desejassem aprimorar a tecnologia, logo vinte e três computadores foram conectados, porém o padrão de conversação entre as máquinas se tornou impróprio pela quantidade de equipamentos.

Era necessário criar um modelo padrão e universal para que as máquinas continuassem trocando dados, surgiu então o Protocolo Padrão TCP/IP, que permitiria portanto que mais outras máquinas fossem inseridas àquela rede.

Com esses avanços, em 1972 é criado o correio eletrônico, o E-mail, permitindo a troca de mensagens entre as máquinas que compunham aquela rede de pesquisa, assim no ano seguinte a rede se torna internacional.

Na década de 80, a Fundação Nacional de Ciência do Brasil conectou sua grande rede à ARPANET, gerando aquilo que conhecemos hoje como internet, auxiliando portanto o processo de pesquisa em tecnologia e outras áreas a nível mundial, além de alimentar as forças armadas brasileiras de informação de todos os tipos, até que em 1990 caísse no domínio público.

Com esta popularidade e o surgimento de softwares de navegação de interface amigável, no fim da década de 90, pessoas que não tinham conhecimentos profundos de informática começaram a utilizar a rede internacional.

### *Acesso à Internet*

O ISP, Internet Service Provider, ou Provedor de Serviço de Internet, oferece principalmente serviço de acesso à Internet, adicionando serviços como e-mail, hospedagem de sites ou blogs, ou seja, são instituições que se conectam à Internet com o objetivo de fornecer serviços à ela relacionados, e em função do serviço classificam-se em:

- Provedores de Backbone: São instituições que constroem e administram backbones de longo alcance, ou seja, estrutura física de conexão, com o objetivo de fornecer acesso à Internet para redes locais;
- Provedores de Acesso: São instituições que se conectam à Internet via um ou mais acessos dedicados e disponibilizam acesso à terceiros a partir de suas instalações;
- Provedores de Informação: São instituições que disponibilizam informação através da Internet.

### *Endereço Eletrônico ou URL*

Para se localizar um recurso na rede mundial, deve-se conhecer o seu endereço.

Este endereço, que é único, também é considerado sua URL (Uniform Resource Locator), ou Localizador de Recursos Universal. Boa parte dos endereços apresenta-se assim: www.xxxx.com.br

Onde:

www = protocolo da World Wide Web

xxx = domínio

com = comercial  
br = brasil

WWW = World Wide Web ou Grande Teia Mundial

É um serviço disponível na Internet que possui um conjunto de documentos espalhados por toda rede e disponibilizados a qualquer um.

Estes documentos são escritos em hipertexto, que utiliza uma linguagem especial, chamada HTML.

### Domínio

Designa o dono do endereço eletrônico em questão, e onde os hipertextos deste empreendimento estão localizados. Quanto ao tipo do domínio, existem:

- .com = Instituição comercial ou provedor de serviço
- .edu = Instituição acadêmica
- .gov = Instituição governamental
- .mil = Instituição militar norte-americana
- .net = Provedor de serviços em redes
- .org = Organização sem fins lucrativos

HTTP, Hyper Text Transfer Protocol ou Protocolo de Transferência em Hipertexto

É um protocolo ou língua específica da internet, responsável pela comunicação entre computadores.

Um hipertexto é um texto em formato digital, e pode levar a outros, fazendo o uso de elementos especiais (palavras, frases, ícones, gráficos) ou ainda um Mapa Sensitivo o qual leva a outros conjuntos de informação na forma de blocos de textos, imagens ou sons.

Assim, um link ou hiperlink, quando acionado com o mouse, remete o usuário à outra parte do documento ou outro documento.

### Home Page

Sendo assim, home page designa a página inicial, principal do site ou web page.

É muito comum os usuários confundirem um Blog ou Perfil no Orkut com uma Home Page, porém são coisas distintas, aonde um Blog é um diário e um Perfil no Orkut é um Profile, ou seja um hipertexto que possui informações de um usuário dentro de uma comunidade virtual.

HTML, Hyper Text Markut language ou Linguagem de Marcação de Hipertexto

É a linguagem com a qual se cria as páginas para a web.

Suas principais características são:

- Portabilidade (Os documentos escritos em HTML devem ter aparência semelhante nas diversas plataformas de trabalho);
- Flexibilidade (O usuário deve ter a liberdade de “customizar” diversos elementos do documento, como o tamanho padrão da letra, as cores, etc);
- Tamanho Reduzido (Os documentos devem ter um tamanho reduzido, a fim de economizar tempo na transmissão através da Internet, evitando longos períodos de espera e congestionamento na rede).

### Browser ou Navegador

É o programa específico para visualizar as páginas da web.

O Browser lê e interpreta os documentos escritos em HTML, apresentando as páginas formatadas para os usuários.

### ARQUITETURAS DE REDES

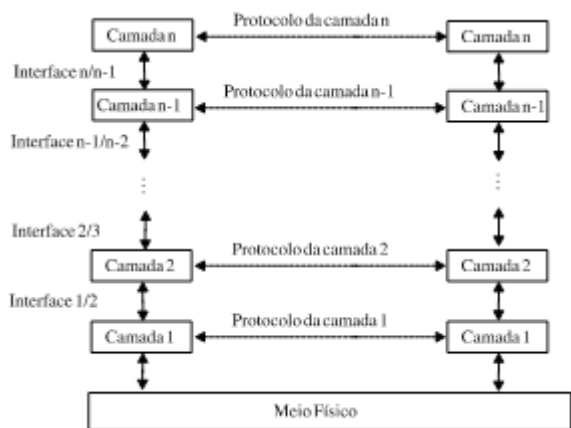
As modernas redes de computadores são projetadas de forma altamente estruturada. Nas seções seguintes examinaremos com algum detalhe a técnica de estruturação.

### HIERARQUIAS DE PROTOCOLOS

Para reduzir a complexidade de projeto, a maioria das redes é organizada em camadas ou níveis, cada uma construída sobre sua predecessora. O número de camadas, o nome, o conteúdo e a função de cada camada diferem de uma rede para outra. No entanto, em todas as redes, o propósito de cada camada é oferecer certos serviços às camadas superiores, protegendo essas camadas dos detalhes de como os serviços oferecidos são de fato implementados.

A camada n em uma máquina estabelece uma conversão com a camada n em outra máquina. As regras e convenções utilizadas nesta conversação são chamadas coletivamente de protocolo da camada n, conforme ilustrado na Figura abaixo para uma rede com sete camadas. As entidades que compõem as camadas correspondentes em máquinas diferentes são chamadas de processos parceiros. Em outras palavras, são os processos parceiros que se comunicam utilizando o protocolo.

Na verdade, nenhum dado é transferido diretamente da camada n em uma máquina para a camada n em outra máquina. Em vez disso, cada camada passa dados e informações de controle para a camada imediatamente abaixo, até que o nível mais baixo seja alcançado. Abaixo do nível 1 está o meio físico de comunicação, através do qual a comunicação ocorre. Na Figura abaixo, a comunicação virtual é mostrada através de linhas pontilhadas e a comunicação física através de linhas sólidas.



Entre cada par de camadas adjacentes há uma interface. A interface define quais operações primitivas e serviços a camada inferior oferece à camada superior. Quando os projetistas decidem quantas camadas incluir em uma rede e o que cada camada deve



fazer, uma das considerações mais importantes é definir interfaces limpas entre as camadas. Isso requer, por sua vez, que cada camada desempenhe um conjunto específico de funções bem compreendidas. Além de minimizar a quantidade de informações que deve ser passada de camada em camada, interfaces bem definidas também tornam fácil a troca da implementação de uma camada por outra implementação completamente diferente (por exemplo, trocar todas as linhas telefônicas por canais de satélite), pois tudo o que é exigido da nova implementação é que ela ofereça à camada superior exatamente os mesmos serviços que a implementação antiga oferecia.

O conjunto de camadas e protocolos é chamado de arquitetura de rede. A especificação de arquitetura deve conter informações suficientes para que um implementador possa escrever o programa ou construir o hardware de cada camada de tal forma que obedeça corretamente ao protocolo apropriado. Nem os detalhes de implementação nem a especificação das interfaces são parte da arquitetura, pois esses detalhes estão escondidos dentro da máquina e não são visíveis externamente. Não é nem mesmo necessário que as interfaces em todas as máquinas em uma rede sejam as mesmas, desde que cada máquina possa usar corretamente todos os protocolos.

## O endereço IP

Quando você quer enviar uma carta a alguém, você... Ok, você não envia mais cartas; prefere e-mail ou deixar um recado no Facebook. Vamos então melhorar este exemplo: quando você quer enviar um presente a alguém, você obtém o endereço da pessoa e contrata os Correios ou uma transportadora para entregar. É graças ao endereço que é possível encontrar exatamente a pessoa a ser presenteada. Também é graças ao seu endereço - único para cada residência ou estabelecimento - que você recebe suas contas de água, aquele produto que você comprou em uma loja on-line, enfim.

Na internet, o princípio é o mesmo. Para que o seu computador seja encontrado e possa fazer parte da rede mundial de computadores, necessita ter um endereço único. O mesmo vale para websites: este fica em um servidor, que por sua vez precisa ter um endereço para ser localizado na internet. Isto é feito pelo endereço IP (IP Address), recurso que também é utilizado para redes locais, como a existente na empresa que você trabalha, por exemplo.

O endereço IP é uma sequência de números composta de 32 bits. Esse valor consiste em um conjunto de quatro sequências de 8 bits. Cada uma destas é separada por um ponto e recebe o nome de octeto ou simplesmente byte, já que um byte é formado por 8 bits. O número 172.31.110.10 é um exemplo. Repare que cada octeto é formado por números que podem ir de 0 a 255, não mais do que isso.

**172.31.110.10**  
 └───┬───┘  
 1º octeto

A divisão de um IP em quatro partes facilita a organização da rede, da mesma forma que a divisão do seu endereço em cidade, bairro, CEP, número, etc, torna possível a organização das casas da região onde você mora. Neste sentido, os dois primeiros octetos de um endereço IP podem ser utilizados para identificar a rede, por exemplo. Em uma escola que tem, por exemplo, uma rede para alunos e outra para professores, pode-se ter 172.31.x.x para uma rede e 172.32.x.x para a outra, sendo que os dois últimos octetos são usados na identificação de computadores.

## Classes de endereços IP

Neste ponto, você já sabe que os endereços IP podem ser utilizados tanto para identificar o seu computador dentro de uma rede, quanto para identificá-lo na internet.

Se na rede da empresa onde você trabalha o seu computador tem, como exemplo, IP 172.31.100.10, uma máquina em outra rede pode ter este mesmo número, afinal, ambas as redes são distintas e não se comunicam, sequer sabem da existência da outra. Mas, como a internet é uma rede global, cada dispositivo conectado nela precisa ter um endereço único. O mesmo vale para uma rede local: nesta, cada dispositivo conectado deve receber um endereço único. Se duas ou mais máquinas tiverem o mesmo IP, tem-se então um problema chamado “conflito de IP”, que dificulta a comunicação destes dispositivos e pode inclusive atrapalhar toda a rede.

Para que seja possível termos tanto IPs para uso em redes locais quanto para utilização na internet, contamos com um esquema de distribuição estabelecido pelas entidades IANA (Internet Assigned Numbers Authority) e ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers) que, basicamente, divide os endereços em três classes principais e mais duas complementares. São elas:

Classe A: 0.0.0.0 até 127.255.255.255 - permite até 128 redes, cada uma com até 16.777.214 dispositivos conectados;

Classe B: 128.0.0.0 até 191.255.255.255 - permite até 16.384 redes, cada uma com até 65.536 dispositivos;

Classe C: 192.0.0.0 até 223.255.255.255 - permite até 2.097.152 redes, cada uma com até 254 dispositivos;

Classe D: 224.0.0.0 até 239.255.255.255 - multicast;

Classe E: 240.0.0.0 até 255.255.255.255 - multicast reservado.

As três primeiras classes são assim divididas para atender às seguintes necessidades:

- Os endereços IP da classe A são usados em locais onde são necessárias poucas redes, mas uma grande quantidade de máquinas nelas. Para isso, o primeiro byte é utilizado como identificador da rede e os demais servem como identificador dos dispositivos conectados (PCs, impressoras, etc);

- Os endereços IP da classe B são usados nos casos onde a quantidade de redes é equivalente ou semelhante à quantidade de dispositivos. Para isso, usam-se os dois primeiros bytes do endereço IP para identificar a rede e os restantes para identificar os dispositivos;

- Os endereços IP da classe C são usados em locais que requerem grande quantidade de redes, mas com poucos dispositivos em cada uma. Assim, os três primeiros bytes são usados para identificar a rede e o último é utilizado para identificar as máquinas.

Quanto às classes D e E, elas existem por motivos especiais: a primeira é usada para a propagação de pacotes especiais para a comunicação entre os computadores, enquanto que a segunda está reservada para aplicações futuras ou experimentais.

Vale frisar que há vários blocos de endereços reservados para fins especiais. Por exemplo, quando o endereço começa com 127, geralmente indica uma rede “falsa”, isto é, inexistente, utilizada para testes. No caso do endereço 127.0.0.1, este sempre se refere à própria máquina, ou seja, ao próprio host, razão esta que o leva a ser chamado de localhost. Já o endereço 255.255.255.255 é utilizado para propagar mensagens para todos os hosts de uma rede de maneira simultânea.

## Endereços IP privados

Há conjuntos de endereços das classes A, B e C que são privados. Isto significa que eles não podem ser utilizados na internet, sendo reservados para aplicações locais. São, essencialmente, estes:

- Classe A: 10.0.0.0 à 10.255.255.255;
- Classe B: 172.16.0.0 à 172.31.255.255;
- Classe C: 192.168.0.0 à 192.168.255.255.

Suponha então que você tenha que gerenciar uma rede com cerca de 50 computadores. Você pode alocar para estas máquinas endereços de 192.168.0.1 até 192.168.0.50, por exemplo. Todas elas precisam de acesso à internet. O que fazer? Adicionar mais um IP para cada uma delas? Não. Na verdade, basta conecta-las a um servidor ou equipamento de rede - como um roteador - que receba a conexão à internet e a compartilhe com todos os dispositivos conectados a ele. Com isso, somente este equipamento precisará de um endereço IP para acesso à rede mundial de computadores.

## Máscara de sub-rede

As classes IP ajudam na organização deste tipo de endereçamento, mas podem também representar desperdício. Uma solução bastante interessante para isso atende pelo nome de máscara de sub-rede, recurso onde parte dos números que um octeto destinado a identificar dispositivos conectados (hosts) é “trocado” para aumentar a capacidade da rede. Para compreender melhor, vamos enxergar as classes A, B e C da seguinte forma:

- A: N.H.H.H;
- B: N.N.H.H;
- C: N.N.N.H.

N significa Network (rede) e H indica Host. Com o uso de máscaras, podemos fazer uma rede do N.N.H.H se “transformar” em N.N.N.H. Em outras palavras, as máscaras de sub-rede permitem determinar quantos octetos e bits são destinados para a identificação da rede e quantos são utilizados para identificar os dispositivos.

Para isso, utiliza-se, basicamente, o seguinte esquema: se um octeto é usado para identificação da rede, este receberá a máscara de sub-rede 255. Mas, se um octeto é aplicado para os dispositivos, seu valor na máscara de sub-rede será 0 (zero). A tabela a seguir mostra um exemplo desta relação:

Classe	Endereço IP	Identificador da rede	Identificador do computador	Máscara de sub-rede
A	10.2.68.12	10	2.68.12	255.0.0.0
B	172.31.101.25	172.31	101.25	255.255.0.0
C	192.168.0.10	192.168.0	10	255.255.255.0

Você percebe então que podemos ter redes com máscara 255.0.0.0, 255.255.0.0 e 255.255.255.0, cada uma indicando uma classe. Mas, como já informado, ainda pode haver situações onde há desperdício. Por exemplo, suponha que uma faculdade tenha

que criar uma rede para cada um de seus cinco cursos. Cada curso possui 20 computadores. A solução seria então criar cinco redes classe C? Pode ser melhor do que utilizar classes B, mas ainda haverá desperdício. Uma forma de contornar este problema é criar uma rede classe C dividida em cinco sub-redes. Para isso, as máscaras novamente entram em ação.

Nós utilizamos números de 0 a 255 nos octetos, mas estes, na verdade, representam bytes (linguagem binária). 255 em binário é 11111111. O número zero, por sua vez, é 00000000. Assim, a máscara de um endereço classe C, 255.255.255.0, é:

11111111.11111111.11111111.00000000

Perceba então que, aqui, temos uma máscara formada por 24 bits 1: 11111111 + 11111111 + 11111111. Para criarmos as nossas sub-redes, temos que ter um esquema com 25, 26 ou mais bits, conforme a necessidade e as possibilidades. Em outras palavras, precisamos trocar alguns zeros do último octeto por 1.

Suponha que trocamos os três primeiros bits do último octeto (sempre trocamos da esquerda para a direita), resultando em:

11111111.11111111.11111111.11100000

Se fizermos o número 2 elevado pela quantidade de bits “trocados”, teremos a quantidade possível de sub-redes. Em nosso caso, temos  $2^3 = 8$ . Temos então a possibilidade de criar até oito sub-redes. Sobrou cinco bits para o endereçamento dos host. Fazemos a mesma conta:  $2^5 = 32$ . Assim, temos 32 dispositivos em cada sub-rede (estamos fazendo estes cálculos sem considerar limitações que possam impedir o uso de todos os hosts e sub-redes).

11100000 corresponde a 224, logo, a máscara resultante é 255.255.255.224.

Perceba que esse esquema de “trocar” bits pode ser empregado também em endereços classes A e B, conforme a necessidade. Vale ressaltar também que não é possível utilizar 0.0.0.0 ou 255.255.255.255 como máscara.

## IP estático e IP dinâmico

IP estático (ou fixo) é um endereço IP dado permanentemente a um dispositivo, ou seja, seu número não muda, exceto se tal ação for executada manualmente. Como exemplo, há casos de assinaturas de acesso à internet via ADSL onde o provedor atribui um IP estático aos seus assinantes. Assim, sempre que um cliente se conectar, usará o mesmo IP.

O IP dinâmico, por sua vez, é um endereço que é dado a um computador quando este se conecta à rede, mas que muda toda vez que há conexão. Por exemplo, suponha que você conectou seu computador à internet hoje. Quando você conectá-lo amanhã, lhe será dado outro IP. Para entender melhor, imagine a seguinte situação: uma empresa tem 80 computadores ligados em rede. Usando IPs dinâmicos, a empresa disponibiliza 90 endereços IP para tais máquinas. Como nenhum IP é fixo, um computador receberá, quando se conectar, um endereço IP destes 90 que não estiver sendo utilizado. É mais ou menos assim que os provedores de internet trabalham.

O método mais utilizado na distribuição de IPs dinâmicos é o protocolo DHCP (Dynamic Host Configuration Protocol).

## IP nos sites

Você já sabe que os sites na Web também necessitam de um IP. Mas, se você digitar em seu navegador [www.infowester.com](http://www.infowester.com), por exemplo, como é que o seu computador sabe qual o IP deste site ao ponto de conseguir encontrá-lo?

Quando você digitar um endereço qualquer de um site, um servidor de DNS (Domain Name System) é consultado. Ele é quem informa qual IP está associado a cada site. O sistema DNS possui uma hierarquia interessante, semelhante a uma árvore (termo conhecido por programadores). Se, por exemplo, o site [www.infowester.com](http://www.infowester.com) é requisitado, o sistema envia a solicitação a um servidor responsável por terminações “.com”. Esse servidor localizará qual o IP do endereço e responderá à solicitação. Se o site solicitado termina com “.br”, um servidor responsável por esta terminação é consultado e assim por diante.

## IPv6

O mundo está cada vez mais conectado. Se, em um passado não muito distante, você conectava apenas o PC da sua casa à internet, hoje o faz com o celular, com o seu notebook em um serviço de acesso [Wi-Fi](#) no aeroporto e assim por diante. Somando este aspecto ao fato de cada vez mais pessoas acessarem a internet no mundo inteiro, nos deparamos com um grande problema: o número de IPs disponíveis deixa de ser suficiente para toda as (futuras) aplicações.

A solução para este grande problema (grande mesmo, afinal, a internet não pode parar de crescer!) atende pelo nome de IPv6, uma nova especificação capaz de suportar até - respire fundo - 340.282.366.920.938.463.463.374.607.431.768.211.456 de endereços, um número absurdamente alto!

## IPv4



## IPv6

O IPv6 não consiste, necessariamente, apenas no aumento da quantidade de octetos. Um endereço do tipo pode ser, por exemplo: FEDC:2D9D:DC28:7654:3210:FC57:D4C8:1FFF

Finalizando

Com o surgimento do IPv6, tem-se a impressão de que a especificação tratada neste texto, o IPv4, vai sumir do mapa. Isso até deve acontecer, mas vai demorar bastante. Durante essa fase, que podemos considerar de transição, o que veremos é a “convivência” entre ambos os padrões. Não por menos, praticamente todos os sistemas operacionais atuais e a maioria dos dispositivos de rede estão aptos a lidar tanto com um quanto com o outro. Por isso, se você é ou pretende ser um profissional que trabalha com redes ou simplesmente quer conhecer mais o assunto, procure se aprofundar nas duas especificações.

A esta altura, você também deve estar querendo descobrir qual o seu IP. Cada sistema operacional tem uma forma de mostrar isso. Se você é usuário de Windows, por exemplo, pode fazê-lo digitando cmd em um campo do Menu Iniciar e, na janela que surgir, informar ipconfig /all e apertar Enter. Em ambientes Linux, o comando é ifconfig.

```

C:\Windows\system32\cmd.exe
Endereço IPv6 de link local . . . . . : fe80::8c1f:34ef:e09b:4a9b::14(Prefere
ncial)
Endereço IPv4. . . . . : 192.168.0.2(Preferencial)
Máscara de Sub-rede . . . . . : 255.255.255.0
Concessão Obtida. . . . . : domingo, 21 de agosto de 2011 14:44:13
Concessão Expira. . . . . : segunda-feira, 22 de agosto de 2011 17:49:31
Gateway Padrão. . . . . : 192.168.0.1
Servidor DHCP . . . . . : 192.168.0.1
IID de DHCPv6. . . . . : 367100504
IID de Cliente DHCPv6. . . . . : 08-01-00-01-14-E8-A8-A2-6C-F8-49-FF-13-25
Servidores DNS . . . . . : 192.168.0.1
NetBIOS em Tcpip. . . . . : Habilitado

Adaptador Ethernet Conexão local:
Estado da mídia. . . . . : mídia desconectada
Sufixo DNS específico de conexão . . . . . :
Descrição . . . . . : Atheros AR8131 PCI-E Gigabit Ethernet Controller (NDIS 6.20)
Endereço Físico . . . . . : 6C-F8-49-FF-13-25
DHCP Habilitado . . . . . : Sim
    
```

Perceba, no entanto, que se você estiver conectado a partir de uma rede local - tal como uma rede wireless - visualizará o IP que esta disponibiliza à sua conexão. Para saber o endereço IP do acesso à internet em uso pela rede, você pode visitar sites como [whatsmyip.org](http://whatsmyip.org).

## Provedor

O provedor é uma empresa prestadora de serviços que oferece acesso à Internet. Para acessar a Internet, é necessário conectar-se com um computador que já esteja na Internet (no caso, o provedor) e esse computador deve permitir que seus usuários também tenham acesso a Internet.

No Brasil, a maioria dos provedores está conectada à Embratel, que por sua vez, está conectada com outros computadores fora do Brasil. Esta conexão chama-se link, que é a conexão física que interliga o provedor de acesso com a Embratel. Neste caso, a Embratel é conhecida como backbone, ou seja, é a “espinha dorsal” da Internet no Brasil. Pode-se imaginar o backbone como se fosse uma avenida de três pistas e os links como se fossem as ruas que estão interligadas nesta avenida.

Tanto o link como o backbone possui uma velocidade de transmissão, ou seja, com qual velocidade ele transmite os dados. Esta velocidade é dada em bps (bits por segundo). Deve ser feito um contrato com o provedor de acesso, que fornecerá um nome de usuário, uma senha de acesso e um endereço eletrônico na Internet.

## URL - Uniform Resource Locator

Tudo na Internet tem um endereço, ou seja, uma identificação de onde está localizado o computador e quais recursos este computador oferece. Por exemplo, a URL: <http://www.novaconcursos.com.br> Será mais bem explicado adiante.

### Como descobrir um endereço na Internet?

Para que possamos entender melhor, vamos exemplificar. Você estuda em uma universidade e precisa fazer algumas pesquisas para um trabalho. Onde procurar as informações que preciso?

Para isso, existem na Internet os “famosos” sites de procura, que são sites que possuem um enorme banco de dados (que contém o cadastro de milhares de Home Pages), que permitem a procura por um determinado assunto. Caso a palavra ou o assunto que foi procurado exista em alguma dessas páginas, será listado toda esta relação de páginas encontradas.



A pesquisa pode ser realizada com uma palavra, referente ao assunto desejado. Por exemplo, você quer pesquisar sobre amortecedores, caso não encontre nada como amortecedores, procure como autopeças, e assim sucessivamente.

## Barra de endereços



A Barra de Endereços possibilita que se possa navegar em páginas da internet, bastando para isto digitar o endereço da página.

Alguns sites interessantes:

- www.diariopopular.com.br (Jornal Diário Popular)
- www.ufpel.tche.br (Ufpel)
- www.cefetrs.tche.br (Cefet)
- www.servidor.gov.br (Informações sobre servidor público)
- www.siapenet.gog.br (contracheque)
- www.pelotas.com.br (Site Oficial de Pelotas)
- www.mec.gov.br (Ministério da Educação)

## Identificação de endereços de um site

Exemplo: <http://www.pelotas.com.br>

<http://> -> (Hiper Text Transfer Protocol) protocolo de comunicação

[WWW](http://www.pelotas.com.br) -> (World Wide Web) Grande rede mundial  
[pelotas](http://www.pelotas.com.br) -> empresa ou organização que mantém o site  
[.com](http://www.pelotas.com.br) -> tipo de organização  
[.....br](http://www.pelotas.com.br) -> identifica o país

## Tipos de Organizações:

[.edu](http://www.michigam.edu) -> instituições educacionais. Exemplo: [michigam.edu](http://www.michigam.edu)  
[.com](http://www.microsoft.com) -> instituições comerciais. Exemplo: [microsoft.com](http://www.microsoft.com)  
[.gov](http://www.fazenda.gov) -> governamental. Exemplo: [fazenda.gov](http://www.fazenda.gov)  
[.mil](http://www.af.mil) -> instalação militar. Exemplo: [af.mil](http://www.af.mil)  
[.net](http://www.computadores.com) -> computadores com funções de administrar redes.

Exemplo: [embratel.net](http://www.embratel.net)

[.org](http://www.care.org) -> organizações não governamentais. Exemplo: [care.org](http://www.care.org)

## Home Page

Pela definição técnica temos que uma Home Page é um arquivo ASCII (no formato HTML) acessado de computadores rodando um Navegador (Browser), que permite o acesso às informações em um ambiente gráfico e multimídia. Todo em hipertexto, facilitando a busca de informações dentro das Home Pages.

O endereço de Home Pages tem o seguinte formato:

<http://www.endereço.com/página.html>

Por exemplo, a página principal da Pronag:

<http://www.pronag.com.br/index.html>

## PLUG-INS

Os plug-ins são programas que expandem a capacidade do Browser em recursos específicos - permitindo, por exemplo, que você toque arquivos de som ou veja filmes em vídeo dentro de uma Home Page. As empresas de software vêm desenvolvendo plug-ins a uma velocidade impressionante. Maiores informações e endereços sobre plug-ins são encontradas na página:

[http://www.yahoo.com/Computers\\_and\\_Internet/Software/Internet/World\\_Wide\\_Web/Browsers/Plug\\_Ins/Indices/](http://www.yahoo.com/Computers_and_Internet/Software/Internet/World_Wide_Web/Browsers/Plug_Ins/Indices/)

Atualmente existem vários tipos de plug-ins. Abaixo temos uma relação de alguns deles:

- 3D e Animação (Arquivos VRML, MPEG, QuickTime, etc.).
- Áudio/Vídeo (Arquivos WAV, MID, AVI, etc.).
- Visualizadores de Imagens (Arquivos JPG, GIF, BMP, PCX, etc.).
- Negócios e Utilitários
- Apresentações

## FTP - Transferência de Arquivos

Permite copiar arquivos de um computador da Internet para o seu computador.

Os programas disponíveis na Internet podem ser:

- Freeware: Programa livre que pode ser distribuído e utilizado livremente, não requer nenhuma taxa para sua utilização, e não é considerado "pirataria" a cópia deste programa.
- Shareware: Programa demonstração que pode ser utilizado por um determinado prazo ou que contém alguns limites, para ser utilizado apenas como um teste do programa. Se o usuário gostar ele compra, caso contrário, não usa mais o programa. Na maioria das vezes, esses programas exibem, de tempos em tempos, uma mensagem avisando que ele deve ser registrado. Outros tipos de shareware têm tempo de uso limitado. Depois de expirado este tempo de teste, é necessário que seja feito a compra deste programa.

## Navegar nas páginas

Consiste percorrer as páginas na internet a partir de um documento normal e de links das próprias páginas.

## Como salvar documentos, arquivos e sites

Clique no menu Arquivo e na opção Salvar como.

## Como copiar e colar para um editor de textos

Selecionar o conteúdo ou figura da página. Clicar com o botão direito do mouse e escolha a opção Copiar.



Abra o editor de texto clique em colar



## Navegadores

O navegador de WWW é a ferramenta mais importante para o usuário de Internet. É com ele que se podem visitar museus, ler revistas eletrônicas, fazer compras e até participar de novelas interativas. As informações na Web são organizadas na forma de páginas de hipertexto, cada um com seu endereço próprio, conhecido como URL. Para começar a navegar, é preciso digitar um desses endereços no campo chamado Endereço no navegador. O software estabelece a conexão e traz, para a tela, a página correspondente.

O navegador não precisa de nenhuma configuração especial para exibir uma página da Web, mas é necessário ajustar alguns parâmetros para que ele seja capaz de enviar e receber algumas mensagens de correio eletrônico e acessar grupos de discussão (news).

O World Wide Web foi inicialmente desenvolvido no Centro de Pesquisas da CERN (Conseil European pour la Recherche Nucleaire), Suíça. Originalmente, o WWW era um meio para físicos da CERN trocar experiências sobre suas pesquisas através da exibição de páginas de texto. Ficou claro, desde o início, o imenso potencial que o WWW possuía para diversos tipos de aplicações, inclusive não científicas.

O WWW não dispunha de gráficos em seus primórdios, apenas de hipertexto. Entretanto, em 1993, o projeto WWW ganhou força extra com a inserção de um visualizador (também conhecido como browser) de páginas capaz não apenas de formatar texto, mas também de exibir gráficos, som e vídeo. Este browser chamava-se Mosaic e foi desenvolvido dentro da NCSA, por um time chefiado por Mark Andreessen. O sucesso do Mosaic foi espetacular.

Depois disto, várias outras companhias passaram a produzir browsers que deveriam fazer concorrência ao Mosaic. Mark Andreessen partiu para a criação da Netscape Communications, criadora do browser Netscape.

Surgiram ainda o Cello, o AIR Mosaic, o SPRY Mosaic, o Microsoft Internet Explorer, o Mozilla Firefox e muitos outros browsers.

## Busca e pesquisa na web

Os sites de busca servem para procurar por um determinado assunto ou informação na internet.

Alguns sites interessantes:

- [www.google.com.br](http://www.google.com.br)
- <http://br.altavista.com>
- <http://cade.search.yahoo.com>
- <http://br.bing.com/>

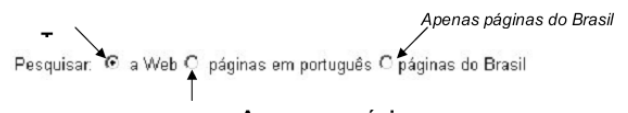
## Como fazer a pesquisa

Digite na barra de endereço o endereço do site de pesquisa. Por exemplo:

[www.google.com.br](http://www.google.com.br)



Em pesquisar pode-se escolher onde será feita a pesquisa.



Os sites de pesquisa em geral não fazem distinção na pesquisa com letras maiúsculas e minúsculas e nem palavras com ou sem acento.

## Opções de pesquisa



Web: pesquisa em todos os sites

Imagens: pesquisa por imagens anexadas nas páginas. Exemplo do resultado se uma pesquisa.



Grupos: pesquisa nos grupos de discussão da Usenet. Exemplo:

**alt.** Qualquer tópico concebível.

**biz.** Produtos, serviços, resenhas...

**comp.** Hardware, software, informações para o consumidor...

**humanities.** Arte, literatura, filosofia...

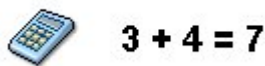
Diretórios: pesquisa o conteúdo da internet organizados por assunto em categorias. Exemplo:

<b>Arts</b> Movies, Music, Television,...	<b>Home</b> Consumers, Homeowners, Family,...	<b>Regional</b> Asia, Europe, North America,...
<b>Business</b> Industries, Finance, Jobs,...	<b>Kids and Teens</b> Computers, Entertainment, School,...	<b>Science</b> Biology, Psychology, Physics,...
<b>Computers</b> Hardware, Internet, Software,...	<b>News</b> Media, Newspapers, Current Events,...	<b>Shopping</b> Autos, Clothing, Gifts,...

*Como escolher palavra-chave*

- Busca com uma palavra: retorna páginas que incluam a palavra digitada.
- “Busca entre aspas”: a pesquisa só retorna páginas que incluam todos os seus termos de busca, ou seja, toda a sequência de termos que foram digitadas.
- Busca com sinal de mais (+): a pesquisa retorna páginas que incluam todas
  - as palavras aleatoriamente na página.
  - Busca com sinal de menos (-): as palavras que ficam antes do sinal de
    - menos são excluídas da pesquisa.
    - Resultado de um cálculo: pode ser efetuado um cálculo em um site de pesquisa.

Por exemplo: 3+4  
Irá retornar:



*O resultado da pesquisa*

O resultado da pesquisa é visualizado da seguinte forma:

The screenshot shows a search engine interface with the search term 'computador'. The results list includes:
 

- Museu do Computador: Eventos Web Design, Segunda, 22 de Março de 2004. Novo site do Museu do Computador entrando no Arl ... Museu do Computador promoveu o Evento no SESC Madureira, ...
- El Computador - Costa Rica: ... con Costa Rica Enlazar-Linkar El Computador - Drivers Costa Rica - Gracias. Recomendamos esta página a un amigo. Nextel Basic - Free ...
- Computadores e Acessórios: Compra de todo a preço baixo e venda a que quiser sem finalidade ...

## Questões Comentadas

1- Com relação ao sistema operacional Windows, assinale a opção correta.

(A) A desinstalação de um aplicativo no Windows deve ser feita a partir de opção equivalente do Painel de Controle, de modo a garantir a correta remoção dos arquivos relacionados ao aplicativo, sem prejuízo ao sistema operacional.

(B) O acionamento simultâneo das teclas CTRL, ALT e DE-LETE constitui ferramenta poderosa de acesso direto aos diretórios de programas instalados na máquina em uso.

(C) O Windows oferece acesso facilitado a usuários de um computador, pois bastam o nome do usuário e a senha da máquina para se ter acesso às contas dos demais usuários possivelmente cadastrados nessa máquina.

(D) O Windows oferece um conjunto de acessórios disponíveis por meio da instalação do pacote Office, entre eles, calculadora, bloco de notas, WordPad e Paint.

(E) O comando Fazer Logoff, disponível a partir do botão Iniciar do Windows, oferece a opção de se encerrar o Windows, dar saída no usuário correntemente em uso na máquina e, em seguida, desligar o computador.

Comentários: Para desinstalar um programa de forma segura deve-se acessar Painel de Controle / Adicionar ou remover programas

Resposta – Letra A

2- Nos sistemas operacionais como o Windows, as informações estão contidas em arquivos de vários formatos, que são armazenados no disco fixo ou em outros tipos de mídias removíveis do computador, organizados em:

- (A) telas.
- (B) pastas.
- (C) janelas.
- (D) imagens.
- (E) programas.

Comentários: O Windows Explorer, mostra de forma bem clara a organização por meio de PASTAS, que nada mais são do que compartimentos que ajudam a organizar os arquivos em endereços específicos, como se fosse um sistema de armário e gavetas.

Resposta: Letra B

3- Um item selecionado do Windows XP pode ser excluído permanentemente, sem colocá-Lo na Lixeira, pressionando-se simultaneamente as teclas

- (A) Ctrl + Delete.
- (B) Shift + End.
- (C) Shift + Delete.
- (D) Ctrl + End.
- (E) Ctrl + X.

Comentário: Quando desejamos excluir permanentemente um arquivo ou pasta no Windows sem enviar antes para a lixeira, basta pressionarmos a tecla Shift em conjunto com a tecla Delete. O Windows exibirá uma mensagem do tipo “Você tem certeza que deseja excluir permanentemente este arquivo?” ao invés de “Você tem certeza que deseja enviar este arquivo para a lixeira?”.

Resposta: C



4- Qual a técnica que permite reduzir o tamanho de arquivos, sem que haja perda de informação?

- (A) Compactação
- (B) Deleção
- (C) Criptografia
- (D) Minimização
- (E) Encolhimento adaptativo

Comentários: A compactação de arquivos é uma técnica amplamente utilizada. Alguns arquivos compactados podem conter extensões ZIP, TAR, GZ, RAR e alguns exemplos de programas compactadores são o WinZip, WinRar, SolusZip, etc.

Resposta: A

5- A figura a seguir foi extraída do MS-Excel:

	D1	=SOMA(A1:C1)		
	A	B	C	D
1	1	2	4	7
2	8	16	32	
3	64	128	256	

Se o conteúdo da célula D1 for copiado (Ctrl+C) e colado (Ctrl+V) na célula D3, seu valor será:

- (A) 7
- (B) 56
- (C) 448
- (D) 511

(E) uma mensagem de erro  
Comentários: temos que D1=SOMA(A1:C1). Quando copiamos uma célula que contém uma fórmula e colamos em outra célula, a fórmula mudará ajustando-se à nova posição. Veja como saber como ficará a nova fórmula ao ser copiada de D1 para D3:

D1 = SOMA(A1:C1)

D3 = ????????

Observe que D não mudou ou seja, o nome das colunas não mudarão, por isso A e C continuará sendo A e C continuará sendo C.  
1 mudou para 3 então todo número de linha que aparecer será acrescido de 2 pois 1 virou 3  
Então A1 virará A3 e C1 virará C3.  
Aplicando então o que foi dito, a nova fórmula será:

D3 = SOMA(A3:C3)

Agora é só substituir os valores: A fórmula diz para somar todas as células de A3 até C3 (dois pontos significam 'até'), sendo assim teremos que somar A3, B3, C3 obtendo-se o resultado 448.

Resposta: C.

6- "O correio eletrônico é um método que permite compor, enviar e receber mensagens através de sistemas eletrônicos de comunicação". São softwares gerenciadores de email, EXCETO:

- A) Mozilla Thunderbird.
- B) Yahoo Messenger.
- C) Outlook Express.
- D) Incredimail.
- E) Microsoft Office Outlook 2003.

Comentários: Podemos citar vários gerenciadores de e-mail (eletronic mail ou correio eletrônico), mas devemos memorizar que os sistemas que trabalham o correio eletrônico podem funcionar por meio de um software instalado em nosso computador local ou por meio de um programa que funciona dentro de um navegador, via acesso por Internet. Este programa da Internet, que não precisa ser instalado, e é chamado de WEBMAIL, enquanto o software local é o gerenciador de e-mail citado pela questão.

Principais Vantagens do Gerenciador de e-mail:

- Pode ler e escrever mensagens mesmo quando está desconectado da Internet;
- Permite armazenar as mensagens localmente (no computador local);
- Permite utilizar várias caixas de e-mail ao mesmo tempo;

Maiores Desvantagens:

- Ocupam espaço em disco;
- Compatibilidade com os servidores de e-mail (nem sempre são compatíveis).

A seguir, uma lista de gerenciadores de e-mail (em negrito os mais conhecidos e utilizados atualmente):

**Microsoft Office Outlook**  
**Microsoft Outlook Express;**  
**Mozilla Thunderbird;**  
 IcrediMail  
 Eudora  
 Pegasus Mail  
 Apple Mail (Apple)  
 Kmail (Linux)  
 Windows Mail

A questão cita o Yahoo Mail, mas este é um WEBMAIL, ou seja, não é instalado no computador local. Logo, é o gabarito da questão.

Resposta: B.

7- Sobre os conceitos de utilização da Internet e correio eletrônico, analise:

I. A URL digitada na barra de Endereço é usada pelos navegadores da Web (Internet Explorer, Mozilla e Google Chrome) para localizar recursos e páginas da Internet (Exemplo: <http://www.google.com.br>).

II. Download significa descarregar ou baixar; é a transferência de dados de um servidor ou computador remoto para um computador local.

III. Upload é a transferência de dados de um computador local para um servidor ou computador remoto.

IV. Anexar um arquivo em mensagem de e-mail significa movê-lo definitivamente da máquina local, para envio a um destinatário, com endereço eletrônico.

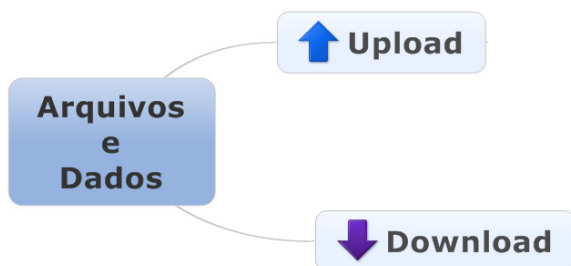
Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I, II, III, IV
- B) I, II
- C) I, II, III
- D) I, II, IV
- E) I, III, IV

Comentários: O URL é o endereço (único) de um recurso na Internet. A questão parece diferenciar um recurso de página, mas na verdade uma página é um recurso (o mais conhecido, creio) da Web. Item verdadeiro.

É comum confundir os itens II e III, por isso memorize: down = baix

o = baixar para sua máquina, descarregar. II e III são verdadeiros.



No item IV encontramos o item falso da questão, o que nos leva ao gabarito – letra C. Anexar um arquivo em mensagem de e-mail significa copiar e não mover!

Resposta: C.

8- A respeito dos modos de utilização de aplicativos do ambiente MS Office, assinale a opção correta.

(A) Ao se clicar no nome de um documento gravado com a extensão .xls a partir do Meu Computador, o Windows ativa o MS Access para a abertura do documento em tela.

(B) As opções Copiar e Colar, que podem ser obtidas ao se acionar simultaneamente as teclas CTRL + C e CTRL + V, respectivamente, estão disponíveis no menu Editar de todos os aplicativos da suíte MS Office.

(C) A opção Salvar Como, disponível no menu das aplicações do MS Office, permite que o usuário salve o documento correntemente aberto com outro nome. Nesse caso, a versão antiga do documento é apagada e só a nova versão permanece armazenada no computador.

(D) O menu Exibir permite a visualização do documento aberto correntemente, por exemplo, no formato do MS Word para ser aberto no MS PowerPoint.

(E) Uma das vantagens de se utilizar o MS Word é a elaboração de apresentações de slides que utilizem conteúdo e imagens de maneira estruturada e organizada.

Comentários: O menu editar geralmente contém os comandos universais dos programas da Microsoft como é o caso dos atalhos CTRL + C, CTRL + V, CTRL + X, além do localizar.

Em relação às outras letras:

Letra A – Incorreto – A extensão .xls abre o aplicativo Excel e não o Access

Letra C – Incorreto – A opção salvar como, cria uma cópia do arquivo corrente e não apaga a sua versão antiga.

Letra D – Incorreto – O menu Exibir mostra formas de exibição do documento dentro do contexto de cada programa e não de um programa para o outro como é o caso da afirmativa.

Letra E – Incorreto – O Ms Word não faz apresentação de slides e sim o Ms PowerPoint.

Resposta: B

9- Com relação a conceitos de Internet e intranet, assinale a opção correta.

(A) Domínio é o nome dado a um servidor que controla a entrada e a saída de conteúdo em uma rede, como ocorre na Internet.

(B) A intranet só pode ser acessada por usuários da Internet que possuam uma conexão http, ao digitarem na barra de endereços do navegador: http://intranet.com.

(C) Um modem ADSL não pode ser utilizado em uma rede local, pois sua função é conectar um computador à rede de telefonia fixa.

(D) O modelo cliente/servidor, em que uma máquina denominada cliente requisita serviços a outra, denominada servidor, ainda é o atual paradigma de acesso à Internet.

(E) Um servidor de páginas web é a máquina que armazena os nomes dos usuários que possuem permissão de acesso a uma quantidade restrita de páginas da Internet.

Comentários: O modelo cliente/servidor é questionado em termos de internet pois não é tão robusto quanto redes P2P pois, enquanto no primeiro modelo uma queda do servidor central impede o acesso aos usuários clientes, no segundo mesmo que um servidor “caia” outros servidores ainda darão acesso ao mesmo conteúdo permitindo que o download continue. Ex: programas torrent, Emule, Limewire, etc.

Em relação às outras letras:

letra A – Incorreto – Domínio é um nome que serve para localizar e identificar conjuntos de computadores na Internet e corresponde ao endereço que digitamos no navegador.

letra B – Incorreto – A intranet é acessada da mesma forma que a internet, contudo, o ambiente de acesso a rede é restrito a uma rede local e não a internet como um todo.

letra C – Incorreto – O modem ADSL conecta o computador a internet, como o acesso a intranet se faz da mesma forma só que de maneira local, o acesso via ADSL pode sim acessar redes locais.

letra E – Incorreto – Um servidor é um sistema de computação que fornece serviços a uma rede de computadores. E não necessariamente armazena nomes de usuários e/ou restringe acessos.

Resposta: D

10- Com relação à Internet, assinale a opção correta.

(A) A URL é o endereço físico de uma máquina na Internet, pois, por esse endereço, determina-se a cidade onde está localizada tal máquina.

(B) O SMTP é um serviço que permite a vários usuários se conectarem a uma mesma máquina simultaneamente, como no caso de salas de bate-papo.

(C) O servidor Pop é o responsável pelo envio e recebimento de arquivos na Internet.

(D) Quando se digita o endereço de uma página web, o termo http significa o protocolo de acesso a páginas em formato HTML, por exemplo.

(E) O protocolo FTP é utilizado quando um usuário de correio eletrônico envia uma mensagem com anexo para outro destinatário de correio eletrônico.

Comentários: Os itens apresentados nessa questão estão relacionados a protocolos de acesso. Segue abaixo os protocolos mais comuns:

- HTTP (Hypertext Transfer Protocol) – Protocolo de carregamento de páginas de Hipertexto – HTML - IP (Internet Protocol) – Identificação lógica de uma máquina na rede- POP (Post Office Protocol) – Protocolo de recebimento de emails direto no PC via gerenciador de emails - SMTP (Simple Mail Transfer Protocol) – Protocolo padrão de envio de emails - IMAP(Internet Message Access Protocol) – Semelhante ao POP, no entanto, possui mais recursos e dá ao usuário a possibilidade de armazenamento e acesso a suas mensagens de email direto no servidor. - FTP(File Transfer Protocol) – Protocolo para transferência de arquivos

Resposta: D

11- Quanto ao Windows Explorer, assinale a opção correta.

(A) O Windows Explorer é utilizado para gerenciar pastas e arquivos e por seu intermédio não é possível acessar o Painel de Controle, o qual só pode ser acessado pelo botão Iniciar do Windows.

(B) Para se obter a listagem completa dos arquivos salvos em um diretório, exibindo-se tamanho, tipo e data de modificação, deve-se selecionar Detalhes nas opções de Modos de Exibição.

(C) No Windows Explorer, o item Meus Locais de Rede oferece um histórico de páginas visitadas na Internet para acesso direto a elas.

(D) Quando um arquivo estiver aberto no Windows e a opção Renomear for acionada no Windows Explorer com o botão direito do mouse, será salva uma nova versão do arquivo e a anterior continuará aberta com o nome antigo.

(E) Para se encontrar arquivos armazenados na estrutura de diretórios do Windows, deve-se utilizar o sítio de busca Google, pois é ele que dá acesso a todos os diretórios de máquinas ligadas à Internet.

Comentários: Na opção Modos de Exibição, os arquivos são mostrados de várias formas como Listas, Miniaturas e Detalhes.

Resposta: B

**Atenção: Para responder às questões de números 12 e 13, considere integralmente o texto abaixo:**

*Todos os textos produzidos no editor de textos padrão deverão ser publicados em rede interna de uso exclusivo do órgão, com tecnologia semelhante à usada na rede mundial de computadores.*

*Antes da impressão e/ou da publicação os textos deverão ser verificados para que não contenham erros. Alguns artigos digitados deverão conter a imagem dos resultados obtidos em planilhas eletrônicas, ou seja, linhas, colunas, valores e totais.*

*Todo trabalho produzido deverá ser salvo e cuidados devem ser tomados para a recuperação em caso de perda e também para evitar o acesso por pessoas não autorizadas às informações guardadas.*

*Os funcionários serão estimulados a realizar pesquisas na internet visando o atendimento do nível de qualidade da informação prestada à sociedade, pelo órgão.*

*O ambiente operacional de computação disponível para realizar estas operações envolve o uso do MS-Windows, do MS-Office, das ferramentas Internet Explorer e de correio eletrônico, em português e em suas versões padrões mais utilizadas atualmente.*

*Observação: Entenda-se por mídia removível disquetes, CD's e DVD's graváveis, Pen Drives (mídia removível acoplada em portas do tipo USB) e outras funcionalmente semelhantes.*

12- As células que contêm cálculos feitos na planilha eletrônica,

(A) quando “coladas” no editor de textos, apresentarão resultados diferentes do original.

(B) não podem ser “coladas” no editor de textos.

(C) somente podem ser copiadas para o editor de textos dentro de um limite máximo de dez linhas e cinco colunas.

(D) só podem ser copiadas para o editor de texto uma a uma.

(E) quando integralmente selecionadas, copiadas e “coladas” no editor de textos, serão exibidas na forma de tabela.

Comentários: Sempre que se copia células de uma planilha eletrônica e cola-se no Word, estas se apresentam como uma tabela simples, onde as fórmulas são esquecidas e só os números são colados.

Resposta: E

13- O envio do arquivo que contém o texto, por meio do correio eletrônico, deve considerar as operações de

(A) anexação de arquivos e de inserção dos endereços eletrônicos dos destinatários no campo “Cco”.

(B) de desanexação de arquivos e de inserção dos endereços eletrônicos dos destinatários no campo “Para”.

(C) de anexação de arquivos e de inserção dos endereços eletrônicos dos destinatários no campo “Cc”.

(D) de desanexação de arquivos e de inserção dos endereços eletrônicos dos destinatários no campo “Cco”.

(E) de anexação de arquivos e de inserção dos endereços eletrônicos dos destinatários no campo “Para”.

Comentários: Claro que, para se enviar arquivos pelo correio eletrônico deve-se recorrer ao uso de anexação, ou seja, anexar o arquivo à mensagem. Quando colocamos os endereços dos destinatários no campo Cco, ou seja, no campo “com cópia oculta”, um destinatário não ficará sabendo quem mais recebeu aquela mensagem, o que atende a segurança solicitada no enunciado.

Resposta: A

**14. (Caixa Econômica Federal - Técnico Bancário Novo - CESGRANRIO/2012) Usado para o manuseio de arquivos em lotes, também denominados scripts, o shell de comando é um programa que fornece comunicação entre o usuário e o sistema operacional de forma direta e independente. Nos sistemas operacionais Windows XP, esse programa pode ser acessado por meio de um comando da pasta Acessórios denominado**

(A) Prompt de Comando

(B) Comandos de Sistema

(C) Agendador de Tarefas

(D) Acesso Independente

(E) Acesso Direto

**Resposta: “A”**

*Comentários*

*Prompt de Comando é um recurso do Windows que oferece um ponto de entrada para a digitação de comandos do MSDOS (Microsoft Disk Operating System) e outros comandos do computador. O mais importante é o fato de que, ao digitar comandos, você pode executar tarefas no computador sem usar a interface gráfica do Windows. O Prompt de Comando é normalmente usado apenas por usuários avançados.*

**15. (Caixa Econômica Federal - Técnico Bancário Novo - CESGRANRIO/2012) Seja o texto a seguir digitado no aplicativo Word. Aplicativos para edição de textos. Aplicando-se a esse texto o efeito de fonte Tachado, o resultado obtido será**

- (A) Aplicativos para edição de textos.
- (B) **Aplicativos para edição de textos.**
- (C) Aplicativos para edição de textos.
- (D) **APLICATIVOS PARA EDIÇÃO DE TEXTOS.**
- (E) **APLICATIVOS PARA EDIÇÃO DE TEXTOS.**

**Resposta: “C”**

*Comentários:*

*Temos 3 itens com a formatação tachado aplicada: c, d, e. Entretanto, temos que observar que na questão os itens d, e, além de receberem tachado, também ficaram em caixa alta. O único que recebe apenas o tachado, sem alterar outras formatações foi o item c.*

**16. (Caixa Econômica Federal - Técnico Bancário Novo - CESGRANRIO/2012) O envio e o recebimento de um arquivo de textos ou de imagens na internet, entre um servidor e um cliente, constituem, em relação ao cliente, respectivamente, um**

- (A) download e um upload
- (B) downgrade e um upgrade
- (C) downfile e um upfile
- (D) upgrade e um downgrade
- (E) upload e um download

**Resposta: “E”.**

*Comentários:*

Up – Cima / Down – baixo / Load – Carregar;  
Upload – Carregar para cima (enviar).  
Download – Carregar para baixo (receber ou “baixar”)

**17- (TJ/SP – Escrevente Téc. Jud. – Vunesp/2011) Assinale a alternativa que contém os nomes dos menus do programa Microsoft Word XP, em sua configuração padrão, que, respectivamente, permitem aos usuários: (I) numerar as páginas do documento, (II) contar as palavras de um parágrafo e (III) adicionar um cabeçalho ao texto em edição.**

- a) Janela, Ferramentas e Inserir.
- b) Inserir, Ferramentas e Exibir.
- c) Formatar, Editar e Janela.
- d) Arquivo, Exibir e Formatar.
- e) Arquivo, Ferramentas e Tabela.

**Resposta: “B”**

*Comentário:*

- Ação numerar - “INSERIR”
- Ação contar páginas - “FERRAMENTAS”
- Ação adicionar cabeçalho - “EXIBIR”

**18- (TJ/SP – Escrevente Téc. Jud. – Vunesp/2011)**

Assinale a alternativa que contém os valores obtidos nas células A4, B4 e C4 da planilha que está sendo elaborada com o Microsoft Excel XP, em sua configuração padrão, sabendo que nelas foram digitadas, respectivamente, as expressões =MÉDIA(A1:A3), =MENOR(B1:B3;2) e =MAIOR(C1:C3;3), e que as demais células foram preenchidas como mostrado na figura a seguir.

	A	B	C
1	8	1	6
2	3	5	7
3	4	0	2
4			

- a) 3, 0 e 7.
- b) 5, 0 e 7.
- c) 5, 1 e 2.
- d) 7, 5 e 2.
- e) 8, 3 e 4.

**Resposta: “C”**

*Comentário:*

*Expressão =MÉDIA(A1:A3)*

*São somadas as células A1, A2 e A3, sendo uma média é dividido por 3 (pois tem 3 células): (8+3+4)/3 = 5*

*Expressão =MENOR(B1:B3;2)*

*Da célula B1 até a B3, deve mostrar o 2º menor número, que seria o número 1. Para facilitar coloque esses números em ordem crescente.*

*Expressão =MAIOR(C1:C3;3)*

*Da célula C1 até a C3, deve mostrar o 3º maior número, que seria o número 2. Para facilitar coloque esses números em ordem decrescente.*

**19- (SPPREV – Técnico – Vunesp/2011 – II)**

55. Uma planilha Excel 2007 apresenta o seguinte conteúdo:

	A	B	C
1	7	3	4
2	8	2	5
3	?	8	1

A célula A1 contém a fórmula =B\$1+C1 que foi propagada pela alça de preenchimento para A2 e A3. Assim, a célula com interrogação (A3) apresenta, após a propagação, o resultado

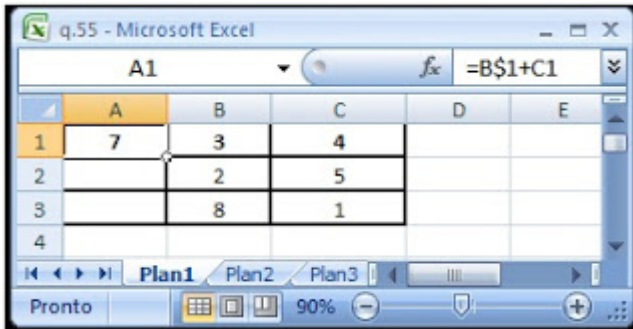
- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

Resposta: "D"

Comentário:

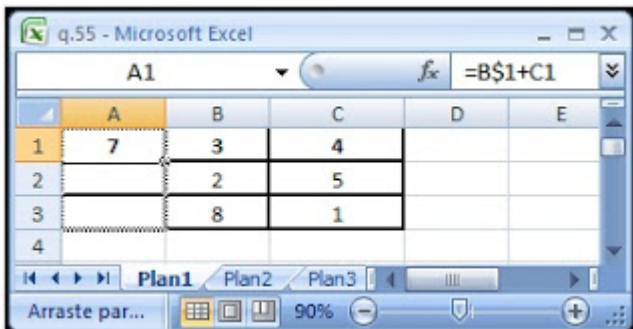
Passo 1

A célula A1 contém a fórmula =B\$1+C1



Passo 2

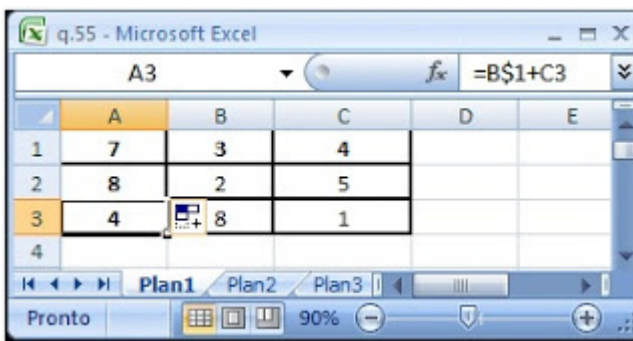
que foi propagada pela alça de preenchimento para A2 e A3



Click na imagem para melhor visualizar

Passo 3

Assim, a célula com interrogação (A3) apresenta, após a propagação, o resultado

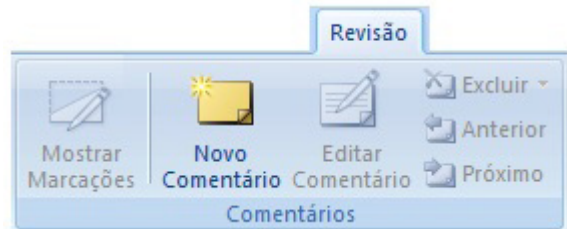


20- (SPPREV – Técnico – Vunesp/2011 - II) No PowerPoint 2007, a inserção de um novo comentário pode ser feita na guia

- a) Geral.
- b) Inserir.
- c) Animações.
- d) Apresentação de slides.
- e) Revisão.

Resposta: "E"

Comentário:



21- (SPPREV – Técnico – Vunesp/2011 - II) No âmbito das URLs, considere o exemplo: protocolo://xxx.yyy.zzz.br. O domínio de topo (ou TLD, conforme sigla em inglês) utilizado para classificar o tipo de instituição, no exemplo dado acima, é o

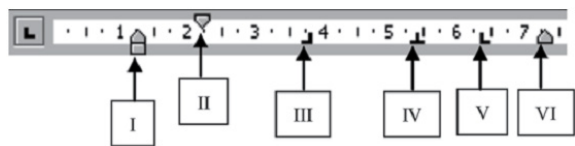
- a) protocolo.
- b) xxx.
- c) zzz.
- d) yyy.
- e) br.

Resposta: "C"

Comentários:

- a) protocolo. protocolo HTTP
- b) xxx. o nome do domínio
- c) zzz. o tipo de domínio
- d) yyy. subdomínios
- e) br. indicação do país ao qual pertence o domínio

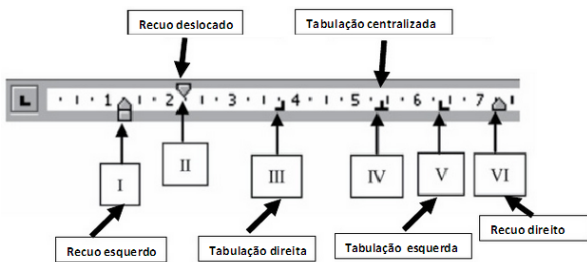
22. (TJ/SP – Escrevente Téc. Jud. – Vunesp/2012) Analise a régua horizontal do Microsoft Word, na sua configuração padrão, exibida na figura.



Assinale a alternativa que contém apenas os indicadores de tabulação.

- (A) II, III, IV e V.
- (B) III e VI.
- (C) I, IV e V.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, II e VI.

Resposta: D



Você pode usar a régua para definir tabulações manuais no lado esquerdo, no meio e no lado direito do documento.

Obs.: Se a régua horizontal localizada no topo do documento não estiver sendo exibida, clique no botão Exibir Régua no topo da barra de rolagem vertical.

É possível definir tabulações rapidamente clicando no seletor de tabulação na extremidade esquerda da régua até que ela exiba o tipo de tabulação que você deseja. Em seguida, clique na régua no local desejado.

Uma tabulação **Direita** define a extremidade do texto à direita. Conforme você digita, o texto é movido para a esquerda.

Uma tabulação **Decimal** alinha números ao redor de um ponto decimal. Independentemente do número de dígitos, o ponto decimal ficará na mesma posição.

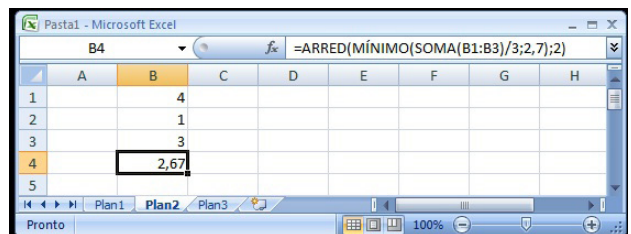
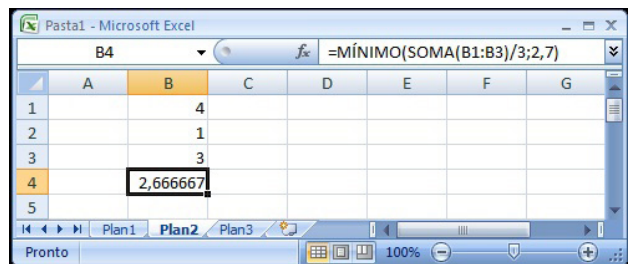
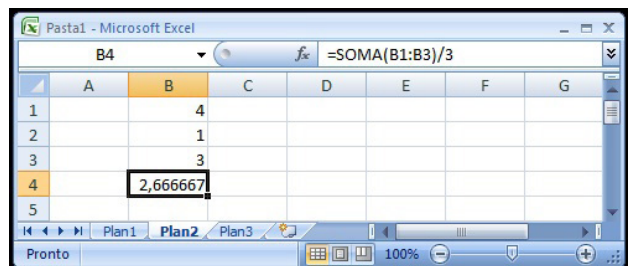
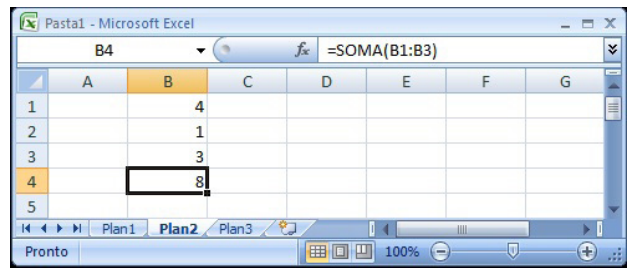
Uma tabulação **Barra** não posiciona o texto. Ela insere uma barra vertical na posição de tabulação.

23. (TJ/SP – Escrevente Téc. Jud. – Vunesp/2012) Uma planilha do Microsoft Excel, na sua configuração padrão, possui os seguintes valores nas células: B1=4, B2=1 e B3=3. A fórmula =ARRED(MÍNIMO(SOMA (B1:B3)/3;2,7);2) inserida na célula B5 apresentará o seguinte resultado:

- (A) 2
- (B) 1,66
- (C) 2,667
- (D) 2,7
- (E) 2,67

Resposta: E

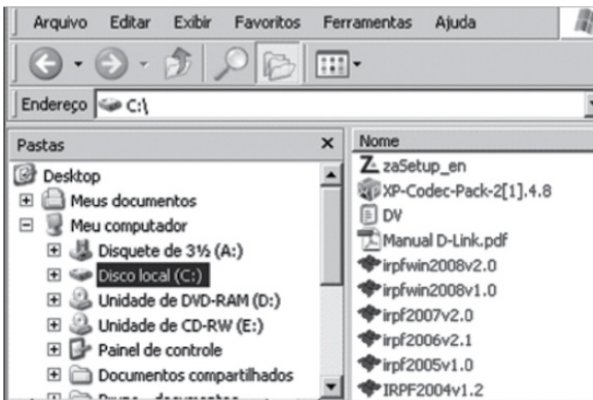
Comentário:



Nesta questão, foram colocadas várias funções, destrinchadas no exemplo acima (arredondamento, mínimo e somatório) em uma única questão. A função ARRED é para arredondamento e pertence a mesma família de INT (parte inteira) e TRUNCAR (parte do valor sem arredondamento). A resposta está no item 2 que indica a quantidade de casas decimais. Sendo duas casas decimais, não poderia ser letra A, C ou D. A função SOMA efetua a soma das três células (B1:B3 -> B1 até B3). A função MÍNIMO descobre o menor entre os dois valores informados (2,66666 - dízima periódica - e 2,7). A função ARRED arredonda o número com duas casas decimais.



Considere a figura que mostra o Windows Explorer do Microsoft Windows XP, em sua configuração original, e responda às questões de números 24 e 25.



24. (TJ/SP – Escrivente Téc. Jud. – Vunesp/2012) O arquivo zaSetup\_en se encontra


- (A) no disquete.
- (B) no DVD.
- (C) em Meus documentos.
- (D) no Desktop.
- (E) na raiz do disco rígido.

Resposta: E

Comentário:

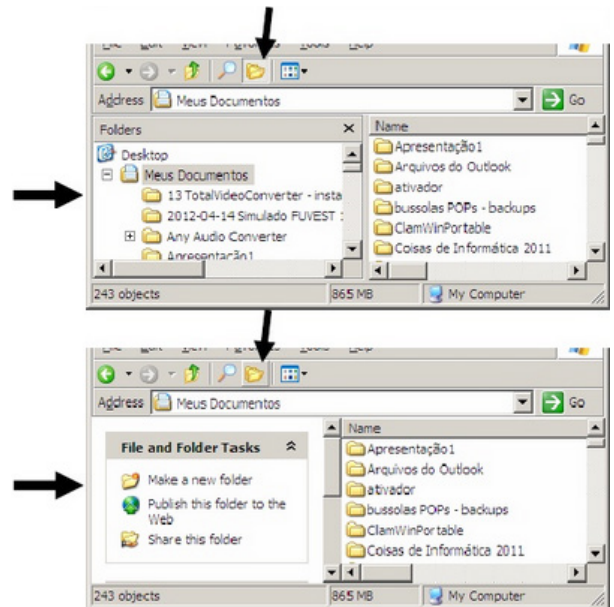
No Windows Explorer, você pode ver a hierarquia das pastas em seu computador e todos os arquivos e pastas localizados em cada pasta selecionada. Ele é especialmente útil para copiar e mover arquivos.

Ele é composto de uma janela dividida em dois painéis: O painel da esquerda é uma árvore de pastas hierarquizada que mostra todas as unidades de disco, a Lixeira, a área de trabalho ou Desktop (também tratada como uma pasta); O painel da direita exibe o conteúdo do item selecionado à esquerda e funciona de maneira idêntica às janelas do Meu Computador (no Meu Computador, como padrão ele traz a janela sem divisão, as é possível dividi-la também clicando no ícone Pastas na Barra de Ferramentas)

25. (TJ/SP – Escrivente Téc. Jud. – Vunesp/2012) Ao se clicar em , localizado abaixo do menu Favoritos, será fechado

- (A) o Meu computador.
- (B) o Disco Local (C:).
- (C) o painel Pastas.
- (D) Meus documentos.
- (E) o painel de arquivos.

Resposta: C



Este botão, contido na barra de ferramentas, exibe/ oculta o painel PASTAS.



# NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



**1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1.1. TÍTULO II – DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: CAPÍTULO I – DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS; E CAPÍTULO II – DOS DIREITOS SOCIAIS;**

O título II da Constituição Federal é intitulado “Direitos e Garantias fundamentais”, gênero que abrange as seguintes espécies de direitos fundamentais: direitos individuais e coletivos (art. 5º, CF), direitos sociais (genericamente previstos no art. 6º, CF), direitos da nacionalidade (artigos 12 e 13, CF) e direitos políticos (artigos 14 a 17, CF).

Em termos comparativos à clássica divisão tridimensional dos direitos humanos, os direitos individuais (maior parte do artigo 5º, CF), os direitos da nacionalidade e os direitos políticos se encaixam na primeira dimensão (direitos civis e políticos); os direitos sociais se enquadram na segunda dimensão (direitos econômicos, sociais e culturais) e os direitos coletivos na terceira dimensão. Contudo, a enumeração de direitos humanos na Constituição vai além dos direitos que expressamente constam no título II do texto constitucional.

Os direitos fundamentais possuem as seguintes características principais:

a) **Historicidade:** os direitos fundamentais possuem antecedentes históricos relevantes e, através dos tempos, adquirem novas perspectivas. Nesta característica se enquadra a noção de dimensões de direitos.

b) **Universalidade:** os direitos fundamentais pertencem a todos, tanto que apesar da expressão restritiva do *caput* do artigo 5º aos brasileiros e estrangeiros residentes no país tem se entendido pela extensão destes direitos, na perspectiva de prevalência dos direitos humanos.

c) **Inalienabilidade:** os direitos fundamentais não possuem conteúdo econômico-patrimonial, logo, são intransferíveis, inegociáveis e indisponíveis, estando fora do comércio, o que evidencia uma limitação do princípio da autonomia privada.

d) **Irrenunciabilidade:** direitos fundamentais não podem ser renunciados pelo seu titular devido à fundamentalidade material destes direitos para a dignidade da pessoa humana.

e) **Inviolabilidade:** direitos fundamentais não podem deixar de ser observados por disposições infraconstitucionais ou por atos das autoridades públicas, sob pena de nulidades.

f) **Indivisibilidade:** os direitos fundamentais compõem um único conjunto de direitos porque não podem ser analisados de maneira isolada, separada.

g) **Imprescritibilidade:** os direitos fundamentais não se perdem com o tempo, não prescrevem, uma vez que são sempre exercíveis e exercidos, não deixando de existir pela falta de uso (prescrição).

h) **Relatividade:** os direitos fundamentais não podem ser utilizados como um escudo para práticas ilícitas ou como argumento para afastamento ou diminuição da responsabilidade por atos ilícitos, assim estes direitos não são ilimitados e encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados como humanos.

**1) Direitos e deveres individuais e coletivos.**

O capítulo I do título II é intitulado “direitos e deveres individuais e coletivos”. Da própria nomenclatura do capítulo já se extrai que a proteção vai além dos direitos do indivíduo e também abrange direitos da coletividade. A maior parte dos direitos enumerados no artigo 5º do texto constitucional é de direitos individuais, mas são incluídos alguns direitos coletivos e mesmo remédios constitucionais próprios para a tutela destes direitos coletivos (ex.: mandado de segurança coletivo).

**1.1) Direitos e garantias**

Não obstante, o capítulo vai além da proteção dos direitos e estabelece garantias em prol da preservação destes, bem como remédios constitucionais a serem utilizados caso estes direitos e garantias não sejam preservados. Neste sentido, dividem-se em direitos e garantias as previsões do artigo 5º: os direitos são as disposições declaratórias e as garantias são as disposições assecuratórias.

O legislador muitas vezes reúne no mesmo dispositivo o direito e a garantia, como no caso do artigo 5º, IX:

*Artigo 5º, IX, CF. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.*

O direito é o de liberdade de expressão e a garantia é a vedação de censura ou exigência de licença. Em outros casos, o legislador traz o direito num dispositivo e a garantia em outro: a liberdade de locomoção, direito, é colocada no artigo 5º, XV, ao passo que o dever de relaxamento da prisão ilegal de ofício pelo juiz, garantia, se encontra no artigo 5º, LXV<sup>1</sup>.

Em caso de ineficácia da garantia, implicando em violação de direito, cabe a utilização dos remédios constitucionais.

Atenção para o fato de o constituinte chamar os remédios constitucionais de garantias, e todas as suas fórmulas de direitos e garantias propriamente ditas apenas de direitos.

**1.2) Brasileiros e estrangeiros**

O *caput* do artigo 5º aparenta restringir a proteção conferida pelo dispositivo a algumas pessoas, notadamente, “aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País”. No entanto, tal restrição é apenas aparente e tem sido interpretada no sentido de que os direitos estarão protegidos com relação a todas as pessoas nos limites da soberania do país.

Em razão disso, por exemplo, um estrangeiro pode ingressar com *habeas corpus* ou mandado de segurança, ou então intentar ação reivindicatória com relação a imóvel seu localizado no Brasil (ainda que não resida no país).

Somente alguns direitos não são estendidos a todas as pessoas. A exemplo, o direito de intentar ação popular exige a condição de cidadão, que só é possuída por nacionais titulares de direitos políticos.

<sup>1</sup> FARIA, Cássio Juvenal. Notas pessoais tomadas em teleconferência.



### 1.3) Relação direitos-deveres

O capítulo em estudo é denominado “direitos e garantias deveres e coletivos”, remetendo à necessária relação direitos-deveres entre os titulares dos direitos fundamentais. Acima de tudo, o que se deve ter em vista é a premissa reconhecida nos direitos fundamentais de que não há direito que seja absoluto, correspondendo-se para cada direito um dever. Logo, o exercício de direitos fundamentais é limitado pelo igual direito de mesmo exercício por parte de outrem, não sendo nunca absolutos, mas sempre relativos.

Explica Canotilho<sup>2</sup> quanto aos direitos fundamentais: “a ideia de deveres fundamentais é suscetível de ser entendida como o ‘outro lado’ dos direitos fundamentais. Como ao titular de um direito fundamental corresponde um dever por parte de um outro titular, poder-se-ia dizer que o particular está vinculado aos direitos fundamentais como destinatário de um dever fundamental. Neste sentido, um direito fundamental, enquanto protegido, pressuporia um dever correspondente”. Com efeito, a um direito fundamental conferido à pessoa corresponde o dever de respeito ao arcabouço de direitos conferidos às outras pessoas.

### 1.4) Direitos e garantias em espécie

Preconiza o artigo 5º da Constituição Federal em seu caput:

*Artigo 5º, caput, CF. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...].*

O caput do artigo 5º, que pode ser considerado um dos principais (senão o principal) artigos da Constituição Federal, consagra o princípio da igualdade e delimita as cinco esferas de direitos individuais e coletivos que merecem proteção, isto é, vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade. Os incisos deste artigos delimitam vários direitos e garantias que se enquadram em alguma destas esferas de proteção, podendo se falar em duas esferas específicas que ganham também destaque no texto constitucional, quais sejam, direitos de acesso à justiça e direitos constitucionais-penais.

#### - Direito à igualdade

##### Abrangência

Observa-se, pelo teor do caput do artigo 5º, CF, que o constituinte afirmou por duas vezes o princípio da igualdade:

*Artigo 5º, caput, CF. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...].*

Não obstante, reforça este princípio em seu primeiro inciso:

*Artigo 5º, I, CF. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.*

Este inciso é especificamente voltado à necessidade de igualdade de gênero, afirmando que não deve haver nenhuma distinção sexo feminino e o masculino, de modo que o homem e a mulher possuem os mesmos direitos e obrigações.

Entretanto, o princípio da isonomia abrange muito mais do que a igualdade de gêneros, envolve uma perspectiva mais ampla.

O direito à igualdade é um dos direitos norteadores de interpretação de qualquer sistema jurídico. O primeiro enfoque que foi dado a este direito foi o de direito civil, enquadrando-o na primeira dimensão, no sentido de que a todas as pessoas deveriam ser garantidos os mesmos direitos e deveres. Trata-se de um aspecto relacionado à igualdade enquanto liberdade, tirando o homem do arbítrio dos demais por meio da equiparação. Basicamente, estaria se falando na **igualdade perante a lei**.

No entanto, com o passar dos tempos, se percebeu que não bastava igualar todos os homens em direitos e deveres para torná-los iguais, pois nem todos possuem as mesmas condições de exercer estes direitos e deveres. Logo, não é suficiente garantir um direito à **igualdade formal**, mas é preciso buscar progressivamente a **igualdade material**. No sentido de igualdade material que aparece o direito à igualdade num segundo momento, pretendendo-se do Estado, tanto no momento de legislar quanto no de aplicar e executar a lei, uma postura de promoção de políticas governamentais voltadas a grupos vulneráveis.

Assim, o direito à igualdade possui dois sentidos notáveis: o de igualdade perante a lei, referindo-se à aplicação uniforme da lei a todas as pessoas que vivem em sociedade; e o de igualdade material, correspondendo à necessidade de discriminações positivas com relação a grupos vulneráveis da sociedade, em contraponto à igualdade formal.

#### Ações afirmativas

Neste sentido, desponta a temática das ações afirmativas, que são políticas públicas ou programas privados criados temporariamente e desenvolvidos com a finalidade de reduzir as desigualdades decorrentes de discriminações ou de uma hipossuficiência econômica ou física, por meio da concessão de algum tipo de vantagem compensatória de tais condições.

Quem é **contra** as ações afirmativas argumenta que, em uma sociedade pluralista, a condição de membro de um grupo específico não pode ser usada como critério de inclusão ou exclusão de benefícios. Ademais, afirma-se que elas desprivilegiam o critério republicano do mérito (segundo o qual o indivíduo deve alcançar determinado cargo público pela sua capacidade e esforço, e não por pertencer a determinada categoria); fomentariam o racismo e o ódio; bem como ferem o princípio da isonomia por causar uma discriminação reversa.

Por outro lado, quem é **favorável** às ações afirmativas defende que elas representam o ideal de justiça compensatória (o objetivo é compensar injustiças passadas, dívidas históricas, como uma compensação aos negros por tê-los feito escravos, p. ex.); representam o ideal de justiça distributiva (a preocupação, aqui, é com o presente. Busca-se uma concretização do princípio da igualdade material); bem como promovem a diversidade.

Neste sentido, as discriminações legais asseguram a verdadeira igualdade, por exemplo, com as ações afirmativas, a proteção especial ao trabalho da mulher e do menor, as garantias aos portadores de deficiência, entre outras medidas que atribuam a pessoas com diferentes condições, iguais possibilidades, protegendo e respeitando suas diferenças<sup>3</sup>. Tem predominado em doutrina e jurisprudência, inclusive no Supremo Tribunal Federal, que as ações afirmativas são válidas.

3 SANFELICE, Patrícia de Mello. Comentários aos artigos I e II. In: BALERA, Wagner (Coord.). **Comentários à Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Brasília: Fortium, 2008, p. 08.

2 CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 1998, p. 479.



## - Direito à vida

### Abrangência

O *caput* do artigo 5º da Constituição assegura a proteção do direito à vida. A vida humana é o centro gravitacional em torno do qual orbitam todos os direitos da pessoa humana, possuindo reflexos jurídicos, políticos, econômicos, morais e religiosos. Daí existir uma dificuldade em conceituar o vocábulo *vida*. Logo, tudo aquilo que uma pessoa possui deixa de ter valor ou sentido se ela perde a vida. Sendo assim, a vida é o bem principal de qualquer pessoa, é o primeiro valor moral inerente a todos os seres humanos<sup>4</sup>.

No tópico do direito à vida tem-se tanto o **direito de nascer/permanecer vivo**, o que envolve questões como pena de morte, eutanásia, pesquisas com células-tronco e aborto; quanto o **direito de viver com dignidade**, o que engloba o respeito à integridade física, psíquica e moral, incluindo neste aspecto a vedação da tortura, bem como a garantia de recursos que permitam viver a vida com dignidade.

Embora o direito à vida seja em si pouco delimitado nos incisos que seguem o *caput* do artigo 5º, trata-se de um dos direitos mais discutidos em termos jurisprudenciais e sociológicos. É no direito à vida que se encaixam polêmicas discussões como: aborto de anencéfalo, pesquisa com células tronco, pena de morte, eutanásia, etc.

### Vedação à tortura

De forma expressa no texto constitucional destaca-se a vedação da tortura, corolário do direito à vida, conforme previsão no inciso III do artigo 5º:

*Artigo 5º, III, CF. Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.*

A tortura é um dos piores meios de tratamento desumano, expressamente vedada em âmbito internacional, como visto no tópico anterior. No Brasil, além da disciplina constitucional, a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997 define os crimes de tortura e dá outras providências, destacando-se o artigo 1º:

#### Art. 1º Constitui crime de tortura:

*I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:*

*a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;*

*b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;*

*c) em razão de discriminação racial ou religiosa;*

*II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.*

*Pena - reclusão, de dois a oito anos.*

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

4 BARRETO, Ana Carolina Rossi; IBRAHIM, Fábio Zambitte. Comentários aos Artigos III e IV. In: BALERA, Wagner (Coord.). **Comentários à Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Brasília: Fortium, 2008, p. 15.

§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

§ 3º Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

§ 4º Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

*I - se o crime é cometido por agente público;*

*II - se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;*

*III - se o crime é cometido mediante sequestro.*

§ 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

§ 6º O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

§ 7º O condenado por crime previsto nesta Lei, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

## - Direito à liberdade

O *caput* do artigo 5º da Constituição assegura a proteção do direito à liberdade, delimitada em alguns incisos que o seguem.

### Liberdade e legalidade

Prevê o artigo 5º, II, CF:

*Artigo 5º, II, CF. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.*

O princípio da legalidade se encontra delimitado neste inciso, prevendo que nenhuma pessoa será obrigada a fazer ou deixar de fazer alguma coisa a não ser que a lei assim determine. Assim, salvo situações previstas em lei, a pessoa tem liberdade para agir como considerar conveniente.

Portanto, o princípio da legalidade possui estrita relação com o princípio da liberdade, posto que, *a priori*, tudo à pessoa é lícito. Somente é vedado o que a lei expressamente estabelecer como proibido. A pessoa pode fazer tudo o que quiser, como regra, ou seja, agir de qualquer maneira que a lei não proíba.

### Liberdade de pensamento e de expressão

O artigo 5º, IV, CF prevê:

*Artigo 5º, IV, CF. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.*

Consolida-se a afirmação simultânea da liberdade de pensamento e da liberdade de expressão.

Em primeiro plano tem-se a liberdade de pensamento. Afinal, “o ser humano, através dos processos internos de reflexão, formula juízos de valor. Estes exteriorizam nada mais do que a opinião de seu emitente. Assim, a regra constitucional, ao consagrar a livre manifestação do pensamento, imprime a existência jurídica ao chamado direito de opinião”<sup>5</sup>. Em outras palavras, primeiro existe o direito de ter uma opinião, depois o de expressá-la.

5 ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de direito constitucional**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.



No mais, surge como corolário do direito à liberdade de pensamento e de expressão o direito à escusa por convicção filosófica ou política:

*Artigo 5º, VIII, CF. Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.*

Trata-se de instrumento para a consecução do direito assegurado na Constituição Federal – não basta permitir que se pense diferente, é preciso respeitar tal posicionamento.

Com efeito, este direito de liberdade de expressão é limitado. Um destes limites é o anonimato, que consiste na garantia de atribuir a cada manifestação uma autoria certa e determinada, permitindo eventuais responsabilizações por manifestações que contrariem a lei.

Tem-se, ainda, a seguinte previsão no artigo 5º, IX, CF:

*Artigo 5º, IX, CF. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.*

Consolida-se outra perspectiva da liberdade de expressão, referente de forma específica a atividades intelectuais, artísticas, científicas e de comunicação. Dispensa-se, com relação a estas, a exigência de licença para a manifestação do pensamento, bem como veda-se a censura prévia.

A respeito da censura prévia, tem-se não cabe impedir a divulgação e o acesso a informações como modo de controle do poder. A censura somente é cabível quando necessária ao interesse público numa ordem democrática, por exemplo, censurar a publicação de um conteúdo de exploração sexual infanto-juvenil é adequado.

O direito à resposta (artigo 5º, V, CF) e o direito à indenização (artigo 5º, X, CF) funcionam como a contrapartida para aquele que teve algum direito seu violado (notadamente inerentes à privacidade ou à personalidade) em decorrência dos excessos no exercício da liberdade de expressão.

## Liberdade de crença/religiosa

Dispõe o artigo 5º, VI, CF:

*Artigo 5º, VI, CF. É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.*

Cada pessoa tem liberdade para professar a sua fé como bem entender dentro dos limites da lei. Não há uma crença ou religião que seja proibida, garantindo-se que a profissão desta fé possa se realizar em locais próprios.

Nota-se que a liberdade de religião engloba 3 tipos distintos, porém intrinsecamente relacionados de liberdades: a liberdade de crença; a liberdade de culto; e a liberdade de organização religiosa.

Consoante o magistério de José Afonso da Silva<sup>6</sup>, entra na liberdade de crença a liberdade de escolha da religião, a liberdade de aderir a qualquer seita religiosa, a liberdade (ou o direito) de mudar de religião, além da liberdade de não aderir a religião alguma, assim como a liberdade de descrença, a liberdade de ser ateu e de exprimir o agnosticismo, apenas excluída a liberdade de embaraçar o livre exercício de qualquer religião, de qualquer crença. A liberdade de culto consiste na liberdade de orar e de praticar os atos próprios das manifestações exteriores em casa ou em público, bem como a de recebimento de contribuições para tanto. Por fim, a liberdade de organização religiosa refere-se à possibilidade de estabelecimento e organização de igrejas e suas relações com o Estado.

Como decorrência do direito à liberdade religiosa, assegurando o seu exercício, destaca-se o artigo 5º, VII, CF:

*Artigo 5º, VII, CF. É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.*

O dispositivo refere-se não só aos estabelecimentos prisionais civis e militares, mas também a hospitais.

Ainda, surge como corolário do direito à liberdade religiosa o direito à escusa por convicção religiosa:

*Artigo 5º, VIII, CF. Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.*

Sempre que a lei impõe uma obrigação a todos, por exemplo, a todos os homens maiores de 18 anos o alistamento militar, não cabe se escusar, a não ser que tenha fundado motivo em crença religiosa ou convicção filosófica/política, caso em que será obrigado a cumprir uma prestação alternativa, isto é, uma outra atividade que não contrarie tais preceitos.

## Liberdade de informação

O direito de acesso à informação também se liga a uma dimensão do direito à liberdade. Neste sentido, prevê o artigo 5º, XIV, CF:

*Artigo 5º, XIV, CF. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.*

Trata-se da liberdade de informação, consistente na liberdade de procurar e receber informações e ideias por quaisquer meios, independente de fronteiras, sem interferência.

A liberdade de informação tem um caráter passivo, ao passo que a liberdade de expressão tem uma característica ativa, de forma que juntas formam os aspectos ativo e passivo da exteriorização da liberdade de pensamento: não basta poder manifestar o seu próprio pensamento, é preciso que ele seja ouvido e, para tanto, há necessidade de se garantir o acesso ao pensamento manifestado para a sociedade.

6 SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

Por sua vez, o acesso à informação envolve o direito de todos obterem informações claras, precisas e verdadeiras a respeito de fatos que sejam de seu interesse, notadamente pelos meios de comunicação imparciais e não monopolizados (artigo 220, CF). No entanto, nem sempre é possível que a imprensa divulgue com quem obteve a informação divulgada, sem o que a segurança desta poderia ficar prejudicada e a informação inevitavelmente não chegaria ao público.

Especificadamente quanto à liberdade de informação no âmbito do Poder Público, merecem destaque algumas previsões.

Primeiramente, prevê o artigo 5º, XXXIII, CF:

*Artigo 5º, XXXIII, CF. Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.*

A respeito, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, CF, também conhecida como Lei do Acesso à Informação.

Não obstante, estabelece o artigo 5º, XXXIV, CF:

*Artigo 5º, XXXIV, CF. São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:*

*a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;*

*b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.*

Quanto ao direito de petição, de maneira prática, cumpre observar que o direito de petição deve resultar em uma manifestação do Estado, normalmente dirimindo (resolvendo) uma questão proposta, em um verdadeiro exercício contínuo de delimitação dos direitos e obrigações que regulam a vida social e, desta maneira, quando “dificulta a apreciação de um pedido que um cidadão quer apresentar” (muitas vezes, embaraçando-lhe o acesso à Justiça); “demora para responder aos pedidos formulados” (administrativa e, principalmente, judicialmente) ou “impõe restrições e/ou condições para a formulação de petição”, traz a chamada insegurança jurídica, que traz desesperança e faz proliferar as desigualdades e as injustiças.

Dentro do espectro do direito de petição se insere, por exemplo, o direito de solicitar esclarecimentos, de solicitar cópias reprográficas e certidões, bem como de ofertar denúncias de irregularidades. Contudo, o constituinte, talvez na intenção de deixar clara a obrigação dos Poderes Públicos em fornecer certidões, trouxe a letra b) do inciso, o que gera confusões conceituais no sentido do direito de obter certidões ser dissociado do direito de petição.

Por fim, relevante destacar a previsão do artigo 5º, LX, CF:

*Artigo 5º, LX, CF. A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.*

Logo, o processo, em regra, não será sigiloso. Apenas o será quando a intimidade merecer preservação (ex: processo criminal de estupro ou causas de família em geral) ou quando o interesse social exigir (ex: investigações que possam ser comprometidas pela publicidade). A publicidade é instrumento para a efetivação da liberdade de informação.

## Liberdade de locomoção

Outra faceta do direito à liberdade encontra-se no artigo 5º, XV, CF:

*Artigo 5º, XV, CF. É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.*

A liberdade de locomoção é um aspecto básico do direito à liberdade, permitindo à pessoa ir e vir em todo o território do país em tempos de paz (em tempos de guerra é possível limitar tal liberdade em prol da segurança). A liberdade de sair do país não significa que existe um direito de ingressar em qualquer outro país, pois caberá à ele, no exercício de sua soberania, controlar tal entrada.

Classicamente, a prisão é a forma de restrição da liberdade. Neste sentido, uma pessoa somente poderá ser presa nos casos autorizados pela própria Constituição Federal. A despeito da normativa específica de natureza penal, reforça-se a impossibilidade de se restringir a liberdade de locomoção pela prisão civil por dívida.

Prevê o artigo 5º, LXVII, CF:

*Artigo 5º, LXVII, CF. Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.*

Nos termos da Súmula Vinculante nº 25 do Supremo Tribunal Federal, “é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”. Por isso, a única exceção à regra da prisão por dívida do ordenamento é a que se refere à obrigação alimentícia.

## Liberdade de trabalho

O direito à liberdade também é mencionado no artigo 5º, XIII, CF:

*Artigo 5º, XIII, CF. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.*

O livre exercício profissional é garantido, respeitados os limites legais. Por exemplo, não pode exercer a profissão de advogado aquele que não se formou em Direito e não foi aprovado no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil; não pode exercer a medicina aquele que não fez faculdade de medicina reconhecida pelo MEC e obteve o cadastro no Conselho Regional de Medicina.

## Liberdade de reunião

Sobre a liberdade de reunião, prevê o artigo 5º, XVI, CF:

*Artigo 5º, XVI, CF. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.*

Pessoas podem ir às ruas para reunirem-se com demais na defesa de uma causa, apenas possuindo o dever de informar tal reunião. Tal dever remonta-se a questões de segurança coletiva. Imagine uma grande reunião de pessoas por uma causa, a exem-



plo da Parada Gay, que chega a aglomerar milhões de pessoas em algumas capitais: seria absurdo tolerar tal tipo de reunião sem o prévio aviso do poder público para que ele organize o policiamento e a assistência médica, evitando algazarras e socorrendo pessoas que tenham algum mal-estar no local. Outro limite é o uso de armas, totalmente vedado, assim como de substâncias ilícitas (Ex: embora a Marcha da Maconha tenha sido autorizada pelo Supremo Tribunal Federal, vedou-se que nela tal substância ilícita fosse utilizada).

## Liberdade de associação

No que tange à liberdade de reunião, traz o artigo 5º, XVII, CF:

*Artigo 5º, XVII, CF. É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.*

A liberdade de associação difere-se da de reunião por sua **perenidade**, isto é, enquanto a liberdade de reunião é exercida de forma sazonal, eventual, a liberdade de associação implica na formação de um grupo organizado que se mantém por um período de tempo considerável, dotado de estrutura e organização próprias.

Por exemplo, o PCC e o Comando vermelho são associações ilícitas e de caráter paramilitar, pois possuem armas e o ideal de realizar sua própria justiça paralelamente à estatal.

O texto constitucional se estende na regulamentação da liberdade de associação.

O artigo 5º, XVIII, CF, preconiza:

*Artigo 5º, XVIII, CF. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.*

Neste sentido, associações são organizações resultantes da reunião legal entre duas ou mais pessoas, com ou sem personalidade jurídica, para a realização de um objetivo comum; já cooperativas são uma forma específica de associação, pois visam a obtenção de vantagens comuns em suas atividades econômicas.

Ainda, tem-se o artigo 5º, XIX, CF:

*Artigo 5º, XIX, CF. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.*

O primeiro caso é o de dissolução compulsória, ou seja, a associação deixará de existir para sempre. Obviamente, é preciso o trânsito em julgado da decisão judicial que assim determine, pois antes disso sempre há possibilidade de reverter a decisão e permitir que a associação continue em funcionamento. Contudo, a decisão judicial pode suspender atividades até que o trânsito em julgado ocorra, ou seja, no curso de um processo judicial.

Em destaque, a legitimidade representativa da associação quanto aos seus filiados, conforme artigo 5º, XXI, CF:

*Artigo 5º, XXI, CF. As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.*

Trata-se de caso de legitimidade processual extraordinária, pela qual um ente vai a juízo defender interesse de outra(s) pessoa(s) porque a lei assim autoriza.

A liberdade de associação envolve não somente o direito de criar associações e de fazer parte delas, mas também o de não associar-se e o de deixar a associação, conforme artigo 5º, XX, CF:

*Artigo 5º, XX, CF. Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.*

## - Direitos à privacidade e à personalidade

### Abrangência

Prevê o artigo 5º, X, CF:

*Artigo 5º, X, CF. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.*

O legislador opta por trazer correlacionados no mesmo dispositivo legal os direitos à privacidade e à personalidade.

Reforçando a conexão entre a privacidade e a intimidade, ao abordar a proteção da vida privada – que, em resumo, é a privacidade da vida pessoal no âmbito do domicílio e de círculos de amigos –, Silva<sup>7</sup> entende que “o segredo da vida privada é condição de expansão da personalidade”, mas não caracteriza os direitos de personalidade em si.

A união da intimidade e da vida privada forma a privacidade, sendo que a primeira se localiza em esfera mais estrita. É possível ilustrar a vida social como se fosse um grande círculo no qual há um menor, o da vida privada, e dentro deste um ainda mais restrito e impenetrável, o da intimidade. Com efeito, pela “Teoria das Esferas” (ou “Teoria dos Círculos Concêntricos”), importada do direito alemão, quanto mais próxima do indivíduo, maior a proteção a ser conferida à esfera (as esferas são representadas pela intimidade, pela vida privada, e pela publicidade).

“O direito à honra distancia-se levemente dos dois anteriores, podendo referir-se ao juízo positivo que a pessoa tem de si (honra subjetiva) e ao juízo positivo que dela fazem os outros (honra objetiva), conferindo-lhe respeitabilidade no meio social. O direito à imagem também possui duas conotações, podendo ser entendido em sentido objetivo, com relação à reprodução gráfica da pessoa, por meio de fotografias, filmagens, desenhos, ou em sentido subjetivo, significando o conjunto de qualidades cultivadas pela pessoa e reconhecidas como suas pelo grupo social”<sup>8</sup>.

### Inviolabilidade de domicílio e sigilo de correspondência

Correlatos ao direito à privacidade, aparecem a inviolabilidade do domicílio e o sigilo das correspondências e comunicações.

Neste sentido, o artigo 5º, XI, CF prevê:

*Artigo 5º, XI, CF. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.*

7 SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

8 MOTTA, Sylvio; BARCHET, Gustavo. **Curso de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.



O domicílio é inviolável, razão pela qual ninguém pode nele entrar sem o consentimento do morador, a não ser EM QUALQUER HORÁRIO no caso de flagrante delito (o morador foi flagrado na prática de crime e fugiu para seu domicílio) ou desastre (incêndio, enchente, terremoto...) ou para prestar socorro (morador teve ataque do coração, está sufocado, desmaiado...), e SOMENTE DURANTE O DIA por determinação judicial.

Quanto ao sigilo de correspondência e das comunicações, prevê o artigo 5º, XII, CF:

*Artigo 5º, XII, CF. É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.*

O sigilo de correspondência e das comunicações está melhor regulamentado na Lei nº 9.296, de 1996.

### Personalidade jurídica e gratuidade de registro

Quando se fala em reconhecimento como pessoa perante a lei desdobra-se uma esfera bastante específica dos direitos de personalidade, consistente na personalidade jurídica. Basicamente, consiste no direito de ser reconhecido como pessoa perante a lei.

Para ser visto como pessoa perante a lei mostra-se necessário o registro. Por ser instrumento que serve como pressuposto ao exercício de direitos fundamentais, assegura-se a sua gratuidade aos que não tiverem condição de com ele arcar.

Aborda o artigo 5º, LXXVI, CF:

*Artigo 5º, LXXVI, CF. São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei: a) o registro civil de nascimento; b) a certidão de óbito.*

O reconhecimento do marco inicial e do marco final da personalidade jurídica pelo registro é direito individual, não dependendo de condições financeiras. Evidente, seria absurdo cobrar de uma pessoa sem condições a elaboração de documentos para que ela seja reconhecida como viva ou morta, o que apenas incentivaria a indigência dos menos favorecidos.

### Direito à indenização e direito de resposta

Com vistas à proteção do direito à privacidade, do direito à personalidade e do direito à imagem, asseguram-se dois instrumentos, o direito à indenização e o direito de resposta, conforme as necessidades do caso concreto.

Com efeito, prevê o artigo 5º, V, CF:

*Artigo 5º, V, CF. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.*

“A manifestação do pensamento é livre e garantida em nível constitucional, não aludindo a censura prévia em diversões e espetáculos públicos. Os abusos porventura ocorridos no exercício indevido da manifestação do pensamento são passíveis de exame e apreciação pelo Poder Judiciário com a consequente responsabilidade civil e penal de seus autores, decorrentes inclusive de publicações injuriosas na imprensa, que deve exercer vigilância e controle da matéria que divulga”<sup>9</sup>.

O direito de resposta é o direito que uma pessoa tem de se defender de críticas públicas no mesmo meio em que foram publicadas garantida exatamente a mesma repercussão. Mesmo quando for garantido o direito de resposta não é possível reverter plenamente os danos causados pela manifestação ilícita de pensamento, razão pela qual a pessoa inda fará jus à indenização.

A manifestação ilícita do pensamento geralmente causa um dano, ou seja, um prejuízo sofrido pelo agente, que pode ser individual ou coletivo, moral ou material, econômico e não econômico.

**Dano material** é aquele que atinge o patrimônio (material ou imaterial) da vítima, podendo ser mensurado financeiramente e indenizado.

“**Dano moral** direto consiste na lesão a um interesse que visa a satisfação ou gozo de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos da personalidade (como a vida, a integridade corporal, a liberdade, a honra, o decoro, a intimidade, os sentimentos afetivos, a própria imagem) ou nos atributos da pessoa (como o nome, a capacidade, o estado de família)”<sup>10</sup>.

Já o **dano à imagem** é delimitado no artigo 20 do Código Civil:

*Artigo 20, CC. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.*

### - Direito à segurança

O caput do artigo 5º da Constituição assegura a proteção do direito à segurança. Na qualidade de direito individual liga-se à segurança do indivíduo como um todo, desde sua integridade física e mental, até a própria segurança jurídica.

No sentido aqui estudado, o direito à segurança pessoal é o direito de viver sem medo, protegido pela solidariedade e liberto de agressões, logo, é uma maneira de garantir o direito à vida.

Nesta linha, para Silva<sup>11</sup>, “efetivamente, esse conjunto de direitos aparelha situações, proibições, limitações e procedimentos destinados a assegurar o exercício e o gozo de algum direito individual fundamental (intimidade, liberdade pessoal ou a incolumidade física ou moral)”.

Especificamente no que tange à segurança jurídica, tem-se o disposto no artigo 5º, XXXVI, CF:

*Artigo 5º, XXXVI, CF. A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.*

Pelo inciso restam estabelecidos limites à retroatividade da lei.

Define o artigo 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:

9 BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

10 ZANNONI, Eduardo. *El daño en la responsabilidad civil*. Buenos Aires: Astrea, 1982.

11 SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo...* Op. Cit., p. 437.

Artigo 6º, LINDB. A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

§ 2º Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

§ 3º Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso.

## - Direito à propriedade

O caput do artigo 5º da Constituição assegura a proteção do direito à propriedade, tanto material quanto intelectual, delimitada em alguns incisos que o seguem.

### Função social da propriedade material

O artigo 5º, XXII, CF estabelece:

*Artigo 5º, XXII, CF. É garantido o direito de propriedade.*

A seguir, no inciso XXIII do artigo 5º, CF estabelece o principal fator limitador deste direito:

*Artigo 5º, XXIII, CF. A propriedade atenderá a sua função social.*

A propriedade, segundo Silva<sup>12</sup>, “[...] não pode mais ser considerada como um direito individual nem como instituição do direito privado. [...] embora prevista entre os direitos individuais, ela não mais poderá ser considerada puro direito individual, relativizando-se seu conceito e significado, especialmente porque os princípios da ordem econômica são preordenados à vista da realização de seu fim: assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. Se é assim, então a propriedade privada, que, ademais, tem que atender a sua função social, fica vinculada à consecução daquele princípio”.

Com efeito, a proteção da propriedade privada está limitada ao atendimento de sua função social, sendo este o requisito que a correlaciona com a proteção da dignidade da pessoa humana. A propriedade de bens e valores em geral é um direito assegurado na Constituição Federal e, como todos os outros, se encontra limitado pelos demais princípios conforme melhor se atenda à dignidade do ser humano.

A Constituição Federal delimita o que se entende por função social:

*Art. 182, caput, CF. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.*

*Artigo 182, § 1º, CF. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.*

12 SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

*Artigo 182, § 2º, CF. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor<sup>13</sup>.*

*Artigo 186, CF. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:*

*I - aproveitamento racional e adequado;*

*II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;*

*III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;*

*IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.*

## Desapropriação

No caso de desrespeito à função social da propriedade cabe até mesmo desapropriação do bem, de modo que pode-se depreender do texto constitucional duas possibilidades de desapropriação: por desrespeito à função social e por necessidade ou utilidade pública.

A Constituição Federal prevê a possibilidade de desapropriação por desatendimento à função social:

*Artigo 182, § 4º, CF. É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:*

*I - parcelamento ou edificação compulsórios;*

*II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;*

*III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais<sup>14</sup>.*

*Artigo 184, CF. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei<sup>15</sup>.*

13 Instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados (Lei n. 10.257/2001 - Estatuto da cidade).

14 Nota-se que antes de se promover a desapropriação de imóvel urbano por desatendimento à função social é necessário tomar duas providências, sucessivas: primeiro, o parcelamento ou edificação compulsórios; depois, o estabelecimento de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo. Se ambas medidas restarem ineficazes, parte-se para a desapropriação por desatendimento à função social.

15 A desapropriação em decorrência do desatendimento da função social é indenizada, mas não da mesma maneira que a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, já que na primeira há violação do ordenamento constitucional pelo proprietário, mas na segunda não. Por isso, indeniza-se em títulos da dívida agrária, que na prática não são tão valorizados quanto o dinheiro.

*Artigo 184, § 1º, CF. As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em **dinheiro**.*

No que tange à desapropriação por necessidade ou utilidade pública, prevê o artigo 5º, XXIV, CF:

*Artigo 5º, XXIV, CF. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.*

Ainda, prevê o artigo 182, § 3º, CF:

*Artigo 182, §3º, CF. As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.*

Tem-se, ainda o artigo 184, §§ 2º e 3º, CF:

*Artigo 184, §2º, CF. O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a **ação de desapropriação**.*

*Artigo 184, §3º, CF. Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.*

A desapropriação por utilidade ou necessidade pública deve se dar mediante prévia e justa indenização em dinheiro. O Decreto-lei nº 3.365/1941 a disciplina, delimitando o procedimento e conceituando utilidade pública, em seu artigo 5º:

*Artigo 5º, Decreto-lei n. 3.365/1941. Consideram-se casos de utilidade pública:*

- a) a segurança nacional;
- b) a defesa do Estado;
- c) o socorro público em caso de calamidade;
- d) a salubridade pública;
- e) a criação e melhoramento de centros de população, seu abastecimento regular de meios de subsistência;
- f) o aproveitamento industrial das minas e das jazidas mineiras, das águas e da energia hidráulica;
- g) a assistência pública, as obras de higiene e decoração, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais;
- h) a exploração ou a conservação dos serviços públicos;
- i) a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais;
- j) o funcionamento dos meios de transporte coletivo;
- k) a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza;
- l) a preservação e a conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens moveis de valor histórico ou artístico;
- m) a construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios;

n) a criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves;

o) a reedição ou divulgação de obra ou invento de natureza científica, artística ou literária;

p) os demais casos previstos por leis especiais.

Um grande problema que faz com que processos que tenham a desapropriação por objeto se estendam é a indevida valorização do imóvel pelo Poder Público, que geralmente pretende pagar valor muito abaixo do devido, necessitando o Judiciário intervir em prol da correta avaliação.

Outra questão reside na chamada tredestinação, pela qual há a destinação de um bem expropriado (desapropriação) a finalidade diversa da que se planejou inicialmente. A tredestinação pode ser lícita ou ilícita. Será ilícita quando resultante de desvio do propósito original; e será lícita quando a Administração Pública dê ao bem finalidade diversa, porém preservando a razão do interesse público.

### **Política agrária e reforma agrária**

Enquanto desdobramento do direito à propriedade imóvel e da função social desta propriedade, tem-se ainda o artigo 5º, XXVI, CF:

*Artigo 5º, XXVI, CF. A **pequena propriedade rural**, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.*

Assim, se uma pessoa é mais humilde e tem uma pequena propriedade será assegurado que permaneça com ela e a torne mais produtiva.

A preservação da pequena propriedade em detrimento dos grandes latifúndios improdutivos é uma das diretrizes-guias da regulamentação da política agrária brasileira, que tem como principal escopo a realização da reforma agrária.

Parte da questão financeira atinente à reforma agrária se encontra prevista no artigo 184, §§ 4º e 5º, CF:

*Artigo 184, §4º, CF. O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.*

*Artigo 184, §5º, CF. São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.*

Como a finalidade da reforma agrária é transformar terras improdutivas e grandes propriedades em atinentes à função social, alguns imóveis rurais não podem ser abrangidos pela reforma agrária:

*Art. 185, CF. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:*

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

*Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.*

Sobre as diretrizes da política agrícola, prevê o artigo 187:

*Art. 187. CF. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:*

*I - os instrumentos creditícios e fiscais;*

*II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;*

*III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;*

*IV - a assistência técnica e extensão rural;*

*V - o seguro agrícola;*

*VI - o cooperativismo;*

*VII - a eletrificação rural e irrigação;*

*VIII - a habitação para o trabalhador rural.*

§ 1º Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 2º Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

As terras devolutas e públicas serão destinadas conforme a política agrícola e o plano nacional de reforma agrária (artigo 188, *caput*, CF). Neste sentido, “a alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional”, salvo no caso de alienações ou concessões de terras públicas para fins de reforma agrária (artigo 188, §§ 1º e 2º, CF).

Os que forem favorecidos pela reforma agrária (homens, mulheres, ambos, qualquer estado civil) não poderão negociar seus títulos pelo prazo de 10 anos (artigo 189, CF).

Consta, ainda, que “a lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional” (artigo 190, CF).

## Usucapião

Usucapião é o modo originário de aquisição da propriedade que decorre da posse prolongada por um longo tempo, preenchidos outros requisitos legais. Em outras palavras, usucapião é uma situação em que alguém tem a posse de um bem por um tempo longo, sem ser incomodado, a ponto de se tornar proprietário.

A Constituição regulamenta o acesso à propriedade mediante posse prolongada no tempo – usucapião – em casos específicos, denominados usucapião especial urbana e usucapião especial rural.

O artigo 183 da Constituição regulamenta a usucapião especial urbana:

*Art. 183. CF. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.*

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Além dos requisitos gerais (*animus* e posse que seja pública, pacífica, ininterrupta e contínua), são exigidos os seguintes requisitos específicos:

a) Área urbana – há controvérsia. Pela teoria da localização, área urbana é a que está dentro do perímetro urbano. Pela teoria da destinação, mais importante que a localização é a sua utilização. Ex.: se tem fins agrícolas/pecuários e estiver dentro do perímetro urbano, o imóvel é rural. Para fins de usucapião a maioria diz que prevalece a teoria da localização.

b) Imóveis até 250 m<sup>2</sup> – Pode dentro de uma posse maior isolar área de 250m<sup>2</sup> e ingressar com a ação? A jurisprudência é pacífica que a posse desde o início deve ficar restrita a 250m<sup>2</sup>. Predomina também que o terreno deve ter 250m<sup>2</sup>, não a área construída (a área de um sobrado, por exemplo, pode ser maior que a de um terreno).

c) 5 anos – houve controvérsia porque a Constituição Federal de 1988 que criou esta modalidade. E se antes de 05 de outubro de 1988 uma pessoa tivesse há 4 anos dentro do limite da usucapião urbana? Predominou que só corria o prazo a partir da criação do instituto, não só porque antes não existia e o prazo não podia correr, como também não se poderia prejudicar o proprietário.

d) Moradia sua ou de sua família – não basta ter posse, é preciso que a pessoa more, sozinha ou com sua família, ao longo de todo o prazo (não só no início ou no final). Logo, não cabe *accessio temporis* por cessão da posse.

e) Nenhum outro imóvel, nem urbano, nem rural, no Brasil. O usucapiente não prova isso, apenas alega. Se alguém não quiser a usucapião, prova o contrário. Este requisito é verificado no momento em que completa 5 anos.

Em relação à previsão da usucapião especial rural, destaca-se o artigo 191, CF:

*Art. 191. CF. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.*

*Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.*

Além dos requisitos gerais (*animus* e posse que seja pública, pacífica, ininterrupta e contínua), são exigidos os seguintes requisitos específicos:

a) Imóvel rural

b) 50 hectares, no máximo – há também legislação que estabelece um limite mínimo, o módulo rural (Estatuto da Terra). É possível usucapir áreas menores que o módulo rural? Tem prevalecido o entendimento de que pode, mas é assunto muito controverso.

c) 5 anos – pode ser considerado o prazo antes 05 de outubro de 1988 (Constituição Federal)? Depende. Se a área é de até 25 hectares sim, pois já havia tal possibilidade antes da CF/88. Se área for maior (entre 25 ha e 50 ha) não.

d) Moradia sua ou de sua família – a pessoa deve morar na área rural.

e) Nenhum outro imóvel.

f) O usucapiente, com seu trabalho, deve ter tornado a área produtiva. Por isso, é chamado de usucapião “pro labore”. Dependerá do caso concreto.

## Uso temporário

No mais, estabelece-se uma terceira limitação ao direito de propriedade que não possui o caráter definitivo da desapropriação, mas é temporária, conforme artigo 5º, XXV, CF:

*Artigo 5º, XXV, CF. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.*

Se uma pessoa tem uma propriedade, numa situação de perigo, o poder público pode se utilizar dela (ex: montar uma base para capturar um fugitivo), pois o interesse da coletividade é maior que o do indivíduo proprietário.

## Direito sucessório

O direito sucessório aparece como uma faceta do direito à propriedade, encontrando disciplina constitucional no artigo 5º, XXX e XXXI, CF:

*Artigo 5º, XXX, CF. É garantido o direito de herança;*

*Artigo 5º, XXXI, CF. A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.*

O direito à herança envolve o direito de receber – seja devido a uma previsão legal, seja por testamento – bens de uma pessoa que faleceu. Assim, o patrimônio passa para outra pessoa, conforme a vontade do falecido e/ou a lei determine. A Constituição estabelece uma disciplina específica para bens de estrangeiros situados no Brasil, assegurando que eles sejam repassados ao cônjuge e filhos brasileiros nos termos da lei mais benéfica (do Brasil ou do país estrangeiro).

## Direito do consumidor

Nos termos do artigo 5º, XXXII, CF:

*Artigo 5º, XXXII, CF. O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.*

O direito do consumidor liga-se ao direito à propriedade a partir do momento em que garante à pessoa que irá adquirir bens e serviços que estes sejam entregues e prestados da forma adequada, impedindo que o fornecedor se enriqueça ilicitamente, se aproveite de maneira indevida da posição menos favorável e de vulnerabilidade técnica do consumidor.

O Direito do Consumidor pode ser considerado o ramo recente do Direito. No Brasil, a legislação que o regulamentou foi promulgada nos anos 90, qual seja a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, conforme determinado pela Constituição Federal de 1988, que também estabeleceu no artigo 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

*Artigo 48, ADCT. O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará código de defesa do consumidor.*

A elaboração do Código de Defesa do Consumidor foi um grande passo para a proteção da pessoa nas relações de consumo que estabeleça, respeitando-se a condição de hipossuficiente técnico daquele que adquire um bem ou faz uso de determinado serviço, enquanto consumidor.

## Propriedade intelectual

Além da propriedade material, o constituinte protege também a propriedade intelectual, notadamente no artigo 5º, XXVII, XXVIII e XXIX, CF:

*Artigo 5º, XXVII, CF. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;*

*Artigo 5º, XXVIII, CF. São assegurados, nos termos da lei:*

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

*Artigo 5º, XXIX, CF. A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.*

Assim, a propriedade possui uma vertente intelectual que deve ser respeitada, tanto sob o aspecto moral quanto sob o patrimonial. No âmbito infraconstitucional brasileiro, a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, regulamenta os direitos autorais, isto é, “os direitos de autor e os que lhes são conexos”.

O artigo 7º do referido diploma considera como obras intelectuais que merecem a proteção do direito do autor os textos de obras de natureza literária, artística ou científica; as conferências, sermões e obras semelhantes; as obras cinematográficas e televisivas; as composições musicais; fotografias; ilustrações; programas de computador; coletâneas e enciclopédias; entre outras.

Os direitos morais do autor, que são imprescritíveis, inalienáveis e irrenunciáveis, envolvem, basicamente, o direito de reivindicar a autoria da obra, ter seu nome divulgado na utilização desta, assegurar a integridade desta ou modificá-la e retirá-la de circulação se esta passar a afrontar sua honra ou imagem.

Já os direitos patrimoniais do autor, nos termos dos artigos 41 a 44 da Lei nº 9.610/98, prescrevem em 70 anos contados do primeiro ano seguinte à sua morte ou do falecimento do último coautor, ou contados do primeiro ano seguinte à divulgação da obra se esta for de natureza audiovisual ou fotográfica. Estes, por sua vez, abrangem, basicamente, o direito de dispor sobre a reprodução, edição, adaptação, tradução, utilização, inclusão em bases de dados ou qualquer outra modalidade de utilização; sendo que estas modalidades de utilização podem se dar a título oneroso ou gratuito.

“Os direitos autorais, também conhecidos como *copyright* (direito de cópia), são considerados bens móveis, podendo ser alienados, doados, cedidos ou locados. Ressalte-se que a permissão a terceiros de utilização de criações artísticas é direito do autor. [...] A proteção constitucional abrange o plágio e a contrafação. Enquanto que o primeiro caracteriza-se pela difusão de obra criada ou produzida por terceiros, como se fosse própria, a segunda configura a reprodução de obra alheia sem a necessária permissão do autor”<sup>16</sup>.

## - Direitos de acesso à justiça

A formação de um conceito sistemático de acesso à justiça se dá com a teoria de Cappelletti e Garth, que apontaram três ondas de acesso, isto é, três posicionamentos básicos para a realização efetiva de tal acesso. Tais ondas foram percebidas paulatinamente com a evolução do Direito moderno conforme implementadas as bases da onda anterior, quer dizer, ficou evidente aos autores a emergência de uma nova onda quando superada a afirmação das premissas da onda anterior, restando parcialmente implementada (visto que até hoje enfrentam-se obstáculos ao pleno atendimento em todas as ondas).

Primeiro, Cappelletti e Garth<sup>17</sup> entendem que surgiu uma onda de concessão de assistência judiciária aos pobres, partindo-se da prestação sem interesse de remuneração por parte dos advogados e, ao final, levando à criação de um aparato estrutural para a prestação da assistência pelo Estado.

Em segundo lugar, no entender de Cappelletti e Garth<sup>18</sup>, veio a onda de superação do problema na representação dos interesses difusos, saindo da concepção tradicional de processo como algo restrito a apenas duas partes individualizadas e ocasionando o surgimento de novas instituições, como o Ministério Público.

Finalmente, Cappelletti e Garth<sup>19</sup> apontam uma terceira onda consistente no surgimento de uma concepção mais ampla de acesso à justiça, considerando o conjunto de instituições, mecanismos, pessoas e procedimentos utilizados: “[...] esse enfoque encoraja a exploração de uma ampla variedade de reformas, incluindo alterações nas formas de procedimento, mudanças na estrutura dos tribunais ou a criação de novos tribunais, o uso de pessoas leigas ou paraprofissionais, tanto como juizes quanto como defensores, modificações no direito substantivo destinadas a evitar litígios ou facilitar sua solução e a utilização de mecanismos privados ou informais de solução dos litígios. Esse enfoque, em suma, não recebe inovações radicais e compreensivas, que vão muito além da esfera de representação judicial”.

Assim, dentro da noção de acesso à justiça, diversos aspectos podem ser destacados: de um lado, deve criar-se o Poder Judiciário e se disponibilizar meios para que todas as pessoas possam buscá-lo; de outro lado, não basta garantir meios de acesso se estes forem insuficientes, já que para que exista o verdadeiro acesso à justiça é necessário que se aplique o direito material de maneira justa e célere.

16 MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**: teoria geral, comentários aos artigos 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 1997.

17 CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução Ellen Grace Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1998, p. 31-32.

18 Ibid., p. 49-52

19 Ibid., p. 67-73

Relacionando-se à primeira onda de acesso à justiça, prevê a Constituição em seu artigo 5º, XXXV:

*Artigo 5º, XXXV, CF. A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.*

O princípio da inafastabilidade da jurisdição é o princípio de Direito Processual Público subjetivo, também cunhado como Princípio da Ação, em que a Constituição garante a necessária tutela estatal aos conflitos ocorrentes na vida em sociedade. Sempre que uma controvérsia for levada ao Poder Judiciário, preenchidos os requisitos de admissibilidade, ela será resolvida, independentemente de haver ou não previsão específica a respeito na legislação.

Também se liga à primeira onda de acesso à justiça, no que tange à abertura do Judiciário mesmo aos menos favorecidos economicamente, o artigo 5º, LXXIV, CF:

*Artigo 5º, LXXIV, CF. O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.*

O constituinte, ciente de que não basta garantir o acesso ao Poder Judiciário, sendo também necessária a efetividade processual, incluiu pela Emenda Constitucional nº 45/2004 o inciso LXXVIII ao artigo 5º da Constituição:

*Artigo 5º, LXXVIII, CF. A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.*

Com o tempo se percebeu que não bastava garantir o acesso à justiça se este não fosse célere e eficaz. Não significa que se deve acelerar o processo em detrimento de direitos e garantias assegurados em lei, mas sim que é preciso proporcionar um trâmite que dure nem mais e nem menos que o necessário para a efetiva realização da justiça no caso concreto.

## - Direitos constitucionais-penais

### Juiz natural e vedação ao juízo ou tribunal de exceção

Quando o artigo 5º, LIII, CF menciona:

*Artigo 5º, LIII, CF. Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”, consolida o princípio do juiz natural que assegura a toda pessoa o direito de conhecer previamente daquele que a julgará no processo em que seja parte, revestindo tal juízo em jurisdição competente para a matéria específica do caso antes mesmo do fato ocorrer.*

Por sua vez, um desdobramento deste princípio encontra-se no artigo 5º, XXXVII, CF:

*Artigo 5º, XXXVII, CF. Não haverá juízo ou tribunal de exceção.*

Juízo ou Tribunal de Exceção é aquele especialmente criado para uma situação pretérita, bem como não reconhecido como legítimo pela Constituição do país.

## Tribunal do júri

A respeito da competência do Tribunal do júri, prevê o artigo 5º, XXXVIII, CF:

*Artigo 5º, XXXVIII. É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:*

- a) a plenitude de defesa;*
- b) o sigilo das votações;*
- c) a soberania dos veredictos;*
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.*

O Tribunal do Júri é formado por pessoas do povo, que julgam os seus pares. Entende-se ser direito fundamental o de ser julgado por seus iguais, membros da sociedade e não magistrados, no caso de determinados crimes que por sua natureza possuem fortes fatores de influência emocional.

Plenitude da defesa envolve tanto a autodefesa quanto a defesa técnica e deve ser mais ampla que a denominada ampla defesa assegurada em todos os procedimentos judiciais e administrativos.

Sigilo das votações envolve a realização de votações secretas, preservando a liberdade de voto dos que compõem o conselho que irá julgar o ato praticado.

A decisão tomada pelo conselho é soberana. Contudo, a soberania dos veredictos veda a alteração das decisões dos jurados, não a recorribilidade dos julgamentos do Tribunal do Júri para que seja procedido novo julgamento uma vez cassada a decisão recorrida, haja vista preservar o ordenamento jurídico pelo princípio do duplo grau de jurisdição.

Por fim, a competência para julgamento é dos crimes dolosos (em que há intenção ou ao menos se assume o risco de produção do resultado) contra a vida, que são: homicídio, aborto, induzimento, instigação ou auxílio a suicídio e infanticídio. Sua competência não é absoluta e é mitigada, por vezes, pela própria Constituição (artigos 29, X / 102, I, b) e c) / 105, I, a) / 108, I).

## Anterioridade e irretroatividade da lei

O artigo 5º, XXXIX, CF preconiza:

*Artigo 5º, XXXIX, CF. Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.*

É a consagração da regra do *nullum crimen nulla poena sine praevia lege*. Simultaneamente, se assegura o princípio da legalidade (ou reserva legal), na medida em que não há crime sem lei que o defina, nem pena sem prévia cominação legal, e o princípio da anterioridade, posto que não há crime sem lei anterior que o defina.

Ainda no que tange ao princípio da anterioridade, tem-se o artigo 5º, XL, CF:

*Artigo 5º, XL, CF. A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.*

O dispositivo consolida outra faceta do princípio da anterioridade: se, por um lado, é necessário que a lei tenha definido um fato como crime e dado certo tratamento penal a este fato (ex.: pena de detenção ou reclusão, tempo de pena, etc.) antes que ele ocorra; por outro lado, se vier uma lei posterior ao fato que o exclua do

rol de crimes ou que confira tratamento mais benéfico (diminuindo a pena ou alterando o regime de cumprimento, notadamente), ela será aplicada. Restam consagrados tanto o princípio da irretroatividade da lei penal *in pejus* quanto o da retroatividade da lei penal mais benéfica.

## Menções específicas a crimes

O artigo 5º, XLI, CF estabelece:

*Artigo 5º, XLI, CF. A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.*

Sendo assim confere fórmula genérica que remete ao princípio da igualdade numa concepção ampla, razão pela qual práticas discriminatórias não podem ser aceitas. No entanto, o constituinte entendeu por bem prever tratamento específico a certas práticas criminosas.

Neste sentido, prevê o artigo 5º, XLII, CF:

*Artigo 5º, XLII, CF. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.*

A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Contra eles não cabe fiança (pagamento de valor para deixar a prisão provisória) e não se aplica o instituto da prescrição (perda de pretensão de se processar/punir uma pessoa pelo decurso do tempo).

Não obstante, preconiza ao artigo 5º, XLIII, CF:

*Artigo 5º, XLIII, CF. A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.*

Anistia, graça e indulto diferenciam-se nos seguintes termos: a anistia exclui o crime, rescinde a condenação e extingue totalmente a punibilidade, a graça e o indulto apenas extinguem a punibilidade, podendo ser parciais; a anistia, em regra, atinge crimes políticos, a graça e o indulto, crimes comuns; a anistia pode ser concedida pelo Poder Legislativo, a graça e o indulto são de competência exclusiva do Presidente da República; a anistia pode ser concedida antes da sentença final ou depois da condenação irrecorrível, a graça e o indulto pressupõem o trânsito em julgado da sentença condenatória; graça e o indulto apenas extinguem a punibilidade, persistindo os efeitos do crime, apagados na anistia; graça é em regra individual e solicitada, enquanto o indulto é coletivo e espontâneo.

Não cabe graça, anistia ou indulto (pode-se considerar que o artigo o abrange, pela doutrina majoritária) contra crimes de tortura, tráfico, terrorismo (TTT) e hediondos (previstos na Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990). Além disso, são crimes que não aceitam fiança.

Por fim, prevê o artigo 5º, XLIV, CF:

*Artigo 5º, XLIV, CF. Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.*



## Personalidade da pena

A personalidade da pena encontra respaldo no artigo 5º, XLV, CF:

*Artigo 5º, XLV, CF. Nenhuma pena **passará da pessoa do condenado**, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.*

O princípio da personalidade encerra o comando de o crime ser imputado somente ao seu autor, que é, por seu turno, a única pessoa passível de sofrer a sanção. Seria flagrante a injustiça se fosse possível alguém responder pelos atos ilícitos de outrem: caso contrário, a reação, ao invés de restringir-se ao malfeitor, alcançaria inocentes. Contudo, se uma pessoa deixou patrimônio e faleceu, este patrimônio responderá pelas repercussões financeiras do ilícito.

## Individualização da pena

A individualização da pena tem por finalidade concretizar o princípio de que a responsabilização penal é sempre pessoal, devendo assim ser aplicada conforme as peculiaridades do agente.

A primeira menção à individualização da pena se encontra no artigo 5º, XLVI, CF:

*Artigo 5º, XLVI, CF. A lei regulará a **individualização da pena** e adotará, entre outras, as seguintes:*

- a) *privação ou restrição da liberdade;*
- b) *perda de bens;*
- c) *multa;*
- d) *prestação social alternativa;*
- e) *suspensão ou interdição de direitos.*

Pelo princípio da individualização da pena, a pena deve ser individualizada nos planos legislativo, judiciário e executório, evitando-se a padronização a sanção penal. A individualização da pena significa adaptar a pena ao condenado, consideradas as características do agente e do delito.

A pena privativa de liberdade é aquela que restringe, com maior ou menor intensidade, a liberdade do condenado, consistente em permanecer em algum estabelecimento prisional, por um determinado tempo.

A pena de multa ou patrimonial opera uma diminuição do patrimônio do indivíduo delituoso.

A prestação social alternativa corresponde às penas restritivas de direitos, autônomas e substitutivas das penas privativas de liberdade, estabelecidas no artigo 44 do Código Penal.

Por seu turno, a individualização da pena deve também se fazer presente na fase de sua execução, conforme se depreende do artigo 5º, XLVIII, CF:

*Artigo 5º, XLVIII, CF. A pena será cumprida em **estabelecimentos distintos**, de acordo com a **natureza do delito**, a **idade** e o **sexo** do apenado.*

A distinção do estabelecimento conforme a natureza do delito visa impedir que a prisão se torne uma faculdade do crime. Infelizmente, o Estado não possui aparato suficiente para cumprir tal diretiva, diferenciando, no máximo, o nível de segurança das prisões. Quanto à idade, destacam-se as Fundações Casas, para cumprimento de medida por menores infratores. Quanto ao sexo, prisões costumam ser exclusivamente para homens ou para mulheres.

Também se denota o respeito à individualização da pena nesta faceta pelo artigo 5º, L, CF:

*Artigo 5º, L, CF. Às **presidiárias** serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus **filhos** durante o período de **amamentação**.*

Preserva-se a individualização da pena porque é tomada a condição peculiar da presa que possui filho no período de amamentação, mas também se preserva a dignidade da criança, não a afastando do seio materno de maneira precária e impedindo a formação de vínculo pela amamentação.

## Vedação de determinadas penas

O constituinte viu por bem proibir algumas espécies de penas, consoante ao artigo 5º, XLVII, CF:

*Artigo 5º, XLVII, CF. não haverá penas:*

- a) *de **morte**, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;*
- b) *de **caráter perpétuo**;*
- c) *de **trabalhos forçados**;*
- d) *de **banimento**;*
- e) ***cruéis**.*

Em resumo, o inciso consolida o princípio da humanidade, pelo qual o “poder punitivo estatal não pode aplicar sanções que atinjam a dignidade da pessoa humana ou que lesionem a constituição físico-psíquica dos condenados”<sup>20</sup>.

Quanto à questão da pena de morte, percebe-se que o constituinte não estabeleceu uma total vedação, autorizando-a nos casos de guerra declarada. Obviamente, deve-se respeitar o princípio da anterioridade da lei, ou seja, a legislação deve prever a pena de morte ao fato antes dele ser praticado. No ordenamento brasileiro, este papel é cumprido pelo Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969), que prevê a pena de morte a ser executada por fuzilamento nos casos tipificados em seu Livro II, que aborda os crimes militares em tempo de guerra.

Por sua vez, estão absolutamente vedadas em quaisquer circunstâncias as penas de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento e cruéis.

No que tange aos trabalhos forçados, vale destacar que o trabalho obrigatório não é considerado um tratamento contrário à dignidade do recluso, embora o trabalho forçado o seja. O trabalho é obrigatório, dentro das condições do apenado, não podendo ser cruel ou menosprezar a capacidade física e intelectual do condenado; como o trabalho não existe independente da educação, cabe incentivar o aperfeiçoamento pessoal; até mesmo porque o trabalho deve se aproximar da realidade do mundo externo, será remunerado; além disso, condições de dignidade e segurança do trabalhador, como descanso semanal e equipamentos de proteção, deverão ser respeitados.

20 BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1.



## Respeito à integridade do preso

Prevê o artigo 5º, XLIX, CF:

*Artigo 5º, XLIX, CF. É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.*

Obviamente, o desrespeito à integridade física e moral do preso é uma violação do princípio da dignidade da pessoa humana.

Dois tipos de tratamentos que violam esta integridade estão mencionados no próprio artigo 5º da Constituição Federal. Em primeiro lugar, tem-se a vedação da tortura e de tratamentos desumanos e degradantes (artigo 5º, III, CF), o que vale na execução da pena.

No mais, prevê o artigo 5º, LVIII, CF:

*Artigo 5º, LVIII, CF. O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.*

Se uma pessoa possui identificação civil, não há porque fazer identificação criminal, colhendo digitais, fotos, etc. Pensa-se que seria uma situação constrangedora desnecessária ao suspeito, sendo assim, violaria a integridade moral.

## Devido processo legal, contraditório e ampla defesa

Estabelece o artigo 5º, LIV, CF:

*Artigo 5º, LIV, CF. Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.*

Pelo princípio do devido processo legal a legislação deve ser respeitada quando o Estado pretender punir alguém judicialmente. Logo, o procedimento deve ser livre de vícios e seguir estritamente a legislação vigente, sob pena de nulidade processual.

Surgem como corolário do devido processo legal o contraditório e a ampla defesa, pois somente um procedimento que os garanta estará livre dos vícios. Neste sentido, o artigo 5º, LV, CF:

*Artigo 5º, LV, CF. Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.*

O devido processo legal possui a faceta formal, pela qual se deve seguir o adequado procedimento na aplicação da lei e, sendo assim, respeitar o contraditório e a ampla defesa. Não obstante, o devido processo legal tem sua faceta material que consiste na tomada de decisões justas, que respeitem os parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade.

## Vedação de provas ilícitas

Conforme o artigo 5º, LVI, CF:

*Artigo 5º, LVI, CF. São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.*

Provas ilícitas, por força da nova redação dada ao artigo 157 do CPP, são as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais, ou seja, prova ilícita é a que viola regra de direito material, constitucional ou legal, no momento da sua obtenção. São vedadas porque não se pode aceitar o descumprimento do ordenamento para fazê-lo cumprir: seria paradoxal.

## Presunção de inocência

Prevê a Constituição no artigo 5º, LVII:

*Artigo 5º, LVII, CF. Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.*

Consolida-se o princípio da presunção de inocência, pelo qual uma pessoa não é culpada até que, em definitivo, o Judiciário assim decida, respeitados todos os princípios e garantias constitucionais.

## Ação penal privada subsidiária da pública

Nos termos do artigo 5º, LIX, CF:

*Artigo 5º, LIX, CF. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.*

A chamada ação penal privada subsidiária da pública encontra respaldo constitucional, assegurando que a omissão do poder público na atividade de persecução criminal não será ignorada, fornecendo-se instrumento para que o interessado a proponha.

## Prisão e liberdade

O constituinte confere espaço bastante extenso no artigo 5º em relação ao tratamento da prisão, notadamente por se tratar de ato que vai contra o direito à liberdade. Obviamente, a prisão não é vedada em todos os casos, porque práticas atentatórias a direitos fundamentais implicam na tipificação penal, autorizando a restrição da liberdade daquele que assim agiu.

No inciso LXI do artigo 5º, CF, prevê-se:

*Artigo 5º, LXI, CF. Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.*

Logo, a prisão somente se dará em caso de flagrante delito (necessariamente antes do trânsito em julgado), ou em caráter temporário, provisório ou definitivo (as duas primeiras independente do trânsito em julgado, preenchidos requisitos legais e a última pela irreversibilidade da condenação).

Aborda-se no artigo 5º, LXII o dever de comunicação ao juiz e à família ou pessoa indicada pelo preso:

*Artigo 5º, LXII, CF. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.*

Não obstante, o preso deverá ser informado de todos os seus direitos, inclusive o direito ao silêncio, podendo entrar em contato com sua família e com um advogado, conforme artigo 5º, LXIII, CF:

*Artigo 5º, LXIII, CF. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.*

Estabelece-se no artigo 5º, LXIV, CF:

*Artigo 5º, LXIV, CF. O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.*

Por isso mesmo, o auto de prisão em flagrante e a ata do depoimento do interrogatório são assinados pelas autoridades envolvidas nas práticas destes atos procedimentais.

Ainda, a legislação estabelece inúmeros requisitos para que a prisão seja validada, sem os quais cabe relaxamento, tanto que assim prevê o artigo 5º, LXV, CF:

*Artigo 5º, LXV, CF. A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.*

Desta forma, como decorrência lógica, tem-se a previsão do artigo 5º, LXVI, CF:

*Artigo 5º, LXVI, CF. Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.*

Mesmo que a pessoa seja presa em flagrante, devido ao princípio da presunção de inocência, entende-se que ela não deve ser mantida presa quando não preencher os requisitos legais para prisão preventiva ou temporária.

## Indenização por erro judiciário

A disciplina sobre direitos decorrentes do erro judiciário encontra-se no artigo 5º, LXXV, CF:

*Artigo 5º, LXXV, CF. O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.*

Trata-se do erro em que incorre um juiz na apreciação e julgamento de um processo criminal, resultando em condenação de alguém inocente. Neste caso, o Estado indenizará. Ele também indenizará uma pessoa que ficar presa além do tempo que foi condenada a cumprir.

## 1.5) Direitos fundamentais implícitos

Nos termos do § 2º do artigo 5º da Constituição Federal:

*Artigo 5º, §2º, CF. Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.*

Daí se depreende que os direitos ou garantias podem estar expressos ou implícitos no texto constitucional. Sendo assim, o rol enumerado nos incisos do artigo 5º é apenas exemplificativo, não taxativo.

## 1.6) Tribunal Penal Internacional

Preconiza o artigo 5º, CF em seu § 4º:

*Artigo 5º, §4º, CF. O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.*

O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 4.388 de 25 de setembro de 2002. Ele contém 128 artigos e foi elaborado em Roma, no dia 17 de julho de 1998, regendo a competência e o funcionamento deste Tribunal voltado às pessoas responsáveis por crimes de maior gravidade com repercussão internacional (artigo 1º, ETPI).

“Ao contrário da Corte Internacional de Justiça, cuja jurisdição é restrita a Estados, ao Tribunal Penal Internacional compete o processo e julgamento de violações contra indivíduos; e, distintamente dos Tribunais de crimes de guerra da Iugoslávia e de Ruanda, criados para analisarem crimes cometidos durante esses conflitos, sua jurisdição não está restrita a uma situação específica”<sup>21</sup>.

Resume Mello<sup>22</sup>: “a Conferência das Nações Unidas sobre a criação de uma Corte Criminal Internacional, reunida em Roma, em 1998, aprovou a referida Corte. Ela é permanente. Tem sede em Haia. A corte tem personalidade internacional. Ela julga: a) crime de genocídio; b) crime contra a humanidade; c) crime de guerra; d) crime de agressão. Para o crime de genocídio usa a definição da convenção de 1948. Como crimes contra a humanidade são citados: assassinato, escravidão, prisão violando as normas internacionais, violação tortura, apartheid, escravidão sexual, prostituição forçada, esterilização, etc. São crimes de guerra: homicídio internacional, destruição de bens não justificada pela guerra, deportação, forçar um prisioneiro a servir nas forças inimigas, etc.”.

## 1.7) Remédios constitucionais

Remédios constitucionais são as espécies de ações judiciárias que visam proteger os direitos fundamentais reconhecidos no texto constitucional quando a declaração e a garantia destes não se mostrar suficiente. Assim, o Poder Judiciário será acionado para sanar o desrespeito a estes direitos fundamentais, servindo cada espécie de ação para uma forma de violação.

### 1.7.1) Habeas corpus

No que tange à disciplina do habeas corpus, prevê a Constituição em seu artigo 5º, LXVIII:

*Artigo 5º, LXVIII, CF. Conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.*

Trata-se de ação gratuita, nos termos do artigo 5º, LXXVII, CF.

**a) Antecedentes históricos:** A Magna Carta inglesa, de 1215, foi o primeiro documento a mencionar este remédio e o *Habeas Corpus Act*, de 1679, o regulamentou.

**b) Escopo:** ação que serve para proteger a liberdade de locomoção. Antes de haver proteção no Brasil por outros remédios constitucionais de direitos que não este, o *habeas-corpus* foi utilizado para protegê-los. Hoje, apenas serve à lesão ou ameaça de lesão ao direito de ir e vir.

21 NEVES, Gustavo Bregalda. **Direito Internacional Público & Direito Internacional Privado**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

22 MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.



**c) Natureza jurídica:** ação constitucional de cunho predominantemente penal, pois protege o direito de ir e vir e vai contra a restrição arbitrária da liberdade.

**d) Espécies:** preventivo, para os casos de ameaça de violação ao direito de ir e vir, conferindo-se um “salvo conduto”, ou repressivo, para quando ameaça já tiver se materializado.

**e) Legitimidade ativa:** qualquer pessoa pode manejá-lo, em próprio nome ou de terceiro, bem como o Ministério Público (artigo 654, CPP). Impetrante é o que ingressa com a ação e paciente é aquele que está sendo vítima da restrição à liberdade de locomoção. As duas figuras podem se concentrar numa mesma pessoa.

**f) Legitimidade passiva:** pessoa física, agente público ou privado.

**g) Competência:** é determinada pela autoridade coatora, sendo a autoridade imediatamente superior a ela. Ex.: Delegado de Polícia é autoridade coatora, propõe na Vara Criminal Estadual; Juiz de Direito de uma Vara Criminal é a autoridade coatora, impetra no Tribunal de Justiça.

**h) Conceito de coação ilegal:** encontra-se no artigo 648, CPP:

*Artigo 648, CPP. A coação considerar-se-á ilegal: I - quando não houver justa causa; II - quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei; III - quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo; IV - quando houver cessado o motivo que autorizou a coação; V - quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza; VI - quando o processo for manifestamente nulo; VII - quando extinta a punibilidade.*

**i) Procedimento:** regulamentado nos artigos 647 a 667 do Código de Processo Penal.

## 1.7.2) Habeas data

O artigo 5º, LXXII, CF prevê:

*Artigo 5º, LXXII, CF. Conceder-se-á habeas data: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.*

Tal como o *habeas corpus*, trata-se de ação gratuita (artigo 5º, LXXVII, CF).

**a) Antecedente histórico:** *Freedom of Information Act*, de 1974.

**b) Escopo:** proteção do acesso a informações pessoais constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, para o conhecimento ou retificação (correção).

**c) Natureza jurídica:** ação constitucional que tutela o acesso a informações pessoais.

**d) Legitimidade ativa:** pessoa física, brasileira ou estrangeira, ou por pessoa jurídica, de direito público ou privado, tratando-se de ação personalíssima – os dados devem ser a respeito da pessoa que a propõe.

**e) Legitimidade passiva:** entidades governamentais da Administração Pública Direta e Indireta nas três esferas, bem como instituições, órgãos, entidades e pessoas jurídicas privadas prestadoras de serviços de interesse público que possuam dados relativos à pessoa do impetrante.

**f) Competência:** Conforme o caso, nos termos da Constituição, do Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, “d”), do Superior Tribunal de Justiça (art. 105, I, “b”), dos Tribunais Regionais Federais (art. 108, I, “c”), bem como dos juizes federais (art. 109, VIII).

**g) Regulamentação específica:** Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997.

**h) Procedimento:** artigos 8º a 19 da Lei nº 9.507/1997.

## 1.7.3) Mandado de segurança individual

Dispõe a Constituição no artigo 5º, LXIX:

*Artigo 5º, LXIX, CF. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.*

**a) Origem:** Veio com a finalidade de preencher a lacuna decorrente da sistemática do *habeas corpus* e das liminares possessórias.

**b) Escopo:** Trata-se de remédio constitucional com natureza subsidiária pelo qual se busca a invalidação de atos de autoridade ou a suspensão dos efeitos da omissão administrativa, geradores de lesão a direito líquido e certo, por ilegalidade ou abuso de poder. São protegidos todos os direitos líquidos e certos à exceção da proteção de direitos humanos à liberdade de locomoção e ao acesso ou retificação de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, ambos sujeitos a instrumentos específicos.

**c) Natureza jurídica:** ação constitucional de natureza civil, independente da natureza do ato impugnado (administrativo, jurisdicional, eleitoral, criminal, trabalhista).

**d) Espécies:** preventivo, quando se estiver na iminência de violação a direito líquido e certo, ou reparatório, quando já consumado o abuso/ilegalidade.

**e) Direito líquido e certo:** é aquele que pode ser demonstrado de plano mediante prova pré-constituída, sem a necessidade de dilação probatória, isto devido à natureza célere e sumária do procedimento.

**f) Legitimidade ativa:** a mais ampla possível, abrangendo não só a pessoa física como a jurídica, nacional ou estrangeira, residente ou não no Brasil, bem como órgãos públicos despersonalizados e universalidades/pessoas formais reconhecidas por lei.

**g) Legitimidade passiva:** A autoridade coatora deve ser autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Neste viés, o art. 6º, §3º, Lei nº 12.016/09, preceitua que “considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática”.

**h) Competência:** Fixada de acordo com a autoridade coatora.

**i) Regulamentação específica:** Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009.

**j) Procedimento:** artigos 6º a 19 da Lei nº 12.016/09.

## 1.7.4) Mandado de segurança coletivo

A Constituição Federal prevê a possibilidade de ingresso com mandado de segurança coletivo, consoante ao artigo 5º, LXX:

*Artigo 5º, LXX, CF. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: a) partido político com representação no Congresso Nacional; b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.*

**a) Origem:** Constituição Federal de 1988.

**b) Escopo:** preservação ou reparação de direito líquido e certo relacionado a interesses transindividuais (individuais homogêneos ou coletivos), e devido à questão da legitimidade ativa, pertencente a partidos políticos e determinadas associações.

**c) Natureza jurídica:** ação constitucional de natureza civil, independente da natureza do ato, de caráter coletivo.

**d) Objeto:** o objeto do mandado de segurança coletivo são os direitos coletivos e os direitos individuais homogêneos. Tal instituto não se presta à proteção dos direitos difusos, conforme posicionamento amplamente majoritário, já que, dada sua difícil individualização, fica improvável a verificação da ilegalidade ou do abuso do poder sobre tal direito (art. 21, parágrafo único, Lei nº 12.016/09).

**e) Legitimidade ativa:** como se extrai da própria disciplina constitucional, aliada ao artigo 21 da Lei nº 12.016/09, é de partido político com representação no Congresso Nacional, bem como de organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos que atinjam diretamente seus interesses ou de seus membros.

**f) Disciplina específica na Lei nº 12.016/09:**

*Art. 22, Lei nº 12.016/09. No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.*

§ 1º O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

§ 2º No mandado de segurança coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

## 1.7.5) Mandado de injunção

Regulamenta o artigo 5º, LXXI, CF:

*Artigo 5º, LXXI, CF. Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.*

**a) Escopo:** os dois requisitos constitucionais para que seja proposto o mandado de injunção são a existência de norma constitucional de eficácia limitada que prescreva direitos, liberdades constitucionais e prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania; além da falta de norma regulamentadores, impossibilitando o exercício dos direitos, liberdades e prerrogativas em questão. Assim, visa curar o hábito que se incutiu no legislador brasileiro de não regulamentar as normas de eficácia limitada para que elas não sejam aplicáveis.

**b) Natureza jurídica:** ação constitucional que objetiva a regulamentação de normas constitucionais de eficácia limitada.

**c) Legitimidade ativa:** qualquer pessoa, nacional ou estrangeira, física ou jurídica, capaz ou incapaz, que titularize direito fundamental não materializável por omissão legislativa do Poder público, bem como o Ministério Público na defesa de seus interesses institucionais. Não se aceita a legitimidade ativa de pessoas jurídicas de direito público.

**d) Competência:** Supremo Tribunal Federal, quando a elaboração de norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, “q”, CF); ao Superior Tribunal de Justiça, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos da competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal (art. 105, I, “h”, CF); ao Tribunal Superior Eleitoral, quando as decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais denegarem *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* ou mandado de injunção (art. 121, §4º, V, CF); e aos Tribunais de Justiça Estaduais, frente aos entes a ele vinculados.

**e) Procedimento:** aplicação analógica da Lei nº 12.016/09, não havendo lei específica.

## 1.7.6) Ação popular

Prevê o artigo 5º, LXXXIII, CF:

*Artigo 5º, LXXXIII, CF. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.*

**a) Origem:** Constituição Federal de 1934.

**b) Escopo:** é instrumento de exercício direto da democracia, permitindo ao cidadão que busque a proteção da coisa pública, ou seja, que vise assegurar a preservação dos interesses transindividuais.

**c) Natureza jurídica:** trata-se de ação constitucional, que visa anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural

**d) Legitimidade ativa:** deve ser cidadão, ou seja, aquele nacional que esteja no pleno gozo dos direitos políticos.

**e) Legitimidade passiva:** ente da Administração Pública, direta ou indireta, ou então pessoa jurídica que de algum modo lide com a coisa pública.

**f) Competência:** Será fixada de acordo com a origem do ato ou omissão a serem impugnados (artigo 5º, Lei nº 4.717/65).

**g) Regulamentação específica:** Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965.

**h) Procedimento:** artigos 7º a 19, Lei nº 4.717/65.

**1.8) Direitos humanos, tratados internacionais de proteção aos direitos humanos e repercussão no Direito brasileiro**

Estabelece o artigo 5º, § 2º, CF que os direitos e garantias podem decorrer, dentre outras fontes, dos “**tratados internacionais** em que a República Federativa do Brasil seja parte”.

Para o tratado internacional ingressar no ordenamento jurídico brasileiro deve ser observado um procedimento complexo, que exige o cumprimento de quatro fases: a negociação (bilateral ou multilateral, com posterior assinatura do Presidente da República), submissão do tratado assinado ao Congresso Nacional (que dará referendo por meio do decreto legislativo), ratificação do tratado (confirmação da obrigação perante a comunidade internacional) e a promulgação e publicação do tratado pelo Poder Executivo<sup>23</sup>. Notadamente, quando o constituinte menciona os tratados internacionais no §2º do artigo 5º refere-se àqueles que tenham por fulcro ampliar o rol de direitos do artigo 5º, ou seja, tratado internacional de direitos humanos.

O §1º e o §2º do artigo 5º existiam de maneira originária na Constituição Federal, conferindo o caráter de primazia dos direitos humanos, desde logo consagrando o princípio da primazia dos direitos humanos, como reconhecido pela doutrina e jurisprudência majoritários na época. “O princípio da primazia dos direitos humanos nas relações internacionais implica em que o Brasil deve incorporar os tratados quanto ao tema ao ordenamento interno brasileiro e respeitá-los. Implica, também em que as normas voltadas à proteção da dignidade em caráter universal devem ser aplicadas no Brasil em caráter prioritário em relação a outras normas”<sup>24</sup>.

Regra geral, os tratados internacionais comuns ingressam com força de lei ordinária no ordenamento jurídico brasileiro porque somente existe previsão constitucional quanto à possibilidade da equiparação às emendas constitucionais se o tratado abranger matéria de direitos humanos. Antes da emenda alterou o quadro quanto aos tratados de direitos humanos, era o que acontecia, mas isso não significa que tais direitos eram menos importantes devido ao princípio da primazia e ao reconhecimento dos direitos implícitos.

Por seu turno, com o advento da Emenda Constitucional nº 45/04 se introduziu o §3º ao artigo 5º da Constituição Federal, de modo que os tratados internacionais de direitos humanos foram equiparados às emendas constitucionais, desde que houvesse a aprovação do tratado em cada Casa do Congresso Nacional e obtivesse a votação em dois turnos e com três quintos dos votos dos respectivos membros:

*Artigo 5º, §3º, CF. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.*

Logo, a partir da alteração constitucional, os tratados de direitos humanos que ingressarem no ordenamento jurídico brasileiro, versando sobre matéria de direitos humanos, irão passar por um processo de aprovação semelhante ao da emenda constitucional.

23 VICENTE SOBRINHO, Benedito. **Direitos Fundamentais e Prisão Civil**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2008.

24 PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**. Salvador: JusPodivm, 2009.

Contudo, há posicionamentos conflituosos quanto à possibilidade de considerar como hierarquicamente constitucional os tratados internacionais de direitos humanos que ingressaram no ordenamento jurídico brasileiro anteriormente ao advento da referida emenda. Tal discussão se deu com relação à prisão civil do depositário infiel, prevista como legal na Constituição e ilegal no Pacto de São José da Costa Rica (tratado de direitos humanos aprovado antes da EC nº 45/04), sendo que o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento pela supralegalidade do tratado de direitos humanos anterior à Emenda (estaria numa posição que paralisaria a eficácia da lei infraconstitucional, mas não revogaria a Constituição no ponto controverso).

**2) Direitos sociais**

A Constituição Federal, dentro do Título II, aborda no capítulo II a categoria dos direitos sociais, em sua maioria normas programáticas e que necessitam de uma postura interventiva estatal em prol da implementação.

Os direitos assegurados nesta categoria encontram menção genérica no artigo 6º, CF:

*Artigo 6º, CF. Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.*

Trata-se de desdobramento da perspectiva do Estado Social de Direito. Em suma, são elencados os direitos humanos de 2ª dimensão, notadamente conhecidos como direitos econômicos, sociais e culturais. Em resumo, os direitos sociais envolvem prestações positivas do Estado (diferente dos de liberdade, que referem-se à postura de abstenção estatal), ou seja, políticas estatais que visem consolidar o princípio da igualdade não apenas formalmente, mas materialmente (tratando os desiguais de maneira desigual).

Por seu turno, embora no capítulo específico do Título II que aborda os direitos sociais não se perceba uma intensa regulamentação destes, à exceção dos direitos trabalhistas, o Título VIII da Constituição Federal, que aborda a ordem social, se concentra em trazer normativas mais detalhadas a respeito de direitos indicados como sociais.

**2.1) Igualdade material e efetivação dos direitos sociais**

Independentemente da categoria de direitos que esteja sendo abordada, a igualdade nunca deve aparecer num sentido meramente formal, mas necessariamente material. Significa que discriminações indevidas são proibidas, mas existem certas distinções que não só devem ser aceitas, como também se mostram essenciais.

No que tange aos direitos sociais percebe-se que a igualdade material assume grande relevância. Afinal, esta categoria de direitos pressupõe uma postura ativa do Estado em prol da efetivação. Nem todos podem arcar com suas despesas de saúde, educação, cultura, alimentação e moradia, assim como nem todos se encontram na posição de explorador da mão-de-obra, sendo a grande maioria da população de explorados. Estas pessoas estão numa clara posição de desigualdade e caberá ao Estado cuidar para que progressivamente atinjam uma posição de igualdade real, já que não é por conta desta posição desfavorável que se pode afirmar que são menos dignos, menos titulares de direitos fundamentais.



Logo, a efetivação dos direitos sociais é uma meta a ser alcançada pelo Estado em prol da consolidação da igualdade material. Sendo assim, o Estado buscará o crescente aperfeiçoamento da oferta de serviços públicos com qualidade para que todos os nacionais tenham garantidos seus direitos fundamentais de segunda dimensão da maneira mais plena possível.

Há se ressaltar também que o Estado não possui apenas um papel direto na promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais, mas também um indireto, quando por meio de sua gestão permite que os indivíduos adquiram condições para sustentarem suas necessidades pertencentes a esta categoria de direitos.

## 2.2) Reserva do possível e mínimo existencial

Os direitos sociais serão concretizados gradualmente, notadamente porque estão previstos em normas programáticas e porque a implementação deles gera um ônus para o Estado. Diferentemente dos direitos individuais, que dependem de uma postura de abstenção estatal, os direitos sociais precisam que o Estado assuma um papel ativo em prol da efetivação destes.

A previsão excessiva de direitos sociais no bojo de uma Constituição, a despeito de um instante bem-intencionado de palavras promovido pelo constituinte, pode levar à negativa, paradoxal – e, portanto, inadmissível – consequência de uma Carta Magna cujas finalidades não condigam com seus próprios prescritos, fato que deslegitima o Poder Público como determinador de que particulares respeitem os direitos fundamentais, já que sequer eles próprios, os administradores, conseguem cumprir o que consta de seu Estatuto Máximo<sup>25</sup>.

Tecnicamente, nos direitos sociais é possível invocar a cláusula da reserva do possível como argumento para a não implementação de determinado direito social – seja pela absoluta ausência de recursos (reserva do possível fática), seja pela ausência de previsão orçamentária nos termos do artigo 167, CF (reserva do possível jurídica).

O Ministro Celso de Mello afirmou em julgamento que os direitos sociais “não pode converter-se em promessa constitucional inconsequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado”<sup>26</sup>.

Sendo assim, a invocação da cláusula da reserva do possível, embora viável, não pode servir de muleta para que o Estado não arque com obrigações básicas. Neste viés, geralmente, quando invocada a cláusula é afastada, entendendo o Poder Judiciário que não cabe ao Estado se eximir de garantir direitos sociais com o simples argumento de que não há orçamento específico para isso – ele deveria ter reservado parcela suficiente de suas finanças para atender esta demanda.

Com efeito, deve ser preservado o mínimo existencial, que tem por fulcro limitar a discricionariedade político-administrativa e estabelecer diretrizes orçamentárias básicas a serem seguidas, sob pena de caber a intervenção do Poder Judiciário em prol de sua efetivação.

25 LAZARI, Rafael José Nadim de. **Reserva do possível e mínimo existencial**: a pretensão de eficácia da norma constitucional em face da realidade. Curitiba: Juruá, 2012, p. 56-57.

26 RTJ 175/1212-1213, Rel. Min. CELSO DE MELLO.

## 2.3) Princípio da proibição do retrocesso

Proibição do retrocesso é a impossibilidade de que uma conquista garantida na Constituição Federal sofra um retrocesso, de modo que um direito social garantido não pode deixar de ser.

Conforme jurisprudência, a proibição do retrocesso deve ser tomada com reservas, até mesmo porque segundo entendimento predominante as normas do artigo 7º, CF não são cláusula pética, sendo assim passíveis de alteração. Se for alterada normativa sobre direito trabalhista assegurado no referido dispositivo, não sendo o prejuízo evidente, entende-se válida (por exemplo, houve alteração do prazo prescricional diferenciado para os trabalhadores agrícolas). O que, em hipótese alguma, pode ser aceito é um retrocesso evidente, seja excluindo uma categoria de direitos (ex.: abolir o Sistema Único de Saúde), seja diminuindo sensivelmente a abrangência da proteção (ex.: excluindo o ensino médio gratuito).

Questão polêmica se refere à proibição do retrocesso: se uma decisão judicial melhorar a efetivação de um direito social, ela se torna vinculante e é impossível ao legislador alterar a Constituição para retirar este avanço? Por um lado, a proibição do retrocesso merece ser tomada em conceito amplo, abrangendo inclusive decisões judiciais; por outro lado, a decisão judicial não tem por fulcro alterar a norma, o que somente é feito pelo legislador, e ele teria o direito de prever que aquela decisão judicial não está incorporada na proibição do retrocesso. A questão é polêmica e não há entendimento dominante.

## 2.4) Direito individual do trabalho

O artigo 7º da Constituição enumera os direitos individuais dos trabalhadores urbanos e rurais. São os direitos individuais tipicamente trabalhistas, mas que não excluem os demais direitos fundamentais (ex.: honra é um direito no espaço de trabalho, sob pena de se incidir em prática de assédio moral).

*Artigo 7º, I, CF. Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.*

Significa que a demissão, se não for motivada por justa causa, assegura ao trabalhador direitos como indenização compensatória, entre outros, a serem arcados pelo empregador.

*Artigo 7º, II, CF. Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.*

Sem prejuízo de eventual indenização a ser recebida do empregador, o trabalhador que fique involuntariamente desempregado – entendendo-se por desemprego involuntário o que tenha origem num acordo de cessação do contrato de trabalho – tem direito ao seguro-desemprego, a ser arcado pela previdência social, que tem o caráter de assistência financeira temporária.

*Artigo 7º, III, CF. Fundo de garantia do tempo de serviço.*

Foi criado em 1967 pelo Governo Federal para proteger o trabalhador demitido sem justa causa. O FGTS é constituído de contas vinculadas, abertas em nome de cada trabalhador, quando o empregador efetua o primeiro depósito. O saldo da conta vinculada é formado pelos depósitos mensais efetivados pelo empregador,

equivalentes a 8,0% do salário pago ao empregado, acrescido de atualização monetária e juros. Com o FGTS, o trabalhador tem a oportunidade de formar um patrimônio, que pode ser sacado em momentos especiais, como o da aquisição da casa própria ou da aposentadoria e em situações de dificuldades, que podem ocorrer com a demissão sem justa causa ou em caso de algumas doenças graves.

*Artigo 7º, IV, CF. Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.*

Trata-se de uma visível norma programática da Constituição que tem por pretensão um salário mínimo que atenda a todas as necessidades básicas de uma pessoa e de sua família. Em pesquisa que tomou por parâmetro o preceito constitucional, detectou-se que “o salário mínimo do trabalhador brasileiro deveria ter sido de R\$ 2.892,47 em abril para que ele suprisse suas necessidades básicas e da família, segundo estudo divulgado nesta terça-feira, 07, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)”<sup>27</sup>.

*Artigo 7º, V, CF. Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.*

Cada trabalhador, dentro de sua categoria de emprego, seja ele professor, comerciário, metalúrgico, bancário, construtor civil, enfermeiro, recebe um salário base, chamado de Piso Salarial, que é sua garantia de recebimento dentro de seu grau profissional. O Valor do Piso Salarial é estabelecido em conformidade com a data base da categoria, por isso ele é definido em conformidade com um acordo, ou ainda com um entendimento entre patrão e trabalhador.

*Artigo 7º, VI, CF. Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.*

O salário não pode ser reduzido, a não ser que anão redução implique num prejuízo maior, por exemplo, demissão em massa durante uma crise, situações que devem ser negociadas em convenção ou acordo coletivo.

*Artigo 7º, VII, CF. Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.*

O salário mínimo é direito de todos os trabalhadores, mesmo daqueles que recebem remuneração variável (ex.: baseada em comissões por venda e metas);

*Artigo 7º, VIII, CF. Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.*

Também conhecido como gratificação natalina, foi instituída no Brasil pela Lei nº 4.090/1962 e garante que o trabalhador receba o correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração por mês trabalhado, ou seja, consiste no pagamento de um salário extra ao trabalhador e ao aposentado no final de cada ano.

*Artigo 7º, IX, CF. Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.*

O adicional noturno é devido para o trabalho exercido durante a noite, de modo que cada hora noturna sofre a redução de 7 minutos e 30 segundos, ou ainda, é feito acréscimo de 12,5% sobre o valor da hora diurna. Considera-se noturno, nas atividades urbanas, o trabalho realizado entre as 22:00 horas de um dia às 5:00 horas do dia seguinte; nas atividades rurais, é considerado noturno o trabalho executado na lavoura entre 21:00 horas de um dia às 5:00 horas do dia seguinte; e na pecuária, entre 20:00 horas às 4:00 horas do dia seguinte.

*Artigo 7º, X, CF. Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.*

Quanto ao possível crime de retenção de salário, não há no Código Penal brasileiro uma norma que determina a ação de retenção de salário como crime. Apesar do artigo 7º, X, CF dizer que é crime a retenção dolosa de salário, o dispositivo é norma de eficácia limitada, pois depende de lei ordinária, ainda mais porque qualquer norma penal incriminadora é regida pela legalidade estrita (artigo 5º, XXXIX, CF).

*Artigo 7º, XI, CF. Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.*

A Participação nos Lucros e Resultado (PLR), que é conhecido também por Programa de Participação nos Resultados (PPR), está prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000. Ela funciona como um bônus, que é ofertado pelo empregador e negociado com uma comissão de trabalhadores da empresa. A CLT não obriga o empregador a fornecer o benefício, mas propõe que ele seja utilizado.

*Artigo 7º, XII, CF. Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.*

Salário-família é o benefício pago na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados de qualquer condição até a idade de quatorze anos ou inválido de qualquer idade, independente de carência e desde que o salário-de-contribuição seja inferior ou igual ao limite máximo permitido. De acordo com a Portaria Interministerial MPS/MF nº 19, de 10/01/2014, valor do salário-família será de R\$ 35,00, por filho de até 14 anos incompletos ou inválido, para quem ganhar até R\$ 682,50. Já para o trabalhador que receber de R\$ 682,51 até R\$ 1.025,81, o valor do salário-família por filho de até 14 anos de idade ou inválido de qualquer idade será de R\$ 24,66.

*Artigo 7º, XIII, CF. duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.*

*Artigo 7º, XVI, CF. Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.*

27 <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/salario-minimo-deveria-ter-sido-de-r-2-892-47-em-abril>



A legislação trabalhista vigente estabelece que a duração normal do trabalho, salvo os casos especiais, é de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais, no máximo. Todavia, poderá a jornada diária de trabalho dos empregados maiores ser acrescida de horas suplementares, em número não excedentes a duas, no máximo, para efeito de serviço extraordinário, mediante acordo individual, acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa. Excepcionalmente, ocorrendo necessidade imperiosa, poderá ser prorrogada além do limite legalmente permitido. A remuneração do serviço extraordinário, desde a promulgação da Constituição Federal, deverá constar, obrigatoriamente, do acordo, convenção ou sentença normativa, e será, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal.

*Artigo 7º, XIV, CF. Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.*

O constituinte ao estabelecer jornada máxima de 6 horas para os turnos ininterruptos de revezamento, expressamente ressaltando a hipótese de negociação coletiva, objetivou prestigiar a atuação da entidade sindical. Entretanto, a jurisprudência evoluiu para uma interpretação restritiva de seu teor, tendo como parâmetro o fato de que o trabalho em turnos ininterruptos é por demais desgastante, penoso, além de trazer malefícios de ordem fisiológica para o trabalhador, inclusive distúrbios no âmbito psicossocial já que dificulta o convívio em sociedade e com a própria família.

*Artigo 7º, XV, CF. Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.*

O Descanso Semanal Remunerado é de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, devendo ser concedido preferencialmente aos domingos, sendo garantido a todo trabalhador urbano, rural ou doméstico. Havendo necessidade de trabalho aos domingos, desde que previamente autorizados pelo Ministério do Trabalho, aos trabalhadores é assegurado pelo menos um dia de repouso semanal remunerado coincidente com um domingo a cada período, dependendo da atividade (artigo 67, CLT).

*Artigo 7º, XVII, CF. Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.*

O salário das férias deve ser superior em pelo menos um terço ao valor da remuneração normal, com todos os adicionais e benefícios aos quais o trabalhador tem direito. A cada doze meses de trabalho – denominado período aquisitivo – o empregado terá direito a trinta dias corridos de férias, se não tiver faltado injustificadamente mais de cinco vezes ao serviço (caso isso ocorra, os dias das férias serão diminuídos de acordo com o número de faltas).

*Artigo 7º, XVIII, CF. Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.*

O salário da trabalhadora em licença é chamado de salário-maternidade, é pago pelo empregador e por ele descontado dos recolhimentos habituais devidos à Previdência Social. A trabalhadora pode sair de licença a partir do último mês de gestação, sendo que o período de licença é de 120 dias. A Constituição também garante que, do momento em que se confirma a gravidez até cinco meses após o parto, a mulher não pode ser demitida.

*Artigo 7º, XIX, CF. Licença-paternidade, nos termos fixados em lei.*

O homem tem direito a 5 dias de licença-paternidade para estar mais próximo do bebê recém-nascido e ajudar a mãe nos processos pós-operatórios.

*Artigo 7º, XX, CF. Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.*

Embora as mulheres sejam maioria na população de 10 anos ou mais de idade, elas são minoria na população ocupada, mas estão em maioria entre os desocupados. Acrescenta-se ainda, que elas são maioria também na população não economicamente ativa. Além disso, ainda há relevante diferença salarial entre homens e mulheres, sendo que os homens recebem mais porque os empregadores entendem que eles necessitam de um salário maior para manter a família. Tais disparidades colocam em evidência que o mercado de trabalho da mulher deve ser protegido de forma especial.

*Artigo 7º, XXI, CF. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.*

Nas relações de emprego, quando uma das partes deseja rescindir, sem justa causa, o contrato de trabalho por prazo indeterminado, deverá, antecipadamente, notificar à outra parte, através do aviso prévio. O aviso prévio tem por finalidade evitar a surpresa na ruptura do contrato de trabalho, possibilitando ao empregador o preenchimento do cargo vago e ao empregado uma nova colocação no mercado de trabalho, sendo que o aviso prévio pode ser trabalhado ou indenizado.

*Artigo 7º, XXII, CF. Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.*

Trata-se ao direito do trabalhador a um meio ambiente do trabalho salubre. Fiorillo<sup>28</sup> destaca que o equilíbrio do meio ambiente do trabalho está sedimentado na salubridade e na ausência de agentes que possam comprometer a incolumidade físico-psíquica dos trabalhadores.

*Artigo 7º, XXIII, CF. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.*

Penoso é o trabalho acervo, árduo, amargo, difícil, molesto, trabalhoso, incômodo, laborioso, doloroso, rude, que não é perigoso ou insalubre, mas penosa, exigindo atenção e vigilância acima do comum. Ainda não há na legislação específica previsão sobre o adicional de penosidade.

28 FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de Direito Ambiental brasileiro*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 21.

São consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem excesso de limites de tolerância para: ruído contínuo ou intermitente, ruídos de impacto, exposição ao calor e ao frio, radiações, certos agentes químicos e biológicos, vibrações, umidade, etc. O exercício de trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário base do empregado (súmula 228 do TST), ou previsão mais benéfica em Convenção Coletiva de Trabalho, equivalente a 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo; 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio; 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

O adicional de periculosidade é um valor devido ao empregado exposto a atividades perigosas. São consideradas atividades ou operações perigosas, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica; e a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial. O valor do adicional de periculosidade será o salário do empregado acrescido de 30%, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

O Tribunal Superior do Trabalho ainda não tem entendimento unânime sobre a possibilidade de cumulação destes adicionais.

#### *Artigo 7º, XXIV, CF. Aposentadoria.*

A aposentadoria é um benefício garantido a todo trabalhador brasileiro que pode ser usufruído por aquele que tenha contribuído ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) pelos prazos estipulados nas regras da Previdência Social e tenha atingido as idades mínimas previstas. Aliás, o direito à previdência social é considerado um direito social no próprio artigo 6º, CF.

*Artigo 7º, XXV, CF. Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.*

Todo estabelecimento com mais de 30 funcionárias com mais de 16 anos tem a obrigação de oferecer um espaço físico para que as mães deixem o filho de 0 a 6 meses, enquanto elas trabalham. Caso não ofereçam esse espaço aos bebês, a empresa é obrigada a dar auxílio-creche a mulher para que ela pague uma creche para o bebê de até 6 meses. O valor desse auxílio será determinado conforme negociação coletiva na empresa (acordo da categoria ou convenção). A empresa que tiver menos de 30 funcionárias registradas não tem obrigação de conceder o benefício. É facultativo (ela pode oferecer ou não). Existe a possibilidade de o benefício ser estendido até os 6 anos de idade e incluir o trabalhador homem. A duração do auxílio-creche e o valor envolvido variarão conforme negociação coletiva na empresa.

*Artigo 7º, XXVI, CF. Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.*

Neste dispositivo se funda o direito coletivo do trabalho, que encontra regulamentação constitucional nos artigos 8º a 11 da Constituição. Pelas convenções e acordos coletivos, entidades representativas da categoria dos trabalhadores entram em negociação com as empresas na defesa dos interesses da classe, assegurando o respeito aos direitos sociais;

*Artigo 7º, XXVII, CF. Proteção em face da automação, na forma da lei.*

Trata-se da proteção da substituição da máquina pelo homem, que pode ser feita, notadamente, qualificando o profissional para exercer trabalhos que não possam ser desempenhados por uma máquina (ex.: se criada uma máquina que substitui o trabalhador, deve ser ele qualificado para que possa operá-la).

*Artigo 7º, XXVIII, CF. Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.*

Atualmente, é a Lei nº 8.213/91 a responsável por tratar do assunto e em seus artigos 19, 20 e 21 apresenta a definição de doenças e acidentes de trabalho. Não se trata de legislação específica sobre o tema, mas sim de uma norma que dispõe sobre as modalidades de benefícios da previdência social. Referida Lei, em seu artigo 19 da preceitua que acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) é uma contribuição com natureza de tributo que as empresas pagam para custear benefícios do INSS oriundos de acidente de trabalho ou doença ocupacional, cobrindo a aposentadoria especial. A alíquota normal é de um, dois ou três por cento sobre a remuneração do empregado, mas as empresas que expõem os trabalhadores a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos precisam pagar adicionais diferenciados. Assim, quanto maior o risco, maior é a alíquota, mas atualmente o Ministério da Previdência Social pode alterar a alíquota se a empresa investir na segurança do trabalho.

Neste sentido, nada impede que a empresa seja responsabilizada pelos acidentes de trabalho, indenizando o trabalhador. Na atualidade entende-se que a possibilidade de cumulação do benefício previdenciário, assim compreendido como prestação garantida pelo Estado ao trabalhador acidentado (responsabilidade objetiva) com a indenização devida pelo empregador em caso de culpa (responsabilidade subjetiva), é pacífica, estando amplamente difundida na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho;

*Artigo 7º, XXIX, CF. Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.*

Prescrição é a perda da pretensão de buscar a tutela jurisdicional para assegurar direitos violados. Sendo assim, há um período de tempo que o empregado tem para requerer seu direito na Justiça do Trabalho. A prescrição trabalhista é sempre de 2 (dois) anos a partir do término do contrato de trabalho, atingindo as parcelas relativas aos 5 (cinco) anos anteriores, ou de 05 (cinco) anos durante a vigência do contrato de trabalho.

*Artigo 7º, XXX, CF. Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.*

Há uma tendência de se remunerar melhor homens brancos na faixa dos 30 anos que sejam casados, sendo patente a diferença remuneratória para com pessoas de diferente etnia, faixa etária ou sexo. Esta distinção atenta contra o princípio da igualdade e não é aceita pelo constituinte, sendo possível inclusive invocar a equiparação salarial judicialmente.

*Artigo 7º, XXXI, CF. Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.*

A pessoa portadora de deficiência, dentro de suas limitações, possui condições de ingressar no mercado de trabalho e não pode ser preterida meramente por conta de sua deficiência.

*Artigo 7º, XXXII, CF. Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.*

Os trabalhos manuais, técnicos e intelectuais são igualmente relevantes e contribuem todos para a sociedade, não cabendo a desvalorização de um trabalho apenas por se enquadrar numa ou outra categoria.

*Artigo 7º, XXXIII, CF. proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.*

Trata-se de norma protetiva do adolescente, estabelecendo-se uma idade mínima para trabalho e proibindo-se o trabalho em condições desfavoráveis.

*Artigo 7º, XXXIV, CF. Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.*

Avulso é o trabalhador que presta serviço a várias empresas, mas é contratado por sindicatos e órgãos gestores de mão-de-obra, possuindo os mesmos direitos que um trabalhador com vínculo empregatício permanente.

A Emenda Constitucional nº 72/2013, conhecida como PEC das domésticas, deu nova redação ao parágrafo único do artigo 7º:

*Artigo 7º, parágrafo único, CF. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.*

## 2.5) Direito coletivo do trabalho

Os artigos 8º a 11 trazem os direitos sociais coletivos dos trabalhadores, que são os exercidos pelos trabalhadores, coletivamente ou no interesse de uma coletividade, quais sejam: associação profissional ou sindical, greve, substituição processual, participação e representação classista<sup>29</sup>.

A liberdade de associação profissional ou sindical tem escopo no artigo 8º, CF:

*Art. 8º, CF. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:*

*I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;*

*II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;*

*III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;*

*IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;*

*V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;*

*VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;*

*VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;*

*VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.*

*Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.*

O direito de greve, por seu turno, está previsto no artigo 9º, CF:

*Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.*

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

A respeito, conferir a Lei nº 7.783/89, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. Enquanto não for disciplinado o direito de greve dos servidores públicos, esta é a legislação que se aplica, segundo o STF.

O direito de participação é previsto no artigo 10, CF:

Artigo 10, CF. É assegurada a **participação** dos trabalhadores e empregadores nos **colegiados dos órgãos públicos** em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Por fim, aborda-se o direito de representação classista no artigo 11, CF:

Artigo 11, CF. Nas empresas de mais de **duzentos** empregados, é assegurada a **eleição de um representante** destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

**1.2. TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: CAPÍTULO VII – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS; SEÇÃO II – DOS SERVIDORES PÚBLICOS; E SEÇÃO III – DOS MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS.**

## Administração Pública

### 1) Princípios da Administração Pública

Os valores éticos inerentes ao Estado, os quais permitem que ele consolide o bem comum e garanta a preservação dos interesses da coletividade, se encontram exteriorizados em princípios e regras. Estes, por sua vez, são estabelecidos na Constituição Federal e em legislações infraconstitucionais, a exemplo das que serão estudadas neste tópico, quais sejam: Decreto nº 1.171/94, Lei nº 8.112/90 e Lei nº 8.429/92.

Todas as diretivas de leis específicas sobre a ética no setor público partem da Constituição Federal, que estabelece alguns princípios fundamentais para a ética no setor público. Em outras palavras, é o texto constitucional do artigo 37, especialmente o *caput*, que permite a compreensão de boa parte do conteúdo das leis específicas, porque possui um caráter amplo ao preconizar os princípios fundamentais da administração pública. Estabelece a Constituição Federal:

Artigo 37, CF. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]

São princípios da administração pública, nesta ordem:

- Legalidade
- Impessoalidade
- Moralidade
- Publicidade
- Eficiência

Para memorizar: veja que as iniciais das palavras formam o vocábulo LIMPE, que remete à limpeza esperada da Administração Pública. É de fundamental importância um olhar atento ao significado de cada um destes princípios, posto que eles estruturam todas as regras éticas prescritas no Código de Ética e na Lei de Improbidade Administrativa, tomando como base os ensinamentos de Carvalho Filho<sup>30</sup> e Spitzcovsky<sup>31</sup>:

a) **Princípio da legalidade:** Para o particular, legalidade significa a permissão de fazer tudo o que a lei não proíbe. Contudo, como a administração pública representa os interesses da coletividade, ela se sujeita a uma relação de subordinação, pela qual só poderá fazer o que a lei expressamente determina (assim, na esfera estatal, é preciso lei anterior editando a matéria para que seja preservado o princípio da legalidade). A origem deste princípio está na criação do Estado de Direito, no sentido de que o próprio Estado deve respeitar as leis que dita.

b) **Princípio da impessoalidade:** Por força dos interesses que representa, a administração pública está proibida de promover discriminações gratuitas. Discriminar é tratar alguém de forma diferente dos demais, privilegiando ou prejudicando. Segundo este princípio, a administração pública deve tratar igualmente todos aqueles que se encontrem na mesma situação jurídica (princípio da isonomia ou igualdade). Por exemplo, a licitação reflete a impessoalidade no que tange à contratação de serviços. O princípio da impessoalidade correlaciona-se ao princípio da finalidade, pelo qual o alvo a ser alcançado pela administração pública é somente o interesse público. Com efeito, o interesse particular não pode influenciar no tratamento das pessoas, já que deve-se buscar somente a preservação do interesse coletivo.

c) **Princípio da moralidade:** A posição deste princípio no artigo 37 da CF representa o reconhecimento de uma espécie de moralidade administrativa, intimamente relacionada ao poder público. A administração pública não atua como um particular, de modo que enquanto o descumprimento dos preceitos morais por parte deste particular não é punido pelo Direito (*a priori*), o ordenamento jurídico adota tratamento rigoroso do comportamento imoral por parte dos representantes do Estado. O princípio da moralidade deve se fazer presente não só para com os administrados, mas também no âmbito interno. Está indissociavelmente ligado à noção de bom administrador, que não somente deve ser conhecedor da lei, mas também dos princípios éticos regentes da função administrativa. **TODO ATO IMORAL SERÁ DIRETAMENTE ILEGAL OU AO MENOS IMPESSOAL**, daí a intrínseca ligação com os dois princípios anteriores.

d) **Princípio da publicidade:** A administração pública é obrigada a manter transparência em relação a todos seus atos e a todas informações armazenadas nos seus bancos de dados. Daí a publicação em órgãos da imprensa e a afixação de portarias. Por exemplo, a própria expressão concurso público (art. 37, II, CF) remonta ao ideário de que todos devem tomar conhecimento do processo seletivo de servidores do Estado. Diante disso, como será visto, se negar indevidamente a fornecer informações ao administrado caracteriza ato de improbidade administrativa.

30 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

31 SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.



No mais, prevê o §1º do artigo 37, CF, evitando que o princípio da publicidade seja deturpado em propaganda político-eleitoral:

*Artigo 37, §1º, CF. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.*

Somente pela publicidade os indivíduos controlarão a legalidade e a eficiência dos atos administrativos. Os instrumentos para proteção são o direito de petição e as certidões (art. 5º, XXXIV, CF), além do *habeas data* e - residualmente - do mandado de segurança. Neste viés, ainda, prevê o artigo 37, CF em seu §3º:

*Artigo 37, §3º, CF. A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:*

*I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;*

*II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;*

*III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.*

e) **Princípio da eficiência:** A administração pública deve manter o ampliar a qualidade de seus serviços com controle de gastos. Isso envolve eficiência ao contratar pessoas (o concurso público seleciona os mais qualificados ao exercício do cargo), ao manter tais pessoas em seus cargos (pois é possível exonerar um servidor público por ineficiência) e ao controlar gastos (limitando o teto de remuneração), por exemplo. O núcleo deste princípio é a procura por produtividade e economicidade. Alcança os serviços públicos e os serviços administrativos internos, se referindo diretamente à conduta dos agentes.

Além destes cinco princípios administrativo-constitucionais diretamente selecionados pelo constituinte, podem ser apontados como princípios de natureza ética relacionados à função pública a probidade e a motivação:

a) **Princípio da probidade:** um princípio constitucional incluído dentro dos princípios específicos da licitação, é o dever de todo o administrador público, o dever de honestidade e fidelidade com o Estado, com a população, no desempenho de suas funções. Possui contornos mais definidos do que a moralidade. Diógenes Gasparini<sup>32</sup> alerta que alguns autores tratam veem como distintos os princípios da moralidade e da probidade administrativa, mas não há características que permitam tratar os mesmos como procedimentos distintos, sendo no máximo possível afirmar que a probidade administrativa é um aspecto particular da moralidade administrativa.

b) **Princípio da motivação:** É a obrigação conferida ao administrador de motivar todos os atos que edita, gerais ou de efeitos concretos. É considerado, entre os demais princípios, um dos mais importantes, uma vez que sem a motivação não há o devido processo legal, uma vez que a fundamentação surge como meio interpretativo da decisão que levou à prática do ato impugnado, sendo verdadeiro meio de viabilização do controle da legalidade dos atos da Administração.

Motivar significa mencionar o dispositivo legal aplicável ao caso concreto e relacionar os fatos que concretamente levaram à aplicação daquele dispositivo legal. Todos os atos administrativos devem ser motivados para que o Judiciário possa controlar o mérito do ato administrativo quanto à sua legalidade. Para efetuar esse controle, devem ser observados os motivos dos atos administrativos.

Em relação à necessidade de motivação dos atos administrativos vinculados (aqueles em que a lei aponta um único comportamento possível) e dos atos discricionários (aqueles que a lei, dentro dos limites nela previstos, aponta um ou mais comportamentos possíveis, de acordo com um juízo de conveniência e oportunidade), a doutrina é uníssona na determinação da obrigatoriedade de motivação com relação aos atos administrativos vinculados; todavia, diverge quanto à referida necessidade quanto aos atos discricionários.

Meirelles<sup>33</sup> entende que o ato discricionário, editado sob os limites da Lei, confere ao administrador uma margem de liberdade para fazer um juízo de conveniência e oportunidade, não sendo necessária a motivação. No entanto, se houver tal fundamentação, o ato deverá condicionar-se a esta, em razão da necessidade de observância da Teoria dos Motivos Determinantes. O entendimento majoritário da doutrina, porém, é de que, mesmo no ato discricionário, é necessária a motivação para que se saiba qual o caminho adotado pelo administrador. Gasparini<sup>34</sup>, com respaldo no art. 50 da Lei n. 9.784/98, aponta inclusive a superação de tais discussões doutrinárias, pois o referido artigo exige a motivação para todos os atos nele elencados, compreendendo entre estes, tanto os atos discricionários quanto os vinculados.

## 2) Regras mínimas sobre direitos e deveres dos servidores

O artigo 37 da Constituição Federal estabelece os princípios da administração pública estudados no tópico anterior, aos quais estão sujeitos servidores de quaisquer dos Poderes em qualquer das esferas federativas, e, em seus incisos, regras mínimas sobre o serviço público:

*Artigo 37, I, CF. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.*

Aprofundando a questão, tem-se o artigo 5º da Lei nº 8.112/1990, que prevê:

*Artigo 5º, Lei nº 8.112/1990. São requisitos básicos para investidura em cargo público:*

33 MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1993.

34 GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

32 GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.



- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - aptidão física e mental.

§ 1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei. [...]

§ 3º As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei.

Destaca-se a exceção ao inciso I do artigo 5º da Lei nº 8.112/1990 e do inciso I do artigo 37, CF, prevista no artigo 207 da Constituição, permitindo que estrangeiros assumam cargos no ramo da pesquisa, ciência e tecnologia.

*Artigo 37, II, CF. A investidura em cargo ou emprego público depende de **aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos**, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.*

Preconiza o artigo 10 da Lei nº 8.112/1990:

*Artigo 10, Lei nº 8.112/90. A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.*

*Parágrafo único. Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Federal e seus regulamentos.*

No concurso de provas o candidato é avaliado apenas pelo seu desempenho nas provas, ao passo que nos concursos de provas e títulos o seu currículo em toda sua atividade profissional também é considerado. Cargo em comissão é o cargo de confiança, que não exige concurso público, sendo exceção à regra geral.

*Artigo 37, III, CF. O prazo de validade do concurso público será de **até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período**.*

*Artigo 37, IV, CF. Durante o **prazo improrrogável** previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será **convocado com prioridade** sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.*

Prevê o artigo 12 da Lei nº 8.112/1990:

*Artigo 12, Lei nº 8.112/1990. O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.*

§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.

§ 2º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

O edital delimita questões como valor da taxa de inscrição, casos de isenção, número de vagas e prazo de validade. Havendo candidatos aprovados na vigência do prazo do concurso, ele deve ser chamado para assumir eventual vaga e não ser realizado novo concurso.

Destaca-se que o §2º do artigo 37, CF, prevê:

*Artigo 37, §2º, CF. A não-observância do disposto nos incisos II e III implicará a **nulidade do ato e a punição da autoridade responsável**, nos termos da lei.*

Com efeito, há tratamento rigoroso da responsabilização daquele que viola as diretrizes mínimas sobre o ingresso no serviço público, que em regra se dá por concurso de provas ou de provas e títulos.

*Artigo 37, V, CF. As **funções de confiança**, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os **cargos em comissão**, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de **direção, chefia e assessoramento**.*

Observa-se o seguinte quadro comparativo<sup>35</sup>:

Função de Confiança	Cargo em Comissão
Exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.	Qualquer pessoa, observado o percentual mínimo reservado ao servidor de carreira.
Com concurso público, já que somente pode exercê-la o servidor de cargo efetivo, mas a função em si não prescindível de concurso público.	Sem concurso público, ressalvado o percentual mínimo reservado ao servidor de carreira.
Somente são conferidas atribuições e responsabilidade	É atribuído posto (lugar) num dos quadros da Administração Pública, conferida atribuições e responsabilidade àquele que irá ocupá-lo
Destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento	Destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento
De livre nomeação e exoneração no que se refere à função e não em relação ao cargo efetivo.	De livre nomeação e exoneração

*Artigo 37, VI, CF. É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.*

A liberdade de associação é garantida aos servidores públicos tal como é garantida a todos na condição de direito individual e de direito social.

*Artigo 37, VII, CF. O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.*

O Supremo Tribunal Federal decidiu que os servidores públicos possuem o direito de greve, devendo se atentar pela preservação da sociedade quando exercê-lo. Enquanto não for elaborada uma legislação específica para os funcionários públicos, deverá ser obedecida a lei geral de greve para os funcionários privados, qual seja a Lei nº 7.783/89 (Mandado de Injunção nº 20).

*Artigo 37, VIII, CF. A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.*

Neste sentido, o §2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/1990:

*Artigo 5º, Lei nº 8.112/90. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.*

Prossegue o artigo 37, CF:

*Artigo 37, IX, CF. A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.*

A Lei nº 8.745/1993 regulamenta este inciso da Constituição, definindo a natureza da relação estabelecida entre o servidor contratado e a Administração Pública, para atender à “necessidade temporária de excepcional interesse público”.

“Em se tratando de relação subordinada, isto é, de relação que comporta dependência jurídica do servidor perante o Estado, duas opções se ofereciam: ou a relação seria trabalhista, agindo o Estado *iure gestionis*, sem usar das prerrogativas de Poder Público, ou institucional, estatutária, preponderando o *ius imperii* do Estado. Melhor dizendo: o sistema preconizado pela Carta Política de 1988 é o do contrato, que tanto pode ser trabalhista (inserindo-se na esfera do Direito Privado) quanto administrativo (situando-se no campo do Direito Público). [...] Uma solução intermediária não deixa, entretanto, de ser legítima. Pode-se, com certeza, abonar um sistema híbrido, eclético, no qual coexistam normas trabalhistas e estatutárias, pondo-se em contiguidade os vínculos privado e administrativo, no sentido de atender às exigências do Estado moderno, que procura alcançar os seus objetivos com a mesma eficácia dos empreendimentos não-governamentais”<sup>36</sup>.

*Artigo 37, X, CF. A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.*

35 <http://direitoemquadrinhos.blogspot.com.br/2011/03/quadro-comparativo-funcao-de-confianca.html>

36 VOGEL NETO, Gustavo Adolpho. **Contratação de servidores para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_39/Artigos/Art\\_Gustavo.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_39/Artigos/Art_Gustavo.htm)>. Acesso em: 23 dez. 2014.

*Artigo 37, XV, CF.* O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos **são irredutíveis**, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

*Artigo 37, §10, CF.* É vedada a **percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública**, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

Sobre a questão, disciplina a Lei nº 8.112/1990 nos artigos 40 e 41:

*Art. 40.* Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

*Art. 41.* Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

§ 1º A remuneração do servidor investido em função ou cargo em comissão será paga na forma prevista no art. 62.

§ 2º O servidor investido em cargo em comissão de órgão ou entidade diversa da de sua lotação receberá a remuneração de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 93.

§ 3º O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

§ 4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 5º Nenhum servidor receberá remuneração inferior ao salário mínimo.

Ainda, o artigo 37 da Constituição:

*Artigo 37, XI, CF.* A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, **incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza**, não poderão exceder o **subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal**, aplicando-se como limite, nos **Municípios**, o subsídio do **Prefeito**, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do **Governador** no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos **Deputados Estaduais e Distritais** no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos **Desembargadores do Tribunal de Justiça**, limitado a **noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal**, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do **Ministério Público**, aos **Procuradores** e aos **Defensores Públicos**.

*Artigo 37, XII, CF.* Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário **não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo**.

Prevê a Lei nº 8.112/1990 em seu artigo 42:

*Artigo 42, Lei nº 8.112/90.* Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, pelos **Ministros de Estado, por membros do Congresso Nacional e Ministros do Supremo Tribunal Federal**. **Parágrafo único.** Excluem-se do teto de remuneração as vantagens previstas nos incisos II a VII do art. 61.

Com efeito, os §§ 11 e 12 do artigo 37, CF tecem aprofundamentos sobre o mencionado inciso XI:

*Artigo 37, § 11, CF.* **Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.**

*Artigo 37, § 12, CF.* Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como **limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal**, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos **Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores**.

Por seu turno, o artigo 37 quanto à vinculação ou equiparação salarial:

*Artigo 37, XIII, CF.* É vedada a **vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público**.

Os padrões de vencimentos são fixados por conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes (artigo 39, caput e § 1º), sem qualquer garantia constitucional de tratamento igualitário aos cargos que se mostrem similares.

*Artigo 37, XIV, CF.* Os **acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores**.

A preocupação do constituinte, ao implantar tal preceito, foi de que não eclodisse no sistema remuneratório dos servidores, ou seja, evitar que se utilize uma vantagem como base de cálculo de um outro benefício. Dessa forma, qualquer gratificação que venha a ser concedida ao servidor só pode ter como base de cálculo o próprio vencimento básico. É inaceitável que se leve em consideração outra vantagem até então percebida.

*Artigo 37, XVI, CF.* É vedada a **acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas**.



*Artigo 37, XVII, CF. A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.*

Segundo Carvalho Filho<sup>37</sup>, “o fundamento da proibição é impedir que o cúmulo de funções públicas faça com que o servidor não execute qualquer delas com a necessária eficiência. Além disso, porém, pode-se observar que o Constituinte quis também impedir a acumulação de ganhos em detrimento da boa execução de tarefas públicas. [...] Nota-se que a vedação se refere à acumulação remunerada. Em consequência, se a acumulação só encerra a percepção de vencimentos por uma das fontes, não incide a regra constitucional proibitiva”.

A Lei nº 8.112/1990 regulamenta intensamente a questão:

*Artigo 118, Lei nº 8.112/1990. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.*

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à **comprovação da compatibilidade de horários**.

§ 3º Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

*Art. 119, Lei nº 8.112/1990. O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, exceto no caso previsto no parágrafo único do art. 9º, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.*

*Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à remuneração devida pela participação em conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, bem como quaisquer empresas ou entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social, observado o que, a respeito, dispuser legislação específica.*

*Art. 120, Lei nº 8.112/1990. O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.*

“Os artigos 118 a 120 da Lei nº 8.112/90 ao tratarem da acumulação de cargos e funções públicas, regulamentam, no âmbito do serviço público federal a vedação genérica constante do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição da República. De fato, a acumulação ilícita de cargos públicos constitui uma das infrações mais comuns praticadas por servidores públicos, o que se constata observando o elevado número de processos administrativos instaurados com esse objeto. O sistema adotado pela Lei nº 8.112/90 é relativamente brando, quando cotejado com outros estatutos de alguns Estados, visto que propicia ao servidor incurso nessa ilicitude diversas oportunidades para regularizar sua situação e escapar da pena de demissão. Também prevê a lei em comentário, um processo administrativo simplificado (processo disciplinar de rito sumário) para a apuração dessa infração – art. 133”<sup>38</sup>.

*Artigo 37, XVIII, CF. A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, **precedência sobre os demais setores administrativos**, na forma da lei.*

*Artigo 37, XXII, CF. As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão **recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada**, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.*

“O Estado tem como finalidade essencial a garantia do bem-estar de seus cidadãos, seja através dos serviços públicos que disponibiliza, seja através de investimentos na área social (educação, saúde, segurança pública). Para atingir esses objetivos primários, deve desenvolver uma atividade financeira, com o intuito de obter recursos indispensáveis às necessidades cuja satisfação se comprometeu quando estabeleceu o “pacto” constitucional de 1988. [...] A importância da Administração Tributária foi reconhecida expressamente pelo constituinte que acrescentou, no artigo 37 da Carta Magna, o inciso XVIII, estabelecendo a sua precedência e de seus servidores sobre os demais setores da Administração Pública, dentro de suas áreas de competência”<sup>39</sup>.

*Artigo 37, XIX, CF. Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.*

*Artigo 37, XX, CF. Depende de **autorização legislativa**, em cada caso, a criação de **subsidiárias** das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.*

38 MORGATO, Almir. **O Regime Disciplinar dos Servidores Públicos da União**. Disponível em: <[http://www.canaldosconcursos.com.br/artigos/almirmorgato\\_artigo1.pdf](http://www.canaldosconcursos.com.br/artigos/almirmorgato_artigo1.pdf)>. Acesso em: 11 ago. 2013.

39 [http://www.sindsefaz.org.br/parecer\\_administracao\\_tributaria\\_sao\\_paulo.htm](http://www.sindsefaz.org.br/parecer_administracao_tributaria_sao_paulo.htm)

37 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.



Órgãos da administração indireta somente podem ser criados por lei específica e a criação de subsidiárias destes dependem de autorização legislativa (o Estado cria e controla diretamente determinada empresa pública ou sociedade de economia mista, e estas, por sua vez, passam a gerir uma nova empresa, denominada subsidiária. Ex.: Transpetro, subsidiária da Petrobrás). “Abrimos um parêntese para observar que quase todos os autores que abordam o assunto afirmam categoricamente que, a despeito da referência no texto constitucional a ‘subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior’, somente empresas públicas e sociedades de economia mista podem ter subsidiárias, pois a relação de controle que existe entre a pessoa jurídica matriz e a subsidiária seria própria de pessoas com estrutura empresarial, e inadequada a autarquias e fundações públicas. OUSAMOS DISCORDAR. Parece-nos que, se o legislador de um ente federado pretendesse, por exemplo, autorizar a criação de uma subsidiária de uma fundação pública, NÃO haveria base constitucional para considerar inválida sua autorização”<sup>740</sup>.

Ainda sobre a questão do funcionamento da administração indireta e de suas subsidiárias, destaca-se o previsto nos §§ 8º e 9º do artigo 37, CF:

*Artigo 37, §8º, CF. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:*

- I - o prazo de duração do contrato;*
- II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;*
- III - a remuneração do pessoal.*

*Artigo 37, §9º, CF. O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista e suas subsidiárias, que recebam recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.*

Continua o artigo 37, CF:

*Artigo 37, XXI, CF. Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Licitação nada mais é que o conjunto de procedimentos administrativos (administrativos porque parte da administração pública) para as compras ou serviços contratados pelos governos Federal, Estadual ou Municipal, ou seja todos os entes federativos. De forma mais simples, podemos dizer que o governo deve comprar e contratar serviços seguindo regras de lei, assim a licitação é um processo formal onde há a competição entre os interessados.

*Artigo 37, §5º, CF. A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.*

A prescrição dos ilícitos praticados por servidor encontra disciplina específica no artigo 142 da Lei nº 8.112/1990:

*Art. 142, Lei nº 8.112/1990. A ação disciplinar prescreverá:*  
*I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;*

*II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;*

*III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.*

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

Prescrição é um instituto que visa regular a perda do direito de acionar judicialmente. No caso, o prazo é de 5 anos para as infrações mais graves, 2 para as de gravidade intermediária (pena de suspensão) e 180 dias para as menos graves (pena de advertência), contados da data em que o fato se tornou conhecido pela administração pública. Se a infração disciplinar for crime, valerão os prazos prescricionais do direito penal, mais longos, logo, menos favoráveis ao servidor. Interrupção da prescrição significa parar a contagem do prazo para que, retornando, comece do zero. Da abertura da sindicância ou processo administrativo disciplinar até a decisão final proferida por autoridade competente não corre a prescrição. Proferida a decisão, o prazo começa a contar do zero. Passado o prazo, não caberá mais propor ação disciplinar.

*Artigo 37, §7º, CF. A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.*

A Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.

Neste sentido, conforme seu artigo 1º:

*Artigo 1º, Lei nº 12.813/2013. As situações que configuram conflito de interesses envolvendo ocupantes de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal, os requisitos e restrições a ocupantes de cargo ou emprego que tenham acesso a informações privilegiadas, os impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego e as competências para fiscalização, avaliação e prevenção de conflitos de interesses regulam-se pelo disposto nesta Lei.*

### 3) Responsabilidade civil do Estado e de seus servidores

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, uma vez que a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que gera para o seu auto de reparar o dano, mediante o pagamento de indenização que se refere às perdas e danos. Afinal, quem pratica um ato ou incorre em omissão que gere dano deve suportar as consequências jurídicas decorrentes, restaurando-se o equilíbrio social.<sup>41</sup>

A responsabilidade civil, assim, difere-se da penal, podendo recair sobre os herdeiros do autor do ilícito até os limites da herança, embora existam reflexos na ação que apure a responsabilidade civil conforme o resultado na esfera penal (por exemplo, uma absolvição por negativa de autoria impede a condenação na esfera cível, ao passo que uma absolvição por falta de provas não o faz).

A responsabilidade civil do Estado acompanha o raciocínio de que a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que gera para o seu auto de reparar o dano, mediante o pagamento de indenização que se refere às perdas e danos. Todos os cidadãos se sujeitam às regras da responsabilidade civil, tanto podendo buscar o ressarcimento do dano que sofreu quanto respondendo por aqueles danos que causar. Da mesma forma, o Estado tem o dever de indenizar os membros da sociedade pelos danos que seus agentes causem durante a prestação do serviço, inclusive se tais danos caracterizarem uma violação aos direitos humanos reconhecidos.

Trata-se de responsabilidade extracontratual porque não depende de ajuste prévio, basta a caracterização de elementos genéricos pré-determinados, que perpassam pela leitura concomitante do Código Civil (artigos 186, 187 e 927) com a Constituição Federal (artigo 37, §6º).

Genericamente, os elementos da responsabilidade civil se encontram no art. 186 do Código Civil:

*Artigo 186, CC. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.*

Este é o artigo central do instituto da responsabilidade civil, que tem como elementos: ação ou omissão voluntária (agir como não se deve ou deixar de agir como se deve), culpa ou dolo do agente (dolo é a vontade de cometer uma violação de direito e culpa é a falta de diligência), nexo causal (relação de causa e efeito entre a ação/omissão e o dano causado) e dano (dano é o prejuízo sofrido pelo agente, que pode ser individual ou coletivo, moral ou material, econômico e não econômico).

1) Dano - somente é indenizável o dano certo, especial e anormal. Certo é o dano real, existente. Especial é o dano específico, individualizado, que atinge determinada ou determinadas pessoas. Anormal é o dano que ultrapassa os problemas comuns da vida em sociedade (por exemplo, infelizmente os assaltos são comuns e o Estado não responde por todo assalto que ocorra, a não ser que na circunstância específica possuía o dever de impedir o assalto, como no caso de uma viatura presente no local - muito embora o direito à segurança pessoal seja um direito humano reconhecido).

2) Agentes públicos - é toda pessoa que trabalhe dentro da administração pública, tenha ingressado ou não por concurso, pos-sua cargo, emprego ou função. Envolve os agentes políticos, os servidores públicos em geral (funcionários, empregados ou temporários) e os particulares em colaboração (por exemplo, jurado ou mesário).

3) Dano causado quando o agente estava agindo nesta qualidade - é preciso que o agente esteja lançando mão das prerrogativas do cargo, não agindo como um particular.

Sem estes três requisitos, não será possível acionar o Estado para responsabilizá-lo civilmente pelo dano, por mais relevante que tenha sido a esfera de direitos atingida. Assim, não é qualquer dano que permite a responsabilização civil do Estado, mas somente aquele que é causado por um agente público no exercício de suas funções e que exceda as expectativas do lesado quanto à atuação do Estado.

É preciso lembrar que não é o Estado em si que viola os direitos humanos, porque o Estado é uma ficção formada por um grupo de pessoas que desempenham as atividades estatais diversas. Assim, viola direitos humanos não o Estado em si, mas o agente que o representa, fazendo com que o próprio Estado seja responsabilizado por isso civilmente, pagando pela indenização (reparação dos danos materiais e morais). Sem prejuízo, com relação a eles, caberá ação de regresso se agiram com dolo ou culpa.

Prevê o artigo 37, §6º da Constituição Federal:

*Artigo 37, §6º, CF. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

Este artigo deixa clara a formação de uma relação jurídica autônoma entre o Estado e o agente público que causou o dano no desempenho de suas funções. Nesta relação, a responsabilidade civil será subjetiva, ou seja, caberá ao Estado provar a culpa do agente pelo dano causado, ao qual foi anteriormente condenado a reparar. Direito de regresso é justamente o direito de acionar o causador direto do dano para obter de volta aquilo que pagou à vítima, considerada a existência de uma relação obrigacional que se forma entre a vítima e a instituição que o agente compõe.

Assim, o Estado responde pelos danos que seu agente causar aos membros da sociedade, mas se este agente agiu com dolo ou culpa deverá ressarcir o Estado do que foi pago à vítima. O agente causará danos ao praticar condutas incompatíveis com o comportamento ético dele esperado.<sup>42</sup>

A responsabilidade civil do servidor exige prévio processo administrativo disciplinar no qual seja assegurado contraditório e ampla defesa. Trata-se de **responsabilidade civil subjetiva ou com culpa**. Havendo ação ou omissão com culpa do servidor que gere dano ao erário (Administração) ou a terceiro (administrado), o servidor terá o dever de indenizar.

Não obstante, agentes públicos que pratiquem atos violadores de direitos humanos se sujeitam à **responsabilidade penal** e à **responsabilidade administrativa**, todas autônomas uma com relação à outra e à já mencionada responsabilidade civil. Neste sentido, o artigo 125 da Lei nº 8.112/90:

41 GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

42 SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.



*Artigo 125, Lei nº 8.112/1990. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.*

No caso da responsabilidade civil, o Estado é diretamente acionado e responde pelos atos de seus servidores que violem direitos humanos, cabendo eventualmente ação de regresso contra ele. Contudo, nos casos da responsabilidade penal e da responsabilidade administrativa aciona-se o agente público que praticou o ato.

São inúmeros os exemplos de crimes que podem ser praticados pelo agente público no exercício de sua função que violam direitos humanos. A título de exemplo, peculato, consistente em apropriação ou desvio de dinheiro público (art. 312, CP), que viola o bem comum e o interesse da coletividade; concussão, que é a exigência de vantagem indevida (art. 316, CP), expondo a vítima a uma situação de constrangimento e medo que viola diretamente sua dignidade; tortura, a mais cruel forma de tratamento humano, cuja pena é agravada quando praticada por funcionário público (art. 1º, §4º, I, Lei nº 9.455/97); etc.

Quanto à responsabilidade administrativa, menciona-se, a título de exemplo, as penalidades cabíveis descritas no art. 127 da Lei nº 8.112/90, que serão aplicadas pelo funcionário que violar a ética do serviço público, como advertência, suspensão e demissão.

Evidencia-se a independência entre as esferas civil, penal e administrativa no que tange à responsabilização do agente público que cometa ato ilícito.

Tomadas as exigências de características dos danos acima colacionadas, notadamente a anormalidade, considera-se que para o Estado ser responsabilizado por um dano, ele deve exceder expectativas cotidianas, isto é, não cabe exigir do Estado uma excepcional vigilância da sociedade e a plena cobertura de todas as fatalidades que possam acontecer em território nacional.

Diante de tal premissa, entende-se que a responsabilidade civil do Estado será **objetiva apenas no caso de ações, mas subjetiva no caso de omissões**. Em outras palavras, verifica-se se o Estado se omitiu tendo plenas condições de não ter se omitido, isto é, ter deixado de agir quando tinha plenas condições de fazê-lo, acarretando em prejuízo dentro de sua previsibilidade.

São casos nos quais se reconheceu a responsabilidade omissiva do Estado: morte de filho menor em creche municipal, buracos não sinalizados na via pública, tentativa de assalto a usuário do metrô resultando em morte, danos provocados por enchentes e escoamento de águas pluviais quando o Estado sabia da problemática e não tomou providência para evitá-las, morte de detento em prisão, incêndio em casa de shows fiscalizada com negligência, etc.

Logo, não é sempre que o Estado será responsabilizado. Há **excludentes da responsabilidade estatal**, notadamente: a) caso fortuito (fato de terceiro) ou força maior (fato da natureza) fora dos alcances da previsibilidade do dano; b) culpa exclusiva da vítima.

#### 4) Exercício de mandato eletivo por servidores públicos

A questão do exercício de mandato eletivo pelo servidor público encontra previsão constitucional em seu artigo 38, que notadamente estabelece quais tipos de mandatos geram incompatibilidade ao serviço público e regulamenta a questão remuneratória:

*Artigo 38, CF. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:*

*I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará **afastado** de seu cargo, emprego ou função;*

*II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe **facultado optar pela sua remuneração**;*

*III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo **compatibilidade**, será aplicada a norma do inciso anterior;*

*IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu **tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais**, exceto para promoção por merecimento;*

*V - para efeito de **benefício previdenciário**, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.*

#### 5) Regime de remuneração e previdência dos servidores públicos

Regulamenta-se o regime de remuneração e previdência dos servidores públicos nos artigos 39 e 40 da Constituição Federal:

*Artigo 39, CF. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão **conselho de política de administração e remuneração de pessoal**, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998 e aplicação suspensa pela ADIN nº 2.135-4, destacando-se a redação anterior: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas”).*

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

*I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;*

*II - os requisitos para a investidura;*

*III - as peculiaridades dos cargos.*

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

§ 3º **Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.**

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

§ 5º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI.

§ 6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicam anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinar a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

§ 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º.

*Artigo 40, CF.* Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

*I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;*

*II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar;*

*III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:*

*a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;*

*b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.*

§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

§ 4º É vedada a adoção de **requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:**

*I - portadores de deficiência;*

*II - que exerçam atividades de risco;*

*III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.*

§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 6º *Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.*

§ 7º Lei disporá sobre a concessão do **benefício de pensão por morte, que será igual:**

*I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou*

*II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.*

§ 8º É assegurado o **reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.**

§ 9º **O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.**

§ 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de **tempo de contribuição fictício.**

§ 11. Aplica-se o **limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.**

§ 12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, **no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.**

§ 13. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de **cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.**

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o **limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.**

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

§ 16. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.



§ 17. Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente **atualizados**, na forma da lei.

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o **limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos**.

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para **aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II**.

§ 20. Fica **vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X**.

§ 21. A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as **parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante**.

#### 6) Estágio probatório e perda do cargo

Estabelece a Constituição Federal em seu artigo 41, a ser lido em conjunto com o artigo 20 da Lei nº 8.112/1990:

*Artigo 41, CF. São estáveis após **três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público**.*

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

*I - em virtude de **sentença judicial transitada em julgado**;*

*II - mediante **processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa**;*

*III - mediante **procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa**.*

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele **reintegrado**, e o eventual ocupante da vaga, se estável, **reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço**.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em **disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo**.

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a **avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade**.

*Art. 20, Lei nº 8.112/1990. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de ~~24 (vinte e quatro) meses~~, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguinte fatores:*

*I - **assiduidade**;*

*II - **disciplina**;*

*III - **capacidade de iniciativa**;*

*IV - **produtividade**;*

*V - **responsabilidade**.*

§ 1º 4 (quatro) meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada por comissão constituída para essa finalidade, de acordo com o que dispuser a lei ou o regulamento da respectiva carreira ou cargo, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V do caput deste artigo.

§ 2º O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29.

§ 3º O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes.

§ 4º Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 81, incisos I a IV, 94, 95 e 96, **bem assim afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal**.

§ 5º O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 83, 84, § 1o, 86 e 96, **bem assim na hipótese de participação em curso de formação, e será retomado a partir do término do impedimento**.

O estágio probatório pode ser definido como um lapso de tempo no qual a aptidão e capacidade do servidor serão avaliadas de acordo com critérios de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade. O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado. Não existe vedação para um servidor em estágio probatório exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação.

Desde a Emenda Constitucional nº 19 de 1998, a disciplina do estágio probatório mudou, notadamente aumentando o prazo de 2 anos para 3 anos. Tendo em vista que a norma constitucional prevalece sobre a lei federal, mesmo que ela não tenha sido atualizada, deve-se seguir o disposto no artigo 41 da Constituição Federal.

Uma vez adquirida a aprovação no estágio probatório, o servidor público somente poderá ser exonerado nos casos do §1º do artigo 40 da Constituição Federal, notadamente: em virtude de **sentença judicial transitada em julgado**; mediante **processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa**; ou mediante **procedimento de avaliação periódica de desempenho**, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa (sendo esta lei complementar ainda inexistente no âmbito federal).

**7) Atos de improbidade administrativa**

A Lei nº 8.429/1992 trata da improbidade administrativa, que é uma espécie qualificada de imoralidade, sinônimo de desonestidade administrativa. A improbidade é uma lesão ao princípio da moralidade, que deve ser respeitado estritamente pelo servidor público. O agente ímprobo sempre será um violador do princípio da moralidade, pelo qual “a Administração Pública deve agir com boa-fé, sinceridade, probidade, lhanza, lealdade e ética”<sup>43</sup>.

A atual Lei de Improbidade Administrativa foi criada devido ao amplo apelo popular contra certas vicissitudes do serviço público que se intensificavam com a ineficácia do diploma então vigente, o Decreto-Lei nº 3240/41. Decorreu, assim, da necessidade de acabar com os atos atentatórios à moralidade administrativa e causadores de prejuízo ao erário público ou ensejadores de enriquecimento ilícito, infelizmente tão comuns no Brasil.

Com o advento da Lei nº 8.429/1992, os agentes públicos passaram a ser responsabilizados na esfera civil pelos atos de improbidade administrativa descritos nos artigos 9º, 10 e 11, ficando sujeitos às penas do art. 12. A existência de esferas distintas de responsabilidade (civil, penal e administrativa) impede falar-se em *bis in idem*, já que, ontologicamente, não se trata de punições idênticas, embora baseadas no mesmo fato, mas de responsabilização em esferas distintas do Direito.

Destaca-se um conceito mais amplo de agente público previsto pela lei nº 8.429/1992 em seus artigos 1º e 2º porque o agente público pode ser ou não um servidor público. Ele poderá estar vinculado a qualquer instituição ou órgão que desempenhe diretamente o interesse do Estado. Assim, estão incluídos todos os integrantes da administração direta, indireta e fundacional, conforme o preâmbulo da legislação. Pode até mesmo ser uma entidade privada que desempenhe tais fins, desde que a verba de **criação** ou **custeio** tenha sido ou seja pública em **mais de 50%** do patrimônio ou receita **anual**. Caso a verba pública que tenha auxiliado uma entidade privada a qual o Estado **não tenha concorrido para criação ou custeio**, também haverá sujeição às penalidades da lei. Em caso de **custeio/criação** pelo Estado que seja **inferior a 50%** do patrimônio ou receita anual, a legislação ainda se aplica. Entretanto, nestes dois casos, **a sanção patrimonial se limitará** ao que o ilícito repercutiu sobre a contribuição dos cofres públicos. Significa que se o prejuízo causado for maior que a efetiva contribuição por parte do poder público, o ressarcimento terá que ser buscado por **outra via** que não a ação de improbidade administrativa.

A legislação em estudo, por sua vez, divide os atos de improbidade administrativa em três categorias:

**a) Ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito (artigo 9º, Lei nº 8.429/1992)**

O grupo mais grave de atos de improbidade administrativa se caracteriza pelos elementos: **enriquecimento + ilícito** + resultante de uma **vantagem patrimonial indevida** + em razão do **exercício** de cargo, mandato, emprego, função ou outra **atividade** nas **entidades do artigo 1º** da Lei nº 8.429/1992.

O enriquecimento deve ser ilícito, afinal, o Estado não se opõe que o indivíduo enriqueça, desde que obedeça aos ditames morais, notadamente no desempenho de função de interesse estatal.

Exige-se que o sujeito obtenha vantagem patrimonial ilícita. Contudo, é dispensável que efetivamente tenha ocorrido dano aos cofres públicos (por exemplo, quando um policial recebe propina praticando ato de improbidade administrativa, mas não atinge diretamente os cofres públicos).

43 LENZA, Pedro. **Curso de direito constitucional esquematizado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Como fica difícil imaginar que alguém possa se enriquecer ilicitamente por negligência, imprudência ou imperícia, todas as condutas configuram atos dolosos (com intenção). Não cabe prática por omissão.<sup>44</sup>

**b) Ato de improbidade administrativa que importe lesão ao erário (artigo 10, Lei nº 8.429/1992)**

O grupo intermediário de atos de improbidade administrativa se caracteriza pelos elementos: causar **dano** ao erário ou aos cofres públicos + gerando **perda patrimonial ou dilapidação** do patrimônio público. Assim como o artigo anterior, o *caput* descreve a fórmula genérica e os incisos algumas atitudes específicas que exemplificam o seu conteúdo<sup>45</sup>.

Perda patrimonial é o gênero, do qual são espécies: desvio, que é o direcionamento indevido; apropriação, que é a transferência indevida para a própria propriedade; malbaratamento, que significa desperdício; e dilapidação, que se refere a destruição<sup>46</sup>.

O objeto da tutela é a preservação do patrimônio público, em todos seus bens e valores. O pressuposto exigível é a ocorrência de dano ao patrimônio dos sujeitos passivos.

Este artigo admite expressamente a variante culposa, o que muitos entendem ser inconstitucional. O STJ, no REsp nº 939.142/RJ, apontou alguns aspectos da inconstitucionalidade do artigo. Contudo, “a jurisprudência do STJ consolidou a tese de que é indispensável a existência de dolo nas condutas descritas nos artigos 9º e 11 e ao menos de culpa nas hipóteses do artigo 10, nas quais o dano ao erário precisa ser comprovado. De acordo com o ministro Castro Meira, a conduta culposa ocorre quando o agente não pretende atingir o resultado danoso, mas atua com negligência, imprudência ou imperícia (REsp nº 1.127.143)”<sup>47</sup>. Para Carvalho Filho<sup>48</sup>, não há inconstitucionalidade na modalidade culposa, lembrando que é possível dosar a pena conforme o agente aja com dolo ou culpa.

O ponto central é lembrar que neste artigo não se exige que o sujeito ativo tenha percebido vantagens indevidas, **basta o dano ao erário**. Se tiver recebido vantagem indevida, incide no artigo anterior. Exceto pela não percepção da vantagem indevida, os tipos exemplificados se aproximam muito dos previstos nos incisos do art. 9º.

**c) Ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da administração pública (artigo 11, Lei nº 8.429/1992)**

44 SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.

45 Ibid.

46 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

47 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Improbidade administrativa**: desonestidade na gestão dos recursos públicos. Disponível em: <[http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=103422](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=103422)>. Acesso em: 26 mar. 2013.

48 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.



Nos termos do artigo 11 da Lei nº 8.429/1992, “constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições [...]”. O grupo mais ameno de atos de improbidade administrativa se caracteriza pela **simples violação a princípios da administração pública**, ou seja, aplica-se a qualquer atitude do sujeito ativo que viole os ditames éticos do serviço público. Isto é, o legislador pretende a preservação dos princípios gerais da administração pública<sup>49</sup>.

O objeto de tutela são os princípios constitucionais. Basta a vulneração em si dos princípios, sendo dispensáveis o enriquecimento ilícito e o dano ao erário. Somente é possível a prática de algum destes atos com **dolo** (intenção), embora caiba a prática por ação ou omissão.

Será preciso utilizar razoabilidade e proporcionalidade para não permitir a caracterização de abuso de poder, diante do **conteúdo aberto** do dispositivo. Na verdade, trata-se de tipo subsidiário, ou seja, que se aplica quando o ato de improbidade administrativa não tiver gerado obtenção de vantagem

Com efeito, os atos de improbidade administrativa **não são crimes de responsabilidade**. Trata-se de punição na esfera cível, não criminal. Por isso, caso o ato configure simultaneamente um ato de improbidade administrativa desta lei e um crime previsto na legislação penal, o que é comum no caso do artigo 9º, responderá o agente por ambos, nas duas esferas.

Em suma, a lei encontra-se estruturada da seguinte forma: inicialmente, trata das vítimas possíveis (sujeito passivo) e daqueles que podem praticar os atos de improbidade administrativa (sujeito ativo); ainda, aborda a reparação do dano ao lesionado e o ressarcimento ao patrimônio público; após, traz a tipologia dos atos de improbidade administrativa, isto é, enumera condutas de tal natureza; seguindo-se à definição das sanções aplicáveis; e, finalmente, descreve os procedimentos administrativo e judicial.

No caso do art. 9º, categoria mais grave, o agente obtém um enriquecimento ilícito (vantagem econômica indevida) e pode ainda causar dano ao erário, por isso, deverá não só reparar eventual dano causado mas também colocar nos cofres públicos tudo o que adquiriu indevidamente. Ou seja, poderá pagar somente o que enriqueceu indevidamente ou este valor acrescido do valor do prejuízo causado aos cofres públicos (quanto o Estado perdeu ou deixou de ganhar). No caso do artigo 10, não haverá enriquecimento ilícito, mas sempre existirá dano ao erário, o qual será reparado (eventualmente, ocorrerá o enriquecimento ilícito, devendo o valor adquirido ser tomado pelo Estado). Já no artigo 11, o máximo que pode ocorrer é o dano ao erário, com o devido ressarcimento. Além disso, em todos os casos há perda da função pública. Nas três categorias, são estabelecidas sanções de suspensão dos direitos políticos, multa e vedação de contratação ou percepção de vantagem, graduadas conforme a gravidade do ato. É o que se depreende da leitura do artigo 12 da Lei nº 8.929/1992 como §4º do artigo 37, CF, que prevê: “Os **atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário**, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”.

A única sanção que se encontra prevista na Lei nº 8.429/1992 mas não na Constituição Federal é a de **multa**. (art. 37, §4º, CF). Não há nenhuma inconstitucionalidade disto, pois nada impediria que o legislador infraconstitucional ampliasse a relação mínima de penalidades da Constituição, pois esta não limitou tal possibilidade e porque a lei é o instrumento adequado para tanto<sup>50</sup>.

Carvalho Filho<sup>51</sup> tece considerações a respeito de algumas das sanções:

- Perda de bens e valores: “tal punição só incide sobre os bens acrescidos após a prática do ato de improbidade. Se alcançasse anteriores, ocorreria confisco, o que restaria sem escora constitucional. Além disso, o acréscimo deve derivar de origem ilícita”.

- Ressarcimento integral do dano: há quem entenda que engloba dano moral. Cabe acréscimo de correção monetária e juros de mora.

- Perda de função pública: “se o agente é titular de mandato, a perda se processa pelo instrumento de cassação. Sendo servidor estatutário, sujeitar-se-á à demissão do serviço público. Havendo contrato de trabalho (servidores trabalhistas e temporários), a perda da função pública se consubstancia pela rescisão do contrato com culpa do empregado. No caso de exercer apenas uma função pública, fora de tais situações, a perda se dará pela revogação da designação”. Lembra-se que determinadas autoridades se sujeitam a procedimento especial para perda da função pública, ponto em que não se aplica a Lei de Improbidade Administrativa.

- Multa: a lei indica inflexibilidade no limite máximo, mas flexibilidade dentro deste limite, podendo os julgados nesta margem optar pela mais adequada. Há ainda variabilidade na base de cálculo, conforme o tipo de ato de improbidade (a base será o valor do enriquecimento ou o valor do dano ou o valor da remuneração do agente). A natureza da multa é de sanção civil, não possuindo caráter indenizatório, mas punitivo.

- Proibição de receber benefícios: não se incluem as imunidades genéricas e o agente punido deve ser ao menos sócio majoritário da instituição vitimada.

- Proibição de contratar: o agente punido não pode participar de processos licitatórios.

### Seção III DOS MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

50 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

51 Ibid.

49 SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.





**2. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2.1. TÍTULO I – DOS FUNDAMENTOS DO ESTADO. 2.2. TÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO E DOS PODERES: CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES; E CAPÍTULO III – DO PODER EXECUTIVO. 2.3. TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: CAPÍTULO I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS: ARTIGOS 111 A 114, E 115 “CAPUT” E INCISOS I A X, XVIII, XIX, XXIV, XXVI E XXVII; CAPÍTULO II – DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO: SEÇÃO I – DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS: ARTIGO 124 “CAPUT”, E ARTIGOS 125 A 137; SEÇÃO II – DOS SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES; CAPÍTULO III – DA SEGURANÇA PÚBLICA: SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS; SEÇÃO III – DA POLÍCIA MILITAR. 2.4. TÍTULO VII – DA ORDEM SOCIAL: CAPÍTULO III – DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DOS ESPORTES E LAZER: SEÇÃO I – DA EDUCAÇÃO: ARTIGOS 237 A 249 E 251 A 258; CAPÍTULO VII – DA PROTEÇÃO ESPECIAL: SEÇÃO I – DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO JOVEM, DO IDOSO E DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. 2.5. TÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS: ARTIGOS 284 A 291.**

**CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1989**

*(Atualizada até a Emenda Constitucional nº 42, de 15/10/2015)*

**PREÂMBULO**

O Povo Paulista, invocando a proteção de Deus, e inspirado nos princípios constitucionais da República e no ideal de a todos assegurar justiça e bem-estar, decreta e promulga, por seus representantes, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

**TÍTULO I**

***Dos Fundamentos do Estado***

Artigo 1º - O Estado de São Paulo, integrante da República Federativa do Brasil, exerce as competências que não lhe são vedadas pela Constituição Federal.

Artigo 2º - A lei estabelecerá procedimentos judiciais abreviados e de custos reduzidos para as ações cujo objeto principal seja a salvaguarda dos direitos e liberdades fundamentais.

Artigo 3º - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que declararem insuficiência de recursos.

Artigo 4º - Nos procedimentos administrativos, qualquer que seja o objeto, observar-se-ão, entre outros requisitos de validade, a igualdade entre os administrados e o devido processo legal, especialmente quanto à exigência da publicidade, do contraditório, da ampla defesa e do despacho ou decisão motivados.

**TÍTULO II**

***Da Organização dos Poderes***

**CAPÍTULO I**

***Disposições Preliminares***

Artigo 5º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

§1º - É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições.

§2º - O cidadão, investido na função de um dos Poderes, não poderá exercer a de outro, salvo as exceções previstas nesta Constituição.

Artigo 6º - O Município de São Paulo é a Capital do Estado.

Artigo 7º - São símbolos do Estado a bandeira, o brasão de armas e o hino.

Artigo 8º - Além dos indicados no artigo 26 da Constituição Federal, incluem-se entre os bens do Estado os terrenos reservados às margens dos rios e lagos do seu domínio.

## **CAPÍTULO III** **Do Poder Executivo** **SEÇÃO I**

### **Do Governador e Vice-Governador do Estado**

Artigo 37 - O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado, eleito para um mandato de quatro anos, podendo ser reeleito para um único período subsequente, na forma estabelecida na Constituição Federal. (NR)

Artigo 37 com redação dada pela *Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006*.

Artigo 38 - Substituirá o Governador, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Governador.

Parágrafo único - O Vice-Governador, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Governador, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Artigo 39 - A eleição do Governador e do Vice-Governador realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no artigo 77 da Constituição Federal. (NR)

Artigo 39 com redação dada pela *Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006*.

Artigo 40 - Em caso de impedimento do Governador e do Vice-Governador, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Governança o Presidente da Assembleia Legislativa e o Presidente do Tribunal de Justiça.

Artigo 41 - Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.  
§1º - Ocorrendo a vacância no último ano do período governamental, aplica-se o disposto no artigo anterior.

§2º - Em qualquer dos casos, os sucessores deverão completar o período de governo restante.

Artigo 42 - Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no artigo 38, I, IV e V, da Constituição Federal.

Artigo 43 - O Governador e o Vice-Governador tomarão posse perante a Assembleia Legislativa, prestando compromisso de cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal e a do Estado e de observar as leis.

Parágrafo único - Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Governador ou o Vice-Governador, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Artigo 44 - O Governador e o Vice-Governador não poderão, sem licença da Assembleia Legislativa, ausentar-se do Estado por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

Parágrafo único - O pedido de licença, amplamente motivado, indicará, especialmente, as razões da viagem, o roteiro e a previsão de gastos.

Artigo 45 - O Governador deverá residir na Capital do Estado.

Artigo 46 - O Governador e o Vice-Governador deverão, no ato da posse e no término do mandato, fazer declaração pública de bens.

## **SEÇÃO II** **Das Atribuições do Governador**

Artigo 47 - Compete privativamente ao Governador, além de outras atribuições previstas nesta Constituição:

I - representar o Estado nas suas relações jurídicas, políticas e administrativas;

II - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como, no prazo nelas estabelecido, não inferior a trinta nem superior a cento e oitenta dias, expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução, ressalvados os casos em que, nesse prazo, houver interposição de ação direta de inconstitucionalidade contra a lei publicada; (NR)

- Inciso III com redação dada pela *Emenda Constitucional nº 24, de 23/01/2008*.

- Inciso III ver STF - *ADI nº 4052/2008*.

IV - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

V - prover os cargos públicos do Estado, com as restrições da Constituição Federal e desta Constituição, na forma pela qual a lei estabelecer;

VI - nomear e exonerar livremente os Secretários de Estado;

VII - nomear e exonerar os dirigentes de autarquias, observadas as condições estabelecidas nesta Constituição;

VIII - decretar e fazer executar intervenções nos Municípios, na forma da Constituição Federal e desta Constituição;

IX - prestar contas da administração do Estado à Assembleia Legislativa, na forma desta Constituição;

X - apresentar à Assembleia Legislativa, na sua sessão inaugural, mensagem sobre a situação do Estado, solicitando medidas de interesse do Governo;

XI - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

XII - fixar ou alterar, por decreto, os quadros, vencimentos e vantagens do pessoal das fundações instituídas ou mantidas pelo Estado, nos termos da lei;

XIII - indicar diretores de sociedade de economia mista e empresas públicas;

XIV - praticar os demais atos de administração, nos limites da competência do Executivo;

XV - subscrever ou adquirir ações, realizar ou aumentar capital, desde que haja recursos hábeis, de sociedade de economia mista ou de empresa pública, bem como dispor, a qualquer título, no todo ou em parte, de ações ou capital que tenha subscrito, adquirido, realizado ou aumentado, mediante autorização da Assembleia Legislativa;

XVI - delegar, por decreto, a autoridade do Executivo, funções administrativas que não sejam de sua exclusiva competência;

XVII - enviar à Assembleia Legislativa projetos de lei relativos ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, dívida pública e operações de crédito;

XVIII - enviar à Assembleia Legislativa projeto de lei sobre o regime de concessão ou permissão de serviços públicos;

XIX - dispor, mediante decreto, sobre: (NR)

a) organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos; (NR)

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos. (NR)

- Inciso XIX acrescentado pela *Emenda Constitucional n° 21, de 14/02/2006*.

Parágrafo único - A representação a que se refere o inciso I poderá ser delegada por lei, de iniciativa do Governador, a outra autoridade.

### SEÇÃO III

#### Da Responsabilidade do Governador

Artigo 48 - Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único - Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal.

- Artigo 48 e seu parágrafo único foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da *ADI n° 2220/2000*, julgada em 16/11/2011.

Artigo 49 - Admitida a acusação contra o Governador, por dois terços da Assembleia Legislativa, será ele submetido a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça, nas infrações penais comuns. (NR)

- A expressão “ou, nos crimes de responsabilidade, perante Tribunal Especial”, que encerrava o dispositivo, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da *ADI n° 2220/2000*, julgada em 16/11/2011.

§1º - Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal.

§2º - Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal.

- §§ 1º e 2º foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da *ADI n° 2220/2000*, julgada em 16/11/2011.

§3º - O Governador ficará suspenso de suas funções:

1 - nas infrações penais comuns, recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Superior Tribunal de Justiça;

2 - Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal.

- Item 2 do § 3º foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da *ADI n° 2220/2000*, julgada em 16/11/2011.

§4º - Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Governador, sem prejuízo do prosseguimento do processo.

§5º - Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal.

§6º - Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal.

- §§ 5º e 6º foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da *ADI n° 1021/1994*, julgada em 19/10/1995.

Artigo 50 - Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal.

- Artigo 50 foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da *ADI n° 2220/2000*, julgada em 16/11/2011.

### SEÇÃO IV

#### Dos Secretários de Estado

Artigo 51 - Os Secretários de Estado serão escolhidos entre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

Artigo 52 - Os Secretários de Estado, auxiliares diretos e da confiança do Governador, serão responsáveis pelos atos que praticarem ou referendarem no exercício do cargo, bem como por retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício. (NR)

- Artigo 52 com redação dada pela *Emenda Constitucional n° 24, de 23/01/2008*.

§1º - Os Secretários de Estado responderão, no prazo estabelecido pelo inciso XVI do artigo 20, os requerimentos de informação formulados por Deputados e encaminhados pelo Presidente da Assembleia após apreciação da Mesa, reputando-se não praticado o ato de seu ofício sempre que a resposta for elaborada em desrespeito ao parlamentar ou ao Poder Legislativo, ou que deixar de referir-se especificamente a cada questionamento feito. (NR)

§2º - Para os fins do disposto no § 1º deste artigo, os Secretários de Estado respondem pelos atos dos dirigentes, diretores e superintendentes de órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional a eles diretamente subordinados ou vinculados. (NR)

§3º - Aos diretores de Agência Reguladora aplica-se o disposto no § 1º deste artigo. (NR)

- §§ 1º ao 3º acrescentados pela *Emenda Constitucional n° 24, de 23/01/2008*.

- Artigo 52, “caput”, e parágrafos ver STF - *ADI n° 4052/2008*.

Artigo 52-A - Caberá a cada Secretário de Estado, semestralmente, comparecer perante a Comissão Permanente da Assembleia Legislativa a que estejam afetas as atribuições de sua Pasta, para prestação de contas do andamento da gestão, bem como demonstrar e avaliar o desenvolvimento de ações, programas e metas da Secretaria correspondente. (NR)

§1º - Aplica-se o disposto no “caput” deste artigo aos Diretores de Agências Reguladoras. (NR)

§2º - Aplicam-se aos procedimentos previstos neste artigo, no que couber, aqueles já disciplinados em Regimento Interno do Poder Legislativo. (NR)

- Artigo 52-A acrescentado pela *Emenda Constitucional n° 27 de 15/06/2009*.

§3º - O comparecimento do Secretário de Estado, com a finalidade de apresentar, quadrimestralmente, perante Comissão Permanente do Poder Legislativo, a demonstração e a avaliação do cumprimento das metas fiscais por parte do Poder Executivo suprirá a obrigatoriedade constante do “caput” deste artigo. (NR)

- § 3º com redação dada pela *Emenda Constitucional nº 31, de 21/10/2009*.

§4º - No caso das Universidades Públicas Estaduais e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, incumbe, respectivamente, aos próprios Reitores e ao Presidente, efetivar, anualmente e no que couber, o disposto no “caput” deste artigo. (NR)

- § 4º acrescentado pela *Emenda Constitucional nº 37, de 05/12/2012*.

Artigo 53 - Os Secretários farão declaração pública de bens, no ato da posse e no término do exercício do cargo, e terão os mesmos impedimentos estabelecidos nesta Constituição para os Deputados, enquanto permanecerem em suas funções.

## TÍTULO III

### Da Organização do Estado

## CAPÍTULO I

### Da Administração Pública

## SEÇÃO I

### Disposições Gerais

Artigo 111 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação, interesse público e eficiência. (NR)

- Artigo 111 com redação dada pela *Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006*.

Artigo 111-A - É vedada a nomeação de pessoas que se enquadram nas condições de inelegibilidade nos termos da legislação federal para os cargos de Secretário de Estado, Secretário-Adjunto, Procurador-Geral de Justiça, Procurador-Geral do Estado, Defensor Público-Geral, Superintendentes e Diretores de órgãos da administração pública indireta, fundacional, de agências reguladoras e autarquias, Delegado-Geral de Polícia, Reitores das universidades públicas estaduais e ainda para todos os cargos de livre provimento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado. (NR)

- Artigo 111-A acrescentado pela *Emenda Constitucional nº 34, de 21/03/2012*.

Artigo 112 - As leis e atos administrativos externos deverão ser publicados no órgão oficial do Estado, para que produzam os seus efeitos regulares. A publicação dos atos não normativos poderá ser resumida.

Artigo 113 - A lei deverá fixar prazos para a prática dos atos administrativos e estabelecer recursos adequados à sua revisão, indicando seus efeitos e forma de processamento.

Artigo 114 - A administração é obrigada a fornecer a qualquer cidadão, para a defesa de seus direitos e esclarecimentos de situações de seu interesse pessoal, no prazo máximo de dez dias úteis, certidão de atos, contratos, decisões ou pareceres, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverá atender às requisições judiciais, se outro não for fixado pela autoridade judiciária.

**Artigo 115** - Para a organização da administração pública direta e indireta, inclusive as fundações instituídas ou mantidas por qualquer dos Poderes do Estado, é obrigatório o cumprimento das seguintes normas:

**I** - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (NR)

- *Inciso I com redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006*.

**II** - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia, em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei, de livre nomeação e exoneração;

**III** - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período. A nomeação do candidato aprovado obedecerá à ordem de classificação;

**IV** - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, o aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

**V** - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (NR)

- *Inciso V com redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006*.

**VI** - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, obedecido o disposto no artigo 8º da Constituição Federal;

**VII** - o servidor e empregado público gozarão de estabilidade no cargo ou emprego desde o registro de sua candidatura para o exercício de cargo de representação sindical ou no caso previsto no inciso XXIII deste artigo, até um ano após o término do mandato, se eleito, salvo se cometer falta grave definida em lei;

**VIII** - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (NR)

- *Inciso VIII com redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006*.

**IX** - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para os portadores de deficiências, garantindo as adaptações necessárias para a sua participação nos concursos públicos e definirá os critérios de sua admissão;

**X** - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

**XVIII** - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

a) de dois cargos de professor;

b) de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (NR)

- Alínea “c” com redação dada pela *Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006*.

**XIX** - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público; (NR)

- *Inciso XIX com redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006*.

**XXIV** - é obrigatória a declaração pública de bens, antes da posse e depois do desligamento, de todo o dirigente de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia e fundação instituída ou mantida pelo Poder Público;

**XXVI** - ao servidor público que tiver sua capacidade de trabalho reduzida em decorrência de acidente de trabalho ou doença do trabalho será garantida a transferência para locais ou atividades compatíveis com sua situação;

**XXVII** - é vedada a estipulação de limite de idade para ingresso por concurso público na administração direta, empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, respeitando-se apenas o limite constitucional para aposentadoria compulsória;

## CAPÍTULO II

### Dos Servidores Públicos do Estado

#### SEÇÃO I

#### Dos Servidores Públicos Civis

Artigo 124 - Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público terão regime jurídico único e planos de carreira.

§1º - A lei assegurará aos servidores da administração direta isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder, ou entre servidores dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§2º - No caso do parágrafo anterior, não haverá alteração nos vencimentos dos demais cargos da carreira a que pertence aquele cujos vencimentos foram alterados por força da isonomia.

§3º - Aplica-se aos servidores a que se refere o “caput” deste artigo e disposto no artigo 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX da Constituição Federal.

§4º - Lei estadual poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, XI, da Constituição Federal e no artigo 115, XII, desta Constituição. (NR)

- § 4º acrescentado pela *Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006*.

Artigo 125 - O exercício do mandato eletivo por servidor público far-se-á com observância do artigo 38 da Constituição Federal.

§1º - Fica assegurado ao servidor público, eleito para ocupar cargo em sindicato de categoria, o direito de afastar-se de suas funções, durante o tempo em que durar o mandato, recebendo seus vencimentos e vantagens, nos termos da lei.

§2º - O tempo de mandato eletivo será computado para fins de aposentadoria especial.

Artigo 126 - Aos servidores titulares de cargos efetivos do Estado, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (NR)

Artigo 126, “caput”, com redação dada pela *Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006*.

§1º - Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados: (NR)

1 - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei; (NR)

2 - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição; (NR)

3 - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: (NR)

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; (NR)

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. (NR)

§2º - Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão. (NR)

§3º - Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o artigo 201 da Constituição Federal, na forma da lei. (NR)

§4º - É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: (NR)

1 - portadores de deficiência; (NR)

2 - que exerçam atividades de risco; (NR)

3 - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. (NR)

§5º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, 3, “a”, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. (NR)

- §§ 1º ao 5º com redação dada pela *Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006*.

§6º - Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal.

- § 6º foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da *ADI nº 755/1992*, julgada em 01/07/1996.

§6º-A - Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo. (NR)

- § 6º-A acrescentado pela *Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006*.

§7º - Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual: (NR)

1 - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o artigo 201 da Constituição Federal, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou (NR)

2 - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o artigo 201 da Constituição Federal, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito. (NR)

- § 7º com redação dada pela *Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006*.

§8º - Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal.

- § 8º acrescentado pela *Emenda Constitucional nº 1, de 20/12/1990*, foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da *ADI nº 582/1991*, julgada em 17/06/1999.

§8º-A - É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. (NR)

§9º - O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade. (NR)

§10 - A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício. (NR)

§11 - Aplica-se o limite fixado no artigo 115, XII, desta Constituição e do artigo 37, XI, da Constituição Federal à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo. (NR)

§12 - Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social. (NR)

§13 - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social. (NR)

§14 - O Estado, desde que institua regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderá fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o artigo 201 da Constituição Federal. (NR)

§15 - O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no artigo 202 e seus parágrafos, da Constituição Federal, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida. (NR)

§16 - Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar. (NR)

§17 - Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no §3º serão devidamente atualizados, na forma da lei. (NR)

§18 - Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o artigo 201 da Constituição Federal, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. (NR)

§19 - O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, 3º, "a", e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, 2º. (NR)

§20 - Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no artigo 142, § 3º, X, da Constituição Federal. (NR)

§21 - A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o artigo 201 da Constituição Federal, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante. (NR)

§22 - O servidor, após noventa dias decorridos da apresentação do pedido de aposentadoria voluntária, instruído com prova de ter cumprido os requisitos necessários à obtenção do direito, poderá cessar o exercício da função pública, independentemente de qualquer formalidade. (NR)

- §§ 8º-A ao 22 acrescentados pela *Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006*.

Artigo 127 - Aplica-se aos servidores públicos estaduais, para efeito de estabilidade, o disposto no artigo 41 da Constituição Federal.

Artigo 128 - As vantagens de qualquer natureza só poderão ser instituídas por lei e quando atendam efetivamente ao interesse público e às exigências do serviço.

Artigo 129 - Ao servidor público estadual é assegurado o recebimento do adicional por tempo de serviço, concedido no mínimo por quinquênio, e vedada a sua limitação, bem como a sexta-parte dos vencimentos integrais, concedida aos vinte anos de efetivo exercício, que se incorporarão aos vencimentos para todos os efeitos, observado o disposto no artigo 115, XVI, desta Constituição.

Artigo 130 - Ao servidor será assegurado o direito de remoção para igual cargo ou função, no lugar de residência do cônjuge, se este também for servidor e houver vaga, nos termos da lei.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se também ao servidor cônjuge de titular de mandato eletivo estadual ou municipal.

Artigo 131 - O Estado responsabilizará os seus servidores por alcance e outros danos causados à administração, ou por pagamentos efetuados em desacordo com as normas legais, sujeitando-os ao sequestro e perdimento dos bens, nos termos da lei.

Artigo 132 - Os servidores titulares de cargos efetivos do Estado, incluídas suas autarquias e fundações, desde que tenham completado cinco anos de efetivo exercício, terão computado, para efeito de aposentadoria, nos termos da lei, o tempo de contribuição ao regime geral de previdência social decorrente de atividade de natureza privada, rural ou urbana, hipótese em que os diversos sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, segundo os critérios estabelecidos em lei. (NR)

-  
Artigo 132 com redação dada pela *Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006*.

Artigo 133 - O servidor, com mais de cinco anos de efetivo exercício, que tenha exercido ou venha a exercer cargo ou função que lhe proporcione remuneração superior à do cargo de que seja titular, ou função para a qual foi admitido, incorporará um décimo dessa diferença, por ano, até o limite de dez décimos.

- A expressão “a qualquer título”, que integrava o dispositivo, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do *Recurso Extraordinário nº 219934/1997*, julgado em 13/10/2004, e teve a sua execução suspensa pela *Resolução nº 51/2005*, de 13/07/2005, do Senado Federal.

Artigo 134 - O servidor, durante o exercício do mandato de vereador, será inamovível.

Artigo 135 - Ao servidor público titular de cargo efetivo do Estado será contado, como efetivo exercício, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de contribuição decorrente de serviço prestado em cartório não oficializado, mediante certidão expedida pela Corregedoria-Geral da Justiça. (NR)

-  
Artigo 135 com redação dada pela *Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006*.

Artigo 136 - O servidor público civil demitido por ato administrativo, se absolvido pela Justiça, na ação referente ao ato que deu causa à demissão, será reintegrado ao serviço público, com todos os direitos adquiridos.

Artigo 137 - A lei assegurará à servidora gestante mudança de função, nos casos em que for recomendado, sem prejuízo de seus vencimentos ou salários e demais vantagens do cargo ou função-atividade.

## SEÇÃO II

### *Dos Servidores Públicos Militares*

Artigo 138 - São servidores públicos militares estaduais os integrantes da Polícia Militar do Estado.

§1º - Aplica-se, no que couber, aos servidores a que se refere este artigo, o disposto no artigo 42 da Constituição Federal.

§2º - Naquilo que não colidir com a legislação específica, aplica-se aos servidores mencionados neste artigo o disposto na seção anterior.

§3º - O servidor público militar demitido por ato administrativo, se absolvido pela Justiça, na ação referente ao ato que deu causa à demissão, será reintegrado à Corporação com todos os direitos restabelecidos.

§4º - O oficial da Polícia Militar só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do Oficialato ou com ele incompatível, por decisão do Tribunal de Justiça Militar do Estado.

§5º - O oficial condenado na Justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior.

§6º - O direito do servidor militar de ser transferido para a reserva ou ser reformado será assegurado, ainda que respondendo a inquérito ou processo em qualquer jurisdição, nos casos previstos em lei específica.

## CAPÍTULO III *Da Segurança Pública* SEÇÃO I *Disposições Gerais*

Artigo 139 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio.

§1º - O Estado manterá a Segurança Pública por meio de sua polícia, subordinada ao Governador do Estado.

§2º - A polícia do Estado será integrada pela Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

§3º - A Polícia Militar, integrada pelo Corpo de Bombeiros é força auxiliar, reserva do Exército.

## SEÇÃO III *Da Polícia Militar*

Artigo 141 - À Polícia Militar, órgão permanente, incumbe, além das atribuições definidas em lei, a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

§1º - O Comandante-Geral da Polícia Militar será nomeado pelo Governador do Estado dentre oficiais da ativa, ocupantes do último posto do Quadro de Oficiais Policiais Militares, conforme dispuser a lei, devendo fazer declaração pública de bens no ato da posse e de sua exoneração.

§2º - Lei Orgânica e Estatuto disciplinarão a organização, o funcionamento, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho da Polícia Militar e de seus integrantes, servidores militares estaduais, respeitadas as leis federais concernentes.

§3º - A criação e manutenção da Casa Militar e Assessorias Militares somente poderão ser efetivadas nos termos em que a lei estabelecer.

§4º - O Chefe da Casa Militar será escolhido pelo Governador do Estado entre oficiais da ativa, ocupantes do último posto do Quadro de Oficiais Policiais Militares.

Artigo 142 - Ao Corpo de Bombeiros, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil, tendo seu quadro próprio e funcionamento definidos na legislação prevista no §2º do artigo anterior.

**TÍTULO VII**  
**Da Ordem Social**  
**CAPÍTULO III**  
**Da Educação, da Cultura e dos Esportes e Lazer**  
**SEÇÃO I**  
**Da Educação**

Artigo 237 - A educação, ministrada com base nos princípios estabelecidos no artigo 205 e seguintes da Constituição Federal e inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade humana, tem por fim:

I - a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;

II - o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais da pessoa humana;

III - o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;

IV - o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;

V - o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos conhecimentos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio, preservando-o;

VI - a preservação, difusão e expansão do patrimônio cultural;

VII - a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe, raça ou sexo;

VIII - o desenvolvimento da capacidade de elaboração e reflexão crítica da realidade.

Artigo 238 - A lei organizará o Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, levando em conta o princípio da descentralização.

Artigo 239 - O Poder Público organizará o Sistema Estadual de Ensino, abrangendo todos os níveis e modalidades, incluindo a especial, estabelecendo normas gerais de funcionamento para as escolas públicas estaduais e municipais, bem como para as particulares.

§1º - Os Municípios organizarão, igualmente, seus sistemas de ensino.

§2º - O Poder Público oferecerá atendimento especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino.

§3º - As escolas particulares estarão sujeitas à fiscalização, controle e avaliação, na forma da lei.

§4º - O Poder Público adequará as escolas e tomará as medidas necessárias quando da construção de novos prédios, visando promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e obstáculos nos espaços e mobiliários. (NR)

- § 4º acrescentado pela *Emenda Constitucional nº 39, de 27/01/2014*.

Artigo 240 - Os Municípios responsabilizar-se-ão prioritariamente pelo ensino fundamental, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, e pré-escolar, só podendo atuar nos níveis mais elevados quando a demanda naqueles níveis estiver plena e satisfatoriamente atendida, do ponto de vista qualitativo e quantitativo.

Artigo 241 - O Plano Estadual de Educação, estabelecido em lei, é de responsabilidade do Poder Público Estadual, tendo sua elaboração coordenada pelo Executivo, consultados os órgãos descentralizados do Sistema Estadual de Ensino, a comunidade educacional, e considerados os diagnósticos e necessidades apontados nos Planos Municipais de Educação.

Artigo 242 - O Conselho Estadual de Educação é órgão normativo, consultivo e deliberativo do sistema de ensino do Estado de São Paulo, com suas atribuições, organização e composição definidas em lei.

Artigo 243 - Os critérios para criação de Conselhos Regionais e Municipais de Educação, sua composição e atribuições, bem como as normas para seu funcionamento, serão estabelecidos e regulamentados por lei.

Artigo 244 - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Artigo 245 - Nos três níveis de ensino, será estimulada a prática de esportes individuais e coletivos, como complemento à formação integral do indivíduo.

Parágrafo Único - A prática referida no "caput", sempre que possível, será levada em conta em face das necessidades dos portadores de deficiências.

Artigo 246 - É vedada a cessão de uso de próprios públicos estaduais, para o funcionamento de estabelecimentos de ensino privado de qualquer natureza.

Artigo 247 - A educação da criança de zero a seis anos, integrada ao sistema de ensino, respeitará as características próprias dessa faixa etária.

Artigo 248 - O órgão próprio de educação do Estado será responsável pela definição de normas, autorização de funcionamento, supervisão e fiscalização das creches e pré-escolas públicas e privadas no Estado.

Parágrafo único - Aos Municípios, cujos sistemas de ensino estejam organizados, será delegada competência para autorizar o funcionamento e supervisionar as instituições de educação das crianças de zero a seis anos de idade.

Artigo 249 - O ensino fundamental, com oito anos de duração é obrigatório para todas as crianças, a partir dos sete anos de idade, visando a propiciar formação básica e comum indispensável a todos.

§1º - É dever do Poder Público o provimento, em todo o território paulista, de vagas em número suficiente para atender à demanda do ensino fundamental obrigatório e gratuito.

§2º - A atuação da administração pública estadual no ensino público fundamental dar-se-á por meio de rede própria ou em cooperação técnica e financeira com os Municípios, nos termos do artigo 30, VI, da Constituição Federal, assegurando a existência de escolas com corpo técnico qualificado e elevado padrão de qualidade, devendo ser definidas com os Municípios formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (NR)



- § 2º com redação dada pela *Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006*.

§3º - O ensino fundamental público e gratuito será também garantido aos jovens e adultos que, na idade própria, a ele não tiveram acesso, e terá organização adequada às características dos alunos.

§4º - Caberá ao Poder Público prover o ensino fundamental diurno e noturno, regular e supletivo, adequado às condições de vida do educando que já tenha ingressado no mercado de trabalho.

§5º - É permitida a matrícula no ensino fundamental, a partir dos seis anos de idade, desde que plenamente atendida a demanda das crianças de sete anos de idade.

Artigo 251 - A lei assegurará a valorização dos profissionais de ensino, mediante fixação de planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional, carga horária compatível com o exercício das funções e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

Artigo 252 - O Estado manterá seu próprio sistema de ensino superior, articulado com os demais níveis.

Parágrafo único - O sistema de ensino superior do Estado de São Paulo incluirá universidades e outros estabelecimentos.

Artigo 253 - A organização do sistema de ensino superior do Estado será orientada para a ampliação do número de vagas oferecidas no ensino público diurno e noturno, respeitadas as condições para a manutenção da qualidade de ensino e do desenvolvimento da pesquisa.

Parágrafo único - As universidades públicas estaduais deverão manter cursos noturnos que, no conjunto de suas unidades, correspondam a um terço pelo menos, do total das vagas por elas oferecidas.

Artigo 254 - A autonomia da universidade será exercida, respeitando, nos termos do seu estatuto, a necessária democratização do ensino e a responsabilidade pública da instituição, observados os seguintes princípios:

I - utilização dos recursos de forma a ampliar o atendimento à demanda social, tanto mediante cursos regulares, quanto atividades de extensão;

II - representação e participação de todos os segmentos da comunidade interna nos órgãos decisórios e na escolha de dirigentes, na forma de seus estatutos.

§1º - A lei criará formas de participação da sociedade, por meio de instâncias públicas externas à universidade, na avaliação do desempenho da gestão dos recursos. (NR)

- Parágrafo único transformado em § 1º pela *Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006*.

§2º - É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (NR)

§3º - O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (NR)  
- §§ 2º e 3º acrescentados pela *Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006*.

Artigo 255 - O Estado aplicará, anualmente, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, no mínimo, trinta por cento da receita resultante de impostos, incluindo recursos provenientes de transferências.

Parágrafo único - A lei definirá as despesas que se caracterizem como manutenção e desenvolvimento do ensino.

Artigo 256 - O Estado e os Municípios publicarão, até trinta dias após o encerramento de cada trimestre, informações completas sobre receitas arrecadadas e transferências de recursos destinados à educação, nesse período e discriminadas por nível de ensino.

Artigo 257 - A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino fundamental.

Parágrafo único - Parcela dos recursos públicos destinados à educação deverá ser utilizada em programas integrados de aperfeiçoamento e atualização para os educadores em exercício no ensino público.

Artigo 258 - O Poder Público poderá, mediante convênio, destinar parcela dos recursos de que trata o artigo 255 a instituições filantrópicas, definidas em lei, para a manutenção e o desenvolvimento de atendimento educacional, especializado e gratuito a educandos portadores de necessidades especiais. (NR)

-  
Artigo 258 com redação dada pela *Emenda Constitucional nº 13, de 04/12/2001*.

## **CAPÍTULO VII** **Da Proteção Especial** **SEÇÃO I**

### **Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem, do Idoso e dos Portadores de Deficiências (NR)**

- Seção I com redação dada pela *Emenda Constitucional nº 38 de 16/10/2013*.

Artigo 277 - Cabe ao Poder Público, bem como à família, assegurar à criança, ao adolescente, ao jovem, ao idoso e aos portadores de deficiências, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e agressão. (NR)

-  
Artigo 277, "caput", com redação dada pela *Emenda Constitucional nº 38 de 16/10/2013*.

Parágrafo único - O direito à proteção especial, conforme a lei, abrangerá, entre outros, os seguintes aspectos:

1 - garantia à criança e ao adolescente de conhecimento formal do ato infracional que lhe seja atribuído, de igualdade na relação processual, representação legal, acompanhamento psicológico e social e defesa técnica por profissionais habilitados;

2 - obrigação de empresas e instituições, que recebam do Estado recursos financeiros para a realização de programas, projetos e atividades culturais, educacionais, de lazer e outros afins, de proverem o acesso e a participação de portadores de deficiências.

Artigo 278 - O Poder Público promoverá programas especiais, admitindo a participação de entidades não governamentais e tendo como propósito:

I - assistência social e material às famílias de baixa renda dos egressos de hospitais psiquiátricos do Estado, até sua reintegração na sociedade;



II - concessão de incentivo às empresas para adequação de seus equipamentos, instalações e rotinas de trabalho aos portadores de deficiências;

III - garantia às pessoas idosas de condições de vida apropriadas, frequência e participação em todos os equipamentos, serviços e programas culturais, educacionais, esportivos, recreativos e de lazer, defendendo sua dignidade e visando à sua integração à sociedade;

IV - integração social de portadores de deficiências, mediante treinamento para o trabalho, convivência e facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos;

V - criação e manutenção de serviços de prevenção, orientação, recebimento e encaminhamento de denúncias referentes à violência;

VI - instalação e manutenção de núcleos de atendimento especial e casas destinadas ao acolhimento provisório de crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiências e vítimas de violência, incluindo a criação de serviços jurídicos de apoio às vítimas, integrados a atendimento psicológico e social;

VII - nos internamentos de crianças com até doze anos nos hospitais vinculados aos órgãos da administração direta ou indireta, é assegurada a permanência da mãe, também nas enfermarias, na forma da lei;

VIII - prestação de orientação e informação sobre a sexualidade humana e conceitos básicos da instituição da família, sempre que possível, de forma integrada aos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio;

IX - criação e manutenção de serviços e programas de prevenção e orientação contra entorpecentes, álcool e drogas afins, bem como de encaminhamento de denúncias e atendimento especializado, referentes à criança, ao adolescente, ao adulto e ao idoso dependentes.

Artigo 279 - Os Poderes Públicos estadual e municipal assegurarão condições de prevenção de deficiências, com prioridade para a assistência pré-natal e à infância, bem como integração social de portadores de deficiências, mediante treinamento para o trabalho e para a convivência, mediante:

I - criação de centros profissionalizantes para treinamento, habilitação e reabilitação profissional de portadores de deficiências, oferecendo os meios adequados para esse fim aos que não tenham condições de frequentar a rede regular de ensino;

II - implantação de sistema “Braille” em estabelecimentos da rede oficial de ensino, em cidade pólo regional, de forma a atender às necessidades educacionais e sociais dos portadores de deficiências.

Parágrafo único - As empresas que adaptarem seus equipamentos para o trabalho de portadores de deficiências poderão receber incentivos, na forma da lei.

Artigo 280 - É assegurado, na forma da lei, aos portadores de deficiências e aos idosos, acesso adequado aos logradouros e edifícios de uso público, bem como aos veículos de transporte coletivo urbano.

Artigo 281 - O Estado propiciará, por meio de financiamentos, aos portadores de deficiências, a aquisição dos equipamentos que se destinam a uso pessoal e que permitam a correção, diminuição e superação de suas limitações, segundo condições a serem estabelecidas em lei.

## TÍTULO VIII

### Disposições Constitucionais Gerais

Artigo 284 - O Estado comemorará, anualmente, no período de 3 a 9 de julho, a Revolução Constitucionalista de 1932.

Artigo 285 - Fica assegurado a todos livre e amplo acesso às praias do litoral paulista

§1º - Sempre que, de qualquer forma, for impedido ou dificultado esse acesso, o Ministério Público tomará imediata providência para a garantia desse direito.

§2º - O Estado poderá utilizar-se da desapropriação para abertura de acesso a que se refere o “caput”.

Artigo 286 - Fica assegurada a criação de creches nos presídios femininos e, às mães presidiárias, a adequada assistência aos seus filhos durante o período de amamentação.

Artigo 287 - Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único - Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal.

-

Artigo 287 e seu parágrafo único foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da *ADIn* nº 326/1990, julgada em 13/10/1994.

Artigo 288 - É assegurada a participação dos servidores públicos nos colegiados e diretorias dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais, de assistência médica e previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação, na forma da lei.

Artigo 289 - O Estado criará crédito educativo, por meio de suas entidades financeiras, para favorecer os estudantes de baixa renda, na forma que dispuser a lei.

Artigo 290 - Toda e qualquer pensão paga pelo Estado, a qualquer título, não poderá ser de valor inferior ao do salário mínimo vigente no País.

Artigo 291 - Todos terão o direito de, em caso de condenação criminal, obter das repartições policiais e judiciais competentes, após reabilitação, bem como no caso de inquéritos policiais arquivados, certidões e informações de folha corrida, sem menção aos antecedentes, salvo em caso de requisição judicial, do Ministério Público, ou para fins de concurso público.

Parágrafo único - Observar-se-á o disposto neste artigo quando o interesse for de terceiros.

**3. LEI Nº 10.261, DE 28 DE OUTUBRO DE 1968 – ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO.**

**LEI Nº 10.261, DE 28 DE OUTUBRO DE 1968**

*(Atualizada até a Lei Complementar nº 1.196, de 27 de fevereiro de 2013)*

*Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado*

**TÍTULO I**  
**Disposições Preliminares**

Artigo 1º - Esta lei institui o regime jurídico dos funcionários públicos civis do Estado.

Parágrafo único - As suas disposições, exceto no que colidirem com a legislação especial, aplicam-se aos funcionários dos 3 Poderes do Estado e aos do Tribunal de Contas do Estado.

Artigo 2º - As disposições desta lei não se aplicam aos empregados das autarquias, entidades paraestatais e serviços públicos de natureza industrial, ressalvada a situação daqueles que, por lei anterior, já tenham a qualidade de funcionário público.

Parágrafo único - Os direitos, vantagens e regalias dos funcionários públicos só poderão ser estendidos aos empregados das entidades a que se refere este artigo na forma e condições que a lei estabelecer.

Artigo 3º - Funcionário público, para os fins deste Estatuto, é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Artigo 4º - Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário.

Artigo 5º - Os cargos públicos são isolados ou de carreira.

Artigo 6º - Aos cargos públicos serão atribuídos valores determinados por referências numéricas, seguidas de letras em ordem alfabética, indicadoras de graus.

Parágrafo único - O conjunto de referência e grau constitui o padrão do cargo.

Artigo 7º - Classe é o conjunto de cargos da mesma denominação.

Artigo 8º - Carreira é o conjunto de classes da mesma natureza de trabalho, escalonadas segundo o nível de complexidade e o grau de responsabilidade.

Artigo 9º - Quadro é o conjunto de carreiras e de cargos isolados.

Artigo 10 - É vedado atribuir ao funcionário serviços diversos dos inerentes ao seu cargo, exceto as funções de chefia e direção e as comissões legais.

**TÍTULO II**  
**DO PROVIMENTO, DO EXERCÍCIO E DA VACÂNCIA**  
**DOS CARGOS PÚBLICOS**  
**CAPÍTULO I**  
**Do Provimento**

Artigo 11 - Os cargos públicos serão providos por:

- I - nomeação;
- II - transferência;
- III - reintegração;
- IV - acesso;
- V - reversão;
- VI - aproveitamento; e
- VII - readmissão.

Artigo 12 - Não havendo candidato habilitado em concurso, os cargos vagos, isolados ou de carreira, só poderão ser ocupados no regime da legislação trabalhista, até o prazo máximo de 2 (dois) anos, considerando-se findo o contrato após esse período, vedada a recondução.

**CAPÍTULO II**  
**Das Nomeações**  
**SEÇÃO I**  
**Das Formas de Nomeação**

Artigo 13 - As nomeações serão feitas:

- I - em caráter vitalício, nos casos expressamente previstos na Constituição do Brasil;
- II - em comissão, quando se tratar de cargo que em virtude de lei assim deva ser provido; e
- III - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de provimento dessa natureza.

**SEÇÃO II**  
**Da Seleção de Pessoal**  
**SUBSEÇÃO I**  
**Do Concurso**

Artigo 14 - A nomeação para cargo público de provimento efetivo será precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo único - As provas serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos e aos títulos serão atribuídos, no máximo, 50 (cinquenta) pontos.

Artigo 15 - A realização dos concursos será centralizada num só órgão.

Artigo 16 - As normas gerais para a realização dos concursos e para a convocação e indicação dos candidatos para o provimento dos cargos serão estabelecidas em regulamento.

Artigo 17 - Os concursos serão regidos por instruções especiais, expedidas pelo órgão competente.

Artigo 18 - As instruções especiais determinarão, em função da natureza do cargo:

- I - se o concurso será:

1 - de provas ou de provas e títulos; e  
2 - por especializações ou por modalidades profissionais, quando couber;

II - as condições para provimento do cargo referentes a:

1 - diplomas ou experiência de trabalho;

2 - capacidade física; e

3 - conduta;

III - o tipo e conteúdo das provas e as categorias de títulos;

IV - a forma de julgamento das provas e dos títulos;

V - os critérios de habilitação e de classificação; e

VI - o prazo de validade do concurso.

Artigo 19 - As instruções especiais poderão determinar que a execução do concurso, bem como a classificação dos habilitados, seja feita por regiões.

Artigo 20 - A nomeação obedecerá à ordem de classificação no concurso.

### **SUBSEÇÃO II** **Das Provas de Habilitação**

Artigo 21 - As provas de habilitação serão realizadas pelo órgão encarregado dos concursos, para fins de transferência e de outras formas de provimento que não impliquem em critério competitivo.

Artigo 22 - As normas gerais para realização das provas de habilitação serão estabelecidas em regulamento, obedecendo, no que couber, ao estabelecido para os concursos.

### **CAPÍTULO III** **Das Substituições**

Artigo 23 - Haverá substituição no impedimento legal e temporário do ocupante de cargo de chefia ou de direção.

Parágrafo único - Ocorrendo a vacância, o substituto passará a responder pelo expediente da unidade ou órgão correspondente até o provimento do cargo.

Artigo 24 - A substituição, que recairá sempre em funcionário público, quando não for automática, dependerá da expedição de ato de autoridade competente.

§ 1º - O substituto exercerá o cargo enquanto durar o impedimento do respectivo ocupante.

§ 2º - O substituto, durante todo o tempo em que exercer a substituição terá direito a perceber o valor do padrão e as vantagens pecuniárias inerentes ao cargo do substituído e mais as vantagens pessoais a que fizer jus.

§ 3º - O substituto perderá, durante o tempo da substituição, o vencimento ou a remuneração e demais vantagens pecuniárias inerentes ao seu cargo, se pelo mesmo não optar.

Artigo 25 - Exclusivamente para atender à necessidade de serviço, os tesoureiros, caixas e outros funcionários que tenham valores sob sua guarda, em caso de impedimento, serão substituídos por funcionários de sua confiança, que indicarem, respondendo a sua fiança pela gestão do substituto.

Parágrafo único - Feita a indicação, por escrito, ao chefe da repartição ou do serviço, este proporá a expedição do ato de designação, aplicando-se ao substituto a partir da data em que assumir as funções do cargo, o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 24.

### **CAPÍTULO IV** **Da Transferência**

Artigo 26 - O funcionário poderá ser transferido de um para outro cargo de provimento efetivo.

Artigo 27 - As transferências serão feitas a pedido do funcionário ou "ex-officio", atendidos sempre a conveniência do serviço e os requisitos necessários ao provimento do cargo.

Artigo 28 - A transferência será feita para cargo do mesmo padrão de vencimento ou de igual remuneração, ressalvados os casos de transferência a pedido, em que o vencimento ou a remuneração poderá ser inferior.

Artigo 29 - A transferência por permuta se processará a requerimento de ambos os interessados e de acordo com o prescrito neste capítulo.

- Nota: vide Decreto nº 4.633, de 01/10/1974.

### **CAPÍTULO V** **Da Reintegração**

Artigo 30 - A reintegração é o reingresso no serviço público, decorrente da decisão judicial passada em julgado, com ressarcimento de prejuízos resultantes do afastamento.

Artigo 31 - A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado e, se este houver sido transformado, no cargo resultante.

§ 1º - Se o cargo estiver preenchido, o seu ocupante será exonerado, ou, se ocupava outro cargo, a este será reconduzido, sem direito a indenização.

§ 2º - Se o cargo houver sido extinto, a reintegração se fará em cargo equivalente, respeitada a habilitação profissional, ou, não sendo possível, ficará o reintegrado em disponibilidade no cargo que exercia.

Artigo 32 - Transitada em julgado a sentença, será expedido o decreto de reintegração no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

### **CAPÍTULO VI** **Do Acesso**

Artigo 33 - Acesso é a elevação do funcionário, dentro do respectivo quadro a cargo da mesma natureza de trabalho, de maior grau de responsabilidade e maior complexidade de atribuições, obedecido o interstício na classe e as exigências a serem instituídas em regulamento.

§ 1º - Serão reservados para acesso os cargos cujas atribuições exijam experiência prévia do exercício de outro cargo.

§ 2º - O acesso será feito mediante aferição do mérito dentre titulares de cargos cujo exercício proporcione a experiência necessária ao desempenho das atribuições dos cargos referidos no parágrafo anterior.

Artigo 34 - Será de 3 (três) anos de efetivo exercício o interstício para concorrer ao acesso.

**CAPÍTULO VII**  
**Da Reversão**

Artigo 35 - Reversão é o ato pelo qual o aposentado reingressa no serviço público a pedido ou ex-offício.

§ 1º - A reversão ex-offício será feita quando insubsistentes as razões que determinaram a aposentadoria por invalidez.

§ 2º - Não poderá reverter à atividade o aposentado que contar mais de 58 (cinquenta e oito) anos de idade.

§ 3º - No caso de reversão ex-offício, será permitido o reingresso além do limite previsto no parágrafo anterior.

§ 4º - A reversão só poderá efetivar-se quando, em inspeção médica, ficar comprovada a capacidade para o exercício do cargo.

§ 5º - Se o laudo médico não for favorável, poderá ser procedida nova inspeção de saúde, para o mesmo fim, decorridos pelo menos 90 (noventa) dias.

§ 6º - Será tornada sem efeito a reversão ex-offício e cassada a aposentadoria do funcionário que reverter e não tomar posse ou não entrar em exercício dentro do prazo legal.

Artigo 36 - A reversão far-se-á no mesmo cargo.

§ 1º - Em casos especiais, a juízo do Governo, poderá o aposentado reverter em outro cargo, de igual padrão de vencimentos, respeitada a habilitação profissional.

§ 2º - A reversão a pedido, que será feita a critério da Administração, dependerá também da existência de cargo vago, que deva ser provido mediante promoção por merecimento.

**CAPÍTULO VIII**  
**Do Aproveitamento**

Artigo 37 - Aproveitamento é o reingresso no serviço público do funcionário em disponibilidade.

Artigo 38 - O obrigatório aproveitamento do funcionário em disponibilidade ocorrerá em vagas existentes ou que se verificarem nos quadros do funcionalismo.

§ 1º - O aproveitamento dar-se-á, tanto quanto possível, em cargo de natureza e padrão de vencimentos correspondentes ao que ocupava, não podendo ser feito em cargo de padrão superior.

§ 2º - Se o aproveitamento se der em cargo de padrão inferior ao provento da disponibilidade, terá o funcionário direito à diferença.

§ 3º - Em nenhum caso poderá efetuar-se o aproveitamento sem que, mediante inspeção médica, fique provada a capacidade para o exercício do cargo.

§ 4º - Se o laudo médico não for favorável, poderá ser procedida nova inspeção de saúde, para o mesmo fim, decorridos no mínimo 90 (noventa) dias.

§ 5º - Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade do funcionário que, aproveitado, não tomar posse e não entrar em exercício dentro do prazo legal.

§ 6º - Será aposentado no cargo anteriormente ocupado, o funcionário em disponibilidade que for julgado incapaz para o serviço público, em inspeção médica.

§ 7º - Se o aproveitamento se der em cargo de provimento em comissão, terá o aproveitado assegurado, no novo cargo, a condição de efetividade que tinha no cargo anteriormente ocupado. (NR)

- § 7º acrescentado pelo Decreto-Lei nº 76, de 27/05/1969.

**CAPÍTULO IX**  
**Da Readmissão**

Artigo 39 - Readmissão é o ato pelo qual o ex-funcionário, demitido ou exonerado, reingressa no serviço público, sem direito a ressarcimento de prejuízos, assegurada, apenas, a contagem de tempo de serviço em cargos anteriores, para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

§ 1º - A readmissão do ex-funcionário demitido será obrigatoriamente precedida de reexame do respectivo processo administrativo, em que fique demonstrado não haver inconveniente, para o serviço público, na decretação da medida.

§ 2º - Observado o disposto no parágrafo anterior, se a demissão tiver sido a bem do serviço público, a readmissão não poderá ser decretada antes de decorridos 5 (cinco) anos do ato demissório.

Artigo 40 - A readmissão será feita no cargo anteriormente exercido pelo ex-funcionário ou, se transformado, no cargo resultante da transformação.

**CAPÍTULO X**  
**Da Readaptação**

Artigo 41 - Readaptação é a investidura em cargo mais compatível com a capacidade do funcionário e dependerá sempre de inspeção médica.

Artigo 42 - A readaptação não acarretará diminuição, nem aumento de vencimento ou remuneração e será feita mediante transferência.

**CAPÍTULO XI**  
**Da Remoção**

Artigo 43 - A remoção, que se processará a pedido do funcionário ou ex-offício, só poderá ser feita:

- I - de uma para outra repartição, da mesma Secretaria; e
- II - de um para outro órgão da mesma repartição.

Parágrafo único - A remoção só poderá ser feita respeitada a lotação de cada repartição.

Artigo 44 - A remoção por permuta será processada a requerimento de ambos os interessados, com anuência dos respectivos chefes e de acordo com o prescrito neste Capítulo.

Artigo 45 - O funcionário não poderá ser removido ou transferido ex-offício para cargo que deva exercer fora da localidade de sua residência, no período de 6 (seis) meses antes e até 3 (três) meses após a data das eleições.

Parágrafo único - Essa proibição vigorará no caso de eleições federais, estaduais ou municipais, isolada ou simultaneamente realizadas.

**CAPÍTULO XII**  
**Da Posse**

Artigo 46 - Posse é o ato que investe o cidadão em cargo público.

Artigo 47 - São requisitos para a posse em cargo público:

- I - ser brasileiro;
- II - ter completado 18 (dezoito) anos de idade;
- III - estar em dia com as obrigações militares;
- IV - estar no gozo dos direitos políticos;
- V - ter boa conduta;

VI - gozar de boa saúde, comprovada em inspeção realizada por órgão médico oficial do Estado, para provimento de cargo efetivo, ou mediante apresentação de Atestado de Saúde Ocupacional, expedido por médico registrado no Conselho Regional correspondente, para provimento de cargo em comissão; (NR)

- Inciso VI com redação dada pela *Lei Complementar nº 1.123, de 01/07/2010*.

- VII - possuir aptidão para o exercício do cargo; e
- VIII - ter atendido às condições especiais prescritas para o cargo.

Parágrafo único - A deficiência da capacidade física, comprovadamente estacionária, não será considerada impedimento para a caracterização da capacidade psíquica e somática a que se refere o item VI deste artigo, desde que tal deficiência não impeça o desempenho normal das funções inerentes ao cargo de cujo provimento se trata.

Artigo 48 - São competentes para dar posse:

I - Os Secretários de Estado, aos diretores gerais, aos diretores ou chefes das repartições e aos funcionários que lhes são diretamente subordinados; e

II - Os diretores gerais e os diretores ou chefes de repartição ou serviço, nos demais casos, de acordo com o que dispuser o regulamento.

Artigo 49 - A posse verificar-se-á mediante a assinatura de termo em que o funcionário prometa cumprir fielmente os deveres do cargo.

Parágrafo único - O termo será lavrado em livro próprio e assinado pela autoridade que der posse.

Artigo 50 - A posse poderá ser tomada por procuração quando se tratar de funcionário ausente do Estado, em comissão do Governo ou, em casos especiais, a critério da autoridade competente.

Artigo 51 - A autoridade que der posse deverá verificar, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições estabelecidas, em lei ou regulamento, para a investidura no cargo.

Artigo 52 - A posse deverá verificar-se no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do ato de provimento do cargo, no órgão oficial.

§ 1º - O prazo fixado neste artigo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado.

§ 2º - O prazo inicial para a posse do funcionário em férias ou licença, será contado da data em que voltar ao serviço.

§ 3º - Se a posse não se der dentro do prazo, será tornado sem efeito o ato de provimento.

Artigo 53 - A contagem do prazo a que se refere o artigo anterior poderá ser suspensa nas seguintes hipóteses: (NR)

I - por até 120 (cento e vinte) dias, a critério do órgão médico oficial, a partir da data de apresentação do candidato junto ao referido órgão para perícia de sanidade e capacidade física, para fins de ingresso, sempre que a inspeção médica exigir essa providência; (NR)

II - por 30 (trinta) dias, mediante a interposição de recurso pelo candidato contra a decisão do órgão médico oficial (NR).

§ 1º - o prazo a que se refere o inciso I deste artigo recomençará a correr sempre que o candidato, sem motivo justificado, deixe de submeter-se aos exames médicos julgados necessários. (NR)

§ 2º - a interposição de recurso a que se refere o inciso II deste artigo dar-se-á no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data de decisão do órgão médico oficial. (NR)

Artigo 53 com redação dada pela *Lei Complementar nº 1.123, de 01/07/2010*.

Artigo 54 - O prazo a que se refere o art. 52 para aquele que, antes de tomar posse, for incorporado às Forças Armadas, será contado a partir da data da desincorporação.

Artigo 55 - o funcionário efetivo, nomeado para cargo em comissão, fica dispensado, no ato da posse, da apresentação do atestado de que trata o inciso VI do artigo 47 desta lei. (NR)

-  
Artigo 55 com redação dada pela *Lei Complementar nº 1.123, de 01/07/2010*.

## CAPÍTULO XIII Da Fiança

Artigo 56 - Revogado.

Artigo 56 revogado pela *Lei Complementar nº 575, de 11/11/1988*.

## CAPÍTULO XIV Do Exercício

Artigo 57 - O exercício é o ato pelo qual o funcionário assume as atribuições e responsabilidades do cargo.

§ 1º - O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionário.

§ 2º - O início do exercício e as alterações que ocorrerem serão comunicados ao órgão competente, pelo chefe da repartição ou serviço em que estiver lotado o funcionário.

Artigo 58 - Entende-se por lotação, o número de funcionários de carreira e de cargos isolados que devam ter exercício em cada repartição ou serviço.

Artigo 59 - O chefe da repartição ou de serviço em que for lotado o funcionário é a autoridade competente para dar-lhe exercício.

Parágrafo único - É competente para dar exercício ao funcionário, com sede no Interior do Estado, a autoridade a que o mesmo estiver diretamente subordinado.

Artigo 60 - O exercício do cargo terá início dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados:

I - da data da posse; e

II - da data da publicação oficial do ato, no caso de remoção.

§ 1º - Os prazos previstos neste artigo poderão ser prorrogados por 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado e a juízo da autoridade competente.

§ 2º - No caso de remoção, o prazo para exercício de funcionário em férias ou em licença, será contado da data em que voltar ao serviço.

§ 3º - No interesse do serviço público, os prazos previstos neste artigo poderão ser reduzidos para determinados cargos.

§ 4º - O funcionário que não entrar em exercício dentro do prazo será exonerado.

Artigo 61 - Em caso de mudança de sede, será concedido um período de trânsito, até 8 (oito) dias, a contar do desligamento do funcionário.

Artigo 62 - O funcionário deverá apresentar ao órgão competente, logo após ter tomado posse e assumido o exercício, os elementos necessários à abertura do assentamento individual.

Artigo 63 - Salvo os casos previstos nesta lei, o funcionário que interromper o exercício por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, ficará sujeito à pena de demissão por abandono de cargo.

Artigo 64 - O funcionário deverá ter exercício na repartição em cuja lotação houver claro.

Artigo 65 - Nenhum funcionário poderá ter exercício em serviço ou repartição diferente daquela em que estiver lotado, salvo nos casos previstos nesta lei, ou mediante autorização do Governador.

Artigo 66 - Na hipótese de autorização do Governador, o afastamento só será permitido, com ou sem prejuízo de vencimentos, para fim determinado e prazo certo.

Parágrafo único - O afastamento sem prejuízo de vencimentos poderá ser condicionado ao reembolso das despesas efetuadas pelo órgão de origem, na forma a ser estabelecida em regulamento. (NR)

- Parágrafo único acrescentado pela *Lei Complementar nº 1.043, de 09/05/2008*.

Artigo 67 - O afastamento do funcionário para ter exercício em entidades com as quais o Estado mantenha convênios, reger-se-á pelas normas nestes estabelecidas.

Artigo 68 - O funcionário poderá ausentar-se do Estado ou deslocar-se da respectiva sede de exercício, para missão ou estudo de interesse do serviço público, mediante autorização expressa do Governador.

Artigo 69 - Os afastamentos de funcionários para participação em congressos e outros certames culturais, técnicos ou científicos, poderão ser autorizados pelo Governador, na forma estabelecida em regulamento.

Artigo 70 - O servidor preso em flagrante, preventiva ou temporariamente ou pronunciado será considerado afastado do exercício do cargo, com prejuízo da remuneração, até a condenação ou absolvição transitada em julgado. (NR)

§ 1º - Estando o servidor licenciado, sem prejuízo de sua remuneração, será considerada cessada a licença na data em que o servidor for recolhido à prisão. (NR)

§ 2º - Se o servidor for, ao final do processo judicial, condenado, o afastamento sem remuneração perdurará até o cumprimento total da pena, em regime fechado ou semi-aberto, salvo na hipótese em que a decisão condenatória determinar a perda do cargo público. (NR)

Artigo 70 com redação dada pela *Lei Complementar nº 1.012, de 05/04/2007*.

Artigo 71 - As autoridades competentes determinarão o afastamento imediato do trabalho, do funcionário que apresente indícios de lesões orgânicas ou funcionais causadas por raios X ou substâncias radioativas, podendo atribuir-lhe conforme o caso, tarefas sem risco de radiação ou conceder-lhe licença "ex-officio" na forma do art. 194 e seguintes.

Artigo 72 - O funcionário, quando no desempenho do mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo, com prejuízo do vencimento ou remuneração.

Artigo 73 - O exercício do mandato de Prefeito, ou o de Vereador, quando remunerado, determinará o afastamento do funcionário, com a faculdade de opção entre os subsídios do mandato e os vencimentos ou a remuneração do cargo, inclusive vantagens pecuniárias, ainda que não incorporadas. (NR)

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se igualmente à hipótese de nomeação de Prefeito. (NR)

Artigo 73 com redação dada pela *Lei Complementar nº 87, de 25/04/1974*.

Artigo 74 - Quando não remunerada a vereança, o afastamento somente ocorrerá nos dias de sessão e desde que o horário das sessões da Câmara coincida com o horário normal de trabalho a que estiver sujeito o funcionário. (NR)

§ 1º - Na hipótese prevista neste artigo, o afastamento se dará sem prejuízo de vencimentos e vantagens, ainda que não incorporadas, do respectivo cargo. (NR)

§ 2º - É vedada a remoção ou transferência do funcionário durante o exercício do mandato. (NR)

Artigo 74 com redação dada pela *Lei Complementar nº 87, de 25/04/1974*.

Artigo 75 - O funcionário, devidamente autorizado pelo Governador, poderá afastar-se do cargo para participar de provas de competições desportivas, dentro ou fora do Estado.

§ 1º - O afastamento de que trata este artigo, será precedido de requisição justificada do órgão competente.

§ 2º - O funcionário será afastado por prazo certo, nas seguintes condições:

I - sem prejuízo do vencimento ou remuneração, quando representar o Brasil, ou o Estado, em competições desportivas oficiais; e

II - com prejuízo do vencimento ou remuneração, em quaisquer outros casos.

## CAPÍTULO XV

### Da Contagem de Tempo de Serviço

- Suspensa a aplicabilidade pela Administração com base no pronunciamento do Secretário de Estado - Chefe da Casa Civil de 04/08/1971, publicado no *DOE de 06/08/1971, pág. 3*.

Artigo 76 - O tempo de serviço público, assim considerado o exclusivamente prestado ao Estado e suas Autarquias, será contado singelamente para todos os fins.



Parágrafo único - O tempo de serviço público prestado à União, outros Estados e Municípios, e suas autarquias, anteriormente ao ingresso do funcionário no serviço público estadual, será contado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Artigo 76 com redação dada pela *Lei Complementar n° 318, de 10/03/1983*.

Nota: O artigo 1° da *Lei Complementar n° 437, de 23/12/1985*, fixou a vigência deste artigo para 21/12/1984.

Artigo 77 - A apuração do tempo de serviço será feita em dias.

§ 1° - Serão computados os dias de efetivo exercício, do registro de frequência ou da folha de pagamento.

§ 2° - O número de dias será convertido em anos, considerados sempre estes como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

§ 3° - Feita a conversão de que trata o parágrafo anterior, os dias restantes, até 182 (cento e oitenta e dois), não serão computados, arredondando-se para 1 (um) ano, na aposentadoria compulsória ou por invalidez, quando excederem esse número.

Artigo 78 - Serão considerados de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, os dias em que o funcionário estiver afastado do serviço em virtude de:

I - férias;

II - casamento, até 8 (oito) dias;

III - falecimento do cônjuge, filhos, pais e irmãos, até 8 (oito) dias;

IV - falecimento dos avós, netos, sogros, do padrasto ou madrastra, até 2 (dois) dias; (NR)

- Inciso IV com redação dada pela *Lei Complementar n° 318, de 10/03/1983*.

V - serviços obrigatórios por lei;

VI - licença quando acidentado no exercício de suas atribuições ou atacado de doença profissional;

VII - licença à funcionária gestante;

VIII - licenciamento compulsório, nos termos do art. 206;

IX - licença-prêmio;

X - faltas abonadas nos termos do parágrafo 1° do art. 110, observados os limites ali fixados;

XI - missão ou estudo dentro do Estado, em outros pontos do território nacional ou no estrangeiro, nos termos do art. 68;

XII - nos casos previstos no art. 122;

XIII - afastamento por processo administrativo, se o funcionário for declarado inocente ou se a pena imposta for de repreensão ou multa; e, ainda, os dias que excederem o total da pena de suspensão efetivamente aplicada;

XIV - trânsito, em decorrência de mudança de sede de exercício, desde que não exceda o prazo de 8 (oito) dias; e

XV - provas de competições desportivas, nos termos do item I, do § 2°, do art. 75.

XVI - licença-paternidade, por 5 (cinco) dias; (NR)

- Inciso XVI acrescentado pela *Lei Complementar n° 1.054, de 07/07/2008*.

Artigo 79 - Os dias em que o funcionário deixar de comparecer ao serviço em virtude de mandato legislativo municipal serão considerados de efetivo exercício para todos os eleitos legais. (NR)

Artigo 79, “caput”, com redação dada pela *Lei Complementar n° 124, de 11/11/1975*.

Parágrafo único — No caso de verança remunerada, os dias de afastamento não serão computados para fins de vencimento ou remuneração, salvo se por eles tiver optado o funcionário.

Artigo 80 - Será contado para todos os efeitos, salvo para a percepção de vencimento ou remuneração:

I - o afastamento para provas de competições desportivas nos termos do item II do § 2° do art. 75; e

II - as licenças previstas nos arts. 200 e 201.

Artigo 81 - Os tempos adiante enunciados serão contados: (NR)

I - para efeito de concessão de adicional por tempo de serviço, sexta-parte, aposentadoria e disponibilidade: (NR)

a) o de afastamento nos termos dos artigos 65 e 66 junto a outros poderes do Estado, a fundações instituídas pelo Estado ou empresas em que o Estado tenha participação majoritária pela sua Administração Centralizada ou Descentralizada, bem como junto a órgãos da Administração Direta da União, de outros Estados e Municípios, e de suas autarquias; (NR)

b) o de afastamento nos termos do artigo 67; (NR)

II - para efeito de disponibilidade e aposentadoria, o de licença para tratamento de saúde.(NR)

Artigo 81 com redação dada pela *Lei Complementar n° 318, de 10/03/1983*.

Artigo 82 - O tempo de mandato federal e estadual, bem como o municipal, quando remunerado, será contado para fins de aposentadoria e de promoção por antiguidade. (NR)

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se à hipótese de nomeação de Prefeito. (NR)

Artigo 82 com redação dada pela *Lei Complementar n° 87, de 25/04/1974*.

Artigo 83 - Para efeito de aposentadoria será contado o tempo em que o funcionário esteve em disponibilidade.

Artigo 84 - É vedada a acumulação de tempo de serviço conconcorrente ou simultaneamente prestado, em dois ou mais cargos ou funções, à União, Estados, Municípios ou Autarquias em geral.

Parágrafo único - Em regime de acumulação é vedado contar tempo de um dos cargos para reconhecimento de direito ou vantagens no outro.

Artigo 85 - Não será computado, para nenhum efeito, o tempo de serviço gratuito.

## CAPÍTULO XVI Da Vacância

Artigo 86 - A vacância do cargo decorrerá de:

I - exoneração;

II - demissão;

III - transferência;

IV - acesso;

V - aposentadoria; e



VI - falecimento.

§ 1º - Dar-se-á a exoneração:

1 - a pedido do funcionário;

2 - a critério do Governo, quando se tratar de ocupante de cargo em comissão; e

3 - quando o funcionário não entrar em exercício dentro do prazo legal.

§ 2º - A demissão será aplicada como penalidade nos casos previstos nesta lei.

**TÍTULO III  
DA PROMOÇÃO  
CAPÍTULO ÚNICO  
Da Promoção**

Artigo 87 - Promoção é a passagem do funcionário de um grau a outro da mesma classe e se processará obedecidos, alternadamente, os critérios de merecimento e de antiguidade na forma que dispuser o regulamento.

Artigo 88 - O merecimento do funcionário será apurado em pontos positivos e negativos.

§ 1º - Os pontos positivos se referem a condições de eficiência no cargo e ao aperfeiçoamento funcional resultante do aprimoramento dos seus conhecimentos.

§ 2º - Os pontos negativos resultam da falta de assiduidade e da indisciplina.

Artigo 89 - Da apuração do merecimento será dada ciência ao funcionário.

Artigo 90 - A antiguidade será determinada pelo tempo de efetivo exercício no cargo e no serviço público, apurado em dias.

Artigo 91 - As promoções serão feitas em junho e dezembro de cada ano, dentro de limites percentuais a serem estabelecidos em regulamento e corresponderão às condições existentes até o último dia do semestre imediatamente anterior.

Artigo 92 - Os direitos e vantagens que decorrerem da promoção serão contados a partir da publicação do ato, salvo quando publicado fora do prazo legal, caso em que vigorará a contar do último dia do semestre a que corresponder.

Parágrafo único - Ao funcionário que não estiver em efetivo exercício, só se abonarão as vantagens a partir da data da reassunção.

Artigo 93 - Será declarada sem efeito a promoção indevida, não ficando o funcionário, nesse caso, obrigado a restituições, salvo na hipótese de declaração falsa ou omissão intencional.

Artigo 94 - Só poderão ser promovidos os servidores que tiverem o interstício de efetivo exercício no grau.

Parágrafo único - O interstício a que se refere este artigo será estabelecido em regulamento.

Artigo 95 - Dentro de cada quadro, haverá para cada classe, nos respectivos graus, uma lista de classificação, para os critérios de merecimento e antiguidade.

Parágrafo único - Ocorrendo empate terão preferência, sucessivamente:

1 - na classificação por merecimento:

a) os títulos e os comprovantes de conclusão de cursos, relacionados com a função exercida;

b) a assiduidade;

c) a antiguidade no cargo;

d) os encargos de família; e

e) a idade;

2 - na classificação por antiguidade:

a) o tempo no cargo;

b) o tempo de serviço prestado ao Estado;

c) o tempo de serviço público;

d) os encargos de família; e

e) a idade.

Artigo 96 - O funcionário em exercício de mandato eletivo federal ou estadual ou de mandato de prefeito, somente poderá ser promovido por antiguidade.

Artigo 97 - Não serão promovidos por merecimento, ainda que classificados dentro dos limites estabelecidos no regulamento, os funcionários que tiverem sofrido qualquer penalidade nos dois anos anteriores à data de vigência da promoção.

Artigo 98 - O funcionário submetido a processo administrativo poderá ser promovido, ficando, porém, sem efeito a promoção por merecimento no caso de o processo resultar em penalidade.

Artigo 99 - Para promoção por merecimento é indispensável que o funcionário obtenha número de pontos não inferior à metade do máximo atribuível.

Artigo 100 - O merecimento do funcionário é adquirido na classe.

Artigo 101 - Revogado.

Artigo 101 revogado pela *Lei Complementar nº 318, de 10/03/1983*.

Artigo 102 - O tempo no cargo será o efetivo exercício, contado na seguinte conformidade:

I - a partir da data em que o funcionário assumir o exercício do cargo, nos casos de nomeação, transferência a pedido, reversão e aproveitamento;

II - como se o funcionário estivesse em exercício, no caso de reintegração;

III - a partir da data em que o funcionário assumir o exercício do cargo do qual foi transferido, no caso de transferência ex-officio; e

IV - a partir da data em que o funcionário assumir o exercício do cargo reclassificado ou transformado.

Artigo 103 - Será contado como tempo no cargo o efetivo exercício que o funcionário houver prestado no mesmo cargo, sem solução de continuidade, desde que por prazo superior a 6 (seis) meses:

I - como substituto; e

II - no desempenho de função gratificada, em período anterior à criação do respectivo cargo.

Artigo 104 - As promoções obedecerão à ordem de classificação.

Artigo 105 - Haverá em cada Secretaria de Estado uma Comissão de Promoção que terá as seguintes atribuições:

I - eleger o respectivo presidente;

II - decidir as reclamações contra a avaliação do mérito, podendo alterar, fundamentalmente, os pontos atribuídos ao reclamante ou a outros funcionários;

III - avaliar o mérito do funcionário quando houver divergência igual ou superior a 20 (vinte) pontos entre os totais atribuídos pelas autoridades avaliadoras;

IV - propor à autoridade competente a penalidade que couber ao responsável pelo atraso na expedição e remessa do Boletim de Promoção, pela falta de qualquer informação ou de elementos solicitados, pelos fatos de que decorram irregularidade ou parcialidade no processamento das promoções;

V - Avaliar os títulos e os certificados de cursos apresentados pelos funcionários; e

VI - dar conhecimento aos interessados mediante afixação na repartição:

- 1 - das alterações de pontos feitos nos Boletins de Promoção; e
- 2 - dos pontos atribuídos pelos títulos e certificados de cursos.

Artigo 106 - No processamento das promoções cabem as seguintes reclamações:

I - da avaliação do mérito; e

II - da classificação final.

§ 1º - Da avaliação do mérito podem ser interpostos pedidos de reconsideração e recurso, e, da classificação final, apenas recurso.

§ 2º - Terão efeito suspensivo as reclamações relativas à avaliação do mérito.

§ 3º - Serão estabelecidos em regulamento as normas e os prazos para o processamento das reclamações de que trata este artigo.

Artigo 107 - A orientação das promoções do funcionalismo público civil será centralizada, cabendo ao órgão a que for deferida tal competência:

I - expedir normas relativas ao processamento das promoções e elaborar as respectivas escalas de avaliação, com a aprovação do Governador;

II - orientar as autoridades competentes quanto à avaliação das condições de promoção;

III - realizar estudos e pesquisas no sentido de averiguar a eficiência do sistema em vigor, propondo medidas tendentes ao seu aperfeiçoamento; e

IV - opinar em processos sobre assuntos de promoção, sempre que solicitado.

#### TÍTULO IV

### DOS DIREITOS E DAS VANTAGENS DE ORDEM PECUNIÁRIA

#### CAPÍTULO I

#### Do Vencimento e da Remuneração

#### SEÇÃO I

#### Disposições Gerais

Artigo 108 - Vencimento é a retribuição paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao valor do respectivo padrão fixado em lei, mais as vantagens a ele incorporadas para todos os efeitos legais.

Artigo 109 - Remuneração é a retribuição paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo, correspondente a 2/3 (dois terços) do respectivo padrão, mais as quotas ou porcentagens que, por lei, lhe tenham sido atribuídas e as vantagens pecuniárias a ela incorporadas.

Artigo 110 - O funcionário perderá:

I - o vencimento ou remuneração do dia, quando não comparecer ao serviço, salvo no caso previsto no § 1º deste artigo; e

II - 1/3 (um terço) do vencimento ou remuneração diária, quando comparecer ao serviço dentro da hora seguinte à marcada para o início do expediente ou quando dele retirar-se dentro da última hora.

§ 1º - As faltas ao serviço, até o máximo de 6 (seis) por ano, não excedendo a uma por mês, em razão de moléstia ou outro motivo relevante, poderão ser abonadas pelo superior imediato, a requerimento do funcionário, no primeiro dia útil subsequente ao da falta. (NR)

- § 1º com redação dada pela *Lei Complementar n° 294, de 02/09/1982*.

§ 2º - No caso de faltas sucessivas, justificadas ou injustificadas, os dias intercalados — domingos, feriados e aqueles em que não haja expediente — serão computados exclusivamente para efeito de desconto do vencimento ou remuneração.

Artigo 111 - As reposições devidas pelo funcionário e as indenizações por prejuízos que causar à Fazenda Pública Estadual, serão descontadas em parcelas mensais não excedentes da décima parte do vencimento ou remuneração ressalvados os casos especiais previstos neste Estatuto.

Artigo 112 - Só será admitida procuração para efeito de recebimento de quaisquer importâncias dos cofres estaduais, decorrentes do exercício do cargo, quando o funcionário se encontrar fora da sede ou comprovadamente impossibilitado de locomover-se.

Artigo 113 - O vencimento, remuneração ou qualquer vantagem pecuniária atribuídos ao funcionário, não poderão ser objeto de arresto, sequestro ou penhora, salvo:

I - quando se tratar de prestação de alimentos, na forma da lei civil; e

II - nos casos previstos no Capítulo II do Título VI deste Estatuto.

Artigo 114 - É proibido, fora dos casos expressamente consignados neste Estatuto, ceder ou gravar vencimento, remuneração ou qualquer vantagem decorrente do exercício de cargo público.

Artigo 115 - O vencimento ou remuneração do funcionário não poderá sofrer outros descontos, exceto os obrigatórios e os autorizados por lei.

Artigo 116 - As consignações em folha, para efeito de desconto de vencimentos ou remuneração, serão disciplinadas em regulamento.

## **SEÇÃO II** **Do Horário e do Ponto**

Artigo 117 - O horário de trabalho nas repartições será fixado pelo Governo de acordo com a natureza e as necessidades do serviço.

Artigo 118 - O período de trabalho, nos casos de comprovada necessidade, poderá ser antecipado ou prorrogado pelo chefe da repartição ou serviço.

Parágrafo único - No caso de antecipação ou prorrogação, será remunerado o trabalho extraordinário, na forma estabelecida no art. 136.

Artigo 119 - Nos dias úteis, só por determinação do Governador poderão deixar de funcionar as repartições públicas ou ser suspenso o expediente.

Artigo 120 - Ponto é o registro pelo qual se verificará, diariamente, a entrada e saída do funcionário em serviço.

§ 1º - Para registro do ponto serão usados, de preferência, meios mecânicos.

§ 2º - É vedado dispensar o funcionário do registro do ponto, salvo os casos expressamente previstos em lei.

§ 3º - A infração do disposto no parágrafo anterior determinará a responsabilidade da autoridade que tiver expedido a ordem, sem prejuízo da ação disciplinar cabível.

Artigo 121 - Para o funcionário estudante, conforme dispuser o regulamento, poderão ser estabelecidas normas especiais quanto à frequência ao serviço.

Artigo 122 - O funcionário que comprovar sua contribuição para banco de sangue mantido por órgão estatal ou paraestatal, ou entidade com a qual o Estado mantenha convênio, fica dispensado de comparecer ao serviço no dia da doação.

Artigo 123 - Apurar-se-á a frequência do seguinte modo:

I - pelo ponto; e

II - pela forma determinada, quanto aos funcionários não sujeitos a ponto.

## **CAPÍTULO II** **Das Vantagens de Ordem Pecuniária** **SEÇÃO I** **Disposições Gerais**

Artigo 124 - Além do valor do padrão do cargo, o funcionário só poderá receber as seguintes vantagens pecuniárias:

I - adicionais por tempo de serviço;

II - gratificações;

III - diárias;

IV - ajudas de custo;

V - salário-família e salário-esposa;

VI - Revogado;

- Inciso VI revogado pelo *Decreto-lei de 27/02/1970*.

VII - quota-parte de multas e porcentagens fixadas em lei;

VIII - honorários, quando fora do período normal ou extraordinário de trabalho a que estiver sujeito, for designado para realizar investigações ou pesquisas científicas, bem como para exercer as funções de auxiliar ou membro de bancas e comissões de concurso ou prova, ou de professor de cursos de seleção e aperfeiçoamento ou especialização de servidores, legalmente instituídos, observadas as proibições atinentes a regimes especiais de trabalho fixados em lei;

IX - honorários pela prestação de serviço peculiar à profissão que exercer e, em função dela, à Justiça, desde que não a execute dentro do período normal ou extraordinário de trabalho a que estiver sujeito e sejam respeitadas as restrições estabelecidas em lei pela subordinação a regimes especiais de trabalho; e

X - outras vantagens ou concessões pecuniárias previstas em leis especiais ou neste Estatuto.

§ 1º - Excetuados os casos expressamente previstos neste artigo, o funcionário não poderá receber, a qualquer título, seja qual for o motivo ou forma de pagamento, nenhuma outra vantagem pecuniária dos órgãos do serviço público, das entidades autárquicas ou paraestatais ou outras organizações públicas, em razão de seu cargo ou função nos quais tenha sido mandado servir.

§ 2º - O não cumprimento do que preceitua este artigo importará na demissão do funcionário, por procedimento irregular, e na imediata reposição, pela autoridade ordenadora do pagamento, da importância indevidamente paga.

§ 3º - Nenhuma importância relativa às vantagens constantes deste artigo será paga ou devida ao funcionário, seja qual for o seu fundamento, se não houver crédito próprio, orçamentário ou adicional.

Artigo 125 - As porcentagens ou quotas-partes, atribuídas em virtude de multas ou serviços de fiscalização e inspeção, só serão creditadas ao funcionário após a entrada da importância respectiva, a título definitivo, para os cofres públicos.

Artigo 126 - O funcionário não fará jus à percepção de quaisquer vantagens pecuniárias, nos casos em que deixar de perceber o vencimento ou remuneração, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 160.

## **SEÇÃO II** **Das Adicionais por Tempo de Serviço**

Artigo 127 - O funcionário terá direito, após cada período de 5 (cinco) anos, contínuos, ou não, à percepção de adicional por tempo de serviço, calculado à razão de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento ou remuneração, a que se incorpora para todos os efeitos.

Nota: A *Lei Complementar n° 792, de 20/3/1995* foi declarada Inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da *ADI n° 3.167*, julgada em 18/06/2007.

Parágrafo único — O adicional por tempo de serviço será concedido pela autoridade competente, na forma que fôr estabelecida em regulamento.

Artigo 128 - A apuração do quinquênio será feita em dias e o total convertido em anos, considerados estes sempre como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Artigo 129 - Vetado.

Artigo 130 - O funcionário que completar 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício perceberá mais a sexta-parte do vencimento ou remuneração, a estes incorporada para todos os efeitos.

Artigo 131 - O funcionário que exercer cumulativamente cargos ou funções, terá direito aos adicionais de que trata esta Seção, isoladamente, referentes a cada cargo ou a função.

Artigo 132 - O ocupante de cargo em comissão fará jus aos adicionais previstos nesta Seção, calculados sobre o vencimento que perceber no exercício desse cargo, enquanto nele permanecer.

Artigo 133 - Ao funcionário no exercício de cargo em substituição aplica-se o disposto no artigo anterior.

Artigo 134 - Para efeito dos adicionais a que se refere esta Seção, será computado o tempo de serviço, na forma estabelecida nos arts. 76 e 78.

### SEÇÃO III Das Gratificações

Artigo 135 - Poderá ser concedida gratificação ao funcionário:

I - pela prestação de serviço extraordinário;

II - pela elaboração ou execução de trabalho técnico ou científico ou de utilidade para o serviço público;

III - a título de representação, quando em função de gabinete, missão ou estudo fora do Estado ou designação para função de confiança do Governador;

IV - quando designado para fazer parte de órgão legal de deliberação coletiva; e

V - outras que forem previstas em lei.

Artigo 136 - A gratificação pela prestação de serviço extraordinário será paga por hora de trabalho prorrogado ou antecipado, na mesma razão percebida pelo funcionário em cada hora de período normal de trabalho a que estiver sujeito.

Parágrafo único - A prestação de serviço extraordinário não poderá exceder a duas horas diárias de trabalho.

Artigo 137 - É vedado conceder gratificação por serviço extraordinário, com o objetivo de remunerar outros serviços ou encargos.

§ 1º - O funcionário que receber importância relativa a serviço extraordinário que não prestou, será obrigado a restituí-la de uma só vez, ficando ainda sujeito à punição disciplinar.

§ 2º - Será responsabilizada a autoridade que infringir o disposto no caput deste artigo.

Artigo 138 - Será punido com pena de suspensão e, na reincidência, com a de demissão, a bem do serviço público, o funcionário:

I - que atestar falsamente a prestação de serviço extraordinário; e

II - que se recusar, sem justo motivo, à prestação de serviço extraordinário.

Artigo 139 - O funcionário que exercer cargo de direção não poderá perceber gratificação por serviço extraordinário.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica durante o período em que subordinado de titular de cargo nele mencionado venha a perceber, em consequência do acréscimo da gratificação por serviço extraordinário, quantia que iguale ou ultrapasse o valor do padrão do cargo de direção.

§ 2º - Aos titulares de cargos de direção, para efeito do parágrafo anterior, apenas será paga gratificação por serviço extraordinário correspondente à quantia a esse título percebida pelo subordinado de padrão mais elevado.

Artigo 140 - A gratificação pela elaboração ou execução de trabalho técnico ou científico, ou de utilidade para o serviço, será arbitrada pelo Governador, após sua conclusão.

Artigo 141 - A gratificação a título de representação, quando o funcionário for designado para serviço ou estudo fora do Estado, será arbitrada pelo Governador, ou por autoridade que a lei determinar, podendo ser percebida cumulativamente com a diária.

Artigo 142 - A gratificação relativa ao exercício em órgão legal de deliberação coletiva, será fixada pelo Governador.

Artigo 143 - A gratificação de representação de gabinete, fixada em regulamento, não poderá ser percebida cumulativamente com a referida no inciso I do art. 135.

### SEÇÃO IV Das Diárias

Artigo 144 - Ao funcionário que se deslocar temporariamente da respectiva sede, no desempenho de suas atribuições, ou em missão ou estudo, desde que relacionados com o cargo que exerce, poderá ser concedida, além do transporte, uma diária a título de indenização das despesas de alimentação e pousada.

§ 1º - Não será concedida diária ao funcionário removido ou transferido, durante o período de trânsito.

§ 2º - Não caberá a concessão de diária quando o deslocamento de funcionário constituir exigência permanente do cargo ou função.

§ 3º - Entende-se por sede o município onde o funcionário tem exercício.

§ 4º - O disposto no "caput" deste artigo não se aplica aos casos de missão ou estudo fora do País.

§ 5º - As diárias relativas aos deslocamentos de funcionários para outros Estados e Distrito Federal, serão fixadas por decreto.

Artigo 145 - O valor das diárias será fixado em decreto. (NR)

Artigo 145 com redação dada pela *Lei Complementar n° 556, de 15/07/1988*.

Artigo 146 - A tabela de diárias, bem como as autoridades que as concederem, deverão constar de decreto.

Artigo 147 - O funcionário que indevidamente receber diária, será obrigado a restituí-la de uma só vez, ficando ainda sujeito à punição disciplinar.

Artigo 148 - É vedado conceder diárias com o objetivo de remunerar outros encargos ou serviços.

Parágrafo único - Será responsabilizada a autoridade que infringir o disposto neste artigo.

### **SEÇÃO V** **Das Ajudas de Custo**

Artigo 149 - A juízo da Administração, poderá ser concedida ajuda de custo ao funcionário que no interesse do serviço passar a ter exercício em nova sede.

§ 1º - A ajuda de custo destina-se a indenizar o funcionário das despesas de viagem e de nova instalação.

§ 2º - O transporte do funcionário e de sua família compreende passagem e bagagem e correrá por conta do Governo.

Artigo 150 - A ajuda de custo, desde que em território do País, será arbitrada pelos Secretários de Estado, não podendo exceder importância correspondente a 3 (três) vezes o valor do padrão do cargo.

Parágrafo único - O regulamento fixará o critério para o arbitramento, tendo em vista o número de pessoas que acompanham o funcionário, as condições de vida na nova sede, a distância a ser percorrida, o tempo de viagem e os recursos orçamentários disponíveis.

Artigo 151 - Não será concedida ajuda de custo:

I - ao funcionário que se afastar da sede ou a ela voltar, em virtude de mandato eletivo; e

II - ao que for afastado junto a outras Administrações.

Parágrafo único - O funcionário que recebeu ajuda de custo, se for obrigado a mudar de sede dentro do período de 2 (dois) anos poderá receber, apenas, 2/3 (dois terços) do benefício que lhe caberia.

Artigo 152 - Quando o funcionário for incumbido de serviço que o obrigue a permanecer fora da sede por mais de 30 (trinta) dias, poderá receber ajuda de custo sem prejuízos das diárias que lhe couberem.

Parágrafo único - A importância dessa ajuda de custo será fixada na forma do art. 150, não podendo exceder a quantia relativa a 1 (uma) vez o valor do padrão do cargo.

Artigo 153 - Restituirá a ajuda de custo que tiver recebido:

I - o funcionário que não seguir para a nova sede dentro dos prazos fixados, salvo motivo independente de sua vontade, devidamente comprovado sem prejuízo da pena disciplinar cabível;

II - o funcionário que, antes de concluir o serviço que lhe foi cometido, regressar da nova sede, pedir exoneração ou abandonar o cargo.

§ 1º - A restituição poderá ser feita parceladamente, a juízo da autoridade que houver concedido a ajuda de custo, salvo no caso de recebimento indevido, em que a importância por devolver será descontada integralmente do vencimento ou remuneração, sem prejuízo da pena disciplinar cabível.

§ 2º - A responsabilidade pela restituição de que trata este artigo, atinge exclusivamente a pessoa do funcionário.

§ 3º - Se o regresso do funcionário for determinado pela autoridade competente ou por motivo de força maior devidamente comprovado, não ficará ele obrigado a restituir a ajuda de custo.

Artigo 154 - Caberá também ajuda de custo ao funcionário designado para serviço ou estudo no estrangeiro.

Parágrafo único - A ajuda de custo de que trata este artigo será arbitrada pelo Governador.

### **SEÇÃO VI**

#### **Do Salário-Família e do Salário-Esposa**

Artigo 155 - O salário-família será concedido ao funcionário ou ao inativo por:

I - filho menor de 18 (dezoito) anos; e

II - filho inválido de qualquer idade.

Parágrafo único - Consideram-se dependentes, desde que vivam total ou parcialmente às expensas do funcionário, os filhos de qualquer condição, os enteados e os adotivos, equiparando-se a estes os tutelados sem meios próprios de subsistência.

Artigo 156 - A invalidez que caracteriza a dependência é a incapacidade total e permanente para o trabalho.

Artigo 157 - Quando o pai e a mãe tiverem ambos a condição de funcionário público ou de inativo e viverem em comum, o salário-família será concedido a um deles.

Parágrafo único - Se não viverem em comum, será concedido ao que tiver os dependentes sob sua guarda, ou a ambos, de acordo com a distribuição de dependentes.

Artigo 158 - Ao pai e à mãe equiparam-se o padrasto e a madras-ta e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Artigo 158-A - Fica assegurada, nas mesmas bases e condições, ao cônjuge supérstite ou ao responsável legal pelos filhos do casal, a percepção do salário-família a que tinha direito o funcionário ou inativo falecidos. (NR)

Artigo 158-A acrescentado pela *Lei Complementar nº 177, de 28/04/1978*.

Artigo 159 - A concessão e a supressão do salário-família serão processadas na forma estabelecida em lei.

Artigo 160 - Não será pago o salário-família nos casos em que o funcionário deixar de perceber o respectivo vencimento ou remuneração.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica aos casos disciplinares e penais, nem aos de licença por motivo de doença em pessoa da família.

Artigo 161 - É vedada a percepção de salário-família por dependente em relação ao qual já esteja sendo pago este benefício por outra entidade pública federal, estadual ou municipal, ficando o infrator sujeito às penalidades da lei.

Artigo 162 - O salário esposa será concedido ao funcionário que não perceba vencimento ou remuneração de importância superior a 2 (duas) vezes o valor do menor vencimento pago pelo Estado, desde que a mulher não exerça atividade remunerada.

Parágrafo único - A concessão do benefício a que se refere este artigo será objeto de regulamento.



## SEÇÃO VII

### Outras Concessões Pecuniárias

Artigo 163 - O Estado assegurará ao funcionário o direito de pleno ressarcimento de danos ou prejuízos, decorrentes de acidentes no trabalho, do exercício em determinadas zonas ou locais e da execução de trabalho especial, com risco de vida ou saúde.

Artigo 164 - Ao funcionário licenciado, para tratamento de saúde poderá ser concedido transporte, se decorrente do tratamento, inclusive para pessoa de sua família.

Artigo 165 - Poderá ser concedido transporte à família do funcionário, quando este falecer fora da sede de exercício, no desempenho de serviço.

§ 1º - A mesma concessão poderá ser feita à família do funcionário falecido fora do Estado.

§ 2º - Só serão atendidos os pedidos de transporte formulados dentro do prazo de 1 (um) ano, a partir da data em que houver falecido o funcionário.

Artigo 166 - Revogado.

Artigo 166 revogado pelo *Decreto-lei de 27/02/1970*.

Artigo 167 - A concessão de que trata o artigo anterior só poderá ser deferida ao funcionário que se encontre no exercício do cargo e mantenha contato com o público, pagando ou recebendo em moeda corrente.

(NR)

Artigo 168 - Ao cônjuge, ao companheiro ou companheira ou, na falta destes, à pessoa que provar ter feito despesas em virtude do falecimento de funcionário ativo ou inativo será concedido auxílio-funeral, a título de benefício assistencial, de valor correspondente a 1 (um) mês da respectiva remuneração. (NR)

§ 1º - o pagamento será efetuado pelo órgão competente, mediante apresentação de atestado de óbito pelas pessoas indicadas no "caput" deste artigo, ou procurador legalmente habilitado, feita a prova de identidade. (NR)

§ 2º - no caso de integrante da carreira de Agente de Segurança Penitenciária ou da classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, se ficar comprovado, por meio de competente apuração, que o óbito decorreu de lesões recebidas no exercício de suas funções, o benefício será acrescido do valor correspondente a mais 1 (um) mês da respectiva remuneração, cujo pagamento será efetivado mediante apresentação de alvará judicial. (NR)

§ 3º - o pagamento do benefício previsto neste artigo, caso as despesas tenham sido custeadas por terceiros, em virtude da contratação de planos funerários, somente será efetivado mediante apresentação de alvará judicial. (NR)

Artigo 168 com redação dada pela *Lei Complementar nº 1.123, de 01/07/2010*.

Artigo 169 - O Governo do Estado poderá conceder prêmios em dinheiro, dentro das dotações orçamentárias próprias, aos funcionários autores dos melhores trabalhos, classificados em concursos de monografias de interesse para o serviço público.

Artigo 170 - Revogado.

Artigo 170 com revogado pelo *Decreto-Lei nº 24, de 28/03/1969*.

## CAPÍTULO III

### Das Acumulações Remuneradas

Artigo 171 - É vedada a acumulação remunerada, exceto:

I - a de um juiz e um cargo de professor;

II - a de dois cargos de professor;

III - a de um cargo de professor e outro técnico ou científico; e

IV - a de dois cargos privativos de médico.

- Nota: vide art. 37, XVI da *Constituição Federal*.

§ 1º - Em qualquer dos casos, a acumulação somente é permitida quando haja correlação de matérias e compatibilidade de horários.

§ 2º - A proibição de acumular se estende a cargos, funções ou empregos em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

§ 3º - A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

Artigo 172 - O funcionário ocupante de cargo efetivo, ou em disponibilidade, poderá ser nomeado para cargo em comissão, perdendo, durante o exercício desse cargo, o vencimento ou remuneração do cargo efetivo ou o provento, salvo se optar pelo mesmo.

Artigo 173 - Não se compreende na proibição de acumular, desde que tenha correspondência com a função principal, a percepção das vantagens enumeradas no art. 124.

Artigo 174 - Verificado, mediante processo administrativo, que o funcionário está acumulando, fora das condições previstas neste Capítulo, será ele demitido de todos os cargos e funções e obrigado a restituir o que indevidamente houver recebido.

§ 1º - Provada a boa-fé, o funcionário será mantido no cargo ou função que exercer há mais tempo.

§ 2º - Em caso contrário, o funcionário demitido ficará ainda inabilitado pelo prazo de 5 (cinco) anos, para o exercício de função ou cargo público, inclusive em entidades que exerçam função delegada do poder público ou são por este mantidas ou administradas.

Artigo 175 - As autoridades civis e os chefes de serviço, bem como os diretores ou responsáveis pelas entidades referidas no parágrafo 2º do artigo anterior e os fiscais ou representantes dos poderes públicos junto às mesmas, que tiverem conhecimento de que qualquer dos seus subordinados ou qualquer empregado da empresa sujeita à fiscalização está no exercício de acumulação proibida, farão a devida comunicação ao órgão competente, para os fins indicados no artigo anterior.

Parágrafo único - Qualquer cidadão poderá denunciar a existência de acumulação ilegal.

## TÍTULO V

### DOS DIREITOS E VANTAGENS EM GERAL

## CAPÍTULO I

### Das Férias

Artigo 176 - O funcionário terá direito ao gozo de 30 (trinta) dias de férias anuais, observada a escala que for aprovada.

§ 1º - É proibido levar à conta de férias qualquer falta ao trabalho.

§ 2º - É proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade de serviço e pelo máximo de 2 (dois) anos consecutivos.

§ 3º - O período de férias será reduzido para 20 (vinte) dias, se o servidor, no exercício anterior, tiver, considerados em conjunto, mais de 10 (dez) não comparecimentos correspondentes a faltas abonadas, justificadas e injustificadas ou às licenças previstas nos itens IV, VI e VII do art. 181.

§ 4º - Durante as férias, o funcionário terá direito a todas as vantagens, como se estivesse em exercício.

Artigo 177 - Atendido o interesse do serviço, o funcionário poderá gozar férias de uma só vez ou em dois períodos iguais.

Artigo 178 - Somente depois do primeiro ano de exercício no serviço público, adquirirá o funcionário direito a férias.

Parágrafo único - Será contado para efeito deste artigo o tempo de serviço prestado em outro cargo público, desde que entre a cessação do anterior e o início do subsequente exercício não haja interrupção superior a 10 (dez) dias.

Artigo 179 - Caberá ao chefe da repartição ou do serviço, organizar, no mês de dezembro, a escala de férias para o ano seguinte, que poderá alterar de acordo com a conveniência do serviço.

Artigo 180 - O funcionário transferido ou removido, quando em gozo de férias, não será obrigado a apresentar-se antes de terminá-las.

## **CAPÍTULO II** **Das Licenças**

### **SEÇÃO I** **Disposições Gerais**

Artigo 181 - O funcionário efetivo poderá ser licenciado:(NR)

I - para tratamento de saúde; (NR)

II - quando acidentado no exercício de suas atribuições ou acometido por doença profissional; (NR)

III - no caso previsto no artigo 198; (NR)

IV - por motivo de doença em pessoa de sua família; (NR)

V - para cumprir obrigações concernentes ao serviço militar; (NR)

VI - para tratar de interesses particulares; (NR)

VII - no caso previsto no artigo 205; (NR)

VIII - compulsoriamente, como medida profilática; (NR)

IX - como prêmio de assiduidade. (NR)

§ 1º - Ao funcionário ocupante exclusivamente de cargo em comissão serão concedidas as licenças previstas neste artigo, salvo as referidas nos incisos IV, VI e VII. (NR)

§ 2º - As licenças previstas nos incisos I a III serão concedidas ao funcionário de que trata o § 1º deste artigo mediante regras estabelecidas pelo regime geral de previdência social. (NR)

Artigo 181 com redação dada pela *Lei Complementar nº 1.123, de 01/07/2010*.

Artigo 182 - As licenças dependentes de inspeção médica serão concedidas pelo prazo indicado pelos órgãos oficiais competentes. (NR)

Artigo 182 com redação dada pela *Lei Complementar nº 1.123, de 01/07/2010*.

Artigo 183 - Finda a licença, o funcionário deverá reassumir, imediatamente, o exercício do cargo.(NR)

§ 1º - o disposto no “caput” deste artigo não se aplica às licenças previstas nos incisos V e VII do artigo 181, quando em prorrogação. (NR)

§ 2º - a infração do disposto no “caput” deste artigo importará em perda total do vencimento ou remuneração correspondente ao período de ausência e, se esta exceder a 30 (trinta) dias, ficará o funcionário sujeito à pena de demissão por abandono de cargo. (NR)

Artigo 183 com redação dada pela *Lei Complementar nº 1.123, de 01/07/2010*.

Artigo 184 - O funcionário licenciado nos termos dos itens I a IV do art. 181, é obrigado a reassumir o exercício, se for considerado apto em inspeção médica realizada ex-officio ou se não subsistir a doença na pessoa de sua família.

Parágrafo único - O funcionário poderá desistir da licença, desde que em inspeção médica fique comprovada a cessação dos motivos determinantes da licença.

Artigo 185 - As licenças previstas nos incisos I, II e IV do artigo 181 não serão concedidas em prorrogação, cabendo ao funcionário ou à autoridade competente ingressar, quando for o caso, com um novo pedido. (NR)

Artigo 185 com redação dada pela *Lei Complementar nº 1.123, de 01/07/2010*.

Artigo 186 - Revogado.

Artigo 186 revogado pela *Lei Complementar nº 1.123, de 01/07/2010*.

Artigo 187 - O funcionário licenciado nos termos dos itens I e II do art. 181 não poderá dedicar-se a qualquer atividade remunerada, sob pena de ser cassada a licença e de ser demitido por abandono do cargo, caso não reassuma o seu exercício dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Artigo 188 - Revogado.

Artigo 188 revogado pela *Lei Complementar nº 1.123, de 01/07/2010*.

Artigo 189 - Revogado.

Artigo 189 revogado pela *Lei Complementar nº 1.123, de 01/07/2010*.

Artigo 190 - O funcionário que se recusar a submeter-se à inspeção médica, quando julgada necessária, será punido com pena de suspensão.

Parágrafo único - A suspensão cessará no dia em que se realizar a inspeção.

**SEÇÃO II**

**Da Licença para Tratamento de Saúde**

Artigo 191 - Ao funcionário que, por motivo de saúde, estiver impossibilitado para o exercício do cargo, será concedida licença até o máximo de 4 (quatro) anos, com vencimento ou remuneração. (NR)

-  
Artigo 191 com redação dada pela *Lei complementar n° 1.196, de 27/02/2013.*

§ 1º - Findo o prazo, previsto neste artigo, o funcionário será submetido à inspeção médica e aposentado, desde que verificada a sua invalidez, permitindo-se o licenciamento além desse prazo, quando não se justificar a aposentadoria.

§ 2º - Será obrigatória a reversão do aposentado, desde que cessados os motivos determinantes da aposentadoria.

Artigo 192 - O funcionário ocupante de cargo em comissão poderá ser aposentado, nas condições do artigo anterior, desde que preencha os requisitos do art. 227.

Artigo 193 - A licença para tratamento de saúde dependerá de inspeção médica oficial e poderá ser concedida: (NR)

I - a pedido do funcionário; (NR)

II - "ex officio". (NR)

§ 1º - A inspeção médica de que trata o "caput" deste artigo poderá ser dispensada, a critério do órgão oficial, quando a análise documental for suficiente para comprovar a incapacidade laboral, observado o estabelecido em decreto. (NR)

§ 2º - A licença "ex officio" de que trata o inciso II deste artigo será concedida por decisão do órgão oficial: (NR)

1 - quando as condições de saúde do funcionário assim o determinarem; (NR)

2 - a pedido do órgão de origem do funcionário. (NR)

§ 3º - O funcionário poderá ser dispensado da inspeção médica de que trata o "caput" deste artigo em caso de licença para tratamento de saúde de curta duração, conforme estabelecido em decreto. (NR);

-  
Artigo 193 com redação dada pela *Lei complementar n° 1.196, de 27/02/2013.*

**SEÇÃO III**

**Da Licença ao Funcionário Acidentado no Exercício de suas Atribuições ou Atacado de Doença Profissional**

Artigo 194 - O funcionário acidentado no exercício de suas atribuições ou que tenha adquirido doença profissional terá direito à licença com vencimento ou remuneração. (NR)

Parágrafo único - Considera-se também acidente: (NR)

1 - a agressão sofrida e não provocada pelo funcionário, no exercício de suas funções; (NR)

2 - a lesão sofrida pelo funcionário, quando em trânsito, no percurso usual para o trabalho. (NR)

-  
Artigo 194 com redação dada pela *Lei Complementar n° 1.123, de 01/07/2010.*

Artigo 195 - A licença prevista no artigo anterior não poderá exceder de 4 (quatro) anos.

Parágrafo único - No caso de acidente, verificada a incapacidade total para qualquer função pública, será desde logo concedida aposentadoria ao funcionário.

Artigo 196 - A comprovação do acidente, indispensável para a concessão da licença, será feita em procedimento próprio, que deverá iniciar-se no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do acidente. (NR)

§ 1º - O funcionário deverá requerer a concessão da licença de que trata o "caput" deste artigo junto ao órgão de origem. (NR)

§ 2º - Concluído o procedimento de que trata o "caput" deste artigo caberá ao órgão médico oficial a decisão. (NR)

§ 3º - O procedimento para a comprovação do acidente de que trata este artigo deverá ser cumprido pelo órgão de origem do funcionário, ainda que não venha a ser objeto de licença. (NR)

- Artigo 196 com redação dada pela *Lei Complementar n° 1.123, de 01/07/2010.*

Artigo 197 - Para a conceituação do acidente da doença profissional, serão adotados os critérios da legislação federal de acidentes do trabalho.

**SEÇÃO IV**

**Da Licença à Funcionária Gestante**

Artigo 198 - À funcionária gestante será concedida licença de 180 (cento e oitenta) dias com vencimento ou remuneração, observado o seguinte: (NR)

I - a licença poderá ser concedida a partir da 32ª (trigésima segunda) semana de gestação, mediante documentação médica que comprove a gravidez e a respectiva idade gestacional; (NR).

-  
Artigo 198, "caput" e Inciso I com redação dada pela *Lei complementar n° 1.196, de 27/02/2013.*

II - ocorrido o parto, sem que tenha sido requerida a licença, será esta concedida mediante a apresentação da certidão de nascimento e vigorará a partir da data do evento, podendo retroagir até 15 (quinze) dias; (NR)

III - durante a licença, cometerá falta grave a servidora que exercer qualquer atividade remunerada ou mantiver a criança em creche ou organização similar; (NR)

Parágrafo único - No caso de natimorto, será concedida a licença para tratamento de saúde, a critério médico, na forma prevista no artigo 193. (NR)

- Incisos II,III e parágrafo único com redação dada pela *Lei complementar n° 1.054, de 07/07/2008.*

**SEÇÃO V**

**Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família**

Artigo 199 - O funcionário poderá obter licença, por motivo de doença do cônjuge e de parentes até segundo grau. (NR)

§ 1º - Provar-se-á a doença em inspeção médica na forma prevista no artigo 193. (NR)

§ 2º - A licença de que trata este artigo será concedida com vencimentos ou remuneração até 1 (um) mês e com os seguintes descontos: (NR)

1 - de 1/3 (um terço), quando exceder a 1 (um) mês até 3 (três); (NR)





2 - 2/3 (dois terços), quando exceder a 3 (três) até 6 (seis); (NR)  
3 - sem vencimento ou remuneração do sétimo ao vigésimo mês. (NR)

§ 3º - Para os efeitos do § 2º deste artigo, serão somadas as licenças concedidas durante o período de 20 (vinte) meses, contado da primeira concessão. (NR)

Artigo 199 com redação dada pela *Lei Complementar nº 1.123, de 01/07/2010*.

### SEÇÃO VI

#### Da Licença para Atender a Obrigações Concernentes ao Serviço Militar

Artigo 200 - Ao funcionário que for convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional, será concedida licença sem vencimento ou remuneração.

§ 1º - A licença será concedida mediante comunicação do funcionário ao chefe da repartição ou do serviço, acompanhada de documentação oficial que prove a incorporação.

§ 2º - O funcionário desincorporado reassumirá imediatamente o exercício, sob pena de demissão por abandono do cargo, se a ausência exceder a 30 (trinta) dias.

§ 3º - Quando a desincorporação se verificar em lugar diverso do da sede, os prazos para apresentação serão os previstos no art. 60.

Artigo 201 - Ao funcionário que houver feito curso para ser admitido como oficial da reserva das Forças Armadas, será também concedida licença sem vencimento ou remuneração, durante os estágios prescritos pelos regulamentos militares.

### SEÇÃO VII

#### Da Licença para Tratar de Interesses Particulares

Artigo 202 - Depois de 5 (cinco) anos de exercício, o funcionário poderá obter licença, sem vencimento ou remuneração, para tratar de interesses particulares, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

§ 1º - Poderá ser negada a licença quando o afastamento do funcionário for inconveniente ao interesse do serviço.

§ 2º - O funcionário deverá aguardar em exercício a concessão da licença.

§ 3º - A licença poderá ser gozada parceladamente a juízo da Administração, desde que dentro do período de 3 (três) anos.

§ 4º - O funcionário poderá desistir da licença, a qualquer tempo, reassumindo o exercício em seguida.

Artigo 203 - Não será concedida licença para tratar de interesses particulares ao funcionário nomeado, removido ou transferido, antes de assumir o exercício do cargo.

Artigo 204 - Só poderá ser concedida nova licença depois de decorridos 5 (cinco) anos do término da anterior.

### SEÇÃO VIII

#### Da Licença à Funcionária Casada com Funcionário ou Militar

Artigo 205 - A funcionária casada com funcionário estadual ou com militar terá direito à licença, sem vencimento ou remuneração, quando o marido for mandado servir, independentemente de solicitação, em outro ponto do Estado ou do território nacional ou no estrangeiro.

Parágrafo único - A licença será concedida mediante pedido devidamente instruído e vigorará pelo tempo que durar a comissão ou a nova função do marido.

### SEÇÃO IX

#### Da Licença Compulsória

Artigo 206 - O funcionário, ao qual se possa atribuir a condição de fonte de infecção de doença transmissível, poderá ser licenciado, enquanto durar essa condição, a juízo de autoridade sanitária competente, e na forma prevista no regulamento.

Artigo 207 - Verificada a procedência da suspeita, o funcionário será licenciado para tratamento de saúde na forma prevista no art. 191, considerando-se incluídos no período da licença os dias de licenciamento compulsório.

Artigo 208 - Quando não positivada a moléstia, deverá o funcionário retornar ao serviço, considerando -se como de efetivo exercício para todos os efeitos legais, o período de licença compulsória.

### SEÇÃO X

#### Da licença-prêmio

Artigo 209 - O funcionário terá direito, como prêmio de assiduidade, à licença de 90 (noventa) dias em cada período de 5 (cinco) anos de exercício ininterrupto, em que não haja sofrido qualquer penalidade administrativa.

Parágrafo único - O período da licença será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais, e não acarretará desconto algum no vencimento ou remuneração.

Artigo 210 - Para fins da licença prevista nesta Seção, não se consideram interrupção de exercício:

I - os afastamentos enumerados no art. 78, excetuado o previsto no item X; e

II - as faltas abonadas, as justificadas e os dias de licença a que se referem os itens I e IV do art. 181 desde que o total de todas essas ausências não exceda o limite máximo de 30 (trinta) dias, no período de 5 (cinco) anos.

Artigo 211 - Revogado.

Artigo 211 revogado pela *Lei Complementar nº 318, de 10/03/1983*.

Artigo 212 - A licença-prêmio será concedida mediante certidão de tempo de serviço, independente de requerimento do funcionário, e será publicada no Diário Oficial do Estado, nos termos da legislação em vigor. (NR)

Artigo 212 com redação dada pela *Lei Complementar nº 1048, de 10/06/2008*.

Artigo 213 - O funcionário poderá requerer o gozo da licença-prêmio: (NR)

I - por inteiro ou em parcelas não inferiores a 15 (quinze) dias; (NR)

II - até o implemento das condições para a aposentadoria voluntária. (NR)



§ 1º - Caberá à autoridade competente: (NR)

1 - adotar, após manifestação do chefe imediato, sem prejuízo para o serviço, as medidas necessárias para que o funcionário possa gozar a licença-prêmio a que tenha direito; (NR)

2 - decidir, após manifestação do chefe imediato, observada a opção do funcionário e respeitado o interesse do serviço, pelo gozo da licença-prêmio por inteiro ou parceladamente. (NR)

§ 2º - A apresentação de pedido de passagem à inatividade, sem a prévia e oportuna apresentação do requerimento de gozo, implicará perda do direito à licença-prêmio. (NR)

-  
Artigo 213 com redação dada pela *Lei Complementar nº 1.048, de 10/06/2008*.

Artigo 214 - O funcionário deverá aguardar em exercício a apreciação do requerimento de gozo da licença-prêmio. (NR)

Parágrafo único - O gozo da licença-prêmio dependerá de novo requerimento, caso não se inicie em até 30 (trinta) dias contados da publicação do ato que o houver autorizado. (NR)

-  
Artigo 214 com redação dada pela *Lei Complementar nº 1.048, de 10/06/2008*.

Artigo 215 - Revogado.

-  
Artigo 215 revogado pela *Lei Complementar nº 644, de 26/12/1989*.

Artigo 216 - Revogado.

-  
Artigo 216 revogado pela *Lei Complementar nº 644, de 26/12/1989*.

### **CAPÍTULO III** **Da Estabilidade**

Artigo 217 - É assegurada a estabilidade somente ao funcionário que, nomeado por concurso, contar mais de 2 (dois) anos de efetivo exercício.

Artigo 218 - O funcionário estável só poderá ser demitido em virtude de sentença judicial ou mediante processo administrativo, assegurada ampla defesa.

Parágrafo único - A estabilidade diz respeito ao serviço público e não ao cargo, ressalvando-se à Administração o direito de aproveitar o funcionário em outro cargo de igual padrão, de acordo com as suas aptidões.

### **CAPÍTULO IV** **Da Disponibilidade**

Artigo 219 - O funcionário poderá ser posto em disponibilidade remunerada:

I - no caso previsto no § 2º do art. 31; e

II - quando, tendo adquirido estabilidade, o cargo for extinto por lei.

Parágrafo único - O funcionário ficará em disponibilidade até o seu obrigatório aproveitamento em cargo equivalente.

Artigo 220 - O provento da disponibilidade não poderá ser superior ao vencimento ou remuneração e vantagens percebidos pelo funcionário.

Artigo 221 - Qualquer alteração do vencimento ou remuneração e vantagens percebidas pelo funcionário em virtude de medida geral, será extensiva ao provento do disponível, na mesma proporção.

### **CAPÍTULO V** **Da Aposentadoria**

Artigo 222 - O funcionário será aposentado:

I - por invalidez;

II - compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos; e

III - voluntariamente, após 35 (trinta e cinco) anos de serviço.

§ 1º - No caso do item III, o prazo é reduzido a 30 (trinta) anos para as mulheres.

§ 2º - Os limites de idade e de tempo de serviço para a aposentadoria poderão ser reduzidos, nos termos do parágrafo único do art. 94 da Constituição do Estado de São Paulo.

Artigo 223 - A aposentadoria prevista no item I do artigo anterior, só será concedida, após a comprovação da invalidez do funcionário, mediante inspeção de saúde realizada em órgão médico oficial.

Artigo 224 - A aposentadoria compulsória prevista no item II do art. 222 é automática.

Parágrafo único - O funcionário se afastará no dia imediato àquele em que atingir a idade limite, independentemente da publicação do ato declaratório da aposentadoria.

Artigo 225 - O funcionário em disponibilidade poderá ser aposentado nos termos do art. 222.

Artigo 226 - O provento da aposentadoria será:

I - igual ao vencimento ou remuneração e demais vantagens pecuniárias incorporadas para esse efeito:

1 - quando o funcionário, do sexo masculino, contar 35 (trinta e cinco) anos de serviço e do sexo feminino, 30 (trinta) anos; e

2 - quando ocorrer a invalidez.

II - proporcional ao tempo de serviço, nos demais casos.

Artigo 227 - As disposições dos itens I e II do art. 222 aplicam-se ao funcionário ocupante de cargo em comissão, que contar mais de 15 (quinze) anos de exercício ininterrupto nesse cargo, seja ou não ocupante de cargo de provimento efetivo.

Artigo 228 - A aposentadoria prevista no item III do art. 222 produzirá efeito a partir da publicação do ato no "Diário Oficial".

Artigo 229 - O pagamento dos proventos a que tiver direito o aposentado deverá iniciar-se no mês seguinte ao em que cessar a percepção do vencimento ou remuneração.

Artigo 230 - O provento do aposentado só poderá sofrer descontos autorizados em lei.

Artigo 231 - O provento da aposentadoria não poderá ser superior ao vencimento ou remuneração e demais vantagens percebidas pelo funcionário.

Artigo 232 - Qualquer alteração do vencimento ou remuneração e vantagens percebidas pelo funcionário em virtude de medida geral, será extensiva ao provento do aposentado, na mesma proporção.

**CAPÍTULO VI**  
**Da Assistência ao Funcionário**

Artigo 233 - Nos trabalhos insalubres executados pelos funcionários, o Estado é obrigado a fornecer-lhes gratuitamente equipamentos de proteção à saúde.

Parágrafo único - Os equipamentos aprovados por órgão competente, serão de uso obrigatório dos funcionários, sob pena de suspensão.

Artigo 234 - Ao funcionário é assegurado o direito de remoção para igual cargo no local de residência do cônjuge, se este também for funcionário e houver vaga.

Artigo 235 - Havendo vaga na sede do exercício de ambos os cônjuges, a remoção poderá ser feita para o local indicado por qualquer deles, desde que não prejudique o serviço.

Artigo 236 - Somente será concedida nova remoção por união de cônjuges ao funcionário que for removido a pedido para outro local, após transcorridos 5 (cinco) anos.

Artigo 237 - Considera-se local, para os fins dos arts. 234 a 236, o município onde o cônjuge tem sua residência.

Artigo 238 - O ato que remover ou transferir o funcionário estudante de uma para outra cidade ficará suspenso se, na nova sede, não existir estabelecimento congênera, oficial, reconhecido ou equiparado àquele em que o interessado esteja matriculado.

§ 1º - Efetivar-se-á a transferência, se o funcionário concluir o curso, deixar de cursá-lo ou for reprovado durante 2 (dois) anos.

§ 2º - Anualmente, o interessado deverá fazer prova, perante a repartição a que esteja subordinado, de que está frequentando regularmente o curso em que estiver matriculado.

**CAPÍTULO VII**  
**Do Direito de Petição**

Artigo 239 - É assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de pagamento, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para defesa de direitos. (NR)

§ 1º - Qualquer pessoa poderá reclamar sobre abuso, erro, omissão ou conduta incompatível no serviço público. (NR)

§ 2º - Em nenhuma hipótese, a Administração poderá recusar-se a protocolar, encaminhar ou apreciar a petição, sob pena de responsabilidade do agente. (NR)

Artigo 239 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 240 - Ao servidor é assegurado o direito de requerer ou representar, bem como, nos termos desta lei complementar, pedir reconsideração e recorrer de decisões, no prazo de 30 (trinta) dias, salvo previsão legal específica. (NR)

Artigo 240 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

**TÍTULO VI**

**DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES**

**CAPÍTULO I**

**Dos Deveres e das Proibições**

**SEÇÃO I**

**Dos Deveres**

Artigo 241 - São deveres do funcionário:

I - ser assíduo e pontual;

II - cumprir as ordens superiores, representando quando forem manifestamente ilegais;

III - desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que for incumbido;

IV - guardar sigilo sobre os assuntos da repartição e, especialmente, sobre despachos, decisões ou providências;

V - representar aos superiores sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções;

VI - tratar com urbanidade as pessoas; (NR)

- Inciso VI com redação dada pela *Lei Complementar n° 1.096, de 24/09/2009.*

VII - residir no local onde exerce o cargo ou, onde autorizado;

VIII - providenciar para que esteja sempre em ordem, no assentamento individual, a sua declaração de família;

IX - zelar pela economia do material do Estado e pela conservação do que for confiado à sua guarda ou utilização;

X - apresentar -se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme determinado, quando for o caso;

XI - atender prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço, às requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhe forem feitas pelas autoridades judiciárias ou administrativas, para defesa do Estado, em Juízo;

XII - cooperar e manter espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho,

XIII - estar em dia com as leis, regulamentos, regimentos, instruções e ordens de serviço que digam respeito às suas funções; e

XIV - proceder na vida pública e privada na forma que dignifique a função pública.

**SEÇÃO II**

**Das Proibições**

Artigo 242 - Ao funcionário é proibido:

I - Revogado.

- Inciso I revogado pela *Lei Complementar n° 1.096, de 24/09/2009.*

II - retirar, sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer documento ou objeto existente na repartição;

III - entreter-se, durante as horas de trabalho, em palestras, leituras ou outras atividades estranhas ao serviço;

IV - deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;

V - tratar de interesses particulares na repartição;

VI - promover manifestações de apreço ou desapeço dentro da repartição, ou tornar-se solidário com elas;

VII - exercer comércio entre os companheiros de serviço, promover ou subscrever listas de donativos dentro da repartição; e

VIII - empregar material do serviço público em serviço particular.



Artigo 243 - É proibido ainda, ao funcionário:

I - fazer contratos de natureza comercial e industrial com o Governo, por si, ou como representante de outrem;

II - participar da gerência ou administração de empresas bancárias ou industriais, ou de sociedades comerciais, que mantenham relações comerciais ou administrativas com o Governo do Estado, sejam por este subvencionadas ou estejam diretamente relacionadas com a finalidade da repartição ou serviço em que esteja lotado;

III - requerer ou promover a concessão de privilégios, garantias de juros ou outros favores semelhantes, federais, estaduais ou municipais, exceto privilégio de invenção própria;

IV - exercer, mesmo fora das horas de trabalho, emprego ou função em empresas, estabelecimentos ou instituições que tenham relações com o Governo, em matéria que se relacione com a finalidade da repartição ou serviço em que esteja lotado;

V - aceitar representação de Estado estrangeiro, sem autorização do Presidente da República;

VI - comerciar ou ter parte em sociedades comerciais nas condições mencionadas no item II deste artigo, podendo, em qualquer caso, ser acionista, quotista ou comanditário;

VII - incitar greves ou a elas aderir, ou praticar atos de sabotagem contra o serviço público;

VIII - praticar a usura;

IX - constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer repartição pública, exceto quando se tratar de interesse de cônjuge ou parente até segundo grau;

X - receber estipêndios de firmas fornecedoras ou de entidades fiscalizadas, no País, ou no estrangeiro, mesmo quando estiver em missão referente à compra de material ou fiscalização de qualquer natureza;

XI - valer-se de sua qualidade de funcionário para desempenhar atividade estranha às funções ou para lograr, direta ou indiretamente, qualquer proveito; e

XII - fundar sindicato de funcionários ou deles fazer parte.

Parágrafo único — Não está compreendida na proibição dos itens II e VI deste artigo, a participação do funcionário em sociedades em que o Estado seja acionista, bem assim na direção ou gerência de cooperativas e associações de classe, ou como seu sócio.

Artigo 244 - É vedado ao funcionário trabalhar sob as ordens imediatas de parentes, até segundo grau, salvo quando se tratar de função de confiança e livre escolha, não podendo exceder a 2 (dois) o número de auxiliares nessas condições.

## **CAPÍTULO II** **Das Responsabilidades**

Artigo 245 - O funcionário é responsável por todos os prejuízos que, nessa qualidade, causar à Fazenda Estadual, por dolo ou culpa, devidamente apurados.

Parágrafo único - Caracteriza-se especialmente a responsabilidade:

I - pela sonegação de valores e objetos confiados à sua guarda ou responsabilidade, ou por não prestar contas, ou por não as tomar, na forma e no prazo estabelecidos nas leis, regulamentos, regimentos, instruções e ordens de serviço;

II - pelas faltas, danos, avarias e quaisquer outros prejuízos que sofrerem os bens e os materiais sob sua guarda, ou sujeitos a seu exame ou fiscalização;

III - pela falta ou inexactidão das necessárias averbações nas notas de despacho, guias e outros documentos da receita, ou que tenham com eles relação; e

IV - por qualquer erro de cálculo ou redução contra a Fazenda Estadual.

Artigo 246 - O funcionário que adquirir materiais em desacordo com disposições legais e regulamentares, será responsabilizado pelo respectivo custo, sem prejuízo das penalidades disciplinares cabíveis, podendo-se proceder ao desconto no seu vencimento ou remuneração.

Artigo 247 - Nos casos de indenização à Fazenda Estadual, o funcionário será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada nos prazos legais.

Artigo 248 - Fora dos casos incluídos no artigo anterior, a importância da indenização poderá ser descontada do vencimento ou remuneração não excedendo o desconto à 10ª (décima) parte do valor destes.

Parágrafo único - No caso do item IV do parágrafo único do art. 245, não tendo havido má-fé, será aplicada a pena de repreensão e, na reincidência, a de suspensão.

Artigo 249 - Será igualmente responsabilizado o funcionário que, fora dos casos expressamente previstos nas leis, regulamentos e regimentos, cometer a pessoas estranhas às repartições, o desempenho de encargos que lhe competirem ou aos seus subordinados.

Artigo 250 - A responsabilidade administrativa não exime o funcionário da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber, nem o pagamento da indenização a que ficar obrigado, na forma dos arts. 247 e 248, o exame da pena disciplinar em que incorrer.

§ 1º - A responsabilidade administrativa é independente da civil e da criminal.(NR)

§ 2º - Será reintegrado ao serviço público, no cargo que ocupava e com todos os direitos e vantagens devidas, o servidor absolvido pela Justiça, mediante simples comprovação do trânsito em julgado de decisão que negue a existência de sua autoria ou do fato que deu origem à sua demissão.(NR)

§ 3º - O processo administrativo só poderá ser sobrestado para aguardar decisão judicial por despacho motivado da autoridade competente para aplicar a pena.(NR)

- §§ 1º ao 3º acrescentados pela *Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003.*

## **TÍTULO VII** **DAS PENALIDADES, DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE E DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES (NR)** **- Título VII com redação dada pela Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003**

### **CAPÍTULO I** **Das Penalidades e de sua Aplicação**

Artigo 251 - São penas disciplinares:

I - repreensão;

II - suspensão;

III - multa;

IV - demissão;

V - demissão a bem do serviço público; e

VI - cassação de aposentadoria ou disponibilidade



Artigo 252 - Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o serviço público.

Artigo 253 - A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos de indisciplina ou falta de cumprimento dos deveres.

Artigo 254 - A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada em caso de falta grave ou de reincidência.

§ 1º - O funcionário suspenso perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

§ 2º - A autoridade que aplicar a pena de suspensão poderá converter essa penalidade em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, sendo o funcionário, nesse caso, obrigado a permanecer em serviço.

Artigo 255 - A pena de multa será aplicada na forma e nos casos expressamente previstos em lei ou regulamento.

Artigo 256 - Será aplicada a pena de demissão nos casos de:

I - abandono de cargo;

II - procedimento irregular, de natureza grave;

III - ineficiência no serviço;

IV - aplicação indevida de dinheiros públicos, e

V - ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 45 (quarenta e cinco) dias, interpoladamente, durante 1 (um) ano.

§ 1º - Considerar-se-á abandono de cargo, o não comparecimento do funcionário por mais de (30) dias consecutivos ex-vi do art. 63.

§ 2º - A pena de demissão por ineficiência no serviço, só será aplicada quando verificada a impossibilidade de readaptação.

Artigo 257 - Será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público ao funcionário que:

I - for convencido de incontinência pública e escandalosa e de vício de jogos proibidos;

II - praticar ato definido como crime contra a administração pública, a fé pública e a Fazenda Estadual, ou previsto nas leis relativas à segurança e à defesa nacional; (NR)

- Inciso II com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*.

III - revelar segredos de que tenha conhecimento em razão do cargo, desde que o faça dolosamente e com prejuízo para o Estado ou particulares;

IV - praticar insubordinação grave;

V - praticar, em serviço, ofensas físicas contra funcionários ou particulares, salvo se em legítima defesa;

VI - lesar o patrimônio ou os cofres públicos;

VII - receber ou solicitar propinas, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, diretamente ou por intermédio de outrem, ainda que fora de suas funções mas em razão delas;

VIII - pedir, por empréstimo, dinheiro ou quaisquer valores a pessoas que tratem de interesses ou o tenham na repartição, ou estejam sujeitos à sua fiscalização;

IX - exercer advocacia administrativa; e

X - apresentar com dolo declaração falsa em matéria de salário-família, sem prejuízo da responsabilidade civil e de procedimento criminal, que no caso couber.

XI - praticar ato definido como crime hediondo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e terrorismo; (NR)

XII - praticar ato definido como crime contra o Sistema Financeiro, ou de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores; (NR)

XIII - praticar ato definido em lei como de improbidade.(NR)

- Incisos XI ao XIII acrescentados pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*.

Artigo 258 - O ato que demitir o funcionário mencionará sempre a disposição legal em que se fundamenta.

Artigo 259 - Será aplicada a pena de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, se ficar provado que o inativo:

I - praticou, quando em atividade, falta grave para a qual é cominada nesta lei a pena de demissão ou de demissão a bem do serviço público;

II - aceitou ilegalmente cargo ou função pública;

III - aceitou representação de Estado estrangeiro sem prévia autorização do Presidente da República; e

IV - praticou a usura em qualquer de suas formas.

Artigo 260 - Para aplicação das penalidades previstas no artigo 251, são competentes: (NR)

I - o Governador; (NR)

II - os Secretários de Estado, o Procurador Geral do Estado e os Superintendentes de Autarquia; (NR)

III - os Chefes de Gabinete, até a de suspensão; (NR)

IV - os Coordenadores, até a de suspensão limitada a 60 (sessenta) dias; e (NR)

V - os Diretores de Departamento e Divisão, até a de suspensão limitada a 30 (trinta) dias. (NR)

Parágrafo único - Havendo mais de um infrator e diversidade de sanções, a competência será da autoridade responsável pela imposição da penalidade mais grave. (NR)

Artigo 260 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*.

Artigo 261 - Extingue-se a punibilidade pela prescrição: (NR)

I - da falta sujeita à pena de repreensão, suspensão ou multa, em 2 (dois) anos; (NR)

II - da falta sujeita à pena de demissão, de demissão a bem do serviço público e de cassação da aposentadoria ou disponibilidade, em 5 (cinco) anos; (NR)

III - da falta prevista em lei como infração penal, no prazo de prescrição em abstrato da pena criminal, se for superior a 5 (cinco) anos. (NR)

§ 1º - A prescrição começa a correr: (NR)

1 - do dia em que a falta for cometida; (NR)

2 - do dia em que tenha cessado a continuação ou a permanência, nas faltas continuadas ou permanentes. (NR)

§ 2º - Interrompem a prescrição a portaria que instaura sindicância e a que instaura processo administrativo.(NR)

§ 3º - O lapso prescricional corresponde: (NR)

1 - na hipótese de desclassificação da infração, ao da pena efetivamente aplicada; (NR)

2 - na hipótese de mitigação ou atenuação, ao da pena em tese cabível. (NR)

§ 4º - A prescrição não corre: (NR)

1 - enquanto sobrestado o processo administrativo para aguardar decisão judicial, na forma do § 3º do artigo 250; (NR)

2 - enquanto insubsistente o vínculo funcional que venha a ser restabelecido. (NR)

§ 5º - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor. (NR)

§ 6º - A decisão que reconhecer a existência de prescrição deverá desde logo determinar, quando for o caso, as providências necessárias à apuração da responsabilidade pela sua ocorrência. (NR)

Artigo 261 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*.

Artigo 262 - O funcionário que, sem justa causa, deixar de atender a qualquer exigência para cujo cumprimento seja marcado prazo certo, terá suspenso o pagamento de seu vencimento ou remuneração até que satisfaça essa exigência.

Parágrafo único - Aplica-se aos aposentados ou em disponibilidade o disposto neste artigo.

Artigo 263 - Deverão constar do assentamento individual do funcionário todas as penas que lhe forem impostas.

## CAPÍTULO II

### *Das Providências Preliminares (NR)*

- Capítulo II com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*

Artigo 264 - A autoridade que, por qualquer meio, tiver conhecimento de irregularidade praticada por servidor é obrigada a adotar providências visando à sua imediata apuração, sem prejuízo das medidas urgentes que o caso exigir. (NR)

Artigo 264 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*.

Artigo 265 - A autoridade realizará apuração preliminar, de natureza simplesmente investigativa, quando a infração não estiver suficientemente caracterizada ou definida autoria. (NR)

§ 1º - A apuração preliminar deverá ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias. (NR)

§ 2º - Não concluída no prazo a apuração, a autoridade deverá imediatamente encaminhar ao Chefe de Gabinete relatório das diligências realizadas e definir o tempo necessário para o término dos trabalhos. (NR)

§ 3º - Ao concluir a apuração preliminar, a autoridade deverá opinar fundamentadamente pelo arquivamento ou pela instauração de sindicância ou de processo administrativo. (NR)

Artigo 265 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*.

Artigo 266 - Determinada a instauração de sindicância ou processo administrativo, ou no seu curso, havendo conveniência para a instrução ou para o serviço, poderá o Chefe de Gabinete, por despacho fundamentado, ordenar as seguintes providências: (NR)

I - afastamento preventivo do servidor, quando o recomendar a moralidade administrativa ou a apuração do fato, sem prejuízo de vencimentos ou vantagens, até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis uma única vez por igual período; (NR)

II - designação do servidor acusado para o exercício de atividades exclusivamente burocráticas até decisão final do procedimento; (NR)

III - recolhimento de carteira funcional, distintivo, armas e algemas; (NR)

IV - proibição do porte de armas; (NR)

V - comparecimento obrigatório, em periodicidade a ser estabelecida, para tomar ciência dos atos do procedimento. (NR)

§ 1º - A autoridade que determinar a instauração ou presidir sindicância ou processo administrativo poderá representar ao Chefe de Gabinete para propor a aplicação das medidas previstas neste artigo, bem como sua cessação ou alteração. (NR)

§ 2º - O Chefe de Gabinete poderá, a qualquer momento, por despacho fundamentado, fazer cessar ou alterar as medidas previstas neste artigo. (NR)

Artigo 266 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*.

Artigo 267 - O período de afastamento preventivo computa-se como de efetivo exercício, não sendo descontado da pena de suspensão eventualmente aplicada. (NR)

Artigo 267 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*.

## TÍTULO VIII

### *DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR (NR)*

#### *CAPÍTULO I*

##### *Das Disposições Gerais (NR)*

- Título VIII e Capítulo I com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*.

Artigo 268 - A apuração das infrações será feita mediante sindicância ou processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. (NR)

Artigo 268 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*.

Artigo 269 - Será instaurada sindicância quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar as penas de repreensão, suspensão ou multa. (NR)

Artigo 269 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*.

Artigo 270 - Será obrigatório o processo administrativo quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar as penas de demissão, de demissão a bem do serviço público e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade. (NR)

Artigo 270 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*.

Artigo 271 - Os procedimentos disciplinares punitivos serão realizados pela Procuradoria Geral do Estado e presididos por Procurador do Estado confirmado na carreira. (NR)

Artigo 271 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*.

**CAPÍTULO II**  
**Da Sindicância**

Artigo 272 - São competentes para determinar a instauração de sindicância as autoridades enumeradas no artigo 260. (NR)

Parágrafo único - Instaurada a sindicância, o Procurador do Estado que a presidir comunicará o fato ao órgão setorial de pessoal. (NR)

Artigo 272 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 273 - Aplicam-se à sindicância as regras previstas nesta lei complementar para o processo administrativo, com as seguintes modificações: (NR)

I - a autoridade sindicante e cada acusado poderão arrolar até 3 (três) testemunhas; (NR)

II - a sindicância deverá estar concluída no prazo de 60 (sessenta) dias; (NR)

III - com o relatório, a sindicância será enviada à autoridade competente para a decisão. (NR)

Artigo 273 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

**CAPÍTULO III**  
**Do Processo Administrativo (NR)**

- Capítulo III com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 274 - São competentes para determinar a instauração de processo administrativo as autoridades enumeradas no artigo 260, até o inciso IV, inclusive. (NR)

Artigo 274 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 275 - Não poderá ser encarregado da apuração, nem atuar como secretário, amigo íntimo ou inimigo, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, cônjuge, companheiro ou qualquer integrante do núcleo familiar do denunciante ou do acusado, bem assim o subordinado deste. (NR)

Artigo 275 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 276 - A autoridade ou o funcionário designado deverão comunicar, desde logo, à autoridade competente, o impedimento que houver. (NR)

Artigo 276 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 277 - O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 8 (oito) dias do recebimento da determinação, e concluído no de 90 (noventa) dias da citação do acusado. (NR)

§ 1º - Da portaria deverão constar o nome e a identificação do acusado, a infração que lhe é atribuída, com descrição sucinta dos fatos, a indicação das normas infringidas e a penalidade mais elevada em tese cabível. (NR)

§ 2º - Vencido o prazo, caso não concluído o processo, o Procurador do Estado que o presidir deverá imediatamente encaminhar ao seu superior hierárquico relatório indicando as providências faltantes e o tempo necessário para término dos trabalhos. (NR)

§ 3º - O superior hierárquico dará ciência dos fatos a que se refere o parágrafo anterior e das providências que houver adotado à autoridade que determinou a instauração do processo. (NR)

Artigo 277 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 278 - Autuada a portaria e demais peças preexistentes, designará o presidente dia e hora para audiência de interrogatório, determinando a citação do acusado e a notificação do denunciante, se houver. (NR)

§ 1º - O mandado de citação deverá conter: (NR)

1 - cópia da portaria; (NR)

2 - data, hora e local do interrogatório, que poderá ser acompanhado pelo advogado do acusado; (NR)

3 - data, hora e local da oitiva do denunciante, se houver, que deverá ser acompanhada pelo advogado do acusado; (NR)

4 - esclarecimento de que o acusado será defendido por advogado dativo, caso não constitua advogado próprio; (NR)

5 - informação de que o acusado poderá arrolar testemunhas e requerer provas, no prazo de 3 (três) dias após a data designada para seu interrogatório; (NR)

6 - advertência de que o processo será extinto se o acusado pedir exoneração até o interrogatório, quando se tratar exclusivamente de abandono de cargo ou função, bem como inassiduidade. (NR)

§ 2º - A citação do acusado será feita pessoalmente, no mínimo 2 (dois) dias antes do interrogatório, por intermédio do respectivo superior hierárquico, ou diretamente, onde possa ser encontrado. (NR)

§ 3º - Não sendo encontrado em seu local de trabalho ou no endereço constante de seu assentamento individual, furtando-se o acusado à citação ou ignorando-se seu paradeiro, a citação far-se-á por edital, publicado uma vez no Diário Oficial do Estado, no mínimo 10 (dez) dias antes do interrogatório. (NR)

Artigo 278 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 279 - Havendo denunciante, este deverá prestar declarações, no interregno entre a data da citação e a fixada para o interrogatório do acusado, sendo notificado para tal fim. (NR)

§ 1º - A oitiva do denunciante deverá ser acompanhada pelo advogado do acusado, próprio ou dativo. (NR)

§ 2º - O acusado não assistirá à inquirição do denunciante; antes porém de ser interrogado, poderá ter ciência das declarações que aquele houver prestado. (NR)

Artigo 279 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 280 - Não comparecendo o acusado, será, por despacho, decretada sua revelia, prosseguindo-se nos demais atos e termos do processo. (NR)

Artigo 280 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 281 - Ao acusado revel será nomeado advogado dativo. (NR)

Artigo 281 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*.

Artigo 282 - O acusado poderá constituir advogado que o representará em todos os atos e termos do processo. (NR)

§ 1º - É faculdade do acusado tomar ciência ou assistir aos atos e termos do processo, não sendo obrigatória qualquer notificação. (NR)

§ 2º - O advogado será intimado por publicação no Diário Oficial do Estado, de que conste seu nome e número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, bem como os dados necessários à identificação do procedimento. (NR)

§ 3º - Não tendo o acusado recursos financeiros ou negando-se a constituir advogado, o presidente nomeará advogado dativo. (NR)

§ 4º - O acusado poderá, a qualquer tempo, constituir advogado para prosseguir na sua defesa. (NR)

Artigo 282 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*.

Artigo 283 - Comparecendo ou não o acusado ao interrogatório, inicia-se o prazo de 3 (três) dias para requerer a produção de provas, ou apresentá-las. (NR)

§ 1º - O presidente e cada acusado poderão arrolar até 5 (cinco) testemunhas. (NR)

§ 2º - A prova de antecedentes do acusado será feita exclusivamente por documentos, até as alegações finais. (NR)

§ 3º - Até a data do interrogatório, será designada a audiência de instrução. (NR)

Artigo 283 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*

Artigo 284 - Na audiência de instrução, serão ouvidas, pela ordem, as testemunhas arroladas pelo presidente e pelo acusado. (NR)

Parágrafo único - Tratando-se de servidor público, seu comparecimento poderá ser solicitado ao respectivo superior imediato com as indicações necessárias. (NR)

Artigo 284 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*.

Artigo 285 - A testemunha não poderá eximir-se de depor, salvo se for ascendente, descendente, cônjuge, ainda que legalmente separado, companheiro, irmão, sogro e cunhado, pai, mãe ou filho adotivo do acusado, exceto quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias. (NR)

§ 1º - Se o parentesco das pessoas referidas for com o denunciante, ficam elas proibidas de depor, observada a exceção deste artigo. (NR)

§ 2º - Ao servidor que se recusar a depor, sem justa causa, será pela autoridade competente adotada a providência a que se refere o artigo 262, mediante comunicação do presidente. (NR)

§ 3º - O servidor que tiver de depor como testemunha fora da sede de seu exercício, terá direito a transporte e diárias na forma da legislação em vigor, podendo ainda expedir-se precatória para esse efeito à autoridade do domicílio do depoente. (NR)

§ 4º - São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho. (NR)

Artigo 285 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*.

Artigo 286 - A testemunha que morar em comarca diversa poderá ser inquirida pela autoridade do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimada a defesa. (NR)

§ 1º - Deverá constar da precatória a síntese da imputação e os esclarecimentos pretendidos, bem como a advertência sobre a necessidade da presença de advogado. (NR)

§ 2º - A expedição da precatória não suspenderá a instrução do procedimento. (NR)

§ 3º - Findo o prazo marcado, o procedimento poderá prosseguir até final decisão; a todo tempo, a precatória, uma vez devolvida, será juntada aos autos. (NR)

Artigo 286 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*

Artigo 287 - As testemunhas arroladas pelo acusado comparecerão à audiência designada independente de notificação. (NR)

§ 1º - Deverá ser notificada a testemunha cujo depoimento for relevante e que não comparecer espontaneamente. (NR)

§ 2º - Se a testemunha não for localizada, a defesa poderá substituí-la, se quiser, levando na mesma data designada para a audiência outra testemunha, independente de notificação. (NR)

Artigo 287 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*.

Artigo 288 - Em qualquer fase do processo, poderá o presidente, de ofício ou a requerimento da defesa, ordenar diligências que entenda convenientes. (NR)

§ 1º - As informações necessárias à instrução do processo serão solicitadas diretamente, sem observância de vinculação hierárquica, mediante ofício, do qual cópia será juntada aos autos. (NR)

§ 2º - Sendo necessário o concurso de técnicos ou peritos oficiais, o presidente os requisitará, observados os impedimentos do artigo 275. (NR)

Artigo 288 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003*.

Artigo 289 - Durante a instrução, os autos do procedimento administrativo permanecerão na repartição competente. (NR)

§ 1º - Será concedida vista dos autos ao acusado, mediante simples solicitação, sempre que não prejudicar o curso do procedimento. (NR)

§ 2º - A concessão de vista será obrigatória, no prazo para manifestação do acusado ou para apresentação de recursos, mediante publicação no Diário Oficial do Estado. (NR)

§ 3º - Não corre o prazo senão depois da publicação a que se refere o parágrafo anterior e desde que os autos estejam efetivamente disponíveis para vista. (NR)



§ 4º - Ao advogado é assegurado o direito de retirar os autos da repartição, mediante recibo, durante o prazo para manifestação de seu representado, salvo na hipótese de prazo comum, de processo sob regime de segredo de justiça ou quando existirem nos autos documentos originais de difícil restauração ou ocorrer circunstância relevante que justifique a permanência dos autos na repartição, reconhecida pela autoridade em despacho motivado. (NR)

Artigo 289 com redação dada pela *Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003*.

Artigo 290 - Somente poderão ser indeferidos pelo presidente, mediante decisão fundamentada, os requerimentos de nenhum interesse para o esclarecimento do fato, bem como as provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias. (NR)

Artigo 290 com redação dada pela *Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003*.

Artigo 291 - Quando, no curso do procedimento, surgirem fatos novos imputáveis ao acusado, poderá ser promovida a instauração de novo procedimento para sua apuração, ou, caso conveniente, aditada a portaria, reabrindo-se oportunidade de defesa. (NR)

Artigo 291 com redação dada pela *Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003*.

Artigo 292 - Encerrada a fase probatória, dar-se-á vista dos autos à defesa, que poderá apresentar alegações finais, no prazo de 7 (sete) dias. (NR)

Parágrafo único - Não apresentadas no prazo as alegações finais, o presidente designará advogado dativo, assinando-lhe novo prazo. (NR)

Artigo 292 com redação dada pela *Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003*.

Artigo 293 - O relatório deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias, contados da apresentação das alegações finais. (NR)

§ 1º - O relatório deverá descrever, em relação a cada acusado, separadamente, as irregularidades imputadas, as provas colhidas e as razões de defesa, propondo a absolvição ou punição e indicando, nesse caso, a pena que entender cabível. (NR)

§ 2º - O relatório deverá conter, também, a sugestão de quaisquer outras providências de interesse do serviço público. (NR)

Artigo 293 com redação dada pela *Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003*.

Artigo 294 - Relatado, o processo será encaminhado à autoridade que determinou sua instauração. (NR)

Artigo 294 com redação dada pela *Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003*.

Artigo 295 - Recebendo o processo relatado, a autoridade que houver determinado sua instauração deverá, no prazo de 20 (vinte) dias, proferir o julgamento ou determinar a realização de diligência, sempre que necessária ao esclarecimento de fatos. (NR)

Artigo 295 com redação dada pela *Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003*.

Artigo 296 - Determinada a diligência, a autoridade encarregada do processo administrativo terá prazo de 15 (quinze) dias para seu cumprimento, abrindo vista à defesa para manifestar-se em 5 (cinco) dias. (NR)

Artigo 296 com redação dada pela *Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003*.

Artigo 297 - Quando escaparem à sua alçada as penalidades e providências que lhe parecerem cabíveis, a autoridade que determinou a instauração do processo administrativo deverá propô-las, justificadamente, dentro do prazo para julgamento, à autoridade competente. (NR)

Artigo 297 com redação dada pela *Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003*.

Artigo 298 - A autoridade que proferir decisão determinará os atos dela decorrentes e as providências necessárias a sua execução. (NR)

Artigo 298 com redação dada pela *Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003*.

Artigo 299 - As decisões serão sempre publicadas no Diário Oficial do Estado, dentro do prazo de 8 (oito) dias, bem como averbadas no registro funcional do servidor. (NR)

Artigo 299 com redação dada pela *Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003*.

Artigo 300 - Terão forma processual resumida, quando possível, todos os termos lavrados pelo secretário, quais sejam: autuação, juntada, conclusão, intimação, data de recebimento, bem como certidões e compromissos. (NR)

§ 1º - Toda e qualquer juntada aos autos se fará na ordem cronológica da apresentação, rubricando o presidente as folhas acrescidas. (NR)

§ 2º - Todos os atos ou decisões, cujo original não conste do processo, nele deverão figurar por cópia. (NR)

Artigo 300 com redação dada pela *Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003*.

Artigo 301 - Constará sempre dos autos da sindicância ou do processo a folha de serviço do indiciado. (NR)

Artigo 301 com redação dada pela *Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003*.

Artigo 302 - Quando ao funcionário se imputar crime, praticado na esfera administrativa, a autoridade que determinou a instauração do processo administrativo providenciará para que se instaure, simultaneamente, o inquérito policial. (NR)

Parágrafo único - Quando se tratar de crime praticado fora da esfera administrativa, a autoridade policial dará ciência dele à autoridade administrativa. (NR)

Artigo 302 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 303 - As autoridades responsáveis pela condução do processo administrativo e do inquérito policial se auxiliarão para que os mesmos se concluam dentro dos prazos respectivos. (NR)

Artigo 303 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 304 - Quando o ato atribuído ao funcionário for considerado criminoso, serão remetidas à autoridade competente cópias autenticadas das peças essenciais do processo. (NR)

Artigo 304 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 305 - Não será declarada a nulidade de nenhum ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou diretamente na decisão do processo ou sindicância. (NR)

Artigo 305 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 306 - É defeso fornecer à imprensa ou a outros meios de divulgação notas sobre os atos processuais, salvo no interesse da Administração, a juízo do Secretário de Estado ou do Procurador Geral do Estado. (NR)

Artigo 306 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 307 - Decorridos 5 (cinco) anos de efetivo exercício, contados do cumprimento da sanção disciplinar, sem cometimento de nova infração, não mais poderá aquela ser considerada em prejuízo do infrator, inclusive para efeito de reincidência. (NR)

Parágrafo único - A demissão e a demissão a bem do serviço público acarretam a incompatibilidade para nova investidura em cargo, função ou emprego público, pelo prazo de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente. (NR)

Artigo 307 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

#### **CAPÍTULO IV**

##### **Do Processo por Abandono do Cargo ou Função e por Inassiduidade (NR)**

- Capítulo IV com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 308 - Verificada a ocorrência de faltas ao serviço que caracterizem abandono de cargo ou função, bem como inassiduidade, o superior imediato comunicará o fato à autoridade competente para determinar a instauração de processo disciplinar, instruindo a representação com cópia da ficha funcional do servidor e atestados de frequência. (NR)

Artigo 308 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 309 - Não será instaurado processo para apurar abandono de cargo ou função, bem como inassiduidade, se o servidor tiver pedido exoneração. (NR)

Artigo 309 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 310 - Extingue-se o processo instaurado exclusivamente para apurar abandono de cargo ou função, bem como inassiduidade, se o indiciado pedir exoneração até a data designada para o interrogatório, ou por ocasião deste. (NR)

Artigo 310 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 311 - A defesa só poderá versar sobre força maior, coação ilegal ou motivo legalmente justificável. (NR)

Artigo 311 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

#### **CAPÍTULO V**

##### **Dos Recursos (NR)**

- Capítulo V com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 312 - Caberá recurso, por uma única vez, da decisão que aplicar penalidade. (NR)

§ 1° - O prazo para recorrer é de 30 (trinta) dias, contados da publicação da decisão impugnada no Diário Oficial do Estado ou da intimação pessoal do servidor, quando for o caso. (NR)

§ 2° - Do recurso deverá constar, além do nome e qualificação do recorrente, a exposição das razões de inconformismo. (NR)

§ 3° - O recurso será apresentado à autoridade que aplicou a pena, que terá o prazo de 10 (dez) dias para, motivadamente, manter sua decisão ou reformá-la. (NR)

§ 4° - Mantida a decisão, ou reformada parcialmente, será imediatamente encaminhada a reexame pelo superior hierárquico. (NR)

§ 5° - O recurso será apreciado pela autoridade competente ainda que incorretamente denominado ou endereçado. (NR)

Artigo 312 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 313 - Caberá pedido de reconsideração, que não poderá ser renovado, de decisão tomada pelo Governador do Estado em única instância, no prazo de 30 (trinta) dias. (NR)

Artigo 313 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 314 - Os recursos de que trata esta lei complementar não têm efeito suspensivo; os que forem providos darão lugar às retificações necessárias, retroagindo seus efeitos à data do ato punitivo. (NR)

Artigo 314 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

**CAPÍTULO VI**  
**Da Revisão (NR)**

- Capítulo VI com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 315 - Admitir-se-á, a qualquer tempo, a revisão de punição disciplinar de que não caiba mais recurso, se surgirem fatos ou circunstâncias ainda não apreciados, ou vícios insanáveis de procedimento, que possam justificar redução ou anulação da pena aplicada. (NR)

§ 1º - A simples alegação da injustiça da decisão não constitui fundamento do pedido. (NR)

§ 2º - Não será admitida reiteração de pedido pelo mesmo fundamento. (NR)

§ 3º - Os pedidos formulados em desacordo com este artigo serão indeferidos. (NR)

§ 4º - O ônus da prova cabe ao requerente. (NR)

-  
Artigo 315 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 316 - A pena imposta não poderá ser agravada pela revisão. (NR)

Artigo 316 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 317 - A instauração de processo revisional poderá ser requerida fundamentadamente pelo interessado ou, se falecido ou incapaz, por seu curador, cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão, sempre por intermédio de advogado. (NR)

Parágrafo único - O pedido será instruído com as provas que o requerente possuir ou com indicação daquelas que pretenda produzir. (NR)

Artigo 317 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 318 - A autoridade que aplicou a penalidade, ou que a tiver confirmado em grau de recurso, será competente para o exame da admissibilidade do pedido de revisão, bem como, caso deferido o processamento, para a sua decisão final. (NR)

Artigo 318 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 319 - Deferido o processamento da revisão, será este realizado por Procurador de Estado que não tenha funcionado no procedimento disciplinar de que resultou a punição do requerente. (NR)

-  
Artigo 319 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 320 - Recebido o pedido, o presidente providenciará o apensamento dos autos originais e notificará o requerente para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer rol de testemunhas, ou requerer outras provas que pretenda produzir. (NR)

Parágrafo único - No processamento da revisão serão observadas as normas previstas nesta lei complementar para o processo administrativo. (NR)

Artigo 320 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

Artigo 321 - A decisão que julgar procedente a revisão poderá alterar a classificação da infração, absolver o punido, modificar a pena ou anular o processo, restabelecendo os direitos atingidos pela decisão reformada. (NR)

Artigo 321 com redação dada pela *Lei Complementar n° 942, de 06/06/2003.*

**Disposições Finais**

Artigo 322 - O dia 28 de outubro será consagrado ao “Funcionário Público Estadual”.

Artigo 323 - Os prazos previstos neste Estatuto serão todos contados por dias corridos.

Parágrafo único - Não se computará no prazo o dia inicial, prorrogando-se o vencimento, que incidir em sábado, domingo, feriado ou facultativo, para o primeiro dia útil seguinte.

Artigo 324 - As disposições deste Estatuto se aplicam aos extranumerários, exceto no que colidirem com a precariedade de sua situação no Serviço Público.

**Disposições Transitórias**

Artigo 325 - Aplicam-se aos atuais funcionários interinos as disposições deste Estatuto, salvo as que colidirem com a natureza precária de sua investidura e, em especial, as relativas a acesso, promoção, afastamentos, aposentadoria voluntária e às licenças previstas nos itens VI, VII e IX do artigo 181.

Artigo 326 - Serão obrigatoriamente exonerados os ocupantes interinos de cargos para cujo provimento for realizado concurso.

Parágrafo único - As exonerações serão efetivadas dentro de 30 (trinta) dias, após a homologação do concurso.

Artigo 327 - Revogado.

Artigo 327 revogado pelo *Decreto-lei n° 60, de 15/05/1969.*

Artigo 328 - Dentro de 120 (cento e vinte) dias proceder-se-á ao levantamento geral das atuais funções gratificadas, para efeito de implantação de novo sistema retributivo dos encargos por elas atendidos.

Parágrafo único - Até a implantação do sistema de que trata este artigo, continuarão em vigor as disposições legais referentes à função gratificada.

Artigo 329 - Ficam expressamente revogadas:

I - as disposições de leis gerais ou especiais que estabeleçam contagem de tempo em divergência com o disposto no Capítulo XV do Título II, ressalvada, todavia, a contagem, nos termos da legislação ora revogada, do tempo de serviço prestado anteriormente ao presente Estatuto;

II - a Lei n° 1.309, de 29 de novembro de 1951 e as demais disposições atinentes aos extranumerários; e

III - a Lei n° 2.576, de 14 de janeiro de 1954.

Artigo 330 - Vetado.

Artigo 331 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, aos 28 de outubro de 1968.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Luiz Francisco da Silva Carvalho, Secretário da Justiça

Luiz Arrobas Martins, Secretário da Fazenda

Herbert Victor Levy, Secretário da Agricultura

Eduardo Riomey Yassuda, Secretário dos Serviços e Obras Pú-

blicas

Firmino Rocha de Freitas, Secretário dos Transportes

Antonio Barros de Ulhôa Cintra, Secretário da Educação

Hely Lopes Meirelles, Secretário da Segurança Pública

José Felício Castellano, Secretário da Promoção Social

Raphael Baldacci, Secretário do Trabalho, Indústria e Comércio

Onadyr Marcondes, Secretário da Economia e Planejamento

Walter Sidnei Pereira Leser, Secretário da Saúde Pública

Waldemar Lopes Ferraz, Secretário do Interior

Orlando Gabriel Zancaner, Secretário da Cultura Esportes e Tu-

rismo

José Henrique Turner, Secretário para os Assuntos da Casa Civil

Hélio Lourenço de Oliveira, Vice-Reitor no exercício da Reitoria da Universidade de São Paulo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa aos 28 de outubro de 1968

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo substituto

**4. LEI Nº 10.177, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998 – REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.**

**LEI N.º 10.177, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998**

*Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual*

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

**TÍTULO I**

**Das Disposições Preliminares**

Artigo 1.º - Esta lei regula os atos e procedimentos administrativos da Administração Pública centralizada e descentralizada do Estado de São Paulo, que não tenham disciplina legal específica.

Parágrafo único - Considera-se integrante da Administração descentralizada estadual toda pessoa jurídica controlada ou mantida, direta ou indiretamente, pelo Poder Público estadual, seja qual for seu regime jurídico.

Artigo 2.º - As normas desta lei aplicam-se subsidiariamente aos atos e procedimentos administrativos com disciplina legal específica.

Artigo 3.º - Os prazos fixados em normas legais específicas prevalecem sobre os desta lei.

**TÍTULO II**

**Dos Princípios da Administração Pública**

Artigo 4.º - A Administração Pública atuará em obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, interesse público e motivação dos atos administrativos.

Artigo 5.º - A norma administrativa deve ser interpretada e aplicada da forma que melhor garanta a realização do fim público a que se dirige.

Artigo 6.º - Somente a lei poderá:

I - criar condicionamentos aos direitos dos particulares ou impor-lhes deveres de qualquer espécie; e

II - prever infrações ou prescrever sanções.

**TÍTULO III**

**Dos Atos Administrativos**

**CAPÍTULO I**

**Disposição Preliminar**

Artigo 7.º - A Administração não iniciará qualquer atuação material relacionada com a esfera jurídica dos particulares sem a prévia expedição do ato administrativo que lhe sirva de fundamento, salvo na hipótese de expressa previsão legal.

**CAPÍTULO II**

**Da Invalidade dos Atos**

Artigo 8.º - São inválidos os atos administrativos que desatendam os pressupostos legais e regulamentares de sua edição, ou os princípios da Administração, especialmente nos casos de:

I - incompetência da pessoa jurídica, órgão ou agente de quem emane;

II - omissão de formalidades ou procedimentos essenciais;

III - impropriedade do objeto;

IV - inexistência ou impropriedade do motivo de fato ou de direito;

V - desvio de poder;

VI - falta ou insuficiência de motivação.

Parágrafo único - Nos atos discricionários, será razão de invalidade a falta de correlação lógica entre o motivo e o conteúdo do ato, tendo em vista sua finalidade.

Artigo 9.º - A motivação indicará as razões que justifiquem a edição do ato, especialmente a regra de competência, os fundamentos de fato e de direito e a finalidade objetivada.

Parágrafo único - A motivação do ato no procedimento administrativo poderá consistir na remissão a pareceres ou manifestações nele proferidos.

Artigo 10 - A Administração anulará seus atos inválidos, de ofício ou por provocação de pessoa interessada, salvo quando:

I - ultrapassado o prazo de 10 (dez) anos contado de sua produção;

II - da irregularidade não resultar qualquer prejuízo;

III - forem passíveis de convalidação.



Artigo 11 - A Administração poderá convalidar seus atos inválidos, quando a invalidez decorrer de vício de competência ou de ordem formal, desde que:

I - na hipótese de vício de competência, a convalidação seja feita pela autoridade titulada para a prática do ato, e não se trate de competência indelegável;

II - na hipótese de vício formal, este possa ser suprido de modo eficaz.

§ 1.º - Não será admitida a convalidação quando dela resultar prejuízo à Administração ou a terceiros ou quando se tratar de ato impugnado.

§ 2.º - A convalidação será sempre formalizada por ato motivado.

### **CAPÍTULO III Da Formalização dos Atos**

Artigo 12 - São atos administrativos:

I - de competência privativa:

a) do Governador do Estado, o Decreto;

b) dos Secretários de Estado, do Procurador Geral do Estado e dos Reitores das Universidades, a Resolução;

c) dos órgãos colegiados, a Deliberação;

II - de competência comum:

a) à todas as autoridades, até o nível de Diretor de Serviço; as autoridades policiais; aos dirigentes das entidades descentralizadas, bem como, quando estabelecido em norma legal específica, a outras autoridades administrativas, a Portaria;

b) à todas as autoridades ou agentes da Administração, os demais atos administrativos, tais como Ofícios, Ordens de Serviço, Instruções e outros.

§ 1.º - Os atos administrativos, excetuados os decretos, aos quais se refere a Lei Complementar n. 60, de 10 de julho de 1972, e os referidos no

Artigo 14 desta lei, serão numerados em séries próprias, com renovação anual, identificando-se pela sua denominação, seguida da sigla do órgão ou entidade que os tenha expedido.

§ 2.º - Aplica-se na elaboração dos atos administrativos, no que couber, o disposto na Lei Complementar n. 60, de 10 de julho de 1972.

Artigo 13 - Os atos administrativos produzidos por escrito indicam a data e o local de sua edição, e conterão a identificação nominal, funcional e a assinatura da autoridade responsável.

Artigo 14 - Os atos de conteúdo normativo e os de caráter geral serão numerados em séries específicas, seguidamente, sem renovação anual.

Artigo 15 - Os regulamentos serão editados por decreto, observadas as seguintes regras:

I - nenhum regulamento poderá ser editado sem base em lei, nem prever infrações, sanções, deveres ou condicionamentos de direitos nela não estabelecidos;

II - os decretos serão referendados pelos Secretários de Estado em cuja área de atuação devam incidir, ou pelo Procurador Geral do Estado, quando for o caso;

III - nenhum decreto regulamentar será editado sem exposição de motivos que demonstre o fundamento legal de sua edição, a finalidade das medidas adotadas e a extensão de seus efeitos;

IV - as minutas de regulamento serão obrigatoriamente submetidas ao órgão jurídico competente, antes de sua apreciação pelo Governador do Estado.

### **CAPÍTULO IV Da Publicidade dos Atos**

Artigo 16 - Os atos administrativos, inclusive os de caráter geral, entrarão em vigor na data de sua publicação, salvo disposição expressa em contrário.

Artigo 17 - Salvo norma expressa em contrário, a publicidade dos atos administrativos consistirá em sua publicação no Diário Oficial do Estado, ou, quando for o caso, na citação, notificação ou intimação do interessado.

Parágrafo único - A publicação dos atos sem conteúdo normativo poderá ser resumida.

### **CAPÍTULO V Do Prazo para a Produção dos Atos**

Artigo 18 - Será de 60 (sessenta) dias, se outra não for a determinação legal, o prazo máximo para a prática de atos administrativos isolados, que não exijam procedimento para sua prolação, ou para a adoção, pela autoridade pública, de outras providências necessárias à aplicação de lei ou decisão administrativa.

Parágrafo único - O prazo fluirá a partir do momento em que, à vista das circunstâncias, tornar-se logicamente possível a produção do ato ou a adoção da medida, permitida prorrogação, quando cabível, mediante proposta justificada.

### **CAPÍTULO VI Da Delegação e da Avocação**

Artigo 19 - Salvo vedação legal, as autoridades superiores poderão delegar a seus subordinados a prática de atos de sua competência ou avocar os de competência destes.

Artigo 20 - São indelegáveis, entre outras hipóteses decorrentes de normas específicas:

I - a competência para a edição de atos normativos que regulem direitos e deveres dos administrados;

II - as atribuições inerentes ao caráter político da autoridade;

III - as atribuições recebidas por delegação, salvo autorização expressa e na forma por ela determinada;

IV - a totalidade da competência do órgão;

V - as competências essenciais do órgão, que justifiquem sua existência.

Parágrafo único - O órgão colegiado não pode delegar suas funções, mas apenas a execução material de suas deliberações.

### **TÍTULO IV Dos Procedimentos Administrativos CAPÍTULO I Normas Gerais Seção I Dos Princípios**

Artigo 21 - Os atos da Administração serão precedidos do procedimento adequado à sua validade e à proteção dos direitos e interesses dos particulares.

Artigo 22 - Nos procedimentos administrativos observar-se-ão, entre outros requisitos de validade, a igualdade entre os administrados e o devido processo legal, especialmente quanto à exigência de publicidade, do contraditório, ampla defesa e, quando for o caso, do despacho ou decisão motivados.

§ 1.º - Para atendimento dos princípios previstos neste artigo, serão assegurados às partes o direito de emitir manifestação, de oferecer provas e acompanhar sua produção, de obter vista e de recorrer.

§ 2.º - Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

## Seção II Do Direito de Petição

Artigo 23 - É assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de pagamento, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para a defesa de direitos.

Parágrafo único - As entidades associativas, quando expressamente autorizadas por seus estatutos ou por ato especial, e os sindicatos poderão exercer o direito de petição, em defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais de seus membros.

Artigo 24 - Em nenhuma hipótese, a Administração poderá recusar-se a protocolar a petição, sob pena de responsabilidade do agente.

## Seção III Da Instrução

Artigo 25 - Os procedimentos serão impulsionados e instruídos de ofício, atendendo-se à celeridade, economia, simplicidade e utilidade dos trâmites.

Artigo 26 - O órgão ou entidade da Administração estadual que necessitar de informações de outro, para instrução de procedimento administrativo, poderá requisitá-las diretamente, sem observância da vinculação hierárquica, mediante ofício, do qual uma cópia será juntada aos autos.

Artigo 27 - Durante a instrução, os autos do procedimento administrativo permanecerão na repartição competente.

Artigo 28 - Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, autorizar consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.

§ 1.º - A abertura da consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que os autos possam ser examinados pelos interessados, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas.

§ 2.º - O comparecimento à consulta pública não confere, por si, a condição de interessado no processo, mas constitui o direito de obter da Administração resposta fundamentada.

Artigo 29 - Antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.

Artigo 30 - Os órgãos e entidades administrativas, em matéria relevante, poderão estabelecer outros meios de participação dos administrados, diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas.

Artigo 31 - Os resultados da consulta e audiência pública e de outros meios de participação dos administrados deverão ser acompanhados da indicação do procedimento adotado.

## Seção IV Dos Prazos

Artigo 32 - Quando outros não estiverem previstos nesta lei ou em disposições especiais, serão obedecidos os seguintes prazos máximos nos procedimentos administrativos:

I - para autuação, juntada aos autos de quaisquer elementos, publicação e outras providências de mero expediente: 2 (dois) dias;

II - para expedição de notificação ou intimação pessoal: 6 (seis) dias;

III - para elaboração e apresentação de informes sem caráter técnico ou jurídico: 7 (sete) dias;

IV - para elaboração e apresentação de pareceres ou informes de caráter técnico ou jurídico: 20 (vinte) dias, prorrogáveis por 10 (dez) dias quando a diligência requerer o deslocamento do agente para localidade diversa daquela onde tem sua sede de exercício;

V - para decisões no curso do procedimento: 7 (sete) dias;

VI - para manifestações do particular ou providências a seu cargo: 7 (sete) dias;

VII - para decisão final: 20 (vinte) dias;

VIII - para outras providências da Administração: 5 (cinco) dias.

§ 1.º - O prazo fluirá a partir do momento em que, à vista das circunstâncias, tornar-se logicamente possível a produção do ato ou a adoção da providência.

§ 2.º - Os prazos previstos neste artigo poderão ser, caso a caso, prorrogados uma vez, por igual período, pela autoridade superior, à vista de representação fundamentada do agente responsável por seu cumprimento.

Artigo 33 - O prazo máximo para decisão de requerimentos de qualquer espécie apresentados à Administração será de 120 (cento e vinte) dias, se outro não for legalmente estabelecido.

§ 1.º - Ultrapassado o prazo sem decisão, o interessado poderá considerar rejeitado o requerimento na esfera administrativa, salvo previsão legal ou regulamentar em contrário.

§ 2.º - Quando a complexidade da questão envolvida não permitir o atendimento do prazo previsto neste artigo, a autoridade científica o interessado das providências até então tomadas, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 3.º - O disposto no § 1.º deste artigo não desonera a autoridade do dever de apreciar o requerimento.

## Seção V Da Publicidade

Artigo 34 - No curso de qualquer procedimento administrativo, as citações, intimações e notificações, quando feitas pessoalmente ou por carta com aviso de recebimento, observarão as seguintes regras:

I - constitui ônus do requerente informar seu endereço para correspondência, bem como alterações posteriores;

II - considera-se efetivada a intimação ou notificação por carta com sua entrega no endereço fornecido pelo interessado;

III - será obrigatoriamente pessoal a citação do acusado, em procedimento sancionatório, e a intimação do terceiro interessado, em procedimento de invalidação;

IV - na citação, notificação ou intimação pessoal, caso o destinatário se recuse a assinar o comprovante de recebimento, o servidor encarregado certificará a entrega e a recusa;

V - quando o particular estiver representado nos autos por procurador, a estes serão dirigidas as notificações e intimações, salvo disposição em contrário.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso III, não encontrado o interessado, a citação ou a intimação serão feitas por edital publicado no Diário Oficial do Estado.

Artigo 35 - Durante a instrução, será concedida vista dos autos ao interessado, mediante simples solicitação, sempre que não prejudicar o curso do procedimento.

Parágrafo único - A concessão de vista será obrigatória, no prazo para manifestação do interessado ou para apresentação de recursos, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

Artigo 36 - Ao advogado e assegurado o direito de retirar os autos da repartição, mediante recibo, durante o prazo para manifestação de seu constituinte, salvo na hipótese de prazo comum.

## **CAPÍTULO II**

### **Dos Recursos**

#### **Seção I**

##### **Da Legitimidade para Recorrer**

Artigo 37 - Todo aquele que for afetado por decisão administrativa poderá dela recorrer, em defesa de interesse ou direito.

Artigo 38 - À Procuradoria Geral do Estado compete recorrer, de ofício, de decisões que contrariarem Súmula Administrativa ou Despacho Normativo do Governador do Estado, sem prejuízo da possibilidade de deflagrar, de ofício, o procedimento invalidatório pertinente, nas hipóteses em que já tenha decorrido o prazo recursal.

#### **Seção II**

##### **Da Competência para Conhecer do Recurso**

Artigo 39 - Quando norma legal não dispuser de outro modo, será competente para conhecer do recurso a autoridade imediatamente superior àquela que praticou o ato.

Artigo 40 - Salvo disposição legal em contrário, a instância máxima para o recurso administrativo será:

I - na Administração centralizada, o Secretário de Estado ou autoridade a ele equiparada, excetuados os casos em que o ato tenha sido por ele praticado originariamente; e

II - na Administração descentralizada, o dirigente superior da pessoa jurídica.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica ao recurso previsto no Artigo 38.

#### **Seção III**

##### **Das Situações Especiais**

Artigo 41 - São irrecorríveis, na esfera administrativa, os atos de mero expediente ou preparatórios de decisões.

Artigo 42 - Contra decisões tomadas originariamente pelo Governador do Estado ou pelo dirigente superior de pessoa jurídica da Administração descentralizada, caberá pedido de reconsideração, que não poderá ser renovado, observando-se, no que couber, o regime do recurso hierárquico.

Parágrafo único - O pedido de reconsideração só será admitido se contiver novos argumentos, e será sempre dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a decisão.

#### **Seção IV**

##### **Dos Requisitos da Petição de Recurso**

Artigo 43 - A petição de recurso observará os seguintes requisitos:

I - será dirigida à autoridade recorrida e protocolada no órgão a que esta pertencer;

II - trará a indicação do nome, qualificação e endereço do recorrente;

III - conterá exposição, clara e completa, das razões da inconformidade.

Artigo 44 - Salvo disposição legal em contrário, o prazo para apresentação de recurso ou pedido de reconsideração será de 15 (quinze) dias contados da publicação ou notificação do ato.

Artigo 45 - Conhecer-se-á do recurso erroneamente designado, quando de seu conteúdo resultar indubitosa a impugnação do ato.

#### **Seção V**

##### **Dos Efeitos dos Recursos**

Artigo 46 - O recurso será recebido no efeito meramente devolutivo, salvo quando:

I - houver previsão legal ou regulamentar em contrário; e

II - além de relevante seu fundamento, da execução do ato recorrido, se provido, puder resultar a ineficácia da decisão final.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso II, o recorrente poderá requerer, fundamentadamente, em petição anexa ao recurso, a concessão do efeito suspensivo.

#### **Seção VI**

##### **Da Tramitação dos Recursos**

Artigo 47 - A tramitação dos recursos observará as seguintes regras:

I - a petição será juntada aos autos em 2 (dois) dias, contados da data de seu protocolo;

II - quando os autos em que foi produzida a decisão recorrida tiverem de permanecer na repartição de origem para quaisquer outras providências cabíveis, o recurso será autuado em separado, trasladando-se cópias dos elementos necessários;

III - requerida a concessão de efeito suspensivo, a autoridade recorrida apreciará o pedido nos 5 (cinco) dias subsequentes;

IV - havendo outros interessados representados nos autos, serão estes intimados, com prazo comum de 15 (quinze) dias, para oferecimento de contrarrazões;

V - com ou sem contrarrazões, os autos serão submetidos ao órgão jurídico, para elaboração de parecer, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, salvo na hipótese do

Artigo 38;

VI - a autoridade recorrida poderá reconsiderar seu ato, nos 7 (sete) dias subsequentes;

VII - mantido o ato, os autos serão encaminhados à autoridade competente para conhecer do recurso, para decisão, em 30 (trinta) dias.

§ 1.º - As decisões previstas nos incisos III, VI e VII serão encaminhadas, em 2 (dois) dias, à publicação no Diário Oficial do Estado.

§ 2.º - Da decisão prevista no inciso III, não caberá recurso na esfera administrativa.

Artigo 48 - Os recursos dirigidos ao Governador do Estado serão, previamente, submetidos à Procuradoria Geral do Estado ou ao órgão de consultoria jurídica da entidade descentralizada, para parecer, a ser apresentado no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

## **Seção VII Da Decisão e seus Efeitos**

Artigo 49 - A decisão de recurso não poderá, no mesmo procedimento, agravar a restrição produzida pelo ato ao interesse do recorrente, salvo em casos de invalidação.

Artigo 50 - Ultrapassado, sem decisão, o prazo de 120 (cento e vinte) dias contado do protocolo do recurso que tramite sem efeito suspensivo, o recorrente poderá considerá-lo rejeitado na esfera administrativa.

§ 1.º - No caso do pedido de reconsideração previsto no

Artigo 42, o prazo para a decisão será de 90 (noventa) dias.

§ 2.º - O disposto neste artigo não desonera a autoridade do dever de apreciar o recurso.

Artigo 51 - Esgotados os recursos, a decisão final tomada em procedimento administrativo formalmente regular não poderá ser modificada pela Administração, salvo por anulação ou revisão, ou quando o ato, por sua natureza, for revogável.

## **CAPÍTULO III Dos Procedimentos em Espécie Seção I Do Procedimento de Outorga**

Artigo 52 - Regem-se pelo disposto nesta Seção os pedidos de reconhecimento, de atribuição ou de liberação do exercício do direito.

Artigo 53 - A competência para apreciação do requerimento será do dirigente do órgão ou entidade encarregados da matéria versada, salvo previsão legal ou regulamentar em contrário.

Artigo 54 - O requerimento será dirigido à autoridade competente para sua decisão, devendo indicar:

I - o nome, a qualificação e o endereço do requerente;

II - os fundamentos de fato e de direito do pedido;

III - a providência pretendida;

IV - as provas em poder da Administração que o requerente pretende ver juntadas aos autos.

Parágrafo único - O requerimento será desde logo instruído com a prova documental de que o interessado disponha.

Artigo 55 - A tramitação dos requerimentos de que trata esta Seção observará as seguintes regras:

I - protocolado o expediente, o órgão que o receber providenciará a autuação e seu encaminhamento à repartição competente, no prazo de 2 (dois) dias;

II - o requerimento será desde logo indeferido, se não atender aos requisitos dos incisos I a IV do artigo anterior, notificando-se o requerente;

III - se o requerimento houver sido dirigido a órgão incompetente, este providenciará seu encaminhamento à unidade adequada, notificando-se o requerente;

IV - a autoridade determinará as providências adequadas à instrução dos autos, ouvindo, em caso de dúvida quanto à matéria jurídica, o órgão de consultoria jurídica;

V - quando os elementos colhidos puderem conduzir ao indeferimento, o requerente será intimado, com prazo de 7 (sete) dias, para manifestação final;

VI - terminada a instrução, a autoridade decidirá, em despacho motivado, nos 20 (vinte) dias subsequentes;

VII - da decisão caberá recurso hierárquico.

Artigo 56 - Quando duas ou mais pessoas pretenderem da Administração o reconhecimento ou atribuição de direitos que se excluam mutuamente, será instaurado procedimento administrativo para a decisão, com observância das normas do artigo anterior, e das ditas pelos princípios da igualdade e do contraditório.

## **Seção II Do Procedimento de Invalidação**

Artigo 57 - Rege-se pelo disposto nesta Seção o procedimento para invalidação de ato ou contrato administrativo e, no que couber, de outros ajustes.

Artigo 58 - O procedimento para invalidação provocada observará as seguintes regras:

I - o requerimento será dirigido à autoridade que praticou o ato ou firmou o contrato, atendidos os requisitos do

Artigo 54;

II - recebido o requerimento, será ele submetido ao órgão de consultoria jurídica para emissão de parecer, em 20 (vinte) dias;

III - o órgão jurídico opinará sobre a procedência ou não do pedido, sugerindo, quando for o caso, providências para a instrução dos autos e esclarecendo se a eventual invalidação atingirá terceiros;

IV - quando o parecer apontar a existência de terceiros interessados, a autoridade determinará sua intimação, para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se a respeito;

V - concluída a instrução, serão intimadas as partes para, em 7 (sete) dias, apresentarem suas razões finais;

VI - a autoridade, ouvindo o órgão jurídico, decidirá em 20 (vinte) dias, por despacho motivado, do qual serão intimadas as partes;

VII - da decisão, caberá recurso hierárquico.



Artigo 59 - O procedimento para invalidação ofício observará as seguintes regras:

I - quando se tratar da invalidade de ato ou contrato, a autoridade que o praticou, ou seu superior hierárquico, submeterá o assunto ao órgão de consultoria jurídica;

II - o órgão jurídico opinará sobre a validade do ato ou contrato, sugerindo, quando for o caso, providências para instrução dos autos, e indicará a necessidade ou não da instauração de contraditório, hipótese em que serão aplicadas as disposições dos incisos IV a VII do artigo anterior.

Artigo 60 - No curso de procedimento de invalidação, a autoridade poderá, de ofício ou em face de requerimento, suspender a execução do ato ou contrat, para evitar prejuízos de reparação onerosa ou impossível.

Artigo 61 - Invalidado o ato ou contrato, a administração tomará as providências necessárias para desfazer os efeitos produzidos, salvo quanto a terceiros de boa fé, determinando a apuração de eventuais responsabilidades.

### Seção III Do Procedimento Sancionatório

Artigo 62 - Nenhuma sanção administrativa será aplicada à pessoa física ou jurídica pela administração Pública, sem que lhe seja assegurada ampla defesa, em procedimento sancionatório.

Parágrafo único - No curso do procedimento ou, em caso de extrema urgência, antes dele, a Administração poderá adotar as medidas cautelares estritamente indispensáveis à eficácia do ato final.

Artigo 63 - O procedimento sancionatório observará, salvo legislação específica, as seguintes regras:

I - verificada a ocorrência de infração administrativa, será instaurado o respectivo procedimento para sua apuração;

II - o ato de instauração, expedido pela autoridade competente, indicará os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável;

III - o acusado será citado ou intimado, com cópia do ato de instauração, para, em 15 (quinze) dias, oferecer sua defesa e indicar as provas que pretende produzir;

IV - caso haja requerimento para produção de provas, a autoridade apreciará sua pertinência, em despacho motivado;

V - o acusado será intimado para:

a) manifestar-se, em 7 (sete) dias, sobre os documentos juntados aos autos pela autoridade, se maior prazo não lhe for assinado em face da complexidade da prova;

b) acompanhar a produção das provas orais, com antecedência mínima de 2 (dois) dias;

c) formular quesitos e indicar assistente técnico, quando necessária prova pericial, em 7 (sete) dias;

d) concluída a instrução, apresentar, em 7 (sete) dias, suas alegações finais;

VI - antes da decisão, será ouvido o órgão de consultoria jurídica;

VII - a decisão, devidamente motivada, será proferida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, notificando-se o interessado por publicação no Diário Oficial do Estado;

VIII - da decisão caberá recurso.

Artigo 64 - O procedimento sancionatório será sigiloso até decisão final, salvo em relação ao acusado, seu procurador ou terceiro que demonstre legítimo interesse.

Parágrafo único - Incidirá em infração disciplinar grave o servidor que, por qualquer forma, divulgar irregularmente informações relativas à acusação, ao acusado ou ao procedimento.

### Seção IV Do Procedimento de Reparação de Danos

Artigo 65 - Aquele que pretender, da Fazenda Pública, ressarcimento por danos causados por agente público, agindo nessa qualidade, poderá requerê-lo administrativamente, observadas as seguintes regras:

I - o requerimento será protocolado na Procuradoria Geral do Estado, até 5 (cinco) anos contados do ato ou fato que houver dado causa ao dano;

II - o protocolo do requerimento suspende, nos termos da legislação pertinente, a prescrição da ação de responsabilidade contra o Estado, pelo período que durar sua tramitação;

III - o requerimento conterà os requisitos do

Artigo 54, devendo trazer indicação precisa do montante atualizado da indenização pretendida, e declaração de que o interessado concorda com as condições contidas neste artigo e no subsequente;

IV - o procedimento, dirigido por Procurador do Estado, observará as regras do

Artigo 55;

V - a decisão do requerimento caberá ao Procurador Geral do Estado ou ao dirigente da entidade descentralizada, que recorrerão de ofício ao Governador, nas hipóteses previstas em regulamento;

VI - acolhido em definitivo o pedido, total ou parcialmente, será feita, em 15 (quinze) dias, a inscrição, em registro cronológico, do valor atualizado do débito, intimando-se o interessado;

VII - a ausência de manifestação expressa do interessado, em 10 (dez) dias, contados da intimação, implicará em concordância com o valor inscrito; caso não concorde com esse valor, o interessado poderá, no mesmo prazo, apresentar desistência, cancelando-se a inscrição e arquivando-se os autos;

VIII - os débitos inscritos até 1.º de julho serão pagos até o último dia útil do exercício seguinte, à conta de dotação orçamentária específica;

IX - o depósito, em conta aberta em favor do interessado, do valor inscrito, atualizado monetariamente até o mês do pagamento, importará em quitação do débito;

X - o interessado, mediante prévia notificação à Administração, poderá considerar indeferido seu requerimento caso o pagamento não se realize na forma e no prazo previstos nos incisos VIII e IX.

§ 1.º - Quando o interessado utilizar-se da faculdade prevista nos incisos VII, parte final, e X, perderá qualquer efeito o ato que tiver acolhido o pedido, não se podendo invocá-lo como reconhecimento da responsabilidade administrativa.

§ 2.º - Devidamente autorizado pelo Governador, o Procurador Geral do Estado poderá delegar, no âmbito da Administração centralizada, a competência prevista no inciso V, hipótese em que o delegante tornar-se-á a instância máxima de recurso.

Artigo 66 - Nas indenizações pagas nos termos do artigo anterior, não incidirão juros, honorários advocatícios ou qualquer outro acréscimo.

Artigo 67 - Na hipótese de condenação definitiva do Estado ao ressarcimento de danos, deverá o fato ser comunicado ao Procurador Geral do Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo órgão encarregado de oficiar no feito, sob pena de responsabilidade.

Artigo 68 - Recebida a comunicação, o Procurador Geral do Estado, no prazo de 10 (dez) dias, determinará a instauração de procedimento, cuja tramitação obedecerá o disposto na Seção III para apuração de eventual responsabilidade civil de agente público, por culpa ou dolo.

Parágrafo único - O Procurador Geral do Estado, de ofício, determinará a instauração do procedimento previsto neste artigo, quando na forma do

Artigo 65, a Fazenda houver ressarcido extrajudicialmente o particular.

Artigo 69 - Concluindo-se pela responsabilidade civil do agente, será ele intimado para, em 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos o valor do prejuízo suportado pela Fazenda, atualizado monetariamente.

Artigo 70 - Vencido, sem o pagamento, o prazo estipulado no artigo anterior, será proposta, de imediato, a respectiva ação judicial para cobrança do débito.

Artigo 71 - Aplica-se o disposto nesta Seção às entidades descentralizadas, observada a respectiva estrutura administrativa.

## Seção V

### Do Procedimento para Obtenção de Certidão

Artigo 72 - É assegurada, nos termos do

Artigo 5.º, XXXIV, “b”, da Constituição Federal, a expedição de certidão sobre atos, contratos, decisões ou pareceres constantes de registros ou autos de procedimentos em poder da Administração Pública, ressalvado o disposto no

Artigo 75.

Parágrafo único - As certidões serão expedidas sob a forma de relato ou mediante cópia reprográfica dos elementos pretendidos.

Artigo 73 - Para o exercício do direito previsto no artigo anterior, o interessado deverá protocolar requerimento no órgão competente, independentemente de qualquer pagamento, especificando os elementos que pretende ver certificados.

Artigo 74 - O requerimento será apreciado, em 5 (cinco) dias úteis, pela autoridade competente, que determinará a expedição da certidão requerida em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 75 - O requerimento será indeferido, em despacho motivado, se a divulgação da informação solicitada colocar em comprovado risco a segurança da sociedade ou do Estado, violar a intimidade de terceiros ou não se enquadrar na hipótese constitucional.

§ 1.º - Na hipótese deste artigo, a autoridade competente, antes de sua decisão, ouvirá o órgão de consultoria jurídica, que se manifestará em 3 (três) dias úteis.

§ 2.º - Do indeferimento do pedido de certidão caberá recurso.

Artigo 76 - A expedição da certidão independe de qualquer pagamento quando o requerente demonstrar sua necessidade para a defesa de direitos ou esclarecimento de situações de interesse pessoal.

Parágrafo único - Nas demais hipóteses, o interessado deverá recolher o valor correspondente, conforme legislação específica.

## Seção VI

### Do Procedimento para Obtenção de Informações Pessoais

Artigo 77 - Toda pessoa terá direito de acesso aos registros nominais que a seu respeito constem em qualquer espécie de fichário ou registro, informatizado ou não, dos órgãos ou entidades da Administração, inclusive policiais.

Artigo 78 - O requerimento para obtenção de informações observará as seguintes regras:

I - o interessado apresentará, ao órgão ou entidade do qual pretende as informações, requerimento escrito manifestando o desejo de conhecer tudo o que a seu respeito conste das fichas ou registros existentes;

II - as informações serão fornecidas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do protocolo do requerimento;

III - as informações serão transmitidas em linguagem clara e indiciarão, conforme for requerido pelo interessado:

a) o conteúdo integral do que existir registrado;

b) a fonte das informações e dos registros;

c) o prazo até o qual os registros serão mantidos;

d) as categorias de pessoas que, por suas funções ou por necessidade do serviço, tem, diretamente, acesso aos registros;

e) as categorias de destinatários habilitados a receber comunicação desses registros; e

f) se tais registros são transmitidos a outros órgãos estaduais, e quais são esses órgãos.

Artigo 79 - Os dados existentes, cujo conhecimento houver sido ocultado ao interessado, quando de sua solicitação de informações, não poderão, em hipótese alguma, ser utilizados em quaisquer procedimentos que vierem a ser contra o mesmo instaurados.

Artigo 80 - Os órgãos ou entidades da Administração, ao coletar informações, devem esclarecer aos interessados:

I - o caráter obrigatório ou facultativo das respostas;

II - as consequências de qualquer incorreção nas respostas;

III - os órgãos aos quais se destinam as informações; e

IV - a existência do direito de acesso e de retificação das informações.

Parágrafo único - Quando as informações forem colhidas mediante questionários impressos, devem eles conter os esclarecimentos de que trata este artigo.

Artigo 81 - É proibida a inserção ou conservação em fichário ou registro de dados nominais relativos a opiniões políticas, filosóficas ou religiosas, origem racial, orientação sexual e filiação sindical ou partidária.

Artigo 82 - É vedada a utilização, sem autorização prévia do interessado, de dados pessoais para outros fins que não aqueles para os quais foram prestados.

## Seção VII

### Do Procedimento para Retificação de Informações Pessoais

Artigo 83 - Qualquer pessoa tem o direito de exigir, da Administração:

I - a eliminação completa de registros de dados falsos a seu respeito, os quais tenham sido obtidos por meios ilícitos, ou se refiram às hipóteses vedadas pelo

Artigo 81;

II - a retificação, complementação, esclarecimento ou atualização de dados incorretos, incompletos, dúbios ou desatualizados.

Parágrafo único - Aplicam-se ao procedimento de retificação as regras contidas nos

Artigos 54 e 55.

Artigo 84 - O fichário ou o registro nominal devem ser completados ou corrigidos, de ofício, assim que a entidade ou órgão por eles responsável tome conhecimento da incorreção, desatualização ou caráter incompleto de informações neles contidas.

Artigo 85 - No caso de informação já fornecida a terceiros, sua alteração será comunicada a estes, desde que requerida pelo interessado, a quem dará cópia da retificação.

## Seção VIII

### Do Procedimento de Denúncia

Artigo 86 - Qualquer pessoa que tiver conhecimento de violação da ordem jurídica, praticada por agentes administrativos, poderá denunciá-la à Administração.

Artigo 87 - A denúncia conterà a identificação do seu autor, devendo indicar o fato e suas circunstâncias, e, se possível, seus responsáveis ou beneficiários.

Parágrafo único - Quando a denúncia for apresentada verbalmente, a autoridade lavrará termo, assinado pelo denunciante.

Artigo 88 - Instaurado o procedimento administrativo, a autoridade responsável determinará as providências necessárias à sua instrução, observando-se os prazos legais e as seguintes regras:

I - é obrigatória a manifestação do órgão de consultoria jurídica;

II - o denunciante não é parte no procedimento, podendo, entretanto, ser convocado para depor;

III - o resultado da denúncia será comunicado ao autor, se este assim o solicitar.

Artigo 89 - Incidirá em infração disciplinar grave a autoridade que não der andamento imediato, rápido e eficiente ao procedimento regulado nesta Seção.

## TÍTULO V Disposições Finais

Artigo 90 - O descumprimento injustificado, pela Administração, dos prazos previstos nesta lei gera responsabilidade disciplinar, imputável aos agentes públicos encarregados do assunto, não implicando, necessariamente, em nulidade do procedimento.

§ 1.º - Respondem também os superiores hierárquicos que se omitirem na fiscalização dos serviços de seus subordinados, ou que de algum modo concorram para a infração.

§ 2.º - Os prazos concedidos aos particulares poderão ser devolvidos, mediante requerimento do interessado, quando óbices injustificados, causados pela Administração, resultarem na impossibilidade de atendimento do prazo fixado.

Artigo 91 - Os prazos previstos nesta lei são contínuos, salvo disposição expressa em contrário, não se interrompendo aos domingos ou feriados.

Artigo 92 - Quando norma não dispuser de forma diversa, os prazos serão computados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1.º - Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente no órgão ou entidade.

§ 2.º - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se, no dia do vencimento, o expediente for encerrado antes do horário normal.

Artigo 93 - Esta lei entrará em vigor em 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua publicação.

Artigo 94 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto-lei n. 104, de 20 de junho de 1969 e a Lei n. 5.702, de 5 de junho de 1987.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de dezembro de 1998.

### **5. LEI COMPLEMENTAR Nº 893, DE 09 DE MARÇO DE 2001 – INSTITUI O REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR – RDPM.**

#### **LEI COMPLEMENTAR Nº 893, DE 09 DE MARÇO DE 2001**

*(Atualizada até a Lei Complementar nº 915, de 22 de março de 2002)*

*Institui o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar*

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

#### **CAPÍTULO I Das Disposições Gerais**

**Artigo 1º** - A hierarquia e a disciplina são as bases da organização da Polícia Militar.

**Artigo 2º** - Estão sujeitos ao Regulamento Disciplinar da Polícia Militar os militares do Estado do serviço ativo, da reserva remunerada, os reformados e os agregados, nos termos da legislação vigente.

**Parágrafo único** - O disposto neste artigo não se aplica:

- 1 - aos militares do Estado, ocupantes de cargos públicos ou eletivos;
- 2 - aos Magistrados da Justiça Militar.

**Artigo 3º** - Hierarquia policial-militar é a ordenação progressiva da autoridade, em graus diferentes, da qual decorre a obediência, dentro da estrutura da Polícia Militar, culminando no Governador do Estado, Chefe Supremo da Polícia Militar.

§ 1º - A ordenação da autoridade se faz por postos e graduações, de acordo com o escalonamento hierárquico, a antiguidade e a precedência funcional.

§ 2º - Posto é o grau hierárquico dos oficiais, conferido por ato do Governador do Estado e confirmado em Carta Patente ou Folha de Apostila.

§ 3º - Graduação é o grau hierárquico das praças, conferida pelo Comandante Geral da Polícia Militar.

**Artigo 4º** - A antiguidade entre os militares do Estado, em igualdade de posto ou graduação, será definida pela:

- I - data da última promoção;
- II - prevalência sucessiva dos graus hierárquicos anteriores;
- III - classificação no curso de formação ou habilitação;
- IV - data de nomeação ou admissão;
- V - maior idade.

**Parágrafo único** - Nos casos de promoção a aspirante-a-oficial, a aluno-oficial, a 3º sargento, a cabo ou nos casos de nomeação de oficiais, alunos-oficiais ou admissão de soldados prevalecerá, para efeito de antiguidade, a ordem de classificação obtida nos respectivos cursos ou concursos.

**Artigo 5º** - A precedência funcional ocorrerá quando, em igualdade de posto ou graduação, o oficial ou a praça:

- I - ocupar cargo ou função que lhe atribua superioridade funcional sobre os integrantes do órgão ou serviço que dirige, comanda ou chefia;
- II - estiver no serviço ativo, em relação aos inativos.

## CAPÍTULO II

### Da Deontologia Policial-Militar

#### SEÇÃO I

##### Disposições Preliminares

**Artigo 6º** - A deontologia policial-militar é constituída pelos valores e deveres éticos, traduzidos em normas de conduta, que se impõem para que o exercício da profissão policial-militar atinja plenamente os ideais de realização do bem comum, mediante preservação da ordem pública.

§ 1º - Aplicada aos componentes da Polícia Militar, independentemente de posto ou graduação, a deontologia policial-militar reúne valores úteis e lógicos a valores espirituais superiores, destinados a elevar a profissão policial-militar à condição de missão.

§ 2º - O militar do Estado prestará compromisso de honra, em caráter solene, afirmando a consciente aceitação dos valores e deveres policiais-militares e a firme disposição de bem cumpri-los.

#### SEÇÃO II

##### Dos Valores Policiais-Militares

**Artigo 7º** - Os valores fundamentais, determinantes da moral policial-militar, são os seguintes:

- I - o patriotismo;
- II - o civismo;
- III - a hierarquia;
- IV - a disciplina;
- V - o profissionalismo;
- VI - a lealdade;
- VII - a constância;
- VIII - a verdade real;
- IX - a honra;
- X - a dignidade humana;
- XI - a honestidade;
- XII - a coragem.

#### SEÇÃO III

##### Dos Deveres Policiais-Militares

**Artigo 8º** - Os deveres éticos, emanados dos valores policiais-militares e que conduzem a atividade profissional sob o signo da retidão moral, são os seguintes:

- I - cultivar os símbolos e as tradições da Pátria, do Estado de São Paulo e da Polícia Militar e zelar por sua inviolabilidade;
- II - cumprir os deveres de cidadão;
- III - preservar a natureza e o meio ambiente;
- IV - servir à comunidade, procurando, no exercício da suprema missão de preservar a ordem pública, promover, sempre, o bem estar comum, dentro da estrita observância das normas jurídicas e das disposições deste Regulamento;
- V - atuar com devotamento ao interesse público, colocando-o acima dos anseios particulares;
- VI - atuar de forma disciplinada e disciplinadora, com respeito mútuo de superiores e subordinados, e preocupação com a integridade física, moral e psíquica de todos os militares do Estado, inclusive dos agregados, envidando esforços para bem encaminhar a solução dos problemas apresentados;
- VII - ser justo na apreciação de atos e méritos dos subordinados;
- VIII - cumprir e fazer cumprir, dentro de suas atribuições legalmente definidas, a Constituição, as leis e as ordens legais das autoridades competentes, exercendo suas atividades com responsabilidade, inculcando-a em seus subordinados;
- IX - dedicar-se integralmente ao serviço policial-militar, buscando, com todas as energias, o êxito e o aprimoramento técnico-profissional e moral;
- X - estar sempre preparado para as missões que desempenhe;
- XI - exercer as funções com integridade e equilíbrio, segundo os princípios que regem a administração pública, não sujeitando o cumprimento do dever a influências indevidas;
- XII - procurar manter boas relações com outras categorias profissionais, conhecendo e respeitando-lhes os limites de competência, mas elevando o conceito e os padrões da própria profissão, zelando por sua competência e autoridade;
- XIII - ser fiel na vida policial-militar, cumprindo os compromissos relacionados às suas atribuições de agente público;
- XIV - manter ânimo forte e fé na missão policial-militar, mesmo diante das dificuldades, demonstrando persistência no trabalho para solucioná-las;

**XV** - zelar pelo bom nome da Instituição Policial-Militar e de seus componentes, aceitando seus valores e cumprindo seus deveres éticos e legais;

**XVI** - manter ambiente de harmonia e camaradagem na vida profissional, solidarizando-se nas dificuldades que esteja ao seu alcance minimizar e evitando comentários desairosos sobre os componentes das Instituições Policiais;

**XVII** - não pleitear para si, por meio de terceiros, cargo ou função que esteja sendo exercido por outro militar do Estado;

**XVIII** - proceder de maneira ilibada na vida pública e particular;

**XIX** - conduzir-se de modo não subserviente sem ferir os princípios de respeito e decoro;

**XX** - abster-se do uso do posto, graduação ou cargo para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros;

**XXI** - abster-se, ainda que na inatividade, do uso das designações hierárquicas em:

a) atividade político-partidária, salvo quando candidato a cargo eletivo;

b) atividade comercial ou industrial;

c) pronunciamento público a respeito de assunto policial, salvo os de natureza técnica;

d) exercício de cargo ou função de natureza civil;

**XXII** - prestar assistência moral e material ao lar, conduzindo-o como bom chefe de família;

**XXIII** - considerar a verdade, a legalidade e a responsabilidade como fundamentos de dignidade pessoal;

**XXIV** - exercer a profissão sem discriminações ou restrições de ordem religiosa, política, racial ou de condição social;

**XXV** - atuar com prudência nas ocorrências policiais, evitando exacerbá-las;

**XXVI** - respeitar a integridade física, moral e psíquica da pessoa do preso ou de quem seja objeto de incriminação;

**XXVII** - observar as normas de boa educação e ser discreto nas atitudes, maneiras e na linguagem escrita ou falada;

**XXVIII** - não solicitar ou provocar publicidade visando a própria promoção pessoal;

**XXIX** - observar os direitos e garantias fundamentais, agindo com isenção, equidade e absoluto respeito pelo ser humano, não usando sua condição de autoridade pública para a prática de arbitrariedade;

**XXX** - exercer a função pública com honestidade, não aceitando vantagem indevida, de qualquer espécie;

**XXXI** - não usar meio ilícito na produção de trabalho intelectual ou em avaliação profissional, inclusive no âmbito do ensino;

**XXXII** - não abusar dos meios do Estado postos à sua disposição, nem distribuí-los a quem quer que seja, em detrimento dos fins da administração pública, coibindo ainda a transferência, para fins particulares, de tecnologia própria das funções policiais;

**XXXIII** - atuar com eficiência e probidade, zelando pela economia e conservação dos bens públicos, cuja utilização lhe for confiada;

**XXXIV** - proteger as pessoas, o patrimônio e o meio ambiente com abnegação e desprendimento pessoal;

**XXXV** - atuar onde estiver, mesmo não estando em serviço, para preservar a ordem pública ou prestar socorro, desde que não exista, naquele momento, força de serviço suficiente.

**§ 1º** - Ao militar do Estado em serviço ativo é vedado exercer atividade de segurança particular, comércio ou tomar parte da administração ou gerência de sociedade comercial ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista, cotista ou comanditário.

**§ 2º** - Compete aos Comandantes de Unidade e de Subunidade destacada fiscalizar os subordinados que apresentarem sinais exteriores de riqueza, incompatíveis com a remuneração do respectivo cargo, fazendo-os comprovar a origem de seus bens, mediante instauração de procedimento administrativo, observada a legislação específica.

**§ 3º** - Aos militares do Estado da ativa são proibidas manifestações coletivas sobre atos de superiores, de caráter reivindicatório e de cunho político-partidário, sujeitando-se as manifestações de caráter individual aos preceitos deste Regulamento.

**§ 4º** - É assegurado ao militar do Estado inativo o direito de opinar sobre assunto político e externar pensamento e conceito ideológico, filosófico ou relativo a matéria pertinente ao interesse público, devendo observar os preceitos da ética policial-militar e preservar os valores policiais-militares em suas manifestações essenciais.

## **CAPÍTULO III** **Da Disciplina Policial-Militar**

**Artigo 9º** - A disciplina policial-militar é o exato cumprimento dos deveres, traduzindo-se na rigorosa observância e acatamento integral das leis, regulamentos, normas e ordens, por parte de todos e de cada integrante da Polícia Militar.

**§ 1º** - São manifestações essenciais da disciplina:

1 - a observância rigorosa das prescrições legais e regulamentares;

2 - a obediência às ordens legais dos superiores;

3 - o emprego de todas as energias em benefício do serviço;

4 - a correção de atitudes;

5 - as manifestações espontâneas de acatamento dos valores e deveres éticos;

6 - a colaboração espontânea na disciplina coletiva e na eficiência da Instituição.

**§ 2º** - A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos, permanentemente, pelos militares do Estado, tanto no serviço ativo, quanto na inatividade.

**§ 3º** - A camaradagem é indispensável à formação e ao convívio na Polícia Militar, incumbindo aos comandantes incentivar e manter a harmonia e a solidariedade entre os seus comandados, promovendo estímulos de aproximação e cordialidade.

**§ 4º** - A civilidade é parte integrante da educação policial-militar, cabendo a superiores e subordinados atitudes de respeito e deferência mútuos.

**Artigo 10** - As ordens legais devem ser prontamente executadas, cabendo inteira responsabilidade à autoridade que as determinar.

**§ 1º** - Quando a ordem parecer obscura, compete ao subordinado, ao recebê-la, solicitar os esclarecimentos necessários ao seu total entendimento.

**§ 2º** - Cabe ao executante que exorbitar no cumprimento da ordem recebida a responsabilidade pelo abuso ou excesso que cometer.

## **CAPÍTULO IV** **Da Violação dos Valores, dos Deveres e da Disciplina** **SEÇÃO I** **Disposições Preliminares**

**Artigo 11** - A ofensa aos valores e aos deveres vulnera a disciplina policial-militar, constituindo infração administrativa, penal ou civil, isolada ou cumulativamente.

§ 1º - O militar do Estado é responsável pelas decisões ou atos que praticar, inclusive nas missões expressamente determinadas, bem como pela não-observância ou falta de exatidão no cumprimento de seus deveres.

§ 2º - O superior hierárquico responderá solidariamente, na esfera administrativa disciplinar, incorrendo nas mesmas sanções da transgressão praticada por seu subordinado quando:

1 - presenciar o cometimento da transgressão deixando de atuar para fazê-la cessar imediatamente;

2 - concorrer diretamente, por ação ou omissão, para o cometimento da transgressão, mesmo não estando presente no local do ato.

§ 3º - A violação da disciplina policial-militar será tão mais grave quanto mais elevado for o grau hierárquico de quem a cometer.

## SEÇÃO II

### Da Transgressão Disciplinar

**Artigo 12** - Transgressão disciplinar é a infração administrativa caracterizada pela violação dos deveres policiais-militares, cominando ao infrator as sanções previstas neste Regulamento.

§ 1º - As transgressões disciplinares compreendem:

1 - todas as ações ou omissões contrárias à disciplina policial-militar, especificadas no artigo 13 deste Regulamento;

2 - todas as ações ou omissões não especificadas no artigo 13 deste Regulamento, mas que também violem os valores e deveres policiais-militares.

§ 2º - As transgressões disciplinares previstas nos itens 1 e 2 do § 1º, deste artigo, serão classificadas como graves, desde que venham a ser:

1 - atentatórias às instituições ou ao Estado;

2 - atentatórias aos direitos humanos fundamentais;

3 - de natureza desonrosa.

§ 3º - As transgressões previstas no item 2 do § 1º e não enquadráveis em algum dos itens do § 2º, deste artigo, serão classificadas pela autoridade competente como médias ou leves, consideradas as circunstâncias do fato.

§ 4º - Ao militar do Estado, aluno de curso da Polícia Militar, aplica-se, no que concerne à disciplina, além do previsto neste Regulamento, subsidiariamente, o disposto nos regulamentos próprios dos estabelecimentos de ensino onde estiver matriculado.

§ 5º - A aplicação das penas disciplinares previstas neste Regulamento independe do resultado de eventual ação penal.

**Artigo 13** - As transgressões disciplinares são classificadas de acordo com sua gravidade em graves (G), médias (M) e leves (L).

**Parágrafo único** - As transgressões disciplinares são:

1 - desconsiderar os direitos constitucionais da pessoa no ato da prisão (G);

2 - usar de força desnecessária no atendimento de ocorrência ou no ato de efetuar prisão (G);

3 - deixar de providenciar para que seja garantida a integridade física das pessoas que prender ou detiver (G);

4 - agredir física, moral ou psicologicamente preso sob sua guarda ou permitir que outros o façam (G);

5 - permitir que o preso, sob sua guarda, conserve em seu poder instrumentos ou outros objetos proibidos, com que possa ferir a si próprio ou a outrem (G);

6 - reter o preso, a vítima, as testemunhas ou partes não definidas por mais tempo que o necessário para a solução do procedimento policial, administrativo ou penal (M);

7 - faltar com a verdade (G);

8 - ameaçar, induzir ou instigar alguém para que não declare a verdade em procedimento administrativo, civil ou penal (G);

9 - utilizar-se do anonimato para fins ilícitos (G);

10 - envolver, indevidamente, o nome de outrem para esquivar-se de responsabilidade (G);

11 - publicar, divulgar ou contribuir para a divulgação irrestrita de fatos, documentos ou assuntos administrativos ou técnicos de natureza policial, militar ou judiciária, que possam concorrer para o desprestígio da Polícia Militar, ferir a hierarquia ou a disciplina, comprometer a segurança da sociedade e do Estado ou violar a honra e a imagem de pessoa (G);

12 - espalhar boatos ou notícias tendenciosas em prejuízo da boa ordem civil ou policial-militar ou do bom nome da Polícia Militar (M);

13 - provocar ou fazer-se, voluntariamente, causa ou origem de alarmes injustificados (M);

14 - concorrer para a discórdia, desarmonia ou cultivar inimizade entre companheiros (M);

15 - liberar preso ou detido ou dispensar parte de ocorrência sem competência legal para tanto (G);

16 - entender-se com o preso, de forma velada, ou deixar que alguém o faça, sem autorização de autoridade competente (M);

17 - receber vantagem de pessoa interessada no caso de furto, roubo, objeto achado ou qualquer outro tipo de ocorrência ou procurá-la para solicitar vantagem (G);

18 - receber ou permitir que seu subordinado receba, em razão da função pública, qualquer objeto ou valor, mesmo quando oferecido pelo proprietário ou responsável (G);

19 - apropriar-se de bens pertencentes ao patrimônio público ou particular (G);

20 - empregar subordinado ou servidor civil, ou desviar qualquer meio material ou financeiro sob sua responsabilidade ou não, para a execução de atividades diversas daquelas para as quais foram destinadas, em proveito próprio ou de outrem (G);

21 - provocar desfalques ou deixar de adotar providências, na esfera de suas atribuições, para evitá-los (G);

22 - utilizar-se da condição de militar do Estado para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros (G);

23 - dar, receber ou pedir gratificação ou presente com finalidade de retardar, apressar ou obter solução favorável em qualquer ato de serviço (G);

24 - contrair dívida ou assumir compromisso superior às suas possibilidades, desde que venha a expor o nome da Polícia Militar (M);

25 - fazer, diretamente ou por intermédio de outrem, agiotagem ou transação pecuniária envolvendo assunto de serviço, bens da administração pública ou material cuja comercialização seja proibida (G);

26 - exercer ou administrar, o militar do Estado em serviço ativo, a função de segurança particular ou qualquer atividade estranha à Instituição Policial-Militar com prejuízo do serviço ou com emprego de meios do Estado (G);

27 - exercer, o militar do Estado em serviço ativo, o comércio ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade comercial com fins lucrativos ou dela ser sócio, exceto como acionista, cotista ou comanditário (G);

**28** - deixar de fiscalizar o subordinado que apresentar sinais exteriores de riqueza incompatíveis com a remuneração do cargo (G);

**29** - não cumprir, sem justo motivo, a execução de qualquer ordem legal recebida (G);

**30** - retardar, sem justo motivo, a execução de qualquer ordem legal recebida (M);

**31** - dar, por escrito ou verbalmente, ordem manifestamente ilegal que possa acarretar responsabilidade ao subordinado, ainda que não chegue a ser cumprida (G);

**32** - deixar de assumir a responsabilidade de seus atos ou pelos praticados por subordinados que agirem em cumprimento de sua ordem (G);

**33** - aconselhar ou concorrer para não ser cumprida qualquer ordem legal de autoridade competente, ou serviço, ou para que seja retardada, prejudicada ou embaraçada a sua execução (G);

**34** - interferir na administração de serviço ou na execução de ordem ou missão sem ter a devida competência para tal (M);

**35** - deixar de comunicar ao superior a execução de ordem dele recebida, no mais curto prazo possível (L);

**36** - dirigir-se, referir-se ou responder a superior de modo desrespeitoso (G);

**37** - recriminar ato legal de superior ou procurar desconsiderá-lo (G);

**38** - ofender, provocar ou desafiar superior ou subordinado hierárquico (G);

**39** - promover ou participar de luta corporal com superior, igual, ou subordinado hierárquico (G);

**40** - procurar desacreditar seu superior ou subordinado hierárquico (M);

**41** - ofender a moral e os bons costumes por atos, palavras ou gestos (G);

**42** - desconsiderar ou desrespeitar, em público ou pela imprensa, os atos ou decisões das autoridades civis ou dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário ou de qualquer de seus representantes (G);

**43** - desrespeitar, desconsiderar ou ofender pessoa por palavras, atos ou gestos, no atendimento de ocorrência policial ou em outras situações de serviço (G);

**44** - deixar de prestar a superior hierárquico continência ou outros sinais de honra e respeito previstos em regulamento (M);

**45** - deixar de corresponder a cumprimento de seu subordinado (M);

**46** - deixar de exibir, estando ou não uniformizado, documento de identidade funcional ou recusar-se a declarar seus dados de identificação quando lhe for exigido por autoridade competente (M);

**47** - evadir-se ou tentar evadir-se de escolta, bem como resistir a ela (G);

**48** - retirar-se da presença do superior hierárquico sem obediência às normas regulamentares (L);

**49** - deixar, tão logo seus afazeres o permitam, de apresentar-se ao seu superior funcional, conforme prescrições regulamentares (L);

**50** - deixar, nas solenidades, de apresentar-se ao superior hierárquico de posto ou graduação mais elevada e de saudar os demais, de acordo com as normas regulamentares (L);

**51** - deixar de fazer a devida comunicação disciplinar (M);

**52** - tendo conhecimento de transgressão disciplinar, deixar de apurá-la (G);

**53** - deixar de punir o transgressor da disciplina, salvo se houver causa de justificação (M);

**54** - não levar fato ilegal ou irregularidade que presenciar ou de que tiver ciência, e não lhe couber reprimir, ao conhecimento da autoridade para isso competente (M);

**55** - deixar de comunicar ao superior imediato ou, na ausência deste, a qualquer autoridade superior toda informação que tiver sobre iminente perturbação da ordem pública ou grave alteração do serviço ou de sua marcha, logo que tenha conhecimento (G);

**56** - deixar de manifestar-se nos processos que lhe forem encaminhados, exceto nos casos de suspeição ou impedimento, ou de absoluta falta de elementos, hipótese em que essas circunstâncias serão fundamentadas (M);

**57** - deixar de encaminhar à autoridade competente, no mais curto prazo e pela via hierárquica, documento ou processo que receber, se não for de sua alçada a solução (M);

**58** - omitir, em boletim de ocorrência, relatório ou qualquer documento, dados indispensáveis ao esclarecimento dos fatos (G);

**59** - subtrair, extraviar, danificar ou inutilizar documentos de interesse da administração pública ou de terceiros (G);

**60** - trabalhar mal, intencionalmente ou por desídia, em qualquer serviço, instrução ou missão (M);

**61** - deixar de assumir, orientar ou auxiliar o atendimento de ocorrência, quando esta, por sua natureza ou amplitude, assim o exigir (G);

**62** - retardar ou prejudicar o serviço de polícia judiciária militar que deva promover ou em que esteja investido (M);

**63** - desrespeitar medidas gerais de ordem policial, judiciária ou administrativa, ou embaraçar sua execução (M);

**64** - não ter, pelo preparo próprio ou de seus subordinados ou instruídos, a dedicação imposta pelo sentimento do dever (M);

**65** - causar ou contribuir para a ocorrência de acidente de serviço ou instrução (M);

**66** - consentir, o responsável pelo posto de serviço ou a sentinela, na formação de grupo ou permanência de pessoas junto ao seu posto (L);

**67** - içar ou arriar, sem ordem, bandeira ou insígnia de autoridade (L);

**68** - dar toques ou fazer sinais, previstos nos regulamentos, sem ordem de autoridade competente (L);

**69** - conversar ou fazer ruídos em ocasiões ou lugares impróprios (L);

**70** - deixar de comunicar a alteração de dados de qualificação pessoal ou mudança de endereço residencial (L);

**71** - apresentar comunicação disciplinar ou representação sem fundamento ou interpor recurso disciplinar sem observar as prescrições regulamentares (M);

**72** - dificultar ao subordinado o oferecimento de representação ou o exercício do direito de petição (M);

**73** - passar a ausente (G);

**74** - abandonar serviço para o qual tenha sido designado ou recusar-se a executá-lo na forma determinada (G);

**75** - faltar ao expediente ou ao serviço para o qual esteja nominalmente escalado (G);

**76** - faltar a qualquer ato em que deva tomar parte ou assistir, ou ainda, retirar-se antes de seu encerramento sem a devida autorização (M);

**77** - afastar-se, quando em atividade policial-militar com veículo automotor, aeronave, embarcação ou a pé, da área em que deveria permanecer ou não cumprir roteiro de patrulhamento predeterminado (G);

**78** - afastar-se de qualquer lugar em que deva estar por força de dispositivo ou ordem legal (M);

**79** - chegar atrasado ao expediente, ao serviço para o qual esteja nominalmente escalado ou a qualquer ato em que deva tomar parte ou assistir (L);

**80** - deixar de comunicar a tempo, à autoridade competente, a impossibilidade de comparecer à Organização Policial Militar (OPM) ou a qualquer ato ou serviço de que deva participar ou a que deva assistir (L);

**81** - permutar serviço sem permissão da autoridade competente (M);

**82** - simular doença para esquivar-se ao cumprimento do dever (M);

**83** - deixar de se apresentar às autoridades competentes nos casos de movimentação ou quando designado para comissão ou serviço extraordinário (M);

**84** - não se apresentar ao seu superior imediato ao término de qualquer afastamento do serviço ou, ainda, logo que souber que o mesmo tenha sido interrompido ou suspenso (M);

**85** - dormir em serviço de policiamento, vigilância ou segurança de pessoas ou instalações (G);

**86** - dormir em serviço, salvo quando autorizado (M);

**87** - permanecer, alojado ou não, deitado em horário de expediente no interior da OPM, sem autorização de quem de direito (L);

**88** - fazer uso, estar sob ação ou induzir outrem ao uso de substância proibida, entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, ou introduzi-las em local sob administração policial-militar (G);

**89** - embriagar-se quando em serviço ou apresentar-se embriagado para prestá-lo (G);

**90** - ingerir bebida alcoólica quando em serviço ou apresentar-se alcoolizado para prestá-lo (M);

**91** - introduzir bebidas alcoólicas em local sob administração policial-militar, salvo se devidamente autorizado (M);

**92** - fumar em local não permitido (L);

**93** - tomar parte em jogos proibidos ou jogar a dinheiro os permitidos, em local sob administração policial-militar, ou em qualquer outro, quando uniformizado (L);

**94** - portar ou possuir arma em desacordo com as normas vigentes (G);

**95** - andar ostensivamente armado, em trajes civis, não se achando de serviço (G);

**96** - disparar arma por imprudência, negligência, imperícia, ou desnecessariamente (G);

**97** - não obedecer às regras básicas de segurança ou não ter cautela na guarda de arma própria ou sob sua responsabilidade (G);

**98** - ter em seu poder, introduzir, ou distribuir em local sob administração policial-militar, substância ou material inflamável ou explosivo sem permissão da autoridade competente (M);

**99** - dirigir viatura policial com imprudência, imperícia, negligência, ou sem habilitação legal (G);

**100** - desrespeitar regras de trânsito, de tráfego aéreo ou de navegação marítima, lacustre ou fluvial (M);

**101** - autorizar, promover ou executar manobras perigosas com viaturas, aeronaves, embarcações ou animais (M);

**102** - conduzir veículo, pilotar aeronave ou embarcação oficial, sem autorização do órgão competente da Polícia Militar, mesmo estando habilitado (L);

**103** - transportar na viatura, aeronave ou embarcação que esteja sob seu comando ou responsabilidade, pessoal ou material, sem autorização da autoridade competente (L);

**104** - andar a cavalo, a trote ou galope, sem necessidade, pelas ruas da cidade ou castigar inutilmente a montada (L);

**105** - não ter o devido zelo, danificar, extraviar ou inutilizar, por ação ou omissão, bens ou animais pertencentes ao patrimônio público ou particular, que estejam ou não sob sua responsabilidade (M);

**106** - negar-se a utilizar ou a receber do Estado fardamento, armamento, equipamento ou bens que lhe sejam destinados ou devam ficar em seu poder ou sob sua responsabilidade (M);

**107** - retirar ou tentar retirar de local sob administração policial-militar material, viatura, aeronave, embarcação ou animal, ou mesmo deles servir-se, sem ordem do responsável ou proprietário (G);

**108** - entrar, sair ou tentar fazê-lo, de OPM, com tropa, sem prévio conhecimento da autoridade competente, salvo para fins de instrução autorizada pelo comando (G);

**109** - deixar o responsável pela segurança da OPM de cumprir as prescrições regulamentares com respeito a entrada, saída e permanência de pessoa estranha (M);

**110** - permitir que pessoa não autorizada adentre prédio ou local interdito (M);

**111** - deixar, ao entrar ou sair de OPM onde não sirva, de dar ciência da sua presença ao Oficial-de-Dia ou de serviço e, em seguida, se oficial, de procurar o comandante ou o oficial de posto mais elevado ou seu substituto legal para expor a razão de sua presença, salvo as exceções regulamentares previstas (M);

**112** - adentrar, sem permissão ou ordem, aposentos destinados a superior ou onde este se encontre, bem como qualquer outro lugar cuja entrada lhe seja vedada (M);

**113** - abrir ou tentar abrir qualquer dependência da OPM, desde que não seja a autoridade competente ou sem sua ordem, salvo em situações de emergência (M);

**114** - permanecer em dependência de outra OPM ou local de serviço sem consentimento ou ordem da autoridade competente (M);

**115** - permanecer em dependência da própria OPM ou local de serviço, desde que a ele estranho, sem consentimento ou ordem da autoridade competente (L);

**116** - entrar ou sair, de qualquer OPM, por lugares que não sejam para isso designados (L);

**117** - deixar de exibir a superior hierárquico, quando por ele solicitado, objeto ou volume, ao entrar ou sair de qualquer OPM (M);

**118** - ter em seu poder, introduzir ou distribuir, em local sob administração policial-militar, publicações, estampas ou jornais que atemem contra a disciplina, a moral ou as instituições (L);

**119** - apresentar-se, em qualquer situação, mal uniformizado, com o uniforme alterado ou diferente do previsto, contrariando o Regulamento de Uniformes da Polícia Militar ou norma a respeito (M);

**120** - usar no uniforme, insígnia, medalha, condecoração ou distintivo, não regulamentares ou de forma indevida (M);

**121** - usar vestuário incompatível com a função ou descuidar do asseio próprio ou prejudicar o de outrem (L);

**122** - estar em desacordo com as normas regulamentares de apresentação pessoal (L);

**123** - recusar ou devolver insígnia, salvo quando a regulamentação o permitir (L);

**124** - comparecer, uniformizado, a manifestações ou reuniões de caráter político-partidário, salvo por motivo de serviço (M);

**125** - frequentar ou fazer parte de sindicatos, associações profissionais com caráter de sindicato, ou de associações cujos estatutos não estejam de conformidade com a lei (G);





**126** - autorizar, promover ou participar de petições ou manifestações de caráter reivindicatório, de cunho político-partidário, religioso, de crítica ou de apoio a ato de superior, para tratar de assuntos de natureza policial-militar, ressalvados os de natureza técnica ou científica havidos em razão do exercício da função policial (M);

**127** - aceitar qualquer manifestação coletiva de subordinados, com exceção das demonstrações de boa e sã camaradagem e com prévio conhecimento do homenageado (L);

**128** - discutir ou provocar discussão, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos, militares ou policiais, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica, quando devidamente autorizado (L);

**129** - frequentar lugares incompatíveis com o decoro social ou policial-militar, salvo por motivo de serviço (M);

**130** - recorrer a outros órgãos, pessoas ou instituições, exceto ao Poder Judiciário, para resolver assunto de interesse pessoal relacionados com a Polícia Militar (M);

**131** - assumir compromisso em nome da Polícia Militar, ou representá-la em qualquer ato, sem estar devidamente autorizado (M);

**132** - deixar de cumprir ou fazer cumprir as normas legais ou regulamentares, na esfera de suas atribuições (M).

## CAPÍTULO V

### Das Sanções Administrativas Disciplinares

#### SEÇÃO I

##### Disposições Gerais

**Artigo 14** - As sanções disciplinares aplicáveis aos militares do Estado, independentemente do posto, graduação ou função que ocupem, são:

**I** - advertência;

**II** - repreensão;

**III** - permanência disciplinar;

**IV** - detenção;

**V** - reforma administrativa disciplinar;

**VI** - demissão;

**VII** - expulsão;

**VIII** - proibição do uso do uniforme.

**Parágrafo único** - Todo fato que constituir transgressão deverá ser levado ao conhecimento da autoridade competente para as providências disciplinares.

#### SEÇÃO II

##### Da Advertência

**Artigo 15** - A advertência, forma mais branda de sanção, é aplicada verbalmente ao transgressor, podendo ser feita particular ou ostensivamente, sem constar de publicação ou dos assentamentos individuais.

**Parágrafo único** - A sanção de que trata o “caput” aplica-se exclusivamente às faltas de natureza leve.

#### SEÇÃO III

##### Da Repreensão

**Artigo 16** - A repreensão é a sanção feita por escrito ao transgressor, publicada de forma reservada ou ostensiva, devendo sempre ser averbada nos assentamentos individuais.

**Parágrafo único** - A sanção de que trata o “caput” aplica-se às faltas de natureza leve e média.

#### SEÇÃO IV

##### Da Permanência Disciplinar

**Artigo 17** - A permanência disciplinar é a sanção em que o transgressor ficará na OPM, sem estar circunscrito a determinado compartimento.

**Parágrafo único** - O militar do Estado nesta situação comparecerá a todos os atos de instrução e serviço, internos e externos.

**Artigo 18** - A pedido do transgressor, o cumprimento da sanção de permanência disciplinar poderá, a juízo devidamente motivado, da autoridade que aplicou a punição, ser convertido em prestação de serviço extraordinário, desde que não implique prejuízo para a manutenção da hierarquia e da disciplina.

**§ 1º** - Na hipótese da conversão, a classificação do comportamento do militar do Estado será feita com base na sanção de permanência disciplinar.

**§ 2º** - Considerar-se-á 1 (um) dia de prestação de serviço extraordinário equivalente ao cumprimento de 1 (um) dia de permanência.

**§ 3º** - O prazo para o encaminhamento do pedido de conversão será de 3 (três) dias, contados da data da publicação da sanção de permanência.

**§ 4º** - O pedido de conversão elide o pedido de reconsideração de ato.

**Artigo 19** - A prestação do serviço extraordinário, nos termos do “caput” do artigo anterior, consiste na realização de atividades, internas ou externas, por período nunca inferior a 6 (seis) ou superior a 8 (oito) horas, nos dias em que o militar do Estado estaria de folga.

**§ 1º** - O limite máximo de conversão da permanência disciplinar em serviço extraordinário é de 5 (cinco) dias.

**§ 2º** - O militar do Estado, punido com período superior a 5 (cinco) dias de permanência disciplinar, somente poderá pleitear a conversão até o limite previsto no parágrafo anterior, a qual, se concedida, será sempre cumprida na fase final do período de punição.

**§ 3º** - A prestação do serviço extraordinário não poderá ser executada imediatamente após o término de um serviço ordinário.

#### SEÇÃO V

##### Da Detenção

**Artigo 20** - A detenção consiste na retenção do militar do Estado no âmbito de sua OPM, sem participar de qualquer serviço, instrução ou atividade.

**§ 1º** - Nos dias em que o militar do Estado permanecer detido perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do posto ou graduação, tempo esse não computado para efeito algum, nos termos da legislação vigente.

**§ 2º** - A detenção somente poderá ser aplicada quando da reincidência no cometimento de transgressão disciplinar de natureza grave.

**Artigo 21** - A detenção será aplicada pelo Secretário da Segurança Pública, pelo Comandante Geral e pelos demais oficiais ocupantes de funções próprias do posto de coronel.

**§ 1º** - A autoridade que entender necessária a aplicação desta sanção disciplinar providenciará para que a documentação alusiva à respectiva transgressão seja remetida à autoridade competente.

**§ 2º** - Ao Governador do Estado compete conhecer desta sanção disciplinar em grau de recurso, quando tiver sido aplicada pelo Secretário da Segurança Pública.

**SEÇÃO VI**

**Da Reforma Administrativa Disciplinar**

**Artigo 22** - A reforma administrativa disciplinar poderá ser aplicada, mediante processo regular:

**I** - ao oficial julgado incompatível ou indigno profissionalmente para com o oficialato, após sentença passada em julgado no tribunal competente, ressalvado o caso de demissão;

**II** - à praça que se tornar incompatível com a função policial-militar, ou nociva à disciplina, e tenha sido julgada passível de reforma.

**Parágrafo único** - O militar do Estado que sofrer reforma administrativa disciplinar receberá remuneração proporcional ao tempo de serviço policial-militar.

**SEÇÃO VII**

**Da Demissão**

**Artigo 23** - A demissão será aplicada ao militar do Estado na seguinte forma:

**I** - ao oficial quando:

**a)** for condenado a pena restritiva de liberdade superior a 2 (dois) anos, por sentença passada em julgado;

**b)** for condenado a pena de perda da função pública, por sentença passada em julgado;

**c)** for considerado moral ou profissionalmente inidôneo para a promoção ou revelar incompatibilidade para o exercício da função policial-militar, por sentença passada em julgado no tribunal competente;

**II** - à praça quando:

**a)** for condenada, por sentença passada em julgado, a pena restritiva de liberdade por tempo superior a 2 (dois) anos;

**b)** for condenada, por sentença passada em julgado, a pena de perda da função pública;

**c)** praticar ato ou atos que revelem incompatibilidade com a função policial-militar, comprovado mediante processo regular;

**d)** cometer transgressão disciplinar grave, estando há mais de 2 (dois) anos consecutivos ou 4 (quatro) anos alternados no mau comportamento, apurado mediante processo regular;

**e)** houver cumprido a pena consequente do crime de deserção;

**f)** considerada desertora e capturada ou apresentada, tendo sido submetida a exame de saúde, for julgada incapaz definitivamente para o serviço policial-militar.

**Parágrafo único** - O oficial demitido perderá o posto e a patente, e a praça, a graduação.

**SEÇÃO VIII**

**Da Expulsão**

**Artigo 24** - A expulsão será aplicada, mediante processo regular, à praça que atentar contra a segurança das instituições nacionais ou praticar atos desonrosos ou ofensivos ao decoro profissional.

**SEÇÃO IX**

**Da Proibição do Uso de Uniformes**

**Artigo 25** - A proibição do uso de uniformes policiais-militares será aplicada, nos termos deste Regulamento, temporariamente, ao inativo que atentar contra o decoro ou a dignidade policial-militar, até o limite de 1 (um) ano.

**CAPÍTULO VI**

**Do Recolhimento Disciplinar**

**Artigo 26** - O recolhimento de qualquer transgressor à prisão, sem nota de punição publicada em boletim, poderá ocorrer quando:

**I** - houver indício de autoria de infração penal e for necessário ao bom andamento das investigações para sua apuração;

**II** - for necessário para a preservação da ordem e da disciplina policial-militar, especialmente se o militar do Estado mostrar-se agressivo, embriagado ou sob ação de substância entorpecente.

**§ 1º** - São autoridades competentes para determinar o recolhimento disciplinar aquelas elencadas no artigo 31 deste Regulamento.

**§ 2º** - A condução do militar do Estado à autoridade competente para determinar o recolhimento somente poderá ser efetuada por superior hierárquico.

**§ 3º** - As decisões de aplicação do recolhimento disciplinar serão sempre fundamentadas e comunicadas ao Juiz Corregedor da polícia judiciária militar.

**§ 4º** - O militar do Estado preso nos termos deste artigo poderá permanecer nessa situação pelo prazo máximo de 5 (cinco) dias.

**CAPÍTULO VII**

**Do Procedimento Disciplinar**

**SEÇÃO I**

**Da Comunicação Disciplinar**

**Artigo 27** - A comunicação disciplinar dirigida à autoridade policial-militar competente destina-se a relatar uma transgressão disciplinar cometida por subordinado hierárquico.

**Artigo 28** - A comunicação disciplinar deve ser clara, concisa e precisa, contendo os dados capazes de identificar as pessoas ou coisas envolvidas, o local, a data e a hora do fato, além de caracterizar as circunstâncias que o envolveram, bem como as alegações do faltoso, quando presente e ao ser interpelado pelo signatário das razões da transgressão, sem tecer comentários ou opiniões pessoais.

**§ 1º** - A comunicação disciplinar deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias, contados da constatação ou conhecimento do fato, ressalvadas as disposições relativas ao recolhimento disciplinar, que deverá ser feita imediatamente.

**§ 2º** - A comunicação disciplinar deve ser a expressão da verdade, cabendo à autoridade competente encaminhá-la ao acusado para que, por escrito, manifeste-se preliminarmente sobre os fatos, no prazo de 3 (três) dias.

**§ 3º** - Conhecendo a manifestação preliminar e considerando praticada a transgressão, a autoridade competente elaborará termo acusatório motivado, com as razões de fato e de direito, para que o militar do Estado possa exercitar, por escrito, o seu direito a ampla defesa e ao contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias.

**§ 4º** - Estando a autoridade convencida do cometimento da transgressão, providenciará o enquadramento disciplinar, mediante nota de culpa ou, se determinar outra solução, deverá fundamentá-la por despacho nos autos.

**§ 5º** - Poderá ser dispensada a manifestação preliminar quando a autoridade competente tiver elementos de convicção suficientes para a elaboração do termo acusatório, devendo esta circunstância constar do respectivo termo.



**Artigo 29** - A solução do procedimento disciplinar é da inteira responsabilidade da autoridade competente, que deverá aplicar sanção ou justificar o fato, de acordo com este Regulamento.

§ 1º - A solução será dada no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da defesa do acusado, prorrogável no máximo por mais 15 (quinze) dias, mediante declaração de motivos no próprio enquadramento.

§ 2º - No caso de afastamento regulamentar do transgressor, os prazos supracitados serão interrompidos, reiniciada a contagem a partir da sua reapresentação.

§ 3º - Em qualquer circunstância, o signatário da comunicação deverá ser notificado da respectiva solução, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da data da comunicação.

§ 4º - No caso de não cumprimento do prazo do parágrafo anterior, poderá o signatário da comunicação solicitar, obedecida a via hierárquica, providências a respeito da solução.

## **SEÇÃO II** **Da Representação**

**Artigo 30** - Representação é toda comunicação que se referir a ato praticado ou aprovado por superior hierárquico ou funcional, que se repute irregular, ofensivo, injusto ou ilegal.

§ 1º - A representação será dirigida à autoridade funcional imediatamente superior àquela contra a qual é atribuída a prática do ato irregular, ofensivo, injusto ou ilegal.

§ 2º - A representação contra ato disciplinar será feita somente após solucionados os recursos disciplinares previstos neste Regulamento e desde que a matéria recorrida verse sobre a legalidade do ato praticado.

§ 3º - A representação nos termos do parágrafo anterior será exercida no prazo estabelecido no § 1º, do artigo 62.

§ 4º - O prazo para o encaminhamento de representação será de 5 (cinco) dias contados da data do conhecimento do ato ou fato que a motivar.

## **CAPÍTULO VIII** **Da Competência, do Julgamento, da Aplicação e do Cumprimento das Sanções Disciplinares** **SEÇÃO I** **Da Competência**

**Artigo 31** - A competência disciplinar é inerente ao cargo, função ou posto, sendo autoridades competentes para aplicar sanção disciplinar:

**I** - o Governador do Estado: a todos os militares do Estado sujeitos a este Regulamento;

**II** - o Secretário da Segurança Pública e o Comandante Geral: a todos os militares do Estado sujeitos a este Regulamento, exceto ao Chefe da Casa Militar;

**III** - o Subcomandante da Polícia Militar: a todos os integrantes de seu comando e das unidades subordinadas e às praças inativas;

**IV** - os oficiais da ativa da Polícia Militar do posto de coronel a capitão: aos militares do Estado que estiverem sob seu comando ou integrantes das OPM subordinadas.

§ 1º - Ao Secretário da Segurança Pública e ao Comandante Geral da Polícia Militar compete conhecer das sanções disciplinares aplicadas aos inativos, em grau de recurso, respectivamente, se oficial ou praça.

§ 2º - Aos oficiais, quando no exercício interino das funções de posto igual ou superior ao de capitão, ficará atribuída a competência prevista no inciso IV deste artigo.

## **SEÇÃO II** **Dos Limites de Competência das Autoridades**

**Artigo 32** - O Governador do Estado é competente para aplicar todas as sanções disciplinares previstas neste Regulamento, cabendo às demais autoridades as seguintes competências:

**I** - ao Secretário da Segurança Pública e ao Comandante Geral: todas as sanções disciplinares exceto a demissão de oficiais;

**II** - ao Subcomandante da Polícia Militar: as sanções disciplinares de advertência, repreensão, permanência disciplinar, detenção e proibição do uso de uniformes de até os limites máximos previstos;

**III** - aos oficiais do posto de coronel: as sanções disciplinares de advertência, repreensão, permanência disciplinar de até 20 (vinte) dias e detenção de até 15 (quinze) dias;

**IV** - aos oficiais do posto de tenente-coronel: as sanções disciplinares de advertência, repreensão e permanência disciplinar de até 20 (vinte) dias;

**V** - aos oficiais do posto de major: as sanções disciplinares de advertência, repreensão e permanência disciplinar de até 15 (quinze) dias;

**VI** - aos oficiais do posto de capitão: as sanções disciplinares de advertência, repreensão e permanência disciplinar de até 10 (dez) dias.

## **SEÇÃO III** **Do Julgamento**

**Artigo 33** - Na aplicação das sanções disciplinares serão sempre considerados a natureza, a gravidade, os motivos determinantes, os danos causados, a personalidade e os antecedentes do agente, a intensidade do dolo ou o grau da culpa.

**Artigo 34** - Não haverá aplicação de sanção disciplinar quando for reconhecida qualquer das seguintes causas de justificação:

**I** - motivo de força maior ou caso fortuito, plenamente comprovados;

**II** - benefício do serviço, da preservação da ordem pública ou do interesse público;

**III** - legítima defesa própria ou de outrem;

**IV** - obediência a ordem superior, desde que a ordem recebida não seja manifestamente ilegal;

**V** - uso de força para compelir o subordinado a cumprir rigorosamente o seu dever, no caso de perigo, necessidade urgente, calamidade pública ou manutenção da ordem e da disciplina.

**Artigo 35** - São circunstâncias atenuantes:

**I** - estar, no mínimo, no bom comportamento;

**II** - ter prestado serviços relevantes;

**III** - ter admitido a transgressão de autoria ignorada ou, se conhecida, imputada a outrem;

**IV** - ter praticado a falta para evitar mal maior;

**V** - ter praticado a falta em defesa de seus próprios direitos ou dos de outrem;

**VI** - ter praticado a falta por motivo de relevante valor social;

**VII** - não possuir prática no serviço;

**VIII** - colaborar na apuração da transgressão disciplinar.

**Artigo 36** - São circunstâncias agravantes:

- I** - mau comportamento;
- II** - prática simultânea ou conexão de duas ou mais transgressões;
- III** - reincidência específica;
- IV** - conluio de duas ou mais pessoas;
- V** - ter sido a falta praticada durante a execução do serviço;
- VI** - ter sido a falta praticada em presença de subordinado, de tropa ou de civil;
- VII** - ter sido a falta praticada com abuso de autoridade hierárquica ou funcional.

**§ 1º** - Não se aplica a circunstância agravante prevista no inciso V quando, pela sua natureza, a transgressão seja inerente à execução do serviço.

**§ 2º** - Considera-se reincidência específica o enquadramento da falta praticada num mesmo item dos previstos no artigo 13 ou no item II do § 1º do artigo 12.

## **SEÇÃO IV** **Da Aplicação**

**Artigo 37** - A aplicação da sanção disciplinar abrange a análise do fato, nos termos do artigo 33 deste Regulamento, a análise das circunstâncias que determinaram a transgressão, o enquadramento e a decorrente publicação.

**Artigo 38** - O enquadramento disciplinar é a descrição da transgressão cometida, dele devendo constar, resumidamente, o seguinte:

- I** - indicação da ação ou omissão que originou a transgressão;
- II** - tipificação da transgressão disciplinar;
- III** - discriminação, em incisos e artigos, das causas de justificação ou das circunstâncias atenuantes e ou agravantes;
- IV** - decisão da autoridade impondo, ou não, a sanção;
- V** - classificação do comportamento policial-militar em que o punido permaneça ou ingresse;
- VI** - alegações de defesa do transgressor;
- VII** - observações, tais como:
  - a) data do início do cumprimento da sanção disciplinar;
  - b) local do cumprimento da sanção, se for o caso;
  - c) determinação para posterior cumprimento, se o transgressor estiver baixado, afastado do serviço ou à disposição de outra autoridade;
  - d) outros dados que a autoridade competente julgar necessários;
- VIII** - assinatura da autoridade.

**Artigo 39** - A publicação é a divulgação oficial do ato administrativo referente à aplicação da sanção disciplinar ou à sua justificação, e dá início a seus efeitos.

**Parágrafo único** - A advertência não deverá constar de publicação em boletim, figurando, entretanto, no registro de informações de punições para os oficiais, ou na nota de corretivo das praças.

**Artigo 40** - As sanções de oficiais, aspirantes-a-oficial, alunos-oficiais, subtenentes e sargentos serão publicadas somente para conhecimento dos integrantes dos seus respectivos círculos e superiores hierárquicos, podendo ser dadas ao conhecimento geral se as circunstâncias ou a natureza da transgressão e o bem da disciplina assim o recomendarem.

**Artigo 41** - Na aplicação das sanções disciplinares previstas neste Regulamento, serão rigorosamente observados os seguintes limites:

- I** - quando as circunstâncias atenuantes preponderarem, a sanção não será aplicada em seu limite máximo;
- II** - quando as circunstâncias agravantes preponderarem, poderá ser aplicada a sanção até o seu limite máximo;
- III** - pela mesma transgressão não será aplicada mais de uma sanção disciplinar.

**Artigo 42** - A sanção disciplinar será proporcional à gravidade e natureza da infração, observados os seguintes limites:

- I** - as faltas leves são puníveis com advertência ou repreensão e, na reincidência específica, com permanência disciplinar de até 5 (cinco) dias;
- II** - as faltas médias são puníveis com permanência disciplinar de até 8 (oito) dias e, na reincidência específica, com permanência disciplinar de até 15 (quinze) dias;
- III** - as faltas graves são puníveis com permanência de até 10 (dez) dias ou detenção de até 8 (oito) dias e, na reincidência específica, com permanência de até 20 (vinte) dias ou detenção de até 15 (quinze) dias, desde que não caiba demissão ou expulsão.

**Artigo 43** - O início do cumprimento da sanção disciplinar dependerá de aprovação do ato pelo Comandante da Unidade ou pela autoridade funcional imediatamente superior, quando a sanção for por ele aplicada, e prévia publicação em boletim, salvo a necessidade de recolhimento disciplinar previsto neste Regulamento.

**Artigo 44** - A sanção disciplinar não exime o punido da responsabilidade civil e criminal emanadas do mesmo fato.

**Parágrafo único** - A instauração de inquérito ou ação criminal não impede a imposição, na esfera administrativa, de sanção pela prática de transgressão disciplinar sobre o mesmo fato.

**Artigo 45** - Na ocorrência de mais de uma transgressão, sem conexão entre elas, serão impostas as sanções correspondentes isoladamente; em caso contrário, quando forem praticadas de forma conexa, as de menor gravidade serão consideradas como circunstâncias agravantes da transgressão principal.

**Artigo 46** - Na ocorrência de transgressão disciplinar envolvendo militares do Estado de mais de uma Unidade, caberá ao comandante do policiamento da área territorial onde ocorreu o fato apurar ou determinar a apuração e, ao final, se necessário, remeter os autos à autoridade funcional superior comum aos envolvidos.

**Artigo 47** - Quando duas autoridades de níveis hierárquicos diferentes, ambas com ação disciplinar sobre o transgressor, conhecerem da transgressão disciplinar, competirá à de maior hierarquia apurá-la ou determinar que a menos graduada o faça.

**Parágrafo único** - Quando a apuração ficar sob a incumbência da autoridade menos graduada, a punição resultante será aplicada após a aprovação da autoridade superior, se esta assim determinar.

**Artigo 48** - A expulsão será aplicada, em regra, quando a praça policial-militar, independentemente da graduação ou função que ocupe, for condenado judicialmente por crime que também constitua infração disciplinar grave e que denote incapacidade moral para a continuidade do exercício de suas funções.

## SEÇÃO V

### Do Cumprimento e da Contagem de Tempo

**Artigo 49** - A autoridade que tiver de aplicar sanção a subordinado que esteja a serviço ou à disposição de outra autoridade requisitará a apresentação do transgressor.

**Parágrafo único** - Quando o local determinado para o cumprimento da sanção não for a respectiva OPM, a autoridade indicará o local designado para a apresentação do punido.

**Artigo 50** - Nenhum militar do Estado será interrogado ou sujeitado a aplicação de sanção se estiver em estado de embriaguez, ou sob a influência de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, devendo, se necessário, ser, desde logo, recolhido disciplinarmente.

**Artigo 51** - O cumprimento da sanção disciplinar, por militar do Estado afastado do serviço, deverá ocorrer após a sua apresentação na OPM, pronto para o serviço policial-militar, salvo nos casos de interesse da preservação da ordem e da disciplina.

**Parágrafo único** - A interrupção de afastamento regulamentar, para cumprimento de sanção disciplinar, somente ocorrerá quando determinada pelo Governador do Estado, Secretário da Segurança Pública ou pelo Comandante Geral.

**Artigo 52** - O início do cumprimento da sanção disciplinar deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a ciência, pelo punido, da sua publicação.

**§ 1º** - A contagem do tempo de cumprimento da sanção começa no momento em que o militar do Estado iniciá-lo, computando-se cada dia como período de 24 (vinte e quatro) horas.

**§ 2º** - Não será computado, como cumprimento de sanção disciplinar, o tempo em que o militar do Estado passar em gozo de afastamentos regulamentares, interrompendo-se a contagem a partir do momento de seu afastamento até o seu retorno.

**§ 3º** - O afastamento do militar do Estado do local de cumprimento da sanção e o seu retorno a esse local, após o afastamento regularmente previsto no § 2º, deverão ser objeto de publicação.

## CAPÍTULO IX

### Do Comportamento

**Artigo 53** - O comportamento da praça policial-militar demonstra o seu procedimento na vida profissional e particular, sob o ponto de vista disciplinar.

**Artigo 54** - Para fins disciplinares e para outros efeitos, o comportamento policial-militar classifica-se em:

**I** - excelente - quando, no período de 10 (dez) anos, não lhe tenha sido aplicada qualquer sanção disciplinar;

**II** - ótimo - quando, no período de 5 (cinco) anos, lhe tenham sido aplicadas até 2 repreensões;

**III** - bom - quando, no período de 2 (dois) anos, lhe tenham sido aplicadas até 2 (duas) permanências disciplinares;

**IV** - regular - quando, no período de 1 (um) ano, lhe tenham sido aplicadas até 2 (duas) permanências disciplinares ou 1 (uma) detenção;

**V** - mau - quando, no período de 1 (um) ano, lhe tenham sido aplicadas mais de 2 (duas) permanências disciplinares ou mais de 1 (uma) detenção.

**§ 1º** - A contagem de tempo para melhora do comportamento se fará automaticamente, de acordo com os prazos estabelecidos neste artigo.

**§ 2º** - Bastará uma única sanção disciplinar acima dos limites estabelecidos neste artigo para alterar a categoria do comportamento.

**§ 3º** - Para a classificação do comportamento fica estabelecido que duas repreensões equivalerão a uma permanência disciplinar.

**§ 4º** - Para efeito de classificação, reclassificação ou melhoria do comportamento, ter-se-ão como base as datas em que as sanções foram publicadas.

**Artigo 55** - Ao ser admitida na Polícia Militar, a praça policial-militar será classificada no comportamento "bom".

## CAPÍTULO X

### Dos Recursos Disciplinares

**Artigo 56** - O militar do Estado, que considere a si próprio, a subordinado seu ou a serviço sob sua responsabilidade prejudicado, ofendido ou injustiçado por ato de superior hierárquico, poderá interpor recursos disciplinares.

**Parágrafo único** - São recursos disciplinares:

1 - pedido de reconsideração de ato;

2 - recurso hierárquico.

**Artigo 57** - O pedido de reconsideração de ato é recurso interposto, mediante parte ou ofício, à autoridade que praticou, ou aprovou, o ato disciplinar que se reputa irregular, ofensivo, injusto ou ilegal, para que o reexamine.

**§ 1º** - O pedido de reconsideração de ato deve ser encaminhado, diretamente, à autoridade recorrida e por uma única vez.

**§ 2º** - O pedido de reconsideração de ato, que tem efeito suspensivo, deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data em que o militar do Estado tomar ciência do ato que o motivou.

**§ 3º** - A autoridade a quem for dirigido o pedido de reconsideração de ato deverá, saneando se possível o ato praticado, dar solução ao recurso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento do documento, dando conhecimento ao interessado, mediante despacho fundamentado que deverá ser publicado.

**§ 4º** - O subordinado que não tiver oficialmente conhecimento da solução do pedido de reconsideração, após 30 (trinta) dias contados da data de sua solicitação, poderá interpor recurso hierárquico no prazo previsto no item 1 do § 3º, do artigo 58.

**§ 5º** - O pedido de reconsideração de ato deve ser redigido de forma respeitosa, precisando o objetivo e as razões que o fundamentam, sem comentários ou insinuações, podendo ser acompanhado de documentos comprobatórios.

**§ 6º** - Não será conhecido o pedido de reconsideração intempestivo, procrastinador ou que não apresente fatos novos que modifiquem a decisão anteriormente tomada, devendo este ato ser publicado, obedecido o prazo do § 3º deste artigo.

**Artigo 58** - O recurso hierárquico, interposto por uma única vez, terá efeito suspensivo e será redigido sob a forma de parte ou ofício e endereçado diretamente à autoridade imediatamente superior àquela que não reconsiderou o ato tido por irregular, ofensivo, injusto ou ilegal.

§ 1º - A interposição do recurso de que trata este artigo, a qual deverá ser precedida de pedido de reconsideração do ato, somente poderá ocorrer depois de conhecido o resultado deste pelo requerente, exceto na hipótese prevista pelo § 4º do artigo anterior.

§ 2º - A autoridade que receber o recurso hierárquico deverá comunicar tal fato, por escrito, àquela contra a qual está sendo interposto.

§ 3º - Os prazos referentes ao recurso hierárquico são:

1 - para interposição: 5 (cinco) dias, a contar do conhecimento da solução do pedido de reconsideração pelo interessado ou do vencimento do prazo do § 4º do artigo anterior;

2 - para comunicação: 3 (três) dias, a contar do protocolo da OPM da autoridade destinatária;

3 - para solução: 10 (dez) dias, a contar do recebimento da interposição do recurso no protocolo da OPM da autoridade destinatária.

§ 4º - O recurso hierárquico, em termos respeitosos, precisará o objeto que o fundamenta de modo a esclarecer o ato ou fato, podendo ser acompanhado de documentos comprobatórios.

§ 5º - O recurso hierárquico não poderá tratar de assunto estranho ao ato ou fato que o tenha motivado, nem versar sobre matéria impertinente ou fútil.

§ 6º - Não será conhecido o recurso hierárquico intempestivo, procrastinador ou que não apresente fatos novos que modifiquem a decisão anteriormente tomada, devendo ser cientificado o interessado, e publicado o ato em boletim, no prazo de 10 (dez) dias.

**Artigo 59** - Solucionado o recurso hierárquico, encerra-se para o recorrente a possibilidade administrativa de revisão do ato disciplinar sofrido, exceto nos casos de representação previstos nos §§ 3º e 4º do artigo 30.

**Artigo 60** - Solucionados os recursos disciplinares e havendo sanção disciplinar a ser cumprida, o militar do Estado iniciará o seu cumprimento dentro do prazo de 3 (três) dias:

I - desde que não interposto recurso hierárquico, no caso de solução do pedido de reconsideração;

II - após solucionado o recurso hierárquico.

**Artigo 61** - Os prazos para a interposição dos recursos de que trata este Regulamento são decadenciais.

## CAPÍTULO XI

### Da Revisão dos Atos Disciplinares

**Artigo 62** - As autoridades competentes para aplicar sanção disciplinar, exceto as ocupantes do posto de major e capitão, quando tiverem conhecimento, por via recursal ou de ofício, da possível existência de irregularidade ou ilegalidade na aplicação da sanção imposta por elas ou pelas autoridades subordinadas, podem praticar um dos seguintes atos:

I - retificação;

II - atenuação;

III - agravação;

IV - anulação.

§ 1º - A anulação de sanção administrativa disciplinar somente poderá ser feita no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data da publicação do ato que se pretende invalidar.

§ 2º - Os atos previstos neste artigo deverão ser motivados e publicados.

**Artigo 63** - A retificação consiste na correção de irregularidade formal sanável, contida na sanção disciplinar aplicada pela própria autoridade ou por autoridade subordinada.

**Artigo 64** - Atenuação é a redução da sanção proposta ou aplicada, para outra menos rigorosa ou, ainda, a redução do número de dias da sanção, nos limites do artigo 42, se assim o exigir o interesse da disciplina e a ação educativa sobre o militar do Estado.

**Artigo 65** - Agravação é a ampliação do número dos dias propostos para uma sanção disciplinar ou a aplicação de sanção mais rigorosa, nos limites do artigo 42, se assim o exigir o interesse da disciplina e a ação educativa sobre o militar do Estado.

**Parágrafo único** - Não caberá agravamento da sanção em razão da interposição de recurso disciplinar.

**Artigo 66** - Anulação é a declaração de invalidade da sanção disciplinar aplicada pela própria autoridade ou por autoridade subordinada, quando, na apreciação do recurso, verificar a ocorrência de ilegalidade, devendo retroagir à data do ato.

## CAPÍTULO XII

### Das Recompensas Policiais-Militares

**Artigo 67** - As recompensas policiais-militares constituem reconhecimento dos bons serviços prestados pelo militar do Estado e consubstanciam-se em prêmios concedidos por atos meritórios e serviços relevantes.

**Artigo 68** - São recompensas policiais-militares:

I - elogio;

II - cancelamento de sanções.

**Parágrafo único** - O elogio individual, ato administrativo que coloca em relevo as qualidades morais e profissionais do militar, poderá ser formulado independentemente da classificação de seu comportamento e será registrado nos assentamentos.

**Artigo 69** - A dispensa do serviço não é uma recompensa policial-militar e somente poderá ser concedida quando houver, a juízo do Comandante da Unidade, motivo de força maior.

**Parágrafo único** - A concessão de dispensas do serviço, observado o disposto neste artigo, fica limitada ao máximo de 6 (seis) dias por ano, sendo sempre publicada em boletim.

**Artigo 70** - O cancelamento de sanções disciplinares consiste na retirada dos registros realizados nos assentamentos individuais do militar do Estado, relativos às penas disciplinares que lhe foram aplicadas.

§ 1º - O cancelamento de sanções é ato do Comandante Geral, praticado a pedido do interessado, e o seu deferimento deverá atender aos bons serviços por ele prestados, comprovados em seus assentamentos, e depois de decorridos 10 (dez) anos de efetivo serviço, sem qualquer outra sanção, a contar da data da última pena imposta.

§ 2º - O cancelamento de sanções não terá efeito retroativo e não motivará o direito de revisão de outros atos administrativos decorrentes das sanções canceladas.

**CAPÍTULO XIII**  
**Do Processo Regular**  
**SEÇÃO I**  
**Disposições Gerais**

**Artigo 71** - O processo regular a que se refere este Regulamento, para os militares do Estado, será:

- I** - para oficiais: o Conselho de Justificação;
- II** - para praças com 10 (dez) ou mais anos de serviço policial-militar: o Conselho de Disciplina;
- III** - para praças com menos de 10 (dez) anos de serviço policial-militar: o Processo Administrativo Disciplinar.

**Artigo 72** - O militar do Estado submetido a processo regular deverá, quando houver possibilidade de prejuízo para a hierarquia, disciplina ou para a apuração do fato, ser designado para o exercício de outras funções, enquanto perdurar o processo, podendo ainda a autoridade instauradora proibir-lhe o uso do uniforme, como medida cautelar.

**SEÇÃO II**  
**Do Conselho de Justificação**

**Artigo 73** - O Conselho de Justificação destina-se a apurar, na forma da legislação específica, a incapacidade do oficial para permanecer no serviço ativo da Polícia Militar.

**Parágrafo único** - O Conselho de Justificação aplica-se também ao oficial inativo presumivelmente incapaz de permanecer na situação de inatividade.

**Artigo 74** - O oficial submetido a Conselho de Justificação e considerado culpado, por decisão unânime, poderá ser agregado disciplinarmente mediante ato do Comandante Geral, até decisão final do tribunal competente, ficando:

- I** - afastado das suas funções e adido à Unidade que lhe for designada;
- II** - proibido de usar uniforme;
- III** - percebendo 1/3 (um terço) da remuneração;
- IV** - mantido no respectivo Quadro, sem número, não concorrendo à promoção.

**Artigo 75** - Ao Conselho de Justificação aplica-se o previsto na legislação específica, complementarmente ao disposto neste Regulamento.

**SEÇÃO III**  
**Do Conselho de Disciplina**

**Artigo 76** - O Conselho de Disciplina destina-se a declarar a incapacidade moral da praça para permanecer no serviço ativo da Polícia Militar e será instaurado:

- I** - por portaria do Comandante da Unidade a que pertencer o acusado;
- II** - por ato de autoridade superior à mencionada no inciso anterior.

**Parágrafo único** - A instauração do Conselho de Disciplina poderá ser feita durante o cumprimento de sanção disciplinar.

**Artigo 77** - As autoridades referidas no artigo anterior podem, com base na natureza da falta ou na inconsistência dos fatos apontados, considerar, desde logo, insuficiente a acusação e, em consequência, deixar de instaurar o Conselho de Disciplina, sem prejuízo de novas diligências.

**Artigo 78** - O Conselho será composto por 3 (três) oficiais da ativa.

**§ 1º** - O mais antigo do Conselho, no mínimo um capitão, é o presidente, e o que lhe seguir em antiguidade ou precedência funcional é o interrogante, sendo o relator e escrivão o mais moderno.

**§ 2º** - Entendendo necessário, o presidente poderá nomear um subtenente ou sargento para funcionar como escrivão no processo, o qual não integrará o Conselho.

**Artigo 79** - O Conselho poderá ser instaurado, independentemente da existência ou da instauração de inquérito policial comum ou militar, de processo criminal ou de sentença criminal transitada em julgado.

**Parágrafo único** - Se no curso dos trabalhos do Conselho surgirem indícios de crime comum ou militar, o presidente deverá extrair cópia dos autos, remetendo-os por ofício à autoridade competente para início do respectivo inquérito policial ou da ação penal cabível.

**Artigo 80** - Será instaurado apenas um processo quando o ato ou atos motivadores tenham sido praticados em concurso de agentes.

**§ 1º** - Havendo dois ou mais acusados pertencentes a OPM diversas, o processo será instaurado pela autoridade imediatamente superior, comum aos respectivos comandantes das OPM dos acusados.

**§ 2º** - Existindo concurso ou continuidade infracional, deverão todos os atos censuráveis constituir o libelo acusatório da portaria.

**§ 3º** - Surgindo, após a elaboração da portaria, elementos de autoria e materialidade de infração disciplinar conexa, em continuidade ou em concurso, esta poderá ser aditada, abrindo-se novos prazos para a defesa.

**Artigo 81** - A decisão da autoridade instauradora, devidamente fundamentada, será aposta nos autos, após a apreciação do Conselho e de toda a prova produzida, das razões de defesa e do relatório, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do seu recebimento.

**Artigo 82** - A autoridade instauradora, na sua decisão, considerará a acusação procedente, procedente em parte ou improcedente, devendo propor ao Comandante Geral, conforme o caso, a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**Parágrafo único** - A decisão da autoridade instauradora será publicada em boletim.

**Artigo 83** - Recebidos os autos, o Comandante Geral, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, fundamentado seu despacho, emitirá a decisão final, da qual não caberá recurso, salvo na hipótese do que dispõe o § 3º do artigo 138 da Constituição do Estado. (NR)

Artigo 83 com redação dada pela *Lei Complementar nº 915, de 22/03/2002*.

**SEÇÃO IV**

**Do Processo Administrativo Disciplinar**

**Artigo 84** - O Processo Administrativo Disciplinar seguirá rito próprio ao qual se aplica o disposto nos incisos I, II e parágrafo único do artigo 76 e os artigos 79, 80 e 82 deste Regulamento.

Parágrafo único - Recebido o processo, o Comandante Geral emitirá a decisão final, da qual não caberá recurso, salvo na hipótese do que dispõe o § 3º do artigo 138 da Constituição do Estado. (NR)

- Parágrafo único com redação dada pela *Lei Complementar nº 915, de 22/03/2002*.

**CAPÍTULO XIV**  
**Disposições Finais**

**Artigo 85** - A ação disciplinar da Administração prescreverá em 5 (cinco) anos, contados da data do cometimento da transgressão disciplinar.

§ 1º - A punibilidade da transgressão disciplinar também prevista como crime prescreve nos prazos estabelecidos para o tipo previsto na legislação penal, salvo se esta prescrição ocorrer em prazo inferior a 5 (cinco) anos.

§ 2º - A interposição de recurso disciplinar interrompe a prescrição da punibilidade até a solução final do recurso.

**Artigo 86** - Para os efeitos deste Regulamento, considera-se Comandante de Unidade o oficial que estiver exercendo funções privativas dos postos de coronel e de tenente-coronel.

**Parágrafo único** - As expressões diretor, corregedor e chefe têm o mesmo significado de Comandante de Unidade.

**Artigo 87** - Aplicam-se, supletivamente, ao Conselho de Disciplina as disposições do Código de Processo Penal Militar.

**Artigo 88** - O Comandante Geral baixará instruções complementares, necessárias à interpretação, orientação e fiel aplicação do disposto neste Regulamento.

**Artigo 89** - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, aos 09 de março de 2001.

Geraldo Alckmin

Marco Vinicio Petrelluzzi

Secretário da Segurança Pública

João Caraméz

Secretário - Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 09 de março de 2001.

**6. LEI COMPLEMENTAR Nº 1.080, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2008 – INSTITUI PLANO GERAL DE CARGOS, VENCIMENTOS E SALÁRIOS PARA OS SERVIDORES DAS CLASSES QUE ESPECIFICA. 6.1. CAPÍTULO I – DISPOSIÇÃO PRELIMINAR. 6.2. CAPÍTULO II – DO PLANO GERAL DE CARGOS, VENCIMENTOS E SALÁRIOS: SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS; SEÇÃO II – DO INGRESSO; SEÇÃO III – DO ESTÁGIO PROBATÓRIO; SEÇÃO IV – DA JORNADA DE TRABALHO, DOS VENCIMENTOS E DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS; SEÇÃO VII – DA PROGRESSÃO; SEÇÃO VIII – DA PROMOÇÃO; SEÇÃO IX – DA SUBSTITUIÇÃO. 6.3. CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS: ARTIGOS 54 A 56.**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 1080, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2008**

*Institui Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários para os servidores das classes que especifica e dá providências correlatas.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

**CAPÍTULO I**  
**Disposição Preliminar**

Artigo 1º - Fica instituído, na forma desta lei complementar, Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários aplicável aos servidores das Secretarias de Estado, da Procuradoria Geral do Estado e das Autarquias, titulares de cargos e ocupantes de funções-atividades expressamente indicados nos Anexos I e II.

**CAPÍTULO II**  
**Do Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários**  
**SEÇÃO I**  
**Disposições Gerais**

Artigo 2º - O Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários, de que trata esta lei complementar, organiza as classes que o integram, tendo em vista a complexidade das atribuições, os graus diferenciados de formação, de responsabilidade e de experiência profissional requeridos, bem como as demais condições e requisitos específicos exigíveis para seu exercício, compreendendo:

I - a identificação, agregação e alteração de nomenclatura de cargos e funções-atividades e suas respectivas atribuições, na forma indicada nos Anexos I a III;



II - o estabelecimento de um sistema retributivo que estrutura os vencimentos e salários de acordo com o nível de escolaridade e o grau de complexidade das atribuições dos cargos e funções-atividades, por intermédio de 5 (cinco) escalas de vencimentos, compostas de referências e graus ou de referências, na forma indicada nos Anexos V a XII;

III - a instituição de perspectivas de mobilidade funcional, mediante progressão e promoção.

Artigo 3º - Para fins de aplicação deste Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários, considera-se:

I - classe: o conjunto de cargos e funções-atividades de mesma natureza e igual denominação;

II - referência: o símbolo indicativo do vencimento do cargo ou do salário da função-atividade;

III - grau: valor do vencimento ou salário dentro da referência;

IV - padrão: conjunto de referência e grau;

V - vencimento: retribuição pecuniária, fixada em lei, paga mensalmente ao servidor pelo efetivo exercício do cargo;

VI - salário: retribuição pecuniária, fixada em lei, paga mensalmente ao servidor pelo efetivo exercício da função-atividade;

VII - remuneração: o valor correspondente ao vencimento ou salário, acrescido das vantagens pecuniárias a que o servidor faça jus, previstas em lei.

## SEÇÃO II Do Ingresso

Artigo 4º - O ingresso nos cargos e funções-atividades constantes dos Subanexos 2 e 3 dos Anexos I e II desta lei complementar far-se-á no padrão inicial da respectiva classe, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos os seguintes requisitos mínimos:

I - para as classes de nível intermediário: certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;

II - para as classes de nível universitário: diploma de graduação em curso de nível superior.

§ 1º - Os editais fixarão os requisitos específicos, de acordo com a área de atuação, para cada concurso público.

§ 2º - As atribuições básicas das classes de que trata este artigo são as fixadas no Anexo III desta lei complementar.

Artigo 5º - Os cargos em comissão e as funções-atividades em confiança obedecerão aos requisitos mínimos de escolaridade e experiência profissional fixados no Anexo IV desta lei complementar.

Artigo 6º - Os cargos e as funções-atividades de supervisão, chefia e encarregatura indicados no Subanexo 4 dos Anexos I e II serão providos ou preenchidas, privativamente, por servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos ou ocupantes de funções-atividades de natureza permanente.

Parágrafo único - Excetuam-se do disposto no “caput” deste artigo, os cargos de Chefe de Cerimonial e Chefe de Gabinete identificados no Subanexo 4 do Anexo I e os cargos e funções-atividades de Chefe de Gabinete de Autarquia identificados no Subanexo 4 do Anexo II desta lei complementar.

## SEÇÃO III Do Estágio Probatório

Artigo 7º - Nos 3 (três) primeiros anos de efetivo exercício nos cargos das classes a que se refere o artigo 4º desta lei complementar, que se caracteriza como estágio probatório, o servidor será submetido à avaliação especial de desempenho, verificando-se a sua aptidão e capacidade para o exercício das atribuições inerentes ao cargo que ocupa, por intermédio dos seguintes critérios:

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - capacidade de iniciativa;

IV - produtividade;

V - responsabilidade.

§ 1º - O período de estágio probatório será acompanhado por Comissão Especial de Avaliação de Desempenho constituída para este fim, em conjunto com o órgão setorial de recursos humanos e as chefias imediata e mediata, que deverão:

1 - propiciar condições para a adaptação do servidor ao ambiente de trabalho;

2 - orientar o servidor no desempenho de suas atribuições;

3 - verificar o grau de adaptação ao cargo e a necessidade de submeter o servidor a programa de treinamento.

§ 2º - A avaliação será promovida semestralmente pelo órgão setorial de recursos humanos, com base em critérios estabelecidos pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho.

Artigo 8º - Decorridos 30 (trinta) meses do período de estágio probatório, o responsável pelo órgão setorial de recursos humanos encaminhará à Comissão Especial de Avaliação de Desempenho, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório circunstanciado sobre a conduta e o desempenho profissional do servidor, com proposta fundamentada de confirmação no cargo ou exoneração.

§ 1º - A Comissão Especial de Avaliação de Desempenho poderá solicitar informações complementares para referendar a proposta de que trata o «caput» deste artigo.

§ 2º - No caso de ter sido proposta a exoneração, a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho abrirá prazo de 10 (dez) dias para o exercício do direito de defesa do interessado, e decidirá pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

§ 3º - A Comissão Especial de Avaliação de Desempenho encaminhará ao Titular do órgão ou entidade, para decisão final, proposta de confirmação no cargo ou de exoneração do servidor.

§ 4º - Os atos decorrentes do cumprimento do período de estágio probatório deverão ser publicados pela autoridade competente, na seguinte conformidade:

1 - os de exoneração do cargo, até o primeiro dia útil subsequente ao encerramento do estágio probatório;

2 - os de confirmação no cargo, até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após o término do estágio. (NR);

(\*) **Redação dada pela Lei Complementar nº 1.199, de 22 de maio de 2013.**

Artigo 9º - Durante o período de estágio probatório, o servidor não poderá ser afastado ou licenciado do seu cargo, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 69, 72, 75 e 181, incisos I a V, VII e VIII, da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, para participação em curso específico de formação e quando nomeado ou designado para o exercício de cargo em comissão ou função em confiança, no âmbito do órgão ou entidade em que estiver lotado, na forma a ser regulamentada em decreto.

Artigo 10 - O servidor confirmado no cargo de provimento efetivo fará jus à progressão automática do grau "A" para o grau "B" da respectiva referência da classe a que pertença, independentemente do limite estabelecido no artigo 23 desta lei complementar.

## **SEÇÃO IV** **Da Jornada de Trabalho, dos Vencimentos e das Vantagens Pecuniárias**

Artigo 11 - Os cargos e as funções-atividades abrangidos por esta lei complementar serão exercidos em Jornada Completa de Trabalho, caracterizada pela exigência da prestação de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

Parágrafo único - Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo, os cargos e as funções-atividades cujos ocupantes estejam sujeitos a Jornada Comum de Trabalho, caracterizada pela exigência da prestação de 30 (trinta) horas semanais de trabalho.

Artigo 12 - Os vencimentos ou salários dos servidores abrangidos pelo Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários, de que trata esta lei complementar, ficam fixados de acordo com as Escalas de Vencimentos a seguir mencionadas:

I - Escala de Vencimentos - Nível Elementar, constituída de 1 (uma) referência e 10 (dez) graus;

II - Escala de Vencimentos - Nível Intermediário, constituída de 3 (três) referências e 10 (dez) graus;

**(\*) Redação dada pela Lei Complementar nº 1.250, de 3 de julho de 2014.**

III - Escala de Vencimentos - Nível Universitário, composta de 2 (duas) Estruturas de Vencimentos, sendo a Estrutura I constituída de 3 (três) referências e 10 (dez) graus, e a Estrutura II constituída de 3 (três) referências e 10 (dez) graus;

**(\*) Redação dada pela Lei Complementar nº 1.250, de 3 de julho de 2014.**

IV - Escala de Vencimentos - Comissão, constituída de 18 (dezoito) referências.

Artigo 13 - As Escalas de Vencimentos a que se refere o artigo 12 desta lei complementar são constituídas de tabelas, aplicáveis aos cargos e funções-atividades, de acordo com a jornada de trabalho a que estejam sujeitos os seus ocupantes, na seguinte conformidade:

I - Tabela I, para os sujeitos à Jornada Completa de Trabalho;

II - Tabela II, para os sujeitos à Jornada Comum de Trabalho.

Artigo 14 - A remuneração dos servidores abrangidos pelo Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários, de que trata esta lei complementar, compreende, além dos vencimentos e salários de que trata o artigo 12, as seguintes vantagens pecuniárias:

I - adicional por tempo de serviço de que trata o artigo 129 da Constituição do Estado, que será calculado na base de 5% (cinco por cento) sobre o valor do vencimento ou salário, por quinquênio de prestação de serviço, observado o disposto no inciso XVI do artigo 115 da mesma Constituição;

II - sexta-parte;

III - gratificação "pro labore" a que se referem os artigos 16 a 19 desta lei complementar;

IV - décimo-terceiro salário;

V - acréscimo de 1/3 (um terço) das férias;

VI - ajuda de custo;

VII - diárias;

VIII - gratificações e outras vantagens pecuniárias previstas em lei.

## **SEÇÃO VII** **Da Progressão**

Artigo 22 - Progressão é a passagem do servidor de um grau para outro imediatamente superior dentro de uma mesma referência da respectiva classe.

Artigo 23 - A progressão será realizada anualmente, mediante processo de avaliação de desempenho, obedecido o limite de até 20% (vinte por cento) do total de servidores titulares de cargos ou ocupantes de funções-atividades integrantes de cada classe de nível elementar, nível intermediário e nível universitário prevista nesta lei complementar, no âmbito de cada órgão ou entidade.

Artigo 24 - Poderão participar do processo de progressão, os servidores que tenham:

I - cumprido o interstício mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício, no padrão da classe em que seu cargo ou função-atividade estiver enquadrado;

II - o desempenho avaliado anualmente, por meio de procedimentos e critérios estabelecidos em decreto.

Parágrafo único - O cômputo do interstício a que se refere o inciso I deste artigo terá início a partir do cumprimento do estágio probatório de 3 (três) anos de efetivo exercício.

Artigo 25 - Observado o limite estabelecido no artigo 23 desta lei complementar, somente poderão ser beneficiados com a progressão os servidores que tiverem obtido resultados finais positivos no processo anual de avaliação de desempenho.

Artigo 26 - Para efeito do disposto no inciso I do artigo 24 desta lei complementar serão considerados efetivo exercício os seguintes afastamentos:

I - nomeado para cargo em comissão ou designado, nos termos da legislação trabalhista, para exercício de função-atividade em confiança;

II - designado para função retribuída mediante gratificação "pro labore", a que se referem os artigos 16 a 18 desta lei complementar;

III - designado para função de serviço público retribuída mediante "pro labore", nos termos do artigo 28 da Lei nº 10.168, de 10 de julho de 1968;

IV - designado como substituto ou para responder por cargo vago de comando;

V - afastado nos termos dos artigos 65 e 66 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, sem prejuízo de vencimentos, junto a órgãos da Administração Direta ou Autárquica do Estado;

VI - afastado nos termos dos artigos 67, 78, 79 e 80 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968;

VII - afastado nos termos do inciso I do artigo 15, da Lei nº 500, de 13 de novembro de 1974, desde que sem prejuízo dos vencimentos, junto a órgãos da Administração Direta e Autárquica do Estado;

VIII – afastado nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei nº 500, de 13 de novembro de 1974;

IX – afastado, sem prejuízo dos vencimentos ou salários, para participação em cursos, congressos ou demais certames afetos à respectiva área de atuação, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;

X – afastado nos termos do §1º do artigo 125 da Constituição do Estado de São Paulo;

XI – afastado nos termos da Lei Complementar nº 367, de 14 de dezembro de 1984, alterada pela Lei Complementar nº 1.054, de 7 de julho de 2008;

XII – licenciado para tratamento de saúde, no limite de 45 (quarenta e cinco) dias por ano;

XIII – ausente em virtude de consulta ou sessão de tratamento de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 1.041, de 14 de abril de 2008.

**(\*) Redação dada pela Lei Complementar nº 1.250, de 3 de julho de 2014 .**

Artigo 27 - Os demais critérios relativos à progressão serão estabelecidos em decreto.

### **SEÇÃO VIII** **Da Promoção**

Artigo 28 – Promoção é a passagem do servidor de uma referência para outra superior da respectiva classe, mantido o grau de enquadramento, devido à aquisição de competências adicionais às exigidas para ingresso no cargo de que é titular ou função atividade de que é ocupante.

**(\*) Redação dada pela Lei Complementar nº 1.250, de 3 de julho de 2014 .**

Artigo 29 – A promoção permitirá a elevação de referência, dos servidores integrantes das seguintes classes:

I – Escala de Vencimentos - Nível Intermediário:

- a) Oficial Administrativo;
- b) Oficial Operacional;
- c) Oficial Sociocultural;

II – Escala de Vencimentos - Nível Universitário – Estrutura I e Estrutura II:

- a) Analista Administrativo;
- b) Analista de Tecnologia;
- c) Analista Sociocultural;
- d) Executivo Público.

Parágrafo único – A elevação de referência para os integrantes das classes a que se refere este artigo dar-se-á:

- 1 - de 1 para 2;
- 2 - de 1 para 3;
- 3 - de 2 para 3.

**(\*) Redação dada pela Lei Complementar nº 1.250, de 3 de julho de 2014.**

Artigo 30 - São requisitos para fins de promoção:

I – ser declarado estável após 3 (três) anos de efetivo exercício;

II – contar, no mínimo, 5 (cinco) anos de efetivo exercício no mesmo cargo ou função-atividade pertencente às classes identificadas no artigo 29 desta lei complementar;

III – ser aprovado em avaliação teórica ou prática para aferir a aquisição de competências necessárias ao exercício de suas funções na referência superior;

IV – possuir:

a) diploma de graduação em curso de nível superior, para os integrantes das classes referidas no inciso I, do artigo 29 desta lei complementar, quando da promoção para a referência 3;

b) pós-graduação “stricto” ou “lato sensu”, para os integrantes das classes referidas no inciso II, do artigo 29 desta lei complementar, quando da promoção para a referência 3.

**(\*) Redação dada pela Lei Complementar nº 1.250, de 3 de julho de 2014.**

Artigo 31 - Os cursos a que se referem as alíneas “a” e “b” do inciso III do artigo 30 desta lei complementar e os demais critérios relativos ao processo de promoção serão estabelecidos em decreto.

### **SEÇÃO IX** **Da Substituição**

Artigo 32 - Para os servidores abrangidos por esta lei complementar poderá haver a substituição de que tratam os artigos 80 a 83 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, para os cargos de coordenação, direção, chefia, supervisão e encarregatura, constantes da Escala de Vencimentos - Comissão.

§ 1º - Se o período de substituição for igual ou superior a 15 (quinze) dias, o servidor fará jus à diferença entre o valor do padrão ou da referência em que estiver enquadrado o cargo de que é titular ou a função-atividade de que é ocupante, acrescido da Gratificação Executiva, de que trata o inciso I do artigo 38 desta lei complementar, dos adicionais por tempo de serviço e da sexta-parte, se for o caso, e do valor da referência do cargo em comissão acrescido das mesmas vantagens, proporcional aos dias substituídos.

§ 2º - O disposto neste artigo aplica-se, também, às hipóteses de designação para funções de serviço público retribuídas mediante «pro labore» de que trata o artigo 28 da Lei nº 10.168, de 10 de julho de 1968, e para as funções previstas nos artigos 16 e 17 desta lei complementar.

§ 3º - Na hipótese de substituição em funções-atividades em confiança, no âmbito das Autarquias, aplica-se, no que couber, o disposto neste artigo.

§ 4º - Os servidores integrantes de classes pertencentes a outros sistemas retributórios que venham a exercer a substituição em cargos abrangidos por este Plano, receberão o pagamento dessa substituição de acordo com critérios de cálculo a serem estabelecidos em decreto.

### **CAPÍTULO IV** **Disposições Finais**

Artigo 54 - Poderá ser convertida em pecúnia, mediante requerimento, uma parcela de 30 (trinta) dias de licença-prêmio aos integrantes dos Quadros das Secretarias de Estado, da Procuradoria Geral do Estado e das Autarquias, regidos por esta lei complementar, que se encontrem em efetivo exercício nas unidades desses órgãos e entidades.

§1º - Os 60 (sessenta) dias de licença-prêmio restantes, do período aquisitivo considerado, somente poderão ser usufruídos em ano diverso daquele em que o beneficiário recebeu a indenização, observado o disposto no artigo 213 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, com a redação dada pela Lei Complementar nº 1048, de 10 de junho de 2008.

§2º - O disposto neste artigo não se aplica aos servidores dos Quadros das Secretarias de Economia e Planejamento e da Fazenda regidos por esta lei complementar.

Artigo 55 - O pagamento da indenização de que trata o artigo 54 restringir-se-á às licenças-prêmio cujos períodos aquisitivos se completam a partir da data da vigência desta lei complementar e observará o seguinte:

I - será efetivado no 5º dia útil do mês de aniversário do requerente;

II - corresponderá ao valor da remuneração do servidor no mês-referência de que trata o inciso anterior.

Artigo 56 - O servidor de que trata o artigo 54 desta lei complementar que optar pela conversão em pecúnia, de 30 (trinta) dias de licença-prêmio, deverá apresentar requerimento no prazo de 3 (três) meses antes do mês do seu aniversário.

§1º - O órgão setorial ou subsetorial de recursos humanos competente deverá instruir o requerimento com:

1 - informações relativas à publicação do ato de concessão da licença-prêmio e ao período aquisitivo;

2 - declaração de não-fruição de parcela de licença-prêmio no ano considerado, relativa ao mesmo período aquisitivo.

§ 2º - Caberá à autoridade competente decidir sobre o deferimento do pedido, com observância:

1 - da necessidade do serviço;

2 - da assiduidade e da ausência de penas disciplinares, no período de 1 (um) ano imediatamente anterior à data do requerimento do servidor.

**7. LEI FEDERAL Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO; E DECRETO Nº 58.052, DE 16 DE MAIO DE 2012.**

**LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.**

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no **caput** refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas automatizados;

VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Art. 5º É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

CAPÍTULO II

DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e

III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

§ 1º O acesso à informação previsto no caput não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

§ 2º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

§ 3º O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

§ 4º A negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades referidas no art. 1º, quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares, nos termos do art. 32 desta Lei.

§ 5º Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.

§ 6º Verificada a hipótese prevista no § 5º deste artigo, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

§ 4º Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:

I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:

a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;

b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;

c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e

II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.



**CAPÍTULO III**  
**DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO**  
**Seção I**  
**Do Pedido de Acesso**

Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

§ 1º Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

§ 2º Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.

§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.

§ 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no **caput**, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias:

I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;

II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou

III - comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

§ 2º O prazo referido no § 1º poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

§ 3º Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.

§ 4º Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

§ 5º A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente.

§ 6º Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.

Art. 12. O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

Parágrafo único. Estará isento de ressarcir os custos previstos no **caput** todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 13. Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.

Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

Art. 14. É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.

**Seção II**  
**Dos Recursos**

Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 16. Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias se:

I - o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;

II - a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;

III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos nesta Lei não tiverem sido observados; e

IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.

§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2º Verificada a procedência das razões do recurso, a Controladoria-Geral da União determinará ao órgão ou entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 3º Negado o acesso à informação pela Controladoria-Geral da União, poderá ser interposto recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, a que se refere o art. 35.

Art. 17. No caso de indeferimento de pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão da administração pública federal, poderá o requerente recorrer ao Ministro de Estado da área, sem prejuízo das competências da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, previstas no art. 35, e do disposto no art. 16.

§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido às autoridades mencionadas depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior à autoridade que exarou a decisão impugnada e, no caso das Forças Armadas, ao respectivo Comando.

§ 2º Indeferido o recurso previsto no **caput** que tenha como objeto a desclassificação de informação secreta ou ultrassecreta, caberá recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações prevista no art. 35.

Art. 18. Os procedimentos de revisão de decisões denegatórias proferidas no recurso previsto no art. 15 e de revisão de classificação de documentos sigilosos serão objeto de regulamentação própria dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, em seus respectivos âmbitos, assegurado ao solicitante, em qualquer caso, o direito de ser informado sobre o andamento de seu pedido.

Art. 19. (VETADO).

§ 1º (VETADO).

§ 2º Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.

Art. 20. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ao procedimento de que trata este Capítulo.

## **CAPÍTULO IV DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO**

### **Seção I Disposições Gerais**

Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Art. 22. O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.

### **Seção II**

#### **Da Classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo**

Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;

II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;

III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;

V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas;

VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;

VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou

VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no **caput**, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;

II - secreta: 15 (quinze) anos; e

III - reservada: 5 (cinco) anos.

§ 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

§ 3º Alternativamente aos prazos previstos no § 1º, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.

§ 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

§ 5º Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:

I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e

II - o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.

### **Seção III**

#### **Da Proteção e do Controle de Informações Sigilosas**

Art. 25. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção. (Regulamento)

§ 1º O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

§ 2º O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

§ 3º Regulamento disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.

Art. 26. As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.

Parágrafo único. A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o poder público, executar atividades de tratamento de informações sigilosas adotarà as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação desta Lei.



#### Seção IV

##### Dos Procedimentos de Classificação, Reclassificação e Desclassificação

Art. 27. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência: (Regulamento)

I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades:

- a) Presidente da República;
- b) Vice-Presidente da República;
- c) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas;
- d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e
- e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior;

II - no grau de secreto, das autoridades referidas no inciso I, dos titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista; e

III - no grau de reservado, das autoridades referidas nos incisos I e II e das que exerçam funções de direção, comando ou chefia, nível DAS 101.5, ou superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou de hierarquia equivalente, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º A competência prevista nos incisos I e II, no que se refere à classificação como ultrassecreta e secreta, poderá ser delegada pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação.

§ 2º A classificação de informação no grau de sigilo ultrassecreto pelas autoridades previstas nas alíneas “d” e “e” do inciso I deverá ser ratificada pelos respectivos Ministros de Estado, no prazo previsto em regulamento.

§ 3º A autoridade ou outro agente público que classificar informação como ultrassecreta deverá encaminhar a decisão de que trata o art. 28 à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, a que se refere o art. 35, no prazo previsto em regulamento.

Art. 28. A classificação de informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em decisão que contere, no mínimo, os seguintes elementos:

- I - assunto sobre o qual versa a informação;
- II - fundamento da classificação, observados os critérios estabelecidos no art. 24;
- III - indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos no art. 24; e
- IV - identificação da autoridade que a classificou.

Parágrafo único. A decisão referida no **caput** será mantida no mesmo grau de sigilo da informação classificada.

Art. 29. A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, nos termos e prazos previstos em regulamento, com vistas à sua desclassificação ou à redução do prazo de sigilo, observado o disposto no art. 24. (Regulamento)

§ 1º O regulamento a que se refere o **caput** deverá considerar as peculiaridades das informações produzidas no exterior por autoridades ou agentes públicos.

§ 2º Na reavaliação a que se refere o **caput**, deverão ser examinadas a permanência dos motivos do sigilo e a possibilidade de danos decorrentes do acesso ou da divulgação da informação.

§ 3º Na hipótese de redução do prazo de sigilo da informação, o novo prazo de restrição manterá como termo inicial a data da sua produção.

Art. 30. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, anualmente, em sítio à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, nos termos de regulamento:

I - rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses;

II - rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;

III - relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

§ 1º Os órgãos e entidades deverão manter exemplar da publicação prevista no **caput** para consulta pública em suas sedes.

§ 2º Os órgãos e entidades manterão extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.

#### Seção V

##### Das Informações Pessoais

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.

§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

III - ao cumprimento de ordem judicial;

IV - à defesa de direitos humanos; ou

V - à proteção do interesse público e geral preponderante.

§ 4º A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

§ 5º Regulamento disporá sobre os procedimentos para tratamento de informação pessoal.



## CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES

Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação;

IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no **caput** serão consideradas:

I - para fins dos regulamentos disciplinares das Forças Armadas, transgressões militares médias ou graves, segundo os critérios neles estabelecidos, desde que não tipificadas em lei como crime ou contravenção penal; ou

II - para fins do disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, infrações administrativas, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios nela estabelecidos.

§ 2º Pelas condutas descritas no **caput**, poderá o militar ou agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 33. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 34. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

## CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35. (VETADO).

§ 1º É instituída a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, que decidirá, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas e terá competência para:

I - requisitar da autoridade que classificar informação como ultrassecreta e secreta esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral da informação;

II - rever a classificação de informações ultrassecretas ou secretas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observado o disposto no art. 7º e demais dispositivos desta Lei; e

III - prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País, observado o prazo previsto no § 1º do art. 24.

§ 2º O prazo referido no inciso III é limitado a uma única renovação.

§ 3º A revisão de ofício a que se refere o inciso II do § 1º deverá ocorrer, no máximo, a cada 4 (quatro) anos, após a reavaliação prevista no art. 39, quando se tratar de documentos ultrassecretos ou secretos.

§ 4º A não deliberação sobre a revisão pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações nos prazos previstos no § 3º implicará a desclassificação automática das informações.

§ 5º Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observado o mandato de 2 (dois) anos para seus integrantes e demais disposições desta Lei. (Regulamento)

Art. 36. O tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá às normas e recomendações constantes desses instrumentos.

Art. 37. É instituído, no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC), que tem por objetivos: (Regulamento)

I - promover e propor a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas; e

II - garantir a segurança de informações sigilosas, inclusive aquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional, sem prejuízo das atribuições do Ministério das Relações Exteriores e dos demais órgãos competentes.

Parágrafo único. Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento do NSC.

Art. 38. Aplica-se, no que couber, a Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, física ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

Art. 39. Os órgãos e entidades públicas deverão proceder à reavaliação das informações classificadas como ultrassecretas e secretas no prazo máximo de 2 (dois) anos, contado do termo inicial de vigência desta Lei.

§ 1º A restrição de acesso a informações, em razão da reavaliação prevista no **caput**, deverá observar os prazos e condições previstos nesta Lei.

§ 2º No âmbito da administração pública federal, a reavaliação prevista no **caput** poderá ser revista, a qualquer tempo, pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observados os termos desta Lei.

§ 3º Enquanto não transcorrido o prazo de reavaliação previsto no **caput**, será mantida a classificação da informação nos termos da legislação precedente.

§ 4º As informações classificadas como secretas e ultrassecretas não reavaliadas no prazo previsto no **caput** serão consideradas, automaticamente, de acesso público.

Art. 40. No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da vigência desta Lei, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, exercer as seguintes atribuições:

I - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei;

II - monitorar a implementação do disposto nesta Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;

III - recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto nesta Lei; e

IV - orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos.

Art. 41. O Poder Executivo Federal designará órgão da administração pública federal responsável:

I - pela promoção de campanha de abrangência nacional de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;

II - pelo treinamento de agentes públicos no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;

III - pelo monitoramento da aplicação da lei no âmbito da administração pública federal, concentrando e consolidando a publicação de informações estatísticas relacionadas no art. 30;

IV - pelo encaminhamento ao Congresso Nacional de relatório anual com informações atinentes à implementação desta Lei.

Art. 42. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 43. O inciso VI do art. 116 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 116. ....

VI - levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração;

.....” (NR)

Art. 44. O Capítulo IV do Título IV da Lei nº 8.112, de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 126-A:

“Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.”

Art. 45. Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em legislação própria, obedecidas as normas gerais estabelecidas nesta Lei, definir regras específicas, especialmente quanto ao disposto no art. 9º e na Seção II do Capítulo III.

Art. 46. Revogam-se:

I - a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005; e

II - os arts. 22 a 24 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 2011; 190ª da Independência e 123ª da República.

## **DECRETO Nº 58.052, DE 16 DE MAIO DE 2012**

*Regulamenta a Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas.*

GERALDO ALCKMIN, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que é dever do Poder Público promover a gestão dos documentos públicos para assegurar o acesso às informações neles contidas, de acordo com o § 2º do artigo 216 da Constituição Federal e com o artigo 1º da Lei federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991;

Considerando que cabe ao Estado definir, em legislação própria, regras específicas para o cumprimento das determinações previstas na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações;

Considerando as disposições das Leis estaduais nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998, que regula o processo administrativo e nº 10.294, de 20 de abril de 1999, que dispõe sobre proteção e defesa do usuário de serviços públicos, e dos Decretos estaduais nº 22.789, de 19 de outubro de 1984, que institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP, nº 44.074, de 1º de julho de 1999, que regulamenta a composição e estabelece a competência das Ouvidorias, nº 54.276, de 27 de abril de 2009, que reorganiza a Unidade do Arquivo Público do Estado, da Casa Civil, nº 55.479, de 25 de fevereiro de 2010, que institui na Casa Civil o Comitê Gestor do Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivista de Documentos e Informações - SPdoc, alterado pelo de nº 56.260, de 6 de outubro de 2010, nº 55.559, de 12 de março de 2010, que institui o Portal do Governo Aberto SP e nº 57.500, de 8 de novembro de 2011, que reorganiza a Corregedoria Geral da Administração e institui o Sistema Estadual de Controladoria; e

Considerando, finalmente, a proposta apresentada pelo Grupo Técnico instituído pela Resolução CC-3, de 9 de janeiro de 2012, junto ao Comitê de Qualidade da Gestão Pública, Decreta:



**CAPÍTULO I**  
**Disposições Gerais**

Artigo 1º - Este decreto define procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, e pelas entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos estaduais para a realização de atividades de interesse público, à vista das normas gerais estabelecidas na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Artigo 2º - O direito fundamental de acesso a documentos, dados e informações será assegurado mediante:

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - implementação da política estadual de arquivos e gestão de documentos;
- III - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- IV - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- V - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- VI - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Artigo 3º - Para os efeitos deste decreto, consideram-se as seguintes definições:

I - arquivos públicos: conjuntos de documentos produzidos, recebidos e acumulados por órgãos públicos, autarquias, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista, entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos e organizações sociais, no exercício de suas funções e atividades;

II - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

III - classificação de sigilo: atribuição, pela autoridade competente, de grau de sigilo a documentos, dados e informações;

IV - credencial de segurança: autorização por escrito concedida por autoridade competente, que habilita o agente público estadual no efetivo exercício de cargo, função, emprego ou atividade pública a ter acesso a documentos, dados e informações sigilosas;

V - criptografia: processo de escrita à base de métodos lógicos e controlados por chaves, cifras ou códigos, de forma que somente os usuários autorizados possam reestabelecer sua forma original;

VI - custódia: responsabilidade pela guarda de documentos, dados e informações;

VII - dado público: sequência de símbolos ou valores, representado em algum meio, produzido ou sob a guarda governamental, em decorrência de um processo natural ou artificial, que não tenha seu acesso restrito por legislação específica;

VIII - desclassificação: supressão da classificação de sigilo por ato da autoridade competente ou decurso de prazo, tornando irrestrito o acesso a documentos, dados e informações sigilosas;

IX - documentos de arquivo: todos os registros de informação, em qualquer suporte, inclusive o magnético ou óptico, produzidos, recebidos ou acumulados por órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, no exercício de suas funções e atividades;

X - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

XI - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

XII - gestão de documentos: conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, classificação, avaliação, tramitação, uso, arquivamento e reprodução, que assegura a racionalização e a eficiência dos arquivos;

XIII - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

XIV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

XV - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

XVI - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

XVII - marcação: aposição de marca assinalando o grau de sigilo de documentos, dados ou informações, ou sua condição de acesso irrestrito, após sua desclassificação;

XVIII - metadados: são informações estruturadas e codificadas que descrevem e permitem gerenciar, compreender, preservar e acessar os documentos digitais ao longo do tempo e referem-se a:

a) identificação e contexto documental (identificador único, instituição produtora, nomes, assunto, datas, local, código de classificação, tipologia documental, temporalidade, destinação, versão, documentos relacionados, idioma e indexação);

b) segurança (grau de sigilo, informações sobre criptografia, assinatura digital e outras marcas digitais);

c) contexto tecnológico (formato de arquivo, tamanho de arquivo, dependências de hardware e software, tipos de mídias, algoritmos de compressão) e localização física do documento;

XIX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;

XX - reclassificação: alteração, pela autoridade competente, da classificação de sigilo de documentos, dados e informações;

XXI - rol de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais: relação anual, a ser publicada pelas autoridades máximas de órgãos e entidades, de documentos, dados e informações classificadas, no período, como sigilosas ou pessoais, com identificação para referência futura;

XXII - serviço ou atendimento presencial: aquele prestado na presença física do cidadão, principal beneficiário ou interessado no serviço;

XXIII - serviço ou atendimento eletrônico: aquele prestado remotamente ou à distância, utilizando meios eletrônicos de comunicação;

XXIV - tabela de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais: relação exaustiva de documentos, dados e informações com quaisquer restrição de acesso, com a indicação do grau de sigilo, decorrente de estudos e pesquisas promovidos pelas Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, e publicada pelas autoridades máximas dos órgãos e entidades;

XXV - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação.



**CAPÍTULO II**

**Do Acesso a Documentos, Dados e Informações**

**SEÇÃO I**

**Disposições Gerais**

Artigo 4º - É dever dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual:

I - promover a gestão transparente de documentos, dados e informações, assegurando sua disponibilidade, autenticidade e integridade, para garantir o pleno direito de acesso;

II - divulgar documentos, dados e informações de interesse coletivo ou geral, sob sua custódia, independentemente de solicitações;

III - proteger os documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, por meio de critérios técnicos e objetivos, o menos restritivo possível.

**SEÇÃO II**

**Da Gestão de Documentos, Dados e Informações**

Artigo 5º - A Unidade do Arquivo Público do Estado, na condição de órgão central do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP, é a responsável pela formulação e implementação da política estadual de arquivos e gestão de documentos, a que se refere o artigo 2º, inciso II deste decreto, e deverá propor normas, procedimentos e requisitos técnicos complementares, visando o tratamento da informação.

Parágrafo único - Integram a política estadual de arquivos e gestão de documentos:

1. os serviços de protocolo e arquivo dos órgãos e entidades;
2. as Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, a que se refere o artigo 11 deste decreto;
3. o Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivista de Documentos e Informações - SPdoc;
4. os Serviços de Informações ao Cidadão - SIC.

Artigo 6º - Para garantir efetividade à política de arquivos e gestão de documentos, os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual deverão:

I - providenciar a elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos de suas atividades-fim, a que se referem, respectivamente, os artigos 10 a 18 e 19 a 23, do Decreto nº 48.897, de 27 de agosto de 2004 ;

II - cadastrar todos os seus documentos no Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivista de Documentos e Informações - SPdoc.

Parágrafo único - As propostas de planos de classificação e de tabelas de temporalidade de documentos deverão ser apreciadas pelos órgãos jurídicos dos órgãos e entidades e encaminhadas à Unidade do Arquivo Público do Estado para aprovação, antes de sua oficialização.

Artigo 7º - Ficam criados, em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, os Serviços de Informações ao Cidadão - SIC, a que se refere o artigo 5º, inciso IV, deste decreto, diretamente subordinados aos seus titulares, em local com condições apropriadas, infraestrutura tecnológica e equipe capacitada para:

I - realizar atendimento presencial e/ou eletrônico na sede e nas unidades subordinadas, prestando orientação ao público sobre os direitos do requerente, o funcionamento do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, a tramitação de documentos, bem como sobre os serviços prestados pelas respectivas unidades do órgão ou entidade;

II - protocolar documentos e requerimentos de acesso a informações, bem como encaminhar os pedidos de informação aos setores produtores ou detentores de documentos, dados e informações;

III - controlar o cumprimento de prazos por parte dos setores produtores ou detentores de documentos, dados e informações, previstos no artigo 15 deste decreto;

IV - realizar o serviço de busca e fornecimento de documentos, dados e informações sob custódia do respectivo órgão ou entidade, ou fornecer ao requerente orientação sobre o local onde encontrá-los.

§ 1º - As autoridades máximas dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual deverão designar, no prazo de 30 (trinta) dias, os responsáveis pelos Serviços de Informações ao Cidadão - SIC.

§ 2º - Para o pleno desempenho de suas atribuições, os Serviços de Informações ao Cidadão - SIC deverão:

1. manter intercâmbio permanente com os serviços de protocolo e arquivo;
2. buscar informações junto aos gestores de sistemas informatizados e bases de dados, inclusive de portais e sítios institucionais;
3. atuar de forma integrada com as Ouvidorias, instituídas pela Lei estadual nº 10.294, de 20 de abril de 1999, e organizadas pelo Decreto nº 44.074, de 1º de julho de 1999.

§ 3º - Os Serviços de Informações ao Cidadão - SIC, independentemente do meio utilizado, deverão ser identificados com ampla visibilidade.

Artigo 8º - A Casa Civil deverá providenciar a contratação de serviços para o desenvolvimento de "Sistema Integrado de Informações ao Cidadão", capaz de interoperar com o SPdoc, a ser utilizado por todos os órgãos e entidades nos seus respectivos Serviços de Informações ao Cidadão - SIC.

Artigo 9º - A Unidade do Arquivo Público do Estado, da Casa Civil, deverá adotar as providências necessárias para a organização dos serviços da Central de Atendimento ao Cidadão - CAC, instituída pelo Decreto nº 54.276, de 27 de abril de 2009, com a finalidade de:

I - coordenar a integração sistêmica dos Serviços de Informações ao Cidadão - SIC, instituídos nos órgãos e entidades;

II - realizar a consolidação e sistematização de dados a que se refere o artigo 26 deste decreto, bem como a elaboração de estatísticas sobre as demandas de consulta e os perfis de usuários, visando o aprimoramento dos serviços.

Parágrafo único - Os Serviços de Informações ao Cidadão - SIC deverão fornecer, periodicamente, à Central de Atendimento ao Cidadão - CAC, dados atualizados dos atendimentos prestados.

Artigo 10 - O acesso aos documentos, dados e informações compreende, entre outros, os direitos de obter:

I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrado ou obtido o documento, dado ou informação almejada;

II - dado ou informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;



III - documento, dado ou informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

IV - dado ou informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

V - documento, dado ou informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VI - documento, dado ou informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos;

VII - documento, dado ou informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

§ 1º - O acesso aos documentos, dados e informações previsto no «caput» deste artigo não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

§ 2º - Quando não for autorizado acesso integral ao documento, dado ou informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

§ 3º - O direito de acesso aos documentos, aos dados ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

§ 4º - A negativa de acesso aos documentos, dados e informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades referidas no artigo 1º deste decreto, quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares, nos termos do artigo 32 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 5º - Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata instauração de apuração preliminar para investigar o desaparecimento da respectiva documentação.

§ 6º - Verificada a hipótese prevista no § 5º deste artigo, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.

### SEÇÃO III

#### Das Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso

Artigo 11 - As Comissões de Avaliação de Documentos de Arquivo, a que se referem os Decretos nº 29.838, de 18 de abril de 1989, e nº 48.897, de 27 de agosto de 2004, instituídas nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, passarão a ser denominadas Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA.

§ 1º - As Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA deverão ser vinculadas ao Gabinete da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º - As Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA serão integradas por servidores de nível superior das áreas jurídica, de administração geral, de administração financeira, de arquivo e protocolo, de tecnologia da informação e por representantes das áreas específicas da documentação a ser analisada.

§ 3º - As Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA serão compostas por 5 (cinco), 7 (sete) ou 9 (nove) membros, designados pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

Artigo 12 - São atribuições das Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, além daquelas previstas para as Comissões de Avaliação de Documentos de Arquivo nos Decretos nº 29.838, de 18 de abril de 1989, e nº 48.897, de 27 de agosto de 2004:

I - orientar a gestão transparente dos documentos, dados e informações do órgão ou entidade, visando assegurar o amplo acesso e divulgação;

II - realizar estudos, sob a orientação técnica da Unidade do Arquivo Público do Estado, órgão central do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP, visando à identificação e elaboração de tabela de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, de seu órgão ou entidade;

III - encaminhar à autoridade máxima do órgão ou entidade a tabela mencionada no inciso II deste artigo, bem como as normas e procedimentos visando à proteção de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, para oitiva do órgão jurídico e posterior publicação;

IV - orientar o órgão ou entidade sobre a correta aplicação dos critérios de restrição de acesso constantes das tabelas de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais;

V - comunicar à Unidade do Arquivo Público do Estado a publicação de tabela de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, e suas eventuais alterações, para consolidação de dados, padronização de critérios e realização de estudos técnicos na área;

VI - propor à autoridade máxima do órgão ou entidade a renovação, alteração de prazos, reclassificação ou desclassificação de documentos, dados e informações sigilosas;

VII - manifestar-se sobre os prazos mínimos de restrição de acesso aos documentos, dados ou informações pessoais;

VIII - atuar como instância consultiva da autoridade máxima do órgão ou entidade, sempre que provocada, sobre os recursos interpostos relativos às solicitações de acesso a documentos, dados e informações não atendidas ou indeferidas, nos termos do parágrafo único do artigo 19 deste decreto;

IX - informar à autoridade máxima do órgão ou entidade a previsão de necessidades orçamentárias, bem como encaminhar relatórios periódicos sobre o andamento dos trabalhos.

Parágrafo único - Para o perfeito cumprimento de suas atribuições as Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA poderão convocar servidores que possam contribuir com seus conhecimentos e experiências, bem como constituir subcomissões e grupos de trabalho.

Artigo 13 - À Unidade do Arquivo Público do Estado, órgão central do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP, responsável por propor a política de acesso aos documentos públicos, nos termos do artigo 6º, inciso XII, do Decreto nº 22.789, de 19 de outubro de 1984, caberá o reexame, a qualquer tempo, das tabelas de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

## SEÇÃO IV Do Pedido

Artigo 14 - O pedido de informações deverá ser apresentado ao Serviço de Informações ao Cidadão - SIC do órgão ou entidade, por qualquer meio legítimo que contenha a identificação do interessado (nome, número de documento e endereço) e a especificação da informação requerida.

Artigo 15 - O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC do órgão ou entidade responsável pelas informações solicitadas deverá conceder o acesso imediato àquelas disponíveis.

§ 1º - Na impossibilidade de conceder o acesso imediato, o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC do órgão ou entidade, em prazo não superior a 20 (vinte) dias, deverá:

1. comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;
2. indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido;
3. comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado na remessa de seu pedido de informação.

§ 2º - O prazo referido no § 1º deste artigo poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o interessado.

§ 3º - Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC do órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio interessado possa pesquisar a informação de que necessitar.

§ 4º - Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o interessado deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

§ 5º - A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do interessado.

§ 6º - Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao interessado, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o interessado declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.

Artigo 16 - O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados, a ser fixado em ato normativo pelo Chefe do Executivo.

Parágrafo único - Estará isento de ressarcir os custos previstos no “caput” deste artigo todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Artigo 17 - Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.

Parágrafo único - Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob Grupo Técnico supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

Artigo 18 - É direito do interessado obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.

## SEÇÃO V Dos Recursos

Artigo 19 - No caso de indeferimento de acesso aos documentos, dados e informações ou às razões da negativa do acesso, bem como o não atendimento do pedido, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar de sua ciência.

Parágrafo único - O recurso será dirigido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar, após eventual consulta à Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, a que se referem os artigos 11 e 12 deste decreto, e ao órgão jurídico, no prazo de 5 (cinco) dias.

*(\*) Nova redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015 (art.32) :*

Artigo 20 - Negado o acesso ao documento, dado e informação pelos órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, o interessado poderá recorrer, no prazo de 10 (dez) dias, à Ouvidoria Geral do Estado, da Secretaria de Governo, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias se:”;

I - o acesso ao documento, dado ou informação não classificada como sigilosa for negado;

II - a decisão de negativa de acesso ao documento, dado ou informação, total ou parcialmente classificada como sigilosa, não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido o pedido de acesso ou desclassificação;

III - os procedimentos de classificação de sigilo estabelecidos na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, não tiverem sido observados;

IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

*(\*) Nova redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015 (art.32) :*

“§ 1º - O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Ouvidoria Geral do Estado depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, nos termos do parágrafo único do artigo 19 deste decreto.”;

“§ 2º - Verificada a procedência das razões do recurso, a Ouvidoria Geral do Estado determinará ao órgão ou entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e neste decreto.”;

*(\*) Nova redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015 (art.32) :*

Artigo 21 - Negado o acesso ao documento, dado ou informação pela Ouvidoria Geral do Estado, o requerente poderá, no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência, interpor recurso à Comissão Estadual de Acesso à Informação, de que trata o artigo 76 deste decreto.”;

Artigo 22 - Aplica-se, no que couber, a Lei estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998, ao procedimento de que trata este Capítulo.

## CAPÍTULO III

### Da Divulgação de Documentos, Dados e Informações

Artigo 23 - É dever dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de documentos, dados e informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º - Na divulgação das informações a que se refere o «caput» deste artigo, deverão constar, no mínimo:

1. registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
2. registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
3. registros de receitas e despesas;
4. informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
5. relatórios, estudos e pesquisas;
6. dados gerais para o acompanhamento da execução orçamentária, de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;
7. respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

§ 2º - Para o cumprimento do disposto no «caput» deste artigo, os órgãos e entidades estaduais deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

§ 3º - Os sítios de que trata o § 2º deste artigo deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

1. conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
2. possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
3. possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
4. divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;
5. garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;
6. manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;
7. indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio;
8. adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do artigo 17 da Lei federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, artigo 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e da Lei estadual nº 12.907, de 15 de abril de 2008.

Artigo 24 - Os documentos que contenham informações que se enquadrem nos casos referidos no artigo anterior deverão estar cadastrados no Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivista de Documentos e Informações - SPdoc.

Artigo 25 - A autoridade máxima de cada órgão ou entidade estadual publicará, anualmente, em sítio próprio, bem como no Portal da Transparência e do Governo Aberto:

I - rol de documentos, dados e informações que tenham sido desclassificados nos últimos 12 (doze) meses;

II - rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;

III - relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

Parágrafo único - Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual deverão manter exemplar da publicação prevista no «caput» deste artigo para consulta pública em suas sedes, bem como o extrato com o rol de documentos, dados e informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.

Artigo 26 - Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual deverão prestar no prazo de 60 (sessenta) dias, para compor o «Catálogo de Sistemas e Bases de Dados da Administração Pública do Estado de São Paulo - CSBD», as seguintes informações:

- I - tamanho e descrição do conteúdo das bases de dados;
- II - metadados;
- III - dicionário de dados com detalhamento de conteúdo;
- IV - arquitetura da base de dados;
- V - periodicidade de atualização;
- VI - software da base de dados;
- VII - existência ou não de sistema de consulta à base de dados e sua linguagem de programação;
- VIII - formas de consulta, acesso e obtenção à base de dados.

§ 1º - Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual deverão indicar o setor responsável pelo fornecimento e atualização permanente de dados e informações que compõem o «Catálogo de Sistemas e Bases de Dados da Administração Pública do Estado de São Paulo - CSBD».

§ 2º - O desenvolvimento do «Catálogo de Sistemas e Bases de Dados da Administração Pública do Estado de São Paulo - CSBD», coleta de informações, manutenção e atualização permanente ficará a cargo da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

(\*) Nova redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015 (art.32) :

“§ 3º - O «Catálogo de Sistemas e Bases de Dados da Administração Pública do Estado de São Paulo – CSBD», bem como as bases de dados da Administração Pública Estadual deverão estar disponíveis no Portal Governo Aberto SP e no Portal da Transparência Estadual, nos termos da legislação pertinente, com todos os elementos necessários para permitir sua utilização por terceiros, como a arquitetura da base e o dicionário de dados.”; (NR)

## CAPÍTULO IV

### Das Restrições de Acesso a Documentos, Dados e Informações

#### SEÇÃO I

#### Disposições Gerais

Artigo 27 - São consideradas passíveis de restrição de acesso, no âmbito da Administração Pública Estadual, duas categorias de documentos, dados e informações:

I - Sigilosos: aqueles submetidos temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

II - Pessoais: aqueles relacionados à pessoa natural identificada ou identificável, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

Parágrafo único - Cabe aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, por meio de suas respectivas Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, a que se referem os artigos 11 e 12 deste decreto, promover os estudos necessários à elaboração de tabela com a identificação de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, visando assegurar a sua proteção.

Artigo 28 - Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único - Os documentos, dados e informações que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Artigo 29 - O disposto neste decreto não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.

## SEÇÃO II

### *Da Classificação, Reclassificação e Desclassificação de Documentos, Dados e Informações Sigilosas*

Artigo 30 - São considerados imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação de sigilo, os documentos, dados e informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;

II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;

III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;

V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas;

VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;

VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares;

VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Artigo 31 - Os documentos, dados e informações sigilosas em poder de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderão ser classificados nos seguintes graus:

- I - ultrassecreto;
- II - secreto;
- III - reservado.

§ 1º - Os prazos máximos de restrição de acesso aos documentos, dados e informações, conforme a classificação prevista no «caput» e incisos deste artigo, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

1. ultrassecreto: até 25 (vinte e cinco) anos;
2. secreto: até 15 (quinze) anos;
3. reservado: até 5 (cinco) anos.

§ 2º - Os documentos, dados e informações que puderem colocar em risco a segurança do Governador e Vice-Governador do Estado e respectivos cônjuges e filhos (as) serão classificados como reservados e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

§ 3º - Alternativamente aos prazos previstos no § 1º deste artigo, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.

§ 4º - Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, o documento, dado ou informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

§ 5º - Para a classificação do documento, dado ou informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação, e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:

1. a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado;
2. o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.

Artigo 32 - A classificação de sigilo de documentos, dados e informações no âmbito da Administração Pública Estadual deverá ser realizada mediante:

I - publicação oficial, pela autoridade máxima do órgão ou entidade, de tabela de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, que em razão de seu teor e de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade e do Estado ou à proteção da intimidade, da vida privada, da honra e imagem das pessoas, sejam passíveis de restrição de acesso, a partir do momento de sua produção,

*(\*) Revogado pelo Decreto nº 61.836, de 18 de fevereiro de 2016*

II - análise do caso concreto pela autoridade responsável ou agente público competente, e formalização da decisão de classificação, reclassificação ou desclassificação de sigilo, bem como de restrição de acesso à informação pessoal, que conterà, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) assunto sobre o qual versa a informação;
- b) fundamento da classificação, reclassificação ou desclassificação de sigilo, observados os critérios estabelecidos no artigo 31 deste decreto, bem como da restrição de acesso à informação pessoal;
- c) indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos no artigo 31 deste decreto, bem como a indicação do prazo mínimo de restrição de acesso à informação pessoal;
- d) identificação da autoridade que a classificou, reclassificou ou desclassificou.

Parágrafo único - O prazo de restrição de acesso contar-se-á da data da produção do documento, dado ou informação.

*(\*) Nova redação dada pelo Decreto nº 61.559, de 15 de outubro de 2015 (art.1º) :*



Artigo 33 - A classificação de sigilo de documentos, dados e informações no âmbito da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, a que se refere o inciso II do artigo 32 deste decreto, é de competência das seguintes autoridades:

- I - Governador do Estado;
- II - Vice-Governador do Estado;
- III - Secretários de Estado e Procurador Geral do Estado.

§ 1º - É vedada a delegação da competência estabelecida neste artigo.

§ 2º - A decisão da autoridade prevista no inciso III deste artigo que classificar documentos, dados e informações nos graus de sigilo reservado, secreto e ultrassecreto, deverá ser ratificada pela Comissão Estadual de Acesso à Informação.”. (NR)

Artigo 34 - A classificação de documentos, dados e informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, nos termos e prazos previstos em regulamento, com vistas à sua desclassificação ou à redução do prazo de sigilo, observado o disposto no artigo 31 deste decreto.

§ 1º - O regulamento a que se refere o «caput» deste artigo deverá considerar as peculiaridades das informações produzidas no exterior por autoridades ou agentes públicos.

§ 2º - Na reavaliação a que se refere o «caput» deste artigo deverão ser examinadas a permanência dos motivos do sigilo e a possibilidade de danos decorrentes do acesso ou da divulgação da informação.

§ 3º - Na hipótese de redução do prazo de sigilo da informação, o novo prazo de restrição manterá como termo inicial a data da sua produção.

### SEÇÃO III

#### *Da Proteção de Documentos, Dados e Informações Pessoais*

Artigo 35 - O tratamento de documentos, dados e informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º - Os documentos, dados e informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

1. terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem;

2. poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º - Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.

§ 3º - O consentimento referido no item 2 do § 1º deste artigo não será exigido quando as informações forem necessárias:

1. à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;

2. à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

3. ao cumprimento de ordem judicial;

4. à defesa de direitos humanos;

5. à proteção do interesse público e geral preponderante.

§ 4º - A restrição de acesso aos documentos, dados e informações relativos à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

§ 5º - Os documentos, dados e informações identificados como pessoais somente poderão ser fornecidos pessoalmente, com a identificação do interessado.

### SEÇÃO IV

#### *Da Proteção e do Controle de Documentos, Dados e Informações Sigilosos*

Artigo 36 - É dever da Administração Pública Estadual controlar o acesso e a divulgação de documentos, dados e informações sigilosos sob a custódia de seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.

§ 1º - O acesso, a divulgação e o tratamento de documentos, dados e informações classificados como sigilosos ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma dos artigos 62 a 65 deste decreto, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

§ 2º - O acesso aos documentos, dados e informações classificados como sigilosos ou identificados como pessoais, cria a obrigação para aquele que as obteve de resguardar restrição de acesso.

Artigo 37 - As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de documentos, dados e informações sigilosos e pessoais.

Parágrafo único - A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o poder público executar atividades de tratamento de documentos, dados e informações sigilosos e pessoais adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação deste decreto.

Artigo 38 - O acesso a documentos, dados e informações sigilosos, originários de outros órgãos ou instituições privadas, custodiados para fins de instrução de procedimento, processo administrativo ou judicial, somente poderá ser realizado para outra finalidade se autorizado pelo agente credenciado do respectivo órgão, entidade ou instituição de origem.

### SUBSEÇÃO I

#### *Da Produção, do Registro, Expedição, Tramitação e Guarda*

Artigo 39 - A produção, manuseio, consulta, transmissão, manutenção e guarda de documentos, dados e informações sigilosos observarão medidas especiais de segurança.

Artigo 40 - Os documentos sigilosos em sua expedição e tramitação obedecerão às seguintes prescrições:

I - deverão ser registrados no momento de sua produção, prioritariamente em sistema informatizado de gestão arquivista de documentos;

II - serão acondicionados em envelopes duplos;

III - no envelope externo não constará qualquer indicação do grau de sigilo ou do teor do documento;

IV - o envelope interno será fechado, lacrado e expedido mediante relação de remessa, que indicará, necessariamente, remetente, destinatário, número de registro e o grau de sigilo do documento;

V - para os documentos sigilosos digitais deverão ser observadas as prescrições referentes à criptografia.

Artigo 41 - A expedição, tramitação e entrega de documento ultrassecreto e secreto, deverá ser efetuadas pessoalmente, por agente público credenciado, sendo vedada a sua postagem.

Parágrafo único - A comunicação de informação de natureza ultrassecreta e secreta, de outra forma que não a prescrita no “caput” deste artigo, só será permitida excepcionalmente e em casos extremos, que requeiram tramitação e solução imediatas, em atendimento ao princípio da oportunidade e considerados os interesses da segurança da sociedade e do Estado, utilizando-se o adequado meio de criptografia.

Artigo 42 - A expedição de documento reservado poderá ser feita mediante serviço postal, com opção de registro, mensageiro oficialmente designado, sistema de encomendas ou, quando for o caso, mala diplomática.

Parágrafo único - A comunicação dos documentos de que trata este artigo poderá ser feita por outros meios, desde que sejam usados recursos de criptografia compatíveis com o grau de sigilo do documento, conforme previsto nos artigos 51 a 56 deste decreto.

Artigo 43 - Cabe aos agentes públicos credenciados responsáveis pelo recebimento de documentos sigilosos:

I - verificar a integridade na correspondência recebida e registrar indícios de violação ou de qualquer irregularidade, dando ciência do fato ao seu superior hierárquico e ao destinatário, o qual informará imediatamente ao remetente;

II - proceder ao registro do documento e ao controle de sua tramitação.

Artigo 44 - O envelope interno só será aberto pelo destinatário, seu representante autorizado ou autoridade competente hierarquicamente superior, observados os requisitos do artigo 62 deste decreto.

Artigo 45 - O destinatário de documento sigiloso comunicará imediatamente ao remetente qualquer indício de violação ou adulteração do documento.

Artigo 46 - Os documentos, dados e informações sigilosos serão mantidos em condições especiais de segurança, na forma do regulamento interno de cada órgão ou entidade.

Parágrafo único - Para a guarda de documentos secretos e ultrassecretos deverá ser utilizado cofre forte ou estrutura que ofereça segurança equivalente ou superior.

Artigo 47 - Os agentes públicos responsáveis pela guarda ou custódia de documentos sigilosos os transmitirão a seus substitutos, devidamente conferidos, quando da passagem ou transferência de responsabilidade.

## SUBSEÇÃO II

### Da Marcação

Artigo 48 - O grau de sigilo será indicado em todas as páginas do documento, nas capas e nas cópias, se houver, pelo produtor do documento, dado ou informação, após classificação, ou pelo agente classificador que juntar a ele documento ou informação com alguma restrição de acesso.

§ 1º - Os documentos, dados ou informações cujas partes contenham diferentes níveis de restrição de acesso devem receber diferentes marcações, mas no seu todo, será tratado nos termos de seu grau de sigilo mais elevado.

§ 2º - A marcação será feita em local que não comprometa a leitura e compreensão do conteúdo do documento e em local que possibilite sua reprodução em eventuais cópias.

§ 3º - As páginas serão numeradas seguidamente, devendo a junta ser precedida de termo próprio consignando o número total de folhas acrescidas ao documento.

§ 4º - A marcação deverá ser necessariamente datada.

Artigo 49 - A marcação em extratos de documentos, esboços, desenhos, fotografias, imagens digitais, multimídia, negativos, diapositivos, mapas, cartas e fotocartas obedecerá ao prescrito no artigo 48 deste decreto.

§ 1º - Em fotografias e reproduções de negativos sem legenda, a indicação do grau de sigilo será no verso e nas respectivas embalagens.

§ 2º - Em filmes cinematográficos, negativos em rolos contínuos e microfilmes, a categoria e o grau de sigilo serão indicados nas imagens de abertura e de encerramento de cada rolo, cuja embalagem será tecnicamente segura e exibirá a classificação do conteúdo.

§ 3º - Os esboços, desenhos, fotografias, imagens digitais, multimídia, negativos, diapositivos, mapas, cartas e fotocartas de que trata esta seção, que não apresentem condições para a indicação do grau de sigilo, serão guardados em embalagens que exibam a classificação correspondente à classificação do conteúdo.

Artigo 50 - A marcação da reclassificação e da desclassificação de documentos, dados ou informações sigilosos obedecerá às mesmas regras da marcação da classificação.

Parágrafo único - Havendo mais de uma marcação, prevalecerá a mais recente.

## SUBSEÇÃO III

### Da Criptografia

Artigo 51 - Fica autorizado o uso de código, cifra ou sistema de criptografia no âmbito da Administração Pública Estadual e das instituições de caráter público para assegurar o sigilo de documentos, dados e informações.

Artigo 52 - Para circularem fora de área ou instalação sigilosa, os documentos, dados e informações sigilosos, produzidos em suporte magnético ou óptico, deverão necessariamente estar criptografados.

Artigo 53 - A aquisição e uso de aplicativos de criptografia no âmbito da Administração Pública Estadual sujeitar-se-ão às normas gerais baixadas pelo Comitê de Qualidade da Gestão Pública - CQGP.

Parágrafo único - Os programas, aplicativos, sistemas e equipamentos de criptografia são considerados sigilosos e deverão, antecipadamente, ser submetidos à certificação de conformidade.

Artigo 54 - Aplicam-se aos programas, aplicativos, sistemas e equipamentos de criptografia todas as medidas de segurança previstas neste decreto para os documentos, dados e informações sigilosos e também os seguintes procedimentos:

I - realização de vistorias periódicas, com a finalidade de assegurar uma perfeita execução das operações criptográficas;

II - elaboração de inventários completos e atualizados do material de criptografia existente;

III - escolha de sistemas criptográficos adequados a cada destinatário, quando necessário;

IV - comunicação, ao superior hierárquico ou à autoridade competente, de qualquer anormalidade relativa ao sigilo, à inviolabilidade, à integridade, à autenticidade, à legitimidade e à disponibilidade de documentos, dados e informações sigilosos criptografados;

V - identificação e registro de indícios de violação ou interceptação ou de irregularidades na transmissão ou recebimento de documentos, dados e informações criptografados.

§ 1º - A autoridade máxima do órgão ou entidade da Administração Pública Estadual responsável pela custódia de documentos, dados e informações sigilosos e detentor de material criptográfico designará um agente público responsável pela segurança criptográfica, devidamente credenciado, que deverá observar os procedimentos previstos no «caput» deste artigo.

§ 2º - O agente público referido no § 1º deste artigo deverá providenciar as condições de segurança necessárias ao resguardo do sigilo de documentos, dados e informações durante sua produção, tramitação e guarda, em suporte magnético ou óptico, bem como a segurança dos equipamentos e sistemas utilizados.

§ 3º - As cópias de segurança de documentos, dados e informações sigilosos deverão ser criptografadas, observadas as disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo.

Artigo 55 - Os equipamentos e sistemas utilizados para a produção e guarda de documentos, dados e informações sigilosos poderão estar ligados a redes de comunicação de dados desde que possuam sistemas de proteção e segurança adequados, nos termos das normas gerais baixadas pelo Comitê de Qualidade da Gestão Pública - CQGP.

Artigo 56 - Cabe ao órgão responsável pela criptografia de documentos, dados e informações sigilosos providenciar a sua decriptação após a sua desclassificação.

## **SUBSEÇÃO IV** **Da Preservação e Eliminação**

Artigo 57 - Aplicam-se aos documentos, dados e informações sigilosos os prazos de guarda estabelecidos na Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Meio, oficializada pelo Decreto nº 48.898, de 27 de agosto de 2004, e nas Tabelas de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim, oficializadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, ressalvado o disposto no artigo 59 deste decreto.

Artigo 58 - Os documentos, dados e informações sigilosos considerados de guarda permanente, nos termos dos Decretos nº 48.897 e nº 48.898, ambos de 27 de agosto de 2004, somente poderão ser recolhidos à Unidade do Arquivo Público do Estado após a sua desclassificação.

Parágrafo único - Excetuam-se do disposto no «caput» deste artigo, os documentos de guarda permanente de órgãos ou entidades extintos ou que cessaram suas atividades, em conformidade com o artigo 7, § 2º, da Lei federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e com o artigo 1º, § 2º, do Decreto nº 48.897, de 27 de agosto de 2004.

Artigo 59 - Decorridos os prazos previstos nas tabelas de temporalidade de documentos, os documentos, dados e informações sigilosos de guarda temporária somente poderão ser eliminados após 1 (um) ano, a contar da data de sua desclassificação, a fim de garantir o pleno acesso às informações neles contidas.

Artigo 60 - A eliminação de documentos dados ou informações sigilosos em suporte magnético ou óptico que não possuam valor permanente deve ser feita, por método que sobrescreva as informações armazenadas, após sua desclassificação.

Parágrafo único - Se não estiver ao alcance do órgão a eliminação que se refere o «caput» deste artigo, deverá ser providenciada a destruição física dos dispositivos de armazenamento.

## **SUBSEÇÃO V** **Da Publicidade de Atos Administrativos**

Artigo 61 - A publicação de atos administrativos referentes a documentos, dados e informações sigilosos poderá ser efetuada mediante extratos, com autorização da autoridade classificadora ou hierarquicamente superior.

§ 1º - Os extratos referidos no «caput» deste artigo limitar-se-ão ao seu respectivo número, ao ano de edição e à sua ementa, redigidos por agente público credenciado, de modo a não comprometer o sigilo.

§ 2º - A publicação de atos administrativos que trate de documentos, dados e informações sigilosos para sua divulgação ou execução dependerá de autorização da autoridade classificadora ou autoridade competente hierarquicamente superior.

## **SUBSEÇÃO VI** **Da Credencial de Segurança**

Artigo 62 - O credenciamento e a necessidade de conhecer são condições indispensáveis para que o agente público estadual no efetivo exercício de cargo, função, emprego ou atividade tenha acesso a documentos, dados e informações sigilosos equivalentes ou inferiores ao de sua credencial de segurança.

Artigo 63 - As credenciais de segurança referentes aos graus de sigilo previstos no artigo 31 deste decreto, serão classificadas nos graus de sigilo ultrassecreta, secreta ou reservada.

Artigo 64 - A credencial de segurança referente à informação pessoal, prevista no artigo 35 deste decreto, será identificada como personalíssima.

Artigo 65 - A emissão da credencial de segurança compete às autoridades máximas de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, podendo ser objeto de delegação.

§ 1º - A credencial de segurança será concedida mediante termo de compromisso de preservação de sigilo, pelo qual os agentes públicos responsabilizam-se por não revelarem ou divulgarem documentos, dados ou informações sigilosos dos quais tiverem conhecimento direta ou indiretamente no exercício de cargo, função ou emprego público.

§ 2º - Para a concessão de credencial de segurança serão avaliados, por meio de investigação, os requisitos profissionais, funcionais e pessoais dos propositos.

§ 3º - A validade da credencial de segurança poderá ser limitada no tempo e no espaço.

§ 4º - O compromisso referido no «caput» deste artigo persistirá enquanto durar o sigilo dos documentos a que tiveram acesso.

### ***SUBSEÇÃO VII*** ***Da Reprodução e Autenticação***

Artigo 66 - Os Serviços de Informações ao Cidadão - SIC dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual fornecerão, desde que haja autorização expressa das autoridades classificadoras ou das autoridades hierarquicamente superiores, reprodução total ou parcial de documentos, dados e informações sigilosos.

§ 1º - A reprodução do todo ou de parte de documentos, dados e informações sigilosos terá o mesmo grau de sigilo dos documentos, dados e informações originais.

§ 2º - A reprodução e autenticação de cópias de documentos, dados e informações sigilosos serão realizadas por agentes públicos credenciados.

§ 3º - Serão fornecidas certidões de documentos sigilosos que não puderem ser reproduzidos integralmente, em razão das restrições legais ou do seu estado de conservação.

§ 4º - A reprodução de documentos, dados e informações pessoais que possam comprometer a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem de terceiros poderá ocorrer desde que haja autorização nos termos item 2 do § 1º do artigo 35 deste decreto.

Artigo 67 - O responsável pela preparação ou reprodução de documentos sigilosos deverá providenciar a eliminação de provas ou qualquer outro recurso, que possam dar origem à cópia não autorizada do todo ou parte.

Artigo 68 - Sempre que a preparação, impressão ou, se for o caso, reprodução de documentos, dados e informações sigilosos forem efetuadas em tipografias, impressoras, oficinas gráficas, ou similares, essa operação deverá ser acompanhada por agente público credenciado, que será responsável pela garantia do sigilo durante a confecção do documento.

### ***SUBSEÇÃO VIII*** ***Da Gestão de Contratos***

Artigo 69 - O contrato cuja execução implique o acesso por parte da contratada a documentos, dados ou informações sigilosos, obedecerá aos seguintes requisitos:

I - assinatura de termo de compromisso de manutenção de sigilo;  
II - o contrato conterá cláusulas prevendo:

a) obrigação de o contratado manter o sigilo relativo ao objeto contratado, bem como à sua execução;

b) obrigação de o contratado adotar as medidas de segurança adequadas, no âmbito de suas atividades, para a manutenção do sigilo de documentos, dados e informações aos quais teve acesso;

c) identificação, para fins de concessão de credencial de segurança, das pessoas que, em nome da contratada, terão acesso a documentos, dados e informações sigilosos.

Artigo 70 - Os órgãos contratantes da Administração Pública Estadual fiscalizarão o cumprimento das medidas necessárias à proteção dos documentos, dados e informações de natureza sigilosa transferidos aos contratados ou decorrentes da execução do contrato.

### ***CAPÍTULO V*** ***Das Responsabilidades***

Artigo 71 - Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

I - recusar-se a fornecer documentos, dados e informações requeridas nos termos deste decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, documento, dado ou informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso a documento, dado e informação;

IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido ao documento, dado e informação sigilosos ou pessoal;

V - impor sigilo a documento, dado e informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente documento, dado ou informação sigilosos para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros;

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º - Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no «caput» deste artigo serão apuradas e punidas na forma da legislação em vigor.

§ 2º - Pelas condutas descritas no «caput» deste artigo, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto na Lei federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Artigo 72 - O agente público que tiver acesso a documentos, dados ou informações sigilosos, nos termos deste decreto, é responsável pela preservação de seu sigilo, ficando sujeito às sanções administrativas, civis e penais previstas na legislação, em caso de eventual divulgação não autorizada.

Artigo 73 - Os agentes responsáveis pela custódia de documentos e informações sigilosos sujeitam-se às normas referentes ao sigilo profissional, em razão do ofício, e ao seu código de ética específico, sem prejuízo das sanções legais.

Artigo 74 - A pessoa física ou entidade privada que detiver documentos, dados e informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e neste decreto estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º - A reabilitação referida no inciso V deste artigo será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º - A aplicação da sanção prevista no inciso V deste artigo é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Artigo 75 - Os órgãos e entidades estaduais respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de documentos, dados e informações sigilosos ou pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades estaduais, tenha acesso a documento, dado ou informação sigilosos ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

## CAPÍTULO VI Disposições Finais

Artigo 76 - O tratamento de documento, dado ou informação sigilosos resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá às normas e recomendações constantes desses instrumentos.

Artigo 77 - Aplica-se, no que couber, a Lei federal nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, física ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

(\*) *Nova redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015 (art.32)* :

Artigo 78 – Cabe à Secretaria de Governo:”; (NR)

I - realizar campanha de abrangência estadual de fomento à cultura da transparência na Administração Pública Estadual e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;

II - promover treinamento de agentes públicos no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na Administração Pública Estadual;

III - formular e implementar política de segurança da informação, em consonância com as diretrizes da política estadual de arquivos e gestão de documentos;

IV - propor e promover a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades da Administração Pública Estadual para tratamento de informações sigilosas e pessoais.

(\*) *Nova redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015 (art.32)* :

Artigo 79 – A Ouvidoria Geral do Estado, será responsável pela fiscalização da aplicação da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e deste decreto no âmbito da Administração Pública Estadual, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno.”. (NR)

Artigo 80 - Este decreto e suas disposições transitórias entram em vigor na data de sua publicação.

## DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 1º - Fica instituído Grupo Técnico, junto ao Comitê de Qualidade da Gestão Pública - CQGP, visando a promover os estudos necessários à criação, composição, organização e funcionamento da Comissão Estadual de Acesso à Informação.

Parágrafo único - O Presidente do Comitê de Qualidade da Gestão Pública designará, no prazo de 30 (trinta) dias, os membros integrantes do Grupo Técnico.

Artigo 2º - Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual deverão proceder à reavaliação dos documentos, dados e informações classificados como ultrassecretos e secretos no prazo máximo de 2 (dois) anos, contado do termo inicial de vigência da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 1º - A restrição de acesso a documentos, dados e informações, em razão da reavaliação prevista no «caput» deste artigo, deverá observar os prazos e condições previstos na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 2º - No âmbito da administração pública estadual, a reavaliação prevista no «caput» deste artigo poderá ser revista, a qualquer tempo, pela Comissão Estadual de Acesso à Informação, observados os termos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e deste decreto.

§ 3º - Enquanto não transcorrido o prazo de reavaliação previsto no «caput» deste artigo, será mantida a classificação dos documentos, dados e informações nos termos da legislação precedente.

§ 4º - Os documentos, dados e informações classificados como secretos e ultrassecretos não reavaliados no prazo previsto no «caput» deste artigo serão considerados, automaticamente, de acesso público.

Artigo 3º - No prazo de 30 (trinta) dias, a contar da vigência deste decreto, a autoridade máxima de cada órgão ou entidade da Administração Pública Estadual designará subordinado para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, exercer as seguintes atribuições:

I - planejar e propor, no prazo de 90 (noventa) dias, os recursos organizacionais, materiais e humanos, bem como as demais providências necessárias à instalação e funcionamento dos Serviços de Informações ao Cidadão - SIC, a que se refere o artigo 7º deste decreto;

II - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a documentos, dados ou informações, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e deste decreto;

III - orientar e monitorar a implementação do disposto na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e neste decreto, e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;

IV - recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto neste decreto;

V - promover a capacitação, o aperfeiçoamento e a atualização de pessoal que desempenhe atividades inerentes à salvaguarda de documentos, dados e informações sigilosos e pessoais.

Artigo 4º - As Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA deverão apresentar à autoridade máxima do órgão ou entidade, plano e cronograma de trabalho, no prazo de 30 (trinta) dias, para o cumprimento das atribuições previstas no artigo 6º, incisos I e II, e artigo 32, inciso I, deste decreto.

*Palácio dos Bandeirantes, 16 de maio de 2012*  
*GERALDO ALCKMIN*

## QUESTÕES

**1. (TJ/MG - Juiz - FUNDEP/2014)** Sobre o conceito de Constituição, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) É o estatuto que regula as relações entre Estados soberanos.
- (B) É o conjunto de normas que regula os direitos e deveres de um povo.
- (C) É a lei fundamental e suprema de um Estado, que contém normas referentes à estruturação, à formação dos poderes públicos, direitos, garantias e deveres dos cidadãos.
- (D) É a norma maior de um Estado, que regula os direitos e deveres de um povo nas suas relações.

**2. (TJ/MG - Juiz - FUNDEP/2014)** Dentre as formas de classificação das Constituições, uma delas é quanto à origem.

Em relação às características de uma Constituição quanto à sua origem, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Dogmáticas ou históricas.
- (B) Materiais ou formais.
- (C) Analíticas ou sintéticas.
- (D) Promulgadas ou outorgadas.

**3. (TJ/MG - Juiz - FUNDEP/2014)** Sobre a supremacia da Constituição da República, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A supremacia está no fato de o controle da constitucionalidade das leis só ser exercido pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) A supremacia está na obrigatoriedade de submissão das leis aos princípios que norteiam o Estado por ela instituído.
- (C) A supremacia está no fato de a interpretação da constituição não depender da observância dos princípios que a norteiam.
- (D) A supremacia está no fato de que os princípios e fundamentos da constituição se resumam na declaração de soberania.

**4. (PC/PI - Delegado de Polícia - UESPI/2014)** Entre os chamados sentidos doutrinariamente atribuídos à Constituição, existe um que realiza a distinção entre Constituição e lei constitucional. Assinale a alternativa que o contempla.

- (A) Sentido político
- (B) Sentido sociológico.
- (C) Sentido jurídico.
- (D) Sentido culturalista.
- (E) Sentido simbólico.

**5. (PC/SC - Agente de Polícia - ACAFE/2014)** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituiu-se em Estado Democrático de Direito (art. 1º da CF).

Com base no enunciado acima é correto afirmar, exceto:

- (A) são objetivos fundamentais da república federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (B) a soberania, a cidadania e o pluralismo político não são fundamentos da república federativa do Brasil.
- (C) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- (D) é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato.
- (E) construir uma sociedade livre, justa e solidária é um dos objetivos fundamentais da república federativa do Brasil.

**6. (PC/SC - Agente de Polícia - ACAFE/2014)** A Constituição brasileira inicia com o Título I dedicado aos "princípios fundamentais", que são as regras informadoras de todo um sistema de normas, as diretrizes básicas do ordenamento constitucional brasileiro. São regras que contêm os mais importantes valores que informam a elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil.

Diante dessa afirmação, analise as questões a seguir e assinale a alternativa correta.

I - Nas relações internacionais, a República brasileira rege-se, entre outros, pelos seguintes princípios: autodeterminação dos povos, defesa da paz, igualdade entre os Estados, concessão de asilo político.

II - Os princípios não são dotados de normatividade, ou seja, possuem efeito vinculante, mas constituem regras jurídicas efetivas.

III - Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer, pois implica ofensa a todo o sistema de comandos.

IV - São princípios que norteiam a atividade econômica no Brasil: a soberania nacional, a função social da propriedade, a livre concorrência, a defesa do consumidor; a propriedade privada.

V - A diferença de salários, de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil a qualquer dos trabalhadores urbanos e rurais fere o princípio da igualdade do caput do art. 5º da Constituição Federal.

- (A) Apenas I, II, III estão corretas.
- (B) Apenas II e IV estão corretas.
- (C) Apenas III e V estão corretas.
- (D) Apenas I, III, IV e V estão corretas.
- (E) Todas as afirmações estão corretas.

**7. (DPE/GO - Defensor Público - UFG/2014)** A propósito dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, reconhece-se que:

- (A) o pluralismo político está inserido entre seus objetivos.
- (B) a livre iniciativa é um de seus fundamentos e se contrapõe ao valor social do trabalho.
- (C) a dignidade é também do nascituro, o que desautoriza, portanto, a prática da interrupção da gravidez quando decorrente de estupro.
- (D) a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação, é um de seus objetivos.
- (E) o legislativo, o executivo e o judiciário, dependentes e harmônicos entre si, são poderes da união.

**8. (DPE/DF - Analista - Assistência Judiciária - FGV/2014)** Sobre os Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil, à luz do texto constitucional de 1988, é INCORRETO afirmar que:

- (A) a República Federativa do Brasil tem como fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- (B) a República Federativa do Brasil tem como objetivos fundamentais: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (C) todo o poder emana do povo, que o exerce unicamente por meio de representantes eleitos.
- (D) entre outros, são princípios adotados pela República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, os seguintes: a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (E) a autodeterminação dos povos, a não intervenção e a defesa da paz são princípios regeadores das relações internacionais da República Federativa do Brasil.

**9. (PC/SC - Agente de Polícia - ACAFE/2014)** O art. 5º da Constituição Federal trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, espécie do gênero direitos e garantias fundamentais (Título II). Assim, apesar de referir-se, de modo expresso, apenas a direitos e deveres, também consagrou as garantias fundamentais. (LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático, São Paulo: Saraiva, 2009, 13ª. ed., p. 671).

Com base na afirmação acima, analise as questões a seguir e assinale a alternativa correta.

- I - Os direitos são bens e vantagens prescritos na norma constitucional, enquanto as garantias são os instrumentos através dos quais se assegura o exercício dos aludidos direitos.
  - II - O rol dos direitos expressos nos 78 incisos e parágrafos do art. 5º da Constituição Federal é meramente exemplificativo.
  - III - Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte.
  - IV - São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
  - V - É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.
- (A) Apenas I, II e III estão corretas.
  - (B) Apenas II, III e IV estão corretas.

- (C) Apenas III e V estão corretas.
- (D) Apenas IV e V estão corretas.
- (E) Todas as questões estão corretas.

**10. (PC/SC - Agente de Polícia - ACAFE/2014)** Os remédios constitucionais são as formas estabelecidas pela Constituição Federal para concretizar e proteger os direitos fundamentais a fim de que sejam assegurados os valores essenciais e indisponíveis do ser humano.

Assim, é correto afirmar, exceto:

- (A) O *habeas corpus* pode ser formulado sem advogado, não tendo de obedecer a qualquer formalidade processual, e o próprio cidadão prejudicado pode ser o autor.
- (B) O *habeas corpus* é utilizado sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) O autor da ação constitucional de *habeas corpus* recebe o nome de impetrante; o indivíduo em favor do qual se impetra, paciente, podendo ser o mesmo impetrante, e a autoridade que pratica a ilegalidade, autoridade coatora.
- (D) Caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares.
- (E) O *habeas corpus* será preventivo quando alguém se achar ameaçado de sofrer violência, ou repressivo, quando for concreta a lesão.

**11. (PC/SC - Agente de Polícia - ACAFE/2014)** Ainda em relação aos outros remédios constitucionais analise as questões a seguir e assinale a alternativa correta.

I - O *habeas data* assegura o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

II - Será concedido *habeas data* para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

III - Em se tratando de registro ou banco de dados de entidade governamental, o sujeito passivo na ação de *habeas data* será a pessoa jurídica componente da administração direta e indireta do Estado.

IV - O mandado de injunção serve para requerer à autoridade competente que faça uma lei para tornar viável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

V - O pressuposto lógico do mandado de injunção é a demora legislativa que impede um direito de ser efetivado pela falta de complementação de uma lei.

- (A) Todas as afirmações estão corretas.
- (B) Apenas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas II, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas II, III e V estão corretas.
- (E) Apenas IV e V estão corretas.

**12. (PC/SC - Agente de Polícia - ACAFE/2014)** O devido processo legal estabelecido como direito do cidadão na Constituição Federal configura dupla proteção ao indivíduo, pois atua no âmbito material de proteção ao direito de liberdade e no âmbito formal, ao assegurar-lhe a paridade de condições com o Estado para defender-se.

Com base na afirmação acima, analise as questões a seguir e assinale a alternativa correta.

I - Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.



II - A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

III - São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

IV - Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

V - Não haverá prisão civil por dívida, nem mesmo a do depositário infiel.

- (A) Apenas I, II e IV estão corretas.
- (B) Apenas I, III e V estão corretas.
- (C) Apenas III e IV estão corretas.
- (D) Apenas IV e V estão corretas.
- (E) Todas as questões estão corretas.

**13. (PC/MG - Investigador de Polícia - FUMARC/2014)** Sobre a Lei Penal, é CORRETO afirmar que

- (A) não retroage, salvo para beneficiar o réu.
- (B) não retroage, salvo se o fato criminoso ainda não for conhecido.
- (C) retroage, salvo disposição expressa em contrário.
- (D) retroage, se ainda não houver processo penal instaurado.

**14. (PC/MG - Investigador de Polícia - FUMARC/2014)** Sobre as garantias fundamentais estabelecidas na Constituição Federal, é CORRETO afirmar que

- (A) a Lei Penal é sempre irretroativa.
- (B) a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.
- (C) não haverá pena de morte em nenhuma circunstância.
- (D) os templos religiosos, entendidos como casas de Deus, possuem garantia de inviolabilidade domiciliar.

**15. (PC/MG - Investigador de Polícia - FUMARC/2014)** NÃO figura entre as garantias expressas no artigo 5º da Constituição Federal:

- (A) a obtenção de certidões em repartições públicas.
- (B) a defesa do consumidor, prevista em estatuto próprio.
- (C) o respeito à integridade física dos presos, garantido pela lei de execução penal.
- (D) a remuneração do trabalho noturno superior ao diurno, posto que contido na legislação ordinária trabalhista.

**16. (PC/MG - Investigador de Polícia - FUMARC/2014)** A casa é asilo inviolável do indivíduo, podendo-se nela entrar, sem permissão do morador, EXCETO

- (A) em caso de desastre.
- (B) em caso de flagrante delito.
- (C) para prestar socorro.
- (D) por determinação judicial, a qualquer hora.

**17. (Prefeitura de Florianópolis/SC - Administrador - FGV/2014)** Em tema de direitos e garantias fundamentais, o artigo 5º da Constituição da República estabelece que é:

- (A) livre a manifestação do pensamento, sendo fomentado o anonimato;
- (B) assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, que substitui o direito à indenização por dano material, moral ou à imagem;
- (C) assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

(D) livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, ressalvados os casos de censura ou licença;

(E) direito de todos receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, sendo vedada a alegação de sigilo por imprescindibilidade à segurança da sociedade e do Estado.

**18. (TJ-RJ - Técnico de Atividade Judiciária - FGV/2014)** A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

(A) sempre terão a natureza jurídica de lei, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;

(B) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

(C) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, desde que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de três quintos dos respectivos membros;

(D) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;

(E) sempre terão a natureza jurídica de atos de direito internacional, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna.

**19. (OAB - Exame de Ordem Unificado - FGV/2014)** Pedro promoveu ação em face da União Federal e seu pedido foi julgado procedente, com efeitos patrimoniais vencidos e vincendos, não havendo mais recurso a ser interposto. Posteriormente, o Congresso Nacional aprovou lei, que foi sancionada, extinguindo o direito reconhecido a Pedro. Após a publicação da referida lei, a Administração Pública federal notificou Pedro para devolver os valores recebidos, comunicando que não mais ocorreriam os pagamentos futuros, em decorrência da norma em foco.

Nos termos da Constituição Federal, assinale a opção correta

(A) A lei não pode retroagir, porque a situação versa sobre direitos indisponíveis de Pedro

(B) A lei não pode retroagir para prejudicar a coisa julgada formada em favor de Pedro.

(C) A lei pode retroagir, pois não há direito adquirido de Pedro diante de nova legislação.

(D) A lei pode retroagir, porque não há ato jurídico perfeito em favor de Pedro diante de pagamentos pendentes.

**20. (SP-URBANISMO - Analista Administrativo - Jurídico - VUNESP/2014)** João apresenta requerimento junto à Prefeitura do Município de São Paulo, pleiteando que lhe seja informado o número de licitações, na modalidade pregão, realizadas pela São Paulo Urbanismo desde 2010. O pleito de João

(A) não encontra previsão expressa como direito fundamental na Constituição Federal, mas, todavia, deverá ser acolhido em virtude do texto constitucional prever que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito

(B) é constitucionalmente previsto, pois é a todos assegurado, mediante o pagamento de taxa, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder



(C) não encontra amparo constitucional, uma vez que a obtenção de certidões em repartições públicas será atendida apenas se o objeto do pedido for para defesa de direitos ou para esclarecimento de situações de interesse pessoal.

(D) encontra amparo constitucional, pois todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

(E) é constitucionalmente previsto, devendo ser respondido em 48 (quarenta e oito) horas, pois a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

**21. (TCE/PI - Assessor Jurídico - FCC/2014)** A teoria da reserva do possível

(A) significa a inoponibilidade do arbítrio estatal à efetivação dos direitos sociais, econômicos e culturais.

(B) gira em torno da legitimidade constitucional do controle e da intervenção do poder judiciário em tema de implementação de políticas públicas, quando caracterizada hipótese de omissão governamental.

(C) considera que as políticas públicas são reservadas discricionariamente à análise e intervenção do poder judiciário, que as limitará ou ampliará, de acordo com o caso concreto.

(D) é sinônima, em significado e extensão, à teoria do mínimo existencial, examinado à luz da violação dos direitos fundamentais sociais, culturais e econômicos, como o direito à saúde e à educação básica.

(E) defende a integridade e a intangibilidade dos direitos fundamentais, independentemente das possibilidades financeiras e orçamentárias do estado.

**22. (Prefeitura de Recife/PE - Procurador - FCC/2014)** A Emenda Constitucional nº 72, promulgada em 2 de abril de 2013, tem por finalidade estabelecer a igualdade de direitos entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Nos termos de suas disposições, a Emenda

(A) determinou a extensão ao trabalhador doméstico, dentre outros, dos direitos à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento a do normal e à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.

(A) instituiu vedação ao legislador para conferir tratamento diferenciado aos trabalhadores domésticos, em relação aos trabalhadores urbanos e rurais.

(B) não determinou a extensão ao trabalhador doméstico, dentre outros, dos direitos à proteção em face da automação e à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.

(C) determinou a extensão ao trabalhador doméstico, dentre outros, dos direitos à proteção em face da automação e ao piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

(D) não determinou a extensão ao trabalhador doméstico, dentre outros, dos direitos à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento a do normal e ao piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

**23. (MDIC - Agente Administrativo - CESPE/2014)** Com referência à CF, aos direitos e garantias fundamentais, à organização político-administrativa, à administração pública e ao Poder Judiciário, julgue os itens subsecutivos.

A CF prevê o direito de greve na iniciativa privada e determina que cabe à lei definir os serviços ou atividades essenciais e dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Certo ( )

Errado ( )

**24. (TJ/MT - Juiz de Direito - FMP/2014)** Assinale a alternativa correta.

(A) O rol de direitos sociais nos incisos do art. 7º e seguintes é exaustivo.

(B) É vedada a redução proporcional do salário do trabalhador sob qualquer hipótese.

(C) É assegurado ao trabalhador o gozo de férias anuais remuneradas com, no mínimo, um terço a mais do que o salário normal.

(D) A licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, não está constitucionalmente prevista, mas é determinada pela CLT.

(E) O direito à licença paternidade, sem prejuízo do emprego e do salário, não está constitucionalmente previsto, mas é determinado pela CLT.

**25. (TRT/16ª REGIÃO/MA - Analista Judiciário - FCC/2014)**

Pietro, nascido na Itália, naturalizou-se brasileiro no ano de 2012. No ano de 2011, Pietro acabou cometendo um crime de roubo, cuja autoria foi apurada apenas no ano de 2013, sendo instaurada a competente ação penal, culminando com a condenação de Pietro, pela Justiça Pública, ao cumprimento da pena de 05 anos e 04 meses de reclusão, em regime inicial fechado, por sentença transitada em julgado. Neste caso, nos termos estabelecidos pela Constituição federal, Pietro

(A) não poderá ser extraditado, tendo em vista a quantidade de pena que lhe foi imposta pelo Poder Judiciário.

(B) não poderá ser extraditado, pois o crime foi cometido antes da sua naturalização.

(C) poderá ser extraditado.

(D) não poderá ser extraditado, pois não cometeu crime hediondo ou de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afim.

(E) não poderá ser extraditado, pois a sentença condenatória transitou em julgado após a naturalização.

**26. (PC/SP - Delegado de Polícia - VUNESP/2014)** É privativo de brasileiro nato o cargo de

(A) Ministro do Supremo Tribunal Federal.

(B) Senador.

(C) Juiz de Direito.

(D) Delegado de Polícia.

(E) Deputado Federal.

**27. (PC/TO - Delegado de Polícia - Aroeira/2014)** No caso de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, o condenado terá seus direitos políticos:

(A) mantidos.

(B) cassados.

(C) perdidos.

(D) suspensos.

**28. (OAB XIII - Primeira Fase - FGV/2014)** No que concerne às condições de elegibilidade para o cargo de prefeito previstas na CRFB/88, assinale a opção correta.

(A) José, ex-prefeito, que renunciou ao cargo 120 dias antes da eleição poderá candidatar-se à reeleição ao cargo de prefeito.

(B) João, brasileiro, solteiro, 22 anos, poderá candidatar-se, pela primeira vez, ao cargo de prefeito.

(C) Marcos, brasileiro, 35 anos e analfabeto, poderá candidatar-se ao cargo de prefeito.

(D) Luís, capitão do exército com 5 anos de serviço, mas que não pretende e nem irá afastar-se das atividades militares, poderá candidatar-se ao cargo de prefeito.

**29. (TJ/MT - Juiz - FMP-RS/2014)** Assinale a alternativa correta a respeito dos partidos políticos.

(A) É vedado a eles o recebimento de recursos financeiros por parte de empresas transnacionais.

(B) É assegurado a eles o acesso gratuito à propaganda no rádio e na televisão, exceto aqueles que não possuam representação no Congresso Nacional.

(C) Os partidos devem, obrigatoriamente, ter caráter nacional.

(D) Os partidos devem, após cada campanha, apresentar ao Congresso Nacional a sua prestação de contas para aprovação.

(E) Em razão de sua importante função institucional, os partidos políticos possuem natureza jurídica de direito público.

**30. (TJ/SE - Técnico Judiciário - Área Judiciária - CESPE/2014)** Julgue os itens seguintes, em relação à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil.

O poder constituinte dos estados, dada a sua condição de ente federativo autônomo, é soberano e ilimitado.

Certo ( )

Errado ( )

## RESPOSTAS

**1. Resposta: “C”.** Constituição é muito mais do que um documento escrito que fica no ápice do ordenamento jurídico nacional estabelecendo normas de limitação e organização do Estado, mas tem um significado intrínseco sociológico, político, cultural e econômico. Independente do conceito, percebe-se que o foco é a organização do Estado e a limitação de seu poder.

**2. Resposta: “D”.** Quanto à origem, a Constituição pode ser outorgada, quando imposta unilateralmente pelo agente revolucionário, ou promulgada, quando é votada, sendo também conhecida como democrática ou popular.

**3. Resposta: “B”.** A Constituição Federal e os demais atos normativos que compõem o denominado bloco de constitucionalidade, notadamente, emendas constitucionais e tratados internacionais de direitos humanos aprovados com quórum especial após a Emenda Constitucional nº 45/2004, estão no topo do ordenamento jurídico. Sendo assim, todos os atos abaixo deles devem guardar uma estrita compatibilidade, sob pena de serem inconstitucionais. Por isso, estes atos que estão abaixo na pirâmide, se sujeitam a controle de constitucionalidade.

**4. Resposta: “A”.** Carl Schmitt propõe que o conceito de Constituição não está na Constituição em si, mas nas decisões políticas tomadas antes de sua elaboração. Sendo assim, o conceito de Constituição será estruturado por fatores como o regime de governo e a forma de Estado vigentes no momento de elaboração da lei maior. A Constituição é o produto de uma decisão política e variará conforme o modelo político à época de sua elaboração.

**5. Resposta: “B”.** Todas as alternativas descrevem características, atributos do Estado Democrático de Direito que é a República Federativa brasileira, notadamente: erradicação da pobreza e diminuição de desigualdades (artigo 3º, III, CF); soberania, cidadania e pluralismo político (artigo 1º, I, II e V, CF); princípio da legalidade (artigo 5º, II, CF); liberdade de expressão (artigo 5º, IV, CF); construção de sociedade justa, livre e solidária (artigo 3º, I, CF). Sendo assim, incorreta a afirmação de que soberania, cidadania e pluralismo político não são fundamentos da República Federativa do Brasil, pois estão como tais enumerados no artigo 1º, CF, além de decorrerem da própria estrutura de um Estado Democrático de Direito.

**6. Resposta: “D”.** O item “I” descreve alguns dos princípios que regem as relações internacionais brasileiras, enumerados no artigo 4º, CF, estando correto; o item “II” afasta a normatividade dos princípios, o que é incorreto, pois os princípios têm forma normativa e, inclusive, podem ser aplicados de forma autônoma se não houver lei específica a respeito ou se esta se mostrar inadequada, por isso mesmo, correta a afirmação do item “III”; os princípios descritos no item “IV” são alguns dos que regem a ordem econômica, enumerados no artigo 170, CF, restando correta; o item “V” traz um exemplo de violação ao princípio da igualdade material, assegurado no artigo 5º, CF e refletido em todo texto constitucional, estando assim correto. Logo, apenas o item “II” está incorreto.

**7. Resposta: “D”.** O artigo 1º, CF traz os princípios fundamentais (fundamentos) da República Federativa do Brasil: “I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político”. O princípio de “A” se encontra no inciso V; o de “B” no inciso IV; o de “C” no inciso III, pois viola a dignidade humana da mãe forçá-la a dar luz à um filho que resulte de estupro; o de “E” decorre dos incisos I e II e é previsão do artigo 2º, que dispõe que “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. Somente resta a alternativa “D”, que apesar de realmente trazer um objetivo da República Federativa brasileira – previsto no artigo 3º, IV, não tem a ver com os princípios fundamentais, mas sim com os objetivos.

**8. Resposta: “C”.** A democracia brasileira adota a modalidade semidireta, porque possibilita a participação popular direta no poder por intermédio de processos como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Como são hipóteses restritas, pode-se afirmar que a democracia indireta é predominantemente adotada no Brasil, por meio do sufrágio universal e do voto direto e secreto com igual valor para todos. Contudo, não é a única maneira de se exercer o poder (artigo 14, CF e artigo 1º, parágrafo único, CF).

**9. Resposta: “E”.** “I” está correta porque a principal diferença entre direitos e garantias é que os primeiros servem para determinar os bens jurídicos tutelados e as segundas são os instrumentos para assegurar estes (ex: direito de liberdade de locomoção – garantia do *habeas corpus*). “II” está correta, afinal, o próprio artigo 5º prevê em seu §2º que “os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”, fundamento que também demonstra que o item “III” está correto. O item IV traz cópia do artigo 5º, X, CF, que prevê que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a

imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”; o que faz também o item V com relação ao artigo 5º, VI, CF que diz que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. Sendo assim, todas afirmativas estão corretas.

**10. Resposta: “D”.** O habeas corpus é garantia prevista no artigo 5º, LXVIII, CF: “conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder”. A respeito dele, a lei busca torná-lo o mais acessível possível, por ser diretamente relacionado a um direito fundamental da pessoa humana. O objeto de tutela é a liberdade de locomoção; a propositura não depende de advogado; o que propõe a ação é denominado impetrante e quem será por ela beneficiado é chamado paciente (podendo a mesma pessoa ser os dois), contra quem é proposta a ação é a denominada autoridade coatora; e é possível utilizar *habeas corpus* representivamente e preventivamente. Por sua vez, a Constituição Federal prevê no artigo 142, §2º que “não caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares”.

**11. Resposta: “A”.** No que tange ao tema, destaque para os seguintes incisos do artigo 5º da CF: “LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania; LXXII - conceder-se-á *habeas data*: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo”. Os itens “I” e “II” repetem o teor do artigo 5º, LXXII, CF. Já o item “III” decorre logicamente da previsão dos direitos fundamentais como limitadores da atuação do Estado, logo, as informações requeridas serão contra uma entidade governamental da administração direta ou indireta. Por sua vez, o item “IV” reflete o artigo 5º, LXXI, CF, do qual decorre logicamente o item “V”, posto que a demora do legislador em regulamentar uma norma constitucional de aplicabilidade mediata, que necessita do preenchimento de seu conteúdo, evidencia-se em risco aos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal.

**12. Resposta: “A”.** Nos termos do artigo 5º, LIII, CF, “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”, restando o item “I” correto; pelo artigo 5º, LX, CF, “a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem”, motivo pelo qual o item “II” está correto; e prevê o artigo 5º, LXVI, CF que “ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança”, confirmando o item “IV”. Por sua vez, o item “III” está incorreto porque “são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos” (artigo 5º, LVI, CF); e o item “V” está incorreto porque a jurisprudência atual ainda aceita a prisão civil do devedor de alimentos, sendo que o texto constitucional autoriza tanto esta quanto a do depositário infiel (artigo 5º, LXVII, CF).

**13. Resposta: “A”.** Preconiza o artigo 5º, XL, CF: “XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”. Assim, se vier uma lei posterior ao fato que o exclua do rol de crimes ou que confira tratamento mais benéfico (diminuindo a pena ou alterando o regime de cumprimento, notadamente), ela será aplicada.

**14. Resposta: “B”.** Neste sentido, prevê o artigo 5º, XLII, CF: “XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”, restando “B” correta. “A” é incorreta porque a lei penal retroage para beneficiar o réu; “C” é incorreta porque é aceita a pena de morte para os crimes militares praticados em tempo de guerra; “D” é incorreta porque igrejas não possuem inviolabilidade domiciliar.

**15. Resposta: “D”.** Embora o direito previsto na alternativa “D” seja um direito fundamental, não é um direito individual, logo, não está previsto no artigo 5º, e sim no artigo 7º, CF, em seu inciso IX (“remuneração do trabalho noturno superior à do diurno”).

**16. Resposta: “D”.** A propósito, o artigo 5º, XI, CF dispõe: “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”. Sendo assim, não cabe o ingresso por determinação judicial a qualquer hora, mas somente durante o dia.

**17. Resposta: C.** Dispõe o artigo 5º, CF em seu inciso XIV: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

**18. Resposta: “C”.** Estabelece o §3º do artigo 5º, CF: “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”. Logo, é necessário o preenchimento de determinados requisitos para a incorporação.

**19. Resposta: “B”.** No que tange à segurança jurídica, tem-se o disposto no artigo 5º, XXXVI, CF: “XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”. A coisa julgada se formou a favor de Pedro e não pode ser quebrada por lei posterior que altere a situação fático-jurídica, sob pena de se atentar contra a segurança jurídica.

**20. Resposta: “D”.** Trata-se de garantia constitucional prevista no artigo 5º, XXXIII, CF: “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

**21. Resposta: “B”.** A teoria da reserva do possível busca impedir que se argumente por uma obrigação infinita do Estado de atender direitos econômicos, sociais e culturais. No entanto, não pode ser invocada como muleta para impedir que estes direitos adquiram efetividade. Se a invocação da reserva do possível não demonstrar cabalmente que o Estado não tem condições de arcar com as despesas, o Poder Judiciário irá intervir e sanar a omissão.

**22. Resposta: “C”.** A Emenda Constitucional nº 72/2013, que ficou conhecida no curso de seu processo de votação como PEC das domésticas, deu redação ao parágrafo único do artigo 7º, o qual estende alguns dos direitos enumerados nos incisos do caput para a categoria dos trabalhadores domésticos, quais sejam: “IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social”. Os direitos descritos na alternativa “C” estão previstos nos incisos XXVII e XX do artigo 7º da Constituição, não estendidos aos empregados domésticos pela emenda.

**23. Resposta: “Certo”.** O artigo 9º, CF disciplina o direito de greve: “É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender. § 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. § 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei”.

**24. Resposta: “C”.** “A” está incorreta porque o rol de direitos sociais do artigo 7º é apenas exemplificativo, não excluindo outros que decorram das normas trabalhistas, dos direitos humanos internacionais e das convenções e acordos coletivos; “B” está incorreta porque a redução proporcional pode ser aceita se intermediada por negociação coletiva, evitando cenário de demissão em massa; “D” está incorreta porque a licença-gestante encontra arcabouço constitucional, tal como a licença-paternidade, restando “E” também incorreta (artigo 7º, XVIII e XIX, CF. Sendo assim, “C” está correta, conforme disposto no artigo 7º: “gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal” (artigo 7º, XVII, CF).

**25. Resposta: “C”.** Nos termos do artigo 5º, LI, CF, “nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei”. Embora a condenação tenha ocorrido após a naturalização, o crime comum foi praticado antes dela, permitindo a extradição de Pietro.

**26. Resposta: “A”.** Conforme disciplina o artigo 12, § 3º, CF, “São privativos de brasileiro nato os cargos: I - de Presidente e Vice-Presidente da República; II - de Presidente da Câmara dos Deputados; III - de Presidente do Senado Federal; IV - de **Ministro do Supremo Tribunal Federal**; V - da carreira diplomática; VI - de oficial das Forças Armadas; VII - de Ministro de Estado da Defesa”. O motivo da vedação é que em determinadas circunstâncias o Ministro do Supremo Tribunal Federal pode assumir substitutivamente a Presidência da República.

**27. Resposta: “D”.** Os direitos políticos nunca podem ser cassados ou perdidos, mas no máximo suspensos. A condenação criminal transitada em julgado justifica a suspensão dos direitos políticos, o que é disposto no artigo 15, III, CF: “é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de: [...] III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos”.

**28. Resposta: “B”.** Prevê o artigo 14, § 3º, CF: São condições de elegibilidade, na forma da lei: [...] VI - a idade mínima de: c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz”, de modo que João preenche o requisito etário para a candidatura. “A” está errada porque a renúncia é exigida para cargo diverso (artigo 14, §6º, CF); “C” está errada porque o analfabeto não pode se eleger (artigo 14, §4º, CF); “D” está errada porque o afastamento neste caso é exigido (artigo 14, §8º, I, CF).

**29. Resposta: “C”.** O artigo 17 da Constituição Federal regula os partidos políticos e coloca o caráter nacional como preceito que deva necessariamente se observado: “É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: I - **caráter nacional**; II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes; III - prestação de contas à Justiça Eleitoral; IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei. § 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. § 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral. § 3º Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei. § 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar”.

**30. Resposta: “Errado”.** A soberania é elemento intrínseco ao Estado nacional, ou seja, à União. O Brasil, enquanto Estado Nacional, é soberano. Suas unidades federativas, por seu turno, não possuem o atributo da soberania, tanto que não podem dele se desvincularem (atitudes neste sentido podem gerar intervenção federal por atentarem contra o regime federativo). Logo, os Estados-membros possuem autonomia relativa, limitada ao previsto pela Constituição, e não possuem soberania.

